



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 3227

Segunda-feira - 10 de Agosto de 2020

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Agrolândia	2	Corupá	285	Lages	511
Agronômica	3	Cunha Porã	291	Laguna	516
Água Doce	7	Cunhataí	292	Lauro Muller	523
Águas de Chapecó	9	Curitibanos	293	Lebon Regis	525
Águas Mornas	11	Descanso	294	Lontras	529
Alfredo Wagner	12	Dionísio Cerqueira	296	Luiz Alves	530
Alto Bela Vista	13	Dona Emma	314	Luzerna	531
Anchieta	19	Entre Rios	315	Macieira	538
Anitápolis	28	Ermo	316	Mafra	540
Antônio Carlos	29	Erval Velho	317	Maracajá	541
Apiuna	35	Faxinal dos Guedes	321	Maravilha	551
Arabutã	40	Flor do Sertão	322	Marema	552
Arroio Trinta	41	Formosa do Sul	323	Massaranduba	554
Ascurra	46	Forquilha	325	Matos Costa	567
Atalanta	50	Fraiburgo	330	Meleiro	569
Balneário Arroio do Silva	51	Garopaba	333	Mirim Doce	570
Balneário Gaivota	52	Garuva	339	Modelo	571
Balneário Piçarras	53	Gaspar	342	Mondaí	573
Balneário Rincão	54	Governador Celso Ramos	346	Monte Castelo	578
Bandeirante	56	Grão Pará	352	Morro Grande	579
Barra Bonita	65	Gravatal	354	Navegantes	581
Barra Velha	66	Guaramirim	358	Nova Erechim	586
Belmonte	71	Guarujá do Sul	363	Nova Itaberaba	589
Benedito Novo	83	Herval d'Oeste	366	Nova Trento	592
Biguaçu	85	Ibiam	368	Orleans	594
Blumenau	92	Ibicaré	371	Otaclício Costa	595
Bom Jardim da Serra	104	Ibirama	372	Ouro	604
Bom Jesus do Oeste	105	Ilhota	375	Palhoça	605
Botuvera	106	Imarui	376	Palmitos	608
Braço do Trombudo	107	Imbituba	379	Papanduva	609
Brusque	166	Indaial	409	Passo de Torres	616
Caçador	180	Iomerê	411	Paulo Lopes	619
Caibi	198	Iporã do Oeste	412	Penha	629
Camboriú	199	Ipuacú	416	Peritiba	630
Campo Alegre	204	Ipumirim	417	Pescaria Brava	640
Campo Erê	219	Iraceminha	418	Petrolândia	641
Campos Novos	231	Irani	421	Pinheiro Preto	646
Canoinhas	232	Iratí	426	Piratuba	665
Capinzal	241	Itá	427	Planalto Alegre	669
Catanduvas	251	Itapema	429	Pomerode	670
Caxambu do Sul	256	Itapiranga	443	Ponte Alta do Norte	677
Chapadão do Lageado	258	Itapoá	456	Ponte Serrada	679
Chapecó	261	Ituporanga	459	Porto Belo	685
Cocal do Sul	262	Jaborá	478	Porto União	687
Concórdia	263	Jacinto Machado	480	Pouso Redondo	689
Cordilheira Alta	280	Jaraguá do Sul	481	Praia Grande	692
Coronel Freitas	282	Jardinópolis	496	Presidente Castello Branco	697
Coronel Martins	283	Joaçaba	497	Presidente Getúlio	698
Correia Pinto	284	José Boiteux	507	Presidente Nereu	707

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br





Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 3227

Segunda-feira - 10 de Agosto de 2020

Florianópolis/SC

Sumário

Princesa	708	São Bonifácio	828	Tangará	947
Quilombo	713	São Carlos	830	Tigrinhos	948
Rio do Campo	719	São Cristóvão do Sul	831	Tijucas	949
Rio do Oeste	723	São Francisco do Sul	832	Timbé do Sul	951
Rio dos Cedros	767	São João Batista	839	Timbó	954
Rio do Sul	727	São João do Oeste	841	Treviso	970
Rio Fortuna	781	São José	843	Tunápolis	971
Rio Negrinho	782	São José do Cedro	876	Urussanga	978
Rodeio	783	São Lourenço do Oeste	885	Vargeão	979
Romelândia	784	São Miguel da Boa Vista	886	Vargem Bonita	980
Saltinho	785	São Miguel do Oeste	888	Vidal Ramos	985
Salto Veloso	786	São Pedro de Alcântara	903	Videira	988
Santa Cecília	788	Schroeder	917	Vitor Meireles	995
Santa Terezinha do Progresso	789	Seara	930	Xanxerê	998
Santiago do Sul	800	Serra Alta	938	Xavantina	1002
Santo Amaro da Imperatriz	808	Siderópolis	943	Zortéa	1025
São Bento do Sul	810	Sombrio	946		

Consórcios

CIS/AMVI	1026
----------------	------



Agrolândia

CÂMARA MUNICIPAL

INDICAÇÃO Nº 024/2020

Publicação Nº 2595049

**CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA***"O Poder Unido é mais Forte"*

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br**EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE AGROLÂNDIA****INDICAÇÃO Nº. 024/2020**

Senhor Presidente, apresento a V.Exa., nos termos do art. 154 do Regimento Interno, a presente Indicação, a ser encaminhada ao Senhor Prefeito, ouvido o Plenário desta Casa, para que seja feito o calçamento na Rua Artur Hadlich esquina com a Avenida 25 de julho, no Loteamento Wolf.

JUSTIFICATIVA

No início desta rua há lajotas soltas formando uma lombada, que dificulta o acesso a mesma para quem vem pela Avenida 25 de julho. Há perigo de acidente de trânsito.

Termos em que
P.Deferimento.

Plenário Vereador Emil Jansen
Agrolândia, 30 de julho de 2020.

Ingo Piske
Vereador

Agronômica

PREFEITURA

Nº 086/2020

Publicação Nº 2596659

DECRETO Nº 086/2020 DE 10 DE AGOSTO DE 2020

DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS DE PREVENÇÃO ENFRENTAMENTO À PANDEMIA CAUSADA PELO COVID-19.

O PREFEITO MUNICIPAL DE AGRONOMICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, Art. 79, da Lei Orgânica Municipal, e,

DECRETA:

CONSIDERANDO que em 03 de fevereiro de 2020, a Portaria nº 188 do Ministério da Saúde declarou Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV), estabelecendo-se o Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública (COE-nCoV) como mecanismo nacional da gestão coordenada da resposta à emergência no âmbito nacional;

CONSIDERANDO que no dia 06 de fevereiro de 2020, foi publicada a Lei nº 13.979 que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019 e que o artigo 3º da referida lei, prevê que para enfrentamento da emergência de saúde decorrente do coronavírus, as autoridades poderão adotar, no âmbito de suas competências, várias medidas, dentre outras, podendo ser imposta medida de quarentena, isolamento, estudo e investigação epidemiológica etc.;

CONSIDERANDO que o art. 23, inciso II, da Constituição Federal, determina a competência concorrente da União, Estados e Municípios para cuidar da saúde, bem como o art. 30, inciso I, da Constituição, que dispõe que é de competência dos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local;

CONSIDERANDO o art. 8º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que diz que as ações e serviços de saúde serão organizados de forma regionalizada e hierarquizada;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 630 de 01 de junho de 2020 que altera o Decreto nº 562, de 2020, que declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense;

CONSIDERANDO as análises realizadas pelo Governo do Estado de Santa Catarina em relação à evolução da pandemia nas diferentes regiões do estado, combinadas com a disponibilidade de leitos e da atual estrutura de saúde existentes, na forma da Portaria SES nº 464, publicada em 03 de julho de 2020;

CONSIDERANDO que a matriz de Avaliação do Risco Potencial para COVID-19 disponibilizada pelo Governo do Estado de Santa Catarina (disponível em: <http://www.coronavirus.sc.gov.br/gestao-da-saude/>) visa orientar a regionalização e descentralização das ações relacionadas à contenção da pandemia;

CONSIDERANDO que a Região do Alto Vale do Itajaí, no dia 07 de julho de 2020, sofreu alteração de seu status, passando de risco ALTO (2) para GRAVE (3);

CONSIDERANDO que o momento atual demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença (COVID-19) em toda a Região do Alto Vale do Itajaí, objetivando impedir que o risco potencial evolua para GRAVISSIMO (4) e seja necessária imposição de novo lockdown (fechamento total);

CONSIDERANDO a comprovação do aumento do número de casos na Região;

CONSIDERANDO a necessidade de implantação de mais leitos de UTI e a escassez de suprimentos hospitalares importantes;

CONSIDERANDO que a matriz de risco e os dados fornecidos no momento, apontam que deverão ser adotadas medidas que impliquem na ampliação do isolamento social e que qualquer flexibilização de atividade que acarrete incremento do risco sanitário à população deverá ser adotada somente mediante critérios técnicos-científicos;

CONSIDERANDO que as medidas de retomada das atividades sociais e econômicas que impactem diretamente em Municípios vizinhos devem considerar a situação mais atual do sistema de saúde da respectiva Região de Saúde, uma vez que a lógica assistencial e a rede hospitalar instalada visam assegurar o acesso universal e igualitário à população dos Municípios circunscritos naquela região, portanto, as medidas restritivas de prevenção devem ser adotadas uniformemente em toda a região;

CONSIDERANDO que os Municípios e as Regiões de Saúde devem adotar as medidas sanitárias para correção e controle dos efeitos negativos sobre a curva de tendência de contaminação, conforme determinado na Portaria SES nº 464;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual 562/2020 com redação dada pelo Decreto Estadual 630/2020 no seu artigo 9º,

CONSIDERANDO, as resoluções 01,02,03 e 10/2020 da Comissão Intergestores Regional de Saúde do Alto Vale do Itajaí (CIR) AMAVI,

DECRETA

Art. 1º. Dentro do território do Município de Agronômica, fica adotada todas as medidas compatíveis com a Resolução DIR Nº 010/2020 de 07 de agosto de 2020 da Comissão Intergestores Regional de Saúde do Alto Vale do Itajaí (CIR) AMAVI em anexo, pelo prazo de 14 (quatorze) dias.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO, em 10 de agosto de 2020.

CESAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

Registrado e publicada na presente data

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO
Diretor de Administração e Finanças
RESOLUÇÃO DIR Nº 010/2020

Dispõe sobre as medidas sanitárias preventivas recomendadas para adoção em âmbito regional.

O Presidente da AMAVI, no uso de suas atribuições e em cumprimento às disposições do Decreto Estadual nº 630/2020, da Portaria SES nº 464/2020, conforme deliberação dos Prefeitos dos Municípios da AMAVI em reunião virtual realizada no dia 07 de agosto de 2020 e concomitante homologação pela Comissão Intergestores Regional de Saúde do Alto Vale do Itajaí (CIR) na mesma reunião:

CONSIDERANDO que em 03 de fevereiro de 2020, a Portaria nº 188 do Ministério da Saúde declarou Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV), estabelecendo-se o Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública (COE-nCoV) como mecanismo nacional da gestão coordenada da resposta à emergência no âmbito nacional;

CONSIDERANDO que no dia 06 de fevereiro de 2020, foi publicada a Lei nº 13.979 que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019 e que o artigo 3º da referida lei, prevê que para enfrentamento da emergência de saúde decorrente do coronavírus, as autoridades poderão adotar, no âmbito de suas competências, várias medidas, dentre outras, podendo ser imposta medida de quarentena, isolamento, estudo e investigação epidemiológica etc.;

CONSIDERANDO que o art. 23, inciso II, da Constituição Federal, determina a competência concorrente da União, Estados e Municípios para cuidar da saúde, bem como o art. 30, inciso I, da Constituição, que dispõe que é de competência dos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local;

CONSIDERANDO o art. 8º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que diz que as ações e serviços de saúde serão organizados de forma regionalizada e hierarquizada;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 630 de 01 de junho de 2020 que altera o Decreto nº 562, de 2020, que declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense;

CONSIDERANDO que conforme documento protocolado na AMAVI em 03 de agosto de 2020, a Comissão Intergestores Regional de Saúde do Alto Vale do Itajaí (CIR) abdicou do encargo de deliberar sobre as medidas sanitárias de restrição ou de liberação das atividades;

CONSIDERANDO as análises realizadas pelo Governo do Estado de Santa Catarina em relação à evolução da pandemia nas diferentes regiões do estado, combinadas com a disponibilidade de leitos e da atual estrutura de saúde existentes, na forma da Portaria SES nº 464, publicada em 03 de julho de 2020;

CONSIDERANDO que a matriz de Avaliação do Risco Potencial para COVID-19 disponibilizada pelo Governo do Estado de Santa Catarina (disponível em: <http://www.coronavirus.sc.gov.br/gestao-da-saude/>) visa orientar a regionalização e descentralização das ações relacionadas à contenção da pandemia;

CONSIDERANDO que a Região do Alto Vale do Itajaí, no dia 28 de julho de 2020, recebeu alerta de alteração do status de GRAVE(3) para GRAVÍSSIMO (4), mantendo-se o status na atualização da matriz de risco datada de 04 de agosto de 2020;

CONSIDERANDO que o momento atual demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença (COVID-19) em toda a Região do Alto Vale do Itajaí, objetivando impedir que seja necessária imposição de novo lockdown (fechamento total);

CONSIDERANDO a comprovação do aumento do número de casos na Região;

CONSIDERANDO a necessidade de implantação de mais leitos de UTI e a escassez de suprimentos hospitalares importantes;

CONSIDERANDO que as medidas de retomada das atividades sociais e econômicas que impactem diretamente em Municípios vizinhos devem considerar a situação mais atual do sistema de saúde da respectiva Região de Saúde, uma vez que a lógica assistencial e a rede hospitalar instalada visam assegurar o acesso universal e igualitário à população dos Municípios circunscritos naquela região, portanto, as medidas restritivas de prevenção devem ser adotadas uniformemente em toda a região;

CONSIDERANDO que os Municípios e as Regiões de Saúde devem adotar as medidas sanitárias para correção e controle dos efeitos negativos sobre a curva de tendência de contaminação, conforme determinado na Portaria SES nº 464;

CONSIDERANDO que o § 8º do art. 3º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, determina que as medidas de enfrentamento ao coronavírus deverão resguardar o exercício e o funcionamento de serviços públicos e atividades essenciais;

CONSIDERANDO que o § 2º do art. 1º da Lei Estadual nº 17.974, de 30 de julho de 2020 prevê que "as restrições ao direito de funcionamento de restaurantes, lanchonetes, padarias e similares pelo Poder Público, nas situações excepcionais referidas no caput deste artigo, deverão fundamentar-se nas normas sanitárias ou de segurança pública aplicáveis e serão precedidas de decisão administrativa fundamentada da autoridade competente, a qual deverá expressamente indicar a extensão, os motivos e critérios científicos e técnico embaixadores da(s) medida(s) imposta(s)";

CONSIDERANDO a Lei Estadual n. 17.940 de 08 de maio de 2020 que reconhece a atividade religiosa como essencial para a população de Santa Catarina em situações de calamidade pública, de emergência ou de epidemia, bem como que desde o início da pandemia causada pelo COVID-19 houve noticiamento de acréscimo significativo nos atendimentos nos Centros de Atenção Psicossocial, além de casos de tentativa de suicídio, fazendo-se necessários maiores cuidados em relação à saúde mental da população do município, inclusive possibilitando a atuação das entidades religiosas;

CONSIDERANDO as medidas recomendadas pela CIR nas Resoluções 01, 02, 03 e 04/2020;

CONSIDERANDO o Alerta 052 do COES para a região do Alto Vale do Itajaí, datado de 04/08/2020;

RECOMENDA que os Municípios da AMAVI adotem as seguintes medidas para o período de 14 (quatorze) dias a contar do dia 10 de agosto de 2020:

Art. 1º Aos Municípios e as Regiões de Saúde do Alto Vale do Itajaí cabe a adoção das medidas sanitárias para correção e controle dos efeitos negativos sobre a curva de tendência de contaminação, na forma do artigo 3º, §1º da Portaria SES nº 464 de 03 de julho de 2020.

Art. 2º Permanecem suspensas as seguintes atividades:

I - A realização de todo e qualquer evento público e privado que implique em aglomeração de pessoas (shows, cinemas, teatros etc.);

II - Música ao vivo em eventos de qualquer natureza;

III - Parques, ginásios e clubes de lazer públicos e privados, ficando permitido somente o funcionamento de restaurantes e academias (dentro de clubes), conforme protocolos preestabelecidos;

IV - Quaisquer atividades esportivas coletivas e recreativas, com exceção das que envolvam até 2 (dois) participantes sem contato físico (ex, tênis, beach tênis, badminton e outros);

V - A prática de jogos de mesa, sinuca, bocha e similares de qualquer espécie nos bares, lanchonetes, restaurantes e similares.

Art. 3º Em todo o território da região do Alto Vale do Itajaí o uso de máscaras pelos cidadãos em ambientes públicos ou privados é obrigatório.

Art. 4º Todos os estabelecimentos comerciais deverão controlar o acesso ao seu interior a fim de que seja permitida a circulação e permanência de, no máximo, 50% da capacidade total, além de adotar todas as medidas sanitárias preventivas já impostas, inclusive, barreiras físicas que facilitem o distanciamento seguro.

Art. 5º O comércio não essencial (galerias, shoppings, lojas de variedades, lojas de rua e comércios em geral) deverá adotar horário reduzido de funcionamento, podendo funcionar todos os dias até às 22 horas.

§ 1º Os comércios referidos neste artigo são aqueles que não envolvem serviços de alimentação e consumo de bebidas no local.

§ 2º O estabelecimento deverá orientar os clientes de forma a evitar aglomerações do lado externo e deverão observar todas as medidas de prevenção já determinadas, bem como disponibilizar no mínimo 01 funcionário para efetuar o controle da entrada dos clientes.

Art. 6º Fica reconhecido, nos termos da Lei Estadual nº 17.974 de 30 de julho de 2020, os serviços de alimentação, tais como restaurantes, lanchonetes, padarias e similares, como essenciais para a população, ainda que em estado de calamidade, emergência, epidemia ou pandemia.

Art. 7º Fica proibido o consumo de bebidas alcoólicas nos balcões de atendimento de bares, pubs, lojas de conveniências e postos de combustível e similares, podendo o consumo ocorrer em mesas desde que respeitadas as normas sanitárias.

Parágrafo único. A comercialização de bebidas alcoólicas nos estabelecimentos citados no caput só poderá ocorrer até às 20 horas.

Art. 8º A fiscalização das medidas sanitárias preventivas ocorrerá na forma da legislação federal, estadual e municipal, devendo os municípios empreenderem esforços para intensificar a realização das fiscalizações, devendo promover a edição de Decreto a fim de investir como autoridade de saúde a Polícia Militar, Polícia Civil, Defesa Civil, Bombeiros, Fiscais de Posturas e demais órgãos que possam auxiliar e colaborar efetivamente na fiscalização das normas sanitárias municipais de enfrentamento da pandemia.

Art. 9º Os mercados e supermercados deverão manter no mínimo 01 funcionário efetuando o controle de entrada e a higienização dos carrinhos e cestinhas e deverão orientar a população de que somente será permitida a entrada de 01 pessoa por família, sendo vedada a entrada de crianças, ressalvados os casos excepcionais.

Art. 10. Conforme Lei Estadual nº 17.940 de 08 de maio de 2020, está liberada a realização de missas, cultos e demais atividades de manifestação religiosa, devendo-se observar as diretrizes previstas nas Portarias SES nº 254 de 20 de abril de 2020 e nº 269, de 24 de abril de 2020, do Estado de Santa Catarina, notadamente as descritas abaixo:

I - A lotação máxima autorizada será de 30% (trinta por cento da capacidade do templo ou igreja);

II - Os lugares de assento deverão ser disponibilizados de forma alternada entre as fileiras de bancos, devendo estar bloqueados de forma física aqueles que não puderem ser ocupados;

III - Deverá ser assegurado que todas as pessoas, ao adentrarem ao templo ou igreja, estejam utilizando máscara e higienizem as mãos com álcool gel 70% ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar.

Art. 11. Os velórios deverão observar o período de duração máxima de 06 (seis) horas, devendo ser restrito a familiares e proibindo-se a permanência de mais de 10 (dez) pessoas simultaneamente.

Parágrafo único: Os velórios de pacientes confirmados ou suspeitos para COVID-19 permanecem proibidos.

Art. 12. Permanecem suspensas, até o dia 30 de agosto de 2020, as cirurgias eletivas que não sejam "tempo-sensíveis".

Art. 13. Os estabelecimentos hoteleiros, pousadas e similares deverão respeitar a limitação de 30% (trinta por cento) da sua capacidade de hóspedes, respeitadas as medidas sanitárias aplicáveis a esses estabelecimentos, em especial as previstas na Portaria SES nº 244, de 12 de abril de 2020.

Art. 14. As academias de musculação e ginástica, estúdios de atividade física e similares deverão limitar o acesso e permanência de clientes no máximo de 30% da capacidade total de público, respeitadas as demais exigências previstas na Portaria SES nº 258/2020, de 21 de abril de 2020.

Art. 15. Quanto as atividades referentes aos serviços públicos não essenciais, recomenda-se aos municípios que:

I - seja imediatamente suspenso o atendimento ao público para serviços não essenciais que possam ser realizados de forma não presencial (telefone e e-mail, por exemplo);

II - os horários de expediente sejam organizados priorizando o trabalho remoto e o afastamento de pessoas do grupo de risco, adotando-se medidas que reduzam a circulação de funcionários nos prédios públicos, como por exemplo, escala de revezamento, concessão de licenças, turno ininterrupto etc.

Art. 16. As indústrias deverão funcionar com capacidade mínima necessária, priorizando o afastamento dos funcionários que se enquadrem no grupo de risco e adotando todas as medidas sanitárias preventivas, em especial as previstas nas Portarias SES nº 189, de 22 de março de 2020 e nº 272, de 27 de abril de 2020.

Art. 17. Os estabelecimentos comerciais, de serviços, indústrias, instituições financeiras, empresas e estabelecimentos congêneres e as repartições públicas, serão responsáveis em zelar pelo cumprimento das exigências sanitárias expedidas pelos órgãos municipais, estaduais ou federais mencionadas ou não na presente Resolução.

Art. 18. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de agosto de 2020.

Joel Longen
Presidente da AMAVI

Água Doce

PREFEITURA

214/2020

Publicação Nº 2594827

PORTARIA Nº 214/2020 – DE 07 DE AGOSTO DE 2020

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias a servidora ROBERTA MARIA RAMPAZZO, inscrita no CPF nº 083.240.469-17, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, no período de 07/08/2020 até 21/08/2020, período 19/20.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 07 de agosto de 2020.

ANTONIO JOSÉ BISSANI LILIAN BITTENCOURT CHÜLER
Prefeito Municipal Diretora Dpto Recursos Humanos

DECRETO Nº 112/2020

Publicação Nº 2595979

DECRETO Nº 112/2020 - DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

“ALTERA O DECRETO N. 0106 DE 31 DE JULHO DE 2020 QUE DISPÕE SOBRE NOVAS MEDIDAS, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE (SC), PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce – SC, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica deste Município, e, ainda

CONSIDERANDO as novas deliberações reunião de trabalho de forma virtual, dos Prefeitos da região da Associação do Meio Oeste Catarinense – AMMOC e da Associação dos Municípios do Planalto Sul de Santa Catarina - AMPLASC, juntamente a CIR - Comissão Intergestores Regional de Saúde, realizada no dia 06 de agosto de 2020;

DECRETA:

Art. 1º- O artigo 2º do Decreto n. 0106/2020 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.2º- Ficam autorizadas a realização de missas e cultos religiosos presenciais aos sábados e domingos, respeitando todas as normas estabelecidas.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 0hs00 do dia 08 de agosto de 2020.

Água Doce (SC), 07 de agosto de 2020.

ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 42/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 29/2020

Publicação Nº 2594975

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
PROCESSO LICITATÓRIO 42/2020
PREGÃO PRESENCIAL 29/2020

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 42/2020, na modalidade “PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE

PREÇO nº 29/2020", do tipo "MENOR PREÇO POR LOTE", destinado a eventual e futura contratação de serviços de conserto e montagem de pneus e serviços de lavagem destinados à manutenção das máquinas e veículos da frota da Prefeitura Municipal, dos Fundos especiais e órgãos conveniados, o qual será processado e julgado no dia 20 de agosto de 2020 às 13h30, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Integra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br

Água Doce, SC, 07 de agosto de 2020

ANTONIO JOSE BISSANI

Prefeito Municipal

Águas de Chapecó

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº17/2020 - CIDIR

Publicação Nº 2596096

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ-SC	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº:	17/2020
Processo Nº:	27/2020, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº10/2020
CONCEDENTE:	MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ
CONCESSIONÁRIO:	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA - CIDIR
Objeto:	AQUISIÇÃO DE ASFALTO CBUQ E EMULSÃO RR-2C PARA MANUTENÇÃO DA MALHA VIÁRIA DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ-SC, ATRAVÉS DE OPERAÇÕES DE PAVIMENTAÇÃO E REPERFILAGEM ASFÁLTICA
Valor:	R\$ 245.933,35 (duzentos e quarenta e cinco mil, novecentos e trinta e três reais e trinta e cinco centavos)
Vigência	07/08/2020 a 31/12/2020
ÁGUAS DE CHAPECÓ/SC, 07 de agosto de 2020	
LEONIR ANTÔNIO HENTGES	
PREFEITO MUNICIPAL	

PORTARIA Nº 218, DE 10 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2596994

PORTARIA Nº 218/2020
De 10 de Agosto de 2020**CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR**
PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**LEONIR ANTÔNIO HENTGES,**
Prefeito Municipal de Águas de
Chapécó, Estado de Santa Catarina, no
uso das atribuições que lhe confere o
cargo, e em conformidade com o Art. 70,
inciso IX, da Lei Orgânica Municipal,
Estatuto dos Servidores Públicos
Municipais e demais disposições legais
vigentes;**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica concedido o gozo de férias para o seguinte servidor, conforme o quadro demonstrativo:

Matr.	Servidor	Cargo	Período Aquisitivo	Período de Gozo
10704	PAULO SGNAULIN	DIRETOR DE DEPARTAMENTO	13.02.2019 a 12.02.2020	10.08.2020 a 29.08.2020 = 20 DIAS

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria são por conta da dotação orçamentária Municipal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Águas de Chapécó/SC, em 10 de Agosto de 2020.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Águas Mornas

PREFEITURA

CONVITE Nº 71/2020

Publicação Nº 2594654

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS MORNAS. AVISO DE LICITAÇÃO. Modalidade: Convite. Modalidade: Menor preço Global. Processo nº 71/2020. Objeto: Contratação de empresa para Pavimentação, drenagem pluvial, sinalização e passeios da Rua Ivo Estefano Broering, com extensão de 160,00m, totalizando 1.649,80m² e da Rua Engelberto Kirchner Neto com extensão de 169,00m, totalizando 1.710,80m², conforme plano de aplicação, projetos de engenharia, memorial descritivo, cronograma físico-financeiro e convênio junto ao Ministério de Desenvolvimento Regional Nº 889106/2019, por intermédio da Caixa Econômica Federal, conforme especificações contidas no edital e seus anexos. Retirada do Edital: Na Prefeitura, à Praça José Adão Lehmkuhl, 62, Centro, Águas Mornas/SC, fone: (48) 3245-7252, das 07 às 12 horas, ou pelo site: www.aguasmornas.sc.gov.br. Entrega das Propostas: No mesmo Local acima, até às 09:00 horas do dia 17/08/2020. Águas Mornas, 10 de agosto de 2020. Omero Prim – Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº. 144/2020 DE 03 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2594638

PORTARIA Nº. 144/2020

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR TEMPO DE SERVIÇO, EM GOZO.

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – CONCEDER 01 (UM) MÊS DE LICENÇA PRÊMIO POR TEMPO DE SERVIÇO, em gozo, a partir do dia 03.08.2020, a Servidora Pública Municipal Senhora Janete Heinz Pflieger, matrícula nº. 605, referente ao quinquênio de 16.02.2009 a 15.02.2014, ficando 02 (dois) meses pendentes referentes ao mesmo período aquisitivo, conforme disposto na Lei Complementar nº 017/2015, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Águas Mornas.

.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas-SC, 03 de agosto de 2020.

OMERO PRIM
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente portaria aos três dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte.

LUANA CAROLINE DA SILVA
Responsável

Alfredo Wagner

PREFEITURA

DECRETO 4504

Publicação Nº 2595131

DECRETO Nº 4504 DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

ALTERA OS INCISOS I, II, III e IV DO ART. 1º DO DECRETO Nº 4500, DE 31 DE JULHO DE 2020, QUE DISPOE SOBRE NOVAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO AO NOVO CORONAVÍRUS NO MUNICÍPIO DE ALFREDO WAGNER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Naudir Antonio Schmitz, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, Artigo 93, Seção II da Lei Orgânica Municipal e,

DECRETA

Art. 1º. Os incisos I, II, III e IV do art. 1º do Decreto nº 4500 de 31 de julho de 2020, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

.....

I – até 16 de agosto de 2020, a prática de esporte coletivo, amador ou profissional, a exemplo das atividades esportivas em grupo nos ginásios de esportes, quadras poliesportivas, campos de futebol e vôlei;

II – até 16 de agosto de 2020, a realização de atividades e eventos que acarretem reunião de público;

III – até 16 de agosto de 2020, a circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal e intermunicipal de passageiros;

.....

IV – até 16 de agosto de 2020, a concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques, praças, academias ao ar livre, parques infantis públicos a fim de evitar aglomeração;

..... “(NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner/SC, 07 de agosto de 2020.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ

PUBLICADO NESTA DATA Prefeito Municipal

Alto Bela Vista

PREFEITURA

DECRETO 3059 DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2596148

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar nº 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

DECRETA:

Art. 1º fica concedido Licença para tratamento de saúde a Servidores Público Municipal em cargo de provimento em comissão, abaixo relacionados.

Matrícula	Servidor	Quantidade	Período de Afastamento
927	MARISE SCHWAMBACH REINHEIMER	02 dias	27/07/2020 a 28/07/2020
		01 dia	31/07/2020
		07 dias	05/08/2020 a 11/08/2020

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 07 de agosto de 2020.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ADRIANA KOLLER
Responsável Pelas Publicações

DECRETO 3060 DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2596173

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente, nos termos, do art. 5º, letra "a", da Lei Municipal nº 801, de 12 de dezembro de 2019;

Considerando a necessidade de adequação orçamentária para o atendimento das despesas em diversas ações Orçamentárias;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde - FMS, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 98.041,66 (noventa e oito mil, quarenta e um reais, sessenta e seis centavos), nas seguintes ações orçamentárias:

7000	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
7001	Fundo Municipal de Saúde
10	Saúde
301	Atenção Básica
34	Atendimento Equitativo e Universalizado
2.60	Serviços Médicos, Hospitalares e de Diagnóstico
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.93.00.00.1.0102	Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos
	R\$ 50.000,00
3.3.93.00.00.3.0803	Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos
	R\$ 48.041,66

Art. 2º A abertura do crédito adicional suplementar, nos termos do artigo anterior, é suportada pela redução de saldo na seguinte ação orçamentária:

7000	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
7001	Fundo Municipal de Saúde
10	Saúde
301	Atenção Básica
34	Atendimento Equitativo e Universalizado
2.60	Serviços Médicos, Hospitalares e de Diagnóstico
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outros Serviços e Encargos
3.3.90.00.00.1.0102	Aplicações Diretas
	R\$ 50.000,00
3.3.90.00.00.3.0803	Aplicações Diretas
	R\$ 48.041,66

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 07 de agosto de 2020.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ADRIANA KOLLER
Responsável Pelas Publicações

PORTARIA 105 DE 06 DE AGOSTO DE 2020

Publicação N° 2596154

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA****PORTARIA N° 105, de 06 de agosto de 2020.**

1

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença para tratamento de saúde ao Servidor Público Municipal em cargo de provimento efetivo, abaixo relacionados.

Matrícula	Servidor	Quantidade	Período de Afastamento
48	MAIRA DIONETE ZAHLER	03 dias	20/07/2020 a 22/07/2020
186	ELSI INES KRUGER	1/2 dia (tarde) 1/2 dia (manhã) 1/2 dia (manhã)	24/07/2020 04/08/2020 06/08/2020
331	ANGELA RUCKERT	01 dia	24/07/2020
472	NEDIO LEONIR GASTMANN	1/2 dia (tarde) 1/2 dia (tarde)	24/07/2020 27/07/2020
833	RAFAEL CASTILHO	1/2 dia (tarde)	24/07/2020
498	LILIAN KRUG JUNG GASTMANN	01 dia	27/07/2020
190	ELENA ENGE RAUBER	02 dias	28/07/2020 e 29/07/2020
474	ELICE MULLER	02 dias	28/07/2020 e 29/07/2020
581	ALESSANDRA MANFÉ	1/2 dia (tarde)	28/07/2020
908	FERNANDA FORNARI	1/2 dia (tarde)	28/07/2020
745	FABIOLA PRUDENTE SPRICIGO	1/2 dia (tarde) 1/2 dia (manhã)	31/07/2020 05/08/2020
473	IVONE APARECIDA GUILHERME HORN	1/2 dia (tarde)	03/08/2020
494	NADIA ELIANI FISCHER RECH	1/2 dia (tarde) 1/2 dia (tarde) 07 dias	03/08/2020 04/08/2020 05/08/2020 a

Rua do Comércio,1015- Centro- Fone (49) 3455.9022
CEP: 89.730-000- Alto Bela Vista- Santa Catarina



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA
PORTARIA N° 105, de 06 de agosto de 2020.

			11/08/2020
921	ALICE HOFFMANN MALTAURO	01 dia	04/08/2020
335	LAURI FISCHER	1/2 dia (tarde)	04/08/2020
279	DANIELA OHLWEILER TESSMANN	01 dia	05/08/2020
559	JOELSON ROBERTO WUADEN	1,5 dias	05/08/2020 e 06/08/2020
222	ELTON RECH	07 dias	05/08/2020 a 11/08/2020
732	MARLENE APARECIDA DA COSTA	07 dias	05/08/2020 a 11/08/2020
741	GUILHERME VARGAS	07 dias	05/08/2020 a 11/08/2020
289	LISNEIA RAQUEL PALLAS	1/2 dia (tarde)	06/08/2020

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Alto Bela Vista/SC, em 06 de agosto de 2020.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ADRIANA KOLLER
Responsável Pelas Publicações

Rua do Comércio, 1015- Centro- Fone (49) 3455.9022
CEP: 89.730-000- Alto Bela Vista- Santa Catarina

PORTARIA 107 DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2596147

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE

Art. 1º Exonerar servidor Público Municipal NASSER KARTABIL, ocupante de cargo de provimento efetivo de MÉDICO VETERINÁRIO, matrícula nº 107, lotado na Gerência de Agricultura e Meio Ambiente, a partir de 07 de agosto de 2020, pelo setor de Recursos Humano ter tomado conhecimento de sua aposentadoria.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista, em 07 de agosto de 2020.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ADRIANA KOLLER
Responsável pelas publicações

PORTARIA N106 DE 06 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2596144

CONCEDER FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do art. 76 da Lei Complementar n.º 011, de 10 de janeiro de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias regulamentares a Servidores Públicos Municipais em cargo de provimento efetivo, abaixo relacionados:

MAT.	SERVIDORES	PERÍODO AQUISITIVO		PERÍODO DE GOZO	
742	MAIKEL CRISTIANO HOFFMANN	04/12/2019	03/12/2020	03/08/2020	17/08/2020

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 06 de agosto de 2020.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ADRIANA KOLLER
Responsável pelas publicações

CÂMARA MUNICIPAL**ATA DE ABERTURA DO PROCESSO DE LICITAÇÃO 01/2020**

Publicação Nº 2596092

ATA DE ABERTURA DO PROCESSO DE LICITAÇÃO 01/2020
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.01/2020

Aos 06 (seis) dias do mês de Agosto do ano de 2020 reuniram-se os membros da Comissão de Licitações da Câmara Municipal de Vereadores de Alto Bela Vista, designados pelo Decreto Legislativo 013 de 05 de Junho de 2020, para os atos inerentes a abertura do processo de licitação 001/2020 – tomada de preços 001/2020 cujo objeto consiste na contratação de empresa para realizar os serviços de copa e limpeza em todas as dependências internas e nos acessos ao edifício da Câmara de Vereadores de Alto Bela Vista. A sessão teve início às 14h00min, com a abertura do envelope número 1, contendo a documentação relativa a habilitação jurídica e a regularidade fiscal, da empresa ROSELI FERREIRA CHICATTO LTDA 36.519.645/0001-82, única participante do certame, sendo que inicialmente foram analisados e rubricados externamente os envelopes e constatado que a empresa está apta para a abertura do envelope contendo a proposta. Aberto o envelope número 2, contendo a proposta de preços foi verificado que a mesma atende os requisitos conforme o edital, sendo considerada aceita, onde o valor global apresentado é de: R\$ 9.960,00 (nove mil e novecentos e sessenta reais) divididos em 12 (doze) parcelas de R\$ 830,00 (oitocentos e trinta reais), sagrando-se vencedora do certame. Essa comissão sugere ao Presidente da Câmara de Vereadores de Alto Bela Vista que decorrido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para eventuais questionamentos e recursos, seja feita a adjudicação e homologação do presente processo licitatório. Registra-se que não houve a presença do representante da empresa participante. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou os trabalhos e atendendo ao seu pedido eu, Tatiane dos Santos, lavrei a presente ata que segue assinada pelos membros da comissão, após lida e aprovada sem restrições.

ALINE HÖHN
Presidente da CPL

ALINE MONICA LOHMANN
Membro da CPL

TATIANE DOS SANTOS
Secretária da CPL

Anchieta

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO CONTRATO 037/2019-PM

Publicação Nº 2594666

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 037/2019 DE PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE RECOLHA DE DEJETOS HUMANOS FIRMADO ENTRE A EMPRESA JACSON DISNER & CIA LTDA - ME E O MUNICÍPIO DE ANCHIETA.

O MUNICÍPIO DE ANCHIETA, através do Prefeito Municipal e a empresa JACSON DISNER & CIA LTDA - ME, já qualificada no contrato 037/2019, com fundamento da Lei Federal Nº 8.666/93 de 21/06/93 considerando o previsto nas Cláusulas Quarta e Décima Quarta do referido contrato, celebram o presente termo aditivo, com base nas Cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS VALORES AVENÇADOS

O valor mensal previsto na Cláusula Quarta do Contrato Nº 037/2019, será mantido em até R\$: 1.500,00 (Um Mil e Quinhentos Reais), totalizando o valor de R\$: 18.000,00 (Dezoito Mil Reais).

CLÁUSULA SEGUNDA - PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do Contrato ora aditado, previsto na Cláusula Décima Quarta, fica prorrogado até 31 de Agosto de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros para fazer frente às despesas correrão a conta da seguinte dotação:

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano/Elemento	Descrição	Valor Bloqueado
13.01 – 18.542.0019.2013	279	151/2020 - 3.3.90.39.99	ADM. GERAL BENS E SERV. SISTEMA DE ESGOTO, PRES.E CONSERVAÇÃO.	18.000,00

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato ora aditado. E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente aditivo em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito.

Anchieta – SC, 10 de Agosto de 2020.

IVAN JOSÉ CANCI Prefeito Municipal CPF: 625.835.909-44	ANTONINHO SADI DISNER Contratado/Responsável CPF: 592.267.659-87
--	--

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 029/2020-PM

Publicação Nº 2594667

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 029/2019 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERNET/FIBRA, FIRMADO ENTRE A EMPRESA MKANET SERVIÇOS E COMÉRCIO DE INFORMÁTICA LTDA E O MUNICÍPIO DE ANCHIETA.

O MUNICÍPIO DE ANCHIETA, através do Prefeito Municipal e a empresa MKANET SERVIÇOS E COMÉRCIO DE INFORMÁTICA LTDA, já qualificada no contrato 029/2019, com fundamento da Lei Federal Nº 8.666/93 de 21/06/93 considerando o previsto nas Cláusulas Primeira e Décima do referido contrato, celebram o presente termo aditivo, com base nas Cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS VALORES AVENÇADOS

Fica acrescido ao Contrato 029/2019 no Item 2 - Plano de mais 3 links Interconexão via Fibra Óptica entre a Sede da Prefeitura e os locais em anexo com velocidade mínima de 100Mbps.

Perfazendo um valor mensal de R\$: 347,61 (Trezentos e Quarenta e Sete Reais e Sessenta e Um Centavos), totalizando o valor de R\$: 4.171,32 (Quatro Mil, Cento e Setenta e Um Reais e Trinta e Dois Centavos), para o período de 12 meses. Em conformidade com a Cláusula Décima do Contrato

CLÁUSULA SEGUNDA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros para fazer frente às despesas correrão a conta da seguinte dotação:

03. Secretaria de Administração e Gestão – 01. Administração e Gestão.

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano/Sub Elemento	Descrição	Valor Bloqueado
04.122.0002.2007	131	18/2020 - 3.3.90.39.99	ADM.GERAL DOS BENS E SERVIÇOS DA SECRETARIA DE ADM. E GESTÃO	4.171,32

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato ora aditado. E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente aditivo em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito.

Anchieta/SC, 10 de Agosto de 2020.

IVAN JOSÉ CANCI Prefeito Municipal CPF: 625.835.909-44	MATHEUS GUSTAVO IMHOFF Responsável Legal/Sócio CPF: 006.907.389-94
--	--

CONTRATO 045/2020-PM

Publicação Nº 2594664

CONTRATO Nº 045/2020

Execução de Obra

TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2020 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 073/2020

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA, PARA PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS POLIÉDRICAS, NOS TRECHOS DAS RUAS PADRE REINALDO STEIN E OSMAR CESCA, CENTRO DO MUNICÍPIO DE ANCHIETA/SC, EM CONFORMIDADE COM O MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO E A EMPRESA VANDERLEI PERIN - ME, NA FORMA ABAIXO:

O MUNICÍPIO DE ANCHIETA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 83.024.687/0001-22, com sede a Avenida Anchieta, nº 838, Centro, Anchieta, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. IVAN JOSÉ CANCI, inscrito no CPF nº 625.835.909-44, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro, a empresa VANDERLEI PERIN - ME, com sede na Rua 1 De Maio, Nº 137, Centro, 89970-000, Anchieta/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 23.935.949/0001-89, neste ato representado pelo seu Representante Legal, Senhor VANDERLEI PERIN, brasileiro, união estável, empresário, inscrito no CPF sob o nº 047.662.159-31, doravante denominada CONTRATADA, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o Processo de Licitação nº 073/2020, instaurado sob a modalidade Tomada de Preços nº 008/2020 de 07 de Agosto de 2020.

As partes acima identificadas pactuam o presente contrato, regido pela Lei Federal nº 8666/93, e suas diversas alterações legais, em especial a Lei Federal nº. 8883/94, tanto quanto pelas cláusulas e condições do Processo Licitatório nº 073/2020, Tomada de Preços nº 008/2020, que passa a fazer parte integrante do presente contrato, bem como as seguintes avenças:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente Contrato tem por objeto a Contratação de empresa para execução de obra e serviços de engenharia, em regime de empreitada global, com fornecimento de materiais e mão de obra necessária, para Pavimentação com Pedras Poliédricas, nos Trechos das Ruas Padre Reinaldo Stein e Osmar Cesca, Centro do Município de Anchieta/SC, totalizando uma área de 1.680,00 m². Pagas com Recursos de Transferência Especial - Emenda Parlamentar Federal nº 202028550021, em conformidade com Projetos, Memorial Descritivo, Cronograma Físico Financeiro e Planilha Orçamentária – Anexo

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA, LOCAL E DO PRAZO DE EXECUÇÃO, CONTRA PARTIDA.

2.1. A execução do presente Contrato dar-se-á sob a forma Indireta, em regime de Empreitada por Preço Global em conformidade com o projeto básico constante no Anexo "VIII" do Edital para pavimentação com Pedras Poliédricas nas Ruas Padre Reinaldo Stein e Osmar Cesca, Centro do Município, totalizando uma área de total de 1.680,00m² no Município de Anchieta/SC

2.1.2. Os serviços de que tratam o presente contrato deverão ser dirigidos por engenheiro civil, com registro no CREA, presente diariamente no local da obra.

2.2. A CONTRATADA obriga-se a entregar a obra, objeto deste Contrato, completamente concluída, no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir da data de recebimento da Autorização de Início da Obra, podendo este prazo ser prorrogado nos casos em que alude o Art. 57, § 1º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

2.2.1. A obra deverá ser iniciada, obrigatoriamente, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da data de assinatura do Contrato e emissão da Autorização de Início, sob pena de notificação.

2.3. Deverá ser apresentada, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de execução de obra (recolhida sobre o valor do contrato e assinada pelo mesmo profissional que forneceu os acervos técnicos).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1. O presente Contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2020 contados da data de sua assinatura, podendo este prazo ser revistos nos casos previstos na Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL E DE SEU REAJUSTE

4.1. Pela execução da obra prevista na Cláusula Primeira, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total global de R\$ 75.421,88 (Setenta e Cinco, Quatrocentos e Vinte e Um Reais e Oitenta e Oitenta e Oito Centavos), constante da proposta vencedora do Processo Licitatório Nº 073/2020 – Tomada de Preços Nº 008/2020, entendido como preço justo e suficiente para a total execução do presente objeto.

4.2. Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas, com a execução do objeto licitado, deverão estar inclusos nos preços a serem pagos, não sendo aceitos pleitos de acréscimos a qualquer título.

4.3. O preço pelo qual será contratado o objeto do presente contrato não sofrerá reajuste.

CLÁUSULA QUINTA - DAS MEDIÇÕES DAS ETAPAS DA OBRA

5.1. As medições serão realizadas conforme cronograma físico-financeiro mediante requerimento da contratada, que deverá entregar juntamente com este, a Planilha Orçamentária, referente à etapa concluída.

5.2. As etapas da obra serão consideradas executadas mediante a emissão de relatórios de medição, relativos à sua execução, pelo Setor de Engenharia, os quais serão emitidos em até 10 (dez) dias úteis após solicitação da empresa vencedora, para o fim estabelecido na Clausula Sexta do presente contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. Expedido os relatórios de medição a que se refere a Clausula Quinta do presente contrato, os mesmos serão encaminhados ao agente financeiro, que atestará a execução física das etapas correspondentes e, se for o caso, autorizará a liberação da(s) parcela(s) dos recursos financeiros vinculados à execução do objeto deste contrato para pagamento à empresa contratada, a qual deverá apresentar à Prefeitura de Anchieta, no prazo de 02 (dois) dias úteis a partir do recebimento do(s) relatório(s) de medição aprovado(s) pelo agente financeiro, a(s) respectiva(s) nota(s) fiscal (is), constando de seu(s) corpo(s) o número do Convênio citado na Clausula Primeira, item 1.2, bem como informar os dados (CNPJ, Endereço, Nome da Contratada) conforme dados constantes da proposta de preço apresentada durante o certame licitatório.

6.2. O pagamento será desembolsado conforme execução, após o recebimento das notas fiscais, obedecida a ordem cronológica de sua exigibilidade, se cumprido o disposto na Clausula Quinta, item 6.1 da presente clausula e aos seguintes requisitos:

6.2.1. 1ª Parcela:

- a) Comprovação da matrícula da obra (cadastro específico do INSS);
- b) Cópia das Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs);
- c) Guia de Recolhimento da Previdência Social (GRPS/GPS);
- d) Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP);
- e) Guia de Recolhimento do ISS;
- f) Declaração da empresa, de que está com a escrituração contábil atualizada, assinada pelo contabilista e administrador responsável, bem como os demonstrativos do último exercício social da empresa.

6.2.2. A liberação das demais parcelas fica condicionada à apresentação dos documentos mencionados nas letras: c, d, e, f do item 6.2.1 desta Cláusula.

6.2.3. A última parcela fica condicionada à apresentação dos documentos elencados nas letras c, d, e, f, item 6.2.1 desta Cláusula, Certidão Negativa de Débito INSS referente obra executada e ao recebimento provisório da obra.

6.2.4. Todos os documentos deverão ser autenticados ou conferidos com os originais.

6.3. O contrato não sofrerá qualquer tipo de alteração em seu valor, ressalvadas as hipóteses previstas no art. 65 da Lei Federal nº 8666/93.

6.4. A contratada deverá, com base no art. 71, da Lei Federal nº 8666/93, comprovar o recolhimento prévio das contribuições previdenciárias incidentes sobre a remuneração dos segurados, incluídas em Nota Fiscal ou Fatura correspondente aos serviços executados, quando do pagamento da referida nota, nos termos do art. 31, §§ 3º e 4º da Lei Federal nº 8212/91.

6.5. Na eventual hipótese de problemas orçamentários e ou financeiros por parte do Município de Anchieta - SC, a entrega dos produtos/serviços poderá vir a ser suspensa até a devida adequação, ou mesmo cancelada, sem que isso represente quebra de contrato a ensejar rompimento de avença e ou justificar pagamento de multa.

6.6 - A contratada deverá disponibilizar, obrigatoriamente, a contratante o número da Conta Bancária (em nome da pessoa jurídica) na qual será efetuado o depósito para o pagamento do objeto.

CLAUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

7.1 - Dos Recursos Orçamentários

7.1.1 - Os recursos orçamentários para o cumprimento do objeto licitado são os seguintes:

Despesa: 202 - EQUIP/OBRAS/PAVIMENTAÇÃO, REVITALIZAÇÃO DE PASSEIO

Órgão: 7 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Unidade: 1 - PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS

Função: 15 - Urbanismo

Subfunção: 452 - Serviços Urbanos

Programa: 16 - INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL

Projeto/Atividade: 1.004 - EQUIP/OBRAS/PAVIMENTAÇÃO, REVITALIZAÇÃO DE PASSEIO

Elemento: 4.4.90.51.99.000000 - Aplicações Diretas

Recurso: 164 - Transferência Especial da União- Emenda Individual R\$: 75.421,88 7.2 - Dos Recursos Financeiros:

7.2.1 - Os recursos financeiros para pagamento do objeto licitado serão Recursos de Transferência Especial - Emenda Parlamentar Federal nº 202028550021.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES

8.1. São obrigações da CONTRATADA:

8.1.1. Nos termos do § 1º, do art. 65 da Lei Federal nº 8666/93 a contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições da sua proposta, os acréscimos ou supressões, mediante aditamento contratual.

8.1.2. Fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, do objeto do contrato quando constatados vícios, defeitos ou incorreções de execução ou de materiais empregados.

8.1.3. Fica responsável pelos danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa possibilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado.

8.1.4. Caberá a contratada cumprir e fazer cumprir a legislação em vigor, relativa à Segurança e Medicina do Trabalho, objetivando a prevenção de acidentes pessoais e/ou materiais, bem como a preservação da saúde de seus trabalhadores, inclusive em relação à mão-de-obra contratada de terceiros.

8.1.5. A contratada deverá manter permanentemente na obra um engenheiro civil, durante todo o período de execução, devidamente credenciado para receber, como seu representante, ordem de execução, dar andamento às providências nelas contidas ou delas decorrentes e tudo o mais necessário à boa execução dos serviços e obras objeto deste contrato, somente podendo substituí-lo por elemento de igual, ou melhor, experiência profissional e mediante prévia autorização escrita do município.

8.1.6. Caberá ainda a contratada treinar seus funcionários para a prática de prevenção de acidentes, fornecer os equipamentos de proteção individual necessários, bem como tornar obrigatória e fiscalizar sua utilização, responsabilizando-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados, durante a execução da obra, objeto do presente Contrato.

8.1.7. Sempre que necessário, a contratada poderá reforçar a sua equipe de técnicos na obra para permitir a execução dos serviços dentro dos prazos previstos, se ficarem constatada tal necessidade.

8.1.8. Ao final da obra, deverá a contratada proceder à recomposição do local da obra, demolindo as construções do canteiro, promovendo a limpeza e a remoção de todo o material indesejável.

8.1.9. Terá a contratada que reforçar o seu parque de equipamentos se for constatada inadequação para realizar os serviços de acordo com cronograma ou se, em virtude de atraso em uma das suas fases, for necessário esse aumento de equipamentos para recuperação de tempo perdido.

8.1.10. Se necessário, a contratada praticará a substituição dos equipamentos defeituosos ou que estiverem em más condições de funcionamento.

8.1.11. Somente após o término da utilização dos equipamentos em face do plano de trabalho desenvolvido ou mediante autorização escrita do Município, poderá a contratada retirá-los do canteiro de obras.

8.1.12. A contratada deverá executar rigorosamente o serviço, sendo vedada qualquer alteração ou acréscimo sem a competente autorização escrita do Município.

8.1.13. A contratada obriga-se a impedir que o seu pessoal ou equipamento ingresse em terras de terceiros sem autorização do Município, respondendo por qualquer dano que tal procedimento originar.

8.1.14. A contratada deverá submeter à aprovação do Município, amostras de materiais a serem utilizados na execução das obras.

8.1.15. Correrão por conta e risco da contratada todas as despesas, inclusive os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

8.1.16. A contratada deverá apresentar, antes do recebimento pelos serviços prestados, os holerites, guias de FGTS (GFIP) e INSS (GPS) de todos os empregados que efetivamente tenham prestado o serviço objeto do presente contrato durante os meses a que se refere à respectiva medição a ser efetuada;

8.1.16.1. A não apresentação dos documentos mencionados nos itens anteriores ensejará a retenção do pagamento devido até que os mesmos sejam regularmente apresentados, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato anexo e na Lei Federal nº. 8666/93.

8.1.16.2. Se a contratada omitir-se e não apresentar os respectivos documentos no prazo de 30(trinta) dias depois de intimada pela Administração Municipal ficará sujeita a rescisão unilateral do contrato, nos termos do art. 78, I, c/c o art. 79 da Lei Federal nº. 8666/93, sem prejuízo das sanções contratuais e legais pertinentes e da denúncia da situação ao órgão competente do Ministério do Trabalho e Emprego para providências pertinentes.

8.1.17. Apresentar a A.R.T. (Anotação de Responsabilidade Técnica) de execução, devidamente quitada, no início da execução da obra objeto deste Contrato.

8.1.18. Requerer a matrícula da obra objeto deste Contrato junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, antes do início da execução da mesma.

8.1.19. Registrar a retenção de 11% (onze por cento) sobre o valor da mão-de-obra, para recolhimento ao INSS, quando da apresentação da nota fiscal/fatura à CONTRATANTE, a qual deverá discriminar o quantitativo e os valores do material e da mão-de-obra empregados na execução do objeto deste Contrato, conforme a Instrução Normativa MPS/SRP nº 3, de 14 de julho de 2005, encaminhando, juntamente com a nota fiscal/fatura, a GRPS devidamente preenchida.

8.1.20. Recolher o ISSQN devido na base territorial da execução da obra e sobre o valor total da mesma.

8.1.21. Providenciar a sinalização de segurança de trânsito para o canteiro de obras e/ou ruas envolvidas na execução da obra objeto deste Contrato.

8.1.22. Confeccionar e colocar placa de identificação da obra e do valor deste Contrato, de acordo com modelo a ser fornecido pela CONTRATANTE.

8.1.23. Disponibilizar o "Diário de Obra" e mantê-lo em local apropriado do canteiro de obras, conforme orientação do Setor de Engenharia da Prefeitura Municipal de Anchieta - SC, em cumprimento ao disposto no Art. 67, § 1º da Lei 8.666/93.

8.2. São obrigações da CONTRATANTE:

8.2.1. Entregar os relatórios de medição das etapas de execução da obra objeto deste Contrato no prazo estabelecido na Cláusula Quinta.

8.2.2. Efetuar o pagamento no prazo estabelecido no subitem 6.2, cumprido o disposto no item 6.1 da Cláusula Sexta.

8.2.3. Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato;

8.2.4. Modificar o contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;

8.2.5. Rescindir o contrato, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 desta Lei;

8.2.6. Fiscalizar-lhes a execução.

8.2.7. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

8.2.8. Fornecer as máquinas, veículos e funcionários de acordo com o disposto no item 2.4.

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

9.1. O Município de Anchieta – SC exercerá a mais ampla fiscalização e supervisão dos trabalhos referentes ao objeto contratado, sem prejuízo da responsabilidade da contratada, designando para tanto engenheiro civil e/ou prepostos, devidamente credenciados, aos quais caberá fiscalizar em todos os seus aspectos a execução dos mencionados trabalhos.

9.2. A fiscalização terá acesso a todas as etapas e dependências referentes às operações de execução do objeto licitado, cabendo-lhe, ainda: I - Agir e decidir soberanamente perante a contratada acerca da execução do objeto contratado, inclusive rejeitando os trabalhos que estiverem em desacordo com os projetos básicos e executivos e proposta vencedora, com as normas de especificações ou com a melhor técnica consagrada pelo uso;

II - Ordenar a imediata retirada do local, do empregado, do equipamento e no máximo em 48 (quarenta e oito) horas do material rejeitado, por dificultar a realização dos trabalhos referentes ao objeto contratado ou à fiscalização feita;

III - Notificar por escrito a contratada e comunicar seus superiores acerca de todas as ocorrências especificadas nos itens anteriores.

IV - A contratada manterá, no local da obra, o diário de obra ou diário de ocorrência, com todas as folhas devidamente rubricadas pelo seu representante e pela Fiscalização, onde serão registrados:

a) Pela Contratada:

I - As condições prejudiciais ao andamento dos trabalhos;

II - As consultas à fiscalização;

III - As datas de conclusão das etapas no cronograma aprovado;

IV - Os acidentes ocorridos no decurso do trabalho;

V - Números de empregados presentes;

VI - Outros fatos que, a critério do responsável, devam ser anotados.

b) Pela Fiscalização:

I - Atestação da veracidade dos apontamentos efetuados pela contratada;

II - Soluções às consultas formuladas ou providências solicitadas;

III - Juízos ou restrições a respeito do andamento da obra;

IV - Outros fatos que, a critério do responsável, devam ser anotados.

9.3 - A contratada é obrigada a permitir a fiscalização dos materiais, da execução das obras e serviços, além de facultar o acesso a todas as partes das obras contratadas.

9.4. É assegurado à FISCALIZAÇÃO o direito de ordenar a suspensão das obras e serviços, sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeita à Contratada e sem que esta tenha direito a qualquer indenização, no caso de não ser atendida dentro de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da entrega da ordem de serviço correspondente, qualquer reclamação sobre defeito essencial em serviços executados ou em material posto na obra.

9.5. A contratada obriga-se a retirar da obra, imediatamente, após o recebimento da ordem de serviço correspondente, qualquer empregado, tarefeiro, operário ou subordinado seu que, a critério da FISCALIZAÇÃO, venha a demonstrar conduta nociva, incapacidade técnica, ou mantiver atitude hostil para com os fiscais ou prepostos do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA DA OBRA

10.1. A contratada responderá pela solidez e segurança das obras, objeto do presente contrato, durante o prazo de 05 (cinco) anos, contados a partir da data da conclusão das mesmas, em conformidade com o art. 618, do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/02), ficando responsável, neste período, por reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, os serviços e obra empreitada, toda vez que forem apontados vícios ou irregularidade pelo município, contados da data do recebimento definitivo do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO DA OBRA

11.1 - Para o recebimento da obra observar-se-á o procedimento a seguir:

11.1.1 - A fiscalização do município verificará se a obra está concluída de acordo com estabelecido nas especificações técnicas e, em caso positivo, proporá a sua aceitação provisória, mediante a emissão do Termo de Recebimento Provisório, nos termos do art. 73, inc. I, "a" da Lei 8.666/93.

11.1.2 - Após a entrega da última medição será dado prazo de 90 (noventa) dias para a observação do objeto contratado, ao final do qual a mesma será recebida definitivamente através do Departamento de Engenharia, mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo das mesmas, nos termos do art. 73, inc. I, "b" da Lei 8.666/93.

11.1.3 - A contratada responderá pela solidez e segurança das obras, objeto do presente contrato, durante o prazo de 05 (cinco) anos, contados a partir da data da conclusão das mesmas, em conformidade com o art. 618, do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/02), ficando responsável, neste período, por reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, os serviços e obra empreitada, toda vez que forem apontados vícios ou irregularidade pelo município, contados da data do recebimento definitivo do objeto contratado.

11.1.4 - Antes da assinatura do Termo de Recebimento, quer provisório quer definitivo, a CONTRATADA deverá atender todas as exigências da fiscalização do CONTRATANTE, relacionadas com qualquer defeito ou imperfeição verificado, que deverão ser corrigidos pela CONTRATADA, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE;

11.1.5 - A assinatura do Termo de Recebimento em definitivo não implica em eximir a CONTRATADA das responsabilidades e obrigações a que se refere o Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer indenização.

12.2. A rescisão contratual poderá ser:

12.2.1. determinada por ato unilateral da CONTRATANTE, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;

12.2.2. amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1 - Sem prejuízo das sanções previstas nos arts. 86 e 87 da Lei 8.666/93, a empresa contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

13.2 - Pelo atraso injustificado na execução do Contrato:

13.2.1 - multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), sobre o valor da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total

de 20% (vinte por cento);

13.3 - Pela inexecução total ou parcial do Contrato:

13.3.1 – advertência

13.3.2 – multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida;

13.3.3 – multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

13.3.4 – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

13.3.5 – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item 13.3.4.

13.4 - O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 13.3.2 e 13.3.3 será o valor inicial do Contrato.

13.5 - As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseq-entemente, o pagamento delas não exime a empresa contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Prefeitura de Anchieta.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

14.1. A CONTRATANTE providenciará a publicação respectiva, em resumo, do presente termo, na forma da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

15.1. Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 65, da Lei Federal nº 8.666/93, sempre através de termos aditivos, enumerados em ordem crescente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

16.1. O presente contrato está vinculado ao Edital de Tomada de Preço nº 008/2020, de acordo com o Art. 55, inciso XI da Lei Federal nº 8666/93 e a proposta da contratada.

16.2. A empresa contratada será responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social, trabalhista e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar ao contratante, ao meio ambiente e/ou a terceiros, em decorrência da execução dos serviços contratados, respondendo por si e por seus sucessores.

16.3. A Prefeitura Municipal de Anchieta reserva-se o direito de deixar de executar o objeto do presente contrato, no todo ou em parte, conforme sua necessidade e disponibilidade financeira, sem prévio acordo com o contratado, não cabendo a este qualquer tipo de indenização.

16.4. Não será permitida terceirização e a sub-empregada da obra, no todo ou em parte, sem a expressa anuência do Município.

16.5. É vedado à contratada caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Município;

16.6. Caso a contratada seja de estado diverso do Estado de Santa Catarina, deverá a mesma comprovar, para fins de assinatura do presente contrato, o visto ou registro no CREA/SC demonstrando que tem condição legal de atuar neste Estado, nos termos da Resolução nº 336/89 do CONFEA.

16.7. Os casos omissos neste contrato serão resolvidos à luz das disposições contidas na Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993, Lei Complementar 123, de 15/12/2006, e, se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1. Para as questões que se suscitarem entre os eventuais interessados e a Administração Municipal de Anchieta – SC na interpretação das cláusulas do presente edital e que não forem resolvidas amigavelmente na esfera administrativa, fica eleito o foro da Comarca de Anchieta – SC para a solução judicial, desistindo os interessados de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes que a tudo assistiram.

Anchieta/SC, 07 de Agosto de 2020.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

VANDERLEI PERIN

Representante Legal da Empresa

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

IDENES M. F. SCHENA

CPF: 034.116.669-35

NERI WILBRANTZ

CPF: 853.985.199-72

HOMOLOGAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO TP 008/2020-PM

Publicação Nº 2594663

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
HOMOLOGAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO

Processo Licitatório nº 073/2020 – Tomada de Preços nº 008/2020

A Prefeitura Municipal de Anchieta, por meio de seu Prefeito, torna público que Homologou a Adjudicação do Processo Licitatório nº 073/2020, instaurado sob a modalidade Tomada de Preços, Menor Preço Global, para: Contratação de empresa para execução de obra e serviços de engenharia, em regime de empreitada global, com fornecimento de materiais e mão de obra necessária, para Pavimentação com Pedras Poliédricas, nos Trechos das Ruas Padre Reinaldo Stein e Osmar Cesca, Centro do Município de Anchieta/SC, totalizando uma área de 1.680,00 m². Pagas com Recursos de Transferência Especial - Emenda Parlamentar Federal nº 202028550021.

EMPRESA VENCEDORA:

VANDERLEI PERIN - ME.

Valor Total Global de R\$: 75.421,88 (Setenta e Cinco Mil, Quatrocentos e Vinte Um Reais e Oitenta e Oito Centavos).

Prazo de Execução: 30 Dias.

Anchieta, 07 de Agosto de 2020.

IVAN JOSÉ CANCI – Prefeito Municipal.

LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO LAO - PROTOCOLO N. 547/2020

Publicação Nº 2595065

**Estado de Santa Catarina****Município de Anchieta****LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO
PROTOCOLO Nº 547/2020**

O município de Anchieta/SC em parceria técnica com o **Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional -CONDER**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Federal nº 140, de 08 de dezembro de 2011, Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009, Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981, Resolução CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997, Resolução CONSEMA nº 101, de 06 de julho de 2017, Resolução CONSEMA nº 117, de 01 de dezembro de 2017, Resoluções CONSEMA nº 98/17 e 99/17 e suas alterações, bem como as Leis Municipais Complementares ns. 080/2020, 089/2020, 092/2020, Decretos Municipais ns. 200/2019 e 201/2019, e com base no **Protocolo nº 547/2020** do CONDER, concede a presente **LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO - LAO** à:

EMPREENDEDORES:

NOME: MOACIR ANTONIO PIOVESANI		CPF: 605.355.399-91
ENDEREÇO: LINHA SÃO ROQUE		Bairro: INTERIOR
CEP: 89970-000	MUNICÍPIO: ANCHIETA	ESTADO: SC

PARA ATIVIDADE DE:

ATIVIDADE: 01.54.00 – GRANJA DE SUINOS - TERMINAÇÃO
EMPREENDIMENTO: LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO - LAO PARA 560 CABEÇAS DE SUINOS EM FASE DE TERMINAÇÃO E ENGORDA
CPF: 605.355.399-91

LOCALIZADA EM:

ENDEREÇO: LINHA SÃO ROQUE S/N		Bairro: INTERIOR
CEP: 89970-000	MUNICÍPIO: ANCHIETA	ESTADO: SC
COORDENADAS GEOGRÁFICAS: LATITUDE 26° 32'53.10"S – LONGITUDE 53° 22'27,80"W		

DA VIABILIDADE:**Condições gerais:**

- I. Quaisquer alterações nas especificações dos elementos apresentados no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser precedidas de anuência do Município.
- II. O Município, mediante decisão motivada, poderá modificar as condições de validade, suspender ou cancelar a presente licença, caso ocorra:
 - Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;
 - A superveniência de graves riscos ambientais e/ou de saúde pública;
 - Violação ou inadequação de quaisquer condições de validade da licença ou normas legais.
- III. A publicidade desta licença deve ocorrer conforme Lei Estadual 14.675/09, artigo 42.
- IV. Retificações e recurso administrativo relativos a presente licença devem ser encaminhados ao Município no prazo de 20 (vinte) dias contados da data de comunicação de expedição da presente licença.

PRAZO DE VALIDADE:

48 (QUARENTA E OITO MESES) meses, a contar da presente data.

DOCUMENTOS EM ANEXO:

Anexo à esta licença encontra-se o parecer da equipe técnica do CONDER, o qual apresenta demais informações bem como as condicionantes e deverá obrigatoriamente ser vinculado a esta. Parecer anexado no Despacho 125 do Protocolo 547/2020.

LOCAL, DATA E ASSINATURA:

ANCHIETA/SC, 07 de AGOSTO de 2020.

CARLOS AUGUSTO ANTONIETTI

Engenheiro Agrônomo Municipal – Matrícula 267

Responsável Técnico pelo Licenciamento Ambiental - Município de Anchieta

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC

e-mail: licenciamentoambiental@anchieta.sc.gov.br / Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br.

Assinado por 1 pessoa: CARLOS AUGUSTO ANTONIETTI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://condet.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 2263-7A5-3CTT-368E





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 2263-7A57-3C11-968E

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



CARLOS AUGUSTO ANTONIETTI (CPF 464.208.780-04) em 07/08/2020 14:55:31 (GMT-03:00)

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://conder.1doc.com.br/verificacao/2263-7A57-3C11-968E>

Anitápolis

PREFEITURA

DECRETO Nº. 034/2020 AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2594629

DECRETO Nº. 034/2020

AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do artigo 9º da Lei Municipal nº. 1014/19 de 20 de dezembro de 2019:

DECRETA

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no limite de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), a dotação abaixo relacionada:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITAPOLIS

10.002.2.006.3.3.90.01.00/31 R\$ 65.000,00

Art. 2º As despesas decorrentes do artigo anterior correrão por conta de anulação do excesso de arrecadação da fonte de recursos no mesmo valor das dotações acima relacionadas.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anitápolis, em 04 de junho de 2020.

Laudir Pedro Coelho
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto no órgão oficial do Município de Anitápolis, em 04 de junho de 2020.

Fernanda Coelho Raimundo
Chefe de Gabinete

Antônio Carlos**PREFEITURA****41ª CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO Nº 01/2019**

Publicação Nº 2596982

41ª CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO Nº 01/2019

O PREFEITO MUNICIPAL, Geraldo Pauli, no uso de suas atribuições, nos termos do artigo 37 de Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, CONVOCA aprovado do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2019, para comparecer na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, a partir das 8 horas do dia 11 de agosto de 2020, nos termos da Lei Municipal n. 1.544/2017, conforme abaixo:

ENFERMEIRO 40 HORAS		
Class.	Candidato	Inscrição
08º	GISELLE CHRISTINE BARTOSIAK	0505

Antônio Carlos, 10 de agosto de 2020.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

AVISO DE SUSPENSÃO - PROCESSO LICITATÓRIO N. 86/2020 - PREGÃO PRESENCIAL N. 54/2020

Publicação Nº 2597028

PROCESSO LICITATÓRIO N. 86/2020
PREGÃO PRESENCIAL N. 54/2020

AVISO DE SUSPENSÃO

O Município de Antônio Carlos/SC torna pública a SUSPENSÃO do Processo Licitatório n. 86/2020, Pregão Presencial n. 54/2020, bem como de sua sessão pública agendada para o dia 14/08/2020, as 09h00min.

A suspensão é necessária para que as Secretarias Municipais possam realizar adequações referentes ao quantitativo dos itens ora licitados.

Antônio Carlos/SC, 10 de agosto de 2020.

GERALDO PAULI
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 104/2020

Publicação Nº 2594830

DECRETO Nº 104 DE 5 DE AGOSTO DE 2020.

ALTERA O inciso I, do art. 20 do Decreto Municipal n. 52/2020, "Dispõe sobre a regulamentação do regime de trabalho a ser desenvolvido pelos profissionais do Magistério e da Educação, em cumprimento do regime especial de atividades remotas em decorrência da situação emergencial caracterizada pela suspensão das aulas da rede pública municipal decretada como medida de enfrentamento da pandemia (COVID-19), dispõe sobre a suspensão dos contratos de trabalho de servidores temporários (ACTs) vinculados à Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências".

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS), no dia 11 de março do corrente ano, atribuiu à epidemia causada pelo novo CORONAVÍRUS (COVID-19) o status de pandemia;

CONSIDERANDO a edição da MP n. 934, de 1º de abril de 2020, que estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;

CONSIDERANDO o disposto nos Decretos Estaduais 515, de 17 de março de 2020, 521, de 19 de março de 2020 e o 525, de 23 de março de 2020 que dispõem sobre a adoção de medidas voltadas ao enfrentamento da situação de emergência em saúde pública em todo o território catarinense;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 39, de 18 de março de 2020, que decretou situação de emergência em saúde pública (ou que adotou medidas para combate à pandemia do coronavírus);

DECRETA:

Art. 1º O inciso I, do art. 20 do Decreto Municipal n. 52/2020, passa a vigorar com a seguinte redação

“Art. 20. ...

...

I - 50% de sua remuneração contratada, a partir de 1º de agosto de 2020, permitida a suspensão contratual sem remuneração mediante requerimento do contratado.”

Geraldo Pauli
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 107/2020

Publicação Nº 2594675

DECRETO Nº 000107/20 de 7 de Agosto de 2020

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001636/19 de 12 de Dezembro de 2019.

DECRETA :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 8.271,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.0012.2.031-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 8.271,00

Art. 2º -

Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.0012.2.031-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 8.271,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 7 de Agosto de 2020

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 108/2020

Publicação Nº 2594676

DECRETO Nº 000108/20 de 7 de Agosto de 2020

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001636/19 de 12 de Dezembro de 2019.

DECRETA :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 149.600,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.0012.2.030-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 149.600,00

ra atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):
149.600,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 7 de Agosto de 2020

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 109/2020

Publicação Nº 2594679

DECRETO Nº 000109/20 de 7 de Agosto de 2020

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001636/19 de 12 de Dezembro de 2019.

DECRETA :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 2.975,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.02 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BAS

04.02.12.365.0006.2.006-4.4.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 2.975,00

Art. 2º -

Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.02 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BAS

04.02.12.365.0006.2.006-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 2.975,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 7 de Agosto de 2020

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

PORTARIA N 458/2020

Publicação Nº 2596983

PORTARIA Nº 458/2020

Revoga nomeação de servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei 558/92 e,

Considerando que o Sr. Rafael Dall Ostro, nomeado para o cargo de FARMACÊUTICO em 08 de julho de 2020, não se manifestou para tomar posse no respectivo cargo no prazo estipulado.

RESOLVE:

Artigo 1º - Revogar a nomeação do Sr. Rafael Dall Ostro para o cargo de FARMACÊUTICO, aprovado no Concurso Público do Município de Antônio Carlos, realizado de acordo com o Edital nº 001/2018, nomeado pela Portaria nº 393/2020.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 10 de agosto de 2020.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 10 de agosto de 2020.

PORTARIA N 459/2020

Publicação Nº 2596987

PORTARIA Nº 459/2020

DISPÕE A RESPEITO DA NOMEAÇÃO E CONVOCAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO EM 02º LUGAR NO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2018, PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO DE FARMACÊUTICO, DO QUADRO DE SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. Prefeito Municipal, Geraldo Pauli, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei 558/92;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear em caráter efetivo o(a) candidato(a) abaixo relacionado(a), aprovados(a) no Concurso Público nº 01/2018, do Poder Executivo Municipal de Antônio Carlos - SC, em virtude da Homologação de seu resultado publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM-SC), Edição Nº 2729 de 15 de janeiro de 2019, obedecida a ordem de classificação, consoante o seguinte quadro geral:

Inscrição	Nome	Classif.	Cargo
105	ALECKSSANDRA BECKER	02º	FARMACÊUTICO

Art. 2º - O(a) candidato(a) nomeado(a), na forma do artigo 1º, fica desde já convocado(a) para tomar posse no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Portaria no Diário Oficial dos Municípios (DOM-SC), iniciando o exercício de suas funções, desde que considerado apto no exame médico de caráter eliminatório segundo o disposto no item 9 do Edital nº 01/2018, cumpridas as formalidades legais relativas à comprovação dos requisitos mínimos para investidura, nomeação e posse, por meio de declarações e documentações; bem como mediante a entrega dos documentos indispensáveis ao Ato da Admissão constantes do Anexo VI, da Instrução Normativa N.TC-11/2011, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE-SC), a saber:

I. Comprovação relativa a:

- a) nacionalidade brasileira;
- b) gozo dos direitos políticos (cópia do título de eleitor);
- c) quitação com as obrigações militares, quando for o caso;
- d) quitação com as obrigações eleitorais (comprovante de votação ou certidão de quitação da Justiça Eleitoral);
- e) idade mínima de 18 anos;
- f) habilitação exigida no edital;

II. Prova de cumprimento dos demais requisitos exigidos no edital de concurso público;**III. Informação concernente aos dados pessoais como: CPF, RG, número do PIS/PASEP;****IV. Fotocópia do registro do contrato na carteira profissional;****V. Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo candidato;****VI. No caso de acumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos, informar o cargo, o órgão ao qual pertence e a carga horária;****VII. Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;****VIII. Comprovante de endereço;****IX. Declaração de bens;****X. Exame médico de aptidão física e mental comprovada por junta médica oficial;****XI. Foto 3x4.**

Art. 3º - O não comparecimento do(a) candidato(a) nomeado(a) ou a não apresentação de justificativa, bem como o não cumprimento dos requisitos mínimos exigidos no artigo 2º, implica automaticamente na nulidade de sua nomeação, com a perda dos direitos decorrentes daquela.

Art. 4º - Além da convocação publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM-SC), para os fins e efeitos legais, a relação dos convocados de que trata o artigo 1º será divulgada no sítio eletrônico do Município Antônio Carlos - SC, no endereço <http://www.antoniocarlos.sc.gov.br/>.

Art. 5º - O candidato nomeado e empossado submeter-se-á ao Regime Jurídico Único, Estatuto dos Servidores do Município de Antônio Carlos - SC, e demais Leis e Regulamentos municipais em vigor no Município de Antônio Carlos - SC, inclusive quanto às atribuições e vencimentos.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Antônio Carlos - SC, 10 de agosto de 2020.

Geraldo Pauli

Publicado no DOM em: 10 de agosto de 2020.

PROCESSO LICITATÓRIO 93/2020 DISPENSA 18/2020

Publicação Nº 2594671

PROCESSO LICITATÓRIO N. 93/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 18/2020

MIRLENE MANES, presidente da Comissão Permanente de Licitações, no uso de suas atribuições legais, justifica o presente termo de Dispensa de Licitação pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:

CONSIDERANDO que a educação no Município de Antônio Carlos vem sendo ofertada de modo não presencial por conta da pandemia do COVID-19, conforme estabelece o art. 32, § 4º da LDB (1996): "O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais", com objetivo de cumprir o calendário escolar;

CONSIDERANDO a regulamentação do ensino não presencial estabelecida no Conselho Nacional de Educação Nº 011/2020, Conselho Municipal de Educação do Município de Antônio Carlos nº 003/2020 e na Lei Municipal Nº 1.641/2020;

CONSIDERANDO que as diretoras das unidades escolares, junto com os professores organizam e enviam atividades, vídeo aulas e explicações dos conteúdos aos alunos e famílias através do WhatsApp, assim como os planejamentos estão sendo elaborados e compartilhados por meio do "google drive" e as reuniões por meio do "zoom" e "google meet";

CONSIDERANDO a necessidade dos professores de tornar suas aulas atrativas para as crianças e alunos e que cabe a Secretaria de Educação e Cultura capacitar seus profissionais para o atual cenário de pandemia, assim como, para o retorno das aulas presenciais, pois as tecnologias fazem parte da vida diárias das crianças e dos adultos e a escola precisa modernizar-se e dar condições de trabalho aos professores, bem como melhorar as práticas pedagógicas;

CONSIDERANDO que com a pandemia do novo coronavírus foi exigido novas mudanças sobre ensinar e aprender, exigindo capacitação dos profissionais, com objetivo de que todos os alunos consigam aprender através de um professor que exerça seu protagonismo com autonomia, resultado de uma formação reflexiva permanente;

CONSIDERANDO a necessidade urgente de capacitação dos professores da educação infantil e anos iniciais nos seguintes temas: Preparação Digital – Dicas de gravação de vídeo utilizando o celular, Preparação Digital – Replanejar aula para o modelo on-line com apresentação audiovisuais, Preparação Digital Edição de Vídeos por celular e Computador, Preparação Digital Avaliação utilizando formulários Google, Google for Education Ferramentas para as aulas on-line – Google Meet e Jitsi Meet, Google for Education – Youtube e suas aplicabilidades, Google for Education – Google Drive e Google Documentos, Ferramentas Digitais Gamificação – Interação com os alunos Utilizando Socrative e Mentimeter, Inclusão – Como Assegurar o aprendizado dos alunos com deficiência?

RESOLVE: Autorizar a contratação do objeto abaixo descrito.

OBJETO: Capacitação para os professores da educação infantil, dos anos iniciais e dos funcionários da parte administrativa da Secretaria de Educação e Cultura.

ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO: Criação de um portal para prefeitura, com acesso liberado aos participantes, com tutoriais e dicas das ferramentas trabalhadas. Criação de grupo de whatsapp com os docentes envolvidos para facilitar o tira dúvidas. Live de Abertura: quantidade 1 (1 hora) - apresentando o contexto e sensibilizando sobre o programa Lives da Categoria Preparação Digital (4 temas): quantidade de turmas por tema 2 (1,5 hora de live + 1 hora de tira dúvidas) - turmas com no máximo 50 participantes Lives da Categoria Introdução Google for Education (3 temas): quantidade de turmas por tema 2 (1,5 hora de live + 1 hora de tira dúvidas) - turmas com no máximo 50 participantes Lives da categoria Ferramentas Digitais (2 temas): quantidade de turmas por tema 2 (1,5 hora de live + 1 hora de tira dúvidas) - turmas com no máximo 50 participantes Lives da categoria Inclusão (1 tema): quantidade de turmas por tema 2 (1,5 hora de live + 1 hora de tira dúvidas) - turmas com no máximo 50 participantes - Responsabilidades SENAI: Executar as capacitações; certificar os docentes que participarem; construir portal e grupo no whatsapp; disponibilizar tutoriais e dicas de ferramentas; disponibilizar gravação das lives no portal; aplicar pesquisa para receber feedback dos participantes e apresentar a secretaria de educação; somente será certificados os docentes que participarem. Responsabilidades da Prefeitura: fornecer os dados dos participantes para matrícula e whatsapp para criação dos grupos; indicar as lives que cada docente irá participar; definir junto ao SENAI o horário de realização de cada live; Mobilizar equipes para participação; Garantir que o docente inscrito tenha condições para participação, como acesso a internet; Para participação, o docente necessitaria de um conta no Gmail (gratuito). Caso o mesmo não possua, o SENAI encaminhará tutorial para criação.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8666/1993, Artigo 24, Inciso XIII.

CONTRATADO: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM - SENAI
CNPJ Nº 03.774.688/0005-89

ENDEREÇO: Rua José Manoel Reis, s/n, 88200-000, Centro, Tijucas - SC

VALOR: R\$ 8.390,00 (oito mil, trezentos e noventa reais), sendo R\$ 4.195,00 (quatro mil, cento e noventa e cinco reais) referente aos professores do Ensino Infantil e R\$ 4.195,00 (quatro mil, cento e noventa e cinco reais) referente ao Ensino Fundamental.

FUNDAMENTO DA DESPESA: As despesas correrão por conta das dotações orçamentárias:

Dotação orçamentária:

Órgão: 04 - Secretaria de Educação e Cultura

Unidade: 02 – Fundo Municipal de Desenvolvimento e Educação Básica

Projeto/Atividade: 2.005 – Manutenção do Ensino Fundamental

Despesa: 52 – 3.3.90.00.00.00.00.0.1.01

Órgão: 04 - Secretaria de Educação e Cultura

Unidade: 02 – Fundo Municipal de Desenvolvimento e Educação Básica

Projeto/Atividade: 2.005 – Manutenção do Ensino Infantil

Despesa: 71 – 3.3.90.00.00.00.00.0.1.01

Antônio Carlos, 06 de agosto de 2020.

MIRLENE MANES

Presidente da Comissão de Licitações

Apiuna

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 70/2020

Publicação N° 2595118

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA

Aviso de Pregão Presencial n° 65/2020

Objeto: AQUISIÇÃO DE VIGAS DE MADEIRA ROLIÇA DE EUCALIPTO. Local da Abertura: Prefeitura de Apiúna, Rua Quintino Bocaiúva, 204, 1º andar, sala 06, centro, Apiúna/SC, 89135-000. Data/ Hora autenticação de documentos, credenciamento e protocolo envelopes: 21/08/2020 – Das 09 horas às 09 horas e 20 minutos. Data/Hora da Abertura dos envelopes e julgamento das propostas: 21/08/2020 – Após 09 horas e 20 minutos. Maiores Informações Fone 47 3353 2000, edital completo disponível em www.apiuna.sc.gov.br.

José Gerson Gonçalves /Prefeito de Apiúna

DECRETO N° 3551

Publicação N° 2595061

DECRETO N°3551/2020

De 03/08/2020

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETA

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64, VI da Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 8º, da Lei nº 918/2019 de 26/11/2019:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Apiúna, até o valor de R\$ 6.500,00 (Seis mil e quinhentos Reais), da seguinte dotação orçamentária:

09	Fundo Municipal da Assistência Social	
001	Fundo Municipal da Assistência Social	
0008.0243.0901.2093	Acolhimento, Abrigam. e Guarda Subsidiada de Menores e Idosos	
300000000000	Despesas Correntes	
330000000000	Outras Despesas	
339000000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	6.500,00
	TOTAL	6.500,00

Art. 2º - Por conta da anulação constante no Art. 1º, o Chefe do Poder Executivo Municipal fica autorizado a suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Apiúna, até o valor de R\$ 6.500,00 (Seis mil e quinhentos Reais), na seguintes dotação orçamentária:

09	Fundo Municipal da Assistência Social	
001	Fundo Municipal da Assistência Social	
0008.0243.0901.2093	Acolhimento, Abrigam. e Guarda Subsidiada de Menores e Idosos	
300000000000	Despesas Correntes	
330000000000	Outras Despesas	
335000000000	Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos	
10.000	Recursos Ordinários	6.500,00
	TOTAL	6.500,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Apiúna em, 03 de Agosto de 2020.

JOSÉ GERSON GONÇALVES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3552

Publicação Nº 2595062

DECRETO Nº 3552/2020
de 03/08/2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA UNIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA UTILIZANDO O EXCESSO OU PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64, VI da Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 8º, da Lei nº 918/2019 de 26/11/2019:

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementado no orçamento vigente da unidade da Prefeitura Municipal de Apiúna, o valor de R\$ 2.048,04 (Dois mil e quarenta e oito Reais e quatro centavos) da seguinte classificação orçamentária:

09	Fundo Municipal da Assistência Social	
001	Fundo Municipal da Assistência Social	
0008.0244.0901.2091	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	
3000000000000000	Despesas Correntes	
3100000000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
3190000000000000	Aplicações Diretas	
1000005	Aux. financeiro FPM complementação 2019-2020	2.048,04
	TOTAL	2.048,04

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 03 de Agosto de 2020.

JOSÉ GERSON GONÇALVES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3554/2020

Publicação Nº 2596450

DECRETO Nº 3554/2020

De 06 de Agosto de 2020.

ALTERA O DECRETO Nº 3540, DE 19 DE JULHO DE 2020, QUE CONSOLIDA E ESTABELECE NOVAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DA INFECÇÃO HUMANA PELO NOVO CORONAVÍRUS (SARS-COV-2).

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município, promulgada em 03 de Abril de 1990, assim como em observância às disposições constantes da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e CONSIDERANDO o Decreto nº 562, de 17 de abril de 2020, do Governo do Estado de Santa Catarina, que, em seu artigo 36, autoriza os municípios catarinenses estabelecerem medidas específicas de enfrentamento mais restritivas do que as nele previstas, a fim de conter a contaminação e a propagação do coronavírus em seus territórios,

CONSIDERANDO que a situação epidêmica atual do Município de Apiúna/SC está classificada como de Risco Potencial "Gravíssimo", levando em conta a Matriz de Avaliação do Risco Potencial Regional, instituída pela Secretaria de Estado da Saúde no âmbito do Programa de Descentralização e Regionalização das Ações de Combate à COVID-19, do Governo do Estado de Santa Catarina,

CONSIDERANDO a necessidade de conciliar medidas restritivas e de isolamento social com o funcionamento das atividades econômicas, observados todos os critérios de higiene e saúde pública ditados pelos órgãos sanitários/epidemiológicos municipais, estaduais e federais, CONSIDERANDO o dever e responsabilidade do Poder Público dado o atual quadro de expansão do contágio, estabelecer medidas voltadas a evitar o colapso do sistema de saúde do Município,

DECRETA:

Art. 1º - O Decreto nº 3540/2020, de 19 de Julho de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

"(...)

Art. 2º - ...

I – pelo período de 7 (sete) dias, contados de 07 de Agosto de 2020:

b) ...

c) o funcionamento em sua capacidade total das academias, clubes e afins, admitido excepcionalmente o atendimento em seu horário normal até no máximo de 30% de sua capacidade de ocupação e desde que resguardado/cumprido o distanciamento mínimo de 4m² por atendimento;

.....

Art. 3º - Ficam estabelecidas as seguintes medidas de enfrentamento à emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo Coronavirus (COVID-19), pelo período de 7 dias contados de 07 de Agosto de 2020:

.....

III - ...

Parágrafo Único – Nos sábados que antecedem datas comemorativas de maior demanda, o comércio em geral poderá funcionar das 08h às

18h, observados os cuidados mínimos fixados nas alíneas do inciso I deste artigo.

.....
Art. 9º - ...

.....
II – Lanchonetes, food parks, cafeterias, padarias, confeitarias, bares, tabacarias, adegas e similares, deverão funcionar de segunda à sexta até, impreterivelmente, as 21 horas, podendo depois desse horário e durante o final de semana funcionar apenas pelo sistema de tele-entrega ou entrega no balcão, proibido nestes dias o consumo no local, excepcionalmente neste sábado dia 08 poderão realizar atendimento no local, respeitando as regras sanitárias estaduais;

III – Restaurantes deverão funcionar de segunda à sexta até as 21 horas, podendo depois desse horário e durante o final de semana funcionar apenas pelo sistema de tele entrega ou entrega no balcão, proibido nestes dias o consumo no local, excepcionalmente neste final de semana dias 08 e 09 poderão realizar o atendimento no local, respeitando as regras sanitárias estaduais;

.....
(...)”

Art. 2º - Ficam mantidas e inalteradas as demais condições estabelecidas pelo Decreto nº 3540/2020, de 19 de julho de 2020, e suas alterações posteriores.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de sua expedição, revogadas as disposições em contrário.

Município de Apiúna/SC, em 06 de Agosto de 2020.

JOSÉ GERSON GONÇALVES
Prefeito Municipal

DISPENSA Nº 68/2020

Publicação Nº 2594453

Prefeitura Municipal de Apiúna

Extrato de Dispensa de Licitação nº 68/2020

Objeto: AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA MANUTENÇÃO DE CAMINHÕES (PLACAS: MCU-3433, MLX-4505, MLX-4035, MEL-7276, RAD-2569) DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS. Contratada: TONTINI COMERCIO DE PNEUS LTDA, CNPJ/CPF sob nº 81.337.693/0001-04. Valor Total: R\$ 17.590,00 (dezessete mil quinhentos e noventa reais). Fundamento: Art. 24, II da Lei 8.666/93 e suas alterações.

Jose Gerson Gonçalves/Prefeito de Apiúna

Data: 07/06/2020

PORTARIA 0406/2020

Publicação Nº 2594397

PORTARIA Nº 0406/2020

De 05 de agosto de 2020

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDORA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008, art. 117,

RESOLVE

Art. 1º Conceder 30 dias de férias para a servidora ALINE SCHULTZ, referente ao período aquisitivo de 15/09/2018 A 14/09/2019.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 05 de agosto de 2020.

José Gerson Gonçalves
Prefeito Municipal

PORTARIA 0407/2020

Publicação Nº 2594410

PORTARIA Nº 0407/2020

De 05 de agosto de 2020

DESIGNA WILLY WOHL COMO FISCAL DO
CONTRATO Nº 52/2020

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 67 da Lei nº 8.666/93 de 21/06/1993 e com o decreto municipal nº 2.994/18 de 23/07/2018 que aprova a Instrução Normativa nº 04/2018 que dispõe sobre as funções de gestor e de fiscal de contratos administrativos do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE

Art. 1º - Designar o servidor comissionado WILLY WOHL, matrícula n. 26085-0, ocupante do cargo de ASSESSOR JURIDICO, para desempenhar a função de fiscal do contrato abaixo relacionado, além de contribuir no que for necessário para o desempenho das funções de seus auxiliares:

CONTRATO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA
52/2020	Serviços de assessoria e consultoria jurídica especializada em direito público (administrativo/constitucional) ao CONTRATANTE, no exercício de 2020 (28 de julho a 15 de outubro de 2020), para fomentar o desenvolvimento sustentável da região de abrangência e a melhoria da gestão e dos serviços públicos, instituir, implementar e gerir programas e/ou projetos de desenvolvimento institucional e dar suporte e orientação técnica para a prestação adequada dos Serviços de Cultura e Turismo	- CIMVI

2º - Ficam também designados com a função de assessorar o fiscal titular na fiscalização do contrato acima mencionado os servidores a seguir:

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Servidor: RODRIGO SILVEIRA DOS SANTOS

Cargo: AUXILIAR ADMINISTRATIVO NIVEL MEDIO

Matricula: 116726-0

Art. 3º - Os auxiliares designados com a atribuição de assessorar o fiscal titular, devem desempenhar as seguintes funções:

- Ter conhecimento dos termos contratuais;
- Acompanhar a execução contratual;
- Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- Verificar a conformidade da prestação dos serviços e/ou da entrega do material objeto do contrato;
- Atestar o recebimento provisório das notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços e/ou entrega do material e encaminhá-las ao fiscal do contrato;
- Relatar ao fiscal do contrato a respeito da execução do objeto do contrato, de faltas, defeitos ou incoerências, para eventuais anulações nos pagamentos devidos à contratada.

Art. 4º - Na ausência do servidor designado no artigo 1º, ficará automaticamente designado o Servidor RODRIGO SILVEIRA DOS SANTOS, matrícula 116726-0, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 5º - Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 05 de agosto de 2020.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA 0408/2020

Publicação Nº 2594441

PORTARIA Nº 0408/2020

De 06 de agosto de 2020

DESIGNA JEFERSON GADIEL DUBIELLA PEREIRA

COMO FISCAL DE CONTRATO Nº 53/2020

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 67 da Lei nº 8.666/93 de 21/06/1993 e com o decreto municipal nº 2.994/18 de 23/07/2018 que aprova a Instrução Normativa nº 04/2018 que dispõe sobre as funções de gestor e de fiscal de contratos administrativos do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE

Art. 1º - Designar o servidor comissionado JEFERSON GADIEL DUBIELLA PEREIRA, matrícula n. 113620-2, ocupante do cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, para desempenhar a função de fiscal da ata abaixo relacionado, além de contribuir no que for necessário para o desempenho das funções de seus auxiliares:

CONTRATOS	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA
53/2020	AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA MANUTENÇÃO DE CAMINHÕES (PLACAS: MCU-3433, MLX-4505, MLX-4035, MEL-7276, RAD-2569) DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS.- DISPENSA Nº 68/2020.	TONTINI COMERCIO DE PNEUS LTDA

2º - Ficam também designados com a função de assessorar o fiscal titular na fiscalização da ata acima mencionada os servidores a seguir:

SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTE

Servidor: JOSEMAR LISIESKI

Cargo: ASSESSOR DE SERVIÇOS E OBRAS PUBLICAS

Matricula: 44644-3

Art. 3º - Os auxiliares designados com a atribuição de assessorar o fiscal titular, devem desempenhar as seguintes funções:

- Ter conhecimento dos termos contratuais;
- Acompanhar a execução contratual;
- Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- Verificar a conformidade da prestação dos serviços e/ou da entrega do material objeto do contrato;

· Atestar o recebimento provisório das notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços e/ou entrega do material e encaminhá-las ao fiscal do contrato;

· Relatar ao fiscal do contrato a respeito da execução do objeto do contrato, de faltas, defeitos ou incoerências, para eventuais anulações nos pagamentos devidos à contratada.

Art. 4º - Na ausência do servidor designado no artigo 1º, ficará automaticamente designado o Servidor JOSEMAR LISIESKI, matrícula 44644-3, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 5º - Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 06 de agosto de 2020.

José Gerson Gonçalves
Prefeito Municipal

Arabutã

PREFEITURA

PORTARIA 410/2020

Publicação Nº 2594571

PORTARIA Nº 410/2020

CESSA EFEITOS DE PORTARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt, Prefeita Municipal de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art. 1º CESSAR, a partir de 10 de agosto de 2020 os efeitos da Portaria nº 107/2019 de 06 de fevereiro de 2019 que readaptou a servidora DARLI CRISTIANE DINNEBIER, inscrita no CPF sob nº. 030.106.289-78, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Creche para o cargo de Auxiliar Administrativo, conforme novo laudo médico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arabutã/SC, 10 de agosto de 2020.

LEANI KAPP SCHMITT
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz
Responsável pela publicação.

PORTARIA 411/2020

Publicação Nº 2597036

PORTARIA Nº 411/2020

SUSPENDE FÉRIAS DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt, Prefeita Municipal de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art. 1º. SUSPENDER, a partir de 10 de agosto de 2020, as férias concedidas por meio da Portaria nº. 381/2020, de 15 de julho de 2020, da servidora ADRIANA URQUHART DUARTE DA ROSA, inscrita no CPF sob nº. 822.725.220-68, ocupante do cargo de provimento efetivo de Nutricionista, sendo que os 10 (dez) dias restantes serão gozados em época oportuna.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 10 de agosto de 2020.

LEANI KAPP SCHMITT
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz
Responsável pela publicação.

Arroio Trinta

PREFEITURA

DECRETO N° 2019

Publicação N° 2594565

DECRETO N° 2019, de 03 de agosto de 2020.

Promove Alteração no Anexo I e II do Decreto n° 1951 de 18/11/2019.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina,
no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica introduzida no Decreto n° 1951 de 18 de novembro de 2019, a seguinte alteração:

Altera o Anexo I que trata sobre “Formulário de avaliação de desempenho”, sendo que esta passa a vigorar da seguinte forma:

ANEXO I FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

IDENTIFICAÇÃO	
Nome: _____	
Cargo: _____	Matrícula: _____
Admissão: _____	
Lotação: _____	
Chefia Imediata: _____	
Período da Avaliação: ____/____/____ a ____/____/____. Data da Avaliação: ____/____/____.	
Avaliador: () Servidor () Chefia	
CONCEITUAÇÃO	
Com base no quadro abaixo, preencha, para cada fator avaliado, o campo denominado GRAU, de acordo com as seguintes definições: Insuficiente (I) - o desempenho do servidor nunca é dentro do esperado; Regular (R) - o desempenho do servidor é, algumas vezes, abaixo da média esperada; Bom (B) - o desempenho do servidor frequentemente atende às expectativas; Ótimo (O) - o desempenho do servidor é sempre acima do esperado.	
FATORES	GRAU
Produtividade no trabalho: capacidade do servidor produzir resultados adequados às atribuições do respectivo cargo, estabelecimento de objetivos e metas de trabalho priorizando ações de maneira a alcançar os resultados previstos.	()
Qualidade e eficiência no serviço: capacidade do servidor de desenvolvimento normal das atividades de seu cargo com exatidão, ordem e esmero, dentro das metas e atribuições estabelecidas.	()
Iniciativa: ação independente do servidor na execução de suas atividades, apresentação de sugestões objetivando a melhoria do serviço e iniciativa de	()

comunicação a respeito de situações de interesse do serviço que se encontrem fora de sua alçada, ações diante de eventual ausência de normas, de orientação superior ou em situações imprevistas de trabalho, bem como a adaptação às mudanças nos objetivos e rotinas a que vem sendo submetido	
<u>Assiduidade:</u> maneira como o servidor cumpre o expediente, frequência e permanência no local de trabalho, exercendo o respectivo cargo e os compromissos profissionais assumidos, sem faltas ou ausências injustificadas;	()
<u>Pontualidade:</u> maneira como o servidor observa os horários de trabalho, observando os horários estabelecidos pela Administração Municipal, para a entrada e saída dos locais de trabalho e para a realização de reuniões palestras treinamentos e outros eventos, evitando atrasos injustificados e saídas antecipadas;	()
<u>Relacionamento:</u> habilidade do servidor para interagir com os usuários do serviço, ou órgãos externos. Nível de integração com os colegas, chefes e o público em geral, buscando a convivência harmoniosa necessária à obtenção de bons resultados;	()
<u>Interação com a equipe:</u> cooperação e colaboração do servidor na execução dos trabalhos em grupo;	()
<u>Interesse:</u> ação do servidor no sentido de desenvolver-se profissionalmente, buscando meios para adquirir novos conhecimentos dentro de seu campo de atuação, e mostrando-se receptivo às críticas e orientações;	()
<u>Disciplina:</u> atendimento pelo servidor às normas legais, regulamentares e sociais e aos procedimentos da unidade de serviço de sua lotação.	()
<u>Zelo pelo patrimônio público:</u> cuidado com materiais e equipamentos dos quais faz uso ou colocados sob sua responsabilidade em relação à sua manutenção, cuidado, economia e conservação;	()
OBSERVAÇÕES: _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____	
<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div>_____ Assinatura do Avaliado</div> <div>_____ Assinatura do Avaliador</div> </div>	
Arroio Trinta, ____/____/____.	

Altera o Anexo II que trata sobre “A pontuação estabelecida por fator de avaliação de desempenho”, sendo que esta passa a vigorar da seguinte forma:

ANEXO II
PONTUAÇÃO ESTABELECIDA POR FATOR DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Fatores	Insuficiente	Regular	Bom	Ótimo
	I	R	B	O
Produtividade no Trabalho	45	90	135	180
Qualidade e Eficiência no serviço	30	60	90	120
Iniciativa	30	60	90	120
Assiduidade	12,5	25	37,5	50
Pontualidade	12,5	25	37,5	50
Relacionamento	20	40	60	80
Interação com a Equipe	20	40	60	80
Interesse	30	60	90	120
Disciplina	30	60	90	120
Zelo pelo Patrimônio Público	20	40	60	80
TOTAL	250	500	750	1000

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 03 de agosto de 2020.

Claudio Spricigo
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2020

Publicação Nº 2594566

DECRETO Nº 2020, de 05 de agosto de 2020.

Altera o Traçado da Rua Praça dos Motoristas, conforme especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º. O trecho da Rua Praça dos Motoristas, projetada entre a Rua do Comércio e Rua Madalena Massaroli Nordio, fica com seu traçado alterado, possuindo apenas um pequeno desvio em seu alinhamento original.

Parágrafo único. Em anexo, mapa com o novo traçado da rua.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Arroio Trinta – SC, 05 de agosto de 2020.

Claudio Spricigo
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2021

Publicação Nº 2594750

DECRETO Nº 2021, de 07 de agosto de 2020.

Dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (COVID-19), e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 100, Inciso VIII da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO que a saúde é um direito de todos e dever do Estado, garantindo políticas sociais e econômicas que visem à redução de risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do art. 196 da Constituição Federal,

CONSIDERANDO a necessidade de implantação de medidas para resposta imediata ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (COVID-19),

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Estadual de Santa Catarina nº 506, de 12 de março de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus,

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Estadual de Santa Catarina nº 509, de 17 de março de 2020, que dá continuidade à adoção progressiva de medidas de prevenção e combate ao contágio pelo coronavírus (COVID-19),

CONSIDERANDO o Decreto de nº 630 de 1º de junho de 2020 que altera o Decreto nº 562/2020, que declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense,

CONSIDERANDO a publicação do Decreto Municipal nº 1998 de 24 de abril de 2020, que Declara Situação de Calamidade Pública no Município de Arroio Trinta,

CONSIDERANDO que em 06 de agosto de 2020 foi deliberado em reunião virtual, sobre as novas medidas a serem adotadas na região da AMARP como estratégia no combate à Covid-19,

CONSIDERANDO a Avaliação do Risco Potencial para COVID-19 que visa orientar a tomada de decisão de forma regionalizada e descentralizada para contenção da pandemia na Região da AMARP, já classificada como RISCO POTENCIAL GRAVÍSSIMO,

DECRETA:

Art. 1º. O Município de Arroio Trinta, diante da necessidade de enfrentamento da emergência de saúde pública ocasionada pelo coronavírus, define algumas medidas para enfrentamento ao combate do coronavírus nos termos deste Decreto:

Restaurantes – Fica permitido o funcionamento em todos os dias da semana até às 22:00 horas, sendo que a partir das 19:00 horas será permitido presença de pessoas apenas para refeições. Fica terminantemente proibida presença de pessoas apenas para consumo de bebidas, observado o regramento sanitário normatizado;

Bares e Lanchonetes – Fica permitido o funcionamento de segunda-feira a sexta-feira até as 19:00 horas, nos sábados até as 12:00 horas. Aos domingos e feriados permanecerão fechados, sendo observado o regramento sanitário normatizado;

Food Trucks – Fica permitido o funcionamento em todos os dias da semana até às 22:00 horas, sendo observado o regramento sanitário normatizado;

Supermercados, Mercados, Padarias, Açougues e Afins – Fica permitido o funcionamento de segunda-feira a sábado até as 19:00 horas, nos domingos até as 12:00 horas, sendo observado o regramento sanitário normatizado;

Salões de beleza e similares – Deverão trabalhar apenas com agendamento, realizando de forma individual, sendo observado o regramento sanitário normatizado;

Missas e Cultos religiosos – Ficam suspensos enquanto a região da AMARP se mantiver na posição gravíssimo no mapa da matriz de risco do Estado de Santa Catarina.

Reuniões e encontros festivos – Ficam proibidas reuniões e encontros festivos em propriedades privadas em todo território do Município de Arroio Trinta.

Parágrafo único. Os demais setores, deverão seguir as orientações descritas no Decreto Municipal nº 2014/2020, sendo observado o regramento sanitário normatizado.

Art. 2º A fiscalização do contido neste Decreto ficará a cargo das equipes da Vigilância Sanitária e Vigilância Epidemiológica do Município de Arroio Trinta, bem como pelas Polícias Civil e Militar

Art. 3º O descumprimento do disposto neste Decreto, sujeitará o infrator as seguintes penalidades:

- Sendo constatado o descumprimento das normas previstas nos protocolos citados, o órgão fiscalizador deve lavrar termo próprio para

abertura de processo administrativo sanitário e boletim de ocorrência (nos termos do art. 268 do código penal), determinando a suspensão imediata das atividades pela infratora (fechamento), até que a Vigilância Sanitária constate a regularização das medidas de prevenção; e,

- Multa de 05 (cinco) VRF do Município para o estabelecimento infrator. No caso de reincidência a multa será dobrada.

Art. 4º As multas serão aplicadas pela Vigilância Sanitária do Município e pelas Polícias Civil e Militar, sendo processadas pelo departamento de tributação/fiscalização do Município de Arroio Trinta.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado enquanto a região da AMARP se mantiver na posição gravíssima no mapa da matriz de risco do Estado de Santa Catarina.

Arroio Trinta – SC, 07 de agosto de 2020.

Claudio Spricigo
Prefeito Municipal

Ascurra

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO 47-2020

Publicação Nº 2594778

EXTRATO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 47/2020
MUNICÍPIO DE ASCURRA

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que acontecerá no dia 24/8/2020 às 09h00min horas, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo menor preço, pelo regime de execução global, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA FORNECEDORA DE SOFTWARE INTEGRADO DE GESTÃO MUNICIPAL, VISANDO O LICENCIAMENTO POR TEMPO DETERMINADO (LOCAÇÃO) E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MIGRAÇÃO DAS INFORMAÇÕES EXISTENTES, INSTALAÇÃO E PARAMETRIZAÇÃO DOS SISTEMAS, TREINAMENTO TÉCNICO DOS SERVIDORES QUE FARÃO USO DOS RECURSOS INFORMÁTICOS, BEM COMO A REALIZAÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, MANUTENÇÃO E A ATUALIZAÇÃO DAS VERSÕES DOS SISTEMAS QUE SERÃO CONTRATADOS, COM VISTAS AO ATENDIMENTO DA LEGISLAÇÃO E DAS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA, CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ASCURRA E UNIDADE INTEGRADA DE SAÚDE DE ASCURRA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA), QUE FAZ PARTE INTEGRANTE DO EDITAL, conforme informações previstas no edital e termo de referência.

Ascurra, 10 de agosto de 2020.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI
Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA N. 1593

Publicação Nº 2594504

LEI ORDINÁRIA N. 1593 DE 07 DE AGOSTO DE 2020

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR MEIO DA POLÍCIA MILITAR, OBJETIVANDO A REALIZAÇÃO DO POLICIAMENTO OSTENSIVO MOTORIZADO POR INTERMÉDIO DA GUARNIÇÃO RADIOPATROLHA.

LAIRTON ANTÔNIO POSSAMAI, Prefeito Municipal de Ascurra. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com o Estado de Santa Catarina, por meio da Polícia Militar, objetivando a realização de policiamento ostensivo motorizado por intermédio da guarnição de RADIOPATROLHA da Polícia Militar.

Art. 2º - As despesas decorrentes do presente convênio correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

03001	SECRETARIA DE ADMIN. E PLANEJAMENTO
04.121.0100.2006	Manutenção Convênio Radiopatrulha
30000000000000	Despesas Correntes
33000000000000	Outras Despesas Correntes
33900000000000	Aplicações Diretas
34490000000000	
34430000000000	
10000	Recursos Ordinários

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra/SC, 07 de agosto de 2020.

LAIRTON ANTÔNIO POSSAMAI
Prefeito

MINUTA DO CONVÊNIO N. _____

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ASCURRA, E O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, VISANDO A REALIZAÇÃO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO MOTORIZADO POR INTERMÉDIO DE GUARNIÇÕES DE RADIOPATROLHA DA POLÍCIA MILITAR.

O Município de Ascurra, doravante denominado – Município, situado à Rua Benjamin Constant, nº 221, Centro, cidade de Ascurra/SC, inscrito no CNPJ sob o n. 83.102.772/0001-61, neste ato representado pelo Exmo. Sr. LAIRTON ANTÔNIO POSSAMAI, Prefeito Municipal, portador do CPF nº 692.994.209-04, e o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, doravante denominada PMSC, situada à Rua Visconde de Ouro Preto, nº 649, inscrita no CNPJ sob nº 83.931.550/0001-51, representada pelo seu Comandante Geral, CORONEL PM CARLOS ALBERTO DE ARAÚJO GOMES JÚNIOR, amparados pelo art. 72, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município, no inciso IV, do art. 7º da Lei Complementar nº 381, de 7 de maio de 2007, no Decreto nº 307, de 04 de junho de 2003, no Decreto nº 1.158,

de 18 de março de 2008 e na Portaria nº 042/GEPES/DIAF/SSP, de 21 de setembro de 2016, respectivamente, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente Termo de Convênio, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente convênio tem por objetivo a manutenção do serviço de policiamento ostensivo motorizado, executando rondas periódicas e atendimento de ocorrências no Município, através de guarnições de radiopatrulha da Polícia Militar.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

Para a consecução das obrigações deste convênio compete:

a) – PMSC:

I. Dispor de Organização Policial Militar no Município;

II. Destacar policiais militares necessários para o planejamento, execução e fiscalização do policiamento ostensivo através de radiopatrulha;

III. Fornecer as viaturas necessárias para tal serviço, devendo estas serem cadastradas no setor competente do Município e na Diretoria de Apoio Logístico e Finanças da Polícia Militar, cuja quantidade será definida de acordo com as necessidades e disponibilidades;

IV. Equipar as viaturas com estações transceptoras móveis, para comunicação entre essas e uma central de atendimentos;

V. Manter uma central de atendimento equipada com uma estação transceptora fixa ou equipamento alternativo, no porte suficiente para atendimento à demanda do serviço;

VI. Publicação do Extrato do Convênio no Diário Oficial do Estado.

b) – Ao Município:

I. Disponibilizar, mensalmente, a importância em reais, equivalente a R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), para cobrir as despesas de manutenção (combustível, lubrificante, peças, acessórios e serviços), das viaturas colocadas a serviço (conveniada), visando proporcionar condições de execução do policiamento de radiopatrulha no Município, e para cobrir as despesas com material de expediente, limpeza, fardamento, manutenção, construção e reforma do quartelamento, alimentação do pessoal de serviço, equipamentos diversos e de informática, eletrodomésticos e eletrônicos, armamento, munição, veículos e outros materiais e serviços necessários à manutenção do serviço de policiamento motorizado;

II. Depositar a importância prevista no inciso "I" na primeira quinzena de cada mês, em conta vinculada, na Agência do Banco do Brasil, do Município, sob a denominação PMSC/Convênio de Radiopatrulha e, receber valores depositados a título de doação por pessoas físicas ou jurídicas que queiram contribuir com o serviço de radiopatrulhamento, objeto deste Convênio, colocando a conta vinculada ao convênio à disposição dos possíveis doadores;

III. Realizar, a conta de suas dotações orçamentárias, as despesas necessárias ao atendimento do objeto do presente convênio, por requisição do Comandante da Organização Policial Militar do Município, observadas as Diretrizes de Ação Administrativas do Comando Geral da PMSC;

IV. Prestação de Contas dos Recursos repassados, nos termos da legislação vigente.

CLAUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO

São executores do presente convênio, o Prefeito Municipal ou quem por ele designado e o Comandante da Organização Policial Militar do Município.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTARIOS

As despesas decorrentes do presente convenio correrão por conta da dotação orçamentária específica da Prefeitura Municipal no seguinte elemento de despesa:

DOTAÇÕES							
Exercício da Despesa	Referência	Órgão	Unidade	Ação	Plano	Subelemento	Vínculo
2020	67	03	001	2006	3300000000000000	3339000000000000	01000000
2020	10	03	001	2006	3400000000000000	3449000000000000	01000000
2020	311	03	001	2006	3400000000000000	3443000000000000	01000000

CLÁUSULA QUINTA – PRAZO E VIGENCIA

O presente convênio terá validade por 01 (um) ano, da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, podendo ser denunciado, a qualquer época, por mútuo acordo ou pelo cumprimento das obrigações nele estabelecidas, independente de interpelação judicial.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca da Capital, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias resultantes do presente convênio.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 6 (seis) vias de igual teor, junto com duas testemunhas. A minuta do presente convênio foi analisada pela Assessoria Jurídica nos termos da Lei.

Ascurra/SC, ____/____/____

MUNICÍPIO DE ASCURRA
LAIRTON ANTÔNIO POSSAMAI
PREFEITO MUNICIPAL

LUISE PETRY
PROCURADORA MUNICIPAL
OAB/SC 50.681

POLÍCIA MILITAR – SC
CARLOS ALBERTO DE ARAÚJO GOMES JÚNIOR
Cel. PM Comandante Geral da PMSC

Testemunhas:

VALMIR MOSER
3º SARGENTO – 2º GRUPAMENTO DE POLÍCIA MILITAR DE ASCURRA

JULIANA FISTAROL
Testemunha – Servidora Pública Municipal

LEI ORDINÁRIA N. 1594

Publicação Nº 2594506

LEI ORDINÁRIA N. 1594 DE 07 DE AGOSTO DE 2020		
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO, COM BASE EM ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, NO VALOR DE R\$ 300.000,00 (TREZENTOS MIL REAIS), NA FORMA EM QUE ESPECIFICA ABAIXO		
LAIRTON ANTÔNIO POSSAMAI, Prefeito do Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina, em conformidade com a Lei nº 1577, de 09 de dezembro de 2019, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:		
Art. 1º O Poder Executivo Municipal fica autorizado a abrir crédito adicional suplementar, com base em anulação parcial, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), para reforço no exercício financeiro de 2020 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):		
CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
Secretaria de Administracao e Planejamento		
Unidade Orçamentária: 03.001	Secretaria de Administracao e Planejamento	
Funcional Programática: 03.001.0004.0121.0100.2003	Atividade: CONTRIBUICOES FINANCEIRAS A ENTIDADES	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3350000000 - Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos	01000000 - Recursos Ordinários	R\$ 300.000,00
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R\$ 300.000,00		

Art. 2º Para dar cobertura ao (s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) anulada(s) parcialmente a(s) seguinte(s) dotação(ões) especificada(s):

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
Secretaria de Educacao Esporte e Cultura		
Unidade Orçamentária: 04.002	Esporte e Cultura	
Funcional Programática: 04.002.0013.0392.0060.2022	Atividade: MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390000000 - Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	R\$ 100.000,00
Secretaria de Educacao Esporte e Cultura		
Unidade Orçamentária: 04.002	Esporte e Cultura	
Funcional Programática: 04.002.0027.0812.0060.2008	Atividade: MANUTENCAO ATIVIDADES ESPORTIVAS	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390000000 - Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	R\$ 130.000,00
Secretaria de Educacao Esporte e Cultura		
Unidade Orçamentária: 04.001	Secretaria de Educacao	
Funcional Programática: 04.001.0012.0364.0050.2012	Atividade: APOIO AO ENSINO SUPERIOR	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390000000 - Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	R\$ 70.000,00
VALOR TOTAL DA ANULAÇÃO: R\$ 300.000,00		

Art. 3º O crédito adicional suplementar, a ser aberto na conformidade desta lei, terá vigência até 31 de Dezembro de 2020.

Art.4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ascurra, 07 de agosto de 2020.

Lairton Antônio Possamai
Prefeito Municipal

Atalanta

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 22/2020

Publicação N° 2594685

MUNICÍPIO DE ATALANTA - SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 28/2020

PREGÃO PRESENCIAL N° 21/2020

PARA REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 22/2020- PUBLICAÇÃO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CONCRETO USINADO E GRAMA SINTÉTICA, PARA UTILIZAÇÃO EM OBRAS DIVERSAS E CONSTRUÇÃO DE QUADRA ESPORTIVA NO MUNICÍPIO DE ATALANTA, QUE SERÁ ADQUIRIDO DE ACORDO COM A NECESSIDADE DAS SECRETARIAS, CONFORME ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL.

DETENTORA DA ATA: CH FERNANDES DOS SANTOS COMERCIAL - ME (CNPJ N° 31.054.480/0001-05).

VALOR TOTAL DO REGISTRO: R\$ 46.002,30 (QUARENTA E SEIS MIL E DOIS REAIS E TRINTA CENTAVOS).

VIGÊNCIA: DE 07 DE AGOSTO DE 2020 À 07 DE AGOSTO DE 2021.

Balneário Arroio do Silva

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 70/2020

Publicação Nº 2594458

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 70/2020
EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2020

OBJETO: Contratação de empresa para realização dos serviços de atualização cadastral de áreas passíveis de regularização fundiária, conforme informações contidas no anexo I deste Edital.

TIPO DE JULGAMENTO: Menor preço por item.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, e Lei Complementar nº 123/2006, e posteriores alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 08h30min, do dia 20 de agosto de 2020, na Sala de Licitações, na Sede da Prefeitura Municipal, situada na Avenida Santa Catarina, nº 1122, Centro, na Cidade de Balneário Arroio do Silva/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou pelo telefone: (48) 3526-1445. E-mail: administracao@arroiodosilva.sc.gov.br.

Balneário Arroio do Silva/SC, 07 de agosto de 2020.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 71/2020

Publicação Nº 2594647

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 71/2020
EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/2020

OBJETO: Contratação de empresa para retirada das Pavimentações existentes em Pedra Irregular (pavimentação poliédricas) e Lajotas sextavadas das ruas descritas no anexo I deste Edital.

TIPO DE JULGAMENTO: Menor preço por item.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, e Lei Complementar nº 123/2006, e posteriores alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 08h30min, do dia 21 de agosto de 2020, na Sala de Licitações, na Sede da Prefeitura Municipal, situada na Avenida Santa Catarina, nº 1122, Centro, na Cidade de Balneário Arroio do Silva/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou pelo telefone: (48) 3526-1445. E-mail: administracao@arroiodosilva.sc.gov.br.

Balneário Arroio do Silva/SC, 07 de agosto de 2020.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Balneário Gaivota

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATUAL 68-2020

Publicação N° 2594694

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO GAIVOTA
EXTRATO CONTRATUAL

"Contrato N°.: 68/2020

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO GAIVOTA

Contratada...: FABSUL PAVIMENTACOES EIRELI - EPP

Valor : 389.956,38 (trezentos e oitenta e nove mil novecentos e cinquenta e seis reais e trinta e oito centavos)

Vigência : Início: 22/07/2020 Término: 18/01/2021

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia N°.: 3/2020

Objeto : A presente licitação tem por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada para execução de pavimentação com lajotas da Rua Martinho Bernadino Ferreira - Rua 06, em Balneário Gaivota/SC, conforme localização, condições e quantitativos constantes no memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e projeto básico contidas no ANEXO I deste Edital."

TERMO DE HOM E ADJUDI 27/2020

Publicação N° 2594670

"TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO TOMADA DE PREÇO N° 3/2020".

PROCESSO N° 27/2020

HOMOLOGAÇÃO: 22/07/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO GAIVOTA

OBJETO: A presente licitação tem por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada para execução de pavimentação com lajotas da Rua Martinho Bernadino Ferreira - Rua 06, em Balneário Gaivota/SC, conforme localização, condições e quantitativos constantes no memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e projeto básico contidas no ANEXO I deste Edital."

"-----

CONTRATADO: FABSUL PAVIMENTAÇÕES EIRELI - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 389.956,38 (trezentos e oitenta e nove mil novecentos e cinquenta e seis reais e trinta e oito centavos)"

=====

"Balneário Gaivota, 07/08/2020

RONALDO PEREIRA DA SILVA - Prefeito Municipal"

Balneário Piçarras

PREFEITURA

PP 030/2020 PMBP

Publicação Nº 2594892

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 073/2020 – PMBP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2020 – PMBP

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

MULTIENTIDADES

Fundamento: Lei Federal nº 10.520, Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Pregão Presencial para Registro de Preços, tipo MENOR PREÇO POR ITEM a contratação de empresa para serviço de locação maquinários com operador e caminhões com motorista, para a Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Rurais, Fundo Municipal de Saneamento Ambiental - FUNSAN e Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural - FMDR, conforme especificações constantes do Anexo I. Valor total estimado R\$3.374.420,00 (três milhões, trezentos e setenta e quatro mil, quatrocentos e vinte reais). Recebimento dos Envelopes até: 20/08/2020 às 09h. Data da Sessão Pública: 20/08/2020 às 09h, na Secretaria de Administração e Fazenda, situada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1655, Centro, Balneário Piçarras/SC. O edital na íntegra encontra-se no endereço acima citado ou no site balneariopicarras.atende.net. Balneário Piçarras (SC), 07 de agosto de 2020. Aires Damião Testoni - Secretário Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Rurais.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS PROCESSO LICITATÓRIO Nº 072/2020 – PMBP TOMADA DE PREÇOS Nº 020/2020 – PMBP

Publicação Nº 2594747

PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 072/2020 – PMBP

TOMADA DE PREÇOS Nº 020/2020 – PMBP

O Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público que fará realizar Tomada de Preço, mediante Tipo Menor Preço Global, para contratação de empresa de engenharia para execução de serviço de mão de obra, e sim "prestação de serviços de engenharia e arquitetura na elaboração e aprovação de projetos para futura construção da nova Sede do 3º Pelotão do Corpo de Bombeiros Militar de Balneário Piçarras, conforme especificações e descritos no anexo I deste edital. O valor para a execução total do objeto a que se refere o presente Edital será de R\$ 20.490,00 (vinte mil, quatrocentos e noventa reais). Data/horário recebimento/abertura dos envelopes: 09 (nove) horas do dia 25 de agosto de 2020, na sede da Prefeitura, localizada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1.655, Centro. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria de Administração e Fazenda, no endereço supra, no horário das 8 às 12 e das 13:30 às 17:30h, ou no site balneariopicarras.atende.net. Balneário Piçarras/SC, 07 de agosto de 2020. Ramon Phillippy Coelho 1º Tem BM - Comandante 3º/2º/7º BBM.

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 061/PMBR/2020

Publicação Nº 2596152

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCÃO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 061/PMBR/2020.

Tipo: Menor Preço por item.

Data e horário da sessão de abertura: 24/08/2020 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto: Registro de Preços para futuras aquisições de materiais de pintura e ferramentas, para uso nos reparos e manutenções dos Prédios Públicos das diversas Secretarias, Fundo Municipal de Saúde e Samae do Município de Balneário Rincão/SC, conforme especificações (Anexo I – Termo de Referência do edital).

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 13:00 as 19:00 horas, ou através do endereço eletrônico: <http://balneariorincao.impactolicitacoes.com.br/#/publico/licitacoes> ou pelo site www.balneariorincao.sc.gov.br no link Licitações/Editais.

Obs: Conforme Decreto Nº. 038/2020 de 12/04/2020.

Art. 3º. O expediente do setor de licitações será das 13:00 às 19:00 horas, realizando o atendimento por agendamento e através de e-mail.

§1º. As publicações legais do setor de licitação serão realizadas no mural disposto na Secretaria de Saúde do Município aberto das 08:00 às 17:00 horas, sem prejuízo da demais publicações legais quando obrigatórias por lei.

§2º. Nesse período, serão permitidos o protocolo de impugnação e recursos através do seguinte e-mail: licitacao@baneariorincao.sc.gov.br, com todos os documentos definidos no edital e na legislação vigente.

§3º. Será obrigatório o uso de máscaras durante a sessão de licitação, sob pena de não participação e desclassificação do certame caso a presença seja indispensável.

Balneário Rincão – SC, 07 de Agosto de 2020.

Pregoeira

Gisele Ferreira.

DECRETO Nº 096/2020

Publicação Nº 2596199

DECRETO/GP/Nº 096/2020, DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

Declara de utilidade pública áreas de terra da matrícula 41.500 do Ofício de Registro de imóveis de Içara.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCÃO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do artigo 84 e inciso V do art. 21 da Lei Orgânica do Município e Decreto-Lei Federal 3.365 de 21 de julho de 1941;

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada a utilidade pública para aquisição pelo Município, por compra, doação, permuta, cessão, transação, compensação, desapropriação amigável ou judicial, área de terra medindo 72,90 m², que é parte de uma área total da matrícula nº 41500 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Içara, a seguir descritas:

I – Área desapropriada, medindo de 72,90 m², com as seguintes confrontações, conforme Memorial Descritivo:

NORTE: 5,20 com a Rua Urupema;

SUL: 0,20 m com a Rua Urupema;

LESTE: 27,00 com a Área Remanescente do Lote 07 da quadra 17 (Mt. 41.500);

OESTE: 27,00 com a Rua Urupema.

Art. 2º. A desapropriação dar-se-á sem ônus aos cofres municipais, correndo eventuais despesas necessárias para esse fim, por conta de dotações próprias do orçamento municipal.

Art. 3º. A declaração de utilidade pública da área descrita no artigo 1º, inciso I, tem como objetivo a regularização de um trecho da Rua Urupema.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Balneário Rincão – SC, 07 de agosto de 2020.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração em, 07 de agosto de 2020.

GABRIEL SCHONFELDER DE SOUZA
Secretário de Administração e Finanças

Bandeirante

PREFEITURA

EDITAL 25 2020 DE CHAMAMENTO TESTE SELETIVO 02 2019 - LEONEL SANDRINI PRONER

Publicação N° 2596990

EDITAL N° 25/2020.

Convoca para exercer as funções do Cargo de MÉDICO o Candidato aprovado pelo Edital de Teste Seletivo n° 002/2019, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

Considerando o Edital de Teste Seletivo n° 022/2019, de 15/10/2019;

Considerando a homologação do resultado final contida no Decreto n° 012/2020 datado de 17/01/2020;

RESOLVE:

Art. 1º Convocar o candidato aprovado e classificado Senhor LEONEL SANDRINI PRONER a realizar exame de boa saúde física e mental para admissão em caráter temporário para exercer as funções do Cargo de MÉDICO.

Art. 2º As despesas decorrentes do Exame Médico correrão por conta do município junto a empresa contratada.

Art. 3º Se considerado "Apto" no exame de boa saúde física e mental o candidato deverá comparecer no prazo máximo de 02 (dois) dias no Setor de Pessoal da Prefeitura Municipal de Bandeirante (SC), apresentando toda a documentação indispensável e imprescindível para sua regular e efetiva contratação na função para qual foi aprovada, abaixo listada:

- a) Cópia de CPF
- b) Cópia carteira identidade
- c) 01 foto 3x4 recente
- d) Cópia título de eleitor
- e) Comprovante última votação
- f) Cópia quitação militar (masculino)
- g) Carteira de trabalho
- h) PIS/Pasep
- i) Atestado de boa saúde física e mental
- j) Conta para depósito
- k) Certidão de nascimento/casamento
- l) Certidão de nascimento filhos
- m) Comprovante de residência
- n) Folha corrida judicial/efeitos criminais (fórum)
- o) Certidão de quitação com as obrigações eleitorais (Cartório Eleitoral)
- p) Declaração de não aplicação de penalidades disciplinares em emprego/funções no serviço público
- q) CNH
- r) Comprovante de Escolaridade e Registro no respectivo conselho.

Art. 4º As atividades inerentes ao cargo serão desenvolvidas junto ao Centro de Atendimento para Enfrentamento à COVID-19 e/ou junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 5º Este Edital será publicado no átrio da Prefeitura Municipal de Bandeirante (SC), sito na Avenida Santo Antônio, sn, centro.

Art. 6º O candidato não poderá alegar desconhecimento do inteiro deste Edital e do Edital n° 022/2019, de 15/10/2019, e outras cominações legais correlatas, ficando sujeitas as condições neles estabelecidas.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 07 de agosto de 2020.

CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

EDITAL 26 2020 DE CHAMAMENTO TESTE SELETIVO 02 2019 - GUSTAVO BRUSTOLLIN

Publicação Nº 2596991

EDITAL Nº 26/2020.

Convoca para exercer as funções do Cargo de MÉDICO o Candidato aprovado pelo Edital de Teste Seletivo nº 002/2019, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

Considerando o Edital de Teste Seletivo nº 022/2019, de 15/10/2019;

Considerando a homologação do resultado final contida no Decreto nº 012/2020 datado de 17/01/2020;

RESOLVE:

Art. 1º Convocar o candidato aprovado e classificado Senhor GUSTAVO BRUSTOLLIN a realizar exame de boa saúde física e mental para admissão em caráter temporário para exercer as funções do Cargo de MÉDICO.

Art. 2º As despesas decorrentes do Exame Médico correrão por conta do município junto a empresa contratada.

Art. 3º Se considerado "Apto" no exame de boa saúde física e mental o candidato deverá comparecer no prazo máximo de 02 (dois) dias no Setor de Pessoal da Prefeitura Municipal de Bandeirante (SC), apresentando toda a documentação indispensável e imprescindível para sua regular e efetiva contratação na função para qual foi aprovada, abaixo listada:

- a) Cópia de CPF
- b) Cópia carteira identidade
- c) 01 foto 3x4 recente
- d) Cópia título de eleitor
- e) Comprovante última votação
- f) Cópia quitação militar (masculino)
- g) Carteira de trabalho
- h) PIS/Pasep
- i) Atestado de boa saúde física e mental
- j) Conta para depósito
- k) Certidão de nascimento/casamento
- l) Certidão de nascimento filhos
- m) Comprovante de residência
- n) Folha corrida judicial/efeitos criminais (fórum)
- o) Certidão de quitação com as obrigações eleitorais (Cartório Eleitoral)
- p) Declaração de não aplicação de penalidades disciplinares em emprego/funções no serviço público
- q) CNH
- r) Comprovante de Escolaridade e Registro no respectivo conselho.

Art. 4º As atividades inerentes ao cargo serão desenvolvidas junto ao Centro de Atendimento para Enfrentamento à COVID-19 e/ou junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 5º Este Edital será publicado no átrio da Prefeitura Municipal de Bandeirante (SC), sito na Avenida Santo Antônio, sn, centro.

Art. 6º O candidato não poderá alegar desconhecimento do inteiro deste Edital e do Edital nº 022/2019, de 15/10/2019, e outras cominações legais correlatas, ficando sujeitas as condições neles estabelecidas.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 07 de agosto de 2020.

CELSON BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

EDITAL 27 2020 DE CHAMAMENTO TESTE SELETIVO 02 2019 - SAMARA DAYANA DAL MAGRO

Publicação Nº 2596992

EDITAL Nº 27/2020.

Convoca para exercer as funções do Cargo de MÉDICO o Candidato aprovado pelo Edital de Teste Seletivo nº 002/2019, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

Considerando o Edital de Teste Seletivo nº 022/2019, de 15/10/2019;

Considerando a homologação do resultado final contida no Decreto nº 012/2020 datado de 17/01/2020;

RESOLVE:

Art. 1º Convocar o candidato aprovado e classificado Senhor SAMARA DAYANA DAL MAGRO a realizar exame de boa saúde física e mental para admissão em caráter temporário para exercer as funções do Cargo de MÉDICO.

Art. 2º As despesas decorrentes do Exame Médico correrão por conta do município junto a empresa contratada.

Art. 3º Se considerado "Apto" no exame de boa saúde física e mental o candidato deverá comparecer no prazo máximo de 02 (dois) dias no Setor de Pessoal da Prefeitura Municipal de Bandeirante (SC), apresentando toda a documentação indispensável e imprescindível para sua regular e efetiva contratação na função para qual foi aprovada, abaixo listada:

- a) Cópia de CPF
- b) Cópia carteira identidade
- c) 01 foto 3x4 recente
- d) Cópia título de eleitor
- e) Comprovante última votação
- f) Cópia quitação militar (masculino)
- g) Carteira de trabalho
- h) PIS/Pasep
- i) Atestado de boa saúde física e mental
- j) Conta para depósito
- k) Certidão de nascimento/casamento
- l) Certidão de nascimento filhos
- m) Comprovante de residência
- n) Folha corrida judicial/efeitos criminais (fórum)
- o) Certidão de quitação com as obrigações eleitorais (Cartório Eleitoral)
- p) Declaração de não aplicação de penalidades disciplinares em emprego/funções no serviço público
- q) CNH
- r) Comprovante de Escolaridade e Registro no respectivo conselho.

Art. 4º As atividades inerentes ao cargo serão desenvolvidas junto ao Centro de Atendimento para Enfrentamento à COVID-19 e/ou junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 5º Este Edital será publicado no átrio da Prefeitura Municipal de Bandeirante (SC), sito na Avenida Santo Antônio, sn, centro.

Art. 6º O candidato não poderá alegar desconhecimento do inteiro deste Edital e do Edital nº 022/2019, de 15/10/2019, e outras cominações legais correlatas, ficando sujeitas as condições neles estabelecidas.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 07 de agosto de 2020.

CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

EDITAL 28 2020 DE CHAMAMENTO TESTE SELETIVO 02 2019 - ANDRESSA TREVIZOL

Publicação Nº 2596993

EDITAL Nº 28/2020.

Convoca para exercer as funções do Cargo de MÉDICO o Candidato aprovado pelo Edital de Teste Seletivo nº 002/2019, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

Considerando o Edital de Teste Seletivo nº 022/2019, de 15/10/2019;

Considerando a homologação do resultado final contida no Decreto nº 012/2020 datado de 17/01/2020;

RESOLVE:

Art. 1º Convocar o candidato aprovado e classificado Senhor ANDRESSA TREVIZOL a realizar exame de boa saúde física e mental para admissão em caráter temporário para exercer as funções do Cargo de MÉDICO.

Art. 2º As despesas decorrentes do Exame Médico correrão por conta do município junto a empresa contratada.

Art. 3º Se considerado "Apto" no exame de boa saúde física e mental o candidato deverá comparecer no prazo máximo de 02 (dois) dias no Setor de Pessoal da Prefeitura Municipal de Bandeirante (SC), apresentando toda a documentação indispensável e imprescindível para sua regular e efetiva contratação na função para qual foi aprovada, abaixo listada:

- a) Cópia de CPF
- b) Cópia carteira identidade
- c) 01 foto 3x4 recente
- d) Cópia título de eleitor
- e) Comprovante última votação

- f) Cópia quitação militar (masculino)
- g) Carteira de trabalho
- h) PIS/Pasep
- i) Atestado de boa saúde física e mental
- j) Conta para depósito
- k) Certidão de nascimento/casamento
- l) Certidão de nascimento filhos
- m) Comprovante de residência
- n) Folha corrida judicial/efeitos criminais (fórum)
- o) Certidão de quitação com as obrigações eleitorais (Cartório Eleitoral)
- p) Declaração de não aplicação de penalidades disciplinares em emprego/funções no serviço público
- q) CNH
- r) Comprovante de Escolaridade e Registro no respectivo conselho.

Art. 4º As atividades inerentes ao cargo serão desenvolvidas junto ao Centro de Atendimento para Enfrentamento à COVID-19 e/ou junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 5º Este Edital será publicado no átrio da Prefeitura Municipal de Bandeirante (SC), sito na Avenida Santo Antônio, sn, centro.

Art. 6º O candidato não poderá alegar desconhecimento do inteiro deste Edital e do Edital nº 022/2019, de 15/10/2019, e outras cominações legais correlatas, ficando sujeitas as condições neles estabelecidas.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 07 de agosto de 2020.

CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

EDITAL 29 2020 DE CHAMAMENTO TESTE SELETIVO 02 2019 - THAÍS GIUMBELLI

Publicação Nº 2596996

EDITAL Nº 29/2020.

Convoca para exercer as funções do Cargo de MÉDICO o Candidato aprovado pelo Edital de Teste Seletivo nº 002/2019, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

Considerando o Edital de Teste Seletivo nº 022/2019, de 15/10/2019;
Considerando a homologação do resultado final contida no Decreto nº 012/2020 datado de 17/01/2020;

RESOLVE:

Art. 1º Convocar o candidato aprovado e classificado Senhora THAÍS GIUMBELLI a realizar exame de boa saúde física e mental para admissão em caráter temporário para exercer as funções do Cargo de MÉDICO.

Art. 2º As despesas decorrentes do Exame Médico correrão por conta do município junto a empresa contratada.

Art. 3º Se considerado "Apto" no exame de boa saúde física e mental o candidato deverá comparecer no prazo máximo de 02 (dois) dias no Setor de Pessoal da Prefeitura Municipal de Bandeirante (SC), apresentando toda a documentação indispensável e imprescindível para sua regular e efetiva contratação na função para qual foi aprovada, abaixo listada:

- a) Cópia de CPF
- b) Cópia carteira identidade
- c) 01 foto 3x4 recente
- d) Cópia título de eleitor
- e) Comprovante última votação
- f) Cópia quitação militar (masculino)
- g) Carteira de trabalho
- h) PIS/Pasep
- i) Atestado de boa saúde física e mental
- j) Conta para depósito
- k) Certidão de nascimento/casamento
- l) Certidão de nascimento filhos
- m) Comprovante de residência
- n) Folha corrida judicial/efeitos criminais (fórum)
- o) Certidão de quitação com as obrigações eleitorais (Cartório Eleitoral)
- p) Declaração de não aplicação de penalidades disciplinares em emprego/funções no serviço público
- q) CNH
- r) Comprovante de Escolaridade e Registro no respectivo conselho.

Art. 4º As atividades inerentes ao cargo serão desenvolvidas junto ao Centro de Atendimento para Enfrentamento à COVID-19 e/ou junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 5º Este Edital será publicado no átrio da Prefeitura Municipal de Bandeirante (SC), sito na Avenida Santo Antônio, sn, centro.

Art. 6º O candidato não poderá alegar desconhecimento do inteiro deste Edital e do Edital nº 022/2019, de 15/10/2019, e outras cominações legais correlatas, ficando sujeitas as condições neles estabelecidas.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 07 de agosto de 2020.

CELSON BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

EDITAL 30 2020 DE CHAMAMENTO TESTE SELETIVO 02 2019 - MARLISON CALDAS GONÇALVES PEREIRA

Publicação Nº 2596997

EDITAL Nº 30/2020.

Convoca para exercer as funções do Cargo de MÉDICO o Candidato aprovado pelo Edital de Teste Seletivo nº 002/2019, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

Considerando o Edital de Teste Seletivo nº 022/2019, de 15/10/2019;
Considerando a homologação do resultado final contida no Decreto nº 012/2020 datado de 17/01/2020;

RESOLVE:

Art. 1º Convocar o candidato aprovado e classificado Senhor MARLISON CALDAS GONÇALVES PEREIRA a realizar exame de boa saúde física e mental para admissão em caráter temporário para exercer as funções do Cargo de MÉDICO.

Art. 2º As despesas decorrentes do Exame Médico correrão por conta do município junto a empresa contratada.

Art. 3º Se considerado "Apto" no exame de boa saúde física e mental o candidato deverá comparecer no prazo máximo de 02 (dois) dias no Setor de Pessoal da Prefeitura Municipal de Bandeirante (SC), apresentando toda a documentação indispensável e imprescindível para sua regular e efetiva contratação na função para qual foi aprovada, abaixo listada:

- a) Cópia de CPF
- b) Cópia carteira identidade
- c) 01 foto 3x4 recente
- d) Cópia título de eleitor
- e) Comprovante última votação
- f) Cópia quitação militar (masculino)
- g) Carteira de trabalho
- h) PIS/Pasep
- i) Atestado de boa saúde física e mental
- j) Conta para depósito
- k) Certidão de nascimento/casamento
- l) Certidão de nascimento filhos
- m) Comprovante de residência
- n) Folha corrida judicial/efeitos criminais (fórum)
- o) Certidão de quitação com as obrigações eleitorais (Cartório Eleitoral)
- p) Declaração de não aplicação de penalidades disciplinares em emprego/funções no serviço público
- q) CNH
- r) Comprovante de Escolaridade e Registro no respectivo conselho.

Art. 4º As atividades inerentes ao cargo serão desenvolvidas junto ao Centro de Atendimento para Enfrentamento à COVID-19 e/ou junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 5º Este Edital será publicado no átrio da Prefeitura Municipal de Bandeirante (SC), sito na Avenida Santo Antônio, sn, centro.

Art. 6º O candidato não poderá alegar desconhecimento do inteiro deste Edital e do Edital nº 022/2019, de 15/10/2019, e outras cominações legais correlatas, ficando sujeitas as condições neles estabelecidas.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 07 de agosto de 2020.

CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

EDITAL 31 2020 DE CHAMAMENTO TESTE SELETIVO 02 2019 - DEBORA FRIGOTTO

Publicação N° 2596999

EDITAL N° 31/2020.

Convoca para exercer as funções do Cargo de MÉDICO o Candidato aprovado pelo Edital de Teste Seletivo nº 002/2019, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

Considerando o Edital de Teste Seletivo nº 022/2019, de 15/10/2019;

Considerando a homologação do resultado final contida no Decreto nº 012/2020 datado de 17/01/2020;

RESOLVE:

Art. 1º Convocar o candidato aprovado e classificado Senhora DEBORA FRIGOTTO a realizar exame de boa saúde física e mental para admissão em caráter temporário para exercer as funções do Cargo de MÉDICO.

Art. 2º As despesas decorrentes do Exame Médico correrão por conta do município junto a empresa contratada.

Art. 3º Se considerado "Apto" no exame de boa saúde física e mental o candidato deverá comparecer no prazo máximo de 02 (dois) dias no Setor de Pessoal da Prefeitura Municipal de Bandeirante (SC), apresentando toda a documentação indispensável e imprescindível para sua regular e efetiva contratação na função para qual foi aprovada, abaixo listada:

- a) Cópia de CPF
- b) Cópia carteira identidade
- c) 01 foto 3x4 recente
- d) Cópia título de eleitor
- e) Comprovante última votação
- f) Cópia quitação militar (masculino)
- g) Carteira de trabalho
- h) PIS/Pasep
- i) Atestado de boa saúde física e mental
- j) Conta para depósito
- k) Certidão de nascimento/casamento
- l) Certidão de nascimento filhos
- m) Comprovante de residência
- n) Folha corrida judicial/feitos criminais (fórum)
- o) Certidão de quitação com as obrigações eleitorais (Cartório Eleitoral)
- p) Declaração de não aplicação de penalidades disciplinares em emprego/funções no serviço público
- q) CNH
- r) Comprovante de Escolaridade e Registro no respectivo conselho.

Art. 4º As atividades inerentes ao cargo serão desenvolvidas junto ao Centro de Atendimento para Enfrentamento à COVID-19 e/ou junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 5º Este Edital será publicado no átrio da Prefeitura Municipal de Bandeirante (SC), sito na Avenida Santo Antônio, sn, centro.

Art. 6º O candidato não poderá alegar desconhecimento do inteiro deste Edital e do Edital nº 022/2019, de 15/10/2019, e outras cominações legais correlatas, ficando sujeitas as condições neles estabelecidas.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 08 de agosto de 2020.

CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

EDITAL 32 2020 DE CHAMAMENTO TESTE SELETIVO 02 2019 - CAREN PASINI LUCCA

Publicação Nº 2597000

EDITAL Nº 32/2020.

Convoca para exercer as funções do Cargo de MÉDICO o Candidato aprovado pelo Edital de Teste Seletivo nº 002/2019, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

Considerando o Edital de Teste Seletivo nº 022/2019, de 15/10/2019;

Considerando a homologação do resultado final contida no Decreto nº 012/2020 datado de 17/01/2020;

RESOLVE:

Art. 1º Convocar o candidato aprovado e classificado Senhora CAREN PASINI LUCCA a realizar exame de boa saúde física e mental para admissão em caráter temporário para exercer as funções do Cargo de MÉDICO.

Art. 2º As despesas decorrentes do Exame Médico correrão por conta do município junto a empresa contratada.

Art. 3º Se considerado "Apto" no exame de boa saúde física e mental o candidato deverá comparecer no prazo máximo de 02 (dois) dias no Setor de Pessoal da Prefeitura Municipal de Bandeirante (SC), apresentando toda a documentação indispensável e imprescindível para sua regular e efetiva contratação na função para qual foi aprovada, abaixo listada:

- a) Cópia de CPF
- b) Cópia carteira identidade
- c) 01 foto 3x4 recente
- d) Cópia título de eleitor
- e) Comprovante última votação
- f) Cópia quitação militar (masculino)
- g) Carteira de trabalho
- h) PIS/Pasep
- i) Atestado de boa saúde física e mental
- j) Conta para depósito
- k) Certidão de nascimento/casamento
- l) Certidão de nascimento filhos
- m) Comprovante de residência
- n) Folha corrida judicial/efeitos criminais (fórum)
- o) Certidão de quitação com as obrigações eleitorais (Cartório Eleitoral)
- p) Declaração de não aplicação de penalidades disciplinares em emprego/funções no serviço público
- q) CNH
- r) Comprovante de Escolaridade e Registro no respectivo conselho.

Art. 4º As atividades inerentes ao cargo serão desenvolvidas junto ao Centro de Atendimento para Enfrentamento à COVID-19 e/ou junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 5º Este Edital será publicado no átrio da Prefeitura Municipal de Bandeirante (SC), sito na Avenida Santo Antônio, sn, centro.

Art. 6º O candidato não poderá alegar desconhecimento do inteiro deste Edital e do Edital nº 022/2019, de 15/10/2019, e outras cominações legais correlatas, ficando sujeitas as condições neles estabelecidas.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 08 de agosto de 2020.

CELSON BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

EDITAL 33 2020 DE CHAMAMENTO TESTE SELETIVO 02 2019 - NICOLE REINISCH

Publicação Nº 2597001

EDITAL Nº 33/2020.

Convoca para exercer as funções do Cargo de MÉDICO o Candidato aprovado pelo Edital de Teste Seletivo nº 002/2019, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

Considerando o Edital de Teste Seletivo nº 022/2019, de 15/10/2019;

Considerando a homologação do resultado final contida no Decreto nº 012/2020 datado de 17/01/2020;

RESOLVE:

Art. 1º Convocar o candidato aprovado e classificado Senhora NICOLE REINISCH a realizar exame de boa saúde física e mental para admissão em caráter temporário para exercer as funções do Cargo de MÉDICO.

Art. 2º As despesas decorrentes do Exame Médico correrão por conta do município junto a empresa contratada.

Art. 3º Se considerado "Apto" no exame de boa saúde física e mental o candidato deverá comparecer no prazo máximo de 02 (dois) dias no Setor de Pessoal da Prefeitura Municipal de Bandeirante (SC), apresentando toda a documentação indispensável e imprescindível para sua regular e efetiva contratação na função para qual foi aprovada, abaixo listada:

- a) Cópia de CPF
- b) Cópia carteira identidade
- c) 01 foto 3x4 recente
- d) Cópia título de eleitor
- e) Comprovante última votação
- f) Cópia quitação militar (masculino)
- g) Carteira de trabalho
- h) PIS/Pasep
- i) Atestado de boa saúde física e mental
- j) Conta para depósito
- k) Certidão de nascimento/casamento
- l) Certidão de nascimento filhos
- m) Comprovante de residência
- n) Folha corrida judicial/efeitos criminais (fórum)
- o) Certidão de quitação com as obrigações eleitorais (Cartório Eleitoral)
- p) Declaração de não aplicação de penalidades disciplinares em emprego/funções no serviço público
- q) CNH
- r) Comprovante de Escolaridade e Registro no respectivo conselho.

Art. 4º As atividades inerentes ao cargo serão desenvolvidas junto ao Centro de Atendimento para Enfrentamento à COVID-19 e/ou junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 5º Este Edital será publicado no átrio da Prefeitura Municipal de Bandeirante (SC), sito na Avenida Santo Antônio, sn, centro.

Art. 6º O candidato não poderá alegar desconhecimento do inteiro deste Edital e do Edital nº 022/2019, de 15/10/2019, e outras cominações legais correlatas, ficando sujeitas as condições neles estabelecidas.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 08 de agosto de 2020.

CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

EDITAL 34 2020 DE CHAMAMENTO TESTE SELETIVO 02 2019 - ARIHELly BARROS COLOMBO

Publicação Nº 2597002

EDITAL Nº 34/2020.

Convoca para exercer as funções do Cargo de MÉDICO o Candidato aprovado pelo Edital de Teste Seletivo nº 002/2019, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

Considerando o Edital de Teste Seletivo nº 022/2019, de 15/10/2019;

Considerando a homologação do resultado final contida no Decreto nº 012/2020 datado de 17/01/2020;

RESOLVE:

Art. 1º Convocar o candidato aprovado e classificado Senhora ARIHELly BARROS COLOMBO a realizar exame de boa saúde física e mental para admissão em caráter temporário para exercer as funções do Cargo de MÉDICO.

Art. 2º As despesas decorrentes do Exame Médico correrão por conta do município junto a empresa contratada.

Art. 3º Se considerado "Apto" no exame de boa saúde física e mental o candidato deverá comparecer no prazo máximo de 02 (dois) dias no Setor de Pessoal da Prefeitura Municipal de Bandeirante (SC), apresentando toda a documentação indispensável e imprescindível para sua regular e efetiva contratação na função para qual foi aprovada, abaixo listada:

- a) Cópia de CPF
- b) Cópia carteira identidade
- c) 01 foto 3x4 recente
- d) Cópia título de eleitor
- e) Comprovante última votação

- f) Cópia quitação militar (masculino)
- g) Carteira de trabalho
- h) PIS/Pasep
- i) Atestado de boa saúde física e mental
- j) Conta para depósito
- k) Certidão de nascimento/casamento
- l) Certidão de nascimento filhos
- m) Comprovante de residência
- n) Folha corrida judicial/efeitos criminais (fórum)
- o) Certidão de quitação com as obrigações eleitorais (Cartório Eleitoral)
- p) Declaração de não aplicação de penalidades disciplinares em emprego/funções no serviço público
- q) CNH
- r) Comprovante de Escolaridade e Registro no respectivo conselho.

Art. 4º As atividades inerentes ao cargo serão desenvolvidas junto ao Centro de Atendimento para Enfrentamento à COVID-19 e/ou junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 5º Este Edital será publicado no átrio da Prefeitura Municipal de Bandeirante (SC), sito na Avenida Santo Antônio, sn, centro.

Art. 6º O candidato não poderá alegar desconhecimento do inteiro deste Edital e do Edital nº 022/2019, de 15/10/2019, e outras cominações legais correlatas, ficando sujeitas as condições neles estabelecidas.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 10 de agosto de 2020.

CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO N. 020/2020

Publicação Nº 2595976

PORTARIA N. 020, DE 07 DE AGOSTO DE 2020.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes, RESOLVE:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias a servidora TAÍS REGINA SASSO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Contadora, Matrícula 129, lotada no Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Vereadores de Bandeirante, com gozo a partir do dia 10/08/2020 até 19/08/2020.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, em 07 de Agosto de 2020.

MARCIANO PERASSOLI
Presidente da Câmara Municipal

Barra Bonita

PREFEITURA

DECRETO Nº1252/2020 REVOGA TURNO ÚNICO

Publicação Nº 2594765

Decreto nº 1252/2020.

REVOGA DECRETO Nº 1248 QUE INSTITUIU TURNO ÚNICO.

Moacir Piroca, Prefeito do município de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 11 dezembro de 1997;

DECRETA:

Art. 1º - Fica revogado o Decreto nº 1248/2020 que instituiu o Turno Único;

Art. 2º - A jornada de trabalho dos Servidores Públicos Municipais volta ao horário normal de trabalho a partir de 10 de Agosto 2020;

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições contrárias.

Município De Barra Bonita - SC 07 de Agosto de 2020.

MOACIR PIROCA
Prefeito Municipal

Barra Velha

PREFEITURA

53º EDITAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 001//2018 PMBV

Publicação Nº 2596351

53º EDITAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 001//2018 PMBV

53ª CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO Nº001/2018

Comprovação de Requisitos

O MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, de acordo com o Edital nº 001/2018, e considerando a homologação do resultado final da prova objetiva e títulos, e Prova Prática, através do Decreto nº 1293, de 13 de março de 2019, e em decorrência de termos efetuado por duas vezes a chamada dos classificados para o cargo de assistente social, e até a presente data não haver o comparecimento para o preenchimento da vaga, iniciaremos a chamada para o cargo de Psicólogo do NASF, para ocupação da vaga na Secretaria Municipal da Saúde, a fim de preservar a regra do concurso público, e evitar contratação ilegal, torna público, para conhecimento dos interessados, a 53ª convocação para comprovação dos requisitos do Processo Seletivo, conforme o Edital n. 001/2018, para os seguintes cargos:

PREFEITURA

Nível Superior

Psicólogo do NASF

1. DA HABILITAÇÃO

1.1 Se submeterão à Comprovação de Requisitos, conforme item 13.1, 13.4 e 13.5, do Edital nº 001/2018 PMBV, os candidatos relacionados no item 3.1, que deverão apresentar no prazo de até 02 (dois) dias, cópias e original dos seguintes documentos:

- a) RG;
- b) CPF;
- c) Cartão SUS;
- d) Título de eleitor, declaração de quitação eleitoral (emitida pelo TSE);
- e) PIS/PASEP (documento emitido pela CEF ou BB);
- f) Reservista, se do sexo masculino;
- g) Certidão de nascimento/casamento;
- h) Atestado de antecedentes criminais (emitido pela Polícia Civil ou Federal);
- i) Diploma exigido no edital referente a escolaridade exigida para o cargo, e respectivo registro no conselho de classe no Estado de Santa Catarina;
- j) CNH profissional com curso específico;
- k) Comprovante de residência;
- l) Carteira de Trabalho original;
- m) Declaração de horário de trabalho, se possuir outro vínculo empregatício, para demonstração de compatibilidade com o horário disponível e de interesse do Órgão Público.
- n) Declaração de bens, com indicação das fontes de renda ou cópia da Declaração do IRRF, relativa ao último exercício;
- o) Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável, nos termos do ANEXO VI, inciso II, item 7, da Instrução Normativa nº TC-11/2011;

1.2 Caso haja necessidade, a Prefeitura Municipal de Barra Velha – SC poderá solicitar outros documentos complementares, conforme item 13.6 do Edital 001/2018 PMBV;

1.3 O não comparecimento do candidato, quando convocado, implicará na sua exclusão e desclassificação em caráter irrevogável e irretratável do Processo Seletivo, conforme item 13.10 do Edital nº 001/2018 PMBV.

2. DO LOCAL DE APRESENTAÇÃO

Os candidatos relacionados no item 3.1, deverão se apresentar no horário das 08h às 11h30 ou 13h30 às 17h, no Setor de Recursos Humanos, sito a Av. Gov. Celso Ramos, n. 200, Centro, Barra Velha – SC, munido de todos os documentos relacionados no item 1.1, conforme a programação abaixo estabelecida:

3. DOS CANDIDATOS CONVOCADOS

3.1 Ficam convocados para a Comprovação de Requisitos acima elencados, os candidatos a seguir relacionados:

PREFEITURA

Nível Superior

Psicólogo do NASF

1º JAQUELINE NEHRING

4. DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 Os candidatos convocados deverão comparecer no local indicado munidos de todos os documentos listados nos itens 1.1. Não serão recebidos os documentos de forma parcial dentro do prazo de convocação deste Edital.

4.2 Todos os casos omissos ou duvidosos que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital e legislação vigente serão resolvidos pela Comissão Especial do Processo Seletivo 001/2018 constituída para este fim.

4.3 Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 31 de julho de 2020.

VALTER MARINO ZIMMERMANN MARILANDI PIRES
Prefeito Municipal Secretária Municipal de
Administração e Finanças

54º EDITAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 001//2018 PMBV

Publicação Nº 2596353

54º EDITAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 001//2018 PMBV
54ª CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO Nº001/2018
Comprovação de Requisitos

O MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, de acordo com o Edital nº 001/2018, e considerando a homologação do resultado final da prova objetiva e títulos, e Prova Prática, através do Decreto nº 1293, de 13 de março de 2019, torna público, para conhecimento dos interessados, a 54ª convocação para comprovação dos requisitos do Processo Seletivo, conforme o Edital n. 001/2018, para os seguintes cargos:

PREFEITURA
Nível Superior
Farmacêutico

1. DA HABILITAÇÃO

1.1 Se submeterão à Comprovação de Requisitos, conforme item 13.1, 13.4 e 13.5, do Edital nº 001/2018 PMBV, os candidatos relacionados no item 3.1, que deverão apresentar no prazo de até 02 (dois) dias, cópias e original dos seguintes documentos:

- a) RG;
- b) CPF;
- c) Cartão SUS;
- d) Título de eleitor, declaração de quitação eleitoral (emitida pelo TSE);
- e) PIS/PASEP (documento emitido pela CEF ou BB);
- f) Reservista, se do sexo masculino;
- g) Certidão de nascimento/casamento;
- h) Atestado de antecedentes criminais (emitido pela Polícia Civil ou Federal);
- i) Diploma exigido no edital referente a escolaridade exigida para o cargo, e respectivo registro no conselho de classe no Estado de Santa Catarina;
- j) CNH profissional com curso específico;
- k) Comprovante de residência;
- l) Carteira de Trabalho original;
- m) Declaração de horário de trabalho, se possuir outro vínculo empregatício, para demonstração de compatibilidade com o horário disponível e de interesse do Órgão Público.
- n) Declaração de bens, com indicação das fontes de renda ou cópia da Declaração do IRRF, relativa ao último exercício;
- o) Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável, nos termos do ANEXO VI, inciso II, item 7, da Instrução Normativa nº TC-11/2011;
- p) Para os cargos de Atendente de Consultório Dentário II, os candidatos deverão apresentar cópia autenticada do Registro no respectivo Conselho;

1.2 Caso haja necessidade, a Prefeitura Municipal de Barra Velha – SC poderá solicitar outros documentos complementares, conforme item 13.6 do Edital 001/2018 PMBV;

1.3 O não comparecimento do candidato, quando convocado, implicará na sua exclusão e desclassificação em caráter irrevogável e irretratável do Processo Seletivo, conforme item 13.10 do Edital nº 001/2018 PMBV.

2. DO LOCAL DE APRESENTAÇÃO

Os candidatos relacionados no item 3.1, deverão se apresentar no horário das 08h às 11h30 ou 13h30 às 17h, no Setor de Recursos Humanos, sito a Av. Gov. Celso Ramos, n. 200, Centro, Barra Velha – SC, munido de todos os documentos relacionados no item 1.1, conforme

a programação abaixo estabelecida:

3. DOS CANDIDATOS CONVOCADOS

3.1 Ficam convocados para a Comprovação de Requisitos acima elencados, os candidatos a seguir relacionados:

PREFEITURA

Nível Superior

Farmacêutico

3º MAISA POMPERMAIER ROTUNNO

4º LOIRI CORREA

4. DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 Os candidatos convocados deverão comparecer no local indicado munidos de todos os documentos listados nos itens 1.1. Não serão recebidos os documentos de forma parcial dentro do prazo de convocação deste Edital.

4.2 Todos os casos omissos ou duvidosos que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital e legislação vigente serão resolvidos pela Comissão Especial do Processo Seletivo 001/2018 constituída para este fim.

4.3 Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 05 de agosto de 2020.

VALTER MARINO ZIMMERMANN MARILANDI PIRES

Prefeito Municipal Secretária Municipal de

Administração e Finanças

DECRETO Nº 1428 DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2596524

DECRETO Nº 1428 DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Altera o Decreto nº 1421 de 10 de julho de 2020, que adotou medidas administrativas no âmbito do Município em cumprimento às ações em saúde pública emanadas dos Governos Federal e Estadual voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do CORONAVÍRUS (COVID-19), e dá outras providências.

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso VII, do artigo 71, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art.1º Inclui o artigo 5-A no Decreto 1421 de 10 de julho de 2020, que passa a constar com a seguinte redação:

“Art.5-A A fiscalização dos estabelecimentos referidos neste Decreto bem como a devida orientação ficará a cargo das equipes de Vigilância Sanitária, de Fiscalização de Posturas, Obras, Tributária, Médica Veterinária Sanitarista, Fiscalização do Procon e das equipes de Segurança Pública, podendo, esses últimos, agir na condição de autoridade de saúde em todo o Município, cabendo-lhes a fiscalização das regras de combate à COVID-19.”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor em na data de sua publicação

Barra Velha, 07 de agosto de 2020.

VALTER MARINO ZIMMERMANN

Prefeito Municipal

P O R T A R I A Nº 1947 - DE 27 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2596465

PORTARIANº1947 - DE 27 DE JULHO DE 2020

"Instaura Processo Administrativo de Caducidade nº 01/2020 do Contrato de Programa n. 01/2013, Termo Aditivo n. 02/2016 e Convênio de Cooperação para Gestão Associada n. 01/2013.

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando o previsto na Constituição Federal, Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais aplicáveis e,

CONSIDERANDO o art. 38, § 2º, da Lei 8987 e em cumprimento à decisão do Exmo. Sr. Prefeito Municipal proferida no Processo Administrativo deflagrado pela Portaria n. 822-GAB, pela abertura do Processo Administrativo de Caducidade do Contrato de Programa n. 01/2013, Termo Aditivo n. 02/2016 e Convênio de Cooperação para Gestão Associada n. 01/2013.

CONSIDERANDO os descumprimentos contratuais constantes do Relatório Final, às cláusulas quarta, 4.1 e 4.11, sexta, 6.1, "a", "b", "c", "d" e "e" do Contrato de Programa:

(i) ausência de investimentos em saneamento básico, caracterizando descumprimento das metas de cobertura de esgoto sanitário e abastecimento de água tratada em Barra Velha, previstas no instrumento contratual (art. 38, § 1º, II, Lei n. 8.987/95), conforme apurado no processo de inadimplência;

(ii) prestação inadequada e deficiente dos serviços de abastecimento de água tratada e esgotamento sanitário (art. 38, § 1º, I, Lei n. 8.987/95), conforme apurado no processo de inadimplência;

(iii) comprovada má-gestão e incapacidade gerencial e administrativa da concessionária, considerando que as despesas atuais são muito superiores às que constam no estudo econômico-financeiro que integra o Contrato de Programa assinado no ano de 2013 (art. 38, § 1º, I e II, Lei n. 8.987/95), conforme apurado no processo de inadimplência.

RESOLVE

Art. 1º Instaurar o competente Processo Administrativo de Caducidade nº 01/2020 do Contrato de Programa n. 01/2013, Termo Aditivo n. 02/2016 e Convênio de Cooperação para Gestão Associada n. 01/2013, a fim de averiguar os descumprimentos contratuais constantes do Relatório Final, alusivos às cláusulas quarta, 4.1 e 4.11, sexta, 6.1, "a", "b", "c", "d" e "e" do Contrato de Programa, por parte da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN.

Art. 2º Nomear os seguintes agentes municipais abaixo relacionados para conduzir o processo administrativo, cabendo a presidência ao primeiro nominado:

I- ELVIS FUCHTER, Secretário de Planejamento Urbano,.

II- EDSON HAGEMANN, Presidente do Conselho de Saneamento Básico do Município de Barra Velha-SC

III- João Pedro Woitexen, subprocurador.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 27 de julho de 2020.

VALTER MARINO ZIMMERMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1979-GAB, DE 05 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2594656

PORTARIA Nº 1979-GAB, DE 05 DE AGOSTO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - Exonerar a pedido no dia 05/08/2020 a servidora Sra. KARINI CLAUDETE ZIMMERMANN DE SOUSA, matrícula funcional nº 2017, do cargo efetivo de SEGURANÇA ESCOLAR, Nível I-1, do Anexo VIII, da Lei Complementar nº 125/2011, do quadro de servidores ao Município, com fundamento no art. 50, da Lei Complementar nº 125/2011 de 01.12.2011.

Artigo 2º- Declarar vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. nº 50, I, da Lei Complementar Municipal nº 125/2011 de 01.12.2011.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Barra Velha, 05 de agosto de 2020.

VALTER MARINO ZIMMERMANN
Prefeito Municipal

SESSÃO DO DIA: 06/08/2020

Publicação Nº 2596093

SESSÃO DO DIA: 06/08/2020
PRESIDÊNCIA: MOISÉS CAMILO DIAS GONÇALVES
PROCESSO Nº: 6727/2020
CONTRIBUINTE: RENATO OTACILIO SEILER
ASSUNTO: PEDIDO DE RESSARCIMENTO ITBI
RELATOR(A): EDILSON ARY DELFINO

EMENTA: RESSARCIMENTO DE ITBI. IMPOSTO PAGO A TÍTULO DE IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS – ITBI. NÃO OCORRÊNCIA DO FATO GERADOR. NÃO REALIZAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DO BEM. O contribuinte protocolou pedido de ressarcimento de ITBI em face da não transferência do bem imóvel, tendo em vista que a guia foi emitida em nome da pessoa física quando, na verdade, deveria ter sido emitida em nome da pessoa jurídica, e consequentemente não houve a transferência do bem para a sua propriedade. Conforme o disposto no art. 1.245 do Código Civil, bem como no art. 35, I, do Código Tributário Nacional, o tributo aduzido, possui como Fato Gerador, a “transmissão de bem imóvel”. Ademais, no presente caso, nota-se por meio de documentação comprobatória, que não houve a transferência do bem para a propriedade do contribuinte requerente. Desta forma, o pedido de restituição do contribuinte deve ser julgado procedente. ACORDAM os membros da COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, em DAR PROVIMENTO ao pedido do contribuinte a fim de que lhe seja restituído o montante de R\$ 2.207,76 (dois mil duzentos e sete reais e setenta e seis centavos), referente ao imóvel de Inscrição Imobiliária n. 01.03.133.0040.001 e R\$ 2.607,76 (dois mil seiscentos e sete reais e setenta e seis centavos) referente ao imóvel de inscrição imobiliária 01.03.133.0020.001, totalizando o valor total de R\$ 4.815,52 (quatro mil oitocentos e quinze reais e cinq-enta e dois centavos), pagos a título de Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado. Assinam o presente acórdão o membro titular consultivo, membro representante da Procuradoria Municipal e o Presidente da Comissão.

SESSÃO DO DIA: 06/08/2020
PRESIDÊNCIA: MOISÉS CAMILO DIAS GONÇALVES
PROCESSO Nº: 8051/2020
CONTRIBUINTE: COMERCIAL TAMARA HOME LTDA.
ASSUNTO: PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE NÃO INCIDÊNCIA DE ISS
RELATOR(A): EDILSON ARY DELFINO

EMENTA: PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE NÃO INCIDÊNCIA. IMPOSTO SOBRE SERVIÇO. CONSTRUÇÃO CIVIL. TERRAPLANAGEM. MÃO DE OBRA PRÓPRIA. IMPROCEDÊNCIA. PROPRIEDADE DE PESSOA DIVERSA. ENTENDIMENTO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Em 31/07/2020 o contribuinte acima qualificado apresentou pedido para reconhecimento de não incidência do Imposto Sobre Serviço incidente sobre a suposta terraplanagem que seria realizada com mão de obra própria em sua propriedade. Contudo, analisando a documentação acostada aos autos do processo administrativo tributário é possível verificar que o imóvel em questão pertence a Lyz Administradora de Bens Ltda. e que Comercial Tamara Home Ltda. detém somente a posse por tempo determinado do imóvel. Portanto, não se tratando de imóvel de sua propriedade, o pedido do contribuinte deve ser indeferido, devendo ser realizado normalmente o cálculo e lançamento do imposto. ACORDAM os membros da COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, em NEGAR PROVIMENTO ao pedido do contribuinte, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado. Assinam o presente acórdão o membro titular consultivo, membro representante da Procuradoria Municipal e o Presidente da Comissão.

SESSÃO DO DIA: 06/08/2020
PRESIDÊNCIA: MOISÉS CAMILO DIAS GONÇALVES
PROCESSO Nº: 6869/2020
CONTRIBUINTE: EXITUS EMPREENDIMENTOS LTDA
ASSUNTO: PEDIDO DE REVISÃO DA BASE DE CÁLCULO DE ITBI
RELATOR(A): RONIVAN PICHARKI

EMENTA: REVISÃO DA BASE DE CÁLCULO. IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS. ARGUMENTOS HÁBEIS A DESCONSTITUIR A BASE DE CÁLCULO. DECRETO 1305/2019. ENTREGA DE AVALIAÇÃO POR PROFISSIONAL INSCRITO NO CRECI. DEFERIMENTO DO PEDIDO. ALTERAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DE ITBI. Qualquer contribuinte pode insurgir-se quanto a base de cálculo estabelecida pelo fisco municipal quando entender que o valor mensurado supera o de mercado. Inicialmente há que se destacar que a base de cálculo para fins de ITBI é o valor de mercado do bem. O contribuinte discordou do valor utilizando o argumento de que a transação dos imóveis ocorram sob valor menor. Ato contínuo, apresentou a documentação exigida pelo art. 13 § 1º do Decreto 1305/2019, ou seja, duas avaliações imobiliárias assinadas por profissionais inscritos no CREA ou CRECI em que os profissionais esclarecem que o valor de mercado é de R\$ 68.000,00 (sessenta e oito mil reais). Desta forma, o pedido deve ser julgado procedente, retificando-se a base de cálculo de ITBI para R\$ 68.000,00 (sessenta e oito mil reais) o imóvel. ACORDAM os membros da COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, em dar provimento ao pedido da contribuinte, retificando a base de cálculo do imóvel no valor de R\$ 68.000,00 (sessenta e oito mil reais), nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado. Realize-se o lançamento. Após, expeça-se a referida guia de recolhimento. Assinam o presente acórdão o membro Suplente Consultivo, membro representante da Procuradoria Municipal e o Presidente em exercício da Comissão.

Belmonte

PREFEITURA

LEILÃO N° 01/2020

Publicação N° 2596565

MUNICIPIO DE BELMONTE
AVISO DE LICITAÇÃO
LEILÃO N° 01/2020

Objeto: alienação de bens móveis do município de Belmonte, em conformidade com a lei 8.666/93 e Lei Orgânica do município de Belmonte de acordo com as especificações contidas no edital e em seus anexos. Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 09h00min do dia 31/08/2020, no Dpto de Licitações da Prefeitura Municipal, a iniciando a fase de lances às 09h00min horas do mesmo dia. Informações pelo fone (049) 3625 0066.
Belmonte/SC, 07 de agosto de 2020.

Genésio Bressiani
Prefeito Municipal

RESUMO DE CONTRATOS E TERMOS ADITIVOS DA PREFEITURA JULHO/2020

Publicação Nº 2596563

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BELMONTE**

Folha: 1/9

CNPJ: 80.912.108/0001-90
RUA ENGENHEIRO FRANCISCO PASSOS, 133
C.E.P.: 89925-000 - Belmonte - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Julho/2020.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** ASSOCIACAO BENEFICIENTE, SOCIAL, EDUCACIONAL E CUL**CNPJ:** 11.712.456/0001-09**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 35/2020**Número do Processo:** 65/2020**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 84/2020**Fundamento Legal:**

Objeto: CONT. DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL P/ CRIANÇAS QUE SERÃO ACOLHIDAS NO LAR APRISCO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO-SC, SITUADO NA RUA ODILO ANTÔNIO LINCK, 1.621, FUNDOS, NA CIDADE DE SÃO JOSÉ DO CEDRO-SC, CONFORME AUTOS Nº 0900002-77.2019.8.24.0084 AÇÃO PEDIDO DE MEDIDA DE PROTEÇÃO/PROC. POR DISPENSA DO CERTAME.

Data da Assinatura: 01/07/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 01/07/2020**Vigência:** 01/07/2020 a 30/09/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 14.423,70**Forma de Pagamento:** ATÉ DIA 10 DO MES SUBSEQUENTE**Contratado:** E. B. INSTALACOES ELETRICAS LTDA - EPP**CNPJ:** 00.212.337/0001-62**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 6/2019**Número do Processo:** 105/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 02/2020-11 5/2019**Fundamento Legal:**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DEVIDAMENTE CADASTRADA NA CELESC, PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICIPIO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E EM SEUS ANEXOS.

Data da Assinatura: 02/07/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 02/07/2020**Vigência:** 02/07/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:** 07.02 15.452.0009 2.025.3.3.90.00.00.00.00**Unidade Gestora / Número:** MUNICIPIO DE BELMONTE / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 17.983,99**Forma de Pagamento:** NA SEMANA SUBSEQUENTE AO SERVIÇO PRESTADO

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BELMONTE**

Folha: 2/9

CNPJ: 80.912.108/0001-90
RUA ENGENHEIRO FRANCISCO PASSOS, 133
C.E.P.: 89925-000 - Belmonte - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Julho/2020.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** ADÃO ARI DE GODOY**C.P.F.:** 133.446.929-68**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 37/2020**Número do Processo:** 68/2020**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 85/2020**Fundamento Legal:**

Objeto: CONT. ALUGUEL SOCIAL PARA FAMILIAS ATINGUIDAS PELO VENDEVAL /TORNADO, ONDE TIVERAM SUAS CASAS INTERDITADAS PELA DEFESA CIVIL, CORPO DE BOMBEIRO E DEPAT. DE ENGENHARIA DO MUNICIPIO, SENDO NECESSARIO A LOCAÇÃO DE CASA PARA AS FAMILIAS AFETADAS, CONF DECRETO Nº 60/2020 DE 11/06/2020, POR DISPENSA DO CERTAME

Data da Assinatura: 03/07/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 03/07/2020**Vigência:** 03/07/2020 a 03/09/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 800,00**Forma de Pagamento:** ATE DIA 10 MES SUBSEQUENTE**Contratado:** MARINES BALARDIN PAWLAK**C.P.F.:** 919.062.109-34**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 37/2020**Número do Processo:** 68/2020**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 86/2020**Fundamento Legal:**

Objeto: CONT. ALUGUEL SOCIAL PARA FAMILIAS ATINGUIDAS PELO VENDEVAL /TORNADO, ONDE TIVERAM SUAS CASAS INTERDITADAS PELA DEFESA CIVIL, CORPO DE BOMBEIRO E DEPAT. DE ENGENHARIA DO MUNICIPIO, SENDO NECESSARIO A LOCAÇÃO DE CASA PARA AS FAMILIAS AFETADAS, CONF DECRETO Nº 60/2020 DE 11/06/2020, POR DISPENSA DO CERTAME

Data da Assinatura: 03/07/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 03/07/2020**Vigência:** 03/07/2020 a 03/09/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2.400,00**Forma de Pagamento:** ATE DIA 10 MES SUBSEQUENTE

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BELMONTE**

Folha: 3/9

CNPJ: 80.912.108/0001-90
RUA ENGENHEIRO FRANCISCO PASSOS, 133
C.E.P.: 89925-000 - Belmonte - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Julho/2020.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** FRANCIELE PIASESKI**C.P.F.:** 069.604.019-09**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 37/2020**Número do Processo:** 68/2020**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 87/2020**Fundamento Legal:**

Objeto: CONT. ALUGUEL SOCIAL PARA FAMILIAS ATINGUIDAS PELO VENDEVAL /TORNADO, ONDE TIVERAM SUAS CASAS INTERDITADAS PELA DEFESA CIVIL, CORPO DE BOMBEIRO E DEPAT. DE ENGENHARIA DO MUNICIPIO, SENDO NECESSARIO A LOCAÇÃO DE CASA PARA AS FAMILIAS AFETADAS, CONF DECRETO Nº 60/2020 DE 11/06/2020, POR DISPENSA DO CERTAME

Data da Assinatura: 03/07/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 03/07/2020**Vigência:** 03/07/2020 a 03/09/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 1.200,00**Forma de Pagamento:** ATE DIA 10 MES SUBSEQUENTE**Contratado:** IMPERIAL EMPREENDIMENTOS LTDA**CNPJ:** 02.645.439/0001-05**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 1/2020**Número do Processo:** 26/2020**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 01/2020-51/2020**Fundamento Legal:**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES DE BASALTO, EM TRECHO NA RUA EUROPA COM ÁREA A SER PAVIMENTADA DE 1.252,00 M², TUDO CONFORME PROJETO DE ENGENHARIA E MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTOS BASE E ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E EM SEUS ANEXOS. COM RECURSOS CONVENIO 2019TR001504. PROCESSO Nº SPG SEF 5264/2019.

Data da Assinatura: 06/07/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 06/07/2020**Vigência:** 06/07/2020 a 06/10/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** MUNICIPIO DE BELMONTE / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BELMONTE**

Folha: 4/9

CNPJ: 80.912.108/0001-90
RUA ENGENHEIRO FRANCISCO PASSOS, 133
C.E.P.: 89925-000 - Belmonte - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Julho/2020.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** MECTRAMAQ MECANICA PESADA DE TRATORES MAQUINAS E P**CNPJ:** 20.533.893/0001-48**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 17/2020**Número do Processo:** 64/2020**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 88/2020**Fundamento Legal:**

Objeto: AQUISIÇÃO DE PECAS, MATERIAIS E MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS DE MECANICA ESPECIALIZADA, DESTINADO A MANUTENÇÃO MÁQUINA PÁ CARREGADEIRA MICHIGAN 55C, A SERVIÇO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS TRANSPORTES E URBANISMO, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E EM SEUS ANEXOS

Data da Assinatura: 13/07/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 13/07/2020**Vigência:** 13/07/2020 a 13/10/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 10.500,00**Forma de Pagamento:** 30 dias**Contratado:** EZEQUIEL LUCAS TONSAK 08774751999**CNPJ:** 17.543.863/0001-08**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 45/2019**Número do Processo:** 103/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 89/2020**Fundamento Legal:**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM DE VEÍCULOS, DA FROTA DO MUNICÍPIO DE BELMONTE/SC, COM FORNECIMENTO DE TODOS OS INSUMOS NECESSÁRIOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESTES MUNICÍPIO, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E EM SEUS ANEXOS.

Data da Assinatura: 15/07/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 15/07/2020**Vigência:** 15/07/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2.409,00**Forma de Pagamento:** ATÉ DIA 10 MES SUBSEQUENTE

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BELMONTE**

Folha: 5/9

CNPJ: 80.912.108/0001-90
RUA ENGENHEIRO FRANCISCO PASSOS, 133
C.E.P.: 89925-000 - Belmonte - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Julho/2020.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** JULIAN RUDJELE WILDNER 06310433903**CNPJ:** 26.836.435/0001-64**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 0/0**Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 90/2020**Fundamento Legal:**

Objeto: VLR EMPENHADO REF. 01 UND SERVIÇO DE EMPRENSA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRENSA, DESTINADA A INFORMAR AS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA MUNICIPALIDADE, MAS ÁREA DA SAÚDE ASSISTENCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO

Data da Assinatura: 20/07/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 20/07/2020**Vigência:** 20/07/2020 a 14/08/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2.350,00**Forma de Pagamento:** ATÉ DIA 10 DO MES SUBSEQUENTE**Contratado:** BETHA SISTEMAS LTDA**CNPJ:** 00.456.865/0001-67**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 24/2017**Número do Processo:** 34/2017**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 14/2020-40/2017**Fundamento Legal:**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE USO, NÃO EXCLUSIVA PARA LOCAÇÃO DE SISTEMAS DE GESTÃO, BEM COMO SUA CONVERSÃO, INSTALAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO,,CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E EM SEUS ANEXOS.

Data da Assinatura: 21/07/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 21/07/2020**Vigência:** 21/07/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:** 03.01 04.122.0002 2.004.3.3.90.00.00.00.00**Unidade Gestora / Número:** MUNICIPIO DE BELMONTE / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 185,24**Forma de Pagamento:** ATÉ DIA 10 MES SUBSEQUENTE

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BELMONTE**

Folha: 6/9

CNPJ: 80.912.108/0001-90
RUA ENGENHEIRO FRANCISCO PASSOS, 133
C.E.P.: 89925-000 - Belmonte - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Julho/2020.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** ROSELI TEREZINHA KLUNK GELLER**C.P.F.:** 779.974.689-00**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 32/2020**Número do Processo:** 56/2020**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 91/2020**Fundamento Legal:**

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE, DE ACORDO COM A LEI 11.947/09. ENCONTRA-SE ABERTO O EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E EM SEUS ANEXO

Data da Assinatura: 22/07/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 22/07/2020**Vigência:** 22/07/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2.100,00**Forma de Pagamento:** NA SEMANA SUBSEQUENTE A ENTREGA**Contratado:** MAXCOPY EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS LTDA**CNPJ:** 00.956.777/0001-24**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 10/2016**Número do Processo:** 27/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 07/2020-45/2016**Fundamento Legal:**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA NA MANUTENÇÃO DE IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO E DA CONTRATADA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E SUPRIMENTOS, TAIS COMO: TONER E PEÇAS DE REPOSIÇÃO EXETO PAPEL, PARA OS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, UNIDADES ESCOLARES E DELEGACIA DE POLÍCIA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA CONSTANTE NO ANEXO I DO EDITAL.

Data da Assinatura: 23/07/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 23/07/2020**Vigência:** 23/07/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:** 05.02 12.361.0005 2.009.3.3.90.00.00.00.00**Unidade Gestora / Número:** MUNICÍPIO DE BELMONTE / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 1.075,00**Forma de Pagamento:** ATÉ DIA 10 DO MES SUBSEQUENTE

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BELMONTE**

Folha: 7/9

CNPJ: 80.912.108/0001-90
RUA ENGENHEIRO FRANCISCO PASSOS, 133
C.E.P.: 89925-000 - Belmonte - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Julho/2020.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** PORTO SEGURO CIA DE SEG. GERAIS**CNPJ:** 61.198.164/0001-60**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 11/2020**Número do Processo:** 44/2020**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 01/2020-58/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA VEÍCULOS DA FROTA DA MUNICIPALIDADE, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E EM SEUS ANEXOS.**Data da Assinatura:** 27/07/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 27/07/2020**Vigência:** 27/07/2020 a 08/04/2021**Programa de Trabalho:** 09.01 08.244.0003 2.028.3.3.90.00.00.00.00**Unidade Gestora / Número:** MUNICÍPIO DE BELMONTE / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 1.205,12**Forma de Pagamento:** 30 DIAS**Contratado:** JADIFRAN SERVICOS AGRICOLAS LTDA**CNPJ:** 01.752.368/0001-79**Modalidade:** Inexigibilidade de Licitação**Número da Licitação:** 3/2020**Número do Processo:** 15/2020**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 92/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECANIZADOS COM TRATORES DE PNEUS COM EQUIPAMENTOS, TRATOR DE ESTEIRA, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, CAMINHÃO CAÇAMBA, PARA ATENDER O PROGRAMA DE INCENTIVOS A AGRICULTURA E PRODUÇÃO VEGETAL, EM CARÁTER DE SUBSÍDIO, CONFORME LEIS MUNICIPAIS N° 1906/2017, N° 1911/2017 E N° 1934/2017, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E EM SEUS ANEXOS**Data da Assinatura:** 29/07/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 29/07/2020**Vigência:** 29/07/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2.500,00**Forma de Pagamento:** ATÉ DIA 10 DO MES SUBSEQUENTE

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BELMONTE**

Folha: 8/9

CNPJ: 80.912.108/0001-90
RUA ENGENHEIRO FRANCISCO PASSOS, 133
C.E.P.: 89925-000 - Belmonte - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Julho/2020.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** TRANSPORTES JL LTDA**CNPJ:** 11.519.946/0001-85**Modalidade:** Inexigibilidade de Licitação**Número da Licitação:** 3/2020**Número do Processo:** 15/2020**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 93/2020**Fundamento Legal:**

Objeto: CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECANIZADOS COM TRATORES DE PNEUS COM EQUIPAMENTOS, TRATOR DE ESTEIRA, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, CAMINHÃO CAÇAMBA, PARA ATENDER O PROGRAMA DE INCENTIVOS A AGRICULTURA E PRODUÇÃO VEGETAL, EM CARÁTER DE SUBSÍDIO, CONFORME LEIS MUNICIPAIS Nº 1906/2017, Nº 1911/2017 E Nº 1934/2017, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E EM SEUS ANEXOS

Data da Assinatura: 29/07/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 29/07/2020**Vigência:** 29/07/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 1.800,00**Forma de Pagamento:** ATÉ DIA 10 MES SUBSEQUENTE**Contratado:** EXPRESSO SANTA HELENA DE ONIBUS LIMITADA - EPP**CNPJ:** 86.249.075/0001-26**Modalidade:** Inexigibilidade de Licitação**Número da Licitação:** 4/2020**Número do Processo:** 27/2020**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 01/2020-31/2020**Fundamento Legal:**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PASSES TRANSPORTE DIURNO E NOTURNO PARA ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO, PROFISSIONALIZANTE E SUPERIOR DO MUNICIPIO DE BELMONTE, CRUZINHAS E SÃO MIGUEL DO OESTE/SC PARA O RESTANTE DO PRIMEIRO SEMESTRE DO ANO LETIVO DE 2020.

Data da Assinatura: 30/07/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 30/07/2020**Vigência:** 30/07/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** MUNICIPIO DE BELMONTE / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BELMONTE**

Folha: 9/9

CNPJ: 80.912.108/0001-90
RUA ENGENHEIRO FRANCISCO PASSOS, 133
C.E.P.: 89925-000 - Belmonte - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Julho/2020.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** TRANSPORTE RODOVIARIO NOVA MICHELIN LTDA - ME**CNPJ:** 12.664.445/0001-55**Modalidade:** Inexigibilidade de Licitação**Número da Licitação:** 5/2020**Número do Processo:** 31/2020**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 01/2020-33/2020**Fundamento Legal:**

Objeto: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA: TRANSPORTE RODOVIARIO NOVA MICHELIN LTDA - ME, PARA TRANSPORTE DIURNO PARA ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO, EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE BELMONTE ATÉ AS COMUNIDADES LINHA LAGINHA, LINHA TIMBUAVA, LINHA TABAJARA E LINHA PEPERI, NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2020, SENDO QUE É A ÚNICA EMPRESA CONCESSIONÁRIA PARA EFETUAR O TRANSPORTE RODOVIÁRIO

Data da Assinatura: 30/07/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 30/07/2020**Vigência:** 30/07/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** MUNICÍPIO DE BELMONTE / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** PORTO SEGURO CIA DE SEG. GERAIS**CNPJ:** 61.198.164/0001-60**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 11/2020**Número do Processo:** 44/2020**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 02/2020-58/2020**Fundamento Legal:**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA VEÍCULOS DA FROTA DA MUNICIPALIDADE, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E EM SEUS ANEXOS.

Data da Assinatura: 31/07/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 31/07/2020**Vigência:** 31/07/2020 a 08/04/2021**Programa de Trabalho:** 03.01 04.122.0002 2.004.3.3.90.00.00.00.00**Unidade Gestora / Número:** MUNICÍPIO DE BELMONTE / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 814,86**Forma de Pagamento:** 30 DIAS

RESUMO DE CONTRATOS E TERMOS ADITIVOS DA SAÚDE JULHO/2020

Publicação Nº 2596564

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BELMONTE**

Folha: 1/2

CNPJ: 11.423.342/0001-30
RUA ENGENHEIRO FRANCISCO PASSOS, 133
C.E.P.: 89925-000 - Belmonte - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Julho/2020.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** GENTE SEGURADORA SA**CNPJ:** 90.180.605/0001-02**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 0/0**Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 22/2020**Fundamento Legal:**

Objeto: VLR EMPENHADO REF SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL OBRIGATÓRIO RCO P/TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS DO MUNICÍPIO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DO FUNDO MUN.SAÚDE, PARA O VEÍCULO FIAT DUCATO MULTI JAEDI T ANO 2014 PLS QHB-7865, VIGENCIA 05/07/2020 A 05/07/2021, CONF. DOCUMENTOS.

Data da Assinatura: 02/07/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 02/07/2020**Vigência:** 02/07/2020 a 05/07/2021**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 1.235,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS**Contratado:** SOLIS CLINICA MÉDICA LTDA**CNPJ:** 12.986.215/0001-02**Modalidade:** Inexigibilidade de Licitação**Número da Licitação:** 2/2013**Número do Processo:** 15/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 03/2020-07/2019**Fundamento Legal:**

Objeto: CONTRATAÇÃO, POR MEIO DE CREDENCIAMENTO, DE PROFISSIONAIS MÉDICOS NA ÁREA DE GINECOLOGIA, PEDIATRIA E PSIQUIATRIA PARA ATENDIMENTO A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO.

Data da Assinatura: 06/07/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 06/07/2020**Vigência:** 06/07/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:** 10.01 10.302.0012 2.040.3.3.90.00.00.00.00**Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BELMONTE / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2.971,50**Forma de Pagamento:** ATÉ DIA 10 DO MES SUBSEQUENTE

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BELMONTE**

Folha: 2/2

CNPJ: 11.423.342/0001-30
RUA ENGENHEIRO FRANCISCO PASSOS, 133
C.E.P.: 89925-000 - Belmonte - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Julho/2020.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** CLARICE FATIMA BUTINI WIEBBELLING 56348592987**CNPJ:** 32.258.883/0001-20**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 10/2020**Número do Processo:** 20/2020**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 23/2020**Fundamento Legal:**

Objeto: CONTR. DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS TECNICO PROFISSIONAL P/ REALIZAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E LANÇAMENTOS DE PROCEDIMENTOS TENICOS DO DIGISUS E OUTROS SERVIÇOS AFIM, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEC MUN DE SAÚDE DE BELMONTE-SC, POR DISPENSA DO CERTAME.

Data da Assinatura: 23/07/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 23/07/2020**Vigência:** 23/07/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 5.500,00**Forma de Pagamento:** ATÉ DIA 10 DO MES SUBSEQUENTE**Contratado:** PORTO SEGURO CIA DE SEG. GERAIS**CNPJ:** 61.198.164/0001-60**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 4/2020**Número do Processo:** 15/2020**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 01/2020-20/2020**Fundamento Legal:**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA VEÍCULOS DA FROTA DA MUNICIPALIDADE, ALOCADOS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E EM SEUS ANEXOS

Data da Assinatura: 27/07/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 27/07/2020**Vigência:** 27/07/2020 a 17/04/2021**Programa de Trabalho:** 10.01 10.301.0012 2.035.3.3.90.00.00.00.00.00**Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BELMONTE / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 1.622,51**Forma de Pagamento:** 30 dias

Benedito Novo**PREFEITURA****ATA DE ANÁLISE DE RECURSO - PP 66/2020**

Publicação Nº 2594473

ATA DE ANÁLISE DE RECURSO

DATA: 07/08/2020 - HORÁRIO DE INÍCIO: 8:05 horas

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 66/2020

LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 66/2020

FINALIDADE: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, DESINSETIZAÇÃO CONTROLE DE PRAGAS EM GERAL E LIMPEZA DE CAIXAS DE ÁGUA PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS E SETORES.

IMPETRANTE: JOBIS RODRIGUES DA SILVA ME

Na data e horário supracitados, reuniram-se na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, o Pregoeiro SÉRGIO DÁRIO PASQUALI e da Equipe de Apoio JOICE APARECIDA COSTA e MARCIEL RODRIGO KOSLOWSKI, nomeados pela Portaria nº 133/2020, para análise do recurso apresentado pela empresa JOBIS RODRIGUES DA SILVA ME, em razão do certame licitatório acima citado, conforme exposto na Ata de abertura e julgamento da licitação ocorrida em 16/07/2020.

Em relação a tempestividade do recurso verificou-se que o mesmo é intempestivo, pois tanto a manifestação da empresa bem como a publicação da ata ocorreram no dia 16/07/2020 e o recurso foi interposto no dia 21/07/2020, sendo que o prazo para interposição de recurso é de 03 (três) dias corridos, conforme Art. 4º, XVIII da Lei nº 10520/02.

Não obstante a intempestividade do recurso da empresa, primando pelos princípios norteadores da administração pública, o Pregoeiro encaminhou os autos para análise da Assessoria Jurídica do Município, a qual emitiu o parecer jurídico na data de 06/08/2020, onde o mesmo opina pelo indeferimento do recurso interposto, pelos motivos expostos no referido parecer.

Deste modo, considerando que compete ao Pregoeiro a análise prévia do recurso, podendo reconsiderar sua decisão ou encaminhar os autos do processo ao Senhor Prefeito Municipal para julgamento, decide o Pregoeiro seguir orientação do parecer jurídico e rejeitar os fundamentos do recurso impetrado e encaminhar os autos do recurso para o Senhor Prefeito Municipal para julgamento final.

Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata que vai assinada pela Pregoeiro e pela Equipe de Apoio e encaminhe-se os autos do processo a Autoridade Superior, para que profira sua decisão final.

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

SÉRGIO DÁRIO PASQUALI Pregoeiro	JOICE APARECIDA COSTA Equipe de Apoio	MARCIEL RODRIGO KOSLOWSKI Equipe de Apoio
------------------------------------	--	--

DECISÃO RECURSO ADMINISTRATIVO - PP 66/2020

Publicação Nº 2594476

DECISÃO RECURSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 66/2020

LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 66/2020

FINALIDADE: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, DESINSETIZAÇÃO CONTROLE DE PRAGAS EM GERAL E LIMPEZA DE CAIXAS DE ÁGUA PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS E SETORES.

IMPETRANTE: JOBIS RODRIGUES DA SILVA ME

Trata o presente, de Recurso impetrado pela empresa JOBIS RODRIGUES DA SILVA ME no processo licitatório acima citado.

Diante da análise e das alegações da Recorrente, e alicerçado nas razões elencadas no parecer Jurídico que passa a fazer parte integrante da presente decisão, e nos princípios norteadores da Administração Pública, embora o recurso tenha sido apresentado intempestivamente, DECIDO pelo CONHECIMENTO e DESPROVIMENTO do recurso impetrado pela empresa JOBIS RODRIGUES DA SILVA ME.

No mesmo sentido, mantenho a empresa IMUNIZADORA BELLI LTDA ME como vencedora do certame, sendo-lhe adjudicado o referido item do qual foi vencedora.

Publique-se e certifique-se desta decisão.

Retorne os autos ao Pregoeiro e Equipe de Apoio para cumprimento deste despacho, inclusive com intimação dos licitantes, dando-se

seguimento regular ao certame.

Benedito Novo, 07 de agosto de 2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito

Biguaçu

PREFEITURA

COMUNICADO PE 118/2020-PMB

Publicação Nº 2595120

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
DIRETORIA DE LICITAÇÃO, COMPRAS E CONTRATOS

COMUNICADO PE 118/2020-PMB

Comunicamos as empresas interessadas no processo PE 118/2020 - PMB, que tem como objeto "Aquisição de instrumentos musicais e equipamentos para a Escola de Música de Biguaçu Reduzino Romão de Faria, ampliando a capacidade de atendimento aos munícipes, bem como as modalidades ofertadas pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer - SECETUL, conforme especificações do edital e seus anexos", o seguinte:

FICA CANCELADO O ITEM 14 DO TERMO E DO EDITAL PARA CORREÇÕES NO DESCRITIVO DO ITEM

ITEM 14 – CANCELADO: TUBA $\frac{3}{4}$ AFINAÇÃO RELATIVA A LÁ 440 HERTZ A 20°C, CAMPANA DIÂMETRO -368MM- 14 1/2", CALIBRE DIÂMETRO - 17,00M - .669", VÁLVULAS EM AÇO INOXIDÁVEL, BOTÕES TENSO CENTRALIZADORES EM LATÃO LAQUEADO, GUIA DE PISTO EM PLÁSTICO AEROSPAIAL DE ALTA RESISTÊNCIA E BAIXO RUÍDO, CORPO HIDROCONFORMADO COM TRAVAMENTO MEISTER BLASINSTRUMENTEBAU, MAQUINA E CANO DE EMBOCADURA REMOVÍVEIS COM FIXAÇÃO DE PARAFUSO DE FENDA CRUZADA EM AÇO INOX, PISTOS AJUSTADOS PELO PROCESSO MEISTER BLASINSTRUMENTEBAU, CHAVE DE SALIVA MICROFUNDIDA COM ACABAMENTO GALVÂNICO PARA POMPA GERAL, ACABAMENTO LAQUEADO, BOCAL PRATEADO

ALTERAÇÃO DO PRAZO DE ENTREGA DOS ITENS PARA 30 (TRINTA) DIAS.

Leia-se no item:

VII- Obriga-se a Contratada a cumprir o prazo de entrega e da execução dos serviços contratados até no máximo 30 (trinta) dias após a emissão da autorização de fornecimento –"AF".

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 30944100.

Biguaçu, 07 de agosto de 2020.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 1787/2020

Publicação Nº 2595018

PORTARIA nº 1787 de 05 de agosto de 2020

Instaura Processo Disciplinar, nos termos do art. 207 e 212 da Lei Complementar nº 53/2012 e art. 10 do Decreto nº 71/2019, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Abertura de Sindicância Investigativa para apurar elementos indiciários quanto à autoria e/ou materialidade da irregularidade funcional, nos termos do art. 207 e 212 da Lei Complementar nº 53/2012 e art. 10 do Decreto nº 71/2019.

Art. 2º Designar os(as) servidores(as) Marisete da Silva Rocha, ocupante do cargo efetivo de Procurador do Município, Maristela Lira Bitencourt de Ávila, ocupante do cargo efetivo de Escriturário, e Susana Souza Pires do Amaral, ocupante do cargo efetivo de Telefonista, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, membros da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, nomeados pela Portaria nº 3369/2019, para que, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Processo Disciplinar instaurada nesta Portaria.

Parágrafo único: O prazo para conclusão do processo é de 06/08/2020 a 05/09/2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 05 de agosto de 2020.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1791/2020

Publicação Nº 2596149

PORTARIA nº 1791/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), FERNANDA VALIENTE NECTOUX, ocupante do cargo efetivo de FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA E AMBIENTAL – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, conforme Processo nº 8401/2020, no período de 20/07/2020 a 16/09/2020.

Biguaçu, 07 de agosto de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1792/2020

Publicação Nº 2596151

PORTARIA nº 1792/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), DARSONI INÁCIO GONÇALVES, ocupante do cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 8430/2020 em anexo, no período de 08/07/2020 a 27/07/2020 e 31/07/2020 a 06/08/2020.

Biguaçu, 07 de agosto de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1793/2020

Publicação Nº 2596155

PORTARIA nº 1793/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), ANA REGINA LEMOS, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SAÚDE II - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 8289/2020 em anexo, no período de 27/07/2020 a 31/07/2020.

Biguaçu, 07 de agosto de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1794/2020

Publicação Nº 2596156

PORTARIA nº 1794/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), LILIAN BARBOSA SANTOS ROCHA, ocupante do cargo efetivo de ENFERMEIRO II - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 8044/2020 em anexo, no período de 08/07/2020 a 21/07/2020.

Biguaçu, 07 de agosto de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA N° 1795/2020

Publicação N° 2596157

PORTARIA nº 1795/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), MABEL PINHEIRO LABANOWSKI, ocupante do cargo efetivo de PSICÓLOGO - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 8029/2020 em anexo, no período de 22/07/2020 a 30/07/2020.

Biguaçu, 07 de agosto de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA N° 1796/2020

Publicação N° 2596160

PORTARIA nº 1796/2020

Prorroga Regime de Teletrabalho ao(a) servidor(a), de acordo com o Decreto Municipal nº 99/2020 e Decreto Estadual nº 562/2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorroga Regime de Teletrabalho ao (a) servidor (a) WANEISSA MARILDA DOS SANTOS GASPERI, de acordo com o Art. 3º do Decreto Municipal nº 99/2020 e Art. 13, § 2º do Decreto Estadual nº 562/2020, inscrito (a) na matrícula funcional nº 17659-2, ocupante do cargo temporário de SEGUNDO PROFESSOR, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 15/07/2020 a 30/09/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/07/2020.

Biguaçu, 07 de agosto de 2020.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1797/2020

Publicação N° 2596164

PORTARIA nº 1797/2020

Prorroga Regime de Teletrabalho ao(a) servidor(a), de acordo com o Decreto Municipal nº 99/2020 e Decreto Estadual nº 562/2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorroga Regime de Teletrabalho ao (a) servidor (a) SCHEILA VARGAS, de acordo com o Art. 3º do Decreto Municipal nº 99/2020 e Art. 13, § 2º do Decreto Estadual nº 562/2020, inscrito (a) na matrícula funcional nº 17802-2, ocupante do cargo temporário de SEGUNDO PROFESSOR, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 09/06/2020 a 30/09/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 09/06/2020.

Biguaçu, 07 de agosto de 2020.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1798/2020

Publicação Nº 2596168

PORTARIA nº 1798/2020

Prorroga Regime de Teletrabalho ao(a) servidor(a), de acordo com o Decreto Municipal nº 99/2020 e Decreto Estadual nº 562/2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorroga Regime de Teletrabalho ao (a) servidor (a) CARLOS AUGUSTO DA SILVA, de acordo com o Art. 3º do Decreto Municipal nº 99/2020 e Art. 13, § 2º do Decreto Estadual nº 562/2020, inscrito (a) na matrícula funcional nº 8153-3, ocupante do cargo efetivo de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 04/06/2020 a 30/09/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/06/2020.

Biguaçu, 07 de agosto de 2020.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1799/2020

Publicação Nº 2596170

PORTARIA nº 1799/2020

Prorroga Regime de Teletrabalho ao(a) servidor(a), de acordo com o Decreto Municipal nº 99/2020 e Decreto Estadual nº 562/2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorroga Regime de Teletrabalho ao (a) servidor (a) ANA CAROLINE CARELLO GALLIANI, de acordo com o Art. 3º do Decreto Municipal nº 99/2020 e Art. 13, § 2º do Decreto Estadual nº 562/2020, inscrito (a) na matrícula funcional nº 15057-4, ocupante do cargo efetivo de ATENDENTE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, no período de 15/06/2020 a 30/09/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/06/2020.

Biguaçu, 07 de agosto de 2020.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1800/2020

Publicação Nº 2596171

PORTARIA nº 1800 de 07 de agosto 2020

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JACLINE DE SANTANA LINS, aprovado no Processo Seletivo Nº 002/2020, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo de ASSISTENTE SOCIAL, com jornada de 30 horas semanais, para prestar serviços na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, no período de 07/08/2020 a 18/01/2021. A excepcionalidade da contratação se dá de acordo com o Decreto nº 152/2020 que declara situação de emergência no território do Município de Biguaçu.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação e seus efeitos a partir de 07/08/2020.

Biguaçu, 07 de agosto de 2020.

MARCELO DOS SANTOS

Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação

ATA ABERTURA PREÇOS TP105/2020-PMB

Publicação Nº 2596048

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÃO, COMPRAS E CONTRATOS**

ATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTA DE PREÇOS TP105/2020-PMB

ÀS 14:00 HORAS DO DIA 07 DE AGOSTO DE 2020, REUNIRAM-SE OS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DESIGNADA PELA PORTARIA 782/2020, PARA A ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTA DE PREÇOS DAS EMPRESAS HABILITADAS: MSN EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA, MIRIAM WAGNER CONSTRUÇÕES EIRELI, DJP CONSTRUÇÕES LTDA E KS CONSTRUÇÕES EIRELI NENHUM REPRESENTANTE SE FEZ PRESENTE NA SESSÃO.

OS DOCUMENTOS FORAM ANALISADOS E RUBRICADOS PELA COMISSÃO ESTANDO EM CONFORMIDADE COM O EDITAL.

OS VALORES APRESENTADOS FORAM OS SEGUINTE:

MSN EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA:R\$ 117.333,22;

MIRIAM WAGNER CONSTRUÇÕES EIRELI:R\$108.558,72;

DJP CONSTRUÇÕES LTDA:R\$134.201,47;

KS CONSTRUÇÕES EIRELI:R\$115.732,62.

DIANTE DO EXPOSTO A EMPRESA QUE APRESENTOU O MENOR PREÇO FOI MIRIAM WAGNER CONSTRUÇÕES EIRELI COM VALOR DE R\$108.558,72;

TENDO EM VISTA A FALTA DE REPRESENTANTES PRESENTES NA SESSÃO, FICA ABERTO O PRAZO DE 05(CINCO) DIAS ÚTEIS PARA A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO, CASO HAJA INTERESSE DAS EMPRESAS.

NADA MAIS A CONSTAR, ENCERRA-SE A PRESENTE ATA QUE VAI ASSINADA PELA PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E MEMBROS E PELOS REPRESENTANTES PRESENTES.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO:

NABEL ANA M. DE CAMPOS
PRESIDENTE MEMBRO

ALEXANDRE MARTINS DE SOUZA
MEMBRO

MARISTELA LIRA B. DE ÁVILA
MEMBRO

ANA CLÁUDIA SAGÁS
MEMBRO

SINCLER BILCK
MEMBRO

DL132/2020-PMB

Publicação N° 2594984

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÃO, COMPRAS E CONTRATOS

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N°132/2020-PMB

OBJETO: Aquisição de proteínas (carne, frango) para serem entregues a Instituição de Acolhimento para pessoas idosas conveniada ao município conforme Portaria n° 369/2020 do Ministério da Cidadania.

EMPRESA CONTRATADA: Bruthan Comercial Ltda

VALOR: R\$ 22.996,97 (vinte e dois mil, novecentos e noventa e seis reais e noventa e sete centavos).

VIGÊNCIA: 31/12/2020.

522 23/2 2058 333903203000000000

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, IV, da Lei n° 8.666/93, atualizada pela Lei n° 8.883/94. É dispensável a licitação:

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

JUSTIFICATIVA: O Governo Federal, através da portaria 369/2020 repassou recursos financeiros aos municípios específicos para execução de ações socioassistenciais em decorrência da Pandemia do COVID19.

Desta forma, o município de Biguaçu fez a adesão a este recurso, que vem destinados a determinadas ações. Dentre elas, o atendimento ao quantitativo de metas de alimentos. Na portaria 369/2020, no art.2º tem como finalidade aumentar a capacidade de resposta do SUAS no atendimento às famílias e aos indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social decorrente do COVID-19, promovendo, conforme alínea b: o fornecimento de alimentos. "prioritariamente rico em proteína para pessoas idosas e com deficiência em situação de acolhimento ou atendimento no Serviço de proteção Social Especial para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias".

Sendo assim, em conformidade com o que é posto na portaria, solicito a compra de alimentos ricos em proteínas para atender esta demanda.

O contratado apresentou todas as certidões negativas no prazo de validade, bem como a Secretaria requisitante apresentou 03 (três) orçamentos cujos documentos encontram-se acostados ao Processo. O valor contratado encontra-se dentro do praticado no mercado.

O contratado apresentou todas as certidões negativas no prazo de validade, bem como a Secretaria requisitante apresentou 03 (três) orçamentos cujos documentos encontram-se acostados ao Processo. O valor contratado encontra-se dentro do praticado no mercado.

Biguaçu, 07 de agosto de 2020.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

Por delegação – Daniela Garcia Fabricio Galiani
Secretária de Administração

DL76/2020-FMS

Publicação Nº 2596100

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 76/2020 - SAÚDE

OBJETO: Aquisição de óculos referente processo administrativo: 2385-2020 / Maurino Amadeo da Cunha.

CONTRATADA: Maria das graças Azeredo de Oliveira

VALOR TOTAL: R\$ 2.265,00 (dois mil, duzentos e sessenta e cinco reais)

VIGÊNCIA DO CONTRATO: até 31/12/2020.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, IV da lei 8.666/93 - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

JUSTIFICATIVA: A aquisição de lentes visão simples de alto índice e armação se justifica pela necessidade da paciente que utiliza óculos desde a infância e é hipossuficiente e solicita o auxílio óculos conforme prevê a Portaria da Secretaria Municipal de saúde 01/2013 que estabelece critérios para concessão de benefícios relacionados à saúde e de outras providências, no seu artigo 1º detalha os tipos de benefícios:

As solicitações de benefícios relacionados à saúde de nossos munícipes, em especial o fornecimento de medicamentos e exames médicos não padronizados, materiais, leites e dietas de prescrição especial, órteses, prótese, cadeira de rodas, muletas, prótese dentária, fraldas descartáveis, bem como fossas e sumidouros [...]

DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E DO PREÇO:

O contratado apresentou todas as certidões negativas no prazo de validade, bem como a Secretaria requisitante apresentou 03 (três) orçamentos cujos documentos encontram-se acostados ao processo. O valor contratado encontra-se dentro do praticado no mercado.

Biguaçu, 05 de agosto de 2020

**RAMON WOLLINGER
PREFEITO(A) MUNICIPAL**

**Por Delegação – Daniela Garcia Fabricio Galiani
Secretária Municipal de Administração**

Blumenau

PREFEITURA

LEI Nº 8.900/2020

Publicação Nº 2596034

LEI Nº 8.900, DE 05 DE AGOSTO DE 2020.

AUTORIZA A UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DE APOIO À CULTURA PARA AÇÕES DE FOMENTO AO SETOR DA CULTURA EM BLUMENAU E INSTITUI O PRÊMIO EMERGENCIAL LEIDE REGINA DE LIZ, DURANTE A VIGÊNCIA DO DECRETO MUNICIPAL Nº. 12.589/2020.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o uso emergencial de recursos existentes no Fundo Municipal de Apoio à Cultura de Blumenau (FMAC) para custeio de fomento ao setor da cultura durante a vigência do Decreto Municipal nº. 12.589/2020, que "declara situação de emergência no Município de Blumenau e define outras medidas para o enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus (COVID-19)".

Art. 2º O uso emergencial de recursos existentes no FMAC serão regulamentados pela Secretaria de Cultura e Relações Institucionais (SMC), atendendo aos seguintes objetivos:

I – fomento da cadeia criativa do setor cultural;

II – manutenção da programação cultural, dos serviços criativos da cultura, dos espaços culturais, organizações criativas e dos espaços culturais do município;

III – continuidade da produção da cadeia criativa do setor cultural;

IV – promoção do calendário cultural da cidade;

V – valorização e apoio à classe artística;

VI – promoção, divulgação e disponibilização do acesso do munícipe aos bens culturais e às diversas linguagens artísticas.

Art. 3º As ações de fomento têm por finalidade a realização de editais, chamadas públicas, prêmios, aquisição de bens e serviços vinculados ao setor cultural e outros instrumentos destinados à manutenção de agentes, de espaços, de iniciativas, de cursos, de produções, de desenvolvimento de atividades de economia criativa e de economia solidária, de produções audiovisuais, de manifestações culturais, bem como a realização de atividades artísticas e culturais que possam ser presenciais, gravadas, transmitidas e disponibilizadas aos meios de comunicação, como rádio, tv, internet e outros.

Art. 4º Fica instituído o Prêmio Emergencial Leide Regina de Liz para premiação dos incentivos culturais de fomento, nos termos do Edital.

§1º O Prêmio Emergencial Leide Regina de Liz tem como objetivo a premiação de propostas culturais que irão integrar a programação do Festival Multicultural Blumenau On-line, nas áreas de música, dança, teatro e circo, artes visuais, design e moda, biblioteca, literatura e livro, cinema e vídeo, cultura popular e artesanato, comunicação e formação em cultura, patrimônio material e imaterial e museus e espaços de memória.

§2º As propostas serão transmitidas no formato on-line e permanecerão disponíveis nas plataformas digitais e redes sociais do CMPC, PMB e SMC de forma gratuita sem ônus a direitos autorais por tempo indeterminado.

§3º Poderão se inscrever no Prêmio as pessoas físicas maiores de 18 (dezoito) anos e pessoas jurídicas com ou sem fins lucrativos cuja finalidade esteja vinculada à arte e à cultura, com domicílio, residência e/ou sede em Blumenau.

§4º O valor total destinado ao Prêmio Emergencial Leide Regina de Liz é de R\$ 33.000,00, sendo R\$ 30.000,00 para premiação e R\$ 3.000,00 para as despesas administrativas e de produção do Festival Multicultural Blumenau On-line.

§5º As propostas selecionadas serão premiadas em R\$ 600,00 (seiscentos reais) para propostas com equipe artística/técnica com até 2 pessoas ou em R\$ 1.000,00 (mil reais) para propostas com equipe artística/técnica de 3 ou mais pessoas.

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a prorrogar por 01 (um) ano, mediante aditivos contratuais, os contratos vigentes do FMAC, alterando-se o prazo de execução com sua respectiva prestação de contas, enquanto perdurar a situação emergencial decorrente do novo coronavírus.

Parágrafo único. Os contratos vigentes do FMAC poderão ser adequados, por meio de termo aditivo contratual, para cumprimento do plano de trabalho, enquanto perdurar a situação emergencial decorrente do novo coronavírus.

Art. 6º O Município assegurará ampla transparência e publicidade à aplicação dos recursos emergenciais utilizados no FMAC.

Art. 7º A fonte de recursos de que trata o art. 1º desta Lei está condicionada à disponibilidade orçamentária do FMAC.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 05 de agosto de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 24.334/2020

Publicação Nº 2596045

PORTARIA Nº 24.334, DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

EXONERA FABIO FELSKY DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE GERENTE DO CEPREAD, NA SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEMMAS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, combinado com art. 49, da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/2019, resolve:

EXONERAR, no dia 07 de agosto de 2020:

FABIO FELSKY, do cargo de provimento em comissão de Gerente do CEPREAD, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade, nomeado pela Portaria nº 23.284, de 28/08/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de agosto de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 24.335/2020

Publicação Nº 2596051

PORTARIA Nº 24.335, DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

NOMEIA BRUNA ELOISA BASEI, PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE GERENTE DO CEPREAD, NA SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEMMAS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 49, da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/2019, de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13/02/2015, resolve:

NOMEAR, no dia 10 de agosto de 2020:

BRUNA ELOISA BASEI, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Gerente do CEPREAD, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de agosto de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 023/2020

Publicação Nº 2596055

EXTRATO - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 023/2020

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A WBK EQUIPAMENTOS CENOTÉCNICOS LTDA ME.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para aquisição e instalação de varas elétricas de iluminação cênica com montagem dos equipamentos cênicos existentes no Auditório Carlos Jardim, conforme especificações constantes no edital - SMC.

PROCESSO: Pregão Presencial nº 129/2019

VALOR: Acrescenta a quantia de R\$ 8.908,00 (oito mil, novecentos e oito reais), ou seja, 6,5% a mais que o valor inicialmente previsto, totalizando o valor do contrato em R\$ 145.938,00 (cento e quarenta e cinco mil e novecentos e trinta e oito reais).

DATA DA ASSINATURA: 22 de julho de 2020.

EXTRATO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 074/2018

Publicação Nº 2596057

EXTRATO – 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 074/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A SÊNIOR SISTEMAS S/A.

OBJETO: Contratação de empresa para licença de uso, atualização e suporte técnico de software especializado em gestão e elaboração de folha de pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas do Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, conforme Termo de Referência e demais especificações constantes no Processo de Licitação Pregão Presencial nº. 014/2018.

PROCESSO: Pregão Presencial 06-014/2018.

VALOR: REAJUSTA o valor total do contrato para R\$ 115.843,60 (cento e quinze mil, oitocentos e quarenta e três reais e sessenta centavos).

DATA DA ASSINATURA: 02 de julho de 2020.

EXTRATO 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 140/2015

Publicação Nº 2596062

EXTRATO – 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 140/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E O CONSÓRCIO ENGEPLAN-FREEDOM.

OBJETO: Execução de terraplenagem, drenagem, pavimentação asfáltica e sinalização viária, na Rua Arnold Hemmer – Bairro Badenfurt, localizada no Município de Blumenau/SC, extensão: 4.071,50m, conforme projetos, planilhas e demais informações constantes no Edital – Processo 17944.001613/2013-30 - PAC 2 / Ministério das Cidades/CEF/SEMOB.

PROCESSO: Concorrência 03-042/2014.

PRAZO: Prorrogam-se os prazos de vigência e execução, sendo: prazo de vigência de 3 de maio de 2020 até 30 de agosto de 2020 e o prazo de execução de 10 de março de 2020 até 6 de agosto de 2020.

VALOR: Acrescenta a quantia de R\$ 124.284,22 (ref. ao acréscimo de itens e serviços, reajuste e revisão do ISS), e posteriormente suprima a quantia de R\$ 143.897,32 (ref. a supressão de itens e serviços, reajuste e revisão do ISS), totalizando o valor do contrato em R\$ 9.583.171,23 (nove milhões, quinhentos e oitenta e três mil, cento e setenta e um reais e vinte e três centavos).

DATA DA ASSINATURA: 24 de julho de 2020.

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 145/2017

Publicação Nº 2596064

EXTRATO – 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 145/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A VALE WEB CRIAÇÃO DE SITES EIRELI.

OBJETO: Prestação de serviços de desenvolvimento de um novo banco de dados estruturado com as informações já existentes e novas funcionalidades, implantação, migração e importação de web site e e-mails com funcionalidades já existentes. Serviço de hospedagem, desenvolvimento, atualizações e de manutenção de web site e e-mails - ISSBLU.

PROCESSO: Pregão Presencial nº 061/2017.

PRAZO: Prorroga-se o prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 07 de agosto de 2020 até 06 de agosto de 2021.

VALOR: Renova-se o valor pago à contratada pelos serviços de hospedagem da web site e Banco de Dados, manutenção de web site e e-mails em R\$ R\$ 1.179,53 mensais, totalizando R\$ 14.154,36 (catorze mil, cento e cinq-enta e quatro reais e trinta e seis centavos).

ALTERAÇÃO: Fica alterada a razão social/nome empresarial da empresa LABHOST SOLUÇÕES PARA INTERNET EIRELI ME para VALE WEB CRIAÇÃO DE SITES EIRELI, nos termos da justificativa de fls. 237, parecer jurídico de fls. 249-253 e ato de alteração no contrato social de fls. 244-245 do processo.

DATA DA ASSINATURA: 29 de julho de 2020.

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 149/2018

Publicação Nº 2596066

EXTRATO – 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 149/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A SRA. LIGIA LÜBKE.

OBJETO: Locação de uma casa de alvenaria contendo aproximadamente 170,00m², edificada nos fundos do terreno localizada na Rua Itajaí, nº 1.519, Bairro Vorstadt, Blumenau/SC, inscrito no 1º Ofício de Registro de Imóvel deste Município, destinado ao funcionamento da Unidade de Estratégia de Saúde da Família - ESF Pedro Krauss – SEMUS/FMS.

PROCESSO: Dispensa nº 08-072/2018.

VALOR: REAJUSTA o valor da locação para R\$ 2.413,39 mensais, contados a partir de 1º de julho de 2020, totalizando o valor do contrato em R\$ 28.960,68 (vinte e oito mil, novecentos e sessenta reais e sessenta e oito centavos).

DATA DA ASSINATURA: 29 de julho de 2020.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 161/2018

Publicação Nº 2596069

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 161/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A CARDIOPRIME CENTRO DE CARDIOLOGIA LTDA.

OBJETO: Prestação de serviços com finalidade diagnóstica em medicina nuclear (cintilografias e doses terapêuticas/graves) conforme códigos constantes na tabela SIA/SUS, aos usuários do Sistema Único de Saúde no município de Blumenau - SEMUS.

PROCESSO: Inexigibilidade nº 09-069/2018

PRAZO: Prorroga o prazo de vigência contratual em mais 12 (doze) meses, ou seja, de 1º de agosto de 2020 a 31 de julho de 2021.

VALOR: O valor estimado do contrato passa a ser R\$ 19.412,29 (dezenove mil, quatrocentos e doze reais e vinte e nove centavos) mensais, totalizando R\$ 232.947,48 (duzentos e trinta e dois mil, novecentos e quarenta e sete reais e quarenta e oito centavos).

DATA DA ASSINATURA: 16 de julho de 2020.

EXTRATO CONTRATO Nº 203/2020

Publicação Nº 2596071

EXTRATO – CONTRATO Nº 203/2020

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A ANTONHOLI & GARCIA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.

OBJETO: Aquisição de 01 (um) veículo automotor adaptado, conforme especificações constantes no edital - Termo de Convenio de Repasse nº 892218/2019 – SEMUDES.

PROCESSO: Pregão Eletrônico nº 002/2020.

FUNDAMENTO: Lei Federal n. 10.520/2002.

PRAZO: 12 (doze) meses, contados de sua assinatura.

VALOR: R\$ 164.500,00 (cento e sessenta e quatro mil e quinhentos reais).

DATA DA ASSINATURA: 15 de julho de 2020.

EXTRATO CONTRATO Nº 210/2020

Publicação Nº 2596074

EXTRATO – CONTRATO Nº 210/2020

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A MASCARELLO CARROCERIAS E ÔNIBUS LTDA.

OBJETO: Aquisição de 01 (um) veículo automotor adaptado, tipo micro-ônibus conforme especificações constantes no edital - termo de

convênio de repasse nº 887667/2019 – SEMUDES.

PROCESSO: Pregão Eletrônico nº 004/2020.

FUNDAMENTO: Lei Federal n. 10.520/2002.

PRAZO: 12 (doze) meses, contados de sua assinatura.

VALOR: R\$ 268.000,00 (duzentos e sessenta e oito mil reais).

DATA DA ASSINATURA: 22 de julho de 2020.

EXTRATO CONTRATO Nº 212/2020

Publicação Nº 2596077

EXTRATO – CONTRATO Nº 212/2020

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E O COMERCIAL MARTENDALL LTDA EPP.

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios (gêneros perecíveis – hortifruti – batata inglesa e cenoura), para alimentação escolar para alunos matriculados na Rede Municipal de ensino, justificados pela Lei Federal nº 13.987/2020, Resolução FNDE nº 06/2020, Resolução FNDE nº 02/2020, Decreto Municipal Nº. 12.589 de 2020 e Decreto Estadual Nº. 525/2020 atualizado pelo Decreto Estadual Nº. 587/2020 referente ao enfrentamento de pandemia, conforme especificações no edital, pelo período de 06 meses (ITENS 01 e 05) – SEMED.

PROCESSO: Pregão Presencial nº 053/2020.

FUNDAMENTO: Lei Federal n. 10.520/2002.

PRAZO: O contrato terá a duração limitada à entrega dos alimentos em todas as unidades especificadas no ANEXO A, a partir da assinatura, pelo período de 06 meses.

VALOR: R\$ 107.100,00 (cento e sete mil e cem reais).

DATA DA ASSINATURA: 27 de julho de 2020.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 218/2019

Publicação Nº 2596079

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 218/2019

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A PATHOLOGY DIAGNÓSTICOS EM MEDICINA LTDA.

OBJETO: Prestação de serviços de saúde, caracterizado como Laboratório do Tipo I, com finalidade diagnóstica em exames citopatológicos e anátomo patológicos, com código/descrição, instrumento de registro constantes na Tabela SIGTAP – SIA/SUS do Ministério da Saúde, aos usuários do Sistema Único de Saúde no Município de Blumenau - SEMUS.

PROCESSO: Inexigibilidade nº 09-76/2019

PRAZO: Prorroga o prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 1º de outubro de 2020 até 30 de setembro de 2021.

VALOR: Renova-se o valor do contrato com uma supressão de R\$ 316,70 (trezentos e dezesseis reais e setenta centavos) mensais a contar de 01/10/2020, em virtude da alteração do valor SUS (SIGTAP) do procedimento mencionado na tabela da cláusula primeira. Deste modo o valor mensal a ser renovado é de R\$ 22.757,79, totalizando para o período o valor de R\$ 273.093,48 (duzentos e setenta e três mil, noventa e três reais e quarenta e oito centavos).

ALTERAÇÃO: Fica alterada/corrigida a planilha de procedimentos do contrato no que se refere ao exame de código 02.02.08.021-8 PESQUISA DE HELICOBACTER PYLORI, no qual consta a tabela abaixo com o valor SUS (SIGTAP).

DATA DA ASSINATURA: 15 de julho de 2020.

EXTRATO CONTRATO Nº 218/2020

Publicação Nº 2596081

EXTRATO – CONTRATO Nº. 218/2020

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A GREIDE ENGENHARIA LTDA.

OBJETO: Elaboração de projeto básico e executivo de terraplenagem, drenagem, sinalização viária, pavimentação e obras complementares para as zonas de interesse especial (ZEIS) - Vila União no Município de Blumenau/SC. Contrato de Financiamento à Infraestrutura Urbana e ao Saneamento - FINISA - Apoio Financeiro para Despesas de Capital, Contrato nº 0498.699 - DVº 69 - (LOTE 03) - SEMOB.

PROCESSO: Tomada de Preços nº 035/2019

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 22, inciso II da Lei 8.666/1993 e alterações.

PRAZO: 105(cento e cinco) dias para o lote 03, contados a partir da assinatura do instrumento contratual.

VALOR: R\$ 33.570,83 (trinta e três mil, quinhentos e setenta reais e oitenta e três centavos).

DATA DE ASSINATURA: 28 de julho de 2020.

EXTRATO CONTRATO Nº 220/2020

Publicação Nº 2596082

EXTRATO – CONTRATO Nº 220/2020

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A ELEC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE MEDIÇÃO LTDA.

OBJETO: Aquisição de 3 (três) etilômetros (bafômetros) da marca BAF-300 – ELEC com impressora térmica e aquisição de 6.000 (seis mil) bocais para utilização nos etilômetros da marca BAF-300 – SMTT.

PROCESSO: Inexigibilidade nº 09-045/2020

FUNDAMENTO: Art. 25, I, Lei Federal n. 8.666/1993.

PRAZO: 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do instrumento contratual.

VALOR: R\$ 42.840,00 (quarenta e dois mil, oitocentos e quarenta reais)

DATA DA ASSINATURA: 29 de julho de 2020.

EXTRATO CONTRATO Nº 226/2020

Publicação Nº 2596083

EXTRATO – CONTRATO Nº 226/2020

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A OBRAMASTER CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI.

OBJETO: Execução da Revitalização da Prainha – Praça Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira (Avenida Brasil, s/n), bairro: Ponta Aguda – Blumenau/SC, conforme especificações constantes no edital – Emenda Parlamentar – Contrato de Repasse nº 874866/2018 – Ministério do Turismo – MTUR – CEF – SEMOB.

PROCESSO: Concorrência nº 007/2020.

FUNDAMENTO: Art. 22, I, Lei Federal n. 8.666/1993.

PRAZO: 10 (dez) meses, contados a partir da assinatura do instrumento contratual.

VALOR: R\$ 3.972.698,66 (três milhões, novecentos e setenta e dois mil, seiscentos e noventa e oito reais e sessenta e seis centavos).

DATA DA ASSINATURA: 07 de agosto de 2020.

EXTRATO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 276/2016

Publicação Nº 2596084

EXTRATO – 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 276/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA.

OBJETO: Execução de serviços de terraplenagem, drenagem, pavimentação asfáltica e sinalização viária, na Rua Martin Jensen (Bairro Itoupava Central) localizada no Município de Blumenau/SC, conforme especificações constantes no edital e anexos. Contrato de Financiamento 0413052-65/2015 - Programa Pró-Transporte - CEF/SEMOB (LOTE 02).

PROCESSO: Concorrência nº 03-013/2016.

VALOR: Suprime a quantia de R\$ 9.663,75 (nove mil, seiscentos e sessenta e três reais e setenta e cinco centavos), ou seja, 2,11% a menos que o valor originário do contrato, totalizando o valor do contrato em R\$ 502.752,59 (quinhentos e dois mil, setecentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e nove centavos).

DATA DA ASSINATURA: 27 de julho de 2020.

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 282/2018

Publicação Nº 2596085

EXTRATO – 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 282/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A GENTE SEGURADORA S.A.

OBJETO: Seguro de responsabilidade civil (RCF) APP e casco para a frota dos veículos do SETERB, nas quantidades e especificações constantes no anexo do edital, pelo período de 12 meses – SETERB.

PROCESSO: Pregão Presencial nº 06-166/2018.

VALOR: Acrescenta a quantia de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), ou seja, cerca de 12,12% a mais que o valor inicialmente previsto para o lote 1, para 10 (dez) novas motocicletas, totalizando o valor do contrato em R\$ 62.500,00 (sessenta e dois mil e quinhentos reais).

DATA DA ASSINATURA: 08 de julho de 2020.

PORTARIA Nº 566/2020 - GABSEMUS

Publicação Nº 2596087

Portaria nº 566/2020/GABSEMUS

DESIGNA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAL PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DE CONTRATOS.

WINNETOU MICHEL KRAMBECK, Secretário e Gestor do Fundo Municipal de Promoção da Saúde do Município de Blumenau, no uso das atribuições, e com fundamento no art. 58, III c/c art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como do art. 7º do Decreto Municipal nº 12.465, de 28 de novembro de 2019, resolve:

DESIGNAR os servidores públicos municipais para exercer a função de fiscal nos seguintes Contratos:

ADRIANA PASA, Arquiteta, matrícula nº 22881-9 e ANDRÉ RICARDO LOWEWN, Engenheiro Civil, Matrícula nº 23158-9, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 211/2020, firmado entre a Secretaria Municipal de Promoção da Saúde e a empresa Bluinter Comércio de Eletrônicos e Eletrodomésticos Ltda, CNPJ nº 34.471.931/00014-90, que tem por objeto Contratação de empresa especializada para serviços de fabricação, montagem e instalação de barreiras físicas (acrílico), para Unidades de Saúde do Município.

GORETE YNAQUIEVI DE REZENDE FOCESATO, Farmacêutica, matrícula nº 230910, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 121/2020, firmado entre a Secretaria Municipal de Promoção da Saúde e a empresa Magacho Importação & Exportação, CNPJ nº 16.629.968/0001-11, que tem por objeto Aquisição de testes rápidos qualitativos para detecção de anticorpos IgG e IgM anti-VOCID-19 por meio de amostra: sangue total obtida por punção digital. Utilizando o método: imunocromatografia.

ADRIANA PASA, Arquiteta, matrícula nº 22881-9, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 183/2020, firmado entre a Secretaria Municipal de Promoção da Saúde e a empresa DBM Comércio e Serviços Eireli, CNPJ nº 31.109.919/0001-41, que tem por objeto contratação de empresa especializada para execução de adaptação de edificação para instalação do ESF João Rosa Camargo, com área total a ser adaptada de 205,35m².

SILVANI MARIA SEHNEM DO AMARAL, Farmacêutico Bioquímico, Matrícula nº 190381, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 133/2020, firmado entre a Secretaria Municipal de Promoção da Saúde e a empresa Cepheid Brasil Importação, Exportação e Comércio

de Produtos de Diagnósticos Ltda, CNPJ nº 18.628.083/0002-04, que tem por objeto contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção de equipamento de testes genéticos de doenças (GENEXPERT – Número de Série: 808334).

Blumenau (SC), em 04 de agosto de 2020.

WINNETOU MICHEL KRAMBECK
Secretário Municipal de Promoção da Saúde
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

RESOLUÇÃO CGFMHIF Nº 04/2020

Publicação Nº 2596094

RESOLUÇÃO CGFMHIS Nº. 04/2020

APROVA AS MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FMHIS REFERENTE AOS MESES DE NOVEMBRO E DEZEMBRO DE 2019.

O Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – CGFMHIS, no uso de suas competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 1.014 de 11 de dezembro de 2015 e de acordo com a deliberação em Plenária Ordinária realizada em 04 de agosto de 2020.

CONSIDERANDO:

- a Lei Complementar nº. 1.014 de 11 de dezembro de 2015 que institui o Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social - SMHIS e dispõe sobre a Política Municipal de Habitação de Interesse Social, o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social e o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social;
- as competências do CGFMHIS descritas no artigo 24º da Lei Complementar Municipal nº 1014, de 11 de dezembro de 2015;
- a necessária transparência dos procedimentos relativos às movimentações financeiras dos recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS;
- a aprovação do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - CGFMHIS, em Plenária Ordinária no dia 04 de agosto de 2020, conforme consta na Ata nº 03/2020;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar as Movimentações Financeiras do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS, dos meses de novembro e dezembro de 2019.

I – NOVEMBRO/2019

RECEITAS R\$ 23.486,03 (vinte e três mil quatrocentos e oitenta e seis reais e três centavos).

DESPESAS R\$ 19.820,00 (dezenove mil oitocentos e vinte reais).

II – DEZEMBRO/2019

RECEITAS R\$ 15.110,61 (quinze mil cento e dez reais e sessenta e um centavos).

DESPESAS R\$ 14.803,00 (quatorze mil oitocentos e três reais).

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 04 de agosto de 2020.

PATRICIA MORASTONI SASSE
Presidente do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social

RESOLUÇÃO CGFMHIF Nº 05/2020

Publicação Nº 2596097

RESOLUÇÃO CGFMHIS Nº. 05/2020

APROVA A PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FMHIS DE BLUMENAU/SC, REFERENTE AO EXERCÍCIO 2019.

O Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – CGFMHIS, no uso de suas competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 1.014 de 11 de dezembro de 2015 e de acordo com a deliberação em Plenária Ordinária realizada em 04 de agosto de 2020.

CONSIDERANDO:

- a Lei Complementar nº. 1.014 de 11 de dezembro de 2015 que institui o Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social - SMHIS e dispõe sobre a Política Municipal de Habitação de Interesse Social, o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social e o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social;
- as competências do CGFMHIS descritas no artigo 24º da Lei Complementar Municipal nº 1014, de 11 de dezembro de 2015;
- a necessária transparência dos procedimentos relativos às movimentações financeiras dos recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS;
- a aprovação das contas periódicas conforme Resoluções CGFMHIS nº 02 e 04/2020 aprovadas por este conselho;
- a aprovação do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, em Plenária Ordinária no dia 04 de agosto de 2020, conforme consta na Ata nº 03/2020;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a prestação de contas consolidada dos recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social de Blumenau SC, referente ao exercício 2019, sendo:

I – Receita: R\$ 169.900,90 (cento e sessenta e nove mil, novecentos reais e noventa centavos).

II - Despesa: R\$ 266.224,60 (duzentos e sessenta e seis mil, duzentos e vinte e quatro reais e sessenta centavos).

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 04 de agosto de 2020

PATRICIA MORASTONI SASSE

Presidente do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social

RESOLUÇÃO CGFMHIS Nº 06/2020

Publicação Nº 2596098

RESOLUÇÃO CGFMHIS Nº. 06/2020

APROVA AS MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FMHIS REFERENTE AOS MESES DE JANEIRO A JUNHO DO ANO 2020.

O Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – CGFMHIS, no uso de suas competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 1.014 de 11 de dezembro de 2015 e de acordo com a deliberação em Plenária Ordinária realizada em 04 de agosto de 2020.

CONSIDERANDO:

- a Lei Complementar nº. 1.014 de 11 de dezembro de 2015 que institui o Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social - SMHIS e dispõe sobre a Política Municipal de Habitação de Interesse Social, o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social e o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social;
- as competências do CGFMHIS descritas no artigo 24º da Lei Complementar Municipal nº 1014, de 11 de dezembro de 2015;
- a necessária transparência dos procedimentos relativos às movimentações financeiras dos recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS;
- a aprovação do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - CGFMHIS, em Plenária Ordinária no dia 04 de agosto de 2020, conforme consta na Ata nº 03/2020;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar as Movimentações Financeiras do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS, dos meses de Janeiro a Junho do ano de 2020:

I – JANEIRO/2020

RECEITA R\$ 12.032,38 (doze mil e trinta e dois reais e trinta e oito centavos).

DESPESA R\$ 29.436,00 (vinte e nove mil quatrocentos e trinta e seis reais).

II – FEVEREIRO/2020

RECEITAS R\$ 27.166,14 (vinte e sete mil cento e sessenta e seis reais e quatorze centavos).

DESPESAS R\$ 2.268,64 (dois mil duzentos e sessenta e oito reais e sessenta e quatro centavos) .

III– MARÇO/2020

RECEITAS R\$ 34.110,42 (trinta e quatro mil cento e dez reais e quarenta e dois centavos).

DESPESAS R\$ 23.776,92 (vinte e três mil e setecentos e sessenta e seis reais e noventa e dois centavos).

IV – ABRIL/2020

RECEITAS R\$ 25.214,22 (vinte e cinco mil duzentos e quatorze reais e vinte e dois centavos).

DESPESAS R\$ 20.518,46 (vinte reais mil quinhentos e dezoito reais e quarenta e seis reais).

V – MAIO/2020

RECEITAS R\$ 15.642,95 (quinze mil seiscentos e quarenta e dois reais e noventa e cinco centavos).

DESPESAS R\$ 17.852,49 (dezesete mil oitocentos e cinquenta e dois reais e quarenta e nove centavos).

VI – JUNHO/2020

RECEITAS R\$ 14.208,47 (quatorze mil duzentos e oito reais e quarenta e sete centavos).

DESPESAS R\$ 16.786,30 (dezesesseis mil setecentos e oitenta e seis reais e trinta centavos).

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 04 de agosto de 2020.

PATRICIA MORASTONI SASSE

Presidente do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social

PORTARIA EVENTOS Nº 05/2020 - PROEB

Publicação Nº 2596150

PORTARIA EVENTOS Nº.05/2020

RETIFICA A PORTARIA EVENTOS Nº 04/2020 E CANCELA A REALIZAÇÃO DA OKTOBERFEST BLUMENAU 2020 .

MARCELO GREUEL, Presidente da Fundação Promotora de Exposições de Blumenau - PROEB, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 9.º, inciso III e IX, da Lei Complementar n. 10 de 21 de dezembro de 1990, resolve:

Art. 1º. Em virtude dos reflexos da Pandemia COVID-19, pelos motivos citados abaixo, deliberou a PROEB – Fundação Promotora de Exposições de Blumenau em conjunto com a Prefeitura Municipal de Blumenau, e neste ato oficializa através da presente portaria sobre o cancelamento da realização da Oktoberfest Blumenau 2020, marcada inicialmente para os dias 7 a 26 de Outubro e posteriormente adiada para 11 a 29 de Novembro de 2020, no qual Cancelamento foi anunciado em coletiva no dia 27/07/2020.

- O aumento dos casos confirmados de COVID-19 e de ocupação de leitos de UTI na cidade de Blumenau e região;
- Pelas recomendações de organismos Internacionais de saúde com respeito a grandes aglomerações de público;
- Pelas dificuldades e organização de eventos de massa seguindo os preceitos de distanciamento social;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Fundação Promotora de Exposições de Blumenau – PROEB, em 07 de Agosto de 2020.

Marcelo Greuel
Presidente

EXTRATO Nº 298/2020 - FURB

Publicação Nº 2596166

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 298/2020

Inexigibilidade de Licitação nº. 180/2020

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal de Inexigibilidade de Licitação do procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 25, caput da Lei 8.666/1993 e demais alterações e o Parecer Jurídico nº 266/2020/PROGEF, para Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DA PROFESSORA KEITE NOGUEIRA DA SILVA PARA ATUAR NA CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM BACTERIOLOGIA CLÍNICA COM ÊNFASE EM RESISTÊNCIA BACTERIANA NA DISCIPLINA DIAGNÓSTICO MICROBIOLÓGICO - INFECÇÕES GASTROINTESTINAIS/DERMATOLÓGICAS. Setor solicitante: Instituto FURB. Pedido de Compra: 1547/2020. Contratada(s): KEITE NOGUEIRA DA SILVA (CPF: 031.962.959-74). Fundamento Legal: Instrução Normativa nº. 003/2016/ Reitoria, Artigo 25, da Lei 8.666/1993. Forma de Pagamento: Em até 10 dias após a entrega do diário de classe com NF. Prazo de Execução: Conforme cronograma do curso Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica: R\$ 1.839,31 (um mil, oitocentos e trinta e nove reais e trinta e um centavos) / 01.27.12.364.0100.2001 (Manutenção das Ativ. Técnicas, Operacionais e Administrativa)/ 3.3.90 (Outras Despesas Correntes)/ 3.3.90.36.06 (Serviços Técnicos Profissionais).

Blumenau/SC, 07 de agosto de 2020.

Profª. Marcia Cristina Sardá Espindola
Reitora da FURB

EXTRATO Nº 296/2020 - FURB

Publicação Nº 2596167

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 296/2020

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
E
SANTIAGO & CINTRA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SOFTWARE PARA PÓS PROCESSAMENTO DE DADOS LAS, PARA PROJETO P&D, EM ATENDIMENTO AO CONTRATO CEEE-GT/9953355 FIRMADO COM A UNIVERSIDADE..

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº 94/2020 e Contrato nº 136/2020, firmado em 31 de julho de 2020.

PREÇO: A CONTRATANTE/ LICENCIADA pagará a CONTRATADA/ LICENCIANTE em uma única parcela em até 15 (quinze) dias após o recebimento da Nota Fiscal, o valor constante em sua Proposta Comercial, conforme folhas 131 à 133 do processo de Inexigibilidade de Licitação nº 94/2020, e tabela abaixo:

Item	Código FURB	Produto	Descrição	Valor Total do Item (em R\$)	
1		Software.LIDAR 360. Módulo Framework	Licença de uso módulo básico para o LIDAR 360.	30.490,00	
1		Software.LIDAR 360. Módulo Terrain.	Módulo para geração de modelo digital de terreno e superfície (necessita do LIDAR360 e do módulo Framework).	15.250,00	
1		Software LIDAR 360.Módulo Foresty	Módulo para extração de métricas florestais (necessita do LIDAR360 e dos módulos Framework e Terrain).	15.250,00	
1		LiPowerline	Software específico para linhas de transmissão.	60.990,00	
Valor total (em R\$ e por extenso)				R\$ 121.980,00 (cento e vinte e um mil, novecentos e oitenta reais)	

PRAZO DE VIGÊNCIA: O contrato gerado terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura.

DATA: 04/08/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 160/2020 - FURB

Publicação Nº 2596169

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Pregão Presencial nº. 160/2020

Objeto: Contratação de seguro empresarial (patrimonial) para a FURB.

Local, data e horário para entrega e abertura dos envelopes: Fundação Universidade Regional de Blumenau, Rua Antônio da Veiga, nº. 140, Sala K-205, dia 21 de agosto de 2020, às 09 horas e 30 minutos.

Edital completo à disposição dos interessados no website www.furb.br, através de acesso ao Portal de Licitações ou no horário comercial, em dias úteis, no endereço acima especificado.

Base Legal: Leis Federais nos. 10.520/2002 e 8.666/93 e Decreto Municipal nº. 7.732/2004 e Alterações.

Blumenau, 10 de agosto de 2020.

Marco Aurélio de Oliveira
Divisão de Administração de Materiais
Portaria nº. 043 de 1º de fevereiro de 2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 200/2020 - FURB

Publicação Nº 2596172

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Retificação do Pregão Presencial nº. 200/2019

Objeto: Contratação de empresa para serviços de instalação, com entrega de materiais e fornecimento de materiais, de aparelhos de ar-condicionado referentes a 3ª etapa do Centro de Inovação de Blumenau.

A Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB) informa que o Edital do certame epigrafado foi retificado, a fim de promover nova data de abertura, em decorrência de ajustes no conteúdo do mesmo.

Local, data e horário para entrega e abertura dos envelopes: Fundação Universidade Regional de Blumenau, Rua Antônio da Veiga, nº. 140, Sala K-205, dia 25 de agosto de 2020, às 9 horas e 30 minutos.

Edital completo à disposição dos interessados no website www.furb.br, através de acesso ao Portal de Licitações ou no horário comercial, em dias úteis, no endereço acima especificado.

Base Legal: Leis Federais nos. 10.520/2002 e 8.666/93 e Decreto Municipal nº. 7.732/2004 e Alterações.

Blumenau, 10 de agosto de 2020.

Marco Aurélio de Oliveira
Divisão de Administração de Materiais
Portaria nº. 043 de 1º de fevereiro de 2019

RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 043/2020 - FURB

Publicação Nº 2596189

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Retificação do Pregão Presencial (SRP) nº. 043/2020

Objeto: Registro de Preços para contratações futuras de serviços de poda, corte e remoção de árvores, nos diversos Campi da Universidade.

A Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB) informa que o Edital do certame epigrafado foi retificado, a fim de promover nova data de abertura, em decorrência de ajustes no conteúdo do mesmo.

Local, data e horário para entrega e abertura dos envelopes foram alterados para: Fundação Universidade Regional de Blumenau, Rua Antônio da Veiga, nº. 140, Sala K-205, dia 24 de agosto de 2020, às 09 horas e 30 minutos.

Edital completo à disposição dos interessados no website www.furb.br, através de acesso ao Portal de Licitações ou no horário comercial, em dias úteis, no endereço acima especificado.

Base Legal: Leis Federais nos. 10.520/2002 e 8.666/93 e Decreto Municipal nº. 7.732/2004 e Alterações.

Blumenau, 10 de agosto de 2020.

Marco Aurélio de Oliveira
Divisão de Administração de Materiais
Portaria nº. 043 de 1º de fevereiro de 2019

Bom Jardim da Serra

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 07/2020

Publicação N° 2595012

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 07/2020
PARA OS APROVADOS NO EDITAL N° 001/2018 DE CONCURSO PÚBLICO

O Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, Serginho Rodrigues de Oliveira, no uso de suas atribuições legais, convoca o candidato abaixo relacionado, aprovado no Edital n° 001/2018 de Concurso Público, realizado no dia 04 de Março de 2018, para comparecer na Secretaria Municipal de Administração/Setor de Recursos Humanos, na Rua Manoel Cecílio Ribeiro, n° 68, centro, Bom Jardim da Serra – SC, no período de 08/08/2020 a 06/09/2020, das 12h30 às 18h30, a fim de apresentar os documentos abaixo descritos.

Os candidatos aprovados no Concurso Público do Edital n° 001/2018, quando da sua convocação, terão o prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, após a publicação no site da Prefeitura Municipal, para apresentar todos os documentos exigidos e descritos no ato da convocação, conforme item 17.11 do Edital n° 001/2018.

O Convocado que não apresentar a documentação exigida, não comprovar os requisitos para investidura do cargo ou não pedir prorrogação de posse, implicará na impossibilidade de aproveitamento do candidato aprovado, anulando-se todos os atos e efeitos decorrentes da inscrição no Concurso, conforme item 17.16 do Edital n° 001/2018.

Relação dos Convocados:

Cargo: Farmacêutico

Nome	N° Inscrição	Data Nasc.	Classificação
Lucieli Matos Pereira	861787	08/12/1992	4º

Relação de Documentos para Admissão:

- I – CPF;
- II – Identidade;
- III – Título de Eleitor;
- IV – Comprovação da quitação eleitoral;
- V- Carteira de Trabalho;
- VI – Número do PIS/PASEP;
- VII – Carteira de Reservista (Homens);
- VIII – Comprovação da Habilitação Exigida (Diploma e Histórico);
- IX- Carteira de registro do Órgão de Classe (conforme sua formação);
- X – Atestado Médico Admissional (médico Trabalhista);
- XI – 1 foto 3x4;
- XII – Comprovação de dependentes;
- XIII – Comprovação de Estado Civil;
- XIV – Certidão Cível e Criminal (Estadual e Federal);
- XV – Carteira de motorista (cargos onde for necessário)
- XVI – Grupo sanguíneo;
- XVII – Comprovação da não acumulação de cargos;
- XVIII – Número de conta corrente;
- XIX – Comprovante de Endereço; e
- XX – Declaração de Bens.

Bom Jardim da Serra – SC, 07 de agosto de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 168/2020, DE 04 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2594906

PORTARIA Nº 168/2020, DE 04 DE AGOSTO DE 2020.

PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVONIR JOSÉ SANTOLIN, Prefeito Municipal em Exercício de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR licença para tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal Srº. Jean Carlos Persch, inscrito na matrícula sob nº 747-1, portador do CPF sob nº 056.952.279-09, ocupante do cargo de Sub Secretário, 40 horas semanais, lotado no Departamento de Obras e Serviços Urbanos, conforme Atestado Médico, no período de 03 de agosto de 2020 à 07 de agosto de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 04 de agosto de 2020.

IVONIR JOSÉ SANTOLIN
Prefeito Municipal em Exercício

Botuvera

PREFEITURA

REPUBLICAÇÃO PORTARIA Nº 113/2020

Publicação Nº 2594400

PORTARIA Nº 113/2020

“Contrata Servidor Temporário para Município de Botuverá e Dá Outras Providências”

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal n. 502/89 e na Lei Complementar n. 47/2019:

Considerando:

1. A necessidade excepcional e de interesse público de um médico para apoio devido à pandemia covid-19, na área da saúde;
2. A classificação no processo seletivo 06/2020

Resolve:

Art. 1º- Contratar a (o) Sr(a). ANA LAURA REICHERT CENTENARO, brasileiro, para o cargo temporário de MÉDICO, 40h, pelo regime Celetista, por um período máximo de 2 anos.

Art. 2º- Fica o servidor contratado através da presente portaria, lotado na Secretaria de Saúde do Município de Botuverá.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 20/07/2020.

Botuverá (SC), 22 de Julho de 2020.

JOSE LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 012/2020

Publicação Nº 2596494

Resolução nº 012/2020

Dispõe sobre a aprovação da prestação de contas de recursos financeiros transferidos do Fundo Estadual de Assistência Social ao Fundo Municipal de Assistência Social (FEAS/FMAS) no ano de 2019.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Botuverá, no uso de suas atribuições resolve:

Art1º Aprovar a Prestação de Contas de recursos financeiros transferidos do Fundo Estadual de Assistência Social ao Fundo Municipal de Assistência Social referentes a Proteção Social Básica de Custeio, de Investimento e benefícios eventuais.

Art.2º Que os recursos são destinados aos serviços ofertados pelo Município no âmbito da proteção Social Básica segundo a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, resolução nº 109/2009.

Art.3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Botuverá, 07 de Agosto 2020

Rafaela de Novaes da Cruz

Presidente do CMAS

Braço do Trombudo

PREFEITURA

ATA REGISTRO DE PREÇOS 23 2019

Publicação N° 2589365

Página: 1/58

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 23/2019

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroscavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braço do Trombudo, SC.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	disco 87308018 (24801)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		57,4164	1
2	disco 87305713 (24802)		OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Unitec		57,4515	2
3	anel 87302761 (24803)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		118,4266	1
4	anel 87302760 (24804)		OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Unitec		118,4688	2
5	ANEL 83925620 (2314)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		35,2549	1
6	JUNTA 83417133 (3173)		OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		35,2764	2
7	RETENTOR 81866390 (3163)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		25,5608	1
8	RETENTOR 81834073 (3161)		OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		25,5764	2
		UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	AGEL		0,9047	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		0,9053	2
		UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		9,5005	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		9,5063	2
		UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	ARCA		59,5490	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		59,5853	2
		UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	CENTRALSUL		27,2304	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 3/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020			
Objeto da Compra:		Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroscavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braço do Trombudo, SC.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
16	suporte direito 9967991 (24809)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		683,4073	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	RCB		683,8242	2
17	parafuso 85905979 (24810)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	REX		1,9065	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Rex		1,9076	2
18	flange 85905980 (24811)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		175,7254	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		175,8326	2
19	cubo esq.85824351 (24812)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		2.506,6686	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	FRT		2.508,1980	2
20	porca 85905962 (24813)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	REX		12,4474	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Rex		12,4550	2
21	Flange 85905983 - New Holland LB90 (22748)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		176,3072	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		176,4148	2
22	Tirante 85905975 - New Holland LB90 (22750)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		448,0157	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Tanaka		448,2891	2
23	Pivo 85905977 - New Holland LB90 (22752)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		148,6335	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 4/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroscavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braço do Trombudo, SC.		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
24	cubo direito 85834350 (24814)		OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Tanaka		148,7242	2	
		UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		2.254,8215	1	
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	FRT		2.256,1972	2	
25	parafuso 85805987 (24815)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		7,6582	1	
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Rex		7,6629	2	
26	reparo 85805990 (24816)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	AGEL		113,9154	1	
27	cubo 85806003 (24817)		OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		113,9849	2	
		UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		531,3679	1	
28	Rolamento 85806002 (18314)		OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	FRT		531,6921	2	
		UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	KOYO		271,7917	1	
29	Pistoneiro 9968070 - New Holland LB90 (22755)		OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Tinken		271,9575	2	
		UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	REX		6,5082	1	
30	Porca 9968071 - New Holland LB90 (22756)		OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Fibam		6,5121	2	
		UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	REX		8,8984	1	
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Fibam		8,9048	2	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 23/2019

Página: 5/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroscavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braco do Trombudo, SC.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
31	pino 85805974 (24818)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		450,7111	1
32	polia 75310005 (24819)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Tanaka		450,9861	2
33	estizador 75286363 (24820)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		479,6058	1
34	correia 75206859 (24821)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Rei		479,8984	2
35	polia j914494 (24822)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		419,0104	1
36	anel 9969052 (18515)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Nylon		419,2680	2
37	cremalheira 75208365 (24823)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	GATES		105,6163	1
38	parafuso 75208362 (24824)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Dayco		105,6808	2
39	polia j914494 (24822)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		256,1315	1
40	anel 9969052 (18515)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Rei		256,2877	2
41	cremalheira 75208365 (24823)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		1,0522	1
42	parafuso 75208362 (24824)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		1,0529	2
43	cremalheira 75208365 (24823)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		329,0653	1
44	parafuso 75208362 (24824)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Tratorfreio		329,2661	2
45	parafuso 75208362 (24824)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	REX		8,1108	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 6/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroscavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braço do Trombudo, SC.		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Rex		8,1158	2	
39	cabo 85626303 (24825)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		245,6091	1	
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Superflex		245,7589	2	
40	bomba combustivel 71100951 (24826)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		373,2003	1	
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Bosch		373,4280	2	
41	helice 75264466 (24827)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		453,8834	1	
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	FC		454,1603	2	
42	bomba agua 71100619 (24828)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		331,2042	1	
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Bosch		331,4063	2	
43	retentor 9968312 (24829)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	ARCA		45,3888	1	
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		45,4165	2	
44	DISCO 9968290 (2363)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		32,6635	1	
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Unilec		32,6834	2	
45	disco 9968288 (24830)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		30,4274	1	
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Unilec		30,4459	2	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 7/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020				
Objeto da Compra:		Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroscavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braço do Trombudo, SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
46	disco 9668288 (24831)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		353,5085	1	
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Unitec		353,7242	2	
47	anel 9668287 (24832)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		19,5885	1	
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		19,6005	2	
48	engrenagem 9668285 (24833)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		1.411,2364	1	
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	TGL		1.412,0974	2	
49	rolamento 9668304 (24834)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	KOYO		35,4549	1	
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Tinken		35,4765	2	
50	rolamento 9668228 (24835)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	KOYO		21,2562	1	
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Tinken		21,2662	2	
51	anel 9668230 (24836)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		18,5223	1	
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		18,5336	2	
52	rolamento 9668276 (24837)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	KOYO		107,8855	1	
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Tinken		107,9514	2	
53	anel 9668302 (24838)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		31,5131	1	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 8/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroscavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braço do Trombudo, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		31,5323	2
54	anel 9968279 (24839)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA.- ME (9617)	TRATORGEL		14,8510	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		14,8600	2
55	anel 9968291 (24840)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA.- ME (9617)	TRATORGEL		5,5120	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		5,5153	2
56	defletor 9968292 (24841)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA.- ME (9617)	TRATORGEL		338,9796	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	RCB		339,1864	2
57	mola 9968293 (24842)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA.- ME (9617)	TRATORGEL		19,0845	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	SRC		19,0862	2
58	cabo freio de mao 85804646 (24843)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA.- ME (9617)	TRATORGEL		298,8635	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Superflex		299,0468	2
59	conversor torque b.troca85817620 (24844)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA.- ME (9617)	TRATORGEL		2.263,6885	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	RCB		2.265,0696	2
60	caixa satellite 86584273 (24845)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA.- ME (9617)	TRATORGEL		2.409,3120	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	TGL		2.410,7820	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 9/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroscavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braco do Trombudo, SC.				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.			
61	engrenagem 81728114 (24846)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		283,5732	1			
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	TGL		283,7462	2			
62	anuela satellite 83969915 (24847)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		19,6471	1			
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Bejoi		19,6591	2			
63	anuela planetaria 81803424 (24848)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		43,7924	1			
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Bejoi		43,8192	2			
64	bucha 81800471 (24849)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		28,3334	1			
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		28,3507	2			
65	engrenagem 81803445 (24850)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		1,108,7610	1			
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	TGL		1,107,4962	2			
66	CRUZETA 81876885 (4224)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		543,6088	1			
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	New Century		543,9404	2			
67	engrenagem 81803451 (24851)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		1,151,6270	1			
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	TGL		1,152,3296	2			
68	capa 80510892 (24852)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		158,8322	1			

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 10/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020			
Objeto da Compra:		Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroscavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braço do Trombudo, SC.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
69	cone 80510884 (24853)		OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Tirken		158,9291	2
		UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		325,5693	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Tirken		325,7680	2
70	cone 81803413 (24854)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		418,3121	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Tirken		418,5674	2
71	parafuso 83994579 (24855)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		190,7984	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Rex		190,9148	2
72	coroa e pitião 87958890 (24856)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		4.803,2944	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	TGL		4.806,2250	2
73	rolamento 81824478 (24857)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	KOYO		238,2811	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Tirken		238,4265	2
74	cone 82958861 (24858)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	KOYO		201,7773	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Tirken		201,9004	2
75	capa 83912252 (24859)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	KOYO		224,7151	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Tirken		224,8522	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 23/2019

Página: 11/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020				
Objeto da Compra:		Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroscavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braço do Trombudo, SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
76	cone 81845711 (24860)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		146,1775	1	
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Tirken		146,2667	2	
77	capa 80052491 (24861)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	KOYO		97,3828	1	
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Tirken		97,4422	2	
78	cilindro 87315528 (24862)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	CENTRALSUL		2.873,8406	1	
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	MSU		2.875,5940	2	
79	camisa 85800604 (24863)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	CENTRALSUL		2.447,1204	1	
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	MSU		2.448,6135	2	
80	haste85800603 (24864)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	CENTRALSUL		851,6965	1	
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	MSU		852,2162	2	
81	embolo 87404259 (24865)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	CENTRALSUL		249,4034	1	
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	MSU		249,5555	2	
82	sensor temp.agua 85811390 (24866)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		228,1078	1	
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	12M		228,2470	2	
83	sensor pre.oleo tras.85817672 (24867)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		1.161,2889	1	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 12/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroscavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braco do Trombudo, SC.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
84	reparo cil.penetracao 87315531 (24868)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	CNH		1.161,9974	2
85	repara cil.caçamba 87315527 (24869)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	AGEL		166,8387	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		166,9405	2
86	reparo cil.elevação longo 87315535 (24870)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	AGEL		137,7891	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		137,8732	2
87	reparo cil.elevação curto 87315532 (24871)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	AGEL		190,8239	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		190,9403	2
88	reparo do cil.giro 87315529 (24872)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	AGEL		168,4482	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		168,5510	2
89	cilindro giro 87315529 (24873)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		2.923,0106	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	MSU		2.924,7940	2
90	reparo cil.sapatilha 87315528 (24874)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	AGEL		174,0528	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		174,1590	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 13/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroscavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braço do Trombudo, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
91	reparo cil.caçamba diat.87315525 (24875)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	AGEL		124,3329	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		124,4068	2
92	reparo cil.direção 85905990 (24876)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	AGEL		99,2365	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		99,2971	2
93	retentor orig.85824344 (24877)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	AGEL		76,4495	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		76,4662	2
94	Anel 9967678 - New Holland LB90 (22743)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	AGEL		38,9648	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		38,9885	2
95	mola prato 9967679 (24878)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		6,3528	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		6,3566	2
96	mola prato 9967673 (24879)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		30,7181	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		30,7369	2
97	Espaçador 9967684 - New Holland LB90 (22741)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		18,0634	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		18,0744	2
98	Bucha 9967674 - New Holland LB90 (22742)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		21,7282	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 15/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroscavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Brago do Trombudo, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
106	Bucha 85803193 - New Holland B110B (22839)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		39,8371	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		39,8614	2
107	Pino 85803192 - New Holland B110B (22840)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		127,3970	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		127,4747	2
108	Pino 85801079 - New Holland LB90 (22909)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		281,7310	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		281,9029	2
109	ESPAÇADOR 85801191 (3202)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		76,6110	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		76,6577	2
110	CALÇO 8274447 (3170)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		8,7506	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		8,7560	2
111	anel 85803198 (25118)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		5,2989	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		5,3021	2
112	Pino 85802872 (18106)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		147,8714	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		147,9616	2
113	Bucha 83912378 (18590)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		45,6601	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 16/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroscavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braco do Trombudo, SC.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
114	lgreparo 87315521/r (24881)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		45,6879	2
			MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	AGEL		112,1445	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		112,2129	2
115	JUNTA ESFERICA 85801517 (2270)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		15,3946	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	RCB		15,4040	2
116	porca 16102311 (24882)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		0,4584	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Rex		0,4587	2
117	JUNTA ESFERICA 85801544 (2271)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		15,5426	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	RCB		15,5521	2
118	porca 16102911 (24883)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		0,5944	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Rex		0,5948	2
119	GARFO 11991971 (2272)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		34,6963	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	RCB		34,7204	2
120	PINO 85802738 (2273)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		3,2960	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	RCB		3,2980	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 17/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroscavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braco do Trombudo, SC.				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.			
121	JUNTA ESFERICA 85801518 (2279)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		80,4241	1			
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Tanaka		80,4732	2			
122	Pino 85803005 - New Holland B110B (22853)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		159,2780	1			
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		159,3752	2			
123	bucha 83910977 (24884)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		4,9375	1			
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		4,9405	2			
124	Pino 85813469 - New Holland B110B (22859)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		146,2676	1			
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		146,3569	2			
125	anuela 85818916 (24885)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		4,9118	1			
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		4,9148	2			
126	anel plastico 11069071 (24886)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		2,1132	1			
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Wurth		2,1145	2			
127	silencioso 87348962 (24887)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		513,6134	1			
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Silennak		513,9268	2			
128	tubo 392301a1 (24888)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		117,9670	1			

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 18/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroscavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braco do Trombudo, SC.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
129	abrazadeira 401541a1 (24889)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Silenmak		118,0390	2
130	suporte 87351104 (24890)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		31,8359	1
131	suporte 75264941 (24891)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Silenmak		31,8554	2
132	parafuso 614-10035 (24892)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		73,7468	1
133	parafuso 614-10030 (24893)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Silenmak		73,7918	2
134	porca 829-1410 (24894)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		154,8511	1
135	aneta 886-15010 (24895)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Silenmak		154,9456	2
		UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	REX		0,9432	1
		OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Rex		0,9438	2	
		UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	REX		1,2731	1
		OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Rex		1,2739	2	
		UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	REX		0,6366	1
		OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Rex		0,6400	2	
		UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	REX		0,1227	1
		OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Rex		0,1228	2	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 19/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroscavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Brago do Trombudo, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
136	coxim 117846a1 (24896)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		41,7695	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	RCB		41,7950	2
137	parafuso 814-16110 (24897)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	REX		5,4153	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Rex		5,4186	2
138	porca 832-10416 (24898)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	REX		1,5833	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Rex		1,5842	2
139	coxim87416967 (24899)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		129,4908	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	RCB		129,5698	2
140	Coxim 87416966 - New Holland LB90 (22722)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		129,6654	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	RCB		129,7445	2
141	LAMINA (8338)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	METISA		1,278,3200	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Metisa		1,279,1000	2
142	dente 135-8203 (24900)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	METISA		72,6238	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Metisa		72,6681	2
143	kg arame de mlg (24901)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	WORKER		28,2106	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 20/58

Número do Registro de Preços: 23/2019 Data do Registro: 09/08/2019 Válido até: 09/08/2020							
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroscavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Brago do Trombudo, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Esab		28,2278	2
144	kg chapa 5/16" (24902)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	WORKER		5,6098	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Gerdau		5,6132	2
145	pino 85901262 (24903)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		77,4641	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		77,5113	2
146	ARRUELA 83910977 (4228)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		3,5091	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		3,5112	2
147	ANEL 75246056 (3138)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		3,2571	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		3,2591	2
148	pino 83911000 (24904)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		291,9428	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		292,1209	2
149	ARRUELA 81901837 (3166)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		7,8135	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		7,8183	2
150	anel 83911020 (24905)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		4,9440	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		4,9471	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 21/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroscavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Brago do Trombudo, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
151	PINO 83910629 (3224)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		66,7679	1
152	anuela 83910629 (24906)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		66,8067	2
153	ANEL 83910630 (3182)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		4,0713	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		4,0738	2
		UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		5,1247	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		5,1279	2
154	pino 85803141 (24907)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		105,6680	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		105,7324	2
155	espaçador 85803140 (24908)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		26,2846	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		26,3007	2
156	ANEL 85802992 (3213)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		9,1637	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		9,1692	2
157	pino 85803002 (24909)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		116,9902	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		117,0616	2
158	Pino 85815607 - New Holland B110B (22849)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	PIM		228,7536	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 23/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroscavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Brago do Trombudo, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
166	conexão 85802803 (24915)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		15,6963	1
167	reparo 87315521/R (24916)	UND	MGs COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	Maiochi		15,7079	2
168	eletrodo OK48 4mm (24917)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		151,5813	1
169	kg.apo 1045 (24918)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	APC		151,6738	2
170	pedra de retifica (24919)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	WORKER		2,7080	1
171	kg.itudo SKF (24920)	UND	MGs COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	Esab		2,7086	2
172	Bucha 85824469 - New Holland B110B (22811)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		13,2231	1
173	mt.lixa 36 (24921)	UND	MGs COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	Gardau		13,2312	2
174	kg.itudo SKF (24920)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	WORKER		9,7848	1
175	kg.itudo SKF (24920)	UND	MGs COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	Vonder		9,7908	2
176	Bucha 85824469 - New Holland B110B (22811)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		36,3538	1
177	kg.itudo SKF (24920)	UND	MGs COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	Gardau		36,3760	2
178	Bucha 85824469 - New Holland B110B (22811)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		26,3428	1
179	kg.itudo SKF (24920)	UND	MGs COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	Maiochi		26,3689	2
180	kg.itudo SKF (24920)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	WORKER		6,1774	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 24/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroscavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braco do Trombudo, SC.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
174	parafuso 85806010 (24922)	UND	MGs COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		1,1244	1
175	Rotula. (20163)	UND	MGs COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		142,7454	1
176	barra de direção 85805974 (24923)	UND	MGs COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	DIFERENCIAL		470,0611	1
177	conexão 9967995 (24924)	UND	MGs COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		13,1972	1
178	TERMINAL DIREÇÃO - MICRO ONIBUS MDY 1200 (6898)	UND	MGs COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		0,7884	1
179	parafuso 12x110mm (24925)	UND	MGs COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	REX		5,3636	1
180	contrapino 3/8"x3" (24926)	UND	MGs COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	REX		2,9207	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 25/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroscavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Brago do Trombudo, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
181	veda escapamento (24927)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	3M		4,8531	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Orbi		4,8560	2
182	mola 83931313 (24928)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		5,3833	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	SCR		5,3866	2
183	haste cromada (24929)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		362,2583	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		362,4794	2
184	buchta 65x50x40 (24930)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		42,6939	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		42,7200	2
185	rolê 83910599 (24931)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		0,9424	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	RCB		0,9430	2
186	embolo 87 422784 (24932)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		282,6816	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	MSU		282,8541	2
187	anel 7049 (24933)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		0,8129	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		0,8134	2
188	contrapino 1/8"x2" (24934)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	WORKER		1,0014	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 26/58

Número do Registro de Preços: 23/2019 Data do Registro: 09/08/2019 Válido até: 09/08/2020						
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroscavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braco do Trombudo, SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
189	anuela lisa 1/2 (12339)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Fixper		1,0020
190	terminal M22512-04-04 (24935)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	REX		0,4782
191	capa fina 1/4" (24936)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Rex		0,4785
192	mangueta 1/4"x1 (24937)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		8,0655
193	banjo 100BM-12-04 (24938)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Manuli		8,0704
194	engraxeadeira 5/16" (24939)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		5,4870
195	caximbo 1/4" (24940)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Manuli		5,4903
		UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		16,1882
		UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Fluxotech		16,1991
		UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		17,0161
		UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Manuli		17,0265
		UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	WORKER		1,5702
		UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Yanaguchi		1,5711
		UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		26,3232
		UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Manuli		26,3392

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 27/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroscavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braco do Trombudo, SC.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
196	adaptador LMSOMO-08-06 (24941)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		34,1486	1
197	aruela lisa 1.3/4" (24942)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Manull		34,1694	2
198	terminal M22411-06-08 (24943)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	REX		4,0716	1
199	terminal M22513-06-08 (24944)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Rex		4,0741	2
200	capa 00,06 (24945)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		17,6422	1
201	manguete 3/8"x1 T (24946)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Manull		17,6530	2
202	CRUZETA 9968410 (3223)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		13,4611	1
203	fundo de freio tulela LHM (24947)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Manull		13,4693	2
		UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	RTB		4,7048	1
		UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Manull		4,7076	2
		UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	Fluxotech		27,1959	1
		UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	DANA		27,2125	2
		UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	New Century		54,1198	1
		UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	PETRONAS		54,1528	2
		UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)			100,6532	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 28/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroscavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braço do Trombudo, SC.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
204	engraxadeira reta 3/6" (24948)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Tutela		100,7146	2
				WORKER		1,5704	1
				Yamaguchi		1,5713	2
205	anuela lisa 2" (24949)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	TRATORGEL		4,7176	1
				Rex		4,7205	2
206	anuela lisa 1,1/2" (24950)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	TRATORGEL		2,2749	1
				Rex		2,2763	2
207	contrapino 3/32x1" (24951)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	TRATORGEL		0,8334	1
				Fixpar		0,8339	2
208	porca 12mm (24952)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	TRATORGEL		0,7884	1
				Rex		0,7888	2
209	anel trava 41mm (24953)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	TRATORGEL		2,0938	1
				Wurth		2,0951	2
210	parafuso 1/2x1,1/2" (24954)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	TRATORGEL		0,7621	1
				Rex		0,7626	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 29/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020			
Objeto da Compra:		Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroscavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Brago do Trombudo, SC.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
211	porca 1/2" (24955)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		0,7949	1
212	pino 1545279 (24956)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Rex		0,7954	2
213	anel 87711038 (24957)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	PIM		121,1082	1
214	anel 87711038 (24958)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maibochi		121,1821	2
215	Retentor 87415728.. (19264)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		6,3782	1
216	Pino K395083 (24959)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Rex		6,3821	2
217	Porca de Aço 87708454 (24960)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		11,6590	1
218	Disco 887708434 (24961)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		11,6661	2
219	Retentor 87415728.. (19264)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	ARCA		80,9478	1
220	Pino K395083 (24959)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		80,9971	2
221	Porca de Aço 87708454 (24960)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		22,1093	1
222	Disco 887708434 (24961)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	RCB		22,1228	2
223	Retentor 87415728.. (19264)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		262,4719	1
224	Pino K395083 (24959)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	RCB		262,6321	2
225	Disco 887708434 (24961)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	UNITEC		366,9192	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 31/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020				
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroscavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Brago do Trombudo, SC.								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descob. (%)	Preço Unitário	Classif.	
226	Pino 85802975 - New Holland LB90 (22782)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		115,4081	1	
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		115,4786	2	
227	Arel 72246056 (24967)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		3,5222	1	
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		3,5244	2	
228	Engraxadeira 70914465 (24985)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		0,5816	1	
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Yamaguchi		0,5820	2	
229	Pino 85815517 - New Holland B110B (22855)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	PIM		238,5851	1	
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		238,7307	2	
230	Bucha 76021466 - New Holland LB90 (22913)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		60,9450	1	
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		60,9822	2	
231	Arel elastico 11069071 - New Holland LB90 (22779)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		2,3266	1	
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		2,3280	2	
232	Calço 85818916 - New Holland LB90 (22778)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		4,8277	1	
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		4,8306	2	
233	Espaçador 83910977 - New Holland LB90 (22777)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		4,7953	1	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 33/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroscavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braço do Trombudo, SC.		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descob. (%)	Preço Unitário	Classif.	
241	Haste 87433032 (24991)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		521,7904	1	
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	MSU		522,1068	2	
242	Bucha 85800303 - New Holland B110B (22876)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		55,2966	1	
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		55,3303	2	
243	BUCHA 81901896 (3167)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		47,9871	1	
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		48,0163	2	
244	Pino 75247594 - New Holland B110B (22867)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		62,4383	1	
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		62,4764	2	
245	Anel 75244879 (24992)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		6,3272	1	
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		6,3310	2	
246	Pino 85802993 - New Holland B110B (22865)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		3,6191	1	
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		3,6213	2	
247	Pino 85802872 - New Holland LB90 (22910)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		106,3793	1	
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		106,4442	2	
248	Espaçador Aço 85801191 (24993)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		66,1607	1	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 34/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroscavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braço do Trombudo, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		66,2011	2
249	Calço de Apo 8274447 (24994)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		8,8154	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		8,8207	2
250	Pino 85903246 (24995)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		11,6910	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		11,6981	2
251	Anel Trava 85903195 (24996)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		0,2262	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		0,2263	2
252	Bucha 85903196 (18107)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		61,8178	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		61,8555	2
253	Pino 85901076 (18098)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		240,0840	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		240,2305	2
254	BUCHA 85901029 (3199)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		24,5719	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		24,5969	2
255	Bucha 85903197 - New Holland B110B (22838)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		80,8445	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		80,8938	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 35/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroscavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braco do Trombudo, SC.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
256	Bucha 85803192 (24997)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA- ME (9617)	TRATORGEL		118,4616	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		116,5327	2
257	Bucha 85700728.. (18100)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA- ME (9617)	TRATORGEL		125,3999	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		125,4764	2
258	Anel Trava 85803198 (24998)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA- ME (9617)	TRATORGEL		2,9338	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		2,9356	2
259	Pho 85803194 (24999)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA- ME (9617)	TRATORGEL		19,8139	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		19,8260	2
260	BUCHA 83910551 (3178)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA- ME (9617)	TRATORGEL		41,5629	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		41,5882	2
261	Bucha 83910547 (25000)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA- ME (9617)	TRATORGEL		34,1564	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		34,1772	2
262	BUCHA 8580202 (3197)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA- ME (9617)	TRATORGEL		25,9745	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		25,9803	2
263	Velante 87710130 (25002)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA- ME (9617)	TRATORGEL		19,9507	1

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroscavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braço do Trombudo, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		19,9629	2
264	BUCHA 83910557 (3179)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		109,8761	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		109,9431	2
265	Disco de Desbaste 9" (25003)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	WORKER		23,5832	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Norton		23,5976	2
266	Disco de Corte 9" (25004)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	WORKER		21,3209	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Norton		21,3339	2
267	Litra Oxigênio (25005)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	WHRITE MAR		2,8114	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Air liquide		2,8131	2
268	Kg. Arame Mg (25006)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	WORKER		24,3002	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Esab		24,3151	2
269	Kg. Lâmina (25007)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	WORKER		3,6709	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	CBT		3,6732	2
270	Ponteira Cardan (25008)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		382,0411	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Tanaka		382,2742	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 37/58

Número do Registro de Preços: 23/2019 Data do Registro: 09/08/2019 Válido até: 09/08/2020						
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroscavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braço do Trombudo, SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Classif.
271	Luva. (25009)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		1
272	Eletrodo OK 48 3,25mm (6693)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Tanaka		2
273	Kg. Aço 1045 (25010)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	WORKER		1
274	Mangueteira 752/45967 (25011)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Esab		2
275	Terminal M22463-06-08 (25012)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	FERROSUL		1
276	Caixa prens 00.06 (18604)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Gardau		2
277	Mangueteira 316x2T.. (18605)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	WORKER		1
278	Anel 2-014. (19626)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	CNH		2
		UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		1
		OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Manull			2
		UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		1
		OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Manull			2
		MTS	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		1
		OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Fluxotech			2
		UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 39/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020			
Objeto da Compra:		Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroscavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braço do Trombudo, SC.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
286	PinoNutrificante 85813469 (25017)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		151,2256	1
287	Retentor pinião 84197602 (25018)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maibochi		151,3179	2
288	Anel Viton 84197601 (25019)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	ARCA		193,1562	1
289	lb. Cola 3M (25020)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		193,2740	2
290	Retentor 85824345 (16184)	PC	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	AGEL		28,8890	1
291	Parafuso 85801575 - New Holland LB90 (22745)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		28,9066	2
292	Anel Trava 32mm (25021)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Rex		2,4574	2
293	Contrapino 3/8x3,12" (25022)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		1,6013	1
		UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Wurth		1,6023	2
		UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		3,1925	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 40/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020			
Objeto da Compra:		Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroscavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braço do Trombudo, SC.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Fixpar		3,1945	2
294	Correia 8PK 1500 (23018)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	GATES		76,1840	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Dayco		76,2305	2
295	Eléttrodo OK48 4,00 mm (25023)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	WORKER		2,7015	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Esab		2,7031	2
296	Eléttrodo 600 duro (25024)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	WORKER		5,9459	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maibochi		5,9495	2
297	Pedra retífica 36 mm (25025)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	WORKER		9,9397	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Vonder		9,9488	2
298	Disco desbata 4" (25026)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	WORKER		8,2076	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Norton		8,2126	2
299	Disco Corte 4" (25027)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	WORKER		10,4372	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Norton		10,4435	2
300	Anel Trava 46 mm (25028)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		2,8950	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Wurth		2,8988	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 23/2019

Página: 41/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroscavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braço do Trombudo, SC.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
301	Parafuso Sapata 5/8x2/32 (25029)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	REX		3,7418	1
302	Porca 5/8" NF (25030)		OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Rex		3,7441	2
303	Anel de Lisa 5/8" (25031)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	REX		1,7578	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Rex		1,7589	2
		UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	REX		0,6527	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Rex		0,6531	2
304	Porca fio 1,5 30mm (25032)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	REX		12,3630	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Rex		12,3705	2
305	Porca 5/8" NC (25033)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	REX		1,6013	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Rex		1,6023	2
306	Flange c/ porca 87708445 (25034)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		4,369,7477	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	RCB		4,372,4138	2
307	Prisioneiro de roda 85808260 (25035)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		14,1731	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Fibam		14,1817	2
308	Porca satellite roda 87708452 (25036)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		3,665,4449	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 42/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroscavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braco do Trombudo, SC.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
309	Trava 87709453 (19266)	UND	MGSCOMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		9,3571	1
310	Dente AP1 211201 - New Holland LB90 (22786)	UND	MGSCOMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	METSA		79,4486	1
311	Parafuso lâmina 5/6x2,12" (25037)	UND	MGSCOMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	REX		3,0957	1
312	Porca lâmina 5/6" (25038)	UND	MGSCOMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	REX		1,1310	1
313	Placa freio 877708433 (25039)	UND	MGSCOMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		293,9657	1
314	Placa freio 87709435 (25040)	UND	MGSCOMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	Unitec		294,1451	2
315	Barra d're. comp. 87306934 (25119)	UND	MGSCOMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	DIFERENCIAL		621,1835	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Tanaka		621,5625	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 43/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020			
Objeto da Compra:		Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroscavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braço do Trombudo, SC.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
316	Junta esférica 85805975 - New Holland B110B (22816)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	DIFERENCIAL		220,5340	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Tanaka		220,6686	2
317	Porca 85805976 - New Holland LB90 (22751)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		0,7236	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Tanaka		0,7241	2
318	Engraxadeira 9968021 (25041)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		0,9564	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Yamaguchi		0,9569	2
319	Parafuso 9968022 (25042)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	REX		1,7708	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Rex		1,7719	2
320	Pivô 9968023 (25043)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		160,7064	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Tanaka		160,8045	2
321	Porca 85805986 (25044)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		0,7044	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Tanaka		0,7048	2
322	Pivô 9968025 (25045)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		160,5835	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Tanaka		160,6815	2
323	Porca 85805982 (25046)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		0,7490	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 44/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroscavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braço do Trombudo, SC.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
324	Bucha 85805988. (24780)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Tanaka		0,7495	2
325	Vedante 87710145 (25047)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		49,4154	1
326	Rollamento K395101 (25048)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Italbronze		49,4456	2
327	Espaçador 87708447 - New Holland B110B (22893)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		29,7872	1
328	Anel 800-1150 (25049)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		29,8054	2
329	Engraxagem 87708967 (25050)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	KOYO		266,8730	1
330	Rollamento 87708444 (25051)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Tinken		267,0359	2
		UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		57,0798	1
		UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Malochi		57,1146	2
		UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		1,9193	1
		UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	RCB		1,9204	2
		UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		663,7226	1
		UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Bejol		664,1276	2
		UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	KOYO		587,1756	1
		UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Tinken		587,5338	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 45/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroscavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Brago do Trombudo, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
331	Relentor 85827067 (18636)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	ARCA		124,4370	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Arca		124,5129	2
332	Rolamento 9967687 (25052)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	KOYO		308,9921	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Tinken		309,1806	2
333	Priosteiro de roda 87710171 (25053)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		7,4452	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Fibam		7,4497	2
334	Porca roda 9968071 (25054)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		9,6490	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Fibam		9,6549	2
335	Anel 85805711 (18315)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		6,7277	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		6,7318	2
336	Anel 85806006 (25055)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		7,1280	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		7,1324	2
337	Anel lencosto 85906016 (25056)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		36,5989	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	RCB		36,6212	2
338	Kit. Diferencial 87708394 (25057)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		3,689,8561	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 47/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020		Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroscavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Brago do Trombudo, SC.			
Objeto da Compra:									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
346	Mola Prato 9967997 (25061)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		8,5632	1		
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		8,5685	2		
347	Bucha 87306932 - New Holland B110B (22823)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		40,3153	1		
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		40,3389	2		
348	Bucha 9968019.. (24781)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		40,0830	1		
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		40,1074	2		
349	Relentor 87710130. (24782)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	ARCA		23,5246	1		
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		23,5389	2		
350	Rotula 9968002 (25062)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		32,3727	1		
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		32,3925	2		
351	Mola prato 9968003 (25063)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		10,8316	1		
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		10,8382	2		
352	Anel 9968006 (25064)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		31,2148	1		
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		31,2338	2		
353	Bucha 9968010 - New Holland B110B (22808)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		131,0020	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 49/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroscavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braco do Trombudo, SC.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
361	Coxim 87488319 (25070)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		133,8399	1
362	Filtro combustível 87303444 (25071)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	RCB		133,9216	2
363	Filtro óleo motor 87803260 (25072)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	BALDWIN		250,0295	1
364	Filtro combustível 84403847 (25073)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Donalison		250,1820	2
365	Filtro óleo hidráulico 86989733 (25074)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TURBO		155,7689	1
366	Filtro óleo hidráulico 84255607 (25075)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Donalison		155,8640	2
367	Filtro de ar 87682989 (25076)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TURBO		111,4782	1
368	Filtro de ar 87682999 (25077)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Donalison		111,5462	2
369	Filtro de óleo 87682989 (25078)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	DONALDSON		615,7477	1
370	Filtro de óleo 87682989 (25079)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Donalison		616,1234	2
371	Filtro de óleo 87682989 (25080)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	DONALDSON		538,4677	1
372	Filtro de óleo 87682989 (25081)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Donalison		538,7950	2
373	Filtro de ar 87682989 (25082)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TURBO		146,8102	1
374	Filtro de ar 87682989 (25083)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Donalison		146,8997	2
375	Filtro de óleo 87682989 (25084)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TURBO		95,6766	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 50/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020							
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroscavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braço do Trombudo, SC.											
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca	Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.			
369	Filtro transmissão 86982180 (25078)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TURBO	Donaldisson		526,4435	1			
370	Correia 84278184 - New Holland B110B (22902)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL	Donaldisson		87,8045	1			
371	Correia 87304910 (25079)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	GATES	Gates		29,7479	1			
372	Cilindro freio 84369307 (25080)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	GENAU	Genau		3.198,4020	1			
373	Cotovelo 86579688 (25081)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL	Manullil		526,5564	2			
374	Cotovelo 86579686 (25082)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL	Manullil		154,2259	1			
375	Cotovelo 9840543 (25083)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL	Manullil		71,9439	1			

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 51/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroscavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Brago do Trombudo, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
376	lg. Reparo 87654845 (25084)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	AGEL		157,5718	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		157,6680	2
377	lg. Reparo 84209920 (25085)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	AGEL		196,4464	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		196,5663	2
378	lg. Reparo 86428631 (25086)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	AGEL		175,8352	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		175,9425	2
379	lg. Reparo 84155586 (25087)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	AGEL		166,5027	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		166,6043	2
380	lg. Reparo 84154166 (25088)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	AGEL		161,5792	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		161,6778	2
381	lg. Reparo 87428628 (25089)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	AGEL		128,5984	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		128,6769	2
382	Pno 87402742 (25090)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		151,4715	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		151,5639	2
383	Pno 88601050 (25091)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		62,7032	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 52/58

Número do Registro de Preços: 23/2019 Data do Registro: 09/08/2019 Válido até: 09/08/2020						
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroscavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braco do Trombudo, SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
384	Pno 85801049 (25092)		OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		62,7415
		UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		61,2871
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		61,3245
385	It. Reparo 85428627 (25093)		MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	AGEL		133,4269
		UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		133,5083
386	It. Reparo 1542923C2 (25094)		MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	AGEL		112,7386
		UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		112,8074
387	Articulação 85827740 (25095)		MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		10,422,4551
		UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	RCB		10,428,8141
388	Articulação 85827739 (25096)		MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		9,631,5360
		UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	RCB		9,637,4124
389	Cilindro direção 87710158 (25097)		MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		3,418,6393
		UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	MSU		3,420,7251
390	It. Reparo 87710144 (25098)		MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	AGEL		160,8285
		UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		160,9266

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 53/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroscavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braço do Trombudo, SC.		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
391	Cilindro mestre 87714038 (25069)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		3.224,6161	1	
392	Pino 84360306 (25100)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Genau		3.226,5836	2	
393	BUCHA 83910546 (3176)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		126,9701	1	
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		127,0475	2	
		UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		76,1783	1	
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		76,2247	2	
394	Pino 87577359 (25101)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	PIM		162,4839	1	
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		162,5830	2	
395	Raspador 83931281 (25102)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	AGEL		7,9426	1	
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		7,9474	2	
396	Pino 85802976 - New Holland B110B (22862)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		8,2852	1	
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		8,2902	2	
397	Bucha 85806009 (25103)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		13,9275	1	
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		13,9360	2	
398	Parafuso 87710175 (25104)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		2,0357	1	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 54/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroscavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braço do Trombudo, SC.		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Rex		2,0370	2	
399	Cubo 85817698 (25105)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		560,5224	1	
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	FRT		560,8644	2	
400	Coroa 85806008 (25106)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		847,5728	1	
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	FRT		848,0889	2	
401	Parafuso 85805709 (18313)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		0,6462	1	
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Rex		0,6466	2	
402	Bujão 85806012 (25107)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		97,1435	1	
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	RCB		97,2028	2	
403	Engrenagem 85806014. (24776)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		148,4207	1	
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Bejol		148,5113	2	
404	Rolletes 85806015. (24777)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		0,9953	1	
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Bejol		0,9959	2	
405	Aruela 9680604 (25108)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		6,1654	1	
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Bejol		6,1691	2	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 55/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroscavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braço do Trombudo, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
406	Anel 9860083 (25109)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		1,5251	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		1,5260	2
407	Disco aço 181159A1 (25110)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		26,0197	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Unitec		26,0356	2
408	Disco Bronze 1811558A1 (25111)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		59,9564	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Unitec		59,9630	2
409	Anel Trava 181116A1 (25112)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		13,4619	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Wurth		13,4701	2
410	Pistão 358644A1 (25113)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		519,2696	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	RCB		519,5864	2
411	Anel vedador 358642A1 (25114)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		25,3021	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		25,3175	2
412	Anel leiton 87429684 (25115)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		9,9463	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		9,9523	2
413	Anel Trava 800-1150 (25116)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		2,1887	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 56/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020			
Objeto da Compra:		Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroscavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Brago do Trombudo, SC.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
414	Rolamento 359633A1 (25117)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)		2,1910	2
				Wurth			
				KOYO		252,4740	1
				OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)		252,6281	2
				Tinken			
415	Retentor 81349641 (25001)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	ARCA		72,3717	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 57/58

Número do Registro de Preços: 23/2019 Data do Registro: 09/08/2019 Válido até: 09/08/2020

Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroscavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braco do Trombudo, SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descob. (%)	Preço Unitário	Classif.
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		72,4158	2

Página: 58/58

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroscavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braço do Trombudo, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2019

PROCESSO Nº 35/2019

(6241) - OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA.

(9617) - MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME

Braço do Trombudo, 9 de Agosto de 2019.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 27/2020

Publicação Nº 2596283

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO CNPJ: 95.952.230/0001-67 PRACA DA INDEPENDENCIA,25 C.E.P.: 89178-000 - Braço do Trombudo - SC	PREGÃO ELETRÔNICO Nr.: 27/2020 - PE Processo Administrativo: 36/2020 Processo de Licitação: 36/2020 Data do Processo: 09/07/2020
--	--

Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, Nildo Melmestet, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 36/2020
b) Licitação Nr.: 27/2020-PE
c) Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO
d) Data Homologação: 07/08/2020
e) Objeto da Licitação: Aquisição de um Caminhão novo para servir a Secretaria de Obras, Estradas, Serviços Urbana e Agropecuária do Município de Braço do Trombudo/SC, através de recursos provenientes de Emenda Parlamentar especial e próprios do Município.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação): Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

MANUPA COMERCIO, EXPORTACAO, IMPORTACAO DE EQUIPAM (10037)

1 Aquisição de caminhão novo para futura instalação de tanque de 5,70m, movido à diesel, com potência mínima de 240 cv, com tração 6x4 (traçado), com no mínimo oito marchas a frente e duas marchas a ré, na cor branca, com direção hidráulica/elétrica assistida, freios de serviço a ar, freio ABS pneus dianteiros e traseiros radiais 275/80 x 22,5 (sem câmara) ou 1000R20 (com câmara) com PBT mínimo de 23.000 kg e capacidade máxima de tração de 42.000 kg. Com garantia de no mínimo 12 meses independente do número de horas e com assistência técnica dentro do estado de Santa Catarina - Marca: IVECO	UND	1,00	0,0000	329.400,00	329.400,00
---	-----	------	--------	------------	------------

Total do Fornecedor: 329.400,00

Total Geral: 329.400,00

Braço do Trombudo, 7 de Agosto de 2020.

Nildo Melmestet - Prefeito Municipal

Brusque

PREFEITURA

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2020- FMAC

Publicação Nº 2596658

INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2020 FMAC
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2020 FMAC

I – DO OBJETO.

O presente documento trata da INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO com vistas a celebração de parceria a ser executada em regime de mútua cooperação entre a Fundação Cultural de Brusque e o INSTITUTO ALDO KRIEGER inscrito no CNPJ sob nº 05.745.094/0001-41, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e que atua na administração e conservação do MUSEU INSTITUTO ALDO KRIEGER.

A parceria destina-se a co-gestão dos serviços de manutenção e salvaguarda museológica no município de Brusque SC, considerando que esta instituição museológica guardam muito da história de nosso município de um modo geral, além de realizar diversas ações, tais como: espetáculos musicais, teatrais, visitas monitoradas para grupos escolares, entre outras atividades que visam a salvaguarda e difusão da história de nosso município e que também servem de contrapartida com vistas a formalização de parceria com a administração municipal. Os serviços são executados pela própria entidade, que fica localizada na Rua Paes Leme número 63, bairro centro, Brusque – SC.

Os recursos para manutenção da casa museológica serão disponibilizados de acordo com o plano de trabalho apresentado.

II - DA INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO.

Considerando a necessidade do cumprimento do artigo 32 da Lei 13.019/2014; O fundamento principal para a presente iniciativa é o artigo 31 da Lei Federal 13.019/2014, que possibilita a administração pública tornar inexigível o chamamento público;

Art. 31 da Lei Federal 13.019/2014 – Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:
(.....)

III - DA JUSTIFICATIVA.

Justifica-se a Inexigibilidade de Chamamento Público para posterior celebração de Termo de Fomento entre a Fundação Cultural de Brusque e as Organizações da Sociedade Civil, neste caso o INSTITUTO ALDO KRIEGER, uma vez que os Serviços de Guarda e Manutenção do Patrimônio Histórico são desenvolvidos por três instituições diferentes, onde cada uma têm suas características na atuação e patrimônio próprio, inviabilizando assim a competição entre si, em razão da natureza singular do objeto.

Assim, na qualidade de Diretor e Responsável pela Fundação Cultural de Brusque e, Gestor do Fundo Municipal de Apoio a Cultura do Município de Brusque, consoante art. 31, da Lei Federal nº13.019 Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria (....), apresento a justificativa para INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO, com vistas à celebração de parceria por meio do TERMO DE FOMENTO tendo em vista o plano de trabalho da instituição interessada, que atende as exigências e requisitos previsto no inciso do art. 31, combinado com o art. 32, da Lei n 13.019 de 31/07/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015 e demais normas atinentes à espécie.

IV – DA CONCLUSÃO.

Diante do exposto, verificamos que a Inexigibilidade de Chamamento Público revela-se imperiosa mediante as considerações expostas e o amparo da Lei 13.019/2014, sendo assim, o Município de Brusque, através da Fundação Cultural, TORNA INEXIGÍVEL O CHAMAMENTO PÚBLICO, para formalização direta de parcerias entre a FUNDAÇÃO CULTURAL DE BRUSQUE e o INSTITUTO ALDO KRIEGER, visando a Guarda e Manutenção do Patrimônio Histórico do Município.

Fica concedido o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da publicação desta justificativa, para impugnação, nos termos do §2º, do art. 32, da Lei Nº 13.019/2014 e alterações posteriores.

Brusque, 29 de Julho de 2020.

Igor Alves Balbinot
Diretor - Designado Responsável pela Fundação Cultural de Brusque

DECRETO Nº 8692-2020

Publicação Nº 2596657

DECRETO Nº 8692, DE 05 DE AGOSTO DE 2020.
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 22º da Lei nº 4.275 de 17/12/2019, a Lei nº 4.242 de 09/09/2019, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal, em vigência do Município, no valor de R\$ 187.807,36 (cento e oitenta e sete mil, oitocentos e sete reais e trinta e seis centavos), para atender as programações abaixo especificadas:

13.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
13.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
0015.0451.0125.2036 Manutenção e Melhorias do Sistema Viário
4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos
0.3.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 149.029,84
30.00 Fundo Municipal de Assistência Social
30.001 Fundo Municipal de Assistência Social
0008.0244.0255.2327 Proteção Social Especial – Media Complexidade
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.65.2302 Transf. FEAS – Média/Custeio
VALOR R\$ 38.777,52

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I – Superavit financeiro do exercício anterior, conforme disposto no § 1º, I do art. 43 da Lei nº. 4.320/64, apurado na fonte de recurso abaixo:

Conta Corrente	Banco/Conta	Vínculo/Fonte de Recursos	Disponibilidade em 31/12/2019
21.744-1	B.b. Comp. Finan. Export.	0.1.00.00 0.3.00.00	407,51 21.050,63
60.837-8	B.b. Pmb/Defesa Civil Reconstrução	0.1.00.00	11.332,82
16.902-1	Banco do Brasil Diversos	0.1.00.00	317.166,33
283.141-4	B.b. Desoneração ICMS	0.1.00.00	27,60
73.071-8	B.b. FPM	0.1.00.00	2.023.118,17
26.051-7	B.b. Previ	0.1.00.00 0.3.00.00	36,44 1.892,44
42.403-x	B.b. Sna/Simples Nacional	0.1.00.00	431.893,94
49.416-x	B.b Pmb/ICMS	0.1.00.00	3.263.606,19
49.329-5	B.b Pmb/IPVA	0.1.00.00	145.389,42
48627-2	B brasil – Pmb Multas	0.1.00.00	83.961,95
15972	B.b Pmb/IPI Exportação	0.1.00.00	3.701,67
48.812-7	B.b Pmb/IRRF Dep. Judiciais	0.1.00.00	116.587,58
170.002-6	Besc C/C	0.1.00.00	36.784,76
75.142-1	B.b. Conv. Rua P. Antônio Eising	0.1.00.00	1.156.006,66
78.456-7	B.B Prolongamento Beira Rio Margem Direita – Sta Terrezinha	0.1.00.00	45,90
79.815-0	B.B Prolongamento Beira Rio Margem Direita - Convênio	0.1.00.00	34.797,10
79.235-7	B.b Pmb/ISSQN (Cartões)	0.1.00.00 0.3.00.00	1.361,04 44.471,19
81169-6	B.b Plano de Mobilidade Urbana BRDE	0.1.00.00	113.225,83
143-0	Pmb – Fundo M. Procuradoria Geral	0.1.00.00	12.480,44
113-8	Cef – Pmb/Fundo Procon	0.1.00.00 0.3.00.00	2.407,18 204.244,70
6223-1	Cef - PMB/FIA	0.1.00.00 0.3.00.00	4.000,00 80.744,84
4-2	Cef - C/C	0.1.00.00	4.960.456,02

65-4	Cef Tributos	0.1.00.00 0.3.00.00	6.974.410,48 722.873,21
153-7	Cef Rua 24hs	0.3.00.00	32.284,12
6-9	Cef Pmb - Previ	0.1.00.00	0,37
188-0	Cef Pmb Serv. Funeral	0.1.00.00 0.3.00.00	460,90 47.006,33
0124980-2	Cef Pmb – Conta Poupança	0.1.00.00 0.3.00.00	51.102,23 8.653,48
72-7	Cef – F. Turismo	0.1.00.00 0.3.00.00	12.331,26 24.408,32
246-0	Cef Pmb – Convênio Folha Pgto.	0.1.00.00	104.219,63
647.039-	Cef Pmb/Const. 3º Etapa Vila Germânica	0.1.00.00	31,66
253-3	Cef Pmb/Outorga Onerosa	0.1.00.00 0.3.00.00	350.759,38 81.370,11
71013-9	Cef – Pmb/Fundo Municipal do Idoso 71.013-9	0.1.00.00	5.017,11
153941-0	Bombeiros C.e.f Fumrebom Poupança 153.941-0	0.1.00.00	11.812,99
71016-3	C.e.f Pmb Nakopa Ams Bra 217 Fotovoltaica 71.016-3	0.1.00.00	2.225,40
71024-4	C.e.fPmb Honorários de Sucumbência 20% 71.024-	0.3.00.00	28.722,46
71026-0	C.e.f Pmb Brusque REMAD	0.1.00.00	711,50
647047-4	C.e.f Pmb Praça do Centro	0.1.00.00	4.598,88
71.038-4	C.e.f Fundo de Proteção a defesa civil	0.1.00.00	12,50
647048-2	C.e.f Pmb Construção Quadra de Esportes 647.048-2	0.1.00.00	1.218,00
34.140-2	Pmb Tributos	0.1.00.00	23,09
105.005-2	Pmb Tributos	0.1.00.00 0.3.00.00	1,32 4.728,76
29409-8	Pmb Tributos	0.1.00.00	9.918,28
TOTAL GERAL			21.550.100,12

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$
Empenhos à Pagar	0.1.00.00/0.3.00.00	1.983.183,55
DDO à Pagar	0.1.00.00/0.3.00.00	49.749,54
Restos à Pagar	0.1.00.00/0.3.00.00	43.564,04
TOTAL	0.1.00.00/0.3.00.00	2.076.497,13

Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$
Superávit Financeiro	0.3.00.00	19.473.602,99
Utilizado pelo Decreto 8.528	0.3.00.00	5.000.000,00
Utilizado pelo Decreto 8.649	0.3.00.00	5.412,00
Utilizado pelo Decreto 8.672	0.3.00.00	5.700.000,00
Utilizado pelo Decreto 8.686	0.3.00.00	205.610,87
Saldo a Utilizar	0.3.00.00	8.562.580,12

II – Excesso de arrecadação do exercício corrente na seguinte receita/vínculo:

0.1.65.2302	Transf. FEAS – Média/Custeio
Valor Orçado	R\$ 0,00
Valor arrecadado até a data de 05/08/2020	R\$ 38.777,52
Excesso de arrecadação até a data de 05/08/2020	R\$ 38.777,52
Valor a Utilizar	R\$ 38.777,52

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 05/08/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 05 de Agosto de 2020.

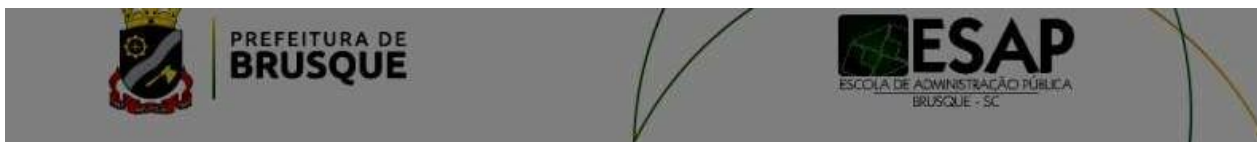
JONAS OSCAR PAEGLE Dr. EDSON RISTOW
Prefeito Municipal Procurador Geral do Município

EDENA BEATRIS CENSI
Secretária de Orçamento e Gestão

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete do Prefeito

EDITAL N° 003/2020-ESAP

Publicação N° 2596950

**EDITAL N°003/2020 PARA RENOVAÇÃO DO AUXÍLIO ESCOLAR –
CURSOS DE TECNOLOGIA E DE GRADUAÇÃO**

**Fixa datas e estabelece as orientações para
realização da inscrição para renovação do
Programa Auxílio Escolar para cursos técnicos
e de graduação.**

A **SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO DO MUNICÍPIO DE BRUSQUE**, com base no Decreto Municipal nº7.707, de 02 de dezembro de 2015, que regulamenta o art.79 da Lei Complementar nº147, de 25 de setembro de 2010, torna pública a abertura das **RENOVAÇÕES** do auxílio-escolar para cursos técnicos e de graduação, no período de **10 a 21 de AGOSTO de 2020**.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O auxílio escolar é disciplinado pela Lei Complementar nº147/09 e pelo Decreto Municipal nº7.707/15.

1.2 A execução e administração do Programa do Auxílio-Escolar está afeta à ESAP - Escola de Administração Pública da Prefeitura Municipal de Brusque.

2. ADMINISTRAÇÃO DO BENEFÍCIO

2.1 O beneficiário terá lançado em folha de pagamento o valor ressarcido pelo Município, sendo que deverá comprovar a quitação da **mensalidade** encaminhando o

Praça das Bandeiras, 77 - Centro
Brusque - Santa Catarina
88350-051 - fone: 47 3251-1833
www.brusque.sc.gov.br



documento, em **via original**, até o primeiro dia útil do mês subsequente ao pagamento, sob pena desuspensão do benefício para o mês seguinte. Havendo reincidência (não entrega dos documentos no prazo estabelecido), o benefício será cancelado, sendo que os valores já pagos deverão ser restituídos à Prefeitura Municipal de Brusque.

2.2 A data limite para ter o lançamento do benefício do auxílio-escolar na folha de pagamento é **6º dia útil de cada mês**, sendo o comprovante de pagamento da mensalidade do mês corrente protocolada no Setor de RH da Prefeitura Municipal de Brusque.

Parágrafo Único. Não será aceito pagamento de acumulos de mensalidades.

2.3 O auxílio será mantido durante o período de tempo previsto para a conclusão regular dos cursos, desde que o servidor renove semestralmente a pretensão, por meio do comprovante de matrícula e o histórico escolar constando as médias.

2.4 Após a conclusão do curso, o servidor beneficiado deverá permanecer na Prefeitura Municipal de Brusque por período de tempo idêntico ao que foi beneficiado, sob pena de responder pela restituição do investimento, em parcela única, atualizada monetariamente.

3. DO CRONOGRAMA

10/08/2020	Publicação do EDITAL DE INSCRIÇÃO PARA RENOVAÇÃO DE AUXÍLIO ESCOLAR N° 001/2020
10/08/2020 a 21/08/2020	Solicitação de RENOVAÇÃO de Auxílio Escolar – Período de cadastramento ou inscrição. Horário: Período vespertino: das 12h00min às 18h00min horas Local: RH GERAL – 1º PISO PREFEITURA MUNICIPAL
24/08/2020	Divulgação do resultado final. Divulgação: Intranet https://intranet.brusque.sc.gov.br/ e Mural da prefeitura.

4. REQUISITOS PARA A RENOVACÃO

4.1 A documentação referente à **renovação** da Bolsa de Estudo deverão ser protocoladas no período de **10 a 21 de Agosto de 2020**, no setor de Recursos Humanos, localizado no 1º andar da Prefeitura Municipal.

4.2 Os beneficiários do Programa de Auxílio Escolar deverão apresentar os seguintes documentos:



4.3 Comprovante de matrícula, firmado pela instituição de ensino, que contenha a fase que o servidor irá cursar;

4.4 Declaração ou qualquer documentação que comprove que o estudante está quite com as mensalidades do seu curso;

4.5 Historico escolar da instituição de ensino, que contenha as disciplinas aprovadas pelo estudante.

5. DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

A relação dos servidores contemplados com a **renovação** para o programa do auxílio escolar disponibilizada no Mural da Prefeitura e no Portal Intranet <https://intranet.brusque.sc.gov.br/>.

6. EXCLUSÃO DO BENEFÍCIO

6.1 São causas que cessam automaticamente o benefício:

- I. Não conclusão do curso no período de tempo previsto para o seu término regular, salvo motivo justificado;
- II. Punição administrativa com pena de suspensão;
- III. Punição administrativa com pena de demissão;
- IV. Desistência, mesmo que temporária, frequência insuficiente ou reprovação em mais de 03 (três) disciplinas ao longo do curso;
- V. Concessão de licença para tratamento de interesses particulares ou cessão, para outro órgão;
- VI. Aposentadoria, disponibilidade ou exoneração;
- VII. Comprovada falsidade nas informações prestadas no ato de inscrição;
Não
renovação do pedido nos termos do edital de inscrição;
- IX. Não comprovação do pagamento das mensalidades até o primeiro dia útil do mês subsequente à quitação;

6.2 Além da exclusão, as situações previstas nos itens III a VII obrigam o servidor beneficiário a ressarcir ao erário, de uma só vez, o montante despendido pela Prefeitura Municipal de Brusque, com incidência de correção monetária, exceto na hipótese de aposentadoria por invalidez.

6.3 Na situação prevista no item VII, o servidor estará sujeito ainda às demais cominações legais.

6.4 Havendo vagas remanescentes, decorrentes da inclusão de algum servidor nos itens acima descritos, estas serão preenchidas observando-se a ordem classificatória do processo de seleção do semestre.

6.5 Concluído o curso, o servidor deverá apresentar cópia do respectivo diploma à ESAP - Escola de Administração Pública, vinculada à Secretaria de Orçamento e Gestão, para anotação nos assentamentos funcionais e para comprovação da conclusão do curso no processo seletivo.

Prefeitura Municipal de Brusque, 10 de Agosto de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

ANEXO I**FORMULÁRIO DE RENOVAÇÃO DE AUXÍLIO ESCOLAR**

IDENTIFICAÇÃO	
Servidor(a):	_____
Local de Trabalho:	_____
Função/Cargo:	_____
Curso:	_____ Período _____
Instituição de Ensino	_____
Telefone Fixo e/ou celular:	_____
Email:	_____

- () Comprovação de matrícula em curso de graduação ou de tecnologia (graduação), firmado pela instituição de ensino, que contenha a fase que o beneficiário irá cursar firmado pela instituição de ensino;
- () Comprovação que o estudante está em dia com as mensalidades do curso;
- () Declaração do beneficiário de que concorda expressamente com os termos e obrigações delineadas neste edital (Anexo II);
- () Não ter sofrido punição administrativa com pena de suspensão no último semestre;
- () Não estar em licença para tratamento de assuntos particulares ou à disposição de outros órgãos;
- () Declaração de Ciência do Edital de Renovação do Auxílio Escolar (Anexo III).

ANEXO II

Declaro, sob as penas da lei, serem verdadeiros os dados fornecidos neste formulário e idôneos os documentos que o acompanham, declarando-me, ainda, ciente de que a falsidade ou divergência nas informações acarretará o indeferimento sumário do pedido ou a suspensão do benefício, caso tenha sido concedido. Declaro ainda ter conhecimento do conteúdo do edital de renovação Auxílio Escolar.

Local/Data: _____, _____ de _____ de 2020.

Assinatura do Candidato ou Responsável Legal

Recebido ____/____/____

ANEXO III**DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DO EDITAL DO AUXÍLIO ESCOLAR –
CURSOS SUPERIORES TÉCNICOS E DE GRADUAÇÃO**

Eu, _____,

Lotado na secretaria _____,

Com o cargo de _____

Declaro, para os devidos fins, que estou ciente das normas estabelecidas pelo edital de renovação de auxílio escolar e do decreto, na qual regulamenta a bolsa de auxílio escolar oferecidas pelo município de Brusque.

Brusque _____ de _____ de 2020.

Assinatura do Servidor

Recebido ____/____/____

EXTRATO CONTRATO Nº 067-2020

Publicação Nº 2596656

EXTRATO CONTRATO Nº 067-2020

ESPÉCIE: Contrato nº 067/2020, entre o Município de Brusque e a empresa SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA Sesi CNPJ: 03.777.341/0039-39 Objeto: COLETA E DIAGNOSTICO MOLECULAR DO SARS-COV-2 RT-PCR EM TEMPO REAL, ATRAVÉS DA INTRODUÇÃO DE UM SWAB OROFARINGE E NASOFARINGE PARA DETECÇÃO DO RNA DO VÍRUS NO INÍCIO DA INFECÇÃO, para atender os Militares de Brusque. Valor R\$ 36.352,40 Inexigibilidade nº 006/2020 VIGÊNCIA: 12 meses. Signatários: Roberto Zen.

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 059-2020- IMPUGNAÇÃO -AC KAR

Publicação Nº 2596660

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE/SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 059/2020
CONCORRÊNCIA N. 002/2020

Objeto: CONCESSÃO PÚBLICA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS GUINCHO, DEPÓSITO E GUARDA DE VEÍCULOS, DECORRENTES DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO; SINISTROS PROVENIENTES DE ACIDENTES DE TRÂNSITO; CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÃO JUDICIAL, NAS ESFERAS ESTADUAL E FEDERAL, EM JURISDIÇÃO E OU CIRCUNSCRIÇÃO NO MUNICÍPIO DE BRUSQUE/SC E OUTROS FATOS E / OU ATOS ORIUNDOS DE NECESSIDADE IMPOSTA ÀS AÇÕES DA GUARDA DE TRÂNSITO MUNICIPAL, DO 18º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR; DA 17ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA- CIRETRAN; DO 01º DP DELEGACIA POLÍCIA CIVIL, DO MUNICÍPIO DE BRUSQUE (SC).

Impugnante: AC KAR TRANSPORTE DE CARGAS E DESCARGAS LTDA ME.

RESULTADO DA IMPUGNAÇÃO: Pelo exposto, essa Diretoria recebe a impugnação apresentada pela empresa AC KAR TRANSPORTE DE CARGAS E DESCARGAS LTDA ME, para no mérito informar que foi considerada IMPROCEDENTE, conforme decisão proferida pelo Secretário de Trânsito e Mobilidade Urbana. 07/08/2020

CHRISTIANE DOS SANTOS DA SILVA.

Diretora de Licitações e Contrato

RENATO BIANCHI.

Secretário de Trânsito e Mobilidade - SETRAN

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 059-2020- IMPUGNAÇÃO -B. AUTO

Publicação Nº 2596662

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE/SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 059/2020
CONCORRÊNCIA N. 002/2020

Objeto: CONCESSÃO PÚBLICA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS GUINCHO, DEPÓSITO E GUARDA DE VEÍCULOS, DECORRENTES DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO; SINISTROS PROVENIENTES DE ACIDENTES DE TRÂNSITO; CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÃO JUDICIAL, NAS ESFERAS ESTADUAL E FEDERAL, EM JURISDIÇÃO E OU CIRCUNSCRIÇÃO NO MUNICÍPIO DE BRUSQUE/SC E OUTROS FATOS E / OU ATOS ORIUNDOS DE NECESSIDADE IMPOSTA ÀS AÇÕES DA GUARDA DE TRÂNSITO MUNICIPAL, DO 18º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR; DA 17ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA- CIRETRAN; DO 01º DP DELEGACIA POLÍCIA CIVIL, DO MUNICÍPIO DE BRUSQUE (SC).

Impugnante: B. AUTO – JULIO CESAR FERNANDES TRANS -ME.

RESULTADO DA IMPUGNAÇÃO: Pelo exposto, essa Diretoria recebe a impugnação apresentada pela empresa B. AUTO – JULIO CESAR FERNANDES TRANS -ME para no mérito informar que foi considerada IMPROCEDENTE, conforme decisão proferida pelo Secretário de Trânsito e Mobilidade Urbana. 07/08/2020

CHRISTIANE DOS SANTOS DA SILVA.

Diretora de Licitações e Contrato

RENATO BIANCHI.

Secretário de Trânsito e Mobilidade - SETRAN

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08-2020-LEGSLATIVO

Publicação Nº 2596661

CÂMARA MUNICIPAL DE BRUSQUE

ABERTURA E JULGAMENTO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2020

OBJETO: aquisição de licença de uso, instalação, migração, manutenção, treinamento e suporte técnico para sistema informatizado de Gestão em Ambiente WEB (programa de compras e licitações, programa de contabilidade pública, programa de recursos humanos e folha de pagamento, programa de portal da transparência e programa de patrimônio); aquisição de licença de uso, instalação, migração, manutenção, treinamento e suporte técnico para sistema informatizado de Gestão de Almoxarifado. PRAZO e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: até às 09:59 do dia 19 de agosto de 2020, na recepção da Câmara Municipal, na Rua Eduardo von Buettner, 65, Centro – Brusque/SC (Fone: 47 3351.2891). ABERTURA DOS ENVELOPES: em seguida à entrega destes, às 10:00h, no mesmo dia (19/08/2020), no Salão Plenário, no endereço supracitado. OBTENÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS: O edital estará disponível na íntegra, na internet no endereço www.camarabrusque.sc.gov.br, (aba licitações) ou no endereço acima citado.

Ivan Roberto Martins

Presidente.

PORTARIA N° 1652-2020

Publicação N° 2596663

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 1652/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, nos termos do art. 135 da Lei nº 147/2009, a(o) servidor(a) GIORGIA EMANUELE DA LUZ, nomeada por Concurso Público para o cargo de provimento efetivo de PROFESSORA, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, por 30 dias, no período compreendido entre 29/07/2020 até 28/08/2020.

Art. 2º - Durante a licença de que trata este artigo, a concessão da remuneração seguirá o disposto no art. 135, parágrafo único, da Lei Complementar nº 147/2009.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 29/07/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 30 de julho de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretor de Recursos Humanos

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUOMO
Secretária da Educação

PORTARIA N° 1709 -2020

Publicação N° 2596664

PORTARIA N° 1709/2020

“Instaura Processo Administrativo e dá outras providências.”

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e da delegação prevista no art. 1º do Decreto 8.064/17,

RESOLVE:

Art. 1º - Instaurar Processo Administrativo, com fundamento na Lei Federal nº 8.666/1993, Decreto Municipal nº 6.209/2010 e INTC nº 014/2012, a fim de passar-se à análise dos fatos relatados através do Memorando nº 186/2020/CGM, pertinente ao Parecer nº 024/2019, que considerou irregular a prestação de contas relacionado ao convênio nº 003/2014, para que seja apurado as condutas e os apontamentos contidos no parecer e, entre outros aspectos, apurar também:

- I – A observância, na aplicação dos recursos, dos princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, impessoalidade e das normas regulamentares editadas pelo concedente;
- II – O cumprimento do plano de trabalho;
- III – A regularidade dos documentos comprobatórios da despesa e da composição da prestação de contas;
- IV – Execução total ou parcial do objeto;
- V – Eventual perda financeira em razão não aplicação dos recursos no mercado financeiro para manter o poder aquisitivo da moeda;
- VI – Devolução, ao concedente, de eventual saldo de recursos não aplicados no objeto do repasse, inclusive os decorrentes de receitas de aplicações financeiras.
- VII – Movimentações por cheques nominais, devendo essa circunstância ser justificada na prestação de contas.
- VIII - Utilização dos recursos públicos para fins diversos daqueles propostos no objeto do termo de subvenção.

Art. 2º - Designar os servidores públicos municipais abaixo relacionados para comporem a Comissão Processante, destinada a conduzir o referido processo administrativo, tendo como Presidente o primeiro:

- a) Marcos Bernhardt, matrícula nº 3026-0, ocupante do cargo de provimento efetivo Contador;
- b) Délia de Souza, matrícula nº 10000220700-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, e,
- c) André Luis Brito Beck, matrícula nº 19291-0, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo.

Art. 3º - A Comissão, ora constituída, terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, exercendo suas atividades com independência e imparcialidade, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e informações que julgar pertinentes, assegurado o sigilo

quando necessário.

Parágrafo Primeiro: O(s) ora indiciado(s) poderão ser representado(s) por procurador constituído ao apresentar a defesa prévia e;

Parágrafo Segundo: Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado/intimado, não apresentar defesa no prazo legal;

Art. 4º - A Comissão, terá o prazo de 90 (noventa) dias para apresentação do Relatório Final, podendo ser prorrogado pelo mesmo período a pedido da Comissão, quando as circunstâncias exigirem, devendo ser observados durante todo o trâmite, os princípios e garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa (art. 5º, LV, CRFB/88);

Art. 5º - A decisão administrativa será proferida em 30 (trinta) dias a contar do recebimento do relatório final da comissão processante, devendo ser motivada com a indicação dos fatos e fundamentos jurídicos que envolvem a matéria.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de agosto de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Responsável

Caçador

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 100/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2020

Publicação Nº 2595010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO 100/2020 – PREGÃO ELETRÔNICO – 50/2020 – PREFEITURA

EDITAL: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2020

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONFECÇÃO DE PLACA SENSORIAL PARA O PARQUE LINEAR, DESTINADO A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC.

DO RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DA REFERÊNCIA DE TEMPO:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: dia 10/08/2020 a partir das 14h00min até o dia 08/09/2020 às 14h00min.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 08/09/2020 às 14h00min.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE LANCES: dia 08/09/2020 às 14h05min

Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, e o Edital completo no site cacador.sc.gov.br no ícone licitações – editais, no horário de expediente em vigor.
Caçador-SC, 07 de agosto de 2020.

SAULO SPEROTTO
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 101/2020 - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2020

Publicação Nº 2595036

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO 101/2020 – CHAMAMENTO PÚBLICO – 02/2020 - DISPENSA 18/2020 – PREFEITURA

EDITAL: CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2020

OBJETO: SELEÇÃO DE IMÓVEIS PARA LOCAÇÃO PARA O FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR.

DO RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DA REFERÊNCIA DE TEMPO:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até o dia 20/08/2020 às 19h00min.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 21/08/2020.

Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, e o Edital completo no site cacador.sc.gov.br no ícone licitações – editais, no horário de expediente em vigor.
Caçador-SC, 07 de agosto de 2020.

SAULO SPEROTTO
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 8.839

Publicação Nº 2596536

Memorando 24.933/2019

DECRETO Nº 8.839, de 24 de julho de 2020.

Regulamenta o “projeto fila única”, consistente em sistema de cadastro de intenções de matrícula nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIS) do Município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Municipal nº 3.230, de 19 de junho de 2015,

D E C R E T A:

**CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º Este Decreto visa estabelecer as diretrizes quanto à distribuição de vagas disponíveis nos Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIS do Município e os procedimentos de cadastro para o atendimento de crianças de quatro (04) meses a três (03) anos, onze (11) meses e (29) vinte e nove dias, em consonância com o disposto na Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Parágrafo único. Poderão se inscrever no sistema de vagas as famílias residentes no Município para o atendimento as crianças na Educação Infantil primeira etapa da Educação Básica.

Art. 2º Fica instituído o Sistema Eletrônico de Cadastro de Pré-matrícula da Educação Infantil em que serão classificados os cadastros para o preenchimento das vagas disponíveis nas unidades de ensino conforme os critérios de prioridade estabelecidos neste Decreto.

Parágrafo único. A inscrição no sistema eletrônico não é uma garantia da vaga, das opções de local ou de horário de atendimento.

Art. 3º O cadastro no sistema eletrônico de pré-matrícula ocorrerá anualmente de forma eletrônica junto à Secretaria Municipal de Educação, mediante protocolo e emissão de comprovante, em datas e períodos pré-estabelecidos em edital previamente publicado.

Art. 4º Serão incluídas no cadastro todas as crianças cujas famílias tenham a intenção de matricular nos CMEIS de Caçador.

§ 1º Cada criança poderá ser inscrita em até três (03) opções de intenção de matrícula, entre aquelas previstas no ANEXO I, considerando:

I - o CMEI próximo da residência dos responsáveis legais;

II - o CMEI próximo do endereço do local de trabalho de um dos responsáveis legais;

Memorando 24.933/2019

III - caso nenhum dos locais referidos nos incisos anteriores possuam vaga, deverá haver opção por outro local disponível.

§ 2º No ato da inscrição da intenção de matrícula, o responsável legal deverá obrigatoriamente indicar em quais CMEIS solicita a vaga.

§ 3º No caso de mudança dos locais de residência ou de trabalho, os responsáveis legais poderão realizar nova solicitação de vaga para o local desejado, hipótese em que será cancelada a inscrição anterior, gerando um novo protocolo e um novo lugar na fila.

§ 4º É dever dos responsáveis legais da criança manter os dados cadastrais da inscrição da intenção de matrícula atualizados.

CAPÍTULO II DA INSCRIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DA INTENÇÃO DE MATRÍCULA

Art. 5º Serão necessários os seguintes documentos para o cadastramento:

I - certidão de nascimento da criança;

II - CPF da criança;

III - CPF dos responsáveis legais;

IV - comprovante de residência dos responsáveis legais;

V - comprovante do endereço do local de trabalho, quando da inscrição no CMEI em região abrangida ou próxima ao local, nos termos do art. 4º, § 1º, II.

VI - documento concessivo de guarda da criança, em sendo o caso;

VII - carteira de trabalho e previdência social (CTPS) de todos os integrantes do grupo familiar;

VIII - comprovante de rendimentos de todos os integrantes do grupo familiar;

IX - laudo médico atualizado com prazo máximo de 6 meses, no caso de criança com deficiência;

X - declaração emitida pelo empregador ou pelo profissional liberal/autônomo, trabalhador informal ou eventual constando o horário de efetivo trabalho de acordo com o modelo constante do ANEXO II;

XI - atestado de matrícula e atestado de frequência dos responsáveis legais que são estudantes;

XII - número de identificação social (NIS) da criança beneficiária do Bolsa Família;

Memorando 24.933/2019

Parágrafo único. No momento da entrega, será utilizado formulário para conferência, em sendo constada a ausência de algum documento será concedido o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para regularização.

Art. 6º Após o preenchimento dos dados, o Sistema Eletrônico de Cadastro de Pré-matrícula organizará automaticamente um relatório com o índice de classificação que servirá de base à pré-classificação dos candidatos aptos às vagas e que serão convocados para apresentação dos documentos necessários para a matrícula.

Parágrafo único. As classificações ocorrerão de forma eletrônica pelo Sistema Eletrônico de Cadastro de Pré-matrícula no momento da abertura da vaga, respeitada a capacidade máxima de atendimento das turmas de cada unidade.

Art. 7º Serão considerados, pela ordem, os seguintes critérios de classificação:

I - crianças socialmente vulneráveis;

II - crianças com deficiência;

III - crianças oriundas de famílias de baixa renda, assim compreendida aquelas que possuem renda mensal por pessoa (renda per capita) de até $\frac{1}{2}$ (meio) salário mínimo ou renda familiar total de até 3 (três) salários mínimos;

IV - grau socioeconômico familiar no qual todos os responsáveis pela criança exerçam função laborativa de 08 (oito) horas diárias;

§ 1º São consideradas socialmente vulneráveis as crianças que estiverem inseridas em serviço de acolhimento familiar ou institucional até o prazo de 06 (seis) meses após o fim do serviço de acolhimento.

§ 2º Para composição da jornada de trabalho à que se refere o inciso IV deste artigo serão consideradas as horas de estudo em instituições de ensino oficiais mediante comprovação mensal na unidade em que a criança estiver matriculada.

§ 3º Havendo empate entre famílias que atendam aos mesmos critérios, o desempate observará o seguinte:

I - crianças em que o pai ou a mãe seja o único responsável pelos filhos;

II - idade dos pais, tendo preferência os de maior idade.

§ 4º Superados todos os critérios, inclusive os de desempate, e havendo vagas excedentes, serão convocadas as crianças com maior idade em ordem decrescente.

Art. 8º A pré-classificação será divulgada em lista por meio dos sítios eletrônicos www.cacador.sc.gov.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br, como também nos murais das unidades escolares, CMEIS e na sede da Secretaria Municipal de Educação.

Memorando 24.933/2019

Art. 9º A Secretaria Municipal de Educação publicará e divulgará anualmente edital contendo as datas de cadastramento e as demais informações nos exatos termos disciplinados no art. anterior.

CAPÍTULO III DA CONVOCAÇÃO PARA MATRÍCULA

Art 10. É de responsabilidade dos Secretários Escolares dos CMEIS informar à central de cadastros do fila única da Secretaria Municipal de Educação as vagas disponíveis para preenchimento, observada a capacidade de atendimento por sala no respectivo CMEI prevista na legislação vigente.

Art. 11. Após a publicação da lista dos pré-classificados será feita a chamada por meio de contato telefônico ou outros meios idôneos informados no cadastro em até 3 (três) tentativas, devendo o interessado comparecer no CMEI no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para formalizar a matrícula.

Parágrafo único. Após a convocação, havendo a recusa da vaga, o não comparecimento ou, ainda, em caso de não localização dos responsáveis, a situação deverá ser formalizada ou certificada pela Secretaria de Educação, caso em que o cadastro será colocado no final da fila aguardando vagas remanescentes ou lista de espera.

Art. 12. No ato de matrícula, o CMEI poderá exigir a validação dos documentos apresentados para a inscrição, além da apresentação de outros que se fizerem necessários.

Art. 13. Os cadastros cujos responsáveis não comprovarem as informações prestadas serão inabilitados, devendo atualizá-lo para concorrerem às vagas remanescentes ou em lista de espera.

CAPÍTULO IV DAS MATRÍCULAS EM CONDIÇÃO ESPECIAL

Art. 14. Será concedida a prioridade de matrícula, independentemente da ordem cronológica de sua intenção no cadastro fila única, às crianças em situação de acolhimento institucional em entidade de atendimento governamental e às crianças filhas de mãe adolescente.

Art.15. A matrícula de crianças que estejam em situação de acolhimento institucional ou vulnerabilidade social deverá ser requerida à Secretaria Municipal de Educação pela Secretaria de Assistência Social, mediante declaração dessa condição e individualização do atendido.

Art. 16. A matrícula de crianças filhas de mãe adolescente dependerá da avaliação e requisição do Conselho Tutelar à Secretaria Municipal de Educação e será cabível caso a mãe esteja matriculada e frequentando a educação básica em período diurno.

§ 1º A requisição de matrícula emitida pelo Conselho Tutelar deverá ser instruída com os seguintes documentos:

I - cópia da certidão de nascimento da mãe adolescente e da criança a ser matriculada;

Memorando 24.933/2019

II - cópia do protocolo de intenção de matrícula no cadastro “fila única”;

III - atestado de matrícula da mãe adolescente na educação básica.

§ 2º Para continuidade do benefício previsto neste artigo, a mãe adolescente deverá realizar a comprovação mensal de sua frequência escolar na educação básica, mediante entrega de atestado de frequência a cada 30 (trinta) dias na unidade onde a criança estiver matriculada.

CAPÍTULO V DA COMISSÃO DE MATRÍCULA

Art. 17. A Secretaria de Educação instituirá a Comissão de Matrícula, constituído por 5 (cinco) membros titulares e igual número de suplentes, por meio dos seguintes órgãos e quantitativos:

I - Secretaria Municipal da Educação:

- a) Coordenador da área de Educação Infantil, 01 (um) representante;
- b) Coordenador da área do Ensino Fundamental I, 01 (um) representante;
- c) Responsável pelos Secretários Escolares, 01 (um representante);

II - Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, 01 (um representante);

III - Conselho Tutelar, 01 (um representante).

Art. 18. Compete à Comissão de Matrícula:

I - conferir a habilitação das vagas/matrículas;

II - realizar a análise da documentação entregue pelos responsáveis legais após a convocação e dar autenticidade;

III - deliberar sobre a comprovação das informações prestadas pelos responsáveis legais no Sistema Eletrônico de cadastro;

IV - analisar as denúncias encaminhadas à unidade de ensino referentes à comprovação de informações e matrículas;

V - lavrar em ata todos os registros, incluindo a correlação dos cadastros analisados por oferta de vaga e sua respectiva classificação: “apto à matrícula” ou “não apto à matrícula”;

VI - prestar esclarecimentos sobre as matrículas realizadas na unidade, quando solicitado.

Art. 19. Durante todo o processo de matrícula, a documentação entregue será objeto de fiscalização e verificação quanto a sua autenticidade, sem prejuízo da apuração das responsabilidades.

Memorando 24.933/2019

Art. 20. No decorrer do processo de análise de documentos, a comissão de matrícula poderá solicitar aos responsáveis legais esclarecimentos ou documentos a fim de complementar a instrução do processo de matrícula.

Art. 21. Qualquer pessoa poderá apresentar denúncia pelo descumprimento das normas de cadastro na Ouvidoria do Município, de forma presencial ou eletrônica no site www.cacador.sc.gov.br, que serão analisadas e apuradas pela comissão de matrícula.

Parágrafo único. Comprovada a irregularidade a vaga será ofertada ao próximo classificado na lista de espera, sem prejuízo da apuração das responsabilidades.

Art. 22. Durante o período de averiguação, a comissão de matrícula designará um servidor para realizar contatos telefônicos e outros procedimentos que se fizerem necessários, além de solicitar esclarecimentos adicionais mediante entrevista e/ou documentação complementar.

Parágrafo único. A comissão poderá emitir notificação ao responsável pelo cadastro e/ou matrícula para que, em tendo interesse, apresente defesa no prazo máximo de 04 (quatro) dias.

Art. 23. Comprovada a fraude, falsificação, omissão, contradição e adulteração de documentos infrações previstas em lei penal, a comissão de matrícula suspenderá a oferta de vaga e comunicará o fato às autoridades competentes para providências.

Art. 24. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 24 de julho de 2020.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

Memorando 24.933/2019

ANEXO I – CMEIS E BAIRROS DE ABRANGÊNCIA

CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL	BAIRRO
1. EMEB. MARCOS OLSEN	CENTRO
2. CMEI MARINEI APARECIDA LOPES	NOSSA SENHORA SALETE
3. CMEI ELMAR PEREIRA ROSA	ALTO BONITO
4. CMEI SONHO ENCANTADO	BOM SUCESSO
5. CMEI JOÃO MARIA FERNANDES	MARTELO
6. CMEI DONA GLADYS	MULTIRÃO
7. CMEI PIERINA ADAMI	MARTELO
8. CEI TIO PATINHAS	GIOPPO
9. CEI CINDERELA	MUNICÍPIOS
10. CEI PROFESSOR PARDAL	VILA SANTA CATARINA
11. CEI MINNIE	BELLO
12. CEI PEQUENA SEREIA	FIGUEROA
13. CEI PEQUENO PRÍNCIPE	BERGER
14. CEI EDUCAR É TUDO	CENTRO
15. CEI MORANGUINHO	MARTELO
16. CEI PEDACINHO DO CÉU	MARTELO
17. CEI PETER PAN	TAQUARA VERDE

Memorando 24.933/2019

ANEXO II – DECLARAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**DECLARAÇÃO**

Declaro sob as penas da Lei - crime de falsidade ideológica, art. 299 do Código Penal - que o(a) senhor(a) (NOME DO EMPREGADO) presta serviços em nossa empresa/residência nos termos abaixo descritos:

1) LOCAL:

() Residência () Empresa

2) DIAS DA SEMANA:

() 2ª feira () 3ª feira () 4ª feira () 5ª feira () 6ª feira () Sábado () Domingo

3) HORÁRIO:

Das _____ às _____; Das _____ às _____

3) DADOS DA EMPRESA/EMPREGADOR:

Nome da Empresa/Empregador:

Endereço:

Telefone para contato:

E-mail:

Caçador, (DIA) de (MÊS) de (ANO).

Assinatura da Empresa/Empregador

DECRETO Nº 8.853

Publicação Nº 2596537

DECRETO Nº 8.853, de 7 de agosto de 2020.

Suplementa e anula dotações orçamentárias do Orçamento Geral do Município de Caçador, exercício de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto, no art. 16, Incisos I, II, III, da Lei nº 3.580, de 19 de dezembro de 2019, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a importância de R\$ 70.212,24 (setenta mil, duzentos e doze reais e vinte quatro centavos) na seguinte dotação do Orçamento Geral do Município:

2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO

2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.11.1.12 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESCOLAS MUNICIPAIS

3.3.90.00.00 – 0.1.32 - Aplicações Diretas (377) R\$ 70.212,24

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º fica anulada parcialmente a dotação a seguir especificada:

2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO

2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.365.11.1.15 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

4.4.90.00.00 – 0.1.32 - Aplicações Diretas (119) R\$ 70.212,24

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 7 de agosto de 2020.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

Osório Elias Timmermann - SECRETÁRIO DA FAZENDA.

ERRATA I - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 81/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2020

Publicação Nº 2596158

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR
ERRATA 01 – ALTERAÇÕES DO EDITAL****EDITAL: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 81/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2020****REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CONCRETO USINADO DESTINADO A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC.****Onde era:****Recebimento das propostas: do dia 08/07/2020 a partir das 14h00min. até o dia 12/08/2020 às 14h00min.****Limite para impugnação ao edital: até o dia 07/08/2020 às 19h00min.****Abertura das propostas: dia 12/08/2020 às 14h00min.****Início da sessão de disputa de lances: dia 12/08/2020 às 14h05min.****Passa a ser:****Recebimento das propostas: do dia 08/07/2020 a partir das 14h00min. até o dia 21/08/2020 às 13h30min.****Limite para impugnação ao edital: até o dia 18/08/2020 às 19h00min.****Abertura das propostas: dia 21/08/2020 às 13h30min.****Início da sessão de disputa de lances: dia 21/08/2020 às 13h35min.****Onde era:****LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - LEI COMPLEMENTAR 123/2006****Passa a ser:****LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% PARA MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS, MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE****Alteração dos itens e alíneas referente ao item abaixo:****3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO****Fone: (49) 3666-2400 – E-mail: licitacoes.sec@cacador.sc.gov.br**

**Onde era:**

ITENS - EXCLUSIVO PARA MEI, ME E EPP					
ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	50	M³	Concreto Usinado FCK 15 MPa		
02	50	M³	Concreto Usinado FCK 18 MPa		
03	100	M³	Concreto Usinado FCK 20 MPa		
04	250	M³	Concreto Usinado FCK 25 MPa		
05	250	M³	Concreto Usinado FCK 30 MPa		
06	20	M³	Concreto Usinado FCK 35 MPa		
07	20	M³	Concreto Usinado FCK 40 MPa		
08	50	M³	Concreto Usinado FCK 20 MPa (Bombeado)		
09	50	M³	Concreto Usinado FCK 25 MPa (Bombeado)		
10	100	M³	Concreto Usinado FCK 30 MPa (Bombeado)		
11	20	M³	Concreto Usinado FCK 35 MPa (Bombeado)		
12	20	M³	Concreto Usinado FCK 40 MPa (Bombeado)		

Passa a ser:

ITENS - EXCLUSIVO PARA MEI, ME E EPP					
ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	50	M³	Concreto Usinado FCK 15 MPa		
02	50	M³	Concreto Usinado FCK 18 MPa		
03	100	M³	Concreto Usinado FCK 20 MPa		
04	20	M³	Concreto Usinado FCK 35 MPa		
05	20	M³	Concreto Usinado FCK 40 MPa		
06	50	M³	Concreto Usinado FCK 20 MPa (Bombeado)		
07	50	M³	Concreto Usinado FCK 25 MPa (Bombeado)		
08	100	M³	Concreto Usinado FCK 30 MPa (Bombeado)		
09	20	M³	Concreto Usinado FCK 35 MPa (Bombeado)		
10	20	M³	Concreto Usinado FCK 40 MPa (Bombeado)		

ITENS - EXCLUSIVO PARA MEI, ME E EPP					
ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
11	187	M³	Concreto Usinado FCK 25 MPa		
12	187	M³	Concreto Usinado FCK 30 MPa		

Fone: (49) 3666-2400 – E-mail: licitações.sec@cacador.sc.gov.br



ITENS - EXCLUSIVO PARA MEI, ME E EPP					
ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
13	63	M³	Concreto Usinado FCK 25 Mpa * Referente ao item 11		
14	63	M³	Concreto Usinado FCK 30 Mpa * Referente ao item 12		

Maiores Informações e o edital Completo poderão ser obtidos na Coordenação de Licitações e Contratos da Prefeitura do Município de Caçador, SC, através do e-mail: licitacoes.sec@cacador.sc.gov.br ou pelo site www.cacador.sc.gov.br.

Caçador, 07 de agosto de 2020.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal

Fone: (49) 3666-2400 – E-mail: licitacoes.sec@cacador.sc.gov.br

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 54/2020

Publicação Nº 2595087

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 54/2020 - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 95/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2019 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA EM REALIZAÇÃO DE EXAMES ADMISSIONAIS, DEMISSIOAIS, AUDIOMETRIA E PERÍCIAS MÉDICAS E OUTROS CONSTANTES NO PCMDO-PROGRAMA DE CONTROLE MEDICO E SAUDE OCUPACIONAL E COMPLEMENTAR PARA AS SECRETARIAS, AUTARQUIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR-SC. CONTRATADO: CLINICA DR. BRIDI EIRELI - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.326.859/0001-95, com sede na cidade de Caçador, SC, neste ato representada pelo Sr. ANA ADELINE RODRIGUES THOMAZ BRIDI, brasileira, solteira, sócia administrativa, inscrita no CPF sob nº 040.567.739-12, residente e domiciliado na cidade de Caçador, SC. O presente Contrato tem o prazo de validade de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura deste e findando em 02 de junho de 2021, podendo ser renovado ou prorrogado conforme o art. 57, Inciso II, da Lei 8.666/93, sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento), conforme o art. 65, §1º, da Lei 8.666/93. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 49.860,00 (quarenta e nove mil oitocentos e sessenta reais). A fiscalização do presente Contrato ficará a cargo do(s) servidor(es) abaixo mencionado(s) Daniel Lemos Barroso.

Item	Material/Serviço	Unidmed	Quant	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	64389 - EXAME ADMIS- SIONAL/DEMISSIOAIS	UN	500	32,32	16.160,00
2	34713 - EXAME DE AUDIOMETRIA	UN	45	20,00	900,00
4	66452 - PERÍCIAS MÉDICAS	UN	100	328,00	32.800,00
TOTAL					49.860,00

INFORMATIVO - ADITIVOS DE CONTRATOS 35º

Publicação Nº 2596523

INFORMATIVO DE ENVIO DE ADITIVO DE CONTRATO PARA ASSINATURA Nº 35/2020

Informamos o envio por e-mail do aditivo de ADITIVO DE CONTRATO: 2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 08-2019, 4º ADITIVO AO CONTRATO Nº 59-2017, da Prefeitura Municipal de Caçador, 1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 28/2019, do Fundo Municipal de Saúde, para assinatura do (s) representantes da (s) empresa (s): CAMILA DUTRA MIRANDA, JOÃO PAULO ALMEIDA MEI, CARDINTERV CENTRO DE INTERVENÇÃO CARDIOVASCULAR LTDA.

O (s) aditivo (s) da (s) ATA (s) assinado (s) deverá ser entregue no endereço: Av. Santa Catarina Nº 195 – Centro, CEP 89500-124, Caçador/SC, em no máximo três dias úteis prorrogáveis por igual período, a contar do primeiro dia desta publicação. O despacho deverá conter 3 (três) vias assinadas encaminhadas por SEDEX, transportadora ou pessoalmente, na sede da Prefeitura Municipal de Caçador.

Para os representantes que não são do estado de Santa Catarina, poderá ser dilatado o prazo conforme justificativa e necessidade, e ambas devem ser protocoladas na Prefeitura Municipal de Caçador, ou pelo site em seu protocolo online www.cacador.sc.gov.br, ou ainda encaminhadas para o e-mail licitacoes.sec@cacador.sc.gov.br.

O responsável pela assinatura, deve enviar por e-mail ou junto com as vias do(s) aditivo(s) do (s) CONTRATOS(S), as certidões atualizadas de regularidade fiscal junto aos seguintes órgãos: Fazenda Federal, Fazenda Estadual, Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, Seguridade Social - INSS e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, conforme Lei nº 12.440 de 07 de julho de 2011, em atendimento ao art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93.

Na ausência do retorno do (s) aditivo(s) do(s) e CONTRATOS apresentação das certidões atualizadas de regularidade fiscal, no prazo estabelecido, ou deixar de fazê-la, além de decair do direito, sujeitar-se-á às penalidades previstas no instrumento contratual.

Caçador, 07 de agosto de 2020.

LEI Nº 3.623

Publicação Nº 2596534

LEI Nº 3.623, de 6 de agosto de 2020.

Altera dispositivos na Lei nº 3.257, de 15 de outubro de 2015, que disciplina a circulação e estacionamento de veículos de grande porte.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º Os arts. 9º e 13 da Lei nº 3.257, de 15 de outubro de 2015, que disciplina a circulação e estacionamento de veículos de grande porte, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º Estará permitida a circulação de qualquer veículo de grande porte com PBT até 23 toneladas, no perímetro urbano do município nos horários a serem estabelecidos por Decreto.

Parágrafo único. Estará proibido o serviço de carga e descarga de mercadorias em geral, no horário das 10h às 16h30min nas seguintes ruas: Avenida Barão do Rio Branco, Avenida Santa Catarina, Rua José Boiteux, Rua Carlos Sperança, Avenida Senador Salgado Filho, Rua Conselheiro Mafra, Rua Benjamim Constant, Rua Anita Garibaldi e Rua General Osório. (NR)”

“Art. 13. Compete à Guarda Municipal de Caçador - GMC, a concessão da Autorização Especial de Circulação e Estacionamento (AECE). (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 6 de agosto de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 33.300

Publicação Nº 2596528

PORTARIA Nº 33.300, de 03 de agosto de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 284, de 19/12/2014, que dispõe sobre o modelo de gestão e estrutura organizacional da Administração Pública Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º CESSAR os efeitos da Portaria nº 30.041, de 19 de dezembro de 2018, que designa a Servidora MARIA APARECIDA BOSCATTO, matrícula 3271, ocupante do cargo efetivo de Procuradora Municipal, para exercer Função Gratificada de 30% (trinta por cento) vinculada à Procuradoria-Geral do Município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 30 de junho de 2020.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 03 de agosto de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Claudio Favero Junior – PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO.

PORTARIA Nº 33.301

Publicação Nº 2596529

Protocolo nº 120PORTARIA Nº 33.301, de 03 de agosto de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 206, de 23 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre a criação, organização, funcionamento e atribuições da Procuradoria-Geral do Município e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR a Servidora LUCIANA MARTA DEBARBA CEREZA, matrícula 10780, ocupante do cargo efetivo de Procuradora Municipal, para exercer Função Gratificada – conforme previsão contida no Anexo Único da Lei Complementar nº 206, de 23/02/2011 – com a percepção de sua remuneração e mais 30% (trinta por cento) sobre seus vencimentos básicos.

Art. 2º. Em cumprimento ao disposto no inciso VII do art. 2º do Decreto nº 8.669, de 17 de abril de 2020, o percentual será reduzido enquanto vigorar o Decreto.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de julho de 2020.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 03 de agosto de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Claudio Favero Junior – PROCURADOR-GERAL DO
MUNICÍPIO.

PORTARIA N° 33.309

Publicação N° 2596530

PORTARIA N° 33.309, de 06 de agosto de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador,

CONSIDERANDO a Lei Complementar Federal nº 64, de 18 de maio de 1991, que estabelece, entre outras disposições, os prazos para desincompatibilização aos servidores (as) e empregados (as) da Administração Pública Direta e Indireta dos Municípios que desejarem concorrer a cargo eletivo,

CONSIDERANDO a Emenda Constitucional nº 107, de 02 de julho de 2020, que adia, em razão da pandemia da Covid – 19, as eleições municipais previstas para outubro de 2020 e os prazos eleitorais,

CONSIDERANDO que o primeiro turno das eleições municipais realizar-se-á no dia 15 de novembro de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao Servidor JOÃO ANTONIO DOS SANTOS, matrícula 10050, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços e Obras Públicas lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, afastamento por 03 (três) meses para concorrer a cargo eletivo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15 de agosto de 2020.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 06 de agosto de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Valdir Medeiros de Oliveira – SECRETÁRIO DE
INFRAESTRUTURA.

PORTARIA N° 33.310

Publicação N° 2596531

PORTARIA N° 33.310, de 06 de agosto de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador,

CONSIDERANDO a Lei Complementar Federal nº 64, de 18 de maio de 1991, que estabelece, entre outras disposições, os prazos para desincompatibilização aos servidores (as) e empregados (as) da Administração Pública Direta e Indireta dos Municípios que desejarem concorrer a cargo eletivo,

CONSIDERANDO a Emenda Constitucional nº 107, de 02 de julho de 2020, que adia, em razão da pandemia da Covid – 19, as eleições municipais previstas para outubro de 2020 e os prazos eleitorais,

CONSIDERANDO que o primeiro turno das eleições municipais realizar-se-á no dia 15 de novembro de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao Servidor PAULO CESAR JARSCHER, matrícula 856, ocupante do cargo efetivo de Atendente de Enfermagem, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, afastamento por 03 (três) meses para concorrer a cargo eletivo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15 de agosto de 2020.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 06 de agosto de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DE SAÚDE.

PORTARIA Nº 33.311

Publicação Nº 2596532

PORTARIA Nº 33.311, de 07 de agosto de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

CONSIDERANDO a Portaria nº 31.242, de 19 de julho de 2019 – que instaura Processo Administrativo para apurar suposta pendência financeira por parte do Município com a empresa Patrimonial Segurança Ltda. – publicada no Diário Oficial dos Municípios em 02/08/2019,

CONSIDERANDO a intimação da empresa para, em tendo interesse, dar andamento ao processo,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR o prazo para conclusão do Processo Administrativo nº 11/2019, instaurado pela Portaria nº 31.242, de 19 de julho de 2019, por mais 90 (noventa) dias a contar de 26 de junho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 07 de agosto de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 33.312

Publicação Nº 2596535

PORTARIA Nº 33.312, de 07 de agosto de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador,

CONSIDERANDO a Lei Complementar Federal nº 64, de 18 de maio de 1991, que estabelece, entre outras disposições, os prazos para desincompatibilização aos servidores (as) e empregados (as) da Administração Pública Direta e Indireta dos Municípios que desejarem concorrer a cargo eletivo,

CONSIDERANDO a Emenda Constitucional nº 107, de 02 de julho de 2020, que adia, em razão da pandemia da Covid – 19, as eleições municipais previstas para outubro de 2020 e os prazos eleitorais,

CONSIDERANDO que o primeiro turno das eleições municipais realizar-se-á no dia 15 de novembro de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER à Servidora MARI APARECIDA CEOLLA BIELLA, matrícula 3297, ocupante do cargo efetivo de Professora de Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano), lotada na Secretaria Municipal de Educação, afastamento por 03 (três) meses para concorrer a cargo eletivo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15 de agosto de 2020.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 07 de agosto de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Josete Maria de Lemos Estrowispy – SECRETÁRIA DE
EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 33.314

Publicação Nº 2596001

PORTARIA Nº 33.314, de 07 de agosto de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com os arts. 124 e 128 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença prêmio ao Servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda, especificando código, nome, cargo, período de aquisição e de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Período de aquisição	Período de gozo
0077	Luiz Carlos Zonta	Técnico em Processamento de Dados	27/02/2006 a 27/02/2011	03/08/2020 a 01/09/2020

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Fazenda de Caçador, em 07 de agosto de 2020.

Osório Elias Timmermann – SECRETÁRIO DA FAZENDA.

Caibi**PREFEITURA****150/2020**

Publicação Nº 2594624

DECRETO Nº. 150/2020 DE 06 DE AGOSTO DE 2020

Dispõe sobre remanejamento de dotação orçamentária e dá outras providências.

ELOI JOSE LIBANO, Prefeito Municipal de Caibi Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 4º. da Lei Municipal Nº. 2578/2019 de 23 de dezembro de 2019, decreta:

Art. 1º. – Fica pelo presente decreto efetuado remanejamento de dotação orçamentária dentro da mesma categoria de programação da despesa, nos órgãos, Projetos e Atividades adiante demonstrados:

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO – 01 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS do Grupo de Natureza da Despesa (8) 3.3.50 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos para (9) Outras Despesas Correntes, da Fonte 1000 Recursos Ordinários no valor de R\$ 11.902,46.

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO – 01 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS do Grupo de Natureza da Despesa (10) 3.3.93 – Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe para (9) Outras Despesas Correntes, da Fonte 1000 Recursos Ordinários no valor de R\$ 10.660,60.

Art. 2º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. – Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi SC, em 06 de agosto de 2020.

ELÓI JOSÉ LÍBANO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios

EDUARDO GASPARIN
Diretor de Administração e Planejamento

Camboriú

PREFEITURA

DECRETO N.º 3.725/2020

Publicação N° 2595466

DECRETO N.º 3.725/2020

ALTERA O DECRETO MUNICIPAL N° 3.704, DE 14 DE JULHO DE 2020, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o caput do artigo 1º e o §2º do artigo 3º do Decreto Municipal 3.704/2020, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 1º Ficam definidas, de 15 de julho de 2020 até 16 de agosto de 2020, em todo o território do Município de Camboriú, nos termos do inciso II do art. 2º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, as medidas disciplinadas neste decreto.

(...)

Art. 3º

(..)

§ 2º Para os estabelecimentos em que são vendidas e servidas bebidas e refeições ligeiras, tais como os bares, o horário de funcionamento máximo será das 06 horas às 22 horas."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 07 de agosto de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

DECRETO N.º 3.726/2020

Publicação N° 2595606

DECRETO N.º 3.726/2020

ALTERA O DECRETO MUNICIPAL 3.703/2020 DE 09 DE JULHO DE 2020.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o texto do caput do artigo 1º do Decreto Municipal 3.703/2020 que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Como medida administrativa para o enfrentamento da disseminação do vírus COVID-19, a partir de 13 de julho de 2020 até 16 de agosto de 2020, inclusive, fica suspenso o atendimento na modalidade presencial nos prédios públicos municipais."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 07 de agosto de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

RESUMO CONTRATO DIA 03 DE AGOSTO A 07 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2596153

RESUMO DE CONTRATO**CONTRATO****CAMBORIUPREV**

Contrato Nº 002/2020

Processo: Pregão Presencial Nº. 001/2020

Contratado: ICONP CONTABILIDADE E GESTAO PUBLICA LTDA

Data: 03/08/2020

Prazo: 12 meses, a partir de 01/10/2020

Valor: R\$ 88.800,00 (oitenta e oito mil e oitocentos reais)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NA GESTÃO CONTÁBIL APLICADA AO SETOR PÚBLICO, COM INTUITO DE ATENDER AS RECOMENDAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE ACORDO COM AS NORMAIS LEGAIS QUE REGEM A MATÉRIA, CONSTITUIÇÃO FEDERAL, LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000 RF, LEI 4.320/2014 E LEI 8.666/93 E ATUALIZAÇÕES DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

PMC

Contrato Nº 035/2020

Processo: Pregão Presencial Nº. 029/2020

Contratado: PREVEN MED SAUDE OCUPACIONAL LTDA

Data: 03/08/2020

Prazo: 12 meses

Valor: R\$ 10.799,9979 (dez mil, setecentos e noventa e nove reais, nove mil, novecentos e setenta e nove décimos de milésimos de centavos)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AVALIAÇÃO TÉCNICA DE SERVIDORES MUNICIPAIS PARA EMISSÃO DE LAUDOS P.P.R.A., L.T.C.A.T, P.C.M.S.O. E P.P.P, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, VISANDO O CUMPRIMENTO DO ARTIGO Nº 90 DA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº039/2013.

Contrato Nº 036/2020

Processo: Ordem De Compra Nº 889/2020

Contratado: TELEFONICA BRASIL S.A

Data: 06/08/2020

Prazo: 12 meses

Valor: R\$ 5.633,52 (cinco mil, seiscentos e trinta e três reais e cinquenta e dois centavos)

Objeto: SERVIÇO DE TELEFONIA CELULAR E DADOS DE INTERNET PARA USO DAS GUARNIÇÕES DO PELOTÃO DE BOMBEIROS MILITAR DE CAMBORIÚ

ADITIVO**PMC**

Quarto Termo Aditivo

Contrato: 041/2016

Processo: Pregão Presencial Nº. 080/2016

Contratado: VOLNEI VEQUI 43717500953

Data: 03/08/2020

Fundamento: artigos 57, II c/c 65, I "b" da Lei 8.666/93

Objeto do contrato: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

Objeto do aditivo: DA PRORROGAÇÃO: Pelo presente instrumento, haja vista as necessidades da Municipalidade as partes resolvem aditar o prazo contratual em 12 (doze) meses, vigorando de 30 de agosto de 2020 até 30 de agosto de 2021, e o valor contratual em R\$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais), devido a continuidade da prestação de serviço de limpeza para o Corpo de Bombeiros Militar do Município de Camboriú, conforme requisição da secretaria em anexo.

Segundo Termo Aditivo

Contrato: 021/2018

Processo: Pregão Presencial Nº. 047/2018

Contratado: IPM SISTEMAS LTDA

Data: 05/08/2020

Fundamento: artigo 57, IV da Lei 8.666/93

Objeto do contrato: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE APLICATIVOS DE GESTÃO PÚBLICA QUE ATENDA AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, OS QUANTITATIVOS E OS SERVIÇOS TÉCNICOS CORRELATOS DESCRITOS NESTE EDITAL, CONFORME TERMO DE REFERENCIA E ANEXO I.

Objeto do aditivo: DA PRORROGAÇÃO: Pelo presente instrumento, haja vista as necessidades da Municipalidade as partes resolvem prorrogar

o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, vigorando de 23 de agosto de 2020 até 23 de agosto de 2021, sendo que os valores serão reajustados após a divulgação do índice IPCA do mês de agosto de 2020, devido a continuidade do serviço prestado, conforme solicitação da Secretaria de Administração.

Primeiro Termo Aditivo

Contrato: 044/2019

Processo: Pregão Presencial Nº. 077/2019

Contratado: SOMPO SEGUROS S.A.

Data: 07/08/2020

Fundamento: artigo 57, II da Lei 8.666/93

Objeto do contrato: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO DE VIDA EM GRUPO PARA OS ESTAGIÁRIOS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, CONSIDERANDO QUE A MUNICIPALIDADE POSSUI INTERESSE EM CONTRATAR ESTAGIÁRIOS PARA REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO NAS DIVERSAS SECRETARIAS/DEPARTAMENTOS/FUNDAÇÕES, AUTARQUIA E DEMAIS ÓRGÃOS QUE UTILIZAM OS FUNDOS MUNICIPAIS PARA CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIO.

Objeto do aditivo: DA PRORROGAÇÃO: Pelo presente instrumento, haja vista a necessidade da Municipalidade de manter a continuidade dos serviços, visando a garantia de preços e condições mais vantajosas para a administração e baseado no artigo 57, II da Lei 8666/93, as partes resolvem prorrogar o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, vigorando de 15 de agosto de 2020 até 15 de agosto de 2021, no valor de R\$ 4.360,00 (quatro mil, trezentos e sessenta reais), conforme requisição da Secretaria de Administração.

FMS

Quarto Termo Aditivo

Contrato: 006/2018

Processo: Dispensa Licitatória Nº. 015/2018

Contratado: VANIA ISABEL SOUZA GARCIA

Data: 04/08/2020

Fundamento: artigo 57, II da Lei 8.666/93

Objeto do contrato: LOCAÇÃO DE IMÓVEL, CASA DE ALVENARIA DE APROXIMADAMENTE 110M2, PARA A INSTALAÇÃO DO CAPS, CENTRO DE ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL, SITIO NA RUA LAURO MULLER Nº250 NO CENTRO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

Objeto do aditivo: DA PRORROGAÇÃO: Pelo presente instrumento, haja vista a necessidade da Municipalidade, visando a garantia de preços e condições mais vantajosas para a administração e baseado no artigo 57, inciso II da Lei Federal 8.666/93 que permite a prorrogação contratual de serviços executados de forma contínua, as partes resolvem aditar o prazo contratual por 3 (três) meses, vigorando de 11 de agosto de 2020 até 11 de novembro de 2020, e o valor contratual total no correspondente a R\$ 11.340,00 (onze mil trezentos e quarenta reais), sendo o valor mensal do aluguel correspondente a R\$ 3.780,00 (três mil setecentos e oitenta reais), conforme solicitação da Secretaria de Saúde.

Sétimo Termo Aditivo

Contrato: 015/2017

Processo: Dispensa Licitatória Nº. 020/2017

Contratado: SALMA MEDEIROS GAZANIGA

Data: 04/08/2020

Fundamento: artigo 57, II da Lei 8.666/93

Objeto do contrato: LOCAÇÃO DE IMÓVEL COM 80M2 SITUADO NA ESTRADA GERAL DO BRAÇO PARA ABRIGAR AS INSTALAÇÕES DA UNIDADE DE SAÚDE DO BRAÇO NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

Objeto do aditivo: DA PRORROGAÇÃO: Pelo presente instrumento, haja vista a necessidade da Municipalidade, visando a garantia de preços e condições mais vantajosas para a administração e baseado no artigo 57, inciso II da Lei Federal 8.666/93 que permite a prorrogação contratual de serviços executados de forma contínua, as partes resolvem aditar o prazo contratual por 6 (seis) meses, vigorando de 09 de agosto de 2020 até 09 de fevereiro de 2021, e o valor contratual total no correspondente a R\$ 5.622,00 (cinco mil seiscentos e vinte e dois reais), sendo o valor mensal do aluguel correspondente a R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais), conforme solicitação da Secretaria.

Sétimo Termo Aditivo

Contrato: 018/2017

Processo: Dispensa Licitatória Nº. 022/2017

Contratado: HUMBERTO JOÃO DUTRA JUNIOR

Data: 07/08/2020

Fundamento: artigo 57, II da Lei 8.666/93

Objeto do contrato: LOCAÇÃO DE IMÓVEL GALPÃO COM 260M2 DE ÁREA CONSTRUÍDA PARA GUARDAR OS VEÍCULOS DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, SITUADO NA RUA OLGA BERNARDES AMORIM NO CENTRO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

Objeto do aditivo: DA PRORROGAÇÃO: Pelo presente instrumento, haja vista a necessidade da Municipalidade, visando a garantia de preços e condições mais vantajosas para a administração e baseado no artigo 57, inciso II da Lei Federal 8.666/93 que permite a prorrogação contratual de serviços executados de forma contínua, as partes resolvem aditar o prazo contratual por 6 (seis) meses, vigorando de 24 de agosto de 2020 até 24 de fevereiro de 2021, e o valor contratual total no correspondente a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), sendo o valor mensal do aluguel correspondente a R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), conforme solicitação da Secretaria.

FME

Segundo Termo Aditivo

Contrato: 001/2020

Processo: Tomada de Preço Nº. 005/2019

Contratado: L F EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA EIRELI - ME

Data: 04/08/2020

Fundamento: artigo 65 da Lei 8.666/93

Objeto do contrato: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DE REFORMA NA UNIDADE DE ENSINO E.B.M CLOTILDE RAMOS CHAVES, CONFORME PROJETO E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

Objeto do aditivo: DO PRAZO: Pelo presente instrumento, face às necessidades da Municipalidade, as partes resolvem aditar o prazo contratual da obra em 30 (trinta) dias, 07 de agosto de 2020 até 06 de setembro de 2020, em virtude da empresa ter atrasos na entrega de materiais e na execução de serviços, em tempo hábil, em especial, após o período de quarentena por conta do COVID19, conforme justificativa apresentada Secretaria de Educação.

Sétimo Termo Aditivo

Contrato: 008/2019

Processo: Tomada de Preço Nº. 001/2019

Contratado: L F EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA EIRELI - ME

Data: 04/08/2020

Fundamento: artigo 65 da Lei 8.666/93

Objeto do contrato: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DE REFORMA NA UNIDADE DE ENSINO E.B.M ANITA BERNARDES GANANCINI, CONFORME PROJETO E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

Objeto do aditivo: DO PRAZO: Pelo presente instrumento, face às necessidades da Municipalidade, as partes resolvem aditar o prazo contratual da obra em 30 (trinta) dias, 08 de agosto de 2020 até 07 de setembro de 2020, em virtude da empresa não ter conseguido finalizar os últimos serviços em tempo hábil, em especial, após o período de quarentena por conta do COVID19, conforme justificativa apresentada Secretaria de Educação.

Terceiro Termo Aditivo

Contrato: 004/2020

Processo: Tomada de Preço Nº. 002/2019

Contratado: MS PARSEVITT CONSTRUTORA LTDA

Data: 04/08/2020

Fundamento: artigo 65 da Lei 8.666/93

Objeto do contrato: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DE REFORMA NAS UNIDADES C.E.I ODETE RAMOS POLTRONIERI, C.E.I MARIZA GALDINI, C.E.I CAIC (REFORMA DA COZINHA), C.E.I RIO DO MEIO E E.B.M DOMINGOS FONSECA, CONFORME PROJETO E MEMORIAL DESCRITIVO.

Objeto do aditivo: DO PRAZO: Pelo presente instrumento, face às necessidades da Municipalidade, as partes resolvem aditar o prazo contratual da obra em 90 (noventa) dias, 08 de agosto de 2020 até 06 de novembro de 2020, em virtude de aditivo de valor, tempo para poda de árvore para execução da cobertura e da Pandemia do COVID19, além de situações paralelas que acabam dificultando os transportes de materiais, conforme justificativa apresentada Secretaria de Educação.

Décimo Segundo Termo Aditivo

Contrato: 005/2019

Processo: Tomada de Preço Nº. 012/2018

Contratado: MARCIO DAURI SEVERIANO

Data: 06/08/2020

Fundamento: artigo 65 da Lei 8.666/93

Objeto do contrato: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DE REFORMA DAS COZINHAS DAS UNIDADES ESCOLARES J.I.M PADRE SÉRGIO MAYKOT, E.B.M LUCINIRA MELO REBELO E G.E.M ANDRÔNICO PEREIRA. O MESMO SE FAZ NECESSÁRIO PARA DAR MAIOR QUALIDADE NA PREPARAÇÃO DAS MERENDAS QUE SÃO SERVIDAS AOS ALUNOS MATRICULADOS NAS UNIDADES, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETO, PLANILHAS E SEUS ELEMENTOS CONSTITUÍDOS EM ANEXO.

Objeto do aditivo: DO PRAZO: Pelo presente instrumento, face às necessidades da Municipalidade, as partes resolvem aditar o prazo contratual em 60 (sessenta) dias, vigorando do dia 12 de agosto de 2020 a 11 de outubro de 2020, em virtude de estar tramitando na Receita Federal a regularização da CNO das obras, conforme justificativa apresentada pela Secretaria de Educação.

Quarto Termo Aditivo

Contrato: 003/2020

Processo: Tomada de Preço Nº. 002/2019

Contratado: L F EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA EIRELI - ME

Data: 06/08/2020

Fundamento: artigo 65 da Lei 8.666/93

Objeto do contrato: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DE REFORMA NAS UNIDADES C.E.I ODETE RAMOS POLTRONIERI, C.E.I MARIZA GALDINI, C.E.I CAIC (REFORMA DA COZINHA), C.E.I RIO DO MEIO E E.B.M DOMINGOS FONSECA, CONFORME PROJETO E MEMORIAL DESCRITIVO.

Objeto do aditivo: DO PRAZO: Pelo presente instrumento, face às necessidades da Municipalidade, as partes resolvem aditar o prazo contratual em 30 (trinta) dias, vigorando do dia 09 de agosto de 2020 a 08 de setembro de 2020, em virtude do Decreto nº515/2020, sobre a suspensão das atividades, assim houve atrasos na entrega de materiais e execução de serviços, conforme justificativa apresentada pela empresa e Secretaria de Educação.

FMAS

Oitavo Termo Aditivo

Contrato: 009/2018

Processo: Tomada de Preço Nº. 001/2018

Contratado: EXITO CONSTRUÇOES CIVIS LTDA - EPP

Data: 05/08/2020

Fundamento: artigo 65 da Lei 8.666/93

Objeto do contrato: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAS PARA CONSTRUÇÃO DE NOVA UNIDADE DE CENTRO DE REFERENCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTENCIA SOCIAL - CREAS, PARA ATENDIMENTO AO CIDADÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE, CONFORME PROJETO BÁSICO E SEUS ELEMENTOS CONSTITUIDOS EM ANEXO.

Objeto do aditivo: DO PRAZO: Pelo presente instrumento, face às necessidades da Municipalidade, o município resolve prorrogar o prazo contratual/execução da obra por mais 60 (sessenta) dias, vigorando de 09 de agosto de 2020 até 08 de outubro de 2020, pela necessidade de trâmite junto à Caixa Econômica Federal para aprovação e pagamento das medições, conforme justificativa da Secretaria Municipal do Desenvolvimento e Assistência Social.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

PREFEITO MUNICIPAL

Campo Alegre

PREFEITURA

ADITIVO CONTRATUAL N° 97/2020

Publicação N° 2594854

ADITIVO N° 97/2020 AO TERMO DE CONCESSÃO N° 150/2016

SEXTO ADITIVO AO TERMO DE CONCESSÃO DE USO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E A EMPRESA CALICO TRANSPORTES LTDA.

Pelo presente instrumento particular aditivo contratual que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, CNPJ nº 83.102.749/0001-77, e de outro lado CALICO TRANSPORTES LTDA, inscrito no CNPJ/MF sob nº 12.067.785/0001-07 têm entre si como justo e contratado o abaixo especificado:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

Fica prorrogado o prazo do Termo de Concessão 150/2016 até 26 de novembro de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Estas alterações se fazem nos moldes do Art.57 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do Termo de Concessão 150/2016, permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre - SC, 3 de agosto de 2020.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ Secretária Municipal de Administração Contratante	DEAN CARLO FENDRICH JUNIOR Calico Transportes LTDA Contratada
---	---

ATA CIRCUNSTANCIADA (PROCESSO LICITATÓRIO N° 62/2020)

Publicação N° 2595166

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 62/2020)

Aos sete dias do mês agosto do ano de dois mil e vinte, na cidade de Campo Alegre, às quatorze horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se em sessão pública, Maria Cristina Marciniak Munhoz Pregoeira Municipal, Daniela Saldanha e Ana Luiza Telma, membros da equipe de apoio, abaixo assinados, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 62/2020, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto a REGISTRO DE PREÇOS para locação de caminhões e máquinas para serviço de terraplanagem e outros realização de serviços da Secretaria de Planejamento, Transporte e Obras. Passou-se ao recebimento dos envelopes de documento e proposta das empresas proponentes: TERRAPLANAGEM HAVERROTH LTDA – CNPJ: 29.885.169/0001-58, TERRAPLANAGEM PINO EIRELI – CNPJ: 09.530.667/0001-70 e BRACOR CORRETORA DE SEGUROS LTDA – CNPJ: 76.601.053/0001-20. Passou-se ao credenciamento dos licitantes, sendo o Sr. Cássio Eduardo Liebl representante da empresa Terraplanagem Pino Eireli, Sra. Joice Aparecida Lemos Haverroth representante Terraplanagem Haverroth Ltda e Sr. Ivo Ingo Brand representante Bracor Corretora De Seguros Ltda. As licitantes Bracor Corretora De Seguros Ltda e Terraplanagem Pino Eireli comprovaram enquadramento como Empresa de Pequeno Porte e a licitante Terraplanagem Haverroth Ltda comprovou enquadramento como Microempresa. As licitantes apresentaram a declaração de cumprimento dos requisitos. O critério de julgamento é pelo requisito MENOR PREÇO POR ITEM. Procedeu-se ao julgamento das propostas, após os lances, obteve-se o seguinte resultado:

ITEM 01

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
Terraplanagem Pino Eireli	229,50	140,00	1ª	HABILITADA
Terraplanagem Haverroth Ltda	229,50	144,00	2ª	-----
Bracor Corretora De Seguros Ltda	229,50	229,50	3ª	

ITEM 02

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
Terraplanagem Pino Eireli	229,50	215,00	1ª	HABILITADA
Bracor Corretora De Seguros Ltda	229,50	220,00	2ª	-----

ITEM 03

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
Terraplanagem Pino Eireli	136,25	105,00	1ª	HABILITADA
Terraplanagem Haverroth Ltda	136,25	110,00	2ª	-----
Bracor Corretora De Seguros Ltda	136,25	136,25	3ª	

ITEM 04

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
Terraplanagem Haverroth Ltda	4,16	3,55	1ª	HABILITADA
Terraplanagem Pino Eireli	4,16	3,60	2ª	-----
Bracor Corretora De Seguros Ltda	4,16	4,05	3ª	

ITEM 05

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
Terraplanagem Pino Eireli	166,67	165,00	1ª	HABILITADA
Bracor Corretora De Seguros Ltda	166,67	166,67	2ª	-----

Após, abriu-se o envelope de documentos do licitante primeira classificada nos itens conforme tabela acima. A documentação das licitantes vencedoras está de acordo com o exigido no edital. A licitante Terraplanagem Pino Eireli foi declarada vencedora dos itens 01, 02, 03 e 05, e a licitante Terraplanagem Haverroth Ltda foi declarada vencedora do item 04 conforme valores unitários descritos na tabela acima. O Sr. Ivo Ingo Brand representante da empresa Bracor Corretora De Seguros Ltda pediu para constar na Ata uma observação quanto a exigência de que a escavadeira deverá conter o "ripper" e também verificar a prancha que é colocada embaixo da caçamba poderá interferir na cubagem. Não houve manifestação de intenção de recurso. Sem mais, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

ATA PREGÃO ELETRÔNICO N° 57/2020

Publicação N° 2594551

RESUMO DA ATA
(Pregão Eletrônico nº 57/2020)

Às 09h do dia 07/08/2020, reuniu-se a Pregoeira deste órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados por Ato Legal, para em atendimento às disposições contidas em Decreto realizar os procedimentos relativos ao presente Pregão, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de materiais hidráulicos para utilização em consertos, ampliações e ligações novas realizadas na rede de distribuição de água do Município de Campo Alegre/SC. A ata completa está disponível no site Portal de Compras Públicas (<https://www.portaldecompraspublicas.com.br>), administradora dos processos licitatórios, modalidade Pregão Eletrônico, do município de Campo Alegre - SC e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <http://goo.gl/e3mgKH>.

Pregoeira e Equipe de Apoio

DECRETO Nº 12.985 DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2594786

GABINETE DO PREFEITO**DECRETO Nº 12.985 DE 07 DE AGOSTO DE 2020****ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR
POR CONTA DE ANULAÇÕES
PARCIAIS DE ELEMENTOS DE
DESPESA DAS DOTAÇÕES DO
ORÇAMENTO VIGENTE.**

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o inciso II do art. 11 Lei Municipal nº 4.835 de 10 de dezembro de 2019; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), a fim de suplementar os seguintes Elementos de Despesa, das Dotações do Orçamento vigente.

03.00 - Secretaria Municipal de Administração.	
03.01 - Serviço de Administração	
04.122.0005.2.102 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Administração	
400000.00.0896 - Despesas de Capital	
440000.00.0896 - Investimentos	
449000.00.0896 - Aplicações Diretas	
449052.00.0896 - Equipamentos e Material Permanente	R\$ 8.000,00
04.00 - Secretaria Municipal de Finanças.	
04.01 - Serviço de Controle Fazendário	
04.123.0007.2.103 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Finanças	
400000.00.0896 - Despesas de Capital	
440000.00.0896 - Investimentos	
449000.00.0896 - Aplicações Diretas	
449052.00.0896 - Equipamentos e Material Permanente	R\$ 4.000,00
Total	R\$ 12.000,00

Art. 2º Os créditos a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulações parciais dos seguintes Elementos de Despesa das Dotações do Orçamento vigente.

03.00 - Secretaria Municipal de Administração.	
03.01 - Serviço de Administração	
04.122.0005.2.102 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Administração	
300000.00.0896 - Despesas Correntes	
330000.00.0896 - Outras Despesas Correntes	
339000.00.0896 - Aplicações Diretas	
339030.00.0896 - Material de Consumo	R\$ 8.000,00
04.00 - Secretaria Municipal de Finanças.	
04.01 - Serviço de Controle Fazendário	
04.123.0007.2.103 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Finanças	
300000.00.0896 - Despesas Correntes	
330000.00.0896 - Outras Despesas Correntes	

GABINETE DO PREFEITO

339000.00.0896 - Aplicações Diretas

339021.00.0896 - Juros sobre a Dívida por Contrato

R\$4.000,00

Total**R\$ 12.000,00**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 07 de agosto de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI**Prefeito Municipal****LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ****Secretária Municipal de Administração**

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos:

www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: **10/08/2020**.

HIDALGO FERNANDO MARTINS**Chefe de Gabinete do Prefeito****DECRETO Nº 12.986 DE 07 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2596201

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 12.986 DE 07 DE AGOSTO DE 2020

HOMOLOGA RESOLUÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o inciso VII do art. 71 da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art. 1º Homologar a Resolução nº 05 da Comissão Municipal de Avaliação de Bens Móveis do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., Resolução anexa, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
07 de agosto de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 10/08/2020.

HIDALGO FERNANDO MARTINS
Chefe de Gabinete do Prefeito

COMISSÃO MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

RESOLUÇÃO Nº 05 DE 07 DE AGOSTO DE 2020

AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS RECEBIDOS EM DOAÇÃO A SEREM INCORPORADOS NO PATRIMÔNIO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

A Comissão Municipal de Avaliação de Bens Móveis do Poder Executivo do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Decreto Municipal nº 12.898 de 03 de julho de 2020; RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o valor de avaliação dos Bens Móveis recebidos em doação do Serviço Social da Indústria – SESI, a serem incorporados no Patrimônio, descrito no Parágrafo único deste artigo.

Parágrafo único. Os Bens Móveis de que trata o Caput deste Artigo a seguir:

BENS MÓVEIS	VALOR AVALIADO EM R\$
Fotopolimerizador Dabi Atlante	R\$ 60,00
Aparelho de Ar Condicionado	R\$ 107,00
Trailer Turiscar Chassi 000953	R\$ 15.000,00
Refrigerador Consul 95 litros	R\$ 93,00
Refletor Odontológico	R\$ 94,00
Unidade Auxiliar	R\$ 72,00
Cadeira Odontológica;	R\$ 250,00
Estufa Olidef Série EE193H276	R\$ 131,00
Amalgamador Digamat	R\$ 78,00
Compressor de Ar Dabi Atlante	R\$ 469,00
Mocho Odontológico	R\$ 37,80
Equipo Odontológico	R\$ 105,00

Art. 2º O Bens Móveis de que trata o Parágrafo único do Artigo 1º desta Resolução, foram devidamente avaliados pela Comissão de Avaliação de Bens Móveis do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 07 de agosto de 2020.

ANA FLAVIA MARCINIACK
Presidente da Comissão Municipal de Avaliação
de Bens Móveis do Poder Executivo

Publicada a presente Resolução aos dez dias do mês de agosto de 2020, no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br.

ANA LUIZA TELMA ELENA GORNIACK
Secretária da Comissão Municipal de Membro da Comissão Municipal de Avaliação de Bens Móveis Avaliação de Bens Móveis

ALAÉRCIO LUIS CORDEIRO SANDRO LUIZ FRIEDRICH
Membro da Comissão Municipal de Membro da Comissão Municipal de Avaliação de Bens Móveis Avaliação de Bens Móveis

DECRETO Nº 12.987 DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2596533

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 12.987 DE 07 DE AGOSTO DE 2020
HOMOLOGA RESOLUÇÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o inciso VII do artigo 71 da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art. 1º Homologar as Resoluções nº 09 e 10 do Conselho Municipal de Assistência Social, Resoluções anexas, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
07 de agosto de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 10/08/2020.

HIDALGO FERNANDO MARTINS
Chefe de Gabinete do Prefeito

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 09 DE 07 DE AGOSTO DE 2020

APROVA A RENOVAÇÃO DA CONCESSÃO DE ALUGUEL SOCIAL, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 3.931 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2013, DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Camila Suelen dos Santos, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, em especial ao inciso IV, parágrafo único do art. 9º da Lei Municipal nº 3.931 de 25 de fevereiro de 2013, faz saber que os Conselheiros aprovaram em data de 07 de agosto de 2020, e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art. 1º Fica aprovada por este Conselho Municipal de Assistência Social a Concessão de Aluguel Social para a família de EMANUEL FLORÊNCIO DE MEIRA, por um período de seis meses, conforme Lei Municipal nº 3.931 de 25 de fevereiro de 2013, do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre/SC.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 07 de agosto de 2020.

CAMILA SUELEN DOS SANTOS
Presidente do Conselho Municipal de
Assistência Social de Campo Alegre/SC.

Registrada e Publicada a presente Resolução aos dez dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte.

HILDA SALETE SIMÕES DE SALLES MUNHOZ
Primeira Secretária do Conselho Municipal de
Assistência Social de Campo Alegre/SC.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 10 DE 07 DE AGOSTO DE 2020

APROVA A CONCESSÃO DE ALUGUEL SOCIAL, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 3.931 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2013, DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Camila Suelen dos Santos, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, em especial ao inciso IV, parágrafo único do art. 9º da Lei Municipal nº 3.931 de 25 de fevereiro de 2013, faz saber que os Conselheiros aprovaram em data de 07 de agosto de 2020, e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art. 1º Fica aprovada por este Conselho Municipal de Assistência Social a Concessão de Aluguel Social para a família de VILMA ALVES RIBEIRO, por um período de seis meses, conforme Lei Municipal nº 3.931 de 25 de fevereiro de 2013, do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre/SC.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 07 de agosto de 2020.

CAMILA SUELEN DOS SANTOS
Presidente do Conselho Municipal de
Assistência Social de Campo Alegre/SC.

Registrada e Publicada a presente Resolução aos dez dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte.

HILDA SALETE SIMÕES DE SALLES MUNHOZ
Primeira Secretária do Conselho Municipal de
Assistência Social de Campo Alegre/SC.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 99/2020

Publicação Nº 2594520

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 99/2020

Objeto: Fornecimento de materiais e serviço de mão de obra especializada para execução de obra de extensão de rede (para iluminação pública) na Rua Karl H. W. Dudda, Rua Santo Antônio Rodovia RM 080 - Avenquinha e Av. Dr. Getúlio Vargas, (antiga Estrada Dona Francisca), município de Campo Alegre/SC, conforme projeto anexa a Dispensa de licitação nº 69/2020 autorizados pela CELESC.

Dotação orçamentária: As despesas oriundas da contratação correrão por conta da dotação orçamentária do exercício 2020, na seguinte classificação:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	08.00	Secretaria Municipal Planejamento, Transporte e Obras.
Unidade	08.03	Serviço de Obras e serviços Públicos
Função	15	Urbanismo
Subfunção	451	Infraestrutura Urbana
Programa	0048	Serviços Públicos
Projeto	2.025	Iluminação Pública
Elemento de Despesa	4.4.90.51	Obras e Instalações (Dot 255)

Vigência: 04/08/2020 a 02/12/2020.

Do valor total: R\$ 45.893,50 (quarenta e cinco mil oitocentos e noventa e três reais e cinquenta centavos).

Contratado: RJ Montagens Eletrotécnica Ltda.

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

MANDADO DE INTIMAÇÃO ABERTURA DAS PROPOSTAS TP Nº 04/2020 – IPRECAL

Publicação Nº 2594871

MANDADO DE INTIMAÇÃO

Processo Licitatório nº 04/2020 – TOMADA DE PREÇO

Objeto: contratação de empresa especializada para fornecimento de material e mão de obra para construção do Prédio do IPRECAL - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre, em terreno situado na R. Nereu Ramos / Av. Cel. Raymundo Munhoz, s/n, Centro, neste Município.

Considerando que transcorreu o prazo para apresentação de recurso e contrarrazões quanto ao julgamento dos documentos de habilitação.

Considerando a decisão da Comissão de Licitação, pela INABILITAÇÃO das licitantes: LN Construções Ltda, WR Construtora e Distribuidora de Materiais Eireli e Suprema Construção Civil Eireli no Processo licitatório TP 04/2020 do IPRECAL.

EFETUE-SE A INTIMAÇÃO das licitantes a seguir relacionadas:

PRK Engenharia e Construções Ltda Epp, JDI Construtora Ltda, Celso Kudla Empreiteiro Eireli, Liderança Construções Ltda, Compact Construtora Eireli e Giovanni Rodrigo Luiz Eireli, habilitadas no referido Processo Licitatório para que tenha ciência da sessão de abertura das Propostas.

A sessão de abertura das propostas será no dia 11/08/2020 às 09:00h, na Sala de Reuniões no Prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

Destinatários

PRK ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP
(47) 3634-0453 – prkengenharia@gmail.com

GIOVANNI RODRIGO LUIZ EIRELI
(47) – 3622-8820 – engenharia@construtoramrclean.com.br

COMPACT CONSTRUTORA EIRELI – CNPJ: 22.970.696/0001-11
47 – 991856388 compactconstrutora@gmail.com -

CELSO KUDLA EMPREITEIRO EIRELI
(41) – 3622-5180 – construtoraazulmaxx@hotmail.com

JDI CONSTRUTORA LTDA
(47) 3633-5324 - jdi_emp@yahoo.com.br;

LIDERANÇA CONSTRUÇÕES LTDA
(47) 3654- 0466 - lideranca_construcoes@hotmail.com

Campo Alegre, 07 de agosto de 2020.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Comissão de Licitação

PORTARIA Nº 18.196 DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2594822

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 18.196 DE 07 DE AGOSTO DE 2020
DISPÕE SOBRE LOTAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Considerando o requerimento datado de 06 de agosto de 2020, devidamente assinado pela Servidora Pública Municipal DANIELA SALDANHA, matrícula funcional nº 000841, registro no sistema sob nº 955528, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Administrativo II, lotada na Secretaria Municipal de Administração, protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 06 de agosto de 2020, sob nº 0003367, a qual solicita a mudança do Serviço de Suprimentos para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, justificando esta solicitação pelo motivo facilidade de transporte/carona até o local de trabalho;

Considerando o requerimento, devidamente assinado pelo Servidor Público Municipal PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JÚNIOR, matrícula funcional nº 000237, registro no sistema sob nº 697100, ocupante do Cargo Público e na Função de Agente Administrativo II, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal sob nº 000348, o qual solicita Licença para atividade Política;

Considerando ainda, o deferimento pela Secretária Municipal Administração, em data de 06 de agosto de 2020, que a Servidora Pública Municipal DANIELA SALDANHA, deverá iniciar pelo menos uma semana antes do afastamento do Servidor Público Municipal PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JÚNIOR, para que o Serviço Público não seja prejudicado;

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX do artigo 71, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º A Servidora Pública Municipal DANIELA SALDANHA, matrícula funcional nº 000841, registro no sistema sob nº 955528, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Administrativo II, lotada na Secretaria Municipal de Administração, nomeada pelo Decreto Municipal nº 9.356 de 19 de outubro de 2015, sua lotação passa a ser na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, a partir de 10 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, produzindo seus efeitos a partir de 10 de agosto de 2020.

Art. 3º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
07 de agosto de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 10/08/2020.

HIDALGO FERNANDO MARTINS
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 18.197 DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2596525

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 18.197 DE 07 DE AGOSTO DE 2020
DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE LICENÇA MATERNIDADE.

Considerando que por lapso causal, o ato não foi emitido á época;

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao § 1º do art. 9º da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Prorrogar a Licença Maternidade da Servidora Pública Municipal, BRUNA JUSTINE KOTOVICZ HEIDEN, matrícula funcional nº 000947, registro no sistema sob nº 955826, ocupante do Cargo Público de Professor II, exercendo a Função de Professor de Educação Física, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por um período de 60 (sessenta) dias, a partir de 08 de julho de 2020 a 05 de setembro de 2020. Parágrafo único. A prorrogação da Licença de que trata o caput deste artigo, em atenção ao requerimento devidamente assinado pela Servidora Pública Municipal, e protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 31 de julho de 2020, sob nº 003284.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 08 de julho de 2020.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC., 07 de agosto de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 10/08/2020.

HIDALGO FERNANDO MARTINS
Chefe do Gabinete do Prefeito

RESOLUÇÃO Nº 05 DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2596191

COMISSÃO MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

RESOLUÇÃO Nº 05 DE 07 DE AGOSTO DE 2020

AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS RECEBIDOS EM DOAÇÃO A SEREM INCORPORADOS NO PATRIMÔNIO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

A Comissão Municipal de Avaliação de Bens Móveis do Poder Executivo do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Decreto Municipal nº 12.898 de 03 de julho de 2020; RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o valor de avaliação dos Bens Móveis recebidos em doação do Serviço Social da Indústria – SESI, a serem incorporados no Patrimônio, descrito no Parágrafo único deste artigo.

Parágrafo único. Os Bens Móveis de que trata o Caput deste Artigo a seguir:

BENS MÓVEIS	VALOR AVALIADO EM R\$
Fotopolimerizador Dabi Atlante	R\$ 60,00
Aparelho de Ar Condicionado	R\$ 107,00
Trailer Turiscar Chassi 000953	R\$ 15.000,00
Refrigerador Consul 95 litros	R\$ 93,00
Refletor Odontológico	R\$ 94,00
Unidade Auxiliar	R\$ 72,00
Cadeira Odontológica;	R\$ 250,00
Estufa Olidef Série EE193H276	R\$ 131,00
Amalgamador Digamat	R\$ 78,00
Compressor de Ar Dabi Atlante	R\$ 469,00
Mocho Odontológico	R\$ 37,80
Equipo Odontológico	R\$ 105,00

Art. 2º O Bens Móveis de que trata o Parágrafo único do Artigo 1º desta Resolução, foram devidamente avaliados pela Comissão de Avaliação de Bens Móveis do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 07 de agosto de 2020.

ANA FLAVIA MARCINIAK
Presidente da Comissão Municipal de Avaliação
de Bens Móveis do Poder Executivo

Publicada a presente Resolução aos dez dias do mês de agosto de 2020, no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br.

ANA LUIZA TELMA ELENA GORNIACK
Secretária da Comissão Municipal de Membro da Comissão Municipal de Avaliação de Bens Móveis Avaliação de Bens Móveis

ALAÉRCIO LUIS CORDEIRO SANDRO LUIZ FRIEDRICH
Membro da Comissão Municipal de Membro da Comissão Municipal de Avaliação de Bens Móveis Avaliação de Bens Móveis

RESOLUÇÃO Nº 09 DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2596526

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 09 DE 07 DE AGOSTO DE 2020

APROVA A RENOVAÇÃO DA CONCESSÃO DE ALUGUEL SOCIAL, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 3.931 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2013, DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Camila Suelen dos Santos, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, em especial ao inciso IV, parágrafo único do art. 9º da Lei Municipal nº 3.931 de 25 de fevereiro de 2013, faz saber que os Conselheiros aprovaram em data de 07 de agosto de 2020, e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art. 1º Fica aprovada por este Conselho Municipal de Assistência Social a Concessão de Aluguel Social para a família de EMANUEL FLORÊNCIO DE MEIRA, por um período de seis meses, conforme Lei Municipal nº 3.931 de 25 de fevereiro de 2013, do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre/SC.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 07 de agosto de 2020.

CAMILA SUELEN DOS SANTOS
Presidente do Conselho Municipal de
Assistência Social de Campo Alegre/SC.

Registrada e Publicada a presente Resolução aos dez dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte.

HILDA SALETE SIMÕES DE SALLES MUNHOZ
Primeira Secretária do Conselho Municipal de
Assistência Social de Campo Alegre/SC.

RESOLUÇÃO Nº 10 DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2596527

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 10 DE 07 DE AGOSTO DE 2020

APROVA A CONCESSÃO DE ALUGUEL SOCIAL, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 3.931 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2013, DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Camila Suelen dos Santos, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, em especial ao inciso IV, parágrafo único do art. 9º da Lei Municipal nº 3.931 de 25 de fevereiro de 2013 faz, saber que os Conselheiros aprovaram em data de 07 de agosto de 2020, e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art. 1º Fica aprovada por este Conselho Municipal de Assistência Social a Concessão de Aluguel Social para a família de VILMA ALVES RIBEIRO, por um período de seis meses, conforme Lei Municipal nº 3.931 de 25 de fevereiro de 2013, do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre/SC.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 07 de agosto de 2020.

CAMILA SUELEN DOS SANTOS
Presidente do Conselho Municipal de
Assistência Social de Campo Alegre/SC.

Registrada e Publicada a presente Resolução aos dez dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte.

HILDA SALETE SIMÕES DE SALLES MUNHOZ
Primeira Secretária do Conselho Municipal de
Assistência Social de Campo Alegre/SC.

DECISÃO COMISSÃO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 04/2020 - IPRECAL

Publicação Nº 2594560

**DECISÃO COMISSÃO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS 04/2020 - IPRECAL**

Acata-se o Parecer Jurídico acima e, portanto, nega-se a reconsideração quanto ao Recurso apresentado, mantendo-se a inabilitação da licitante WR CONSTRUTORA E DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS EIRELI no Processo Licitatório – Tomada de Preços 04/2020 – IPRECAL.

Campo Alegre, 05 de agosto de 2020.

Josiane dos Santos

Presidente da Comissão de Licitação

Maria Cristina Marciniak Munhoz

Secretária Comissão Permanente de Licitação

Ana Luiza Telma

Membro Comissão Permanente de Licitação

PARECER JURÍDICO - RECURSO TP 04/2020 IPRECAL

Publicação Nº 2594534



MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
ASSESSORIA JURÍDICA

PARECER JURÍDICO Nº 015/ASSJUR/2020

REQUERENTE: Chefe do Serviço de Suprimentos
ASSUNTO: Requer parecer jurídico sobre recurso contra inabilitação de WR Construtora e Distribuidora de Materiais EIRELI

A Chefia do Serviço de Suprimentos requer parecer jurídico sobre recurso contra inabilitação de WR Construtora e Distribuidora de Materiais EIRELI.

A recorrente foi inabilitada em “*porque a certidão de pessoa jurídica apresentada foi emitida em data de 03/06/2019 e houve uma alteração contratual após essa data o que invalida certidão de pessoa jurídica emitida pelo CREA-SC, já que a própria certidão destaca que qualquer alteração no documento a certidão perderá a validade para todos os efeitos legais*”.

A recorrente ingressou com recurso tempestivamente arguindo, em 11 laudas, uma série de *considerandos* para ao final requer a reforma da decisão inabilitatória.

A certidão de pessoa jurídica do CREA é exigida em razão dos seguintes dispositivos da Lei 5.194/66:

Art. 68. As autoridades administrativas e judiciárias, as repartições estatais, paraestatais, autárquicas ou de economia mista não receberão estudos, projetos, laudos, perícias, arbitramentos e quaisquer outros trabalhos, sem que os autores, profissionais ou pessoas jurídicas; façam prova de estar em dia com o pagamento da respectiva anuidade.

Art. 69. Só poderão ser admitidos nas concorrências públicas para obras ou serviços técnicos e para concursos de projetos, profissionais e pessoas jurídicas que apresentarem prova de quitação de débito ou visto do Conselho Regional da jurisdição onde a obra, o serviço técnico ou projeto deva ser executado.

A certidão de pessoa jurídica do CREA tem por padrão a seguinte declaração, que dá cumprimento ao exigido nos dispositivos acima:

Certificamos que a pessoa jurídica, acima citada, encontra-se, registrada neste Conselho, nos termos da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966. Certificamos, ainda, face ao estabelecido nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que a pessoa jurídica mencionada, bem como seus encarregados técnicos, não se encontram em débito com o CREASC. Certificamos, mais, que esta certidão não concede a firma o direito de executar quaisquer serviços técnicos sem a

Página 1 de 3



MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
ASSESSORIA JURÍDICA

participação real, direta e efetiva dos encarregados técnicos acima citados, dentro das respectivas atribuições.

A certidão de pessoa jurídica do CREA, ademais, tem um campo para dados cadastrais da empresa ou profissional certificado e, após, constam os seguintes dizeres:

A certidão perderá a validade caso ocorra qualquer modificação posterior dos elementos cadastrais nela contidos

Portanto, se o órgão licitante detecta inconsistência entre os dados cadastrais apresentados pela própria licitante e os dados dela constantes da certidão de pessoa jurídica do CREA, então é forçoso, pela própria dicção da certidão emitida pelo CREA, considerar a certidão inválida.

Não é uma questão de vontade do agente, ou caso que requeira interpretação ou relativização, pois a inconsistência nos dados está posta, não foi contestada pelo requerente e, por dicção legal, torna inválida a certidão de pessoa jurídica do CREA que, por sua vez, é exigível pela Lei 5.194/66 e corroborada pelo art. 30, I, da Lei 8.666/93, que exige, como “*documentação relativa à qualificação técnica*” o “*registro ou inscrição na entidade profissional competente*”.

Caso a exigência habilitatória em questão fosse relativa a regularidade fiscal e trabalhista, aplicar-se-ia o art. 42 da LC 123/2006 para exigir a documentação saneadora somente na assinatura do contrato, todavia, em sendo documentação de qualificação técnica, não há o que fazer.

Infelizmente situações como esta são muito comuns, alijando empresas da vantajosidade das contratações públicas e trazendo prejuízos aos contribuintes, que são privados dos benefícios de uma concorrência mais efetiva. Quando o descuido procedimental é praticado pelo servidor público, não faltam vozes a chamá-lo de “barnabé”, incompetente, distraído, etc, todavia, são corriqueiros os descuidos de gestão de empresas mercantis que, por pertencerem à órbita da iniciativa privada, deveriam dar exemplo da eficácia que sempre estão a exigir dos gestores públicos.

Isto posto, opina pela improcedência do recurso e manutenção da decisão inabilitatória recorrida.

É o parecer.

Campo Alegre, 05 de agosto de 2020.



MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
ASSESSORIA JURÍDICA

MANOLO DEL OLMO

Assessor Jurídico¹
OAB/SC 13.976

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Aprovo o parecer jurídico e adoto-o como razão de decidir.
Cumpra-se na exatidão do opinado.

Campo Alegre, 05 de agosto de 2020.

JEFFERSON JEAN DUVOISIN

DIRETOR IPRECAL

¹ Nomeação através do Decreto Municipal nº. 11.931, de 02 de maio de 2019, publicado no DOM/SC edição nº. 2.815, p. 304.

Campo Erê

PREFEITURA

CANCELAMENTO DE ITEM DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 94/2019

Publicação N° 2594704



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ

CANCELAMENTO DE ITEM DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 94/2019

PROCESSO LICITATÓRIO N° 1269/2019/FMS
PREGÃO PRESENCIAL N° 43/2019/FMS

TERMO DE CANCELAMENTO que celebram entre si, de um lado o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, CNPJ 11.307.776/0001-75, com sede à Rua Bandeirantes 48, representado neste ato pela Sra. **ELIZANDRA DA SILVA**, Gestora Municipal do FMS, denominado doravante simplesmente de **MUNICÍPIO**, e, de outro lado a Empresa **FUSÃO COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA**, com sede à Av. Brasil, 8594, Coqueiral, cidade de Cascavel – PR, CEP 85.807-030, **CNPJ n.º 10.633.441/0001-84**, representada neste ato pelo Sr. **PEDRO ARANA**, portador do CPF n.º 614.799.429-87 e da Cédula de Identidade n.º 4.358.320-4/SSP/PR, denominada doravante simplesmente de **DETENTORA**, ficou justo e avençado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto da Ata de Registro de Preços n° 94/2019 é o Registro de Preço para **AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA DE MATERIAIS ODONTOLOGICOS**, conforme edital do Pregão Presencial de Registro de Preço n° 43/2019 FMS.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DISTRATO

2.1. Conforme cláusula SETIMA da referida Ata de Registro de Preços, as partes dão por cancelada o **item 110** da Ata de Registro de Preços de que trata a Cláusula Primeira, conforme segue:

Item	Unid	Quant	Descrição das Mercadorias	Vlr. Unitário	Vlr. Total Item	Marca
110	CX	150,00	Mascara descartavel tripla material 100% Polipropileno Hipoalergênica,Hidrorepe lente, Não Inflamável, Clipe nasal revestido e de fácil ajuste, ELÁSTICO (p/ fixar atrás das aurículas)	11,0000	1.650,0000	MEDIX

2.2. Nada mais tendo a reclamar, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações no ajuste, ora rescindido.

CLAUSULA TERCEIRA – DO FORO

3.1. O foro competente, para dirimir qualquer ação fundada no presente CANCELAMENTO, é o da Comarca de Campo Erê - SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ

E, assim por estarem de acordo e ajustadas em relação ao presente **CANCELAMENTO**, após ser lida e achada conforme, as partes, a seguir, firmam a presente em 3 (três) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, e será arquivado no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Campo Erê, conforme dispõe o Art. 60 da Lei nº 8.666/93.

Campo Erê, Estado de Santa Catarina, em 06 de agosto de 2020.

ELIZANDRA DA SILVA
GESTORA DO FMS

FUSÃO COMERCIO DE
PRODUTOS
ODONTOLOGICOS LTDA
CNPJ N° 10.633.441/0001-84

Visto da assessoria jurídica

MAIARA BOMBIERI
Assessora Jurídica
OAB/SC 54.823

EXTRATO ATA RP 30/2020

Publicação N° 2594705


ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 30/2020
PROCESSO LICITATÓRIO N° 429/2020
PREGÃO PRESENCIAL N° 24/2020

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de Campo Erê e a empresa **POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA**, inscrita no CNPJ N° **03.958.284/0001-11**, conforme relação abaixo:

Item	Und	Qnt	Descrição das Mercadorias	Vlr. Unitário	Vlr. Total Item	Marca
5	UN	20,00	NOBREAK: Potência Máxima de 1200VA/600W; Tensão de entrada: 115V/220V Bivolt automático; Tensão de saída: 115V; Microprocessador com Tecnologia RISC/FLASH ou CISC Filtro de linha; Inversor sincronizado com a rede através do sistema PLL; Alarmes audiovisuais (sonoro e leds): informam problemas no nobreak como anormalidades na rede elétrica e final do tempo de autonomia; Função mute; Forma de onda senoidal por aproximação - retangular PWM; Botão liga/desliga temporizado; Recarga automática das baterias: mantém as baterias em plena carga; Permite ser ligado na ausência de rede elétrica; Estabilizador interno com 4 estágios de regulação; Função True RMS; Rendimento Mínimo: 95% (para operação rede)	740,0000	14.800,0000	SMS Station II
7	UN	20,00	TECLADO: Formato SLIM, com bordas arredondadas e teclas macias, silenciosas e alta durabilidade (caracteres impressos não devem se apagar pelo uso contínuo); Conexão USB, não sendo aceito o uso de adaptadores; Cor: Preto; Teclado padrão abnt-2 com todos os caracteres da língua portuguesa, inclusive "Ç" Compatibilidade com Windows 7, 8 e 10	30,9500	619,0000	MULTIL ASER TC193
11	UN	20,00	PEN DRIVE 32 GB USB 2.0 WINDOWS 7 8 E 10	38,9500	779,0000	MULTIL ASER PD589
16	UN	200,00	RJ 45: Ponteiras de cabo de rede RJ 45	0,7800	156,0000	FORTRE K CAT5E

VALOR TOTAL R\$ 16.354,00

Campo Erê, Estado de Santa Catarina, em 03 de agosto de 2020.

MUNICIPIO DE CAMPO ERÊ
ODILSON VICENTE DE LIMA
 Prefeito municipal

POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA
CNPJ N° 03.958.284/0001-11
PROPONENTE

Visto da assessoria jurídica

MAIARA BOMBIERI
 Assessora Jurídica
 OAB/SC 54.823

EXTRATO ATA RP 31/2020

Publicação N° 2594706

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 31/2020****PROCESSO LICITATÓRIO N° 429/2020
PREGÃO PRESENCIAL N° 24/2020**

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de Campo Erê e a empresa **GESUL COMERCIAL EIRELI**, inscrita no CNPJ N° 14.711.959/0001-40, conforme relação abaixo:

Item	Und	Qnt	Descrição das Mercadorias	Vlr. Unitário	Vlr. Total Item	Marca
13	UN	5,00	IMPRESSORA: Impressora Multifuncional tanque Laser com Função Colorida	1.297,9000	6.489,5000	HP
20	UN	10,00	CADEIRAS: Cadeira Giratória tipo presidente	360,0000	3.600,0000	MC CADEIRAS
21	UN	5,00	AR CONDICIONADO: Ar Condicionado 12.000 Btus, Volt 220, Ciclo quente e frio sem instalação	1.348,0000	6.740,0000	AGRATO

VALOR TOTAL R\$ 16.829,50

Campo Erê, Estado de Santa Catarina, em 03 de agosto de 2020.

MUNICIPIO DE CAMPO ERÊ
ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito municipal

GESUL COMERCIAL EIRELI
CNPJ N° 14.711.959/0001-40
PROPONENTE

Visto da assessoria jurídica

MAIARA BOMBIERI
Assessora Jurídica
OAB/SC 54.823

EXTRATO ATA RP 32/2020

Publicação N° 2594707

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 32/2020****PROCESSO LICITATÓRIO N° 429/2020****PREGÃO PRESENCIAL N° 24/2020**

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de Campo Erê e a empresa **MB CATARINENSE EIRELI**, inscrita no **CNPJ N° 16.961.181/0001-52**, conforme relação abaixo:

Item	Und	Qnt	Descrição das Mercadorias	Vlr. Unitário	Vlr. Total Item	Marca
4	UN	5,00	PROJETOR: Especificações: - Resolução: XGA 1024 x 768 - Brilho: 3.600 ANSI Lumens - Contraste: 20.000:1 - Projeção: 347 polegadas - Vida Útil da Lâmpada: 5.000 horas em modo normal - Voltagem: Bivolt Imagem: - Resolução nativa: 1024 x 768 - Resolução Máxima: 1920 x 1200 - Brilho do modo padrão: 3600 lm - Native Aspect Ratio: 4: 3 - Relação de contraste: 20,000: 1 Lente de Projeção: - Tipo de lente: Manual Focus / Manual Zoom - Abertura Mínima da Lente: F / 2.56 - Abertura Máxima da Lente: F / 2,68 - Comprimento focal mínimo: 22 mm - Comprimento focal máximo: 24,10 mm Luminária: - Número de lâmpadas: 1 - Vida da lâmpada de modo normal: 5000 horas - Vida da lâmpa	2.695,0000	13.475,0000	ACER
6	UN	20,00	MOUSE: Mouse Óptico Usb. Cor: Preto Mouse de tecnologia óptica ou laser; Resolução de no mínimo 1000 dpi; Conexão USB, não sendo aceito o uso de adaptadores; Possuir 2 botões para seleção (click) e um botão de rolagem "scroll"; Compatibilidade com Windows 7, 8 e 10	15,0000	300,0000	KMEX
15	UN	30,00	FONTE ATX: Fontes ATX	45,0000	1.350,0000	VINIK

VALOR TOTAL R\$ 15.125,00

Campo Erê, Estado de Santa Catarina, em 03 de agosto de 2020.

MUNICIPIO DE CAMPO ERÊ
ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito municipal

MB CATARINENSE EIRELI
CNPJ N° 16.961.181/0001-52
PROPONENTE

Visto da assessoria jurídica

MAIARA BOMBIERI
Assessora Jurídica
OAB/SC 54.823

EXTRATO ATA RP 33/2020

Publicação N° 2594711

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 33/2020

PROCESSO LICITATÓRIO N° 429/2020

PREGÃO PRESENCIAL N° 24/2020

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de Campo Erê e a empresa BELINKI E SOUZA LTDA ME, inscrita no CNPJ N° 08.831.603/0001-47, conforme relação abaixo:

Item	Und	Qty	Descrição das Mercadorias	Vlr. Unitário	Vlr. Total Item	Marca
14	UN	10,00	FITA DE IMPRESSÃO: Fita para Impressora Matricial FX 890	15,0000	150,0000	MASTERPRINT

VALOR TOTAL R\$ 150,00

Campo Erê, Estado de Santa Catarina, em 03 de agosto de 2020.

MUNICIPIO DE CAMPO ERÊ ODILSON VICENTE DE LIMA Prefeito municipal		BELINKI E SOUZA LTDA ME CNPJ N° 08.831.603/0001-47 PROPONENTE
---	--	---

Visto da assessoria jurídica
MAIARA BOMBIERI
Assessora Jurídica
OAB/SC 54.823

EXTRATO ATA RP 34/2020

Publicação N° 2594713



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 34/2020**PROCESSO LICITATÓRIO N° 429/2020****PREGÃO PRESENCIAL N° 24/2020**

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de Campo Erê e a empresa **COMPUTECH INFORMATICA LTDA ME**, inscrita no CNPJ N° 09.170.651/0001-02, conforme relação abaixo:

Item	Und	Qnt	Descrição das Mercadorias	Vlr. Unitário	Vlr. Total Item	Marca
2	UN	3,00	NOTEBOOK: Sistema Operacional: - Windows 10 CPU e Chipset: - Core™ i3-7020U - 7ª Geração - Dual Core - 2.30 GHz de frequência base - 3 MB SmartCache Memória RAM: - 4 GB (soldada) - DDR4 soDIMM - Frequência: até 2400 Mhz - Expansível até 12GB (1 slot livre no total) Armazenamento: - 1 TB HD - 5400 RPM - SATA III - 6 Gb/s - Slot M.2 2280 SATA livre (compatível com SSD SATA III até 512 GB. SSD não incluso) - Leitor de cartão SD (aceita cartão com capacidade até 128 GB) Tela: - 15,6" LED LCD - Pannel: TN (twisted nematic) - Resolução: HD (1366x768) - Anti reflexo - Frame rate: 60 Hz - Tempo de resposta: 8~11ms - Brilho: 220 nits - Color gamut (NTSC): 45% - Proporç	2.890,0000	8.670,0000	SAMSUNG
3	UN	2,00	NOTEBOOK: Sistema Operacional: - Endless OS Linux CPU e Chipset: - Core™ i3-7020U - 7ª Geração - Dual Core - 2.30 GHz de frequência base - 3 MB SmartCache Memória RAM: - 4 GB (soldada) - DDR4 soDIMM - Frequência: até 2400 Mhz - Expansível até 12GB (1 slot livre no total) Armazenamento: - 1 TB HD - 5400 RPM - SATA III - 6 Gb/s - Slot M.2 2280 SATA livre (compatível com SSD SATA III até 512 GB. SSD não incluso) - Leitor de cartão SD (aceita cartão com capacidade até 128 GB) Tela: - 15,6" LED LCD - Pannel: TN (twisted nematic) - Resolução: HD (1366x768) - Anti reflexo - Frame rate: 60 Hz - Tempo de resposta: 8~11ms - Brilho: 220 nits - Color gamut (NTSC): 45%	2.890,0000	5.780,0000	SAMSUNG

VALOR TOTAL R\$ 14.450,00

Campo Erê, Estado de Santa Catarina, em 03 de agosto de 2020.

MUNICIPIO DE CAMPO ERÊ
ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito municipal

COMPUTECH INFORMATICA LTDA ME
CNPJ N° 09.170.651/0001-02
PROPONENTE

Visto da assessoria jurídica

MAIARA BOMBIERI
Assessora Jurídica
OAB/SC 54.823

EXTRATO ATA RP 35/2020

Publicação N° 2594715



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 35/2020**PROCESSO LICITATÓRIO N° 429/2020****PREGÃO PRESENCIAL N° 24/2020**

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de Campo Erê e a empresa **JUV COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA EIRELI EPP**, inscrita no CNPJ N° **30.915.834/0001-98**, conforme relação abaixo:

Item	Und	Qnt	Descrição das Mercadorias	Vlr. Unitário	Vlr. Total Item	Marca
1	UN	20,00	COMPUTADOR: Processador : Core i5 3.1ghz 6Mb (Ou Superior) Placa Mãe : H310M H 2.0 LGA : Intel Express Memória : 8Gb DDR4 (Expansível Até 16gb) Hd : 1Tb Rede (Lan): Realtek Lan Rj45 Som : Realtek High Definition Memória De Vídeo (Gráfico): Integrada Ao Processador, Até 1Gb Conexões De Vídeo : Rgb (Vga) Hdmi Conexões Traseiras : Ps2 Mouse E Teclado, 1 Conector Rj45, 3 X Áudio 4 Usb Leitor/Gravador De Cd e Dvd : Incluso Mouse : Smart 800 Dpis (Ou Superior) Teclado : Padrão Abnt2 Smart Multimidia Monitor : Led 18,5" Widescreen Full HD Gabinete: Smart Atx Fonte : 200Watts Sistema Operacional : Windows 10	2.800,0000	56.000,0000	COMPUS ONIC/HP 19
8	UN	20,00	CAIXA DE SOM PARA PC: Compatibilidade: PC e notebook Potência: 1W RMS Frequência: 60Hz-20KHz Sensibilidade: 65dB Impedância: 4? Alimentação: USB 5V	28,0000	560,0000	C3TECK
12	UN	1,00	IMPRESSORA MATRICIAL: Impressora Matricial FX 890	3.789,9000	3.789,9000	EPSON FX 890
18	UN	1,00	MEMORIA: Memória 4 Gb DDR4	170,0000	170,0000	KINGST ON
23	UN	30,00	Tablet: Resolução mínima de 1280x800 (wxga), processador mínimo quad core 2 HGz, câmera frontal mínima de 2 megapixel, câmera traseira mínima de 8 megapixel, com mínimo 1 entrada USB, com mínimo 2Gb de memória RAM, memória interna no mínimo de 32 Gb, Carregador e 1 ano de garantia.	1.060,0000	31.800,0000	SAMSUN G T290

VALOR TOTAL R\$ 92.319,90

Campo Erê, Estado de Santa Catarina, em 03 de agosto de 2020.

MUNICIPIO DE CAMPO ERÊ
ODILSON VICENTE DE LIMA
 Prefeito municipal

JUV COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE
INFORMATICA EIRELI EPP
CNPJ N° 30.915.834/0001-98
PROPONENTE

Visto da assessoria jurídica

MAIARA BOMBIERI
 Assessora Jurídica
 OAB/SC 54.823

EXTRATO ATA RP 36/2020

Publicação N° 2594719


ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 36/2020**PROCESSO LICITATÓRIO N° 429/2020****PREGÃO PRESENCIAL N° 24/2020**

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de Campo Erê e a empresa **B. DANIEL INFORMATICA**, inscrita no CNPJ N° 11.607.273/0001-15, conforme relação abaixo:

Item	Und	Qnt	Descrição das Mercadorias	Vlr. Unitário	Vlr. Total Item	Marca
9	UN	20,00	FILTRO DE LINHA: Filtro de linha 4 Tomadas Potência, mínima, de 1.270W em rede 127V~ e 2.200W em rede 220V~; Bivolt – Com chave Liga/Desliga e indicador de ligado ou desligado; Filtro contra interferência EMI/RFI; Tomadas – 04 de saída no padrão NBR 14.136 (2P + T); Comprimento, mínimo, de 1,3 metros; Fusível de proteção de 10 A; Fusível reserva;	25,0000	500,0000	IPEC
17	UN	1,00	PLACA MÃE: Placa mãe 310M	500,0000	500,0000	BRAZILP C
19	UN	1,00	PROCESSADOR: Processador CORI i5	1.375,0000	1.375,0000	INTEL

VALOR TOTAL R\$ 2.375,00

Campo Erê, Estado de Santa Catarina, em 03 de agosto de 2020.

MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ
ODILSON VICENTE DE LIMA
 Prefeito municipal

B. DANIEL INFORMATICA
CNPJ N° 11.607.273/0001-15
PROPONENTE

Visto da assessoria jurídica

MAIARA BOMBIERI
 Assessora Jurídica
 OAB/SC 54.823

EXTRATO ATA RP 37/2020

Publicação N° 2594721

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 37/2020**PROCESSO LICITATÓRIO N° 429/2020****PREGÃO PRESENCIAL N° 24/2020**

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de Campo Erê e a empresa **B. DANIEL INFORMATICA**, inscrita no CNPJ N° 11.607.273/0001-15, conforme relação abaixo:

Item	Und	Qnt	Descrição das Mercadorias	Vlr. Unitário	Vlr. Total Item	Marca
10	UN	5,00	HD: HD externo portátil de 1tb	330,0000	1.650,0000	WD

VALOR TOTAL R\$ 1.650,00

Campo Erê, Estado de Santa Catarina, em 03 de agosto de 2020.

MUNICIPIO DE CAMPO ERÊ ODILSON VICENTE DE LIMA Prefeito municipal	GF EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA CNPJ N° 34.759.165/0001-63 PROPONENTE
---	--

Visto da assessoria jurídica
MAIARA BOMBIERI
Assessora Jurídica
OAB/SC 54.823

EXTRATO ATA RP 38/2020

Publicação N° 2594725

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 38/2020

PROCESSO LICITATÓRIO N° 429/2020
PREGÃO PRESENCIAL N° 24/2020

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de Campo Erê e a empresa REFRIGERAR COMERCIO DE CLIMATIZADORES LTDA, inscrita no CNPJ N° 23.162.2465/0001-65, conforme relação abaixo:

Item	Und	Qnt	Descrição das Mercadorias	Vlr. Unitário	Vlr. Total Item	Marca
22	UN	5,00	AR CONDICIONADO: Ar Condicionado 24.000 Btus, Volt 220, Ciclo quente e frio. Sem instalação	2.500,0000	12.500,0000	KOMECO

VALOR TOTAL R\$ 12.500,00

Campo Erê, Estado de Santa Catarina, em 03 de agosto de 2020.

MUNICIPIO DE CAMPO ERÊ ODILSON VICENTE DE LIMA Prefeito municipal	REFRIGERAR COMERCIO DE CLIMATIZADORES LTDA CNPJ N° 23.162.2465/0001-65 PROPONENTE
---	---

Visto da assessoria jurídica
MAIARA BOMBIERI
Assessora Jurídica
OAB/SC 54.823

HOMOLOGAÇÃO PL 429/2020

Publicação N° 2594727

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 43, VI da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores;

RESOLVE

I - HOMOLOGAR o PROCESSO LICITATÓRIO n° 429/2020, na modalidade Pregão de n° 24/2020 tendo como objeto a AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA, DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E INFORMÁTICA, para a manutenção das diversas atividades das Secretarias Municipais, conforme o quadro a seguir, onde se especificam inclusive as quantidades e os valores, para execução do objeto citado:

Nome da Proponente	Lote	Item	Quantidade	Unitário	Total Item
POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA EPP	1	5	20,00	740,0000	14.800,0000
POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA EPP	1	7	20,00	30,9500	619,0000
POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA EPP	1	11	20,00	38,9500	779,0000
POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA EPP	1	16	200,00	0,7800	156,0000

GESUL COMERCIAL EIRELI	1	13	5,00	1.297,9000	6.489,5000
GESUL COMERCIAL EIRELI	1	20	10,00	360,0000	3.600,0000
GESUL COMERCIAL EIRELI	1	21	5,00	1.348,0000	6.740,0000
MB CATARINENSE EIRELI	1	4	5,00	2.695,0000	13.475,0000
MB CATARINENSE EIRELI	1	6	20,00	15,0000	300,0000
MB CATARINENSE EIRELI	1	15	30,00	45,0000	1.350,0000
BELINKI E SOUZA LTDA ME	1	14	10,00	15,0000	150,0000
COMPUTECH INFORMATICA LTDA - ME	1	2	3,00	2.890,0000	8.670,0000
COMPUTECH INFORMATICA LTDA - ME	1	3	2,00	2.890,0000	5.780,0000
J U V COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA EIRELI	1	1	20,00	2.800,0000	56.000,0000
J U V COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA EIRELI	1	8	20,00	28,0000	560,0000
J U V COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA EIRELI	1	12	1,00	3.789,9000	3.789,9000
J U V COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA EIRELI	1	18	1,00	170,0000	170,0000
J U V COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA EIRELI	1	23	30,00	1.060,0000	31.800,0000
B. DANIEL INFORMATICA	1	9	20,00	25,0000	500,0000
B. DANIEL INFORMATICA	1	17	1,00	500,0000	500,0000
B. DANIEL INFORMATICA	1	19	1,00	1.375,0000	1.375,0000
GF EQUIPAMNETOS ELETRONICOS LTDA	1	10	5,00	330,0000	1.650,0000
REFRIGERAR COMERCIO DE CLIMATIZADORES LTDA	1	22	5,00	2.500,0000	12.500,0000

Total dos Proponentes	
Nome da Proponente	Total
B. DANIEL INFORMATICA	2.375,00
BELINKI E SOUZA LTDA ME	150,00
COMPUTECH INFORMATICA LTDA - ME	14.450,00
GESUL COMERCIAL EIRELI	16.829,50
GF EQUIPAMNETOS ELETRONICOS LTDA	1.650,00
J U V COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA EIRELI	92.319,90
MB CATARINENSE EIRELI	15.125,00
POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA EPP	16.354,00
REFRIGERAR COMERCIO DE CLIMATIZADORES LTDA	12.500,00

II - DETERMINAR que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da (s) referida (s) licitante (s).

Campo Erê – SC, Segunda-Feira, 03 de agosto de 2020

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 27/2020

Publicação Nº 2594407

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 562/2020
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2020
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
EXTRATO DE EDITAL

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, SC, representado pela Gestora Sra. ELIZANDRA DA SILVAS, TORNA PÚBLICO que até às 08:30 horas do dia 20 de agosto de 2020, o Pregoeiro Oficial do Município, estará recebendo as propostas dos interessados no objeto do Processo Licitatório nº 562/2020 na modalidade de Pregão Presencial Nº 27/2020, tipo menor Menor preço - Unitário para a AQUISIÇÃO DE PASSAGENS TERRESTRES E/OU VIAGENS, PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, conforme especificado neste Edital . Fundamentado na Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002, suas alterações, Decreto Municipal 703/2015, LC 147/2014, e demais normas pertinentes. Demais informações, serão fornecidas pelo Departamento de Licitações, localizado no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 1º de Maio, 736, em Campo Erê, Estado de Santa Catarina, de segunda a sexta-feira no horário das 7h30 às 11h30 e das 13h15 às 17h15 e no e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br - Campo Erê - SC, 31 de julho de 2020. Odenir Maffissoni – Pregoeiro Oficial /ELIZANDRA DA SILVA – Gestora do FMS.

PREGÃO PRESENCIAL 28/2020

Publicação Nº 2596953

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 577/2020
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2020
EXTRATO DE EDITAL

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, SC, representado pela Gestora Sra. ELIZANDRA DA SILVA, TORNA PÚBLICO que até às 08:30 horas do dia 25 de agosto de 2020, o Pregoeiro Oficial do Município, estará recebendo as propostas dos interessados no objeto do Processo Licitatório nº 577/2020 na modalidade de Pregão Presencial Nº 28/2020, tipo menor preço por lote para a AQUISIÇÃO DE VIDROS, CALHAS E TOLDOS PARA MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ – SC, conforme especificado neste Edital . Fundamentado na Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002, suas alterações, Decreto Municipal 703/2015, LC 147/2014, e demais normas pertinentes. Demais informações, serão fornecidas pelo Departamento de Licitações, localizado no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 1º de Maio, 736, em Campo Erê, Estado de Santa Catarina, de segunda a sexta-feira no horário das 7h30 às 11h30 e das 13h15 às 17h15 e no e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br - Campo Erê - SC, 07 de agosto de 2020. Odenir Maffissoni – Pregoeiro Oficial /ELIZANDRA DA SILVA – Gestora do FMS.

TOMADA DE PREÇOS 07/2020

Publicação Nº 2594456

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 555/2020
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2020
EXTRATO DE EDITAL

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, Estado de Santa Catarina, representado pela sua Gestora, Sra. Elizandra da Silva, TORNA PÚBLICO que até às 08:30 horas do dia 02 de setembro de 2020, o Presidente da comissão de licitação, estará recebendo as propostas dos interessados no objeto do Processo Licitatório nº 550/2020 na modalidade de Tomada de Preços Nº 07/2020, do tipo MENOR PREÇO, sob o regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE REFORMA E PINTURA DO POSTO DE SAÚDE CENTRAL. Conforme especificado neste Edital. Fundamentado na Lei 8.666/93, suas alterações, LC 123/2016, e demais normas pertinentes. Demais informações, serão fornecidas pelo Departamento de Licitações, localizado no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 1º de Maio, 736, em Campo Erê, Estado de Santa Catarina, de segunda a sexta-feira no horário das 07:30h às 11:30h e as 13h:15min a 17h:15 min. no e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br - Campo Erê - SC, 31 de julho de 2020. Odenir Maffissoni Presidente da CPL/ ELIZANDRA DA SILVA – Gestora FMS.

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PP 42/2020

Publicação N° 2595073

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE COMPRA N° 86/2020

PREGÃO PRESENCIAL N° 42/2020

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 20 de agosto de 2020 às 14h30min Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por Item, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE EPI'S (EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL) PARA ATENDER A DEMANDA DA DAS SECRETARIAS, FUNDOS E AUTARQUIAS MUNICIPAIS DE CAMPOS NOVOS - SC.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, no horário das 13h15min às 18h45min diariamente.

Campos Novos, 07 de agosto de 2020.

Canoinhas

PREFEITURA

DECRETO Nº 181/2020

Publicação Nº 2594983

DECRETO Nº. 181/2020

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com o Artigo 16 da Lei 6.475 de 20/12/2019 – LOA, resolve:

DECRETAR

Art. 1º- Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2020, o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
Unidade Gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas
Unidade Orçamentária 10001: Secretaria Munic. de Meio Ambiente
Função 18: Gestão Ambiental
Subfunção 541: Preservação e Conservação Ambiental
Programa 14: Meio Ambiente Sustentável
Ação 2.20 – Manutenção da Sec Mun de Meio Ambiente
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas30.000,00
Recursos 30000 – Recursos Ordinários - Superávit

Art. 2º - Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º deste decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a acrescer no Plano Plurianual 2018-2021 (Lei 6.147/2017) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2020 (Lei nº. 6.474/2019) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2020 (Lei nº. 6.475/2019) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2019, conforme cancelamento de restos a pagar e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

10000/30000	Recursos Ordinários / Superávit	30.000,00*
TOTAL		30.000,00

Fonte: SMAFO/2020

*Valor atinente ao cancelamento de restos a pagar do exercício de 2019, conforme fontes de recursos (10000 e 30000).

Art. 3º- Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2020, no valor de R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
Unidade Gestora 04: Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas
Unidade orçamentária 18001: Fundo Municipal de Assistência Social
Função 08: Assistência Social
Subfunção 244: Assistência Comunitária
Programa 10: Assistência Social Responsável
Ação 2.131 – Ações de Alta Complexidade - Abrigos
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 125.000,00
Recurso 10000 – Recursos Ordinários

Art. 4º - Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 3º deste decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2018-2021 (Lei 6.147/2017) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2020 (Lei nº. 6.474/2019) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2020 (Lei nº. 6.475/2019) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais), com as seguintes classificações institucionais:

I)
Unidade Gestora 04: Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas
Unidade orçamentária 18001: Fundo Municipal de Assistência Social
Função 08: Assistência Social
Subfunção 244: Assistência Comunitária

Programa 10: Assistência Social Responsável
Ação 2.131 – Ações de Alta Complexidade - Abrigos
3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 50.000,00
Recurso 10000 – Recursos Ordinários

II)

Unidade Gestora 04: Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas
Unidade orçamentária 18001: Fundo Municipal de Assistência Social
Função 08: Assistência Social
Subfunção 244: Assistência Comunitária
Programa 10: Assistência Social Responsável
Ação 2.131 – Ações de Alta Complexidade - Abrigos
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 75.000,00
Recurso 10000 – Recursos Ordinários

Art. 5º – As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 6º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º – Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 06 de agosto de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 06/08/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº. 48/2020 CONVOCA CANDIDATO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO PREVISTO NO EDITAL Nº 003/SMS/2020

Publicação Nº 2594749

EDITAL Nº. 48/2020
CONVOCA CANDIDATO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO PREVISTO NO EDITAL Nº 003/SMS/2020

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo previsto no Edital nº 003/SMS/2020.

Considerando a necessidade de convocação de candidato aprovado para preencher o cargo de Enfermeiro.

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II e IX, da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para contratação temporária, o (a) candidato (a) JESSICA ALMIRA DE SOUZA SANTOS, aprovado (a) no Processo Seletivo previsto no Edital nº. 003/SMS/2020, a comparecer no Departamento Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 15 (quinze) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir, destinados à deflagração do processo pré-admissional e posterior, caso preenchidos todos quesitos, encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (ORIGINAL E CÓPIA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (ORIGINAL E CÓPIA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (ORIGINAL E CÓPIA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (ORIGINAL E CÓPIA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;

o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);

p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;

2. O não comparecimento do (a) candidato (a) ora convocado (a) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda, a não apresentação de todos os originais e cópias dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

3. Fica o (a) candidato (a) convocado (a) para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento de Pessoal.

3.1. O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Processo Seletivo o (a) candidato (a) que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O (a) candidato (a), convocado (a) por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o (a) candidato (a) com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 07 de agosto de 2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 1020/2020

Publicação Nº 2594562

PORTARIA Nº. 1020/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e artigo 78 da LC 070/2019, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde a CAROLINE LEITE, efetiva no cargo de Técnico de Enfermagem, junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 03/08/2020 a 02/10/2020, conforme Memorando nº 13.184/SMAFO/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de agosto de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 04/08/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 1028/2020

Publicação Nº 2594921

PORTARIA Nº. 1028/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias ao servidor ANTONIO CARLOS PADEVSKI, efetivo no cargo de Servente Masculino, junto a Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, referente ao período aquisitivo de 2018/2019, a desfrutar no período de

14/09/2020 a 13/10/2020, conforme Memorando nº 13.238/SMODU/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de agosto de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 06/08/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 1031/2020

Publicação Nº 2594973

PORTARIA Nº. 1031/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de Férias a servidora CAROLINE SANTINA MENDES, que exerce o cargo de Monitor - PETI, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 2019/2020, a desfrutar no período de 17/08/2020 a 31/08/2020, conforme Memorando nº 13.150/SEMAS/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de agosto de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 06/08/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 1032/2020

Publicação Nº 2594970

PORTARIA Nº. 1032/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 80 da LC nº 070/2019, resolve:

PRORROGAR AUXÍLIO DOENÇA

Art. 1º - Fica prorrogado o Auxílio Doença do servidor LUIS SERGIO MACHADO, efetivo no cargo de Motorista de Ônibus, junto à Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 02/08/2020 a 01/10/2020, conforme Memorando nº 13.471/SMAFO/2020 e atestado médico.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de agosto de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 06/08/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 1033/2020

Publicação Nº 2594976

PORTARIA Nº. 1033/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido ALEXANDRA DA ROCHA, que exerce o cargo de Enfermeiro, junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 07/08/2020, conforme Memorando nº 13.496/SMAFO/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de agosto de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 06/08/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 1034/2020

Publicação Nº 2595000

PORTARIA Nº. 1034/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

REVOGAR

Art. 1º - Fica revogado o inteiro teor da Portaria nº 1013/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de agosto de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 07/08/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 1035/2020

Publicação Nº 2595005

PORTARIA Nº. 1035/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

DELEGAR

Art. 1º - Fica Delegado ao servidor ADELMO DE CARVALHO, efetivo no cargo de Motorista, poderes para assinatura e conferência de compras, pontos, férias e diárias do Setor de Transportes da Saúde, a partir de Agosto/2020, conforme Memorando nº 13.232/SMS/2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de agosto de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 07/08/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 1036/2020

Publicação Nº 2595006

PORTARIA Nº. 1036/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e artigo 78 da LC 070/2019, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde a CLEONICE PEREIRA, efetiva no cargo de Monitor, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 23/07/2020 a 01/11/2020, conforme Memorando nº 13.527/SMAFO/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de agosto de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 07/08/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 1037/2020

Publicação Nº 2595007

PORTARIA Nº. 1037/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias a servidora KARINA DE CASSIA KOHLER WENDT, efetivo no cargo de Agente Administrativo, junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2017/2018, a desfrutar no período de 17/08/2020 a 26/08/2020, conforme Memorando nº 13.464/SEA/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de agosto de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 07/08/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 1038/2020

Publicação Nº 2595008

PORTARIA Nº. 1038/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 25 (vinte e cinco) dias de Férias a servidora CAMILA FRANCINE TODT LISKOSKI, efetiva no cargo de Auxiliar de Odontólogo, junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2016/2017, onde se extraiu 10 dias e 2018/2019 onde se extraiu 15 dias, a desfrutar no período de 01/09/2020 a 25/09/2020, conforme Memorando nº 13.225/SMS/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de agosto de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 07/08/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PUBLICAÇÃO DA ATA DE ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA RDC 01/2020

Publicação Nº 2595039

ATA DA REUNIÃO RELATIVA AO PROCESSO LICITATÓRIO, MODALIDADE REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO Nº PMC 01/2020, QUE TEM POR OBJETO EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, RECURSO FINISA, DAS RUAS FREI MENANDRO KAMPS, JÚLIO BUDANT NETO TRECHO 1, JÚLIO BUDANT NETO TRECHO 2, FREDERICO KOHLER TRECHO 1, FREDERICO KOHLER TRECHO 2 E ANTÔNIO LILLER, JOÃO WATZKO, PORFÍRIO ALVES, VER. JOÃO ALEXANDRINA, FERES JOÃO SFAIR, DEODATO DE LIMA II, PAULO WEISE, ALVINO VOIGT, HENRIQUE ZUGMANN, GUILHERME GONCHOROVSKI - T2B, BENTO DE LIMA, ALOIS STUEBER T1, ALOIS STUEBER T2, CALÇADÃO RUA PAULA PEREIRA E CALÇADÃO RUA VIDAL RAMOS, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO EM ANEXO.

No 07 (sete) dia do mês de agosto do ano de 2020, às 09h15min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Adilson Fernando Ribeiro, Sr. Roberto Ivan Ludka, Sr. José Carlos Herbst e a Sra. Andreia Fontana Kauva, nomeados pela Portaria nº 1025/2020, sob a Presidência do primeiro, a fim de receber os invólucros de documentação e das propostas relativas ao certame conforme previsto no Edital correspondente. Abertos os trabalhos verificou-se a participação das empresas PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, representada pelo Sr. Thiago Paul, ENGEMASS ENG. E CONSTRUÇÃO EIRELI, representada pela Sra. Estela Cristina Lammel, PRADO E PRADO LTDA - EPP, representada pela Sra. Ca mila Marques dos Anjos, e CONSTRUTORA FORTUNATO LTDA, sem representante presente. Primeiramente foram verificados todos os protocolos a fim de ser verificado o cumprimento do horário limite. O CNPJ das empresas participantes foram consultados no Portal da Transparência, onde foi constatado que as empresas participantes não constam como inidôneas no referido Portal. Dando continuidade aos trabalhos, foram abertos os envelopes contendo as propostas das empresas participantes, as quais foram analisadas e rubricadas pela Comissão de Licitação e representantes presentes. Após abertos os envelopes de propostas, a comissão de licitação identificou que a empresa CONSTRUTORA FORTUNATO LTDA deixou de apresentar declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências previstas no edital, indo contra o item 5.8 do edital e artigo 16 do decreto 7.581/11, que regulamenta os procedimentos de Regime Diferenciado de Contratação, o que motivou a desclassificação de sua proposta. A empresa PRADO E PRADO LTDA comprovou estar enquadrada com benefícios de ME/EPP e, por este motivo, participa com os benefícios garantidos pela Lei Complementar 123/2006. Após análise das propostas, a comissão julgou classificadas e assim distribuídas as propostas com valor global de execução: em 1º lugar a empresa , PRADO E PRADO LTDA com o valor de R\$ R\$ 11.371.362,00 , em 2º lugar a empresa ENGEMASS ENG. E CONSTRUÇÃO EIRELI , com o valor de R\$ 12.814.090,15, em 3º lugar a empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, com o valor de R\$ 13.395.220,04, e desclassificada a empresa CONSTRUTORA FORTUNATO LTDA, pelo motivo citado acima. A Comissão de licitação passou então para a abertura do envelope contendo a documentação da empresa melhor colocada, qual seja, empresa PRADO E PRADO LTDA. Os documentos foram analisados e rubricados pela comissão de licitação e representantes presentes. Por atender todas as exigências do edital, a empresa PRADO E PRADO LTDA foi considerada HABILITADA no certame. Diante disto, a comissão de declarou vencedora do certame a empresa PRADO E PRADO LTDA, com o valor global de R\$ 11.371.362,00. A Comissão de Licitação abre o prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da publicação desta ata, para interposição de possíveis recursos quanto ao julgamento de habilitação e proposta. O envelope maior contendo os envelopes de documentação das empresas participantes ficará acondicionado no cofre da Prefeitura, lacrado, para eventuais diligências posteriores. Os valores estipulados para a contratação serão disponibilizados no site da prefeitura para eventuais questionamentos em fase de recurso. A comissão de licitação encerrou os trabalhos, nada mais havendo a tratar, a presente ata vai assinada pela Comissão de Licitação e representantes presentes.

Adilson Fernando Ribeiro
Presidente

Andreia Fontana Kauva
Secretário

José Carlos Herbst
Membro

Roberto Ivan Ludka
Membro

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA ENGEMASS ENG. E CONSTRUÇÃO EIRELI PRADO E PRADO LTDA - EPP

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO N°. FUNR 07/2020 (ELETRÔNICO)

Publicação N° 2594674

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

FUNREBOMPM DE CANOINHAS

EDITAL DE PREGÃO N.º FUNR. 07/2020 (ELETRÔNICO)

O FUNREBOMPM de Canoinhas-SC, CNPJ 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 24/08/2020, às 14h00min, licitação para AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO AUTO TANQUE (AT) PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DE EQUIPAGEM DO QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE CANOINHAS-SC. Recebimento de propostas até às 13h00min do dia 24/08/2020, no endereço eletrônico www.bll.org.br. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site: www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos

Prefeito/ Presidente do Fundo

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PMC 77.2020 (ELETRÔNICO)

Publicação Nº 2595167



Prefeitura Municipal de Canoinhas

Rua Felipe Schmidt, 10 - Centro - 89.460-000 - Canoinhas/ SC
 CNPJ: 83.102.384/0001-80 Fone: (47) 3621-7700
<https://www.pmmc.sc.gov.br>

Usuário: Maurício Afonso
 Chave de Autenticação Digital
 1888-1393-562
 Página
 1 / 1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Licitação: PE77/2020 **Modalidade:** Pregão **Julgamento:** Por Item **Registro de preço:** Sim **Controla quantidade:** Sim
Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA A AQUISIÇÃO DE TINTAS E SOLVENTES PARA PINTURA VIÁRIA E DE CONES FLEXÍVEIS GRANDES E PEQUENOS, PARA SINALIZAÇÃO VIÁRIA.

Fornecedor: 2399 - COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		CPF/CNPJ: 12.674.048/0001-64		Valor total (R\$):		3.148,50
Data	Item	Material/Serviço/Denominação	Un. Medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
06/08/2020	5	65191 - CONE PEQUENO Marca: PLASTICOR	UNIDADE	150,00000	20,99000	3.148,50
Fornecedor: 12173 - COMPENSADOS SCHROEDER EIRELI		CPF/CNPJ: 21.457.714/0001-01		Valor total (R\$):		8.835,00
06/08/2020	4	16005 - CONE GRANDE Marca: PLASTICOR	UNIDADE	150,00000	58,90000	8.835,00
Fornecedor: 12375 - ROSALEN FABRICACAO DE TINTAS E QUIMICOS EM GERAL LTDA		CPF/CNPJ: 24.531.333/0001-05		Valor total (R\$):		212.960,00
06/08/2020	1	27286 - GALOES DE TINTA BRANCA PARA DEMARCAÇÃO VIARIA Marca: PROPRIA	UNIDADE	800,00000	133,10000	106.480,00
06/08/2020	2	27284 - GALOES DE TINTA AMARELA PARA DEMARCAÇÃO VIARIA Marca: PROPRIA	UNIDADE	800,00000	133,10000	106.480,00
Fornecedor: 12376 - VIA PARANA INDUSTRIA E COMERCIO DE TINTAS EIRELI		CPF/CNPJ: 34.216.708/0001-04		Valor total (R\$):		22.020,00
06/08/2020	3	53745 - SOLVENTE PARA DILUIÇÃO DE TINTA A BASE DE METIL METACRILATO Marca: MANORT	GALÃO	200,00000	110,10000	22.020,00

Total de licitações adjudicadas: 1

Total Geral Adjudicado (R\$): 246.963,50

Winston Beyersdorff Lucchiarri
 Assessor Jurídico

Gilberto dos Passos
 Prefeito

Capinzal

PREFEITURA

DECRETO Nº 114, DE 07 DE AGOSTO DE 2020 - SUSPENSÃO TRANSPORTE COLETIVO URBANO

Publicação Nº 2594543

DECRETO Nº 114, DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

"Suspende o Transporte Público Coletivo Urbano no Município de Capinzal."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o disposto na Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que "dispõe sobre as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO, ainda, a Portaria nº 356, de 11 de Março de 2020, do Ministério da Saúde, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) no Brasil;

CONSIDERANDO, as medidas recomendadas pela Organização Mundial de Saúde, taxa de ocupação dos leitos hospitalares, acompanhamento de contágio causado pela pandemia na macrorregião e o número de infectados nos municípios.

DECRETA:

Art. 1º Para o enfrentamento da emergência de saúde pública no plano local frente à pandemia decorrente do Coronavírus fica SUSPENSA, no âmbito do Município de Capinzal, a circulação de veículos de Transporte Coletivo Público Urbano Municipal, no período de 10 de agosto de 2020 a 16 de agosto de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir do dia 10 de agosto de 2020.

Capinzal - SC, 07 de julho de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito de Capinzal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES
Secretário da Administração e Finanças

DECRETO Nº 115, DE 07 DE AGOSTO DE 2020 - REESTABELECE HORÁRIO NORMAL DE FUNCIONAMENTO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS

Publicação Nº 2594848

DECRETO Nº 115, DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

Reestabelece horário normal de funcionamento nas Repartições Públicas Municipais, na forma que especifica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, usando da atribuição privativa que lhe confere o art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica reestabelecido o horário normal de funcionamento em todas as repartições públicas municipais a partir do dia 10 de agosto de 2020, sendo das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, devendo ser garantida a circulação de ar externo nos prédios municipais, preferencialmente mantendo-se as janelas abertas e sem a utilização de aparelhos de ar condicionados.

Parágrafo Único. Os Servidores deverão intensificar os protocolos de higiene, higienizando as mãos com álcool em gel 70% (setenta por cento), utilizando máscaras, mantendo o distanciamento controlado e seguir as demais orientações das autoridades de Saúde pública.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se o Decreto nº 96, de 03 de julho de 2020.

Capinzal - SC, 07 de agosto de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES
Secretário da Administração e Finanças

DECRETO Nº 116, DE 07 DE AGOSTO DE 2020 - NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO PROJETO DE LEI DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA

Publicação Nº 2594748

DECRETO Nº 116, DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

Dispõe sobre nomeação dos Membros da Comissão para acompanhamento e deliberações a respeito do Projeto de Lei do Sistema Municipal de Cultura.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, e

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os Membros abaixo descritos para compor a Comissão que acompanhará e deliberará sobre o Projeto de Lei do Sistema Municipal de Cultura.

Parágrafo Único. O período de atividades desta Comissão iniciará na data de validade deste Decreto e findará com a sanção e promulgação do referido Projeto de Lei pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

I - Representantes do Poder Executivo Municipal:

- a. Veranice Maria Lovatel
- b. Tatiane Olívia Riffel da Costa
- c. Juliano do Prado
- d. Gisela Nara Martins
- e. Leandro Jacó Pazza

II – Representantes da sociedade civil:

- a. Patrícia Diane Weber
- b. Acácio Antunes
- c. Delci Macagnan
- d. Gabriela Conceição Soccol
- e. Fabiane Zambão

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal - SC, em 07 de agosto de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES
Secretário da Administração e Finanças

DECRETO Nº 117, DE 07 DE AGOSTO DE 2020 INSTITUI COMISSÃO INTERSETORIAL DE CULTURA

Publicação Nº 2594752

DECRETO Nº 117, DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

Institui Comissão Intersetorial de Cultura, para definição de critérios de destinação e operacionalização de recursos financeiros oriundos da Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o estado de pandemia definido pela Organização Mundial de Saúde pelo Coronavírus (Covid-19);

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, a qual "Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus responsável pelo surto de 2019";

CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020 (expedida pelo Ministro de Estado da Saúde), a qual "Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019 - COVID-19)";

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 630, de 1º de junho de 2020, IV – que proíbe, até 5 de julho de 2020, as atividades em cinemas, teatros, casas noturnas, museus, parques temáticos, bem como a realização de eventos, shows e espetáculos que acarretam reunião de público;

CONSIDERANDO a Disposição de ações preventivas de enfrentamento ao Coronavírus (COVID-19) pelo Município Capinzal, por meio do Decreto nº 27 de 18 de março de 2020 com suspensão de eventos e reuniões de qualquer natureza, de caráter público ou privado, incluídas excursões, cursos presenciais, missas e cultos religiosos.

CONSIDERANDO a urgência de apoio financeiro aos agentes e espaços culturais que permanecem impedidos de continuarem suas atividades.

CONSIDERANDO Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, que dispõe sobre recursos emergenciais de Incentivo à Cultura, que destinará um total de R\$ 173.837,52 ao município de Capinzal com fins a subsidiar espaços artísticos e culturais, micro e pequenas empresas culturais, cooperativas, que tiveram diminuição de renda por força do distanciamento social; Editais, chamadas públicas, prêmios, aquisições de bens e serviços do setor cultural, produções audiovisuais, de manifestações culturais, bem como a realização de atividades artísticas e culturais presenciais ou transmitidas pela internet; espaços culturais.

RESOLVE:

Art. 1º Criar a Comissão Intersetorial de Cultura (CIC), composta por representantes dos seguintes órgãos:

I – 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação - representada por Gisela Nara Martins

II - 1 (um) representante da Secretaria Municipal Assistência Social - representada por Samara Leorato Cordeiro;

III- 1(um) representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Turismo, representada por Leandro Jacó Pazza;

IV - 1(um) representante do Departamento de Cultura, representado por Tatiane Olívia Riffel da Costa;

V - 1(um) representante do âmbito musical, representado pelo professor de Música Carlos Aberto da Silva;

VI - 1(um) representante do âmbito dança, representado pelo professor de dança Juliano do Prado;

VII -1(um) representante do âmbito das Artes visuais, representado pela professora Fabiane Zambão;

VIII - 1(um) representante de Comunicação e Mídias, representado pelo radialista Marlo Matielo;

IX- 4 (quatro) representantes da sociedade civil, representada por Tânia Mara Pereira Ramos, Juçara Bertola, Shirlon Pizzamiglio, Nair Basei, Lilian Dorini.

§1º A CIC (Comissão Intersetorial de Cultura) tem a incumbência de definir critérios de destinação e operacionalização dos recursos oriundos da Lei Emergencial de Incentivo à Cultura, lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020.

§2º A CIC (Comissão Intersetorial de Cultura) destitui-se automaticamente e imediatamente, após ato legal das autoridades políticas e sanitárias, para o retorno das atividades culturais.

Art. 2º Casos não mencionados neste decreto e que por ventura venham a surgir, serão levados à apreciação da Comissão, que fará as deliberações necessárias, dentro da legalidade.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal - SC, em 07 de agosto de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES
Secretário da Administração e Finanças

DECRETO Nº 118, DE 07 DE AGOSTO DE 2020 - REESTABELECE DATAS DE REALIZAÇÕES DE MISSAS E CULTOS

Publicação Nº 2594847

DECRETO Nº 118, DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

“Dispõe sobre a realização de missas e cultos presenciais no âmbito do município de Capinzal – SC.”

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, e;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o texto do artigo 2º do Decreto nº 111, de 29 de julho de 2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Ficam suspensas a contar da 00h00min do dia 08 de agosto de 2020 a realização de missas e cultos religiosos presenciais, exceto aos sábados e domingos.”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da 0hs00 do dia 08 de agosto de 2020.

Capinzal, SC, em 07 de agosto de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES
Secretário da Administração e Finanças

DISPENSA DE LICITAÇÃO 0033/2020

Publicação Nº 2594418



Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE CAPINZAL**Secretaria da Administração e Finanças****Diretoria de Compras e Licitações****EDITAL****Processo Licitatório Nº 0097/2020
Dispensa de Licitação Nº 0033/2020**

LEANDRO JACÓ PAZA, Secretário de Desenvolvimento Econômico, do Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o inciso abaixo citados do art. 24 da Lei Nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo Licitatório nº 0097/2020 conforme segue:

1. DO OBJETO

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Engenharia e Arquitetura para elaboração do "Projeto Decorativo de Natal 2020", Com Recursos Próprios.

2. DA JUSTIFICATIVA

O **MUNICÍPIO DE CAPINZAL**, através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, representada por seu Secretário Leandro Jacó Paza, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento no inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/93, torna público o Procedimento de Dispensa de Licitação, segundo as considerações e termos que seguem:

CONSIDERANDO a Lei de Licitações em seu artigo 24, inciso II, prevê a dispensa de licitação, conforme depreende-se do permissivo legal abaixo transcrito:

"Lei 8666/93, alterada pela Lei 8883/94:

Art. 24. É dispensável a Licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;"

Considerando que, buscamos através desta contratação a elaboração de um projeto de decoração e iluminação natalina para o município de Capinzal, com objetivo de decorar e iluminar as áreas centrais da nossa cidade com temas voltados para o Natal de forma contemporânea, bem como proporcionar a comunidade um clima de espírito natalino.

Considerando que, foram efetuadas diligências para verificar os preços de mercado para tal serviço, (03 (três) cotações de preços, conforme cópias anexas) e, verificou-se pelo baixo valor e necessidade de contratação que essa seria a melhor opção de contratação.

Assim, há amparo legal para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Engenharia e Arquitetura para elaboração do Projeto Elétrico Decorativo para Iluminação Natalina, Situação, Locação de Iluminação de Natal e detalhamento, tendo em vista que o valor orçado não ultrapassa o limite estabelecido por Lei.

Por fim, não restam dúvidas que a escolha adequada a atender o interesse público é da empresa Ambience Arquitetura e Engenharia Ltda. ME – inscrita no CNPJ sob o n. 13.443.623/0001-80, que cotou o



Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE CAPINZAL**Secretaria da Administração e Finanças****Diretoria de Compras e Licitações**

menor valor R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais) dos serviços a serem contratados através do Processo Licitatório, Modalidade Dispensa de Licitação, e a empresa apresentou as Certidões Negativas Municipais, Estaduais e Federais, anexas.

3. DO FUNDAMENTO LEGAL

A presente contratação encontra respaldo no inciso I, do art. 24, da Lei n. 8.666/93, e alterações posteriores, que dispõe o seguinte:

Art. 24. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez".

4. RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

Efetuada a pesquisa de preços junto aos profissionais do ramo do objeto, conforme definido no item n. 1, e analisadas as propostas ofertadas, a AMBIENCE ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o n. 13.443.623/0001-80, com endereço no Acesso Cidade Alta n. 95, Bairro São Cristóvão, no Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, foi selecionada para execução do objeto, uma vez que apresentou o menor preço com relação às demais. Ainda, a contratada está em dia com sua regularidade fiscal, conforme documentação anexa.

5. DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

No que se refere à justificativa do preço, foi devidamente precedido de cotação de preços, em consonância com o art. 40, §2º, inciso II, c/c art. 26, parágrafo único, inciso III, ambos da Lei n. 8.666/93, considerando-se assim, o valor de mercado regional e compatível para a prestação dos serviços.

A empresa acima qualificada apresentou a proposta mais vantajosa, com preço compatível com o de mercado, estando, inclusive, abaixo dos demais apresentados, razão pela qual se justifica sua escolha, conforme tabela abaixo:

Item	Qtidade	Unid.	Especificação	Preço Unit.	Preço Total
1	1,00	UN	Elaboração de Projeto Elétrico Decorativo de Natal, com: <ul style="list-style-type: none">• Projeto Elétrico aprovado em órgãos competentes;• Projeto Decorativo para Iluminação Natalina, Situação, Locação de Iluminação e detalhamento;• Memorial Descritivo dos serviços propostos, contemplando características fundamentais das instalações;• ART - Anotação de Responsabilidade Técnica;• Plotagem, Impressão e encadernação em duas vias do Projeto Elétrico (cópias coloridas);	6.500,00	6.500,00



Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE CAPINZAL**Secretaria da Administração e Finanças****Diretoria de Compras e Licitações**

			• Elaboração de Orçamento e Cronograma Físico e Financeiro, apresentando a lista e as especificações dos materiais.		
				TOTAL	6.500,00

6. DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA

As despesas decorrentes da presente dispensa de licitação, correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Rubrica orçamentária:

REDUZIDO: 245

ÓRGÃO: 17 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico

PROJETO/ATIVIDADE: 2.094 – Promoção de Feiras e eventos

ELEMENTO DESPESA: 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

O presente Edital de Licitação é assegurado pela regularidade, de acordo com o Parecer da Assessoria Jurídica deste Município N° 200/2020 emitido no dia 05/08/2020.

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal-SC, 05 de agosto de 2020.

LEANDRO JACÓ PAZA
Secretário de Desenvolvimento Econômico
Município de Capinzal

PMC CONTRATO 0127/2020

Publicação N° 2594780

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
<hr/>		
Contrato Nº.: 0127/2020		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada...: AMBIENCE ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA - ME		
Valor.....: 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais)		
Vigência.....: Início: 07/08/2020 Término: 31/12/2020		
Licitação.....: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 32/2020		
Processo_Licitatório.....: 00096 / 2020		
Recursos.....: Dotação:		
Objeto.....: Contratação de empresa especializada para o desenvolvimento de projeto de Engenharia Eletricista: "Projeto Elétrico de Entrada de Energia para a Creche Municipal, no Loteamento Verdes Campos". Com Recursos Próprios		
Capinzal, 7 de Agosto de 2020		

PMC CONTRATO 0128/2020

Publicação N° 2594776

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
Contrato N°.: 0128/2020		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada...: AMBIENCE ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA - ME		
Valor.....: 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais)		
Vigência.....: Início: 07/08/2020 Término: 31/12/2020		
Licitação.....: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços N°.: 33/2020		
Processo_Licitatório.....: 00097 / 2020		
Recursos.....: Dotação:		
Objeto.....: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Engenharia e Arquitetura para elaboração do "Projeto Decorativo de Natal 2020". Com Recursos Próprios		
Capinzal, 7 de Agosto de 2020		

PMC TA 002-2020 C0014

Publicação Nº 2594784

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº.....: TA 002/2020 C14 - Contrato Nº: 0014/2020
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
Contratada....: ENIO DELAZERI EIRELI
Valor.....: 0,00 (zero)
Vigência.....: Início: 07/08/2020 Término: 28/01/2021
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0099/2019
Processo Licitatório.....: 0197/2019
Objeto.....: O objeto do presente Termo Aditivo é a REVISÃO DE VALORES, visando o equilíbrio econômico financeiro, nos termos da lei 8.666/93, considerando a porcentagem de variação dos preços dos produtos, alterando o valor dos seguintes Itens do Contrato, da seguinte forma:

Item	Especificação	Marca	Preço Unitário ATUALIZADO - R\$
17	Arroz parboilizado, tipo 1, longo fino constituídos de grãos inteiros isento de sujidades, materiais estranhos e mofo, safra corrente e procedência nacional, embalagem plástica atóxica limpa não violados, resistentes que garantam a integridade do produto até o momento do consumo, com até 05 Kg, fardos com 30 kg, A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar data de fabricação recente e validade mínima de 03 (três) meses a partir da data de entrega na unidade.	safrá	14,74
77	Fermento biológico seco, granulado, instantâneo, embalado a vácuo, validade mínima de 120 dias no momento da entrega. Embalagem rotulada de 125 gramas.	pakimaya	4,69
93	Macarrão com ovos, tipo Parafuso. Fabricado a partir de matérias primas são e limpas isentas de matérias terrosas, parasitas e larvas, não podendo estar fermentadas ou rançosas. A embalagem não poderá haver mistura de outros tipos de macarrão. Com rendimento mínimo após o cozimento de 2 vezes a mais do peso antes da cocção. Pacote com 500 gramas. Validade mínima de 180 dias no momento da entrega.	flor de lis	2,15
113	Óleo de soja refinado, 100 por cento natural. Embalagem com até 900ml, limpas, não amassadas, resistentes, que garantam a integridade do produto até o momento do consumo. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro. O produto deverá apresentar validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.	coamo	4,26

Capinzal, 07 de agosto de 2020,

Catanduvas

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.638/2020

Publicação Nº 2596541

DECRETO Nº 2.638/2020, DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

ALTERA O ART. 2º DO DECRETO Nº 2.635/2020, DE 31 DE JULHO DE 2020.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito de Catanduvas, no uso das atribuições legais que lhe conferem os incisos II e VIII, do artigo 103 da Lei Orgânica Municipal e, ainda,
DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado o artigo 2º do Decreto nº 2.635/2020, de 31 de julho de 2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º. No período de 14 (quatorze) dias, a contar de 31 de julho de 2020, missas e cultos religiosos presenciais poderão ser realizados apenas aos sábados e domingos.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de agosto de 2020.

Catanduvas, 07 de agosto de 2020.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA 9068/2020

Publicação Nº 2594642

PORTARIA P/9068/2020, de 27.07.2020

“Concede Gratificação de Incentivo a Qualificação a
GIZOMAR LUIZ GAZZONI”

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei Complementar nº 170/2019 de 10 de dezembro de 2019, cap. VI, art. 15-A, incisos I a IV,

RESOLVE

CONCEDER, gratificação de incentivo a qualificação atendendo pedido do (a) funcionário(a) GIZOMAR LUIZ GAZZONI com Efetividade, no Cargo de Fisioterapeuta Nível CE801-F, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde. Devido a conclusão de curso de pós-graduação em áreas afim ou relacionada a atribuição do cargo que a servidora ocupa.

Este ato tem seus efeitos a partir da data de 01 de agosto de 2020.

Catanduvas, 27 de julho de 2020.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: Portaria P/7855/19

PORTARIA 9069/2020

Publicação Nº 2594643

PORTARIA P/9069/2020, de 27.07.2020

“Concede Gratificação de Incentivo a Qualificação a
GABRIEL SPADER”

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei Complementar nº 170/2019 de 10 de dezembro de 2019, cap. VI, art. 15-A, incisos I a IV,

RESOLVE

CONCEDER, gratificação de incentivo a qualificação atendendo pedido do (a) funcionário(a) GABRIEL SPADER com Efetividade, no Cargo de

Fisioterapeuta Nível CE781-E, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde. Devido a conclusão de curso de pós-graduação em áreas afim ou relacionada a atribuição do cargo que a servidora ocupa.

Este ato tem seus efeitos a partir da data de 01 de agosto de 2020.

Catanduvas, 27 de julho de 2020.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: Portaria P/9014/2020

PORTARIA 9070/2020

Publicação Nº 2594644

PORTARIA Nº 9070/2020 DE 28 DE JULHO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AOS SERVIDORES EFETIVOS DA SECRETARIA DE SAÚDE QUE ESPECIFICA.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Catanduvas-SC, no uso das atribuições legais que lhe conferem os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO o Decreto nº 525, de 23 de março de 2020, por meio do qual o Governador do Estado de Santa Catarina declarou "situação de emergência em todo o território catarinense", para os fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, sendo decretada, sob regime de quarentena.

Considerando que existem servidores públicos que atuam na Secretaria de Saúde que não têm atividades a serem executadas em decorrência da paralisação de parte das atividades relacionadas ao atendimento ao público;

Considerando a necessidade de se tomar as medidas necessárias para que não se onere indevidamente os cofres públicos com o pagamento de salários a servidores sem atividades;

Considerando o artigo 206 da Lei Complementar 19/02 e Lei Complementar nº 175/2020 de 23 de abril de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder LICENÇA PRÊMIO, aos servidores públicos efetivos lotados na Secretaria de Secretária de Saúde, quais sejam:

Servidor	Período aquisitivo do direito à licença	Período de gozo	Total de Dias	Dias de gozo	Dias em haver
Aline Cristina Bonatto	04/04/2016 a 03/04/2020	28/07/2020 A 07/09/2020	72 dias	72 dias	0 dias

Art. 2º. Essa portaria tem seus efeitos a partir de 28 de julho de 2020.

Catanduvas, 28 de julho de 2020.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA 9073/2020

Publicação Nº 2594645

PORTARIA P/9073/2020 de 03.08.2020.

"Concede férias a servidores públicos municipais da Secretaria de Saúde"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Art. 78, da Lei Complementar nº 19/02 de 04 de janeiro de 2002;

RESOLVE

Conceder férias, aos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Saúde:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
MARILENE VIDETE CANALLI GUBIANI	01/03/2017 A 28/02/2018	06/08/2020 A 04/09/2020

Este ato tem efeito retroativo a 01 de agosto de 2020.

Catanduvas, 03 de agosto de 2020.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

PORTARIA 9074/2020

Publicação N° 2594646

PORTARIA P/9074/2020 de 03.08.2020.

"Concede férias a servidores públicos municipais da Secretaria de Assistência Social"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Art. 78, da Lei Complementar nº 19/02 de 04 de janeiro de 2002;

RESOLVE

Conceder férias, no período de 03 de agosto a 01 de setembro de 2020, aos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Assistência Social:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
Carmen Ap. Roman de Freitas	04/04/2019 a 03/04/2020	03/08/2020 a 01/09/2020
Gilmar Camuzzato	04/04/2019 a 03/04/2020	03/08/2020 a 17/08/2020 03/11/2020 a 17/11/2020
Sirvalina de Medeiros	03/08/2019 a 02/08/2020	02/05/2020 a 31/05/2020

Este ato tem efeito retroativo a 01 de agosto de 2020.

Catanduvas, 03 de agosto de 2020.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

PORTARIA 9075/2020

Publicação N° 2594648

PORTARIA P/9075/2020 de 03.08.2020.

"Concede férias a servidores públicos municipais da Secretaria de Infraestrutura Urbana"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Art. 78, da Lei Complementar nº 19/02 de 04 de janeiro de 2002;

RESOLVE

Conceder férias, no período de 03 de agosto de 2020 a 01 de setembro de 2020, aos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
Evaldo Orestes Guerreiro	06/02/2017 a 05/02/2018	03/08/2020 a 01/09/2020
Elisete Ap. Santos de Lima da Silva	02/04/2019 a 01/04/2020	07/08/2020 a 21/08/2020 Outros 15 dias a definir

Este ato tem efeito a partir do dia 03 de Agosto de 2020.

Catanduvas, 03 de agosto de 2020.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

PORTARIA 9076/2020

Publicação N° 2594650

PORTARIA P/9076/2020 de 03.08.2020.

"Concede férias a servidores públicos municipais da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto "

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Art. 78, da Lei Complementar nº 19/02 de 04 de janeiro de 2002;

RESOLVE

Conceder férias, no período de 03 de agosto de 2020 a 01 de setembro de 2020, aos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto:

NOME	PERIODO AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO
Marli Salete Novello	03/02/2018 a 01/02/2019	03/08/2020 a 01/09/2020
Juliana Medeiros	04/04/2019 a 03/04/2020	05/08/2020 a 03/09/2020

Este ato tem efeito a partir do dia 03 de agosto de 2020.

Catanduvas, 03 de agosto de 2020.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

PORTARIA 9079/2020

Publicação Nº 2594651

PORTARIA P/9079/2020 de 03.08.2020.

“Concede férias a servidores públicos municipais da Secretaria de Administração e Finanças”

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Art. 78, da Lei Complementar nº 19/02 de 04 de janeiro de 2002;

RESOLVE

Conceder férias, no período de 03 de agosto de 2020 a 01 de setembro de 2020, aos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Administração e Finanças:

NOME	PERIODO AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO
ALDA BRITTO DEPINE	16/02/2010 A 15/02/2011	03/08/2020 a 01/09/2020

Este ato tem efeito a partir de 03 de Agosto de 2020.

Catanduvas, 03 de agosto de 2020.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

PORTARIA 9081/2020

Publicação Nº 2594652

PORTARIA P/9081/2020, de 06.08.2020

“Concede Gratificação de Incentivo a Qualificação a TANIA APARECIDABARCARO PANEGALLI”

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei Complementar nº 170/2019 de 10 de dezembro de 2019, cap. VI, art. 15-A, incisos I a IV,

RESOLVE

CONCEDER, gratificação de incentivo a qualificação atendendo pedido do (a) funcionário(a) TANIA APARECIDABARCARO PANEGALLI, com Efetividade, no Cargo de Cuidador Infantil Nível CE16-C, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto. Devido a conclusão de curso de pós-graduação em áreas afim ou relacionada a atribuição do cargo que a servidora ocupa.

Este ato tem seus efeitos a partir da data de 01 de agosto de 2020.

Catanduvas, 06 de agosto de 2020.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: Portaria P/9059/2020

Caxambu do Sul

PREFEITURA

EDITAL 018/2020

Publicação N° 2595973

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 018/2020

O Prefeito do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber:

Considerando, que no processo seletivo promovido pelo município já foi chamado todos os classificados, devendo ser seguindo a lista dos interessados por ordem de classificação, para prestigiar o princípio da impessoalidade;

Considerando, que mesmo os candidatos que não restaram classificados, figuram em lista com ordem de desempenho;

Considerando, que fazer um novo processo seletivo importaria em mais gastos para a administração e na impossibilidade de contratação imediata dessa área;

Considerando, que a lista fornecida pela FEPESE (Organizadora da seleção) tem como identificar a ordem de classificação dos candidatos que fizeram a prova e também e reconhecida a entidade FEPESE, como idônea e responsáveis nas suas seleções;

Considerando, que o Prefeito após reunião com a 10ª Promotoria, ponderou sobre a economicidade em chama pela ordem de classificação os candidatos os candidatos que fizeram o processo seletivo 02/2019, resolve:

I. Fica CONVOCADO o candidato aprovado no Processo Seletivo nº 002/2019, para comparecer junto ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Caxambu do Sul, sito à Avenida Presidente Getúlio Vargas, nº 615, Centro, conforme se especifica a seguir:

CARGO: MOTORISTA			
Nº DE CLASSIFICAÇÃO	Nº DE INSCRIÇÃO	CARGA HORÁRIA	NOME
6º	274	40 HS SEMANAIS	ADELSON LUIZ DAHMER

II. Em caso de não comparecimento do candidato convocado no prazo de 10 (dez) dias a contar da data de publicação deste edital, este perderá o direito a vaga;

III. A contratação dar-se-á nas condições da Administração Municipal;

IV. Este edital de convocação entrará em vigor na data de sua publicação.

V. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Caxambu do Sul/SC, 07 de agosto de 2020.

GLAUBER BURTET
Prefeito

PORTARIA 088/2020

Publicação N° 2597039

PORTARIA N° 088/2020

"Concede férias antecipada ao servidor que especifica e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o art. 76, da Lei Complementar nº 001/2001, de 06 de dezembro de 2001 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

Considerando que a Organização Mundial de Saúde (OMS), no dia 11 de março do corrente ano, atribuiu à epidemia causada pelo novo CORONAVÍRUS (COVID-19) o status de pandemia;

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo CORONAVÍRUS (com público superior a cem pessoas);

Considerando a Portaria n. 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

Considerando o disposto na Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional de corrente do coronavírus;

Considerando o disposto no Prejulgado nº 1664 do TCE/SC;

Considerando que estudos recentes demonstram a eficácia das medidas de afastamento social precoce para contenção da disseminação da COVID-19;

Considerando as medidas administrativas adotadas neste Município, conforme orientação da FECAM e AMOSC, pelo Decreto nº 47/2020 e Lei nº 1.451, de 08 de maio de 2020, especialmente o art. 2º que dispõe " c) Férias Antecipadas, para servidores públicos que ainda não tenham cumprido o período aquisitivo".

RESOLVE:

Art.1º. Conceder trinta dias de férias antecipada no período de 10/08/2020 a 08/09/2020, ao(s) Servidor(es) Público(s) Municipal(is) abaixo relacionados:

	FÉRIAS		
	Servidor	Período Aquisitivo	
1	LEIVENDRA VASSOLER AMPEZZE	15/10/2019	14/10/2020

Art. 2º. As férias concedidas poderão ser suspensas, a qualquer tempo, por iniciativa do Poder Executivo Municipal, no interesse do serviço público ou em decorrência da revogação da situação de emergência.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Caxambu do Sul - SC, 10 de agosto de 2020.

GLAUBER BURTET
Prefeito

PROCESSO LICITATÓRIO N. 045/2020 - PREGÃO PRESENCIAL N. 018/2020 PCS

Publicação Nº 2595139

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2020 PCS

Objeto: Registro de preços para serviços de borracharia, de acordo com as especificações constantes no Anexo "A" deste Edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 19/08/2020.

Abertura: dia 19/08/2020, às 09:00 horas.

O Edital e Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul, localizada na Avenida Presidente Getúlio Vargas, 615, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:00 às 13:00 horas, ou pelo telefone (0**49) 3326-0127.

Caxambu do Sul - SC, em 07 de julho de 2020.

GLAUBER BURTET,
Prefeito Municipal.

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

DECRETO Nº. 096 DE 10.08.2020

Publicação Nº 2597032

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO Nº. 096 DE 10.08.2020

Estabelece normas complementares as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19), e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e, ainda,

CONSIDERANDO que em 03 de fevereiro de 2020, a Portaria nº 188 do Ministério da Saúde declarou Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV), estabelecendo-se o Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública (COE-nCoV) como mecanismo nacional da gestão coordenada da resposta à emergência no âmbito nacional;

CONSIDERANDO que no dia 06 de fevereiro de 2020, foi publicada a Lei nº 13.979 que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019 e que o artigo 3º da referida lei, prevê que para enfrentamento da emergência de saúde decorrente do coronavírus, as autoridades poderão adotar, no âmbito de suas competências, várias medidas, dentre outras, podendo ser imposta medida de quarentena, isolamento, estudo e investigação epidemiológica etc.;

CONSIDERANDO que o art. 23, inciso II, da Constituição Federal, determina a competência concorrente da União, Estados e Municípios para cuidar da saúde, bem como o art. 30, inciso I, da Constituição, que dispõe que é de competência dos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local;

CONSIDERANDO o art. 8º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que diz que as ações e serviços de saúde serão organizados de forma regionalizada e hierarquizada;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 630 de 01 de junho de 2020 que altera o Decreto nº 562, de 2020, que declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense;

CONSIDERANDO que conforme documento protocolado na AMAVI em 03 de agosto de 2020, a Comissão Intergestores Regional de Saúde do Alto Vale do Itajaí (CIR) abdicou do encargo de deliberar sobre as medidas sanitárias de restrição ou de liberação das atividades;

CONSIDERANDO as análises realizadas pelo Governo do Estado de Santa Catarina em relação à evolução da pandemia nas diferentes regiões do estado, combinadas com a disponibilidade de leitos e da atual estrutura de saúde existentes, na forma da Portaria SES nº 464, publicada em 03 de julho de 2020;

CONSIDERANDO que a matriz de Avaliação do Risco Potencial para COVID-19 disponibilizada pelo Governo do Estado de Santa Catarina (disponível em: <http://www.coronavirus.sc.gov.br/gestao-da-saude/>) visa orientar a regionalização e descentralização das ações relacionadas à contenção da pandemia;

CONSIDERANDO que a Região do Alto Vale do Itajaí, no dia 28 de julho de 2020, recebeu alerta de alteração do status de GRAVE (3) para GRAVÍSSIMO (4), mantendo-se o status na atualização da matriz de risco datada de 04 de agosto de 2020;

CONSIDERANDO que o momento atual demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença (COVID-19) em toda a Região do Alto Vale do Itajaí, objetivando impedir que seja necessária imposição de novo lockdown (fechamento total);

CONSIDERANDO a comprovação do aumento do número de casos na Região;

CONSIDERANDO a necessidade de implantação de mais leitos de UTI e a escassez de suprimentos hospitalares importantes;

CONSIDERANDO que as medidas de retomada das atividades sociais e econômicas que impactem diretamente em Municípios vizinhos devem considerar a situação mais atual do sistema de saúde da respectiva Região de Saúde, uma vez que a lógica assistencial e a rede hospitalar instalada visam assegurar o acesso universal e igualitário à população dos Municípios circunscritos naquela região, portanto, as medidas restritivas de prevenção devem ser adotadas uniformemente em toda a região;

CONSIDERANDO que os Municípios e as Regiões de Saúde devem adotar as medidas sanitárias para correção e controle dos efeitos

negativos sobre a curva de tendência de contaminação, conforme determinado na Portaria SES nº 464;

CONSIDERANDO que o § 8º do art. 3º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, determina que as medidas de enfrentamento ao coronavírus deverão resguardar o exercício e o funcionamento de serviços públicos e atividades essenciais;

CONSIDERANDO que o § 2º do art. 1º da Lei Estadual nº 17.974, de 30 de julho de 2020 prevê que "as restrições ao direito de funcionamento de restaurantes, lanchonetes, padarias e similares pelo Poder Público, nas situações excepcionais referidas no caput deste artigo, deverão fundamentar-se nas normas sanitárias ou de segurança pública aplicáveis e serão precedidas de decisão administrativa fundamentada da autoridade competente, a qual deverá expressamente indicar a extensão, os motivos e critérios científicos e técnico embaixadores da(s) medida(s) imposta(s)";

CONSIDERANDO a Lei Estadual n. 17.940 de 08 de maio de 2020 que reconhece a atividade religiosa como essencial para a população de Santa Catarina em situações de calamidade pública, de emergência ou de epidemia, bem como que desde o início da pandemia causada pelo COVID-19 houve o noticiamento de acréscimo significativo nos atendimentos nos Centros de Atenção Psicossocial, além de casos de tentativa de suicídio, fazendo-se necessários maiores cuidados em relação à saúde mental da população do município, inclusive possibilitando a atuação das entidades religiosas;

CONSIDERANDO as medidas recomendadas pela CIR nas Resoluções 01, 02, 03 e 04/2020;

CONSIDERANDO o Alerta 052 do COES para a região do Alto Vale do Itajaí, datado de 04/08/2020;

DECRETA:

Art. 1º Permanecem suspensas as seguintes atividades:

I - A realização de todo e qualquer evento público e privado que implique em aglomeração de pessoas (shows, cinemas, teatros etc.);

II - Música ao vivo em eventos de qualquer natureza;

III - Parques, ginásios e clubes de lazer públicos e privados, ficando permitido somente o funcionamento de restaurantes e academias (dentro de clubes), conforme protocolos preestabelecidos;

IV - Quaisquer atividades esportivas coletivas e recreativas, com exceção das que envolvam até 2 (dois) participantes sem contato físico (ex, tênis, beach tênis, badminton e outros);

V - A prática de jogos de mesa, sinuca, bocha e similares de qualquer espécie nos bares, lanchonetes, restaurantes e similares.

Art. 2º Em todo o território do Município de Chapadão do Lageado, o uso de máscaras pelos cidadãos em ambientes públicos ou privados é obrigatório.

Art. 3º Todos os estabelecimentos comerciais deverão controlar o acesso ao seu interior a fim de que seja permitida a circulação e permanência de, no máximo, 50% da capacidade total, além de adotar todas as medidas sanitárias preventivas já impostas, inclusive, barreiras físicas que facilitem o distanciamento seguro.

Art. 4º O comércio não essencial (galerias, shoppings, lojas de variedades, lojas de rua e comércios em geral) deverá adotar horário reduzido de funcionamento, podendo funcionar todos os dias até às 22 horas.

§ 1º Os comércios referidos neste artigo são aqueles que não envolvem serviços de alimentação e consumo de bebidas no local.

§ 2º O estabelecimento deverá orientar os clientes de forma a evitar aglomerações do lado externo e deverão observar todas as medidas de prevenção já determinadas, bem como disponibilizar no mínimo 01 funcionário para efetuar o controle da entrada dos clientes.

Art. 5º Fica reconhecido, nos termos da Lei Estadual nº 17.974 de 30 de julho de 2020, os serviços de alimentação, tais como restaurantes, lanchonetes, padarias e similares, como essenciais para a população, ainda que em estado de calamidade, emergência, epidemia ou pandemia.

Art. 6º Fica proibido o consumo de bebidas alcoólicas nos balcões de atendimento de bares,

pubs, lojas de conveniências de postos de combustível e similares, podendo o consumo ocorrer em mesas desde que respeitadas as normas sanitárias.

Parágrafo único. A comercialização de bebidas alcoólicas nos estabelecimentos citados no caput só poderá ocorrer até às 20 horas.

Art. 7º A fiscalização das medidas sanitárias preventivas ocorrerá na forma da legislação federal, estadual e municipal, devendo os municípios empreenderem esforços para intensificar a realização das fiscalizações, devendo promover a edição de Decreto a fim de investir como autoridade de saúde a Polícia Militar, Polícia Civil, Defesa Civil, Bombeiros, Fiscais de Posturas e demais órgãos que possam auxiliar e colaborar efetivamente na fiscalização das normas sanitárias municipais de enfrentamento da pandemia

Art. 8º Os mercados e supermercados deverão manter no mínimo 01 funcionário efetuando o controle de entrada e a higienização dos carrinhos e cestinhas e deverão orientar a população de que somente será permitida a entrada de 01 pessoa por família, sendo vedada a entrada de crianças, ressalvados os casos excepcionais.

Art. 9º Conforme Lei Estadual nº 17.940 de 08 de maio de 2020, está liberada a realização de missas, cultos e demais atividades de

manifestação religiosa, devendo-se observar as diretrizes previstas nas Portarias SES nº 254 de 20 de abril de 2020 e nº 269, de 24 de abril de 2020, do Estado de Santa Catarina, notadamente as descritas abaixo:

I - A lotação máxima autorizada será de 30% (trinta por cento da capacidade do templo ou igreja;

II - Os lugares de assento deverão ser disponibilizados de forma alternada entre as fileiras de bancos, devendo estar bloqueados de forma física aqueles que não puderem ser ocupados;

III - Deverá ser assegurado que todas as pessoas, ao adentrarem ao templo ou igreja, estejam utilizando máscara e higienizem as mãos com álcool gel 70% ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar.

Art. 10. Os velórios deverão observar o período de duração máxima de 06 (seis) horas, devendo ser restrito a familiares e proibindo-se a permanência de mais de 10 (dez) pessoas simultaneamente.

Parágrafo único: Os velórios de pacientes confirmados ou suspeitos para COVID-19 permanecem proibidos.

Art. 11. Permanecem suspensas, até o dia 30 de agosto de 2020, as cirurgias eletivas que não sejam "tempo-sensíveis".

Art. 12. Os estabelecimentos hoteleiros, pousadas e similares deverão respeitar a limitação de 30% (trinta por cento) da sua capacidade de hóspedes, respeitadas as medidas sanitárias aplicáveis a esses estabelecimentos, em especial as previstas na Portaria SES nº 244, de 12 de abril de 2020.

Art. 13. As academias de musculação e ginástica, estúdios de atividade física e similares deverão limitar o acesso e permanência de clientes no máximo de 30% da capacidade total de público, respeitadas as demais exigências previstas na Portaria SES nº 258/2020, de 21 de abril de 2020.

Art. 14. As indústrias deverão funcionar com capacidade mínima necessária, priorizando o afastamento dos funcionários que se enquadrem no grupo de risco e adotando todas as medidas sanitárias preventivas, em especial as previstas nas Portarias SES nº 189, de 22 de março de 2020 e nº 272, de 27 de abril de 2020.

Art. 15. Os estabelecimentos comerciais, de serviços, indústrias, instituições financeiras, empresas e estabelecimentos congêneres e as repartições públicas, serão responsáveis em zelar pelo cumprimento das exigências sanitárias expedidas pelos órgãos municipais, estaduais ou federais mencionadas ou não no presente Decreto.

Art. 16. Ficam convalidados os atos praticados anteriormente à promulgação deste decreto, naquilo que não lhe seja contrário.

Art. 17. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 10 de agosto de 2020.

Marli Goretti Kammers
Prefeita Municipal

RESPOSTA À RECURSO ADMINISTRATIVO - PROCESSO LICITATÓRIO N. 77/2020 - PREGÃO PRESENCIAL N. 47/2020

Publicação Nº 2594809

RESPOSTA À RECURSO ADMINISTRATIVO
PROCESSO LICITATÓRIO N. 77/2020
PREGÃO PRESENCIAL N. 47/2020

DECISÃO

Tendo em vista a manifestação da Comissão de Licitações, com vista da Assessoria Jurídica do Município, julgo IMPROCEDENTE o recurso proposto pela recorrente NBS -NÚCLEO BRASIL SUL DE PROVAS E AVALIAÇÕES EIRELI (5299), nos termos do art. 109, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

Outrossim, declaro vencedora do certame a empresa ALEX LUIZ DA SILVA (ATENA ASSESSORIA EDUCACIONAL) - 4643.

Esgotados todos os prazos de recurso e não havendo manifestação contrária, adjudico o objeto da licitação à empresa ALEX LUIZ DA SILVA (ATENA ASSESSORIA EDUCACIONAL) - 4643.

Publique-se.

Chapadão do Lageado, 07 de agosto de 2020.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

Chapecó

PREFEITURA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO Nº. 2623.0532551-31/2019

Publicação Nº 2595149

EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO Nº. 2623.0532551-31/2019

TOMADOR – Prefeitura Municipal de Chapecó.

AGENTE FINANCEIRO – Caixa Econômica Federal

OBJETO – O presente instrumento tem por objetivo alterar a Cláusula Décima Primeira, item 11.6.4 e 11.6.4.1, do Contrato de Financiamento nº 2623.0532551-31/2019, de 02 de março de 2020.

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA – A vigência deste contrato é até 05/03/2030.

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 30 de junho de 2020 – Elias Lazaris, Gerente Geral, Caixa Econômica Federal; Luciano José Buligon, Prefeito, Município de Chapecó.

Cocal do Sul

PREFEITURA

DECRETO SAF/N. 454/20

Publicação Nº 2594971

DECRETO SAF/N. 454/20, de 06 de agosto de 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE COCAL DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Lei n. 1.521, de 18 de dezembro de 2019, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar do orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Cocal do Sul, o valor de R\$ 4.000,00(quatro mil reais) para o exercício de 2020, com a seguinte discriminação:

Fundo Municipal de Assistência Social de Cocal do Sul		
ÓRGÃO	12	
Manutenção do Programa de Benefícios Eventuais	2.033	
Elemento	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00.0.2.65.0169	Aplicações Diretas	4.000,00

TOTAL 4.000,00

Art. 2º A abertura de crédito adicional ao orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, se dá por conta do excesso de arrecadação do exercício corrente, na fonte de recursos 65 - Recursos SUAS Estado em cc 17772-5 do Banco do Brasil, Agência Cocal do Sul.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 06 de agosto de 2020.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2020 – PMC

Publicação Nº 2595108

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2020 – PMC
Contratação de Serviços

Objeto: Contratação de empresas, para prestação de serviços técnicos de sonorização, iluminação e transmissão de vídeo ao vivo, em formato digital, visando à realização do evento musical "Noite Nativista" o qual ocorrerá no dia 19 de setembro de 2020, no Teatro Municipal Maria Luiza de Matos, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até às 08h30min do dia 21/08/2020.

Abertura: dia 21/08/2020 às 09h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2160.

Concórdia, SC, 7 de agosto de 2020.

NEURI COMIN
Secretário Municipal de Desporto e Cultura

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS - CONTRATO Nº 106/2020 – PMC

Publicação Nº 2595092

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 69/2020 – PMC
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 7/2020 – PMC

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE
CONTRATO E TERMOS ADITIVOS - CONTRATO Nº 106/2020 – PMC

O MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, vem por meio desta, CONVOCAR o representante legal da empresa INOV9 COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA - ME, inscrita CNPJ sob nº 03.478.563/0001-88, com sede na Avenida Goiás, Q. 65, L.11-A, Sala 02, Centro, Fazenda Nova, Goiás, 76.220-000, para encaminhar OU comparecer à Diretoria de Compras, situada à Rua Leonel Mosele, 62, Centro, CEP 89.700-176, para assinatura do Contrato 106/2020, bem como do 1º e 2º Termos Aditivos ao Contrato nº 106/2020, originado através do Pregão Eletrônico nº 7/2020 – PMC. O não comparecimento dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar desta publicação, conforme previsto no artigo 64 da Lei Federal nº 8.666/1993 acarretará na aplicação das penas prevista no edital e termo contratual.

Concórdia, SC, 07 de agosto de 2020.

VALDOMIRO TAFAREL
Secretário Municipal de Infraestrutura Rural

DECRETO Nº 6.548, DE 27 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2594604

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.548, DE 27 DE JULHO DE 2020.

Aprova a Primeira Alteração do Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 3.759, de 28 de agosto de 2006 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovada a Primeira Alteração do Regimento Interno Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM, na forma do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

ANA MARIA SELLA DA SILVA
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de julho de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa
ANEXO ÚNICO

PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – CMDM

Art. 1º O Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM terá dispositivos alterados na forma deste Regimento.

Art. 2º Fica alterada a expressão: "Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação – SEDES", para: "Secretaria Municipal de Assistência Social – SEASC", em todos os dispositivos que se faça expressa tal referência.

Art. 3º Fica alterada a expressão: "SEDES", para: "SEASC", em todos os dispositivos que se faça expressa tal referência.

Art. 4º Ficam alteradas expressões constantes no inciso I do art. 4º, na forma abaixo:

I – "Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente – SEMADRA", para "Secretaria Municipal do Desenvolvimento Agropecuário – SEDAGRO", constante na alínea "d";

III – "Fundação Municipal de Cultura – FMC", para: "Secretaria Municipal de Desporto e Cultura – SEDEC", constante na alínea "f".

Art. 5º Os parágrafos 1º e 2º do art. 4º, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º (...)

§ 1º As entidades, bem como as demais representantes da Sociedade Civil, serão eleitas em Fórum próprio para este fim, sendo que cada entidade indicará uma conselheira titular e uma suplente.

§ 2º O mandato dos Conselheiros será de 2 (dois) anos, permitida 1 (uma) recondução." (NR)

Art. 6º Fica acrescido parágrafo único ao art. 16, com a seguinte redação:

"Art. 16. (...)

Parágrafo único. As reuniões serão preferencialmente presenciais, em local a ser definido pelo Conselho, podendo, excepcionalmente, serem virtuais, observados os seguintes critérios:

I – desde que haja determinações de autoridades competentes, seja na esfera Municipal, Estadual ou Federal que, por qualquer razão, proíba aglomerações em número inferior de Conselheiros;

II – as reuniões ordinárias e extraordinárias serão convocadas com antecedência mínima de três dias, sendo as informações para ingresso na sala virtual, disponibilizadas pela presidente;

III – da referida reunião, a ata será enviada por meio digital a cada Conselheira, sendo a assinatura suprida, com o retorno da mensagem contendo a palavra "aprovada";

IV – as demais orientações seguem o rito das reuniões presenciais." (NR)

Art. 7º As alterações deste Regimento Interno entram em vigor após a homologação pelo Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 6.549, DE 27 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2594605

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.549, DE 27 DE JULHO DE 2020.

Altera dispositivos do Decreto nº 5.129, de 28 de agosto de 2006, que regulamenta a Lei nº 3.759, de 28 de agosto de 2006 a alteração, que dispõem sobre a criação do Conselho Municipal da Mulher – CMDM.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 3.759, de 28 de agosto de 2006 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º O Decreto nº 5.129, de 28 de agosto de 2006, que regulamenta a Lei nº 3.759, de 28 de agosto de 2006 a alteração, que dispõem sobre a criação do Conselho Municipal da Mulher – CMDM, terá dispositivos alterados, na forma deste Decreto.

Art. 2º Ficam alteradas as seguintes expressões:

I – “Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação – SEDES”, para: “Secretaria Municipal de Assistência Social – SEASC”, constante no art. 1º e no inciso I do art. 3º;

II – “Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente – SEMADRA”, para: “Secretaria Municipal do Desenvolvimento Agropecuário – SEDAGRO”, constante no inciso IV do art. 3º;

III – “Fundação Municipal de Cultura – FMC”, para: “Secretaria Municipal de Desporto e Cultura – SEDEC”, constante no inciso V do art. 3º.

Art. 3º O § 2º do art. 3º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º (...)

§ 2º O mandato dos Conselheiros será de 2 (dois) anos, permitida 1 (uma) recondução.” (NR)

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

ANA MARIA SELLA DA SILVA
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de julho de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 649/2020, DE 27 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2594521

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 649/2020, DE 27 DE JULHO DE 2020.

Altera dispositivos do art. 1º do Decreto nº 175/2019, de 5 de março de 2019 e alterações, que nomeiam membros para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 3.759, de 28 de agosto de 2006 e nos Decretos nºs. 5.129, de 28 de agosto de 2006 e alteração e 6.332, de 17 de janeiro de 2019 e alteração.

DECRETA :

Art. 1º O art. 1º do Decreto nº 175/2019, de 5 de março de 2019 e alterações, que nomeiam membros para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM, terá dispositivos alterados, na forma deste Decreto.

Art. 2º O inciso I terá as seguintes expressões alteradas:

I – “Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação”, para: “Secretaria Municipal de Assistência Social”, constante na alínea “a”;

II – “Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente”, para: “Secretaria Municipal do Desenvolvimento Agropecuário”, constante na alínea “d”;

III – “Fundação Municipal de Cultura”, para: “Secretaria Municipal de Desporto e Cultura”, constante na alínea “f”;

Art. 3º A alínea “b” do inciso I passa a vigorar com a seguinte redação:

“b) Secretaria Municipal de Educação:

1. efetivo: DIONES ROBINI DEL POSSO;

2. suplente: GLADIS KIRSTEN;” (NR)

Art. 4º O item 2 da alínea “a” do inciso II passa a vigorar com a seguinte redação:

“2. Associação Rede Feminina de Combate ao Câncer de Concórdia:

2.1. efetivo: CLARICE DALLAGNOL;

2.2. suplente: LENI MARIA PEROTTI SUZIN MARINI;” (NR)

Art. 5º A alínea “b” do inciso II passa a vigorar com a seguinte redação:

“b) Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) – Organização Negra – NIARA:

1. efetivo: MARIA APARECIDA BREVES;

2. suplente: CLAUDIA CARVALHO DE LUCENA.” (NR)

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

ANA MARIA SELLA DA SILVA
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de julho de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 658/2020, DE 31 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2594523

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 658/2020, DE 31 DE JULHO DE 2020.

Nomeia TATIANA HOPPE no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar

nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, TATIANA HOPPE, no cargo de Professor – Anos Iniciais, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 3 de Agosto de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

NEURI COMIN
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 31 de julho de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 659/2020, DE 31 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2594525

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 659/2020, DE 31 DE JULHO DE 2020.

Nomeia MARISTELA DEOLA no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, MARISTELA DEOLA, no cargo de Professor – Anos Iniciais, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 3 de agosto de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

NEURI COMIN
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 31 de julho de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 660/2020, DE 31 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2594528

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 660/2020, DE 31 DE JULHO DE 2020.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora JOISE CARLA FINGER.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de agosto de 2020, à servidora JOISE CARLA FINGER, ocupante do cargo de Professor, matrícula 40517-08, um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 3 de maio de 2015 a 2 de maio de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 31 de julho de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 661/2020, DE 31 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2594529

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 661/2020, DE 31 DE JULHO DE 2020.

Suspende o prazo de validade dos Concursos Públicos objeto dos Editais nºs. 1/2018 e 2/2018.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, e considerando:

- o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, do Congresso Nacional, publicado em 20 de março de 2020, que reconhece, para os fins do disposto no art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública;

- a Lei Complementar Federal nº 173, de 27 de maio de 2020, publicada em 28 de maio de 2020, que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 e dá outras providências;

- o Decreto Municipal nº 6.551, de 31 de julho de 2020.

DECRETA:

Art. 1º Fica suspenso, no período de 20 de março a 31 de dezembro de 2020, o prazo de validade dos Concursos Públicos objeto dos Editais nºs. 1/2018 e 2/2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam anulados os Decretos nºs. 518/2020 e 519/2020, de 28 de maio de 2020.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 31 de julho de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 662/2020, DE 31 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2594531

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 662/2020, DE 31 DE JULHO DE 2020.

Averba tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais da servidora LOURDES BERENICE DETONI PICCOLI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 40, § 10, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; art. 4º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998; na Lei Federal nº 9.796, de 5 de maio de 1999 e alterações e no art. 35 da Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações, e considerando o Parecer Jurídico emitido pelo Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON, em 31 de julho de 2020.

DECRETA:

Art. 1º Ficam averbados 848 dias, ou seja: 2 (dois) anos, 3 (três) meses e 28 (vinte e oito) dias de tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais da servidora LOURDES BERENICE DETONI PICCOLI, ocupante do cargo de Médico, matrícula 94382-00, conforme Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, em 15 de junho de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 31 de julho de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 663/2020, DE 3 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2594533

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 663/2020, DE 3 DE AGOSTO DE 2020.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora MARA ROSANE SAATKAMP.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida, no mês de agosto de 2020, à servidora MARA ROSANE SAATKAMP, ocupante dos cargos de Professor, licença a título de prêmio por assiduidade, equivalente à remuneração dos cargos efetivos, na forma abaixo:

I – um mês, convertido em pecúnia, relativo ao quinquênio – período aquisitivo de 3 de julho de 2010 a 2 de julho de 2015, matrícula 91979-00;

II – um mês, convertido em pecúnia, relativo ao quinquênio – período aquisitivo de 2 de fevereiro de 2013 a 1º de fevereiro de 2018, matrícula 91979-01.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 3 de agosto de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 664/2020, DE 3 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2594535

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**DECRETO Nº 664/2020, DE 3 DE AGOSTO DE 2020.**

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora ANA LORENA PRADO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de agosto de 2020, à servidora ANA LORENA PRADO, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem do Trabalho, um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 17 de outubro de 2013 a 16 de outubro de 2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 3 de agosto de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 665/2020, DE 3 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2594538

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**DECRETO Nº 665/2020, DE 3 DE AGOSTO DE 2020.**

Altera expressões constantes no art. 1º do Decreto nº 128/2017, de 2 de fevereiro de 2017 e alterações, que designam membros para integrar a Coordenadoria Municipal da Mulher de Concórdia.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, e considerando a Lei Complementar nº 788, de 21 de fevereiro de 2020; a Lei nº 4.639, de 20 de março de 2014 e o Decreto nº 6.546, de 24 de julho de 2020.

DECRETA :

Art. 1º O art. 1º do Decreto nº 128/2017, de 2 de fevereiro de 2017 e alterações, que designam membros para integrar a Coordenadoria Municipal da Mulher de Concórdia, terá as seguintes expressões alteradas:

I – “Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente”, para: “Secretaria Municipal do Desenvolvimento Agropecuário”, constante no inciso III;

II – “Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo”, para: “Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Inovação” constante no inciso V;

III – “Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação”, para: “Secretaria Municipal de Assistência Social”, constante no inciso VI;

IV – “Fundação Municipal de Cultura, para: “Diretoria de Cultura da Secretaria Municipal de Desporto e Cultura”, constante no inciso VII;

V – “Fundação Municipal de Esportes”, para: “Diretoria de Esporte da Secretaria Municipal de Desporto e Cultura”, constante no inciso VIII;

VI – “Assessoria Jurídica”, para: “Procuradoria Geral do Município”, constante no inciso IX.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

ANA MARIA SELLA DA SILVA
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 3 de agosto de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 666/2020, DE 3 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2594540

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 666/2020, DE 3 DE AGOSTO DE 2020.
Concede gozo de licença-prêmio à servidora SALETE ROSA GARDINO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de agosto de 2020, à servidora SALETE ROSA GARDINO, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, o gozo de um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 1º de fevereiro de 2010 a 31 de janeiro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de agosto de 2020.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

NEURI COMIN
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 3 de agosto de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 667/2020, DE 3 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2594541

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 667/2020, DE 3 DE AGOSTO DE 2020.
Concede gozo de licença-prêmio à servidora JOSELAINE CERVELIN CAVASSINI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de agosto de 2020, à servidora JOSELAINE CERVELIN CAVASSINI, ocupante do cargo de Professor, matrícula

102300-01, o gozo de um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 6 de fevereiro de 2012 a 5 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de agosto de 2020.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

NEURI COMIN
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 3 de agosto de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 668/2020, DE 3 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2594542

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 668/2020, DE 3 DE AGOSTO DE 2020.
Concede gozo de licença-prêmio à servidora CLEUZE MARCI DE OLIVEIRA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de agosto de 2020, à servidora CLEUZE MARCI DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, o gozo de um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 19 de fevereiro de 1998 a 18 de fevereiro de 2003.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de agosto de 2020.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

ANA MARIA SELLA DA SILVA
Secretária Municipal de Assistências Social

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 3 de agosto de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 669/2020, DE 3 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2594547

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 669/2020, DE 3 DE AGOSTO DE 2020.
Concede gozo de licença-prêmio ao servidor IVAN LUIS BANDEIRA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei

Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de agosto de 2020, ao servidor IVAN LUIS BANDEIRA, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, o gozo de um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 2 de abril de 2014 a 1º de abril de 2019.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de agosto de 2020.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

GEOVANI BEDIN
Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 3 de agosto de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 670/2020, DE 3 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2594548

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 670/2020, DE 3 DE AGOSTO DE 2020.

Concede gozo de licença-prêmio ao servidor HERMINIO LUIZ BONATTO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de agosto de 2020, ao servidor HERMINIO LUIZ BONATTO, ocupante do cargo de Servente Braçal, o gozo de um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 30 de junho de 2014 a 29 de junho de 2019.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de agosto de 2020.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

ELTON POLINA
Secretário Municipal de Gestão Urbana

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 3 de agosto de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 671/2020, DE 3 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2594550

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 671/2020, DE 3 DE AGOSTO DE 2020.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora SANDRA MARIA BARRONI GIACOMIN.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de agosto de 2020, à servidora SANDRA MARIA BARRONI GIACOMIN, ocupante do cargo de Professor, matrícula 97020-01, o gozo de um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 2 de janeiro de 2012 a 1º de janeiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de agosto de 2020.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

NEURI COMIN

Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 3 de agosto de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 672/2020, DE 3 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2594558

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 672/2020, DE 3 DE AGOSTO DE 2020.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora DAIANE ECHTERHOFF RUCH.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de agosto de 2020, à servidora DAIANE ECHTERHOFF RUCH, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, o gozo de um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 3 de fevereiro de 2003 a 2 de fevereiro de 2008.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de agosto de 2020.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

GEOVANI BEDIN

Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 3 de agosto de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 673/2020, DE 3 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2594559

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 673/2020, DE 3 DE AGOSTO DE 2020.

Designa a servidora FABIELE MAIER DUARTE como Gestora das Parcerias celebradas pelo Fundo para a Infância e Adolescência – FIA, Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS e Fundo Municipal dos Direitos Difusos – FMDD.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no inciso XI do art. 2º da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora FABIELE MAIER DUARTE, ocupante do cargo de Agente Administrativo, como Gestora das Parcerias celebradas pelos fundos abaixo relacionados, com poderes de controle e fiscalização, conforme previsto na Lei Federal nº 13.019, de 21 de julho de 2014 e alterações, a partir de 3 de agosto de 2020, em face do afastamento do servidor Carlos Alberto Broch.

I – Fundo para a Infância e Adolescência – FIA, designado pelo Decreto nº 733/2017, de 3 de agosto de 2017;

II – Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, designado pelo Decreto nº 66/2018, de 29 de janeiro de 2018;

III – Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos – FMDD, designado pelo inciso II do art. 1º do Decreto nº 678/2018, de 10 de setembro de 2018 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

ANA MARIA SELLA DA SILVA

Secretário Municipal de Assistência Social

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 3 de agosto de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 674/2020, DE 3 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2594576

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 674/2020, DE 3 DE AGOSTO DE 2020.

Nomeia MARIA DE LURDES KIRSCH PAVAN no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, MARIA DE LURDES KIRSCH PAVAN, no cargo de Professor – Anos Iniciais, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 4 de agosto de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

NEURI COMIN
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 3 de agosto de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 675/2020, DE 3 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2594587

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 675/2020, DE 3 DE AGOSTO DE 2020.

Exonera, a pedido, o servidor HILARIO FUHR.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, II, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, o senhor HILARIO FUHR, do cargo de provimento em comissão de Assessor Rural, a partir de 3 de agosto de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 3 de agosto de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 676/2020, DE 4 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2594595

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 676/2020, DE 4 DE AGOSTO DE 2020.

Concede abono de permanência à servidora MARA BEATRIS CZERNAIK COSTA SAMPAIO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 26, § 3º, da Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, à servidora MARA BEATRIS CZERNAIK COSTA SAMPAIO, ocupante do cargo de Enfermeiro, abono de permanência, equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária, até a data da concessão da aposentadoria.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 24 de julho de 2020.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 4 de agosto de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretoria Administrativa

DECRETO Nº 677/2020, DE 4 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2594600

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 677/2020, DE 4 DE AGOSTO DE 2020.
Concede gozo de licença-prêmio à servidora NEIVA MARIA FINGER ANDOIGNINI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de agosto de 2020, à servidora NEIVA MARIA FINGER ANDOIGNINI, ocupante do cargo de Agente de Alimentação e Nutrição, o gozo de um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 8 de fevereiro de 2015 a 7 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de agosto de 2020.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

ANA MARIA SELLA DA SILVA
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 4 de agosto de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretoria Administrativa

DECRETO Nº 678/2020, DE 4 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2594603

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 678/2020, DE 4 DE AGOSTO DE 2020.
Concede gozo de licença-prêmio à servidora ELISANGELA KAUFER FRUHWIRTH.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de agosto de 2020, à servidora ELISANGELA KAUFER FRUHWIRTH, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, o gozo de um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 7 de abril de 2013 a 6 de abril de 2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de agosto de 2020.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

ANA MARIA SELLA DA SILVA
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 4 de agosto de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 1/2019

Publicação Nº 2594518

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO
DE COLABORAÇÃO Nº 1/2019

ESPÉCIE: Terceiro Termo Aditivo ao Termo de Colaboração nº 1/2019, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor ROGÉRIO LUCIANO PACHECO e a FUNDAÇÃO ADOLPHO BÓSIO DE EDUCAÇÃO NO TRANSPORTE – FABET, inscrita no CNPJ sob nº 01.922.315/0001-59, neste ato representada pelo seu Procurador, LUIS CARLOS MÜLLER SCHAURICH

OBJETO: Dá nova redação ao Anexo Único – Plano de Trabalho.

DATA DA ASSINATURA: 3 de agosto de 2020.

LEI Nº 5.416, DE 30 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2594515

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 5.416, DE 30 DE JULHO DE 2020.

Denomina via pública do Loteamento Colombo e Julian, do Bairro Primavera.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º A Rua C localizada no Loteamento Colombo e Julian, no Bairro Primavera, passa a denominar-se Rua Genésio Gonçalves.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

ELTON POLINA
Secretário Municipal de Gestão Urbana

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 30 de julho de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

LEI Nº 5.417, DE 30 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2594516

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 5.417, DE 30 DE JULHO DE 2020.

Denomina via pública do Loteamento Portinari II, do Bairro Parque de Exposições, de Travessa Nelson Alves Farias.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º A Rua A localizada no Loteamento Portinari II, no Bairro Parque de Exposições passa a denominar-se Travessa Nelson Alves Farias.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito MunicipalNEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de AdministraçãoELTON POLINA
Secretário Municipal de Gestão Urbana

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 30 de julho de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

Cordilheira Alta

PREFEITURA

EXTRATO PROC. 81/2020 DISPENSA DE LICITAÇÃO 37/2020

Publicação Nº 2594839

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, torna público a dispensa de licitação conforme abaixo:

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 81/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 37/2020

SOLICITANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

OBJETO: Aquisição de mantas de microfibra para distribuição aos munícipes em situação de vulnerabilidade e risco social, tencionando a realização de ações socioassistenciais.

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93 e art. 1º, § 3º do Decreto Federal n. 10.024/2019.

VALOR UNITÁRIO DO BEM/QUANTIDADE: R\$ 31,00 (trinta e um reais)/155 unidades.

VALOR TOTAL DO PROCESSO: R\$ 4.805,00 (quatro mil oitocentos e cinco reais).

CONTRATADO: CONFECÇÕES ALYNE LTDA: CNPJ 82.186.545/0001-07.

Cordilheira Alta, SC, em 07 de agosto de 2020.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 303/2020

Publicação Nº 2596985

PORTARIA Nº 303, DE 06 DE AGOSTO DE 2020

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA ATIVIDADE POLÍTICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Art.70 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida licença remunerada para atividade política à Servidora Municipal SABRINA BORMAM ARNDT DUARTE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de três meses, iniciando em 15 de agosto de 2020, com fundamento no Art. 72 da Lei Complementar Municipal n. 018/2001.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Portaria n. 292, de 03 de agosto de 2020.

Cordilheira Alta/SC, 06 de agosto de 2020.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

ZAIRE RODRIGUES DE ALMEIDA

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

PORTARIA Nº 304/2020

Publicação Nº 2597007

PORTARIA Nº 304/2020

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA A SERVIDOR MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 05 (cinco) dias de licença para tratamento de saúde a servidora municipal DULCINÉIA SIMIONATO VOGT, matrícula nº 1341109, ocupante do cargo de Professor de Educação Infantil, 20 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 07 de agosto de 2020.

CARLOS ALBERTO TOZZO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ZAIRE RODRIGUES DE ALMEIDA
Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 305/2020

Publicação Nº 2596995

PORTARIA Nº 305/2020

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA A SERVIDOR MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde à servidora municipal TATIANA RIBEIRO DE OLIVEIRA, matrícula 630602, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 07 de agosto de 2020.

CARLOS ALBERTO TOZZO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ZAIRE RODRIGUES DE ALMEIDA
Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento.

Coronel Freitas

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2020

Publicação Nº 2594640

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa de Licitação Nº 13/2020.

Contratado: SHAMIR SCHLICKMANN

Objeto: AQUISIÇÃO DE PISO TÁTIL DIRECIONAL E ALERTA PARA PADRONIZAÇÃO DOS PASSEIOS DA AVENIDA SANTA CATARINA E AMAZONAS.

Valor: R\$ 5.719,80 (cinco mil setecentos e dezenove reais e oitenta centavos).

Vigência: 31/12/2020.

FUNDAMENTO LEGAL: É dispensável a licitação (Lei 8.666/93)

Artigo 24- V - quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas;

Coronel Freitas (SC) 29 de julho de 2020.

IZEU JONAS TOZETTO

Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA

DECRETO Nº135/2020

Publicação Nº 2595017

DECRETO Nº. 135, DE 04 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A abertura de crédito adicional SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2020 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2018/2021, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2020 e Lei Orçamentária Anual nº. 747 de 25/11/2019;

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) nas seguintes Programações de despesas:

05.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição		
10.301.1001	2.036	Manutenção do Bl. Aten. Básica Variável		
Classificação	Descrição	Fonte	Reduzido	Valor R\$
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	01.1038	21	90.000,00
Total				90.000,00

Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos pela anulação parcial de dotação orçamentária nas seguintes programações de despesas:

05.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição		
10.301.1001	2.036	Manutenção do Bl. Aten. Básica Variável		
Classificação	Descrição	Fonte	Reduzido	Valor R\$
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	01.1038	22	90.000,00
Total				90.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 04 de Agosto de 2020.

ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Chefe de Gabinete

Correia Pinto

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL Nº 2347/2020

Publicação Nº 2596427

LEI MUNICIPAL Nº 2347/2020
DE 07 DE AGOSTO DE 2020

“DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA VOZ SERRANA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 95 da Lei Orgânica Municipal, comunica a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO CIVIL, denominada ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA VOZ SERRANA, inscrita no CNPJ nº 02.440.127/0001-57, com sede na Rua Getúlio Vargas, 245, 2º piso, centro, município e Comarca de Correia Pinto SC.
Parágrafo Único - A entidade beneficiada ficam asseguradas as prerrogativas e vantagens decorrentes da legislação vigente.

Art. 2º - Cessarão os efeitos da declaração de utilidade pública caso a entidade:

- I – substituir os fins estatutários, deixar de cumprir as disposições nele contidas ou negar-se a prestar os serviços neles compreendidos;
- II – alterar a sua denominação e, dentro de 90 (noventa) dias contados da averbação no Registro Público, não comunique a ocorrência ao departamento competente do Município de Correia Pinto.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito, em 07 de agosto de 2020.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO
Prefeito
Registre-se e Publique-se

Corupá

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 063/2020

Publicação Nº 2594635

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 046/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2020
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 063/2020
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.
CONTRATADO: KL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP, inscrita no CNPJ nº 15.843.503/0001-04, estabelecida na rua Carlos Hardt, nº 1120 – Sala 02 - fundos, bairro Água Verde, no município de Jaraguá do Sul/SC, CEP 89.254-580.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO FRACIONADA AO LONGO DE 12 MESES DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E FERRAMENTAS COM BASE NA LISTAGEM DA TABELA DE INSUMOS SINAPI, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I.

VALOR:

Item	Produto	Desconto (%)	Valor
02	CIMENTO ENTENDE-SE POR:CIMENTO, BLOCOS DE CONCRETO VIBRO PRENSADO, CANALETAS DE CONCRETO VIBRO PRENSADO, BLOCOS SEXTAVADOS, POSTES, ELEMENTOS VAZADO, PRÉLAGES, TUBOS DE CONCRETO E AFINS.	5,00	R\$ 70.000,00
05	COBERTURA ENTENDE-SE POR:CUMEEIRAS, TELHAS, E AFINS	10,00	R\$ 50.000,00

Data da Assinatura: 20/07/2020**Data da Vigência:** 12 MESES**JOÃO CARLOS GOTTARDI**
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO 023/2020

Publicação Nº 2597013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
PROCESSO LICITATÓRIO nº 060/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 014/2020
CONTRATO Nº 023/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala 102, Bairro Canto, Florianópolis/SC, CEP 88070-800.

OBJETO: O objeto do presente contrato é a prestação de serviços continuados de Tecnologia da Informação e Comunicação, pela CONTRATAÇÃO, ao Sistema:

1. Sistema de Informações de Licenciamento Ambiental da Fatma – SINFAT/SC: hospedagem, manutenção, desenvolvimento e registro dos licenciamentos emitidos no sistema SINFAT municipal, por meio do qual o município recebe os pedidos de licença dos empreendedores, elabora os Pareceres Técnicos e Relatórios de Vistoria e emite as licenças ou indeferimentos, sendo todo o trâmite concentrado em uma base única de dados, proporcionando maior transparência sobre as informações dos licenciamentos.

VALOR: R\$ 397,72 (trezentos e noventa e sete reais e setenta e dois centavos).

Data da Assinatura: 13/07/2020

Data da Vigência: 31/12/2020

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO 029/2020

Publicação Nº 2594494

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
PROCESSO LICITATÓRIO nº 059/2020
PREGÃO ELETRÔNICO nº 002/2020
CONTRATO Nº 029/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADO: MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 83.675.413/0001-01 e inscrição Estadual nº 250.805.235, estabelecida na Rodovia BR 101, s/nº - Km 210, bairro Picadas do Sul, cidade de São José, Estado de Santa Catarina, CEP 88106-100.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA 4X4 NOVA, VISANDO SUA UTILIZAÇÃO NA EXECUÇÃO DE OBRAS E DEMAIS TRABALHOS REALIZADOS PELO MUNICÍPIO, COM RECURSOS DO CONVÊNIO 892241/2019 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.

VALOR R\$ 211.000,00 (duzentos e onze mil reais).

Data da Assinatura: 29/07/2020

Data da Vigência: 31/12/2020

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO 030/2020

Publicação Nº 2594788

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
PROCESSO LICITATÓRIO nº 059/2020
PREGÃO ELETRÔNICO nº 002/2020
CONTRATO Nº 030/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADO: DAIANA VOGEL ZIMMERMANN EIRELI EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 15.823.601/0001-71 e Inscrição Estadual 128/0059793, estabelecida na Rodovia ERS 122 – Km 15.6, nº 16805, bairro Rio Branco, cidade de São Sebastião do Cai, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 95760-000.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UMA PLAINA TRASEIRA HIDRÁULICA, VISANDO SUA UTILIZAÇÃO NA EXECUÇÃO DE OBRAS E DEMAIS TRABALHOS REALIZADOS PELO MUNICÍPIO, COM RECURSOS DO CONVÊNIO 892241/2019 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.

VALOR: R\$ 12.100,00 (doze mil e cem reais)

Data da Assinatura: 29/07/2020

Data da Vigência: 31/12/2020

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL Nº 011/2020 O PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO

Publicação Nº 2596980

HOMOLOGAÇÃO da CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL Nº 011/2020 o PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público a Homologação da Classificação FINAL do Edital de Processo Seletivo Público Simplificado Nº 011/2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
10 de agosto de 2020

João Carlos Gottardi
Prefeito Municipal

CARGO: AGENTE EPIDEMIOLÓGICO

Classificação	Nº de Inscrição	Data Nasc	Nome do candidato	Formação	Pontuação total
1	14	12/01/1982	Michelle Franzoi Ayala de Moura	Graduação	0
2	13	03/11/1983	Andreia Mathias	Graduação	0
3	15	27/06/1985	Rosiane da Silva	Graduação	0
4	03	30/06/1987	Everson Diego Urbin	Graduação	0
5	17	03/05/1996	Natalia Aparecida Wodzinsky Gadotti	Graduação	0
6	18	12/12/1997	Maria Eduarda Wodzinsky Gadotti	Graduação	0
7	05	11/11/1989	Diego Rosá	Ensino Médio	0
8	07	15/11/1992	Lucimeri de Lima Sarturi	Ensino Médio	0
9	01	08/03/1993	Jaiane Lima Medeiros	Ensino Médio	0
10	12	05/06/1997	Ana Maria Batista	Ensino Médio	0
11	16	05/09/1974	Miriam Maria Lipinski Glatz	Ensino Fundamental	0
12	04	01/03/1984	Celio Roberto do Nascimento	Ensino Fundamental	0
			Valdecir Roberto Garcia	Graduação	Indeferida falta ficha e documentos de inscrição

CR = CADASTRO RESERVA

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM ESF

Classificação	Nº de Inscrição	Data Nasc	Nome do candidato	Formação	Pontuação total
1	10	03/03/1983	Nilton Paulo Padilha de Lima	Ensino Médio/Técnico	109,5
2	08	16/09/1982	Lilian Janete Dias de Paula	Ensino Médio/Técnico	96
3	06	22/03/1982	Cassiano Cadoná	Ensino Médio/Técnico	94
4	11	22/03/1983	Adriani Borges de Souza Santos	Ensino Médio/Técnico	37,5
5	02	19/12/1991	Dayse Cristine Malamin	Ensino Médio/Técnico	37
6	09	05/01/1963	Helena Maria Nogueira	Ensino Médio/Técnico	19

CR = CADASTRO RESERVA

PORTARIA Nº 008/2020 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Publicação Nº 2594669

PORTARIA Nº 008/2020

Altera a Portaria n. 005 de 22 de julho de 2020 que Estabelece medidas administrativas na Secretaria Municipal de Saúde, em face do enfrentamento à covid-19 e dá outras providências.

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE CORUPÁ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com artigo

312, da Lei Complementar n. 014/2009, e

RESOLVE:

Art. 1º. O art. 1º da Portaria n. 005 de 22 de julho de 2020 da Secretaria de Saúde passam a ter a seguinte redação:

“Art. 1º. A Secretaria de Saúde fará turno único contínuo de 06 (seis) horas diárias, a ser cumprido de segundas-feiras às sextas-feiras das 07:00 horas às 13:00 horas, a partir do dia 10 de agosto.”

Art. 2º. O art. 2º da Portaria n. 005 de 22 de julho de 2020 da Secretaria de Saúde passam a ter a seguinte redação:

“Art. 2º. A Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica, os Postos de Saúde e NASF, terão o horário de atendimento normalizado a cumprido de segundas-feiras às sextas-feiras das 07:30 horas às 11:30 e das 12:30 horas, às 16:30 a partir do dia 10 de agosto até o dia 31 de agosto de 2020.

Parágrafo único: Os atendimentos nos Postos de Saúde serão apenas em casos específicos e de emergências como: Oncologia, paciente em tratamento com hemodiálise, gestantes se emergência gestacional, pediatria, fornecimento de receitas agendadas e fornecimento de medicamentos.”

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Corupá, 10 de agosto de 2020.

MICHAEL PEREIRA MARQUES
SECRETARIO MUNICIPAL DE SAÚDE

PORTARIA Nº 5740/2020

Publicação Nº 2594636

PORTARIA Nº 5740/2020

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 063/2020.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela fiscalização e acompanhamento da ata de registro de preços nº 063/2020, o senhor CELSO JOSE OLDIGES, matrícula funcional nº 15765, ocupante do cargo de Diretor de Obras e Infraestrutura, Lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, cujo objeto da ata de registro de preços visa a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO FRACIONADA AO LONGO DE 12 MESES DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E FERRAMENTAS COM BASE NA LISTAGEM DA TABELA DE INSUMOS SINAPI.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução das atas de registro de preços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 20 de julho de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
10 de agosto de 2020.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

PORTARIA Nº 5741/2020

Publicação Nº 2594837

PORTARIA Nº 5741/2020

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 029/2020.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 029/2020, o senhor CELSO JOSE OLDIGES, matrícula funcional nº 15765, ocupante do cargo de Diretor de Obras e Infraestrutura, Lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, cujo objeto do contrato visa a AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA 4X4 NOVA, VISANDO SUA UTILIZAÇÃO NA EXECUÇÃO DE OBRAS E DEMAIS TRABALHOS REALIZADOS PELO MUNICÍPIO, COM RECURSOS DO CONVÊNIO 892241/2019 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
10 de agosto de 2020.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

PORTARIA Nº 5742/2020

Publicação Nº 2594842

PORTARIA Nº 5742/2020

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 030/2020.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 030/2020, o senhor CELSO JOSE OLDIGES, matrícula funcional nº 15765, ocupante do cargo de Diretor de Obras e Infraestrutura, Lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, cujo objeto do contrato visa a AQUISIÇÃO DE UMA PLAINA TRASEIRA HIDRÁULICA, VISANDO SUA UTILIZAÇÃO NA EXECUÇÃO DE OBRAS E DEMAIS TRABALHOS REALIZADOS PELO MUNICÍPIO, COM RECURSOS DO CONVÊNIO 892241/2019 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
10 de agosto de 2020.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

TERMO DE RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 010/2020

Publicação N° 2594802

TERMO DE RATIFICAÇÃO**DESPACHO**

Trata-se de contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de revisão da Minicarregadeira SEMAX (200 horas), tendo em vista que a mesma está na garantia e há a necessidade de realizar a segunda revisão.

RATIFICO, DEFIRO e AUTORIZO a contratação da empresa SEMAX COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA – CNPJ N°32.481.391/0001-08, localizada na Rua Nelson Martins, nº 1171, cidade de Palhoça, estado de Santa Catarina, CEP 88.131-300, no valor de R\$ 1.844,00 (um mil e oitocentos e quarenta e quatro reais), por Inexigibilidade de Licitação n.º 010/2020, com respaldo legal nos termos do caput do artigo 25, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93, observados então, os ditames legais aplicáveis à espécie.

Corupá/SC, 07 de agosto de 2020.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
Prefeito Municipal

Cunha Porã

PREFEITURA

TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO 002/2020 DO CIDIR – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

Publicação Nº 2596030



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Processo Licitatório nº 006/2020

Pregão Presencial 002/2020

Ata de Registro de Preços nº 002/2020

Órgão Gerenciador: CIDIR – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

Considerando-se o aceite e a autorização de adesão emitido pelo CIDIR – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA, órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços nº 002/2020, de 03 de agosto de 2020;

Considerando-se o aceite e autorização de adesão emitido pela empresa CCM COMÉRCIO DE MÁQUINAS E SERVIÇOS EIRELI, detentora da Ata de Registro de Preços nº 002/2020, de 03 de agosto de 2020;

Considerando-se o Parecer Jurídico favorável a adesão à referida Ata de Registro de Preços;

Considerando-se o interesse público do município de Cunha Porã/SC.

O Prefeito Municipal de Cunha Porã/SC, Senhor Jairo Rivelino Ebeling, **DETERMINA** a adesão a Ata de Registro de Preços nº 002/2020, de 03 de agosto de 2020, gerenciada pelo CIDIR – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA e que tem como objeto a **EVENTUAL LOCAÇÃO DE UM CONJUNTO DE BRITAGEM MÓVEL, EQUIPADO COM BRITADOR DE MANDÍBULAS (620 x 400MM) COM CAPACIDADE DE PRODUÇÃO MÍNIMA DE 25M³/HORA**, conforme descrição e informações a seguir:

FORNECEDOR: CCM COMÉRCIO DE MÁQUINAS E SERVIÇOS EIRELI					
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UN.	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	LOCAÇÃO DE UM CONJUNTO DE BRITAGEM MÓVEL, EQUIPADO COM BRITADOR DE MANDÍBULAS (620 x 400MM) COM CAPACIDADE DE PRODUÇÃO MÍNIMA DE 25M ³ /HORA, COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: MONTADO SOBRE CHASSI DUPLO, COM DOIS EIXOS DE RODADO DUPLO NA TRASEIRA E SIMPLES NA DIANTEIRA, SISTEMA DIRECIONAL DE ENGATE ACIONADO POR MOTOR. MOTOR ESTACIONÁRIO A DIESEL DE 6 CILINDROS, COM POTÊNCIA DE 99 HPs, SISTEMA DE RESFRIAMENTO À ÁGUA, PARTIDA ELÉTRICA, SISTEMA HIDRÁULICO COMPOSTO DE BOMBA DUPLA, COMANDO INDEPENDENTE, CANOS E MANGUEIRAS, ALIMENTADOR VIBRATÓRIO ACIONADO HIDRAULICAMENTE, COM CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO DE 6M ³ , CORREIA TRANSPORTADORA COM DIMENSÃO DE 6200MM x 500MM E DE 20 POLEGADAS ACIONADA HIDRAULICAMENTE E COM PROTEÇÃO PARA SEGURANÇA OPERACIONAL.	MÊS	3	R\$ 25.000,00	R\$ 75.000,00
Valor Total do Fornecedor					R\$ 75.000,00

Cunha Porã/SC, 07 de agosto de 2020.

Jairo Rivelino Ebeling
Prefeito Municipal

Cunhataí

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 19/2020

Publicação Nº 2596020

Extrato DO CONTRATO ADM Nº 19/2020

Processo Administrativo nº 24/2020

Tomada de Preço nº 06/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CUNHATAI – SC

CONTRATADA: CERAÇA COOP. DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLV. VALE DO ARAÇA.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SUBSTITUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA VAPOR SÓDIO PARA LED 180W, NO MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETO, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETO EM ANEXO.

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato se iniciará na data de assinatura deste termo e se findará em 31/12/2020.

VALOR: R\$ 49.999,50 (Quarenta e nove mil, novecentos e noventa e nove mil e cinquenta centavos).

DOTAÇÃO: As despesas decorrentes do presente correrão por conta do Orçamento vigente, cuja fonte de recurso tem a seguinte classificação:

Projeto/Atividade nº: 2.039;

Modalidade de Aplicação nº: 33.90;

Signatários: Luciano Franz e José Samuel Thiesen.

Cunhataí/SC, 10/08/2020.

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 108/2020

Publicação N° 2596447

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 108/2020

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA DO ALAMBRADO DO CAMPO DA RUA ALFREDO LENZER, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 21/08/2020, no Protocolo Central desta Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 21/08/2020, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na pagina do Município www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 04 de Agosto de 2020.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

Descanso

PREFEITURA

DECRETO 2154/2020, DE 07 DE AGOSTO DE 2020. ALTERA DECRETO Nº 2030/2019, DE 07 DE AGOSTO DE 2019 QUE NOMEIA O CONSELHO DE TRÂNSITO DE DESCANSO – CONTRAD E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2597014

DECRETO 2154/2020, de 07 de agosto de 2020.

ALTERA DECRETO Nº 2030/2019, DE 07 DE AGOSTO DE 2019 QUE NOMEIA O CONSELHO DE TRÂNSITO DE DESCANSO – CONTRAD E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 4º, da Lei nº 953/2010, de 28 de maio de 2010 e ao regulamentado pelo Código Nacional de Trânsito,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeado o Conselho de Trânsito de Descanso - CONTRAD, com o objetivo de normatizar e deliberar de acordo com a legislação vigente do Código Nacional de Trânsito, do seu regulamento e de suas Resoluções, sobre modificação, implantação e implementação da engenharia e educação do trânsito no Município de Descanso e, de conformidade com a Lei nº 953/2010, de 28 de maio de 2010, composto por 08 membros conselheiros efetivos com seus respectivos suplentes, por representantes do Governo Municipal e da sociedade civil organizada, a seguir nomeados:

REPRESENTANTES DO GOVERNO

1 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO			
Conselheiro Efetivo:	Felipe José Ternus	Suplente:	Regiane Rodrigues
2 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
Conselheiro Efetivo:	Tamara Silvestri	Suplente:	Macon Rosin
3 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
Conselheiro Efetivo:	Giuvani Karlinski	Suplente:	Milton Bocchi
4 - DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DO MUNICÍPIO			
Conselheiro Efetivo:	Gabriela Pedrão Roman	Suplente:	Fernando Trintinaglia

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

1 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES			
Conselheiro Efetivo:	Jussara Gabiatti	Suplente:	Juliane Carmen Dalmolin
2 - POLÍCIA CIVIL			
Conselheiro Efetivo:	Jucie André Aliati	Suplente:	Regina Pereira Duarte Dalla Vecchia
3 - POLÍCIA MILITAR			
Conselheiro Efetivo:	Ademir Ludvig	Suplente:	Mauricio Mazieiro
4 - CÂMARA DOS DIRIGENTES LOJISTAS – CDL/ACID			
Conselheiro Efetivo:	Bruna M. Parmegiani		

Art. 2º O mandato dos membros do Conselho será de 02 (dois) anos, podendo ser reeleitos/indicados, exercido sem ônus para os cofres públicos, serviços de caráter “relevante” não se caracterizando como vínculo empregatício que importe em qualquer encargo trabalhista ou social.

Art. 3º A presidência do Conselho de Trânsito de Descanso - CONTRAD caberá a Gabriela Pedrão Roman, e Secretária, para elaboração de atas, Tamara Silvestri, conforme ata nº 19/2020.

Art. 4º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Descanso – SC, 07 de agosto de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei o presente Decreto.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria.

EXTRATO CONTRATO Nº 53/2020 - PMD

Publicação Nº 2594583

MUNICIPIO DE DESCANSO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 76/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2020
EXTRATO DE CONTRATO Nº 53/2020

Contratante: Município de Descanso - Prefeitura

Objeto: aquisição de veículo novo para transporte Escolar, com recursos provenientes de Emenda Parlamentar Impositiva da Educação, número 975, Através da Secretaria de Estado da Educação, e Contrapartida de recursos ordinários municipais.

Contratado: Inga Caminhos Ltda

CNPJ nº 23.008.729/0001-00

Valor da despesa: R\$ 179.000,00 (cento e setenta e nove mil reais)

Vigência: 07/08/2020 a 31/12/2020.

Demais informações encontram-se disponíveis no endereço eletrônico www.descanso.sc.gov.br, Portal de Transparência. Informações pelo fone (049) 3623 0161.

Descanso/SC, 7 de agosto de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO Nº 54/2020 - PMD

Publicação Nº 2594601

MUNICIPIO DE DESCANSO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 77/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2020
EXTRATO DE CONTRATO Nº 54/2020

Contratante: Município de Descanso - Prefeitura

Objeto: aquisição de veículo novo, de sete lugares, para transporte de usuários da Assistência Social, com recursos provenientes de Emenda Parlamentar Impositiva, numero 934, através da Secretaria de Estado da Fazenda, Fundo Estadual de Apoio aos Municípios.

Contratado: Bregomar Veiculos Ltda.

CNPJ nº 75.838.979/0001-70

Valor da despesa: R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais).

Vigência: 07/08/2020 a 31/12/2020

Demais informações encontram-se disponíveis no endereço eletrônico www.descanso.sc.gov.br, Portal de Transparência. Informações pelo fone (049) 3623 0161.

Descanso/SC, 7 de agosto de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO Nº 55/2020 - PMD

Publicação Nº 2597011

MUNICIPIO DE DESCANSO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 78/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2020
EXTRATO CONTRATO Nº 55/2020

Contratante: Município de Descanso - Prefeitura

Objeto: aquisição de retroescavadeira nova para a Secretaria de Transportes, com recursos provenientes de Emenda Parlamentar Impositiva, número 762, através da Secretaria de Estado da Fazenda, Fundo Estadual de Apoio aos Municípios, e contrapartida com recursos ordinários do Município de Descanso.

Contratado: Veneza Equipamentos Sul Comercio Ltda

CNPJ nº 29.644.666/0001-64

Valor Da Despesa: R\$ 249.000,00 (duzentos e quarenta e nove mil reais).

Vigência: 07/08/2020 a 31/12/2020.

Demais informações encontram-se disponíveis no endereço eletrônico www.descanso.sc.gov.br, Portal de Transparência. Informações pelo fone (049) 3623 0161.

Descanso/SC, 7 de agosto de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito Municipal

Dionisio Cerqueira

PREFEITURA

1º T.A. CONTRATO 32-2019 - PREGAO PRESENCIAL 88-2019 - PMDC

Publicação N° 2596377

Aditivo N° : 1º TA 32/2019 - Contrato N°: 32/2019 - PMDC
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA
Contratada...: NET TRI TELECOMUNICACOES DC LTDA - ME
Valor : 79,90 (setenta e nove reais e noventa centavos)
Vigência : Início: 13/08/2020 Término: 12/09/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N°: 88/2019
Recursos : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00 (103) Saldo: 52.334,67
Objeto : CONTRATAÇÃO DE LINK DE INTERNET, SENDO 1 PUNTO DE INTERNET COM VELOCIDADE DE 20 MB-FULL LIGADO COM FIBRA OPTICA PARA USO JUNTO A BIBLIOTECA MUNICIPAL, E 2 PONTOS DE INTERNET, SENDO 1 COM VELOCIDADE DE 20 MB-FULL E OUTRO COM 100 MB-FULL LIGADOS COM FIBRA OPTICA PARA SER USADO NA PRAÇA MUNICIPAL DALILO QUINTINO PEREIRA.
THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES
PREFEITO MUNICIPAL
Dionísio Cerqueira, 7 de Agosto de 2020

APOSTILA N° 04 REGISTRO DE PREÇOS N° 2/2020

Publicação N° 2594613

APOSTILA DE REAJUSTE DE PREÇOS N° 04
REGISTRO DE PREÇOS N° 2/2020
PREGÃO PRESENCIAL N° 109/2019

Face a previsão de reajuste na Clausula Segunda da Ata de Registro de Preços n° 2/2020, item 2.2 e seus subitens, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM, PARA MANUTENÇÃO DE TODA A FROTA DE VEÍCULOS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA – SC, firmado entre o MUNICÍPIO DE DIONISIO CERQUEIRA - SC e a empresa SS ABASTECEDORA DE COMBUSTIVEL LTDA ME, fica(m) alterado(s) o(s) preço(s) constante(s) na referida Clausula Segunda, item 2.1, conforme abaixo especificado:

1. VALORES REAJUSTADOS

Item	Material/Serviço	Valor anterior	Percentual de correção	Valor corrigido
1	GASOLINA COMUM	R\$ 3,83	3,39 %	R\$ 3,96

Obs: Os demais itens permanecem os preços registrados na ata 2/2020.

O(s) novo(s) preço(s) será (ão) praticado(s) a partir do dia 08 de Agosto de 2020.

A presente Apostila de Reajuste de Preços ampara-se no Art. 65, II alínea "d" e § 8º deste mesmo artigo da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, Clausula Segunda da Ata de Registro de Preços n° 2/2020, item 2.2 e seus subitens.

Dionísio Cerqueira - SC, 07 de Agosto de 2020.

Thyago W. G. Gonçalves
Prefeito Municipal

APOSTILA N° 04 REGISTRO DE PREÇOS N° 45/2019

Publicação N° 2594569

APOSTILA DE REAJUSTE DE PREÇOS N° 04
REGISTRO DE PREÇOS N° 45/2019
PREGÃO PRESENCIAL N° 96/2019

Face a previsão de reajuste na Clausula Segunda da Ata de Registro de Preços n° 45/2019, item 2.2 e seus subitens, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S500 E ÓLEO DIESEL S10, PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA – SC, firmado entre o MUNICÍPIO DE DIONISIO CERQUEIRA - SC e a empresa COMERCIO DE COMBUSTIVEIS STANG LTDA, fica(m) alterado(s) o(s) preço(s) constante(s) na referida Clausula Segunda, item 2.1, conforme abaixo especificado:

1. VALORES REAJUSTADOS

Item	Material/Serviço	Valor anterior	Percentual de correção	Valor corrigido
1	OLEO DIESEL S500	R\$ 2,75	7,64 %	R\$ 2,96
2	OLEO DIESEL S-10	R\$ 2,72	8,09 %	R\$ 2,94

Obs: Os demais itens permanecem os preços registrados na ata 45/2019.

O(s) novo(s) preço(s) será (ão) praticado(s) a partir do dia 08 de Agosto de 2020.

A presente Apostila de Reajuste de Preços ampara-se no Art. 65, II alínea "d" e § 8º deste mesmo artigo da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, Clausula Segunda da Ata de Registro de Preços nº 45/2019, item 2.2 e seus subitens.

Dionísio Cerqueira - SC, 07 de Agosto de 2020.

Thyago W. G. Gonçalves
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 6083/2020

Publicação Nº 2595004

DECRETO Nº 6083/2020.

DECLARA DE UTILIDADE PUBLICA A DESTINAÇÃO DE MAQUINÁRIO DA SECRETARIA DE OBRAS URBANAS DO MUNICIPIO PARA EFETUAR ABERTURA DE LOGRADOUROS E EFETUAR CANALIZAÇÃO DE CURSO HÍDRICO QUE CRUZA OS MESMOS NO DISTRITO DE IDAMAR NO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA –SC.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII do art. 84, da Lei Orgânica do Município;

Considerando a necessidade da abertura da continuação das Ruas Selbi Musa, Mario Cláudio Turra e Avenida Alberto Dhein localizada No Distrito de Idamar;

Considerando o desenvolvimento do Distrito e do município assim como construção e utilização dos imóveis que fazem confrontação com os referidos logradouros;

Considerando que a abertura dos logradouros melhorará o fluxo do trânsito do Distrito;

Considerando o interesse público envolvido na abertura dos logradouros que já estavam projetados desde a criação do perímetro urbano do Distrito de Idamar conforme Lei nº 2.297 de 18 de agosto do ano de 1997;

Considerando que a canalização do curso hídrico será efetuado apenas nos logradouros que já pertencem ao domínio público;

Considerando que será efetuado apenas a abertura dos logradouros visando futuramente efetuar a pavimentação com drenagem pluvial adequada;

Considerando que o curso hídrico não possui na APP – Área de Preservação Permanente vegetação que precisa ser suprimida;

Considerando que a abertura dos logradouros e canalização do curso hídrico que cruzam ao mesmos tratam-se de atividades consideradas como eventuais e de baixo impacto ambiental, de acordo com Art. 3º, inciso X, alínea "k", da Lei nº 12.651/2012 e Resolução CONSEMA nº 128, de 8 de março de 2019.

DECRETA:

Art.1º- Fica Declarado de Utilidade Pública a abertura de Logradouro denominado de Rua Selbi Musa da esquina com a Avenida Frederico Lanza até a esquina com a Rua Mario Claudio Turra, abertura do Logradouro denominado Rua Mário Cláudio Turra da esquina com a Rua Selbi Musa até a esquina com a Avenida Arthur Wantcher, abertura da Avenida Alberto Dhein da esquina com a Avenida Frederico Lanza até a esquina com a Rua Mário Cláudio Turra, todos os logradouros já são de domínio público pertencentes ao perímetro urbano do Distrito de Idamar neste município de Dionísio Cerqueira – SC.

Art.2º- A despesa decorrente da execução do disposto neste decreto correrá por conta de dotação orçamentária vigente.

Art.3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 04 DE AGOSTO DE 2020.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES
Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – D.O.M. no site www.diariomunicipal.sc.gov.br

NORMÉLIO PÉRCIO
Secretário Municipal de Administração e Finanças

HOMOLOGAÇÃO PREGAO PRESENCIAL 91-2020 - PMDC

Publicação N° 2594549

PREGÃO PRESENCIAL N° 91/20
PROCESSO LICITATÓRIO N° 91/20
HOMOLOGAÇÃO: 07/08/20
CONTRATADO: DAVI FRAGOSO DO NASCIMENTO
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PLACAS: DE INDICAÇÃO DE LOMBADAS, PARE, PREFERENCIA, ROTULA E NOME DE RUAS, A SEREM UTILIZADOS PARA AS VIAS PUBLICAS DO MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA - SC
VALOR DA DESPESA: R\$ 25.500,00 (vinte e cinco mil e quinhentos reais)
DATA: 07/08/20 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO
GONÇALVES - Prefeito Municipal.

HOMOLOGAÇÃO PREGAO PRESENCIAL 92-2020 - PMDC

Publicação N° 2594807

PREGÃO PRESENCIAL N° 92/20
PROCESSO LICITATÓRIO N° 92/20
HOMOLOGAÇÃO: 07/08/20
CONTRATADO: LISETTE TEREZINHA HOCHSCHEIDT - ME
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESCOLARES, PARA USO JUNTO AS ESCOLAS MUNICIPAIS, PARA AUXILIO PEDAGOGICO PARA OS PROFESSORES E ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA - SC
VALOR DA DESPESA: R\$ 12.870,00 (doze mil oitocentos e setenta reais)
DATA: 07/08/20 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO
GONÇALVES - Prefeito Municipal.
PREGÃO PRESENCIAL N° 92/20
PROCESSO LICITATÓRIO N° 92/20
HOMOLOGAÇÃO: 07/08/20
CONTRATADO: LOTERICA E COMERCIO SL LTDA - ME
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESCOLARES, PARA USO JUNTO AS ESCOLAS MUNICIPAIS, PARA AUXILIO PEDAGOGICO PARA OS PROFESSORES E ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA - SC
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.205,00 (dois mil duzentos e cinco reais)
DATA: 07/08/20 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO
GONÇALVES - Prefeito Municipal.
PREGÃO PRESENCIAL N° 92/20
PROCESSO LICITATÓRIO N° 92/20
HOMOLOGAÇÃO: 07/08/20
CONTRATADO: CARLOS FRANCISCO ZANATTA FILHO
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESCOLARES, PARA USO JUNTO AS ESCOLAS MUNICIPAIS, PARA AUXILIO PEDAGOGICO PARA OS PROFESSORES E ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA - SC
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.936,00 (dois mil novecentos e trinta e seis reais)
DATA: 07/08/20 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO
GONÇALVES - Prefeito Municipal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 36/2020 - PREGÃO 91-2020 - PMDC

Publicação Nº 2594544

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 1/7

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA**Processo Nº.: 91/2020****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 91/2020****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 36/2020**

No dia 7 do mês de Agosto do ano de 2020, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.026.773/0001-74, com sede administrativa localizada na RUA SANTOS DUMONT 413, bairro CENTRO, CEP nº. 89950-000, nesta cidade de Dionísio Cerqueira/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES, inscrito no CPF sob o nº. 796.689.179-87, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 91/2020, Processo Licitatório nº. 91/2020, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PLACAS: DE INDICAÇÃO DE LOMBADAS, PARE, PREFERENCIA, ROTULA E NOME DE RUAS, A SEREM UTILIZADOS PARA AS VIAS PUBLICAS DO MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA - SC Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
11317	DAVI FRAGOSO DO NASCIMENTO	1

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
DAVI FRAGOSO DO NASCIMENTO	18.590.957/0001-09	DAVI FRAGOSO DO NASCIMENTO	008.223.469-82

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PLACAS: DE INDICAÇÃO DE LOMBADAS, PARE, PREFERENCIA, ROTULA E NOME DE RUAS, A SEREM UTILIZADOS PARA AS VIAS PUBLICAS DO MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA - SC

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 11317 - DAVI FRAGOSO DO NASCIMENTO						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	PLACAS DE SINALIZAÇÃO COM TUBO INOX 2 1/2" DE 3 MTS, COM CHAPA GALVANIZADA DE 60 X 60 CM. ADESIVAÇÃO DE PLACAS DE TRANSITO PARA LOMBADAS, PARE, PREFERENCIA, ROTULA, NOME DE RUAS, COM ADESIVOS POLIMERICOS 3M 60 X 60 CM	UN	TRIMAGEM	150,000	170,0000	25.500,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

Página: 2/7
Processo N°. 91/2020
PREGÃO PRESENCIAL N°. 91/2020

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

Página: 3/7
Processo N°. 91/2020
PREGÃO PRESENCIAL N°. 91/2020

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

Página: 4/7
Processo Nº.: 91/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 91/2020

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

Página: 5/7
Processo N°. 91/2020
PREGÃO PRESENCIAL N°. 91/2020

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA**

Página: 6/7

Processo N°.: 91/2020
PREGÃO PRESENCIAL N°. 91/2020

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

Página: 7/7
Processo N°.: 91/2020
PREGÃO PRESENCIAL N°. 91/2020

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Dionísio Cerqueira para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Dionísio Cerqueira, 7 de Agosto de 2020.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

DAVI FRAGOSO DO NASCIMENTO

CNPJ: 18.590.957/0001-09 _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 37/2020 - PREGÃO 92-2020 - PMDC

Publicação Nº 2594804

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

Página: 1/8
 Processo Nº.: 92/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 92/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 37/2020

No dia 7 do mês de Agosto do ano de 2020, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.026.773/0001-74, com sede administrativa localizada na RUA SANTOS DUMONT 413, bairro CENTRO, CEP nº. 89950-000, nesta cidade de Dionísio Cerqueira/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES, inscrito no CPF sob o nº. 796.689.179-87, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 92/2020, Processo Licitatório nº. 92/2020, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS para eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESCOLARES, PARA USO JUNTO AS ESCOLAS MUNICIPAIS, PARA AUXILIO PEDAGOGICO PARA OS PROFESSORES E ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA - SC Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
12508	CARLOS FRANCISCO ZANATTA FILHO	23
10297	LISETE TEREZINHA HOCHSCHEIDT - ME	5, 39
11055	LOTERICA E COMERCIO SL LTDA - ME	6
12687	NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
CARLOS FRANCISCO ZANATTA FILHO	24.939.326/0001-47	ALIX PATRICIA ANGONESE ZANATTA	944.254.699-68
LISETE TEREZINHA HOCHSCHEIDT - ME	11.162.943/0001-37	LISETE TEREZINHA HOCHSCHEIDT	862.524.459-91
LOTERICA E COMERCIO SL LTDA - ME	15.082.583/0001-14	ZILMAR LAZAROTTO	451.056.189-04
NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA	18.486.182/0001-18		

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
 REGISTRO DE PREÇOS para eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESCOLARES, PARA USO JUNTO AS ESCOLAS MUNICIPAIS, PARA AUXILIO PEDAGOGICO PARA OS PROFESSORES E ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA - SC

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 10297 - LISETE TEREZINHA HOCHSCHEIDT - ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	Caderno de desenho, capa dura 200x275mm 48 folhas. Caixa com 120 cadernos	CX	FORONI	6,000	550,0000	3.300,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

Página: 2/8

Processo N°.: 92/2020

PREGÃO PRESENCIAL N° 92/2020

Fornecedor: 10297 - LISETE TEREZINHA HOCHSCHEIDT - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
39	Resma papel sulfite A4 75g/m2 - Resma de papel formato A4, pacote com 500 folhas, dimensões 210x297mm, sulfite gramatura 75gm2, 100% branco, para uso diverso em impressora laser ou jato de tinta, copiadora, duplicadora. Embalagem adequadamente contra umidade. Caixa com 10 resmas. Com certificação do INMETRO, Iso 9001.	CX	SUZANO COF	60,000	159,5000	9.570,00

Fornecedor: 11055 - LOTERICA E COMERCIO SL LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
6	Caderno brochura, capa flexível 1/4, com 96 folhas, nas dimensões mínimas de 14 cm de largura por 20,2 cm de altura, com margem, linhas visíveis e ter no mínimo 23 pautas por página. cx com 120 cadernos	CX	PANAMERICA	10,000	220,5000	2.205,00

Fornecedor: 12508 - CARLOS FRANCISCO ZANATTA FILHO

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
23	Lápis de cor, formato sextavado, com comprimento mínimo de 175mm, diâmetro da mina de 3,3 mm, composição a base de pigmentos, aglutinantes, carga inerte, ceras e madeiras reforestada, com marca no lápis, cx contendo 12 cores. Produto com certificação no INMETRO.	CX	PIRILAMPO	800,000	3,6700	2.936,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

Página: 3/8
Processo Nº.: 92/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 92/2020

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

Página: 4/8
Processo Nº.: 92/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 92/2020

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

Página: 5/8
Processo Nº.: 92/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 92/2020

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

Página: 6/8
Processo N°. 92/2020
PREGÃO PRESENCIAL N°. 92/2020

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei n° 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

Página: 7/8
Processo Nº.: 92/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 92/2020

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Dionísio Cerqueira para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA**

Página: 8/8

Processo Nº.: 92/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 92/2020

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Dionísio Cerqueira, 7 de Agosto de 2020.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

CARLOS FRANCISCO ZANATTA FILHO

CNPJ: 24.939.326/0001-47

LISETE TEREZINHA HOCHSCHEIDT - ME

CNPJ: 11.162.943/0001-37

LOTERICA E COMERCIO SL LTDA - ME

CNPJ: 15.082.583/0001-14

NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA

CNPJ: 18.486.182/0001-18

Dona Emma

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO N° 51/2020

Publicação N° 2594813

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DONA EMMA-SC

CREDENCIAMENTO N° 02/2020

INEXIGIBILIDADE N° 02/2020

EXTRATO DO CONTRATO: 51/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DONA EMMA. CONTRATADA: MARISE VOIGT – inscrita no CPF sob o nº. 950.622.039-53. OBJETO: credenciamento na prestação de serviços especializados na área operador de raio X, de forma complementar da cobertura dos serviços prestados pela rede Municipal de Saúde/Sistema Único de Saúde, para atendimento à pacientes residentes no Município. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 25, da Lei 8.666/93. VIGÊNCIA 03/08/2020 até 03/08/2021.

Dona Emma, em 03 de agosto de 2020.

NERCI BARP

Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO N° 52/2020

Publicação N° 2594817

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DONA EMMA-SC

CREDENCIAMENTO N° 02/2020

INEXIGIBILIDADE N° 02/2020

EXTRATO DO CONTRATO: 52/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DONA EMMA. CONTRATADA: CLINICA MONTEIRO LINS – inscrita no CNPJ sob o nº. 05.521.592/0001-00. OBJETO: credenciamento na prestação de serviços especializados na área de cardiologia, ginecologia e operador de equipamento de ultrassonografia, de forma complementar da cobertura dos serviços prestados pela rede Municipal de Saúde/Sistema Único de Saúde, para atendimento à pacientes residentes no Município. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 25, da Lei 8.666/93. VIGÊNCIA 03/08/2020 até 03/08/2021.

Dona Emma, em 03 de agosto de 2020.

NERCI BARP

Prefeito Municipal.

Entre Rios

PREFEITURA

LICITAÇÃO 018-2020 FMS

Publicação Nº 2595040

EDITAL DE LICITAÇÕES

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO REALIZADO POR MEIO DA INTERNET

TIPO: Menor Preço por Item

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 018/2020-FMS-ENTRE RIOS

PREGÃO ELETRÔNICO: PE-013/2020-SRP– Sistema de Registro de Preços

OBJETO: FUTURA AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA DE LEITE E SUPLEMENTOS ALIMENTARES PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS-SC, conforme especificações e condições estabelecidas no ANEXO – Lista de Itens, constante do Anexo I deste Edital.

RECEBIMENTO DE PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO ATÉ: 08:00 horas de 13/08/2020.

RECEBIMENTO DE PEDIDOS DE IMPUGNAÇÃO ATÉ: 08:00 horas de 20/08/2020.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: 08:00 horas do dia 25/08/2020.

ABERTURA DA SEÇÃO PÚBLICA: às 08:00 horas do dia 25/08/2020.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08:20 horas do dia 25/08/2020.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF.

TRATAMENTO FASE DE LANCES: Aberto (Decreto Federal 10.024/2019 e Decreto Municipal 061/2020);

INTERVALO MINIMO DE LANCE: 1% (UM POR CENTO);

PROPOSTAS E LANCES OBEDECER: 2 (DUAS) CASAS DECIMAIS APÓS A VIRGULA;

OBS: Havendo divergência na descrição dos itens entre sistema de pregão eletrônico do Compras Públicas e “Anexo I – Lista de Itens”, vale o Anexo um para conferência e recebimento dos itens;

ENDEREÇO: As propostas serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico no endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br.

Entrega dos produto no endereço: Posto Central de saúde, cito a Rua Toldinho, nº 176, Centro de Entre Rios-SC, CEP 89.862-000, Fone (49) 3351-0060.

Prazo de Entrega: 15 (quinze) dias corridos da data Autorização de fornecimento;

Horário para recebimento: dias uteis, de segundas a sextas-feiras, das 7:30 as 11:30 horas e das 13:00 as 17:00 horas, não será recebido fora deste período e nem será buscado produtos em cidades vizinhas;

Entre Rios - SC, 07 de AGOSTO de 2020.

JURANDI DELL OSBEL

Prefeito Municipal

Ermo**PREFEITURA****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2020 - DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Publicação Nº 2595617

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2020 - DISPENSA DE LICITAÇÃO

Objeto: Aquisição de 1.000 (um mil) kit's de testes rápidos de detecção do coronavírus (Covid-19), destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Ermo.

TESTE RÁPIDO (COVID-19)					
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND	QTDE	VALOR UND	VALOR TOTAL
01	KIT DE TESTE RÁPIDO PARA COVID-19 (igG – igM)	UND	1.000	59,00	59.000,00
VALOR TOTAL R\$					59.000,00

Contratante: Município de Ermo, sede na Rod. SC 448, km 06, nº 120, neste município, inscrito no CNPJ sob o nº 01.608.905/0001-01.

Fornecedor

TKL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 07.415.627/0001-52

Valor: 59.000,00 (cinquenta e nove mil reais).

Valor e pagamento: O valor de cada unidade de teste rápido é de R\$ 59,00 (cinquenta e nove reais). O valor total dos produtos é de R\$ 59.000,00 (cinquenta e nove mil reais). O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias após a entrega dos produtos.

Justificativa: A presente Dispensa de Licitação será para fins de medidas de prevenção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, visando atender as necessidades em decorrência da pandemia do COVID-19, doença respiratória aguda causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2), em virtude da rápida difusão do vírus pelo país.

Está aquisição permitirá atender as demandas inicialmente evidenciadas para a realização de triagem dos casos suspeitos encaminhados aos serviços públicos de saúde.

A escolha dos fornecedores se deu em função de serem aptos a suprir a urgência da demanda, e o preço contratado é o praticado no mercado, conforme orçamentos anexo.

Fundamento Legal: Art. 4º da Lei Federal nº 13.979/2020 e Art. 24, Inciso IV da Lei Federal nº 8666/93.

Ermo/SC, 07 de Agosto de 2020.

Lélis Helena Leonardo

Presidente da Comissão de Licitação

RATIFICAÇÃO

Em vista das justificativas e fundamentações retro relatadas e levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, aprovo a realização da despesa, independente de licitação.

Ermo, 07 de Agosto 2020.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Erval Velho

PREFEITURA

DECRETO 2641/2020

Publicação Nº 2595146

DECRETO 2641, de 31 de julho de 2020.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º, Inciso II da Lei Municipal n. 1515 de 26 de novembro de 2019 - LOA e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Erval Velho, no valor de R\$ 10.000,00 para suplementar a seguinte dotação orçamentária: Portaria 369 – MINISTÉRIO DA CIDADANIA

ÓRGÃO 07 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJ/ATIV – 2.042 – Manutenção da Assistência Social Geral

227 - 3.3.90.00.00.00.03.0035.39 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2019.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,
em 31 de julho de 2020.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria, em 31 de julho de 2020.

Christian Andrei Conte
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 2642/2020

Publicação Nº 2595150

DECRETO 2642, de 06 de agosto de 2020.

Anula Processo Licitatório que especifica e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior Prefeito Municipal do Município de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que lhe confere o inciso XXVI, do artigo 85 da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no artigo 49, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, que transcrevo e destaco: "A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado".

Considerando que a falta de comprovação dos pressupostos de habilitação jurídica ou tributária, impedem a contratação e não sendo comprovado estar desse modo habilitada a pretensa contratada,

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado o Processo Licitatório nº 053/2020, modalidade Inexigibilidade nº 007/2020 – ente Município de Erval Velho – Objeto: Contratação de acolhimento e prestação de serviços para cuidados de pessoa portadora de necessidades especiais.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,
em 06 de agosto de 2020.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria, em 06 de agosto de 2020.

Christian Andrei Conte
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3865/2020

Publicação Nº 2595152

PORTARIA 3865, de 03 de agosto de 2020.
Concede licença maternidade à servidora que menciona e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, em conformidade com a Lei Complementar nº 028 de 10 de junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º. Conceder Licença Maternidade à Senhora CRISTINA PICCOLI, ocupante do cargo efetivo de Professor, pelo período de 60 (sessenta) dias a contar de 03 de agosto de 2020, com término previsto para 01 de outubro de 2020, sem prejuízos no seu vencimento.

Art.2º. Os vencimentos serão pagos com recursos do Município.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho- SC,
em 03 de agosto de 2020.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Christian Andrei Conte
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3866/2020

Publicação Nº 2595155

PORTARIA 3866, de 03 de agosto de 2020.
Concede férias a servidor que especifica e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no artigo 64, da Lei Complementar n. 007, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias a servidora abaixo mencionada pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 03 de agosto à 01 de setembro de 2020, conforme respectivo período aquisitivo:

Nome	Cargo	Período Aquisitivo		
Edeunilse Fiorese Pratto	Téc. em Tesouraria	08/08/2016	A	07/08/2017

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,
em 03 de agosto de 2020.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Christian Andrei Conte
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3867/2020

Publicação Nº 2595157

PORTARIA 3867, de 03 de agosto de 2020.

Contrata servidora por tempo indeterminado e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, mais o disposto no inciso III, do artigo 2º, da Lei Complementar nº 043, de 29 de agosto de 2013, em conformidade com a Lei Complementar nº 007 de 28 de dezembro de 2001,

Considerando que a necessidade de contratação de outro profissional para o cargo de Enfermeiro é URGENTE;

Considerando parecer da Assessoria Jurídica do Município;

Em cumprimento ao Decreto n. 2639, de 31 de julho de 2020,

Resolve:

Art. 1º. Contratar em caráter excepcional e temporário a Senhora GRACIELI CHIKOSKI, por tempo indeterminado para ocupar o cargo de Enfermeiro, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, nível 09-A, conforme prevê a legislação vigente, enquanto perdurar a necessidade.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho- SC,
em 03 de agosto de 2020.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Christian Andrei Conte
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3868/2020

Publicação Nº 2595161

PORTARIA 3868, de 04 de agosto de 2020.

APLICA A PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito do Município de Erval Velho – Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente no artigo 85, inciso XXVI da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o contido em todo caderno indiciário e instrutivo que compõe o Processo Administrativo Disciplinar nº 002/2019 instaurado pela Portaria nº 3694, de 22 de julho de 2019, especialmente no Relatório Final de fls. 379-414 do referido processo, com o qual concorda, motivo pelo qual acolhe-se integralmente – Relatório, Fundamentação e Dispositivo –, dispensando-se assim redundante repetição do texto do Relatório Conclusivo da Comissão e diante do Parecer apresentado pela Acessória Jurídica as fls. 417-418, o qual não aponta qualquer vício intrínseco ou extrínseco que possa comprometer a validade do Processo Administrativo Disciplinar nº 002/2019.

RESOLVE:

Art. 1º. Aplicar a penalidade de advertência ao servidor Jacques Conceição Davoglio, operador de máquinas, matrícula funcional nº 828, lotado na Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, por infração aos artigos 94, inciso I e IV c/c 95, inciso I e IV, ambos do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Erval Velho (Lei Complementar nº 007/2001), uma vez que deixou de exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo e descumpriu as ordens superiores ao ausentar-se do serviço durante o expediente e opor resistência injustificada a execução de serviço, em decorrência do disposto no artigo 108 Lei Complementar Municipal nº 007/2001.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho- SC,
em 04 de agosto de 2020.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Christian Andrei Conte
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3869/2020

Publicação N° 2595162

PORTARIA 3869, de 05 de agosto de 2020.

Concede Progressão por Aperfeiçoamento aos Servidores do Magistério que menciona.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, de acordo com o artigo 16 da Lei Complementar n. 021/2009, de 07 de maio de 2009 e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art.1º. Concede progressão funcional por cursos de aperfeiçoamento no percentual de 5%(cinco por cento) sobre o vencimento base aos servidores efetivos abaixo relacionados:

Servidor	Cargo	Nível - Classe
Daniela Terezinha de Mattos	Professor	03-A para 03-B
Dionilde Sutil	Professor	03-A para 03-B

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de agosto 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC,
em 05 de agosto de 2020.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Christian Andrei Conte
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3870/2020

Publicação N° 2595163

PORTARIA 3870, de 05 de agosto de 2020.

Concede Progressão Funcional a servidor que menciona.

Walter Kleber kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com os artigos 15 e 16 da Lei Complementar n. 020/2009, de 08 de abril de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º. Concede Progressão Funcional no percentual de 4%(quatro por cento) sobre o salário base ao servidor Ivan Carlos Camilo, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas, passando do nível 04-C para 04-D.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de agosto de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC,
em 05 de agosto de 2020.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Christian Andrei Conte
Secretário de Administração e Finanças

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

TERMO ADITIVO N. 04 AO CONTRATO 0068/2019

Publicação Nº 2594446

TERMO ADITIVO N. 04 AO,
CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 0068/2019.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Fica aditivado em R\$ 21.330,00 (vinte e um mil trezentos e trinta reais) o Valor constante no item 2.1 da CLÁUSULA SEGUNDA do contrato de rateio firmado, passando a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA – Permanecem em vigor as demais cláusulas e condições não alteradas pelo presente termo aditivo.

E por estarem justas e acordadas, assinam o presente instrumento particular em duas vias de igual teor e forma.

Faxinal dos Guedes/SC, 05 de agosto de 2020.

GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal

Flor do Sertão

PREFEITURA

TERMO ADITIVO Nº. 003 DO CONTRATO Nº. 59/2018

Publicação Nº 2596161

TERMO ADITIVO Nº. 003

AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº. 59/2018

O MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Sidnei José Willinghöfer, brasileiro, casado, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 503.319.819-04 e portador da Cédula de Identidade nº 1.711.118 SSP/SC de ora em diante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado CAIBI EMPREENDIMENTOS LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.496.099/0001-27, com sede na Avenida Progresso, nº. 653, na cidade de Caibi - SC, neste ato representada pelo Sr. Fabio Luiz Silveira, inscrito no CPF sob o nº 678.555.399-72 e Cédula de Identidade nº. 2431110, doravante denominada CONTRATADA, resolvem aditar o contrato supra mencionado pelas cláusulas que seguem:

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do contrato em 60 dias, pelo fato, de que a obra ainda não foi finalizada, referente ao processo Licitatório nº. 2284/2018 na modalidade de Tomada de Preço nº. 06/2018 que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA SOB REGIME DE EMPREITADA GLOBAL COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA PAVIMENTAÇÃO DE CALÇADAS EM PAVER EM VÁRIAS RUAS DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, COM O TOTAL DE 3.966,60 M².

CLÁUSULA SEGUNDA:

As demais cláusulas do presente contrato permaneçam inalteradas.

E por estarem assim justos e de acordo, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Flor do Sertão – SC, aos 06 dias do mês de agosto de 2020.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER		FABIO LUIZ SILVEIRA
CPF: 503.319.819-04		CPF: 678.555.399-72
CONTRATANTE		CONTRATADA
DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

Formosa do Sul

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL N.º 5032/2020

Publicação Nº 2595993

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

DECRETO MUNICIPAL N.º 5032, DE 06 DE AGOSTO DE 2020.

“ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO PROGRAMA 2020 DO TIPO ALTERAÇÃO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 71, Inciso XVIII da Lei Orgânica Municipal e autorização contida Lei Municipal N.º 756, de 26 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 44.410,08 (quarenta e quatro mil quatrocentos e dez reais e oito centavos) para a seguinte dotação orçamentária:

ENTIDADE: 1 – MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL	
04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO	
04.01 –DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
PROJ./ATIV. 2.009 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL	
(161) 3.3.90.00.00.00.00.0300– Aplicações Diretas	
Fonte de Recurso: 0332 – Transferência de Convênios	R\$ 44.410,08

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo primeiro serão utilizados recurso proveniente do superávit financeiro do exercício anterior no valor de: R\$ 44.410,08 (quarenta e quatro mil quatrocentos e dez reais e oito centavos) da Fonte de Recurso: 0332.

Art. Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 06 de agosto de 2020.

RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

DECRETO MUNICIPAL N.º 5033/2020

Publicação Nº 2595996

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL

DECRETO MUNICIPAL Nº 5033, DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.”

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com amparo no art. 71, XXIV e XXV da Lei Orgânica Municipal e no art. 73, da Lei Complementar Municipal nº 17, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Municipais e dá outras providências,

DECRETA:

Art. 1º Fica Concedida, a pedido, nos termos do art. 73 da Lei Complementar nº 017/2006 e posteriores, Licença Remunerada para Atividade Política ao Servidor Público Municipal REGINALDO SEDENIR DE MIRANDA, ocupante do Cargo efetivo de Técnico em Enfermagem, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, pelo período de três meses, iniciando em 15 de agosto de 2020 até o dia 15 de novembro de 2020.

Art. 2º O servidor licenciado fica obrigado a apresentar em até 3 (três) dias úteis, contados da data da realização da convenção partidária, cópia de documento que comprove a filiação partidária, cópia da ata da convenção do partido comprovando a sua indicação como candidato às eleições deste ano, e, no mesmo prazo, este contado da data limite para registro de candidatos, cópia do comprovante de registro da candidatura ao cargo eletivo municipal.

Parágrafo único. A inobservância do disposto no caput ensejará o retorno imediato do servidor ao exercício do cargo e a devolução do valor

correspondente ao período de afastamento.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul – SC, em 07 de agosto de 2020.

RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

Forquilha

PREFEITURA

DECISÃO ADMINISTRATIVA: PREGÃO PRESENCIAL Nº 090/PMF/2020

Publicação Nº 2594853

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 090/PMF/2020

DECISÃO ADMINISTRATIVA

RELATÓRIO

O Município de Forquilha lançou licitação na modalidade Pregão Presencial, Edital nº 090/PMF/2020, cujo objeto é a aquisição de notebooks para a Secretaria Municipal de Educação, com recursos provenientes de Emenda Parlamentar cadastrada no SIMEC, Termo de compromisso número 201600281.

É o relatório.

DO MÉRITO

O Edital nº 090/PMF/2020, para a aquisição de notebooks para a Secretaria Municipal de Educação, com recursos provenientes de Emenda Parlamentar cadastrada no SIMEC, com recursos financeiros transferidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE/MEC, foi lançado na modalidade Pregão Presencial.

Contudo, o Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, estabelece que a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns pelos entes federativos, com a utilização de recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, tais como convênios e contratos de repasse, a utilização da modalidade de pregão, na forma eletrônica, ou da dispensa eletrônica será obrigatória, vejamos:

Art. 1º

§ 3º Para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns pelos entes federativos, com a utilização de recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, tais como convênios e contratos de repasse, a utilização da modalidade de pregão, na forma eletrônica, ou da dispensa eletrônica será obrigatória, exceto nos casos em que a lei ou a regulamentação específica que dispuser sobre a modalidade de transferência discipline de forma diversa as contratações com os recursos do repasse.

Considerando que o presente caso não se enquadra em nenhum dos casos de exceção desta regra, a revogação deste processo é medida que se impõe.

DO DISPOSITIVO

ISTO POSTO, REVOGO a licitação na modalidade Pregão Presencial, Edital nº 090/PMF/2020, determinando o retorno dos autos para a Pregoeira e sua equipe de apoio para que relance esta licitação na modalidade Pregão Eletrônico.

Intimem os licitantes da decisão retro.

Forquilha/SC, 07 de agosto de 2020.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

DECRETO AP Nº 1076, DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2594625

DECRETO AP Nº 1076, DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

NOMEIA, POR CONCURSO, OS QUE RELACIONA, PARA EXERCER O CARGO AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO a necessidade de preenchimento imediato da vaga de Agente de Serviços Gerais - Braçal;

CONSIDERANDO que os nomeados em questão foram classificados no Concurso Público, Edital n. 003/2019, de 20 de novembro de 2019, homologado em 12 de março de 2020;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados, por concurso, MICKAEL VILAIN NOGUEIRA SOARES, FERNANDO SOUZA CHAUCOSKI e EVERTON DOS SANTOS SEBASTIAO, para exercer o cargo de Agente de Serviços Gerais - Braçal, classificados em 2º ao 4º lugar, respectivamente, no Concurso Público, Edital n. 003/2019, de 20 de novembro de 2019, homologado em 12 de março de 2020.

Art. 2º Os nomeados deverão apresentar a documentação necessária para posse no prazo de 15 dias após a convocação.

§ 1º A relação de documentos, exames médicos necessários e instruções para posse do respectivo cargo poderão ser requeridos no Departamento de Pessoal do Município, situado na Av. 25 de Julho, n. 3400, Centro, Forquilha/SC;

§ 2º Se a documentação necessária para posse não for apresentada no prazo estipulado no caput, o ato de nomeação será tornado sem efeito, e, sendo no caso, nomeado imediatamente o próximo classificado no concurso.

Art. 3º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 07 de agosto de 2020.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 07 de agosto de 2020.

JULIANA TAVARES
Chefe do Departamento de Governo

EXTRATO DE TERMO ADITIVO PMF 82/2020

Publicação N° 2594742

	ESTADO DE SANTA CATARINA GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
--	--

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF N° 82/2020

NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF N°. 48/2019
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – JR CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA EPP.

DO OBJETO – Execução dos serviços de pavimentação asfáltica de diversas ruas nos Bairros Santa Cruz (lote 03), Ouro Negro (lote 02) e Clarissas (lote 01), do Município de Forquilha/SC, conforme Programa BRDE Municípios sob nº SC-45.250/BNDES-AUT/TLP – Setor Público.

DO PRAZO – Fica acrescido 120 (cento e vinte) dias ao prazo de execução do Lote 01, e 90 (noventa) dias ao prazo de execução do Lote 03, objeto do Contrato nº. 48/PMF/2019, nos moldes da solicitação da empresa Contratada, conforme segue:

LOTE 01: prazo de execução fica prorrogado de 19/08/2020 para 17/12/2020;

LOTE 02: mantém-se o prazo de execução até 04/08/2020;

LOTE 03: prazo de execução fica prorrogado de 05/08/2020 para 03/11/2020;

Fica prorrogada a vigência do contrato para 16/12/2025 (último prazo de execução + garantia).

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 29 de julho de 2020.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO PMF 83/2020

Publicação Nº 2594743

	ESTADO DE SANTA CATARINA GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
--	--

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 83/2020

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 104/2019
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO – JR CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA EPP.

DO OBJETO – Execução dos serviços de pavimentação asfáltica de diversas ruas nos Bairros Ouro Negro (lote 04), Santa Líbera (lote 05), Vila Franca e Saturno (lote 06), do Município de Forquilha/SC, conforme Programa BRDE Municípios sob nº SC-45.250/BNDES-AUT/TLP - Setor Público.

DO PRAZO – Fica acrescido 120 (cento e vinte) dias no prazo de prestação de serviços do lote 06, objeto do Contrato nº. 104/PMF/2019, nos moldes da solicitação da empresa Contratada, conforme segue:

LOTE 04: mantém-se o prazo de execução até 18/10/2020;
LOTE 05: mantém-se o prazo de execução até 18/09/2020;
LOTE 06: prazo de execução fica prorrogado de 19/08/2020 para 17/12/2020;
Fica prorrogada a vigência do contrato para 16/12/2025 (último prazo de execução + garantia).

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 29 de julho de 2020.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO PMF 84/2020

Publicação Nº 2594744

	ESTADO DE SANTA CATARINA GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
--	--

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 84/2020

OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 35/2019
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – JR CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA EPP.

DO OBJETO – Prestação de serviços a contratação de empresa especializada para execução dos serviços de pavimentação asfáltica da Avenida Afonso Forgiarini no Bairro Saturno e Rua Reditário De Bona no Bairro Santa Cruz, Município de Forquilha/SC, conforme Financiamento à Infraestrutura e Saneamento (FINISA), Contrato nº. 0519541– DV: 33.

Lote 01 – Execução dos serviços de pavimentação asfáltica da Avenida Afonso Forgiarini, Bairro Saturno, com extensão de 938,31 metros (linear).

Lote 02 – Execução dos serviços de pavimentação asfáltica da Rua Reditário de Bona, Bairro anta Cruz, com extensão de 1.319,04 metros (linear).

DO PRAZO – Fica acrescido 150 (cento e cinquenta) dias ao prazo de execução do Lote 02, objeto do Contrato nº. 35/PMF/2019 conforme segue:

LOTE 01: mantém-se o prazo de execução até 06/08/2020;
LOTE 02: prazo de execução fica prorrogado de 06/08/2020 para 03/01/2021;

Fica prorrogada a vigência do contrato para 06/01/2026 (último prazo de execução + garantia).

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 29 de julho de 2020.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO PMF 85/2020

Publicação N° 2594745

	ESTADO DE SANTA CATARINA GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
--	--

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF N° 85/2020

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF N°. 125/2019
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – JR CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA EPP.

DO OBJETO – Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de pavimentação asfáltica das Ruas Eugenio Silveira no Bairro Vila Lourdes e Avenida Adolfo Back no Bairro Saturno, Município de Forquilha/SC, conforme Programa BRDE Municípios sob nº SC-45.250/BNDES-AUT/TLP – Setor Público.

Lote 01: Execução dos serviços de pavimentação asfáltica da Rua Eugenio Silveira no Bairro Vila Lourdes Município de Forquilha/SC, com extensão de 668,82 metros (linear).

Lote 02: Execução dos serviços de pavimentação asfáltica da Avenida Adolfo Back no Bairro Saturno, Município de Forquilha/SC, com extensão de 552,979 metros (linear).

DO PRAZO – Fica acrescido 120 (cento e vinte) dias no prazo de prestação de serviços do lote 02, objeto do Contrato nº. 125/PMF/2019, nos moldes da solicitação da empresa Contratada, conforme segue:

LOTE 01: mantém-se o prazo de execução até 04/10/2020;

LOTE 02: prazo de execução fica prorrogado de 05/08/2020 para 03/12/2020;

Fica prorrogada a vigência do contrato para 02/12/2025 (último prazo de execução + garantia).

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 29 de julho de 2020.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS 21/2020

Publicação N° 2594633

	ESTADO DE SANTA CATARINA GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
--	--

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS N° 21/2020
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS 23/2019
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – PUERITÁ SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.

DO OBJETO – Credenciamento de prestadores de serviços de assistência à saúde, por meio de consultas de especialidades (Pediatria).

DA ALTERAÇÃO – Integram o presente contrato como prestadores de serviço de consulta em pediatria os seguintes profissionais habilitados: Eloisa de Luca Casagrande e Manuela Justi de Farias.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 58 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 23 de julho de 2020.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

NOTA DE REVOGAÇÃO 10/2020

Publicação N° 2594855

NOTA DE REVOGAÇÃO 10/2020

PREGÃO PRESENCIAL N°. 90/PMF/2020

OBJETO: A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO, através de empresa especializada, para prestar serviços de limpeza e segurança noturna e diurna para atendimento de eventos da Administração Municipal de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

MOTIVO: REVOGO a licitação na modalidade Pregão Presencial, Edital nº 090/PMF/2020, determinando o retorno dos autos para a Pregoeira e sua equipe de apoio para que relance esta licitação na modalidade Pregão Eletrônico considerando que recursos utilizados são provenientes de Emenda Parlamentar cadastrada no SIMEC, com recursos financeiros transferidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE/MEC.

Forquilha/SC, 07 de agosto de 2020.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

20 - PAL 0042 - 2019 - MAPFRE SEGUROS GERAIS SA

Publicação Nº 2594810

DECISÃO

Referente ao

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO N.º 0042/2019 – FMS
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 0001A/2019 – FMS
CONTRATO N.º 0003/2019 (CT19FMS03)

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA SEGURADORA PARA A REALIZAÇÃO DE SEGURO DE VEÍCULOS, ENTRE ELES, AUTOMÓVEIS, CAMINHÕES, ÔNIBUS, MICRO-ÔNIBUS, AMBULÂNCIAS, MOTOCICLETAS E MÁQUINAS DE DIVERSAS MARCAS E MODELOS DA FROTA DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FMS, FME E SANEFRAI) CONTRATO Nº CT19FMS03.

O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – ÓRGÃO GERENCIADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.947.979/0001-74, NOTIFICA a empresa MAPFRE SEGUROS GERAIS, situada na Av. das Nações Unidas n.º 14.261, 18º andar, Vila Gertrudes, no município de São Paulo/SP (04.794-000), inscrita no CNPJ sob o n.º 61.074.175/0001-38, a tomar ciência acerca do dispositivo da Decisão...“DECI-DE-SE. a) Pela aplicação da sanção advertência para a empresa MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A, em razão do descumprimento dos termos contratuais; e b) Que se proceda ao ressarcimento cabível, no montante de R\$ 715,00 (setecentos e quinze reais), pela empresa à Administração Pública. ”. O inteiro teor da Decisão foi encaminhado via correspondência eletrônica para o e-mail e via postal para os endereços citados no presente Instrumento. Será franqueada vista dos autos caso entenda necessário.

Fraiburgo(SC), 07 de agosto de 2020.

Felipe Krieguer
Fiscal de Contratos

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0046_2020 PMF

Publicação Nº 2594849

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0046/2020 – PMF
Processo Administrativo Licitatório nº 0114/2020 –
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados de consultoria contábil, financeira, orçamentária, patrimonial, e diversos das atividades rotineiras do atual quadro de pessoal do Município, para orientação dos servidores municipais que atuam nestas áreas. Julgamento: Menor preço por ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 10:00 horas do dia 20.08.2020, deverão ser entregues junto ao setor de Compras e Licitações, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento e Abertura: até às 10:15 horas do mesmo dia, junto ao Setor de Compras e Licitação. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br link “LICITAÇÕES”.
Fraiburgo (SC), 07 de agosto de 2020.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

DECRETO Nº 173 - 2020

Publicação Nº 2594826

DECRETO Nº 173, DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

APROVA DESUNIFICAÇÃO DO IMÓVEL COM 950,09m², MATRICULADO SOB Nº 13.357, DE PROPRIEDADE DE RICARDO DE MELO E VANESSA CHARLINE BINDER, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Claudete Gheller Mathias, Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º De conformidade, e nos termos das plantas, memoriais descritivos e demais documentos constantes do Processo Administrativo nº 1662/2020, fica aprovado a Desunificação do imóvel cadastrado sob nº 12046, com área de 950,09m², matriculado sob nº 13.357, no Cartório de registro de Imóveis da Comarca de Fraiburgo, de propriedade de RICARDO DE MELO, inscrito no CPF sob nº 040.546.549-16, e VANESSA CHARLINE BINDER, inscrita no CPF sob nº 051.270.219-51, situado na Rua Dirceu Romano Paniz, Bairro Portal, conforme abaixo descrito:

a) A área desunificada 01 com 451,15m², será cadastrada neste município como lote nº 0014-000 da quadra nº 613, sem benfeitorias;

b) A área desunificada 02 com 498,94m², será cadastrada neste município como lote nº 0015-000 da quadra nº 613, sem benfeitorias;

Art. 2º Dentro do plano de Estrutura, Aproveitamento e Uso do Solo, anexos IV e VIII da Lei Complementar Municipal nº 097/2008, os lotes serão classificados como ZCB-2 (Zona Comercial de Bairro 2).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA.
FRAIBURGO, 07 DE AGOSTO DE 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

O presente instrumento foi publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 3227 e 10/08/2020, disponibilizada no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, com fundamento no artigo 81, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal 2034/2009 e Decreto 303/2009. Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

DECRETO Nº 174 - 2020

Publicação Nº 2594846

DECRETO Nº 174, DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

ALTERA O DECRETO Nº 114, DE 21 DE MAIO DE 2020, QUE APROVOU A UNIFICAÇÃO (REMEMBRAMENTO) DOS LOTES Nº 0001-000, 0002-000 E 0003-000 DA QUADRA Nº 515, DE PROPRIEDADE DE CELITA PEREIRA DA COSTA.

Claudete Gheller Mathias, Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º. O artigo 1º do Decreto Municipal nº 114, de 21 de maio de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

I. área I a unificar: um terreno urbano identificado pelo lote nº 0001-000, da quadra nº 515, matriculado junto ao CRI da Comarca de Fraiburgo sob nº 13419, com área de 539,28m², situado na Avenida Guilherme Pinz, s/n, Bairro São Miguel;

II. área II a unificar: um terreno urbano identificado pelo lote nº 0002-000, da quadra nº 515, matriculado junto ao CRI da Comarca de Fraiburgo sob nº 13420, com área de 360,00m², situado na Avenida Guilherme Pinz, s/n, Bairro São Miguel;

III. área II a unificar: um terreno urbano identificado pelo lote nº 0003-000, da quadra nº 515, matriculado junto ao CRI da Comarca de Fraiburgo sob nº 13421, com área de 360,00m², situado na Avenida Guilherme Pinz, s/n, Bairro São Miguel;

Art. 2º. O artigo 2º do Decreto Municipal nº 114, de 21 de maio de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º. Os lotes unificados passam a ter a seguinte descrição: um terreno urbano identificado pelo lote nº 0020-000, da quadra nº 515, com área de 1.259,28m², situado na Avenida Guilherme Pinz, s/n, Bairro São Miguel, inscrição imobiliária nº 000006.5.23.515.0020.000.001.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA.
FRAIBURGO, 07 DE AGOSTO DE 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

O presente instrumento foi publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 3227 e 10/08/2020, disponibilizada no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, com fundamento no artigo 81, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal 2034/2009 e Decreto 303/2009. Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

RECURSOS FEDERAIS À PUBLICAR 2020

Publicação Nº 2594811

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS

O Município de FRAIBURGO-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:

Data do Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
29.07.2020	FNAS	SIGTV – ESTRUTURAÇÃO CUSTEIO	100.000,00
04.08.2020	FNS	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	54.600,00
04.08.2020	FNS	MAC	143.463,76
04.08.2020	FNS	APS DESEMPENHO	45.856,11
04.08.2020	FNS	APS CAPTAÇÃO	170.354,30
05.08.2020	FNS	APS TRANSIÇÃO	18.069,65
05.08.2020	FNS	AÇÕES ESTRATÉGICAS	17.890,00
05.08.2020	FNS	SAMU	21.919,00
05.08.2020	FNS	HEPATITES	2.500,00
05.08.2020	FNS	AÇÕES ESTRATÉGICAS	12.000,00
05.08.2020	FNS	FARMÁCIA BÁSICA	17.917,81
05.08.2020	FNS	APS INFORMATIZAÇÃO	15.300,00
05.08.2020	FNDE	PNAE – Alimentação Escolar Creche	20.672,40
05.08.2020	FNDE	PNAE – Alimentação Escolar Educação Especial	1.335,60
05.08.2020	FNDE	PNAE – Alimentação Escolar EJA	1.024,00
05.08.2020	FNDE	PNAE – Alimentação Escolar Pré-escola	14.062,20
05.08.2020	FNDE	PNAE – Alimentação Escolar Ensino Fundamental	39.222,20
06.08.2020	FNS	ACADEMIA DE SAÚDE	3.000,00
06.08.2020	FNS	COMBATE COVID 19	103.830,00
06.08.2020	FNAS	Ações do COVID no SUAS para EPI	12.075,00
07.08.2020	FNAS	IGDBF	5.001,50

Secretaria de Finanças

Garopaba

PREFEITURA

AVISO DISPENSA DE LICITAÇÃO DL017/2020

Publicação Nº 2596487

DISPENSA DE LICITAÇÃO DL017/2020

O Município de Garopaba, através do Fundo Municipal de Saúde de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o inciso V do artigo 24 da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por DISPENSA DE LICITAÇÃO:

Processo nº: 025/2020; DL nº: 017/2020; Contratado: FERNANDES DALLAVECHIA & CIA LTDA; CNPJ: 24.878.692/0001-33; Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de lavanderia industrial para lavagem de roupa hospitalar, com o fornecimento de todos os insumos necessários para a execução dos serviços; Valor: R\$ 64.500,00. Data da Homologação: 07/08/2020.

Garopaba - SC, 07 de agosto de 2020.

ERRATA Nº 01 DO DECRETO Nº 185/2020

Publicação Nº 2596500

ERRATA N.º 1: Decreto nº 185, de 03 de Agosto de 2020

A Prefeitura Municipal de Garopaba por sua Secretaria de Administração, no uso de suas atribuições, torna público a seguinte alteração na publicação do Decreto nº 185/2020, publicado no DOM/SC, Extrato do Ato nº 2589551, Edição 3221, página 504, em 04/08/2020.

Onde se Lê:

SECRETARIA DA FAZENDA	130.000,00
05.01 - SECRETARIA DA FAZENDA	130.000,00
04.123.00122.012 – Funcion. e Manut. da Secretaria de Fazenda	130.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 Aplicações Diretas	130.000,00
04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	30.000,00
04.122.00092.007 – Funcion. e Manut. da Secret. de Administração	30.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 Aplicações Diretas	30.000,00
02.01 -GABINETE DO PREFEITO	20.000,00
04.122.00062.003 – Funcion. e Manut. do Gabinete do Prefeito	20.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 Aplicações Diretas	20.000,00
14.01 - ENCARGOS GERAIS	120.000,00
28.843.00002.069 - Amortização e encargos da dívida interna	120.000,00
3.2.90.0.1.00.000000 Aplicações Diretas	10.000,00

Leiam – se:

SECRETARIA DA FAZENDA	130.000,00
05.01 - SECRETARIA DA FAZENDA	130.000,00
04.123.00122.012 - Funcionamento e Manut. da Secretaria de Fazenda	130.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 Aplicações Diretas	130.000,00
04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	30.000,00
04.122.00092.007 – Funcion. e Manutenção da Secretaria de Administração	30.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 Aplicações Diretas	30.000,00
02.01 - GABINETE DO PREFEITO	20.000,00
04.122.00062.003 - Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito	20.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 Aplicações Diretas	20.000,00
14.01 - ENCARGOS GERAIS	120.000,00
28.843.00002.069 - Amortização e encargos da dívida interna	120.000,00
3.2.90.0.1.00.000000 Aplicações Diretas	10.000,00
4.6.90.0.1.00.000000 Aplicações Diretas	110.000,00

Os demais itens do decreto permanecem inalterados.

Garopaba, 07 de agosto de 2020.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

Publicado a presente Errata no DOM/SC em 10/08/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 319.2020 MARIA DAS GRACAS GORDILHO DOS PASSOS

Publicação Nº 2596492

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 319/2020

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: MARIA DAS GRACAS GORDILHO DOS PASSOS

Objetivo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Valor: R\$ 1.118,54 (um mil e cento e dezoito reais e cinquenta e quatro centavos) mensais

Vigência: De 03/08/2020 até 03/02/2021, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 320.2020 OLIVIA NASCIMENTO

Publicação Nº 2596493

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 320/2020

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: OLIVIA NASCIMENTO

Objetivo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Valor: R\$ 1.118,54 (um mil e cento e dezoito reais e cinquenta e quatro centavos) mensais

Vigência: De 03/08/2020 até 03/02/2021, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 321.2020 CRISTIANE APARECIDA BATISTA

Publicação Nº 2596495

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 321/2020

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: CRISTIANE APARECIDA BATISTA

Objetivo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Valor: R\$ 1.399,98 (um mil e trezentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos) mensais

Vigência: De 03/08/2020 até 03/02/2022, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 322.2020 PAULA SASSI TOMASI

Publicação Nº 2596496

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 322/2020

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: PAULA SASSI TOMASI

Objetivo: MÉDICO - ESF

Valor: R\$ 11.700,70 (onze mil e setecentos reais e setenta centavos) mensais

Vigência: De 03/08/2020 até 03/02/2022, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 323.2020 VALESCA CORREA

Publicação Nº 2596497

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 323/2020

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: VALESCA CORREA

Objetivo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Valor: R\$ 1.118,54 (um mil e cento e dezoito reais e cinquenta e quatro centavos) mensais

Vigência: De 03/08/2020 até 03/02/2021, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 324.2020 HELOIZA HELENA JACINTO VIEIRA

Publicação Nº 2596498

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 324/2020

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: HELOIZA HELENA JACINTO VIEIRA
Objetivo: TÉCNICO DE ENFERMAGEM
Valor: R\$ 1.348,24 (um mil e trezentos e quarenta e oito reais e vinte e quatro centavos) mensais
Vigência: De 04/08/2020 até 04/02/2021, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 325.2020 RODOLFO PIPE MUSSATTO VARIANI

Publicação Nº 2596499

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 325/2020
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: RODOLFO PIPE MUSSATTO VARIANI
Objetivo: MÉDICO ESPECIALIDADE PSQUIATRIA - CAPS
Valor: R\$ 5.378,14 (cinco mil e trezentos e setenta e oito reais e quatorze centavos) mensais
Vigência: De 07/08/2020 até 07/02/2022, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO Nº056/2020

Publicação Nº 2594561

CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 056/2020

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL, que celebram de um lado o MUNICIPIO DE GAROPABA, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº. 82.836.057/0001-90, com sede na Praça Gov. Ivo Silveira, n.º 296, Centro, Garopaba, Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o senhor Paulo Sergio de Araujo, doravante denominado de LOCATÁRIO e de outro lado MARILANE PEREIRA PACHECO LENTZ, brasileira, inscrito no CPF sob o nº.004.134079-50, doravante denominada de LOCADOR, pelo qual ajustam o presente nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1992, especialmente o art. 62, §3º do referido diploma legal, e da Lei Federal nº 8.245 de 18/10/1991, e suas alterações posteriores, e de acordo o Processo Administrativo de nº 086/2020, têm entre si como justo e contratado a presente locação de imóvel, pelas cláusulas e condições abaixo:

Cláusula Primeira – DO OBJETO

Locação de imóvel, localizado na Rua GRP 10 mº46, bairro centro, Garopaba SC, com área privativa de 303,54 m², para uso da Secretaria de Assistência Social.

Cláusula Segunda – DO PROCEDIMENTO

O presente Contrato obedece aos termos da Justificativa de Dispensa de Licitação nº. 018/2020, do Processo Administrativo nº. 086/2020, baseada no inciso X, art. 24, da Lei nº. 8.666/93 e ao disposto na Lei nº. 8.245/91.

Cláusula Terceira – DA DESTINAÇÃO E UTILIZAÇÃODA LOCAÇÃO

A presente locação visa atender finalidade pública de locação, sendo que o imóvel será utilizado pelo Poder Público Municipal para execução de suas atividades, ficando convencionado que o LOCATÁRIO somente poderá utilizar o imóvel para as finalidades da Secretaria de Assistência Social.

Cláusula Quarta – DO PRAZO

O prazo da presente locação é de 05 (cinco) meses, iniciando-se em 01/08/2020 e terminando em 31/12/2020, podendo, a critério das partes, ser prorrogado na forma do artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93.

Cláusula Quinta – DO VALOR

O aluguel mensal livremente convencionado é de R\$ 9.000,00 (Nove mil reais).

Parágrafo Primeiro

Na hipótese de prorrogação do contrato de locação, conforme determina a Lei Federal nº. 10.192, de 14/02/2001, fica desde já pactuado entre os contratantes que o valor da locação será reajustado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, acumulado no período ou por outro índice que venha a substituí-lo.

Parágrafo Segundo

Na hipótese de ocorrer atraso no pagamento do aluguel, o valor da locação será acrescido de multa de 2% (dois por cento) ao mês, além de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE.

Cláusula Sexta – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa com a execução do presente contrato de locação, correrá a conta da seguinte dotação orçamentária:
08.02.2.033.3.3.90.00.00.00.00 (80)

Cláusula Sétima – DO PAGAMENTO

O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Município, ora LOCATÁRIO, mensalmente, até o dia 10 (dez) do mês subseq-ente ao vencido, através de transferência bancária, diretamente na conta do LOCADOR.

Cláusula Oitava – DA CONTINUIDADE DA LOCAÇÃO

Na hipótese de alienação ou cessão a terceiros do imóvel ora locado, e caso não possua o LOCATÁRIO interesse em adquirir o imóvel, fica desde já acertado, conforme artigo 8º da Lei nº. 8.245/91, que o presente contrato permanecerá vigente.

Cláusula Nona – DAS OBRIGAÇÕES DOS LOCADORES

Os LOCADORES ficam obrigados:

- I – a fornecer ao LOCATÁRIO descrição minuciosa do estado do imóvel quando de sua entrega com expressa referência aos eventuais defeitos existentes, respondendo pelos vícios ou defeitos anteriores à locação;
- II – a entregar ao LOCATÁRIO o imóvel em estado de servir ao uso a que se destina, bem como lhe garantir, durante a vigência deste contrato, seu uso pacífico;
- III – a pagar as taxas e despesas extraordinárias, que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel;
- IV – a fornecer ao LOCATÁRIO recibo discriminado das importâncias a esse pagas, vedada a quitação genérica;
- V – a pagar impostos e qualquer taxa de administração imobiliária e de intermediação, se existirem;
- VI – no caso de venda, promessa de venda, cessão ou promessa de cessão de direitos ou dação em pagamento, o LOCATÁRIO tem preferência para adquirir o imóvel, em igualdade de condições com terceiros, devendo os LOCADORES dar-lhe conhecimento do negócio mediante notificação judicial ou extrajudicial.

Cláusula Décima – DAS OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO

O LOCATÁRIO fica obrigado:

- I – a pagar, pontualmente, o aluguel, as despesas ordinárias de telefone, as taxas de consumo de energia e água;
- II – levar ao conhecimento dos LOCADORES o surgimento de qualquer dano ou defeito cuja reparação a ele incumba, bem com as eventuais turbações de terceiros;
- III – realizar a imediata reparação dos danos verificados no imóvel, provocados por seus agentes;
- IV – identificar os LOCADORES da cobrança de tributos e encargos condominiais, bem como de qualquer intimação, multa ou exigência de autoridade pública, ainda que dirigida a ele, LOCATÁRIO;
- V – a permitir a vistoria ou visita do imóvel nas hipóteses previstas na Lei nº. 8.245 de 18.10.91;
- VI – a restituir o imóvel, finda a locação, no estado em que o recebeu, salvo as deteriorações decorrentes do seu uso normal;

Cláusula Décima Primeira – DAS PRERROGATIVAS DO LOCATÁRIO

Com base no §3º do artigo 62 e nos I e II do artigo 58, da Lei nº. 8.666/93 são atribuídas ao LOCATÁRIO as seguintes prerrogativas:

- I – modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação ao atendimento da finalidade de interesse público a que se destina, sendo sempre assegurada ao LOCADOR a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do ajuste;
- II – rescindir unilateralmente o contrato, independentemente do pagamento de multa ou de aviso prévio, após autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, pelos motivos a seguir:
 - a) não cumprimento ou cumprimento irregular das obrigações do LOCADOR;
 - b) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade a que está subordinado o órgão que intermedeia o presente ajuste, e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
 - c) ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO

Rescindido o contrato pelos motivos enumerados nas alíneas “b” e “c” desta cláusula, sem que haja culpa do LOCADOR, será o mesmo ressarcido dos prejuízos comprovadamente sofridos e terá direito ao pagamento dos aluguéis relativos ao período em que vigeu o ajuste.

Cláusula Décima Segunda – DA RESCISÃO DO CONTRATO

O contrato poderá ser rescindido:

- I – Por ato unilateral do LOCATÁRIO, reduzido a termo no respectivo processo;
- II – por mútuo acordo entre as partes;
- III – em decorrência da prática de infração legal ou contratual por quaisquer das partes;
- IV – em decorrência da falta de pagamento do aluguel e demais encargos pelo LOCATÁRIO;
- V – em virtude de desapropriação do imóvel, desocupação determinada pelo Poder Público ou incêndio.

Cláusula Décima Terceira – DOS DÉBITOS PARA COM A FAZENDA PÚBLICA

Os débitos do LOCADOR para com o LOCATÁRIO, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

Cláusula Décima Quarta – DA PUBLICIDADE

A eficácia do contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pelo LOCATÁRIO, na forma do parágrafo único do artigo 61 da Lei nº. 8.666/93, como condição indispensável à sua eficácia.

Cláusula Décima Quinta – DA SUCESSÃO

Na hipótese de ser o LOCADOR pessoa física, sua morte acarretará a transmissão dos direitos e obrigações aqui pactuados aos seus herdeiros e sucessores.

Cláusula Décima Sexta – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

O presente contrato rege-se pelas disposições da Lei nº. 8.666, de 21.06.1993, e suas alterações, pelos preceitos do Direito Público, aplicando-se-lhe, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e disposições do Direito Privado, em especial a Lei Federal nº. 8.245/91; os casos omissos serão resolvidos à luz da mencionada legislação, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do Direito.

Cláusula Décima Sétima – DO FORO

Para dirimir toda e qualquer questão, com origem neste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Garopaba(SC), com renúncia de qualquer outro.

E, por estarem assim de comum acordo justos e contratados, depois de lido e o achado conforme, as partes nomeadas assinam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual forma e conteúdo, juntamente com 02 (duas) testemunhas que a tudo estiveram presentes.

Garopaba, 03 de agosto de 2020.

LOCATARIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
PAULO SERGIO DE ARAUJO
PREFEITO MUNICIPAL

LOCADOR
MARILANE PEREIRA PACHECO LENTZ
CPF: 004.134.079-50

TESTEMUNHAS:

NOME: Rafael Tonvildes de Abreu
CPF: 028.739.339-92

NOME: Ana Karolina Pereira
CPF: 010.006.189-35

PORTARIA N.º 959/2020

Publicação N° 2594988

PORTARIA N.º 959, DE 07 DE AGOSTO DE 2020.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal n.º 1.701/2013 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, LETÍCIA DE LIMA RAMOS, CPF n.º ***,***.299-48, para exercer o cargo comissionado de COORDENADOR DE ESPORTE DE BASE da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Desenvolvimento, com atribuições de: Prestar assessoria ao Diretor Administrativo de Esporte, no gerenciamento do cumprimento das atividades esportivas, na coordenação, elaboração e execução dos projetos de Esportes de Base, a partir de 10/08/2020.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos a contar de 10/08/2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de agosto de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 10/08/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 960/2020

Publicação N° 2594990

PORTARIA N.º 960, DE 07 DE AGOSTO DE 2020.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal n.º 1.701/2013 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, CLAUDIA GONÇALVES, CPF n.º ***.***.079-35, para exercer o cargo comissionado de CHEFE DE SETOR DE APOIO da Secretaria Municipal de Infraestrutura, com atribuições de: Assessorar na elaboração da política administrativa e organizacional, minutar despachos, documentos e expedientes em geral, prestar assessoria na elaboração de relatórios atender e responder pedidos e protocolos, prestar informações sobre as suas atividades, gerir e manter registro atualizado das ações executadas, a partir de 10/08/2020.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos a contar de 10/08/2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de agosto de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 10/08/2020, de acordo com a Lei Municipal n.º. 1.326 de 10/08/2009.

Garuva

PREFEITURA

EXTRATO DE ADITIVO CONTRATO PMG Nº 011/2019 - 3

Publicação Nº 2594686

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

EXTRATO DE ADITIVO CONTRATO

Contrato nº 011/2019 – Aditivo 3

Processo PMG nº 024/2019

Contratado: Estrela Prateada Viagens Ltda

CNPJ: 05.683.805/0001-09

Contratante: Município de Garuva/Prefeitura de Garuva

Objeto: Contratação de empresa para realização de Transporte Escolar dos alunos da rede pública municipal e estadual de ensino no município de Garuva, no período matutino e vespertino, por KM rodado.

Valor Total: R\$ 456.750,00 (quatrocentos e cinquenta e seis mil setecentos e cinquenta reais)

Data de Assinatura: 27/07/2020.

Prazo: 6 (seis) meses.

Rodrigo Adriany David
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 006/2020

Publicação Nº 2594490

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO FMS Nº 006/2020

MODALIDADE: Dispensa de Licitação- Processo FMS nº 011/2020

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal/Fundo Municipal de Saúde

CONTRATADA: ASR CONSTRUTORA EIRELI

CNPJ: 27.383.455/0001-90

OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa de engenharia para execução de reforma emergencial na Unidade de Pronto Atendimento e Unidades de Saúde da Família Giorgia Paula e Centro II, por conta das avarias causadas pelo Ciclone Bomba em 30/06 e 01/07/2020, conforme planilha orçamentária, memorial descritivo e relatório de avarias anexo ao processo.

R\$ 44.220,25 (quarenta e quatro mil duzentos e vinte reais e vinte e cinco centavos)

VIGÊNCIA: 07/08/2020 a 06/10/2020

DATA DE ASSINATURA: 06/08/2020

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 007/2020

Publicação Nº 2594487

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO FMS Nº 007/2020

MODALIDADE: Dispensa de Licitação- Processo FMS nº 012/2020

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal/Fundo Municipal de Saúde

CONTRATADA: INSTITUTO DE SAÚDE SANTA CLARA

CNPJ: 08.325.231/0001-87

OBJETO DO CONTRATO: Contratação emergencial de profissional médico clínico geral e técnicos de enfermagem para atendimento no Centro de referência COVID-19, criada para atendimento aos casos suspeitos e confirmados de Coronavírus (covid-19)

Valor: R\$ 63.932,34 (sessenta e três mil, novecentos e trinta e dois reais e trinta e quatro centavos)

VIGÊNCIA: 07/08/2020 a 06/09/2020

DATA DE ASSINATURA: 06/08/2020

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO DISPENSA FMS Nº 011/2020

Publicação Nº 2594489

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

TERMO DE RATIFICAÇÃO

RATIFICO o ato do então Secretário Municipal de Saúde no ato, senhor Rolando Ristow Junior, e da atual Gestora do Fundo Municipal de Saúde, Isabela Aragão Pereira, que dispensaram a realização de processo licitatório, com fundamento no art. 24, inciso IV, da Lei nº 8666/93, para Contratação de empresa de engenharia para execução de reforma emergencial na Unidade de Pronto Atendimento e Unidades de Saúde da Família Giorgia Paula e Centro II, por conta das avarias causadas pelo Ciclone Bomba em 30/06 e 01/07/2020, conforme planilha orçamentária, memorial descritivo e relatório de avarias anexo ao processo e AUTORIZO a Contratação da empresa ASR CONSULTORA EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 27.383.455/0001-90, pelo período de 60 (sessenta) dias, no valor de R\$ 44.220,25 (quarenta e quatro mil duzentos e vinte reais e vinte e cinco centavos), face ao disposto no Artigo 24 da Lei nº 8.666/93, vez que o processo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Garuva, 06 de agosto de 2020.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

TERMO DE RATIFICAÇÃO FMS Nº 012/2020

Publicação Nº 2594486

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

TERMO DE RATIFICAÇÃO

ACOLHO o Parecer Jurídico em sua íntegra, por seus próprios fundamentos.

RATIFICO o ato do então Secretário Municipal de Saúde no ato, senhor Rolando Ristow Junior, e da atual Gestora do Fundo Municipal de Saúde, Isabela Aragão Pereira, que dispensaram a realização de processo licitatório, com fundamento no art. 24, inciso IV, da Lei nº 8666/93, para contratação emergencial de profissional médico clínico geral e técnicos de enfermagem para atendimento no Centro de referência COVID-19, criada para atendimento aos casos suspeitos e confirmados de Coronavírus (covid-19) e AUTORIZO a Contratação do INSTITUTO DE SAÚDE SANTA CLARA, inscrito no CNPJ nº 08.325.231/0001-87, pelo período de 30 (trinta) dias, pelo valor de R\$ 63.932,34 (sessenta e três mil, novecentos e trinta e dois reais e trinta e quatro centavos), face ao disposto no Artigo 24 da Lei nº 8.666/93, vez que o processo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Garuva, 06 de agosto de 2020.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

TESTE SELETIVO 06-20 - CLASSIFICAÇÃO

Publicação N° 2594831

CLASSIFICAÇÃO
PROCESSO SELETIVO
EDITAL - N° 006/2020

Classificação:	Inscrição:	Nome do Candidato:	Mestrado:	Doutorado:	Títulos Saúde da Família/AB:	Tempo Serviço:	Total:
1º	409	Paulo Cesar Cruz	0,0	0,0	1,0	1,0	2,0
2º	401	Moises de Oliveira	0,0	0,0	0,0	0,4	0,4
3º	415	Alvaro Baptista Neto	0,0	0,0	0,0	0,2	0,2
4º	410	Alessandra de Oliveira da Silva	0,0	0,0	0,0	0	0
5º	414	Marcelo Ritt Gewehr	0,0	0,0	0,0	0	0
6º	413	Heloiza de Castro	0,0	0,0	0,0	0	0

Isabela Aragão Pereira
Presidente da Comissão
Portaria 093/2020

Gaspar

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO SAF N° 60/2020

Publicação N° 2594574

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 130/2020

PREGÃO ELETRÔNICO N° 022/2020

EXTRATO DO CONTRATO SAF N° 60/2020

Início da vigência: 30/07/2020. Vencimento: 29/07/2021. Objeto do Contrato: Aquisição de Veículos para atender as necessidades da Delegacia de Polícia Civil e CITRAN do Município de Gaspar/SC. Contratado: MAGAVEL MAGARINOS VEÍCULOS LTDA (CNPJ N° 83.571.430/0001-90). Valor total: R\$ 186.000,00 (Cento e Oitenta e Seis Mil Reais).

Gaspar/SC, 30 de julho de 2020

CARLOS ROBERTO PEREIRA

Secretário Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa

PORTARIA N° 6.392, DE 29 DE JULHO DE 2020

Publicação N° 2594584

PORTARIA N° 6.392, DE 29 DE JULHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE O FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FELIPE JULIANO BRAZ, Procurador-Geral do Município de Gaspar, no uso das suas atribuições legais, especialmente as estabelecidas no Anexo III e no artigo 5º, parágrafo único, inciso V da Lei Complementar n.º 80, de 02 de agosto de 2017, e no artigo 21 do Decreto Municipal n.º 9.467 de 20 de julho de 2020, e

Considerando o Decreto Municipal n.º 9.467 de 20 de julho de 2020, que consolida e dispõe sobre novas medidas para adoção progressiva de prevenção e combate ao contágio pelo coronavírus (COVID-19) e estabelece outras providências;

Considerando a necessidade de se evitar aglomerações visando à prevenção, controle e mitigação dos riscos de transmissão do coronavírus (COVID-19) em ambientes de trabalho;

Considerando a busca por tornar a atividade administrativa mais célere, bem como efetivar o direito à razoável duração do processo previsto no artigo 5º, inciso LXXVIII, da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º A Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, instituída pela Lei Municipal n.º 3.339, de 31 de agosto de 2011, realizará as suas reuniões e audiências preferencialmente em formato digital por meio de videoconferência, enquanto perdurar a situação de emergência decorrente da COVID-19.

Art. 2º Desde que devidamente certificada nos autos, serão válidas as comunicações nos processos realizadas através de e-mail institucional, aplicativos de mensagens ou por outros recursos tecnológicos, incluindo citação, intimação, notificação e demais atos necessários, respeitando todos os prazos definidos em lei.

Art. 3º As oitivas de testemunhas e denunciante, e o interrogatório do indiciado/investigado poderão ser realizados em formato digital por meio de videoconferência, desde que as partes estejam de acordo e não acarretando em prejuízo à ampla defesa do processado.

§1º A videoconferência deverá ser gravada, disponibilizada para o investigado e/ou seu representante e juntada aos autos físicos.

§2º Para validade dos atos praticados em audiência é suficiente a assinatura do Presidente da Comissão e a certificação quanto às presenças e ausências.

§3º Havendo impossibilidade da Comissão realizar audiência em formato digital por motivos alheios a sua vontade, esta deverá registrar a ocorrência nos autos, e realizar a audiência de forma presencial, respeitando para tanto o distanciamento de um metro entre os participantes e demais orientações sanitárias vigentes.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 29 de julho de 2020.

FELIPE JULIANO BRAZ

Procurador-Geral do Município de Gaspar

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº 65/2020**

Publicação Nº 2595084

RESOLUÇÃO Nº 65/2020
AUTORIZA A ADITIVAÇÃO DE CONTRATOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Gaspar, no uso das atribuições contidas no art. 41, inciso V, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que o advento da Emenda Constitucional nº 107/2020 além de alterar o calendário eleitoral deste ano, alterou as regras para veiculação de publicidade institucional neste ano eleitoral;

Considerando a necessidade da Câmara Municipal manter a transparência de suas ações, informando a comunidade através dos meios disponíveis;

Resolve:

Art. 1º Fica autorizada a aditivação dos contratos celebrados com os veículos de mídia, decorrentes dos Processos de Credenciamento números 001/2020 e 002/2020.

§1º Os aditivos deverão respeitar o limite de 25 % (vinte e cinco por cento) do valor dos ajustes iniciais.

§2º Além do limite disposto no parágrafo anterior, deverão ser rigorosamente observados os limitadores de gastos dispostos na Emenda Constitucional nº 107/2020, bem como cronograma nela disposto.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Resolução serão suportadas pelo orçamento vigente do Poder Legislativo Municipal.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Gaspar, em 3 de agosto de 2020.

CIRO ANDRÉ QUINTINO
Presidente

TERMO ADITIVO 001 AO CONTRATO CM - 004/2020

Publicação Nº 2595165

TERMO ADITIVO 001 AO CONTRATO CM - 004/2020

TERMO ADITIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR E A EMPRESA SCHMITT COMUNICAÇÕES E PUBLICIDADE LTDA.

1. Fica majorado até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) o valor referente ao prestação do objeto do Contrato CM 004/2020.
2. O presente aditivo é amparado pelo artigo 65, §1º, da Lei Federal nº 8.666/1993, tendo sido autorizado por Resolução específica da Presidência.
3. Além do limite disposto na cláusula 1 deste Termo Aditivo, deve ser observada rigorosamente a média limite disposta na Emenda Constitucional nº 107/2020, bem como o cronograma contido na referida norma.
4. Por estarem de acordo os celebrantes, o presente aditivo é firmado em três vias de igual teor.

Gaspar (SC), em 4 de agosto de 2020.

CÂMARA DE VEREADORES DE GASPAR	SCHMITT COMUNICAÇÕES E PUBLICIDADE LTDA
CIRO ANDRÉ QUINTINO Presidente	INDIANARA SCHMITT Representante

TERMO ADITIVO 001 AO CONTRATO CM - 006/2020

Publicação Nº 2595130

TERMO ADITIVO 001 AO CONTRATO CM - 006/2020

TERMO ADITIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE GASPARG E A EMPRESA GRÁFICA E EDITORA METAS LTDA – ME.

1. Fica majorado até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) o valor referente ao prestação do objeto do Contrato CM 006/2020.
2. O presente aditivo é amparado pelo artigo 65, §1º, da Lei Federal nº 8.666/1993, tendo sido autorizado por Resolução específica da Presidência.
3. Além do limite disposto na cláusula 1 deste Termo Aditivo, deve ser observada rigorosamente a média limite disposta na Emenda Constitucional nº 107/2020, bem como o cronograma contido na referida norma.
4. Por estarem de acordo os celebrantes, o presente aditivo é firmado em três vias de igual teor.

Gaspar (SC), em 4 de agosto de 2020.

CÂMARA DE VEREADORES DE GASPARG	GRÁFICA E EDITORA METAS LTDA – ME
CIRO ANDRÉ QUINTINO Presidente	JOSÉ ROBERTO DESCHAMPS Representante

TERMO ADITIVO 001 AO CONTRATO CM - 009/2020

Publicação Nº 2595137

TERMO ADITIVO 001 AO CONTRATO CM - 009/2020

TERMO ADITIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE GASPARG E A EMPRESA RÁDIO SENTINELA DO VALE LTDA - ME.

1. Fica majorado até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) o valor referente ao prestação do objeto do Contrato CM 009/2020.
2. O presente aditivo é amparado pelo artigo 65, §1º, da Lei Federal nº 8.666/1993, tendo sido autorizado por Resolução específica da Presidência.
3. Além do limite disposto na cláusula 1 deste Termo Aditivo, deve ser observada rigorosamente a média limite disposta na Emenda Constitucional nº 107/2020, bem como o cronograma contido na referida norma.
4. Por estarem de acordo os celebrantes, o presente aditivo é firmado em três vias de igual teor.

Gaspar (SC), em 4 de agosto de 2020.

CÂMARA DE VEREADORES DE GASPARG	RÁDIO SENTINELA DO VALE LTDA - ME
CIRO ANDRÉ QUINTINO Presidente	BENVINDO MIGLIOLI Representante

TERMO ADITIVO 001 AO CONTRATO CM - 010/2020

Publicação Nº 2595140

TERMO ADITIVO 001 AO CONTRATO CM - 010/2020

TERMO ADITIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE GASPARG E A EMPRESA RÁDIO ATIVA FM LTDA – ME.

1. Fica majorado até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) o valor referente ao prestação do objeto do Contrato CM 010/2020.
2. O presente aditivo é amparado pelo artigo 65, §1º, da Lei Federal nº 8.666/1993, tendo sido autorizado por Resolução específica da Presidência.
3. Além do limite disposto na cláusula 1 deste Termo Aditivo, deve ser observada rigorosamente a média limite disposta na Emenda Constitucional nº 107/2020, bem como o cronograma contido na referida norma.
4. Por estarem de acordo os celebrantes, o presente aditivo é firmado em três vias de igual teor.

Gaspar (SC), em 4 de agosto de 2020.

CÂMARA DE VEREADORES DE GASPAR	RÁDIO ATIVA FM LTDA – ME
CIRO ANDRÉ QUINTINO Presidente	JOEL REINERT Representante

TERMO ADITIVO 001 AO CONTRATO CM - 018/2019

Publicação Nº 2595125

TERMO ADITIVO 001 AO CONTRATO CM - 018/2019

TERMO ADITIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR E A EMPRESA WORK IMPRESSORAS LTDA - EPP, OBJETIVANDO A MAJORAÇÃO DO PRAZO CONTRATUAL.

1. Fica prorrogado o Contrato CM 018/2019, pelo prazo de 12 [doze] meses, contados da data imediatamente posterior a vigência inicialmente prevista.
2. O presente aditivo é amparado pelo artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993.
3. Por estarem de acordo os celebrantes, o presente aditivo é firmado em três vias de igual teor.

Gaspar (SC), em 18 de junho de 2020.

CÂMARA DE VEREADORES DE GASPAR	WORK IMPRESSORAS LTDA - EPP
CIRO ANDRÉ QUINTINO Presidente	KÁTIA WATERKEMPER MACHADO Representante

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

DECRETO 093 2020 - COVID - NOVAS MEDIDAS ENFRENTAMENTO PRORROGAÇÃO

Publicação Nº 2596545

DECRETO Nº 093 DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE MEDIDAS UNIFICADAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DA INFECÇÃO HUMANA PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica e demais legislações aplicáveis,

CONSIDERANDO a Portaria SES n. 464/2020 que institui o Programa de Descentralização e Regionalização das Ações de Combate à COVID-19 em Santa Catarina;

CONSIDERANDO o alinhamento dos prefeitos das cidades de Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu em busca de medidas unificadas para controle da pandemia de forma regional,

DECRETA:

Art. 1º Ficam estabelecidas as seguintes medidas de enfrentamento à emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19), pelo período de 07 dias:

I - Fica proibido o acesso de pessoas, individual ou coletivamente, à areia das praias, com exceção dos seguintes casos:

a) a prática individual de esportes aquáticos;

b) a prática de pesca de arrasto e de tainha e maricultura, conforme regramento próprio;

II - As galerias e centros comerciais funcionarão de segunda à sábado, ficando proibida a prova de roupa em banheiros, provadores ou quaisquer outros locais e mediante a indicação de coordenador local que será responsável pelo acompanhamento e fiscalização das medidas de combate e enfrentamento ao COVID-19;

III - Fica proibida a utilização de playgrounds, academias ao ar livre e arenas de esportes públicas;

IV - Fica proibida a permanência e a prática de atividades físico-desportivas de forma individual e coletiva nos ambientes ao ar livre, como parques, calçadões, ciclovias, Avenida Beira-mar, durante finais de semana e feriados, ficando permitido apenas o trânsito de bicicletas com a finalidade de deslocamento;

V - Fica proibida a permanência de pessoas nas áreas comuns dos condomínios residenciais, como piscinas, salões de festas, saunas, home cinema, academia e quadras poliesportivas;

VI - Os estabelecimentos que oferecem serviços relacionados à prática regular de exercícios físicos, como academias de ginástica, lutas, musculação, estúdios, danças, treinamentos funcionais, crossfit, natação, hidroginástica, hidroterapias e áreas afins, poderão funcionar observando as seguintes medidas:

a) cumprimento das normas previstas na Portaria SES nº 258/2020;

b) limitar a ocupação a 30% (trinta por cento) da capacidade estabelecida pelo alvará do Corpo de Bombeiros e o distanciamento mínimo de 1,5m entre usuários;

c) realizar a desinfecção total do ambiente uma vez por período, com quaternário de amônio ou outro degermante de ação equivalente com registro no Ministério da Saúde;

d) adotar o uso de face shield (máscara escudo) ou óculos de proteção, além de máscara de tecido por todos os funcionários;

e) utilizar pedilúvio com quaternário de amônio ou outro degermante de ação equivalente com registro no Ministério da Saúde nos locais de acesso a academia;

f) utilizar apenas 50% dos aparelhos de treinamento cardiorrespiratório, priorizando o uso intercalado;

VII - Fica autorizado o funcionamento dos complexos e arenas esportivas para prática e treinamento individual, desde que observadas as normas sanitárias vigentes na Portaria SES nº 275/2020 e mediante a adoção do uso de face shield (máscara escudo) ou óculos de proteção, além de máscara de tecido por todos os funcionários;

VIII - Fica proibido o uso de saunas instaladas em hotéis, academias, clubes e condomínios;

IX - Em relação às Instituições de Longa Permanência para Idosos - ILPI devem ser observadas as disposições da Portaria GAB/SES nº 252, de 13 de abril de 2020, com as alterações/inclusões dos artigos subsequentes e, ainda:

a) ficam proibidas as visitas aos residentes das Instituições de Longa Permanência de Idosos, com exceção de residente que esteja em situação de saúde que envolva risco de morte;

b) todos os funcionários das ILPIs devem respeitar um rigoroso isolamento social quando fora da instituição, evitando ao máximo a exposição à possível contaminação por COVID-19;

c) os profissionais das ILPIs não devem ser trabalhadores de outros serviços de saúde.

d) as ILPIs não devem permitir a entrada de pessoas estranhas à instituição, com exceção à entrada de socorristas em razão de eventual emergência;

X - Continuam proibidos, em todo o território, treinos e jogos de desporto coletivo profissional e amador, com exceção do disposto na Portaria SES n. 466, de 06 de julho de 2020;

XI - Ficam proibidas as atividades de ensino presencial, realizadas por estabelecimentos públicos e privados, para a modalidade de cursos livres sendo que as excepcionalidades relacionadas à serviços essenciais, como os de segurança, devem ser tratadas individualmente pela Secretaria Municipal de Saúde;

XII - Ficam proibidas as aulas presenciais teóricas nos Centros de Formação de Condutores, podendo as aulas teóricas serem ministradas aos alunos através de vídeo aulas;

XIII - Os restaurantes, food parks, lanchonetes, cafeterias, pizzarias, bares, adegas e demais atividades correlatas, têm autorização para

permanecerem abertos com atendimento ao público, com acesso e uso do ambiente interno, durante o período de enfrentamento da pandemia causada pela COVID-19, desde que observado o seguinte:

- a) atendimento integral da Portaria SES n. 256 de 21 de abril de 2020;
- b) manutenção do afastamento mínimo de 1,5m (um metro e cinquenta centímetros) de raio entre cada cliente que estiver consumindo no local;
- c) máximo de quatro clientes por mesa, exceto nos casos de pessoas que coabitam na mesma unidade residencial, inclusive para mesas em calçadas e áreas externas;
- d) permitir o consumo de alimentos ou bebidas apenas por pessoas sentadas;
- e) no caso de restaurantes, a entrada do último cliente poderá se dar até às 22 horas;
- f) encerramento das atividades às 23h;
- g) proibição de som ao vivo;
- h) proibição de utilização de atrativos como espaços kids, jogos de sinuca e similares;
- i) proibição de narguilés;

XIV - Os restaurantes, food parks, lanchonetes, cafeterias, pizzarias, bares, adegas e demais atividades correlatas poderão funcionar também na modalidade do tipo tele-entrega (delivery), até as 23h, retirada na porta e/ou balcão (take out) ou drive thru, observando, ainda:

- a) nos pontos de atendimento ao cliente, deve ser disponibilizado dispensador de álcool gel;
- b) não poderão disponibilizar autoatendimento de produtos não embalados aos clientes;
- c) todos os trabalhadores deverão usar máscaras de tecido não tecido (TNT) ou tecido de algodão durante todo o seu turno de serviço, independentemente de estarem em contato direto com o público;

XV - Padarias e confeitarias poderão funcionar todos os dias, até às 23h, devendo observar as regras dispostas nos incisos anteriores no caso de funcionamento de café e lanchonete, quando houver;

XVI - Fica autorizada a prestação de serviços autônomos e por profissionais liberais, desde que observada a necessidade de agendamento para atendimento individual, respeitando o limite de ocupação de 50% do espaço do local, a necessidade de distanciamento de pelo menos 1,5m entre pessoas e o reforço das medidas de biossegurança;

XVII - Os serviços autônomos e de profissionais liberais que exigirem uma maior aproximação do prestador do serviço e o cliente, deverão ser realizados com a utilização de luvas e máscaras;

XVIII - O comércio em geral poderá funcionar de segunda a sábado, das 6h às 20h, e deverá respeitar as seguintes exigências:

- a) limitação de permanência dentro do estabelecimento de 01 (um) cliente por atendente e de 01 pessoa para cada 4m² (quatro metros quadrados) de área do local;
- b) observar a distância mínima de 1,5m (um metro e meio) entre as pessoas;
- c) garantir a circulação de ar externo nos estabelecimentos, mantendo-se as janelas e portas abertas, sendo recomendada a não utilização de aparelhos de ar condicionado;
- d) organizar as filas externas, com a permanência de 1 (uma) pessoa a cada 2m (dois metros);
- e) assegurar que todos os clientes, antes de adentrarem no estabelecimento, higienizem suas mãos com álcool gel 70% (setenta por cento) e utilizem máscaras;
- f) fica proibida a experimentação de roupas, calçados, acessórios e afins;
- g) afixar cartaz com informação de quantitativo máximo de pessoas permitidas no local e realizar a aferição da temperatura corporal dos clientes e funcionários antes de adentrarem o recinto através de termômetros infravermelhos ou instrumentos correlatos;

XIX - Os supermercados poderão funcionar todos os dias, das 6h às 23h e deverão observar as seguintes normas adicionais:

- a) realizar a aferição da temperatura corporal dos clientes e funcionários antes de adentrarem o recinto através de termômetros infravermelhos ou instrumentos correlatos e afixar cartaz com informação de quantitativo máximo de pessoas permitidas no local;
- b) operar com ocupação máxima de 40% (quarenta por cento);
- c) proibir as atividades de promotores de vendas que não trabalhem de forma fixa em uma unidade;
- d) proibir a degustação de alimentos e bebidas;
- e) permitir a entrada de apenas uma pessoa por família, salvo responsável com criança;

XX - As conveniências de postos de combustíveis e estabelecimentos comerciais em geral deverão encerrar suas atividades às 23 horas durante todos os dias da semana e deverão observar as regras de higienização e distanciamento social e proibir o consumo de alimentos e bebidas no local;

XXI - As conveniências localizadas dentro de postos de combustíveis 24h poderão permanecer abertas apenas para pagamento de produtos, ficando vedado o consumo e permanência no local;

XXII - Os hotéis, pousadas e similares deverão cumprir as regras previstas no artigo 2º, da Portaria SES nº 244/2020 e, ainda, os hotéis e pousadas deverão cumprir, no que couber, as seguintes medidas adicionais:

- a) no momento da realização do check in deverá ser aplicado formulário de detecção de pacientes sintomáticos respiratórios;
- b) os hotéis com capacidade igual ou maior a 20 (vinte) quartos deverão realizar a aferição de temperatura corporal dos clientes e funcionários, antes de adentrarem ao estabelecimento, através de termômetros infravermelhos ou outro instrumento correlato;
- c) disponibilizar álcool gel 70% para uso dos clientes na recepção, nas portas dos elevadores e nos corredores de acesso aos quartos;
- d) não permitir a permanência e circulação em espaços comuns, como saunas e salas de reunião;
- e) fica recomendada a não utilização de sistemas de ar-condicionado central;
- f) os hóspedes deverão utilizar máscaras em todos os espaços do hotel, exceto no interior dos quartos;
- g) o estabelecimento deverá definir e executar protocolos de desinfecção de ambientes, superfícies e equipamentos diários para todos os ambientes e após cada check-out de hóspedes;
- h) todos os trabalhadores deverão usar máscaras durante todo seu turno de serviço, independentemente de estarem em contato direto

com o público;

i) os espaços de playgrounds devem funcionar com agendamento prévio e dispor de profissional responsável pela supervisão do uso, cumprimento das regras sanitárias de distanciamento e higienização e, ainda:

1. que se respeite a limitação máxima de uma criança por brinquedo e, no máximo, cinco crianças com um acompanhante cada no espaço ao mesmo tempo;
2. que seja respeitado o distanciamento social recomendado de dois metros entre todos os usuários, salvo aqueles ocupantes da mesma unidade habitacional;
3. que se realize a higienização com álcool 70% ou outras substâncias degermantes, em conformidade com as orientações dos fabricantes dos equipamentos, tanto para o tipo de degermante quanto para os pontos possíveis de higienização, após a utilização por cada usuário;
4. que seja disponibilizado álcool 70% para higienização de mãos.

j) as piscinas poderão ser utilizadas individualmente ou por ocupantes da mesma unidade habitacional, mediante agendamento, desde que disponham de colaborador para higienização das áreas de contato e aplicação das regras sanitárias vigentes e, ainda:

1. que os parâmetros físico-químicos e bacteriológicos estejam em conformidade com as normas vigentes;
2. que se higienize após cada utilização as escadas, mesas, espreguiçadeiras ou qualquer outro mobiliário utilizado pelo(s) usuário(s);
3. que as orientações ao usuário estejam em local visível e que seja disponibilizado álcool gel;
4. que não se permita a utilização por pessoas com sintomas sugestivos de infecção pelo COVID-19.

k) as academias poderão ser utilizadas desde que licenciadas para este fim, com supervisão de um profissional durante todo turno de funcionamento e cumprimento das regras previstas na Portaria SES nº 258/2020;

XXIII - As igrejas, templos religiosos e afins, poderão funcionar com ocupação máxima de 30%, e deverão cumprir as seguintes obrigações:

- a) observar o disposto na Portaria SES nº 254, de 20 de abril de 2020;
- b) sempre que possível, garantir a circulação de ar externo, mantendo-se as janelas e portas abertas, sendo recomendada a não utilização de aparelhos de ar condicionado;
- c) realizar a aferição de temperatura corporal de todas as pessoas antes de adentrarem ao estabelecimento, através de termômetros infravermelhos ou outro instrumento correlato;
- d) os lugares de assento deverão ser disponibilizados de forma alternada entre as fileiras de bancos, devendo estar bloqueados de forma física aqueles que não puderem ser ocupados;
- e) deverá ser assegurado que todas as pessoas, ao adentrarem estejam utilizando máscara e higienizem as mãos com álcool gel 70% ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar;

XXIV - As feiras livres poderão ocorrer de segunda-feira a sábado e devem obedecer ao seguinte regramento:

- a) É obrigatório o uso de máscara por todos, incluindo clientes e atendentes;
- b) Deve ser respeitado o distanciamento mínimo de 4 metros entre as barracas;
- c) Deve ser atendido um cliente por vez e por atendente, mantendo o distanciamento de 2 metros;
- d) Cada barraca é responsável pela organização de sua fila e deve garantir o distanciamento de 2 metros entre cada cliente;
- e) Todo cliente deve higienizar as mãos com álcool 70% antes de tocar os produtos;
- f) Os atendentes devem higienizar as mãos com álcool 70% a cada atendimento;
- g) Recomenda-se, quando possível, que haja controle de acesso a feira a fim de evitar aglomeração.
- h) É proibida a degustação de alimentos e bebidas;
- i) Os alimentos devem ser selecionados, embalados e pesados pelos atendentes.

XXV - Continuam proibidas em todo território municipal as atividades de visitação turística às ilhas, casas noturnas, bem como a realização de eventos, shows e espetáculos que acarretam reunião de público, ressalvada a modalidade drive in, prevista e regulamentada na forma da Portaria SES nº 465 de 06 de julho de 2020;

XXVI - Ficam proibidas as festas residenciais, estando o descumprimento desta determinação sujeito, em caso de flagrante delito, ao ingresso de autoridades competentes em residência para verificação, nos termos art. 5º, XI, da Constituição Federal e do art. 268 do Código Penal;

XXVII - As agências bancárias deverão dispor de um funcionário local para organizar o distanciamento nas filas e o uso de máscaras em dias úteis e devem dispor de álcool gel 70% junto aos caixas eletrônicos, inclusive aos finais de semana.

XXVIII - Permanecem suspensas as aulas presenciais nas unidades da rede pública e privada de ensino, incluindo educação infantil, fundamental, nível médio, EJA - educação de jovens e adultos, técnico, ensino superior e pós graduação.

Art. 2º É obrigatória a utilização de máscara em todo território municipal.

Parágrafo único. A obrigação a que se refere o caput deste artigo se aplica ainda às áreas comuns dos condomínios residenciais.

Art. 3º Todos os estabelecimentos que descumprirem as regras previstas neste Decreto devem ser interditados por, no mínimo, 07 (sete) dias, sem prejuízo da aplicação de multas, ainda que tenham protocolado pedido de desinterdição em prazo anterior.

Art. 4º O Fiscal de Obras e Serviços Urbanos fica responsável por constatar e noticiar a ocorrência de infrações sanitárias específicas por descumprimento às medidas restritivas impostas pelo Município neste Decreto, independentemente da presença de autoridade sanitária no ato de constatação.

§ 1º A responsabilidade do Fiscal de Obras e Serviços Urbanos prevista no caput visa, mediante ato material, a auxiliar a fiscalização das medidas de combate e prevenção ao coronavírus, podendo determinar fechamento imediato de estabelecimentos, cessação de atividade, dispersão de aglomerações, além de aplicação de multa, nos termos da Lei Complementar nº 1.348/2019 (Código Sanitário Municipal), a partir dos seguintes valores:

I - Mínimo de R\$ 1.250,00 para pessoas físicas;

II - Mínimo de R\$ 2.500,00 para pessoas jurídicas.

§3º. A sanção de advertência corresponde a uma notificação, por escrito, ao infrator, indicando as providências cabíveis para adequação.

§4º. A sanção de multa corresponde ao pagamento de obrigação pecuniária, pelo infrator, podendo ser cumulativa com quaisquer outras sanções que venham a ser aplicadas.

§5º. A sanção de suspensão do Alvará de Funcionamento do empreendimento corresponde à interdição temporária da atividade, pelo descumprimento às medidas emergenciais de prevenção, contenção de contágio e enfrentamento da pandemia causada pelo Coronavírus (COVID-19).

§6º. A sanção de cassação do Alvará de Funcionamento do empreendimento corresponde à interdição, até o final do Estado de Calamidade Pública, em razão do reiterado descumprimento das medidas emergenciais de prevenção, contenção de contágio e enfrentamento da pandemia causada pelo Coronavírus (COVID-19).

Artigo 5º. Os Fiscais do Município, a Polícia Militar do Estado de Santa Catarina e demais autoridades com poder de polícia ficam autorizados a adotar as medidas necessárias ao cumprimento das normas previstas no Decreto nº 79/2020

Art. 6º As medidas dispostas neste Decreto serão reavaliadas a qualquer tempo.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 08 de agosto de 2020.

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, em 07 de agosto de 2020.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

EXTRATO AO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 031-2018 - REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL 67/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS E A EMPRESA PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL LTDA, TENDO POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESTINAÇÃO

Publicação Nº 2597050

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 031/2018

2.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 031/2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS E A EMPRESA PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL LTDA, TENDO POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E COMERCIAIS GERADOS NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, EM ATERRO SANITÁRIO LICENCIADO, REFERENTE AO PREGÃO N.º 067/2017, PROCESSO 067/2017.

O município de Governador Celso Ramos, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça 6 de Novembro, bairro Ganchos do meio, Governador Celso Ramos, Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, representado neste ato pelo prefeito Juliano Duarte Campos, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro, a empresa PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL LTDA, estabelecida à Rua MADALENA BARBI Nº 197, CENTRO FLORIANÓPOLIS/SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 50.668.722/0019-16, neste ato representado pelo(a) JOSÉ LUIZ PICCOLI, brasileiro(a), CASADO, ENGENHEIRO SANITARISTA, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 344.856.519-91, portador(a) do RG n.º 2.908.453-SSP/SC infra-assinado, doravante denominada CONTRATADA, resolvem, de comum acordo, acatar a solicitação da Secretaria Municipal de Finanças, que tem por objeto a PRORROGAÇÃO POR 12 (DOZE) MESES, respeitando o estabelecido no art. 57, II da Lei nº. 8666/93, e nos termos do art. 65, II alínea "d", da Lei n.º 8666/93 e a ATUALIZAÇÃO DO VALOR CONTRATUAL, nos termos que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto a PRORROGAÇÃO DO CONTRATO N° 031/2018 PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES e a ATUALIZAÇÃO DO VALOR CONTRATUAL pelo índice do IGP-M – 9,26%, tomando como base o índice do mês de julho de 2020, a contar da data de 13/08/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA JUSTIFICATIVA

2.1. DO PRAZO

Tendo em vista o Art. 57 da Lei 8666/93, a duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

"II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;"

Segundo disposição legal, salientamos que o serviço a ser prorrogado trata-se de serviço que se caracteriza como contínuo para esta municipalidade já que sua interrupção causará prejuízos a Administração, neste sentido a doutrina do Marçal Justen Filho:

"A continuidade do serviço retrata, na verdade, a permanência da necessidade pública a ser satisfeita. Ou seja, o dispositivo abrange os serviços destinados a atender necessidades públicas permanentes, cujo atendimento não exaure prestação semelhante no futuro" (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 10ª ed. São Paulo: Dialética, 2004)."

Assim, é importante asseverar que os serviços de natureza contínua são serviços auxiliares e necessários à Administração, no desempenho de suas atribuições, neste sentido denota-se que o objeto a ser prorrogado é essencial para a manutenção e exercício da máquina pública, que utiliza diariamente os serviços inerentes ao presente objeto, tendo em vista que sua interrupção pode acarretar graves prejuízos à Administração e também por ser vantajosa a continuidade dos serviços.

2.2 DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A Constituição Federal de 1988 expressamente aludiu à obrigatoriedade de se manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Nesse sentido estabelece o inciso XXI, do art. 37, da CF/88:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...);

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (grifo nosso)”

A previsão constitucional de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato tem a finalidade precípua de evitar o enriquecimento sem causa, assegurando a equivalência entre o encargo e a remuneração através do restabelecimento do equilíbrio contratual porventura alterado durante a sua execução.

Neste sentido o professor Marçal Justen Filho leciona:

“A lei reconhece expressamente que a prorrogação pode acarretar alteração não apenas dos prazos contratuais. As demais cláusulas do contrato devem ser mantidas inalteradas, mas se assegura explicitamente a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro da contratação, que deverá ser promovida de ofício pela Administração. (Marçal Justen Filho, Curso de Direito Administrativo 2009, p.451).”

Para Hely Lopes Meirelles, (2010, p. 221) o equilíbrio econômico financeiro do contrato administrativo “é a relação estabelecida inicialmente pelas partes entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do objeto do ajuste”.

Por sua vez a lei infraconstitucional – Lei 8.666/1993 reafirma o mandamento constitucional em seu artigo 65, inciso II alínea “d”:

“Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...)

II - por acordo das partes:

(...)

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.”

E ainda estabelece em seus artigos normas quanto à observância obrigatória de certas regras, determinando a obrigatoriedade de que as cláusulas de reajuste de preços estejam expressa tanto no corpo do instrumento contratual como no próprio ato convocatório do processo de licitação que assim destaca conforme determina a lei de licitações em seus artigos 40, inciso XI e artigo 55, inciso III, que assim expressa:

“Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

XI - critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela;”

“Art.55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

I - o objeto e seus elementos característicos;

II - o regime de execução ou a forma de fornecimento;

III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;”

Deste modo asseveramos que a previsão aludida ao reajustamento fora avençada não somente no contrato supracitado assim como também no ato convocatório (item 15, subitem 15.3) e ainda na minuta contratual, cumprindo assim as determinações legais.

Ainda, o renomado autor Marçal Justen Filho:

“A lei reconhece expressamente que a prorrogação pode acarretar alteração não apenas dos prazos contratuais. As demais cláusulas do contrato devem ser mantidas inalteradas, mas se assegura explicitamente a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro da contratação, que deverá ser promovida de ofício pela Administração. (Marçal Justen Filho, Curso de Direito Administrativo 2009, p.451).”

Para Hely Lopes Meirelles, (2010, p. 221) o equilíbrio econômico financeiro do contrato administrativo “é a relação estabelecida inicialmente pelas partes entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do objeto do ajuste”.

Portanto, cumpridas as determinações legais, tanto constitucionais quanto infraconstitucionais, é viável o reajuste de preços buscando preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato inicialmente estabelecido.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O valor total atual do contrato que é R\$ 957.567,41 (novecentos e cinquenta e sete mil quinhentos e sessenta e sete reais e quarenta e um centavos), e será acrescido em 9,26% - índice IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), mês de referência – JUL. 2020, atualizando o valor global do contrato para R\$ 1.046.238,15 (um milhão quarenta e seis mil duzentos e trinta e oito reais com quinze centavos), para 5.760,00 (cinco mil setecentos e sessenta toneladas) incluindo-se a taxa de fiscalização de aterro.

3.2. As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

Governador Celso Ramos/SC, 10 de agosto de 2020.

PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL LTDA Contratada

JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

Grão Pará

PREFEITURA

DECRETO N. 45//2020

Publicação Nº 2596573

DECRETO Nº 45, DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

“PRORROGA O DECRETO MUNICIPAL Nº 44, DE 24 DE JULHO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MARCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso das suas atribuições legais, de acordo com os dispositivos legais previstos na Lei Orgânica,

Considerando a informação contida na matriz de risco potencial para o Covid-19 publicada pelo Governo do Estado de Santa Catarina em 04 de agosto de 2020;

Considerando que a Região da Amurel foi reclassificada como grave na nova matriz de risco publicada, melhorando os critérios técnicos e científicos na avaliação estadual; e

Considerando as informações e as orientações técnicas recebidas do CER Amurel por meio da Recomendação nº 009/2020
DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogado por 7 (sete) dias o Decreto Municipal nº 44, de 24 de julho de 2020, a contar da presente data.

Art. 2º. Excepcionalmente, para o dia 8 de agosto de 2020, considerando ser véspera do dia dos pais, fica autorizado o funcionamento do comércio, de mercadoria e serviços, no horário compreendido entre 08h e 18h, desde que cumpridas todas as regras sanitárias vigentes.

Art. 3º. Fica autorizado o funcionamento dos centros de formação de condutores (CFC), com aulas teóricas, por vídeo aulas, e com aulas práticas, de forma presencial, observadas as diretrizes contidas na Portaria nº 238/SES/2020.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Grão-Pará/SC, 07 de agosto de 2020.

MÁRCIO BORBA BLASIUS
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 62-2020 ALCEDIR

Publicação Nº 2596099

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ

EXTRATO DO CONTRATO N. 62/2020

Objeto: AQUISIÇÃO DE TOTENS PARA ÁLCOOL EM GEL PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL COMO MEDIDA DE PREVENÇÃO E COMBATE A PANDEMIA DA COVID-19.

Contratada: ALCEDIR EDERILDO SOMBRIO FERNANDES 76757854953.

CNPJ: 20.206.377/0001-09.

Data de Assinatura do Contrato: 07/08/2020.

Valor do Contrato: R\$ 898,50

Vigência do Contrato: até 31 de dezembro de 2020.

Grão-Pará/SC, 07 de agosto de 2020.

MARCIO BORBA BLASIUS
Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO PARÁ**EXTRATO CONTRATO 50-2020 FMS**

Publicação N° 2596102

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ

EXTRATO DO CONTRATO N. 50/2020

Objeto: AQUISIÇÃO DE TOTENS PARA ÁLCOOL EM GEL PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE COMO COMBATE AO COVID-19.

Contratada: ALCEDIR EDERILDO SOMBRIO FERNANDES 76757854953.

CNPJ: 20.206.377/0001-09.

Data de Assinatura do Contrato: 07/08/2020.

Valor do Contrato: R\$ 2.995,00.

Vigência do Contrato: até 31 de dezembro de 2020.

Grão-Pará/SC, 07 de agosto de 2020.

MARCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal

Gravatal

PREFEITURA

DECRETO Nº 90-2020-PRORROGA DECRETO 77

Publicação Nº 2596542

DECRETO Nº 90, DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

“PRORROGA O DECRETO Nº 77, DE 24 DE JULHO DE 2020, ESTABELECE HORÁRIO ESPECIAL PARA SÁBADO DIA 08 DE AGOSTO DE 2020, VESPERA DO DIA DOS PAIS, ESTABELECE NOVA ABERTURA DE ATIVIDADE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

WANDERLEI NAZÁRIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais, e

Considerando, a informação contida na matriz do risco potencial para Covid-19, publicada pelo Governo do Estado de Santa Catarina em 04 de agosto de 2020;

Considerando, acordo entre os prefeitos da região de Laguna, CER Amurel, em que os prefeitos de seus respectivos municípios terão autonomia de estabelecer horário estendido, conforme orientação técnica do CER Amurel;

Considerando, ser neste domingo dia 09 de agosto, dia dos pais, data comemorada pelas famílias; e

Considerando, que as famílias buscam no comércio local e regional mercadorias, insumos domésticos, presentes e outros em comemoração ao dia dos pais e, buscando métodos e protocolos que evitem a aglomeração em época de pandemia,

DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogado o Decreto nº 77, de 24 de julho de 2020, pelo período de 7 (sete) dias a contar de 08 de agosto de 2020.

Art. 2º. Acrescenta o inciso IV, ao artigo 3º, do Decreto estabelecido no artigo 1º, com a seguinte redação:

2 – QUANTO AO FUNCIONAMENTO DO COMÉRCIO EM GERAL

“Art. 3º. ...
(...)”

IV – Exclusivamente neste sábado dia 08 de agosto de 2020, véspera do dia dos pais, os estabelecimentos comerciais situados no território do município de Gravatal terão seu horário de funcionamento das 8:00 horas às 18:00 horas.

Art. 3º. Fica autorizado o funcionamento dos centros de formação de condutores (CFC), com aulas teóricas por vídeo aulas e, presencialmente, somente, com aulas práticas, cumprindo as normas contidas na Portaria nº 238/SES/2020.

Art. 4º. As demais disposições contidas no Decreto nº 77/2020, permanecem inalteradas e em pleno vigor.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 08 de agosto de 2020 até o dia 14 de agosto de 2020, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 3º da Lei Municipal nº 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal - SC,
em 07 de agosto de 2020

WANDERLEI NAZÁRIO MAREGA
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº. 10/2020**

Publicação Nº 2594755

PORTARIA Nº. 10/2020, DE 29 DE ABRIL DE 2020.

“NOMEIA SERVIDOR PARA exercer a função de controlador interno”.

O Vereador ADILSON RAFAEL MENDES, Presidente da Câmara Municipal, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal em seu artigo 20, inciso III e o Regimento Interno;

RESOLVE:

Nomear o servidor LUIZ ALBERTO MORAES GRANZOTTO, inscrito no CPF nº. 294.970.439-53, matrícula nº. 166, para exercer a função de Controlador Interno, seguindo a Recomendação do Ministério Público de Contas de Santa Catarina MPC/GPCF/429/2019, a contar desta data.

Câmara Municipal de Gravatal, 29 de abril de 2020.

ADILSON RAFAEL MENDES
Presidente

Registrado e publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Gravatal em 29 de abril de 2020.

PORTARIA Nº. 12/2020

Publicação Nº 2594757

PORTARIA Nº. 12/2020, DE 17 DE JUNHO DE 2020.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA JUCINEIA ONOFRE DE ASSUNÇÃO HONORATO”.

O Vereador ADILSON RAFAEL MENDES, Presidente da Câmara Municipal, no uso de suas atribuições legais, principalmente a prevista no artigo 38, inciso XXVIII do Regimento Interno, decide:

Art. 1º. CONCEDER férias a servidora Jucinéia Onofre de Assunção Honorato, inscrita na matrícula 115, na proporção de 10 dias, iniciando-se no dia 30 de junho e encerrando no dia 08 de julho do corrente ano.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Gravatal/SC, 17 de junho de 2020.

ADILSON RAFAEL MENDES
Presidente

Registrado e publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Gravatal em 17 de junho de 2020.

PORTARIA Nº. 13/2020

Publicação Nº 2594758

PORTARIA Nº. 13/2020, DE 29 DE JUNHO DE 2020.

“CONCEDE FÉRIAS Ao SERVIDOR renato beirão schmitz”.

O Vereador ADILSON RAFAEL MENDES, Presidente da Câmara Municipal, no uso de suas atribuições legais, principalmente a prevista no artigo 38, inciso XXVIII do Regimento Interno, decide:

Art. 1º. CONCEDER férias ao servidor Renato Beirão Schmitz, inscrito na matrícula 160, na proporção de 30 dias, iniciando-se no dia 01 de julho e encerrando no dia 30 de julho do corrente ano.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Gravatal/SC, 29 de junho de 2020.

ADILSON RAFAEL MENDES
Presidente

Registrado e publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Gravatal em 29 de junho de 2020.

PORTARIA Nº. 14/2020

Publicação Nº 2594759

PORTARIA Nº. 14/2020, DE 07 DE JULHO DE 2020.

“CONCEDE FÉRIAS Ao SERVIDOR JAILSON COSTA BROLEZ

O Vereador ADILSON RAFAEL MENDES, Presidente da Câmara Municipal, no uso de suas atribuições legais, principalmente a prevista no artigo 38, inciso XXVIII do Regimento Interno, decide:

Art. 1º. CONCEDER férias ao servidor Jailson Costa Brolez, inscrito na matrícula 159, na proporção de 15 dias, iniciando-se no dia 09 de julho e encerrando no dia 23 de julho do corrente ano.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Gravatal/SC, 07 de julho de 2020.

ADILSON RAFAEL MENDES
Presidente

Registrado e publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Gravatal em 07 de julho de 2020.

PORTARIA Nº. 15/2020

Publicação Nº 2594760

PORTARIA Nº.15/2020, DE 08 DE JULHO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE COMISSÃO PARA AVERIGUAÇÃO DE FATOS TIDOS COMO IRREGULARES PRATICADOS NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE”.

O Vereador ADILSON RAFAEL MENDES, Presidente da Câmara Municipal, no uso de suas atribuições legais, baixa a seguinte PORTARIA;

Art. 1º: Ficam nomeados os servidores abaixo relacionados para integrar a Comissão para averiguação de fatos tidos como irregulares praticados no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, relacionados a aquisição de materiais médicos hospitalares, sem prejuízos de suas atribuições normais, ficando assim definido:

JUCINEIA ONOFRE DE ASSUNÇÃO HONORATO
LUCIANO MENDES MARTINS
MARCELO RÉUS SILVA MOZERLE

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Gravatal/SC, 08 de julho de 2020.

ADILSON RAFAEL MENDES
Presidente

Registrado e publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Gravatal em 08 de julho de 2020.

PORTARIA Nº. 16/2020

Publicação Nº 2594762

PORTARIA Nº. 16/2020, DE 15 DE JULHO DE 2020.

ESTABELECE NOVAS REGRAS DE ENFRENTAMENTO DA EPIDEMIA DO CORONAVIRUS (COVID-19), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Vereador ADILSON RAFAEL MENDES, Presidente da Câmara Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO as medidas adotadas pelas autoridades de saúde do país, que fundamentam providências de prevenção à propagação do COVID-19 (Coronavírus) já adotadas pelos Governo Federal e em especial a informação contida na matriz de risco potencial para a COVID-19 publicada pelo governo do Estado de Santa Catarina, em 08 de julho de 2020, passado para nossa região de saúde.

CONSIDERANDO ter sido a classificação da matriz de risco pela região da AMUREL como gravíssima pelo Estado;

CONSIDERANDO reunião ocorrida em 13 de julho de 2020, com representantes do Sistema Público de saúde que atende a região da AMUREL;

CONSIDERANDO Assembleia Extraordinária de Prefeitos da AMUREL, ocorrida em 14 de julho de 2020, onde analisaram todo o contexto da pandemia na região e em seus município;

CONSIDERANDO Decreto Municipal nº. 73, de 15 de julho de 2020, que estabelece novas medidas de enfrentamento da emergência em saúde pública provocada pela COVID-19, a Câmara Municipal de Vereadores e Gravatal decide suspender suas atividades internas e externas

até a data do dia 24 de julho do corrente ano, podendo tal prazo ser prorrogado a qualquer tempo.

RESOLVE:

Art. 1º. SUSPENDER, até o dia 24 de julho do corrente ano, a realização das sessões ordinárias, solenes, audiências públicas e as reuniões partidárias no Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Gravatal.

§1º. O prazo descrito no art. 1º, poderá ser prorrogado a qualquer tempo.

Art. 2º. As atividades internas realizadas exclusivamente por servidores nas dependências, estarão suspensas por 9 (nove) dias, ou seja, até o dia 24 de julho de 2020, em conformidade com o Decreto Municipal n. 73, de 15 de julho de 2020.

Parágrafo único. Os serviços essenciais ao funcionamento administrativo da Câmara de Vereadores poderão ser efetuados por meio home office.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor em 16 de julho de 2020.

Câmara Municipal de Gravatal/SC, 15 de julho de 2020.

ADILSON RAFAEL MENDES
Presidente

Registrado e publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Gravatal em 15 de julho de 2020.

PORTARIA Nº. 17/2020

Publicação Nº 2594763

PORTARIA Nº. 17/2020, DE 27 DE JULHO DE 2020.

estabelece novo horário de funcionamento da câmara municipal de gravatal.

O Vereador ADILSON RAFAEL MENDES, Presidente da Câmara Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO a pandemia provocada pelo novo Corona vírus (COVID-19), de importância internacional, que culminou com a decretação de estado de emergência em nível nacional, estabelecendo isolamento social com paralisação de atividades comerciais, de serviços, industriais e demais atividades em geral.

CONSIDERANDO a publicação do Decreto Municipal nº. 60/2020, que estabelece novo horário de funcionamento.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica estabelecido novo horário de funcionamento dos serviços da Câmara Municipal de Gravatal, com atendimento ao público, com início das atividades às 7:30 (sete horas e trinta minutos) até as 13:30 (treze horas e trinta minutos).

§1º. O disposto no artigo 1º não se aplica nos dias de realização das sessões, ou seja, as segundas feiras, visto que iniciará suas atividades às 08:00 (oito horas) até as 12:00 (doze horas) e das 14:00 (quatorze horas) até às 18:00 (dezoito horas).

§2º. Os servidores que exercem os cargos de advogado e contador podem optar por realizarem trabalho via home office, mediante apresentação de requerimento.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor em 28 de julho de 2020.

Art. 3º. Fica revogada a Portaria nº. 09, de 12 de abril de 2020.

Câmara Municipal de Gravatal/SC, 27 de julho de 2020.

ADILSON RAFAEL MENDES
Presidente

Registrado e publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Gravatal em 27 de julho de 2020.

Guaramirim

PREFEITURA

DECISÃO EM RECURSO ADMINISTRATIVO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2020 - FMS

Publicação Nº 2596276

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SETOR DE LICITAÇÕES

DECISÃO EM RECURSO ADMINISTRATIVO

Processo Licitatório nº 24/2020 – FMS
Modalidade: Pregão Eletrônico no Sistema de Registro de Preços
Tipo: Menor Preço por Item
Objeto: Registro de preços para aquisição de equipamentos e materiais ambulatoriais fracassados para a Secretaria Municipal de Saúde de Guaramirim (SC).

RECORRENTE: DANIELE DAGIOS EPP
RECORRIDA: NÚLEO COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA
INTEGRA SOLUÇÕES MÉDICAS LTDA

Em face das RAZÕES RECURSAIS, interposta pela RECORRENTE, já devidamente qualificada nos autos do Processo Licitatório em epígrafe, e das CONTRARRAZÕES RECURSAIS, interposta pela RECORRIDA à Prefeitura Municipal de Guaramirim, neste ato representada pelo seu Pregoeiro, o Sr. GABRIEL FELIPPI, nomeado pela Portaria nº 377/2019, vem apresentar as suas considerações para, ao final, recomendar o que segue:

I – DO RECURSO APRESENTADO PELA RECORRENTE

1) Dos pressupostos de admissibilidade das razões e contrarrazões:
Fora apresentado as razões e contrarrazões recursais no sistema do Portal de Compras Públicas conforme é admitido pelo Edital nº 24/2020 – FMS. Assim, CONHEÇO dos recursos apresentados.

2) Do recurso:
Em breve síntese, trata-se de recursos interpostos pela RECORRENTE sobre o atendimento às condições editalícias dos produtos cotados nos itens 13 – Curativo hidrogel – e 21 – Hidrogel com alginato de cálcio e sódio – pelas RECORRIDAS Núcleo e Integra respectivamente.

3) Das contrarrazões:
Em breve síntese, a RECORRIDA Núcleo apresentou razões para aceitabilidade do seu produto por atender a finalidade do item.

4) Do mérito:
Preliminarmente, há de se observar que a constituição federal brasileira determina que a administração pública obedeça aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37, caput). Explicita, ainda, a necessidade de observância desses princípios ao exigir que as obras, serviços, compras e alienações sejam contratadas mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes (art. 37, inciso XXI). Da mesma forma, é necessário que o procedimento licitatório não tenha exigências desnecessárias para não macular a competitividade do certame, para que seja possível selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública.
Considerando-se tais princípios, procede-se à análise dos recursos. Cabe ressaltar também que esta análise se restringe apenas aos fatos sobre os itens vencedores, não extrapolando além da sua finalidade. Também é importante pontuar que este julgamento segue a análise feita pela equipe técnica, conforme e-mails recebidos na data de 3 e 5 de agosto do presente ano.
Com relação ao item 13, a empresa vencedora de fato não atende ao descritivo do Edital, visto que a marca cotada não contém o componente pectina na sua composição, conforme solicitado. Com relação ao item 21, este também não atende ao Edital visto que na sua composição não há os componentes idantoína, sorbato de potássio e ácido bórico, conforme solicitado. Portanto os recursos prosperam.

II – DAS CONCLUSÕES

Diante de todo o acima exposto, opino pelo CONHECIMENTO E PROVIMENTO DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS, nos termos da fundamentação supra.

Remeto os autos à consideração da autoridade superior conforme art. 109, § 4º da Lei de Licitações.

Guaramirim, 5 de agosto de 2020.

GABRIEL FELIPPI
Pregoeiro

Portaria nº 377/2019
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SETOR DE LICITAÇÕES

DECISÃO EM RECURSO ADMINISTRATIVO

Processo Licitatório nº 24/2020 – FMS
Modalidade: Pregão Eletrônico no Sistema de Registro de Preços
Tipo: Menor Preço por Item
Objeto: Registro de preços para aquisição de equipamentos e materiais ambulatoriais fracassados para a Secretaria Municipal de Saúde de Guaramirim (SC).

RECORRENTE: DANIELE DAGIOS EPP
RECORRIDA: NÚCLEO COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA
INTEGRA SOLUÇÕES MÉDICAS LTDA

Em face das RAZÕES RECURSAIS E CONTRARRAZÕES RECURSAIS, interposta pelas RECORRENTE E RECORRIDAS à Prefeitura Municipal de Guaramirim, e da DECISÃO EM RECURSO ADMINISTRATIVO, despachado pelo Pregoeiro do certame, o Sr. Gabriel Felippi, devidamente qualificado nos autos do Processo, o PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAMIRIM, o Sr. LUIS ANTONIO CHIODINI, vem apresentar a sua decisão. Conforme exposto pelo Pregoeiro, seguindo parecer técnico da secretaria interessada, os produtos questionados não atendem ao solicitado pelo Edital e, portanto, CONHEÇO E DOU PROVIMENTO AO RECURSO ADMINISTRATIVO as serão desclassificadas. Assim, considerando a morosidade do processo licitatório e da necessidade de sua conclusão para aquisição dos itens onde já há vencedores habilitados, DECIDO CANCELAR os itens 13 e 21 para a devida conclusão do processo, e, caso haja interesse da secretaria requisitante, observando eventual necessidade de revisão de valores de referência, abertura de novo processo licitatório com os itens desertos e fracassados do presente processo.

Guaramirim, 5 de agosto de 2020.

LUIS ANTONIO CHIODINI
Prefeito Municipal de Guaramirim

DECISÃO EM RECURSO ADMINISTRATIVO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2020 - FMS

Publicação Nº 2596236

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SETOR DE LICITAÇÕES

DECISÃO EM RECURSO ADMINISTRATIVO

Processo Licitatório nº 27/2020 – FMS
Modalidade: Pregão Eletrônico no Sistema de Registro de Preços
Tipo: Menor Preço por Item
Objeto: Registro de preços para aquisição de fraldas geriátricas e infantis para a Secretaria Municipal de Saúde de Guaramirim (SC).

RECORRENTE: MAYCON WILL EIRELI EPP
RECORRIDA: FARMAMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
HOSPITALARES COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR E FISIOTERAPEUTICO LTDA

Em face das RAZÕES RECURSAIS, interposta pela RECORRENTE, já devidamente qualificada nos autos do Processo Licitatório em epígrafe, e das CONTRARRAZÕES RECURSAIS, interposta pela RECORRIDA à Prefeitura Municipal de Guaramirim, neste ato representada pelo seu Pregoeiro, o Sr. GABRIEL FELIPPI, nomeado pela Portaria nº 377/2019, vem apresentar as suas considerações para, ao final, recomendar o que segue:

I – DO RECURSO APRESENTADO PELA RECORRENTE

1) Dos pressupostos de admissibilidade das razões e contrarrazões:

As razões recursais e as contrarrazões recursais foram apresentadas no Portal de Compras Públicas conforme disposto no sistema e no Edital, portanto, tempestivas. Ademais, a apresentação das razões do recurso atende aos pressupostos atinentes ao recebimento e conhecimento do recurso no que diz respeito à apresentação da empresa ante a Administração Pública, através de seu representante. Assim, CONHEÇO dos recursos apresentados.

2) Do recurso:

Em breve síntese, trata-se de recursos interpostos pela RECORRENTE contra os produtos cotados nos itens 1 e 2, conforme suas razões técnicas de desconformidade com o Edital.

3) Das contrarrazões:

Em breve síntese, trata-se de recursos interpostos pela RECORRIDA Farmamed alegando que o argumento exposto pela RECORRENTE não é o suficiente para sua desclassificação, visto que, ao passo que esta argumenta que o produto fora recusado em alguns órgãos públicos, outros o aceitaram e atestam seu produto, sendo portanto razão insuficiente para sua desclassificação. Já a RECORRIDA Hospitalares argumenta que seu produto está dentro dos parâmetros do Edital.

4) Do mérito:

Preliminarmente, há de se observar que a constituição federal brasileira determina que a administração pública obedeça aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37, caput). Explicita, ainda, a necessidade de observância desses princípios ao exigir que as obras, serviços, compras e alienações sejam contratadas mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes (art. 37, inciso XXI). Da mesma forma, é necessário que o procedimento licitatório não tenha exigências desnecessárias para não macular a competitividade do certame, para que seja possível selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Considerando-se tais princípios, procede-se à análise dos recursos. Primeiramente, fora analisado apenas os itens dos vencedores, por razões de pertinência. Foram solicitados mais prospectos para analisar os argumentos, entretanto nenhuma apresentou a tempo. Fora enviado ao setor técnico da Secretaria Municipal de Saúde as razões e contrarrazões, entretanto o setor argumentou que não era possível analisar os argumentos com as informações dadas, declarando que a análise só será possível a partir da análise de amostra dos produtos. Considerando-se tais fatos, tem-se a seguinte decisão. Os argumentos da RECORRENTE contra a RECORRIDA Farmamed não são o bastante para sua desclassificação visto que as necessidades dos órgãos públicos não são idênticas entre si, portanto não são motivos o bastante para sua desclassificação. Já com relação à RECORRIDA Hospitalares, a alegação da RECORRIDA aparenta, formalmente, procedente, portanto seu produto atende às definições editalícias, salvo análise mais adequada posteriormente conforme argumentou o setor técnico da Secretaria Municipal de Saúde.

II – DAS CONCLUSÕES

Diante de todo o acima exposto, opino pelo CONHECIMENTO E DESPROVIMENTO DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS, nos termos da fundamentação supra.

Remeto os autos à consideração da autoridade superiora conforme art. 109, § 4º da Lei de Licitações.

Guaramirim, 23 de julho de 2020.

GABRIEL FELIPPI

Pregoeiro

Portaria nº 377/2019

Prefeitura de Guaramirim

Pregão eletrônico no sistema de registro de preços 27/2020 FMS

Decisão de recurso

Trata-se de pregão eletrônico visando ao registro de preços de fraldas geriátricas e infantis para a Secretaria Municipal de Saúde de Guaramirim.

A fls. 113-117, o licitante Maycon Will Eireli EPP apresentou recurso, alegando que os licitantes vencedores apresentaram proposta contendo produtos que não atendem às exigências do edital:

PopFral: não atende a cintura;

Veneza: não atende a cintura e não possui indicador de umidade;

Ck Fraldas: não atende a cintura e não possui indicador de umidade;

Fraldamed: qualidade comprovada como ruim, devido a baixa absorção como comprova no laudo de algumas prefeituras.

Requeru a desclassificação das propostas desses licitantes e que seja declarado vencedor do certame.

A fls. 118-119, a licitante Farmamed Produtos Hospitalares Ltda – EPP apresentou contrarrazões contra a alegação de que a qualidade de seu produto é ruim, devido a baixa absorção, como teria sido comprovado por outras prefeituras. Alega que possui AFE e laudos de absorção satisfatórios e homologados, atendendo à Portaria nº 1480, de 31-12-1990. Junta cópia de atestado de capacidade técnica do município de Canoas – RS e de Itaipulândia – PR.

A fls. 124, o licitante Hospitalares Comércio de Material Médico Hospitalar e Fisioterapêutico Ltda apresentou contrarrazões contra a alegação de que a fralda do tamanho G – PopFral não atenderia a medida da cintura. Alega que o print utilizado pela recorrente aponta imagem desatualizada do produto, que nunca teria utilizado a medida de 90 a 130cm e junta foto a fls. 125-v com a medida de 110 a 150cm.

O sr. Pregoeiro, a fls. 129, não reconsiderou sua decisão.

Conforme ata do edital, os vencedores foram:

Item 1 (fralda geriátrica P): Farmamed Produtos Hospitalares Ltda EPP, marca Fraldamed;

Item 2 (fralda geriátrica G): Hospitalares Comércio de Material Médico Hospitalar e Fisioterapêutico Ltda, marca Longetivá;

Item 4 (fralda infantil P): Farmamed Produtos Hospitalares Ltda EPP, marca Fraldamed;

Item 5 (fralda infantil M): Farmamed Produtos Hospitalares Ltda EPP, marca Nosso Bebê.

O edital não exigia a apresentação de amostras ou prospectos/folder. As propostas vencedoras apresentadas (e ora questionadas) contêm descritivo semelhante àquele previsto no edital e no termo de referência (fls. 92 e 95). Assim, a análise da conformidade acontecerá por ocasião do recebimento das mercadorias, sujeitando-se os fornecedores às penas do art. 7º da Lei 10.520/2002 caso não mantiverem sua proposta:

Art. 7º Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais. (Grifamos)

Por essas razões, não acolho o recurso.

Guaramirim, 29-7-2020.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito de Guaramirim

JUSTIFICATIVA QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA - OFICINA MECANICA DE TRATORES SANTA CECILIA LTDA - EPP

Publicação Nº 2594787

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Em atendimento ao art. 5º da Lei 8666/93, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor OFICINA MECÂNICA DE TRATORES SANTA CECÍLIA LTDA - EPP referente aos empenhos relacionados em anexo.

EMPENHO	DATA DE EMISSÃO	VALOR LIQUIDADO
4058-0/2020	29/07/2020	R\$1.167,68
4057-0/2020	30/07/2020	R\$1.885,20
3899-0/2020	21/07/2020	R\$523,35
3898-0/2020	21/07/2020	R\$34.325,00
3897-0/2020	21/07/2020	R\$5.104,00
3895-0/2020	21/07/2020	R\$880,00
3876-0/2020	21/07/2020	R\$109,29
3875-0/2020	21/07/2020	R\$160,00
3887-0/2020	15/07/2020	R\$340,30
3886-0/2020	15/07/2020	R\$1.414,50
3785-0/2020	15/07/2020	R\$131,60
3552-0/2020	15/07/2020	R\$197,78
TOTAL		R\$46.238,70

Este pagamento refere-se a REGISTRO DE PREÇO PARA A FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O SERVIÇO DE MANUTENÇÃO MECÂNICA PREVENTIVA E CORRETIVA DAS MÁQUINAS PESADAS DO SETOR DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC). O pagamento dos referidos empenhos foram realizados antecipadamente para manter a continuidade dos Serviços Prestado. Tendo em vista o acima justificado, assinamos a presente para que a mesma surta os efeitos jurídicos legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

GUARAMIRIM - SC, 07 DE AGOSTO DE 2020.

JAIR TOMELIN
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA Nº. 240/2020

Publicação Nº 2594969

PORTARIA Nº. 240/2020

Instaura processo administrativo para apurar suposto descumprimento do edital do processo licitatório nº. 50/2020/FMS e ata de registro de preços nº. 35/2020/FMS.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e com o Decreto nº 78/2010;

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar processo administrativo em face da empresa LMG Lasers Comércio Importação e Exportação Ltda, CNPJ nº. 09.089.140/0001-52, para apuração de suposta infração prevista nos itens 5.1.3, 5.1.4 e 11.1 da ata de registro de preços 35/2020 - FMS e item 17.2.4 do edital de Pregão Eletrônico nº. 50/2020 - FMS.

Art. 2º. Designar a servidora Adriana Rampon Stanguerlin de Andrade, matrícula 265810, vinculada à Secretaria de Saúde, para a prática dos atos documentais do processo.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 07 de agosto de 2020.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Cheila Patrícia Rohweder
Secretária de Saúde

Guarujá do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREF 43/2020

Publicação N° 2595164

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Guarujá do Sul

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 43/2020 - Pregão Presencial Nº. 24/2020

Objeto: Aquisição de Equipamento Agrícolas (Distribuidor de Adubo Orgânico Seco e/ou Calcário e/ou sementes) para utilizado pela Secretaria Municipal de Agricultura do município de Guarujá do Sul.

Propostas e Habilitação: 24/08/2020 (13:15 Documentação - 13:30 Abertura).

Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00, de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122 e site www.guarujadosul.sc.gov.br.

Guarujá do Sul, SC, 07 de agosto de 2020.

Claudio Júnior Weschenfelder,

Prefeito Municipal.

DECRETO MUNICIPAL 119/2020

Publicação N° 2596566

Decreto Administrativo 0119/2020.

Designa Servidores para comporem comissão instituída pela LC 066/2020, e adota outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do artigo 63, da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 5 de abril de 1990, e em especial o caput do Artigo 7º, da Lei Complementar 066/2020 que: Estabelece Critérios e Procedimentos para regularização de Construções Irregulares e Clandestinas e dá outras Providencias é que:

DECRETA :

Art. 1º Designar os funcionários públicos municipais : Edineia Rontani Chiele, Lidiane Isabel Ruhoff e Julio Cesar Della Flora para juntos comporem a Comissão Municipal com as incumbências de analisar os processos relativos a regularização de edificações irregulares e clandestinas iniciadas ou em execução com data posterior há 28 de maio do presente Exercício(data que passa a vigorar a LC 066/2020), que estejam em desconformidade com os limites urbanísticos estabelecidos no Plano Diretor e Código de Obras vigentes e desde que não estejam relacionadas nos Incisos e Paragrafo único do Artigo 3º da LC 066/2020.

Paragrafo único. As funções dos membros da Comissão serão exercidas no horário de expediente da administração, não sendo remunerada.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em

07 de agosto de 2020. –

69º ano da Fundação e 58º ano da Instalação.

Certifique-se. Registre-se. Cumpra-se.

CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER

Prefeito Municipal

- Certifico que o presente Decreto foi publicado e registrado nesta Secretaria em data supra

Julio Cesar Della Flora

Secretário de Administração e Fazenda

EXTRATO DE CONTRATO - PREF 37/2020

Publicação N° 2594577

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 37/2020

PROCESSO LICITATORIO Nº. 38/2020 – TOMADA DE PREÇO Nº. 11/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: E.J.F. EMPREENDIMENTOS LTDA

OBJETO: Contratação de empresa para execução de recapeamento e reperfilagem em C.B.Q.U. sobre piso de calçamento com pedras

irregulares na Rua Otavio Diehl, através de Contrato de Repasse OGU nº. 900560/2020, Programa de Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano – Ministério de Desenvolvimento Regional, representado pela Caixa Econômica Federal e o município de Guarujá do Sul.

VALOR: R\$ 225.694,24

VIGENCIA DE EXECUÇÃO: Conforme Cronograma físico Financeiro

VIGENCIA DO CONTRATO: 30/04/2021

Guarujá do Sul, SC, 07 de agosto de 2020.

Claudio Junior Weschenfelder,

Prefeito Municipal.

HOMOLOGAÇÃO - PL 38/2020

Publicação N° 2595067

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - PREFEITURA CNPJ: 83.027.045/0001-87 AVENIDA JOÃO PESSOA, 1265 C.E.P.: 89940-000 - Guarujá do Sul - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 11/2020 - TP Processo Administrativo: Processo de Licitação: 38/2020 Data do Processo: 22/07/2020
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 38/2020
b) Licitação Nr.: 11/2020-TP
c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
d) Data Homologação: 07/08/2020
e) Data da Adjudicação: 07/08/2020 Sequência: 1
f) Objeto da Licitação Contratação de empresa para execução de recapeamento e reperfilagem em C.B.Q.U. sobre piso de calçamento com pedras irregulares na Rua Otavio Diehl, através de Contrato de Repasse OGU nº. 900560/2020, Programa de Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano - Ministério de Desenvolvimento Regional, representado pela Caixa Econômica Federal e o município de Guarujá do Sul.

			(em Reais R\$)
g) Fornecedores e Itens Vencedores:	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 009350 - E.J.F. EMPREENDIMENTOS LTDA	<u>1</u>	-	<u>225.694,24</u>
	1		225.694,24

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.007.4.4.90.00.00.00.00.00 (134), 1.007.4.4.90.00.00.00.00.00 (158)

Guarujá do Sul, 7 de Agosto de 2020.

CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER
Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

CONTRATO Nº 053/2020

Publicação Nº 2596426

Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2020
EXTRATO CONTRATO Nº 053/2020

DOADOR
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

DONATÁRIA
PREMIUM EMBALAGENS EIRELI

OBJETO:
Doação Onerosa de área de terras de propriedade do Município
Lote 01 - matrícula nº 3.033. Um terreno denominado de lote nº 01 da quadra "C" situado na rua projetada "C" do loteamento Distrito Industrial na cidade de Herval d'Oeste - SC, com a área de três mil novecentos e quarenta e oito metros e noventa e seis centímetros (3.948,96m²) sem benfeitorias,
Lote 02 - matrícula nº 26.305. Um terreno denominado de lote nº 02 da quadra "C" situado na rua projetada "C" do loteamento Distrito Industrial na cidade de Herval d'Oeste - SC, com a área de três mil trezentos e trinta metros e setenta e cinco centímetros quadrados (3.330,75m²) sem benfeitorias.

Herval d'Oeste (SC), 06 de agosto de 2020.

MAURO SÉRGIO MARTINI

Prefeito.

VICENZO AUGUSTO ZAGO

Pela empresa

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 028/2020

Publicação Nº 2596429

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 097/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 028/2020

OBJETO
Aquisição de Kit de Aventais e Macacões para uso dos profissionais da Secretaria Municipal De Saúde nas ações de enfrentamento a situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19).

CONTRATADOS

DENTAL CRUZEIRO LTDA

CNPJ: 84.585.744/0001-05

Rua Felipe Schmidt, 677, sala A, Ed. Jean Piajet - Centro

JOAÇABA - SC

V LOMES DO NASCIMENTO E CIA LTDA - EPP

CNPJ: 32.296.995/0001-76

Avenida São Paulo, 691 - Centro

ROSÁRIO DO IVAÍ - PR

VALOR ESTIMADO

VALOR TOTAL: R\$ 31.950,00 (trinta e um mil e novecentos e cinquenta reais)

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O amparo legal para a dispensa da licitação consta no artigo 24, inciso II da Lei nº 8.666/1993.

Herval d'Oeste, 06 de agosto de 2020.

MAURO SERGIO MARTINI

Prefeito Municipal

ORDEM DE SERVIÇO Nº 008/2020

Publicação Nº 2596431

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0057/2020

TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2020

CONTRATO Nº 034/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

CONTRATADA: SETEP CONSTRUÇÕES S/A

ORDEM DE SERVIÇO Nº 008/2020 DE 07 DE AGOSTO DE 2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, autoriza a empresa SETEP CONSTRUÇÕES S/A inscrita no CNPJ sob o nº 83.665.141/0001-50 em conformidade com o contrato Nº 034/2020 de 16/07/2020 iniciar os serviços de pavimentação em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) das Ruas 13 de maio, Rua Xaxim e Rua José Rupp, com fornecimento de material e mão de obra.

CARACTERÍSTICAS: Pavimentação, Meio Fio Bocas de Lobo Drenagem Pluvial, Sinalização Viária, Horizontal e Vertical.

1 - Recapeamento Asfáltico em CBUQ - Concreto Betuminoso Usinado à Quente Rua 13 de maio com extensão de 780, 89 metros totalizando uma área de 4.959 m² R\$ 482.201,58.

2- Recapeamento Asfáltico em CBUQ -Concreto Betuminoso Usinado à Quente Rua Xaxim, com extensão de 88,09 metros totalizando uma área de 565,03 m² R\$ 60.091,14

3- Recapeamento Asfáltico em CBUQ -Concreto Betuminoso Usinado à Quente Rua José Rupp com extensão de 509,97 metros totalizando uma área de 3.138,48 m² R\$ 306.197,13

INVESTIMENTO TOTAL: R\$ 848.489,85

RECURSOS: R\$ 847.533,89 Contrato de Repasse nº 897096/2019 MDR/CAIXA

R\$ 955,96 Contrapartida da Administração Municipal- Recursos Próprios

PRAZO DE EXECUÇÃO: 150 DIAS

Herval d'Oeste (SC) 07 de agosto de 2020.

MAURO SÉRGIO MARTINI BRUNO STEPHANI

Prefeito Municipal Engenheiro Civil

CPF: 713.164.509-53 CPF nº 016.770.829-50

Pelo Município Pela Empresa

PORTARIA Nº 905/2020

Publicação Nº 2596350

PORTARIA Nº 905/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, por 30 (trinta) dias, o prazo de conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo, designada pela Portaria nº 772/2020, de 29/07/2020, referente ao Processo Administrativo nº 003/2020, relacionado ao Acidente de Trabalho da servidora Nicole de Matos Scheitel, ante as razões apresentadas no Ofício nº 091/2020 de 02/06/2020, com efeitos retroativos a 29/07/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 07 de Agosto de 2020.

Mauro Sérgio Martini

Prefeito

Ibiam

PREFEITURA

DECRETO Nº 3483/2020

Publicação Nº 2596060

DECRETO Nº 3483, DE 03 DE AGOSTO DE 2020

“INSTITUI O PROGRAMA “IBIAM MENOS PAPEL”, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE IBIAM.”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos VII, XVI e XXIV, do art. 88, da Lei Orgânica do Município, e tendo presentes razões de conveniência e oportunidades públicas,

DECRETA:

Capítulo I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1.º Fica instituído, no âmbito da Administração Pública do Município de Ibiam, o Programa Ibiam menos papel, com vistas à produção, gestão, tramitação, armazenamento, preservação, segurança e acesso a documentos e informações arquivísticas em ambiente digital de gestão documental.

Parágrafo único. A implantação do ambiente digital de gestão documental junto aos órgãos da Administração Pública dar-se-á gradualmente.

Art. 2.º Para os fins deste decreto, consideram-se:

I - assinatura digital: modalidade de assinatura eletrônica que utiliza algoritmos de criptografia e permite aferir, com segurança, a origem e a integridade do documento;

II - assinatura eletrônica: geração, por computador, de símbolo ou série de símbolos executados, adotados ou autorizados por um indivíduo, com valor equivalente à assinatura manual do mesmo indivíduo;

III - autenticidade: credibilidade de documento livre de adulteração;

IV - captura de documento: incorporação de documento nato-digital ou digitalizado por meio de registro, classificação e arquivamento em sistema eletrônico;

V - documento digital: documento codificado em dígitos binários, acessível e interpretável por meio de sistema computacional;

VI - documento digitalizado: documento obtido a partir da conversão de documento não digital, gerando uma fiel representação em código digital, podendo ser capturado por sistemas de informação específicos;

VII - integridade: propriedade do documento completo e inalterado;

VIII - legibilidade: qualidade que determina a facilidade de leitura do documento;

IX - preservação digital: conjunto de ações gerenciais e técnicas de controle de riscos decorrentes das mudanças tecnológicas e fragilidade dos suportes, com vistas à proteção das características físicas, lógicas e conceituais dos documentos digitais pelo tempo necessário;

X - processo eletrônico: sucessão de atos registrados e disponibilizados em meio eletrônico, integrado por documentos nato-digitais ou digitalizados;

XI - processo híbrido: conjunto conceitualmente indivisível de documentos digitais e não digitais, reunidos em sucessão cronologicamente encadeada até sua conclusão.

Art. 3.º São objetivos do Programa Ibiam Menos Papel:

I - produzir documentos e processos eletrônicos com segurança, transparência, economicidade, sustentabilidade ambiental e, sempre que possível, de forma padronizada;

II - possibilitar maior eficácia e celeridade aos processos administrativos;

III - assegurar a proteção da autoria, da autenticidade, da integridade, da disponibilidade e da legibilidade de documentos digitais, observadas as disposições da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;

IV - assegurar a gestão, a preservação e a segurança de documentos e processos eletrônicos no tempo.

Capítulo II

DA GESTÃO DE DOCUMENTOS

Art. 4.º A gestão de documentos do Município de Ibiã deve ser realizada preferencialmente por meio do memorando eletrônico, ofício eletrônico e protocolo eletrônico.

§ 1º A finalidade do memorando eletrônico é formalizar a gestão de documentos internos, quando se tratar de assuntos simples ou rotineiros, em especial:

- I - solicitar execução de atividades;
- II - solicitar compras;
- III - agendar reuniões;
- IV - solicitar informações;
- V - encaminhar documentos;
- VI - solicitar providências rotineiras;
- VII - solicitar pareceres;
- VIII - outros assuntos considerados de mero expediente.

§ 2º O ofício eletrônico, sobre qualquer assunto, expedido pelas autoridades dentro do sistema de gestão de documentos, serão encaminhados para destinatários fora da administração municipal por correio eletrônico, ficando sob responsabilidade do sistema a confirmação de entrega e leitura do documento.

§ 3º Os protocolos iniciados no âmbito do Município, serão gerados pelo requerente de forma eletrônica, ou presencial na Secretaria competente, mediante exposição de motivos e juntada de documentos que o fundamentem.

Art. 5.º Todos os documentos eletrônicos, bem como seus anexos, recebem obrigatoriamente uma numeração sequencial automática e passam a circular dentro dos setores competentes.

Parágrafo único. A responsabilidade pela guarda excessiva ou pelo descarte indevido dos documentos, sejam eletrônicos ou impressos, é da unidade emissora.

Art. 6.º Deve ser evitada a impressão de documentos eletrônicos, exceto para:

- I - fornecer comprovante ao requerente que efetuou o protocolo de forma presencial;
- II - impressão do documento, na forma da legislação que a exigir;
- III - juntar ao processo administrativo, quando o assunto exigir a juntada do documento.

Parágrafo único. A exceção prevista no inciso III deste artigo ficará sob a responsabilidade do agente público que juntou o documento no processo administrativo.

Art. 7.º A classificação da informação sigilosa e a proteção de dados pessoais no ambiente digital de gestão documental observarão as disposições da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e das demais normas aplicáveis.

Art. 8.º A autoria, a autenticidade e a integridade de documentos digitais e da assinatura poderão ser obtidas por meio de certificação digital emitida conforme padrões definidos pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil, instituída pela Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, preservadas as hipóteses legais de anonimato.

§ 1º O disposto no caput deste artigo não obsta a utilização de outro meio lícito de comprovação da autoria, autenticidade e integridade de documentos digitais, em especial aqueles que utilizem identificação por meio de usuário e senha.

§ 2º Os documentos nato-digitais assinados eletronicamente na forma deste artigo serão considerados originais nos termos da lei aplicável.

Art. 9.º Os atos processuais praticados no ambiente digital de gestão documental deverão observar os prazos definidos em lei para manifestação dos interessados e para decisão da autoridade competente, sendo considerados realizados na data e horário identificados no recibo eletrônico de protocolo emitido pelo sistema.

§ 1º Salvo disposição legal ou regulamentar em contrário, o ato a ser praticado em prazo determinado será considerado tempestivo se realizado até as vinte e três horas e cinquenta e nove minutos do último dia do prazo, no horário oficial de Brasília.

§ 2º Na hipótese prevista no § 1º deste artigo, caso o sistema se torne indisponível por motivo técnico, o prazo será automaticamente prorrogado até as vinte e três horas e cinquenta e nove minutos do primeiro dia útil seguinte ao do retorno da disponibilidade.

§ 3º Usuários não cadastrados no ambiente digital de gestão documental terão acesso, na forma da lei, a documentos e processos eletrônicos por meio de arquivo em formato digital, disponibilizado pelo órgão da Administração Pública detentor do documento.

Capítulo III DAS CAIXAS DE MENSAGENS

Art. 10. O envio e recebimento dos documentos eletrônicos será feito exclusivamente pelo sistema adotado pelo Município, ou se por outro meio, deverá ser registrado posteriormente.

Art. 11. O titular do órgão terá acesso a caixa de mensagens da unidade que dirige, por meio de login no sistema, sendo de sua responsabilidade:

- I - manter em sigilo a senha de acesso ao sistema;
- II - delegar acesso a outros servidores públicos à caixa de mensagens da unidade;
- III - efetuar log-off, sempre que se ausentar da unidade, a fim de evitar acesso indevido;
- IV - zelar:
 - a) pela fidelidade dos dados enviados e pelo envio ao destinatário certo;

- b) pelo acesso ao conteúdo armazenado na caixa;
- c) pela leitura dos documentos recebidos;
- d) pela guarda ou descarte de mensagens enviadas, recebidas e de controle;
- e) pela resposta ou encaminhamento da demanda remetida ao setor competente via documento eletrônico.

Capítulo IV DA DIGITALIZAÇÃO

Art. 12. O procedimento de digitalização observará as disposições da Lei federal nº 12.682, de 9 de julho de 2012, bem como os critérios técnicos definidos por este decreto.

§ 1º A digitalização de documentos recebidos ou produzidos no âmbito da Administração Pública será acompanhada da conferência da integridade do documento.

§ 2º A conferência da integridade a que alude o § 1º deste artigo deverá registrar se houve exibição de documento original, de cópia autenticada por serviços notariais e de registro, de cópia autenticada administrativamente ou de cópia simples.

§ 3º Na digitalização de documentos, observar-se-á o seguinte:

I - os resultantes de original serão considerados cópia autenticada administrativamente;

II - os resultantes de cópia autenticada por serviços notariais e de registro serão considerados cópia autenticada administrativamente;

III - os resultantes de cópia simples serão assim considerados.

§ 4º O agente público que receber documento não digital deverá proceder à sua imediata digitalização, se for o caso.

§ 5º Na hipótese de ser inviável a digitalização ou a restituição do documento não digital, este ficará sob guarda do órgão da Administração Pública.

Art. 13. O interessado poderá enviar eletronicamente documentos digitalizados para juntada a processo eletrônico.

§ 1º O teor e a integridade dos documentos digitalizados são de responsabilidade do interessado, que responderá por eventuais fraudes nos termos da lei.

§ 2º Os documentos digitalizados enviados pelo interessado terão valor de cópia simples.

§ 3º A apresentação do original do documento digitalizado será necessária quando a lei expressamente o exigir, ou nas hipóteses previstas nos artigos 14 e 15 deste decreto.

Art. 14. A integridade do documento digitalizado poderá ser impugnada mediante alegação fundamentada de adulteração, hipótese em que será instaurado, no âmbito do respectivo órgão da Administração Pública, procedimento para verificação.

Art. 15. Os órgãos da Administração Pública poderão, motivadamente, solicitar a exibição do original de documento digitalizado ou enviado eletronicamente pelo interessado.

Art. 16. Nos casos de indisponibilidade do ambiente digital de gestão documental, os atos poderão ser praticados em meio físico, procedendo-se à oportuna digitalização nos termos do artigo 12 deste decreto.

Capítulo V DA EMPRESA CONTRATADA

Art. 17. À Empresa contratada cabe o desenvolvimento, a implantação, o processamento e o fornecimento do suporte tecnológico necessário para o Programa IbiAm Menos Papel, bem como a orientação às áreas de tecnologia da informação junto aos órgãos da Administração Pública, para a utilização e a manutenção do ambiente digital de gestão documental.

Capítulo VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18. Compete a cada unidade administrativa orientar os usuários quanto à implementação da comunicação eletrônica no Município.

Art. 20. As despesas decorrentes da execução deste decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementares se necessário.

Art. 21. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 03 de agosto de 2020.

IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. _____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

Ibicaré

PREFEITURA

PORTARIA Nº 208-2020

Publicação Nº 2594851

PORTARIA Nº 208, de 07 de agosto de 2020.

“DESIGNA SERVIDOR PARA REGIME DE TELETRABALHO”

O Prefeito de Ibicaré - SC:

No uso de suas atribuições e, de conformidade com o artigo 96, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Ibicaré, Lei Complementar nº 052 de 13 de maio de 2020 e Decreto nº 056 de 05 de agosto de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNA o servidor ELIZABETH RAMBO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Escriturário, nível 11, classe “S”, Anexo II – Quadro de Pessoal Efetivo, Grupo III – Atividades de Administração Geral, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, para desempenhar suas atividades através do regime de teletrabalho a partir de 07 de agosto de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 07 de agosto de 2020.

GIANFRANCO VOLPATO

Prefeito

Ibirama

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.542, DE 07 DE AGOSTO DE 2020 - SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO VIGENTE DO EXERCÍCIO DE 2020 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2594836

DECRETO nº 4.542, de 07 de agosto de 2020.

"SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO VIGENTE DO EXERCÍCIO DE 2020 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e fundamentado no artigo 5º, inciso I, da Lei nº 3.418, de 17 de dezembro de 2019:

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado o valor de R\$ 49.746,00 (quarenta e nove mil, setecentos e quarenta e seis reais) no orçamento vigente do exercício de 2020 da Unidade Fundo Municipal de Saúde a seguinte dotação orçamentária:

09	Fundo Municipal de Saúde
001	Funcionamento e Manut. do Fundo Munic. de Saúde
010.0301.0060.2057	Manutenção das Ações do Fundo de Saúde
30000000	Despesas Correntes
33000000	Outras Despesas Correntes
33390000	Aplicações Diretas
01381900	Transferência do Sistema Único de Saúde – SUS/União – Coronavírus Portaria 1.857/Escolas Públicas
Valor	R\$ 49.746,00

Art. 2º Para a suplementação do Art. 1º será utilizado o Excesso de Arrecadação apurado no exercício de 2020 na seguinte fonte de recurso:

Código	Descrição	Valor
01381900	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União – Coronavírus Portaria 1857/Escolas Públicas.	R\$ 49.746,00

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 07 de agosto de 2020.

ADRIANO POFFO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO
Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 3.444, DE 29 DE JULHO DE 2020 - ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 3.434, DE 12 DE MAIO DE 2020, QUE AUTORIZOU O PODER EXECUTIVO A DESAPROPRIAR PARTE DO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DE PREJAN EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA ATRAVÉS DO DECRETO Nº 4.501, DE 13 DE ABRIL DE 2020

Publicação Nº 2594556

LEI Nº 3.444, de 29 de julho de 2020.

"ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 3.434, DE 12 DE MAIO DE 2020, QUE AUTORIZOU O PODER EXECUTIVO A DESAPROPRIAR PARTE DO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DE PREJAN EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA ATRAVÉS DO DECRETO Nº 4.501, DE 13 DE ABRIL DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º da Lei nº 3.434, de 12 de maio de 2020, passando a ter a seguinte redação:

“Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desapropriar pelos meios amigáveis e/ou judiciais, parte do imóvel registrado no Cartório de Registro de Imóveis sob nº 20.120 do Livro 2 RG, de propriedade de Prejan Empreendimentos Imobiliários LTDA, declarado de Utilidade Pública através do Decreto nº 4.501, de 13 de abril de 2020, conforme averbação em anexo, sendo:

Descrição da Área 01 a ser desapropriada - O terreno urbano, situado no lado par da Rua Presidente Castelo Branco, esquina das Ruas Presidente Castelo Branco e Rua 15 de Novembro, Bairro Areado, cidade e Comarca de Ibirama, Estado de Santa Catarina, contendo a área 30,80 m² (trinta metros e oitenta decímetros quadrados) inicia a descrição deste perímetro no vértice '1' de coordenadas UTM: E= 646.143,736 m e N= 7.003.722,633 m ; Deste segue com o lado par da Rua 15 de Novembro com o azimute de 181°51'13" e a distância de 19,88 m até o vértice '4' ; Deste segue confrontando com terras de Prejan Empreendimentos Imobiliários LTDA (matricula 20.120) com o azimute de 331°03'11" e a distância de 3,97 m até o vértice '3' ; Deste segue confrontando com terras de Prejan Empreendimentos Imobiliários LTDA (matricula 20.120) com o azimute de 2°19'29" e a distância de 11,13 m até o vértice '2' ; Deste segue confrontando com terras de Prejan Empreendimentos Imobiliários LTDA (matricula 20.120) com o azimute de 21°50'04" e a distância de 5,69 m até o vértice '1' ; início de descrição.

Descrição da Área 02 a ser desapropriada - O terreno urbano, situado no lado par da Rua Presidente Castelo Branco, esquina das Ruas Presidente Castelo Branco e Rua 15 de Novembro, Bairro Areado, cidade e Comarca de Ibirama, Estado de Santa Catarina, Contendo a área 253.62 m² (duzentos e cinquenta três metros e sessenta dois decímetros quadrados) inicia a descrição deste perímetro no vértice '5' de coordenadas UTM: E= 646.142,811 m e N= 7.003.694,024 m ; Deste segue confrontando com o lado par da Rua 15 de Novembro com o azimute de 181°51'13" e a distância de 17,45 m até o vértice '12' ; Deste segue com o lado par da Rua 15 de Novembro com raio de 10,00 m e a distância de 15,19 m até o vértice '11' ; Deste segue com o lado par da rua Presidente Castelo Branco com o azimute de 268°51'48" e a distância de 9,69 m até o vértice '10' ; Deste segue com o lado par da Rua Presidente Castelo Branco com o azimute de 272°49'50" e a distância de 2,16 m até o vértice '9' ; Deste segue confrontando com terras de Prejan Empreendimentos Imobiliários LTDA (matricula 20.120) com o azimute de 53°18'04" e a distância de 6,55 m até o vértice '8' ; Deste segue confrontando com terras de Prejan Empreendimentos Imobiliários LTDA (matricula 20.120) com o azimute de 29°16'14" e a distância de 10,90 m até o vértice '7' ; Deste segue confrontando com terras de Prejan Empreendimentos Imobiliários LTDA (matricula 20.120) com o azimute de 43°00'22" e a distância de 14,41 m até o vértice '6' ; Deste segue confrontando com terras de Prejan Empreendimentos Imobiliários LTDA (matricula 20.120) com o azimute de 28°56'14" e a distância de 3,70 m até o vértice '5' ; início de descrição.”

Art. 2º Fica alterado o artigo 3º da Lei nº 3.434, de 12 de maio de 2020, passando a ter a seguinte redação:

“Art. 3º Conforme Laudo Circunstanciado de Avaliação, fica o Poder Executivo autorizado a pagar pela parte do imóvel mencionado no art. 1º, a título de indenização, a importância de até R\$ 51.195,60 (cinquenta e um mil, cento e noventa cinco reais e sessenta centavos), no ato da assinatura da escritura definitiva.”

Art. 3º Ficam mantidas as demais determinações constantes na Lei nº 3.434, de 12 de maio de 2020.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, em especial os artigos 1º e 3º da Lei Municipal nº 3.434, de 12 de maio de 2020.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, 29 de julho de 2020.

ADRIANO POFFO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO
Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 74/2020

Publicação Nº 2594661

MUNICIPIO DE IBIRAMA**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 74/2020****a) Processo Nr.:**94 / 2020**b) Licitação Nr.:**94 / 2020**c) Modalidade:** Pregão**d) Data Homologação:** 07/08/2020**e) Data da Adjudicação:** 07/08/2020**f) Objeto da Licitação:** REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BRITA, PÓ DE BRITA, AREIA INDUSTRIAL, E PEDRA TIPO RACHÃO, PARA USO DA SECRETÁRIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DESTA MUNICIPALIDADE.**g) Fornecedores e Itens Vencedores:****159158 - COMERCIAL DACLANDE LTDA – CNPJ 03.222.166/0001-40**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	BRITA NR 01	Toneladas		410	R\$48,00	R\$19.680,00
2	BRITA NR 02	Toneladas		270	R\$46,00	R\$12.420,00
3	PÓ DE BRITA	Toneladas		750	R\$45,00	R\$33.750,00
4	AREIA INDUSTRIAL	Toneladas		405	R\$45,00	R\$18.225,00
5	PEDRA TIPO RACHÃO	Toneladas		450	R\$38,00	R\$17.100,00
Total do Fornecedor:						R\$101.175,00
Total da Homologação:						101.175,00

Ibirama, 7 de agosto de 2020.

Ilhota

PREFEITURA

DECRETO 623

Publicação N° 2596951

DECRETO N° 623 DE 07 DE AGOSTO DE 2020

“Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pelo artigo 6º, inciso I, da Lei Municipal 1.997 de 12/12/2019 (LOA) e dá outras providências”.

O Prefeito do Município de Ilhota, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 72, IV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 75.520,00 (setenta e cinco mil, quinhentos e vinte reais), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas, pertencentes ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 21 – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto
Unidade Orçamentária: 001- Departamento Saneamento Básico
Funcional-programática: 17.512.0041
Atividade: 2.082 – Coleta de Lixo e Destino Final
Modalidade de Aplicação/Dotação: 3.3.93.00.00/19463
Fonte de Recurso: 300 – SF Recursos Ordinários
Valor: R\$ 60.520,00

Órgão: 25 – Secretaria de Obras Transportes e Serviços Urbanos
Unidade Orçamentária: 002 - Departamento de Obras, Limpeza Urbana e Drenagem
Funcional-programática: 15.452.0010
Atividade: 2.010 – Manutenção do Depto de Obras e Serviços Urbanos
Modalidade de Aplicação/Dotação: 3.3.90.00.00/19464
Fonte de Recurso: 300 – SF Recursos Ordinários
Valor: R\$ 15.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recurso proveniente do superávit financeiro apurado no balanço do exercício anterior na mesma importância, observada a destinação por fonte de recurso - DFR.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ilhota (SC), 07 de agosto de 2020.

Erico de Oliveira
Prefeito Municipal

Imarui**PREFEITURA****DECRETO Nº. 079, DE 05 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2594797

DECRETO Nº. 079, DE 05 DE AGOSTO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, EXERCÍCIO 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Poder Executivo, do corrente Exercício, na importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
UNIDADE – 07.02	DIRETORIA DE ENSINO			
PROJ/ATIV. – 1.001	AQUIS.DE AREA, CONSTRUÇÃO E REFORMA DE ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00		1.079	Aplicações Diretas	100.000,00
Total				100.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da Emenda Constitucional nº 78, de 1º de julho de 2020, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e Portaria nº 179/SEF, de 1º de julho de 2020, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), para Reforma de Banheiro da E.E.B. Portinho Bittencourt.

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2018-2021 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2020.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 073, de 22 de julho de 2020.

Imaruí, 05 de agosto de 2020.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DECRETO Nº. 080, DE 05 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2594798

DECRETO Nº. 080, DE 05 DE AGOSTO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, EXERCÍCIO 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Poder Executivo, do corrente Exercício, na importância de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

ÓRGÃO – 11	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV.URBANOS			
UNIDADE – 11.01	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV.URBANOS			
PROJ/ATIV. – 1.013	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00		1.079	Aplicações Diretas	200.000,00
Total				200.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da Emenda Constitucional nº 78, de 1º de julho de 2020, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e Emenda Impositiva nº 801, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), para Pavimentação da Rodovia Municipal IMA 413 – Cangueri de Fora.

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2018-2021 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2020.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 078, de 30 de julho de 2020.

Imaruí, 05 de agosto de 2020.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DECRETO Nº. 081, DE 05 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2594800

DECRETO Nº. 081, DE 05 DE AGOSTO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, EXERCÍCIO 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Poder Executivo, do corrente Exercício, na importância de R\$ 92.242,50 (noventa e dois mil, duzentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos).

ÓRGÃO – 08	SECR.DA INDUSTRIA, COMERCIO, TURISMO, CULT.DESP.E JUV.			
UNIDADE – 08.02	DIRETORIA DE DESPORTO E CULTURA			
PROJ/ATIV. – 1.007	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE CAMPO DE FUTEBOL/GINÁSIO ESPORTES			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00		1.079	Aplicações Diretas	92.242,50
Total				92.242,50

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da Emenda Constitucional nº 78, de 1º de julho de 2020, da Constituição do Estado de Santa Catarina, Portaria nº 179/SEF, de 1º de julho de 2020, e Emenda Impositiva nº 542, no valor de R\$ 92.242,50 (noventa e dois mil, duzentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos), para Recuperação do Ginásio Municipal de Imaruí - Lúcio Carlos Faust.

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2018-2021 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2020.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Imaruí, 05 de agosto de 2020.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DECRETO Nº. 082, DE 05 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2594801

DECRETO Nº. 082, DE 05 DE AGOSTO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, EXERCÍCIO 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Poder Executivo, do corrente Exercício, na importância de R\$ 11.040,69 (onze mil, quarenta reais e sessenta e nove centavos).

ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
UNIDADE – 07.02	DIRETORIA DE ENSINO			
PROJ/ATIV. – 2.014	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL			

Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	70	1.174	Aplicações Diretas	11.040,69
Total				11.040,69

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do Termo de Compromisso PAR Nº 202002708-08, no valor de R\$ 11.040,69 (onze mil, quarenta reais, sessenta e nove centavos), para aquisição de Kit ensino fund. Para anos iniciais.

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2018-2021 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2020.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Imaruí, 05 de agosto de 2020.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DECRETO Nº. 083, DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2596583

DECRETO Nº. 083, DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

prorroga O PRAZO DE VIGÊNCIA DO DECRETO Nº 076, DE 24 DE JULHO DE 2020

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Art. 61, inciso VI da Lei Orgânica do Município, e ainda:

Considerando a Portaria Federal nº 188, de 03 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo CORONAVÍRUS (2019-Cov);

Considerando a informação contida na última matriz do risco potencial para Covid19 publicada pelo Governo do Estado de Santa Catarina Região de Saúde, com a manutenção da Região da Amurel na matriz de risco como grave;

Considerando informações e orientações técnicas recebidas do CER Amurel através da Recomendação nº 009/2020, bem como a manutenção na íntegra das Recomendações nos 007/2020 e 008/2020;

Considerando as previsões contidas na Lei Federal nº 13.979/2020 e no Decreto nº 630/2020 do Governo do Estado de Santa Catarina, especialmente seu art. 9º.

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogada a vigência das medidas previstas no Decreto nº 076, de 24 de julho de 2020 por 7 (sete) dias.

Art. 2º De acordo com a Recomendação CER AMUREL nº 009/2020, fica autorizado o funcionamento do comércio de mercadoria e serviços, excepcionalmente e em função de se tratar de véspera do dia dos pais, no dia 08 de agosto de 2020 até às 18h, cumpridas todas as medidas sanitárias impostas.

Art. 3º Fica autorizado o funcionamento dos Centros de Formação de Condutores (CFC), autoescolas, com aulas teóricas online e aulas práticas presenciais, cumprida integralmente a Portaria nº 238/SES/2020.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 08 de agosto de 2020, revogando-se as disposições em contrário.

Imaruí, 07 de agosto de 2020.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Imbituba

PREFEITURA

ADITIVO 2020/21 - A/01 - PROCESSO 25/2020

Publicação Nº 2596949

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: CONTRATO SEAD 2020/21 – A/01

Contratada: INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL IBAM
CNPJ: 33.645.482/0001-96

Objeto: É objeto deste Termo Aditivo a prorrogação de prazo por mais 90 (noventa) dias.

“REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS EXISTENTES NO QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL”

Fundamento: Processo nº 25/2020 Dispensa 08/2020

Imbituba, 27 de maio de 2020.

ADRIANE MARTINS LUIZ
SECRETÁRIA INTERINA DE ADMINISTRAÇÃO
Contratante

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL IBAM
Representante legal
Contratado

ADITIVO 2020/30 - A/02 - PROCESSO 38/2020

Publicação Nº 2596926

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: ADITIVO DO CONTRATO SEAD 2020/30 – A/02

Contratada: PORTAL MIX EVENTOS LTDA ME
CNPJ: 07.224.379/0001-62

OBJETO: É objeto deste Termo Aditivo a prorrogação do prazo de vigência por mais 120 (cento e vinte) dias. “CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A CRIAÇÃO DE UM POSTO DE TRIAGEM PARA IDENTIFICAÇÃO DE POSSÍVEIS CASOS DE CORONA VÍRUS (COVID – 19) NO MUNICÍPIO DE IMBITUBA JUNTO AO HOSPITAL SÃO CAMILO”

Prazo: 120 dias Valor Total R\$ 82.600,00

Fundamento: Processo nº 38/2020 Dispensa nº 14/2020

Imbituba, 27 de julho de 2020.

DAIANE LEOPOLDINA NUNES
Secretária de Administração
Contratante

PORTAL MIX EVENTOS LTDA ME
Representante legal
Contratado

ATA 136/2020 - PP 03/2020

Publicação Nº 2596947

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 136/2020
DO PP Nº 03/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TIRAS PARA ANÁLISE DE GLICOSE NO SANGUE ,COM FORNECIMENTO DE APARELHOS DE LEITURA EM REGIME DE COMODATO , LANCETAS , E SERINGAS DE INSULINA PARA USO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE .

Validade: 12 meses

Valor: R\$ 453.600,00

EMPRESA: METROMED COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

Imbituba, 15 de julho de 2020.

GRACIELA WIEMES RIBEIRO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA 138/2020 - PP 03/2020

Publicação Nº 2596948

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 138/2020

DO PP Nº 03/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TIRAS PARA ANÁLISE DE GLICOSE NO SANGUE , COM FORNECIMENTO DE APARELHOS DE LEITURA EM REGIME DE COMODATO, LANCETAS, E SERINGAS DE INSULINA PARA USO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE .

Validade: 12 meses

Valor: R\$ 319.000,00

EMPRESA: SAÚDE IMPERIAL COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-ME

Imbituba, 15 de julho de 2020.

GRACIELA WIEMES RIBEIRO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA 159/2020 - PP 32/2020

Publicação Nº 2596942

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 159/2020

DO PP Nº 32/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTOR, TIPO CAÇAMBA E MÁQUINAS, COM MANUTENÇÃO E SEGURO CONTRA DANOS MATERIAIS E TERCEIROS, COM MOTORISTA NO CASO DE CAMINHÃO, OPERADOR NO CASO DE MAQUINÁS, COMBUSTIVEL EM AMBOS OS CASOS E TODOS OS EQUIPAMENTOS DEVEM CONTER HORÍMETRO, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO – SEINFRA

EMPRESA: MONTEC ENGENHARIA LTDA

VALOR TOTAL: R\$ 1.437.900,00

VIGÊNCIA: Será de 12 meses

Imbituba, 20 DE JULHO de 2020

EDILSON MISAEL ANTUNES DA SILVA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO.

ATA 160/2020 - PP 32/2020

Publicação Nº 2596943

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 160/2020

DO PP Nº 32/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTOR, TIPO CAÇAMBA E MÁQUINAS, COM MANUTENÇÃO E SEGURO CONTRA DANOS MATERIAIS E TERCEIROS, COM MOTORISTA NO CASO DE CAMINHÃO, OPERADOR NO CASO DE MAQUINÁS, COMBUSTIVEL EM AMBOS OS CASOS E TODOS OS EQUIPAMENTOS DEVEM CONTER HORÍMETRO, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO – SEINFRA

EMPRESA: VALE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA EM OBRAS EIRELI

VALOR TOTAL: R\$ 625.600,00

VIGÊNCIA: Será de 12 meses

Imbituba, 20 DE JULHO de 2020

EDILSON MISAEL ANTUNES DA SILVA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO.

ATA 161/2020 - PP 32/2020

Publicação Nº 2596944

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 161/2020

DO PP Nº 32/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTOR, TIPO

CAÇAMBA E MÁQUINAS, COM MANUTENÇÃO E SEGURO CONTRA DANOS MATERIAIS E TERCEIROS, COM MOTORISTA NO CASO DE CAMINHÃO, OPERADOR NO CASO DE MAQUINÁS, COMBUSTIVEL EM AMBOS OS CASOS E TODOS OS EQUIPAMENTOS DEVEM CONTER HORÍMETRO, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO – SEINFRA

EMPRESA: LIMA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS RODOVIARIOS LTDA
VALOR TOTAL: R\$ 761.800,00
VIGÊNCIA: Será de 12 meses
Imbituba, 20 DE JULHO de 2020
EDILSON MISAEL ANTUNES DA SILVA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO.

ATA 162/2020 - PP 32/2020

Publicação Nº 2596945

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 162/2020
DO PP Nº 32/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTOR, TIPO CAÇAMBA E MÁQUINAS, COM MANUTENÇÃO E SEGURO CONTRA DANOS MATERIAIS E TERCEIROS, COM MOTORISTA NO CASO DE CAMINHÃO, OPERADOR NO CASO DE MAQUINÁS, COMBUSTIVEL EM AMBOS OS CASOS E TODOS OS EQUIPAMENTOS DEVEM CONTER HORÍMETRO, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO – SEINFRA

EMPRESA: ETEC CONSTRUÇÃO E TERRAPLANAGEM EIRELLI ME
VALOR TOTAL: R\$ 1.248.500,00
VIGÊNCIA: Será de 12 meses
Imbituba, 20 DE JULHO de 2020
EDILSON MISAEL ANTUNES DA SILVA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO.

ATA 168/2020 - PP 14/2020

Publicação Nº 2596934

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 168/2020
DO PP Nº 14/2020 - PROCESSO Nº 18-2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO LABORATORIAL PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Validade: 12 meses
Valor: R\$ 163.000,00
EMPRESA: PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTIFICOS
Imbituba, 27 de julho de 2020.
GRACIELA WIEMES RIBEIRO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA 169/2020 - PP 14/2020

Publicação Nº 2596935

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 169/2020
DO PP Nº 14/2020 PROCESSO Nº 18-2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO LABORATORIAL PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Validade: 12 meses
Valor: R\$ 32.396,43
EMPRESA: J. R. EHLKE & CIA. LTDA
Imbituba, 27 de julho de 2020.
GRACIELA WIEMES RIBEIRO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA 170/2020 - PROCESSO 73/2020

Publicação Nº 2596931

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 170/2020
DO PP Nº 73/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE CONCRETO ASFÁLTICO USINADO A QUENTE, PARA USO DESTA SECRETARIA, PARA MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE IMBITUBA

EMPRESA: SC ASFALTOS E PAVIMENTAÇÕES LTDA
VALOR TOTAL: R\$ 560.000,00
VIGÊNCIA: Será de 12 meses
Imbituba, 28 DE JULHO de 2020
EDILSON MISAEL ANTUNES DA SILVA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO.

ATA 171/2020 - PP 35/2020

Publicação Nº 2596937

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 171/2020
DO PP Nº 35/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TERMÔMETRO DIGITAL INFRAVERMELHO PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, BOMBEIRO MILITAR E POLÍCIA CIVIL

EMPRESA: NICOLAU SATURNINO VIEIRA
VALOR TOTAL: R\$ 9.030,00
VIGÊNCIA: 6 (meses)
Imbituba, 27 de julho de 2020
Secretária Municipal de Administração
DAIANE LEOPOLDINA NUNES

ATA 172/2020 - PP 35/2020

Publicação Nº 2596938

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 172/2020
DO PP Nº 35/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TERMÔMETRO DIGITAL INFRAVERMELHO PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, BOMBEIRO MILITAR E POLÍCIA CIVIL

EMPRESA: NICOLAU SATURNINO VIEIRA
VALOR TOTAL: R\$ 903,00
VIGÊNCIA: 6 (meses)
Imbituba, 27 de julho de 2020.
ROSINETE DELFINO LAURINDO
Secretária Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação

ATA 173/2020 - PP 35/2020

Publicação Nº 2596939

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 173/2020
DO PP Nº 35/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TERMÔMETRO DIGITAL INFRAVERMELHO PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, BOMBEIRO MILITAR E POLÍCIA CIVIL

EMPRESA: NICOLAU SATURNINO VIEIRA
VALOR TOTAL: R\$ 645,00
VIGÊNCIA: 6 (meses)

Imbituba, 27 de julho de 2020.
JULIANO BAESSO
DELEGADO DE POLÍCIA

ATA 174/2020 - PP 35/2020

Publicação Nº 2596940

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 174/2020
DO PP Nº 35/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TERMÔMETRO DIGITAL INFRAVERMELHO PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, BOMBEIRO MILITAR E POLÍCIA CIVIL
EMPRESA: NICOLAU SATURNINO VIEIRA
VALOR TOTAL: R\$ 5.160,00
VIGÊNCIA: 6 (meses)
Imbituba, 27 de julho de 2020.
Secretária Municipal de Saúde
GRACIELA WIEMES RIBEIRO

ATA 182/2020 - PP 19/2020

Publicação Nº 2596936

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 182/2020
DO PP Nº 19/2020 PROCESSO Nº 30/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO DE EVENTOS, INCLUSA A LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, TRANSPORTE, MÃO-DE-OBRA, MONTAGEM E OUTROS SERVIÇOS NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DA EFETIVA SONORIZAÇÃO PARA EVENTOS DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E DEMAIS DIRETORIAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
EMPRESA: GRINGO EVENTOS LTDA
VALOR TOTAL: R\$ 229.390,00
VIGÊNCIA: Será de 12 meses
Imbituba, 29 de julho de 2020.
CRISTIANE TOKARSKI ESPEZIM
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

CONTRATO 2018/02 - PROCESSO 01/2018

Publicação Nº 2596924

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: ADITIVO DO CONTRATO 2018/02 – A/03

Contratada: MOPEN MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRO-ELETRÔNICOS LTDA EPP
CNPJ: 05.027.397/0001-29

Objeto: É objeto deste Termo Aditivo a prorrogação de prazo por 12 (doze) meses
Prazo: 12 meses Fundamento: Processo nº 01/2018 Pregão 01/2018

Imbituba, 05 de abril de 2020.

Graciela Wiemes Ribeiro
Secretária Municipal da Saúde
Contratante

MOPEN MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRO-ELETRÔNICOS LTDA EPP
Representante legal
Contratada

CONTRATO 2019/15 - PROCESSO 10/2019

Publicação Nº 2596925

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: ADITIVO CONTRATO SEMUSA 2019/15 – A/02

Contratada: INOVADORA SISTEMAS DE GESTÃO LTDA
CNPJ: 00.867.301/0002-06

Objeto: É objeto deste Termo Aditivo a prorrogação de prazo por 12 (doze) meses.
"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE PARA GESTÃO DA SAÚDE E VIGILANCIA SANITARIA COM EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS EM MANUTENÇÃO (CORRETIVA, ADAPTATIVA E EVOLUTIVA), ATUALIZAÇÃO, SUPORTE TÉCNICO, CONSULTORIA TÉCNICA, CUSTOMIZAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO DE BASE DE DADOS E TREINAMENTO, INCLUINDO ACOMPANHAMENTO CONFORME CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO ESTABELECIDO ENTRE AS PARTES."

Prazo: 12 MESES VALOR: R\$ 185.034,38
Fundamento: Processo nº 10/2019 PREGÃO : 06/2019
Imbituba, 04 de abril de 2020.

Graciela Wiemes Ribeiro
Secretaria Municipal de Saúde
Contratante

INOVADORA SISTEMAS DE GESTÃO LTDA
Representante legal
Contratada

CONTRATO 2020/100 - A/00 - PROCESSO 65/2020

Publicação Nº 2596919

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: CONTRATO SEDUCE 2020/100 – A/00

Contratada: ANDERSON FELIPE MULLER
CPF: 012.468.300.27

Objeto: Credenciamento de artistas, bandas, grupos musicais e manifestações culturais da cidade de Imbituba – SC, interessados em compor a programação de lives no espaço do Teatro Usina, como forma de entretenimento cultural e cumprindo com as ações do Plano Emergencial da Cultura aprovado pelo governo municipal.

Prazo: 02 (dois) meses Valor total: R\$ R\$ 600,00
Fundamento: Processo nº 65/2020 Inexigibilidade nº 03/2020
Imbituba, 30 de julho de 2020

CRISTIANE TOKARSKI ESPEZIM
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Contratante

ANDERSON FELIPE MULLER
Representante legal
Contratada

CONTRATO 2020/101 - A/00 - PROCESSO 65/2020

Publicação Nº 2596920

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: CONTRATO SEDUCE 2020/101 – A/00

Contratada: TIAGO CUNHA BRUGHERA
CPF: 003.349.260.33

Objeto: Credenciamento de artistas, bandas, grupos musicais e manifestações culturais da cidade de Imbituba – SC, interessados em compor a programação de lives no espaço do Teatro Usina, como forma de entretenimento cultural e cumprindo com as ações do Plano

Emergencial da Cultura aprovado pelo governo municipal.

Prazo: 02 (dois) meses Valor total: R\$ R\$ 600,00

Fundamento: Processo nº 65/2020 Inexigibilidade nº 03/2020

Imbituba, 30 de julho de 2020

CRISTIANE TOKARSKI ESPEZIM

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Contratante

TIAGO CUNHA BRUGHERA

Representante legal

Contratada

CONTRATO 2020/102 - A/00 - PROCESSO 65/2020

Publicação Nº 2596921

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: CONTRATO SEDUCE 2020/102 – A/00

Contratada: JOÃO VITOR MARQUES NETO

CPF: 476.268.088-51

Objeto: Credenciamento de artistas, bandas, grupos musicais e manifestações culturais da cidade de Imbituba – SC, interessados em compor a programação de lives no espaço do Teatro Usina, como forma de entretenimento cultural e cumprindo com as ações do Plano Emergencial da Cultura aprovado pelo governo municipal.

Prazo: 02 (dois) meses Valor total: R\$ R\$ 600,00

Fundamento: Processo nº 65/2020 Inexigibilidade nº 03/2020

Imbituba, 30 de julho de 2020

CRISTIANE TOKARSKI ESPEZIM

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Contratante

JOÃO VITOR MARQUES NETO

Representante legal

Contratada

CONTRATO 2020/103 - A/00 - PROCESSO 65/2020

Publicação Nº 2596922

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: CONTRATO SEDUCE 2020/103 – A/00

Contratada: FABIO HENRIQUE VICENTE DO NASCIMENTO

CPF: 059.469.849-93

Objeto: Credenciamento de artistas, bandas, grupos musicais e manifestações culturais da cidade de Imbituba – SC, interessados em compor a programação de lives no espaço do Teatro Usina, como forma de entretenimento cultural e cumprindo com as ações do Plano Emergencial da Cultura aprovado pelo governo municipal

Prazo: 02 (dois) meses Valor total: R\$ R\$ 300,00

Fundamento: Processo nº 65/2020 Inexigibilidade nº 03/2020

Imbituba, 30 de julho de 2020

CRISTIANE TOKARSKI ESPEZIM

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Contratante

FABIO HENRIQUE VICENTE DO NASCIMENTO

Representante legal

Contratada

CONTRATO 2020/104 - A/00 - PROCESSO 84/2020

Publicação Nº 2596923

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: CONTRATO SEAD 2020/104- A/00

Contratada: JESSI SILVA ESPEZIM
CPF: 04.246.972/0001-11

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO PARA ABRIGAR INSTALAÇÃO DA SEDE DO ARQUIVO MUNICIPAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO NO MUNICÍPIO DE IMBITUBA/SC.

Prazo: 12 MESES Valor total: 72.000,00
Fundamento: Processo nº 84/2020 Dispensa 29/2020
Imbituba, 07 de agosto de 2020

DAIANE LEOPOLDINA NUNES
Secretária de Administração
Contratante

JESSI SILVA ESPEZIM
Representante legal
Contratado

CONTRATO 2020/11 - PROCESSO 24/2020

Publicação Nº 2596928

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: SEMUSA 2020/11 – A/00

Contratada: PORTAL MIX EVENTOS LTDA ME
CNPJ: 07.224.379/0001-62

Objeto: CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL ATRAVÉS DE DISPENSA DE UMA EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE UMA CABINE/TÚNEL DE DESCONTAMINAÇÃO.

Prazo: 03 (tres) meses Valor: R\$ 72.900,00
Fundamento: Processo nº 24/2020 Dispensa 05/2020
Imbituba, 28 de julho 2020.

Graciela Wiemes Ribeiro
Secretaria Municipal de Saúde
Contratante

PORTAL MIX EVENTOS LTDA ME
Representante legal
Contratada

CONTRATO 2020/12 - PROCESSO 22/2020

Publicação Nº 2596927

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: SEMUSA 2020/12 – A/00

Contratada: CONNECT INFO SERVIÇO E COMERCIO DE ARTIGOS DE INFORMATICA EIRELI
CNPJ: 24.764.386/0001-76

Objeto: AQUISIÇÃO, INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE ENERGIA SEM INTERRUPÇÃO (CONHECIDOS COM UPS – UNINTERRUPTIBLE POWER SUPPLY OU NO-BREAK), PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Prazo: 12 (doze) meses Valor: R\$ 17.000,00
Fundamento: Processo nº 22/2020 Pregão Presencial: 16/2020
Imbituba, 31 de julho de 2020.

Graciela Wiemes Ribeiro
Secretaria Municipal de Saúde
Contratante

CONNECT INFO SERVIÇO E COMERCIO DE ARTIGOS DE INFORMATICA EIRELI
Representante legal
Contratada

CONTRATO 2020/52 - PROCESSO 54/2020

Publicação Nº 2596933

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato contrato: Retificação da publicação do contrato SEINFRA 2020/52– A/00

Contratado: BCL EMPREENDIMENTO LTDA
CNPJ: 12.218.083/0001-79

Objeto: Retificação da publicação do contrato Seinfra 2020/52 – a/00 – DOM/SC Edição nº 3216 – Data 30/07/2020 – Pagina 630.

Onde lê-se: "CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS, DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E PASSEIOS DA RUA VEREADOR VENICIO LUIZ BORGES, ARROIO - IMBITUBA/SC."

Leia-se: "CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL, PASSEIO SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA VEREADOR VENICIO LUIZ BORGES, ARROIO - IMBITUBA/SC."

Fundamento: Processo nº 54/2020 - Tomada de preço nº 07/2020
Imbituba, 20 de julho de 2020.

EDILSON MISAEL ANTUNES DA SILVA
Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento
Contratante

BCL EMPREENDIMENTO LTDA
Representante legal
Contratado

CONTRATO 2020/60 - A00 - PROCESSO 65/2020

Publicação Nº 2596636

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: CONTRATO SEDUCE 2020/60 – A/00

Contratada: CERVEJARIA IMBITUBA EIRELI
CNPJ: 34.286.157/0001-47

Objeto: Credenciamento de artistas, bandas, grupos musicais e manifestações culturais da cidade de Imbituba – SC, interessados em compor a programação de lives no espaço do Teatro Usina, como forma de entretenimento cultural e cumprindo com as ações do Plano Emergencial da Cultura aprovado pelo governo municipal.

Prazo: 02 (dois) meses Valor total: R\$ R\$ 600,00
Fundamento: Processo nº 65/2020 Inexigibilidade nº 03/2020
Imbituba, 30 de julho de 2020

CRISTIANE TOKARSKI ESPEZIM
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Contratante

CERVEJARIA IMBITUBA EIRELI
Representante legal
Contratada

CONTRATO 2020/62 - A00 - PROCESSO 65/2020

Publicação N° 2596637

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: CONTRATO SEDUCE 2020/62 – A/00

Contratada: Edgar Nunes Neto
CPF: 031.428.029.40

Objeto: Credenciamento de artistas, bandas, grupos musicais e manifestações culturais da cidade de Imbituba – SC, interessados em compor a programação de lives no espaço do Teatro Usina, como forma de entretenimento cultural e cumprindo com as ações do Plano Emergencial da Cultura aprovado pelo governo municipal.

Prazo: 02 (dois) meses Valor total: R\$ R\$ 300,00
Fundamento: Processo nº 65/2020 Inexigibilidade nº 03/2020
Imbituba, 30 de julho de 2020

CRISTIANE TOKARSKI ESPEZIM
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Contratante

EDGAR NUNES NETO
Representante legal
Contratada

CONTRATO 2020/63 - A00 - PROCESSO 65/2020

Publicação N° 2596638

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: CONTRATO SEDUCE 2020/64 – A/00

Contratada: ERNESTO VIEIRA FERNANDES
CPF: 037.941.179-21

Objeto: Credenciamento de artistas, bandas, grupos musicais e manifestações culturais da cidade de Imbituba – SC, interessados em compor a programação de lives no espaço do Teatro Usina, como forma de entretenimento cultural e cumprindo com as ações do Plano Emergencial da Cultura aprovado pelo governo municipal.

Prazo: 02 (dois) meses Valor total: R\$ R\$ 600,00
Fundamento: Processo nº 65/2020 Inexigibilidade nº 03/2020
Imbituba, 30 de julho de 2020

CRISTIANE TOKARSKI ESPEZIM
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Contratante

ERNESTO VIEIRA FERNANDES
Representante legal
Contratada

CONTRATO 2020/64 - A00 - PROCESSO 65/2020

Publicação N° 2596639

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: CONTRATO SEDUCE 2020/64 – A/00

Contratada: Helena Dalbosco Gonçalves
CNPJ: 35.521.706/00001-83

Objeto: Credenciamento de artistas, bandas, grupos musicais e manifestações culturais da cidade de Imbituba – SC, interessados em compor a programação de lives no espaço do Teatro Usina, como forma de entretenimento cultural e cumprindo com as ações do Plano Emergencial da Cultura aprovado pelo governo municipal.

Prazo: 02 (dois) meses Valor total: R\$ R\$ 600,00
Fundamento: Processo nº 65/2020 Inexigibilidade nº 03/2020
Imbituba, 30 de julho de 2020

CRISTIANE TOKARSKI ESPEZIM
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Contratante

HELENA DALBOSCO GONÇALVES
Representante legal
Contratada

CONTRATO 2020/65 - A00 - PROCESSO 65/2020

Publicação N° 2596640

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: CONTRATO SEDUCE 2020/65 – A/00

Contratada: Luciano Silva Tavares
CPF: 003.951.759.41

Objeto: Credenciamento de artistas, bandas, grupos musicais e manifestações culturais da cidade de Imbituba – SC, interessados em compor a programação de lives no espaço do Teatro Usina, como forma de entretenimento cultural e cumprindo com as ações do Plano Emergencial da Cultura aprovado pelo governo municipal.

Prazo: 02 (dois) meses Valor total: R\$ R\$ 300,00
Fundamento: Processo nº 65/2020 Inexigibilidade nº 03/2020
Imbituba, 30 de julho de 2020

CRISTIANE TOKARSKI ESPEZIM
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Contratante

Luciano Silva Tavares
Representante legal
Contratada

CONTRATO 2020/66 - A00 - PROCESSO 65/2020

Publicação N° 2596641

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: CONTRATO SEDUCE 2020/66 – A/00

Contratada: Matheus Gonçalves de Carvalho
CPF: 100.798.519.40

Objeto: Credenciamento de artistas, bandas, grupos musicais e manifestações culturais da cidade de Imbituba – SC, interessados em compor a programação de lives no espaço do Teatro Usina, como forma de entretenimento cultural e cumprindo com as ações do Plano Emergencial da Cultura aprovado pelo governo municipal.

Prazo: 02 (dois) meses Valor total: R\$ R\$ 300,00
Fundamento: Processo nº 65/2020 Inexigibilidade nº 03/2020
Imbituba, 30 de julho de 2020

CRISTIANE TOKARSKI ESPEZIM
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Contratante

Matheus Gonçalves de Carvalho
Representante legal
Contratada

CONTRATO 2020/69 - A00 - PROCESSO 65/2020

Publicação N° 2596642

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: CONTRATO SEDUCE 2020/69 – A/00

Contratada: LUCENIR MARTINS FREITAS
CPF: 343.923.009.00

Objeto: Credenciamento de artistas, bandas, grupos musicais e manifestações culturais da cidade de Imbituba – SC, interessados em compor a programação de lives no espaço do Teatro Usina, como forma de entretenimento cultural e cumprindo com as ações do Plano Emergencial da Cultura aprovado pelo governo municipal.

Prazo: 02 (dois) meses Valor total: R\$ R\$ 300,00
Fundamento: Processo nº 65/2020 Inexigibilidade nº 03/2020
Imbituba, 30 de julho de 2020

CRISTIANE TOKARSKI ESPEZIM
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Contratante

LUCENIR MARTINS FREITAS
Representante legal
Contratada

CONTRATO 2020/70 - A00 - PROCESSO 65/2020

Publicação N° 2596643

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: CONTRATO SEDUCE 2020/70 – A/00

Contratada: HURI PACHECO SIDURO
CPF: 784.792.409.97

Objeto: Credenciamento de artistas, bandas, grupos musicais e manifestações culturais da cidade de Imbituba – SC, interessados em compor a programação de lives no espaço do Teatro Usina, como forma de entretenimento cultural e cumprindo com as ações do Plano Emergencial da Cultura aprovado pelo governo municipal.

Prazo: 02 (dois) meses Valor total: R\$ R\$ 600,00
Fundamento: Processo nº 65/2020 Inexigibilidade nº 03/2020
Imbituba, 30 de julho de 2020

CRISTIANE TOKARSKI ESPEZIM
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Contratante

HURI PACHECO SIDURO
Representante legal
Contratada

CONTRATO 2020/71 - A00 - PROCESSO 65/2020

Publicação N° 2596644

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: CONTRATO SEDUCE 2020/71 – A/00

Contratada: MARCIO DE MEDEIROS
CPF: 038.118.019.02

Objeto: Credenciamento de artistas, bandas, grupos musicais e manifestações culturais da cidade de Imbituba – SC, interessados em compor a programação de lives no espaço do Teatro Usina, como forma de entretenimento cultural e cumprindo com as ações do Plano Emergencial da Cultura aprovado pelo governo municipal.

Prazo: 02 (dois) meses Valor total: R\$ R\$ 600,00
Fundamento: Processo nº 65/2020 Inexigibilidade nº 03/2020
Imbituba, 30 de julho de 2020

CRISTIANE TOKARSKI ESPEZIM
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Contratante

MARCIO DE MEDEIROS
Representante legal
Contratada

CONTRATO 2020/72 - A00 - PROCESSO 65/2020

Publicação Nº 2596645

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: CONTRATO SEDUCE 2020/72 – A/00

Contratada: JEFERSON DE PAULA
CPF: 061.550.201-67

Objeto: Credenciamento de artistas, bandas, grupos musicais e manifestações culturais da cidade de Imbituba – SC, interessados em compor a programação de lives no espaço do Teatro Usina, como forma de entretenimento cultural e cumprindo com as ações do Plano Emergencial da Cultura aprovado pelo governo municipal.

Prazo: 02 (dois) meses Valor total: R\$ R\$ 600,00
Fundamento: Processo nº 65/2020 Inexigibilidade nº 03/2020
Imbituba, 30 de julho de 2020

CRISTIANE TOKARSKI ESPEZIM
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Contratante

JEFERSON DE PAULA
Representante legal
Contratada

CONTRATO 2020/73 - A00 - PROCESSO 65/2020

Publicação Nº 2596646

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: CONTRATO SEDUCE 2020/73 – A/00

Contratada: LAURA DE DOMINICIS
CPF: 013.848.889-42

Objeto: Credenciamento de artistas, bandas, grupos musicais e manifestações culturais da cidade de Imbituba – SC, interessados em compor a programação de lives no espaço do Teatro Usina, como forma de entretenimento cultural e cumprindo com as ações do Plano Emergencial da Cultura aprovado pelo governo municipal.

Prazo: 02 (dois) meses Valor total: R\$ R\$ 600,00
Fundamento: Processo nº 65/2020 Inexigibilidade nº 03/2020
Imbituba, 30 de julho de 2020

CRISTIANE TOKARSKI ESPEZIM
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Contratante

LAURA DE DOMINICIS
Representante legal
Contratada

CONTRATO 2020/74 - A00 - PROCESSO 65/2020

Publicação Nº 2596647

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: CONTRATO SEDUCE 2020/74 – A/00

Contratada: PEDRO HUMBERTO DOMINGUEZ POSADA
CPF: 805.382.409-97

Objeto: Credenciamento de artistas, bandas, grupos musicais e manifestações culturais da cidade de Imbituba – SC, interessados em compor a programação de lives no espaço do Teatro Usina, como forma de entretenimento cultural e cumprindo com as ações do Plano Emergencial da Cultura aprovado pelo governo municipal.

Prazo: 02 (dois) meses Valor total: R\$ R\$ 300,00
Fundamento: Processo nº 65/2020 Inexigibilidade nº 03/2020
Imbituba, 30 de julho de 2020

CRISTIANE TOKARSKI ESPEZIM
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Contratante

PEDRO HUMBERTO DOMINGUEZ POSADA
Representante legal
Contratada

CONTRATO 2020/75 - A00 - PROCESSO 65/2020

Publicação Nº 2596648

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: CONTRATO SEDUCE 2020/75 – A/00

Contratada: CLEBER SALVADOR
CPF: 000.081.989.18

Objeto: Credenciamento de artistas, bandas, grupos musicais e manifestações culturais da cidade de Imbituba – SC, interessados em compor a programação de lives no espaço do Teatro Usina, como forma de entretenimento cultural e cumprindo com as ações do Plano Emergencial da Cultura aprovado pelo governo municipal.

Prazo: 02 (dois) meses Valor total: R\$ R\$ 600,00
Fundamento: Processo nº 65/2020 Inexigibilidade nº 03/2020
Imbituba, 30 de julho de 2020

CRISTIANE TOKARSKI ESPEZIM
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Contratante

CLEBER SALVADOR
Representante legal
Contratada

CONTRATO 2020/76 - A00 - PROCESSO 65/2020

Publicação Nº 2596649

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: CONTRATO SEDUCE 2020/76 – A/00

Contratada: MARIANA CORSO
CPF: 014.978.490.20

Objeto: Credenciamento de artistas, bandas, grupos musicais e manifestações culturais da cidade de Imbituba – SC, interessados em compor a programação de lives no espaço do Teatro Usina, como forma de entretenimento cultural e cumprindo com as ações do Plano Emergencial da Cultura aprovado pelo governo municipal.

Prazo: 02 (dois) meses Valor total: R\$ R\$ 600,00
Fundamento: Processo nº 65/2020 Inexigibilidade nº 03/2020
Imbituba, 30 de julho de 2020

CRISTIANE TOKARSKI ESPEZIM
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Contratante

MARIANA CORSO
Representante legal
Contratada

CONTRATO 2020/78 - A00 - PROCESSO 65/2020

Publicação Nº 2596650

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: CONTRATO SEDUCE 2020/78 – A/00

Contratada: JOSÉ EDIVALDO FERREIRA DA SILVA
CPF: 097.449.914.53

Objeto: Credenciamento de artistas, bandas, grupos musicais e manifestações culturais da cidade de Imbituba – SC, interessados em compor a programação de lives no espaço do Teatro Usina, como forma de entretenimento cultural e cumprindo com as ações do Plano Emergencial da Cultura aprovado pelo governo municipal.

Prazo: 02 (dois) meses Valor total: R\$ R\$ 300,00
Fundamento: Processo nº 65/2020 Inexigibilidade nº 03/2020
Imbituba, 30 de julho de 2020

CRISTIANE TOKARSKI ESPEZIM
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Contratante

JOSÉ EDIVALDO FERREIRA DA SILVA
Representante legal
Contratada

CONTRATO 2020/79 - A00 - PROCESSO 65/2020

Publicação Nº 2596651

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: CONTRATO SEDUCE 2020/79 – A/00

Contratada: LEILA CRISTIANE DE SOUZA SANTOS
CPF: 940.113.899.00

Objeto: Credenciamento de artistas, bandas, grupos musicais e manifestações culturais da cidade de Imbituba – SC, interessados em compor a programação de lives no espaço do Teatro Usina, como forma de entretenimento cultural e cumprindo com as ações do Plano Emergencial da Cultura aprovado pelo governo municipal.

Prazo: 02 (dois) meses Valor total: R\$ R\$ 300,00
Fundamento: Processo nº 65/2020 Inexigibilidade nº 03/2020
Imbituba, 30 de julho de 2020

CRISTIANE TOKARSKI ESPEZIM
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Contratante

LEILA CRISTIANE DE SOUZA SANTOS
Representante legal
Contratada

CONTRATO 2020/80 - A00 - PROCESSO 65/2020

Publicação N° 2596652

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: CONTRATO SEDUCE 2020/80 – A/00

Contratada: VIVIANE CAMPOS BARBOSA
CPF: 737.830.050.00

Objeto: Credenciamento de artistas, bandas, grupos musicais e manifestações culturais da cidade de Imbituba – SC, interessados em compor a programação de lives no espaço do Teatro Usina, como forma de entretenimento cultural e cumprindo com as ações do Plano Emergencial da Cultura aprovado pelo governo municipal.

Prazo: 02 (dois) meses Valor total: R\$ R\$ 300,00
Fundamento: Processo nº 65/2020 Inexigibilidade nº 03/2020
Imbituba, 30 de julho de 2020

CRISTIANE TOKARSKI ESPEZIM
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Contratante

VIVIANE CAMPOS BARBOSA
Representante legal
Contratada

CONTRATO 2020/81 - A00 - PROCESSO 65/2020

Publicação N° 2596653

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: CONTRATO SEDUCE 2020/81 – A/00

Contratada: NEREU ESTEVÃO TOURNIER
CPF: 539.276.139.91

Objeto: Credenciamento de artistas, bandas, grupos musicais e manifestações culturais da cidade de Imbituba – SC, interessados em compor a programação de lives no espaço do Teatro Usina, como forma de entretenimento cultural e cumprindo com as ações do Plano Emergencial da Cultura aprovado pelo governo municipal.

Prazo: 02 (dois) meses Valor total: R\$ R\$ 300,00
Fundamento: Processo nº 65/2020 Inexigibilidade nº 03/2020
Imbituba, 30 de julho de 2020

CRISTIANE TOKARSKI ESPEZIM
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Contratante

NEREU ESTEVÃO TOURNIER
Representante legal
Contratada

CONTRATO 2020/82 - A00 - PROCESSO 65/2020

Publicação N° 2596654

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: CONTRATO SEDUCE 2020/82 – A/00

Contratada: MAURICIO FLORES DE ABREU
CPF: 847.770.440.61

Objeto: Credenciamento de artistas, bandas, grupos musicais e manifestações culturais da cidade de Imbituba – SC, interessados em compor a programação de lives no espaço do Teatro Usina, como forma de entretenimento cultural e cumprindo com as ações do Plano Emergencial da Cultura aprovado pelo governo municipal.

Prazo: 02 (dois) meses Valor total: R\$ R\$ 600,00
Fundamento: Processo nº 65/2020 Inexigibilidade nº 03/2020
Imbituba, 30 de julho de 2020

CRISTIANE TOKARSKI ESPEZIM
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Contratante

MAURICIO FLORES DE ABREU
Representante legal
Contratada

CONTRATO 2020/83 - A00 - PROCESSO 65/2020

Publicação Nº 2596655

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: CONTRATO SEDUCE 2020/83 – A/00

Contratada: ANTONIO CARLOS PEREIRA
CPF: 210.152.790.15

Objeto: Credenciamento de artistas, bandas, grupos musicais e manifestações culturais da cidade de Imbituba – SC, interessados em compor a programação de lives no espaço do Teatro Usina, como forma de entretenimento cultural e cumprindo com as ações do Plano Emergencial da Cultura aprovado pelo governo municipal.

Prazo: 02 (dois) meses Valor total: R\$ R\$ 300,00
Fundamento: Processo nº 65/2020 Inexigibilidade nº 03/2020
Imbituba, 30 de julho de 2020

CRISTIANE TOKARSKI ESPEZIM
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Contratante

ANTONIO CARLOS PEREIRA
Representante legal
Contratada

CONTRATO 2020/84 - A/00 - PROCESSO 65/2020

Publicação Nº 2596903

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: CONTRATO SEDUCE 2020/84 – A/00

Contratada: MATHEUS FERREIRA DE SOUZA
CPF: 077.524.269-11

Objeto: Credenciamento de artistas, bandas, grupos musicais e manifestações culturais da cidade de Imbituba – SC, interessados em compor a programação de lives no espaço do Teatro Usina, como forma de entretenimento cultural e cumprindo com as ações do Plano Emergencial da Cultura aprovado pelo governo municipal.

Prazo: 02 (dois) meses Valor total: R\$ R\$ 600,00
Fundamento: Processo nº 65/2020 Inexigibilidade nº 03/2020
Imbituba, 30 de julho de 2020

CRISTIANE TOKARSKI ESPEZIM
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Contratante

MATHEUS FERREIRA DE SOUZA
Representante legal
Contratada

CONTRATO 2020/85 - A/00 - PROCESSO 65/2020

Publicação N° 2596904

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: CONTRATO SEDUCE 2020/85 – A/00

Contratada: DAYANA DANIEL DE SOUZA BITTENCOURT
CPF: 048.768.259.98

Objeto: Credenciamento de artistas, bandas, grupos musicais e manifestações culturais da cidade de Imbituba – SC, interessados em compor a programação de lives no espaço do Teatro Usina, como forma de entretenimento cultural e cumprindo com as ações do Plano Emergencial da Cultura aprovado pelo governo municipal.

Prazo: 02 (dois) meses Valor total: R\$ R\$ 300,00
Fundamento: Processo nº 65/2020 Inexigibilidade nº 03/2020
Imbituba, 30 de julho de 2020

CRISTIANE TOKARSKI ESPEZIM
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Contratante

DAYANA DANIEL DE SOUZA BITTENCOURT
Representante legal
Contratada

CONTRATO 2020/86 - A/00 - PROCESSO 65/2020

Publicação N° 2596905

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: CONTRATO SEDUCE 2020/86 – A/00

Contratada: ALEX SANDRO DOS SANTOS
CPF: 004.447.629.90

Objeto: Credenciamento de artistas, bandas, grupos musicais e manifestações culturais da cidade de Imbituba – SC, interessados em compor a programação de lives no espaço do Teatro Usina, como forma de entretenimento cultural e cumprindo com as ações do Plano Emergencial da Cultura aprovado pelo governo municipal.

Prazo: 02 (dois) meses Valor total: R\$ R\$ 600,00
Fundamento: Processo nº 65/2020 Inexigibilidade nº 03/2020
Imbituba, 30 de julho de 2020

CRISTIANE TOKARSKI ESPEZIM
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Contratante

ALEX SANDRO DOS SANTOS
Representante legal
Contratada

CONTRATO 2020/87 - A/00 - PROCESSO 65/2020

Publicação N° 2596906

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: CONTRATO SEDUCE 2020/87 – A/00

Contratada: EDIMAURA VIEIRA MARQUES
CPF: 519.700.900.49

Objeto: Credenciamento de artistas, bandas, grupos musicais e manifestações culturais da cidade de Imbituba – SC, interessados em compor a programação de lives no espaço do Teatro Usina, como forma de entretenimento cultural e cumprindo com as ações do Plano Emergencial da Cultura aprovado pelo governo municipal.

Prazo: 02 (dois) meses Valor total: R\$ R\$ 300,00
Fundamento: Processo nº 65/2020 Inexigibilidade nº 03/2020
Imbituba, 30 de julho de 2020

CRISTIANE TOKARSKI ESPEZIM
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Contratante

EDIMAURA VIEIRA MARQUES
Representante legal
Contratada

CONTRATO 2020/88 - A/00 - PROCESSO 65/2020

Publicação N° 2596907

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: CONTRATO SEDUCE 2020/88 – A/00

Contratada: ALEXANDRE GARCIA BAREA
CPF: 519.700.900.49

Objeto: Credenciamento de artistas, bandas, grupos musicais e manifestações culturais da cidade de Imbituba – SC, interessados em compor a programação de lives no espaço do Teatro Usina, como forma de entretenimento cultural e cumprindo com as ações do Plano Emergencial da Cultura aprovado pelo governo municipal.

Prazo: 02 (dois) meses Valor total: R\$ R\$ 600,00
Fundamento: Processo nº 65/2020 Inexigibilidade nº 03/2020
Imbituba, 30 de julho de 2020

CRISTIANE TOKARSKI ESPEZIM
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Contratante

ALEXANDRE GARCIA BAREA
Representante legal
Contratada

CONTRATO 2020/89 - A/00 - PROCESSO 65/2020

Publicação N° 2596908

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: CONTRATO SEDUCE 2020/89 – A/00

Contratada: EDUARDO NASCIMENTO
CPF: 069.810.269.02

Objeto: Credenciamento de artistas, bandas, grupos musicais e manifestações culturais da cidade de Imbituba – SC, interessados em compor a programação de lives no espaço do Teatro Usina, como forma de entretenimento cultural e cumprindo com as ações do Plano Emergencial da Cultura aprovado pelo governo municipal.

Prazo: 02 (dois) meses Valor total: R\$ R\$ 300,00
Fundamento: Processo nº 65/2020 Inexigibilidade nº 03/2020
Imbituba, 30 de julho de 2020

CRISTIANE TOKARSKI ESPEZIM
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Contratante

EDUARDO NASCIMENTO
Representante legal
Contratada

CONTRATO 2020/90 - A/00 - PROCESSO 65/2020

Publicação Nº 2596909

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: CONTRATO SEDUCE 2020/90 – A/00

Contratada: ARTHUR VINICIUS VIEIRA
CPF: 079.090.139.06

Objeto: Credenciamento de artistas, bandas, grupos musicais e manifestações culturais da cidade de Imbituba – SC, interessados em compor a programação de lives no espaço do Teatro Usina, como forma de entretenimento cultural e cumprindo com as ações do Plano Emergencial da Cultura aprovado pelo governo municipal.

Prazo: 02 (dois) meses Valor total: R\$ R\$ 600,00
Fundamento: Processo nº 65/2020 Inexigibilidade nº 03/2020
Imbituba, 30 de julho de 2020

CRISTIANE TOKARSKI ESPEZIM
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Contratante

ARTHUR VINICIUS VIEIRA
Representante legal
Contratada

CONTRATO 2020/91 - A/00 - PROCESSO 65/2020

Publicação Nº 2596910

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: CONTRATO SEDUCE 2020/91 – A/00

Contratada: FÁTIMA REGINA RODRIGUES MALLET
CPF: 662.071.269.04

Objeto: Credenciamento de artistas, bandas, grupos musicais e manifestações culturais da cidade de Imbituba – SC, interessados em compor a programação de lives no espaço do Teatro Usina, como forma de entretenimento cultural e cumprindo com as ações do Plano Emergencial da Cultura aprovado pelo governo municipal.

Prazo: 02 (dois) meses Valor total: R\$ R\$ 300,00
Fundamento: Processo nº 65/2020 Inexigibilidade nº 03/2020
Imbituba, 30 de julho de 2020

CRISTIANE TOKARSKI ESPEZIM
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Contratante

FÁTIMA REGINA RODRIGUES MALLET
Representante legal
Contratada

CONTRATO 2020/92 - A/00 - PROCESSO 65/2020

Publicação Nº 2596911

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: CONTRATO SEDUCE 2020/92 – A/00

Contratada: CHRISTIAN LUIZ RIBEIRO
CNPJ: 29.560.652/0001- 62

Objeto: Credenciamento de artistas, bandas, grupos musicais e manifestações culturais da cidade de Imbituba – SC, interessados em compor a programação de lives no espaço do Teatro Usina, como forma de entretenimento cultural e cumprindo com as ações do Plano Emergencial da Cultura aprovado pelo governo municipal.

Prazo: 02 (dois) meses Valor total: R\$ R\$ 600,00
Fundamento: Processo nº 65/2020 Inexigibilidade nº 03/2020
Imbituba, 30 de julho de 2020

CRISTIANE TOKARSKI ESPEZIM
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Contratante

CHRISTIAN LUIZ RIBEIRO
Representante legal
Contratada

CONTRATO 2020/93 - A/00 - PROCESSO 65/2020

Publicação Nº 2596912

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: CONTRATO SEDUCE 2020/93 – A/00

Contratada: MAYARA DA SILVA DOS SANTOS
CPF: 068.991.869.00

Objeto: Credenciamento de artistas, bandas, grupos musicais e manifestações culturais da cidade de Imbituba – SC, interessados em compor a programação de lives no espaço do Teatro Usina, como forma de entretenimento cultural e cumprindo com as ações do Plano Emergencial da Cultura aprovado pelo governo municipal.

Prazo: 02 (dois) meses Valor total: R\$ R\$ 300,00
Fundamento: Processo nº 65/2020 Inexigibilidade nº 03/2020
Imbituba, 30 de julho de 2020

CRISTIANE TOKARSKI ESPEZIM
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Contratante

MAYARA DA SILVA DOS SANTOS
Representante legal
Contratada

CONTRATO 2020/94- A/00 - PROCESSO 65/2020

Publicação Nº 2596913

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: CONTRATO SEDUCE 2020/94 – A/00

Contratada: MAURICIO LEAL QUADROS
CPF: 021.183.550-17

Objeto: Credenciamento de artistas, bandas, grupos musicais e manifestações culturais da cidade de Imbituba – SC, interessados em compor a programação de lives no espaço do Teatro Usina, como forma de entretenimento cultural e cumprindo com as ações do Plano Emergencial da Cultura aprovado pelo governo municipal.

Prazo: 02 (dois) meses Valor total: R\$ R\$ 300,00
Fundamento: Processo nº 65/2020 Inexigibilidade nº 03/2020
Imbituba, 30 de julho de 2020

CRISTIANE TOKARSKI ESPEZIM
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Contratante

MAURICIO LEAL QUADROS
Representante legal
Contratada

CONTRATO 2020/95 - A/00 - PROCESSO 65/2020

Publicação N° 2596914

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: CONTRATO SEDUCE 2020/95 – A/00

Contratada: SERGIO CASSOL BAINHA JUNIOR
CPF: 005.258.849-12

Objeto: Credenciamento de artistas, bandas, grupos musicais e manifestações culturais da cidade de Imbituba – SC, interessados em compor a programação de lives no espaço do Teatro Usina, como forma de entretenimento cultural e cumprindo com as ações do Plano Emergencial da Cultura aprovado pelo governo municipal.

Prazo: 02 (dois) meses Valor total: R\$ R\$ 600,00
Fundamento: Processo nº 65/2020 Inexigibilidade nº 03/2020
Imbituba, 30 de julho de 2020

CRISTIANE TOKARSKI ESPEZIM
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Contratante

SERGIO CASSOL BAINHA JUNIOR
Representante legal
Contratada

CONTRATO 2020/96 - A/00 - PROCESSO 65/2020

Publicação N° 2596915

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: CONTRATO SEDUCE 2020/96 – A/00

Contratada: JOÃO VICTOR DE SOUZA SEVERINO
CPF: 081.529.569.37

Objeto: Credenciamento de artistas, bandas, grupos musicais e manifestações culturais da cidade de Imbituba – SC, interessados em compor a programação de lives no espaço do Teatro Usina, como forma de entretenimento cultural e cumprindo com as ações do Plano Emergencial da Cultura aprovado pelo governo municipal.

Prazo: 02 (dois) meses Valor total: R\$ R\$ 600,00
Fundamento: Processo nº 65/2020 Inexigibilidade nº 03/2020
Imbituba, 30 de julho de 2020

CRISTIANE TOKARSKI ESPEZIM
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Contratante

JOÃO VICTOR DE SOUZA SEVERINO
Representante legal
Contratada

CONTRATO 2020/97 - A/00 - PROCESSO 65/2020

Publicação N° 2596916

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: CONTRATO SEDUCE 2020/97 – A/00

Contratada: PHILIPPE ALVES DE AGUIAR
CPF: 066.940.979.05

Objeto: Credenciamento de artistas, bandas, grupos musicais e manifestações culturais da cidade de Imbituba – SC, interessados em compor a programação de lives no espaço do Teatro Usina, como forma de entretenimento cultural e cumprindo com as ações do Plano Emergencial da Cultura aprovado pelo governo municipal.

Prazo: 02 (dois) meses Valor total: R\$ R\$ 600,00
Fundamento: Processo nº 65/2020 Inexigibilidade nº 03/2020
Imbituba, 30 de julho de 2020

CRISTIANE TOKARSKI ESPEZIM
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Contratante

PHILIPPE ALVES DE AGUIAR
Representante legal
Contratada

CONTRATO 2020/98 - A/00 - PROCESSO 65/2020

Publicação N° 2596917

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: CONTRATO SEDUCE 2020/98 – A/00

Contratada: JONATHA FAGUNDES DUARTE
CPF: 064.681.359.58

Objeto: Credenciamento de artistas, bandas, grupos musicais e manifestações culturais da cidade de Imbituba – SC, interessados em compor a programação de lives no espaço do Teatro Usina, como forma de entretenimento cultural e cumprindo com as ações do Plano Emergencial da Cultura aprovado pelo governo municipal.

Prazo: 02 (dois) meses Valor total: R\$ R\$ 600,00
Fundamento: Processo nº 65/2020 Inexigibilidade nº 03/2020
Imbituba, 30 de julho de 2020

CRISTIANE TOKARSKI ESPEZIM
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Contratante

JONATHA FAGUNDES DUARTE
Representante legal
Contratada

CONTRATO 2020/99 - A/00 - PROCESSO 65/2020

Publicação N° 2596918

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: CONTRATO SEDUCE 2020/99 – A/00

Contratada: RODRIGO DE FARIAS ROSA
CPF: 033.843.869.65

Objeto: Credenciamento de artistas, bandas, grupos musicais e manifestações culturais da cidade de Imbituba – SC, interessados em compor a programação de lives no espaço do Teatro Usina, como forma de entretenimento cultural e cumprindo com as ações do Plano Emergencial da Cultura aprovado pelo governo municipal.

Prazo: 02 (dois) meses Valor total: R\$ R\$ 600,00
Fundamento: Processo nº 65/2020 Inexigibilidade nº 03/2020
Imbituba, 30 de julho de 2020

CRISTIANE TOKARSKI ESPEZIM
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Contratante

RODRIGO DE FARIAS ROSA
Representante legal
Contratada

DISTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 70/2020 - PROCESSO 04/2020

Publicação Nº 2596946

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO DISTRATO DA ATA DE PREÇO Nº 70/2020

OBJETO: O presente distrato tem como objeto a ata de registro de preços 70/2020, processo 04/2020 e processo administrativo 7339/2020, celebrado entre as partes supramencionadas, o qual teve como fundamento o pedido de desistência de ITEM 150 – MASCARA DESCARTAVEL TRIPLA CAMADA COM EFB DE 99,9% COM ELASTICO E CLIP NASAL – CX COM 50 UNIDADE, cujo contrato tem por objeto a “AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTAL E MATERIAL DE ENFERMAGEM PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE” datado no dia 23 de março de 2020.

EMPRESA: METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
Imbituba, 05 de junho de 2020.
GRACIELA WIEMES RIBEIRO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PORTARIA PMI/SEAD Nº 728/2020

Publicação Nº 2594870

PORTARIA PMI/SEAD Nº 728, de 07 de agosto de 2020.
Dispõe sobre a Exoneração de Diretora de Defesa e Proteção do Consumidor, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, considerando o Mamorando nº 13.058/2020 e ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, em 07 de agosto de 2020, a Sra. CRISTIANE COSTA PEGORARA, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 008.647.789-70, do cargo de Diretora de Defesa e Proteção do Consumidor da Procuradoria Geral do Município, nomeada através da PORTARIA PMI/SEAD nº 637, de 15 de outubro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 07 de agosto de 2020.

Imbituba SC, 07 de agosto de 2020.
Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Daiane Leopoldina Nunes
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 729/2020

Publicação Nº 2594890

PORTARIA PMI/SEAD Nº 729, de 07 de agosto de 2020.
Dispõe sobre a Exoneração de Diretora de Atenção Básica - SEMUSA, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, considerando o Memorando nº 13.058/2020 e ainda o previsto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, em 07 de agosto de 2020, a Sra. SANDRA MARA QUERINO, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 029.938.369-51, do cargo de Diretora de Atenção Básica da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA, nomeada através da PORTARIA PMI/SEAD nº 69, de 31 de janeiro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 07 de agosto de 2020.

Imbituba SC, 07 de agosto de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Daiane Leopoldina Nunes
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 730/2020

Publicação Nº 2594898

PORTARIA PMI/SEAD Nº 730, de 07 de agosto de 2020.

Dispõe sobre a Nomeação de Diretora de Defesa e Proteção do Consumidor - PGM, e da outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, considerando o Memorando nº 13.058/2020, ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em 10 de agosto de 2020, a Sra. MICHELLE FURTADO, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 008.686.469-62, para exercer o cargo de Diretora de Defesa e Proteção do Consumidor junto a Procuradoria Geral do Município - PGM, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º A nomeada para o referido cargo possui o prazo de até 30 dias, a contar da publicação deste ato, para entregar toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação e, com isso, tomar posse.

Art. 3º Após assinatura do termo de posse caso constatada a sua aptidão de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 002/2019, a nomeada terá o prazo de até 15 (quinze) dias para se apresentar para o labor e entrar em exercício.

Art. 4º Será tornado sem efeito o ato de nomeação se a posse não ocorrer no prazo apontado no art. 2º.

Art. 5º A servidora empossado que não entrar em exercício no prazo estabelecido no art. 3º será exonerado, de ofício, do cargo ao qual fora nomeada.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 07 de agosto de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Daiane Leopoldina Nunes
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 731/2020

Publicação Nº 2595111

PORTARIA PMI/SEAD Nº 731, de 07 de agosto de 2020.

Dispõe sobre a Nomeação de Diretor Geral da Procuradoria - PGM, e da outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, considerando o Memorando nº 13.058/2020, ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em 10 de agosto de 2020, o Sr. JOÃO MIGUEL NOLASCO, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 077.548.239-00, para exercer o cargo de Diretor Geral da Procuradoria junto a Procuradoria Geral do Município - PGM, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º O nomeado para o referido cargo possui o prazo de até 30 dias, a contar da publicação deste ato, para entregar toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação e, com isso, tomar posse.

Art. 3º Após assinatura do termo de posse caso constatada a sua aptidão de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 002/2019, o nomeado terá o prazo de até 15 (quinze) dias para se apresentar para o labor e entrar em exercício.

Art. 4º Será tornado sem efeito o ato de nomeação se a posse não ocorrer no prazo apontado no art. 2º.

Art. 5º O servidor empossado que não entrar em exercício no prazo estabelecido no art. 3º será exonerado, de ofício, do cargo ao qual fora nomeada.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 07 de agosto de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Daiane Leopoldina Nunes
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 732/2020

Publicação Nº 2595066

PORTARIA PMI/SEAD Nº 732, de 07 de agosto de 2020.

Dispõe sobre o Desligamento por Término de Contrato de Agente Comunitário de Saúde – Área 04, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88, considerando ainda o Memorando nº 13.094/2020,

RESOLVE:

Art.1º Desligar por término de contrato, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 08/2016, nomeada/admitida através da PORTARIA PMI/SEAD Nº 493, de 08 de agosto de 2018, admitida em 09 de agosto de 2018 para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte.

Nome	Cargo	CPF	Desligamento
Cristiane Michalack Goulart Gonçalves	Agente Comunitário de Saúde – Área 04	014.353.859-42	07/08/2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 07 de agosto de 2020.

Daiane Leopoldina Nunes
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 733/2020

Publicação Nº 2595080

PORTARIA PMI/SEAD Nº 733, de 07 de agosto de 2020.

Dispõe sobre a Nomeação de Fiscais de Controle ao Enfrentamento do COVID-19, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor; com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015; considerando a necessidade de contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público; considerando a necessidade de se manter a fiscalização ostensiva nos estabelecimentos cuja atividade permaneça suspensa, bem como, a fiscalização de áreas públicas no município de Imbituba, assegurando medidas de prevenção e enfrentamento ao COVID-19; considerando ainda todo o exposto no Memorando nº 11921/2020 e de acordo com o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em 07 de agosto de 2020, os(as) candidatos(as) abaixo relacionado(as), visando a contratação emergencial e imediata de pessoal em caráter temporário, para exercerem o cargo de Fiscal de Controle ao Enfrentamento do COVID-19, com a remuneração consignada na legislação pertinente, conforme quadro abaixo:

Nome	CPF
Alessandra de Sousa Pires	112.263.069-77
Ana Caroline Martins de Sousa	096.802.169-77
Claudiany de Souza Pacheco	057.110.149-60
Gabriel Tolentino da Rosa	078.744.879-66
Lenício Oliveira Alves Júnior	055.578.869-58

Art. 2º Os(As) nomeados(as) para a referida função temporária deverão apresentar-se na Prefeitura Municipal de Imbituba no dia 07/08/2020, a partir das 09:00h, data da expedição deste ato, para tomar posse em caráter de emergência.

Parágrafo único. O não comparecimento do nomeado(a) na data e horário estabelecido no art.2º deste ato, será tomado sem efeito o ato de nomeação por desistência.

Art. 3º O(A) servidor(a) empossado(a) que não entrar em exercício, será exonerado(a), de ofício, da função temporária ao qual fora nomeado(a).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 07 de agosto de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Daiane Leopoldina Nunes
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 734/2020

Publicação Nº 2595158

PORTARIA PMI/SEAD Nº 734, de 07 de agosto de 2020.

Dispõe sobre a Exoneração de Superintendente de Gestão do Comitê de Crise - SEGAB, e das outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, considerando o Memorando nº 13.119/2020, ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, em 07 de agosto de 2020, o Sr. PAULO MÁRCIO DE SOUZA, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 021.711.969-99, do cargo de Superintendente de Gestão do Comitê de Crise da Secretaria Executiva do Gabinete do Prefeito - SEGAB, nomeado através da PORTARIA PMI/SEAD nº 292, de 15 de abril de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 07 de agosto de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Daiane Leopoldina Nunes
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 735/2020

Publicação Nº 2595640

PORTARIA PMI/SEAD Nº 735, de 07 de agosto de 2020.

Dispõe sobre a alteração a pedido, do período de fruição de licença-prêmio, concedido através da PORTARIA PMI/SEAD Nº 414, de 28 de junho de 2018 e alterada através da PORTARIA PMI/SEAD Nº 748, de 19 de agosto de 2019, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei Complementar nº 1.984, de 16 de dezembro de 1999, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando ainda o Memorando nº 13.090/2020 e o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a pedido, o período de fruição da concessão de licença-prêmio, concedida através da PORTARIA PMI/SEAD Nº 414, de 28 de junho de 2018 e alterada através da PORTARIA PMI/SEAD Nº 748, de 19 de agosto de 2019, da servidora, Sra. SHIRLEY NASCIMENTO DOS PASSOS, Professora, inscrita no CPF sob o n.º 037.822.599-55, admitida em 06 de fevereiro de 2012, matrícula nº 6023, referente ao q-inq-ênio devido e nova fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2012 a 2017	16.07.2018 a 14.08.2018 02.08.2021 a 31.08.2021 (nova fruição)

Art. 2º Foi concedido a conversão de 1/3 em abono pecuniário, no mês de julho de 2018, conforme PORTARIA PMI/SEAD Nº 414, de 28 de junho de 2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 07 de agosto de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Daiane Leopoldina Nunes
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 736/2020

Publicação Nº 2596002

PORTARIA PMI/SEAD Nº 736, de 07 de agosto de 2020.

Dispõe sobre o Desligamento a Pedido de Professora, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015, e o artigo 37, II, da CR/88, considerando todo o exposto no Protocolo nº 10.451/2020,

RESOLVE:

Art.1º Desligar a pedido, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 21/2019, admitida em 03 de fevereiro de 2020, nomeada através da PORTARIA PMI/SEAD Nº 109/2020, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte.

Nome	Cargo	CPF	Desligamento
Ilza Denize Rosa Moreira	Prof. II Língua Port – 20h	562.728.800-06	07/08/2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 07 de agosto de 2020.

Daiane Leopoldina Nunes
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 737/2020

Publicação Nº 2596448

PORTARIA PMI/SEAD Nº 737, de 07 de agosto de 2020.

Dispõe sobre a nomeação de servidora de carreira do magistério em função gratificada de Secretária Interina do Centro Municipal de Educação Infantil Cidália Soares Menezes, junto ao órgão superior correspondente, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, considerando o Memorando nº 13.129/2020, ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em 10 de agosto de 2020, a servidora de carreira do magistério abaixo descrita, na função gratificada de Secretária Interina do Centro Municipal de Educação Infantil Cidália Soares Menezes, em razão do afastamento da servidora titular da função, Sra. Altair Soares Querino Canto, de acordo com o quadro abaixo.

MATR.	NOME	ÓRGÃO	FUNÇÃO
7565	Graziela Freitas de Souza Dengo	SEDUCE	Secretário Interina do Centro Municipal de Educação Infantil Cidália Soares Menezes

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 07 de agosto de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Daiane Leopoldina Nunes
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 738/2020

Publicação Nº 2596486

PORTARIA PMI/SEAD Nº 738, de 07 de agosto de 2020.

Dispõe sobre a alteração a pedido, do período de fruição de licença-prêmio, concedido através da PORTARIA PMI/SEAD Nº 366, de 02 de maio de 2019, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei Complementar nº 1.984, de 16 de dezembro de 1999, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando ainda o disposto no Memorando nº 13.103/2020 e na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a pedido, o período de fruição da concessão de licença-prêmio, concedida através da PORTARIA PMI/SEAD Nº 366, de 02 de maio de 2019, da servidora, Sra. MAGALI APARECIDA VIEIRA, Professora, inscrita no CPF sob o n.º 806.475.299-04, admitida em 02 de março de 1998, contrato nº 296, referente ao q-inq-ênio devido e nova fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2013 a 2018	22.07.2019 a 20.08.2019 20.10.2020 a 18.11.2020 (nova fruição)

Art. 2º Foi concedido a conversão de 1/3 em abono pecuniário, no mês de maio de 2019, conforme PORTARIA PMI/SEAD Nº 366, de 02 de maio de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 07 de agosto de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Daiane Leopoldina Nunes
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PPE - PMI/SEAD Nº 121/2020

Publicação Nº 2595101

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO

PPE - PMI/SEAD Nº 121/2020

O Prefeito Municipal de Imbituba, Sr. ROSENVALDO DA SILVA JÚNIOR, em conformidade com o disposto na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88, e no uso da competência que lhe foi delegada pela Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA nesta data, os servidores nomeados pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 733, de 07 de agosto de 2020, para exercerem a função temporária de Fiscal de Controle ao Enfrentamento do COVID-19.

Art. 1º Os servidores abaixo descritos, apresentaram os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestaram o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições da função, bem como, comprometeram-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	CPF
Alessandra de Sousa Pires	112.263.069-77
Ana Caroline Martins de Sousa	096.802.169-77
Claudiany de Souza Pacheco	057.110.149-60
Gabriel Tolentino da Rosa	078.744.879-66
Lenício Oliveira Alves Júnior	055.578.869-58

Art. 2º Em conformidade com a legislação que rege os contratos temporários, os servidores entram em exercício em 07/08/2020.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 07 de agosto de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Daiane Leopoldina Nunes
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

Indaial

PREFEITURA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - TERMO ADITIVO 003 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 5/2020

Publicação Nº 2594514

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO Nº 003 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 5/2020

FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):

- ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 00.802.002/0001-02, estabelecida à ESTRADA BOA ESPERANCA, nº 2320 – Bairro FUNDO CANOAS, no município de Rio do Sul – Santa Catarina.

- METROMED COM. DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.157.032/0001-22, estabelecida à ESTRADA BOA ESPERANCA, nº 1918 – Bairro FUNDO CANOAS, no município de Rio do Sul – Santa Catarina.

- OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.033.589/0001-12, estabelecida à RUA RICARDO GEORG, nº 1115 – Bairro ITROUPAVA CENTRAL, no município de Blumenau – Santa Catarina.

- PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.505.263/0001-40, estabelecida à RUA COLIBRI, nº 425 – Bairro SALTO WEISSBACH, no município de Blumenau – Santa Catarina.

- COINTER MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.800.317/0001-09, estabelecida à RUA TUPY, nº 1723 – Bairro NOVA BRASÍLIA, no município de Joinville – Santa Catarina.

- SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 05.531.725/0001-20, estabelecida à RUA Gentil Reinaldo Cordioli, nº 391 – Bairro JARDIM ELDORADO, no município de Palhoça – Santa Catarina.

- TRADE MEDICAL COM DE MAT HOSP LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 06.555.143/0001-46, estabelecida à RUA ACESSO: R PEDRO THIESEN JUNIOR, nº 478 – Bairro ARIRIÚ, no município de Palhoça – Santa Catarina.

- JEFFERSON DUWE ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 13.749.658/0001-42, estabelecida à RUA ARTHUR KE-UNECKE, nº 62 – Bairro DOS ESTADOS, no município de Indaial – Santa Catarina.

- PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 85.247.385/0001-49, estabelecida à RUA URUGUAI, nº 1538 – Bairro MARIA GORETTI, no município de Chapecó – Santa Catarina.

- SANIMED INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 24.537.945/0001-05, estabelecida à RUA RICARDO GEORG, nº 1115 – Bairro ITROUPAVA CENTRAL, no município de Blumenau – Santa Catarina.

- MEDEFE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 25.463.374/0001-74, estabelecida à RUA JOSE PINTO DE NOVAES, nº 55 – Bairro CIC, no município de Curitiba – Paraná.

- ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 12.014.370/0001-67, estabelecida à RUA Marechal Deodoro, nº 177 – Bairro Cristo Rei, no município de Pato Branco – Paraná.

- CLASSMED PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 01.328.535/0001-59, estabelecida à RUA PICA PAU, nº 1211 – Bairro CENTRO, no município de Araçongas – Paraná.

- CIRURGICA FLORIANOPOLIS COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 11.754.622/0001-21, estabelecida à SERVIDÃO DE PASSAGEM Laje de Pedra, nº 73 – Bairro ITACORUBI, no município de Florianópolis – Santa Catarina.

- ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 06.194.440/0001-03, estabelecida à AVENIDA Luis Antonio Faedo, nº 1612 – Bairro Industrial, no município de Francisco Beltrão – Paraná.

OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Aquisição de material hospitalar para a Secretaria de Saúde.

Termo aditivo, tem por objetivo o cancelamento/desistência de itens da empresa OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA, registrados na Ata de Registro de Preços original.

DATA DA ASSINATURA: 03/08/2020.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 079/2020

Publicação Nº 2594672

PUBLICAÇÃO DE EDITAL
MUNICÍPIO DE INDAIAL

Processo Administrativo nº 079/2020
Edital de Pregão Eletrônico nº 034/2020-10430
Registro de Preços

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.
Objeto: Aquisição de artefatos de concreto - Com itens exclusivos para ME e EPP e com sistema de cotas exclusivas para ME e EPP.
As propostas deverão ser cadastradas através do site comprasbr.com.br, até a data e horário informados à seguir:
Cadastro das propostas: até 21/08/2020 - 08h30min – Horário de Brasília
Início da sessão: 21/08/2020 - 08h31min – Horário de Brasília
Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic6@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.
André Luiz Moser – Prefeito Municipal

INDAPREV - INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE INDAIAL/SC**PORTARIA/INDAPREV N.º 34/20**

Publicação Nº 2594668

PORTARIA/INDAPREV Nº 34/20
De 7 de agosto de 2020
Concede Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição à Servidora MARLI FRANÇA

SALVADOR BASTOS, Diretor-Presidente do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Servidores Públicos Municipais de Indaial – INDAPREV, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o previsto no art. 66, inciso VI, da Lei Complementar n.º 64, de 21 de dezembro de 2005 e demais dispositivos em vigor, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição à servidora Marli França, matrícula 32441-00, ocupante do cargo de professora, do quadro de servidores do município de Indaial/SC.

Art. 2º - A aposentadoria de que trata o artigo 1º desta portaria encontra amparo no art. 6º da Emenda Constitucional n.º 41/03, e no § 9º do art. 4º da Emenda Constitucional n.º 103/2019.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de agosto de 2020.

SALVADOR BASTOS
Diretor-Presidente

Iomerê

PREFEITURA

EMPENHOS FMS Nº 640

Publicação Nº 2594536

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL SAUDE IOMERE

Nota de Empenho

Data: 04/08/2020
Nº do empenho : 640/20
Estimativa
Processo :C.N.P.J.: 10.423.190/0001-03
Município: Iomerê

Órgão: 11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade: 11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Funcional: 10.301.1001 - Saúde com Qualidade
Projeto/Atividade: 2.027 - Manut. do Bloco Atenção Básica Variável
Elemento: 3.3.90.32.02.00.00.00.1138 - Medicamentos
Cód. Detalham.: 99 - COVID-19
Código reduzido: 000036

Dotação Inicial: 0,00
Suplementações: 59.742,70
Anulações: 0,00
Total (A) : 59.742,70

Empenhos anteriores : 42.922,70
Valor do empenho : 840,00
Valor Anulado: 0,00
Total (B) : 43.762,70
Saldo (A - B) : 15.980,00

Credor: 4118 MEDILAR IMPORT. E DIST. DE PROD. MEDICO HOSP. LTDA

Endereço: RUA NORBERTO OTTO WILD, 420, nantonello@

Cidade: Vera Cruz

UF: RS

C.N.P.J.: 07.752.236/0001-23

Inscr.Est./Ident.Prof.:

Banco: 1 - BANCO DO BRASIL S.A.

Agência: 4044-4

Fone: 5137181775

Conta Corrente: 13845-2

Fax:

Especificação: 1

AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS IVERMECTINA, 6 MG, ATRAVÉS DO CONSÓRCIO CINCATARINA PREGÃO 25/2020, PROCESSO 14550/2020, SF 282/2020.

Fonte de recursos : Vinculados

Total geral : 840,00

Fica empenhada a importância de 840,00 (oitocentos e quarenta reais)

Fundamento legal :

Modal. licitação : Outras Modalidades/Não Aplicável

Número :

Data :

Data :

Contrato :

Data :

Encarregado do serviço

Credor

KAROLINE RODRIGUES FACHINI
ORDENADOR DA DESPESASIRLEI ALTENHOFEN
CONTADORA

Liquidação

Declaro que o material/serviço foi fornecido/prestado

Responsável



Iporã do Oeste

PREFEITURA

DECRETO 130/2020

Publicação Nº 2594502

DECRETO Nº 130 DE 04 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A RECONDUÇÃO DE MEMBROS QUE COMPÕEM O CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA – CMC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE IPORÃ DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais definidas no Art. 109, inciso XXXI, da Lei Orgânica do Município e em especial as disposições da Lei Municipal nº 1.727, de 18 de dezembro de 2015.

CONSIDERANDO, o Ofício nº 004/2020 que informa a recondução dos membros nomeados pelo Decreto Municipal nº 055/2017 e 78/2018;

CONSIDERANDO, a Ata nº 02/2019 de 05 de abril de 2019;

DECRETA:

Art. 1º Ficam RECONDUZIDOS os membros do Conselho Municipal de Cultura - CMC nomeados pelo Decreto Municipal nº 055 de 07 de abril de 2017, alterado pelo Decreto Municipal nº 078 de 30 de abril de 2018, sendo os membros relacionados:

I- Representantes do Departamento de Cultura e Turismo:

Titular – Luciane Flach Trein

Suplente – Ilmo Walter

II- Representantes da Secretaria de Educação, Desporto, Cultura e Turismo:

Titular – Itamara Pivatto Batista Da Silva

Suplente – Selmira Nyland Schwengber

III- Representantes da Biblioteca:

Associação Amigos da Biblioteca

Titular – Atenor Kickow

Suplente - Joana Inês Reichert

IV- Representantes dos Corais:

Associação Coral Iporã do Oeste

Titular – Marino Muller

Suplente – Neli Eich

V- Representantes da Banda Municipal:

Titular – Sabrina Matte

Suplente – Alan Hentz Mayer

VI- Representantes de Grupos de Danças:

Immer Lustig

Titular – Tania Eich

Suplente – Tiago Marx

VII- Representantes do Grupo de Patinação:

Clube de Patinação Asas da Liberdade

Titular – Marglei Enzweiler Trevisan

Suplente – Carmen Lipreri

VIII- Representantes dos Escoteiros:

Grupo de Escoteiros Tupã

Titular – Adriana Assmann

Suplente – César Andreguetti

IX- Representantes do Centro de Tradições Gaúchas:

CTG Herança Pampiana

Titular – Leila Regina Conrad Schwengber

Suplente – Resoli Conrad

X- Representantes do Grupo de Cantos:

Titular – Ivoni Cleide Balbinot Simon

Suplente – Luis Sehn

XI- Representantes de Grupos de Jovens:

Grupo de Jovem – Igreja Católica

Titular – Neodir Favretto

Suplente – Milton Borba

XII- Representantes de Grupos de Idosos:

Titular – Ivani Bassi

Suplente – Darci Schafer

XIII- Representantes do Museu:

Museu de São Lourenço

Titular – Márcia Melz

Suplente – Rosiméri Renz Simon

XIV- Representantes das Entidades de Universitários:

Titular – Rogerth Júnior Lasta

Suplente – Narjana Tessaro

XV- Representantes da ASI – Associação das Sociedades de Iporã do Oeste:

Titular – Sebastião Froes

Suplente – Liane Kroetz Rossa

XVI- Representantes dos Artesãos:

Clube de Mães Novo Amanhã

Titular – Lucia Bressler Ruhoff

Suplente – Rosali Schneiders

Art. 2º A Recondução de que trata esse decreto se dará com efeitos retroativos a 05 de abril de 2019 e terá vigência até 05 de abril de 2021.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Iporã do Oeste – SC, 04 de agosto de 2020.

Registre-se e publique-se

LÚCIO MALLMANN

Prefeito

Registrado e publicado em data supra,

JONAS KAISER

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 125/2020

Publicação Nº 2594589

DECRETO Nº 125 DE 31 DE JULHO DE 2020

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE IPORÃ DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, e o art. 10 da Lei nº 1.885/2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 23.171,29 (vinte e três mil, cento e setenta e um reais, com vinte e nove centavos), em conformidade com o disposto a seguir:

Órgão:	06.00	SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS	
Unidade:	06.01	Departamento de Transportes e Obras	
Proj./Ativ.	26.782.0018.1039	Obras de Melhoria de Infraestrutura Rural – Drenagem, Pavimentação e Outras Construções.	
4.4.90.00.00.00.00.00		Aplicações Diretas	
01.53.14.96		LC 173/2020.	23.171,29
Conta Receita		4171899110300000000	
		Total	23.171,29

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, o excesso de arrecadação verificado no exercício de 2020 no valor de R\$ 23.171,29 (vinte e três mil, cento e setenta e um reais com vinte e nove centavos), oriundos da Fonte de Recursos 01.53.14.96 – LC 173/2020, com fulcro no inciso 1º do § 1º e § 2º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes.

Art. 3º Em consequência da abertura do crédito adicional suplementar autorizado no artigo 1º, as Tabelas e Anexos demonstrativos das respectivas despesas do PPA 2018/2021 - Lei Municipal nº 1.789/2017, da LDO 2020 - Lei Municipal nº 1.878/2019 e da LOA 2020 – Lei Municipal nº 1.885/2019, serão alterados nas importâncias correspondentes, no valor de até R\$ 23.171,29 (vinte e três mil, cento e setenta e um reais, com vinte e nove centavos).

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Iporã do Oeste – SC, 31 de julho de 2020.

Registre-se e publique-se

LÚCIO MALLMANN
Prefeito

Registrado e publicado em data supra,

JONAS KAISER
Secretário de Administração e Finanças

LICITAÇÃO PC 062/2020 - TOMADA DE PREÇOS 006/2020

Publicação Nº 2596067

MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE
SANTA CATARINA
AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 062/2020

O MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC leva ao conhecimento dos interessados que realizará as 09h30min do dia 26 de Agosto de 2020, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Iporã do Oeste/SC, localizada na Rua Santo Antônio, nº 100, Centro, município de Iporã do Oeste/SC.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA EXECUÇÃO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NA LINHA ALTO TIGRE - QUADRA COBERTA MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE – SC, CONFORME PROJETO EM ANEXO, DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA E ADMINISTRAÇÃO.

Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus anexos no Setor de Licitações, pelo telefone (49 3634-1210), de segunda a sexta feira, no horário de expediente.

Os editais estarão disponíveis no site do município, <iporadooeste.atende.net>.

Iporã do Oeste/SC, 10 de Agosto de 2020.

LUCIO MALLMANN
Prefeito Municipal

REVISÃO DE PREÇOS COMBUSTÍVEIS 6 2020

Publicação Nº 2594637

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE
EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO DE REVISÃO DE PREÇOS AO CONTRATO Nº 006/2020
PREGAO PRESENCIAL Nº 073/2019
PROCESSO LICITATORIO Nº 145/2019

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS AUTOMOTIVOS E ARLA PARA VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA MOTORIZADA DO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC.

REAJUSTE: R\$ 0,06 por litro de gasolina comum
R\$ 0,10 por litro de óleo diesel S10
CONTRATANTE: Município de Iporã do Oeste/SC.
CONTRATADOS: POSTO DO CHAPA
DO FUNDAMENTO: Lei 8.666/93 e suas alterações.
DO FORO: Foro da Comarca de Mondaí/SC
Iporã do Oeste/SC, 6 de agosto de 2020.
LUCIO MALLMANN
Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2020

Publicação Nº 2595136

Município de Iporã do Oeste
Câmara Municipal de Vereadores
Contrato 001/2020

Partes: Câmara Municipal de Vereadores e Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS POR MEIO DE PACOTE DE SERVIÇOS DO CORREIO PARA UTILIZAÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES DE IPORÃ DO OESTE/SC.
Valor anual: R\$ 1.000,00
Vigência: 20.07.2020 a 20/07/2021

Adriano Klein
Presidente da Câmara Municipal

Ipuaçu

PREFEITURA

DECRETO Nº 141 DE 06 DE AGOSTO DE 2020. EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL POR MOTIVO DE FALECIMENTO

Publicação Nº 2594590

DECRETO Nº 141
DE 06 DE AGOSTO DE 2020.
EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL POR MOTIVO DE FALECIMENTO.

A Prefeita Municipal de Ipuaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela legislação em vigor; e;
Considerando o falecimento do Servidor ocorrido no dia 05 de agosto de 2020;

DECRETA:

Art. 1º Fica o Servidor VOLDINEY JOSÉ ZANELLA, EXONERADO do cargo em provimento efetivo de ENGENHEIRO AGRÔNOMO, por motivo de falecimento, declarando o cargo vacante, conforme disposto no art. 38, inciso VII, da Lei Complementar Municipal nº 011, de 14 de junho de 2005.

Art. 2º Este Decreto é publicado na presente data, com efeitos retroativos ao dia 05 de agosto de 2020.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuaçu-SC, em 06 de agosto de 2020.

CLORI PEROZA
Prefeita do Município.

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Ipumirim

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 409/2020 DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2595972

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A CLAUDETE MARIA BARON, matrícula 2037, férias de 15 dias, relativa ao período aquisitivo de 2018 a 2019 e gozo a partir de 10 de Agosto de 2020 a 24 de Agosto de 2020.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 10 de Agosto de 2020.

Ipumirim - SC, 07 de Agosto de 2020.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 410/2020 DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2595977

EXONERA SERVIDORA NOMEADA POR CONCURSO PUBLICO NO CARGO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 002/2002, que Dispõe sobre o Plano de Carreira e remuneração para os Servidores do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências. e considerando também a homologação do resultado do Edital de Concurso Público 001/2018.

E X O N E R A

EXONERA, sob a Matrícula 3174, LUANA SCHMIDT, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4.065.610 e do CPF 074.643.949-09, no cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial Nível 20, com carga horária de 35 horas semanais, lotação: Secretaria de Assistência Social.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria entrará em vigor na data de 08 de Agosto de 2020.

Ipumirim - SC, 08 de Agosto de 2020.

Volnei Antonio Schmidt
Prefeito de Ipumirim

Iraceminha

PREFEITURA

EXTRATO RESCISÃO CONTRATO 003/2020 - FMS

Publicação Nº 2597005

1º TERMO DE RESCISÃO CONSENSUAL

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº003/2020 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

Que entre si fazem: de um lado MUNICÍPIO DE IRACEMINHA, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o n.º 80.623.606/0001-12, com sede à Rua Dona Paulina, 780, centro de Iraceminha, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. JEAN CARLOS NYLAND, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 4.479.638 e CPF 057.328.099-10, residente e domiciliado neste município de Iraceminha, denominado simplesmente de CONTRATANTE e do outro lado a Empresa MARI REGINA CAPELETO ME, com sede à Rua Iracema, Centro, 353, no Município de Iraceminha (SC), inscrita no CNPJ sob n.º 11.149.616/0001-45, neste ato representado pela representante legal, Sra. MARI REGINA CAPELETO, brasileira, portadora da carteira de identidade nº. 2.659.754, inscrita no CPF sob nº. 020.616.429-77, neste ato denominado CONTRATADA de comum acordo e com amparo legal na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores resolvem contratar o objeto do presente pelas seguintes cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL CONSENSUAL

0.1 - Fica estabelecida de forma consensual a rescisão contratual com a empresa prestadora de serviços Contratação de empresa para prestação de serviços em Práticas Integrativas e Complementares (PCIS), em terapia de Reiki e drenagem linfática, com disponibilidade de atendimento na Unidade Básica de Saúde, conforme descrito a seguir:

Item	Especificação	Unid.
01	Contratação de empresa para prestação de serviços em Práticas Integrativas e Complementares (PCIS), em terapia de Reiki e drenagem linfática, com disponibilidade de atendimento na Unidade Básica de Saúde.	Mês

2 - CLÁUSULA SEGUNDA – DA RESCISÃO CONSENSUAL

2.1 O presente termo de rescisão obedece o estabelecido no artigo 79, inciso II da lei de licitações, sendo estabelecido de forma amigável e de acordo entre as partes:

“Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser:

- I -determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo anterior;
- II -amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

2.2 O presente termo de rescisão consensual gerará efeitos a partir desta data, sem prejuízos do serviços efetivamente prestados pela empresa contrata.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

3.1 Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Maravilha - SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste instrumento, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam os jurídicos e legais efeitos, na presença das testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Iraceminha (SC), 07 de agosto de 2020.

JEAN CARLOS NYLAND MARI REGINA CAPELETO ME
Prefeito Municipal MARI REGINA CAPELETO
CONTRATANTE CONTRATADO

TERMO HOMOLOGAÇÃO PP 13/2020

Publicação Nº 2597044

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA CNPJ: 80.623.606/0001-12 RUA DONA PAULINA, 780 C.E.P.: 89891-000 - Iraceminha - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 13/2020 - PR Processo Administrativo: 43/2020 Processo de Licitação: 43/2020 Data do Processo: 27/07/2020
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, JEAN CARLOS NYLAND, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 43/2020
b) Licitação Nr.: 13/2020-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 10/08/2020
e) Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de HORAS MÁQUINA do tipo escavadeira hidráulica, trator de esteiras e retroescavadeira, para execução de serviços de recuperação de estradas vicinais no interior do município e outros serviços públicos deste município prestados pelo Departamento de Infraestrutura, Obras e Transportes.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação): Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

ANDERSON LUIZ SEBEN (3277)

4 Horas de serviço de RETROESCAVADEIRA tracionada 4 x 4, peso operacional mínimo de 6.500 kg, potência mínima de 70 HP. - Marca:	HR	150,00	0,0000	150,00	22.500,00
				Total do Fornecedor:	22.500,00

DEISON IVAN SCHMOELLER EIRELI - ME (4466)

3 Horas de serviço de TRATOR DE ESTEIRAS, com comandos hidráulicos, com peso operacional mínimo de 14.000 Kg, acompanhado de veículo/caminhão para transporte da Máquina até os locais de trabalho em qualquer local dentro do território Municipal. CUSTO DE MANUTENCAO, REPOSICAO DE PECAS, COMBUSTIVEL, MÁQUINA PARA TRANSPORTE E OPERADOR, SERÁ DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA CONTRATADA, sem custos adicionais ao Município.	HR	185,00	0,0000	285,00	52.725,00
				Total do Fornecedor:	52.725,00

Iraceminha, 10 de Agosto de 2020.

JEAN CARLOS NYLAND
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA CNPJ: 80.623.606/0001-12 RUA DONA PAULINA, 780 C.E.P.: 89891-000 - Iraceminha - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 13/2020 - PR
	Processo Administrativo: 43/2020 Processo de Licitação: 43/2020 Data do Processo: 27/07/2020

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**EUCLESIO EDIO BOFF TERRAPLANAGEM EIRELI (5031)**

1	Horas de serviço de ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, com peso operacional mínimo de 18.000 Kg, acompanhado de veículo/caminhão para transporte da Máquina até os locais de trabalho em qualquer local dentro do território Municipal. CUSTO DE MANUTENCAO, REPOSICAO DE PECAS, COMBUSTIVEL, MÁQUINA PARA TRANSPORTE E OPERADOR, SERÁ DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA CONTRATADA, sem custos adicionais ao Município. - Marca:	HR	200,00	0.0000	265,00	53.000,00
Total do Fornecedor:						53.000,00

GILBERTO ANTONIO TUMELERO E CIA LTDA (3012)

2	Horas de serviço de ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, com peso operacional mínimo de 22.000 Kg, acompanhado de veículo/caminhão para transporte da Máquina até os locais de trabalho em qualquer local dentro do território Municipal. CUSTO DE MANUTENCAO, REPOSICAO DE PECAS, COMBUSTIVEL, MÁQUINA PARA TRANSPORTE E OPERADOR, SERÁ DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA CONTRATADA, sem custos adicionais ao Município.	HR	170,00	0.0000	305,00	51.850,00
Total do Fornecedor:						51.850,00
Total Geral:						180.075,00

Iraceminha, 10 de Agosto de 2020.

JEAN CARLOS NYLAND
PREFEITO MUNICIPAL

Irani

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N° 019/2020

Publicação N° 2596902

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IRANI
PROCESSO LICITATÓRIO N° 057/2020
PREGÃO ELETRÔNICO N° 019/2020

O MUNICÍPIO DE IRANI torna público, que fará Licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM objetivando o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de combustível (gasolina comum, óleo diesel comum e óleo diesel S10) de primeira qualidade, conforme a demanda, com especificações técnicas exigidas pela ANP – agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, para fornecimento contínuo e fracionado diretamente da bomba do contratado para a frota mecanizada do Município de Irani – SC.

Recebimento das propostas: até às 08h15min do dia 20/08/2020.

Início da sessão: às 08h30min do dia 20/08/2020 no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF.

Informações complementares: Edital em inteiro teor está à disposição dos interessados na home page www.irani.sc.gov.br, link "Licitações". E demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal de Irani – Rua Eilírio de Gregori, 207, Centro - no horário das 07h30 às 11h30 e das 13h00 às 17h00, pelo telefone: (049) 3432-3214, ou ainda pelo e-mail licitacao@irani.sc.gov.br.

Irani, SC, 10 de agosto de 2020.

Sívio Antonio Lemos das Neves – Prefeito

DECRETO N° 144.2020

Publicação N° 2594395

DECRETO 144/2020, de 31 de julho de 2020.

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR”.

SÍVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito do Município de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelos incisos VIII e XI do artigo 104 da Lei Orgânica do Município, pela Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Lei Municipal 1919/2019, de 25/11/2019, em seu artigo 27, §2º e pela Lei Orçamentária Municipal - LOA, Lei Municipal nº 1926/2019 de 19/12/2019 em seu artigo 5º, inciso II:

DECRETA,

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 4.132,23 (quatro mil cento e trinta e dois reais e vinte e três centavos), no orçamento vigente para o exercício de 2020, do Fundo Municipal de Assistência Social, para fazer frente aos seguintes projetos atividade:

		FONTE DE RECURSOS		
		ORDINÁRIOS	VINCULADOS	TOTAL
04	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IRANI			
04.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IRANI			
04.01.08	Assistência Social			
04.01.08.244	Assistência Comunitária			
04.01.08.244.801	ASSISTENCIA SOCIAL GERAL			
04.01.08.244.801.2.027	PROTEÇÃO SOCIAL DE ALTA COMPLEXIDADE			
3.3.90.00.00.00.00.0000	Aplicações Diretas		4.132,23	4.132,23
TOTAL			4.132,23	4.132,23

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, serão utilizados os recursos da anulação da dotação abaixo especificada, no valor de R\$ 4.132,23 (quatro mil cento e trinta e dois reais e vinte e três centavos).

		FONTE DE RECURSOS		
		ORDINÁRIOS	VINCULADOS	TOTAL
04	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IRANI			
04.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IRANI			
04.01.08	Assistência Social			

04.01.08.244	Assistência Comunitária			
04.01.08.244.801	ASSISTENCIA SOCIAL GERAL			
04.01.08.244.801.2.027	PROTEÇÃO SOCIAL DE ALTA COMPLEXIDADE			
3.1.90.00.00.00.00.0000	Aplicações Diretas		4.132,23	4.132,23
TOTAL			4.132,23	4.132,23

Art. 3o. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Irani - SC, em 31 de julho de 2020.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES
Prefeito

Registrado e publicado nesta Secretaria em 31/07/2020.

DECRETO Nº 145.2020

Publicação Nº 2594398

DECRETO 0145/2020, de 31 de Julho de 2020

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR”.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito do Município de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelos incisos VIII e XI do artigo 104 da Lei Orgânica do Município, pela Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Lei Municipal 1919/2019, de 25/11/2019, em seu artigo 27, §2º e pela Lei Orçamentária Municipal - LOA, Lei Municipal nº 1926/2019 de 19/12/2019 em seu artigo 5º, inciso II:

DECRETA,

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) no orçamento vigente para o exercício de 2020, do Município de Irani, para fazer frente ao seguinte projeto atividade:

		FONTE DE RECURSOS		
		ORDINÁRIOS	VINCULADOS	TOTAL
02	PODER EXECUTIVO			
02.02	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO			
02.02.04	Administração			
02.02.04.122	Administração Geral			
02.02.04.122.402	ADMINISTRAÇÃO GERAL			
02.02.04.122.402.2.023	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO			
3.3.90.00.00.00.00.3113	Aplicações Diretas		3.000,00	3.000,00
TOTAL			3.000,00	3.000,00

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, serão utilizados os recursos do excesso de arrecadação verificado na fonte de recursos 3113 – AUXILIO FINANCEIRO II - LC 173 (ART. 5º II-b) - LIVRE APLICAÇÃO, no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Art. 3o. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Irani - SC, em 31 de Julho de 2020.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES
Prefeito

Registrado e publicado na Secretaria de Administração e Gestão em 31/07/2020.

DECRETO Nº 146.2020

Publicação Nº 2594402

DECRETO 0146/2020, de 31 de Julho de 2020

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR”.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito do Município de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelos

incisos VIII e XI do artigo 104 da Lei Orgânica do Município, pela Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Lei Municipal 1919/2019, de 25/11/2019, em seu artigo 27, §2º e pela Lei Orçamentária Municipal - LOA, Lei Municipal nº 1926/2019 de 19/12/2019 em seu artigo 5º, inciso II, em conformidade com a lei municipal 1932/2020:

DECRETA,

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 502.816,15 (quinhentos e dois mil oitocentos e dezesseis reais e quinze centavos) no orçamento vigente para o exercício de 2020, do Município de Irani, para fazer frente ao seguinte projeto atividade:

		FONTE DE RECURSOS		
		ORDINÁRIOS	VINCULADOS	TOTAL
02	PODER EXECUTIVO			
02.04	SECRETARIA DE TRANSP OBRAS E SERV URBAN			
02.04.15	Urbanismo			
02.04.15.452	Serviços Urbanos			
02.04.15.452.1502	SERVIÇOS DE UTILIDADE PUBLICA			
02.04.15.452.1502.2.047	MANUTENÇÃO DOS SERVI- ÇOS URBANOS			
4.4.90.00.00.00.00.0083	Aplicações Diretas		502.816,15	502.816,15
TOTAL			502.816,15	502.816,15

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, serão utilizados os recursos do excesso de arrecadação verificado na fonte de recursos 83 – Operações de Crédito Interna, pela contratação de operação de crédito Junto a Caixa Econômica Federal, contrato 2623.0535.609-89/2019 no valor de R\$ 502.816,15 (quinhentos e dois mil oitocentos e dezesseis reais e quinze centavos).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Irani - SC, em 31 de Julho de 2020.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES
Prefeito

Registrado e publicado na Secretaria de Administração e Gestão em 31/07/2020.

DECRETO Nº 147/2020

Publicação Nº 2594500

DECRETO 147/2020, DE 04 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE O PROCEDIMENTO PARA A APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PREVISTAS NA LEI 8.666/93 E LEI 10.520/02 ÀS EMPRESAS QUE CELEBRAM CONTRATOS OU OUTROS INSTRUMENTOS EQUIVALENTES COM O MUNICÍPIO DE IRANI.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito do Município de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 104, VIII, da Lei Orgânica do Município de Irani

DECRETA:

Art. 1º A aplicação de sanções administrativas às empresas que celebrem, com o município de Irani, atas de registros, contratos e outros instrumentos equivalentes, nos termos do artigo 62, § 4º da Lei 8666 de 21 de junho de 1993, previstas nos artigos 81, 86, 87 e 88 do mesmo diploma legal e no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, sujeitar-se-á ao procedimento descrito nessa norma.

Art. 2º A responsabilidade do infrator será apurada com a observância do devido processo legal, assegurado o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a eles inerentes, devendo a aplicação das penalidades cabíveis respeitar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Art. 3º O fiscal responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do contrato, ou qualquer servidor, quando verificar conduta irregular atribuída ao contratado, que importe em descumprimento, ainda que parcial, do contrato, sujeito à aplicação das sanções previstas no mesmo ou na legislação pertinente, representará ao Secretário da pasta correspondente, apresentando a descrição dos fatos.

Art. 4º Recebida a representação, o Secretário, após colher os elementos que entender pertinentes, decidirá motivadamente pela abertura ou não de processo administrativo, fazendo constar a irregularidade cometida, bem como a possível sanção a ser aplicada, assinando o Termo de Abertura de Processo Administrativo Sancionador.

Parágrafo único. A notícia de irregularidade só será arquivada se o fato não constituir descumprimento contratual.

Art. 5º O fiscal do contrato notificará o contratado, dando-lhe ciência da abertura do processo, podendo a notificação se dar:

I – preferencialmente, através do e-mail informado pela notificada quando da elaboração do contrato, devendo a mesma manter seus dados

cadastrais atualizados perante o Município;

II – em não havendo registro do endereço eletrônico, por carta com aviso de recebimento, no endereço informado pela notificada quando da elaboração do contrato, devendo a mesma manter seus dados cadastrais atualizados perante o Município.

Art. 6º O prazo para apresentação de defesa será de 10 (dez) dias úteis, e tem início no primeiro dia útil seguinte ao da confirmação do recebimento do e-mail pela notificada ou, sendo encaminhado por carta AR, no primeiro dia útil seguinte ao do recebimento pela notificada.

§1º O notificado poderá arrolar testemunhas, em número máximo de 5 (cinco), devendo justificar a necessidade da prova, além de indicar outras provas que pretende produzir.

§2º Caso aponte a necessidade de realização de prova pericial, deverá apresentar laudo técnico juntamente com a defesa, que será analisado conjuntamente com as outras provas.

Art. 7º Decorrido o prazo para apresentação de defesa, o fiscal do contrato se manifestará acerca da defesa apresentada pelo notificado, podendo juntar documentos e indicar outras provas a serem produzidas.

Art. 8º Sendo necessária a oitiva de testemunhas ou o depoimento pessoal das partes, o fiscal do contrato designará dia e local para a realização de audiência de instrução, intimando-se as partes com antecedência de, no mínimo, 5 (cinco) dias.

Parágrafo único. A colheita da prova oral realizar-se-á, preferencialmente, por meio audiovisual.

Art. 9º Não sendo necessária a produção de outras provas, o processo será encaminhado à Assessoria Jurídica Municipal para análise e parecer, podendo indicar a necessidade de realização de outras diligências que considerar imprescindíveis, ou opinar pelo julgamento antecipado.

Art. 10 Concluída a análise jurídica de que trata o artigo anterior, caberá ao Secretário competente proferir decisão de aplicação ou não da penalidade, de forma fundamentada.

Art. 11 A contratada será intimada da decisão de aplicação ou não da penalidade, sendo-lhe assegurada vista dos autos e oportunidade para apresentação de recurso administrativo no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Art. 12 Interposto recurso pelo processado, os autos serão remetidos à apreciação do Prefeito Municipal para análise e julgamento.

§1º A decisão proferida pelo Prefeito Municipal é irrecorrível.

§2º A decisão será publicada na Imprensa Oficial do Município e, na hipótese de aplicação de penalidade de declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, será publicada também no Diário Oficial do Estado e no da União.

Art. 13 Computar-se-ão os prazos previstos neste Decreto excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição expressa em contrário.

Parágrafo único. O início e o vencimento dos prazos previstos neste Decreto dar-se-ão em dia útil.

Art. 14 Aplicam-se, subsidiariamente a essa norma, a Lei Federal nº 9.784/99 e a Lei 13.105/2015 (Código de Processo Civil).

Art. 15 Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Irani/SC, 04 de agosto de 2020.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES
Prefeito

Registrado e publicado na Secretaria de Administração e Gestão em 04/08/2020.

DECRETO Nº 148.2020

Publicação Nº 2594405

DECRETO 0148/2020, de 05 de agosto de 2020

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR”.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito do Município de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelos incisos VIII e XI do artigo 104 da Lei Orgânica do Município, pela Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Lei Municipal 1919/2019, de 25/11/2019, em seu artigo 27, §2º e pela Lei Orçamentária Municipal - LOA, Lei Municipal nº 1926/2019 de 19/12/2019 em seu artigo 5º, inciso II:

DECRETA,

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 199.981,20 (cento e noventa e nove mil novecentos e oitenta e um reais e vinte centavos), no orçamento vigente para o exercício de 2020, do Fundo Municipal de Saúde, para fazer frente ao seguinte projeto atividade:

		FONTE DE RECURSOS		
		ORDINÁRIOS	VINCULADOS	TOTAL
03	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
03.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRANI			
03.01.10	Saúde			
03.01.10.301	Atenção básica			
03.01.10.301.1001	SAÚDE COM QUALIDADE			
03.01.10.301.1001.1004	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS EQUIPAMENTOS PARA SAUDE			
4.4.90.00.00.00.00.3129	Aplicações Diretas		199.981,20	199.981,20
TOTAL			199.981,20	199.981,20

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, serão utilizados os recursos do excesso de Arrecadação verificado na fonte de recursos 3129 - CONVÊNIO VAN ESTADO 2020TR000463, no valor de R\$ 199.981,20 (cento e noventa e nove mil novecentos e oitenta e um reais e vinte centavos).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Irani - SC, em 05 de agosto de 2020.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES
Prefeito

Registrado e publicado nesta Secretaria em 05/08/2020.

Irati**PREFEITURA****ERRATA PREGÃO Nº 053/2020-PMI - AQUISIÇÃO EVENTUAL, PARCELADA E FUTURA DE PEÇAS DIVERSAS E SERVIÇOS MECÂNICOS, PARA REPAROS E MANUTENÇÃO DA RETROESCAVADEIRA CASE 580L, UTILIZADA NO SETOR DE SERVIÇOS URBANOS DA SECRETARIA DE TRANSPORTES DE IRATI/SC**

Publicação Nº 2595390

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IRATI A V I S O D E L I C I T A Ç Ã O

E R R A T A

Processo Administrativo Nº 093/2020

Processo Licitatório Nº 093/2020

Edital: Pregão Presencial Registro de Preços Nº 053/2020

Tipo: MENOR PREÇO POR ÍTEM

Objeto: AQUISIÇÃO EVENTUAL, PARCELADA E FUTURA DE PEÇAS DIVERSAS E SERVIÇOS MECÂNICOS, PARA REPAROS E MANUTENÇÃO DA RETROESCAVADEIRA CASE 580L, UTILIZADA NO SETOR DE SERVIÇOS URBANOS DA SECRETARIA DE TRANSPORTES DE IRATI/SC ONDE SE LÊ:

Entrega dos Envelopes: 13:30 horas do dia 14/08/2020

Abertura dos Envelopes: 14:00 horas do dia 14/08/2020

LEIA-SÊ:

Entrega dos Envelopes: 13:30 horas do dia 17/08/2020

Abertura dos Envelopes: 14:00 horas do dia 17/08/2020

As demais Cláusulas permanecem inalteradas.

Irati – SC, 10 de agosto de 2020.

NEURI MEURER

Prefeito Municipal

PREGÃO RP Nº 059/2020-PMI - AQUISIÇÃO EVENTUAL, PARCELADA E FUTURA DE PEÇAS DIVERSAS E SERVIÇOS MECÂNICOS, PARA REPAROS E MANUTENÇÃO DO TRATOR SOBRE ESTEIRAS NEW HOLLAND LB140D, UTILIZADO PELA SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, TURISMO E MEIO AMBIENTE DE IRATI/SC

Publicação Nº 2597006

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IRATI A V I S O D E L I C I T A Ç Ã O

Processo Administrativo Nº 100/2020

Processo Licitatório Nº 100/2020

Edital: Pregão Presencial Registro de Preços Nº 059/2020

Tipo: MENOR PREÇO POR LOTE

Objeto: AQUISIÇÃO EVENTUAL, PARCELADA E FUTURA DE PEÇAS DIVERSAS E SERVIÇOS MECÂNICOS, PARA REPAROS E MANUTENÇÃO DO TRATOR SOBRE ESTEIRAS NEW HOLLAND LB140D, UTILIZADO PELA SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, TURISMO E MEIO AMBIENTE DE IRATI/SC

Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 24/08/2020

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 24/08/2020

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua João Beux Sobrinho, nº 385, centro, Irati – SC, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo telefone (49) 3349-0010, 3349-0143, pelo site: www.irati.sc.gov.br, ou através de e-mail: irati@irati.sc.gov.br

Irati – SC, 10 de agosto de 2020.

NEURI MEURER

Prefeito Municipal

Itá

PREFEITURA

COMUNICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS ESTADUAIS

Publicação Nº 2594641

NOTIFICAÇÃO DE RECURSOS ESTADUAIS COMUNICADO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS ESTADUAIS

O MUNICIPIO DE ITÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.024.240/0001-53, com sede administrativa na praça Dr. Aldo Ivo Stumpf nº 100, Centro, nesta cidade de Itá, Estado de Santa Catarina, COMUNICA a todos interessados a liberação de crédito no montante total de R\$ 87.740,00 (oitenta e sete mil, setecentos e quarenta), liberados em 06/08/2020, depositados no Banco do Brasil, em conta vinculada ao Convênio nº 2019TR1699, celebrado entre o Estado de Santa Catarina, por meio Secretaria de Estado da Saúde e a Prefeitura Municipal de Itá, cujo convênio tem como objeto a Aquisição de um veículo para a saúde do Município.

Itá-SC, 07 de Agosto de 2020

DOMINGOS RODRIGUES DOS SANTOS

Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO 081/2020

Publicação Nº 2594419

DECRETO Nº 081, DE 06 DE AGOSTO DE 2020.

"Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA e, dá outras providências."

DOMINGOS RODRIGUES DOS SANTOS, Prefeito Municipal em Exercício de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, de conformidade com o estabelecido no inciso VII do art. 69 da Lei Orgânica Municipal, c/c com a Lei Municipal 2.250, de 18 de dezembro de 2012, alterada pela Lei Municipal n. 2.397, de 23 de junho de 2015.

Considerando a substituição de membros do CMDCA;

Considerando a necessidade e, o interesse público, em manter em funcionamento e, atualizado o referido conselho;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA do Município de Itá, nos termos da legislação vigente, cuja composição será a seguinte:

I – Representantes Governamentais

a) Secretaria Municipal de Assistência Social

Titular: Deise Calvi

Suplente: Franciele Brunetto

b) Secretaria Municipal da Administração e Fazenda

Titular: Juliana Marcia Salvi Junges

Suplente: Joseane Passoni

c) Secretaria Municipal da Educação, Esporte e Lazer

c1) Departamento de Educação

Titular: Juliana Aparecida Batista

Suplente: Emanuella Sartoretto

c2) Departamento de Esporte e Lazer

Titular: Fabiano Giroto de Assis

Suplente: Patrícia Biezu

d) Secretaria de Saúde

Titular: Ediovan Lima

Suplente: Rozani Aparecida Schiavini

II – Representantes da Sociedade Civil

a) Clubes de serviço

Titular: Jean Batista D'Alásio

Suplente: Leocádia Scwingel

b) Associações

Titular: Adelaide Fedrizzi

Suplente: Luana Dos Santos

c) representantes das Associações de Pais e Professores das Escolas - APP

c1) APP Escola Estadual Liberato

Titular: Denize Benvenutti

Suplente: Laércio Bergamaschi

c2) APP Escola Municipal Valentin

Titular: Cristiane T. Freitas

Suplente: Jandir Gonçalves

d) ACITA

Titular: Patrícia Perone Gheno

Suplente: Daniela Carbonera

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário especialmente o decreto 068 de 08 de Julho de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal em Exercício de Itá - SC, 06 de Agosto de 2020.

DOMINGOS RODRIGUES DOS SANTOS

Prefeito Municipal em Exercício

Certifico que este Decreto foi Registrado e publicado nesta secretaria na data supra

NEREO NORBERTO ROSTIROLLA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PROJETOS FIA

Publicação N° 2594611

PROJETOS FIA

Município de Itá- SC

Fundo Municipal da Infância e Adolescência

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Itá

Projeto Aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Itá

Número do Projeto: 001/2020

Proponente: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE Itá-SC

CNPJ: 02.103.354/0001-97

Título: "Aquisição de Piscina Terapêutica para os alunos da APAE do Município de Itá-SC"

Valor Autorizado para Captação: R\$ 100.250,95 (cem mil, duzentos e cinquenta reais e noventa e cinco centavos).

Data da Aprovação: 07/08/2020

Número da Ata: 222/2020

Número da Resolução: 008/2020

Prazo de Captação: 31/12/2022

Dados para a Captação:

Nome: Fundo da Infância e Adolescência de Itá

CNPJ: 17.827.375/0001-22

Banco: 001- Banco do Brasil

Agência: 3635-8

Conta-Corrente:16.217-5

Juliana Batista

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Itá

Itapema

PREFEITURA

LEI Nº 4.010, DE 5 DE AGOSTO DE 2020 - DENOMINA A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE III DO BAIRRO MORRETES

Publicação Nº 2594985

Lei nº 4.010, de 5 de agosto de 2020.

Denomina a Unidade Básica de Saúde III do Bairro Morretes.

A Prefeita Municipal de Itapema, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 42, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Itapema faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º Denomina de "UBS Morretes III Doutor Gastão Dias Júnior", a Unidade Básica de Saúde III do Bairro Morretes, situada à Rua 436 C.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapema (SC), 5 de agosto de 2020.

NILZA NILDA SIMAS
Prefeita Municipal de Itapema

LEI Nº 4.011, DE 5 DE AGOSTO DE 2020 - DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Publicação Nº 2594986

Lei nº 4.011, de 5 de agosto de 2020.

Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Itapema, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 42, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Itapema faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a abrir um Crédito Adicional Suplementar até o limite de R\$ 21.881.679,79 (vinte e um milhões, oitocentos e oitenta e um mil, seiscentos e setenta e nove reais e setenta e nove centavos), destinado a suplementar as seguintes dotações no Orçamento Municipal vigente:

Unid. Orçam.	Nome Unidade Orçamentária	Funcional Programática	Nome Projeto/Atividade	Fonte Recursos	Modalidade Aplicação	Suplementação
01.03	Gabinete da Prefeitura	04.124.0002.2.002	Gestão e Administração do Gabinete da Prefeitura	1.0000	3.1.90.00 3.3.90.00	250.000,00 30.000,00
03.01	Procuradoria Geral do Município	02.061.0004.2.007	Gestão e Administração da Procuradoria Geral	1.0000	3.1.90.00	350.000,00
04.01	Secretaria de Administração	04.122.0005.2.009	Gestão e Administração da Secretaria de Administração	1.0000	3.3.90.00	150.000,00
05.02	Secretaria de Finanças	04.122.0007.2.012	Gestão e Administração da Secretaria de Finanças	1.0000	3.1.90.00 3.3.90.00	700.000,00 700.000,00
06.01	Secretaria de Planejamento Urbano	15.451.0011.2.016	Gestão e Administração da Secretaria de Planejamento	1.0000	3.1.90.00	700.000,00
07.01	Secretaria de Obras e Transportes	04.122.0012.2.024	Gestão e Administração da Secretaria de Obras	1.0000	3.1.90.00 3.3.90.00	1.850.000,00 250.000,00
07.01	Secretaria de Obras e Transportes	04.122.0012.2.026	Manutenção e Reparo da Frota e Equipamentos	1.0000	3.3.90.00	200.000,00

07.06	Secretaria de Obras e Transportes	15.452.0014.2.030	Manutenção dos Serv. Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos	1.0000	3.3.90.00	450.000,00
07.06	Secretaria de Obras e Transportes	15.451.0013.1.009	Expansão Sistema Viário, infraestrutura e Demais Obras	1.0034	4.4.90.00	355.000,00
07.08	Secretaria de Obras e Transportes	06.182.0009.2.017	Manutenção dos Serviços Adm. DETRAMI	1.0000	3.1.90.00	400.000,00
08.01	Secretaria Turismo, Cultura, Esporte e Des. Econômico	23.695.0015.2.031	Gestão e Administração da Secretaria de Turismo	1.0000	3.1.90.00	900.000,00
09.02	Secretaria de Educação	12.126.0018.1.032	Implantação e Manutenção de Laboratórios	1.0001	4.4.90.00	160.000,00
09.02	Secretaria de Educação	12.361.0019.1.031	Implantar Programas, Projetos e Seminários de Educação	1.0001	3.3.90.00	25.000,00
09.04	Secretaria de Educação	12.361.0018.2.054	Gestão e Adm. da Secretaria de Educação	1.0001	3.3.90.00	665.000,00
12.01	Fundo Municipal de Saúde	10.122.0024.2.073	Gestão e Administração do Fundo de Saúde	1.0053 1.0002	3.1.90.00 3.3.90.00	1.850.000,00 700.000,00
12.01	Fundo Municipal de Saúde	10.304.0023.2.075	Gestão das Ações de Vigilância Sanitária	1.0053	3.1.90.00	900.000,00
12.04	Fundo Municipal de Saúde	10.305.0023.2.076	Gestão das Ações de Vigilância Epidemiológica	1.0052	3.1.90.00	945.948,16
12.04	Fundo Municipal de Saúde	10.301.0024.2.077	Gestão das Ações de Atenção Básica	1.0053	3.1.90.00	1.900.000,00
12.04	Fundo Municipal de Saúde	10.302.0024.2.081	Operação e Manutenção Assistência Hospitalar Serv. Urgência Emerg.	1.0038	3.3.50.00	2.600.731,71
12.04	Fundo Municipal de Saúde	10.302.0024.2.082	Gestão da Assist. de Média e alta Complexidade	1.0053 1.0002	3.1.90.00 3.1.90.00	1.405.847,96 944.151,96
16.04	Secretaria de Assistência Social e Lazer	08.244.0022.2.067	Gestão e Adm. do Departamento de Assistência Social	1.0053	3.3.90.00	100.000,00
16.04	Secretaria de Assistência Social e Lazer	08.244.0022.2.067	Gestão e Administração do Dpto. Assistência Social	1.0000 1.0031 1.0031	3.1.90.00 3.3.90.00 4.4.90.00	1.400.000,00 80.000,00 520.000,00
11.01	Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema	18.542.0008.2.070	Gestão e Administração da FAACI	1.0000	3.1.90.00	400.000,00
TOTAL						21.881.679,79

Art. 2º Os recursos necessários à abertura de crédito de que trata o art. 1º decorrem:

I) do provável excesso de arrecadação, em conformidade com o artigo 43, II da Lei Federal nº 4.320/64 e artigo 14, I, da Lei Municipal nº 3.941/2019, na importância de R\$ 10.607.527,86 (dez milhões, seiscentos e sete mil, quinhentos e vinte e sete reais e oitenta e seis centavos), sendo:

- a) R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) de recursos de Transferência de Convênios - União/Assistência Social;
- b) R\$ 355.000,00 (trezentos e cinquenta e cinco mil reais) de recursos de Transferência de Convênios - União/Outros;
- c) R\$ 945.948,16 (novecentos e quarenta e cinco mil, novecentos e quarenta e oito reais e dezesseis centavos) de COVID-19 - Recursos Transferidos da União destinados a ações de Saúde e Assistência social (LC 173/2020 - art. 5º, I-b);
- d) R\$ 6.105.847,96 (seis milhões, cento e cinco mil, oitocentos e quarenta e sete reais e noventa e seis centavos) de COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 - art. 5º, II-b);
- e) R\$ 2.600.731,71 (dois milhões seiscentos mil, setecentos e trinta e um reais e setenta e um centavos) Transferências do Sistema Único de Saúde (Portaria MS nº 1.666, de 1º/07/2020);

II) da anulação parcial das dotações abaixo descritas, pertencentes ao Orçamento Municipal vigente, no valor de R\$ 11.274.151,96 (onze milhões, duzentos e setenta e quatro mil, cento e cinquenta e um reais e noventa e seis centavos):

Unid. Orçam.	Nome Unidade Orçamentária	Funcional Programática	Nome Projeto/Atividade	Fonte Recursos	Modalidade Aplicação	Anulação
01.04	Gabinete da Prefeitura	04.124.0002.02.003	Manutenção dos Serv. Assessoria - Controle Interno	1.0000	4.4.90.00	9.000,00
01.05	Gabinete da Prefeitura	04.122.0002.2.004	Apoio as Instituições e Entidades	1.0000	3.3.50.00 4.4.90.00	500.000,00 42.000,00
01.10	Gabinete da Prefeitura	06.182.0009.2.028	Coordenação das Ações de Proteção e Defesa Civil	1.0000	4.4.90.00	20.000,00
02.03	Gabinete do Vice Prefeito	04.122.0002.2.006	Gestão e Administração do Gabinete do Vice Prefeito	1.0000	4.4.90.00	30.000,00
03.01	Procuradoria Geral do Município	02.061.0004.2.007	Gestão e Administração da Procuradoria Geral	1.0000	4.4.90.00	10.000,00
03.02	Procuradoria Geral do Município	02.061.0004.2.008	Manutenção dos Serviços Administrativos PROCON	1.0000	4.4.90.00	15.000,00
04.01	Secretaria de Administração	04.122.0005.1.001	Renovação e Ampliação da Frota - Todos os Órgãos	1.0000	4.4.90.00	400.000,00
04.01	Secretaria de Administração	04.122.0005.2.104	Fornecimento de Transporte Escolar Gratuito	1.0000	3.3.90.00	50.000,00
04.01	Secretaria de Administração	04.122.0005.2.105	Gestão Administrativa do Terminal Rodoviário	1.0000	4.4.90.00	685.000,00
04.01	Secretaria de Administração	04.122.0006.2.010	Manutenção e Fornecimento Prog. Capacitação Serv.	1.0000 1.0000	3.3.90.00 4.4.90.00	40.000,00 20.000,00
04.01	Secretaria de Administração	15.451.0011.1.002	Desapropriar e/ou Indenizar Imóveis	1.0000	4.4.90.00	385.000,00
05.02	Secretaria de Finanças	28.843.0007.2.014	Amortização do Principal e Encargos da Dívida Pública	1.0000	3.2.90.00 4.6.90.00	89.000,00 2.274.151,96
06.01	Secretaria de Planejamento Urbano	15.451.0011.2.016	Gestão e Adm. Secretaria Planejamento Urbano	1.0000	4.4.90.00	20.000,00
06.01	Secretaria de Planejamento Urbano	15.451.0011.2.100	Gestão Fundo Especial de Outorga Onerosa	1.0000	3.3.90.00	199.000,00
06.06	Secretaria de Planejamento Urbano	16.482.0010.1.006	Projeto de Regularização Fundiária	1.0000	3.3.90.00	60.000,00
07.06	Secretaria de Obras e Transportes	04.122.0012.1.007	Renovação e Ampliação da Frota – Secretaria de Obras	1.0000	4.4.90.00	420.000,00
07.06	Secretaria de Obras e Transportes	15.451.0013.1.008	Extensão da Pavingentação em Vias Públicas	1.0000	4.4.90.00	650.000,00
07.06	Secretaria de Obras e Transportes	15.451.0013.1.009	Expansão Sistema Viário, Infraestrutura e Demais Obras	1.0000	4.4.90.00	1.000.000,00
07.06	Secretaria de Obras e Transportes	15.452.0013.2.029	Manutenção e Ampliação de Cemitérios Públicos	1.0000	4.4.90.00	67.000,00
07.07	Secretaria de Obras e Transportes	20.605.0016.2.033	Gestão Administrativa do Dpto. de Agricultura e Pesca	1.0000	4.4.90.00	30.000,00
08.01	Secretaria Turismo, Cultura, Esporte e Des. Econômico	15.451.0011.1.011	Revitalização do Calçadão Orla de Itapema	1.0000 1.0000	3.3.90.00 4.4.90.00	298.000,00 40.000,00
08.01	Secretaria Turismo, Cultura, Esporte e Des. Econômico	18.541.0015.1.013	Implantação e Manutenção de Parques Ecológicos	1.0000	3.3.90.00	25.000,00

08.01	Secretaria Turismo, Cultura, Esporte e Des. Econômico	23.695.0015.2.031	Gestão e Administração da Secretaria de Turismo	1.0000	3.3.90.00	500.000,00
08.01	Secretaria Turismo, Cultura, Esporte e Des. Econômico 23.695.0015.2.032 Manut. do Consórcio Intermunicipal de Turismo 1.0000 1.0000 1.0000 3.1.71.00 3.3.71.00 4.4.71.00					39.000,00 58.000,00 7.000,00
08.02	Secretaria Turismo, Cultura, Esporte e Des. Econômico	15.451.0015.1.016	Construir Decks, Quiosques, Rampas, Praças e Reurbanizar	1.0000	4.4.90.00	70.000,00
08.05	Secretaria Turismo, Cultura, Esporte e Des. Econômico	13.392.0017.2.035	Gestão Administrativa do Dpto de Cultura e Lazer	1.0000	4.4.90.00	20.000,00
08.05	Secretaria Turismo, Cultura, Esporte e Des. Econômico	15.451.0017.1.020	Revitalização da Praça da Paz	1.0000 1.0000	3.3.90.00 4.4.90.00	40.000,00 9.000,00
08.05	Secretaria Turismo, Cultura, Esporte e Des. Econômico	23.392.0017.2.038	Manutenção do Mercado Público e Programas Culturais	1.0000	3.3.90.00	180.000,00
08.05	Secretaria Turismo, Cultura, Esporte e Des. Econômico	23.695.0015.2.036	Participação em Feiras e Eventos Turísticos	1.0000	3.3.90.00	110.000,00
08.06	Secretaria Turismo, Cultura, Esporte e Des. Econômico	27.812.0020.2.064	Gestão e Administração do Dpto de Esportes	1.0000	4.4.90.00	1.100.000,00
08.06	Secretaria Turismo, Cultura, Esporte e Des. Econômico	27.812.0020.2.065	Organização de Jogos e Eventos Esportivos	1.0000	3.3.90.00 4.4.90.00	500.000,00 260.000,00
08.06	Secretaria Turismo, Cultura, Esporte e Des. Econômico	27.812.0020.2.066	Incentivo aos Atletas Locais e Terceira Idade	1.0000	4.4.90.00	20.000,00
09.01	Secretaria de Educação	12.122.0018.2.042	Manutenção do Programa PROERD	1.0000	4.4.90.00	10.000,00
09.01	Secretaria de Educação	12.364.0019.2.040	Viabilizar a Instalação de Polos Universitários	1.0000 1.0000	3.3.90.00 4.4.90.00	4.000,00 4.000,00
09.01	Secretaria de Educação	12.366.0019.2.041	Manutenção dos Serviços Adm. da UAB	1.0000 1.0000 1.0000	3.1.90.00 3.3.90.00 4.4.90.00	5.000,00 5.000,00 5.000,00
09.02	Secretaria de Educação	12.126.0018.1.032	Implantação e Manutenção de Laboratórios	1.0001	3.3.90.00	22.000,00
09.02	Secretaria de Educação	12.306.0021.2.047	Atendimento de Alimentação Escolar - Ensino Fundamental	1.0001	3.3.90.00	485.000,00
09.02	Secretaria de Educação	12.361.0011.1.027	Aquisição e/	1.0001	4.4.90.00	200.000,00
09.02	Secretaria de Educação	12.361.0018.1.024	Renovação, Ampliação e Manutenção da Frota	1.0001	4.4.90.00	55.000,00
09.02	Secretaria de Educação	12.361.0019.1.031	Implantar Programas, Projetos e Seminários de Educação	1.0001	4.4.90.00	25.000,00
09.02	Secretaria de Educação	12.361.0019.1.033	Adequação Estruturais das Unidades Escolares	1.0001 1.0001	3.3.90.00 4.4.90.00	18.000,00 45.000,00

09.03	Secretaria de Educação	12.392.0018.2.053	Manutenção e Coordenação do Projeto Fanfarra	1.0000	4.4.90.00	100.000,00
TOTAL						11.274.151,96

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapema (SC), 5 de agosto de 2020.

NILZA NILDA SIMAS
Prefeita Municipal de Itapema

PUBLICAÇÃO 274 - 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 040.2019 - C R ARTEFATOS DE CIMENTO

Publicação Nº 2596023

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA
EXTRATO DE ADITIVO
CONTRATO 040/2019 – 4º TERMO ADITIVO

OBJETO: Contratação de empresa para execução de obras e serviços especializados para implantação do parque linear na orla do Bairro Centro (trecho 02 e trecho 03), no Município de Itapema, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme memorial descritivo, projetos, orçamento estimativo e cronograma físico financeiro, anexos ao processo

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADA: C R ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA

DO PRAZO: O presente contrato será prorrogado por 60 (sessenta) dias, a partir de 05 de julho de 2020, ou seja, até 02 de setembro 2020, conforme solicitação anexa aos autos.

DATA DA ASSINATURA: 01/07/2020

Itapema, 01 de julho de 2020.

NILZA NILDA SIMAS
PREFEITA MUNICIPAL

PUBLICAÇÃO 275 - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 021.2020 - V J TERRAPLANAGEM

Publicação Nº 2596025

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA
EXTRATO DE ADITIVO
CONTRATO 021/2020 - 1º TERMO ADITIVO

DO OBJETO: Contratação de empresa para execução de obras e serviços especializados para reforma e ampliação da sede da casa doce cuidar localizada no Bairro Morretes do Município de Itapema, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme memorial descritivo, projetos, orçamento estimativo e cronograma físico financeiro, anexos ao processo.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADA: V J TERRAPLANAGEM E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA LTDA

PRAZO: O presente contrato será prorrogado por 60 (sessenta dias) dias, a partir de 17 de julho de 2020, ou seja, até 14 de setembro de 2020, conforme solicitação anexa aos autos.

DATA DA ASSINATURA: 16/07/2020.
Itapema, 16 de julho de 2020.

NILZA NILDA SIMAS
Prefeita Municipal

PUBLICAÇÃO 276 - 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001.2020 - SANTOS E SANTANA

Publicação Nº 2596027

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA
EXTRATO DE ADITIVO
CONTRATO 001/2020 – 4º TERMO ADITIVO

DO OBJETO: Contratação de empresa para execução de obras e serviços especializados para reforma das Unidades Escolares localizadas nos Bairros Alto São Bento, Meia Praia e Morretes do Município de Itapema, discriminadas conforme LOTES a seguir, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme memorial descritivo, orçamento estimativo e cronograma físico financeiro, anexos ao processo.

LOTE I : Unidade Escolar CMEI Abelhinha Feliz I
LOTE II : Unidade Escolar EMEB Maria Linhares de Souza
LOTE III : Unidade Escolar EMEB Educar
LOTE IV : Unidade Escolar CMEI Pequeno Príncipe

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADA: SANTOS E SANTANA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA

DO ACRÉSCIMO: Os valores inicialmente contratados sofrem o acréscimo de R\$ R\$ 89.216,08 (oitenta e nove mil duzentos e dezesseis reais e oito centavos), correspondente à 22,38% do contrato inicial, de acordo com documentação anexa aos autos.

DA SUPRESSÃO: Os valores inicialmente contratados sofrem a supressão de R\$ 35.354,88 (trinta e cinco mil trezentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e oito centavos), correspondente à 8,87% do contrato inicial, de acordo com parecer técnico, planilha, acostados nos autos do processo.

DATA DA ASSINATURA: 16/07/2020.

Itapema, 16 de julho de 2020.

NILZA NILDA SIMAS
PREFEITA MUNICIPAL

PUBLICAÇÃO 277 - 4º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 051.2019 - ORLA MP - SANTOS E SANTANA

Publicação Nº 2596028

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPEMA
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO
CONTRATO 051/2019

DO OBJETO: Contratação de empresa para execução de obras e serviços especializados para revitalização do Parque Linear Orla do Bairro Meia Praia no Município de Itapema, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme memorial descritivo, projetos, orçamento estimativo e cronograma físico financeiro, anexos ao processo.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADO: SANTOS E SANTANA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA

DO ACRÉSCIMO: Os valores inicialmente contratados sofrem o acréscimo de R\$ 290.360,52 (duzentos e noventa mil trezentos e sessenta reais e cinquenta e dois centavos).

DA SUPRESSÃO: Os valores inicialmente contratados sofrem a supressão de R\$ 44.345,00 (quarenta e quatro mil trezentos e quarenta e cinco reais).

DATA DA ASSINATURA: 04/08/2020.

Itapema, 04 de agosto de 2020.

NILZA NILDA SIMAS
Prefeita Municipal

PUBLICAÇÃO 278 - 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 076.2019 - ARRUDA

Publicação Nº 2596029

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA
EXTRATO DE ADITIVO
CONTRATO 076/2019 – 3º TERMO ADITIVO

OBJETO: Contratação de empresa para execução de obras e serviços especializados para construção de postos guarda vidas denominados II e IV para serviços de operação veraneio do Quartel do Corpo de Bombeiros Militar do Município de Itapema, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme memorial descritivo, projetos, orçamento estimativo e cronograma físico financeiro, anexos ao processo.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADA: ARRUDA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA EPP

DO ACRÉSCIMO: Os valores inicialmente contratados sofrem o acréscimo de R\$ 66.614,67 (sessenta e seis mil seiscientos e quatorze reais e sessenta e sete centavos), correspondente à 12,32% do contrato inicial, de acordo com documentação anexa aos autos.

DA SUPRESSÃO: Os valores inicialmente contratados sofrem a supressão de R\$ 29.728,88 (vinte e nove mil setecentos e vinte e oito reais e oitenta e oito centavos), correspondente à 5,95% do contrato inicial, de acordo com parecer técnico, planilha, acostados nos autos do processo.

DATA DA ASSINATURA: 22/07/2020

Itapema, 22 de julho de 2020.

NILZA NILDA SILVA
Prefeita Municipal

PUBLICAÇÃO 279 - 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 063.2018 - MINISTER SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA

Publicação Nº 2596031

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA
EXTRATO 4º TERMO ADITIVO
CONTRATO 063/2018

OBJETO: O presente contrato tem como origem a Ata de registro de Preços do Pregão nº Nº. 04.022.2017, Processo 041/2017, objetivando a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de monitoramento eletrônico com ronda motorizada comunitária e desarmada 24 (vinte e quatro) horas, em prédios e espaços públicos utilizados pelo poder executivo do Município de Itapema, conforme especificações descritas no anexo I do Edital Nº. 04.022.2017.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADA: MINISTER SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA

DO PRAZO: A prorrogação do prazo contratual do presente Termo se dá por mais 12 (doze) meses, sendo o prazo do dia 14 de julho de 2020 até o dia 13 de julho de 2021, conforme solicitação e autorização anexa ao processo.

DO REAJUSTE: O valor será reajustado, de acordo com o CCT (Convenção Coletiva de Trabalho) do período, neste caso, 4,30%, conforme solicitação que se encontra anexa ao processo.

DATA DA ASSINATURA: 13/07/2020.

Itapema, 13 de julho de 2020.

NILZA NILDA SIMAS
PREFEITA MUNICIPAL

PUBLICAÇÃO 280 - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 022.2020 - GETEDU

Publicação Nº 2596033

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPEMA
EXTRATO 1º TERMO ADITIVO
CONTRATO 022/2020

DO OBJETO: Contratação de empresa especializada, para implementação do sistema de ensino à distancia - EAD a fim de possibilitar que aulas remotamente sejam ministradas aos alunos da Rede Municipal de Ensino, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do vertiginoso aumento de casos de Covid-19, em atendimento aos Decretos Municipais 014/2020 e 015/2020, Decreto Estadual 515/2020, Portaria 214/SES/2020 da Secretaria de Saúde do estado, bem como, Lei Federal 13.979/2020.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADA: GETEDU CONSULTORIA EM FORMAÇÕES PROFISSIONAIS DE INFORMÁTICA LTDA

DO PRAZO: O presente contrato será prorrogado por 163 (cento e sessenta e três) dias, a partir de 22 de julho de 2020, ou seja, até 31 de dezembro de 2020, conforme solicitação anexa aos autos.

DO ACRÉSCIMO: Os valores inicialmente contratados sofrem o acréscimo de R\$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais), correspondente à 25% do contrato inicial, de acordo com documentação anexa aos autos.

DATA DA ASSINATURA: 21/07/2020.
Itapema, 21 de julho de 2020.

NILZA NILDA SIMAS
Prefeita Municipal

PUBLICAÇÃO 281 - 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 002.2020 - V J

Publicação Nº 2596036

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA
EXTRATO DE ADITIVO
CONTRATO 002/2020 – 4º TERMO ADITIVO

DO OBJETO: Contratação de empresa para execução de obras e serviços especializados para reforma das Unidades Escolares localizadas nos Bairros Alto São Bento, Meia Praia e Morretes do Município de Itapema, discriminadas conforme LOTES a seguir, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme memorial descritivo, orçamento estimativo e cronograma físico financeiro, anexos ao processo.

LOTE I : Unidade Escolar CMEI Abelhinha Feliz I
LOTE II : Unidade Escolar EMEB Maria Linhares de Souza
LOTE III : Unidade Escolar EMEB Educar
LOTE IV : Unidade Escolar CMEI Pequeno Príncipe

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADA: V J TERRAPLANAGEM E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA LTDA

DO PRAZO: O presente contrato será prorrogado por 45 (quarenta e cinco) dias, a partir de 19 de agosto de 2020, ou seja, até 02 de outubro de 2020, conforme solicitação anexa aos autos.

DATA DA ASSINATURA: 04/08/2020.

Itapema, 04 de agosto de 2020.

NILZA NILDA SIMAS
PREFEITA MUNICIPAL

PUBLICAÇÃO 282 - 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 003.2020 - AÇU

Publicação Nº 2596038

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA
EXTRATO DE ADITIVO
CONTRATO 003/2020 – 4º TERMO ADITIVO

DO OBJETO: Contratação de empresa para execução de obras e serviços especializados para reforma das Unidades Escolares localizadas nos Bairros Alto São Bento, Meia Praia e Morretes do Município de Itapema, discriminadas conforme LOTES a seguir, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme memorial descritivo, orçamento estimativo e cronograma físico financeiro, anexos ao processo.

LOTE I : Unidade Escolar CMEI Abelhinha Feliz I

LOTE II : Unidade Escolar EMEB Maria Linhares de Souza

LOTE III : Unidade Escolar EMEB Educar

LOTE IV : Unidade Escolar CMEI Pequeno Príncipe

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADA: AÇU CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI

DO PRAZO: O presente contrato será prorrogado por 30 (trinta) dias, a partir de 04 de agosto de 2020, ou seja, até 03 de setembro de 2020, conforme solicitação anexa aos autos.

DATA DA ASSINATURA: 03/08/2020.

Itapema, 03 de agosto de 2020.

NILZA NILDA SIMAS
PREFEITA MUNICIPAL

PUBLICAÇÃO 283 - 9º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 045.2018 - VALSOUZA LTDA EPP

Publicação Nº 2596039

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA
EXTRATO 9º TERMO ADITIVO
CONTRATO 045/2018

OBJETO: Contratação de empresa para execução de obras e serviços especializados para manutenção e reforma da infraestrutura da EMEB Bento Elói Garcia localizada no Bairro Morretes no Município de Itapema, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme memorial descritivo, orçamento estimativo e cronograma físico financeiro, anexos ao processo.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADA: EMPREITEIRA VALSOUZA LTDA EPP

DO PRAZO: O presente contrato será prorrogado por 45 (quarenta e cinco) dias, a partir de 05 de agosto de 2020, ou seja, até 18 de setembro de 2020, conforme solicitação anexa aos autos.

DATA DA ASSINATURA: 04/08/2020.

Itapema, 04 de agosto de 2020.

NILZA NILDA SIMAS
PREFEITA MUNICIPAL

PUBLICAÇÃO 284 - 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001.2020 - SANTOS E SANTANA

Publicação Nº 2596040

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA
EXTRATO DE ADITIVO
CONTRATO 001/2020 – 5º TERMO ADITIVO

DO OBJETO: Contratação de empresa para execução de obras e serviços especializados para reforma das Unidades Escolares localizadas nos Bairros Alto São Bento, Meia Praia e Morretes do Município de Itapema, discriminadas conforme LOTES a seguir, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme memorial descritivo, orçamento estimativo e cronograma físico financeiro, anexos ao processo.

LOTE I : Unidade Escolar CMEI Abelhinha Feliz I

LOTE II : Unidade Escolar EMEB Maria Linhares de Souza

LOTE III : Unidade Escolar EMEB Educar

LOTE IV : Unidade Escolar CMEI Pequeno Príncipe

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADA: SANTOS E SANTANA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA

DO PRAZO: O presente contrato será prorrogado por 30 (trinta) dias, a partir de 19 de agosto de 2020, ou seja, até 18 de setembro de 2020, conforme solicitação anexa aos autos.

DA SUPRESSÃO: Os valores inicialmente contratados sofrem a supressão de R\$ 1.688,00 (hum mil seiscentos e oitenta e oito reais), correspondente à 0,42% do contrato inicial, de acordo com parecer técnico, planilha, acostados nos autos do processo.

DATA DA ASSINATURA: 04/08/2020.

Itapema, 04 de agosto de 2020.

NILZA NILDA SIMAS
PREFEITA MUNICIPAL

PUBLICAÇÃO 285 - CONTRATO Nº 029.2020 - GOVVIEW

Publicação Nº 2596042

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPEMA
EXTRATO DO CONTRATO 029/2020
PROCESSO 106/2020

DO OBJETO: Contratação empresa especializada para implantação, capacitação e fornecimento de licença de uso temporário de sistema de Análise e Gestão de Contas Contábeis em ambiente web, para atender as necessidades da Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.041.2020.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADA: GOVVIEW SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA
CNPJ: 35.656.007/0001-40

DO VALOR: O valor global do presente termo é R\$ 89.000,00 (oitenta e nove mil reais).

DO PRAZO: O presente instrumento terá duração de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato. Podendo ser renovado por períodos sucessivos até o limite nos termos do artigo 57 da Lei 8.666/93, através de termos Aditivos.

DATA DA ASSINATURA: 10/07/2020.

Itapema, 10 de julho de 2020.

NILZA NILDA SIMAS
Prefeita Municipal

PUBLICAÇÃO 286 - CONTRATO Nº 030.2020 - TECNOLÓGICA

Publicação Nº 2596044

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPEMA
EXTRATO DO CONTRATO 030/2020
PROCESSO 106/2020

DO OBJETO: Contratação empresa especializada para implantação, capacitação e fornecimento de licença de uso temporário de sistema de apoio a Arrecadação para Gestão Pública Municipal, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.045.2020.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADA: TECNOLÓGICA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA
CNPJ: 09.599.021/0001-40

DO VALOR: Pela execução do objeto do presente instrumento, o Município pagará à Contratada o valor total de R\$ 331.000,00 (trezentos e trinta e um mil reais).

DO PRAZO: O presente instrumento terá duração de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato. Podendo ser renovado por períodos sucessivos até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, nos termos do artigo 57, inciso IV da Lei 8.666/93, através de termos Aditivos.

DATA DA ASSINATURA: 13/07/2020.

Itapema, 13 de julho de 2020.

NILZA NILDA SIMAS
Prefeita Municipal

PUBLICAÇÃO 287 - CONTRATO Nº 031.2020 - DIGITAL TECNOLOGIA

Publicação Nº 2596047

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPEMA
EXTRATO DO CONTRATO 031/2020
PROCESSO 117/2020

DO OBJETO: Contratação empresa especializada para prestação de serviço de locação de sistema de operações e processos internos, nos módulos memorando eletrônico, ouvidoria, protocolo, parecer, intimação, ofício e pauta de reunião, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.050.2020.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADA: DIGITAL TECNOLOGIA E SERVIÇOS EIRELI
CNPJ: 08.640.413/0001-42

DO VALOR: O valor global do presente termo é de R\$ 65.972,80 (sessenta e cinco mil novecentos e setenta e dois reais e oitenta centavos)

DO PRAZO: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57, inciso IV da lei 8.666/93 e alterações posteriores.

DATA DA ASSINATURA: 22/07/2020.

Itapema, 22 de julho de 2020.

NILZA NILDA SIMAS
Prefeita Municipal

PUBLICAÇÃO 288 - CONTRATO Nº 032.2020 - TECMEDIC

Publicação Nº 2596049

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPEMA
EXTRATO DO CONTRATO 032/2020
PROCESSO 123/2020

DO OBJETO: O presente contrato tem como origem a Ata de registro de Preços do Pregão nº Nº. 04.052.2020, Processo 123/2020, objetivando a Aquisição de testes rápidos para detecção do vírus causador da Covid-19, para atender as necessidades do Município de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.052.2020
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADA: TECMEDIC COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA
CNPJ: 05.638.301.0001/69

DO VALOR: O valor global do presente termo é de R\$ 81.500,00 (oitenta e um mil e quinhentos reais).

DO PRAZO: O prazo de vigência do contrato será de 5 (cinco) meses, a contar da data do presente termo, ou seja, até 27/12/2020, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57, inciso IV da lei 8.666/93 e alterações posteriores.

DATA DA ASSINATURA: 28/07/2020.

Itapema, 28 de julho de 2020.

NILZA NILDA SIMAS
Prefeita Municipal

PUBLICAÇÃO 289 - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 055.2019 - SSAT SINALIZAÇÃO

Publicação Nº 2596052

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA
EXTRATO 1º TERMO ADITIVO
CONTRATO 055/2019

DO OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de produtos e equipamentos semafóricos para o Município de Itapema, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.097.2019
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADA: SSAT SINALIZAÇÃO E ADESIVOS EIRELI EPP

DO ACRÉSCIMO: Os valores inicialmente contratados sofrem o acréscimo de R\$ 42.225,27 (quarenta e dois mil duzentos e vinte e cinco reais e vinte e sete centavos), correspondente à 8,80% do contrato inicial, de acordo com documentação anexa aos autos.

DATA DA ASSINATURA: 31/07/2020.

Itapema, 31 de julho de 2020.

NILZA NILDA SIMAS
Prefeita Municipal

PUBLICAÇÃO 290 - 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 042.2017 - GENTE SEGURADORA

Publicação Nº 2596056

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPEMA
EXTRATO 3º TERMO ADITIVO
CONTRATO 042/2017

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguros de responsabilidade civil para veículos pertencentes à frota do Município, conforme especificações e quantitativos estimados constantes no Anexo I do Edital 04.047.2017.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADA: GENTE SEGURADORA S/A

DO PRAZO: O contrato será prorrogado por 12 (doze) meses, a partir de 10 de agosto de 2020, até 09 de agosto de 2021, conforme solicitação anexa.

DO VALOR: O presente contrato não terá reajuste dos valores, permanecendo os mesmos à época do processo licitatório, homologado em 08 de agosto de 2017.

DATA DE ASSINATURA: 31/07/2020

Itapema, 31 de julho de 2020.

NILZA NILDA SIMAS
Prefeita de Itapema

PUBLICAÇÃO 291 - 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 035.2017 - CIEE

Publicação Nº 2596059

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA
EXTRATO 3º TERMO ADITIVO
CONTRATO 035/2017

OBJETO: Estabelecer cooperação entre as partes, visando o desenvolvimento de atividades conjuntas capazes de propiciar "a promoção da integração ao mercado de trabalho", e a "formação para o trabalho", de acordo com a Lei nº 11.788 de 25 de Setembro de 2008, com a Lei n. 9.394 de 20 de Dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com Lei Municipal nº 3.650/2017 de 19 de junho de 2017, através do estágio, quer obrigatória ou não, deverá ser pedagogicamente útil e por isso, de interesse curricular, entendido como um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADA: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – CIEE/SC

DO PRAZO: O presente contrato será prorrogado por 12 (doze) meses, a partir de 20 de julho de 2020, ou seja, até 19 de julho de 2021, conforme solicitação anexa.

DO REAJUSTE: O valor não sofrerá reajuste tendo em vista situação delicada que se enfrenta, diante da decretação de pandemia, pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em decorrência do vertiginoso aumento de casos de Covid-19 (doença ocasionada pelo coronavírus Sars-Cov-2), conforme documento e parecer jurídico anexo aos autos.

DATA DA ASSINATURA: 02/07/2020

Itapema, 02 de julho de 2020.

NILZA NILDA SIMAS
PREFEITA MUNICIPAL

PUBLICAÇÃO 292 - 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 087.2018 - ECOSFERA BIODIVERSIDADE LTDA

Publicação Nº 2596086

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO
CONTRATO 087/2018

OBJETO: Contratação de Empresa para Realização de Assistência Técnica à Implantação e Manutenção do Projeto Acolhida na Colônia com objetivo de fomentar o Agroturismo em Itapema.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADA: ECOSFERA BIODIVERSIDADE LTDA.

DO PRAZO

O presente contrato e de execução será prorrogado por 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 05 de julho de 2020, ou seja, até 31 de dezembro de 2020, conforme solicitação e justificativa anexa aos autos.

DATA DA ASSINATURA: 03/07/2020.

Itapema, 03 de julho de 2020.

NILZA NILDA SIMAS
PREFEITA MUNICIPAL

PUBLICAÇÃO 293 - TERMO DE CREDENCIAMENTO 005.2019 - PROC. 065.2017 - CREDENCIAMENTO SAÚDE 005.2017

Publicação Nº 2596428

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO 017/2020

OBJETO: A presente Ordem de Serviço visa atender ao Credenciamento nº. 05/2017 que tem por objeto o Credenciamento de Pessoas físicas e jurídicas da área de Saúde, para a prestação de serviços complementares à Prefeitura Municipal de Itapema, nas seguintes especialidades da tabela SIA/SUS:

Especificação: G3 - SUB-GRUPO 01 - CONSULTA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA MÉDICA E NÍVEL SUPERIOR.

Especialidade: Médico clínico

Código de Procedimento Sigtap: 03.01.01.007-2

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADO: MAYLE HALMENSCHLAGER

DO PRAZO: 12(DOZE) MESES

DATA DA ASSINATURA: 23/07/2020

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO 018/2020

OBJETO: A presente Ordem de Serviço visa atender ao Credenciamento nº. 05/2017 que tem por objeto o Credenciamento de Pessoas físicas e jurídicas da área de Saúde, para a prestação de serviços complementares à Prefeitura Municipal de Itapema, nas seguintes

especialidades da tabela SIA/SUS:

Especificação: G3 – SUB GRUPO 01 – CONSULTA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA MÉDICA E NÍVEL SUPERIOR

Especialidade: Médico Ortopedista e Traumatologista

Código de Procedimento Sigtap: 03.01.01.007-2

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADO: KMM SOLUÇÕES MÉDICAS LTDA

DO PRAZO: 12(DOZE) MESES

DATA DA ASSINATURA: 05/08/2020

2º ADITIVO AO TERMO CREDENCIAMENTO 087/2018

OBJETO: A presente Ordem de Serviço visa atender ao Credenciamento nº. 05/2017 que tem por objeto o Credenciamento de Pessoas físicas e jurídicas da área de Saúde, para a prestação de serviços complementares à Prefeitura Municipal de Itapema, nas seguintes especialidades da tabela SIA/SUS:

Especialidade: Código de Procedimento Sigtap:

G2 - SUB-GRUPO 02 - PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA

CONTRATADO: GLAUCO CESARIO PEREIRA - ME

DO PRAZO: O termo de credenciamento 087/2018 será prorrogado por 12 (doze) meses, a partir de 01 de agosto de 2020, ou seja, até o dia 31 de julho de 2021.

DATA DA ASSINATURA: 01/07/2020

2º ADITIVO AO TERMO CREDENCIAMENTO 088/2018

OBJETO: A presente Ordem de Serviço visa atender ao Credenciamento nº. 05/2017 que tem por objeto o Credenciamento de Pessoas físicas e jurídicas da área de Saúde, para a prestação de serviços complementares à Prefeitura Municipal de Itapema, nas seguintes especialidades da tabela SIA/SUS:

Especificação: G2 - SUB-GRUPO 02 - PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA

Especificação: G2 - SUB-GRUPO 11 - METODOS DIAGNÓSTICO EM ESPECIALIDADES

Especialidade: procedimentos com finalidade diagnóstica e métodos diagnósticos em especialidades

CONTRATADO: CENTRAL DE EXAMES LABORATORIO CLÍNICO LTDA - EPP

DO PRAZO: O termo de credenciamento 088/2018 será prorrogado por 12 (doze) meses, ou seja, a partir de 01 de agosto de 2020 até o dia 31 de julho de 2021.

DATA DA ASSINATURA: 27/07/2020

2º ADITIVO AO TERMO CREDENCIAMENTO 089/2018

OBJETO: A presente Ordem de Serviço visa atender ao Credenciamento nº. 05/2017 que tem por objeto o Credenciamento de Pessoas físicas e jurídicas da área de Saúde, para a prestação de serviços complementares à Prefeitura Municipal de Itapema, nas seguintes especialidades da tabela SIA/SUS:

Especificação: G3 - SUB-GRUPO 02 – ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO

Especialidade: Fisioterapeuta

Código de Procedimento Sigtap: 03.01.01.004-8

CONTRATADO: FABRICIO GUSTAVO FONTANA

DO PRAZO: O termo de credenciamento 089/2018 será prorrogado por 12 (doze) meses, ou seja, a partir de 01 de agosto de 2020, até o dia 31 de julho de 2021.

DATA DA ASSINATURA: 20/07/2020

1º ADITIVO AO TERMO CREDENCIAMENTO 043/2019

OBJETO: A presente Ordem de Serviço visa atender ao Credenciamento nº. 05/2017 que tem por objeto o Credenciamento de Pessoas físicas e jurídicas da área de Saúde, para a prestação de serviços complementares à Prefeitura Municipal de Itapema, nas seguintes especialidades da tabela SIA/SUS:

Especificação: G7 – SUB GRUPO 01 – ORTESES, PROTESES E MATERIAIS ESPECIAIS

Especialidade: Cirurgião Dentista - Protesista

Código de Procedimento Sigtap: 03.01.01.004-8 .

CONTRATADO: ADÃO DE SOUZA JUNIOR

DO PRAZO: O termo de credenciamento 043/2019 será prorrogado por 12 (doze) meses, ou seja, a partir de 23 de julho de 2020 até o dia 22 de julho de 2021.

DATA DA ASSINATURA: 21/07/2020

1º ADITIVO AO TERMO CREDENCIAMENTO 046/2019

OBJETO: A presente Ordem de Serviço visa atender ao Credenciamento nº. 05/2017 que tem por objeto o Credenciamento de Pessoas físicas e jurídicas da área de Saúde, para a prestação de serviços complementares à Prefeitura Municipal de Itapema, nas seguintes especialidades da tabela SIA/SUS:

Especificação: G3 - SUB-GRUPO 02 – ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO

Especialidade: Fisioterapeuta

Código de Procedimento Sigtap: 03.01.01.004-8 CONTRATADO: PATRÍCIA THIBES

DO PRAZO: O termo de credenciamento 046/2019 será prorrogado por 12 (doze) meses, ou seja, a partir de 15 de agosto de 2020 até o dia 14 de agosto de 2021.

DATA DA ASSINATURA: 03/08/2020

Itapema, 07 de agosto de 2020.

NILZA NILDA SIMAS

PREFEITA MUNICIPAL

Itapiranga

PREFEITURA

2º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 033/2020

Publicação N° 2594477

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
EXTRATO CONTRATUAL

2º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 033/2020
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CONTRATADA: C.L MOTO PEÇAS LTDA ME
LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 069/2020
OBJETO: ALTERAÇÃO DO VENCEDOR DO ITEM 8 DA LICITAÇÃO N° 069/2020
VALOR: R\$ 360,00 (TREZENTOS E SESENTA REAIS)
VIGÊNCIA: INÍCIO: 05/08/2020 TÉRMINO: 08/06/2021
ASSINATURA: 05/08/2020
ITAPIRANGA, 05 DE AGOSTO DE 2020.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 90/2020

Publicação N° 2594882

**MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA**

Pág 1 / 1

Compras e Contratos

Termo Homologação

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Tomada de Preços
Para Obras e Serviços de Engenharia 90/2020
Processo Administrativo: 90/2020

Tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada pela Decreto nº 31/2020.

Homologo

Nesta data a referida decisão é constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Tomada de Preços nº. 90/2020, o(s) participante(s):

677531 - GETELL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	EXECUÇÃO, EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL, DE COBERTURA EM ESTRUTURA METÁLICA SOBRE A RUA DA MATRIZ, NO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, DE ACORDO COM O CONTRATO DE REPASSE Nº 872032/2018/MTUR/CAIXA, CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PROJETOS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL CONVOCATÓRIO.	UNIDADE		1	R\$1.271.976,89	R\$1.271.976,89
Total do Fornecedor:					R\$1.271.976,89	

Itapiranga, 7 de agosto de 2020.

JORGE WELTER
Prefeito

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 98/2020

Publicação Nº 2596988

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 98/2020

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO, CONFORME DISPÕE A RESOLUÇÃO Nº 2 DE 09 DE ABRIL DE 2020, DO MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO/FNDE E DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS QUE SE ENCONTRAM EM VULNERABILIDADE SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, CONFORME DISPÕE A PORTARIA Nº 369 DE 29 DE ABRIL DE 2020, DO MINISTÉRIO DA CIDADANIA.

Modalidade: Pregão Eletrônico

Tipo: Menor Preço por item.

Recebimento das Propostas: até às 07h55min do dia 20/08/2020.

Início da Sessão: dia 20/08/2020, às 08h00min, no site www.portaldecompraspublicas.com.br.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no site www.portaldecompraspublicas.com.br e do Município itapiranga.atende.net ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:00 às 13:00.

Informações através do e-mail compras@itapiranga.sc.gov.br ou fone (49) 3678-7714.

Itapiranga, SC, 07 de agosto de 2020.

Karine Grutzmann Berwanger
Secretária Municipal de Assistência Social

AVISO DE TERMO DE ADJUDICAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 90/2020

Publicação Nº 2594991

**MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA**

Pág 1 / 2

Compras e Contratos

Termo de Adjudicação

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Tomada de Preços

90/2020

Processo Administrativo: 90/2020

Adjudicação: 1

O(a) Sr(a). JORGE WELTER, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela legislação em vigor, conforme o parecer da comissão de licitação resolve:

Adjudico a presente licitação nos termos e autorizo a emissão das notas de empenho das adjudicações abaixo:

Recurso:97						
Órgão: 3 - SECRET.MUNIC. ADMINISTRAÇÃO, OBRAS E SERV. URBANOS						
Unidade: 1 - SECRET.MUNIC. ADMINISTRAÇÃO, OBRAS E SERV. URBANOS						
Ação: 1003 - Construção e Reforma de Prédios Públicos						
Elemento: 3449051980000000000 - Obras contratadas						
Vínculo: 1001000 - Recursos Ordinários						
Fornecedor: 677531 - GETELL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI						
Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Unitário	Valor Total
1	EXECUÇÃO, EM REGIME DE UNI EMPREITADA GLOBAL, DE COBERTURA EM ESTRUTURA METÁLICA SOBRE A RUA DA MATRIZ, NO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, DE ACORDO COM O CONTRATO DE REPASSE Nº 872032/2018/MTUR/CAIXA, CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PROJETOS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL CONVOCATÓRIO.			0,43	R\$1.271.976,89	R\$551.670,38
Total do Fornecedor:						R\$551.670,38
Total do Adjudicado para o Recurso:						R\$551.670,38

Recurso:225						
Órgão: 3 - SECRET.MUNIC. ADMINISTRAÇÃO, OBRAS E SERV. URBANOS						
Unidade: 1 - SECRET.MUNIC. ADMINISTRAÇÃO, OBRAS E SERV. URBANOS						
Ação: 1003 - Construção e Reforma de Prédios Públicos						
Elemento: 3449051980000000000 - Obras contratadas						
Vínculo: 1341034 - Transferências de Convênios da - União - Demais						
Fornecedor: 677531 - GETELL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI						
Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Unitário	Valor Total

**MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA**

Pág 2 / 2

Compras e Contratos

Termo de Adjudicação

1	EXECUÇÃO, EM REGIME DE UNI EMPREITADA GLOBAL, DE COBERTURA EM ESTRUTURA METÁLICA SOBRE A RUA DA MATRIZ, NO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, DE ACORDO COM O CONTRATO DE REPASSE Nº 872032/2018/MTUR/CAIXA, CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PROJETOS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL CONVOCATÓRIO.		0,57	R\$1.271.976,89	R\$720.306,51
Total do Fornecedor:					R\$720.306,51
Total do Adjudicado para o Recurso:					R\$720.306,51

Itapiranga, 7 de agosto de 2020

JORGE WELTER
Prefeito

EXTRATO DO CONTRATO N° 047/2020

Publicação N° 2597025

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°: 047/2020

Contratante: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Contratada: GETELL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI

Licitação: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 90/2020

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL, PARA EXECUÇÃO DE COBERTURA EM ESTRUTURA METÁLICA SOBRE A RUA DA MATRIZ, NO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, DE ACORDO COM O CONTRATO DE REPASSE N° 872032/2018/MTUR/CAIXA, CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PROJETOS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL CONVOCATÓRIO.

Vigência: Início: 07/08/2020 Término: 30/04/2021

Assinatura: 07/08/2020

Valor R\$: 1.271.976,89 (Um Milhão, Duzentos e Setenta e Um Mil, Novecentos e Setenta e Seis Reais e Oitenta e Nove Centavos)

Dotação: 97 - 03.001.1003.3449051980000000000.01001000

Dotação: 225 - 03.001.1003.3449051980000000000.01341034

Itapiranga, 10 de agosto de 2020

QUADRO DE VENCEDORES Nº 84/2020

Publicação Nº 2594491

Pág 1 / 6

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Compras e Contratos

Relatório de Licitações - Relatório de Vencedores



Relatório de Vencedores - Pregão Eletrônico - 84 / 2020
REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE

Fornecedor: 543942 - ACLARA COMERCIO DE INFORMATICA LTDA						
Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	MICROCOMPUTADOR COM PROCESSADOR AMD RYZEN 3 3200G OU INTEL CORE I3 9100 COM PROCESSADOR GRÁFICO INTEGRADO; PLACA MAE CHIPSET B450M PARA AMD OU CHIPSET B360M PARA INTEL; 8GB MEMÓRIA RAM DDR4 2400MHZ; HD SSD 240GB; FONTE 500W REAIS BIVOLT AUTOMÁTICO; CABO DE ENERGIA PADRÃO NOVO WINDOWS 10 PRO ORIGINAL. GARANTIA DE 1 ANO.	Comp DC	UND	20	2.085,00	41.700,00
7	UBIQUITI UNIFI UAP-AC-LR-BR ACCESS POINT, 2.4GHZ E 5GHZ COM ADAPTADOR POE E SUPORTE PARA FIXAR NO TETO. GARANTIA DE 1 ANO.	UBIQUITI	UND	30	959,00	28.770,00
Total por Fornecedor:						70.470,00
Fornecedor: 677159 - CMK AUTOMACAO COMERCIAL EIRELI						
Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
51	LEITOR LASER DE CÓDIGO DE BARRAS E BOLETOS DE MÃO USB, PADRÃO DE DIGITALIZAÇÃO 1D, FONTE DE LUZ 650NM DIODE LASER.	BarcodeTech	UND	3	187,50	562,50
Total por Fornecedor:						562,50
Fornecedor: 677205 - FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA - ME						
Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
11	PROJETOR 3500 LUMENS, COM PROJEÇÃO FRONTAL/TRAZEIRA/TETO, SISTEMA DE PROJEÇÃO 3LCD DE 3 CHIPS, 1.024.000 PIXELS, RESOLUÇÃO NATIVA 1280X800 (WXGA), TIPO DE LAMPADA 210W UHE, ALCANCE DE RAZÃO DE PROJEÇÃO 33" 1.30 (ZOOM:WIDE) 1.56 (ZOOM:TELE), TAMANHO DA TELA 33" A 320", DISTÂNCIA DE PROJEÇÃO 0,84 A 8,13M. COREÇÃO DE KEYSTONE AUTOMÁTICA NA VERTICAL E HORIZONTAL+- 30 GRAUS. ENERGIA 220V. MODELO DE REFERENCIA EPSON W39.	W39	UND	10	3.190,00	31.900,00
25	SWITCH 16 PORTAS GIGABIT, 10/100/1000 MBPS	DGS-1016C	UND	20	410,00	8.200,00
41	CAIXA DE SOM PARA COMPUTADOR POTÊNCIA 3W COM ENTRADA PARA FONE DE OUVIDO.	SP-8900	UND	10	30,89	308,90
45	TECLADO COM FIO 1,5M OU SUPERIOR, TECLAS PERFIL BAIXO PADRÃO ABNT2, PRETO, CONEXÃO USB	KB-11BK	UND	25	39,50	987,50
50	LICENÇA PERMANENTE (VITALÍCIA) PARA O SOFTWARE MICROSOFT OFFICE HOME & BUSINESS 2019 OU MAIS ATUAL, WORD, POWER POINT, EXCEL E OUTLOOK	MICROSOFT	UND	15	640,00	9.600,00
Total por Fornecedor:						50.996,40
Fornecedor: 677175 - HIGH TECH BR TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA						
Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
10	RACK DE PAREDE 6U, COM TAMPA FRONTAL DE VIDRO, 26CM ALTURA X 57CM DE PROFUNDIDADE X 50CM DE LARGURA.	FIBRACEM	UND	12	379,00	4.548,00
57	REGUA DE ENERGIA COM 5 OU MAIS TOMADAS, 10A, COMPRIMENTO DO FIO 1,5 METROS	INTELBRÁS	UND	10	38,99	389,90
58	ADAPTADOR DE TOMADA TIPO T, UNIVERSAL 10A	TRAMONTINA	UND	20	14,99	299,80
Total por Fornecedor:						5.237,70

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WCO4612012893.NJMMZOPUYJBDK-9 - Emitido por: HELEN KARINA RITTER

07/08/2020 08:45:46

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Compras e Contratos

Relatório de Licitações - Relatório de Vencedores



Relatório de Vencedores - Pregão Eletrônico - 84 / 2020
REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE

Fornecedor: 677183 - JS SIMÕES EIRELI ME					
Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário
3	SMARTPHONE COM TELA DE 6 POLEGADAS RESOLUÇÃO DE 720X1480. PROCESSADOR OCTA-CORE DE 1.8GHZ OU SUPERIOR, 4GB DE MEMÓRIA RAM, ARMAZENAMENTO INTERNO DE 64GB, SUPORTE PARA MICROSD DE ATÉ 256GB, GPS, WIFI B/G/N, ANDROID 9.0 OU SUPERIOR, CÂMERA PRIMÁRIA 16MP CÂMERA FRONTAL 12MP OU SUPERIOR, BATERIA 3500MAH, ACOMPANHA CABO USB, CARREGADOR BIVOLT PADRÃO NOVO BRASILEIRO, FONE DE OUVIDO, CAPA DE PROTEÇÃO E PELÍCULA DE VIDRO, GARANTIA DE 1 ANO.	A11 A115M	UND	15	1.394,90
16	DISCO RÍGIDO HD SATA 3, 4TB, 5400RPM, 3,5", 64MB CACHE OU SUPERIOR	SEAGATE	UND	2	698,99
36	SUPORTE DE TETO PARA PROJETOR COM BANDEJA AJUSTÁVEL, DE 28 A 40CM, PROFUNDIDADE DA BANDEJA 26CM, ALTURA LIVRE 14CM, PERMITE INCLINAÇÃO DE ATÉ 15 GRAUS, E GIRO DE 360 GRAUS, COR BRANCO OU PRETO, COM KIT DE PARAFUSOS PARA INSTALAÇÃO.	BRASFORMA	UND	15	128,39
39	ROTULADOR ELETRÔNICO PORTÁTIL AZUL PT-80 BROTHER	PT-80	UND	1	261,99
48	PILHA PARA COMPUTADOR CR2032	DA VINCE	UND	40	18,21
56	CARTÃO DE MEMÓRIA MICROSD 64GB CLASSE 10	SANDISK	UND	8	74,00
59	ADAPTADOR DE TOMADA DO PADRÃO ANTIGO PARA PADRÃO NOVO 3 PINOS	DANEVA	UND	40	32,30
87	MICROFONE PARA STUDIO, TIPO DE MICROFONE: CONDENSADOR, PADRÕES POLARES: CARDIOIDE, FREQUENCIA MÁXIMA 20KHZ, IMPEDÂNCIA 50 OHM, CONECTORES DE SAÍDA XLR, COM DOIS CABOS XLR DE 3 METROS DE COMPRIMENTO, MACHO EM UMA PONTA E FEMEA NA OUTRA, MODELO SUGERIDO BEHRINGER B-1. GARANTIA DE 1 ANO.	BEHRINGER B-1	UND	1	1.377,99
90	PASSADOR DE SLIDES MULTIMÍDIA, COM LASER, SEM FIO, ALCANCE DE 10M RECEPTOR SEM FIO.	TOMATE	UND	15	64,80
91	PILHA AAA - ALCALINA - CARTELA COM 02 UNIDADES	DA VINCE	UND	50	4,44
Total por Fornecedor:					29.693,71
Fornecedor: 677051 - LIBERTY PRO INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA - EIRELI					
Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário
12	ROTEADOR DUAL BAND 1167MBPS, 4 PORTAS LAN GIGABIT, 4 ANTENAS.	INTELBRA	UND	5	249,60
Total por Fornecedor:					1.248,00
Fornecedor: 676985 - MARTINS E NASCIMENTO INFORMÁTICA LTDA					
Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário
62	TONER HP CE410 PRETO COMPATÍVEL	TONER CARTRIDGE	UND	15	50,99
63	TONER HP CE411 CIANO COMPATÍVEL	TONER CARTRIDGE	UND	10	50,94
67	TONER HP CF 283A COMPATÍVEL NOVO, PRETO COM RENDIMENTO DE 1500 PÁGINAS OU SUPERIOR	TONER CARTRIDGE	UND	50	17,85
68	TONER HP CB435/278/285A COMPATÍVEL NOVO, PRETO COM RENDIMENTO DE 1500 PÁGINAS OU SUPERIOR	TONER CARTRIDGE	UND	150	14,94
69	TONER HP CB436A COMPATÍVEL NOVO, PRETO COM RENDIMENTO DE 1500 PÁGINAS OU SUPERIOR	TONER CARTRIDGE	UND	20	20,97
70	TONER HP Q2612A COMPATÍVEL NOVO, PRETO COM RENDIMENTO DE 1500 PÁGINAS OU SUPERIOR	TONER CARTRIDGE	UND	12	24,99
Total por Fornecedor:					299,88

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WCO461201-2893-NJMMZQPVJBDK-9 - Emitido por: HELEN KARINA RITTER

07/08/2020 08:45:46

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
Compras e Contratos
Relatório de Licitações - Relatório de Vencedores



Relatório de Vencedores - Pregão Eletrônico - 84 / 2020

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE

Fornecedor: 676985 - MARTINS E NASCIMENTO INFORMÁTICA LTDA					
Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário
71	TONER SAMSUNG MLT-D111L/D111S COMPATÍVEL, NOVO, PRETO, COM RENDIMENTO DE 1000 PÁGINAS OU SUPERIOR	TONER CARTRIDGE	UND	120	34,99
72	TONER KYOCERA TK-1112, COMPATÍVEL, NOVO, PRETO, RENDIMENTO DE 2000 PÁGINAS OU SUPERIOR	TONER CARTRIDGE	UND	5	34,84
73	TONER COMPATÍVEL PARA IMPRESSORA HP LASERJET PRO M452DW CF410-A BK (PRETO)	TONER CARTRIDGE	UND	10	54,99
74	TONER COMPATÍVEL PARA IMPRESSORA HP LASERJET PRO M452DW CF411-A C (CIANO)	TONER CARTRIDGE	UND	6	54,99
75	TONER COMPATÍVEL PARA IMPRESSORA HP LASERJET PRO M452DW CF412-A Y (AMARELO)	TONER CARTRIDGE	UND	6	54,99
76	TONER COMPATÍVEL PARA IMPRESSORA HP LASERJET PRO M452DW CF413-A M (MAGENTA)	TONER CARTRIDGE	UND	6	54,99
Total por Fornecedor:					11.039,75
Fornecedor: 677086 - MATEC AV IMPORTACAO, EXPORTACAO, INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS AUDIOVISUAIS LTDA					
Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário
35	TELA DE PROJEÇÃO 100" POLEGADAS, FORMATO 4:30, TAMANHO 2,1METROS X 1,5METROS; COM TRIPÉ DE 2,5METROS DE ALTURA.	TES	UND	5	500,00
Total por Fornecedor:					2.500,00
Fornecedor: 493929 - MAXCOPY EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS LTDA					
Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário
15	AUTOTRANSFORMADOR (TRAFO) 1000VA OU SUPERIOR, 220 PARA 110, TOMADA DE ENERGIA NOVO PADRÃO.	C2M	UND	10	93,00
60	TONER SAMSUNG MLT-D205/D205S COMPATÍVEL, NOVO, PRETO, COM RENDIMENTO DE 3000 PÁGINAS OU SUPERIOR	MASTER PRINT	UND	5	69,00
61	TONER SAMSUNG MLT-D204/D204S COMPATÍVEL, NOVO, PRETO, COM RENDIMENTO DE 3000 PÁGINAS OU SUPERIOR	MASTER PRINT	UND	50	54,00
Total por Fornecedor:					3.975,00
Fornecedor: 495522 - POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA - ME					
Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário
9	FITA NYLON PARA IMPRESSORA MATRICIAL EPSON FX-890II COMPATÍVEL	MAX PRINT	UND	6	17,25
13	NOBREAK 1300VA BIVOLT COM 6 OU MAIS TOMADAS, CABO DE ENERGIA PADRÃO NOVO. GARANTIA DE 1 ANO.	RAGTECH	UND	15	439,00
14	NOBREAK 2000VA BIVOLT COM 6 OU MAIS TOMADAS, CABO DE ENERGIA PADRÃO NOVO. GARANTIA DE 1 ANO	RegTech	UND	4	967,90
17	HD SSD SATA 3, 240GB, TAXA DE LEITURA/GRAVAÇÃO 450MBPS OU SUPERIOR	WD Green	UND	10	259,99
18	HD SSD SATA 3, 480GB, TAXA DE LEITURA/GRAVAÇÃO 450MBPS OU SUPERIOR	ADATA	UND	15	418,98
19	HD EXTERNO PORTÁTIL 1TB USB 3.0	ADATA	UND	5	319,93
20	HD EXTERNO PORTÁTIL 8TB USB 3.0	SEAGATE	UND	1	1.263,49
22	CONECTOR RJ11 4 CONDUTORES, EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	Exbom	UND	10	19,99
Total por Fornecedor:					199,90

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WCO461201-2693-NJMMZQPVJBDK-9 - Emitido por: HELEN KARINA RITTER

07/08/2020 08:45:46

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Compras e Contratos

Relatório de Licitações - Relatório de Vencedores



Relatório de Vencedores - Pregão Eletrônico - 84 / 2020
REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE

Fornecedor: 495522 - POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA - ME						
Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
24	PLACA DE REDE LAN PCI EXPRESS X1, RJ 45, GIGABIT 10/100/1000MBPS COMPATÍVEL COM WINDOWS 10	KNUP	UND	15	51,90	778,50
30	CABO DE REDE 305 METROS, PADRÃO CAT6	CANDUTII	UND	3	640,00	1.920,00
31	CABO HDMI 2.0, 2 METROS	CHIP SCE PART	UND	10	14,90	149,00
32	CABO HDMI 2.0, 5 METROS	CHIP SCE PART	UND	5	24,90	124,50
34	ADAPTADOR DE VÍDEO HDMI PARA VGA	Exbom	UND	5	34,90	174,50
40	FITA PARA ROTULADOR ELETRÔNICO BROTHER PT-80, 12MM X 8 METROS	BROTHER	UND	15	80,80	1.212,00
42	MOUSE ÓPTICO COM FIO 1.5M, CONEXÃO USB, COR PRETO, 1200DPI OU SUPERIOR	kamex	UND	30	19,99	599,70
46	MEMÓRIA RAM DDR4, 4GB, 2400MHZ	SAMSUNG	UND	6	169,99	1.019,94
47	PENDRIVE 32GB, USB TIPO-A 3.0, EMBALAGEM LACRADA	MULTI LASER	UND	50	38,89	1.944,50
49	FONTE DE ALIMENTAÇÃO ATX PARA COMPUTADOR 450W REAIS, BIVOLT AUTOMÁTICO	BRX	UND	20	174,90	3.498,00
52	BATERIA 9V RECARREGÁVEL 250MAH OU SUPERIOR, SUPORTE PARA MAIS DE 1000 RECARGAS, APROVADAS PELO INMETRO	ELGIN	UND	30	32,40	972,00
53	PILHA AA RECARREGÁVEL 2500MAH OU SUPERIOR, SUPORTE PARA MAIS DE 1000 RECARGAS. CARTELA COM 2 UNIDADES.	ELGIN	UND	50	31,95	1.597,50
66	TONER SAMSUNG ML-T-D103/D103S COMPATÍVEL	PREMIUM	UND	12	49,45	593,40
77	CARTUCHO DE TINTA EPSON T664420 AMARELO ORIGINAL 70 ML (REFIL)	EPSON	UND	12	26,70	320,40
78	CARTUCHO DE TINTA EPSON T664320 MAGENTA ORIGINAL 70 ML (REFIL)	EPSON	UND	12	26,70	320,40
79	CARTUCHO DE TINTA EPSON T664220 AZUL ORIGINAL 70 ML (REFIL)	EPSON	UND	12	26,70	320,40
80	CARTUCHO DE TINTA EPSON T664120 PRETO ORIGINAL 70 ML (REFIL)	EPSON	UND	20	26,70	534,00
81	CARTUCHO DE TINTA PARA EPSON L3150 544 PRETO ORIGINAL 65ML (REFIL)	EPSON	UND	15	27,00	405,00
82	CARTUCHO DE TINTA PARA EPSON L3150 544 AMARELO ORIGINAL 65ML (REFIL)	EPSON	UND	10	27,00	270,00
83	CARTUCHO DE TINTA PARA EPSON L3150 544 CIANO ORIGINAL 65ML (REFIL)	EPSON	UND	10	27,00	270,00
84	CARTUCHO DE TINTA PARA EPSON L3150 544 MAGENTA ORIGINAL 65ML (REFIL)	EPSON	UND	10	27,00	270,00
86	FITA PARA IMPRESSORA MATRICIAL EPSON FX-2190 MF1494 COMPATÍVEL	MASTER PRINT	UND	10	16,80	168,00
89	SWITCH 8 PORTAS GIGABIT, 10/100/1000 MBPS	TP LINK	UND	20	146,45	2.929,00
Total por Fornecedor:						42.898,48
Fornecedor: 206598 - SASSO INFORMÁTICA EIRELI						
Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
5	IMPRESSORA EPSON ECOTANK L3150, BIVOLT, PADRÃO DE TOMADA BRASILEIRO, GARANTIA DE 1 ANO.	EPSON	UND	10	1.070,00	10.700,00
21	CONECTOR MACHO RJ45 CAT5E EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	PONTUAL	UND	20	27,90	558,00
26	SWITCH 24 PORTAS GIGABIT, 10/100/1000 MBPS	tp-link	UND	10	559,35	5.593,50
33	CABO HDMI 2.0, 15 METROS	FORTREK	UND	20	94,98	1.899,60

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WCO461201-2693-NJMMZQPVYJBDK-9 - Emitido por: HELEN KARINA RITTER

07/08/2020 08:45:46

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Compras e Contratos
Relatório de Licitações - Relatório de Vencedores



Relatório de Vencedores - Pregão Eletrônico - 84 / 2020
REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE

Fornecedor: 206598 - SASSO INFORMÁTICA EIRELI

Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
43	MOUSE SEM FIO, 1200DPI OU SUPERIOR, 2,4GHZ, PRETO, ALCANCE DE 10M, RECEPTOR USB	C3 TECH	UND	15	42,74	641,10
Total por Fornecedor:						19.392,20

Fornecedor: 677108 - W P DO BRASIL LTDA.EPP

Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
64	TONER HP CE412 AMARELO COMPATÍVEL	marca propria	UND	10	50,95	509,50
65	TONER HP CE413 MAGENTA COMPATÍVEL	marca propria	UND	10	50,95	509,50
85	FOTOCONDUTOR PARA IMPRESSORA SAMSUNG PROXPRESS M3375FD COMPATÍVEL	marca propria	UND	4	88,00	352,00
Total por Fornecedor:						1.371,00

Fornecedor: 548081 - WEIKAN TECNOLOGIA EIRELI EPP

Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
27	BATERIA SELADA PARA NOBREAK 12V 5AH MEDIDAS: 9CM X 10CM X 7CM	ENERGY AC	UND	40	90,80	3.632,00
28	BATERIA SELADA PARA NOBREAK 12V 7AH	ENERGY AC	UND	40	74,63	2.985,20
44	KIT TECLADO E MOUSE SEM FIO, 1200DPI OU SUPERIOR, 2,4GHZ, PRETO, ALCANCE 10M RECEPTOR USB, TECLAS DE PERFIL BAIXO	K-MEX	UND	10	102,50	1.025,00
Total por Fornecedor:						7.642,20
Total Geral:						247.026,94

Resumo dos Fornecedores

Fornecedor	Itens Vencedores	Valor Total
543942 - ACLARA COMERCIO DE INFORMATICA LTDA	1, 7	70.470,00
677159 - CMK AUTOMACAO COMERCIAL EIRELI	51	562,50
677205 - FENIX INFORMATICA E TELEFONIA LTDA - ME	11, 25, 41, 45, 50	50.996,40
677175 - HIGH TECH BR TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA	10, 57, 58	5.237,70
677183 - JS SIMÕES EIRELI ME	3, 16, 36, 39, 48, 56, 59, 87, 90, 91	29.693,71
677051 - LIBERTY PRO INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA - EIRELI	12	1.248,00
676985 - MARTINS E NASCIMENTO INFORMATICA LTDA	62, 63, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76	11.039,75
677086 - MATEC AV IMPORTACAO, EXPORTACAO, INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS AUDIOVISUAIS LTDA	35	2.500,00
493929 - MAXCOPY EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS LTDA	15, 60, 61	3.975,00
495522 - POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA - ME	9, 13, 14, 17, 18, 19, 20, 22, 24, 30, 31, 32, 34, 40, 42, 46, 47, 49, 52, 53, 66, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 89	42.898,48
206598 - SASSO INFORMATICA EIRELI	5, 21, 26, 33, 43	19.392,20
677108 - W P DO BRASIL LTDA EPP	64, 65, 85	1.371,00
548081 - WEIKAN TECNOLOGIA EIRELI EPP	27, 28, 44	7.642,20

IPW Sistemas Ltda

Identificador: WCO461201-2693-NJMMZQPVYJBDK-9 - Emitido por: HELEN KARINA RITTER

07/08/2020 08:45:46

**MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA**

Compras e Contratos
Relatório de Licitações - Relatório de Vencedores

Pág 6 / 6

Relatório de Vencedores - Pregão Eletrônico - 84 / 2020

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WCO461201-2893-NJMMZQPVJBDK-9 - Emitido por: HELEN KARINA RITTER

07/08/2020 08:45:46

QUADRO DE VENCEDORES N° 88/2020

Publicação N° 2596981

Pág 1 / 1

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
Compras e Contratos
Relatório de Licitações - Relatório de Vencedores



REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, DESTINADOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS

Relatório de Vencedores - Pregão Eletrônico - 88 / 2020

Fornecedor: 485187 - ARTEFATOS DE CIMENTO FRONTEIRA LTDA						
Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
2	TUBO DE CONCRETO 30CM X 1M	ARTEFATOS FRONTEIRA	UND	2.210	25,90	57.239,00
					Total por Fornecedor:	57.239,00
Fornecedor: 546135 - IETO ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME						
Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	TUBO DE CONCRETO 20CM X 1M	IETO ARTEFATOS	UND	780	17,80	13.884,00
5	TUBO DE CONCRETO 80CM X 1M CA1	IETO ARTEFATOS	UND	180	144,50	26.010,00
					Total por Fornecedor:	39.894,00
Fornecedor: 498955 - IMPERIAL EMPREENDIMENTOS LTDA ME						
Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
4	TUBO DE CONCRETO 60CM X 1M	IMPERIAL	UND	1.200	59,90	71.880,00
6	TUBO DE CONCRETO 1M X 1M CA2	IMPERIAL	UND	150	261,00	39.150,00
7	TUBO DE CONCRETO DE 1,50M X 1M CA2	IMPERIAL	UND	70	480,00	33.600,00
					Total por Fornecedor:	144.630,00
Fornecedor: 493805 - PRE MOLDADOS MARAVILHA LTDA - EPP						
Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
8	TUBO DE CONCRETO DE 2,00M X 1M CA2	PRE MOLDADOS MH	UND	45	885,00	39.825,00
					Total por Fornecedor:	39.825,00
Fornecedor: 497592 - RUSCHEINSKY ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI ME						
Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
3	TUBO DE CONCRETO 40CM X 1M	RUSCHEINSKY	UND	2.200	34,85	76.670,00
9	TUBO DE CONCRETO DE 50CM X 1M	RUSCHEINSKY	UND	50	54,90	2.745,00
					Total por Fornecedor:	79.415,00
					Total Geral:	361.003,00

Resumo dos Fornecedores

Fornecedor	Itens Vencedores	Valor Total
485187 - ARTEFATOS DE CIMENTO FRONTEIRA LTDA	2	57.239,00
546135 - IETO ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME	1, 5	39.894,00
498955 - IMPERIAL EMPREENDIMENTOS LTDA ME	4, 6, 7	144.630,00
493805 - PRE MOLDADOS MARAVILHA LTDA - EPP	8	39.825,00
497592 - RUSCHEINSKY ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI ME	3, 9	79.415,00

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WCO461201-2693-MHCCNAXOIBSAN-4 - Emitido por: HELEN KARINA RITTER

10/08/2020 07:17:49

Itapoá

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 4531, DE 04 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2594702

DECRETO MUNICIPAL Nº 4531, DE 04 DE AGOSTO DE 2020

Altera Decreto Municipal nº 3977 de 05 de abril de 2019, que nomeia os membros do Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente - CMDCA, para o biênio com início em 12 de fevereiro de 2019 até 12 de fevereiro de 2020.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito de Itapoá, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 68, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a ementa do Decreto Municipal nº 3977 de 05 de abril de 2019, que passa a vigorar com a seguinte redação:

...

Nomeia os membros do Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente - CMDCA, para o biênio com início em 12 de fevereiro de 2019 até 12 de fevereiro de 2020.

...

Nomeia os membros do Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente - CMDCA, para o biênio com início em 12 de fevereiro de 2019 até 12 de fevereiro de 2021. (NR)

Art. 2º Fica alterado o item "5" da alínea "a", inciso I do artigo 1º do Decreto Municipal nº 3977 de 05 de abril de 2019, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º ...

I – não governamentais:

a) representantes de Organizações da Sociedade Civil:

...

5. Darlene Giulliana Savi Kaust (Associação de Pais Amigos do Autista de Itapoá - AMA) Titular; (NR)

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 04 de agosto de 2020.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito de Itapoá

JADIEL MIOTTI DO NASCIMENTO

Chefe de Gabinete

DESPACHO REMESSA TP Nº15-20- RECURSO ABU

Publicação Nº 2594578

DESPACHO DE REMESSA DE PROCESSO

REF: TOMADA DE PREÇO Nº 15/2020 – PROCESSO Nº 67/2020, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CIVIL COM MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DA COBERTURA DA QUADRA POLIESPORTIVA DA ESCOLA MUNICIPAL FREI VALENTIM, COM METRAGEM DE ÁREA TOTAL DE 1.137,97M2, LOCALIZADO A AVENIDA DAS NAÇÕES UNIDAS, Nº405, BALNEÁRIO PRINCESA DO MAR, NESTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, CONFORME PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PARTES INTEGRANTES DO EDITAL.

Ao Diretor de Administração

Sr. SAMUEL ALVES SILVA

Segue anexo, o presente processo para que haja deliberação de V.Sas. no que se refere aos recursos apresentados pelas empresas:

· Recurso: ABU DHABI CONSTRUTORA EIRELLI, inscrita no CNPJ/MF:34.224.983/0001-61, protocolo nº7451/2020, sob fls. 445/455;

Outrossim, esclarecimentos que a decisão hostilizada do pedido encontra-se detalhada na análise e resposta conforme Parecer contábil nº235/2020, sob fls.461, Parecer Técnico emitido pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo, sob fls.463, Parecer jurídico manifestação de ratificação, verso fls.463, bem assim considerado improcedentes as razões apresentadas pelas recorrentes, nesta concepção ficam prejudicados os recursos.

Itapoá, 07 de agosto de 2020.

FERNANDA CRISTINA ROSA

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

PORTARIA Nº 6366/2020

Publicação Nº 2594841

**Prefeitura Municipal de Itapoá - SC**
Departamento de Recursos Humanos**PORTARIA MUNICIPAL Nº. 6.366/2020****Data: 07 de agosto de 2020****PROCESSO DE SINDICANCIA INVESTIGATÓRIA – PSI Nº 008/2020**
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA, Secretária de**
Administração, do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições
legais,**Resolve:**

Art.1º Tornar público que será instaurado Processo de Sindicância Investigatória nº 008/2020, nos termos da Lei Complementar nº 044/2014, de 12 de setembro de 2014, com finalidade de apurar responsabilidade do chefe do Pronto Atendimento, conforme consta nos autos do Processo de Sindicância Investigatória nº 003/2020, que será conduzido por comissão constituída pelos seguintes servidores:

SIMONI DIAS FERNANDES DE SOUZAPresidente
HELOIZA HELENA MOREIRA.....Secretária
ELÁSIO FRISANCO.....Membro

§ 1º Caberá à Comissão apurar fatos, apontando providências cabíveis.

§ 2º A Comissão terá vigência até a conclusão dos trabalhos.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá (SC), 07 de agosto de 2020

JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA
Secretária de Administração

CONFERIDO E PUBLICADO:

_____/_____/_____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

Rua 960 nº 201 - Itapema - Itapoá - SC Cep: 89249-000 CNPJ: 81.140.303/0001-01 Fone:
(047) 3443-8800 Fax: (047) 3443-8828

TERMO ADITIVO Nº 86/2020

Publicação Nº 2594532

TERMO ADITIVO Nº 86/2020 QUE VISA PRORROGAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 86/2019. (2º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges nº 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Secretário de Meio Ambiente, o Sr. CHARLES ADRIANO MÜLLER, brasileiro, solteiro, portador do CNPF/MF nº 039.069.899-76 e CI.RG nº 3.827.938 SSP/SC, residente e domiciliado à Rua Maringá, nº 96, Bairro: Anita Garibaldi, CEP 89.203-590, na cidade de Joinville, e, de outro lado a Empresa CONSTRUTORA FORTUNATO LTDA, com sede á Rua XV de Novembro, nº 4190, Glória, na cidade de Joinville/SC, CEP: 89.216-201, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.607.623/0001-91, e Inscrição Estadual: 255.056.486, representada neste ato por sua representante legal, a Sra. JOSIANE KEMPER, portadora do CNPF/MF nº 061.980.799-70, e do CI.RG 5.287.889-9 SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo contratual que visa prorrogar a Contratação de empresa de construção civil com mão de obra especializada e fornecimento de materiais para urbanização, drenagem e pavimentação do Parque Linear Princesa do Mar, módulo I, localizado no Balneário Princesa do Mar, com área de intervenção de 4.258,39 m², conforme projeto, memorial descritivo e planilha orçamentária, partes integrantes do Edital, em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇO Nº 18/2019 - PROCESSO Nº 87/2019, de acordo com a Lei nº 8.666/93, alterada pela lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PRAZO

O presente termo prorroga a vigência do Contrato Administrativo nº 86/2019, em 163 (cento e sessenta e três) dias contados a partir do dia 08/08/2020, conforme justificativa e parecer técnico, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 86/2019, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo nº 86/2019, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 07 de agosto de 2020.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC CHARLES ADRIANO MÜLLER SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE	CONTRATADA CONSTRUTORA FORTUNATO LTDA JOSIANE KEMPER
CONTRATANTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC THIAGO LICHESKI DOS SANTOS ENGENHEIRO CIVIL FISCAL DO CONTRATO	
Testemunhas: NOME: CNPF/MF:	NOME: CNPF/MF:

Ituporanga

PREFEITURA

DECISÃO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO

Publicação Nº 2596584

PROCESSO ADMINISTRATIVO PRELIMINAR Nº 005/2019
INVESTIGADO: A.R.K

DECISÃO

Conheço do recurso, e mantenho a decisão proferida à fl. 165, por seus próprios fundamentos.

Intime-se o investigado, por seu procurador.

Cumpra-se a determinação de fl. 165.

Ituporanga, 23/07/2020.

GERVÁSIO MACIEL

PREFEITO EM EXERCÍCIO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2020/PMI REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUTO ELÉTRICA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E INCLUSO MÃO DE OBRA

Publicação Nº 2594737

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL RP nº 39/2020

Processo: 45/2020/PMI

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUTO ELÉTRICA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E INCLUSO MÃO DE OBRA. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Global. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 20 de agosto de 2020 até as 09h00min. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 20 de agosto de 2020 às 09h30min no setor de licitações. INÍCIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10h00min do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min pelo fone (**47) 3533-1211. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: www.ituporanga.sc.gov.br, no link Editais de Licitações. Ituporanga, 10 de agosto de 2020 – Gervásio José Maciel – Prefeito em exercício.

LEI N. 2.803, DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2596589

LEI N. 2.803, DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

Dispõe sobre as normas referentes ao plantio de espécies exóticas de reflorestamento no âmbito do Município de Ituporanga-SC e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Ituporanga, no exercício de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores de Ituporanga aprovou e ele sanciona a presente Lei:

Art. 1º. O plantio de espécies exóticas de reflorestamento obedecerá faixa de aceiro preventivo, espaço desbastado de vegetação que se abre em torno das residências rurais ou à margem de um trecho conflagrado por incêndio nas matas para impedir a propagação do fogo.

Parágrafo único: O aceiro preventivo será observado nos seguintes termos:

I – Distância de 20 metros entre uma propriedade e outra, que confronte com áreas de plantio e pastagem de cultura anual;

II – Nas estradas principais em zonas rurais, a faixa do aceiro é de 8,00 metros de cada lado, contado sempre a partir do eixo da via.

III – Nas estradas secundárias em zonas rurais, a faixa do aceiro é de 6,00 metros de cada lado, contado sempre a partir do eixo da via.

IV – Para as residências e benfeitorias rurais, o aceiro preventivo é de 50,00 metros de raio e 20,00 metros contínuos.

Parágrafo único. No caso da construção de uma nova casa ou benfeitoria, em área já reflorestada, o construtor deverá respeitar 30 metros da extrema, e o extremante, estará obrigado a retirar 20 metros, executado conforme o parágrafo 1º do artigo 2º desta Lei.

Art. 2º. Fica estabelecido prazo limite de 25 anos para retirada total das espécies exóticas de reflorestamento cultivadas dentro do aceiro preventivo, se não houver risco declarado pela Defesa Civil.

§ 1º O corte das espécies é obrigatório se completado o período de 25 anos desde o seu plantio das espécies.

§ 2º Fica expressamente vedado o replantio das espécies exóticas de reflorestamento nas áreas de aceiro previstas nesta Lei.

§ 3º Em todas as áreas do aceiro preventivo, onde foi retirado o reflorestamento, o proprietário estará liberado para cultivar pastagens, lavouras anuais, vegetação rasteira, dentre outras espécies, desde que estas não atinjam mais do que 4,00 metros de altura.

§ 4º É obrigatória a observação da legislação ambiental nos casos aplicáveis.

Art. 3º. Em caso de acordo entre extremantes, deverá ser elaborado um contrato, com as assinaturas reconhecidas em Cartório.

Parágrafo único. Caso desfeito o acordo entre extremantes, por qualquer razão, inclusive venda do imóvel, prevalecerá o prazo de 4 (quatro) anos para a retirada das árvores.

Art. 4º. É obrigatória a imediata retirada de árvores pelo proprietário quando a Defesa Civil atestar situação de risco ou ameaça iminente, sob pena de o Poder Público deverá fazê-lo ou designar particular para fazê-lo e cobrar as despesas do proprietário.

Art. 5º. Fica estabelecida multa diária de 2 (duas) Unidades Fiscais do Município (UFM) ao interessado que, notificado, descumprir as normas estabelecidas nesta Lei, sem prejuízo do corte de árvores pelo Poder Público e cobrança das despesas correspondentes.

Art. 6º. As receitas provenientes das multas aplicadas pela presente Lei serão destinadas à Secretaria de Meio Ambiente do Município de Ituporanga.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Ituporanga, 07 de agosto de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 1.748, DE 03 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2596588

PORTARIA Nº 1.748, DE 03 DE AGOSTO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe conferem os incisos VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo Disciplinar nº 005/2019,

RESOLVE

Art. 1º Demitir ANDRÉ RODRIGO KLAUMANN, ocupante do cargo de motorista, lotada na Secretaria da Educação, por valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública.

Art. 2º Os efeitos práticos da presente penalidade disciplinar deverão ser conhecidos automaticamente.

Art. 3º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Ituporanga, 07 de agosto de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

SANDRA REGINA BERNES CLASEN
Secretária da Educação

PORTARIA Nº 1.752, DE 03 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2596503

PORTARIA Nº 1.752, DE 03 DE AGOSTO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, combinado com as leis nº 2.189/2007 e a Lei Complementar nº 020/2008, bem como suas alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde a DOUGLAS HENRIQUE VANDRESEN, ocupante do cargo de OPERADOR DE EQUIPAMENTO, no período de 28/07/2020 a 03/08/2020, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 28 de julho de 2020.

Ituporanga, 03 de agosto de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

SANDRA BEZERRA LOFFY PETRY
Secretária de Agricultura e Meio Ambiente

PORTARIA Nº 1.762, DE 04 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2596590

PORTARIA Nº 1.762, DE 04 DE AGOSTO DE 2020.

O Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga – SC, e de acordo com o artigo 230, da Lei Complementar 20, de 17 de dezembro de 2008, e

Considerando boletim de ocorrência registrado sob nº 0195501/2020 – BOPM-02307.2020.0000194 datado de 05/03/2020, trata-se de um acidente de trânsito com danos materiais, solicito abertura de Processo Administrativo para apurar os fatos envolvendo o servidor SILVIO MOREIRA, conforme boletim de ocorrência em anexo.

Considerando que as situações narradas devem ser apuradas pela Comissão correspondente, a fim de aquilatar a eventual prática de infrações administrativas passíveis de responsabilização na forma da Lei Complementar nº 020/2018;

Considerando a obrigatoriedade da autoridade, quando tiver ciência de possíveis irregularidades no serviço público, promover a sua apuração imediata,

DETERMINAR

Art. 1º A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR na forma do art. 229 e seguintes do Estatuto do Servidor Público, a ser coordenada pela Comissão Permanente competente, em face do Sr. SILVIO MOREIRA, ocupante do cargo de MOTORISTA na Secretaria da Educação, nomeado pela Portaria nº 6.821/2010, para apurar os fatos e que em tese se caracterizam como infração ao inciso VIII do artigo 196, artigo 199 da Lei Complementar nº. 20/2008 – Regimento Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Ituporanga, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais e demais “infrações conexas” que surgirem no decorrer das apurações.

1 – Comunique-se ao servidor para que, sempre que convocado, compareça para prestar declarações, sob pena de insubordinação, assegurando-lhes todos os seus direitos constitucionais, como o da ampla defesa e do contraditório, inclusive na forma de apresentação de defesa no prazo de 10 dias;

2 – Para a conclusão do processo administrativo disciplinar, a Comissão Disciplinar exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação dos fatos e exigido pelo interesse público, procedendo ainda, a oitiva dos servidores e outras pessoas que possam prestar informações a respeito dos fatos, a oitiva da Comunicante e a juntada de documentos;

3 – O relatório elaborado pela comissão Disciplinar será conclusivo quanto à inocência ou responsabilidade do servidor, indicando o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, se este for o caso, e será remetido juntamente ao processo administrativo disciplinar à autoridade que determinou a sua instauração, para julgamento.

4 – O prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar não excederá a 60 (sessenta dias), a contar da notificação ao servidor, admitida a sua prorrogação por até 60 (sessenta dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITUPORANGA, 04 de agosto de 2020.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL

Secretária da Administração

SANDRA REGINA BERNES CLASEN

Secretária da Educação

PORTARIA Nº 1.764, DE 06 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2596505

PORTARIA Nº 1.764, DE 06 DE AGOSTO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, combinado com as leis nº 2.189/2007 e a Lei Complementar nº 020/2008, bem como suas alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde a DILO FERNANDES, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, no período de 15/07/2020 a 18/07/2020, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de julho de 2020.
Ituporanga, 06 de agosto de 2020.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

LUISMAR AGUIAR SENA
Secretário de Infraestrutura

PORTARIA Nº 1.765 DE 06 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2596506

PORTARIA Nº 1.765 DE 06 DE AGOSTO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com os Incisos VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 97 da Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2018 e conforme Aviso de Férias,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o(a) servidor(a) PEDRO DA SILVA, ocupante do cargo de OPERADOR DE EQUIPAMENTO, na Secretaria de Urbanismo, a gozar férias pelo período de 10 (dez) dias a contar de 09/07/2020 a 18/07/2020 e a receber abono pecuniário de 10 dias, referente ao período aquisitivo de 01/10/2018 à 30/09/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 09 de julho de 2020.

Ituporanga, 06 de agosto de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

WILMAR VANDRESEN
Secretário de Urbanismo

PORTARIA Nº 1.766 DE 06 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2596507

PORTARIA Nº 1.766 DE 06 DE AGOSTO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com os Incisos VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 97 da Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2018 e conforme Aviso de Férias,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o(a) servidor(a) PATRICIO ALEIN, ocupante do cargo de OPERADOR DE EQUIPAMENTO, na Secretaria de Infraestrutura, a gozar férias pelo período de 30 (trinta) dias a contar de 27/07/2020 a 25/08/2020, referente ao período aquisitivo de 02/02/2016 a 01/02/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 27 de julho de 2020.

Ituporanga, 06 de agosto de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

SANDRA REGINA BERNES CLASEN
Secretária da Educação

PORTARIA Nº 1.767, DE 06 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2596508

PORTARIA Nº 1.767, DE 06 DE AGOSTO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, combinado com as leis nº 2.189/2007 e a Lei Complementar nº 020/2008, bem como suas alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde a ROGERIO ALVES, ocupante do cargo de MOTORISTA, na Secretaria de Urbanismo, no período de 27/07/2020 a 06/08/2020, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 27 de julho de 2020.
Ituporanga, 06 de agosto de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

WILMAR VANDRESEN
Secretário de Urbanismo

PORTARIA Nº 1.768, DE 06 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2596509

PORTARIA Nº 1.768, DE 06 DE AGOSTO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, combinado com as leis nº 2.189/2007 e a Lei Complementar nº 020/2008, bem como suas alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde a SIRLÂNDIA FÁTIMA LOPES, ocupante do cargo de CONSELHEIRO TUTELAR, no período de 28/07/2020 a 31/07/2020, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 28 de julho de 2020.
Ituporanga, 06 de agosto de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

PORTARIA Nº 1.769, DE 06 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2596510

PORTARIA Nº 1.769, DE 06 DE AGOSTO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, combinado com as leis nº 2.189/2007 e a Lei Complementar nº 020/2008, bem como suas alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde a GONÇALO ALVES DE SOUZA, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, na Secretaria de Urbanismo, no período de 28/07/2020 a 10/08/2020, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 28 de julho de 2020.
Ituporanga, 06 de agosto de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

WILMAR VANDRESEN
Secretário de Urbanismo

PORTARIA Nº 1.770, DE 06 DE AGOSTO 2020

Publicação Nº 2596511

PORTARIA Nº 1.770, DE 06 DE AGOSTO 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso VII do artigo 65 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2008, RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora JANAINA LUZIA DE SOUZA, ocupante do cargo temporário de SERVENTE, para desempenhar suas funções na Secretaria da Administração, pelo período de 28 de julho a 06 de agosto de 2020, na licença tratamento de saúde da servidora ADELIA RODRIGUES.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 28 de julho de 2020.
Ituporanga, 06 de agosto de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

PORTARIA Nº 1.771, DE 06 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2596591

PORTARIA Nº 1.771, DE 06 DE AGOSTO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, combinado com as leis nº 2.189/2007 e a Lei Complementar nº 020/2008, bem como suas alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde a SIRLEIA LUCIA BEIRÃO, ocupante do cargo de SERVENTE, na Secretaria de Saúde, no período de 31/07/2020 a 07/08/2020, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 31 de julho de 2020.
Ituporanga, 06 de agosto de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

ELISANGELA SCHEIDT RONCALIO
Secretária da Saúde

PORTARIA Nº 1.772 DE 06 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2596512

PORTARIA Nº 1.772 DE 06 DE AGOSTO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com os Incisos VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 97 da Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2018 e conforme Aviso de Férias,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o(a) servidor(a) VANDERLEIA CORREA MUNIZ, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, na Secretaria de Urbanismo, a gozar férias pelo período de 30 (trinta) dias a contar de 03/08/2020 a 01/09/2020, referente ao período aquisitivo de 19/02/2019 a 18/02/2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de agosto de 2020.
Ituporanga, 06 de agosto de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

WILMAR VANDRESEN
Secretário de Urbanismo

PORTARIA Nº 1.773, DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2596513

PORTARIA Nº 1.773, DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga – SC e conforme a Lei Complementar nº 20/2008, RESOLVE: Art. 1º. EXONERAR, SIBELI BORGES DE ANDRADE ocupante do cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, na Secretaria de Urbanismo.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 31 de julho de 2020.

Ituporanga, SC, 07 de agosto de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

WILMAR VANDRESEN
Secretário de Urbanismo

PORTARIA Nº 1.774, DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2596514

PORTARIA Nº 1.774, DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com os Incisos VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 97 da Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2018 e conforme Aviso de Férias, RESOLVE:

Art. 1º. Convocar o servidor JOSÉ JOAQUIM CARMARGO VIEIRA, ocupante do cargo de MOTORISTA, na Secretaria de Saúde, no gozo das suas férias no período de 21/07/2020 a 19/08/2020, para retornar ao exercício de suas funções, a partir de 04 de agosto de 2020, considerando o afastamento de alguns servidores por motivo de saúde e por pertencerem ao grupo de risco.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de agosto de 2020.
Ituporanga, 07 de agosto de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

ELISANGELA SCHEIDT RONCALIO
Secretária da Saúde

PORTARIA Nº 1.775, DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2596515

PORTARIA Nº 1.775, DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, Lei Complementar Municipal nº 017/2017, que disciplina o regime jurídico do emprego público no Art. 1º, bem como no artigo 444 e 476-A, da CLT, e de acordo com o despacho no requerimento nº 2073/2020,

RESOLVE;

Art. 1º. Conceder licença não remunerada à servidora FABIOLA FACHINI, ocupante do cargo do emprego público de CIRURGIÃO DENTISTA, para realização de curso de capacitação profissional – Pós Graduação, pelo período de 05 (cinco) meses, a partir de 10 de agosto de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de agosto de 2020.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 11 de fevereiro de 2020.

GERFVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

ELISANGELA SCHEIDT RONCALIO
Secretária da Saúde

PORTARIA Nº 1.776, DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2596516

PORTARIA Nº 1.776, DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº 001/2020,

Considerando a justificativa apresentada para a contratação para o cargo de TÉCNICO EM ATIVIDADES DE SAÚDE, devido ao enfrentamento da pandemia COVID-19, durante o período de pandemia;

Considerando a complexidade e a gravidade decorrente da pandemia Coronavírus e a necessidade de otimizar a disponibilização de serviços;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR em caráter temporário SILVIA APARECIDA AMANCIO, no cargo de TÉCNICO EM ATIVIDADES DA SAÚDE, com desempenho de suas funções na ESF Gabiroba, na Secretaria de Saúde, com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2º. Essa Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 10 de agosto de 2020.

Ituporanga, 07 de agosto de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

ELISANGELA SCHEIDT RONCALIO
Secretária da Saúde

PORTARIA Nº 1.777, DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2596517

PORTARIA Nº 1.777, DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº 001/2020,

Considerando a justificativa apresentada para a contratação para o cargo de TÉCNICO EM ATIVIDADES DE SAÚDE, devido ao enfrentamento da pandemia COVID-19, durante o período de pandemia;

Considerando a complexidade e a gravidade decorrente da pandemia Coronavírus e a necessidade de otimizar a disponibilização de serviços;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR em caráter temporário VERENICIA APARECIDA DEBARBA BUSS, no cargo de ENFERMEIRO, com desempenho de suas funções no Centro de Triagem COVID-19, na Secretaria de Saúde, com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2º. Essa Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 10 de agosto de 2020.

Ituporanga, 07 de agosto de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

ELISANGELA SCHEIDT RONCALIO
Secretária da Saúde

PORTARIA Nº 1.778 DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2596518

PORTARIA Nº 1.778 DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com os Incisos VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 97 da Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2018 e conforme Aviso de Férias,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o(a) servidor(a) RENATA KOLM DA SILVA, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, na Secretaria de Saúde, a gozar férias pelo período de 30 (trinta) dias a contar de 10/08/2020 a 08/09/2020, referente ao período aquisitivo de 05/04/2019 a 04/04/2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de agosto de 2020.
Ituporanga, 07 de agosto de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

ELISANGELA SCHEIDT RONCALIO
Secretária da Saúde

PORTARIA Nº 1.779, DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2596519

PORTARIA Nº 1.779, DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de conformidade com os Incisos VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município, de conformidade com a Seção II, do artigo 23 da Lei nº 2.189, de 27 de setembro de 2017, de acordo com o Decreto nº 601, de 18 de novembro de 2016, RESOLVE:

Art. 1º Conceder Progressão por MÉRITO à servidora ISOLETE DIMAS, ocupante do Cargo de provimento Efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Nível 01 - Referência B, para referência "C".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ituporanga, 07 de agosto de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito do Município

SANDRA REGINA BERNS CLASEN
Secretária da Educação

PORTARIA Nº 1.780, DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2596520

PORTARIA Nº 1.780, DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com as Leis nº 11.770, de 09 de setembro de 2008, bem

como Decreto nº 708, de 24 de novembro de 2009 e Requerimento nº 2467/2019, RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR a licença gestação da servidora ELAINE EISELER ocupante do cargo de SERVENTE, na Secretaria de Educação, concedida pela Portaria Nº 937/2020, pelo prazo de sessenta (60) dias, no período de 06/08/2020 a 04/10/2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data sua publicação, com efeitos retroativos a 06 de agosto de 2020.

Ituporanga, SC, 07 de agosto de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

SANDRA REGINA BERNES CLASEN
Secretária da Educação

PORTARIA Nº 1.781, DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2596521

PORTARIA Nº 1.781, DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 157 da Lei Complementar Nº 020, de 17 de dezembro de 2008, e de acordo com Requerimento nº 4745/2019 e a certidão exarada do Departamento de Recursos Humanos, RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o gozo da Licença Prêmio a(o) servidor(a) HELENA MEURER, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSORA, na Secretaria da Educação, no período de 10/08/2020 a 07/11/2020, referente o período aquisitivo de 01/12/2014 a 01/12/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 10 de agosto de 2020.

Ituporanga, 07 de agosto de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária de Administração

SANDRA REGINA BERNES CLASEN
Secretária da Educação

PORTARIA Nº 1.782, DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2596592

PORTARIA Nº 1.782, DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município e de acordo com o artigo 140 da Lei Complementar nº 020, de 17 de dezembro de 2008, RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar a licença para tratamento de saúde à servidora EDELTRUDES VIEIRA, ocupante do cargo de SERVENTE, na Secretaria de Assistência Social, até 01 de setembro de 2020, conforme laudo da Previdência Social anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Ituporanga, 31 de julho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

ANTONIELA CRISTINA FERREIRA
Secretária de Assistência Social

PORTARIA N° 1.783, DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Publicação N° 2596593

PORTARIA N° 1.783, DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com os Incisos VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 97 da Lei Complementar n° 20, de 17 de dezembro de 2018 e conforme Aviso de Férias,

RESOLVE:

Art. 1º. Convocar o servidor LETICIA GOEDERT OLIVEIRA, ocupante do cargo de ADVOGADA, no Gabinete do Prefeito, no gozo das suas férias no período de 06/08/2020 a 04/09/2020, para retornar ao exercício de suas funções, a partir de 06 de agosto de 2020, considerando a exoneração da servidora LAURA DOS SANTOS CELLARIUS.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 06 de agosto de 2020.

Art. 3º. Revoga-se a Portaria n° 1.571 de 10 de julho de 2020.

Ituporanga, 07 de agosto de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

PORTARIA N° 1.784, DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Publicação N° 2596594

PORTARIA N° 1.784, DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 157 da Lei Complementar N° 020, de 17 de dezembro de 2008, de acordo com Requerimento N° 2243/2020 e considerando a certidão exarada do Departamento de Recursos Humanos,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Licença Prêmio em período oportuno a(o) servidor(a) ALINE PRISCILA WARMLING, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSORA, referente o período aquisitivo de 09/02/2015 a 09/02/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ituporanga, 07 de agosto de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

SANDRA REGINA BERNES CLASEN
Secretária da Educação

PORTARIA N° 1.785, DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Publicação N° 2596595

PORTARIA N° 1.785, DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 157 da Lei Complementar N° 020, de 17 de dezembro de 2008, de acordo com Requerimento N° 2240/2020 e considerando a certidão exarada do Departamento de Recursos Humanos,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Licença Prêmio em período oportuno a(o) servidor(a) ANELISE ALICE SPERBER SCHMOELLER, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSORA, referente o período aquisitivo de 09/02/2015 a 09/02/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ituporanga, 07 de agosto de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

SANDRA REGINA BERNES CLASEN
Secretária da Educação

PORTARIA Nº 1.786, DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2596596

PORTARIA Nº 1.786, DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 157 da Lei Complementar Nº 020, de 17 de dezembro de 2008, de acordo com Requerimento Nº 2243/2020 e considerando a certidão exarada do Departamento de Recursos Humanos,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Licença Prêmio em período oportuno a(o) servidor(a) JOSIANE PETRI DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSORA, referente o período aquisitivo de 29/03/2015 a 28/03/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ituporanga, 07 de agosto de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

SANDRA REGINA BERNES CLASEN
Secretária da Educação

PORTARIA Nº 1.787, DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2596597

PORTARIA Nº 1.787, DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso VII do artigo 65 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor DOUGLAS HENRIQUE VANDRESEN, ocupante do cargo temporário de OPERADOR DE EQUIPAMENTO, para desempenhar suas funções na Secretaria de Infraestrutura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de maio de 2020.

Ituporanga, 07 de agosto de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

LUISMAR AGUIAR SENA
Secretário de Infraestrutura

PORTARIA Nº 1.788, DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2596598

PORTARIA Nº 1.788, DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe

confere o inciso VII do artigo 65 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor DOUGLAS HENRIQUE VANDRESEN, ocupante do cargo temporário de OPERADOR DE EQUIPAMENTO, para desempenhar suas funções na Secretaria da Infraestrutura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de maio de 2020.
Ituporanga, 07 de agosto de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

LUISMAR AGUIAR SENA
Secretário de Infraestrutura

PORTARIA Nº 1.789, DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2596599

PORTARIA Nº 1.789, DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso VII do artigo 65 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora DAIANI SCHMIDT, ocupante do cargo temporário de TÉCNICO EM ATIVIDADES DA SAÚDE, para desempenhar suas funções na ESF da Gabiroba.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 29 de julho de 2020.
Ituporanga, 07 de agosto de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

ELISANGELA SCHEIDT RONCALIO
Secretária da Saúde

PORTARIA Nº 1.790, DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2596600

PORTARIA Nº 1.790, DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso VII do artigo 65 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora ELISIANA DE SOUZA, ocupante do cargo de TÉCNICA EM ATIVIDADES DE SAÚDE, para desempenhar suas funções na Unidade Sanitária do Centro, na sala de vacina, na Secretaria da Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 29 de julho de 2020.
Ituporanga, 07 de agosto de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

ELISANGELA SCHEIDT RONCALIO
Secretária da Saúde

PORTARIA Nº 1.791, DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2596601

PORTARIA Nº 1.791, DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso VII do artigo 65 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora GABRIELA HANG, ocupante do cargo de TÉCNICA EM ATIVIDADES DE SAÚDE, para desempenhar suas funções na ESF do Santo Antônio, na Secretaria da Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de hoje.
Ituporanga, 07 de agosto de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

ELISANGELA SCHEIDT RONCALIO
Secretária da Saúde

PORTARIA Nº 1.792, DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2596602

PORTARIA Nº 1.792, DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso VII do artigo 65 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora MARILIAM GRACIELA DOS SANTOS, ocupante do cargo de OFICIAL ADMINISTRATIVO, para desempenhar suas funções no departamento de Recursos Humanos, exclusivamente com as demandas dos servidores da Secretaria de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de hoje.
Ituporanga, 07 de agosto de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

ELISANGELA SCHEIDT RONCALIO
Secretária da Saúde

PORTARIA Nº 1.794, DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2596604

PORTARIA Nº 1.794, DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, combinado com as leis nº 2.189/2007 e a Lei Complementar nº 020/2008, bem como suas alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde a CASSIO JOSÉ BONFIM, ocupante do cargo de OPERADOR DE EQUIPAMENTO, na Secretaria de Infraestrutura, no período de 03/08/2020 a 15/08/2020, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de agosto de 2020.
Ituporanga, 07 de agosto de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

LUISMAR AGUIAR SENA
Secretário de Infraestrutura

PORTARIA Nº 1.795, DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2596605

PORTARIA Nº 1.795, DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, combinado com as leis nº 2.189/2007 e a Lei Complementar nº 020/2008, bem como suas alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde a JUCILENE LAIS ROSSA BONFIM, ocupante do cargo de ENFERMEIRO, na Secretaria de Saúde, no período de 03/08/2020 a 15/08/2020, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de agosto de 2020.
Ituporanga, 07 de agosto de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

ELISANGELA SCHEIDT RONCALIO
Secretária da Saúde

PORTARIA Nº 1.796, DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2596606

PORTARIA Nº 1.796, DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, combinado com as leis nº 2.189/2007 e a Lei Complementar nº 020/2008, bem como suas alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde a AGLAIS MORAES, ocupante do cargo de OFICIAL ADMINISTRATIVO, na Secretaria de Saúde, no período de 03/08/2020 a 13/08/2020, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de agosto de 2020.
Ituporanga, 07 de agosto de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

ELISANGELA SCHEIDT RONCALIO
Secretária da Saúde

PORTARIA Nº 1.797, DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2596607

PORTARIA Nº 1.797, DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 157 da Lei Complementar Nº 020, de 17 de dezembro de 2008, e de acordo com Requerimento nº 4745/2019 e a certidão exarada do Departamento de Recursos Humanos, RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o gozo da Licença Prêmio a(o) servidor(a) GIOVANI POSTAIS, ocupante do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA, exercendo suas funções no Gabinete do Prefeito, no período de 10/08/2020 a 07/11/2020, referente o período aquisitivo de 02/02/2010 a 02/02/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Ituporanga, 07 de agosto de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 1.798, DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2596608

PORTARIA Nº 1.798, DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga – SC e conforme a Lei Complementar nº 20/2008, RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a pedido verbal, LIA CAROLINE MIGUEL ocupante do cargo em comissão de SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO e SECRETÁRIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Ituporanga, SC, 07 de agosto de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 1.799, DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2596609

PORTARIA Nº 1.799, DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga – SC e conforme a Lei Complementar nº 20/2008, RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a pedido verbal, HUGO TEIXEIRA DA SILVA ocupante do cargo em comissão de PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO, no Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Ituporanga, SC, 07 de agosto de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 1.800, DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2596610

PORTARIA Nº 1.800, DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga – SC e conforme a Lei Complementar nº 20/2008, RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a pedido verbal, JARDEL MORAES, ocupante do cargo em comissão de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Ituporanga, SC, 07 de agosto de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 1.801, DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2596611

PORTARIA Nº 1.801, DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga – SC e conforme a Lei Complementar nº 20/2008, RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a pedido verbal, PAULO ROBERTO RIBEIRO, ocupante do cargo em comissão de GERENTE DE CULTURA E EVENTOS, na Fundação FEXPONACE.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Ituporanga, SC, 07 de agosto de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 1.802, DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2596612

PORTARIA Nº 1.802, DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga – SC e conforme a Lei Complementar nº 20/2008, RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a pedido verbal, EDESIO BILCK NETO, ocupante do cargo em comissão de SUPERINTENDENTE EXECUTIVO, na Fundação FEXPONACE.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Ituporanga, SC, 07 de agosto de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 1.803, DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2596613

PORTARIA Nº 1.803, DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga – SC e conforme a Lei Complementar nº 20/2008, RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a pedido verbal, HELIO GOSS DE OLIVEIRA, ocupante do cargo em comissão de CHEFE DE GABINETE.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Ituporanga, SC, 07 de agosto de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 1.804 DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2596614

PORTARIA Nº 1.804 DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com os Incisos VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 97 da Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2018 e conforme Aviso de Férias,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o(a) servidor(a) CLAUDENIR TESKE, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, na Secretaria de Urbanismo, a gozar férias pelo período de 30 (trinta) dias a contar de 10/08/2020 a 08/09/2020, referente ao período aquisitivo de 20/05/2017 a 19/05/2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Ituporanga, 07 de agosto de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

WILMAR VANDRESEN
Secretário de Urbanismo

PORTARIA Nº 1.805, DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2596615

PORTARIA Nº 1.805, DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município, de acordo Art. 1º da Lei Municipal 2.635/2015 e de acordo com o artigo 140 da Lei Complementar nº 020, de 17 de dezembro de 2008, e

Considerando o compromisso assumido nos autos da Ação Civil Pública Cível nº 5001507-59.2020.8.24.0035/SC.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o servidor ACÁSSIO CLASEN, ocupante do cargo de Engenheiro Agrônomo, para o desempenho das funções de Agente Fiscal, Agente Fiscal Autuante e Autoridade Ambiental Fiscalizadora conforme Art. 1º do Decreto Municipal 019 de 12 de março de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ituporanga, SC, 07 de agosto de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração
SANDRA BEZERRA LOFFI PETRY
Secretária da Agricultura e Meio Ambiente

PORTARIA Nº 1.806, DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2596616

PORTARIA Nº 1.806, DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município, de acordo Art. 1º da Lei Municipal 2.635/2015 e de acordo com o artigo 140 da Lei Complementar nº 020, de 17 de dezembro de 2008, e

Considerando o compromisso assumido nos autos da Ação Civil Pública Cível nº 5001507-59.2020.8.24.0035/SC.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o servidor VOLMIR BORSSATTO, ocupante do cargo de Engenheiro Agrônomo, para o desempenho das funções de Agente Fiscal, Agente Fiscal Autuante e Autoridade Ambiental Fiscalizadora conforme Art. 1º do Decreto Municipal 019 de 12 de março de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ituporanga, SC, 07 de agosto de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração
SANDRA BEZERRA LOFFI PETRY
Secretária da Agricultura e Meio Ambiente

Jaborá**PREFEITURA****EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2020 TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2020**

Publicação Nº 2595168

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2020
TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2020

O Município de Jaborá, pessoa jurídica de direito público interno, situada à Rua Ângelo Poyer, 320, Centro, Jaborá, SC, através do Senhor Adelir Manoel Inácio, Prefeito Municipal, TORNA PÚBLICO, que fará realizar licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO, no dia 25 de agosto de 2020, às 09 horas, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO VIÁRIA EM TRECHOS DAS RUAS 11 DE SETEMBRO E VITÓRIO CORADI, COM ÁREA TOTAL DE 6.136,83 M², LOCALIZADAS NO MUNICÍPIO DE JABORÁ – SC.. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, e será processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas respectivas alterações, demais legislações aplicáveis.

Jaborá (SC), 07 de agosto de 2020.

Adelir Manoel Inácio
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 104/2020

Publicação Nº 2595071

	Estado de Santa Catarina GOVERNO MUNICIPAL DE JABORÁ
--	---

PORTARIA Nº 104 - de 07 de agosto de 2020.

“EXONERA, A PEDIDO, OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE TÉCNICA EM ENFERMAGEM”

ADELIR MANOEL INÁCIO, Prefeito Municipal de Jaborá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e;
CONSIDERANDO o disposto no artigo 39, I, da Lei Complementar nº 58/2001;
CONSIDERANDO a solicitação contida em requerimento.

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a pedido, a servidora Amanda Correa da Silva, admitida na forma de concurso público e nomeada em caráter efetivo para o cargo de Técnica em Enfermagem, através da Portaria nº 290 de 17/09/2012.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições contidas na Portaria nº 290 de 17/09/2012, (portaria que a nomeou para o cargo efetivo de Técnica em Enfermagem), declarando-se a vacância do cargo mencionado no artigo 1º, nos termos do inciso I, do Art. 38, da Lei Complementar nº 58, de 13 de dezembro de 2001.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 07/08/2020.

ADELIR MANOEL INÁCIO
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 10/agosto/2020.

MARLENE FÁTIMA MAGNABOSCO DA CRUZ PICINATTO
Secretária de Administração

Ângelo Poyer, 320 – Rua Centro – Fone (49) 35262000
Email: prefeitura@jabora.sc.gov.br
CEP: 89.677-000 – Jaborá – Santa Catarina

PORTARIA Nº 106/2020

Publicação Nº 2595717

	Estado de Santa Catarina GOVERNO MUNICIPAL DE JABORÁ
--	---

PORTARIA Nº. 106, de 07 de agosto de 2020.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADELIR MANOEL INÁCIO, Prefeito Municipal de Jaborá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e na forma da legislação em vigor:

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido férias de 30 (trinta) dias ao servidor abaixo relacionado, referente ao período aquisitivo e de gozo em anexo, parte integrante desta portaria, sendo:

- Clóvis Lazaroto

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 07/08/2020.

ADELIR MANOEL INÁCIO
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 10/agosto/2020.

MARLENE FÁTIMA MAGNABOSCO DA CRUZ PICINATTO
Secretária de Administração

Jacinto Machado

PREFEITURA

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2020 FMS

Publicação Nº 2594653

Estado de Santa Catarina
Município de Jacinto Machado

Termo de Dispensa de Licitação

Processo Licitatório Nº 17/2020 - Dispensa de Licitação

Objeto: Aquisição de máscaras, álcool gel e testes para ações de enfrentamento do Covid-19, no município de Jacinto Machado/SC.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO/SC, com sede a Av. Padre Herval Fontanella, s/n, no centro do município de Jacinto Machado/SC, inscrito no CNPJ sob nº 11.448.444/0001-00.

Fornecedores:

- DANIELA DA SILVA 02174191946, inscrita no CNPJ sob o nº 37.929.313/0001-39, sito na Rua Carmelino de Abreu, 321 – Bairro Figueira – Jacinto Machado/SC

Item Qtde Unid Produto Unitário Total

01 10.000 unid Máscara para proteção, fabricada em tecido resistente duplo, lavável, não descartável, adaptável a qualquer formato de rosto. 2,50 25.000,00

- VMLX ELETRÔNICOS EIRELI, inscrito no CNPJ sob o nº 03.800.477/0001-40, sito na Rua Luiz Cirimbeli, 1659 – Sala 02 – Bairro Imigrantes – Turvo/SC.

Item Qtde Unid Produto Unitário Total

02 9.000 unid Álcool em gel 70% 50gr 2,36 21.240,00

03 1.500 unid Teste covid-19 – IGG/IGM 75,00 112.500,00

Total R\$ 133.740,00

Valor e pagamento: O valor total da presente aquisição é de R\$ 158.740,00 (cento e cinquenta e oito mil, setecentos e quarenta reais) e o pagamento será em até 30 dias após a entrega, com recursos proveniente da ação de enfrentamento da emergência de Saúde Nacional, COVID-19 (crédito extraordinário do Governo Federal), de conformidade com a Portaria nº 1.666 de 01 de julho de 2020.

Da dotação orçamentária: As despesas decorrentes desta aquisição correrão por conta da seguinte dotação:

10.01 – Fundo Municipal de Saúde

2.072 – Manutenção da Vigilância em Saúde

3.3.90.00.00.00.00.00.0737(34)

Fundamento Legal: Portaria GM/MS nº 1666/2020, art. 24, Inciso IV da Lei 8666/93, art. 4º da Lei 13.979/2020, Ata da Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde do Município.

Justificativa: Os materiais a serem adquiridos objetivam viabilizar a implantação de medidas de prevenção do adoecimento de pessoas, suprimindo as Unidades Básicas de Saúde e os municípios, com a urgência que a situação de emergência requer, com os EPI necessários para a mitigação da transmissão e contaminação pelo Covid-19, considerada a sua rápida e universal proliferação, que levou à classificação da doença como pandemia pela Organização Mundial de Saúde - OMS, em 11 de março de 2020. Trata-se de materiais a serem utilizados durante atividades essenciais para a segurança da população e que não podem ser realizadas de forma remota.

No mesmo sentido, os testes rápidos permitirão atender a demanda inicialmente estimada para realização de triagem dos casos suspeitos encaminhados ao serviço público de saúde. A ausência dos testes ocasionará extrema dificuldade na realização da triagem dos casos suspeitos e medidas subseq-entes, desta feita, medidas urgentes de imediata aplicação devem ser asseguradas para a detecção e contenção do Coronavírus.

Sendo assim, urge a necessidade de adoção de ações mitigadoras ao risco iminente, que se fundamentam em dados e critérios técnicos, tomando por base a progressão da doença e a transmissão do vírus.

A escolha dos fornecedores e dos preços, respectivamente, se deu em função de serem os preços os mais baixos, conforme pesquisa de preços anexa e serem os mesmos compatíveis com os preços de mercado praticados na região.

Jacinto Machado/SC, 06 de agosto de 2020.

EDSON BORBA DOS SANTOS

Diretor de Saneamento

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 121/2020

Publicação Nº 2595024

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 121/2020

Aos sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, com início às nove horas, realizou-se, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos, do prédio-sede da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, situado na Rua Walter Marquardt, 1111 – Bairro Rio Molha, em Jaraguá do Sul, Santa Catarina, sessão pública, relativa à licitação modalidade Pregão Presencial nº 121/2020, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para realizações de inseminação artificial bovina no Município de Jaraguá do Sul, em dias úteis, sábados, domingos e feriados para o atendimento do programa de melhoramento genéticos animal, amparado pela Lei Municipal nº 4860/2007 e Decreto Municipal nº 6760/2009 e Decreto Municipal nº 11.678/2017, ao longo dos 12 (doze) meses, com a presença da servidora Rosinei A.G. Dias, Pregoeira e dos servidores Sidnei Correa de Almeida e Lenita Malheiro da equipe de apoio, designados pelo Decreto nº 13.127/2019. Compareceram ao certame, devidamente credenciados e entregando os necessários envelopes, as seguintes empresas:

Proponente	Credenciado	Identificação
CLAUDIONEI JOSE ROMANO	Claudionei Joppesé Romano	886.055.829-87

Dando início a sessão foi realizada o credenciamento dos representantes presentes e após passou-se à abertura das propostas comerciais. Após a análise, relativamente às imposições do edital, foram classificadas as propostas apresentadas, por estarem em conformidade com o exigido no edital. Ato contínuo passou-se à próxima fase (lance), conforme mapa de preços em anexo. Em atendimento a LC 147/2014 este Edital foi lançado para participação de empresas ME/EPP e Empresas de Grande Porte. Restaram vencedoras as seguintes empresas, com o seguinte preço final para os itens:

Item	Proponente vencedora	Quant.	Unid.	Descrição do objeto	Valor unitário do item (R\$)
01	CLAUDIONEI JOSE ROMANO	1.000	Serviços	Serviço de inseminação artificial bovina, em dias úteis, sábados, domingos e feriados, ficando a cargo da contratada: o deslocamento até a propriedade, sêmen, botijão com nitrogênio, luvas, bainhas e pipetas.	121,00

O valor inicial da proposta encontra-se no Anexo I da Ata de abertura – Mapa comparativo de preços. A seguir procedeu-se a abertura do envelope 02-Documentação da licitante vencedora, concluindo-se pela HABILITAÇÃO da mesma, visto ter atendido as exigências do edital. Dando prosseguimento foi adjudicado o item a empresa vencedora. Não houve Manifestação de Intenção de Recurso. A decisão do certame será publicada no Diário Oficial dos Municípios para a devida publicidade e será submetida à apreciação do Senhor Prefeito Municipal para a competente Homologação. E, nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião. Jaraguá do Sul, SC, 07 de agosto de 2020.

Rosinei Aparecida Gretter Dias	
Sidnei Corrêa de Almeida	
Claudionei José Romano	

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 086/2020

Publicação Nº 2595410

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 086/2020

O SAMAE de Jaraguá do Sul (SC) comunica que adquiriu respiradores descartáveis para proteção contra a propagação do Covid-19, através de dispensa de licitação, no valor de R\$ 1.895,00 (Hum mil e oitocentos e noventa e cinco reais) com a empresa RP COMERCIAL LTDA EPP (CPNJ: 20.604.417/0001-70).

Fundamento Legal: Art. 24, IV da Lei Federal nº 8.666/93, Decreto Municipal nº 13.709/2020, Decreto Estadual nº 515/2020, Decreto Legislativo nº 18.332/2020, Lei Federal nº 13.979/2020 e MP nº 926/2020.

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone (47) 2106-9114.

Ana Carolina Bornemann Silveira Figur

Diretora Presidente

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES PAUTA DE JULGAMENTO Nº 37

Publicação Nº 2595051

**CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES
PAUTA DE JULGAMENTO Nº 37**

De ordem da Senhora CARLA SALETE PEREIRA FISCHER, Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes, faço público a todos os interessados e aos que virem o presente EDITAL, ou dele conhecimento tiverem, que:

a) no dia dezenove de agosto de dois mil e vinte (19/08/2020), com início às 16h30min, na sala de reuniões e treinamento da Secretaria Municipal da Educação, na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL, realizar-se-á Sessão Extraordinária para julgamento do(s) processo(s) abaixo relacionado(s):

01) PROCESSO Nº 20823/2018
RECURSO DE OFÍCIO
Recorrente: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL
Recorrido: EDMUNDO WILLE
Relator: Cons. ANDRÉ LUIZ MÁXIMO FOGAÇA

b) no dia vinte e seis de agosto de dois mil e vinte (26/08/2020), com início às 16h30min, na sala de reuniões e treinamento da Secretaria Municipal da Educação, na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL, realizar-se-á Sessão Extraordinária para julgamento do(s) processo(s) abaixo relacionado(s):

02) PROCESSO Nº 23759/2019
RECURSO DE OFÍCIO
Recorrente: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL
Recorrida: ELISABETH DREWS
Relator: Cons. MARCOS VINÍCIUS DE ÁVILA BISPO

c) no dia dois de setembro de dois mil e vinte (02/09/2020), com início às 16h30min, na sala de reuniões e treinamento da Secretaria Municipal da Educação, na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL, realizar-se-á Sessão Ordinária para julgamento do(s) processo(s) abaixo relacionado(s):

03) PROCESSO Nº 21502/2019
RECURSO DE OFÍCIO
Recorrente: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL
Recorrida: WALI JUNGE HERTEL
Relator: Cons. MILTON PEREIRA JÚNIOR

04) PROCESSO Nº 21504/2019
RECURSO DE OFÍCIO
Recorrente: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL
Recorrido: HILMAR RUBENS HERTEL
Relator: Cons. MILTON PEREIRA JÚNIOR

d) no dia nove de setembro de dois mil e vinte (09/09/2020), com início às 16h30min, na sala de reuniões e treinamento da Secretaria Municipal da Educação, na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL, realizar-se-á Sessão Extraordinária para julgamento do(s) processo(s) abaixo relacionado(s):

05) PROCESSO Nº 17467/2019
RECURSO DE OFÍCIO
Recorrente: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL
Recorrido: INGO WAGENCKNECHT
Relator: Cons. JOSÉ BENEDITO DE CAMPOS

e) no dia dezesseis de setembro de dois mil e vinte (16/09/2020), com início às 16h30min, na sala de reuniões e treinamento da Secretaria Municipal da Educação, na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL, realizar-se-á Sessão Extraordinária para julgamento do(s) processo(s) abaixo relacionado(s):

06) PROCESSO Nº 28061/2019
RECURSO DE OFÍCIO
Recorrente: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL
Recorrido: JOSÉ PROBST
Relator: Cons. MARCOS ADRIANO DA SILVA

07) PROCESSO Nº 29698/2019
RECURSO DE OFÍCIO

Recorrente: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL
Recorrido: JOÃO CARLOS CASSULI JÚNIOR
Relator: Cons. MARCOS ADRIANO DA SILVA

f) no dia vinte e três de setembro de dois mil e vinte (23/09/2020), com início às 16h30min, na sala de reuniões e treinamento da Secretaria Municipal da Educação, na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL, realizar-se-á Sessão Extraordinária para julgamento do(s) processo(s) abaixo relacionado(s):

08) PROCESSO Nº 10891/2020
Recurso de I Instância nº: 20035/2018
Recorrente: ÂNGELA TEREZINHA BRAZ
Recorrida: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL
Relatora: Cons. CAROLINE MRYGLLOD

g) no dia trinta de setembro de dois mil e vinte (30/09/2020), com início às 16h30min, na sala de reuniões e treinamento da Secretaria Municipal da Educação, na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL, realizar-se-á Sessão Extraordinária para julgamento do(s) processo(s) abaixo relacionado(s):

09) PROCESSO Nº 13015/2020
Recurso de I Instância nº: 28913/2019
Recorrente: RUBENS SELL
Recorrida: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL
Relator: Cons. MARCOS VINÍCIUS DE ÁVILA BISPO

h) no dia sete de outubro de dois mil e vinte (07/10/2020), com início às 16h30min, na sala de reuniões e treinamento da Secretaria Municipal da Educação, na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL, realizar-se-á Sessão Ordinária para julgamento do(s) processo(s) abaixo relacionado(s):

10) PROCESSO Nº 7032/2020
Recurso de I Instância nº: 17836/2019
Recorrente: TATIANA BRAZ LUX
Recorrida: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL
Relator: Cons. ANDRÉ LUIZ MÁXIMO FOGAÇA

11) PROCESSO Nº 12311/2020
Recurso de I Instância nº: 15562/2019
Recorrente: SALETE BARDIN
Recorrida: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL
Relator: Cons. MILTON PEREIRA JÚNIOR

i) no dia quatorze de outubro de dois mil e vinte (14/10/2020), com início às 16h30min, na sala de reuniões e treinamento da Secretaria Municipal da Educação, na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL, realizar-se-á Sessão Extraordinária para julgamento do(s) processo(s) abaixo relacionado(s):

12) PROCESSO Nº 6463/2020
Recurso de I Instância nº: 15039/2019
Recorrente: ESCRITÓRIO CONTÁBIL BUCHMANN S/S LTDA.
Recorrida: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL
Relator: Cons. MARCOS ADRIANO DA SILVA

j) no dia vinte e um de outubro de dois mil e vinte (21/10/2020), com início às 16h30min, na sala de reuniões e treinamento da Secretaria Municipal da Educação, na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL, realizar-se-á Sessão Extraordinária para julgamento do(s) processo(s) abaixo relacionado(s):

13) PROCESSO Nº 11520/2020
Recurso de I Instância nº: 35569/2019
Recorrente: BERNARDO MEYER LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA.
Recorrida: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL
Relator: Cons. JOSÉ BENEDITO DE CAMPOS

k) no dia vinte e oito de outubro de dois mil e vinte (28/10/2020), com início às 16h30min, na sala de reuniões e treinamento da Secretaria Municipal da Educação, na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL, realizar-se-á Sessão Extraordinária para julgamento do(s) processo(s) abaixo relacionado(s):

14) PROCESSO Nº 5803/2020
Recurso de I Instância nº: 17386/2018
Recorrente: EGON DREWS
Recorrida: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL
Relatora: Cons. CAROLINE MRYGLLOD

l) no dia quatro de novembro de dois mil e vinte (04/11/2020), com início às 16h30min, na sala de reuniões e treinamento da Secretaria Municipal da Educação, na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL, realizar-se-á Sessão Ordinária para julgamento do(s) processo(s) abaixo relacionado(s):

15) PROCESSO Nº 16183/2020
Recurso de I Instância nº: 127/2019
Recorrente: CLÍNICA DO PULMÃO JARAGUÁ S/S
Recorrida: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL
Relator: Cons. MARCOS VINÍCIUS DE ÁVILA BISPO

m) no dia onze de novembro de dois mil e vinte (11/11/2020), com início às 16h30min, na sala de reuniões e treinamento da Secretaria Municipal da Educação, na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL, realizar-se-á Sessão Extraordinária para julgamento do(s) processo(s) abaixo relacionado(s):

16) PROCESSO Nº 34928/2019
Recurso de I Instância nº: 12029/2019
Recorrente: PROÂNGULO COMUNICAÇÃO VISUAL
Recorrida: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL
Relatora: Cons. CAROLINE MRYGLOD

17) PROCESSO Nº 17084/2020
Recurso de I Instância nº: 6082/2020
Recorrente: CERVEJARIA GRAAL BEER LTDA.
Recorrida: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL
Relator: Cons. JOSÉ BENEDITO DE CAMPOS

n) no dia dezoito de novembro de dois mil e vinte (18/11/2020), com início às 16h30min, na sala de reuniões e treinamento da Secretaria Municipal da Educação, na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL, realizar-se-á Sessão Extraordinária para julgamento do(s) processo(s) abaixo relacionado(s):

18) PROCESSO Nº 11585/2020
Recurso de I Instância nº: 16670/2018
Recorrente: CS ESCRITÓRIO CONTÁBIL LTDA.
Recorrida: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL
Relator: Cons. JOSÉ BENEDITO DE CAMPOS

19) PROCESSO Nº 11586/2020
Recurso de I Instância nº: 16671/2018
Recorrente: CS ESCRITÓRIO CONTÁBIL LTDA.
Recorrida: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL
Relator: Cons. JOSÉ BENEDITO DE CAMPOS

o) no dia vinte e cinco de novembro de dois mil e vinte (25/11/2020), com início às 16h30min, na sala de reuniões e treinamento da Secretaria Municipal da Educação, na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL, realizar-se-á Sessão Extraordinária para julgamento do(s) processo(s) abaixo relacionado(s):

20) PROCESSO Nº 11104/2020
Recurso de I Instância nº: 31749/2018
Recorrente: SDS MANUTENÇÃO ELETRÔNICA LTDA.
Recorrida: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL
Relator: Cons. ANDRÉ LUIZ MÁXIMO FOGAÇA

p) no dia dois de dezembro de dois mil e vinte (02/12/2020), com início às 16h30min, na sala de reuniões e treinamento da Secretaria Municipal da Educação, na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL, realizar-se-á Sessão Extraordinária para julgamento do(s) processo(s) abaixo relacionado(s):

21) PROCESSO Nº 27542/2019
RECURSO DE OFÍCIO
Recorrente: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL
Recorrido: ALCIR KRUTZSCH
Relator: Cons. MILTON PEREIRA JÚNIOR

22) PROCESSO Nº 15662/2020
Recurso I Instância nº: 32146/2019
Recorrente: IVALDO MUND
Recorrida: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL
Relator: Cons. ANDRÉ LUIZ MÁXIMO FOGAÇA

q) no dia nove de dezembro de dois mil e vinte (09/12/2020), com início às 16h30min, na sala de reuniões e treinamento da Secretaria Municipal da Educação, na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL, realizar-se-á Sessão Extraordinária para julgamento do(s) processo(s) abaixo relacionado(s):

23) PROCESSO Nº 4257/2020

RECURSO DE OFÍCIO

Recorrente: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL

Recorrido: ALFA GASTRONOMIA EIRELI

Relatora: Cons. CAROLINE MRYGLOD

r) no dia dezesseis de dezembro de dois mil e vinte (16/12/2020), com início às 16h30min, na sala de reuniões e treinamento da Secretaria Municipal da Educação, na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL, realizar-se-á Sessão Extraordinária para julgamento do(s) processo(s) abaixo relacionado(s):

24) PROCESSO Nº 17585/2020

Recurso de I Instância nº: 29422/2019

Recorrente: A COMERCIAL ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL E SERVIÇOS

Recorrida: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL

Relator: Cons. MARCOS ADRIANO DA SILVA

Ficam as partes cientificadas de que poderão comparecer a sessão e fazer uso da palavra por 15 (quinze) minutos, conforme o previsto no art. 26 do Regimento Interno (Decreto nº 6.260/2007).

No entanto, em virtude da COVID-19, a participação do contribuinte e/ou de seu Procurador ficam condicionadas ao cumprimento de todas as medidas de segurança sanitária recomendadas pelas autoridades e de amplo conhecimento, quais sejam: evitar aglomerações, distanciamento mínimo, uso obrigatório de máscara e uso de álcool gel 70%.

Jaraguá do Sul, 06 de agosto de 2020.

Daysi Cristina Ruediger Minatti

Secretária do Conselho Municipal de Contribuintes

CONTRATO Nº 377/2020

Publicação Nº 2595020

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 377/2020

PROCESSO: IEXIGIBILIDADE Nº 20/2020 - FMS

FUNDAMENTO: Artigo 25 caput da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e CREDENCIAMENTO Nº 20/2020-FMS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: DNALYS INOVAÇÃO, ANÁLISES E GESTÃO EIRELI - CNPJ 29.712.772/0001-38

OBJETO: Contratação de laboratório especializado para realização de 5.000 (cinco mil) exames/testes RT-PCR (Gold standard para o diagnóstico da Covid-19) que detecte a presença/ausência do vírus, destinado aos pacientes com suspeita de infecção no Município de Jaraguá do Sul.

VALOR: O MUNICÍPIO pagará à Contratada o valor total de R\$ 950.000,00 (novecentos e cinquenta mil reais), sendo o valor de R\$190,00 (cento e noventa reais) por exame.

FORMA DE PAGAMENTO: Após conferência do relatório dos exames realizados, o Fiscal do Contrato validará o relatório apresentado ou apontará as inconsistências, para que a Credenciada encaminhe a nota fiscal para a SEMSA, para programar o pagamento em até 10 dias úteis.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: O recurso orçamentário decorrente da despesa desta contratação correrá por conta da dotação orçamentária do exercício de 2020:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
15.002.10.301.0751.2.660	Prestar Assistência de Atenção Básica	3.3.90.00	27	0.2.38.0639 – Programa de Trabalho 10.122.5018.21C0.6500 – Enfrentamento da Covid-19

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução deste contrato será de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da presente data, sendo que o fornecimento dos kits de coletas será fracionado conforme cada pedido efetuado mediante Autorização de Fornecimento, devendo ser entregue em até 10 dias a contar de cada pedido e deverá acompanhar nota fiscal a cada entrega, até o limite contratado. A vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DATA DA ASSINATURA: 05/08/2020.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Alceu Gilmar Moretti e Fabiano Conrado Odebrecht

Alceu Gilmar Moretti

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

CONVOCAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO 001/2019 SEMAD

Publicação N° 2594683

Convocação de Processo Seletivo 001/2019 Semad.

Pelo presente, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para comparecer junto a Divisão de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, até às 16:00h do dia 11 de Agosto de 2020, na Rua Walter Marquardt nº 1111 – Barra do Rio Molha, Jaraguá do Sul, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, haja vista a vossa classificação no Processo Seletivo 001/2019 SEMAD conforme segue:

Nome: Antonio Otto Galvão Moutinho
Cargo: Engenheiro Civil - 40hs
Secretaria: SEMED
Classificação: 14º lugar

Nome: DEBORA RAQUEL PAVI
Cargo: Engenheiro Civil - 40hs
Secretaria: SEMED
Classificação: 15º lugar

CONVOCAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO 002/2019

Publicação N° 2594681

Convocação de Processo Seletivo 002/2019.

Pelo presente, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para comparecer junto a Divisão de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, até às 16:00h do dia 11 de Agosto de 2020, na Rua Walter Marquardt nº 1111 – Barra do Rio Molha, Jaraguá do Sul, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, haja vista a vossa classificação no Processo Seletivo 002/2019 conforme segue:

Nome: SILMA MARIA ALVES DOS SANTOS
Cargo: Técnico de Enfermagem - 40hs
Secretaria: SEMSA
Classificação: 67º lugar

DECRETO N° 14.095/2020

Publicação N° 2596467

D E C R E T O N° 14.095/2020

Regulamenta o Disposto no Artigo 7º e Seu Parágrafo Único, da Lei Municipal N° 7.350/2017, de 22 de Março de 2017, Alterada pelas Leis Municipais N°s 7.913/2019, de 24 de Abril de 2019, 7.914/2019, de 25 de Abril de 2019, e 8.142/2019, de 31 de Outubro de 2019, que Dispõem Sobre o Sistema Auxílio Refeição em Pecúnia para os Servidores Públicos do Município de Jaraguá do Sul.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso XII, do artigo 71, da Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO que, em virtude das dificuldades enfrentadas e a dimensão que os riscos para a saúde pública com a pandemia da COVID-19, à Administração Pública Federal, Estadual e Municipal compete o planejamento, com a previsão de soluções adequadas que exigem providências imediatas, destinadas a evitar a difusão da doença e a reduzir o ritmo das contaminações e sempre respeitando a probidade administrativa e o princípio da legalidade;

CONSIDERANDO a situação de emergência em Saúde Pública declarada no Município de Jaraguá do Sul, por intermédio do Decreto Municipal N° 13.723/2020, de 18/03/2020, bem como sobre as diversas medidas de enfrentamento da pandemia provocada pelo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Poder Executivo do Município de Jaraguá do Sul;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal N° 7.350/2017, de 22/03/2017, alterada pelas Leis Municipais N°s 7.913/2019, de 24/04/2019, 7.914/2019, de 25/04/2019, e 8.142/2019, de 31/10/2019, que dispõem sobre o Sistema Auxílio Refeição em Pecúnia para os Servidores Públicos do Município de Jaraguá do Sul;

CONSIDERANDO que o artigo 7º, da Lei Municipal N° 7.350/2017, de 22/03/2017, alterada pelas Leis Municipais N°s 7.913/2019, de 24/04/2019, 7.914/2019, de 25/04/2019, e 8.142/2019, de 31/10/2019, firma que, excepcionalmente, em situações emergenciais e/ou de calamidade pública, será pago o auxílio refeição em pecúnia aos servidores que estiverem atuando nas referidas situações, enquanto estas perdurarem;

CONSIDERANDO que o parágrafo único, do artigo 7º, da Lei Municipal N° 7.350/2017, de 22/03/2017, alterada pelas Leis Municipais N°s 7.913/2019, de 24/04/2019, 7.914/2019, de 25/04/2019, e 8.142/2019, de 31/10/2019, dispõe que, para os servidores que estiverem

atuando nas referidas situações, o auxílio refeição deverá ser pago em pecúnia independentemente do disposto no artigo 3º, ou seja, do escalonamento dos níveis de vencimentos para o efetivo pagamento;

CONSIDERANDO que o artigo 2º, da Lei Municipal Nº 7.350/2017, de 22/03/2017, alterada pelas Leis Municipais Nºs 7.913/2019, de 24/04/2019, 7.914/2019, de 25/04/2019, e 8.142/2019, de 31/10/2019, firma que não serão beneficiários do Sistema de Refeição em Pecúnia os servidores detentores de cargos em comissão;

DECRETA :

Art.1º A Secretaria Municipal da Administração, por intermédio da Diretoria de Gestão de Pessoas, fica autorizada a, nos termos do disposto no artigo 7º, e seu parágrafo único, da Lei Municipal Nº 7.350/2017, de 22/03/2017, alterada pelas Leis Municipais Nºs 7.913/2019, de 24/04/2019, 7.914/2019, de 25/04/2019, e 8.142/2019, de 31/10/2019, efetuar o pagamento do auxílio refeição aos profissionais de saúde que se encontrarem atuando diretamente no atendimento dos usuários do sistema público de saúde para o combate à pandemia de coronavírus (COVID-19) durante a vigência do estado de emergência decretado.

Art.2º Para tanto, deverá a Secretaria Municipal de Saúde encaminhar processo administrativo à Diretoria de Gestão de Pessoas, contendo:

I - relação dos nomes dos profissionais de saúde que atuam diretamente no atendimento dos usuários do sistema público de saúde no combate à pandemia de coronavírus (COVID-19);

II - ato de designação do servidor para exercer as respectivas funções diretamente no combate à pandemia de coronavírus (COVID-19);

III - indicação das unidades de saúde onde estão lotados os servidores públicos referidos no inciso I deste artigo.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Saúde deverá encaminhar relatório mensal, à Diretoria de Gestão de Pessoas, até o dia 20 (vinte) de cada mês, para inclusão na folha de pagamento.

Art.3º Não farão jus ao recebimento do auxílio refeição os servidores públicos da Secretaria Municipal de Saúde que:

I - lotados nas unidades de saúde da rede pública municipal, não estiverem atuando diretamente no atendimento do usuário do sistema público de saúde no combate à pandemia de coronavírus (COVID-19);

II - suas atribuições sejam administrativas na Secretaria Municipal de Saúde ou nos equipamentos públicos destinados ao atendimento do usuário do sistema público de saúde;

III - sejam detentores de cargos em comissão;

IV - estejam realizando teletrabalho ou se encontrem laborando em home office.

Art.4º Para fins de concessão do auxílio refeição, deverá ser respeitada a carga horária trabalhada, da seguinte forma:

I - até 5 horas semanais, o percentual de 12,5%;

II - de 6 a 10 horas semanais, o percentual de 25%;

III - de 11 a 15 horas semanais, o percentual de 37,5%;

IV - de 16 a 20 horas semanais, o percentual de 50%;

V - de 21 a 25 horas semanais, o percentual de 62,5%;

VI - de 26 a 29 horas semanais, o percentual de 75%;

VII - de 30 a 40 horas semanais, o percentual de 100%.

Art.5º O benefício decorrente do Sistema de Auxílio Refeição em Pecúnia:

I - não detém natureza remuneratória;

II - não se incorpora à remuneração do servidor, para quaisquer efeitos legais;

III - não é considerado para efeitos de 13º salário;

IV - não constitui base de cálculo de contribuição previdenciária ou do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem);

V - não configura rendimento tributável do servidor;

VI - não gerará efeitos de incorporação em proventos de aposentadoria e pensões.

Art.6º Não serão consideradas como efetivo exercício todas as hipóteses de afastamento legal do servidor, bem como as faltas ao serviço, inclusive àquele que:

I - estiver em gozo de férias regulares ou prêmio;

II - ausentar-se para consultas médicas, odontológicas ou congêneres;

III - estiver em gozo de licença para tratamento de saúde decorrente de intervenção cirúrgica ou patologia de risco;

IV - estiver afastado para acompanhamento de pessoa da família (cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob sua guarda ou tutela e irmãos) no caso de consultas médicas, odontológicas ou congêneres ou de intervenção cirúrgica.
Art.7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo que seus efeitos são retroativos a 18/03/2020.

Jaraguá do Sul, 07 de agosto de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

EDITAL CONCORRÊNCIA N.º 127/2020 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

Publicação Nº 2595026

EDITAL
CONCORRÊNCIA N.º 127/2020
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra para pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, sinalização viária, terraplenagem, serviços preliminares e obras complementares na Rua 728 – Luiz Schiochet - Bairro Nereu Ramos, com extensão total de 73,45m (setenta e três metros e quarenta e cinco centímetros), em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa e Minuta de Contrato que são partes integrantes deste edital.

REGIMENTO: Lei Federal 8.666/93 e demais alterações posteriores.

PRAZO e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: até as 08:30 horas do dia 11 de setembro de 2020, no Setor de Protocolo desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Walter Marquardt nº 1.111 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC.

ABERTURA dos ENVELOPES: 09:00 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

OBTENÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS: O edital e seus anexos estarão disponíveis na Internet no endereço www.jaraguadosul.sc.gov.br sem qualquer custo.

VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 171.156,91 (cento e setenta e um mil cento e cinquenta e seis reais e noventa e um centavos).

Jaraguá do Sul (SC), 23 de julho de 2020.

ARGOS JOSE BURGARDT
Secretário de Administração

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 126/2020

Publicação Nº 2595025

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 126/2020
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
Tipo: Menor Preço Por Item

OBJETO: O presente Edital tem por objeto a aquisição de equipamentos de levantamento topográfico compatíveis com o Sistema GNSS RTK e respectivas licenças de uso de software, incluindo suporte técnico e treinamento, em conformidade com a quantidade descrita no anexo I, e especificações técnicas constantes no Anexo II do Edital - Termo de Referência.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal nº 4.698/2002, alterado pelo Decreto Municipal nº 10.791/2016, Decreto Municipal nº 4.818/2003, Decreto Federal nº 5.450/2005, Lei Complementar 147/2014 e Lei Federal nº 8.666/1993.

VALOR ESTIMADO DA AQUISIÇÃO: R\$ 98.279,92 (noventa e oito mil duzentos e setenta e nove reais e noventa e dois centavos).

- RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: 24/08/2020, às 13:30 hs.
- ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 24/08/2020, às 13:40 hs.

- REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

- FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS (ESCLARECIMENTOS):
- E-mail: id7183@jaraguadosul.sc.gov.br com Engº Ronis Roberto Bosse.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, estando disponível também no site da Prefeitura Municipal no endereço www.jaraguadosul.sc.gov.br.

Jaraguá do Sul, SC, 20 de julho de 2020.

ARGOS JOSE BURGARDT
Secretário de Administração

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 118/2020

Publicação Nº 2595023

EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL
PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 118/2020
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/CULTURA, ESPORTE E LAZER
OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS/DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-FMS
TIPO: Menor Preço por Item

COMUNICADO DE ALTERAÇÃO

O Município de Jaraguá do Sul, através do Secretário de Administração e demais Gestores, tornam público para conhecimento dos interessados no Edital acima, que está alteração na descrição do item 23 (OPHIPOGON JAPONICUS "grama preta") constante no Anexo I e Anexo VII do Edital. O Edital Versão II, estará disponível no site a partir do dia 11/08/2020. Sendo assim, e por força do § 4º do art. 21 da Lei Federal n.º 8.666/93, tendo em vista a alteração modificar a formulação das propostas, esta Administração Pública comunica aos interessados que está mantendo a nova data para o recebimento e abertura do envelopes, conforme segue:

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: Até às 08:30 horas do dia 21 de agosto de 2020, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha. O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes serão as 09:00 hs do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos. As demais informações permanecem inalteradas.

Jaraguá do Sul (SC), 07 de agosto de 2020.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário de Administração

ANDRÉ DE CARVALHO FERREIRA
Gestor do FMAS

ALCEU GILMAR MORETTI
Gestor do FMS

EXTRATO DO CONTRATO 206/2020

Publicação Nº 2595097

EXTRATO DO CONTRATO 206/2020

Processo: Pregão nº 070/2020; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Concreplan Artefatos de Concreto Ltda.; Objeto: AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PRÉ-MOLDADO; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 67.350,00 (sessenta e sete mil, trezentos e cinquenta reais); O pagamento será efetuado em 10 (dez) dias após a certificação da nota fiscal. O prazo para certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da Nota Fiscal. Item orçamentário: As despesas resultantes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no orçamento do SAMAE de 2020, a saber:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
25.003.17.512.1400.3402	Manutenção e Ampliação da Rede de Drenagem Pluvial	3.3.90 - Aplicações Diretas	77	Próprios

Data da assinatura: 28/07/2020; Prazo de Fornecimento: Conforme necessidade do Samae, até 31/12/2020; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC; Signatários: Ana Carolina B. S. Figur e João Renato Schvetler.

Ana Carolina B. S. Figur
Diretora Presidente - Samae

EXTRATO DO CONTRATO 207/2020

Publicação Nº 2595100

EXTRATO DO CONTRATO 207/2020

Processo: Pregão nº 070/2020; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Santa Helena Industrial Ltda.; Objeto: AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PRÉ-MOLDADO; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 139.951,00 (cento e trinta e nove mil, novecentos e cinquenta e um reais); O pagamento será efetuado em 10 (dez) dias após a certificação da nota fiscal. O prazo para certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da Nota Fiscal. Item orçamentário: As despesas resultantes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no orçamento do SAMAE de 2020, a saber:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
25.003.17.512.1400.3402	Manutenção e Ampliação da Rede de Drenagem Pluvial	3.3.90 - Aplicações Diretas	77	Próprios

Data da assinatura: 28/07/2020; Prazo de Fornecimento: Conforme necessidade do Samae, até 31/12/2020; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC; Signatários: Ana Carolina B. S. Figur e Alisson Deglmann.

Ana Carolina B. S. Figur
Diretora Presidente - Samae

ORDEM DE PARALISAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2019

Publicação Nº 2594485

ORDEM DE PARALISAÇÃO
Pregão Presencial nº 11/2019

Considerando os termos do Decreto Estadual nº 515 de 17 de março de 2020 que declara situação de emergência em todo território catarinense para fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19;

considerando os termos do Decreto Municipal nº 13.723 de 18 de março de 2020 que declara situação de emergência no Município de Jaraguá do Sul para fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19;

considerando os termos do Ofício 067/2020/Semad, de 18 de março de 2020, que trata das medidas a serem tomadas por fiscais e gestores de contratos firmados com o Município de Jaraguá do Sul;

Determina-se, à empresa Get Informática LTDA, a paralisação dos serviços no município de Jaraguá do Sul, em conformidade com os anexos do Edital que são partes integrantes deste contrato, objeto do Edital do Pregão Presencial nº 11/2019, formalizado pelo Contrato nº 123/2019, a partir da data do recebimento desta Ordem, por prazo indeterminado, por motivo de superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato (Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993 Art. 57. § 1º II).

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Ivana Atanásio Dias

Antonio de Souza Junior
Diretor Pedagógico - Fiscal do Contrato

Get Informática LTDA - EPP
CNPJ/MF 02.845.132/0001-40

Recebi em, ____/____/____

OBS:- Será lavrada em 4 (quatro) vias: a) Fiscalização; b) Contratado; c) Licitações; d) Arquivo no Setor responsável:
O REINÍCIO DOS SERVIÇOS deverá ser também autorizado, expressamente, pelo contratante através de ordem de reinício.

Jaraguá do Sul, 24 de julho de 2020..

ORDEM DE PARALISAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2020

Publicação Nº 2594483

ORDEM DE PARALISAÇÃO
Pregão Presencial nº 26/2020

Considerando os termos do Decreto Estadual nº 515 de 17 de março de 2020 que declara situação de emergência em todo território catarinense para fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19;

considerando os termos do Decreto Municipal nº 13.723 de 18 de março de 2020 que declara situação de emergência no Município de Jaraguá do Sul para fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19;

considerando os termos do Ofício 067/2020/Semad, de 18 de março de 2020, que trata das medidas a serem tomadas por fiscais e gestores de contratos firmados com o Município de Jaraguá do Sul;

Determina-se, à empresa Flamaserv Serviços Terceirizados LTDA, a paralisação dos serviços com fornecimento de mão de obra especializada e qualificada na área de preparo de alimentação (agentes de alimentação e nutrição), que englobam todas as etapas do processo de preparação e distribuição de refeições aos alunos da Rede Municipal de Ensino (Centros Municipais de Educação Infantil e Escolas Municipais de Educação Básica) no município de Jaraguá do Sul, em conformidade com os anexos do Edital que são partes integrantes deste contrato, objeto do Edital do Pregão Presencial nº 26/2020, formalizado pelo Contrato nº 287/2020, a partir da data do recebimento desta Ordem, por prazo indeterminado, por motivo de superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato (Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993 Art. 57. § 1º II).

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Ivana Atanásio Dias

Roberta Rotermund Baratto
Fiscal do Contrato

Flamaserv Serviços Terceirizados LTDA
CNPJ/MF 11.046.495/0001-06

Recebi em, ____/____/____

OBS:- Será lavrada em 4 (quatro) vias: a) Fiscalização; b) Contratado; c) Licitações; d) Arquivo no Setor responsável:
O REINÍCIO DOS SERVIÇOS deverá ser também autorizado, expressamente, pelo contratante através de ordem de reinício.

Jaraguá do Sul, 27 de julho de 2020.

ORDEM DE PARALISAÇÃO – Nº 02/2020 CONTRATO Nº 443/2019

Publicação Nº 2595028

ORDEM DE PARALISAÇÃO – nº 02/2020
Contrato nº 443/2019

Considerando a entrega de todos os projetos entregues pela SC Engenharia e Tecnologia, totalizando projetos de 85 ruas.
Considerando outras demandas que os fiscais têm, além da fiscalização desse contrato.

Considerando o tempo necessário para que se possa realizar uma conferência adequada dos projetos.

Determinamos por meio desta, a empresa SC ENGENHARIA E GEOTECNOLOGIA LTDA., a paralisação dos serviços referentes a execução de serviços técnicos de ensaios e levantamentos, estudos específicos e elaboração de projetos executivos para obras de pavimentação no município de Jaraguá do Sul, objeto da Tomada de Preços nº 40/2019, e, formalizada pelo Contrato nº 443/2019, a partir da data do recebimento desta Ordem, por prazo indeterminado, para que haja tempo de análise e solicitação de eventuais correções nos projetos.

Jaraguá do Sul, 19 de junho de 2020.

Ivan Andréias Wolter
Engenheiro Civil - Fiscal Designado

Marcelo Gumboski
Engenheiro Civil - Fiscal Designado

Recebi em ____/____/____

SC ENGENHARIA E GEOTECNOLOGIA LTDA.
CNPJ 05.039.594/0001-68

OBS:- Será lavrada em 6 (seis) vias: a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Licitações; d) Controladoria; e) Arquivo no Setor

responsável pelas obras; f) Prestação de Contas ou Órgão Repassador dos Recursos;
- REINÍCIO DOS SERVIÇOS deverá ser também autorizado, expressamente pelo contratante.

RATIFICAÇÃO DA AUTORIDADE SUPERIOR

Conforme justificativa do Engenheiro(a) Fiscal ratifico as informações constantes da presente Ordem de Paralisação, nos termos propostos.

Jaraguá do Sul, 19 de Junho de 2020.

OTONIEL DA SILVA
Secretário Municipal de Obras
e Serviços Públicos

PORTARIA Nº 523/2020

Publicação Nº 2596468

PORTARIANº 523/2020

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Municipal Nº 4.864/2007, de 20/12/2007, alterada pela Lei Municipal Nº 8.142/2019, de 31/10/2019; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 267/2020/Semash, de 29/07/2020, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 29/07/2020, a servidora pública municipal DÉBORA ZIR, matrícula 10820, para desempenhar as atribuições de SECRETÁRIA EXECUTIVA do seguinte Órgão Colegiado que integra o Poder Executivo Municipal:
- Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Jaraguá do Sul (Comped/JS).

Art.2º A servidora designada pelo presente ato administrativo perceberá a gratificação na forma da Lei Municipal Nº 4.864/2007, de 20/12/2007, alterada pela Lei Municipal Nº 8.142/2019, de 31/10/2019.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 29/07/2020, revogada a Portaria Nº 1113/2019, de 09/12/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 06 de agosto de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 524/2020

Publicação Nº 2596469

PORTARIANº 524/2020

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 267/2020/Semash, de 29/07/2020, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 29/07/2020, a servidora pública municipal CARLA KLITZKE ESPINDOLA, matrícula 113502, para desempenhar as atribuições de SECRETÁRIA EXECUTIVA do seguinte Órgão Colegiado que integra o Poder Executivo Municipal:
- Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

Art.2º As atividades desenvolvidas pela servidora ora designada são consideradas de relevante interesse público e não serão remuneradas.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 29/07/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 06 de agosto de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 525/2020

Publicação Nº 2596470

PORTARIANº 525/2020

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE :

Art.1º RETIFICAR de 20/07/2020 a 27/07/2020 para 20/07/2020 a 26/07/2020, o período de afastamento do servidor público municipal NELSON RENATO STINGHEN, matrícula 8853, constante na Portaria Nº 509/2020, de 03/08/2020.

Art.2º RETIFICAR de 09/07/2020 a 19/07/2020 para 09/07/2020 a 20/07/2020, o período de afastamento da servidora pública municipal CHEILA FERNANDES PEREIRA CADONA, matrícula 113080, constante na Portaria Nº 509/2020, de 03/08/2020.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 06 de agosto de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 526/2020

Publicação Nº 2596471

PORTARIANº 526/2020

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE :

Art.1º RETIFICAR de 22/07/2020 a 31/07/2020 para 23/07/2020 a 31/07/2020, o período de afastamento da servidora pública municipal JESSICA CRISTINA DERETTI, matrícula 9629, constante na Portaria Nº 512/2020, de 03/08/2020.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 06 de agosto de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 527/2020

Publicação Nº 2596472

PORTARIANº 527/2020

Substitui Conselheira do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e
CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 13/2020/CMAS/JS, de 04/08/2020, do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS);

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR DIANA ILAINE GNEWUCH DE ABREU, como conselheira suplente, em substituição à Livaneyde Maria Lins, para representar a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), na qualidade de Representante da Sociedade Civil Organizada, no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

Art.2º Em consequência, fica parcialmente revogada a Portaria Nº 058/2019, de 08/02/2019, no que se refere a designação de Livaneyde Maria Lins.

Art.3º O mandato encerrar-se-á em 1º de abril de 2021, conforme consubstanciado no Decreto Municipal Nº 13.861/2020, de 12/05/2020.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 06 de agosto de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 21/2020-FMS FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Publicação Nº 2595022

RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 21/2020-FMS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 25 caput da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e CREDENCIAMENTO Nº 20/2020-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADA: DNALYS INOVAÇÃO, ANÁLISES E GESTÃO EIRELI

OBJETO: Contratação de laboratório especializado para realização de até 5.000 (cinco mil) exames/testes RT-PCR (Gold standard para o diagnóstico da Covid-19) que detecte a presença/ausência do vírus, destinado aos pacientes com suspeita de infecção no Município de Jaraguá do Sul.

VALOR E PAGAMENTO: O MUNICÍPIO pagará à Contratada o valor total de até R\$ 950.000,00 (novecentos e cinquenta mil reais), sendo o valor de R\$190,00 (cento e noventa reais) por exame.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: O recurso orçamentário decorrente da despesa desta contratação correrá por conta da dotação orçamentária do exercício de 2020:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
15.002.10.301.0751.2.660	Prestar Assistência de Atenção Básica	3.3.90.00	27	0.2.38.0639 – Programa de Trabalho 10.122.5018.21C0.6500 – Enfrentamento da Covid-19

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução deste contrato será de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da presente data, sendo que o fornecimento dos kits de coletas será fracionado conforme cada pedido efetuado mediante Autorização de Fornecimento, devendo ser entregue em até 10 dias a contar de cada pedido e deverá acompanhar nota fiscal a cada entrega, até o limite contratado. A vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

Jaraguá do Sul (SC), 05 de agosto de 2020.

Antídio Aleixo Lunelli
Prefeito Municipal

Alceu Gilmar Moretti
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Douglas Antonio Conceição
Presidente da Comissão Especial de Licitação
Decreto nº 13.550/2020

CÂMARA MUNICIPAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2020 - TERMO DE RATIFICAÇÃO

Publicação Nº 2594510

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2020 – DISPENSA

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico por este termo, a Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de backup em nuvem (Cloud Backup) de missão crítica para a Câmara Municipal de Jaraguá do Sul (CMJS). No valor total de R\$ 3.831,60 (Três mil e oitocentos e trinta e um reais e sessenta centavos), com base no Art.24, inciso II da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, de acordo com Parecer da Diretoria Jurídica da Câmara, e tendo em vista os elementos que instruem o Processo nº. 09/2020 – dispensa de Licitação

VENCEDOR: SERCOMPE COMPUTADORES LTDA
CNPJ - 80.348.618/0001-86

VALOR TOTAL HOMOLOGADO: R\$ 3.831,60 (Três mil e oitocentos e trinta e um reais e sessenta centavos).

JUSTIFICATIVA: A contratação se faz necessária tendo em vista os seguintes fatos:

A Câmara possui um sistema onde são tramitadas e armazenadas todas as informações de seus procedimentos legislativos. Atualmente este processo é feito de forma digital e física (documentos em papel). Porém, o objetivo é a eliminação do trâmite físico e adoção do trâmite

exclusivamente digital.

Para garantir a segurança destas informações que passarão a ser armazenadas exclusivamente de forma digital, faz-se necessário a contratação de empresa especializada em backup em nuvem (Cloud Backup). Este formato digital consiste em máxima segurança possível para armazenamento e arquivamento das informações.

Assim sendo, atendendo o disposto no artigo 24, inciso II da lei nº 8.666/93, apresentamos a justificativa para a contratação através de dispensa de licitação.

Jaraguá do Sul, 06 de março de 2020.

Celestino Klinkoski
Presidente

Jardinópolis

PREFEITURA

EXTRATO PROCESSO 73-2020

Publicação N° 2594972

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDINÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. N°: 73/2020

Edital: TOMADA DE PREÇOS P/COMPRAS E SERVICOS N°: 11/2020

Tipo: Menor preço - Global

Objeto: Contratação de Empresa especializada para Pavimentação com Pedra basalto irregular em parte da rua Felisberto Calgaro, trecho entre a da AV. Getúlio Vargas e Rua Frei Valério, planilha orçamentária deverá ser retirado junto ao setor de Licitações.

Entrega dos Envelopes : 08:00 do dia 26 de agosto de 2020

Abertura dos Envelopes : 08:00 do dia 26 de agosto de 2020

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av. Getúlio Vargas, 815, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo fone (49)33370004.

JARDINÓPOLIS, 07 de agosto de 2020

DORILDO PEGORINI

PREFEITO MUNICIPAL

Joaçaba

PREFEITURA

44/2020 PMJ

Publicação Nº 2597010

PREFEITURA DE JOAÇABA
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 44/2020/PMJ
PREGAO ELETRONICO Nº 18/2020/PMJ

O Secretário Municipal de Gestão Administrativa e financeira, Sr. MICHEL CARLESSO AVILA, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 44/2020/PMJ.

- Modalidade: PE 18/2020/PMJ

Objeto o Registro de Preços para eventuais contratações futuras de serviços especializados de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de ar condicionado, instalados em prédios próprios e locados pelo Município, Fundos, Secretarias e demais órgãos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos-

Empresa Vencedora:

DIEGO VINICIUS DE SOUZA

VALOR R\$ 107.896,86

GP SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E REFRIGERAÇÃO DE CENTRAL DE AR

VALOR R\$ 10.368,00

FISCAL: VALKÍRIA SUZANA MARTINS TREVIZAN, ADILSON LUIZ BULLA, LUCIMAR BOSCATO, MATHEUS LUIS GEUSTER, ADRIANO NORA, CLIO SANTOS, BRUNA BORTOLLI, IRACEMA FERRI, MARIANA BELOTO MOREIRA, MAGALI VANIN, JULIO CESAR SOUZA, INGRID VANESSA STOCK e LEO CIR JOSÉ PARIZOTTO

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 07 de agosto de 2020.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
SECRETARIO MUNICIPAL DESENV. ECON. E INOV.
MICHEL CARLESSO AVILA

AVISO PL 43/2020/PMJ - TP 05/2020/PMJ

Publicação Nº 2596544

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 43/2020/PMJ
TOMADA DE PREÇO Nº 05/2020/PMJ

Informamos a todos os interessados que o processo licitatório nº 43/2020/PMJ – Tomada de Preço nº 05/2020/PMJ, cujo objeto é “contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a reforma, ampliação e regularização do Centro de Referência do Idoso, localizado na Rua Antônio Nunes Varela, nº 1374, bairro Vila Pedrini, neste Município.” a ata da sessão, de julgamento das propostas, está disponível no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br), contando-se o prazo para apresentação dos possíveis recursos nos termos da ata da sessão. Quaisquer informações podem ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br. Todas as informações relacionadas ao processo estão disponíveis para consulta no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br).

Joaçaba, 07 de agosto de 2020.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
Comissão de Licitação

DECRETO Nº 6.004 DE 05 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2594877

DECRETO Nº 6.004 DE 05 DE AGOSTO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO ART.2º DO DECRETO Nº 5.995/2020, QUE ESPECIFICA”

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

DECRETA:

Art. 1º- Fica alterado o art. 2º do Decreto nº 5.995/2020 passando a vigorar com a seguinte redação:

Art.2º- Ficam suspensas pelo período de 14 (quatorze) dias, a contar de 31 de julho de 2020 a realização de missas e cultos religiosos presenciais, exceto aos sábados e domingos.

Art. 2º- Os demais dispositivos permanecem inalterados.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 05 de agosto de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI
Prefeito

DECRETO Nº 6.005 DE 06 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2596446

DECRETO Nº 6.005 DE 06 DE AGOSTO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO DECRETO Nº 5.988/2020, QUE ESPECIFICA”

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

DECRETA:

Art. 1º- A suspensão de circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal e intermunicipal de passageiros, e a concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques e praças de que trata o art. 1º do Decreto nº 5.988/2020 fica prorrogada até a data de 13 de agosto de 2020.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 06 de agosto de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI
Prefeito

PORTARIA Nº 7.074

Publicação Nº 2595415

PORTARIA 7.074 DE 04 DE AGOSTO DE 2020

“DESIGNA SERVIDOR QUE ESPECÍFICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o(a) Sr(a). GUILHERME DE SOUZA, Fiscal de Obras e Posturas, para realizar vistoria de obras/edificações sujeitas a demolição, de acordo com o artigo 201 da Lei Complementar nº 398 de 15 de outubro de 2019 e conforme memorando nº 116/2020 da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação.

Art. 2º A vistoria, quando possível, deverá ser realizada na presença de duas testemunhas.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 04 de agosto de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 7.075

Publicação Nº 2595458

PORTARIA Nº 7.075 DE 04 DE AGOSTO DE 2020

“REDISTRIBUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e Lei nº 5.337 de 25 de maio de 2020

RESOLVE,

Art. 1º REDISTRIBUIR “Processo Administrativo”, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de verificar o descumprimento das regras de aposentadoria por invalidez, concedida ao Sr. EDSON BARETTA, garantindo contraditório e ampla-defesa, conforme relatório do Conselho de Administração, Parecer Jurídico e solicitação da Comissão Permanente 03.

Art. 2º - DESIGNAR os servidores, DIANE CARINA MATANA. LUIZ FERNANDO VACCARI E SIDNEI JOSE GEMELLI para conduzirem a Comissão, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através da Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013 e Decreto n.º 5.858 de 28 de janeiro de 2020.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 04 de agosto de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 7.076

Publicação Nº 2595558

PORTARIA Nº 7.076 DE 05 DE AGOSTO DE 2020

“CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) VALESKA KREVE durante o período de 05 de agosto de 2020 a 31 de dezembro de 2020, para exercer as funções de Médico(a), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificada em 01º lugar no edital de Chamada Pública nº 01/2020 da Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba, para atuar nas ações epidemiológicas e de saúde pública em decorrência da Pandemia do COVID-19, conforme memorando nº 375/2020 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 05 de agosto de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 7.077

Publicação Nº 2595591

PORTARIA Nº 7.077 DE 06 DE AGOSTO DE 2020

"PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até o final da licença maternidade, do(a) Servidor(a) IARA DAIANY DE SOUSA PEREIRA BURLIM, Profissional de Educação Física, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Superintendência de Esportes, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º, § 1º I da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005 e 343 de 08 de junho de 2017 e em virtude de sua aprovação em 08º lugar no edital de Teste Seletivo nº 003/2018 da Prefeitura Municipal de Joaçaba, em função do Inciso III da Súmula 244 do TST que garante a estabilidade provisória.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 06 de agosto de 2020.

DIOCLESIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 7.078

Publicação Nº 2595620

PORTARIA Nº 7.078 DE 06 DE AGOSTO DE 2020

"PRORROGA PRAZO DE COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR o prazo em 60 (sessenta) dias, conforme prevê o art. 140 da Lei Complementar n.º 76/2003, para conclusão dos trabalhos do "Processo Administrativo Disciplinar", que apura possível descumprimento das obrigações funcionais por parte da servidora E.C.H.C., garantindo contraditório e ampla defesa, conforme decisão proferida na Sindicância instaurada pela portaria nº 774 de 24 de fevereiro de 2017 e memorando nº 68/2020 da Secretaria de Transparência, Controle e Gestão Pública e conforme solicitação da Comissão Permanente 03.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 20 de julho de 2020, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 06 de agosto de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

84-85/2020 PMJ

Publicação N° 2597012

Página: 1 / 2
Processo N° 44/2020
PREGÃO ELETRÔNICO N° 18/2020

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Atas de Registro de Preços por Processo

Registro de Preço 84 / 2020

Data do Registro : 7 de Agosto de 2020

Válido até : 07-08-2021

Objeto da Compra : Registro de Preços para eventuais contratações futuras de serviços especializados de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de ar condicionado, instalados em prédios próprios e locados pelo Município, Fundos, Secretarias e demais órgãos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste

DIEGO VINICIUS DE SOUZA 04102368965

Item	Especificação	Data Venc.	Marca	Qtd	Preço Unitário
1	Manutenção preventiva em condicionadores de ar tipo split Hi Wall	07-08-2021	DV CONSULTORIA	497	38,99
2	Manutenção corretiva em condicionadores de ar tipo split Hi Wall	07-08-2021	DV CONSULTORIA	497	59,50
3	Manutenção preventiva em aparelhos de ar condicionado de janela mecânico	07-08-2021	DV CONSULTORIA	67	49,99
4	Manutenção corretiva em aparelhos de ar condicionado de janela mecânico	07-08-2021	DV CONSULTORIA	67	74,00
5	Serviço de instalação de condicionadores de ar tipo split Hi Wall e aparelhos de ar condicionado de janela mecânico (não inclusos rede elétrica, serviços de alvenaria, gesso, pintura, etc.)	07-08-2021	DV CONSULTORIA	211	240,00

Total dos itens da ata:

R\$107.896,86

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Atas de Registro de Preços por Processo

Página: 2 / 2
Processo Nº 44/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2020

Registro de Preço 85 / 2020

Data do Registro : 7 de Agosto de 2020

Válido até : 07-08-2021

Objeto da Compra : Registro de Preços para eventuais contratações futuras de serviços especializados de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de ar condicionado, instalados em prédios próprios e locados pelo Município, Fundos, Secretarias e demais órgãos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste

GP SERVICOS DE INSTALACAO E REFRIGERACAO DE CENTRAL DE AR - EIRELI

Item	Especificação	Data Venc.	Marca	Qtd	Preço Unitário
6	Serviço de remoção de condicionadores de ar tipo split Hi Wall e aparelhos de ar condicionado de janela mecânico (não inclusos serviços de alvenaria, gesso, pintura, etc.)	07-08-2021	diversos	192	54,00

Total dos itens da ata:

R\$10.368,00

86-87/2020 PMJ

Publicação N° 2597019

Página: 1 / 2
 Processo N° 29/2020
 PREGÃO ELETRÔNICO N° 7/2020

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
 Atas de Registro de Preços por Processo

Registro de Preço 86 / 2020

Data do Registro : 7 de Agosto de 2020

Válido até : 07-08-2021

Objeto da Compra :

o Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de lanches (salgados, bolos e pães), destinados aos eventos a serem promovidos pelas diversas secretarias e órgãos do Município de Joaçaba.

SILVIO MELO WALTRICK 05027184980

Item	Especificação	Data Venc.	Marca	Qtd	Preço Unitário
1	Pastel assado com recheio de brócolis e ricota	07-08-2021	WALTRICK	106	36,97
2	Pastel assado com recheio de carne moída	07-08-2021	WALTRICK	126	36,97
3	Assado de salsicha	07-08-2021	WALTRICK	72	36,97
4	Empada de frango com palmito	07-08-2021	WALTRICK	74	36,97
5	Croissant de frango	07-08-2021	WALTRICK	94	36,97
6	Croissant de presunto e queijo	07-08-2021	WALTRICK	69	39,99
7	Mini pizza de frango	07-08-2021	WALTRICK	100	19,99
8	Mini pizza de calabresa	07-08-2021	WALTRICK	109	19,96
10	Bolinho de queijo	07-08-2021	WALTRICK	111	19,99
12	Croquete de carne - com recheio de requeijão	07-08-2021	WALTRICK	81	19,99
13	Croquete de carne	07-08-2021	WALTRICK	85	19,99
19	X salada (pão de hambúrguer, hambúrguer de carne bovina, queijo, presunto, alface e tomate)	07-08-2021	WALTRICK	1080	8,99
26	Croissant de chocolate	07-08-2021	WALTRICK	52	24,98
27	Pão francês	07-08-2021	WALTRICK	918	8,00
29	Pão fatiado para sanduíche - integral	07-08-2021	WALTRICK	45	7,49
31	Cuca doce sem recheio	07-08-2021	WALTRICK	228	10,00
32	Cuca doce recheada	07-08-2021	WALTRICK	214	11,00
33	Bolo simples - com cobertura	07-08-2021	WALTRICK	189	19,49
34	Bolo com uma camada de recheio e cobertura	07-08-2021	WALTRICK	187	24,00
35	Bolo com duas camadas de recheio e cobertura	07-08-2021	WALTRICK	141	24,00

Total dos itens da ata:

R\$64.799,84

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Atas de Registro de Preços por Processo

Página: 2 / 2
Processo Nº 29/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 7/2020

Registro de Preço 87 / 2020

Data do Registro : 7 de Agosto de 2020

Válido até : 07-08-2021

Objeto da Compra : o Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de lanches (salgados, bolos e pães), destinados aos eventos a serem promovidos pelas diversas secretarias e órgãos do Município de Joaçaba.

PANIFICADORA E CONFEITARIA MULTI SABOR LTDA - EPP

Item	Especificação	Data Venc.	Marca	Qtd	Preço Unitário
9	Mini pizza de marguerita	07-08-2021	MULTI SABOR	72	20,00
11	Coxinha de frango	07-08-2021	MULTI SABOR	123	16,00
14	Pasteizinho de carne	07-08-2021	MULTI SABOR	129	16,00
15	Rissoles de frango	07-08-2021	MULTI SABOR	126	16,00
16	Mini sanduiche integral de salami com queijo branco e peito de peru	07-08-2021	MULTI SABOR	64	20,97
17	Mini sanduiche natural de presunto, queijo, alface e tomate	07-08-2021	MULTI SABOR	99	19,50
18	Mini sanduiche natural de frango, creme de queijo, cenoura e alface	07-08-2021	MULTI SABOR	94	19,50
20	X tudo (pão de hambúrguer, hambúrguer de carne bovina, frango grelhado, queijo, presunto, ovo frito na chapa, bacon, alface e tomate)	07-08-2021	MULTI SABOR	1090	11,00
21	Sonho recheado com goiabada	07-08-2021	MULTI SABOR	98	15,00
22	Sonho recheado com doce de leite	07-08-2021	MULTI SABOR	90	15,00
23	Massa folhada com banana e canela	07-08-2021	MULTI SABOR	57	27,00
24	Massa folhada com creme	07-08-2021	MULTI SABOR	57	25,43
25	Carolina	07-08-2021	MULTI SABOR	44	26,00
28	Pão fatiado para sanduiche	07-08-2021	MULTI SABOR	608	6,45
30	PÃO PARA CACHORRO-QUENTE	07-08-2021	MULTI SABOR	215	6,50

Total dos itens da ata:

R\$36.855,19

HOMOLOG PL 29/2020 PMJ

Publicação Nº 2597017



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

CNPJ: 82.939.380/0001-99 **Telefone:** (49) 3527-8800
Endereço: Av. XV de Novembro, 378 - Centro
CEP: 89600-000 - Joaçaba

PREGÃO ELETRÔNICO
Nr.: 7/2020

Processo Adm.: 29/2020
Data do Processo: 12/05/2020

Folha: 1 / 2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 29/2020
b) **Nr. Licitação:** 7/2020 - PE
c) **Modalidade:** Pregão eletrônico
d) **Data de Homologação:** 07/08/2020
e) **Objeto da Licitação:** o Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de lanches (salgados, bolos e pães), destinados aos eventos a serem promovidos pelas diversas secretarias e órgãos do Município de Joaçaba.

f) Fornecedores e Resumo de Itens Vencedores:

	Un.	Quantidade	VI. Unitário	Total dos Itens
PANIFICADORA E CONFEITARIA MULTI SABOR LTDA - EPP				
9 - Mini pizza de marguerita - Marca: MULTI SABOR	KG	72,000	20,0000	R\$ 1.440,00
11 - Coxinha de frango - Marca: MULTI SABOR	KG	123,000	16,0000	R\$ 1.968,00
14 - Pastelzinho de carne - Marca: MULTI SABOR	KG	129,000	16,0000	R\$ 2.064,00
15 - Rissoles de frango - Marca: MULTI SABOR	KG	126,000	16,0000	R\$ 2.016,00
16 - Mini sanduíche integral de salami com queijo branco e peito de peru - Marca: MULTI SABOR	KG	64,000	20,9700	R\$ 1.342,08
17 - Mini sanduíche natural de presunto, queijo, alface e tomate - Marca: MULTI SABOR	KG	99,000	19,5000	R\$ 1.930,50
18 - Mini sanduíche natural de frango, creme de queijo, cenoura e alface - Marca: MULTI SABOR	KG	94,000	19,5000	R\$ 1.833,00
20 - X tudo (pão de hambúrguer, hambúrguer de carne bovina, frango grelhado, queijo, presunto, ovo frito na chapa, bacon, alface e tomate) - Marca: MULTI SABOR	UN	1.090,000	11,0000	R\$ 11.990,00
21 - Sonho recheado com goiabada - Marca: MULTI SABOR	KG	98,000	15,0000	R\$ 1.470,00
22 - Sonho recheado com doce de leite - Marca: MULTI SABOR	KG	90,000	15,0000	R\$ 1.350,00
23 - Massa folhada com banana e canela - Marca: MULTI SABOR	KG	57,000	27,0000	R\$ 1.539,00
24 - Massa folhada com creme - Marca: MULTI SABOR	KG	57,000	25,4300	R\$ 1.449,51
25 - Carolina - Marca: MULTI SABOR	KG	44,000	26,0000	R\$ 1.144,00
28 - Pão fatiado para sanduíche - Marca: MULTI SABOR	KG	608,000	6,4500	R\$ 3.921,60
30 - PÃO PARA CACHORRO-QUENTE - Marca: MULTI SABOR	KG	215,000	6,5000	R\$ 1.397,50
Total do Fornecedor :				36.855,19

Joaçaba, 07/08/2020

Assinatura do Responsável



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

CNPJ: 82.939.380/0001-99 **Telefone:** (49) 3527-8800
Endereço: Av. XV de Novembro, 378 - Centro
CEP: 89600-000 - Joaçaba

PREGÃO ELETRÔNICO
Nr.: 7/2020

Processo Adm.: 29/2020
Data do Processo: 12/05/2020

Folha: 2 / 2

f) Fornecedores e Resumo de Itens Vencedores:

	Un.	Quantidade	VI. Unitário	Total dos Itens
SILVIO MELO WALTRICK 05027184980				
1 - Pastel assado com recheio de brócolis e ricota - Marca: WALTRICK	KG	106,000	36,9700	R\$ 3.918,82
2 - Pastel assado com recheio de carne moída - Marca: WALTRICK	KG	126,000	36,9700	R\$ 4.658,22
3 - Assado de salsicha - Marca: WALTRICK	KG	72,000	36,9700	R\$ 2.661,84
4 - Empada de frango com palmito - Marca: WALTRICK	KG	74,000	36,9700	R\$ 2.735,78
5 - Croissant de frango - Marca: WALTRICK	KG	94,000	36,9700	R\$ 3.475,18
6 - Croissant de presunto e queijo - Marca: WALTRICK	KG	69,000	39,9900	R\$ 2.759,31
7 - Mini pizza de frango - Marca: WALTRICK	KG	100,000	19,9900	R\$ 1.999,00
8 - Mini pizza de calabresa - Marca: WALTRICK	KG	109,000	19,9600	R\$ 2.175,64
10 - Bolinho de queijo - Marca: WALTRICK	KG	111,000	19,9900	R\$ 2.218,89
12 - Croquete de carne - com recheio de requeijão - Marca: WALTRICK	KG	81,000	19,9900	R\$ 1.619,19
19 - X salada (pão de hambúrguer, hambúrguer de carne bovina, queijo, presunto, alface e tomate) - Marca: WALTRICK	UN	1.080,000	8,9900	R\$ 9.709,20
26 - Croissant de chocolate - Marca: WALTRICK	KG	52,000	24,9800	R\$ 1.298,96
27 - Pão francês - Marca: WALTRICK	KG	918,000	8,0000	R\$ 7.344,00
29 - Pão fatiado para sanduíche - integral - Marca: WALTRICK	KG	45,000	7,4900	R\$ 337,05
31 - Cuca doce sem recheio - Marca: WALTRICK	KG	228,000	10,0000	R\$ 2.280,00
32 - Cuca doce recheada - Marca: WALTRICK	KG	214,000	11,0000	R\$ 2.354,00
33 - Bolo simples - com cobertura - Marca: WALTRICK	KG	189,000	19,4900	R\$ 3.683,61
34 - Bolo com uma camada de recheio e cobertura - Marca: WALTRICK	KG	187,000	24,0000	R\$ 4.488,00
35 - Bolo com duas camadas de recheio e cobertura - Marca: WALTRICK	KG	141,000	24,0000	R\$ 3.384,00
13 - Croquete de carne - Marca: WALTRICK	KG	85,000	19,9900	R\$ 1.699,15
Total do Fornecedor :				64.799,84
Total geral :				R\$ 101.655,03

Joaçaba, 07/08/2020

Assinatura do Responsável

José Boiteux**PREFEITURA****CHAMADA PÚBLICA 004/2020**

Publicação N° 2594581

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N° 04/2020

O PREFEITO E SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX – SC, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, TORNAM PÚBLICA, PELO PRESENTE EDITAL, AS NORMAS DA CHAMADA PÚBLICA 04/2020 PARA A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE MÉDICO, ENFERMEIRO E TÉCNICO DE ENFERMAGEM, PARA RECOMPOR A EQUIPE DE SAÚDE PARA A IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE ENFRENTAMENTO AO COVID-19.

CONSIDERANDO o amparo legal dado pelo inciso IX do art. 37 da Constituição Federal c/c o art. 2º, II da Lei Municipal nº 948/2013, DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA FORMA DO ART. 37, IX DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E ART. 97, INCISO IX DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO.

CONSIDERANDO a Portaria nº 1.445/2020 do Ministério da Saúde que INSTITUÍ OS REFERIDOS CENTROS DE ATENDIMENTO TEMPORÁRIO;

CONSIDERANDO a Portaria Nº 1.797, DE 21 DE JULHO DE 2020, QUE CREDENCIOU TEMPORARIAMENTE O MUNICÍPIO A RECEBER INCENTIVOS FINANCEIROS REFERENTES AOS CENTROS DE ATENDIMENTO PARA ENFRENTAMENTO DA COVID-19;

CONSIDERANDO:

- A Declaração de Emergência em Saúde Pública de importância internacional-ESPII, feita pela Organização Mundial de Saúde – OMS, em 30 de Janeiro de 2020, devido ao alto grau de transmissibilidade do novo Coronavírus - COVID 2019;
- A Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional - ESPIN, por meio da Portaria GAB/MS nº 188, de 3 de fevereiro de 2020

CONSIDERANDO a Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, QUE DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO COVID19 e sua regulamentação através da Portaria do Ministério da Saúde nº 356 de 11 de março de 2020;

CONSIDERANDO a necessidade emergencial para atender a população sintomática e ou diagnosticada com covid19 e atender a adesão municipal ao Programa Excepcional e temporário estabelecido na Portaria 1.445/2020;

CONSIDERANDO que a Saúde é direito de todos e dever do Estado, sendo um direito social constitucionalmente previsto;

CONSIDERANDO a inviabilidade de efetuar processo seletivo ou concurso público pelas restrições impostas pelos decretos de emergência sanitária, sendo estes cargos de caráter temporário;

CONSIDERANDO o dever de atendimento dos interesses primários da população, visando assegurar um bem maior, a vida, por meio da preservação da saúde;

RESOLVE,

Tornar público os procedimentos para CHAMADA PÚBLICA disponibilizando a contratação de uma (01) vaga para o cargo de Técnico de Enfermagem, ou a mais para recompor a equipe de acordo com a necessidade de afastamento de profissionais em decorrência da Covid-19 e uma (01) vaga para Médico ESF e (01) uma vaga para enfermeiro para atender a implantação do Centro de Enfrentamento a COVID-19.

1 - DA DATA, DAS VAGAS, CARGA HORÁRIA, VENCIMENTO E HABILITAÇÃO

1.1 - Os candidatos interessados deverão encaminhar a documentação por mensagem eletrônica para o e-mail: saude@pmjb.sc.gov.br, entre os dias 10/08/2020 até 14/08/2020.

Cargo	Nº de Vagas	Carga Horária Semanal	Vencimento	Habilitação
Médico	01 + Cadastro Reserva	40 horas	R\$ 16.176,48	Portador de Certificado/Diploma de Conclusão do curso de nível superior e registro no CRM/SC.

Enfermeiro	01 + Cadastro Reserva	40 horas	R\$4.095,97	Portador de Certificado/Diploma de Conclusão do curso de nível superior e registro no COREN/SC.
Técnico de Enfermagem	01 + Cadastro Reserva	40 horas	R\$ 1.477,37	Portador de Certificado/Diploma de Conclusão do curso técnico e registro no COREN/SC.

1.2 - Para realizar à inscrição, os candidatos interessados deverão encaminhar por e-mail os seguintes documentos digitalizados em formato PDF:

- 1.3 - Ficha de inscrição e entrega de documentação preenchida (Anexo I);
- 1.4 - Fotocópia de Credencial do Conselho Regional de Enfermagem/Medicina;
- 1.5 - Comprovante de tempo de serviço de atuação profissional, se houver;
- 1.6 - Comprovante de participação em cursos de especialização, aperfeiçoamento, se houver.

OBS.: Os documentos encaminhados por e-mail deverão também ser entregues fisicamente no momento da contratação, devendo ser os originais ou fotocópia autenticada em cartório ou por servidor público.

1.7 - Poderão se inscrever para a Chamada Pública os(as) candidatos(as) que cumpram as seguintes exigências:

- Ser brasileiro (a) nato (a) ou naturalizado (a);
- Estar em dia com as obrigações eleitorais;
- Estar em dia com as obrigações militares, se do sexo masculino;
- Ter 18 anos completos na data da inscrição;
- Possuir, na data de inscrição, a qualificação exigida para o cargo pretendido;
- Atender as exigências contidas neste Edital.

2 - DO PROCESSO DE ESCOLHA

2.1 - O processo de seleção se dará em fase única, de caráter classificatório e eliminatório, que consistirá da análise da documentação, cursos, e do tempo de serviço na área de atuação quando houver.

2.2 - Serão considerados os seguintes documentos para comprovação do tempo de serviço e cursos:

- a-) Documentação que especifique a função e as datas inicial e final do serviço emitidas por: Prefeituras, Secretarias, Hospitais, Clínicas, Fundações e outras na função pretendida;
- b-) Cópias de certificados, diplomas de participação em cursos, pós graduação, especialização, curso técnico, seminários.

2.3 Havendo mais de dois candidatos interessados nas vagas, serão considerados sucessivamente os seguintes critérios de desempate:

- a-) Habilitação Profissional com maior tempo de atuação no serviço público;
- b-) Maior Habilitação profissional, considerando: título de especialização, cursos de aperfeiçoamento na área da saúde (mínimo de 10h cada curso), participação em seminários na área da saúde (mínimo de 6h cada participação);
- c-) Maior tempo de atuação profissional, mediante comprovação nos termos do item anterior levando-se em conta dias, meses e anos;
- d-) Maior idade, levando-se em conta dias, meses e anos.

2.4 - Diplomas e certificados expedidos no exterior somente serão considerados quando revalidados por instituição de ensino superior no Brasil.

2.5 - Todo documento expedido em língua estrangeira somente será considerado se traduzido para a Língua Portuguesa por tradutor juramentado.

3 - DO RESULTADO

3.1 - O resultado provisório será divulgado em um dia útil após o término do prazo para as inscrições.

3.2 - Do resultado provisório caberá recurso em um dia útil após a divulgação.

3.3 - A lista com o resultado final será publicada no site da Prefeitura Municipal de José Boiteux/SC, www.pmjb.sc.gov.br e exposta no mural oficial da Prefeitura Municipal.

3.4 - A Secretaria Municipal de Saúde designará Comissão composta por servidores do quadro desta para acompanhamento e efetivação deste Edital de Chamada Pública, que terá a responsabilidade de acompanhar a sua realização e julgar casos omissos ou duvidosos.

3.5 - A aprovação e classificação da Chamada Pública não garante a contratação do interessado para a prestação dos serviços, o que ocorrerá de acordo com a necessidade e interesse da Administração Pública.

4 - DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 - Esta Chamada Pública terá vigência enquanto permanecer a decretação de situação de emergência pela Pandemia do Coronavírus, exceto para o Centro de Enfrentamento ao COVID-19 que encerra em 30/12/2020.

4.2 - O candidato aprovado deverá manter, durante o prazo de validade do Chamada Público, seu endereço atualizado junto à Secretaria Municipal de Saúde, incluindo contatos telefônicos e e-mail, visando eventuais convocações, não cabendo qualquer reclamação caso não seja possível à instituição convocá-lo por falta da citada atualização.

4.3 - A publicização das informações referente a Chamada Pública, bem como as convocações dos candidatos aprovados, dar-se-á através de publicação no site: www.pmjb.sc.gov.br;

4.4 - Os candidatos aprovados na Chamada Pública integrarão o quadro de pessoal de servidores da Secretaria Municipal de Saúde para contratação emergencial, e terão seus contratos regidos pela Lei Municipal n 948/2013 e alterações;

4.5 - O candidato aprovado, quando convocado, deverá apresentar os seguintes documentos:

- Original e fotocópia da Carteira de Identidade ou de documento único equivalente, de valor legal, com fotografia;
- Original e fotocópia do CPF próprio;
- 01 (uma) fotografia 3x4 recente;
- Título de Eleitor
- Comprovante de votação na última eleição, dos dois turnos, quando houver, OU comprovante de quitação com a Justiça Eleitoral;
- Original e fotocópia do Certificado de Reservista ou equivalente, se do sexo masculino;
- Original e fotocópia de Certidão de Casamento, se for o caso;
- Original e fotocópia do PIS/PASEP, caso seja cadastrado;
- Original e fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Declaração que não possui nenhum fato impeditivo de exercer a função, de segunda a sexta feira nos horários entre 08h00min às 18h00min
- Carteira SUS
- Tipagem Sanguínea
- Certidão nascimento filhos até 14 anos.
- Atestado vacinação filhos menores de 6 anos.
- Atestado de frequência escolar acima de 6 anos até 14anos.
- Comprovante de residência
- Idoneidade moral a ser comprovada no ato da admissão, mediante apresentação de atestado de antecedentes criminais, expedido pelo Fórum ou site TJSC.
- Carteira de trabalho (frente e verso), último registro de contrato de trabalho e página em branco referente ao próximo registro.

4.6 - As fotocópias deverão estar acompanhadas dos respectivos originais.

4.7 - O candidato convocado que, por qualquer motivo, não apresentar, em tempo hábil, a documentação completa citada no item 4.5 deste Edital, ficará automaticamente desclassificado e perderá sumariamente o direito à contratação.

4.8 - A Secretária Municipal de Saúde poderá, a seu critério, em qualquer tempo, suspender, revogar ou invalidar o Chamamento Público, desde que devidamente fundamentado, não assistindo aos candidatos direito à reclamação de qualquer natureza;

José Boiteux, 07 de agosto de 2020.

Fabiana Fusinato Jonas Pudwel
Secretária Municipal da Saúde Prefeito Municipal

ANEXO I FICHA DE INSCRIÇÃO

MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX	N.º DE INSCRIÇÃO SERÁ O CPF	
FICHA DE INSCRIÇÃO A CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2020		
Nome do Candidato (a):		
Cargo Pretendido: () Técnico Enfermagem () Enfermeiro () Médico		
DADOS CADASTRAIS		
Nome do Pai:		

Nome da Mãe:			
Data do Nascimento:			
Naturalidade:		Estado:	
N.º filhos:	Sexo:	Estado Civil:	
Endereço Residencial:			N.º:
Cidade/Estado:		Fone:	
CPF:	Nº Inscrição Órgão de Classe:		
Carteira de Identidade:		Órgão Expedidor:	
Portador de Deficiência: Sim () Não ()		Tipo:	
E-mail:			

Declaro que as informações acima prestadas são verdadeiras e assumo total responsabilidade pelo preenchimento desta Ficha de Inscrição, bem como, pela veracidade da cópia dos documentos anexa, declarando explicitamente conhecer e aceitar as normas e regulamentos estabelecidos no Edital de chamamento público nº 01/2020 e todas as disposições nele contidas.

(enviar este formulário preenchido e assinado, scaneado, para: saude@pmjb.sc.gov.br

José Boiteux/SC, ____ de ____ de 2020.

Assinatura do (a) Candidato (a)	
---------------------------------	--

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO

INSTITUIÇÃO (Nome, endereço, CNPJ): _____

Atestamos para fins de contagem de tempo de serviço, conforme estabelece o Edital de Chamada Pública Nº 01/2020 para Admissão de Médico/Técnico de Enfermagem, que o Senhor (a) _____, nascido (a) em ____/____/____ portador (a) do documento de identidade nº _____ e CPF nº _____ exerceu ou ainda exerce atividades profissionais nessa instituição, no cargo de Médico/Técnico de Enfermagem, conforme abaixo especificado:

PERÍODO DE: ____/____/____ a ____/____/____
PERÍODO DE: ____/____/____ a ____/____/____
PERÍODO DE: ____/____/____ a ____/____/____

TOTAL: ____ ANOS ____ MESES ____ DIAS.

Declaramos, sob as penas do artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que as informações constantes desta declaração são a expressão da verdade.

Local e Data: _____, ____/____/____.

Assinatura e carimbo do responsável pela instituição

Lages

PREFEITURA

DECRETO N ° 18073/2020

Publicação N° 2594673

DECRETO N° 18.073, de 30 de julho de 2020.

Concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, em Caráter Integral, ao servidor Edgar Pereira da Luz.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGES, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 94, da Lei Orgânica do Município, em conformidade com o Art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 e aplicação do Art. 10, §7º da Emenda Constitucional nº 103/2019,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA, POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, ao servidor Edgar Pereira da Luz, inscrito no CPF nº ***.245.669-** e no PASEP nº *.***.133.857-*, portador da matrícula funcional nº 3504/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, nível 18, classe III, com jornada de trabalho de 40h semanais, do Quadro de Servidores Públicos Municipais, lotado na Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º. Determina o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua remuneração de contribuição, perfazendo o total de R\$ 6.776,70 (seis mil, setecentos e setenta e seis reais e setenta centavos), que será mensalmente pago pelo LAGESPREVI.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de agosto de 2020.

Lages (SC), 30 de julho de 2020; 254º ano da Fundação e 160º da Emancipação.

Antonio Ceron
Prefeito

DECRETO N ° 18074/2020

Publicação N° 2594682

DECRETO N° 18.074, de 30 de julho de 2020.

Concede Aposentadoria por Idade, em Caráter Proporcional, à servidora Roza Maria Raizel Gava.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGES, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 94, da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o Art. 40, §1º, inciso III, alínea "b" da Constituição da República, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003 e aplicação do Art. 10, §7º da Emenda Constitucional nº 103/2019,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE, EM CARÁTER PROPORCIONAL, à servidora Roza Maria Raizel Gava, inscrita no CPF nº ***.224.179-** e no PASEP nº *.***.481.036-*, portadora da matrícula funcional nº 17612/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, nível/classe 3, Referência V, com jornada de trabalho de 40h semanais, do Quadro de Servidores Públicos Municipais, lotada na Secretaria Municipal da Educação.

Art. 2º. Determina o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter proporcional, nos termos do art. 40, §1º, inciso III, alínea "b", da Constituição da República, que corresponderá a 73,31% (setenta e três vírgula trinta e um por cento) da sua remuneração de contribuição, observada a metodologia de cálculo prevista na Lei Federal nº 10.887/04, perfazendo a importância de R\$ 2.464,82 (dois mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e oitenta e dois centavos).

Parágrafo único. O valor dos proventos de aposentadoria terá a revisão geral anual fixada nos termos da Lei Federal nº 10.887/2004.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31 de julho de 2020.

Lages (SC), 30 de julho de 2020; 254º ano da Fundação e 160º da Emancipação.

Antonio Ceron
Prefeito

DECRETO N ° 18075/2020

Publicação N° 2594708

DECRETO N° 18.075, de 30 de julho de 2020.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGES, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 94 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR A PEDIDO, Wilson Tadeu Besen (CPF nº ***.452.249-**), do cargo de Executivo de manutenção de Vias Públicas (EXEC-1), da Secretaria Municipal do Planejamento e Obras, a partir de 31 de julho de 2020.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Lages, 30 de julho de 2020; 254º ano da Fundação e 160º da Emancipação.

Antonio Ceron
Prefeito

DECRETO N º 18076/2020

Publicação N° 2594716

DECRETO N° 18.076, de 31 de julho de 2020.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGES, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 94 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR Natanael Rodrigues Preto (CPF nº ***.125.459-**), do cargo de Diretor de Infraestrutura e Vias Urbanas (DGA-1), da Secretaria Municipal do Planejamento e Obras, a partir de 03 de agosto de 2020.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Lages, 31 de julho de 2020; 254º ano da Fundação e 160º da Emancipação.

Antonio Ceron
Prefeito

DECRETO N º 18077/2020

Publicação N° 2594718

DECRETO N° 18.077, de 31 de julho de 2020.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGES, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 94 da Lei Orgânica do Município e Lei Complementar nº 481/2017,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR Natanael Rodrigues Preto (CPF nº ***.125.459-**), no cargo de Executivo de Manutenção de Vias Públicas (EXEC-1), da Secretaria Municipal do Planejamento e Obras, a partir de 03 de agosto de 2020.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Lages, 31 de julho de 2020; 254º ano da Fundação e 160º da Emancipação.

Antonio Ceron
Prefeito

DECRETO N º 18078/2020

Publicação N° 2594722

DECRETO N° 18.078, de 31 de julho de 2020.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGES, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 94 da Lei Orgânica do Município e Lei Complementar nº 481/2017,

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR Volni Meros dos Santos (CPF nº ***.727.429-**), para o cargo de Diretor de Infraestrutura e Vias Urbanas (DGA-1), da Secretaria Municipal do Planejamento e Obras, a partir de 03 de agosto de 2020.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Lages, 31 de julho de 2020; 254º ano da Fundação e 160º da Emancipação.

Antonio Ceron
Prefeito

DECRETO N º 18080/2020

Publicação Nº 2594728

DECRETO Nº 18.080, de 03 de agosto de 2020.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGES, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 94 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. DESLIGAR Isabel Cristina Stanck de Oliveira (CPF nº ***.485.479-**), do cargo de Gerente de Cemitérios (DGA-2), da Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Meio Ambiente, a partir desta data.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Lages, 03 de agosto de 2020; 254º ano da Fundação e 160º da Emancipação.

Antonio Ceron
Prefeito

DECRETO N º 18081/2020

Publicação Nº 2594732

DECRETO Nº 18.081, de 03 de agosto de 2020.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGES, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 94 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. DESLIGAR Anderson Daniel de Liz (CPF nº ***.880.129-**), do cargo de Coordenador de Equipe (DGA-3), da Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Meio Ambiente, a partir desta data.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Lages, 03 de agosto de 2020; 254º ano da Fundação e 160º da Emancipação.

Antonio Ceron
Prefeito

DECRETO N º 18082/2020

Publicação Nº 2594733

DECRETO Nº 18.082, de 03 de agosto de 2020.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGES, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 94 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR Thiago Bettu (CPF nº ***.387.669-**), do ocupar o cargo de Assessor de Governo (AG-1), da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a partir de 04 de agosto de 2020.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Lages, 03 de agosto de 2020; 254º ano da Fundação e 160º da Emancipação.

Antonio Ceron
Prefeito

DECRETO N º 18083/2020

Publicação Nº 2594740

DECRETO Nº 18.083, de 03 de agosto de 2020.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGES, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 94 da Lei Orgânica do Município e Lei Complementar nº 481/2017,

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR Anderson Daniel de Liz (CPF nº ***.880.129-**), para o cargo de Gerente de Cemitérios (DGA-2), da Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Meio Ambiente, a partir desta data.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Lages, 03 de agosto de 2020; 254o ano da Fundação e 160o da Emancipação.

Antonio Ceron
Prefeito

DECRETO N ° 18084/2020

Publicação N° 2594741

DECRETO N° 18.084, de 04 de agosto de 2020.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGES, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 94 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR Juliano Paes (CPF nº ***.125.919-**), do cargo de Assistente de Defesa Civil (DGA-2), da Coordenação Municipal de Proteção e Defesa Civil – Gabinete do Prefeito do Município, a partir de 04 de agosto de 2020.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Lages, 04 de agosto de 2020; 254o ano da Fundação e 160o da Emancipação.

Antonio Ceron
Prefeito

DECRETO N° 18072/2020

Publicação N° 2594678

DECRETO N° 18.072, de 30 de julho de 2020.

Concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, em Caráter Integral, à servidora Cassiane Arruda da Silva Souza.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGES, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 94 da Lei Orgânica do Município, em conformidade com o Art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 e aplicação do Art. 10, §7º da Emenda Constitucional nº 103/2019,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA, POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, à servidora Cassiane Arruda da Silva Souza, inscrita no CPF nº ***.267.449-** e no PASEP nº *.***.675.938-*, portadora da matrícula funcional nº 4734/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, nível/classe 3, referência X, com jornada de trabalho de 40h semanais, do Quadro de Servidores Públicos Municipais, lotada na Secretaria Municipal da Educação.

Art. 2º. Determina o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua remuneração de contribuição, perfazendo o total de R\$ 13.239,09 (treze mil, duzentos e trinta e nove reais e nove centavos), que será mensalmente pago pelo LAGESPREVI.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de agosto de 2020.

Lages (SC), 30 de julho de 2020; 254o ano da Fundação e 160o da Emancipação.

Antonio Ceron
Prefeito

PREGÃO ELETRÔNICO 88/2020 PML

Publicação N° 2594891

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico 88/2020 PML

Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Emulsão Asfáltica RR-2C.

Abertura: 21/08/2020 às 13:30.

Valor Estimado: R\$ 129.093,20.

Da retirada do Edital: www.lages.sc.gov.br

Lages, 10 de agosto de 2020.

Antônio César Alves de Arruda

Secretário da Administração e Fazenda

PREGÃO ELETRÔNICO 91/2020 PML

Publicação Nº 2594834

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico 91/2020 PML

Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Marmitas para a Secretaria de Planejamento e Obras.

Abertura: 25/08/2020 às 09h.

Valor Estimado: R\$ 49.140,00

Da retirada do Edital: www.lages.sc.gov.br

Lages, 10 de agosto de 2020.

Antônio César Alves de Arruda

Secretário da Administração e Fazenda

CÂMARA MUNICIPAL**ATA 012/2020 PREGÃO 08/2020**

Publicação Nº 2595047

PREGÃO 08/2020

PROCESSO 12/2020.

ATA 12/2020

DATA: 07/08/2020 HORÁRIO: 13H30min

OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de serviços gráficos para a Câmara Municipal de Lages/SC.

Aos sete dias do mês de agosto de dois mil e vinte, às 13:30 horas na sala de licitações, no prédio sede da Câmara Municipal de Lages, situada na Rua Otacílio Vieira da Costa, 280, Centro, em Lages, Santa Catarina, no horário previsto no referido Edital, o pregoeiro nomeado pela portaria 031/2020, foi aberta a sessão pública para o recebimento de propostas e documentos relativos à licitação na modalidade Pregão nº 08/2020. Compareceram ao certame as empresas Multygrafhic Editora Ltda e Graphel Gráfica e Editora Lages EIRELI, No horário previsto no referido Edital, procedeu-se o credenciamento dos representantes. Deu-se prosseguimento ao certame com a abertura das propostas. Foi aberto espaço para lances, a Multygrafhic não deu lances, sendo a Graphel classificada em primeiro lugar com o lance de 84.000,00 (Oitenta e quatro mil reais), dando seguimento a habilitação, onde constatou-se que a documentação estava de acordo com o edital. Perguntado sobre alguma intensão de impugnação, não houve manifestação. Nada mais havendo a registrar encerrou-se às 14h27min sessão da qual foi lavrado o presente ata que segue assinada por todos os presentes.

Lages, 07 de agosto de 2020.

LUIZ GONZAGA AZZI

Pregoeiro

DOUGLAS DE PAULA FINGER

Membro

ADRIANA ROSA DE SOUZA

Membro

SIMONE PEREIRA DE LIZ

Membro

CLAUDETE MARIA FREDRICH PEROZA

Multygrafhic Editora LTDA

GEISER NETO

Graphel Gráfica e Editora Lages EIRELI

Laguna

PREFEITURA

DECRETO N. 6.291/2020 - AUMENTA O NÚMERO DE VAGAS DO CONCURSO PÚBLICO - EDITAL 001/2019 - PARA O CARGOS DE MÉDICO, ENFERMEIRO, FARMACÊUTICO E TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Publicação Nº 2596547

DECRETO Nº 6.291, DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

“AUMENTA O NÚMERO DE VAGAS DO CONCURSO PÚBLICO - EDITAL 001/2019 - PARA O CARGOS DE MÉDICO, ENFERMEIRO, FARMACÊUTICO E TÉCNICO EM ENFERMAGEM.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso de suas atribuições legais, na forma do art. 68 da Lei Orgânica do Município de Laguna e,

Considerando o princípio constitucional que rege a Administração Pública, qual seja, do concurso público;

Considerando que o Edital de Concurso Público nº. 01/2019 para provimento de cargos do quadro de pessoal efetivo na Secretaria de Saúde de Laguna dispôs no item 2.1.2 vagas para cadastro reserva;

Considerando que o número de vagas do edital não supre a necessidade de vagas para os cargos de Médico, Enfermeiro, Farmacêutico e Técnico em Enfermagem;

Considerando que o Edital de Concurso Público nº. 01/2019 possui o prazo de validade de 02 (dois) anos, conforme item 1.3;

Considerando a necessidade de se substituir pessoal contratado temporariamente (ACT), por servidor concursado;

Considerando que não haverá aumento de despesas, mas apenas o preenchimento de vagas já existentes na Lei Complementar Municipal nº 330/2015;

Considerando a importância de profissionais da área da saúde para ajudar no controle e combate da pandemia COVID-19, a fim de se garantir a manutenção da saúde dos municípios, e continuidade do serviço público, DECRETA:

Art. 1º Fica aumentado o número de vagas objeto do edital de Concurso Público nº 001/2019, para os cargos de:

- I – Médico – 05 (cinco) vagas;
- II – Enfermeiros - 04 (quatro) vagas;
- III – Farmacêutico – 01 (uma) vaga;
- IV – Técnicos de enfermagem – 07 (sete) vagas.

Art. 2º A secretaria de Saúde deverá promover a convocação dos candidatos aprovados para preenchimento das vagas ora aumentadas seguindo fielmente a ordem de classificação, considerando as convocações e nomeações eventualmente realizadas.

Art. 3º Deverão ser preenchidos e observados, todos os requisitos do edital de Concurso Público nº 001/2019, para a posse e exercício nas vagas de quem tratam este Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor, com efeito retroativo, na data de 01/06/2020.

MAURO VARGAS CANDEMIL
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO N. 6.292/2020 - ALTERA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL - CDM, DE QUE TRATA O DECRETO Nº 6.152/2020

Publicação Nº 2596549

DECRETO Nº 6.292, DE 07 DE AGOSTO DE 2020

“ALTERA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL - CDM, DE QUE TRATA O DECRETO Nº 6.152/2020.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna, DECRETA:

Art. 1º O art. 1º, I, do Decreto nº 6.152/2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º O Conselho Municipal de Desenvolvimento fica constituído na forma que segue:

I - (...):

- a) (...);
- b) Titular: Maria Helena Fernandes (Gabinete do Prefeito);
Suplente: Patrícia da Silva Paulino (Secretaria de Assist. Social e Habitação).
- c) (...);
- d) (...);
- e) (...);
- f) (...);
- g) (...);
- h) (...);

II - (...);

III - (...);

IV - (...);

V - (...);

VI - (...);

VII - (...);

VIII - (...);

IX - (...).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Mauro Vargas Candemil
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 778/2020

Publicação N° 2596229

**P R E F E I T U R A D E**
LAGUNASecretaria de Administração e Serviços Públicos
Departamento de Recursos Humanos**PORTARIA RH N° 778/2020**

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

R E S O L V E:

DEMITIR A PEDIDO, FERNANDA FALÇÃO MOHR, do Cargo de Professor de Educação Infantil, 20 horas semanais, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 03 de Agosto de 2020.

MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 779/2020

Publicação Nº 2596239

**PREFEITURA DE
LAGUNA**Secretaria de Administração e Serviços Públicos
Departamento de Recursos Humanos**PORTARIA RH Nº 779/2020**

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

R E S O L V E:

EXONERAR A PEDIDO, VANESSA CALANDRINI MURIBECA DA ROCHA do cargo de Auxiliar de Consultório Dentário, de provimento efetivo, 40 horas, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Agosto de 2020.

MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 780/2020

Publicação Nº 2596274

**PREFEITURA DE
LAGUNA**Secretaria de Administração e Serviços Públicos
Departamento de Recursos Humanos**PORTARIA RH Nº 780/2020**

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

R E S O L V E:

DEMITIR A PEDIDO, SILVANA ANDRÉ DA SILVA, do Cargo de Agente Comunitário, 40 horas semanais, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 05 de Agosto de 2020.

MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 786/2020

Publicação Nº 2596278

**PREFEITURA DE
LAGUNA**Secretaria de Administração e Serviços Públicos
Departamento de Recursos Humanos**PORTARIA RH Nº 786/2020**

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

R E S O L V E:

EXONERAR A PEDIDO, ELIAS VIEIRA do cargo em comissão de Chefe de Gabinete do Vice Prefeito, GP 5, com lotação no Gabinete do Vice Prefeito, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Agosto de 2020.

MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 788/2020

Publicação N° 2596282

**PREFEITURA DE
LAGUNA**Secretaria de Administração e Serviços Públicos
Departamento de Recursos Humanos**PORTARIA RH N° 788/2020**

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

R E S O L V E:

DESIGNAR GABRIELA BELMIRO HERMENEGILDO, Assessor Especial de Gabinete para Assuntos Estratégicos de Planejamento e Projetos, para fiscalizar a Obra de Reforma e Ampliação da Escola Nininha Guedes dos Reis, objeto do contrato n° 039/2020, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Agosto de 2020.

MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

Lauro Muller**PREFEITURA****AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO 101/FMS/2020**

Publicação Nº 2594893

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO 101/FMS/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PERTINENTE PARA AQUISIÇÃO DE TESTE RÁPIDO PARA COVID-19. JUSTIFICA-SE TAL AQUISIÇÃO PARA CONFIRMAÇÃO DOS PACIENTES EM SUSPEITA DE CORONAVÍRUS COM BASE NA LEI FEDERAL Nº 13.979/2020, TENDO EM VISTA O AUMENTO CONSIDERÁVEL NOS CASOS NO MUNICÍPIO E QUE O CONSORCIO CISAMREC NÃO ESTÁ NO MOMENTO FORNECENDO O REFERIDO MATERIAL, POIS ESTÁ EM ANDAMENTO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº001/CISAMREC/2020 – PA 057/2020. DIANTE DA NECESSIDADE DE TER À DISPOSIÇÃO DA EQUIPE DO CENTRO DE TRIAGEM O REFERIDO MATERIAL.

CONTRATADO: SOMASC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Modalidade: Compra Direta 029/FMS/2020

Vigência: 31/12/2020

Valor: R\$2.925,00

DECRETO Nº 127/2020

Publicação Nº 2596024

DECRETO Nº 127/2020.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 2.062/2018, de 30 de dezembro de 2018 (Lei Orçamentária Anual LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 32.000,00 (Trinta e dois mil reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE

04.01 - Departamento de Apoio Pedagógico

2.010 - Manutenção do Ensino Infantil - Creche

4.4.90.00.00.00.5032 Aplicação DiretaR\$ 32.000,00

Total R\$ 32.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior ocorrerá por conta do provável excesso de arrecadação, que ocorrerá pela entrada de recurso de Convênio/FNDE FR 5032.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE AGOSTO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fina. e Planej.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº100/PMLM/2020

Publicação Nº 2595103

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº100/PMLM/2020

OBJETIVO: O Município de Lauro Muller torna público que procedeu, na forma do artigo 25, caput, da Lei 8.666/93, mediante processo administrativo regular de Dispensa de Licitação para aquisição de gêneros alimentícios para atendimento de famílias vulneráveis atendidas



pela Secretaria de Assistência Social de Lauro Muller/SC até 31/12/2020.

CONTRATADOS: MERCADO LUCIANO LTDA E AAP PESCADOR PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA

CONTRATANTE: Município de Lauro Muller/SC, através da Secretaria de Administração e Finanças.

FUNDAMENTO LEGAL: artigo 25 caput e art. 26, inciso I, da Lei Nº. 8.666/93 c/c art. 14 §1º Lei nº 11.947/2009.

RECONHECIDO: 07/08/2020, por Ana Rúbia Prestes dos Santos Cesconeto – Secretaria de Administração e Finanças.

RATIFICAÇÃO: 07/08/2020, por Valdir Fontanella, Prefeito Municipal de Lauro Muller.

Lauro Muller/SC, 20 de Maio de 2020.

GENIVALDO DA SILVA

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO FAM 001/2020

Publicação Nº 2594789

EXTRATO DE CONTRATO FAM

CONTRATO Nº. 001/2020 FAM

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato a locação/licenciamento para uso temporário e não exclusivo, em favor do CONTRATANTE.

CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA

Modalidade: INEX 001/2020

Vigência: 09/05/2020

Assinatura: 09/06/2020

Valor: R\$ 20.585,54

PREGÃO PRESENCIAL Nº 099/PMLM/2020

Publicação Nº 2594484

PREGÃO PRESENCIAL Nº 099/PMLM/2020

Data e horário da sessão de abertura: 20/08/2020 às 09h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Veterlly, 239, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: A presente licitação tem por objetivo a aquisição futura e parcelada de sinalização e faixa de sinalização aplicada para atendimento das demandas do município de Lauro Muller/SC, conforme condições fixadas em Termo de referência e demais condições constantes neste edital.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo telefone (48) 3464.3122, através do endereço eletrônico compraslicitacaopmlm@gmail.com e disponível em www.lauromuller.sc.gov.br.

Lauro Muller/SC, 07 de agosto de 2020.

Genivaldo da Silva

Pregoeiro

PREGÃO PRESENCIAL Nº 101/PMLM/2020

Publicação Nº 2595096

PREGÃO PRESENCIAL Nº 101/PMLM/2020

Data e horário da sessão de abertura: 20/08/2020 às 10h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Veterlly, 239, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: O presente Edital tem por objeto a contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de totem de álcool em gel para atendimento das necessidades da Secretaria de Assistência Social do Município do Lauro Muller/SC, durante o ano de 2020, conforme especificações constantes no Termo de Referência deste edital.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo telefone (48) 3464.3122, através do endereço eletrônico compraslicitacaopmlm@gmail.com, disponível em www.lauromuller.sc.gov.br.

Lauro Muller/SC, 07 de agosto de 2020.

Genivaldo da Silva

Pregoeiro

Lebon Régis

PREFEITURA

PORTARIA Nº 514/2020 DE 03 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2594588

PORTARIA Nº 514/2020 DE 03 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

Considerando as medidas para enfrentamento de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), visando a proteção da coletividade;

Considerando a declaração de emergência em saúde pública de importância nacional, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

Considerando a situação de Estado de Emergência no âmbito do Município de Lebon Régis decorrente do coronavírus (COVID-19), declarada por meio dos Decretos 13/2020, 14/2020, 15/2020 E 16/2020, e as Medidas Administrativas da Lei 1695/2020;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) MARLENA MARIA KLUG, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, FÉRIAS, conforme cronograma abaixo:

PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
14/08/2019 A 13/08/2020	03/08/2020 A 01/09/2020	30

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 03 de agosto de 2020.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 515/2020 DE 03 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2594591

PORTARIA Nº 515/2020 DE 03 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

Considerando as medidas para enfrentamento de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), visando a proteção da coletividade;

Considerando a declaração de emergência em saúde pública de importância nacional, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

Considerando a situação de Estado de Emergência no âmbito do Município de Lebon Régis decorrente do coronavírus (COVID-19), declarada por meio dos Decretos 13/2020, 14/2020, 15/2020 E 16/2020, e as Medidas Administrativas da Lei 1695/2020;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) SIRLENY DE FATIMA DIAS SAMPAIO BORTOLOZZO, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, FÉRIAS, conforme cronograma abaixo:

PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
01/01/2018 A 31/12/2018	16/08/2020 A 14/09/2020	30
01/01/2019 A 31/12/2019	15/09/2020 A 14/10/2020	30

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 03 de agosto de 2020.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 516/2020 DE 03 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2594592

PORTARIA Nº 516/2020 DE 03 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

Considerando as medidas para enfrentamento de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), visando a proteção da coletividade;

Considerando a declaração de emergência em saúde pública de importância nacional, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

Considerando a situação de Estado de Emergência no âmbito do Município de Lebon Régis decorrente do coronavírus (COVID-19), declarada por meio dos Decretos 13/2020, 14/2020, 15/2020 E 16/2020, e as Medidas Administrativas da Lei 1695/2020;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) SIRLEY APARECIDA DIAS SAMPAIO, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, FÉRIAS, conforme cronograma abaixo:

PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
01/08/2010 A 31/07/2011	03/08/2020 A 01/09/2020	30
18/01/2018 A 17/01/2019	02/09/2020 A 01/10/2020	30

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 03 de agosto de 2020.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 517/2020 DE 03 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2594593

PORTARIA Nº 517/2020 DE 03 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

Considerando as medidas para enfrentamento de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), visando a proteção da coletividade;

Considerando a declaração de emergência em saúde pública de importância nacional, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

Considerando a situação de Estado de Emergência no âmbito do Município de Lebon Régis decorrente do coronavírus (COVID-19), declarada por meio dos Decretos 13/2020, 14/2020, 15/2020 E 16/2020, e as Medidas Administrativas da Lei 1695/2020;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) ARBERTO DOS SANTOS, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Vigia, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, FÉRIAS, conforme cronograma abaixo:

PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
01/08/2019 A 31/07/2020	03/08/2020 A 01/09/2020	30

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 03 de agosto de 2020.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 518/2020 DE 03 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2594596

PORTARIA Nº 518/2020 DE 03 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

Considerando as medidas para enfrentamento de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), visando a proteção da coletividade;

Considerando a declaração de emergência em saúde pública de importância nacional, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

Considerando a situação de Estado de Emergência no âmbito do Município de Lebon Régis decorrente do coronavírus (COVID-19), declarada por meio dos Decretos 13/2020, 14/2020, 15/2020 E 16/2020, e as Medidas Administrativas da Lei 1695/2020;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) GILVANE APARECIDA DO PRADO GOETTEN, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, FÉRIAS, conforme cronograma abaixo:

PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
01/08/2019 A 31/07/2020	03/08/2020 A 01/09/2020	30

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 03 de agosto de 2020.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 519/2020 DE 03 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2594598

PORTARIA Nº 519/2020 DE 03 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

Considerando as medidas para enfrentamento de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), visando a proteção da coletividade;

Considerando a declaração de emergência em saúde pública de importância nacional, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

Considerando a situação de Estado de Emergência no âmbito do Município de Lebon Régis decorrente do coronavírus (COVID-19), declarada por meio dos Decretos 13/2020, 14/2020, 15/2020 E 16/2020, e as Medidas Administrativas da Lei 1695/2020;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) ZENITA ALVES DOS SANTOS, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, FÉRIAS, conforme cronograma abaixo:

PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
01/03/2019 A 29/02/2020	03/08/2020 A 01/09/2020	30

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 03 de agosto de 2020.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 520/2020 DE 03 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2594602

PORTARIA Nº 520/2020 DE 03 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

Considerando as medidas para enfrentamento de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), visando a proteção da coletividade;

Considerando a declaração de emergência em saúde pública de importância nacional, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

Considerando a situação de Estado de Emergência no âmbito do Município de Lebon Régis decorrente do coronavírus (COVID-19), declarada por meio dos Decretos 13/2020, 14/2020, 15/2020 E 16/2020, e as Medidas Administrativas da Lei 1695/2020;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) VERACI CATARINA DE BRITO, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, LICENÇA PRÊMIO, conforme cronograma abaixo:

PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
01/01/2017 A 31/12/2017	03/08/2020 A 20/08/2020	18
01/01/2019 A 31/12/2019	21/08/2020 A 07/09/2020	18

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 03 de agosto de 2020.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

RETIFICAÇÃO 001/2020 - EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 001/2020

Publicação Nº 2595727

RETIFICAÇÃO 001/2020 - EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 001/2020, DE 04 DE AGOSTO DE 2020.

O prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando que não foi possível realizar a publicação da lista de inscrições homologadas na data prevista resolve retificar o cronograma constante no ANEXO IV do referido Edital de Seleção:

Anexo IV

Cronograma.

Prazo	
05/08/2020 13:30 as 17:00	Inscrição
06/08/2020 13:30 as 17:00	Inscrição
10/08/2020 08:00 as 12:00	Divulgação de Inscrições Aptas
10/08/2020 13:30 as 17:00	Prazo para pedir recurso das inscrições
11/08/2020 08:00 as 12:00	Divulgação após recurso das inscrições aptas
11/08/2020 08:00 as 12:00	Resultado
11/08/2020 13:00 as 17:00	Prazo para pedir recurso do resultado
12/08/2020	Divulgação após recurso do resultado Final

Lebon Régis, 07 de agosto de 2020.

Douglas Fernando de Mello.

Prefeito Municipal.

Lontras

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 1115/2020

Publicação N° 2594517

PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS

DISPENSA DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO N.º 1115/2020

OBJETO: Aquisição de material, para uso do eletricista em serviços realizados na secretaria de obras. CONTRATADO: LDM ATACADO E VA-
REJO DE MATERIAS ELETRICOS LTDA. CNPJ: 27.145.429/0001-23. Valor: R\$ 2.818,73 (dois mil oitocentos e dezoito reais e setenta e três
centavos)

Lontras, 06 de agosto de 2020. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

Luiz Alves**PREFEITURA****EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2020 (PREF)**

Publicação Nº 2595995

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Luiz Alves
Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Processo Licitatório nº 34/2020
Pregão Eletrônico Nº 01/2020

Após a verificação dos fatos anteriormente registrados e da habilitação da empresa CASA DO PICA PAU MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA – CNPJ: 04.742.267/0001-05, através da avaliação do Pregoeiro e Equipe de Apoio, instituída para esta finalidade, o Senhor Prefeito Municipal Marcos Pedro Veber, homologa, conforme a lei, o certame em questão, objetivando a AQUISIÇÃO DE TRATOR AGRÍCOLA DE PNEUS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, COM RECURSOS ORIUNDOS DO CONVÊNIO MAPA Nº 892413/2019.

Luiz Alves, 07 de agosto de 2020.

Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal.

Luzerna

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 015/2020

Publicação Nº 2596491

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 015/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2020 - FMS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2020 – FMS

Aos 06 (seis) dias do mês de agosto do ano de 2020, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE LUZERNA (SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 10.574.092/0001-77, com sede na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, por intermédio de sua Gestora, Sra. GABRIELA MAZZARINO, Órgão Gerenciador, no uso de suas atribuições, resolve registrar os preços ofertados pela empresa:

1 – TECMEDIC COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Brasília Cumam, 566, Bairro São Braz, na cidade de Curitiba/PR, CEP: 82.315-010, inscrita no CNPJ sob o nº 05.638.301/0001-69, neste ato representada por seu administrador FRANÇOIS TORRES NIGRO, brasileiro, divorciado, empresário, portador da cédula de identidade nº 09.868.659-1 e inscrito no CPF/MF sob o nº 047.501.267-48, doravante denominado FORNECEDOR 1;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 012/2020, Pregão Eletrônico nº 004/2020, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preços, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO E DO PREÇO

0.1. A presente Ata tem como objeto o Registro de Preço destinado à aquisição de Testes Rápidos para Diagnóstico de COVID - 19 para uso nas ações de enfrentamento a situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e no Termo de Referência que o integra, constituindo-se em:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
1	2.000,00	UN	Teste para testagem dos pacientes que apresentam sintomas respiratórios compatíveis com a doença COVID-19, com as seguintes características: * Detecção rápida, qualitativa e diferenciada dos anticorpos IgG/IgM, com metodologia de ensaio imunocromatográfico; * Sensibilidade e especificidade de, no mínimo, 90%; * Compatibilidade para amostras de sangue total, soro ou plasma humano; * O Kit deve incluir cassetes de testes, conta gotas descartáveis ou tubos capilares, solução tampão e manual de instruções; * Validade de, no mínimo, 1 (um) ano; * Registro na ANVISA, temporário ou definitivo.	17,50	35.000,00

0.2. O FORNECEDOR 01, responsável pelo fornecimento do item descrito na tabela acima, receberá o valor global total de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).

CLÁUSULA SEGUNDA
DA FORMA DE EXECUÇÃO

2.1. O FORNECEDOR deverá atender às especificações deste Termo de Referência, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades do Município de Luzerna, devendo a proponente vencedora, proceder à entrega em até 10 (dez) dias contados da data da solicitação, sem a exigência de valor ou quantitativo mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

2.2. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do

objeto.

2.2.1. Os materiais fornecidos deverão ser de primeira qualidade.

2.3. As embalagens e rótulos dos produtos devem estar redigidos preferencialmente em língua portuguesa ou em caso de produto importado com a devida etiqueta com a tradução das informações e instruções de uso, recomendações de segurança e informações para atendimento ao consumidor.

2.4. Os Testes devem apresentar adequação às normas da ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

2.5. Os produtos somente serão aceitos acondicionados em embalagem original com lacre inviolável, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificados nas condições exigidas no rótulo e com o número do registro emitido pelos órgãos reguladores.

2.5.1. Não serão aceitos produtos usados ou partes dos testes que apresentarem indícios de utilização/desgaste.

2.6. Os produtos fornecidos deverão oferecer a garantia legal de que trata a Lei nº 8.078/90, adotando-se, para tanto, como termo inicial a data de recebimento do produto pelo Município.

2.7. Caberá ao FORNECEDOR obedecer ao objeto do presente edital e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

2.8. O FORNECEDOR deverá arcar com as despesas de carga, descarga e frete referentes às entregas dos produtos, inclusive as oriundas da devolução e reposição de mercadorias recusadas por não atenderem ao Edital.

CLÁUSULA TERCEIRA DO RECEBIMENTO

3.1. O recebimento do objeto seguirá o disposto nos artigos 73 a 76 da Lei 8.666/93, e será realizado da seguinte forma:

3.1.1. Provisoriamente: Assim que efetuada a entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações;

3.1.2. Definitivamente: até 10 (dez) dias úteis da entrega, após verificação de qualidade e do atendimento às especificações do Edital, bem como a consequente aceitação.

3.1.3. No caso de considerada insatisfatória as condições dos produtos recebidos provisoriamente, será lavrado termo de recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo os produtos serem recolhidos e substituídos.

3.2. Por ocasião do recebimento dos produtos, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de exercer ampla fiscalização de sua entrega, verificando se estão sendo cumpridos os termos contratuais, não se excluindo a empresa contratada da responsabilidade por qualquer irregularidade. Constatado o fornecimento de materiais de má qualidade, o Município poderá utilizar-se do disposto na Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

3.2.1. Os produtos que forem recusados deverão ser substituídos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de notificação apresentada à licitante vencedora, sem qualquer ônus para o Município.

3.2.2. Se a substituição não for realizada no prazo estipulado, a licitante vencedora estará sujeita às sanções previstas neste edital e na Lei.

3.3. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela substituição e/ou retirada dos produtos enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

3.4. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

3.5. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

3.6. As quantidades a serem fornecidas constantes deste Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA QUARTA DO RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO E PELA FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

4.1. A fiscalização do presente Pregão ficará a cargo da servidora abaixo mencionada:

Secretaria de Saúde e Assistência Social
Gabriela Mazzarino
Fone: (49)3551-4700
E-mail: saude@luzerna.sc.gov.br

4.2. Caberá à fiscal da contratação, verificar se os itens, objeto do presente Edital, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como legitimar a liquidação dos pagamentos devidos ao contratado e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado, orientando as autoridades da necessidade de serem aplicadas sanções ou a rescisão contratual.

4.3. A omissão, total ou parcial, da fiscalização, não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos ou serviços que são de sua competência.

CLÁUSULA QUINTA DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

5.1. Os preços não serão reajustados, salvo se:

5.1.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor devidamente comprovada, podendo ocorrer somente se de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

5.1.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

5.1.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

5.1.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

5.1.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

5.1.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

5.1.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA SEXTA DOS PAGAMENTOS

6.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

6.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados pelo fornecedor por ocasião da habilitação.

6.2.1. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para:

- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, Luzerna, SC, CNPJ nº 10.574.092/0001-77

6.3. O FORNECEDOR deverá enviar e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br).

6.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

6.4.1. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

CLÁUSULA SÉTIMA DAS OBRIGAÇÕES

7.1. Cabe ao MUNICÍPIO:

7.1.1. A definição do objeto desta Licitação;

7.1.2. Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório;

7.1.3. Manter pessoas ou constituir Comissão Especial designada pelo Prefeito, visando à fiscalização da execução do contrato;

7.1.4. Efetuar o pagamento do FORNECEDOR de acordo com o estipulado neste Edital;

7.1.5. Conceder revisões contratuais toda vez que se verificar alterações no equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido, mediante requerimento formal protocolado pelo FORNECEDOR, devidamente instruído, com a comprovação do aumento dos custos;

7.1.6. Providenciar a publicação da Ata de Registro de Preços proveniente do presente processo, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;

7.1.7. Emitir, quando da necessidade da aquisição dos materiais, através do setor municipal competente, autorização para o fornecimento dos mesmos.

7.2. Cabe ao FORNECEDOR:

7.2.1. Executar o objeto da presente Ata; do edital e de acordo com o estipulado no Termo de Referência.

7.2.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas neste Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

7.2.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

7.2.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;

7.2.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

7.2.6. Atender a todos os pedidos de fornecimento, não se admitindo procrastinação em função de pedido de revisão de preços.

CLAÚSULA OITAVA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na

Lei n.º 10.520/2002, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

8.1.1. Advertência;

8.1.2. Multa;

8.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

8.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

8.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

8.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

8.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

8.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

8.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

8.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

8.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

8.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

8.6. No caso de necessidade troca e/ou retirada de cestas entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

8.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

8.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

8.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

8.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

8.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

8.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA NONA

DAS ALTERAÇÕES

9.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

9.2. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA DÉCIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

10.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

10.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

10.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

10.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

10.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 10.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

10.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

10.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

10.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

10.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

10.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

10.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

10.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

- a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;
- b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

11.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central – Prefeitura de Luzerna/SC ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Ação (s):

05.001.10.301.0500.2.502 – Manutenção do Bloco da Atenção Básica

Modalidade de Aplicação (s):

3.3.90. Outras despesas correntes – Aplicações diretas

Fonte (s):

002 – Receitas e Transferências de Impostos – Saúde

516 – Enfrentamento da Emergência de Saúde – Nacional (Crédito Extraordinário) CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

DA VIGÊNCIA

12.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 6 (seis) meses, contados da data de publicação da mesma, e poderá ser prorrogada por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública, conforme Art. 4º-H da Lei nº 13.979/2020, alterada pela Medida Provisória nº 926 de 20 de março de 2020.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 06 de agosto de 2020.

GABRIELA MAZZARINO

Gestora do FMS

CONTRATANTE

FRANÇOIS TORRES NIGRO

TECMEDIC COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA

FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1. ----- 2. -----

Nome: Nome:

CPF: CPF:

DECRETO 2967

Publicação N° 2596546

DECRETO N° 2967 de 07 de agosto de 2020.

“SUPLEMENTA DOTAÇÃO PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º da Lei nº 1.683 de 05 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º- Fica suplementada a dotação abaixo pelo excesso de arrecadação,

I - Enfrentamento da Emergência de Saúde - Nacional (Crédito Extraordinário) (516)

Ação	G.N.D.	Modalidade	Valor (R\$)
2.502	3	90	23.000,00

Art. 2º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 07 de agosto de 2020.

Luzerna(SC), 07 de agosto de 2020.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

DECRETO 2968

Publicação N° 2596929

DECRETO N° 2968 de 07 de agosto de 2020.

“ALTERA O art. 2º DECRETO N° 2963 de 29 de julho de 2020 QUE ☐ DISPÕE SOBRE NOVAS MEDIDAS, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS☐

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições, e,

CONSIDERANDO que conforme os dados atualizados pela matriz epidemiológica-sanitária da SES - Secretaria de Estado e Saúde de Santa Catarina houve a redução de 12 (doze) para 08 (oito) as Regiões de Saúde Classificadas como de Risco Gravíssimo;
CONSIDERANDO a decisão de consenso entre os Prefeitos da região da Associação do Meio Oeste Catarinense - AMMOC informada à CIR - Comissão Intergestores Regional de Saúde, através do ofício AMMOC 013/2020 de 06 de agosto de 2020;

DECRETA:

Art.1º- Fica alterado o art. 2º do Decreto nº 2963 de 29 de julho de 2020, que passa a ter a seguinte redação:

“Art.2º- Fica permitida a realização de missas e cultos religiosos presenciais apenas aos sábados e domingos, devendo atender às normas sanitárias pertinentes.

Art.2º- As demais disposições do Decreto nº 2963 de 29 de julho de 2020, permanecem inalteradas.

Art.3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 08 de agosto de 2020.

Luzerna(SC), 07 de agosto de 2020.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

EDITAL DE DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PROVISÓRIO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N° 004/2020 DE 28 DE JULHO DE 2020

Publicação N° 2594989

EDITAL DE DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PROVISÓRIO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N° 004/2020 de 28 de julho de 2020.

O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) DIVULGA o RESULTADO PROVISÓRIO para o Processo Seletivo 004/2020 de 28 de julho de 2020, destinado a prover vagas temporárias de excepcional interesse público no Município de Luzerna(SC), contendo relação nominal dos candidatos após análise dos títulos apresentados e realização da prova prática:

**RESULTADO DA PROVA PRÁTICA
OPERADOR DE MÁQUINAS**

Inscr.	Candidato	Pontuação Análise de títulos	Classificação na Prova Prática
05	Pedro Putton	43 pontos	INAPTO
07	Odimar Toniello	8 pontos	NÃO COMPARECEU
01	Fernando Pessin	4 pontos	APTO
04	Juliano Cardoso dos Passos	3,5 pontos	NÃO COMPARECEU
06	Luiz Sergio Pereira	2,5 pontos	NÃO COMPARECEU
03	Daniel de Oliveira	2 pontos	INAPTO

**RESULTADO FINAL PROVISÓRIO
OPERADOR DE MÁQUINAS**

Inscr.	Candidato	Classificação Final Provisória
01	Fernando Pessin	1º

O prazo de recurso, conforme ANEXO III - DO CRONOGRAMA do Edital, é nos dias 10 e 11/08/2020, até as 17h00, nos termos do item 6.2 do Edital, em formulário próprio - Anexo V, do Edital do Processo Seletivo.

Luzerna(SC), 07 de agosto de 2020.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

RESOLUÇÃO CMS 002/2020

Publicação N° 2596941

RESOLUÇÃO CMS N° 002/2020

“APROVA APLICAÇÃO DE RECURSO ADVINDO DE CONVÊNIO N° 115/2020 – SES 70404/2020 PARA O HOSPITAL SÃO ROQUE”

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LUZERNA, no uso de suas atribuições legais, bem como a deliberação por unanimidade dos membros do CMS presentes na reunião realizada em 05/08/2020, conforme Ata nº 046/20,

RESOLVE:

Art.1º- APROVAR a utilização do recurso advindo pelo Convênio 115/2020 - SES 70404/2020 no montante de R\$ 627.629,75 (seiscentos e vinte e sete mil, seiscentos e vinte e nove reais e setenta e cinco centavos) para aquisição de insumos, medicamentos, EPI'S e demais equipamentos médicos para os pacientes e profissionais do hospital no enfrentamento da Pandemia de COVID-19.

Art. 2º- Conforme deliberado na plenária extraordinária realizada no dia 05 de agosto de 2020, foram aprovadas a utilização dos recursos.

Art. 4º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.5º- Publique-se na forma da Lei.

Luzerna(SC), 05 de agosto de 2020.

ESTER CASSEL
PRESIDENTE CMS

Macieira

PREFEITURA

DECRETO 1937

Publicação Nº 2594833

DECRETO Nº 1937, DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

QUE DISPÕE SOBRE A APLICAÇÃO DE MULTA E OBRIGATORIEDADE DO USO DE MÁSCARAS, DEFINE NOVAS MEDIDAS DE COMBATE AO COVID-19 PARA O MUNICÍPIO DE MACIEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 58, VIII, da Lei Orgânica do Município e, ainda,
CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;
CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, que a disseminação comunitária da COVID-19 em todos os Continentes caracteriza Pandemia;
CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus;
CONSIDERANDO o posicionamento da Organização Mundial da Saúde e do Ministério da Saúde, sobre o uso comunitário de máscaras como estratégia para diminuir o contágio em massa pelo COVID-19 e Nota Informativa nº 03/2020 do Ministério da Saúde;
CONSIDERANDO o aumento dos casos em Santa Catarina e região do Alto Vale do Rio do Peixe, bem como o possível colapso do setor de saúde no que diz respeito aos leitos de UTI e o RISCO POTENCIAL GRAVE.
CONSIDERANDO que os órgãos e as entidades da Administração Pública do Poder Executivo Municipal devem atuar articuladamente com a Secretaria Municipal de Saúde,
DECRETA

Art. 1º Fica estabelecida a obrigatoriedade do uso de máscaras faciais de proteção para evitar a transmissão do coronavírus (COVID-19), por toda pessoa que circular no território do Município de Macieira.

§1º O uso é obrigatório inclusive nas vias públicas, em qualquer estabelecimento público ou privado, para embarque em transporte público ou coletivo, bem como nos locais públicos de uso comum.

§2º O uso é obrigatório pela população em geral, agentes públicos, prestadores de serviços, clientes, consumidores, fornecedores, empregados e colaboradores de todo estabelecimento.

§3º As máscaras usadas poderão ser descartáveis ou confeccionadas, conforme Informativo Nº 3/2020-CGGAP/DES/SAPS/MS, do Ministério da Saúde.

§4º Para viabilizar o cumprimento deste Decreto por todos os municípios, o Poder Público Municipal, por intermédio da Secretaria de Assistência Social, distribuirá gratuitamente máscaras para a população mediante cadastro no setor.

Art. 2º Fica proibido o uso compartilhado de utensílios, bem como chimarrão e tererê, permitindo-se apenas o uso de forma individual, medida que objetiva evitar o contágio e evitar aglomeração de pessoas.

Art. 3º Fica estabelecido horário de funcionamento:

§1º Aos estabelecimentos comerciais, o atendimento presencial com a permanência de pessoas, poderá ser de segunda a sábado até as 19 (dezenove) horas, fechado aos domingos e feriados.

§2º Aos restaurantes, lanchonetes, lojas de conveniência ou similares do Município de Macieira, atendimento de segunda a sexta-feira até as 19 (dezenove) horas. Aos sábados, domingos e feriados atendimento presencial até as 14 (quatorze) horas. Depois dos horários estabelecidos, somente poderão exercer sua atividade econômica por meio de entrega de produtos podendo ser no "balcão" ou através de sistema delivery.

§3º Os bares e similares poderão funcionar de segunda a sexta-feira até as 19 (dezenove) horas, fechado aos sábados, domingos e feriados, sendo inclusive proibido jogos (baralho, sinuca e similares).

Art. 4º As atividades de repouso (hotéis), abastecimento (postos de gasolina) manutenção e assistência técnicas automotivas (borracharias e similares), de conveniência (restaurantes de rodovia), destinadas a assegurar o transporte e as necessidades básicas de pessoas em rodovias e estradas, são consideradas essências e, portanto não se aplicam os horários de atendimento previstos no art. 3º deste Decreto.

Art. 5º Os funerais não são recomendados, porém, se ocorrerem, deverão acontecer com o menor número possível de pessoas, preferencialmente apenas os familiares mais próximos, para diminuir a probabilidade de contágio e como medida para controlar os casos da COVID-19 e, serem realizados somente no dia do sepultamento, seguindo sempre as orientações da vigilância sanitária.

Art. 6º Fica proibida a realização de eventos públicos ou privados, atividades e eventos esportivos, música ao vivo em qualquer local, utilizar parques infantis e academias ao ar livre, transporte intermunicipal.

Art. 7º A fiscalização do disposto no presente Decreto ficará a cargo do Poder Público Municipal juntamente com a Vigilância Sanitária e o Controle Epidemiológico, que poderão tomar medidas coercitivas mais severas como multa, suspensão das atividades e até mesmo a cassação do alvará de funcionamento e o fechamento do local/proibição do serviço, para os que descumprirem as determinações e/ou

desacatarem o servidor e suas orientações, será acionada a polícia (civil ou militar) para as devidas sanções.

§1º No caso de descumprimento do disposto neste decreto, o município poderá se valer do poder de polícia, com base na excepcionalidade do momento, aplicando:

I – À pessoa física, o auto de intimação (advertência) E MULTA de 01 (um) VRF do Município de Macieira, sem prejuízo da lavratura de Boletim de Ocorrência pela Polícia, nos termos dos artigos 268 e 330 do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940).

II - À Indústria, estabelecimento ou repartição, serão sancionados na forma do Código de Vigilância Sanitária do Município de Macieira, podendo inclusive ocorrer a suspensão das atividades e interdição do local.

Art. 8º Fica Instituída Comissão Especial, composta pelo Médico Clínico Geral, Secretário de Saúde, Secretário de Administração, Vigilância Sanitária e enfermeira epidemiológica, para dirimir todos os casos omissos, problemas ou questões que surgirem e que não tenham sido expressamente previstos no presente Decreto.

Art. 9º Ficam revogados os Decretos nº 1899 de 16 de abril de 2020, nº 1922 de 01 de julho de 2020 e nº 1935 de 28 de julho de 2020, e ainda revogam-se todas as disposições em contrário.

Art. 10º Este Decreto entra em vigor em 07 de agosto de 2020 com prazo de vigência enquanto perdurar a pandemia, podendo ser alterado ou revogado a qualquer momento por Ato do Chefe do Executivo.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira,

07 de agosto de 2020.

ZELIR CITADIN

PREFEITO MUNICIPAL

Mafra

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA – PREGÃO N° 070/2020 (NOVA DATA DE ABERTURA)

Publicação N° 2596068

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA –
PREGÃO N° 070/2020
(NOVA DATA DE ABERTURA)

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO para aquisição de gêneros alimentícios, que serão disponibilizados à Associação Lar dos Velhinhos São Francisco de Assis e a Associação Beneficente Professora Georgete, conforme Portaria n° 369/2020 do Ministério da Cidadania, através da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, com recursos do Fundo Municipal de Assistência Social (despesa COVID SUAS), conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA. O recebimento dos documentos de habilitação e proposta, poderão ser feitos até as 13h:00min, do dia 17/08/2020. Hora e data da abertura da sessão: 13h30min do dia 17/08/2020. Início da disputa 14h00min do dia 17/08/2020. Base legal: Lei n° 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei n° 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal n° 3.378 de 10 de Março de 2011. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situado na Avenida Prefeito Frederico Heyse, n° 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro II Alto de Mafra, bem como nos links www.bll.org.br e www.mafra.sc.gov.br. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4009 ou 4060.

Mafra (SC), 07 de agosto de 2020.

Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

Maracajá

PREFEITURA

1º TA AO CONTRATO N° 022/2020

Publicação N° 2594878

1º TERMO ADITIVO ao Contrato N° 022/2020

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato N° 022/2020, firmado em 14 de janeiro de 2020, decorrente do Processo de Licitação - Modalidade: Pregão Presencial n°. 046/2019, homologado em 14/01/2020, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE MARACAJÁ, com sede na Avenida Getúlio Vargas, n° 530, Centro, Maracajá-SC, CEP: 88915-000, inscrito no CNPJ sob o n° 82.915.026/0001-24, neste ato representado pelo Senhor ARLINDO ROCHA, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade n° 1.975.650, expedida pelo SSP de SC, e inscrito no CPF sob o n° 594.699.279-15, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa M.J. DA ROSA, estabelecida na Rua João José de Guimarães, n° 1090 – Sala 03, bairro Centro, Sombrio-SC, CEP 88.960-000, telefone (48) 3533-0471, inscrita no CNPJ/MF sob o N° 34.407.727/0001-00, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo seu Proprietário, Sr. MATEUS JANUÁRIO DA ROSA, representante legal, portador da Cédula de Identidade RG n° 3.889.546/SESP-SC e inscrito no CPF sob o n° 005.857.839-00, tem justo e acordado o presente Termo Aditivo, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO, ao contrato n° 022/2020, que tem como objeto a aquisição de produtos alimentícios para a rede municipal de ensino (escolas e C.E.I), serviço de convivência e fortalecimento de vínculo – SCFV, CRAS, conselho tutelar, convênio radio patrulha, parque ecológico, departamento de saúde e centro administrativo da prefeitura municipal de Maracajá, para o exercício de 2020, por interesse público e feito amigavelmente pelas partes contratantes, em face da necessária execução dos mesmos, dentro dos limites e na forma do artigo 65 da Lei 8.666/93, de acordo com Parecer Jurídico favorável, instruído em processo Administrativo N° 00185/2019.

Dotação Orçamentária: 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (11), 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (27), 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (43), 3.3.90.00.00.00.00.00.00.0108 (44), 3.3.90.00.00.00.00.00.1223 (222), 3.3.90.00.00.00.00.00.0223 (168), 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (165), 3.3.90.00.00.00.00.00.0331 (259), 3.3.90.00.00.00.00.00.0103 (18), 3.3.90.00.00.00.00.00.0210 (19).

CLÁUSULA SEGUNDA - Do Reequilíbrio

Diante do exposto, o Município reconhece os argumentos destacados no processo, e encaminha parecer favorável à solicitação do requerente, por considerar que ocorreu o desequilíbrio econômico-financeiro dos itens 03, 04, 14, 54 e 81, passando a partir da presente data para o seguinte valor por litro:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	VALOR ATUAL	VALOR COM REEQUILIBRIO
03	AÇUCAR CRISTAL	KG	R\$ 2,10	R\$ 2,34
04	AÇUCAR REFINADO	KG	R\$ 2,10	R\$ 2,19
14	ARROZ PARBOILIZADO	KG	R\$ 2,28	R\$ 2,61
54	FEIJÃO PRETO	KG	R\$ 4,20	R\$ 5,95
81	OLÉO DE SOJA	900ML	R\$ 3,35	R\$ 3,65

CLÁUSULA TERCEIRA - Do Documento Anexo

Constitui documento anexo a este Processo Administrativo n° 00374/2020, solicitação do requerente datado de 12/05/2020 e Parecer Jurídico favorável datado de 16/07/2020, em suas íntegras, dele fazendo parte independente de transcrição.

CLÁUSULA QUARTA - Das Demais Cláusulas

Ratificam-se as demais cláusulas e condições do Contrato Original N° 022/2020, não expressamente alteradas por este instrumento que aquele se integra formando um todo único e indivisível para todos os fins e direito. E, por estarem justos e acordados, as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Maracajá/SC, 20 de julho de 2020.

TESTEMUNHAS:

Marluci Freitas Bitencourt Vitali CPF: 009.788.959-83	Helder Francisco Loch CPF: 288.787289-34
--	---

1º TA AO CONTRATO Nº 025/2020

Publicação Nº 2594888

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 025/2020

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 025/2020, firmado em 20 de janeiro de 2020, decorrente do Processo de Licitação - Modalidade: Pregão nº. 043/2019, homologado em 20/01/2020, que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE MARACAJÁ**, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 530, Centro, Maracajá/SC, CEP: 88915-000, inscrito no CNPJ sob o nº 82.915.026/0001-24, neste ato representado pelo Senhor **ARLINDO ROCHA**, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 1.975.650, expedida pelo SSP/SC, e inscrito no CPF sob o nº 594.699.279-15, ora denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado à empresa **CONSTRUTORA BIFF EIRELI EPP**, estabelecida na Avenida Vereador Manoel Costa, nº 990, Bairro Jardim das Avenidas, Araranguá/SC, CEP 88906-064, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 07.170.888/0001-50, doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato pelo seu Sócio Proprietário, Sr. **MARCONI BIFF**, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.140.405, e inscrito no CPF sob o nº 025.587.559-27, já qualificadas no Contrato Original, tem justo e acordado o presente Termo Aditivo, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto

Fica estabelecida por acordo entre as partes a **PRORROGAÇÃO do período de execução** do contrato nº 025/2020, que tem como objeto execução dos serviços necessários para a ampliação do Centro de Educação Infantil Margareth Tomasi Rocha, no município de Maracajá/ SC, consistente na construção de 06 (seis) salas de aula, com término atual do prazo de execução em 08/07/2010, por mais 90 (noventa) dias, ou seja, até **06/10/2020**, com base no artigo 57 da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes, de acordo com o Parecer Jurídico favorável em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do Documento Anexo

Constitui documento anexo a este, a solicitação e justificativa de aditivo de prazo da Diretora do Departamento de Obras, Habitação e Serviços Urbanos do município e Parecer da Assessoria Jurídica favorável, em suas íntegras, dele fazendo parte independente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA - Das Demais Cláusulas

Ratificam-se as demais cláusulas e condições do Contrato Original Nº 025/2020, não expressamente alteradas por este instrumento que aquele se integra formando um todo único e indivisível para todos os fins e direito. E, por estarem justos e acordados, as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Maracajá/SC, 08 de julho de 2020.

MUNICÍPIO DE MARCAJÁ

ARLINDO ROCHA
Prefeito Municipal

CONSTRUTORA BIFF EIRELI EPP

MARCONI BIFF
Proprietário

TESTEMUNHAS

Marluci Freitas Bitencourt Vitali
CPF: 009.788.959-83

Helder Francisco Loch
CPF: 288.787289-34

1º TA AO CONTRATO Nº 041/2020

Publicação Nº 2594887

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 041/2020

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 041/2020, firmado em 17 de abril de 2020, decorrente do Processo de Licitação - Modalidade: Dispensa de Licitação nº. 024/2020, homologado em 24/04/2020, que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE MARACAJÁ**, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 530, Centro, Maracajá/SC, CEP: 88915-000, inscrito no CNPJ sob o nº 82.915.026/0001-24, neste ato representado pelo **ARLINDO ROCHA**, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 1.975.650, expedida pelo SSP de SC, e inscrito no CPF sob o nº 594.699.279-15, doravante denominada **CONTRATANTE** e a empresa **VANDERLINDE & JEREMIAS ADVOGADOS ASSOCIADOS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 22.046.974/0001-49, com sede na Av. Getúlio Vargas, nº 153, Bairro Centro, no município de Criciúma/SC, CEP 88.801-500, neste ato representado por seu Administrador **PIERRE AUGUSTO FERNANDES VANDERLINDE**, OAB/SC sob nº 24.881, portador da Cédula de Identidade nº 4.060.856, expedida pelo SSP/SC, e inscrito no CPF sob o nº 039.672.499-05, já qualificadas no Contrato Original, tem justo e acordado o presente Termo Aditivo, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto

Fica estabelecida por acordo entre as partes a **PRORROGAÇÃO do prazo de vigência** do contrato nº 041/2020, que tem como objeto o assessoramento jurídico em resposta às demandas relacionadas ao enfrentamento da emergência de saúde pública, que será realizado de forma remota, por meio de apoio jurídico especializado ao Gabinete do Prefeito e Procuradoria/Assessoria Jurídica do Município de Maracajá/SC que prevê o término em 22/07/2020, para até o dia **22/10/2020**, com base no artigo 57 da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do Documento Anexo

Constitui documento anexo a este, a solicitação de aditivo de prazo emitido pela Secretária de Administração com data de 22/07/2020 e Parecer da Assessoria Jurídica favorável datado de 22/07/2020, em suas íntegras, dele fazendo parte independente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA - Das Demais Cláusulas

Ratificam-se as demais cláusulas e condições do Contrato Original Nº 041/2020, não expressamente alteradas por este instrumento que aquele se integra formando um todo único e indivisível para todos os fins e direito. E, por estarem justos e acordados, as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Maracajá/SC, 22 de julho de 2020.

MUNICÍPIO DE MARCAJÁ
ARLINDO ROCHA
Prefeito Municipal

VANDERLINDE & JEREMIAS ADVOGADOS ASSOCIADOS
PIERRE AUGUSTO FERNANDES VANDERLINDE
Sócio Proprietário

TESTEMUNHAS

Marluci Freitas Bitencourt Vitali
CPF: 009.788.959-83

Helder Francisco Loch
CPF: 288.787289-34

2º TA AO CONTRATO Nº 006/2020

Publicação Nº 2594883

2º TERMO ADITIVO ao Contrato Nº 006/2020

Segundo Termo Aditivo ao Contrato Nº 006/2020, firmado em 13 de janeiro de 2020, decorrente do Processo de Licitação - Modalidade: Pregão Presencial nº. 048/2019, homologado em 13/01/2020, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE MARACAJÁ, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 530, Centro, Maracajá-SC, CEP: 88915-000, inscrito no CNPJ sob o nº 82.915.026/0001-24, neste ato representado pelo Senhor ARLINDO ROCHA, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 1.975.650, expedida pelo SSP de SC, e inscrito no CPF sob o nº 594.699.279-15, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa AUTO POSTO BRAMBILA LTDA, estabelecida na ROD BR 101 KM403, São Cristóvão, Maracajá - SC, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 11.486.872/0001-28, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato por sua proprietária, Sra. MARIA CLAUDETE ROCHA BRAMBILA, representante legal, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.030.447/SSP-SC e inscrito no CPF sob o nº 799.701.689/91, tem justo e acordado o presente Termo Aditivo, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO, ao contrato nº 006/2020, que tem como objeto a aquisição de combustíveis para manutenção da frota da Prefeitura Municipal e do Fundo Municipal de Saúde de Maracajá, durante o exercício de 2020, por interesse público e feito amigavelmente pelas partes contratantes, em face da necessária execução dos mesmos, dentro dos limites e na forma do artigo 65 da Lei 8.666/93, de acordo com Parecer Jurídico favorável.

Dotação Orçamentária: 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (3), 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (11), 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (37), 3.3.90.00.00.00.00.00.00.0234 (18), 3.3.90.00.00.00.00.00.00.0080 (27), 3.3.90.00.00.00.00.00.00.0104 (87), 3.3.90.00.00.00.00.00.00.0104 (64), 3.3.90.00.00.00.00.00.00.0080 (108), 3.3.90.00.00.00.00.00.00.0080 (124), 3.3.90.00.00.00.00.00.00.0122 (139), 3.3.90.00.00.00.00.00.00.0121 (138), 3.3.90.00.00.00.00.00.00.0120 (137), 3.3.90.00.00.00.00.00.00.0080 (136), 3.3.90.00.00.00.00.00.00.0080 (165), 3.3.90.00.00.00.00.00.00.0080 (198), 3.3.90.00.00.00.00.00.00.0103 (18), 3.3.90.00.00.00.00.00.00.0210 (19).

CLÁUSULA SEGUNDA - Do Reequilíbrio

Diante do exposto, o Município reconhece os argumentos destacados no processo, e encaminha parecer favorável à solicitação do requerente, por considerar que ocorreu o desequilíbrio econômico-financeiro dos itens 01, 02 e 03 (gasolina, óleo diesel e óleo diesel S-10, respectivamente), passando a partir da presente data para o seguinte valor por litro:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	VALOR ATUAL	VALOR COM REEQUILIBRIO
01	GASOLINA COMUM	LITRO	R\$ 3,599	R\$ 3,970
02	ÓLEO DIESEL	LITRO	R\$ 2,859	R\$ 2,998
03	ÓLEO DIESEL S-10	LITRO	R\$ 2,899	R\$ 3,049

CLÁUSULA TERCEIRA - Do Documento Anexo

Constitui documento anexo a este Processo Administrativo nº 00508/2020, solicitação do requerente datado de 13/07/2020 e Parecer Jurídico favorável datado de 27/07/2020, em suas íntegras, dele fazendo parte independente de transcrição.

CLÁUSULA QUARTA - Das Demais Cláusulas

Ratificam-se as demais cláusulas e condições do Contrato Original Nº 006/2020, não expressamente alteradas por este instrumento que aquele se integra formando um todo único e indivisível para todos os fins e direito. E, por estarem justos e acordados, as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Maracajá/SC, 27 de julho de 2020.

TESTEMUNHAS:**TESTEMUNHAS**

Marluci Freitas Bitencourt Vitali CPF: 009.788.959-83	Helder Francisco Loch CPF: 288.787.289-34
--	--

2º TA AO CONTRATO N° 071/2018

Publicação N° 2594874

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 071/2018

Segundo Termo Aditivo ao Contrato n° 071/2018, firmado em 03 de julho de 2018, decorrente do Processo de Licitação - Modalidade: Pregão n°. 047/2018, homologado em 03/07/2018, que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE MARACAJÁ**, com sede na Avenida Getúlio Vargas, n° 530, Centro, Maracajá/SC, CEP: 88915-000, inscrito no CNPJ sob o n° 82.915.026/0001-24, neste ato representado pelo Senhor **ARLINDO ROCHA**, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade n° 1.975.650, expedida pelo SSP/SC, e inscrito no CPF sob o n° 594.699.279-15, ora denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado à empresa **DIGITAL TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA-ME**, CNPJ/MF n.º 08.640.413/0001-42, estabelecida na Rua Cândido Amro Damásio, n° 456, Bairro Jardim Cidade Florianópolis/SC, CEP 88111-110, Fone (048) 3035-7740, denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Senhor **RODRIGO FIGUEIRA PAIM**, RG n° 7050542526, CPF n° 696.369.740-04, já qualificadas no Contrato Original, tem justo e acordado o presente Termo Aditivo, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto

Fica estabelecida por acordo entre as partes a **PRORROGAÇÃO do período de vigência** do contrato n° 071/2018, que tem como objeto a contratação de empresa especializada em gestão contábil aplicada ao setor público, treinamento, capacitação, acompanhamento e orientação nas áreas financeira, orçamentária, contábil, licitações, compras e contratos e administrativa aos servidores e responsáveis pela administração pública da entidade, que inclui, entre outros, suporte aos sistemas informatizados de contabilidade, compras e recursos humanos, E-Sfinge, Lei de Responsabilidade Fiscal, Diligências do TCE e demais, que prevê o término em **03/07/2019**, por mais 12 (doze) meses, ou seja, até **31/12/2020**, com base no artigo 57 da Lei N° 8.666/93 e alterações subsequentes.

Dotação Orçamentária: 3.3.90.00.00.00.00.0080 (11)

CLÁUSULA SEGUNDA - Do Documento Anexo

Constitui documento anexo, o requerimento de aditivo de prazo da Contratada, datado de 16/06/2020, solicitação da Secretária de Administração com data de 17/06/2020, e Parecer Jurídico favorável da Procuradoria do Município, datado de 17/06/2020, em suas íntegras, dele fazendo parte independentemente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA - Das Demais Cláusulas

Ratificam-se as demais cláusulas e condições do Contrato Original N° 071/2018, não expressamente alteradas por este instrumento que aquele se integra formando um todo único e indivisível para todos os fins e direito. E, por estarem justos e acordados, as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Maracajá/SC, 01 de julho de 2020.

MUNICÍPIO DE MARCAJÁ

ARLINDO ROCHA
Prefeito Municipal

DIGITAL TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA - ME

RODRIGO FIGUEIRA PAIM
Proprietário

TESTEMUNHAS

Marluci Freitas Bitencourt Vitali
CPF: 009.788.959-83

Helder Francisco Loch
CPF: 288.787289-34

5º TA AO CONTRATO N° 026/2020

Publicação N° 2594880

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 026/2020

Quinto Termo Aditivo ao Contrato N° 026/2020, firmado em 23 de janeiro de 2020, decorrente do Processo de Licitação - Modalidade: Tomada de Preços n°. 042/2019, homologado em 17/12/2019, que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE MARACAJÁ**, com sede na Avenida Getúlio Vargas, n° 530, Centro, Maracajá/SC, CEP: 88915-000, inscrito no CNPJ sob o n° 82.915.026/0001-24, neste ato representado pelo **ARLINDO ROCHA**, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade n° 1.975.650, expedida pelo SSP de SC, e inscrito no CPF sob o n° 594.699.279-15, doravante denominada **CONTRATANTE** e a empresa **RD ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA**, estabelecida na Rua José Paulo Pizzetti, n° 747, bairro Liri, Içara-SC, CEP 88.820-000, telefone (48) 99614-8950, inscrita no CNPJ/MF sob o N° 35.060.552/0001-70, doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato pelo seu Proprietário, Sr. **RUAN CARDOSO DALAZEN**, representante legal, portador da Cédula de Identidade RG n° 5.111.936/SSP-SC e inscrito no CPF sob o n° 089.778.599-13, já qualificadas no Contrato Original, tem justo e acordado o presente Termo Aditivo, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto

Constitui objeto do presente Termo Aditivo de **SUPRESSÃO DE VALOR** ao contrato n° 026/2020, que tem como objeto contratação de empresa de engenharia, para execução dos serviços necessários a reforma do prédio que abriga o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do Município de Maracajá/SC, compreendendo o fornecimento dos materiais, mão de obra, máquinas, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias, dentro dos limites e na forma do artigo 65, inciso I, letra "b" da Lei N° 8.666/93, de acordo com a Justificativa Técnica e Parecer Jurídico favorável, conforme discriminações e quantitativos constantes na Planilha Orçamentária de Aditivo em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do Valor

O valor total deste Termo Aditivo de **SUPRESSÃO** é de **R\$ 3.305,61** (três mil, trezentos cinco reais e sessenta um centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA - Do Valor Global

O valor global inicial do contrato era de R\$ 47.979,46 (quarenta sete mil novecentos setenta e nove reais e quarenta e seis centavos), com os 1º, 3º e 4º Termos Aditivos passou a ser de R\$ 52.069,11 (cinquenta dois mil, sessenta e nove reais e onze centavos), e de acordo com este termo de supressão passa a ser de **R\$ 48.763,50** (quarenta e oito mil, setecentos e sessenta e três reais e cinquenta centavos).

CLÁUSULA QUARTA - Do Documento Anexo

Constitui documento anexo a este, a justificativa do Arquiteto e Urbanista do Município e Parecer Jurídico favorável da Procuradoria do Município, em suas íntegras, dele fazendo parte independentemente de transcrição.

CLÁUSULA QUINTA - Das Demais Cláusulas

Ratificam-se as demais cláusulas e condições do Contrato Original N° 026/2020, não expressamente alteradas por este instrumento que aquele se integra formando um todo único e indivisível para todos os fins e direito. E, por estarem justos e acordados, as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Maracajá/SC, 21 de julho de 2020.

MUNICÍPIO DE MARCAJÁ
ARLINDO ROCHA
Prefeito Municipal

RD ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA
RUAN CARDOSO DALAZEN
Proprietário

TESTEMUNHAS

Marluci Freitas Bitencourt Vitali
CPF: 009.788.959-83

Helder Francisco Loch
CPF: 288.787289-34

7º TA AO CONTRATO Nº 066/2019

Publicação Nº 2594875

7º TERMO ADITIVO DE RE-RATIFICAÇÃO

Sétimo Termo Aditivo de Retificação ao Contrato nº 066/2019, celebrando entre o MUNICÍPIO DE MARACAJÁ e a Empresa SETEP CONSTRUÇÕES LTDA.

O MUNICÍPIO DE MARACAJÁ, com sede na Avenida Getúlio Vargas, 530, Centro, Maracajá/SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.915.026/0001-24, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Exmo. Sr. Arlindo Rocha, denominado CONTRATANTE e a empresa SETEP CONSTRUÇÕES LTDA, estabelecida na Rua Francisco Martinhago, nº 258, Bairro Mina do Mato, Cidade de Criciúma/SC, CEP nº 88.810-500, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 83.665.141/0001-50, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo seu Diretor Comercial, Sr. JOSÉ CARLOS DE SOUZA, portador da Cédula de Identidade RG nº 537.723-4 e inscrito no CPF sob o nº 376.562.959-68, designada CONTRATADA, vencedora do Processo de Licitação nº 035/2019 – Tomada de Preços, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 035/2019, firmado em 13/09/2019, destinado a execução dos serviços necessários a pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e sinalização na Rodovia Angelino Acordi, localidade de Espigão da Toca, no Município de Maracajá/SC, obrigando-se a respeitar e cumprir as condições constantes nas cláusulas seguintes:

Considerando a verificação de erro meramente material no somatório da planilha orçamentária, é feita a seguinte retificação:

Cláusula Primeira – Da Retificação

ONSE SE LÊ: 154.053,67 (cento cinquenta quatro mil, cinquenta três reais e sessenta sete centavos).

LEIA-SE: 154.053,33 (cento cinquenta quatro mil, cinquenta três reais e trinta e três centavos).

Cláusula Segunda – Dos Documentos Anexo

Constitui documento anexo a este, a solicitação de retificação do 6º aditivo da Diretora do Departamento de Obras, juntamente com a planilha orçamentária, em suas íntegras, dele fazendo parte independente de transcrição.

Cláusula Terceira – Das Demais Cláusulas

Ratificam-se as demais cláusulas e condições do Contrato Original Nº 066/2019, não expressamente alteradas por este instrumento que aquele se integra formando um todo único e indivisível para todos os fins e direito. E, por estarem justos e acordados, as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Maracajá/SC, 03 de julho de 2020.

MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ARLINDO ROCHA
Contratante

SETEP CONSTRUÇÕES LTDA
JOSÉ CARLOS DE SOUZA
Contratado

Testemunhas

Marluci Freitas Bitencourt Vitali
CPF: 009.788.959-83

Helder Francisco Loch
CPF 288.787.289-34

EXTRATO DE CONTRATO Nº 004/FMS/2020

Publicação Nº 2594793

EXTRATO DE CONTRATO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Espécie: Contrato nº 004/FMS/2020.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratada: KAMILLA CONSTRUÇÕES E TRANSPORTES LTDA

Objeto: Contratação de empresa de engenharia, para execução dos serviços necessários de reforma e ampliação da Unidade de Saúde Centro Municipal de Assistência à Saúde Dejour Rossa e Unidade Básica de Saúde José Thomaz da Silveira, no município de Maracajá/SC.

Valor: R\$ 267.000,00 (duzentos e sessenta e sete mil reais).

Vigência: Até 20/12/2020

Data de Assinatura: 16 de julho de 2020.

DIOGO COPETTI SILVEIRA
GESTOR FMS
CONTRATANTE

KAMILLA CONSTRUÇÕES E TRANSPORTES LTDA
CAMILA COSTA HERMANI
CONTRATADA

EXTRATO DE CONTRATO N° 052/2020

Publicação N° 2594772

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
Extrato de Contrato

Espécie: Contrato n° 052/2020.

Contratante: Município de Maracajá/SC.

Contratada: LAJECRIL ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA

Objeto: Execução dos serviços necessários a pavimentação com lajotas de concreto, drenagem pluvial, calçadas e sinalização na Rua Antônio Manoel da Rocha, localidade de Espigão Grande, trecho 02, no município de Maracajá/SC, compreendendo o fornecimento dos materiais, mão de obra, máquinas, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias.

Valor: R\$ 208.099,65 (duzentos e oito mil noventa e nove reais e sessenta e cinco centavos).

Vigência: 06/06/2020 Até 10/07/2021.

Data de Assinatura: 06/06/2020.

ARLINDO ROCHA
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

LAJECRIL ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA
MICHELE CASCEMICHOLSI GIUSTI
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO N° 053/2020

Publicação N° 2594774

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
Extrato de Contrato

Espécie: Contrato n° 053/2020.

Contratante: Município de Maracajá/SC.

Contratada: ARALUZ COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E HIDRAULICOS LTDA

Objeto: Aquisição parcelada de materiais elétricos para uso na manutenção do sistema de iluminação pública no município de Maracajá/SC, obedecendo a proposta da contratada, especificações técnicas e quantitativos estimados constantes no edital e anexos, que ficam fazendo parte integrante e indispensável desde Convite como se aqui estivessem transcritos.

1.1. Todos os produtos deverão ser de 1ª linha que atendam a excelentes padrões de qualidade, produzidos em conformidade com as Normas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas e homologados pela CELESC.

Valor: R\$ 82.022,50 (oitenta e dois mil vinte e dois reais e cinquenta centavos)

Vigência: Até 31/12/2020.

Data de Assinatura: 16/06/2020.

ARLINDO ROCHA
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

ARALUZ COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E HIDRAULICOS LTDA
ROGÉRIO BERTO
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO N° 054/2020

Publicação N° 2594777

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
Extrato de Contrato

Espécie: Contrato n° 054/2020.

Contratante: Município de Maracajá/SC.

Contratada: ELETRO FOX COMÉRCIO E MONTAGENS ELÉTRICAS LTDA

Objeto: Aquisição parcelada de materiais elétricos para uso na manutenção do sistema de iluminação pública no município de Maracajá/SC, obedecendo a proposta da contratada, especificações técnicas e quantitativos estimados constantes no edital e anexos, que ficam fazendo parte integrante e indispensável desde Convite como se aqui estivessem transcritos.

1.1. Todos os produtos deverão ser de 1ª linha que atendam a excelentes padrões de qualidade, produzidos em conformidade com as

Normas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas e homologados pela CELESC.

Valor: R\$ 2.124,00 (dois mil cento e vinte e quatro reais).

Vigência: Até 31/12/2020.

Data de Assinatura: 16/06/2020.

ARLINDO ROCHA
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

ELETRO FOX COMÉRCIO E MONTAGENS ELÉTRICAS LTDA
ANDERSON FRECCIA
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO N° 055/2020

Publicação N° 2594782

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
Extrato de Contrato

Espécie: Contrato nº 055/2020.

Contratante: Município de Maracajá/SC.

Contratada: PREMEL MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA

Objeto: Aquisição parcelada de materiais elétricos para uso na manutenção do sistema de iluminação pública no município de Maracajá/SC, obedecendo a proposta da contratada, especificações técnicas e quantitativos estimados constantes no edital e anexos, que ficam fazendo parte integrante e indispensável desde Convite como se aqui estivessem transcritos.

1.1. Todos os produtos deverão ser de 1ª linha que atendam a excelentes padrões de qualidade, produzidos em conformidade com as Normas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas e homologados pela CELESC.

Valor: R\$ 36.799,00 (trinte e seis mil setecentos e noventa e nove reais).

Vigência: Até 31/12/2020.

Data de Assinatura: 16/06/2020.

ARLINDO ROCHA
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

PREMEL MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA
CELSO PRÉVE FRAGNANI
Contratada

ATA 02 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/FMS/2020

Publicação Nº 2596022

ATA 02
MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
PODER EXECUTIVO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

PREGAO PRESENCIAL Nº 005/FMS/2020

SEGUNDA ATA DA REUNIÃO DA PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ PARA REGISTRO DE RECEBIMENTO DO PARECER JURIDICO DA PROCURADORIA DO MUNICÍPIO REFERENTE AO RECURSO INTERPOSTO PELA EMPRESA MF DE ALMEIDA E CIA LTDA EPP.

BJETO: Registro de Preços para aquisições futuras de **materiais odontológicos** para atendimento aos consultórios da Rede Municipal de Saúde de Maracajá/SC.

Às quatorze horas, do dia sete, do mês de agosto, do ano de dois mil e vinte, na Sala de Licitações, no Prédio da Prefeitura Municipal, localizado na Avenida Getúlio Vargas, nº 530, bairro Centro, nesta cidade de Maracajá, Estado de Santa Catarina, reuniram-se a Pregoeira e sua Equipe de Apoio designada pelo Decreto nº 23/2020. Aberto os trabalhos pela Pregoeira, a mesma informou que recebeu da Procuradoria do Município, parecer jurídico, acerca do recurso interposto pela empresa **MF DE ALMEIDA E CIA LTDA EPP**. Na sequência foi feita a leitura verbal do parecer jurídico exarado pela Procuradora do Município, Advogada GEZILANE DE SÁ – OAB/SC 15.354, com a seguinte conclusão: **"Pelo exposto, em face das razões expendidas acima e à luz dos princípios basilares da administração pública, primado pelos Princípios Gerais que regem o Direito Administrativo, em consequência com os ditamos da Lei n. 8666/1993, Lei n. 10.520/2002, termos do edital e todos os atos até então praticados, opinamos pelo NÃO CONHECIMENTO do recurso da empresa MF DE ALMEIDA E CIA. LTDA. EPP"**. Assim, a Pregoeira e sua Equipe de Apoio, diante dos argumentos de fato e de direito proferido no parecer jurídico da Douta Procuradora do Município de Maracajá, por unanimidade, a Pregoeira e sua Equipe de Apoios acatam o referido parecer. As empresas serão notificadas da decisão através da publicação da presente ata no Diário Oficial do Município (DOM). O parecer jurídico fica fazendo parte integrante e inseparável como se aqui estivesse transcrito. A Pregoeira e a equipe de apoio abrem vista de todo o processo licitatório aos licitantes e interessados para consulta e extração de cópias. A Pregoeira encaminha e submete a decisão, ao Senhor ARLINDO ROCHA - Prefeito Municipal. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a sessão e lavrou-se a presente Ata, que vai assinada pela Pregoeira e sua da Equipe de Apoio. Maracajá, 07 de agosto de 2020.

GRASIELA BECKER
Pregoeira

RAFAELA ROCHA DE OLIVEIRA
Equipe de Apoio

HELDER FRANCISCO LOCH
Equipe de Apoio

O Prefeito Municipal de Maracajá, mantém a decisão.

ARLINDO ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL.

Maravilha

PREFEITURA

DECRETO N° 655/2020

Publicação N° 2594411

DECRETO N° 655, DE 6 DE AGOSTO DE 2020

Dispõe sobre contratação temporária de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

O Processo Seletivo Edital n° 001/2018, homologado pelo Decreto n° 088, de 25 de janeiro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 6 de agosto a 31 de dezembro de 2020, ANA PAULA HUPPES, brasileira, portadora do RG n° 5102211, para ocupar o cargo de Enfermeira - Saúde da Família, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 6 de agosto de 2020.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

Marema

PREFEITURA

DECRETO Nº 124/2020

Publicação Nº 2596352

DECRETO Nº 124/2020

De 07/08/2020

DECRETA DESAPROPRIAÇÃO ORDINÁRIA DIRETA DE IMÓVEL RURAL, POR NECESSIDADE E UTILIDADE PÚBLICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Decreto Municipal nº 123, de 31/07/2020, art. 64, inc. V da Lei Orgânica Municipal, ex vi do art. 2º do Decreto Lei n. 3.365, de 21.06.41, mais o previsto no art. 590 da Lei n. 3.071 de 1916, c/c art. 1º e 2º da Lei n. 6.602/78, que introduziu modificações no art. 5º do Dec-Lei n. 3.365, para efeito do que estabelece o art. 15º do Decreto-Lei n. 3.365, com a nova redação dada pela Lei n. 2.786 de 21 de maio de 1956 c/c art. 5 inc. XXIV da Constituição Federal e demais disposições aplicáveis a espécie

CONSIDERANDO a garantia constitucional que reconhece, como uma tendência irreversível do Estado moderno, a possibilidade da interferência do Poder Público na mudança compulsória da destinação de um bem privado, ajustando aos interesses sociais, mediante desapropriação, prevista ao longo de vários dispositivos constitucionais, quais sejam arts. 5º XXIV; 22, II; 182, §§ 3º 3 4º, e III e 184.

CONSIDERANDO a Declaração da Utilidade Pública do imóvel abaixo descrito, para fins de Desapropriação amigável ou judicial, objeto do Decreto n. 123, de 31/07/2020, e que o mesmo atende as condições necessárias para a contemplar as demandas previstas no Plano Municipal de Habitação Social.

CONSIDERANDO a deliberação da Comissão Especial nomeada pelo Decreto nº 117, de 24/07/2020, com objetivo específico de seleção de imóveis que contemplem o interesse público referente ao Plano Municipal de Habitação de Interesse Social – PMHIS.

CONSIDERANDO as intimações realizadas aos proprietários do imóvel abaixo relacionado, e avaliação levada a efeito por profissionais corretores de imóveis contratados, assim como pela comissão nomeada através do Decreto n. 058/2020 de 1º de abril de 2020.

CONSIDERANDO a necessidade e o interesse Público Municipal que surge quando a Administração defronta situações de utilidade pública, que, para serem resolvidas satisfatoriamente, exigem a transferência urgente de bens de terceiros para o seu domínio de uso imediato, visando desta forma atingir seu objetivo;

CONSIDERANDO que a utilidade pública se apresenta quando da transferência de bens de terceiros para a Administração é conveniente, possibilitando a interferência do Poder Público na mudança compulsória da destinação do bem, ajustando aos interesses sociais, mediante a desapropriação, justificando com isso a destinação pública.

CONSIDERANDO que a utilidade pública surge quando a Administração defronta situações de emergência, que para serem resolvidas satisfatoriamente, exigem a transferência urgente de bens de terceiros para o domínio e uso imediato, uma vez que se considera como urgente e prioritário a execução de programas que contemplem o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social;

CONSIDERANDO a Justificativa de Desapropriação, Anexo Único, parte Integrante do Presente Decreto.

DECRETA

Art. 1º - Fica desapropriado, ordinária e diretamente, por necessidade e utilidade pública, como desapropriado está, por via amigável ou judicial, com fundamento no artigo 5º, alínea "I" do Decreto-Lei n. 62.504/78 com a alteração introduzida pelos artigos 1º e 2º da Lei 6.602/78, o seguinte imóvel:

"Matrícula n. 20.896 – Fls 01 – Livro 2 - CRI de Xaxim. Terreno urbano, localizado na estrada municipal – Linha Treze de Maio, Marema/SC, com área superficial de treze mil seiscientos e noventa e cinco metros quadrados (13.695,00m²), oriundo de parte dos lotes rurais nos 13 e 14, com as seguintes medidas e confrontações: Partindo do ponto 04, localizado na lateral da estrada municipal, segue, em sentido horário, pela estrada Municipal, com a distância de 272,56 metros, até o ponto 05; deste segue com AZ=50º12'15" e distância de 174,83 metros, confrontando com parte dos lotes rurais nos 13 e 14, de Leonir Bussolaro (matrícula nº 20.895), até o ponto 10; deste segue com AZ=122º46'42" e distância de 162,54 metros, confrontando com parte dos lotes rurais nos 13 e 14 de Leonir Bussolaro (matrícula nº 20.895), até o ponto 04, que originou esta poligonal. PROPRIETÁRIOS: Lenoir Bussolaro, CPF nº 346.232.649-04, RG nº 6014539982/RS, e esposa ROSANE MARIA BUSSOLARO, CPF nº 647.203.659-49, RG nº 2.075.239/SC, ambos brasileiros, agricultores, casados pelo regime de comunhão universal de bens, na vigência da Lei nº 6515/1977, conforme pacto antinupcial registrado sob nº 8.049, neste ofício, residentes e domiciliados na rua Ipiranga, nº 477, centro de Marema/SC. Origem: matrícula nº 10.588, do Livro nº 02-Registro Geral, deste Registro Imobiliário. Protocolo: nº 25.470, do Livro nº 01-D, aos 27/09/2011. Dou fé".

Parágrafo Único - O imóvel fora declarado de utilidade pública, com destinação pública, conforme Decreto Municipal nº 123/2020, com objetivo de construção de habitações populares, contemplando o Programa Municipal de Interesse Social.

Art. 2º - Fica, outrossim, declarada de caráter urgente a desapropriação, nos termos do art. 15, do Decreto-Lei n. 3.365 de 21.06.41, com redação dada pela Lei Federal n. 2.786 de 21.05.1956, para efeito de imediata imissão de posse.

Art. 3º - O valor da indenização, para efeito amigável ou judicial, conforme preço fixado pela Comissão de Avaliação nomeada pelo Decreto n. 058/2020 de 1º de abril de 2020, que homologou as avaliações realizadas por profissionais corretores de imóveis contratados, é de R\$ 142.000,00 (cento e quarenta e dois mil reais), para que seja atendido o preceito constitucional da justa indenização.

Art. 4º - Fica autorizado o Departamento Municipal de Administração Fazenda e Planejamento a proceder o empenhamento da despesa e encaminhamento tempestivamente da transferência do imóvel, através de Escritura Pública.

Art. 5º - Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados recursos consignados no Orçamento Municipal, proveniente da seguinte dotação orçamentária:

Órgão – Fundo Municipal de Assistência Social

Proj/Ativ 2.085 Manutenção do fundo de Assistência Social - Dotação 4.4.90.00.00.00.00.1000

Proj/Ativ 2.086 Manutenção das Ativ. de Desen. Comunitário - Dotação 4.4.90.00.00.00.00.1000

Proj/Ativ 2.087 Apoio ao Sistema Habitacional - Dotação 4.4.90.00.00.00.00.3000

Art. 6º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 07 de agosto de 2020.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

ELIAMARA BALBINOT - Servidora Designada

ANEXO UNICO

(Decreto n. 000/2020 de 07/08/2020)

JUSTIFICATIVA DE DESAPROPRIAÇÃO

O Estado, no desempenho normal de sua administração, adquire bens de toda espécie e os incorpora ao patrimônio público para a realização de seus fins.

Dentre os atos de intervenção estatal na propriedade destaca-se a desapropriação, que é a mais drástica das formas de manifestação do poder de império, ou seja, a soberania interna do Estado no exercício de seu domínio eminente sobre todos os bens existentes, mormente no território municipal.

A Desapropriação é a transferência compulsória da propriedade particular para o Poder Público ou seus delegados, por utilidade ou necessidade pública ou, ainda, por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro (C.F. art. 5, XXIV), procedendo-se administrativamente em duas fases: a primeira, de natureza declaratória, consubstanciada na indicação da necessidade ou utilidade pública ou do interesse social; a segunda, de caráter executivo, compreendendo a estimativa da justa indenização e a transferência do bem expropriado para o domínio do expropriante.

Os requisitos constitucionais exigidos para a desapropriação resumem-se na ocorrência de necessidade ou utilidade pública ou de interesse social e no pagamento de justa e prévia indenização em dinheiro, ajustando aos interesses sociais, mediante a desapropriação.

No presente caso, a desapropriação resume-se pela necessidade pública visando o interesse social, que surge quando a administração defronta situações de emergência, que, para ser resolvida satisfatoriamente, exigem a transferência urgente de bens de terceiros para o seu domínio e uso imediato.

Tal fato é justificado, pois, o Município de Marema objetiva a construção de unidades habitacionais de forma a contemplar a demanda, conforme Plano Municipal de Habitação Social, em conformidade com o decreto n. 000/2020 de 00/08/2020, justificando assim a interferência do Poder Público na mudança compulsória da destinação de um bem.

S.M.J. Esta é a justificativa.

Marema/SC, em 07 de agosto de 2020.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Massaranduba

PREFEITURA

DECRETO N° 4254 DE 28 DE JULHO DE 2020

Publicação N° 2595037

DECRETO N° 4254 DE 28 DE JULHO DE 2020

Abre crédito adicional suplementar

O PREFEITO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal n° 2123 de 28 de julho de 2020, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no Orçamento de 2020 (Lei Municipal n° 2060/2019), no valor de R\$ 30.319,00 (trinta mil trezentos e dezenove reais), conforme classificação funcional programática abaixo:

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

09.002 – GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

09.002.0010.0301.0026.2101 - Manutenção do Serviço de Atendimento a População

09.002 – 3.1.90 – Aplicações Diretas

09.002-01520000 – COVID-19 - Recursos transferidos da União destinados a ações de Saúde e Assistência social (LC 173/2020 -Art. 5º, I-b) 30.319,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º são oriundos do excesso de arrecadação no exercício referente a Portaria Ministerial n° 480/2020 e Deliberação 27/CIB/2020 da Comissão Intergestores Bipartite da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, conforme artigo 43, parágrafo 1º, II da Lei Federal n° 4.320/64.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 28 de julho de 2020.

ARMINDO SESAR TASSI

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

DECRETO Nº 4248 DE 23 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2595019

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSGAB – Assessoria de Gabinete****DECRETO Nº 4248 DE 23 DE JULHO DE 2020****Abre créditos adicionais suplementares**

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC)**, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1961 de 12 de novembro de 2019, DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no Orçamento de 2020 no valor de R\$ 4.952,78 (quatro mil novecentos e cinquenta e dois reais e setenta e oito centavos) nos programas discriminados dos Anexos I.

Art. 2º Os recursos para abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo 1º, são oriundos da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias conforme artigo 43, § 1º, III da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 23 de julho de 2020.

ARMINDO SESAR TASSI
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

CAPITAL CATARINENSE DO ARROZ

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
E-mail: gabinete@massaranduba.sc.gov.br – CNPJ: 83.102.483/0001-62



Planejamento e Orçamento

ANEXO I

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MASSARANDUBA Lei: 2060/2019 Data Lei: 17/12/2019										Decreto: 4248/2020 Data Decreto: 23/07/2020				Data Lançamento: 23/07/2020 Código da Suplementação: 45			
Crédito Adicional				Valor			Origem de Recursos			Valor							
Lote	Tipo	Ref.	Dotação	Vinculo	Valor	Tipo	Ref.	Dotação/Receita	Vinculo	Valor							
1	Suplementar	229	09.002.0010.0301.0026.2101.33390000000000000000	01380100	1.654,78	Anulação	218	09.002.0010.0301.0026.2101.33190000000000000000	01380100	1.654,78							
				Total do Lote	1.654,78												
2	Suplementar	256	09.002.0010.0302.0027.2103.33390000000000000000	01020000	3.298,00	Anulação	253	09.002.0010.0302.0027.2103.33190000000000000000	01020000	3.298,00							
				Total do Lote	3.298,00												
				Total	4.952,78	Anulação:	4.952,78		Excesso:								
						Superávit:	0,00		Op. de Crédito:								
						Convênio:	0,00										
Total Geral																	
Anulação :										0,00		Convênio:		0,00			
Superávit:										0,00							
Excesso:										0,00							
Op. de Crédito:										0,00							
Transposição Incremento:										0,00							
Transposição Decremento:										0,00							
Resumo por Vinculos																	
Tipo: Vinculado																	
Tipo: Vinculo		Descrição Vinculo		Anulação		Superávit		Excesso		Op. de Crédito		Transp. Incremento		Transp. Decremento		Convênio	
1020000		Recultas de Impostos - Saude				3.298,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00	
1380100		Transf. SUS/União - PAB- Piso Atenção Básica				1.654,78		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00	
Total Tipo: Vinculado						4.952,78		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00	
Total Geral						4.952,78		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00	

PM Sistemas Ltda
Atende.Net - WPL v:2013.01

Identificador: WPL471 101-657-MHNJGSNXQNMNRN-6 - Emitido por: LAISA CRISTINA LOPES

DECRETO Nº 4249 DE 23 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2595027

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSGAB – Assessoria de Gabinete****DECRETO Nº 4249 DE 23 DE JULHO DE 2020****Abre créditos adicionais suplementares**

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC)**, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 2060 de 17 de dezembro de 2019, DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no Orçamento de 2020 no valor de R\$ 25.229,27 (vinte cinco mil duzentos e vinte e nove reais e vinte e sete centavos) nos programas discriminados dos Anexos I.

Art. 2º Os recursos para abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo 1º, são oriundos do excesso de arrecadação no exercício, conforme Artigo 43, § 1º, II da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 23 de julho de 2020.

ARMINDO SESAR TASSI
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

CAPITAL CATARINENSE DO ARROZ

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
E-mail: gabinete@massaranduba.sc.gov.br – CNPJ: 83.102.483/0001-62



MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
Planejamento e Orçamento
Alterações Orçamentárias por Suplementação e Origem de Recursos
Entidade(s): 8997 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA
Data Inicial: 23/07/2020 Data Final: 23/07/2020 LOA: 2020

ANEXO I

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MASSARANDUBA										
Lei: 2060/2019										
Data Lei: 17/12/2019										
Decreto: 4249/2020										
Data Decreto: 23/07/2020										
Data Lançamento: 23/07/2020										
Código da Suplementação: 46										
Lote	Tipo	Ref.	Crédito Adicional			Valor	Origem de Recursos			Valor
			Dotação	Vínculo			Excesso	Ref.	Dotação/Recelta	
1	Suplementar	218	09.002.0010.0301.0026.2101.33190000000000000000	01380100		8.572,11	Excesso	41718031110000000000		01380100
1	Suplementar	229	09.002.0010.0301.0026.2101.33390000000000000000	01380100		1.654,78	Excesso	41128011100000000000		01005000
				Total do Lote		10.226,89		41128011100000000000		01005000
2	Suplementar	199	09.001.0010.0304.0030.2104.33190000000000000000	01005000		2.211,89	Excesso	41718031110000000000		01380100
				Total do Lote		2.211,89		41718031110000000000		01380100
3	Suplementar	202	09.001.0010.0304.0030.2104.33390000000000000000	01005000		765,00	Anulação:	0,00	Excesso:	Total
				Total do Lote		765,00	Superávit:	0,00	Op. de Crédito:	25.229,27
							Convênio:	0,00		0,00
4	Suplementar	218	09.002.0010.0301.0026.2101.33190000000000000000	01380100		5.594,38				
4	Suplementar	229	09.002.0010.0301.0026.2101.33390000000000000000	01380100		748,00				
				Total do Lote		6.342,38				
5	Suplementar	218	09.002.0010.0301.0026.2101.33190000000000000000	01380100		5.683,14				
				Total do Lote		5.683,14				
				Total		25.229,27				
Total Geral										
Anulação :			0,00	Excesso:	25.229,27	Transposição	0,00	Convênio:	0,00	
Superávit:			0,00	Op. de Crédito:	0,00	Incremento:	0,00			
						Decremento:				
Resumo por Vínculos										
Tipo: Ordinário										
Vínculo	Descrição Vínculo	Anulação	Superávit	Excesso	Op. de Crédito	Transp. Incremento	Transp. Decremento	Convênio		
1005000	Taxa Vigilância Sanitária		0,00	2.976,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total Tipo: Ordinário			0,00	2.976,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Tipo: Vinculado										
Vínculo	Descrição Vínculo	Anulação	Superávit	Excesso	Op. de Crédito	Transp. Incremento	Transp. Decremento	Convênio		
1380100	Transf. SUS/União - PAB- Piso Atenção Básica		0,00	22.252,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total Tipo: Vinculado			0,00	22.252,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total Geral			0,00	25.229,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

DECRETO Nº 4250 DE 23 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2595031

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSGAB – Assessoria de Gabinete****DECRETO Nº 4250 DE 23 DE JULHO DE 2020****Abre créditos adicionais suplementares**

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC)**, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1961 de 12 de novembro de 2019, DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no Orçamento de 2020 no valor de R\$ 92.284,50 (noventa e dois mil duzentos e oitenta e quatro reais e cinquenta centavos) nos programas discriminados dos Anexos I.

Art. 2º Os recursos para abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo 1º, são oriundos da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias conforme artigo 43, § 1º, III da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 23 de julho de 2020.

ARMINDO SESAR TASSI
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

CAPITAL CATARINENSE DO ARROZ

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
E-mail: gabinete@massaranduba.sc.gov.br – CNPJ: 83.102.483/0001-62

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
Planejamento e Orçamento
Alterações Orçamentárias por Suplementação e Origem de Recursos
Data Inicial: 23/07/2020 Data Final: 23/07/2020 LOA: 2020



ANEXO I

Entidade: MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA				Decreto: 4250/2020		Data Lançamento: 23/07/2020	
Lei: 2060/2019				Data Decreto: 23/07/2020		Código da Suplementação: 81	
Data Lei: 17/12/2019				Crédito Adicional		Origem de Recursos	
Lote	Tipo	Ref.	Valor	Vínculo	Valor	Tipo	Ref.
1	Suplementar	121	32.631,50	01190000	32.631,50	Anulação	119
				Total do Lote	32.631,50		
2	Suplementar	134	3.434,00	01190000	3.434,00	Anulação	132
				Total do Lote	3.434,00		
3	Suplementar	162	56.219,00	01190000	56.219,00	Anulação	160
				Total do Lote	56.219,00		
				Total	92.284,50		
				Excesso:	0,00		
				Superávit:	0,00		
				Op. de Crédito:	0,00		
				Convênio:	0,00		
Total Geral				Excesso:	0,00	Convênio: 0,00	
Anulação :				0,00			
Superávit:				0,00			
Op. de Crédito:				0,00			
Convênio:				0,00			
Resumo por Vínculos							
Tipo: Vinculado							
Vínculo	Descrição	Vínculo	Anulação	Superávit	Excesso	Op. de Crédito	Transp. Incremento
1180000	Transf. FUNDEB (Remun. Magistério)		88.850,50		0,00	0,00	0,00
1190000	Transf. FUNDEB (Outr. Desp. Ensino)		3.434,00		0,00	0,00	0,00
Total Tipo: Vinculado				92.284,50	0,00	0,00	0,00
Total Geral				92.284,50	0,00	0,00	0,00

Identificador: WPL471107-657-MHNJGSSXQNMIRN-6 - Emitido por: LAISA CRISTINA LOPES

IPW Sistemas Ltda
Atende.Net - WPL v2013.01

DECRETO Nº 4251 DE 23 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2595034

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSGAB – Assessoria de Gabinete****DECRETO Nº 4251 DE 23 DE JULHO DE 2020****Abre créditos adicionais suplementares**

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC)**, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 2060 de 17 de dezembro de 2019, DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no Orçamento de 2020 no valor de R\$ 946,41 (novecentos e quarenta e seis reais e quarenta de um centavos) nos programas discriminados dos Anexos I.

Art. 2º Os recursos para abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo 1º, são oriundos do excesso de arrecadação no exercício, conforme Artigo 43, § 1º, II da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 23 de julho de 2020.

ARMINDO SESAR TASSI
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

CAPITAL CATARINENSE DO ARROZ

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
E-mail: gabinete@massaranduba.sc.gov.br – CNPJ: 83.102.483/0001-62



ANEXO I

Entidade: MUNICIPIO DE MASSARANDUBA									
Decreto: 4251/2020					Data Lançamento: 23/07/2020				
Data Decreto: 23/07/2020					Código da Suplementação: 82				
Data Lei: 17/12/2019									
Crédito Adicional			Origem de Recursos						
Lote	Tipo	Ref.	Dotação	Vínculo	Valor	Tipo	Ref.	Dotação/Receita	Valor
1	Suplementar	357	07.001.0006.0181.0012.2017.3339000000000000000000	03003020	946,41	Superávit			946,41
				Total do Lote	946,41	Anulação:	0,00	Excesso:	0,00
				Total	946,41	Superávit:	946,41	Op. de Crédito:	0,00
						Convênio:	0,00		0,00
Total Geral									
Anulação :			0,00	Excesso:	0,00	Transposição Incremento:	0,00	Convênio:	0,00
Superávit:			946,41	Op. de Crédito:	0,00	Transposição Decremento:	0,00		
Resumo por Vínculos									
Tipo: Vinculado									
Vínculo	Descrição	Vínculo	Anulação	Superávit	Excesso	Op. de Crédito	Transp. Incremento	Transp. Decremento	Convênio
3003020	Conv. Prevenção - CBM - Prefeitura			0,00	946,41	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Tipo: Vinculado				0,00	946,41	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Geral				0,00	946,41	0,00	0,00	0,00	0,00

DECRETO N° 4262 DE 06 DE AGOSTO DE 2020

Publicação N° 2594526

DECRETO N° 4262 DE 06 DE AGOSTO DE 2020.

CANCELA a realização da 17º FECARROZ no ano de 2020 em decorrência da situação vivenciada no Município diante da epidemia do Coronavírus (COVID-19)

O PREFEITO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, em especial o disposto no inciso XVIII do art. 50, e

CONSIDERANDO o surto de COVID-19, declarado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), que resultou na edição da Lei Federal N° 13.979/2020, de 06/02/2020, no Decreto Legislativo N° 06/2020, de 20/03/2020, declarando situação de calamidade pública no território brasileiro;

CONSIDERANDO que o Estado de Santa Catarina editou diversos atos sobre a pandemia, havendo ênfase nos Decretos N° s 509/2020, 515/2020, 525/2020, 562/2020 e 630/2020;

CONSIDERANDO que o Município de Massaranduba, também visando regulamentar a matéria envolvida com a pandemia, editou, dentre outros, os Decretos Municipais N° 4137/2020, de 17/03/2020, N° 4146/2020, de 18/03/2020, N° 4147/2020 de 18/03/2020, e N° 4148/2020, de 24/03/2020.

CONSIDERANDO a necessidade de prorrogação e/ou cancelamento de assembleias, reuniões presenciais e eventos com aglomerações de pessoas como medidas restritivas;

CONSIDERANDO que inicialmente a Administração Municipal havia decidido por suspender a realização da 17º Fecarroz, conforme disposto no art. 3º do Decreto Municipal nº 4137 de 17 de março de 2020, e assim inclusive, ressarcindo aos expositores e adquirentes de camarote, bem como suspendendo a vigência dos contratos até então firmados.

CONSIDERANDO que está havendo a evolução do quadro de pessoas positivadas para o COVID-19 no Município de Massaranduba e região, e gradativamente estão sendo realizadas medidas restritivas de circulação e aglomeração de pessoas.

CONSIDERANDO que diante do cenário atual, houve reunião da Comissão Organizadora, que de forma unânime entendeu ser a melhor alternativa realizar o cancelamento do evento, DECRETA:

Art. 1º FICA CANCELADA a realização da 17º FECARROZ, inicialmente divulgada para realização no período de 28 de Abril a 03 de Maio de 2020.

Art. 2º As majestades coroadas para a 17º FECARROZ terão seu reinado prorrogado até a realização da próxima edição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 06 de Agosto de 2020.

ARMINDO SESAR TASSI
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

DECRETO N° 4263 DE 06 DE AGOSTO DE 2020

Publicação N° 2595148

DECRETO N° 4263 DE 06 DE AGOSTO DE 2020
Abre crédito adicional suplementar

O PREFEITO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, no uso das suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal nº 2060 de 17 de dezembro de 2019, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no Orçamento de 2020 (Lei Municipal nº 2060/2019), no valor de R\$ 33.477,12 (trinta e três mil, quatrocentos e setenta e sete reais e doze centavos), conforme classificação funcional programática abaixo:

08 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO
08.001 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES
08.001.0012.0361.0020.1038 – Construção, Reforma e Ampliação de Escolas

08.001 – 4.4.00 - Investimentos
08.001 – 4.4.90 – Aplicações diretas
08.001 – 01320100–Transf. Conv. União/Educação-QuadraNicolau R\$ 33.477,12

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º são oriundos do provável excesso de arrecadação no exercício, referente ao Termo de Compromisso nº 201804056-1 (Processo 23400.002640/2018-84), celebrado entre a União, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, e o Município de Massaranduba, conforme artigo 43, parágrafo § 1º, II da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 06 de agosto de 2020.

ARMINDO SESAR TASSI
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

ANEXO

EXCESSO DE ARRECAÇÃO DECORRENTE DE INSTRUMENTO CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, ATRAVÉS DO FNDE, E O MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA-SC, CONFORME ABAIXO ESPECIFICADO:

OBJETO: CONSTRUÇÃO DE QUADRA COBERTA NA EMEF NICOLAU JENSEN

Nº	ORGÃO	DATA ASSINATURA	VALOR REPASSE
201804056-1	FNDE - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	13/11/2018	R\$ 582.308,59

Obs.: os instrumentos completos desde sua proposta até sua execução e prestação de contas estão disponíveis no SIMEC <http://simec.mec.gov.br/login.php>

Massaranduba, 06 de agosto de 2020.

ANDREY RICARDO KRISCHANSKI
Engenheiro Civil
Gerente de Planejamento e Convênios

ERRATA - PROCESSO LICITATÓRIO 40.2020 PP 40.2020 (FMS)

Publicação Nº 2595980

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA (SC)

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2020

ERRATA

1. ONDE SE LÊ:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
37	LUVA DE PROCEDIMENTO DE LÁTEX NÃO ESTÉRIL, TAMANHO P. TEXTURA UNIFORME, AMBIDESTRA, TALCADA COM AMIDO DE MILHO USP, PUNHO NORMAL (23CM), BAINHA ULTRARESISTENTE E HIPOALÉRGICA. APRESENTAÇÃO: CAIXA DE 100 UNIDADES. MARCA PRÉ-APROVADA: EMBRAMAC, DESCARPACK, NUGARD, GLOMED.	CAIXA	400	R\$ 43,75	R\$ 17.500,00

Página 28

QUE SE LEIA:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
37	LUVA DE PROCEDIMENTO DE LÁTEX NÃO ESTÉRIL, TAMANHO P. TEXTURA UNIFORME, AMBIDESTRA, TALCADA COM AMIDO DE MILHO USP, PUNHO NORMAL (23CM), BAINHA ULTRARE-SISTENTE E HIPOALÉRGICA. APRESENTAÇÃO: CAIXA DE 100 UNIDADES. MARCA PRÉ-APROVADA: EMBRAMAC, DESCARPACK, NUGARD, GLOMED. O PRODUTO DEVERÁ SER DESTINADO A USO MÉDICO, COM COMPROVAÇÃO MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE C.A. PARA AGENTES BIOLÓGICOS VÁLIDO E REGISTRO DO PRODUTO O MINISTÉRIO DA SAÚDE (ANVISA) VÁLIDO, JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS.	CAIXA	400	R\$ 43,75	R\$ 17.500,00

2. E, por conseguinte, altera-se a data de abertura do certame:

ONDE SE LÊ:

DATA DE ABERTURA:	13 DE AGOSTO DE 2020
LOCAL:	Escola Básica de Ensino Fundamental Ministro Pedro Aleixo: Rua da Integração Pe. Ivo Petry, número 364, bairro Centro
ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO:	07h30min às 08h00min
ABERTURA DO CERTAME:	08h15min

QUE SE LEIA:

DATA DE ABERTURA:	21 DE AGOSTO DE 2020
LOCAL:	Escola Básica de Ensino Fundamental Ministro Pedro Aleixo: Rua da Integração Pe. Ivo Petry, número 364, bairro Centro
ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO:	07h30min às 08h00min
ABERTURA DO CERTAME:	08h15min

Massaranduba (SC), 07 de agosto de 2020.

CÍRIO MARTINI
PREGOEIRO

PROCESSO LICITATÓRIO 133.2020 PP 133.2020 (PMM) - REGISTRO DE PREÇOS: CAMA, MESA E BANHO PARA UNIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

Publicação Nº 2595822

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 133/2020

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que, conforme dispõe a Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal 3.749/18, com aplicação subsidiária da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações vigentes e pertinentes à matéria, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL com adjudicação POR ITEM do tipo MENOR PREÇO através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, objetivando a AQUISIÇÃO DE ITENS DE CAMA, MESA E BANHO PARA UNIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO.

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 13h30min do dia 20/08/2020.

ABERTURA DA SESSÃO: 13h45min do dia 20/08/2020.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, ou através do site: www.massaranduba.atende.net

ARMINDO SESAR TASSI – Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO 135.2020 TP 135.2020 - REVITALIZAÇÃO URBANA DA RUA 11 DE NOVEMBRO (SEGMENTO 04)

Publicação Nº 2594480

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 135/2020
TOMADA DE PREÇOS Nº 135/2020

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, objetivando a EXECUÇÃO DA OBRA DE REVITALIZAÇÃO URBANA DA RUA 11 DE NOVEMBRO (SEGMENTO 04) - BAIRRO CENTRO.

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h00min do dia 25/08/2020.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h15min do dia 25/08/2020.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, ou através do site: www.massaranduba.atende.net

ARMINDO SESAR TASSI – Prefeito Municipal

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 100.2019 (PMM) - EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA

Publicação Nº 2594480

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 100/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC) E EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA.

Pelo presente instrumento contratual de que firmam a PREFEITURA DE MASSARANDUBA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, com sede na Rua 11 de Novembro, número 2.765, bairro Centro, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, no uso das atribuições que lhe confere poderes, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado a EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.628.996/0001-96, com sede na Rua Canoinhas, número 260, bairro 7 de Setembro, Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Sr. VALMIR DE SOUZA, inscrito no CPF sob o nº 546.763.399-68, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 236/2019 – TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 236/2019, mediante sujeição mútua às normas constantes na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, as partes de comum acordo concordam ao referenciado contrato conforme as seguintes disposições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste instrumento contratual a REFORMA E REVITALIZAÇÃO DO CENTRO DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC), situado na Rua 11 de Novembro, número 1.559, bairro Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

2.1. O item 5.2 constante na cláusula quinta do CONTRATO Nº 100/2019 firmado entre as partes prevê sua prorrogação mediante termo aditivo, de acordo com o interesse mútuo e em conformidade com o estabelecido nas Leis Federais 8.666/93 e 8.883/94.

2.1.1. Por conseguinte, seu prazo de vigência fica PRORROGADO pelo período de 242 (duzentos e quarenta e dois) dias, tendo como início de vigência o dia 04 DE AGOSTO DE 2020, findando no dia 03 DE ABRIL DE 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA BASE LEGAL

3.1. Com efeito, a Lei Federal 8.666/93 admite a prorrogação dos contratos administrativos, excepcionalmente nas hipóteses elencadas no art. 57 da mesma. Entre elas, a possibilidade de prorrogação dos contratos de prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

4.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Guarimir, Estado de Santa Catarina, excluído qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura venham a ocorrer. As partes poderão compor-se consensualmente, sempre que o interesse público o exigir ou diante de norma superveniente que torne impraticável o presente contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este termo originou.

E, para firmeza e validade do que aqui se estipulou, formulou-se o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes que a tudo assistiram e mais 02 (duas) testemunhas abaixo mencionadas.

Massaranduba – SC,	31	de	julho	de	2020
PREFEITURA DE MASSARANDUBA					EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA
ARMINDO SESAR TASSI					VALMIR DE SOUZA
CONTRATANTE					CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

DOROTI KLIMKOWSKI ALEXANDRE		FABIANO SPÉZIA
CPF: 095.611.199-86		CPF: 950.720.129-72

Matos Costa**PREFEITURA****DECRETO 126/2020**

Publicação N° 2596359

DECRETO N.º 126/2020 – de 06 de agosto de 2020.

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar.

RAUL RIBAS NETO, Prefeito do município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e autorização contida na Lei Municipal 002249/19 de 09 de outubro de 2019:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), no orçamento fiscal do corrente exercício financeiro, da Prefeitura Municipal de Matos Costa, que especifica:

ORGÃO	07.00	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO	
UNIDADE	07.01	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO	
PROJETO	2.015	Manut. Da Secret. De Viação, Obras e Urbanismo	
DOTAÇÃO	3.3.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas – 102	50.000,00

Art. 2º - Para o suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, fica autorizado à redução parcial, no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), de dotações orçamentárias, consignadas no orçamento fiscal do corrente exercício financeiro, que especifica:

ORGÃO	07.00	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO	
UNIDADE	07.01	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO	
PROJETO	2.015	Manut. Da Secret. De Viação, Obras e Urbanismo	
DOTAÇÃO	3.1.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas – 101	50.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Matos Costa, 06 de agosto de 2020.

RAUL RIBAS NETO
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.
Dirceu Joanim de Freitas
Assistente Administrativo I

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Oderlaine N S Moraes
Assistente Administrativo II

PORTARIA 378/2020

Publicação N° 2596417

PORTARIA N° 378/2020 – De 04 de Agosto de 2020.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - AFASTAR a servidora JANE LUCIA RIBEIRO, investida no cargo de provimento em carreira, do grupo ocupacional de SERVIÇOS GERAIS, na categoria funcional de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - AMUS, licença para tratamento de saúde, de conformidade com o insculpido no art. 128, da Lei Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012 e com a Lei do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 04 de Agosto de 2020.

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DIRCEU JOANIM DE FREITAS
Assistente Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES
Membro da C.F.- Decreto n.º 29/16

PORTARIA 379/2020

Publicação N° 2596420

PORTARIA N° 379/2020 – De 04 de Agosto de 2020.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - REVOGAR a Portaria nº 370/2020 que concedeu a servidora CELIA REGINA DA SILVA, investida no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional SERVIÇOS GERAIS na categoria funcional de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, licença para tratamento de saúde, por liberação médica.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 04 de Agosto de 2020.

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DIRCEU JOANIM DE FREITAS
Assistente Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES
Membro da C.F.- Decreto n.º 29/16

Meleiro

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N° 051/2020

Publicação N° 2595989

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO N.º 051/2020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 24/08/2020, às 14:00 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas do PREGÃO PRESENCIAL N.º 051/2020, tem por objetivo o REGISTRO DE PREÇOS para a possível e futura Aquisição seixo bruto in natura (com carregamento), visando à execução de obras de pavimentação asfáltica no Município de Meleiro, conforme especificações constantes descritas no "Anexo I "Termo de Referência" do presente edital. A íntegra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, nº 371 – Meleiro/SC, no horário das 7:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone (48) 3537-8400. A retirada do Edital poderá ser feita no endereço acima citado ou através do site www.meleiro.sc.gov.br .

Meleiro/SC, 07 de agosto de 2020.

EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Mirim Doce

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 08/2020 - SAÚDE

Publicação N° 2594700

SAÚDE DE MIRIM DOCE

Processo Licitatório n.º 08/2020

Modalidade: Pregão Presencial

A presente Licitação tem como finalidade REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS LABORATORIAIS PARA FUTURAS E EVENTUAIS TESTAGENS DE COVID-19 ATRAVÉS DE EXAMES SOROLÓGICOS Credenciamento e entrega dos envelopes de habilitação e proposta das 08:00 até às 09:00 horas do dia 20/08/2020. Abertura da sessão às 09:10 horas do mesmo dia, na sede da Prefeitura, sito à Rua Alfredo Cordeiro, n.º 220, Centro, Mirim Doce/SC. Maiores informações sobre o edital poderão ser obtidas pelo e-mail: licitacao@mirimdoce.sc.gov.br, telefone 47-3565-0035 na secretaria de saúde.

Mirim Doce/SC, 07 de agosto de 2020. Sergio Luiz Paisan – Prefeito Municipal

Modelo

PREFEITURA

DECRETO Nº 206/2020

Publicação Nº 2594396

DECRETO Nº 206/2020 DE 05 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO A PEDIDO, DO SERVIDOR LUIZ CARLOS SPIECKER, DO CARGO EFETIVO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS EXTERNOS, DO MUNICÍPIO DE MODELO-SC, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.960/2010, 2460/2020, Lei Orgânica Municipal e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

Considerando o requerimento do servidor de exoneração do cargo.

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado a pedido, a partir desta data o senhor, LUIZ CARLOS SPIECKER, cargo efetivo de auxiliar de serviços gerais externos, relativo à nomeação pelo Decreto nº 154/2016 de 18/05/2016 do Município de Modelo/SC, de conformidade com as disposições legais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 05 de Agosto de 2020

Registrado e Publicado na data supra:

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

JANICE MARTINI MULLER
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

DECRETO Nº 211/2020

Publicação Nº 2595135

DECRETO Nº 211/2020 DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL HENRIQUE SCHUH, APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO DE MODELO, EDITAL Nº 001/2011, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.960/2010, 2460/2020, em especial o Edital de Concurso Público nº 001/2011, do Município de Modelo – SC, e demais normas legais que dispõem sobre a matéria.

Considerando a Sentença da Ação Cível nº 5000096-94.2020.8.24.0256/SC.

DECRETA:

Art.1º- Fica nomeado o Sr. HENRIQUE SCHUH, portador do CPF nº 039.509.769-xx, aprovado no Concurso Público da Prefeitura Municipal de Modelo/SC, Edital nº 001/2011, para o cargo de PROCURADOR DO MUNICÍPIO, nível 58 referência "A" da Tabela de Isonomia de Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais, com carga horária de 20 horas semanais, no turno vespertino, com a jornada de trabalho fixada e a atribuição de exercício, de conformidade com o interesse e necessidade do atendimento do serviço público, com observância das disposições legais, percebendo a remuneração do quadro conforme estabelecido em Lei.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 07 de Agosto de 2020.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

JANICE MARTINI MULLER
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

TERMO DE POSSE Nº 027/2020 – EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 001/2011
REFERENTE NOMEAÇÃO CONFORME DECRETO Nº 211/2020
CARGO: Procurador Jurídico

Aos sete dias do mês de Agosto de dois mil e vinte, no Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo – SC compareceu o Sr. HENRIQUE SCHUH, portador do CPF nº 039.509.769-xx, nomeado a fim de tomar posse no cargo de PROCURADOR DO MUNICÍPIO, com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, conforme especificado pelo Decreto 0211/2020.

Nesta oportunidade apresentou a declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio, declarou ainda, a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo.

Apresentou laudo médico expedido por profissional competente onde foi julgado apto físico e mentalmente para o exercício do referido cargo e, em seguida, satisfeitos os requisitos, foi lhe dado posse.

Comprometeu-se em desempenhar suas atribuições de acordo com as prescrições do Estatuto dos Serviços Públicos Municipais e demais normas pertinentes, cumprindo com eficiência funcional seus deveres e responsabilidades de acordo com os princípios de dignidade, disciplina, impessoalidade e moralidade, prestando o seguinte depoimento:

“Por minha honra e pela pátria, juro cumprir com exatidão, disciplina, honradez, dignidade e escrúpulos, os deveres inerentes ao cargo em provimento efetivo, aceitando as atribuições do cargo para o qual fui nomeado e sua respectiva lotação, prometendo cumpri-lo com dedicação e zelo, em respeito à Lei, a bem do Município e dos meus concidadãos”.

Fica registrada nessa data, a entrada em exercício no cargo conforme nomeação e posse.

Nada mais a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse que vai assinado pelas partes.

Modelo/SC, aos 07 de Agosto de 2020.

HENRIQUE SCHUH
Servidor

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Mondaí

PREFEITURA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - Nº 025.2020 - PMM

Publicação Nº 2594498

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 025/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ/SC.

EMPRESAS REGISTRADAS: A. R. PNEUS LTDA, valor total registrado R\$ 72.510,00 (setenta e dois mil, quinhentos e dez reais); JUNGBLUTH JUNGBLUTH EPP, valor total registrado R\$ 60.230,00 (sessenta mil, duzentos e trinta reais); N. G. PNEUS LTDA, valor total registrado R\$ 203.594,88 (duzentos e três mil quinhentos e noventa e quatro reais e oitenta e oito centavos). OBJETO: Registro de preços para eventual e futura aquisição de serviços de recauchutagem, recapagem e vulcanização de pneus, destinados para manutenção dos veículos de propriedade do Município de Mondaí - SC, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I, do Edital. ORIGEM: Processo Licitatório nº 047/2020, Pregão Presencial nº. 008/2020. VIGÊNCIA: A vigência da presente ATA é a partir de sua homologação até 14 de julho de 2021. Mondaí - SC, 06 de agosto de 2020. ELISEU BOHN - Secretário Municipal de Administração e Finanças - Ordenador de Despesas

EXTRATO EDITAL DL Nº 010/2020 - FMS

Publicação Nº 2596204

MUNICIPIO DE MONDAÍ - SC

EXTRATO DO EDITAL - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2020 - Dispensa de Licitação nº. 010/2020. O Município de Mondaí - SC, através do Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.386.903/0001-79, neste ato representado pelo seu gestor, torna público a Dispensa de Licitação, oriunda do Processo Administrativo nº. 028/2020, DL nº 010/2020, e com fulcro no Art. 24, Inciso IV, da Lei nº. 8.666/1993, cominado com o Art. 4º da Lei 13.979/2020, conforme segue: OBJETO: Contratação de empresa especializada em sanitização de forma emergencial visando o combate ao COVID-19 para atender, conforme a demanda, da Secretaria de Saúde do Município de Mondaí, os veículos e espaços públicos. CONTRATADA: EDEMAR ADAIR BOCK, CNPJ sob nº. 34.526.055/0001-51. VALOR TOTAL: R\$ 9.650,00 (nove mil seiscentos e cinquenta reais). VIGÊNCIA: 31/12/2020. Mondaí - SC, 10 de agosto de 2020. GINTHER OTTO DREHER - Gestor do Fundo Municipal da Saúde - Ordenador de Despesas.

EXTRATO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2020 - PMM

Publicação Nº 2594599

EXTRATO DO EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 059/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2020. O MUNICÍPIO DE MONDAÍ - SC torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação conforme descrito a seguir: MODALIDADE: Pregão Presencial nº 020/2020. TIPO: Menor Preço Por Item. OBJETO: A presente licitação tem como objeto o Registro de Preços para eventual e futura contratação de serviços diversos de eletricitista para todas as secretarias municipais, conforme a necessidade do Município de Mondaí/SC e de acordo com as especificações e quantidades descritas no anexo I deste edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: deverão ser entregues na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Mondaí, sito a Av. Laju, nº 420, Centro, CEP 89893-000 - Mondaí/SC, a partir das 07h45min até as 08h15min do dia 21 de agosto de 2020. SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: Às 08h30min do dia 21 de agosto de 2020. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico www.mondai.sc.gov.br. Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo telefone (49) 3674-3100 ou pelos e-mails: compras@mondai.sc.gov.br e compras1@mondai.sc.gov.br. MONDAI (SC), 07 de agosto de 2020. ELISEU BOHN - Secretário de Administração e Fazenda - Ordenador de Despesas.

LAO - ANTONINHO MAINARDI - PROTOCOLO 628/2020

Publicação Nº 2595086

LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO

PROTOCOLO Nº 628/2020

O município de Mondaí - SC em parceria técnica com o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional - CONDER, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Federal nº 140, de 08 de dezembro de 2011, Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009, Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981, Resolução CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997, Resolução CONSEMA nº 101, de 06 de julho de 2017, Resolução CONSEMA nº 117, de 01 de dezembro de 2017 e Resoluções CONSEMA nº 98/17 e 99/17 e suas alterações, com base no Protocolo nº 628/2020 do CONDER, concede a presente LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO à: EMPREENDEDOR:

NOME: ANTONINHO MAINARDI		
ENDEREÇO: LINHA ANTAS, S/N BAIRRO: INTERIOR		
CEP: 89893-000	MUNICÍPIO: MONDAÍ	ESTADO: SC
CNPJ: 401.169.309-000		

PARA ATIVIDADE DE:

ATIVIDADE: 01.70.00 – Criação de animais confinados de pequeno porte (avicultura).
EMPREENHIMENTO: ANTONINHO MAINARDI e CRISTIANO AUGUSTO MAINARDI - AVICULTURA
CNPJ: 401.169.309-000 e 066.508.069-78

LOCALIZADA EM:

ENDEREÇO: LINHA ANTAS, S/N BAIRRO: INTERIOR
CEP: 89893-000 MUNICÍPIO: MONDAÍ ESTADO: SC
COORDENADAS GEOGRÁFICAS: Latitude 27°02'56.9"S e Longitude 53°24'02.8"W

DA VIABILIDADE:

Condições gerais:

I. Quaisquer alterações nas especificações dos elementos apresentados no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser precedidas de anuência do Município.

II. O Município, mediante decisão motivada, poderá modificar as condições de validade, suspender ou cancelar a presente licença, caso ocorra:

- Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;
- A superveniência de graves riscos ambientais e/ou de saúde pública;
- Violação ou inadequação de quaisquer condições de validade da licença ou normas legais.

III. A publicidade desta licença deve ocorrer conforme Lei Estadual 14.675/09, artigo 42.

IV. Retificações e recurso administrativo relativos a presente licença devem ser encaminhados ao Município no prazo de 20 (vinte) dias contados da data de comunicação de expedição da presente licença. PRAZO DE VALIDADE:

48 (Quarenta e oito) meses, a contar da presente data. DOCUMENTOS EM ANEXO:

Anexo à esta licença encontra-se o parecer da equipe técnica do CONDER, o qual apresenta demais informações bem como as condicionantes e deverá obrigatoriamente ser vinculado a esta. Parecer anexado no Despacho nº 9, do Protocolo 628/2020. LOCAL, DATA E ASSINATURA:

Mondaí/SC, 07 de Agosto de 2020. Paulo Rogério de Anhaia
Engenheiro Agrônomo
Município de Mondaí – SC

LAO - JÚLIO SCHMITZ - PROTOCOLO 567/2020

Publicação Nº 2595075

**LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO
PROTOCOLO Nº 567/2020**

O município de Mondaí - SC em parceria técnica com o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional - CONDER, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Federal nº 140, de 08 de dezembro de 2011, Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009, Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981, Resolução CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997, Resolução CONSEMA nº 101, de 06 de julho de 2017, Resolução CONSEMA nº 117, de 01 de dezembro de 2017 e Resoluções CONSEMA nº 98/17 e 99/17 e suas alterações, com base no Protocolo nº 567/2020 do CONDER, concede a presente LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO à: JULIO SCHMITZ EMPREENDEDOR:

NOME: Júlio Schmitz
ENDEREÇO: Linha Tigre BAIRRO: Interior.
CEP: 89893-000 MUNICÍPIO: Mondaí ESTADO: SC
CNPJ: 423.398.049-49

PARA ATIVIDADE DE:

ATIVIDADE: Granja de Suínos – Unidade de Produção – Terminação
EMPREENHIMENTO: Júlio Schmitz
CNPJ: 423.398.049-49

LOCALIZADA EM:

ENDEREÇO: Linha Tigre BAIRRO: Interior
CEP: 89893-000 MUNICÍPIO: Mondaí ESTADO: SC
COORDENADAS GEOGRÁFICAS: Latitude 27°04'02.7"S - Longitude 53°27'28.1"W

DA VIABILIDADE:

Condições gerais:

I. Quaisquer alterações nas especificações dos elementos apresentados no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser precedidas de anuência do Município.

II. O Município, mediante decisão motivada, poderá modificar as condições de validade, suspender ou cancelar a presente licença, caso ocorra:

- Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;
- A superveniência de graves riscos ambientais e/ou de saúde pública;
- Violação ou inadequação de quaisquer condições de validade da licença ou normas legais.

III. A publicidade desta licença deve ocorrer conforme Lei Estadual 14.675/09, artigo 42.

IV. Retificações e recurso administrativo relativos a presente licença devem ser encaminhados ao Município no prazo de 20 (vinte) dias contados da data de comunicação de expedição da presente licença. PRAZO DE VALIDADE:

48 (Quarenta e oito) meses, a contar da presente data. DOCUMENTOS EM ANEXO:

Anexo à esta licença encontra-se o parecer da equipe técnica do CONDER, o qual apresenta demais informações bem como as condicionantes e deverá obrigatoriamente ser vinculado a esta. Parecer anexado no Despacho Nº 8, do Protocolo 567/2020. LOCAL, DATA E ASSINATURA:

Mondaí/SC, 05 de Agosto de 2020. Paulo Rogério de Anhaia

Engº Agrônomo – CREA 092802-3

Município de Mondaí - SC

LAO - OTOMAR WOLSCHICK - PROTOCOLO 637/2020

Publicação Nº 2595078

LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO

PROTOCOLO Nº 637/2020

O município de Mondaí - SC em parceria técnica com o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional - CONDER, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Federal nº 140, de 08 de dezembro de 2011, Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009, Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981, Resolução CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997, Resolução CONSEMA nº 101, de 06 de julho de 2017, Resolução CONSEMA nº 117, de 01 de dezembro de 2017 e Resoluções CONSEMA nº 98/17 e 99/17 e suas alterações, com base no Protocolo nº 637/2020 do CONDER, concede a presente LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO à: EMPREENDEDOR:

NOME: OTOMAR WOLSCHICK		
ENDEREÇO: LINHA VEADO, S/N BAIRRO: INTERIOR		
CEP: 89893-000	MUNICÍPIO: MONDAÍ	ESTADO: SC
CNPJ: 021.862.929-04		

PARA ATIVIDADE DE:

ATIVIDADE: 01.70.00 – Criação de animais confinados de pequeno porte (avicultura).
EMPREENDIMENTO: OTOMAR WOLSCHICK
CNPJ: 021.862.929-04

LOCALIZADA EM:

ENDEREÇO: LINHA VEADO, S/N BAIRRO: INTERIOR		
CEP: 89893-000	MUNICÍPIO: MONDAÍ	ESTADO: SC
COORDENADAS GEOGRÁFICAS: Latitude 27°03'52.0"S e Longitude 53°24'52.4"W		

DA VIABILIDADE:

Condições gerais:

I. Quaisquer alterações nas especificações dos elementos apresentados no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser precedidas de anuência do Município.

II. O Município, mediante decisão motivada, poderá modificar as condições de validade, suspender ou cancelar a presente licença, caso ocorra:

- Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;
- A superveniência de graves riscos ambientais e/ou de saúde pública;
- Violação ou inadequação de quaisquer condições de validade da licença ou normas legais.

III. A publicidade desta licença deve ocorrer conforme Lei Estadual 14.675/09, artigo 42.

IV. Retificações e recurso administrativo relativos a presente licença devem ser encaminhados ao Município no prazo de 20 (vinte) dias contados da data de comunicação de expedição da presente licença. PRAZO DE VALIDADE:

48 (Quarenta e oito) meses, a contar da presente data. DOCUMENTOS EM ANEXO:

Anexo à esta licença encontra-se o parecer da equipe técnica do CONDER, o qual apresenta demais informações bem como as condicionantes e deverá obrigatoriamente ser vinculado a esta. Parecer anexado no Despacho nº 9, do Protocolo 637/2020. LOCAL, DATA E ASSINATURA:

Mondaí/SC, 06 de Agosto de 2020. Paulo Rogério de Anhaia

Engenheiro Agrônomo

Município de Mondaí - SC

PORTARIA Nº 0444/2020

Publicação Nº 2594463

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº. 444 DE 31 DE JULHO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município; Lei Complementar nº 018 de 28 de novembro de 2006; e Lei Municipal nº 3.195 de 22 de dezembro de 2006, resolve:

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS pelo período de 30 dias a GILMAR DE JESUS, matrícula nº 2840, ocupante do cargo de MOTORISTA.

Art. 2º. As férias serão gozadas no período 03/08/2020 a 01/09/2020, correspondentes ao período aquisitivo de 25/05/2018 a 24/05/2019, devendo o funcionário retornar aos trabalhos normais no dia 02/09/2020.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mondaí, SC, 31 de julho de 2020.

VALDIR RUBERT
Prefeito Municipal de Mondaí.

GINTHER OTTO DREHER
Secretário Municipal da Saúde

PORTARIA Nº 0446/2020

Publicação Nº 2594465

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº. 446 DE 31 DE JULHO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município; Lei Complementar nº 018 de 28 de novembro de 2006; e Lei Municipal nº 3.195 de 22 de dezembro de 2006, resolve:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PRÊMIO pelo período de 30 dias a CANIZIO ALBANO TERHORST, matrícula nº 2093, ocupante do cargo de MOTORISTA.

Art. 2º. A licença prêmio será gozada no período 03/08/2020 a 01/09/2020, correspondente ao período aquisitivo de 16/02/2004 a 15/02/2020, devendo o funcionário retornar aos trabalhos normais no dia 02/09/2020.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mondaí, SC, 31 de julho de 2020.

VALDIR RUBERT
Prefeito Municipal de Mondaí.

GINTHER OTTO DREHER
Secretário Municipal da Saúde

PORTARIA Nº 0448/2020

Publicação Nº 2594467

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº. 448 DE 04 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município; Lei Complementar nº 018 de 28 de novembro de 2006; e Lei Municipal nº 3.195 de 22 de dezembro de 2006, resolve:

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS pelo período de 15 dias a ALICE HELER ZIMERMANN, matrícula nº 1831, ocupante do cargo de ASSESSOR FINANCEIRO.

Art. 2º. As férias serão gozadas no período 10/08/2020 a 24/08/2020, correspondentes ao período aquisitivo de 19/03/2017 a 18/03/2018, devendo o funcionário retornar aos trabalhos normais no dia 25/08/2020.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mondaí, SC, 04 de agosto de 2020.

VALDIR RUBERT
Prefeito Municipal de Mondaí.

ELISEU BOHN
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA N° 0450/2020

Publicação N° 2594471

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA N°. 450 DE 04 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município; Lei Complementar nº 018 de 28 de novembro de 2006; e Lei Municipal nº 3.195 de 22 de dezembro de 2006, resolve:

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS pelo período de 10 dias a MARCOS VINICIUS REDEL, matrícula nº 3347, ocupante do cargo de CONTADOR.

Art. 2º. As férias serão gozadas no período 12/08/2020 a 21/08/2020, correspondentes ao período aquisitivo de 11/01/2017 a 10/01/2018, devendo o funcionário retornar aos trabalhos normais no dia 22/08/2020.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mondaí, SC, 04 de agosto de 2020.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal de Mondaí.

ELISEU BOHN

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

.

PORTARIA N° 0451/2020

Publicação N° 2594468

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA N°. 451 DE 04 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município; Lei Complementar nº 018 de 28 de novembro de 2006; Lei Municipal nº 3.195 de 22 de dezembro de 2006, e Lei Municipal nº 3.196 de 22 de dezembro de 2006, resolve:

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, ADRIANA REGINA DAMMANN, matrícula nº 4063, servidor desta municipalidade, lotado no cargo de MONITOR PARA ENSINO INFANTIL ACT, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 04/08/2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mondaí, SC, 04 de agosto de 2020.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal de Mondaí.

SANDRA REGINA CALLAI SCHUH

Secretária Municipal da Educação e Cultura.

Monte Castelo

PREFEITURA

DECRETO Nº 2462

Publicação Nº 2594655

DECRETO EXECUTIVO Nº 2462, DE 05 DE AGOSTO DE 2020.

ESTABELECE NOVAS MEDIDAS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DO CORONAVÍRUS (COVID-19) NA REGIÃO DO PLANALTO NORTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do município de Monte Castelo, JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 49, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que "dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019";

CONSIDERANDO que a Avaliação do Risco Potencial para COVID19, realizada através da Matriz de Risco do Estado de Santa Catarina, enquadrando o Planalto Norte Catarinense na situação gravíssima;

CONSIDERANDO, também, que os Prefeitos dos Municípios que integram a Comissão Intergestores Regional de Saúde do Planalto Norte Catarinense, da qual fazem parte, Bela Vista do Toldo, Campo Alegre, Canoinhas, Irineópolis, Itaiópolis, Mafra, Major Vieira, Monte Castelo, Papanduva, Porto União, Rio Negrinho, São Bento do Sul e Três Barras, deliberaram, de forma conjunta, pela adesão as recomendações expedidas através da Resolução n. 02 de 03 de agosto de 2020, que estabeleceu "medidas sanitárias preventivas que deverão ser adotadas no âmbito regional para com os 13 (treze) municípios do Planalto Norte".

DECRETA

Art. 1º Fica obrigatório o cumprimento integral das medidas sanitárias presentes na Resolução nº. 03/2020 da Comissão Intergestores Regional de Saúde do Planalto Norte Catarinense – CIR, no que couber, que faz parte integrante do presente ato, podendo ser acessada em <https://www.montecastelo.sc.gov.br/aba/transparencia/legislacao>.

Art. 2º Fica proibido o ingresso no território municipal de veículos de transporte interestadual de passageiros, público ou privado, bem como de veículos de fretamento para transporte de pessoas, excetuados os casos expressamente autorizados pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º A fiscalização do presente Decreto será promovida pelo Poder Público Municipal, por meio de seus servidores especialmente designados para tal finalidade, podendo ainda, valer-se do auxílio da Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros Militar.

Art. 4º A atuação da Fiscalização Municipal se pautará na seguinte conduta diante dos estabelecimentos que não cumprirem com as disposições de posturas e sanitárias de combate à propagação do novo coronavírus previstas nos atos normativos municipais e estaduais:

I – Advertência;

II – Multa: conforme estabelecido na legislação municipal

III – Interdição do estabelecimento pelo prazo de 10 (dez) dias, em caso de reincidência da conduta;

IV – Cassação do Alvará de Licença, Localização e Funcionamento, enquanto vigorar os efeitos desde Decreto

Parágrafo Único. Em caso de aplicação de penalidade, a Fiscalização Municipal expedirá relatório circunstanciado, procedendo seu encaminhamento à Promotoria de Justiça para verificação da hipótese de incidência do crime previsto no art. 267 e 268 do Código Penal.

Art. 5º Permanecem vigentes todas as demais determinações já expedidas pelos Poder Executivo Municipal e pelo Estado de Santa Catarina, desde que não conflitantes com as determinações contidas neste Decreto.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Monte Castelo - SC, 05 de agosto de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Morro Grande

PREFEITURA

AVISO - TOMADA DE PREÇOS 8/2020 - PMMG

Publicação Nº 2594861

MUNICÍPIO DE MORRO GRANDE

AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 8/2020 - PMMG

A PREFEITURA DE MORRO GRANDE, com sede administrativa a Rua Irmãos Biff, nº 50, CEP 88.925-000, Centro, Morro Grande/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que está sendo publicado o Edital de Tomada de Preços nº 8/2020, cujo objetivo é a CONTRATAÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NA ESTRADA MUNICIPAL SANTA BÁRBARA, COM EXTENSÃO TOTAL DE 400,00 METROS (ESTACA 30+0,00 A 50+0,00). Os envelopes contendo a documentação de habilitação e proposta de preços serão recebidos até às 08h30min do dia 27/08/2020, com abertura no mesmo dia às 09h00min, junto ao Setor de Licitações desta Prefeitura no endereço supracitado. Informamos que a íntegra do Edital e seus anexos poderão ser lidos ou obtidos no endereço supracitado, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou no site www.morrogrande.sc.gov.br. Maiores informações estará disponível o telefone (48) 3544-0016 ou pelo e-mail licita@morrogrande.sc.gov.br. Valdionir Rocha - Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 88/2020

Publicação Nº 2594403

DECRETO N. 88/2020.

Determina novas medidas e recomendações para o enfrentamento da emergência e do estado de calamidade de saúde pública, decorrente da pandemia do COVID-19 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MORRO GRANDE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e;
CONSIDERANDO o quadro atual quadro da pandemia do Covid-19 neste Município;
CONSIDERANDO as recomendações técnicas do Comitê Extraordinário Regional do Covid-19 – AMESC e,
CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 630/2020, ao dispor que “A governança das medidas sanitárias adotadas no território estadual será compartilhada com os Municípios nas respectivas regiões de saúde, cabendo aos entes municipais a deliberação a respeito do funcionamento de atividades públicas ou privadas em seus territórios, de acordo com as informações técnicas emanadas pelas autoridades sanitárias federal, estadual e municipais, bem como com as recomendações sanitárias e epidemiológicas do COES, a fim de conter a contaminação e a propagação do Coronavírus”;

DECRETA:

Art. 1º No âmbito do território do Município de Morro Grande, fica determinado:

- a) recomenda-se o isolamento domiciliar de pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos e que se houver necessidade de deslocamento de referidas pessoas, este se limite às atividades laborativas, atendimentos de saúde, aquisição de produtos alimentícios e de saúde e para atividade física;
- b) a utilização de parques e praças ao ar livre somente está permitida para atividades físico-desportivas de caminhada, corrida e ciclismo, realizadas de forma individual, respeitando as regras definidas pela Portaria Estadual SES 275 de 27 de abril de 2020.
- c) a obrigatoriedade do uso de máscaras de tecido não tecido (TNT) ou tecido de algodão, artesanais ou industriais, em todos os locais em que as pessoas se encontrarem;
- d) a obrigação do uso de máscaras será dispensada no caso de pessoas com transtorno do espectro autista, com deficiência intelectual, com deficiências sensoriais ou com quaisquer outras deficiências que as impeçam de fazer o uso adequado de máscara de proteção facial, conforme declaração médica, que poderá ser obtida por meio digital, bem como no caso de crianças com menos de 4 (quatro) anos de idade;
- e) considera-se adequado o uso da máscara quando obedecer àquele indicado pelos órgãos de saúde competentes, qual seja, utilizando-se o artigo facial de maneira correta, de modo a cobrir completamente a boca e o nariz, ao mesmo tempo;
- f) recomenda-se que todos os estabelecimentos públicos ou privados mantenham um colaborador na entrada dos mesmos, para contribuir na obrigatoriedade de:
 - I) realização da higienização obrigatória com álcool em gel 70% das pessoas que entrarem no recinto;
 - II) evitar que se formem aglomerações dentro e fora do estabelecimento;
 - III) ser mantido um distanciamento mínimo de 2 (dois) metros dentro e fora do estabelecimento, e
 - IV) uso da máscara.
- g) somente poderá entrar um membro da família nos estabelecimentos públicos e privados comerciais, exceto na hipótese de criança de colo;
- h) poderão ser realizadas missas e cultos religiosos, desde que, obrigatoriamente, todas as recomendações sanitárias de combate e prevenção ao Covid-19 sejam atendidas;
- i) a proibição de realização de demais reuniões que ocasionem aglomeração de pessoas, inclusive eventos familiares;
- j) a proibição, no interior de restaurantes, lanchonetes, bares e congêneres, da prática de jogos de cartas, bilhar, dominó, eletrônicos, ou similares;
- l) a proibição do consumo de bebidas alcoólicas em loja de conveniência e em posto de combustível, e a aglomeração de pessoas e carros

nas suas dependências e imediações (estacionamento, passagem de carro, espaços livres, entre outros);

m) todos os estabelecimentos comerciais terão seu horário de funcionamento das 8h às 21h;

n) após o horário das 21h a venda de refeições somente poderá ser realizada mediante entrega no domicílio do cliente ou em local apropriado diretamente no estabelecimento, contudo, mantendo-se a proibição de entrada no local, aglomerações da parte externa ou filas que não mantenham o distanciamento mínimo de 2 (dois) metros entre as pessoas, uso de máscara e de álcool em gel 70%;

o) fica proibido às pessoas servirem-se diretamente nos buffets dos restaurantes, somente podendo ser servidas refeições por meio de pratos feitos ou marmitas;

p) recomenda-se a aferição de temperatura corporal de todas as pessoas antes de adentrarem nos estabelecimentos públicos e privados, através de termômetros infravermelhos ou outro instrumento similar;

q) sendo aferida temperatura de 37,8°C ou superior, recomenda-se que não seja permitida a entrada da pessoa no local, orientando-a a dirigir-se imediatamente à uma Unidade de Saúde ou Centro de Triagem mais próximo;

r) ficam suspensos os atendimentos eletivos nas unidades básicas de saúde;

s) A Secretaria Municipal de Saúde deverá adotar estratégias de atendimento que não comprometam a qualidade dos seus serviços, mas que, ao mesmo tempo, evitem aglomerações de pessoas;

t) as pessoas, ao circularem em espaços públicos e privados acessíveis ao público, em vias públicas e em transporte público, deverão portar documento de identificação, em meio físico ou digital.

Art. 2º Ficam suspensas, no município de Morro Grande, até 7 de setembro de 2020, as aulas presenciais em todos os níveis escolares, sem prejuízo do calendário letivo, permanecendo as aulas remotas, no que couber.

Parágrafo único. Todas as demais disposições relativamente as atividades Educacionais, que não colidam com o estabelecido no caput deste artigo, permanecem em vigor.

Art. 3º As autoridades de saúde do Município deverão distribuir uma cópia deste Decreto, mediante comprovante de entrega e recebimento, para todos os proprietários de estabelecimentos comerciais do Município e a todos os Secretários Municipais, os quais passam a ter a incumbência de dar ciência do conteúdo a todos os servidores públicos municipais sob sua hierarquia.

Art. 4º Ficam mantidas todas as demais determinações relacionadas ao enfrentamento do Covid-19 já previstas em outros Decretos Municipais, desde que não sejam normas menos rígidas que as deste Decreto.

Art. 5º É responsabilidade de cada estabelecimento comercial, do proprietário da residência e do chefe imediato de cada repartição pública, garantir o cumprimento das medidas impostas neste artigo no interior de tais locais, ficando sujeito a fiscalização dos órgãos públicos e às sanções legais aplicáveis.

Art. 6º Aquele que descumprir os comandos dispostos no presente Decreto, nos demais Decretos Municipais e Estaduais e nas Portarias Municipais e Estaduais que determinaram medidas a serem adotadas no tocante à prevenção e cuidados necessários contra a COVID-19, estará incurso nas penalidades discriminadas nas Leis Municipais n. 221/1998 e 978/2020.

Parágrafo único. Além do disposto no caput deste artigo, o órgão atuante poderá acionar a autoridade policial para lavratura de Termo Circunstanciado, pelo crime previsto no artigo 268 do Código Penal.

Art. 7º Fica determinado às autoridades de saúde do Município que intensifiquem as ações de fiscalização, a quais deverão obrigatoriamente serem feitas diariamente, sempre precedidas de comunicação por escrito à Polícia Militar e Civil para que preferencialmente façam o acompanhamento, adotando todos os mecanismos legais pertinentes, devendo ser prestado relatório diário das atividades de fiscalização ao Comitê Municipal de Prevenção e Enfrentamento do COVID-19.

Art. 8º As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do Município.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande, SC, 07 de agosto de 2020

VALDIONIR ROCHA
Prefeito Municipal

AURIVAM MARCOS SIMIONATTO
Procurador do Município

EDUARDA BROVEDAN
Secretária de Saúde

ALINE CORAL
Secretaria de Educação

ELAINE MARCHESINI ZUCHINALI
Secretária de Administração e Planejamento

Navegantes

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO PRESENCIAL 100/2020 PMN

Publicação Nº 2596575

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 100/2020 PMN

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Pregão presencial para contratação de instituição sem fins lucrativos especializada em recrutamento, seleção e administração/gerenciamento de estagiários (nível fundamental, médio e superior) para atender as necessidades das secretarias, fundos e fundações do município de Navegantes, através da Secretaria Municipal de Administração e Logística da prefeitura de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 20/08/2020 até às 7h50. Abertura/envelopes: 20/08/2020 às 8h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº 100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito

AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL 79/2020 PMN - REPUBLICADO E RETIFICADO

Publicação Nº 2596574

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 79/2020 PMN

RETIFICADO E REPUBLICADO

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de preços visando a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de destinação final de resíduos de lixo/entulhos, móveis inservíveis descartados pelos munícipes, roçagem, capinação, restos de podas de árvores, resíduos de obras de construção civil provenientes das repartições públicas executadas pelo município, limpeza de áreas públicas e limpeza da praia, através da Secretaria Municipal de Saneamento Básico de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 21/08/2020 até às 07h50. Abertura/envelopes: 21/08/2020 às 8h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº 100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

CONVOCAÇÃO PARA ABERTURA DE PROPOSTA -- TOMADA DE PREÇO 04/2020 FCN

Publicação Nº 2596576

CONVOCAÇÃO PARA ABERTURA DE PROPOSTA

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC CONVOCA AS EMPRESAS PARTICIPANTES DA TOMADA DE PREÇO 04/2020 PMN CUJO OBJETO: TOMADA DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA (COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA) PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE REFORMA/AMPLIAÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DE CULTURA PREFEITO MANOEL EVALDO MULLER, ATRAVES DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE NAVEGANTES/SC, PARA A SESSÃO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS QUE ACONTECERÁ NO DIA 14 DE AGOSTO DE 2020 AS 9H.

DECRETO 153/2020

Publicação Nº 2594994

DECRETO Nº153 DE 30 DE JULHO DE 2020

NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o que dispõe a lei 2286 de 19/03/2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, por este ato, o Conselho Municipal de Cultura, cujos integrantes são os seguintes:

I Representantes da Fundação Cultural de Navegantes:

Titular: Marcos Venício Montagna

Suplente: Nivaldo José Kloppel

II Representantes da Secretaria Municipal da Educação:

Titular: Lígia Gorges

Suplente: Evelyn Klinker

III Representantes da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte:

Titular: Fernando Cardoso de Souza

Suplente: Fabiane Costa Eleutério

IV Representantes da Secretaria de Finanças:

Titular: Franciele Justino
Suplente: Márcio Capella

V Representantes da Fundação Municipal do Meio Ambiente – FUMAN:

Titular: Heloísa Cristina Flores
Suplente: Drusko da Cunha Covcevic

VI Representantes da Secretaria de Comunicação Social:

Titular: Ilva Maila dos Santos Gaya
Suplente: Robert de Souza

VII Representantes do Audiovisual residente no Município:

Titular: José Henrique Raue
Suplente: Rubens Serafim

VIII Representantes das Artes Visuais:

Titular: Rosiane Serafim
Suplente: Igor de Melo Inácio

IX Representantes das Artes Cênicas:

Titular: Jean Carlos Knetschik
Suplente: Cidval Francisco Batista Junior

X Representantes da Música:

Titular: Ricardo Batista dos Santos
Suplente: Secundino Francisco da Costa Neto

XI Representantes das Humanidades:

Titular: Andréa Cristina da Costa Dias
Suplente: Senndy Martins

XII Representantes do Patrimônio Imaterial:

Titular: Isabel Cristina Ribeiro Rosa
Suplente: Heber Moraes Figueiredo

XIII Representantes do Patrimônio Material:

Titular: Daiana Schröpel
Suplente: Magaly Percevallis Benatti

XIV Representantes da Arquitetura:

Titular: Laércio Benatti
Suplente: Tânia Marli Arndt

XV Representantes do Artesanato:

Titular: Vera Lucia Bergold
Suplente: Alice de Oliveira

XVI Representantes do Empresariado Municipal:

Titular: Daniel Cipriano
Suplente: Elson Maykow Toledo dos Santos

Art. 2º O Conselho Municipal de Cultura é nomeado para um mandato de 2 (dois) anos conforme determina a Lei 2286 de 19 de março de 2010.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação revogando-se, na íntegra, o Decreto nº 145 de 13 de agosto de 2019.

Prefeitura de Navegantes, 30 de julho de 2020.

Emílio Vieira.

PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Márcio da Rosa

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

DECRETO 154/2020

Publicação Nº 2594995

DECRETO Nº 154 DE 30 DE JULHO DE 2020

NOMEIA O COMITÊ MUNICIPAL DE USO VIÁRIO – CMUVMN -, REVOGA NA ÍNTEGRA O DECRETO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, Inciso III, combinado com a Lei 3339/2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Comitê Municipal de Uso Viário CMUVMN, cujos integrantes são os seguintes:

I - O Superintendente da Fundação Municipal de Trânsito, que o presidirá:

Senhor EDEMIR DE SOUZA,

II - O Secretário Municipal de Finanças:

Senhor MÁRCIO CAPELLA,

III - O Secretário Municipal de Planejamento Urbano:

Senhor WALDIR APARECIDO LOPES RAMOS

IV - O Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Receita:

Senhor RODRIGO LEONARDO VARGAS SILVEIRA,

V - O Secretário Municipal de Controle Interno:

Senhor FERNANDO SEDREZ SILVA

Parágrafo Único: O Superintendente da Fundação Municipal de Trânsito fica autorizado a nomear os membros que fiscalizarão os serviços prestados, podendo notificar os condutores e as operadoras de tecnologia (OT).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação e revoga na íntegra o Decreto nº 46 de 07 de março de 2019, publicado na Edição nº 2771 do DOM – Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, de 08 de março de 2019.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE JULHO DE 2020.

Emílio Vieira

Prefeito

Márcio da Rosa

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

DECRETO 157/2020

Publicação Nº 2596504

DECRETO Nº 157 DE 07 DE AGOSTO DE 2020

ALTERA O ART. 1º E OS PARÁGRAFOS DO DECRETO MUNICIPAL Nº 63, DE 13 ABRIL DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 60, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

Considerando a necessidade de adoção de medidas para preservar e assegurar a manutenção da saúde e da segurança à população e dos servidores do Município de Navegantes e, em continuidade das medidas e ações em saúde pública para a prevenção, contenção e enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19);

DECRETA:

Art. 1º O artigo 1º e seus respectivos parágrafos, do Decreto Municipal nº 63, de 13 de abril de 2020, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Em virtude da declarada situação de emergência em saúde pública do município de Navegantes, a fim de reduzir a circulação de pessoas, fica estabelecido aos servidores da Administração Pública Municipal, Secretarias, Fundos, Fundações e o NavegantesPrev, que a partir do dia 10 de agosto de 2020, o expediente nas repartições públicas municipais e o atendimento ao público será de 06 (seis) horas diárias.

§ 1º O horário de trabalho dos servidores e de atendimento ao público será das 07:00 h às 13:00 h, de segunda a sexta feira.

§ 2º O Sistema Nacional de Emprego - SINE funcionará das 11:00 h às 17:00 h, tanto o expediente interno, quanto o atendimento externo e o Procon de Navegantes funcionará das 12:00 h às 18:00 h, tanto o expediente interno, quanto o atendimento externo.

§ 3º Eventualmente, dependendo da necessidade do Município de Navegantes, poderá o servidor efetuar os trabalhos internamente em horário diferente do estipulado neste decreto, desde que cumprida a carga horária mínima de 06 (seis) horas diárias.

§ 4º O atendimento externo funcionará nos termos do presente artigo, devendo as secretarias, fundações e autarquia do município fazerem os ajustes necessários para a manutenção da prestação dos serviços.

§ 5º As determinações do artigo 1º deste decreto não se aplicam aos serviços considerados essenciais da Secretaria de Saúde, Secretária de Assistência Social, Secretaria de Segurança e Defesa Social e Fundação Municipal de Vigilância e Trânsito.

§ 6º O Centro de Triagem, Centro de Testagem e Centro de Cadastro e Monitoramento, relacionados ao enfrentamento da COVID-19, terão

jornada de trabalho e atendimento ao público em 02 (dois) turnos de 06 (seis) horas de trabalho cada, das 07:00 h às 13:00 h e outro das 13:00 h às 19:00 h, e o Centro de Testagem ainda terá jornada de trabalho aos sábados das 07:00 h às 13:00 h.

§ 7º Os agentes de serviços gerais, monitores de educação infantil, agentes de educação e intérpretes, (conforme demanda), diretores, secretários, especialistas, professores de apoio pedagógico e instrutores de informática da Secretaria de Educação exercerão suas atividades das 07:00 h às 13:00 h nas respectivas unidades escolares.

§ 8º Os professores da rede municipal de ensino exercerão suas atividades preferencialmente de forma não presencial.

§ 9º Os motoristas e monitores de transporte escolar da Secretaria de Educação entregarão as atividades impressas nas residências dos estudantes, e, ainda, acompanharão os diretores das unidades escolares na busca ativa que evita a evasão escolar, sugerida pelo Ministério Público de Santa Catarina.

§ 10. Os órgãos da Administração Pública Municipal poderão privilegiar a realização de suas atividades na modalidade de teletrabalho ou trabalho remoto, conforme critérios estabelecidos pelos gestores de cada repartição pública."

Art. 2ª Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura de Navegantes, 07 de agosto de 2020.

Emílio vieira
Prefeito Municipal

Marcio da rosa
Secretário de Administração e logística

PORTARIA 2869/2020 - COMISSÃO FISCAL RECICLE

Publicação Nº 2596462

PORTARIA N º 2869 DE 07 DE AGOSTO DE 2020

DESIGNA COMISSÃO PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO QUE ESPECIFICA.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes
RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, por este ato, comissão para acompanhar e fiscalizar a execução do Quarto Termo Aditivo ao contrato nº 33/2002, resultante da Concorrência nº 33/2002, cujo objeto é a concessão dos serviços de engenharia sanitária e limpeza urbana para realizar os serviços de coleta regular, transporte e disposição final de resíduos sólidos domiciliares e resíduos dos serviços de saúde, nos termos da Lei Municipal nº 1.487/2001, cujos integrantes são os seguintes:

- a) ROBESPIERRE XAVIER DA SILVA JUNIOR;
- b) ELEN DOS SANTOS PAIXÃO DANIEL AUGUSTO;
- c) SAUL JOSÉ SIMAS;
- d) PABLO ROMERO COSTA PEREIRA DIAS;
- e) FRANCISCO MANOEL COUTO NETO.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMpra-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2020.

Márcio da Rosa
Secretário de Administração e Logística

PORTARIA 2870/2020 - DIRIGIR ASSISTÊNCIA - JULIANA

Publicação Nº 2596463

PORTARIA Nº 2870 DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

DESIGNA SERVIDORA AUTORIZADA A DIRIGIR O VEÍCULO QUE ESPECIFICA.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes

RESOLVE:

Art. 1º. AUTORIZAR, por este ato, a servidora abaixo designada a dirigir o veículo CHEVROLET SPIN - PLACA QIO - 7667, que será utilizado para a realização dos trabalhos da Secretaria Municipal de Assistência Social:

- a) Juliana Pinto.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2020.

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

STEFANI ROSSETO CARVALHO CONVOCAÇÃO

Publicação Nº 2596984

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES www.navegantes.sc.gov.br Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.370-446 - Navegantes – SC E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br Fone/Fax: (047) 3342-9500
--	--

Navegantes, 07 de agosto de 2020

Ilmo Sra.
STEFANI ROSSETTO CARVALHO

Assunto: CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL 026/2020.

Senhora Candidata,

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADA para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data desta publicação, para tratar da nomeação do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL 026/2020, para o cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM 40 HORAS.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do PROCESSO SELETIVO.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Meire Meschke Reis
Diretora de RH

Nathalia Zabel
Agente Téc. em Srv. Públicos – RH

Nova Erechim

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO N° 63/2020 EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EPIS E MATERIAIS PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE NOVA ERECHIM/SC

Publicação N° 2594554

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 63/2020

PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 36/2020

Nélio Antônio Cassol, Prefeito Municipal de Nova Erechim/SC, no uso das atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL SRP para EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EPIS E MATERIAIS PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE NOVA ERECHIM/SC. A abertura dos envelopes acontecerá às 09h15min do dia 19 de agosto de 2020, junto a Secretaria Municipal da Administração, sito à Avenida Francisco F. Losina n.º 139, Fone (49) 3333-3100, no Município de Nova Erechim/SC. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal ou e-mail licitacoes.ne@gmail.com

Nova Erechim (SC), em 07 de agosto de 2020.

NÉLIO ANTÔNIO CASSOL
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO N° 65/2020 EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DO MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC

Publicação N° 2594580

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 65/2020

PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 37/2020

Nélio Antônio Cassol, Prefeito Municipal de Nova Erechim/SC, no uso das atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL SRP para EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DO MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC. A abertura dos envelopes acontecerá às 09h15min do dia 20 de agosto de 2020, junto a Secretaria Municipal da Administração, sito à Avenida Francisco F. Losina n.º 139, Fone (49) 3333-3100, no Município de Nova Erechim/SC. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal ou e-mail licitacoes.ne@gmail.com

Nova Erechim (SC), em 07 de agosto de 2020.

NÉLIO ANTÔNIO CASSOL
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO N° 67/2020 EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA CANALIZAÇÃO PLUVIAL A SER EXECUTADA EM RUAS DO PERÍMETRO URBANO E ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC

Publicação N° 2595009

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 67/2020

PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 39/2020

NÉLIO ANTÔNIO CASSOL, Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL SRP, para EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA CANALIZAÇÃO PLUVIAL A SER EXECUTADA EM RUAS DO PERÍMETRO URBANO E ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC. A abertura dos envelopes acontecerá às 14h30min do dia 19 de agosto de 2020, junto a Secretaria Municipal da Administração, sito à Avenida Francisco F. Losina n.º 139, Fone (49) 3333-3109, no Município de Nova Erechim/SC. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal ou e-mail licitacoes.ne@gmail.com

Nova Erechim (SC), em 07 de agosto de 2020.

NÉDIO ANTÔNIO CASSOL

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 193/2020 DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SERVIDOR MUNICIPAL GUILHERME LUIS ARENHARDT

Publicação Nº 2594513

DECRETO Nº 193, DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

Dispõe sobre a Exoneração do Servidor Municipal Guilherme Luis Arenhardt.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei Complementar nº 126 de 20 de março de 2019, combinada com a Lei Complementar nº 025 de 02 de julho de 2001 e alterações posteriores.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o Sr. GUILHERME LUIS ARENHART, ocupante do Cargo de ENFERMEIRO, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a pedido.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o Decreto nº 179, de 19 de agosto de 2019.

Nova Erechim (SC), em 07 de agosto de 2020.

NEDIO ANTONIO CASSOL

Prefeito Municipal

ERRATA DE EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 01 PREGÃO REGISTRO DE PREÇO 36/2020

Publicação Nº 2594552

ERRATA DE EDITAL DE LICITAÇÃO nº 01

Pregão Registro de Preço 36/2020

Processo Administrativo 63/2020

O Município de Nova Erechim/SC, com sede localizada na Avenida Francisco Ferdinando Losina, n.º 139, centro, torna público para conhecimento dos interessados a ERRATA 01 ao edital de Pregão Registro de Preço nº 36/2020, Processo Administrativo n.º 63/2020, onde no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA no item 1 e 2 do quadro dos itens licitados passará a ler-se:

Nº.	Descrição do Item	Qt.	Und.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	MÁSCARA CIRURGICA TRIPLA (3 CAMADAS) COM FILTRO, EFICIÊNCIA DE FILTRAÇÃO BACTERIANA (BFE) DE NO MÍNIMO 95%, COM ELÁSTICO E COM CLIP NASAL.	10.000	UN	1,50	15.000,00
2	MÁSCARA CIRURGICA TRIPLA (3 CAMADAS) COM FILTRO, EFICIÊNCIA DE FILTRAÇÃO BACTERIANA (BFE) DE NO MÍNIMO 95%, COM ELÁSTICO E SEM CLIP NASAL.	5.000	UN	0,99	4.950,00

Tendo em vista a alteração feita, conforme Artigo 21 §4 da Lei 8.666/93, a nova data para abertura da licitação será dia 19 de agosto de 2020, sendo o credenciamento até as 09:00, iniciando a sessão no mesmo dia às 09:15. Permanece inalterado os demais termos. Maiores informações e a íntegra do Edital e Anexos, poderão ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal sito à Avenida Francisco F. Losina n.º 139, Fone (49) 3333-3100 ou e-mail licitacoes.ne@gmail.com

Nova Erechim (SC), em 07 de agosto de 2020.

NÉDIO ANTÔNIO CASSOL

Prefeito Municipal

ERRATA DE EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 01 PREGÃO REGISTRO DE PREÇO 37/2020

Publicação Nº 2594579

ERRATA DE EDITAL DE LICITAÇÃO nº 01

Pregão Registro de Preço 37/2020

Processo Administrativo 65/2020

O Município de Nova Erechim/SC, com sede localizada na Avenida Francisco Ferdinando Losina, n.º 139, centro, torna público para conhecimento dos interessados a ERRATA 01 ao edital de Pregão Registro de Preço nº 37/2020, Processo Administrativo n.º 65/2020, onde no ANEXO XI – DESCRIÇÃO DOS ITENS E PREÇO MAXIMO ESTABELECIDO no item 16 dos itens licitados passará a ler-se:

ITEM	Descrição do Item	Qt.	Und.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
16	MÁSCARA CIRURGICA TRIPLA (3 CAMADAS) COM FILTRO, EFICIÊNCIA DE FILTRAGEM BACTERIANA (BFE) DE NO MÍNIMO 95%, COM ELÁSTICO E COM CLIP NASAL.	30.000	UN	1,50	45.000,00

Tendo em vista a alteração feita, conforme Artigo 21 §4 da Lei 8.666/93, a nova data par abertura da licitação será dia 20 de agosto de 2020, sendo o credenciamento até as 09:00, iniciando a sessão no mesmo dia às 09:15. Permanece inalterado os demais termos. Maiores informações e a íntegra do Edital e Anexos, poderão ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal sito à Avenida Francisco F. Losina n.º 139, Fone (49) 3333-3100 ou e-mail licitacoes.ne@gmail.com

Nova Erechim (SC), em 07 de agosto de 2020.

NÉDIO ANTÔNIO CASSOL
Prefeito Municipal

Nova Itaberaba

PREFEITURA

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 6/2020

Publicação Nº 2597018

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 6/2020 CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA E CONSÓRCIO INTERM. DE SAÚDE DO OESTE DE SC - CIS-AMOSC.

Referencia :

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 83/2019

I – IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA

CATARINA – CIS-AMOSC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.336.261/0001-40, com sede na Rua Adolfo Konder, 33D, Jardim Itália, Chapecó-SC, neste ato representado pela sua Presidente, Senhora Janete Paravizi Bianchin, doravante denominado CIS-AMOSC e,

MUNICÍPIO DE NOVA ITABERABA, inscrito no CNPJ sob o nº 95.990.131/0001-70,

com sede na Rua José Maroco, 1525, Centro, representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor MARCIANO MAURO PAGLIARINI, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 021.563.329-67, doravante denominado MUNICÍPIO, amparados pela Lei nº 8.666/93, Lei nº 11.107/2005, Decreto nº 6.017/2007 e pelo Contrato de Consórcio Público, celebram o presente Contrato de Rateio, conforme as seguintes cláusulas, condições abaixo descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Fica aditivado em R\$ 1.768,00 (um mil setecentos e sessenta e oito reais) o Valor constante no item 2.1 da CLÁUSULA SEGUNDA do contrato de rateio firmado, passando a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO REPASSE

2.1 O MUNICÍPIO repassará ao CONSÓRCIO o valor de R\$ 591.442,50 (quinhentos e noventa e um mil quatrocentos e quarenta e dois reais com cinquenta centavos) definidos na Lei Orçamentária.

CLÁUSULA SEGUNDA – Fica retificado o item 5.1 da CLÁUSULA QUINTA do contrato de rateio firmado, passando a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 As despesas do presente Contrato de Rateio correrão por conta do Orçamento Municipal aprovado para o exercício de 2020, nas dotações:

3.3.93.39.50 – R\$ 558.600,00 – Serviços Médicos Pessoa Jurídica. 3.3.93.30.43 – R\$ 11.400,00 - Materiais para reabilitação.

3.3.93.30.28 - R\$ 21.442,50- Material de Proteção e Segurança

CLÁUSULA TERCEIRA – Permanecem em vigor as demais cláusulas e condições não alteradas pelo presente termo aditivo.

E por estarem justas e acordadas, assinam o presente instrumento particular em duas vias de igual teor e forma.

Chapecó/SC em 05 de agosto de 2020.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA (CIS-AMOSC)	MUNICÍPIO DE NOVA ITABERABA MARCIANO MAURO PAGLIARINI PREFEITO MUNICIPAL
JANETE PARAVIZI BIANCHIN PRESIDENTE	

DECRETO Nº 313/2020 DE 10 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2597015

DECRETO Nº 313/2020 DE 10 DE AGOSTO DE 2020.

"TORNA PÚBLICO O GABARITO PROVISÓRIO DO PROCESSO SELETIVO Nº 004/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO;

CONSIDERANDO: os Princípios da Legalidade e Publicidade;

CONSIDERANDO: a necessidade de tornar públicos os atos praticados no Processo Seletivo nº 004/2020.

DECRETA:

Art. 1º Torna público, para o conhecimento dos interessados, o gabarito preliminar relativo ao Processo Seletivo nº 004/2020, destinado ao preenchimento de vagas do quadro de pessoal do Município de Nova Itaberaba-SC, conforme anexo I.

Art. 2º Fica facultado ao candidato interessado a interposição de recurso contra as questões da prova escrita/objetiva e ao gabarito provisório, na forma do Edital de Abertura.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, EM 10 DE AGOSTO DE 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS
Assessor Jurídico

ANEXO I

ATO 009: Publicação do Gabarito Provisório

GABARITO PROVISÓRIO: ANEXO I

DATA DA PROVA: 09/08/2020

DATA DE DIVULGAÇÃO: 09/08/2020 - 23h30min

PRAZO RECURSAL: 10/08/2020 – 00h01min até 10/08/2020 – 23h59min

As provas de cada cargo estão disponíveis aos candidatos na “Área do Candidato” acessado pelo site www.nbsprovas.com.br de forma individual a cada participante, acessado pela opção “Histórico de Inscrições”, localizando a sua inscrição para o evento acima informado e em seguida clicando em “Mais Informações”, onde será listada a sua prova.

O eventual recurso deve ser interposto atendendo as disposições do Item 10.2 do Edital e deve ser protocolado por um dos meios previstos no Item 11.3 do edital. O formulário acessado a partir do previsto no Item 11.3.1 deve contemplar todos os requisitos previstos no Item 10.2. Recursos sem atendimento aos requisitos do edital, em especial dos itens 6 e 7 do item 10.2.1 serão indeferidos sem análise de mérito, conforme exposto no item 10.8.

Nova Itaberaba/SC, 09 de agosto de 2020.

Banca Técnica
Grupo NBS Provas

ANEXO I – Gabarito Provisório

Cargo: FISCAL DE TRIBUTOS E OBRAS									
Tipo de Prova: 1									
01: B	02: A	03: C	04: C	05: D	06: B	07: C	08: D	09: A	10: B
11: D	12: C	13: D	14: A	15: B	16: D	17: C	18: A	19: C	20: B
21: D	22: C	23: B	24: D	25: A					
Tipo de Prova: 2									
01: D	02: B	03: A	04: C	05: C	06: B	07: B	08: C	09: D	10: A
11: B	12: D	13: C	14: D	15: A	16: A	17: C	18: D	19: C	20: A
21: B	22: C	23: B	24: D	25: C					
Tipo de Prova: 3									
01: C	02: C	03: D	04: B	05: A	06: D	07: A	08: B	09: B	10: C
11: D	12: A	13: B	14: D	15: C	16: A	17: C	18: D	19: B	20: C
21: B	22: D	23: A	24: D	25: C					
Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO									
Tipo de Prova: 1									
01: B	02: A	03: C	04: C	05: D	06: B	07: C	08: D	09: A	10: B
11: D	12: C	13: D	14: A	15: B	16: D	17: C	18: A	19: D	20: C
21: B	22: C	23: B	24: D	25: A					
Tipo de Prova: 2									
01: D	02: B	03: A	04: C	05: C	06: B	07: B	08: C	09: D	10: A

11: B	12: D	13: C	14: D	15: A	16: B	17: D	18: C	19: A	20: D
21: B	22: C	23: D	24: A	25: C					
Tipo de Prova: 3									
01: C	02: C	03: D	04: B	05: A	06: D	07: A	08: B	09: B	10: C
11: D	12: A	13: B	14: D	15: C	16: D	17: A	18: C	19: A	20: D
21: B	22: D	23: C	24: B	25: C					

Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Nova Trento

PREFEITURA

PORTARIA Nº 671/2020

Publicação Nº 2594505

PORTARIA Nº 671/2020

Concessão de Férias

Adauton Raulino, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 72, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 30(trinta) dias, ao Servidor Público Municipal, DIOGO MARCHIORI, matrícula nº 6470, ocupante do cargo de Agente de Combate à Endemias, com 40(quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, para gozo entre 10/08/2020 a 08/09/2020, relativo ao período aquisitivo de 15/09/2017 a 14/09/2018.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 07 de agosto de 2020.

Adauton Raulino
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 672/2020

Publicação Nº 2596986

PORTARIA Nº 672/2020

Concessão de Férias

Alexandre Feller, Secretário Municipal de Esporte, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 72, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 15(quinze) dias, ao Servidor Público Municipal, CLODOALDO SARTORI, matrícula nº 7864, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, para gozo entre 10/08/2020 a 24/08/2020, relativo ao período aquisitivo de 03/09/2019 a 02/09/2020.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 10 de agosto de 2020.

Alexandre Feller
Secretário Municipal de Esporte

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PROCESSO N° 057/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 031/2020

Publicação N° 2591854

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 057/2020 – PREGÃO ELETRÔNICO N° 031/2020

Objeto: Aquisição de Testes Rápidos para Diagnóstico da COVID-19, para Secretaria Municipal de Saúde, do município de Nova Trento/SC, para fornecimento conforme a necessidade, de acordo com as especificações constantes deste Edital. Disputa em meio eletrônico COM USO DA PLATAFORMA BNC QUE É CREDENCIADA JUNTO A PLATAFORMA MAIS BRASIL. Empresas interessadas deverão cadastrar-se no site <http://bnc.org.br/>

Julgamento: Menor preço por Item; Entrega das propostas a partir do dia 11/08/2020 até as 08:30 horas do dia 21/08/2020. Início da sessão em MEIO ELETRÔNICO as 09:00 horas do dia 21/08/2020.

Retirada do Edital e outras informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: (48) 3267.3213 e (48) 3267.3211 – site: www.novatreto.sc.gov.br; compras@novatreto.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini
Prefeito

PROCESSO N° 061/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 033/2020

Publicação N° 2591938

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 061/2020 – PREGÃO ELETRÔNICO N° 033/2020

Objeto: O objeto deste pregão é aquisição de um Gerador de Energia Elétrica, para utilização no Hospital Nossa Senhora Imaculada Conceição conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I, que integra o presente edital, conforme características, especificações e quantidades constantes neste edital. Disputa em meio eletrônico COM USO DA PLATAFORMA BNC QUE É CREDENCIADA JUNTO A PLATAFORMA MAIS BRASIL. Empresas interessadas deverão cadastrar-se no site <http://bnc.org.br/>

Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM. Entrega das propostas a partir do dia 13/08/2020 até as 08:30 horas do dia 27/08/2020. Início da sessão em MEIO ELETRÔNICO as 09:00 horas do dia 27/08/2020.

Retirada do Edital e outras informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: (48) 3267.3213 e (48) 3267.3211 – site: www.novatreto.sc.gov.br; compras@novatreto.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini
Prefeito

Orleans

PREFEITURA

DECRETO 4.857/2020

Publicação Nº 2595081

DECRETO N. 4.857 DE 05 DE AGOSTO DE 2020.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DE EXERCÍCIO ANTERIOR."

O Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei n. 2.923 de 03 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o crédito suplementar nas seguintes dotações orçamentárias:

02.002 – GABINETE DO PREFEITO/DEPARTAMENTO DE ESPORTE

1.019 – Construção de Ginásios e Cobertura de Quadras de Esportes

F.R. 03.50.650 Cessão Onerosa - Pré Sal Lei 13.885/2019

4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 198.598,08

TOTAL _____ R\$ 198.598,08

Art.2º. Para abertura do crédito Suplementar no artigo anterior, ficam utilizados o superávit financeiro do exercício anterior, na seguinte fonte de recurso:

F.R. 03.50.650 Cessão Onerosa - Pré Sal Lei 13.885/2019 R\$ 198.598,08

TOTAL _____ R\$ 198.598,08

Art.3º Este decreto entra em Vigor na data de sua Publicação

Orleans/SC, 05 de agosto de 2020; 136 anos da Fundação e 106 anos de Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH

Prefeito de Orleans

Registrado o presente Decreto nesta Secretaria Municipal de Administração, aos cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JAIR HENRIQUE DE SOUZA WAGNER

Secretário de Administração

EDITAL CHAMAMENTO EFETIVAÇÃO CONCURSO PÚBLICO 002/2018

Publicação Nº 2594767

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA EFETIVAÇÃO DE ACORDO COM CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2018, mediante o qual ficam CONVOCADOS, para nomeação, os candidatos relacionados abaixo, aprovados no Concurso Público nº 002/2018, para comparecerem na Prefeitura Municipal de Orleans, sito a rua XV de Novembro, 282, centro, Orleans/SC, no horário das 08:00 as 12:00 hs e das 13:30 as 17:30 hs, no prazo de 30 dias, munidos de todos os documentos constantes do Edital do Concurso Público nº 002/2018 (disponível no sitio eletrônico: www.orleans.sc.gov.br, ciente de que a não apresentação dos documentos necessários dentro do prazo estipulado resultará na perda da vaga. Informamos ainda, que o exame médico de saúde ocupacional de que trata o Concurso Público nº 002/2018, será realizado pelo Médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Orleans, o qual poderá exigir todos os exames pertinentes a aferir a capacidade admissional para o respectivo cargo

NOME	CARGO	CH
DIRLEI CAMPOS	AUXILIAR DE MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	40 HS

Orleans, 05 de agosto de 2020.

JORGE LUIZ KOCH

Prefeito de Orleans

Otacílio Costa**PREFEITURA****DEC 2.905/2020**

Publicação Nº 2596552

DECRETO Nº 2.905/2020**ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE 2020****O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Otacílio Costa e autorização contida no artigo 12 da Lei Municipal nº 2.743 de 29 de Outubro de 2019.****DECRETA:****Art. 1º. Fica aberto crédito suplementar para Fundo Municipal de Saúde no orçamento de 2020, no valor R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), para a seguinte dotação orçamentária:****Órgão: 15 – FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.****Unidade: 01 – FMS – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.****Proj/Ativ. – 2.057 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde****42 – 31900000000000.0002-Aplicações Diretas R\$ 100.000,00****43 – 31910000000000.0002- Aplicações Diretas-oper.intra-orçamenta R\$ 100.000,00****Total R\$ 200.000,00****Art. 2º. Para atendimento da suplementação de que trata o artigo 1º, por conta de anulação de dotação orçamentária, no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), conforme preceitua o artigo 12 da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº. 2743 de 29 de outubro de 2019.****Órgão: 15 – FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.****Unidade: 01 – FMS – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.****Proj/Ativ. – 2.057 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde****46 – 33900000000000.0002-Aplicações Diretas R\$ 200.000,00****Total R\$ 200.000,00****Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.****Otacílio Costa/SC, 27 de julho de 2020****LUIZ CARLOS XAVIER****Prefeito****O presente Decreto foi encaminhado para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (*), na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal.****Otacílio Costa (SC), 27 de julho de 2020****ANDRÉ FELIPE FERREIRA CAMPOS****Chefe de Gabinete do Prefeito****DEC 2.906/2020**

Publicação Nº 2596553

DECRETO Nº 2.906/2020**PRORROGA PERÍODO DE ATENDIMENTO EM REGIME DE PLANTÃO DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 9º DO DECRETO 2.855/2020****O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 86, incisos II, VIII e IX, e art. 176, inciso III, da Lei Orgânica Municipal,****CONSIDERANDO que a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia decorrente do novo coronavírus (COVID-19),****DECRETA:****Art. 1º. O atendimento presencial excepcional de que trata o § 1º do art. 12 do Decreto nº 2.841, de 17 de março de 2020, regulado pelo Decreto nº 2.855, de 13 de abril de 2020, fica prorrogado até o dia 31 de agosto de 2020, podendo ser novamente prorrogado em caso de necessidade.****Art. 2º. Altera a redação do art. 9º do Decreto nº 2.855, de 13 de abril de 2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:****Art. 9º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até 31 de agosto de 2020, podendo ser prorrogado em caso de necessidade.**

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Otacílio Costa/SC, 30 de julho de 2020

LUIZ CARLOS XAVIER
Prefeito

O presente Decreto foi encaminhado para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (*), na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal.

Otacílio Costa (SC), 30 de julho de 2020

ANDRÉ FELIPE FERREIRA CAMPOS
Chefe de Gabinete do Prefeito

DEC 2.907/2020

Publicação Nº 2596554

DECRETO Nº 2.907/2020

ACRESCENTA DISPOSITIVO AO DECRETO Nº 2.903/2020 QUE TRATA DE MEDIDAS SANITÁRIAS EXTRAORDINÁRIAS PARA ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) NO MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 86, incisos II, VIII e IX, e art. 176, inciso III, da Lei Orgânica Municipal, bem como com fundamento na Lei nº 212, de 31 de março de 1986,

CONSIDERANDO, o disposto na Lei Federal 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, que "Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019",

CONSIDERANDO o disposto no Decreto n. 2.841, de 17 de março de 2020, que instituiu no âmbito do Município de Otacílio Costa medidas para enfrentamento do contágio no novo coronavírus (COVID-19),

CONSIDERANDO, Portaria do Ministério da Saúde, declarando que o "estado de transmissão do COVID-19 alcançou nível de transmissão comunitária autônoma em todo o território nacional",

CONSIDERANDO, o aumento no número de casos de COVID-19 no Município de Otacílio Costa,

CONSIDERANDO o disposto no art. 82 da Lei Complementar nº 132, de 15 de fevereiro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º. Acrescenta Art. 3º-A ao Decreto nº 2.903, de 27 de julho de 2020, com a seguinte redação:

Art. 3º-A. Fica estabelecido horário de atendimento presencial de agências bancárias de no mínimo 5 (cinco) horas diárias, no horário compreendido entre as 8 e 16 horas, de segunda à sexta-feira.

§ 1º. As agências bancárias ficam obrigadas a manter em funcionamento pelo menos 80% de seus terminais de autoatendimento.

§ 2º. As agências bancárias ficam obrigadas a manter funcionários devidamente identificados para organizar as filas e manter o distanciamento entre as pessoas no interior e exterior das agências.

§ 3º. O descumprimento ao disposto neste artigo será considerado infração de natureza sanitária leve punível com a imposição de multa no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), na forma do inciso I, do Parágrafo único do art. 98, e do inciso VIII do caput do art. 103, ambos da Lei Complementar n. 132, de 15 de fevereiro de 2011, além de outras sanções civis e criminais previstas em lei.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor no dia 5 de agosto de 2020.

Otacílio Costa/SC, 03 de agosto de 2020

LUIZ CARLOS XAVIER
Prefeito

O presente Decreto foi encaminhado para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (*), na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal.

Otacílio Costa (SC), 03 de agosto de 2020.

ANDRÉ FELIPE FERREIRA CAMPOS
Chefe de Gabinete do Prefeito

DEC 2.908/2020

Publicação Nº 2596555

DECRETO Nº 2.908/2020

DECRETA LUTO OFICIAL NO MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA EM VIRTUDE DO FALECIMENTO DO SERVIDOR MUNICIPAL FRANCISCO GERALDO PEREIRA

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 113, inciso I, "I", da Lei Orgânica Municipal, e considerando o falecimento de servidor público municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Luto oficial de três dias no município de Otacílio Costa em homenagem póstuma do Poder Público Municipal e demonstração de pesar pelo falecimento do Servidor Público Municipal Sr. Francisco Geraldo Pereira, que exerceu a função de motorista junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Otacílio Costa (SC), 06 de agosto de 2020

LUIZ CARLOS XAVIER
Prefeito

A presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (*) na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa (SC), 06 de agosto de 2020

ANDRÉ FELIPE FERREIRA CAMPOS
Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Publicada em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>
Disponível para consulta no site www.leismunicipais.com.br

DEC 2.909/2020

Publicação Nº 2596556

DECRETO Nº 2.909/2020

HOMOLOGA RESOLUÇÃO Nº 02/2019 DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso das competências que lhe são atribuídas pelos artigos 86, incisos II, VIII e IX, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada e aprovada a Resolução nº 02, de 13 de março de 2019, do Conselho Municipal de Assistência Social que Dispõe sobre estabelecer critérios e prazos para a concessão de Benefícios Eventuais no âmbito da Política Pública de Assistência Social no Município de Otacílio Costa, expedida na forma do inciso XVIII do art. 3º, da Lei nº 1.983 de 20 de dezembro de 2011

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Otacílio Costa, 06 de agosto de 2020.

LUIZ CARLOS XAVIER
Prefeito

O presente Decreto foi encaminhado para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (*), na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal.

Otacílio Costa (SC), 06 de agosto de 2020

ANDRÉ FELIPE FERREIRA CAMPOS
Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Publicado em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>
Disponível para consulta no site www.leismunicipais.com.br

RESOLUÇÃO Nº 02/2019

DISPÕE SOBRE ESTABELECER CRITÉRIOS E PRAZOS PARA A CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS NO ÂMBITO DA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 926/97 de 20 de fevereiro de 1997, alterada pela lei 1983/2011, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Otacílio Costa – CMAS, faz saber que:

Considerando, o Decreto Federal nº 6.307 de 14 de dezembro de 2007, que dispõe sobre os Benefícios Eventuais;

Considerando, a Resolução nº 212 de 19 de outubro de 2006, do CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social, que propõe critérios orientadores para a regulamentação da provisão de benefícios eventuais no âmbito da política pública de assistência social;

Considerando, a Resolução nº 039 de 09 de dezembro de 2010 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, que dispõe sobre o processo de reordenamento dos Benefícios Eventuais no âmbito da Política de Assistência Social.

Considerando, a Resolução, nº 16 de 23 de novembro de 2016 do Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS, que propõe critérios orientadores para a regulamentação da provisão de Benefícios Eventuais no âmbito da Política Pública Estadual de Assistência Social e do cofinanciamento Estadual.

RESOLVE:

Art. 1º. APROVAR nos termos da Ata 001/2019-CMAS, da Reunião Ordinária realizada em 13 de março de 2019, os critérios e prazos para a concessão de benefícios eventuais no âmbito da Política Pública de Assistência Social no município de Otacílio Costa.

Art. 2º. O benefício eventual é uma modalidade de provisão de proteção social de caráter suplementar e temporário, integrante do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, com fundamentação nos princípios de cidadania e nos direitos sociais e humanos.

Art. 3º. O benefício eventual destina-se aos cidadãos e às famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade familiar e a sobrevivência de seus membros.

Parágrafo único - Para efeito do disposto no caput deste artigo, entende-se por família o conjunto de pessoas que comprovadamente vivem sob o mesmo teto, mantendo-se economicamente com a contribuição de seus membros.

Art. 4º. Cabe a Gestão da Assistência Social, CRAS ou CREAS providenciar o cadastramento da pessoa ou família solicitante de benefício eventual no Cadastro Único - CADÚNICO e sistema próprio.

DOS DOCUMENTOS GERAIS

Art. 5º. Deverão ser apresentados os seguintes documentos para requerer o benefício eventual:

I – Documento pessoal com foto, de todos os membros do núcleo familiar e, em caso de perda destes apresentação do boletim de ocorrência (BO)

II – Comprovante de residência atualizado;

III – Comprovante de renda de todos os membros do núcleo familiar;

IV – Inscrição no Cadastro Único;

V – Procuração, caso necessário.

Parágrafo Único: a procuração será exigida quando o benefício for concedido a pessoa ou família que encontram-se incapaz de locomoção, tutelado, com guarda provisória e ou curatela.

DO AUXÍLIO NATALIDADE

Art. 6º. O benefício requerido em razão de nascimento, na forma de auxílio natalidade, poderá ser solicitado a partir do 6º (sexto) mês de gestação até 90 (noventa) dias após o nascimento.

Art. 7º. O auxílio natalidade deverá ser em formas de bens de consumo, entregue em até 30 (trinta) dias após a apresentação de requerimento e realização de estudo e parecer social.

Parágrafo Único: os bens de consumo, será entregue em kit de produtos de higiene pessoal para o bebê.

Art. 8º. Será concedido um benefício por nascituro, independentemente do número de gestações.

Art. 9º. O critério de renda per capita familiar para acesso ao auxílio natalidade é de até ½ (meio) salário mínimo.

Parágrafo único – Nos casos em que as famílias não se enquadrarem no critério do caput deste artigo, o técnico responsável pelo atendimento dos benefícios eventuais poderá conceder o benefício mediante estudo e parecer social.

Art. 10. São documentos essenciais para a concessão do auxílio natalidade, além daqueles previstos no art. 5º desta Resolução:

I – Se o benefício for solicitado antes do nascimento deverá ser apresentado o cartão de pré-natal ou atestado médico comprovando o período de gestação;

II – Se for após o nascimento deverá apresentar certidão de nascimento.

DO AUXÍLIO FUNERAL

Art. 11. O benefício prestado em razão de morte, na forma de auxílio funeral, poderá ser solicitado em até 30 (trinta) dias a partir da data do óbito mediante parecer social.

Art. 12. O critério de renda per capita familiar para acesso ao auxílio funeral é de até ½ (meio) salário mínimo.

Parágrafo único – Nos casos em que a pessoa ou família não se enquadrar no critério do caput deste artigo, o técnico responsável pelo atendimento dos benefícios eventuais poderá conceder o benefício mediante estudo e parecer social.

Art. 13. São documentos essenciais para a concessão do auxílio funeral, além daqueles previstos no art. 5º desta Resolução:

I - Documentos pessoais do falecido e do requerente;

II - Certidão de óbito;

III - Comprovante de residência no nome do falecido ou de quem ele comprovadamente residia desde que o comprovante de residência seja do município de Otacílio Costa.

IV- Quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social que estiver com os vínculos familiares rompidos, inserido ou não nos serviços de acolhimento, os responsáveis pelos serviços poderão solicitar o benefício aos técnicos da proteção social básica e especial.

DA VULNERABILIDADE TEMPORÁRIA

Art. 14. Quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social que estiver com os vínculos familiares rompidos, inserido nos serviços socioassistenciais da proteção social especial, os técnicos responsáveis pelos serviços poderão solicitar o benefício.

DA DOCUMENTAÇÃO

Art. 15. O benefício prestado em razão de vulnerabilidade temporária, na forma de auxílio documentação - foto, e isenção do RG, poderá ser requerido a qualquer momento.

Art. 16. O critério de renda per capita familiar para acesso ao auxílio documentação - fotos é de até ¼ (um quarto) do salário mínimo.

Parágrafo único – Nos casos em que a pessoa ou família não se enquadrar no critério do caput deste artigo, o técnico responsável pelo atendimento dos benefícios eventuais poderá conceder o benefício mediante estudo e parecer social.

Art. 17. São documentos essenciais para o requerimento do auxílio documentação - aqueles mencionados no art. 5º desta Resolução.

DA ALIMENTAÇÃO

Art. 18. O benefício prestado em razão de vulnerabilidade temporária, na forma de auxílio alimentação, poderá ser requerido a qualquer momento devendo ser entregue após o deferimento do pedido.

Art. 19. O critério de renda per capita familiar para acesso ao auxílio alimentação é de até ½ (meio) salário mínimo.

Parágrafo único – Nos casos em que a pessoa ou família não se enquadrar no critério do caput deste artigo, o técnico responsável pelo atendimento dos benefícios eventuais poderá conceder o benefício mediante estudo e parecer social.

Art. 20. São documentos essenciais para o requerimento do auxílio alimentação aqueles mencionados no art. 5º desta Resolução, bem como documentos que comprovem os gastos do grupo familiar.

DA PASSAGEM

Art. 21. O benefício prestado em razão de vulnerabilidade temporária, na forma de auxílio passagem, poderá ser requerido a qualquer momento devendo ser fornecido imediatamente após o deferimento do pedido.

Art. 22. O critério de renda per capita familiar para acesso ao auxílio passagem é de até ½ (meio) salário mínimo.

Parágrafo único – Nos casos em que a pessoa ou família não se enquadrar no critério do caput deste artigo, o técnico responsável pelo atendimento dos benefícios eventuais poderá conceder o benefício mediante estudo e parecer social.

Art. 23. São documentos essenciais para o requerimento do auxílio viagem passagem aqueles mencionados no art. 5º desta Resolução, além de outros documentos comprobatórios conforme o caso.

DA SITUAÇÕES DE CALAMIDADE E EMERGÊNCIA PÚBLICA

Art. 24. O benefício prestado em virtude de calamidade pública, na forma de auxílio emergência, poderá ser requerido a qualquer momento devendo ser fornecido após o deferimento do pedido.

Art. 25. O critério de renda per capita familiar para acesso ao auxílio emergência é de até 1/2 (meio) salário mínimo.

Parágrafo único – Nos casos em que a pessoa ou família não se enquadrarem no critério do caput deste artigo, o técnico responsável pelo atendimento dos benefícios eventuais poderá conceder o benefício mediante estudo e parecer social.

Art. 26. São documentos essenciais para o requerimento do auxílio emergência aqueles mencionados no art. 5º desta Resolução, bem como documento oficial, emitido por órgão responsável, que comprove que o requerente reside na área afetada.

Art. 27. O órgão gestor municipal da política de Assistência Social, apresentará seu plano de ações e competências em casos de calamidade ou emergência pública, que farão parte do plano de contingência da defesa cível municipal.

Art. 28. Os recursos para aquisição ou provisão dos benefícios eventuais previstos, somente serão compostos a partir da Lei Orçamentária Anual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e incorporadas no Plano Anual de Assistência Social.

Art. 29. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Otacílio Costa- SC, 13 de março de 2019.

Marcia Regina de Souza
Conselho Municipal de Assistência Social
Presidente

PORTARIA 104/2020

Publicação Nº 2596557

PORTARIA Nº 104/2020

Nomeia GERENTE DE OFICINA MECÂNICA DA FROTA MUNICIPAL JOVANI DE LIZ

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 86, incisos I e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear JOVANI DE LIZ para exercer o cargo de provimento em comissão de GERENTE DE OFICINA MECÂNICA DA FROTA MUNICIPAL, a que se refere a alínea "c", do inciso XIV, do art. 2º, da Lei Complementar nº 153/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 1º de julho de 2020

Art. 3º. Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Otacílio Costa (SC), 16 de julho de 2020

LUIZ CARLOS XAVIER
Prefeito

A presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (*) na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa (SC), 16 de julho de 2020

ANDRÉ FELIPE FERREIRA CAMPOS
Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Publicada em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>
Disponível para consulta no site www.leismunicipais.com.br

PORTARIA 105/2020

Publicação Nº 2596558

PORTARIA Nº 105/2020

EXONERA COORDENADOR DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO, SR. JULIANO DE SOUZA PAULO

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 86, incisos I e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar o Sr. JULIANO DE SOUZA PAULO do cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO, a que se refere a alínea " g ", do inciso VII, do art. 2º, da Lei Complementar nº 153/13.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de julho de 2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em sentido contrário, em especial a Portaria nº 035/2017.

Otacílio Costa (SC), 16 de julho de 2020.

LUIZ CARLOS XAVIER
Prefeito

A presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (*) na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa (SC), 16 de julho de 2020.

ANDRÉ FELIPE FERREIRA CAMPOS
Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Publicada em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>
Disponível para consulta no site www.leismunicipais.com.br

PORTARIA 106/2020

Publicação Nº 2596559

PORTARIA Nº 106/2020

EXONERA SUPERVISORA CONTÁBIL, SRA. CAMILA STEFANES OSELAME

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 86, incisos I e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a Sra. CAMILA STEFANES OSELAME do cargo de SUPERVISORA CONTÁBIL, a que se refere a alínea " b ", do inciso VIII, do art. 2º, da Lei Complementar nº 153/13.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de julho de 2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em sentido contrário, em especial a portaria nº 186/2017.

Otacílio Costa (SC), 16 de julho de 2020

LUIZ CARLOS XAVIER
Prefeito

A presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (*) na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa (SC), 16 de julho de 2020

ANDRÉ FELIPE FERREIRA CAMPOS
Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Publicada em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>
Disponível para consulta no site www.leismunicipais.com.br

PORTARIA 107/2020

Publicação Nº 2596560

PORTARIA Nº 107/2020

Nomeia SUPERVISOR CONTÁBIL, SR. JULIANO DE SOUZA PAULO

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 86, incisos I e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica o Sr. JULIANO DE SOUZA PAULO, nomeado para exercer o cargo de provimento em comissão de SUPERVISOR CONTÁBIL, a que se refere a alínea " b ", do inciso VIII, do art. 2º, da Lei Complementar nº 153/13.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de julho de 2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Otacílio Costa (SC), 16 de julho de 2020

LUIZ CARLOS XAVIER
Prefeito

A presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (*) na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa (SC), 16 de julho de 2020

ANDRÉ FELIPE FERREIRA CAMPOS
Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Publicada em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>
Disponível para consulta no site www.leismunicipais.com.br

PORTARIA 108/2020

Publicação Nº 2596561

PORTARIA Nº 108/2020

Nomeia assessorA especial de auditoria e consultoria, srA. CAMILA STEFANES OSELAME

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 86, incisos I e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica a Sra. CAMILA STEFANES OSELAME, nomeada para exercer o cargo de provimento em comissão de assessorA especial de auditoria e consultoria, a que se refere o inciso IV, do art. 2º, da Lei Complementar nº 153/13.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de julho de 2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Otacílio Costa (SC), 16 de julho de 2020

LUIZ CARLOS XAVIER
Prefeito

A presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (*) na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa (SC), 16 de julho de 2020

ANDRÉ FELIPE FERREIRA CAMPOS
Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Publicada em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>
Disponível para consulta no site www.leismunicipais.com.br

PORTARIA 109/2020

Publicação N° 2596562

PORTARIA N° 109/2020

PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DA SINDICÂNCIA INSTAURADA PELA PORTARIA N° 116/2018

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 113, inciso II, "c", da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o disposto no § 2º do art. 1º da Portaria nº 116/2018,

CONSIDERANDO o disposto no art. 101 da Lei Complementar nº 45/2003,

CONSIDERANDO que ainda não foi possível a conclusão dos trabalhos pela comissão sindicante,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar por 60 (sessenta) dias o prazo para conclusão dos trabalhos da comissão sindicante da Sindicância instaurada pela Portaria nº 116/2018, nos termos do artigo 101 da Lei Complementar nº 45, de 23 de junho de 2003, por:

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Otacílio Costa (SC), 17 de julho de 2020

LUIZ CARLOS XAVIER
Prefeito

A presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (*) na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa (SC), 17 de julho de 2020

ANDRÉ FELIPE FERREIRA CAMPOS
Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Publicada em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>
Disponível para consulta no site www.leismunicipais.com.br

Ouro

PREFEITURA

DECRETO Nº 686

Publicação Nº 2596540

DECRETO Nº 686, DE 7 DE AGOSTO DE 2020.

Altera o Decreto nº 684, de 2020, que adota novas medidas de enfrentamento e contágio da pandemia do coronavírus (COVID-19).

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o art. 53, inciso VI e art. 158, da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º O art. 2º do Decreto nº 684, de 31 de julho de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Fica flexibilizada a realização de missas e cultos religiosos presenciais aos sábados e domingos, respeitando todas as normas estabelecidas.” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro, 7 de agosto de 2020.

NERI LUIZ MIQUELOTO

Prefeito

ALEX SANDRO SILVA

Sec. Mun. da Administração e Fazenda

Palhoça

PREFEITURA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL 156/2020

Publicação Nº 2595145

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 156/2020

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 20 de agosto de 2020, às 09:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 156/2020, que tem por objeto a aquisição de kit's de reagentes para testes de bioquímica, imunologia, hormônios, hemograma, gasometria e coagulação, com cessão gratuita dos equipamentos, para atender a demanda do Laboratório Municipal de Palhoça (LAMUPh), através do Sistema de Registro de Preços, conforme especificação contida nos anexos, partes integrantes do Edital. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 07:00 às 13:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.atende.net. Palhoça, 07 de agosto de 2020. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS – Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 155/2020

Publicação Nº 2595054

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 155/2020

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o PREGÃO PRESENCIAL nº 155/2020, que tem por objeto a aquisição de oxímetros de pulso, modelo de dedo, para prestar auxílio aos pacientes que se enquadram em casos suspeitos de COVID-19. A sessão pública ocorrerá às 09:00h do dia 14/08/2020, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.atende.net. Palhoça, 07 de agosto de 2020. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS – Prefeito Municipal.

RESULTADO PREGÃO 144/2020

Publicação Nº 2597008

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO
PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL nº 144/2020

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 144/2020, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de medicamentos para atendimento judicializados e para distribuição nas Farmácias Básicas Municipais e para uso nos atendimentos das Unidades da rede Municipal de Saúde. CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

A. G. KIENEN & CIA LTDA ficou classificada em 1º lugar nos itens 8 e 35, totalizando R\$15.190,00 (quinze mil e cento e noventa reais);
ATONS DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ficou classificada em 1º lugar no item 84, totalizando R\$8.480,00 (oito mil e quatrocentos e oitenta reais);
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA ficou classificada em 1º lugar nos itens 10, 29, 37, 50, 64, 72, 90 e 95, totalizando R\$176.073,42 (cento e setenta e seis mil, setenta e três reais e quarenta e dois centavos);
CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ficou classificada em 1º lugar nos itens 9 e 17, totalizando R\$479.440,00 (quatrocentos e setenta e nove mil e quatrocentos e quarenta reais);
CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ficou classificada em 1º lugar nos itens 4, 11, 59 e 77, totalizando R\$261.403,75 (duzentos e sessenta e um mil, quatrocentos e três reais e setenta e cinco centavos);
CIRÚRGICA NOSSA SENHORA EIRELI - EPP ficou classificada em 1º lugar nos itens 53 e 54, totalizando R\$36.184,00 (trinta e seis mil e cento e oitenta e quatro reais);
CIRURGICA SANTA CRUZ COM. PROD. HOSPITALARES LTDA ficou classificada em 1º lugar nos itens 40 e 97, totalizando R\$75.600,00 (setenta e cinco mil e seiscentos reais);

CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA ficou classificada em 1º lugar nos itens 15, 22 e 26, totalizando R R\$90.951,00 (noventa mil e novecentos e cinquenta e um reais);
F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ficou classificada em 1º lugar nos itens 56, 58, 60, 74 e 89, totalizando R\$1.781,92 (um mil, setecentos e oitenta e um reais e noventa e dois centavos);
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA ficou classificada em 1º lugar no item 31, totalizando R\$1.186,50 (um mil, cento e oitenta e seis reais e cinquenta centavos);
L A DALLA PORTA JUNIOR ficou classificada em 1º lugar nos itens 2, 16 e 23, totalizando R\$61.650,00 (sessenta e um mil e seiscentos e cinquenta reais);
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA ficou classificada em 1º lugar nos itens 12, 13, 24, 25, 30, 33, 34, 38, 39, 42, 46, 47, 48, 52, 69 e 102, totalizando R R\$162.640,48 (cento e sessenta e dois mil, seiscentos e quarenta reais e quarenta e oito centavos);
SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ficou classificada em 1º lugar nos itens 1, 3, 5, 6, 7, 27, 28, 36, 41, 43, 49, 86 e 87, totalizando R\$652.172,40 (seiscentos e cinquenta e dois mil, cento e setenta e dois reais e quarenta centavos).

Palhoça, 07 de agosto de 2020.

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 81/2020 - CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE

Publicação Nº 2596425

PORTARIA Nº 81 DE 03 DE AGOSTO DE 2020

O Presidente da Câmara Municipal de Palhoça, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE,

Art. 1º – Concede licença maternidade à assessora parlamentar SAMANTA DE BORBA, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, conforme artigo 165 de lei complementar nº 96/2010, em razão do nascimento de seu filho.

Art. 2º - A licença concedida no artigo 1º tem início no dia 01 de agosto de 2020, conforme preceitua a certidão de nascimento.

Art. 3º - Esta Portaria retroage seus efeitos a 1º de agosto de 2020, revogadas as disposições em contrário.

JOEL FILIPE GASPAR
Presidente

PORTARIA Nº 82/2020 - NOMEIA VALÉRIO V SCHEIDT

Publicação Nº 2596430

PORTARIA Nº 82 DE 03 de AGOSTO 2020.

O Presidente da Câmara Municipal de Palhoça, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições, resolve:

NOMEAR:

Art. 1º - Fica NOMEADO no Gabinete do Senhor Vereador LUCIANO PEREIRA, o servidor ocupante do cargo em comissão abaixo;

Servidor	Cargo	Vencimentos
VALÉRIO VALMIR SCHEIDT	Assessor Parlamentar	R\$ 4.222,84

Art. 2º. – Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação revogadas as disposições em contrário.

JOEL FILIPE GASPAR
Presidente

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA**EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 100/2020, AO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS Nº39/2020, PREGÃO PRESENCIAL Nº 73/2020**

Publicação Nº 2594974

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 100/2020, AO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS Nº39/2020, PREGÃO PRESENCIAL Nº 73/2020—PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a pessoa jurídica CIG COMÉRCIO DE EMBALAGENS - EIRELI, inscrita no CNPJ nº80.047.087/0001-91. OBJETO: – Fica suprimido o valor de R\$ 2.924,30 (dois mil novecentos e vinte e quatro reais e trinta centavos) no percentual de 9,60% do valor atualizado do contrato nº 39/2020, referente ao saldo remanescente dos itens 56 (Sabão, Pó, biodegradável grão azul primeira qualidade alto poder de remoção de manchas. COMPOSIÇÃO: A base de Alquil benzeno sulfonato de sódio, tensoativo aniônico, coadjuvantes, tamponantes, corante, sinergista, branqueador óptico, fragrância, carga e água. Deverá construir-se de pó granulado, na coloração azulada e homogêneo; Apresentar aroma agradável e ser inócuo à pele. QUALIDADE: Biodegradável, Caixa de papelão original do fabricante de 01kg.) e 58 (Saco plástico para acondicionamento de resíduo comum; cor preta; capacidade 30 litros; medidas 59cm de largura x 62cm de altura; espessura mínima de 0,08mm; confeccionado com resina termoplástica virgem ou reciclada e demais normas complementares constantes aplicáveis na ABNT NBR 9191:2002(2008). Embalados em pacotes com 100 unidades e acondicionados em fardo resistente com no máximo 50 pacotes.).

Fica alterada a marca do item 47 (Desinfetante líquido, fragrância lavanda, com ação bactericida, desinfetante e germicida para limpeza de sanitários, pias, ralos. Embalagem PET com 5 litros ou refil concentrado para diluir em 5 litros como desinfetante. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote e validade. O material deverá ser acondicionado em caixa de material resistente.) de QML para Verdesan.

Fica alterada a marca do item 57 (SABONETE. ASPECTO: Líquido. 5000 ml . MEDIDA DE PH: 5,5 - 8,5, COMPOSIÇÃO : Com Lauril éter sulfato de sódio, cocoamidopropil betaína e demais substâncias permitidas, AÇÃO: Biodegradável, FRAGRÂNCIA: Erva doce hipoalergênico, embalagem informando nome do fabricante, prazo de validade. Uso: Higiene das mãos.) de Premisse para Verdesan.

A readequação mencionada no presente termo aditivo está devidamente embasada no Art. 4º-I, da Lei nº 13.979 de 6 de fevereiro de 2020 (incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020).

DATA: 06/08/2020.

Palmitos

PREFEITURA

PROCESSO 67/2020 REVOGAÇÃO

Publicação N° 2594409

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS
Processo Licitatório n° 67/2020. Modalidade: Tomada de Preço n° 09/2020

O Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no disposto na Lei n° 8.666/93 e justificativa que consta nos autos, determinou a ANULAÇÃO do Processo Licitatório de Tomada de Preço n° 09/2020, que tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE PROPAGANDA PARA O MUNICÍPIO DE PALMITOS. Palmitos SC, 7 de agosto de 2020. Mario Alceu Peiter – Prefeito Municipal E. E..

PROCESSO 83/2020

Publicação N° 2594862

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS
Processo Licitatório n° 83/2020. Modalidade: Tomada de Preço 13/2020. Objeto: CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE PROPAGANDA PARA O MUNICÍPIO DE PALMITOS. Data da entrega e abertura: 10/09/2020 às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura ou site www.palmitos.sc.gov.br. Palmitos, 307 de Agosto de 2020. Mario Alceu Peiter – Prefeito Municipal E. E..

Papanduva

PREFEITURA

DECRETO N. 2975, DE 06.08.2020 - ESTABELECE NOVAS MEDIDAS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DO CORONAVÍRUS (COVID-19) NA REGIÃO DO PLANALTO NORTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2595974

Decreto n. 2975, de 06 de agosto de 2020.

ESTABELECE NOVAS MEDIDAS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DO CORONAVÍRUS (COVID-19) NA REGIÃO DO PLANALTO NORTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAPANDUVA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas na Constituição Federal, no artigo 59, inciso VI da Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que “dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019”;

CONSIDERANDO que a Avaliação do Risco Potencial para COVID19, realizada através da Matriz de Risco do Estado de Santa Catarina, enquadrando o Planalto Norte Catarinense na situação gravíssima;

CONSIDERANDO, também, que os Prefeitos dos Municípios que integram a Comissão Intergestores Regional de Saúde do Planalto Norte Catarinense, da qual fazem parte, Bela Vista do Toldo, Campo Alegre, Canoinhas, Irineópolis, Itaiópolis, Mafra, Major Vieira, Monte Castelo, Papanduva, Porto União, Rio Negrinho, São Bento do Sul e Três Barras, deliberaram, de forma conjunta, pela adesão às recomendações expedidas através da Resolução n. 03 de 03 de agosto de 2020, que estabeleceu “medidas sanitárias preventivas que deverão ser adotadas no âmbito regional para com os 13 (treze) municípios do Planalto Norte”,

DECRETA

Art. 1º Fica obrigatório o cumprimento integral das medidas sanitárias presentes na Resolução nº. 03/2020 da Comissão Intergestores Regional de Saúde do Planalto Norte Catarinense – CIR, que faz parte integrante deste Decreto em anexo, podendo ser acessada em www.papanduva.sc.gov.br.

Art. 2º Fica proibido o ingresso no território municipal de veículos de transporte interestadual de passageiros, público ou privado, bem como de veículos de fretamento para transporte de pessoas, excetuados os casos expressamente autorizados pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º A fiscalização do presente Decreto será promovida pelo Poder Público Municipal, através de seus servidores especialmente designados para tal finalidade, podendo ainda, valer-se do auxílio da Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros Militar.

Art. 4º A atuação da Fiscalização Municipal se pautará na seguinte conduta diante dos estabelecimentos que não cumprirem com as disposições de posturas e sanitárias de combate à propagação do novo coronavírus previstas nos atos normativos municipais e estaduais:

I – Advertência;

II – Multa: conforme estabelecido na legislação sanitária municipal;

III – Interdição do estabelecimento pelo prazo de 10 (dez) dias, em caso de reincidência da conduta;

IV – Cassação do Alvará de Licença, Localização e Funcionamento, enquanto vigorar os efeitos deste Decreto.

Parágrafo único. Em caso de aplicação de penalidade, a Fiscalização Municipal expedirá relatório circunstanciado, procedendo seu encaminhamento à Promotoria de Justiça para verificação da hipótese de incidência do crime previsto no art. 267 e 268 do Código Penal.

Art. 5º Permanecem vigentes todas as demais determinações já expedidas pelos Poder Executivo Municipal e pelo Estado de Santa Catarina, desde que não conflitantes com as determinações contidas neste Decreto.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 06 de agosto de 2020.

Luiz Henrique Saliba
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, na mesma data supra.

Estela Mari Ferens
Administradora

Municípios da Região do Planalto Norte – Bela Vista do Toldo- Campo Alegre – Canoinhas – Irineópolis – Itaiópolis- Mafra- Major Vieira- Monte

Castelo- Papanduva- Porto União- Rio Negrinho- São Bento do Sul- Três Barras

COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL DE SAÚDE DO PLANALTO NORTE CATARINENSE

RESOLUÇÃO Nº 03/2020

Esta resolução é de caráter deliberativo aos municípios, devendo estes motivar suas decisões caso resolvam não segui-las, sendo deliberado que as restrições poderão ser tomadas de forma municipal ou por microrregiões de saúde do Planalto Norte. Dispondo sobre as medidas sanitárias preventivas que deverão ser adotadas em âmbito regional para com os 13 (treze) municípios do Planalto Norte.

A coordenadora da CIR, no uso de suas atribuições e em cumprimento as disposições, acolhendo a recomendação emitida pelo Alerta 010 de 08 de Julho de 2020 – COES- SC.

Considerando a Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 e a Portaria nº 454, de 20 de março de 2020, expedida pelo Ministério da Saúde, declarando em todo território nacional o estado de transmissão comunitária do novo coronavírus, enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente de Covid-19;

Considerando a dinâmica e celeridade necessárias no processo decisório na região do Planalto Norte, sem prejuízo da observância dos princípios da precaução e prevenção sanitária e de saúde pública;

Considerando a Matriz Multiescalar Territorial Covid-19 e as recomendações pelo Governo Estadual, avaliadas de forma regionalizada, com adoção de critérios técnicos-científicos para autorizar ou suspender atividades que acarretem incremento do risco sanitário à sua população, além da avaliação do risco x benefício da atividade para autorizar funcionamentos e/ou restrições no seu território;

Considerando a nota técnica orientativa numero 003 de 21 de julho de 2020 da Comissão Regional para Combate e Enfrentamento a Pandemia do Novo Corona Virus da Macro Regiao Planalto Norte e Nordeste.

Considerando as discussões entre a Comissão Intergestores Regional e os prefeitos da região em reunião no dia 03 de julho de 2020,

Resolve:

Até o dia 17 de agosto de 2020, a adoção das seguintes medidas:

1. Ficam liberadas para o funcionamento as lanchonetes padarias/confeitarias, food-trucks (ambulantes), bares, pub, conveniências (em postos de gasolina ou não), tabacarias, similares até as 22h, permitindo a permanência até as 22h30min das pessoas que adentraram no estabelecimento até as 22h para finalizar o atendimento, e determina-se o cumprimento das Diretrizes Sanitárias a seguir:

1.1 Até as 22h é permitido a retirada em balcão e, após as 22h, somente serão autorizados pedidos delivery e drive-thru.

1.2 Proíbe-se o consumo de bebidas alcoólicas após as 22 horas no local.

1.3 Proíbe-se a entrada de crianças menores de 12 anos, recomendando que as pessoas acima de 60 anos e portadores de comorbidades não freq-entem tais locais.

1.4 Deverão providenciar que seja mantido o afastamento mínimo de distância de 1,5 m (um metro e cinq-enta centímetros) de raio entre cada cliente que estiver consumindo no local, além do uso obrigatório da máscara, podendo retirar esta somente durante o consumo de alimentos e bebidas.

1.5 Os locais disponíveis para assento deverão estar sinalizados de forma adequada para fácil identificação por parte dos clientes.

1.6 Proíbe-se apresentação de musicas ao vivo.

1.7 Proíbe-se jogos eletrônicos, sinuca e jogos de mesa (carta, tabuleiros, etc.).

1.8 Disponibilizar álcool 70% na entrada de acesso, mesas, balcões, áreas de manipulação, e demais pontos estratégicos;

1.9 Fica sob responsabilidade dos proprietários e colaboradores dos estabelecimentos as orientações e cumprimento das medidas de higiene e proteção.

1.10 Fica obrigatório o cumprimento das medidas de higiene e proteção por todos os clientes e funcionários durante toda a permanência no estabelecimento.

1.11 Fica vedado a permanência e consumo de bebidas/ alimentos em frente aos estabelecimentos (calçadas, vias publicas).

1.12 Fica vedada as filas de espera em frente aos estabelecimentos, sendo recomendado a realização de reservas.

2. Ficam liberados para o funcionamento os restaurantes/ pizzarias funcionamento até as 22h, permitindo a permanência até as 22h30min das pessoas que adentraram no estabelecimento até as 22h para finalizar o atendimento, sendo permitido atendimento à lá carte e de bufê dentro das normas sanitárias, e determina-se o cumprimento das Diretrizes Sanitárias a seguir:

2.1 Até as 22h é permitido a retirada em balcão e, após as 22h, somente serão autorizados pedidos delivery e drive-thru.

2.2 Proíbe-se após as 22 horas o consumo de bebidas alcoólicas no local.

2.3 Deverão providenciar que seja mantido o afastamento mínimo de distância de 1,5 m (um metro e cinq-enta centímetros) de raio entre cada cliente, que estiver consumindo no local, além do uso obrigatório da mascara, podendo retirar esta durante o consumo de alimentos e bebidas.

2.4 Os locais disponíveis para assento deverão estar sinalizados de forma adequada para fácil identificação por parte dos clientes.

2.5 Proíbe-se apresentação de musicas ao vivo.

2.6 Disponibilizar álcool 70% na entrada de acesso, mesas, balcões, áreas de manipulação, e demais pontos estratégicos, devendo realizar a higienização do estabelecimento.

2.7 Fica sob responsabilidade dos proprietários e colaboradores dos estabelecimentos as orientações e cumprimento das medidas de higiene e proteção.

2.8 Fica obrigatório o cumprimento das medidas de higiene e proteção por todos os clientes e funcionários durante toda a permanência no estabelecimento.

- 2.09 Fica vedado a permanência e consumo de bebidas/ alimentos em frente aos estabelecimentos (calçadas, vias publicas).
2.10 Fica vedada as filas de espera em frente aos estabelecimentos, sendo recomendado a realização de reservas.

3. Ficam liberados para o funcionamento os salões de beleza e estética. E determina-se o cumprimento das Diretrizes Sanitárias a seguir:
- 3.1 Portaria SES nº 223, de 05 de abril de 2020.
- 3.2 Instrução normativa nº 004/DIVS/2013.
- 3.3 Além das orientações acima é imperativo que cumpra-se as seguintes orientações:
- 3.3.1 Receber clientes apenas com hora marcada, deixando um intervalo suficiente para desinfecção dos locais e materiais utilizados, entre um atendimento e outro.
- 3.3.2 Não permitir a situação de espera interna. Apenas devem estar dentro do estabelecimento os funcionários e os clientes em atendimento.
- 3.3.3 Sinalizar a distância mínima entre o cliente e o balcão, de modo a manter o distanciamento mínimo dos profissionais da recepção.
- 3.3.4 Clientes deverão sempre fazer uso de máscara dentro do estabelecimento, exceto para a realização de procedimentos na face ou corte de cabelo. Os funcionários e colaboradores deverão sempre fazer uso dos EPI's (máscaras etc.)
- 3.3.5 É recomendável que os profissionais cujo trabalho demanda proximidade e contato físico com o cliente ou com outros trabalhadores façam uso de viseiras de proteção (faceshields) e luvas, sempre que possível.
- 3.3.6 Higienizar e desinfetar equipamentos, utensílios e acessórios (pentes, escovas, dentre outros) a cada atendimento ao cliente, bem como qualquer outra superfície de contato, como cadeiras e lavatórios.
- 3.3.7 A higienização de cada estação de trabalho deve ser realizada sempre que houver troca de colaborador em sua utilização.
- 3.3.8 Não deve haver toalhas ou capas de corte compartilhadas entre clientes.
- 3.3.9 Quando o material não puder ser de utilização única (escovas, tesouras, pentes, limas e blocos polidores de unhas, etc.) deve-se proceder à sua lavagem ou desinfecção com álcool 70% ou similar após cada utilização.
- 3.3.10 Deve ser realizado diariamente no início do expediente, o acompanhamento da sintomatologia dos trabalhadores.
4. Ficam liberadas para o funcionamento as academias de ginástica, musculação, crossfit, funcionais, estúdios, danças, escolas de natação, padel, tênis, práticas integrativas, pilates. E determina-se o cumprimento das Diretrizes Sanitárias a seguir:
- 4.1 O número de clientes dentro de estabelecimentos que oferecem serviços relacionados à prática regular de exercícios físicos deve ser de, no máximo, 30% de sua capacidade.
- 4.2 Para os espaços que atuam com padel, tênis, crossfit, funcionais, danças e pilates fica limitado o número de 4 (quatro) participantes a cada 60min, respeitando o distanciamento e as medidas de segurança.
- 4.3 Os estabelecimentos devem limitar e ordenar o seu público, bem como organizar as atividades.
- 4.4 Na entrada do estabelecimento, deve ser disponibilizado dispensador com álcool 70% ou preparações antissépticas ou sanitizantes para higienização das mãos.
- 4.5 O controle de acesso deve ser mantido sem o uso de digitais, para que se possa ter o número exato de pessoas no estabelecimento.
- 4.6 Um colaborador, deverá registrar e anotar em controle próprio o horário de entrada e saída de cada cliente.
- 4.7 É obrigatório o uso de máscaras descartáveis, de tecido não tecido (TNT) ou tecido de algodão por todos os funcionários e alunos durante a permanência no estabelecimento.
- 4.8 Deve haver distanciamento mínimo de um metro e meio entre as pessoas; Todas as pessoas devem manter os cabelos presos no local.
- 4.09 É obrigatório o uso de toalha de utilização pessoal durante toda a prática de atividade física;
- 4.10 Os bebedouros devem estar fechados, sendo de responsabilidade de cada praticante levar seu recipiente com água, que não deve ser compartilhado.
- 4.11 Durante o horário de funcionamento do estabelecimento, deve ser realizada a desinfecção e limpeza geral de todos os ambientes pelo menos uma vez por período (matutino, vespertino e noturno).
- 4.12 Deve haver um intervalo de tempo de, no mínimo, quinze minutos entre a saída de um grupo e a entrada de outro, de forma a evitar o cruzamento entre os usuários e permitir a limpeza do piso do estabelecimento.
- 4.13 Todos os ambientes devem permanecer limpos com o máximo de ventilação natural possível e, para os estabelecimentos que possuam exclusivamente ar condicionado, deve haver a limpeza dos filtros diariamente.
- 4.14 Guarda-volumes para bolsas e mochilas não poderão ser utilizados, sendo permitida apenas a utilização de porta chaves que deve ser higienizado após cada uso.
- 4.15 Devem ser disponibilizados cartazes com as regras de funcionamento autorizadas e as restrições sanitárias adotadas, em local visível.
- 4.16 Fica proibida a utilização de celulares durante a prática de atividade física.
- 4.17 Os clientes do grupo de risco e/ou com qualquer sintoma de gripe e resfriado não podem freq-entar as atividades.
- 4.18 Cada usuário deve realizar suas atividades de forma individualizada, sem aglomerações para conversas paralelas.
- 4.19 Deve-se disponibilizar álcool 70% em pontos estratégicos para higienização das mãos. Alunos e funcionários devem realizar a higienização de mãos com álcool 70% na entrada e na saída do estabelecimento, sempre que utilizar os equipamentos e durante a realização das atividades.
- 4.20 Os equipamentos devem, após cada uso, ser higienizados com álcool 70% ou outras substâncias degermantes, em conformidade com as orientações dos fabricantes dos equipamentos, tanto para o tipo de degermante quanto para os pontos possíveis de higienização;
- 4.21 Esteiras, bicicletas ergométricas e similares devem ser utilizadas de forma intercalada (uma em funcionamento e uma sem uso) ou com pelo menos um metro e meio de distância entre elas.
- 4.22 Equipamentos e aparelhos de uso comum que não sejam possíveis de serem higienizados devem ser evitados, neste momento.
- 4.23 Caso sejam utilizadas barras, halteres, bancos, colchonetes ou outros acessórios, os mesmos devem ser individualizados e higienizados antes e/ou depois do uso (a sistemática deverá ser definida pelo estabelecimento), com álcool 70%, ou outras substâncias degermantes, em conformidade com a compatibilidade dos materiais e com as orientações dos fabricantes dos mesmos.
- 4.24 É responsabilidade do estabelecimento fornecer álcool 70% ou outras substâncias degermantes, bem como orientar os usuários quanto à sua utilização.
- 4.25 O estabelecimento deve recomendar aos usuários que evitem utilizar luvas;
- 4.26 Não é permitido o uso dos vestiários para banhos e trocas de vestimentas no local;
- 4.27 Os banheiros devem estar providos de material desinfetante, seguindo as orientações de higiene;

5. Ficam liberados para o funcionamento os estabelecimentos que comercializam gêneros alimentícios (mercados, mercearias e supermercados, açougues, verdureiros e afins). E determina-se o cumprimento das Diretrizes Sanitárias a seguir:

5.1 A limitação do acesso: entrada de forma individual, não sendo permitido mais de 1 (uma) pessoa por família.

5.2 Proíbe-se a entrada de crianças menores de 12 anos, recomendando que as pessoas acima de 60 anos e portadores de comorbidades não frequentem tais locais.

5.3 A redução da capacidade de entrada de pessoas em no mínimo 50% do limite permitido.

5.4 Controle de acesso por meio da distribuição de senhas individuais, obedecendo a capacidade de 50%, sendo higienizadas com álcool 70% a cada uso.

5.5 Fica obrigatório o controle de clientes sob a responsabilidade dos funcionários em higienizar os clientes por meio do dispensador de álcool 70% na entrada do estabelecimento.

5.6 Fica obrigatório a higienização com álcool 70% ou substâncias sanitizantes de efeitos similar, nas superfícies, máquinas de cartão, candelas, carrinhos, cestas, bancadas, a cada uso.

5.7 Separar e identificar carrinhos e cestas higienizadas das não higienizadas.

5.8 Fica sob responsabilidade dos proprietários e colaboradores dos estabelecimentos as orientações e cumprimento das medidas de higiene e proteção.

5.9 Fica obrigatório o cumprimento das medidas de higiene e proteção por todos os clientes durante toda a permanência no estabelecimento.

5.10 Identificação para distanciamento em todos os locais de fila e atendimento.

5.11 acrescentar todas as recomendações sanitárias para funcionamento de mercado.

6. Ficam liberadas as entregas delivery e, os colaboradores deverão cumprir as Diretrizes Sanitárias a seguir:

6.1 O entregador deverá lavar bem as mãos com água e sabão líquido antes de sair para realizar as entregas.

6.2 O entregador deverá usar máscara de tecido não tecido (TNT) ou tecido de algodão.

6.3 O entregador deverá evitar tocar a máscara, bem como seguir as recomendações de etiqueta da tosse.

6.4 As áreas de convivência dos entregadores devem ser mantidas ventiladas, tais como refeitórios e locais de descanso.

6.5 Deve-se evitar tocar em superfícies ou objetos de áreas comuns dos condomínios residenciais.

6.6 O entregador deverá higienizar as mãos com álcool 70% entre as entregas.

6.7 Os produtos da entrega não devem ser acondicionados no chão em momento algum.

6.8 O entregador deverá solicitar ao cliente para que insira o cartão na máquina, evitando manuseá-lo.

6.9 Entregador e cliente devem manter distância mínima de 1,5 m (um metro e cinq-enta centímetros) entre si.

6.10 As máquinas de cartão devem ser higienizadas com álcool 70% após cada entrega. Para facilitar a higienização, as máquinas de cartão podem estar cobertas com filme plástico.

6.11 Ao retornar ao serviço, o entregador deve repetir a lavagem das mãos com água e sabão líquido.

6.12 Se realizar o pagamento em dinheiro, lavar imediatamente as mãos com água e sabão líquido.

6.13 O pacote da mercadoria deve ser descartado e as mãos imediatamente higienizadas.

6.14 Embalagens descartáveis ou a superfície dos produtos industrializados deverão ser higienizadas com água e sabão líquido ou álcool 70%.

6.15 Alimentos não deverão ser conservados nas embalagens de entrega.

6.16 Deve-se higienizar as superfícies que tiveram contato com as embalagens ou as mercadorias entregues.

7. Ficam liberadas as atividades do comércio, bancário (bancos e lotéricas) e determina-se o cumprimento das Diretrizes Sanitárias a seguir:

7.1 O uso de máscaras é obrigatório para clientes e trabalhadores em todas as áreas;

7.2 O uso de álcool gel para limpeza das mãos é obrigatório aos clientes ao entrar e sair do estabelecimento;

7.3 Deve ser garantido o distanciamento de 1,5 m (um metro e cinq-enta centímetros) entre as pessoas nos estabelecimentos.

7.4 Os centros comerciais deverão disponibilizar dispensadores com álcool 70% para limpeza das mãos nas áreas de uso comum, próximos aos pontos de acesso e de saída destes locais, nos corredores, nos acessos e saídas de escadas ou elevadores, nos estacionamentos internos e externos e nas entradas dos estabelecimentos, internamente a estes.

7.5 Os centros comerciais deverão manter um funcionário em tempo integral para orientar os clientes sobre a limpeza das mãos e sobre o uso obrigatório de máscara.

7.6 As máquinas para pagamento com cartão devem ser higienizadas após cada uso, com álcool 70% ou preparações antissépticas, conforme orientações de compatibilidade de produtos fornecida pelo fabricante. É permitido envolver estas máquinas em plástico filme, sendo que deverá ser substituído pelo menos uma vez ao dia, mantendo a sistemática de higienização a cada uso.

7.7 O trabalhador que apresentar sintomas de contaminação pelo Coronavírus, deve buscar orientações médicas, bem como ser afastado do trabalho, conforme determinação médica, sendo que as autoridades sanitárias devem ser imediatamente informadas da situação.

7.8 Aos estabelecimentos de comércio de vestuário, acessórios, bijuterias, calçados e produtos de beleza e cosméticos: não é permitida a prova de vestimentas em geral, acessórios, bijuterias, os provedores devem estar fechados.

8. Ficam liberadas as atividades da indústria e determina-se o cumprimento das Diretrizes Sanitárias a seguir:

8.1 Adotar medidas internas, especialmente às relacionadas à saúde no trabalho, necessárias para evitar a transmissão do Coronavírus no ambiente de trabalho.

8.2 Utilizar de veículos de fretamento para transporte de trabalhadores, limitando a 50% (cinq-enta por cento) da capacidade de lotação de cada veículo, obedecendo todas as medidas sanitárias.

8.3 Uso de máscara por todas as pessoas durante todo o horário de funcionamento do estabelecimento, inclusive prestadores de serviço, entregadores e outros.

8.4 Manter afastamento mínimo de um metro e meio de raio entre as pessoas.

8.5 Disponibilizar álcool 70% ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar em pontos estratégicos para higienização das mãos.

8.6 Quando utilizar ponto digital, higienizar após cada uso com álcool 70% ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar, respeitando as características do equipamento quanto à escolha do produto.

8.7 Programar a utilização dos vestiários a fim de evitar aglomeração, mantendo o distanciamento de um metro e meio de raio entre as pessoas.

8.8 Intensificar a lavagem dos uniformes.

8.10 Recomendar que os trabalhadores não retornem às suas casas diariamente com as roupas de trabalho quando estes utilizarem uniforme.

8.11 Intensificar a higienização de utensílios e equipamentos com álcool 70%, preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar nos utensílios, equipamentos, maçanetas, mesas, corrimãos, interruptores, lavatórios, sanitários, elevadores, armários nos vestiários entre outros, respeitando a característica do material quanto à escolha do produto.

8.12 Os equipamentos de uso coletivo devem ser higienizados com álcool 70%, preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar respeitando a característica do material quanto à escolha do produto.

8.13 Fica proibida a utilização de bebedouros.

8.14 Limitar o uso de refeitório, condicionado ao afastamento mínimo de 1,5 m (um metro e cinq-enta centímetros) de raio entre as pessoas.

8.15 Quando o estabelecimento possuir exclusivamente ventilação por ar condicionado, os filtros devem ser higienizados diariamente;

8.16 Verificar a temperatura corporal utilizando termômetro infravermelho e se alterada encaminhar para o serviço de saúde na unidade especializada para atendimento a COVID 19.

9. Medidas Sanitárias para Órgãos Públicos devem seguir as Diretrizes Sanitárias Estaduais, Municipais, CIR (Comissão Intergestores Regional) e estabelecidas pelos seus órgãos de forma rígida garantindo a segurança dos servidores e da população usuárias dos serviços.

10. Aulas de cursos técnicos e ensino superior presenciais, incluindo estágios curriculares e aulas em laboratórios, será normatizado de acordo com as determinações emanadas para a região de saúde pelo governo do estado.

11. Cursos Livres continuam liberados, determina-se o cumprimento das Diretrizes Sanitárias Municipais e Estaduais.

12. Ficam liberadas a realização de cultos religiosos e determina-se o cumprimento das Diretrizes Sanitárias a seguir:

12.1 A lotação máxima autorizada será de 30% (trinta por cento) da capacidade do local;

12.2 Todos os fiéis e colaboradores deverão usar máscaras de tecido não tecido (TNT) ou tecido de algodão durante todo o período em que estiverem no interior do templo religioso ou da igreja, independentemente de estarem em contato direto com o público;

12.3 Os lugares de assento deverão ser disponibilizados de forma alternada entre as fileiras de bancos, devendo estar bloqueados de forma física aqueles que não puderem ser ocupados;

12.4 Deverá ser assegurado que todas as pessoas, ao adentrarem ao templo ou igreja, estejam utilizando máscara e higienizem as mãos com álcool 70% ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar;

12.5 Deverá ser disponibilizado álcool 70% para uso das pessoas que vierem a ser atendidas, disponibilizando através de dispensadores localizados na porta de acesso, na secretaria, nos locais aonde possam ser realizadas as gravações para transmissão de missas ou cultos religiosos e recepção;

12.6 Durante o período em que estiverem abertos, os atendimentos individuais deverão ser realizados através de horário agendado;

12.7 Ficam as igrejas e os templos religiosos autorizados a realizar a gravação e transmissão de missas ou cultos no interior dos templos religiosos ou igrejas, sendo mantida a distância mínima de 1,5 m (um metro e cinq-enta centímetros) entre as pessoas. Durante a gravação e/ou transmissão, deverá ser interrompido o atendimento individual, de forma a não promover o ingresso de pessoas no templo ou igreja durante este período.

12.8 Fica restrita a participação de no máximo 5 (cinco) pessoas para a gravação e/ou transmissão de cultos religiosos ou missas online, quando estes não estiverem sendo realizados de forma conjunta com a celebração.

12.9 O funcionamento dos estabelecimentos citados está condicionado à priorização do afastamento, sem prejuízo, de colaboradores pertencentes ao grupo de risco, tais como pessoas com idade acima de 60 (sessenta) anos, hipertensos, diabéticos, gestantes e imunodeprimidos.

12.10 Priorizar o trabalho remoto para os setores administrativos. Adotar medidas internas, especialmente aquelas relacionadas à saúde no trabalho, necessárias para evitar a transmissão do Coronavírus no ambiente de trabalho;

12.11 O atendimento aos integrantes dos grupos de risco como idosos, hipertensos, diabéticos e gestantes deverá ser realizado exclusivamente de forma online ou telefone de forma a evitar a exposição destas pessoas a fim de reduzir o risco de transmissão da COVID-19.

12.12 Manter todas as áreas ventiladas, incluindo, caso exista, os locais de alimentação; Deverá ser intensificada a higienização das mãos, principalmente antes e depois do atendimento de cada fiel, após uso do banheiro, após entrar em contato com superfícies de uso comum como balcões, corrimão, instrumentos musicais.

12.13 Realizar procedimentos que garantam a higienização contínua da igreja ou do templo religioso, intensificando a limpeza das áreas com desinfetantes próprios para a finalidade e realizar freq-ente desinfecção com álcool 70%, quando possível, sob fricção de superfícies expostas, como maçanetas, mesas, teclado, mouse, materiais de escritório, balcões, corrimãos, interruptores, elevadores, banheiros, lavatórios, pisos, entre outros.

12.14 Disponibilizar e exigir o uso das máscaras para os colaboradores para a realização das atividades.

12.15 Se algum dos colaboradores apresentar sintomas de contaminação pela COVID19, deverão buscar orientações médicas, bem como serem afastados do trabalho e do atendimento ao público, conforme determinação médica, sendo que as autoridades de saúde devem ser imediatamente informadas desta situação.

12.16 O responsável pelo templo deve orientar aos frequentadores que não poderão participar dos cultos, missas e liturgias, caso apresentem sintomas de resfriados/gripe.

12.17 As diretrizes sanitárias deverão ser expostas em locais visíveis.

12.18 O horário para realização dos cultos, missas será permitido às 8h às 11h das 13h30min às 17h e das 19h às 21h.

12.19 Os cultos, missas em espaços abertos, seguirão as mesmas recomendações de proteção já estabelecidas neste documento.

13. Ficam suspensos os calendários de eventos esportivos organizados pela Fundação Catarinense de Esporte (FESPORTE), assim como os eventos e as competições esportivas e atividades coletivas da iniciativa pública e privado, como também treinos e competições amadores de contato corporal ou que propiciem aglomerações de pessoas, como; futebol, vôlei, futevôlei, bocha, sinuca, baralho, boliche, handebol, basquete, jiu-jitsu, boxe, entre outras.

14. Ficam suspensas atividades em cinemas, teatros, casas noturnas, museus, bem como a realização de eventos, shows e espetáculos que acarretam reunião de público.

15. O transporte coletivo municipal / intermunicipal será normatizado de acordo com as determinações emanadas para a região de saúde pelo governo do estado.

16. Determina-se que os velórios realizados em âmbito municipal tenham duração máxima de 6 (seis) horas nos casos que não são suspeitos de COVID19 e sejam realizados entre as 07 horas até as 18 horas limitando a entrada ao local em 10 (dez) pessoas por vez, sob responsabilidade pela funerária.

16.1 As celebrações de despedidas também deverão ser limitadas à presença de somente 10 (dez) pessoas, utilizando obrigatoriamente a máscara. Quanto aos sepultamentos, estes deverão ocorrer até as 18h00, sendo que nos casos a liberação do corpo seja liberado após as 18 horas, esta deverá permanecer na funerária até o horário que é permitido a realização do velório. E nos casos confirmados de COVID19 não existirá o velório. Em todos os casos, deverão ser obedecidas as normas da Vigilância Sanitária Estadual (Nota Técnica Conjunta nº. 025/2020 –DIVS).

17. É obrigatório em todo o território da Região do Planalto Norte, o uso de máscaras pelos cidadãos em todos os ambientes públicos (vias públicas) ou privado. O descumprimento do uso de máscaras deverá ter penalidades previstas em decreto específico emitidos por cada município.

17.1 Recomenda-se o isolamento domiciliar a toda pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos visando restringir a circulação e evitar a disseminação do vírus SARS-CoV-2 entre a população idosa considerando que são os mais vulneráveis. Excetua-se a circulação para desempenho das atividades laborativas, comparecimento a atendimento de saúde e aquisição de produtos alimentícios e de saúde.

19. Determina-se o isolamento dos pacientes confirmados ou suspeita de COVID19:

Para contenção da transmissibilidade do COVID-19, deverá ser adotada como, medida não-farmacológica, o isolamento domiciliar conforme determinação da vigilância epidemiológica com reavaliação médica com ou sem exame de acompanhamento (teste rápido 07 dias), da pessoa com sintomas respiratórios e das pessoas que residam no mesmo endereço, ainda que estejam assintomáticos sob pena do artigo 268 do Código Penal: "Infringir determinação do poder público, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa".

20. Fica proibida a realização de festas particulares em residências.

21. As reuniões presenciais deverão respeitar as diretrizes sanitárias. Recomendam-se as reuniões on-line.

22. Fica proibida a concentração e permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo como parques e praças.

23. O Município deverá prever em sua normatização que as atividades de fiscalização e de poder de polícia, necessárias ao cumprimento do disposto, poderão ser realizados em aplicação das penalidades sanitárias previstas na lei estadual, na legislação municipal específica, sem prejuízo das demais sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis.

24. Permanecem vigentes todas as demais determinações já expedidas pelos Poder Executivo Municipal e pelo Estado de Santa Catarina, desde que não conflitantes com as determinações contidas neste Decreto.

Parágrafo único: além das determinações acima mantem-se todas as Diretrizes Sanitárias, notas técnicas e portarias vigentes orientadas pelo Estado de Santa Catarina.

A avaliação de risco potencial é realizada semanalmente conforme publicação pelo Governo do Estado de Santa Catarina, no endereço eletrônico: <http://www.coronavirus.sc.gov.br/gestao-da-saude/>, cabendo revisões nestas recomendações sempre que necessário para alinhar com os resultados esperados - redução do risco potencial.

Rio Negrinho, 04 de agosto de 2020.

Maria de Fátima Mendes Afonso
Coordenadora da CIR Planalto Norte

DECRETO N. 2976, DE 06.08.2020 - ALTERA O ART. 4º DO DECRETO N. 2959-2020

Publicação Nº 2595089

DECRETO Nº 2976, DE 06 DE AGOSTO DE 2020.

Altera o Art. 4º do Decreto n. 2959, de 01 de junho de 2020, conforme consta.

Luiz Henrique Saliba, Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 59, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e

Considerando o pedido da Secretaria Municipal de Saúde solicitando a contratação de um número maior de testes, vistos a demanda de exames que estão aumentando diariamente e devido à alta contaminação do novo coronavírus – COVID – 19 no Estado de Santa Catarina,

DECRETA

Art. 1º. O Art. 4º do Decreto n. 2959, de 01 de junho de 2020, passa a contar e vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 4º. ...

DOS ITENS					
Item	Qtd	Unid	Descrição	Valor Unit.	Valor Total
01	1000	Testes/ Exames	EXAMES/TESTES RT-P-CR (GOLD STANDARD PARA DIAGNOSTICO DA COVID 19).	R\$ 200,00	R\$ 200.000,00
TOTAL				R\$ 200.000,00	

Parágrafo único. ...

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 06 de agosto de 2020.

Luiz Henrique Saliba
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site www.diariomunicipal.sc.gov.br na mesma data supra.

Estela Mari Ferens
Administradora

EXTRATO DE CONCORRÊNCIA Nº 046/2020 - PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA

Publicação Nº 2595121

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

EXTRATO DE CONCORRÊNCIA Nº 046/2020.

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de pavimentação asfáltica nas ruas 13 de Maio e Rua Narciso Guerbert, com recursos provenientes do Convênio 889525-2019 e contrapartida MUNICIPAL. Entrega dos envelopes: 10 de SETEMBRO de 2020 até às 08:30 h; Início da Sessão Pública: 08:45h Base Legal: Lei 8.666/93 atualizada e Lei Municipal Complementar nº 046, de 21 de junho de 2013. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal, em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166. Papanduva, 07 de Agosto de 2020. – LUIZ HENRIQUE SALIBA – PREFEITO MUNICIPAL

RETIFICAÇÃO CREDENCIAMENTO 027/2020

Publicação Nº 2594492

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA
EXTRATO DE RETIFICAÇÃO

Objeto: Extrato de retificação do edital de credenciamento 027/2020– Prestação de Serviços de Laboratório Especializado para realização de exames/testes RT-PCR.

Onde se lê;

-Art 4º -Tabela de itens(quantidade).

Quantidade 10.000 exames.

Leia-se: - Quantidade 1.000 exames.

Considerando, o pedido da Secretaria de Saúde SOLICITANDO CONTRATAÇÃO realização de um numero maior de testes, vistos que a demanda de exames aumenta diariamente devido a alta contaminação no Estado de Santa Catarina, sendo que a região do Planalto norte passa de grave para gravíssimo.

Considerando que o Município de Papanduva possui 19.320 (IBGE/2019) habitantes, neste sentido justifica-se contratação de um maior numero de testes.

Papanduva, 06 de AGOSTO de 2020- Èvini R. G de Oliveira –Presidente Comissão de Licitação.

Passo de Torres

PREFEITURA

DECRETO 060/2020

Publicação Nº 2596193

DECRETO Nº 060, DE 24 DE JULHO DE 2020.

"CRIA NOVA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – MODALIDADE DE APLICAÇÃO E FONTE DE RECURSO E SUPLEMENTA O ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES, POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JONAS GOMES DE SOUZA, Prefeito Municipal do Município de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinada com o artigo 8º, Inciso III, da Lei Municipal n.º 1109 de 25 de outubro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, do exercício de 2020, no valor de R\$ 127.788,16 (Cento e vinte e sete mil, setecentos e oitenta e oito reais e dezesseis reais), nas dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

Órgão: 15 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade: 2.031 – Manutenção das Ações de Saúde Pública

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.732(24) Aplicações Diretas R\$ 127.788,16

TOTAL: R\$ 127.788,16

Art. 2º - O recurso destinado à suplementação do artigo anterior ocorrerá por conta do excesso de arrecadação dos recursos do Apoio Financeiro – LC 173/2020, creditados na conta corrente nº 8.450-6, Ag. 778-1 do Banco do Brasil, vinculada a Fonte de Recursos 732 – Especificação 52 do TCE/SC.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, 24 de julho de 2020.

Jonas Gomes de Souza

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 24 de julho de 2020.

Marcio Luiz Abatti

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 062/2020

Publicação Nº 2596200

DECRETO Nº 062, DE 24 DE JULHO DE 2020.

"SUPLEMENTA AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES, POR CONTA DE TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JONAS GOMES DE SOUZA, Prefeito Municipal do Município de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinada com o artigo 7º, Lei Municipal n.º 1109 de 25 de outubro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, do exercício de 2020, no valor de R\$ 11.000,00 (Onze mil reais), na dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão: 08 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL

Unidade: 01 – DEPARTAMENTO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Atividade: 2.007 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.0100(94) Aplicações Diretas R\$ 11.000,00

TOTAL: R\$ 11.000,00

Art. 2º - O recurso destinado à suplementação do artigo anterior ocorrerá por conta da anulação da dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão: 08 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL

Unidade: 01 – DEPARTAMENTO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Atividade: 2.007 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.0100(98) Aplicações Diretas R\$ 11.000,00

TOTAL: R\$ 11.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, 24 de julho de 2020.

Jonas Gomes de Souza

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 24 de julho de 2020.

Marcio Luiz Abatti

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 063/2020

Publicação Nº 2596203

DECRETO Nº 063, DE 24 DE JULHO DE 2020.

“SUPLEMENTA O ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES, POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JONAS GOMES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinada com o artigo 8º, Inciso I, Lei Municipal n.º 1109 de 25 de outubro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada o orçamento da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, por conta do provável excesso de arrecadação proveniente de recursos próprios, na forma do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64, no montante de R\$ 62.100,00 (Sessenta e dois mil e cem reais), conforme abaixo especificado:

Órgão: 09 – SECRETARIA DE AGRICULTURA

Unidade: 01 – DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

Atividade: 2.043 – Manutenção da Secretaria de Agricultura

Mod. de Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.0100 (111) Transf. a Inst. Priv. s/ Fins Luc R\$ 41.100,00

Mod. de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.0100 (112) Aplicações Diretas R\$ 21.000,00

TOTAL R\$ 62.100,00

Art. 2º - Os recursos destinados à suplementação do artigo anterior ocorrerão por conta do provável excesso de arrecadação de recursos próprios (vinculação 00.0100) da Unidade Prefeitura Municipal de Passo de Torres, creditados nas contas correntes da Prefeitura Municipal de Passo de Torres.

Parágrafo Único: A suplementação de que trata o artigo 1º deste Decreto fica condicionada e limitada à arrecadação efetiva do recurso.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, 24 de julho de 2020.

Jonas Gomes de Souza

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 24 de julho de 2020.

Marcio Luiz Abatti

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 120/2020

Publicação Nº 2596090

PORTARIA 120, DE 10 DE JULHO DE 2020.

“NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO SINDICANTE, PARA APURAÇÃO DOS FATOS RELACIONADOS AO PROCESSO LICITATÓRIO n. 064/2017, À CARTA CONVITE 060/2017, BEM ASSIM AO INQUÉRITO CIVIL n. 06.2018.00000906-1, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JONAS GOMES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o inciso VII, do art. 53 da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei 118/94.

CONSIDERANDO a necessidade de apuração e tomada de providências em relação ao contido no Inquérito Civil n. 06.2018.00000906-1;
RESOLVE:

Art. 1º - Determinar abertura de procedimento, visando apurar os fatos relacionados ao Processo Licitatório n. 064/2017, à carta convite 060/2017, bem assim ao Inquérito Civil n. 06.2018.00000906-1, anexo nesta Portaria, bem assim para a tomada de providências.

Art. 2º - Ficam nomeados para compor a referida comissão sob a Presidência do Primeiro, os seguintes membros:

- Rosirene da Silva Pereira Brognoli
- Samanta Bonicenha de Souza
- Marilda Rodrigues da Silva

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, 10 de julho de 2020.

JONAS GOMES DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 10 de julho de 2020.

MÁRCIO LUIZ ABATTI
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Paulo Lopes**PREFEITURA****354/2020**

Publicação Nº 2596952

PORTARIA Nº 354/2020

VANESSA PEREIRA, Secretária de Educação do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com o disposto no Decreto nº 65, de 7 de dezembro de 2017; e

Considerando a Lei Municipal nº 497, de 18 de fevereiro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, ao servidor Robson Luis Bitencourt Liberato, matrícula nº 69, ocupante do Cargo de Motorista, a disposição da Secretaria Municipal de Educação com gozo no período de 03/07/2020 a 01/08/2020, referente ao quinquênio 05/10/2003 a 04/10/2008.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto nº 17, de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 29 de julho de 2020.

Vanessa Pereira
Secretária Municipal de Educação

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em 10 de agosto de 2020.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

355/2020

Publicação Nº 2596954

PORTARIA Nº 355/2020

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 85, inciso II da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - RELOTAR, a partir de 01/07/2020, na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, o servidor Cidnei Horácio Marques, matrícula nº 11720, contratado pela Portaria nº 91/2020, ocupante da função Motorista.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto nº 17, de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 29 de julho de 2020.

Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em 10 de agosto de 2020.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

356/2020

Publicação N° 2596955

PORTARIA N° 356/2020

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 85, inciso II da Lei Orgânica do Município de Paulo Lopes;

Considerando a Lei Municipal n° 497, de 18 de fevereiro de 1991; e

Considerando a Lei Municipal n° 1268 de 18 de março de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL, de A para B, a partir de 07/03/2019, a servidora efetiva e estável Bruna Carolina Trovão Dias, matrícula 11198, ocupante do cargo de Assistente Social, nomeada pela Portaria n° 56/2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto n° 17, de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 29 de julho de 2020.

Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em 10 de agosto de 2020.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

357/2020

Publicação N° 2596956

PORTARIA N° 357/2020

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 85, inciso II da Lei Orgânica do Município de Paulo Lopes;

Considerando a Lei Municipal n° 497, de 18 de fevereiro de 1991; e

Considerando a Lei Municipal n° 1269, de 25 de março de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL, de A para B, a partir de 14/03/2020, ao servidor efetivo e estável Fernando Marafon, matrícula n° 11390, ocupante do cargo de Motorista, nomeado pela Portaria n° 223/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto n° 17, de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 29 de julho de 2020.

Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em 10 de agosto de 2020.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

358/2020

Publicação Nº 2596957

PORTARIA Nº 358/2020

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 85, inciso II da Lei Orgânica do Município de Paulo Lopes;

Considerando a Lei Municipal nº 497, de 18 de fevereiro de 1991; e

Considerando a Lei Municipal nº 1269, de 25 de março de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL, de A para B, a partir de 16/03/2020, ao servidor efetivo e estável Rafael Medeiros Roedel, matrícula nº 11392, ocupante do cargo de Motorista, nomeado pela Portaria nº 226/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto nº 17, de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 29 de julho de 2020.

Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em 10 de agosto de 2020.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

359/2020

Publicação Nº 2596958

PORTARIA Nº 359/2020

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 85, inciso II da Lei Orgânica do Município de Paulo Lopes;

Considerando a Lei Municipal nº 497, de 18 de fevereiro de 1991; e

Considerando a Lei Municipal nº 1269, de 25 de março de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL, de A para B, a partir de 01/04/2020, a servidora efetiva e estável Dorotéia da Silva Rocha, matrícula 11360, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, nomeada pela Portaria nº 175/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto nº 17, de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 29 de julho de 2020.

Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em 10 de agosto de 2020.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

360/2020

Publicação Nº 2596959

PORTARIA Nº 360/2020

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 85, inciso II da Lei Orgânica do Município de Paulo Lopes;

Considerando a Lei Municipal nº 497, de 18 de fevereiro de 1991; e

Considerando a Lei Municipal nº 1269, de 25 de março de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL, de A para B, a partir de 01/04/2020, a servidora efetiva e estável Adriana da Silva dos Santos, matrícula 11419, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, nomeada pela Portaria nº 305/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto nº 17, de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 29 de julho de 2020.

Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em 10 de agosto de 2020.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

361/2020

Publicação Nº 2596960

PORTARIA Nº 361/2020

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e

Considerando a Lei Municipal nº 497, de 18 de fevereiro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, ao servidor Carlos Alberto Rodrigues, matrícula nº 341, ocupante do Cargo de Mecânico, a disposição da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos com gozo no período de 29/07/2020 a 27/08/2020, referente ao quinquênio 01/01/2005 a 31/12/2009.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto nº 17, de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 29 de julho de 2020.

Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em 10 de agosto de 2020.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

362/2020

Publicação Nº 2596962

PORTARIA Nº 362/2020

ALFREDO RODOLFO SCHMIDT HEBBEL BUSCH, Secretário de Saúde do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com o disposto no Decreto nº 65, de 7 de dezembro de 2017; e

Considerando a Lei Municipal nº 497, de 18 de fevereiro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a servidora Edna Daniel Liberato de Souza, matrícula nº 58, ocupante do Cargo de Auxiliar de Consultório Dentário, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde, com gozo no período de 31/07/2020 a 29/08/2020, referente ao quinquênio 04/05/2003 a 03/05/2008.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto nº 17, de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 31 de julho de 2020.

Alfredo Rodolfo Schmidt Hebbel Busch
Secretária de Saúde

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em 10 de agosto de 2020.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

363/2020

Publicação Nº 2596964

PORTARIA Nº 363/2020

ALFREDO RODOLFO SCHMIDT HEBBEL BUSCH, Secretário de Saúde do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com o disposto no Decreto nº 65, de 7 de dezembro de 2017; e

Considerando a Lei Municipal nº 497, de 18 de fevereiro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, ao servidor Carlos Correa, matrícula nº 762, ocupante do Cargo de Motorista, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde com gozo no período de 31/07/2020 a 29/08/2020, referente ao quinquênio 01/01/2013 a 31/12/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto nº 17, de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 31 de julho de 2020.

Alfredo Rodolfo Schmidt Hebbel Busch
Secretária de Saúde

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em 10 de agosto de 2020.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

364/2020

Publicação Nº 2596967

PORTARIA Nº 364/2020

VANESSA PEREIRA, Secretária de Educação do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com o disposto no Decreto nº 65, de 7 de dezembro de 2017; e

Considerando a Lei Municipal nº 497, de 18 de fevereiro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, a servidora Adriana Pereira, matrícula nº 45, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a disposição da Secretaria Municipal de Educação com gozo no período de 03/08/2020 a 01/09/2020, referente ao quinquênio 17/02/2003 a 16/02/2008.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto nº 17, de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 3 de agosto de 2020.
Vanessa Pereira
Secretária Municipal de Educação

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em 10 de agosto de 2020.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

365/2020

Publicação N° 2596969

PORTARIA N° 365/2020

VANESSA PEREIRA, Secretária de Educação do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com o disposto no Decreto n° 65, de 7 de dezembro de 2017; e

Considerando a Lei Municipal n° 497, de 18 de fevereiro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, a servidora Ana de Souza Gularte Pereira, matrícula n° 57, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a disposição da Secretaria Municipal de Educação com gozo no período de 03/08/2020 a 01/09/2020, referente ao quinquênio 03/05/2013 a 02/05/2018.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto n° 17, de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 3 de agosto de 2020.

Vanessa Pereira
Secretária Municipal de Educação

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em 10 de agosto de 2020.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

366/2020

Publicação N° 2596970

PORTARIA N° 366/2020

VANESSA PEREIRA, Secretária de Educação do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com o disposto no Decreto n° 65, de 7 de dezembro de 2017; e

Considerando a Lei Municipal n° 497, de 18 de fevereiro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, a servidora Juçara Maria Santos, matrícula n° 53, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a disposição da Secretaria Municipal de Educação com gozo no período de 03/08/2020 a 01/09/2020, referente ao quinquênio 01/03/2008 a 28/02/2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto n° 17, de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 3 de agosto de 2020.

Vanessa Pereira
Secretária Municipal de Educação

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em 10 de agosto de 2020.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

367/2020

Publicação Nº 2596972

PORTARIA Nº 367/2020

VANESSA PEREIRA, Secretária de Educação do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com o disposto no Decreto nº 65, de 7 de dezembro de 2017; e

Considerando a Lei Municipal nº 660, de 20 de setembro de 1994, Estatuto do Magistério Público do Município de Paulo Lopes;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, a Servidora Pública Municipal, Simones Maria Soares, matrícula nº 165, ocupante do Cargo de Professora, com gozo no período de 03/08/2020 a 31/10/2020, referente ao quinquênio 01/06/1999 a 31/05/2004.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto nº 17, de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 3 de agosto de 2020.

Vanessa Pereira
Secretária de Educação

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em 10 de agosto de 2020.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

368/2020

Publicação Nº 2596973

PORTARIA Nº 368/2020

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA, Secretária de Administração do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com o disposto no Decreto nº 65 de 7 de dezembro de 2017, e

Considerando a Lei Municipal nº 497, de 18 de fevereiro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, a servidora Sônia Mara da Rosa Mendes, matrícula nº 33, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a disposição da Secretaria Municipal de Administração com gozo no período de 03/08/2020 a 01/09/2020, referente ao quinquênio 02/06/2002 a 01/06/2007.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto nº 17, de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 3 de agosto de 2020.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em 10 de agosto de 2020.

369/2020

Publicação Nº 2596974

PORTARIA Nº 369/2020

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA, Secretária de Administração do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com o disposto no Decreto nº 65 de 7 de dezembro de 2017, e

Considerando a Lei Municipal nº 497, de 18 de fevereiro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, a servidora Ana Maria Lopes Demétrio, matrícula nº 728, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a disposição da Secretaria Municipal de Administração com gozo no período de 03/08/2020 a 01/09/2020, referente ao quinquênio 01/03/2002 a 28/02/2007.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto nº 17, de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 3 de agosto de 2020.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em 10 de agosto de 2020.

370/2020

Publicação Nº 2596975

PORTARIA Nº 370/2020

VANESSA PEREIRA, Secretária de Educação do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com o disposto no Decreto nº 65, de 7 de dezembro de 2017; e

Considerando a Lei Municipal nº 497, de 18 de fevereiro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, ao servidor Moacir Manoel da Silveira, matrícula nº 992, ocupante do Cargo de Motorista, a disposição da Secretaria Municipal de Educação com gozo no período de 03/08/2020 a 01/09/2020, referente ao quinquênio 02/01/2011 a 01/01/2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto nº 17, de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 3 de agosto de 2020.

Vanessa Pereira
Secretária Municipal de Educação

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em 10 de agosto de 2020.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

371/2020

Publicação Nº 2596976

PORTARIA Nº 371/2020

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 85, inciso II da Lei Orgânica do Município de Paulo Lopes;

Considerando a Lei Municipal nº 497, de 18 de fevereiro de 1991; e

Considerando o Pedido do Sevidor;

RESOLVE:

Art. 1º - INTERROMPER A LICENÇA PARA TRATAMENTO DE INTERESSES PARTICULARES, concedida pela Portaria nº 175/2019 e ampliada pela Portaria nº 257/2020, do Servidor Público Municipal João dos Passos Custódia, matrícula nº 10929, nomeado pela Portaria nº 273/2013, ocupante do cargo de Motorista, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 03/08/2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto nº 17, de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 3 de agosto de 2020.

Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em 10 de agosto de 2020.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

372/2020

Publicação Nº 2596977

PORTARIA Nº 372/2020

VANESSA PEREIRA, Secretária de Educação do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com o disposto no Decreto nº 65, de 7 de dezembro de 2017; e

Considerando a Lei Municipal nº 497, de 18 de fevereiro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, ao servidor Joel Rui Cabral, matrícula nº 340, ocupante do Cargo de Motorista, a disposição da Secretaria Municipal de Educação com gozo no período de 05/08/2020 a 03/09/2020, referente ao quinquênio 24/09/2010 a 23/09/2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto nº 17, de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 5 de agosto de 2020.

Vanessa Pereira
Secretária Municipal de Educação

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em 10 de agosto de 2020.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

373/2020

Publicação Nº 2596978

PORTARIA Nº 373/2020

VANESSA PEREIRA, Secretária de Educação do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com o disposto no Decreto nº 65, de 7 de dezembro de 2017; e

Considerando a Lei Municipal nº 497, de 18 de fevereiro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS regulamentares de 30 (trinta) dias, período de gozo de: 03/08/2020 a 01/09/2020, aos servidores abaixo nominados, lotados Secretaria Municipal de Educação, referente ao Período Aquisitivo que menciona:

Matrícula - Nome	Cargo	Período Aquisitivo
86 - Cátia Regina Raulino Caetano	Aux. de Serv. Gerais	03/05/2019 a 02/05/2020
137 - Maria Aparecida Silvano	Aux. de Serv. Gerais	12/03/2019 a 11/03/2020
666 - Luciane Cardoso Custódio	Aux. de Serv. Gerais	23/04/2018 a 22/04/2019
1037 - Isabel Cristina Geraldo	Aux. de Serv. Gerais	22/03/2019 a 21/03/2020
10738 - Edina Cristina Stefen Pereira	Aux. de Serv. Gerais	07/02/2018 a 07/02/2019
10739 - Simone Nelsa Duarte de Moraes	Aux. de Serv. Gerais	07/02/2019 a 06/02/2020
10748 - Cândida Matilde de Souza Pereira	Aux. de Serv. Gerais	09/02/2019 a 08/02/2020
10788 - Patrício Manoel de Souza	Aux. de Serv. Gerais	05/06/2019 a 04/06/2020
10951 - Adriano José Vieira	Motorista	02/09/2019 a 01/09/2020
10108 - Alôncio Pereira	Motorista	30/01/2020 a 29/01/2021

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto nº 17, de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 5 de agosto de 2020.

Vanessa Pereira
Secretária Municipal de Educação

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em 10 de agosto de 2020.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

374/2020

Publicação N° 2596979

PORTARIA N° 374/2020

ALFREDO RODOLFO SCHMIDT HEBBEL BUSCH, Secretário de Saúde do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com o disposto no Decreto n° 65, de 7 de dezembro de 2017, e

Considerando a Lei Municipal n° 497, de 18 de fevereiro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS regulamentares de 30 (trinta) dias, período de gozo de: 03/08/2020 a 01/09/2020, aos servidores abaixo nominados, lotados Secretaria Municipal de Saúde, referente ao Período Aquisitivo que menciona:

Matrícula - Nome	Cargo	Período Aquisitivo
659 – Luiz Carlos dos Anjos	Motorista	12/08/2018 a 11/08/2019
660 – Ronaldo Pereira Soares	Motorista	02/02/2017 a 01/02/2018
11226 – Joice de Borba Leandro	Aux. de Serv. Gerais	06/06/2018 a 05/06/2020

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto n° 17, de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 5 de agosto de 2020.

Alfredo Rodolfo Schmidt Hebbel Busch
Secretário de Saúde

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em 10 de agosto de 2020.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

Penha

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2020 - PMP

Publicação Nº 2596349

MUNICÍPIO DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2020 - PMP
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: Registro de Preços para futura aquisição e instalação de materiais elétricos, para atender as demandas de iluminação pública de todo Município, conforme solicitação nº 620/2020 da Secretaria de Serviços Urbanos, anexa ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no presente edital e Termo de Referência, parte integrante do presente processo.

Abertura do Processo e Entrega de Envelopes: 20/08/2020 às 14h, na Sala do Empreendedor do Município de Penha, situada na Rua Nilo Anastácio Vieira, nº. 180, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: André Luis Santos Valadão.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, e no site www.penha.sc.gov.br. Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Rua Nilo Anastácio Vieira, 03, Centro – Penha/SC, ou através do fone (47) 3345-3428. Horário de atendimento: das 12h as 18h.

Penha/SC, 07 de agosto de 2020.
Jaylon Jander Cordeiro da Silva
Secretario da Administração

Peritiba

PREFEITURA

AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 56/2020, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2020

Publicação Nº 2594524

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
Resumo de Dispensa de Licitação – PMP

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação nº 56/2020 – Dispensa de Licitação nº 11/2020

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza nas dependências da Delegacia da Polícia Civil, a ser realizado nas terças e sextas feiras no período da manhã, das 07h30 às 11h30.

Dados do Contrato: Contrato nº 99/2020 / Contratado: MARLI FÁTIMA BAZZI 93304110968 - CNPJ sob o nº 31.845.780/0001-02- Data do Contrato: 07/08/2020 - Valor do Contrato: R\$ 2.460,00 (Dois mil, quatrocentos e sessenta reais). - Informações complementares: Dispensa de Licitação, Lei nº 8.666/93 Artigo 24 inciso II.

Peritiba – SC., 07 de agosto de 2020.

JONAS SIMON
Prefeito Municipal em Exercício

AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 57/2020, PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2020

Publicação Nº 2594597

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e nas condições do edital.

Processo de Licitação nº 57/2020 – Pregão Presencial nº 29/2020.

Objeto: A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para possível aquisição de Sêmen Bovino da raça Hereford, conforme especificações constantes no Anexo I do edital.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, até às 08h15 do dia 20/08/2020.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 08h30 do dia 20/08/2020.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Município de Peritiba.

Informações complementares:

O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br> e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

Peritiba – SC., 07 de agosto de 2020.

JONAS SIMON
Prefeito Municipal em Exercício

AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 58/2020, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2020

Publicação Nº 2596356

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e nas condições do edital.

Processo de Licitação nº 58/2020 – Pregão Eletrônico nº 04/2020.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de chinelos e mantas destinados a distribuição aos idosos do município quando em

comemoração à semana do idoso, conforme especificações constantes no Anexo I do edital.

DATA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA: até o dia 21/08/2020.

HORÁRIO LIMITE: até às 14h00 – horário de Brasília – DF.

DATA DE ABERTURA DA SESSÃO: dia 21/08/2020.

HORÁRIO: às 14h30 - horário de Brasília – DF.

Informações complementares:

O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br>, www.portaldecompraspublicas.com.br e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

Peritiba SC., 07 de agosto de 2020.

JONAS SIMON

Prefeito Municipal em Exercício

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 55/2020 CREDENCIAMENTO Nº 03/2020

Publicação Nº 2594475

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que está efetuando Credenciamento para contratação de serviços conforme especificado abaixo, em conformidade com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

Processo de Licitação nº 55/2020, Credenciamento nº 03/2020.

Objeto: A presente licitação tem por objeto o credenciamento para contratação de profissional habilitado do ramo de engenharia e arquitetura, ou corretor de imóveis para elaboração de avaliação imobiliária, para confecção de laudo/parecer técnico de avaliação mercadológica.

Data: As inscrições para o Credenciamento se darão a partir de 14 de agosto de 2020, tendo como prazo máximo para manifestar interesse no credenciamento a data de 28/08/2020 às 08h30, sendo designada a mesma data, 28/08/2020, às 09h00 para a abertura dos envelopes.

Edital na íntegra está disponível no site do município <http://www.peritiba.sc.gov.br/> e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122, site do município ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

Peritiba – SC., 06 de agosto de 2020.

JONAS SIMON

Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO 139/2020

Publicação Nº 2596192

DECRETO N.º 139/2020
NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO DE
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE PERITIBA/SC., Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de Dezembro de 2009, e, na forma do Capítulo II, Seção III, Inciso II, art. 14, da Lei n.º 1223 de 02 de dezembro de 1999 – Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais, combinado com o disposto na Lei Complementar n.º 39/2012 de 21 de Setembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1.º Fica nomeado a partir de 06/08/2020 o Sr. IGORI FRIPP DAINESE, para o cargo de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS, Nível CC-4, no período de 40 hs semanais, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, Regime Jurídico Estatutário, criado pela Lei Complementar n.º 39/2012 de 21 de Setembro de 2012.

Art. 2.º Nos termos da Lei 9.717 de 27/11/98 normatizada pela portaria 4.992 de 02/02/99, contribui para o RGPS (Regime Geral da Previdência Social).

Art. 3.º O presente ato poderá ser revogado a qualquer tempo, por razões de interesse público.

Art. 4.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA – SC., em 05 de agosto de 2020

JONAS SIMON

Prefeito em Exercício

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 05/agosto/2020	
---	--

Francieli Schoenell
Responsável pela publicação

TERMO DE COMPROMISSO E POSSE

Aos seis dias do mês de agosto de dois mil e vinte, no Gabinete da Prefeita, Paço Municipal de Peritiba, Estado de Santa Catarina, compareceu o cidadão IGORI FRIPP DAINESE, brasileiro, solteiro, natural do Rio de Janeiro/RJ com 27 anos de idade, filho de Mauricio Ribeiro Dainese e Elenara Terezinha Fripp Dainese, admitido pelo Decreto n.º 139/2020, de 05/08/2020, para o cargo de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS, Nível CC-4, com carga horária de 40 horas semanais, tendo apresentado os documentos julgados idôneos solicitados.

Após, perante o Prefeito em Exercício, Senhor JONAS SIMON, proferiu o seguinte compromisso, "PROMETO, SOLENEMENTE, DESEMPENHAR AS FUNÇÕES DE MEU CARGO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS, COM EXATIDÃO, DISCIPLINA, HONRADEZ E EXEMPLO", sendo a seguir empossado no cargo.

Lavrado, este Termo vai assinado pela Compromissada e pela Prefeita Municipal.

Dado e passado neste Setor de Pessoal no dia 06 do mês de agosto de 2020.

IGORI FRIPP DAINESE
Compromissado

JONAS SIMON
Prefeito em Exercício

DECRETO 140/2020

Publicação Nº 2596202

DECRETO Nº 140/2020

NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL QUE SUPERVISIONARÁ A CAMPANHA NOTA FISCAL PREMIADA, DURANTE O ANO DE 2020

JONAS SIMON, Prefeito em Exercício do Município de Peritiba, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Peritiba, inciso X, art. 111, da Lei Orgânica do Município de Peritiba e tendo em vista o disposto n § 1º, art. 6º da Lei 2151/2018,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia membros para compor a Comissão especial que supervisionará a Campanha Nota Fiscal Premiada, conforme segue:

- DANDARA LUISA BAZZEI
- GILDO GIL DE OLIVEIRA
- FRANCIÉLI SCHOENELL
- MARLENE KLEIN
- JULIANO AZEVEDO
- JULIANA MACHADO DE MARCO
- NAJARA ZIMMERMANN

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA – SC., 05 de agosto de 2020.

JONAS SIMON
Prefeito em Exercício

Registrado e publicado no Mural de Atos
Da Prefeitura Municipal de Peritiba em
05/08/2020

Francieli Schoenell
Responsável pela publicação

DECRETO 141/2020

Publicação Nº 2596205

DECRETO Nº 141/2020

NOMEIA MEMBROS PARA O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO - FUMDICOM

JONAS SIMON, Prefeito em Exercício do Município de Peritiba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o inciso VIII, art. 101 da Lei orgânica do Município de Peritiba e em conformidade com a Lei nº 1927 de 14 de novembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para integrar o CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO - FUMDICOM, as pessoas abaixo relacionadas:

REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO: DANDARA LUISA BAZZEI
GILDO GIL DE OLIVEIRA

REPRESENTANTES DO CDL: JULIADO DE AZEVEDO
JULIANA MACHADO DE MARCO

REPRESENTANTE DO LEGISLATIVO: GEOVANE PETTER

REPRESENTANTE DA ASSOC DE M. DA SEDE: DIOGO DALLEGRAVE

REPRESENTANTE DA SOCIEDADE CIVIL: LAÉRCIO SCHUMACHER

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA - SC, em 05 de agosto de 2020.

JONAS SIMON
Prefeito em Exercício

Registrado e Publicado
Em., 05/08/2020.

Francieli Schoenell
Responsável pela publicação

DECRETO 142/2020

Publicação Nº 2596233

DECRETO Nº 142/2020

ALTERA MEMBROS PARA O CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA

JONAS SIMON, Prefeito em Exercício do Município de Peritiba, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o inciso VIII, art. 101 da Lei orgânica do Município de Peritiba e em conformidade com a Lei nº 1957 de 24 de julho de 2015, alterada pela Lei Complementar nº 98 de 26 de novembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica alterados os membros do Conselho Municipal de Cultura, conforme relação abaixo:

I - REPRESENTANTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

a) Representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças
FRANCIELI SCHÖENELL - Titular
DANDARA LUISA BAZZEI – Suplente
LIZIANE KLEIN GAERTNER – Suplente

a) CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas de Peritiba
JULIANO AZEVEDO - Titular
JULIANA MACHADO DE MARCO - Suplente

Art. 2º Fica designado o Conselho Municipal de Cultura, órgão colegiado de caráter deliberativo, opinativo, consultivo e fiscalizador, vinculado ao órgão gestor de cultura do Município, com participação paritária do Poder Público e da Sociedade Civil, composta pelos membros abaixo relacionados, com as seguintes finalidades:

I - REPRESENTANTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

b) Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo

MARCIA ROSANI MARAFON - Titular

LETICIA FERNANDA LAWRENZ - Titular

MARIZETE NOGUEIRA ARAUJO – Suplente

c) Representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças

FRANCIELI SCHÖENELL - Titular

DANDARA LUISA BAZZEI – Suplente

LIZIANE KLEIN GAERTNER – Suplente

II- REPRESENTANTE DA SOCIEDADE CIVIL

b) Associação Cantores Santa Cecília

MALVINA GERTRUDES MARASCHINI - Titular

TEREZINHA REINISCH – Suplente

c) Grupo Folclórico S-nnros Volkstanzgruppe

RAFAEL PETTER - Titular

ISABELA WUADEN – Suplente

d) Indústria Local

RODOLFO REINALDO HERMES PETTER – Titular

NESTOR JOSE PETTER – Suplente

e) CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas de Peritiba

JULIANO AZEVEDO - Titular

JULIANA MACHADO DE MARCO - Suplente

f) COOPAFAPER – Cooperativa Familiar de Peritiba

NOELI MARIA V. DEBASTIANI – Titular

VINICIUS HACK – Suplente

g) Produtos Artesanais Peritiba faz Arte

ALZIRA SCHNEIDER – Titular

ADE LERMEN KUHN – Suplente

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 05 de agosto de 2020.

JONAS SIMON

Prefeito em Exercício

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 05/agosto/2020	
--	--

Francieli Schoenell

Responsável pela publicação

DECRETO 143/2020

Publicação N° 2596235

DECRETO N° 143/2020

INSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS PARA COMPÔR O CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL (CDM), PREVISTO NO ART. 82 DA LEI COMPLEMENTAR N° 67/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JONAS SIMON, Prefeito em Exercício do Município de Peritiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso X, Art. 111, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de Dezembro de 2009 e,

CONSIDERANDO o disposto no art. 82 da Lei Complementar nº 67/2017,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designadas, para integrar o Conselho de Desenvolvimento Municipal (CDM), do Município de Peritiba, as pessoas abaixo mencionadas, com os respectivos Órgãos e Entidades que representam:

REPRESENTANTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

- a) Titular: Dândara Luísa Bazzei
Suplente: Adriana Boll
- b) Titular: Daniel Jocelio Fantin
Suplente: Gildo Gil de Oliveira
- c) Titular: João Carlos Bruhmuller
Suplente: Eder Luiz Krindges
- d) Titular: Fabiano Luiz Riffel
Suplente: Isabela Cristina Wuaden
- e) Titular: Simone Sordi
Suplente: Juliana Secco
- f) Titular: Daciane de Souza Finger
Suplente: Fabricia Schoenell
- g) Titular: Franciéli Schoenell
Suplente: Roseli Gastmann

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

- a) Representante do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Peritiba
Titular: Lorivaldo Schneider
Suplente: Roque Ely
- b) Representante do Cartório de Registro de Imóveis
Titular: Mara Regina Hermes Petter
Suplente: Milena Brustolin
- c) Representante da Associação Catarinense de Criadores de Suínos – ACCS
Titular: Indelcino Maltauro
Suplente: Viane M-Iller
- d) Representante dos Produtores de Leite
Titular: Neimar Simon
Suplente: André Finger
- e) Representante da Escola de Educação Básica Irmã Anunciata Sperandio
Titular: Nadia Reinheimer
Suplente: Mauro Ferrari
- f) Representante do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar – SINTRAF
Titular: Ivan Luiz Boll
Suplente: Vilmar Bertotti
- g) Representante da EPAGRI
Titular: Zeferino Antonio Kirsten
Suplente: Vinicius Hack
- h) Representante da Câmara de Dirigentes Lojistas de Peritiba (CDL-Peritiba)
Titular: Juliano Azevedo
Suplente: Juliana Machado de Marco

REPRESENTANTES DO PODER LEGISLATIVO

- a) Titular: Gustavo dos Santos Bigaton
Suplente: Giovani Petter

Art. 2º A função do membro do Conselho de Desenvolvimento Municipal (CDM) não será remunerada, e seu exercício será considerado de relevante interesse público, com mandato no período de 22/08/2019 a 22/08/2021.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Peritiba – SC., 05 de agosto de 2020.

JONAS SIMON
Prefeito em Exercício

Registrado e Publicado
Em 05/agosto/2020

Francieli Schoenell
Responsável pela publicação

DECRETO 144/2020

Publicação N° 2596237

DECRETO N.º 144/2020
INSTITUI COMITÊ DE BUSCA ATIVA ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE PERITIBA

JONAS SIMON, Prefeito em Exercício do Município de Peritiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando os arts. 4º e 5º do Decreto nº 130/2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica Instituído o Comitê Municipal de Busca Ativa Escolar conforme Decreto nº 130/2020, pelos seguintes membros:

- I. Representantes da Secretaria Municipal de Educação;
Mariluci Sordi Klein
Luana Carolina Schardong
- II. Representantes da Secretaria Municipal de Saúde e Bem-Estar Social;
Izabel Cristina Bourscheidt
Gracieli Denise Wuaden
- III. Representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
Geovane Petter
Nádia Auler Hassemer
- IV. Representantes do Conselho Municipal de Educação;
Jacinta Inês Boll Trenini
Paula Roberta Gerhardt Deitos
- V. Representantes do Conselho Tutelar;
Melania Lucia Bourscheidt
Ermina Fritzen Riffel
- VI. Representantes dos Diretores de Escola das Redes Municipal e Estadual;
Luciana Nilson
Mauro Ferrari
- VII. Representantes da Câmara de Vereadores
Cristiane Salete Hoffmann da Costa
Ivete Francisca Finger
- VIII. Os Agentes Comunitários de Saúde em exercício da função no município.
Sandra Piazza Vogt
Nádia Maria Schneider Kleber

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA - SC, em 05 de agosto de 2020

JONAS SIMON
Prefeito em Exercício

Registrado e Publicado
Em., 05/agosto/2020.

Francieli Schoenell
Responsável pela publicação

PORTARIA 255/2020

Publicação N° 2594691

PORTARIA N° 255/2020
CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora MARIZETE NOGUEIRA ARAUJO, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR, Grupo 4, Nível 15, Classe "A",

Afastamento Para Tratamento de Saúde, nos dias 03 a 05 de agosto de 2020, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 03 de agosto de 2020.

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 03/agosto/2020	
---	--

Francieli Schoenell
Responsável pela publicação

PORTARIA 256/2020

Publicação Nº 2594693

PORTARIA Nº 256/2020
CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora VALERIA SCALON, ocupante do cargo efetivo de ODONTOLOGO, Grupo 3, Nível 6, Classe "A", Afastamento Para Tratamento de Saúde, nos dias 03 a 07 de agosto de 2020, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 03 de agosto de 2020.

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 03/agosto/2020	
---	--

Francieli Schoenell
Responsável pela publicação

PORTARIA 257/2020

Publicação Nº 2594695

PORTARIA Nº 257/2020
CONCEDE FÉRIAS

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de Dezembro de 2009.

Considerando: o que dispõe o § 2º do art. 24 do Decreto nº 76/2020 de 22 de abril de 2020.

Considerando: o art. 18 do Decreto nº 137/2020 de 31 de julho de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a Servidora ANGELA LÚCIA SULZBACH SPIELMANN ocupante do cargo efetivo de SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS, Grupo 1, Nível 1, Classe "C", 30 (trinta) dias de FÉRIAS, no período de 03/08/2020 a 01/09/2020, relativo ao período aquisitivo de 01/01/2020 a 31/12/2020, em conformidade com (Título II - DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO, Capítulo IV

- DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, Seção III - DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS) Art. 28, Parágrafo 2.º, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Peritiba de 16 de dezembro de 2009 e (Título II - DOS DIREITOS E VANTAGENS, Capítulo V - DOS BENEFÍCIOS, Seção I - DAS FÉRIAS) Art. 68, Do Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais de 02 de dezembro de 1999.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., 03 de agosto de 2020.

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 03/agosto/2020	
---	--

Francieli Schoenell
Responsável pela publicação

PORTARIA 258/2020

Publicação N° 2594696

PORTARIA N° 258/2020
CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora MARIZETE NOGUEIRA ARAUJO, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR, Grupo 4, Nível 15, Classe "A", Afastamento Para Tratamento de Saúde, nos dias 04 a 08 de agosto de 2020, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., em 04 de agosto de 2020.

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 04/agosto/2020	
---	--

Francieli Schoenell
Responsável pela publicação

PORTARIA 259/2020

Publicação N° 2594697

PORTARIA N° 259/2020
CONCEDE A SERVIDORA NADIR DA ROSA
AUSENTAR-SE

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a Servidora NADIR DA ROSA ocupante das funções cargo de SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS, nos dias 03 a 05 de Agosto de 2020, afastamento por falecimento da Mãe (Capítulo VIII – DAS CONCESSÕES, Art. 113, Inciso IV), da Lei nº 1223 - Do Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais de 02 de dezembro de 1999.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 05 de Agosto de 2020.

JONAS SIMON
Prefeito em Exercício

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 05/Agosto/2020	
---	--

Francieli Schoenell
Responsável pela publicação

Pescaria Brava

PREFEITURA

DECRETO N° 554, DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Publicação N° 2596543

DECRETO N° 554, DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A MANUTENÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DECORRENTE DA PANDE-
MIA DO COVID-19, A SEREM OBSERVADAS POR PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO, MUNICÍPIOS E DEMAIS CIDADÃOS,
NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA/SC.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 70, IX, da Lei Orgânica do
Municipal e,

DECRETA:

Art. 1º. Para enfrentamento da emergência de saúde pública face combate ao Coronavírus, prorrogam-se os efeitos do Decreto Municipal
nº 552, de 24 de Julho de 2020 até 10 de Agosto de 2020.

Art. 2º O disposto neste Decreto não invalida outras determinações constantes em Decretos anteriores, desde que não conflitantes.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de Agosto de 2020 até o dia 10 de Agosto de
2020, revogadas disposições em contrário.

Pescaria Brava/SC, 07 de Agosto de 2020.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA N° 323, DE 05 DE AGOSTO DE 2020

Publicação N° 2594746

LEI ORDINÁRIA N° 323, DE 05 DE AGOSTO DE 2020.

“DENOMINA RUA NO BAIRRO BARREIROS, NESTE MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Mu-
nicipio e das demais disposições legais; FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou, e ele sanciona
a presente lei.

Art. 1º - Fica oficializada a denominação da seguinte rua, localizada no bairro Barreiros, neste município de Pescaria Brava:

I – Denomina RUA MANOEL ANTÔNIO PEREIRA, a Rua, conforme planta de localização, com início na Rodovia SC 437.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Pescaria Brava/SC, 05 de Agosto de 2020.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

Petrolândia

PREFEITURA

2 AD CT 7 2018 - SELETEC APOIO ADMINISTRATIVO LTDA

Publicação Nº 2591599

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2018

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 07/2018

2º Termo Aditivo ao Contrato que entre si celebram o Município de Petrolândia, através de seu Fundo Municipal de Saúde e a Empresa SELETEC APOIO ADMINISTRATIVO LTDA, inscrita no CNPJ: 17.362.821/0001-70. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA TÉCNICA PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ÁREAS DESCRITAS NO EDITAL. Data: 07/08/2020. Valor do Serviço: R\$ 26.400,00. Vigência: 12 meses. Petrolândia, 10 de agosto de 2020. Joel Longen – Prefeito Municipal.

DECRETO Nº. 061/2020

Publicação Nº 2594997

DECRETO Nº. 061, de 27 de Julho de 2020.

SUPLEMENTA MODALIDADES DE APLICAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal nº. 1739/2019, de 18 de dezembro de 2019 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar na importância de R\$ 322.968,36 (trezentos e vinte e dois mil, novecentos e sessenta e oito reais e trinta e seis centavos) os saldos da Modalidade de Aplicação do Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Petrolândia, abaixo discriminada:

Órgão 02 – GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO

Unidade 01 – Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito

Proj./Atividade – 2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito

Elemento de Despesa – 3.1.90.00.00.00.00.00 – (231) Aplicações Diretas

Recursos - 0.1.0688 – Transferências União COVID-19 R\$ 22.718,49

Órgão 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Unidade 01 – Secretaria de Administração

Proj./Atividade – 2.003 – Manutenção da Secretaria de Administração

Elemento de Despesa – 3.1.90.00.00.00.00.00 – (232) Aplicações Diretas

Recursos - 0.1.0688 – Transferências União COVID-19 R\$ 197.149,87

Órgão 07 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade 01 – Departamento de Transportes e Obras

Proj./Atividade – 2.038 – Conservação das Estradas

Elemento de Despesa – 3.1.90.00.00.00.00.00 – (234) Aplicações Diretas

Recursos - 0.1.0688 – Transferências União COVID-19 R\$ 94.400,00

Órgão 05 – SECRETARIA DA JUVENTUDE, ESPORTES E TURISMO

Unidade 01 – Secretaria de Juventude, Esportes e Turismo

Proj./Atividade – 2.030 – Apoio ao Esporte Amador

Elemento de Despesa – 3.1.90.00.00.00.00.00 – (236) Aplicações Diretas

Recursos - 0.1.0688 – Transferências União Covid-19 R\$ 8.700,00

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Suplementar acima, utilizar-se-á recursos do Excesso de Arrecadação na Fonte de Recursos 0.3.0688 – Recursos Transferência União COVID-19, na importância de R\$ 322.968,36 (trezentos e vinte e dois mil, novecentos e sessenta e oito reais e trinta e seis centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, em 27 de Julho de 2020.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 062/2020

Publicação Nº 2594998

DECRETO Nº. 062, de 28 de Julho de 2020.

CRIA CRÉDITOS ADICIONAIS ESPECIAIS POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL PETROLÂNDIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade a Lei Municipal nº. 1739/2019, de 18 de dezembro de 2019 (Lei Orçamentária).

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) com a seguinte classificação no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Petrolândia:

Órgão 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Unidade 01 – Secretaria de Administração

Proj./Atividade – 2.003 – Manutenção da Secretaria de Administração

Elemento de Despesa – 3.3.90.00.00.00.00.00 – (130) Aplicações Diretas

Recursos - 0.3.0000 – Recursos Ordinários R\$ 100.000,00

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Especial acima, utilizar-se-á recursos do Superávit Financeiro do Exercício Anterior verificado na Fonte de Recurso 03.0000 – Recursos Ordinários - Exercício Anterior, constante do Balanço da Prefeitura Municipal de Petrolândia, na importância de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA, em 28 de Julho de 2020.

JOEL LONGEN
PREFEITO MUNICIPAL**DECRETO Nº. 063/2020**

Publicação Nº 2594999

DECRETO Nº. 063, de 28 de Julho de 2020.

SUPLEMENTA MODALIDADES DE APLICAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal nº. 1739/2019, de 18 de dezembro de 2019 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar na importância de R\$ 67.000,02 (Sessenta e sete mil reais e dois centavos) os saldos da Modalidade de Aplicação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Petrolândia, abaixo discriminada:

Órgão 13 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade 01 – Fundo de Assistência Social

Proj./Atividade – 2.013 – Manutenção do Fundo de Assistência Social

Elemento de Despesa – 3.3.90.00.00.00.00.00 – (35) Aplicações Diretas

Recursos - 0.1.3100 – Recursos Transferência FNAS Covid-19 R\$ 67.000,02

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Suplementar acima, utilizar-se-á recursos do Excesso de Arrecadação na Fonte de Recursos 0.1.3100 – Recursos Transferência FNAS COVID 19, na importância de R\$ 67.000,02 (Sessenta e sete mil reais e dois centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, em 28 de Julho de 2020.

JOEL LONGEN
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 064/2020

Publicação Nº 2595001

DECRETO Nº. 064, de 28 de Julho de 2020.

SUPLEMENTA MODALIDADES DE APLICAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal nº. 1739/2019, de 18 de dezembro de 2019 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar na importância de R\$ 2.100,00 (Dois mil e cem reais) os saldos da Modalidade de Aplicação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Petrolândia, abaixo discriminada:

Órgão 13 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade 01 – Fundo de Assistência Social

Proj./Atividade – 2.013 – Manutenção do Fundo de Assistência Social

Elemento de Despesa – 3.3.90.00.00.00.00 – (33) Aplicações Diretas

Recursos - 0.1.3098 – Recursos Transferência FNAS COVID-19 R\$ 2.100,00

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Suplementar acima, utilizar-se-á recursos do Excesso de Arrecadação na Fonte de Recursos 0.1.3098 – Recursos Transferência FNAS COVID 19, na importância de R\$ 2.100,00 (Dois mil e cem reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, em 28 de Julho de 2020.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 065/2020

Publicação Nº 2595002

DECRETO Nº. 065, de 31 de Julho de 2020.

SUPLEMENTA MODALIDADES DE APLICAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal nº. 1739/2019, de 18 de dezembro de 2019 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar na importância de R\$ 150.004,55 (Cento e cinquenta mil, quatro reais e cinquenta e cinco centavos) os saldos da Modalidade de Aplicação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Petrolândia, abaixo discriminada:

Órgão 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde

Proj./Atividade – 2.010 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Elemento de Despesa – 4.4.90.00.00.00.00 – (85) Aplicações Diretas

Recursos - 0.1.3108 – Emendas Parlamentares Impositivas R\$ 150.004,55

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Suplementar acima, utilizar-se-á recursos do Excesso de Arrecadação na Fonte de Recursos 0.1.3108 – Recursos Emendas Parlamentares Impositivas, na importância de R\$ 150.004,55 (Cento e cinquenta mil, quatro reais e cinquenta e cinco centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, em 31 de Julho de 2020.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 066/2020

Publicação Nº 2595003

DECRETO Nº. 066, de 05 de Agosto de 2020.

DECRETA NOVAS MEDIDAS SANITÁRIAS PREVENTIVAS ADOTADAS POR OCASIÃO DA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO MUNICÍPIO, DE-CORRENTE DO CORONAVÍRUS (COVID-19), ALTERA DECRETO Nº. 058/2020 E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito do Município de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com amparo no Inciso VII do Artigo 85, da Lei Municipal Orgânica;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº. 630, de 1º. de junho de 2020, que Altera o Decreto nº. 562, de 2020, delegando aos entes municipais a deliberação a respeito do funcionamento de atividades públicas ou privadas em seus territórios, de acordo com as informações técnicas emanadas pelas autoridades sanitárias federal, estadual e municipais, bem como com as recomendações sanitárias e epidemiológicas do COES, a fim de conter a contaminação e a propagação do Coronavírus, acerca das atividades públicas e privadas em seu território;

CONSIDERANDO que no dia 06 de fevereiro de 2020, foi publicada a Lei nº. 13.979 que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus responsável pelo surto de 2019 e que o Artigo 3º. da referida Lei, prevê que para enfrentamento da emergência de saúde decorrente do Coronavírus, as autoridades poderão adotar, no âmbito de suas competências, várias medidas, dentre outras, podendo ser imposta medida de quarentena, isolamento, estudo e investigação epidemiológica etc.;

CONSIDERANDO que o Art. 23, Inciso II, da Constituição Federal, determina a competência concorrente da União, Estados e Municípios para cuidar da saúde, bem como o Art. 30, Inciso I, da Constituição, que dispõe que é de competência dos municípios legislar sobre assuntos de interesse local;

CONSIDERANDO o Art. 8º. da Lei nº. 8.080, de 19 de setembro de 1990, que estabelece que as ações e serviços de saúde serão organizados de forma regionalizada e hierarquizada;

CONSIDERANDO as análises realizadas pelo Governo do Estado de Santa Catarina em relação à evolução da pandemia nas diferentes regiões do estado, combinadas com a disponibilidade de leitos e da atual estrutura de saúde existentes, na forma da Portaria SES nº. 464, publicada em 03 de julho de 2020;

CONSIDERANDO que a matriz de avaliação do risco potencial para COVID-19 disponibilizada pelo Governo do Estado de Santa Catarina (disponível em: <http://www.coronavirus.sc.gov.br/gestao-da-saude/>) visa orientar a regionalização e descentralização das ações relacionadas à contenção da pandemia;

CONSIDERANDO que a região do Alto Vale do Itajaí, mantém o status grave (3), mas com risco iminente de modificação para gravíssimo (4) e objetivando, em conjunto com os demais Municípios, evitar o fechamento total (lockdown).

CONSIDERANDO que o momento atual demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença (COVID-19) em toda a região do Alto Vale do Itajaí, objetivando impedir que o risco potencial evolua para gravíssimo (4) e seja necessária imposição de novo lockdown (fechamento total);

CONSIDERANDO a comprovação do aumento do número de casos na região, notadamente de municípios limítrofes com Petrolândia/SC;

CONSIDERANDO a necessidade de implantação de mais leitos de UTI e a escassez de suprimentos hospitalares importantes na região do Alto Vale;

CONSIDERANDO que as medidas de retomada das atividades sociais e econômicas que impactem diretamente em municípios vizinhos devem considerar a situação mais atual do sistema de saúde da respectiva região de saúde, uma vez que a lógica assistencial e a rede hospitalar instalada visam assegurar o acesso universal e igualitário à população dos municípios circunscritos naquela região, portanto, as medidas restritivas de prevenção devem ser adotadas uniformemente em toda a região;

CONSIDERANDO que os municípios e as regiões de saúde devem adotar as medidas sanitárias para correção e controle dos efeitos negativos sobre a curva de tendência de contaminação, conforme determinado na Portaria SES nº. 464;

CONSIDERANDO que o município conta com um nosocômio, não dotado de UTI – Unidade de Terapia de Tratamento Intensivo e que precisa se valer das unidades de saúde de referência regional;

CONSIDERANDO o reconhecimento dos serviços de alimentação tais como restaurantes, lanchonetes, padarias e similares como essenciais para a população, ainda que em estado de calamidade, emergência, epidemia ou pandemia, pela Lei Estadual nº. 17.974 de 30 de julho de 2020;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº. 055, de 16 de julho de 2020, o qual combinou poder fiscalizatório por força de convênio, como autoridade de saúde os servidores das Polícias Militar e Civil, além de Defesa Civil, Bombeiro Militar e demais órgãos fiscalizadores.

CONSIDERANDO a Lei Estadual nº. 17.940 de 08 de maio de 2020 que Reconhece a atividade religiosa como essencial para a população de Santa Catarina em situações de calamidade pública, de emergência ou de epidemia, bem como que desde o início da pandemia causada pelo COVID-19 houve o noticiamento de acréscimo significativo nos atendimentos nos Centros de Atenção Psicossocial, além de casos de

tentativa de suicídio, fazendo-se necessários maiores cuidados em relação à saúde mental da população do município, inclusive possibilitando a atuação das entidades religiosas.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam prorrogadas, por 07 (sete) dias, as medidas sanitárias de prevenção e enfrentamento à pandemia causada pelo COVID-19 determinadas pelo Decreto Municipal nº. 058 de 24 de julho de 2020, no que não conflitem com as medidas determinadas no presente Decreto.

Art. 2º. Os estabelecimentos hoteleiros, pousadas e similares deverão respeitar a limitação de 30% (trinta por cento) da sua capacidade de hóspedes, a partir de 04 de agosto de 2020, pelo período de 07 (sete) dias, sem prejuízo da observância das medidas sanitárias em vigor aplicáveis a esses estabelecimentos.

Art. 3º. Fica reconhecido, nos termos da Lei Estadual nº. 17.974 de 30 de julho de 2020, os serviços de alimentação, tais como restaurantes, lanchonetes, padarias e similares, como essenciais para a população, ainda que em estado de calamidade, emergência, epidemia ou pandemia.

Parágrafo Único. Os estabelecimentos de que trata o caput deste artigo não serão afetados por restrições de horários estabelecidas nos Decretos Municipais, podendo estabelecer o seu horário de funcionamento de acordo com o Alvará de Funcionamento.

Art. 4º. Os estabelecimentos, como bares, que não se enquadrem como serviços essenciais previstos no artigo anterior, devem adotar as mesmas medidas voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do Coronavírus (COVID-19).

Art. 5º. Todo o comércio, ainda que considerado não essencial, deverá observar todas as medidas de prevenção já determinadas, bem como disponibilizar no mínimo 01 (um) funcionário para efetuar o controle da entrada dos clientes, observando-se a redução da capacidade interna em 50%.

Parágrafo Único. Os estabelecimentos deverão orientar os clientes de forma a evitar aglomerações do lado externo.

Art. 6º. As indústrias deverão funcionar com capacidade mínima necessária, adotando todas as medidas sanitárias preventivas, priorizando o afastamento dos funcionários que se enquadrem em grupo de risco.

Art. 7º. Conforme Lei Estadual nº. 17.940 de 08 de maio de 2020, está liberada a realização de missas, cultos e demais atividades de manifestação religiosa, devendo-se observar as diretrizes previstas na Portaria SES nº. 254 de 20 de abril de 2020, do Estado de Santa Catarina, notadamente as descritas abaixo:

I – A lotação máxima autorizada será de 30% (trinta por cento) da capacidade do templo ou igreja;

II – Os lugares de assento deverão ser disponibilizados de forma alternada entre as fileiras de bancos, devendo estar bloqueados de forma física aqueles que não puderem ser ocupados;

III – Deverá ser exigido e assegurado que todas as pessoas, ao adentrarem ao templo ou igreja, estejam utilizando máscara e higienizem as mãos com álcool gel 70% ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar.

Art. 8º. Ficam alteradas pelo presente Decreto, no que couber, as medidas sanitárias voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do Coronavírus (COVID-19) previstas no Decreto Municipal nº. 058 de 24 de Julho 2020.

Art. 9º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA, em 05 de Agosto de 2020.

JOEL LONGEN
PREFEITO MUNICIPAL

RESULTADO JULGAMENTO PREGÃO ELETRONICO 02 2020 - AQUISIÇÃO PLAYGROUND

Publicação Nº 2595013

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2020 – RESULTADO DE JULGAMENTO

A Prefeitura Municipal de Petrolândia torna público resultado do julgamento do Edital de Licitação nº 29//2020, Pregão Eletrônico nº 02/2020, que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE PLAYGROUNDS PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO, na qual declara vencedora a empresa EDSON ANDRÉ DALLABONA, inscrita no CNPJ nº 17.078.511/0001-29, com o valor de R\$ 30.800,00. Valor total: R\$ 30.800,00. Data: 04/08/2020. Petrolândia, 10 de agosto de 2020. Joel Longen – Prefeito Municipal.

Pinheiro Preto

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO 168/2020

Publicação Nº 2594660

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS Nº 168

Termo de Contrato de "SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS" firmado entre o Município de Pinheiro Preto a empresa Terraplenagem Chico Ltda ME, autorizado através do Processo n. 093/2020 Licitação n. 051/2020, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede) Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA: Empresa: TERRAPLENAGEM CHICO LTDA ME

CNPJ-MF n.º. 04.316.804/0001-55

Endereço: Rua Coronel Fagundes, 1011

Santa Tereza – Videira SC

Representada por: Francisco Primo Denardi

INTRODUÇÃO

O presente contrato rege-se pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 2.785, de 24 de janeiro de 2007, bem como pela Lei nº 8.666/93, e ainda as condições da Licitação nº 051/2020, modalidade Pregão Presencial.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente processo de licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINA DE ESCAVADEIRA HIDRAULICA E TRATOR DE ESTEIRA.

ITEM	HORAS ESTIMADAS	MÁQUINA	VALOR UNITÁRIO HORA MÁQUINA	VALOR TOTAL HORA MÁQUINA
01	150 h	Escavadeira hidráulica, peso operacional mínimo de 14 toneladas, com ano de fabricação não inferior a 2010.	R\$ 206,00	R\$ 30.900,00

§ 1º. Os serviços a serem prestados referem-se, dentre outros compatíveis para a máquina, de corte de "cascalho", terraplenagem, corte de terra, aberturas de ruas e estradas para o Município e nas propriedades agrícolas do Município, de acordo com a necessidade do município, sendo que as horas estimadas não serão realizadas em uma única etapa, pois haverá interrupção entre uma requisição e outra, de acordo com a demanda necessária.

§ 2º. Os serviços nas propriedades agrícolas são variados, bem como variável o nº de horas, não podendo a contratada se negar a realizá-los, sob qualquer hipótese, os quais deverão ser prestados de acordo com as requisições e ordem de serviço expedido pelo Município, sendo que as horas serão prestadas de forma variada, ou seja, não serão prestadas de forma intermitente, pois as requisições serão feitas de acordo com as necessidades sentidas.

§ 3º É de inteira responsabilidade da contratada os custos com deslocamento do equipamento.

§ 4º O número de horas contratadas através do presente procedimento atenderá à demanda necessária no período aproximado de 05 meses, sendo que a contratada deverá atender aos requisitos e cronograma fixado pela administração, de acordo com as necessidades sentidas.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço global de R\$ 30.900,00 (trinta mil e novecentos reais) devendo a despesa correr à conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS

Função: 26 - Transporte

Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário
Programa: 23 - Estradas Vicinais
Ação: 2.42 - MANUTENÇÃO SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS
Despesa 279 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

2.2 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a prestação dos serviços e recebimento definitivo, com o devido adimplemento contratual, mediante emissão e apresentação da Nota Fiscal, de acordo com os termos do art. 40, inciso XIV, "a", da Lei 8.666/93.

2.3. Fica vedado reajuste de preços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

Para fins de execução, o serviço deverá ser efetuado no prazo de 30 dias:

I. Início: 06/08/2020

II. Término: 31/12/2020

3.1 - A FORNECEDORA ficará obrigada a prestar os serviços, objeto deste contrato, de acordo com as especificações exigidas, na forma, nos locais, prazos e preços estipulados na sua proposta e na Autorização de Fornecimento.

3.2 - Deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório que precedeu à celebração deste contrato.

3.3 - A FORNECEDORA deverá arcar com todos os encargos e outros de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO.

4.1. DAS PENALIDADES

4.1.1 - Decorridos 05 (cinco) dias de atraso na entrega do objeto especificado na cláusula primeira deste instrumento, poderá o Município rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento da multa de 10 % sobre o valor do contrato, sem ônus da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Multa na ordem de 0,3% (três décimos por cento), por dia de atraso calculado sobre o valor total do contrato, até o limite de 10 % (dez por cento);

4.1.3 - Em caso de tolerância, após os primeiros 10 (dez) dias de atraso, e não rescindindo o Contrato, se este atraso for repetido, O MUNICÍPIO aplicará multa em dobro.

4.1.3.1 - Advertência;

4.1.3.2 - Suspensão do direito de licitar, junto à Administração Pública.

4.1.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição;

4.1.4 - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria Município, sito na Av. Mal. Costa e Silva, 111, Pinheiro Preto - SC.

4.2. DA RESCISÃO DO CONTRATO

4.2.1 O Contrato de Fornecimento poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

4.2.2 Inobservância das especificações acordadas e/ou rejeição do veículo na inspeção e recebimento.

4.2.3 Inadimplência de qualquer cláusula contratual e/ou da proposta ofertada.

4.2.4 Falência, liquidação judicial ou extrajudicial, concordata preventiva da fornecedora, requeridas, homologadas ou decretadas.

4.2.5 A Contratada, reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, de que trata o art. 77 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime de ver exigida, a qualquer tempo, seu cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato, sob pena da aplicação do disposto na Cláusula Quarta.

5.3. O presente contrato fica vinculado a licitação nº 051/2020, modalidade pregão presencial; Lei nº 10.250/2002; Decreto Municipal nº 2.785/07; e pela Lei nº 8.666/93. Nos casos omissos será aplicado o disposto na Lei 8.666/93.

5.4 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias até 25% (vinte e cinco por cento).

5.5 O gestor do contrato ficara a cargo da Secretario de Agricultura atuando como fiscal do contrato o servidor Ideraldo Luiz Beal.

5.6. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 06 de agosto de 2020.

CONTRATANTE
PEDRO RABUSKE
PREFEITO MUNICIPAL

TERRAPLENAGEM CHICO LTDA ME
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1) 2)

Nome: Nome:

CPF: CPF:

CONTRATO ADMINISTRATIVO 169/2020

Publicação Nº 2594662

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS Nº 169

Termo de Contrato de "SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS" firmado entre o Município de Pinheiro Preto a empresa Deon Terraplanagens e Construções Eireli EPP, autorizado através do Processo n. 093/2020 Licitação n. 051/2020, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69
Endereço: (sede) Avenida Mal. Costa e Silva, 111
Centro, Pinheiro Preto - SC.
Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA: Empresa: DEON TERRAPLANAGENS E CONST EIRELI EPP
CNPJ-MF n.º. 05.979.350/0001-65
Endereço: Rua Alberto Grando, 1880
Bairro Oficina – Videira SC
Representada por: Igor Bogoni

INTRODUÇÃO

O presente contrato rege-se pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 2.785, de 24 de janeiro de 2007, bem como pela Lei nº 8.666/93, e ainda as condições da Licitação nº 051/2020, modalidade Pregão Presencial.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente processo de licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINA DE ESCAVADEIRA HIDRAULICA E TRATOR DE ESTEIRA.

ITEM	HORAS ESTIMADAS	MÁQUINA	VALOR UNITÁRIO HORA MÁQUINA	VALOR TOTAL HORA MÁQUINA
02	100 h	Trator de esteira com lâmina articulada, uso operacional mínimo de 14.000 quilos, com ano de fabricação não inferior a 2010.	R\$ 298,00	R\$ 29.800,00

§ 1º. Os serviços a serem prestados referem-se, dentre outros compatíveis para a máquina, de corte de "cascalho", terraplenagem, corte de

terra, aberturas de ruas e estradas para o Município e nas propriedades agrícolas do Município, de acordo com a necessidade do município, sendo que as horas estimadas não serão realizadas em uma única etapa, pois haverá interrupção entre uma requisição e outra, de acordo com a demanda necessária.

§ 2º. Os serviços nas propriedades agrícolas são variados, bem como variável o nº de horas, não podendo a contratada se negar a realizá-los, sob qualquer hipótese, os quais deverão ser prestados de acordo com as requisições e ordem de serviço expedido pelo Município, sendo que as horas serão prestadas de forma variada, ou seja, não serão prestadas de forma intermitente, pois as requisições serão feitas de acordo com as necessidades sentidas.

§ 3º É de inteira responsabilidade da contratada os custos com deslocamento do equipamento.

§ 4º O número de horas contratadas através do presente procedimento atenderá à demanda necessária no período aproximado de 05 meses, sendo que a contratada deverá atender aos requisitos e cronograma fixado pela administração, de acordo com as necessidades sentidas.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço global de R\$ 29.800,00 (vinte e nove mil e oitocentos reais) devendo a despesa correr à conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO
Unidade Orçamentária: 2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS
Função: 26 - Transporte
Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário
Programa: 23 - Estradas Vicinais
Ação: 2.42 - MANUTENÇÃO SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS
Despesa 279 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

2.2 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a prestação dos serviços e recebimento definitivo, com o devido adimplemento contratual, mediante emissão e apresentação da Nota Fiscal, de acordo com os termos do art. 40, inciso XIV, "a", da Lei 8.666/93.

2.3. Fica vedado reajuste de preços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

Para fins de execução, o serviço deverá ser efetuado no prazo de 30 dias:

I. Início: 06/08/2020

II. Término: 31/12/2020

3.1 – A FORNECEDORA ficará obrigada a prestar os serviços, objeto deste contrato, de acordo com as especificações exigidas, na forma, nos locais, prazos e preços estipulados na sua proposta e na Autorização de Fornecimento.

3.2 - Deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório que precedeu à celebração deste contrato.

3.3 - A FORNECEDORA deverá arcar com todos os encargos e outros de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO.

4.1. DAS PENALIDADES

4.1.1 - Decorridos 05 (cinco) dias de atraso na entrega do objeto especificado na cláusula primeira deste instrumento, poderá o Município rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento da multa de 10 % sobre o valor do contrato, sem ônus da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Multa na ordem de 0,3% (três décimos por cento), por dia de atraso calculado sobre o valor total do contrato, até o limite de 10 % (dez por cento);

4.1.3 - Em caso de tolerância, após os primeiros 10 (dez) dias de atraso, e não rescindindo o Contrato, se este atraso for repetido, O MUNICÍPIO aplicará multa em dobro.

4.1.3.1 - Advertência;

4.1.3.2 - Suspensão do direito de licitar, junto à Administração Pública.

4.1.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição;

4.1.4 - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria Município, sito na Av. Mal. Costa e Silva, 111, Pinheiro Preto - SC.

4.2. DA RESCISÃO DO CONTRATO

4.2.1 O Contrato de Fornecimento poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

4.2.2 Inobservância das especificações acordadas e/ou rejeição do veículo na inspeção e recebimento.

4.2.3 Inadimplência de qualquer cláusula contratual e/ou da proposta ofertada.

4.2.4 Falência, liquidação judicial ou extrajudicial, concordata preventiva da fornecedora, requeridas, homologadas ou decretadas.

4.2.5 A Contratada, reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, de que trata o art. 77 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime de ver exigida, a qualquer tempo, seu cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato, sob pena da aplicação do disposto na Cláusula Quarta.

5.3. O presente contrato fica vinculado a licitação nº 051/2020, modalidade pregão presencial; Lei nº 10.250/2002; Decreto Municipal nº 2.785/07; e pela Lei nº 8.666/93. Nos casos omissos será aplicado o disposto na Lei 8.666/93.

5.4 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias até 25% (vinte e cinco por cento).

5.5 O gestor do contrato ficara a cargo da Secretario de Agricultura atuando como fiscal do contrato o servidor Ideraldo Luiz Beal.

5.6. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 06 de agosto de 2020.

CONTRATANTE
PEDRO RABUSKE
PREFEITO MUNICIPAL

DEON TERRAPLANAGENS E CONSTRUÇÕES EIRELI EPP
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1) 2)

Nome: Nome:

CPF: CPF:

CONTRATO ADMINISTRATIVO 170/2020

Publicação Nº 2594766

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 170

CONTRATO EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA, REGIME DE EXECUÇÃO EMPREITADA TIPO MENOR PREÇO

Contrato de EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA, consistente na PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES LINHA SANTO ISIDORO, na forma dos Projetos Técnicos aprovado através da Portaria nº 414/2020, REGIME DE EXECUÇÃO E REMUNERAÇÃO EMPREITADA TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA/SERVIÇO, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e VALDECIR MARIANO ME, autorizado através do Processo nº 088/2020 e Licitação nº 014/2020, modalidade TOMADA DE PREÇOS, ficando as partes sujeitas, além do presente contrato, aos ditames do edital de licitação declinado e da Lei 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111
Centro, Pinheiro Preto - SC.
Representada por: Pedro Rabuske

CONTRATADA: Empresa: VALDECIR MARIANO ME
CNPJ-MF n.º 27.818.587/0001-05
Endereço: Rua Adelina Truculo Ferreto, 25
Bairro Meu Postinho – São Cristóvão do Sul - SC
Representada por: Nicolas Negri

O presente contrato rege-se pela Lei nº 8.666/93 e pelas normas do Edital de Licitação nº 014/2020 – MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente processo tem por objeto A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA PARA PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES LINHA SANTO ISIDORO DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, NA FORMA DOS PROJETOS TÉCNICOS APROVADO ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 414/2020, EM ANEXO AO PRESENTE PROCESSO, REGIME DE EXECUÇÃO E REMUNERAÇÃO DE EMPREITADA TIPO MENOR PREÇO GLOBAL.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 - O prazo de execução será de 1 (um) mês, iniciando com a emissão e entrega da Ordem de Execução.

2.3 – O contrato vigorará até 31/12/2020, contados da data da assinatura, podendo sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o art. 65, §1º, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 O valor total do contrato é de R\$20.846,56 (vinte mil oitocentos e quarenta e seis reais e cinquenta e seis centavos); sendo:

- A) R\$ 13.550,26 (treze mil quinhentos e cinquenta reais e vinte e seis centavos) - material;
- B) R\$ 7.296,30 (sete mil duzentos e noventa e seis reais e trinta centavos) - mão de obra;

3.2 O(s) faturamento(s) dar-se-ão na forma do cronograma físico-financeiro – ANEXO ao presente contrato, após medição e autorização do Engenheiro responsável.

§ 1º Os valores não sofrerão qualquer reajuste.

§ 2º A última parcela do preço somente será paga após:

I - Recebimento definitivo da obra, mediante autorização do Engenheiro Responsável;

II – Entrega do comprovante de comprimento dos encargos sociais e trabalhistas dos empregados que trabalharam na obra.

3.3 No preço ajustado entre as partes estão inclusas todas as despesas que possam influir nos custos, tais como: alimentação dos profissionais, despesas com custo, instalação, descarga, seguro e frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos, máquinas, materiais e equipamentos necessários para execução dos serviços.

3.4- A empresa contratada através da licitação, ou empreiteiro de materiais e execução responderá durante o prazo irredutível de 5 (cinco) anos pela solidez e segurança do trabalho, assim como em razão dos materiais e do solo, conforme art. 618 do código civil.

§ 1º A contratada presta a seguinte Garantia, no equivalente a 5% do valor do contrato, na forma do art. 56, § 1º, incisos I, II e III, da Lei n. 8.666/93:

(.....) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda

;(X) seguro-garantia;

(.....) fiança bancária.

§ 2º A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A presente despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO
Unidade Orçamentária: 2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS
Função: 26 - Transporte
Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário
Programa: 23 - Estradas Vicinais

Ação: 1.16 - OBRAS DE INFRAESTRUTURA RURAL

Despesa 84

Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinarios

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS

Função: 26 - Transporte

Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário

Programa: 23 - Estradas Vicinais

Ação: 1.16 - OBRAS DE INFRAESTRUTURA RURAL

Despesa 278

Fonte de recurso: 300 - Recursos Ordinários - Ex. anterior

CLÁUSULA QUINTA: REGIME DE EMPREITADA

A modalidade de REGIME DE EXECUÇÃO É DE EMPREITADA TIPO MENOR PREÇO GLOBAL.

CLÁUSULA SEXTA: DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE

a) Efetuar o pagamento pela execução da obra;

b) Designar engenheiro responsável para acompanhar e fiscalizar o desenvolvimento da obra.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA

1) Execução da obra de acordo com o memorial descritivo e plantas anexas ao Edital Convocatório, partes integrantes deste.

2) Seguir as orientações técnicas do Engenheiro Responsável designado pelo Município.

3) A contratada deverá, na data da assinatura do contrato, indicar o nome do preposto, aceito pela Administração, no local da obra, para representá-la na execução do contrato.

4) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

5) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

6) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

7) Não transferir ou sublocar a outrem, no todo ou em parte, o presente Contrato, sob pena de rescisão contratual e aplicação de multa.

8) Substituir, sempre que exigido pela Contratante e independentemente de justificativa por parte desta, qualquer empregado, cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse público.

9) Fornecer, mensalmente, o comprovante de pagamento dos empregados e comprovantes de recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas.

10) Executar a obra, obedecendo rigorosamente as especificações e as normas técnicas pertinentes.

11) Manter, durante toda a execução do Contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidos na Licitação.

Parágrafo único. A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.

12) responsabilizar-se pela sinalização de advertência e outras necessárias à execução dos serviços;

13) responsabilizar-se pela preservação das benfeitorias existentes;

14) efetuar semanalmente a limpeza da obra;

15) compor o seu quadro de funcionários com pessoal apto para o exercício das funções, devidamente uniformizados e com equipamentos de segurança, possuindo registro em carteira de trabalho;

16) apresentar laudo técnico de profissional qualificado, quando solicitado pelo Município, responsabilizando-se pela execução dos serviços;

17) arcar com as despesas administrativas, tributos, salário dos empregados, encargos sociais e outros;

18) facilitar todas as atividades de fiscalização pelo Município;

19) fornecer todas as informações e elementos necessários, sempre que o Município solicitar;

20) não subempreiteira total ou parcial da obra;

21) responder pela solidez e segurança dos serviços executados no prazo previsto em lei;

- 22) manter no local da obra o engenheiro responsável pela execução da obra;
- 23) acompanhamento diário do engenheiro, sendo que semanalmente reunir-se-á com o engenheiro fiscal designado pelo Município para análise e acompanhamento do cumprimento dos serviços projetados;
- 24) confecção e preenchimento do boletim diário da obra, com vista do engenheiro responsável pela execução da mesma;
- 25) confecção e preenchimento do boletim de medição da obra com vista do engenheiro responsável da execução da mesma, pelo menos um a cada etapa prevista para o pagamento;
- 26) registro da obra junto ao INSS (abertura da matrícula da obra);
- 27) outras obrigações mencionadas nos memoriais e projetos do processo licitatório;
- 28) Comprovar, quando do término da obra, o pagamento dos encargos sociais incidentes, mormente encargos previdenciários resultantes da execução do contrato, nos termos do art. 31 da Lei 8.212/91;
- 29) Apresentar, no prazo de cinco dias após a assinatura do contrato, relação dos trabalhadores que irão trabalhar na obra, acompanhado do comprovante de registro trabalhista.
- 30) A contratada deverá regularizar a base e a compactação da mesma com compactador mecânico tipo chapa elétrico ou a gasolina.
- 31) A empresa contratada realizará a regularização da base e a compactação da mesma com compactador mecânico tipo chapa elétrico ou a gasolina. Somente poderá ser assentado o calçamento após a base ser totalmente regularizada e compactada.
- 32) A empresa contratada deverá executar os serviços conforme memorial descritivo em anexo.
- 33) Para a autorização do serviço de reforma o encarregado de obras deverá medir e fotografar o trecho a ser reformado. Após a conclusão do serviço o encarregado da obra deverá fotografar a obra acabada e conferir a medição. Concluído, o encarregado deverá emitir um relatório onde conste a foto anterior a reforma, a foto posterior a reforma a metragem quadrada, datando e assinando o relatório.
- 34) Apresentação de ART/CAU do serviço em caso de obra de engenharia, e afins.

Parágrafo único. A contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

8. DAS PENALIDADES

8.1. Decorridos 05 (cinco) dias de atraso na entrega do objeto especificado na cláusula primeira deste instrumento, poderá o Município rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento da multa de 10 % sobre o valor do contrato, sem ônus da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

8.1.1 Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

8.1.1.1 Multa na ordem de 0,3% (três décimos por cento), por dia de atraso calculado sobre o valor total do material com atraso, até o limite de 10 % (dez por cento);

8.1.2.2 Em caso de tolerância, após os primeiros 10 (dez) dias de atraso, e não rescindindo o Contrato, se este atraso for repetido, O MUNICÍPIO aplicará multa em dobro.

8.1.2.3 Advertência;

8.1.2.4 Suspensão do direito de licitar, junto ao Município.

8.1.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição;

8.1.3 As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria Município, sito na Av. Mal. Costa e Silva, 111, Pinheiro Preto - SC.

9- RESCISÃO DO CONTRATO

9.1 O Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

9.2 Inobservância das especificações acordadas e/ou rejeição do serviço na inspeção e recebimento.

9.3 Inadimplência de qualquer cláusula contratual e/ou da proposta ofertada.

9.4 Falência, liquidação judicial ou extrajudicial, concordata preventiva da fornecedora, requeridas, homologadas ou decretadas.

9.5 A Contratada reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, de que trata o Art. 77 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA: GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

Atuará como Gestor do Contrato, o Secretário de Transportes e Obras, sendo que na condição de fiscal o funcionário Antonio Carlos Mânica.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias até 25% (vinte e cinco por cento).

11.2. Fica o presente contrato vinculado ao Processo de Licitação nº 088/2020, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS n. 014/2020.

11.3 Antes de efetuar o pagamento da última parcela, a contratada deverá comprovar que efetuou o pagamento dos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato, nos termos do disposto no Dec. Lei 2.173/97, através do fornecimento de guia de recolhimento quitada.

11.4 Os valores devidos acerca de encargos previdenciários, bem como o(s) tributo(s) incidente(s), serão retidos quando do pagamento do preço.

11.5 A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.6 Aplicar-se-á na execução do contrato, além das normas previstas na Lei 8.666/93, o disposto no Edital Convocatório.

11.7 A contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade.

11.8. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC 06 de agosto de 2020.

CONTRATANTE
PREFEITO MUNICIPAL

VALDECIR MARIANO ME
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1) 2)

Nome: Nome:

PORTARIA 476/2020

Publicação Nº 2594657

PORTARIA Nº 476 DE 06 DE AGOSTO DE 2020

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 051/2020 E ADJUDICA O OBJETO ÀS EMPRESAS VENCEDORAS.

PEDRO RABUSKE Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da comissão de licitação, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologar a licitação nº 051/2020, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, VISANDO A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MAQUINAS - ESCAVADEIRA HIDRÁULICA E TRATOR DE ESTEIRA, e adjudica o objeto licitado à seguinte empresa vencedora:

1. TERRAPLENAGEM CHICO LTDA, inscrita no CNPJ /MF sob nº. 04.316.804/0001-55, o item e respectivo valor unitário: item 01 R\$ 206,00 (duzentos e seis reais) a hora/máquina.

2. DEON TERRAPLANAGENS E CONSTRUÇÕES EIRELI EPPA, inscrita no CNPJ /MF sob nº. 05.979.350/0001-65, o item e respectivo valor: item 02 R\$ 298,00 (duzentos e noventa e oito reais).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 06 DE AGOSTO DE 2020.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA 477/2020

Publicação Nº 2594659

PORTARIA Nº 477 , DE 06 DE AGOSTO DE 2020

DESIGNA FUNCIONÁRIO PARA ATUAR COMO FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve observar os princípios previstos no artigo 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 67, da lei nº 8.666/93, que determina o acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 73, Incisos I e II, da lei nº 8.666/93, que trata do recebimento, pela Administração Pública, do objeto ou da prestação de serviços;

CONSIDERANDO a importância de a administração pública adotar procedimentos administrativos que permitam a gestão mais eficiente e efetiva dos contratos administrativos;

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar os procedimentos de acompanhamento e fiscalização dos contratos mantidos por este órgão público

RESOLVE:

Art. 1º Designar o funcionário Ideraldo Luiz beal, ocupante do cargo de Motorista, para atuar como Fiscal do contrato Administrativo decorrente do Pregão Presencial nº 051/2020

Art. 2º Constituem atribuições do fiscal de contrato administrativo:

I – Conhecer o processo de contratação, bem como, o contrato e as cláusulas nele estabelecidas, sanando qualquer dúvida com os demais setores responsáveis pela Administração e/ou com a Comissão Permanente de Licitações –CPL, para o fiel cumprimento do contrato, principalmente quanto:

- a) Ao objeto da contratação;
- b) A forma de execução;
- c) A forma de fornecimento de materiais, prazo de entrega, assistência técnica ou prestação de serviços;
- d) O cronograma de serviços;
- e) As obrigações da contratante e da contratada;
- f) As condições de pagamento;
- g) As atribuições da fiscalização;
- h) As sanções administrativas previstas no instrumento contratual.

II – Manter o processo de fiscalização em ordem cronológica, para arquivamento dos documentos relativos à execução, tais como: cópia do contrato e termos aditivos, se houver, relatórios de execução, cópias de correspondências enviadas e recebidas, inclusive e-mails, devendo-se juntar os documentos originais ao processo de contratação da empresa;

III – Conhecer a proposta comercial da contratada com todos os seus itens, condições e preços;

IV – Acompanhar, administrar e fiscalizar o contrato administrativo para o qual foi nomeado, proporcionando não só ao contratante como à contratada, todos os meios legais para o desempenho das atividades contratadas;

V – Acompanhar a execução dos serviços, verificando a correta utilização dos materiais, equipamentos, contingente em quantidades suficientes para que seja mantida a qualidade dos mesmos;

VI – Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou a prestação de serviços será cumprida integral ou parceladamente;

VII – Zelar pela fiel execução do contrato, sobretudo no que concerne à qualidade dos materiais utilizados e dos serviços prestados;

VIII – Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar à autoridade competente, ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão da obra ou em relação a terceiros;

IX – Notificar a contratada, com o auxílio do Gestor de Contratos, quanto à ocorrência de qualquer fato que gere o descumprimento das cláusulas contratuais, juntando o respectivo documento ao processo de contratação da empresa ou profissional;

X – Sugerir à autoridade competente, aplicação de penalidades à contratada em face do inadimplemento das obrigações, de documento instruído para esse fim;

XI – Comunicar, formalmente, ao Gestor de Contratos, quando houver a necessidade de acréscimo ou supressão contratual, quando assim o contrato permitir, com a devida justificativa, de forma a subsidiar o cálculo, a existência de saldo e dotação orçamentária e demais providências necessárias;

XII – Comunicar o Gestor de Contratos todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização dos atrasos, faltas ou defeitos eventualmente observados;

XIII – Solicitar, quando for o caso, a substituição dos serviços ou do bem adquirido, por inadequação ou vícios que apresentem;

Art. 4º Qualquer dúvida suscitada, com relação à contratação, deverá ser dirimida junto ao Gestor de Contratos e/ou Comissão Permanente de Licitações.

Art. 5º As decisões e providências que ultrapassem a competência do fiscal de contrato deverão ser solicitadas ao Gestor de Contratos em tempo hábil para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 6º Toda comunicação realizada pelo fiscal deve ser feita por escrito, com comprovação do recebimento;

§ 1º As anotações que não forem oficialmente formalizadas (por escrito) impedem a aplicação de qualquer penalidade a que está sujeita a contratada, mesmo se tratando de um contrato cuja execução esteja ineficiente;

§ 2º Para que a fiscalização não seja caracterizada como omissa, todas as tratativas junto à contratada, deverão ser registradas, principalmente para as providências e recomendações que o fiscal tenha formulado;

Art. 7º Na fiscalização dos contratos de obras deverão ser observadas as seguintes atribuições, além das demandas já previstas nesta Portaria:

I – Os fiscais de obras deverão seguir as recomendações das normas legais e atualizadas concernentes a Obras Públicas;

II – Arquivamento, entre outros documentos, de projetos, “as built”, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento (provisório e definitivo), contratos, aditamentos, apostilas, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento definitivo do serviço e notificações expedidas;

III – Exigir da contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

a) “As built”, elaborado pelo responsável pela execução;

b) Comprovação das ligações de energia e água;

c) Laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;

d) Carta “habite-se”, emitida pela Prefeitura local;

e) Certidão Negativa de Débitos previdenciários específica para o registro da obra, junto ao Cartório de Registro de Imóveis.

f) A reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante, no artigo 69 da Lei nº 8.666/93 e no artigo 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

Art. 8º O funcionário designado para fiscalização de contratos deverá ser capacitado e orientado para o desempenho de suas atribuições;

Art. 9º O fiscal deverá acumular suas tarefas normais do cargo que ocupa com as de fiscal de contrato.

Art. 10 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 06 DE AGOSTO DE 2020

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA 478/2020

Publicação Nº 2594768

PORTARIA Nº 478, DE 06 DE AGOSTO DE 2020.

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 014/2020 E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA.

PEDRO RABUSKE Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da comissão de licitação, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologar a licitação nº 014/2020, modalidade TOMADA DE PREÇOS, visando a EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA PARA PAVIMENTAÇÃO LINHA SANTO ISIDORO e adjudica o objeto licitado à seguinte empresa vencedora:

1. VALDECIR MARIANO ME, inscrita no CNPJ /MF sob nº 27.818.587/0001-05, o preço global de R\$ 20.846,56 (vinte mil oitocentos e quarenta e seis reais e cinquenta e seis centavos)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 06 DE AGOSTO DE 2020.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA 479/2020

Publicação Nº 2594770

PORTARIA Nº 479, DE 06 DE AGOSTO DE 2020

DESIGNA FUNCIONÁRIO PARA ATUAR COMO FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve observar os princípios previstos no artigo 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 67, da lei nº 8.666/93, que determina o acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 73, Incisos I e II, da lei nº 8.666/93, que trata do recebimento, pela Administração Pública, do objeto ou da prestação de serviços;

CONSIDERANDO a importância de a administração pública adotar procedimentos administrativos que permitam a gestão mais eficiente e efetiva dos contratos administrativos;

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar os procedimentos de acompanhamento e fiscalização dos contratos mantidos por este órgão público

RESOLVE:

Art. 1º Designar o funcionário Antonio Carlos Manica ocupante do cargo de motorista, para atuar como Fiscal do contrato Administrativo decorrente da Licitação 014/2020 modalidade Tomada de Preços.

Art. 2º Constituem atribuições do fiscal de contrato administrativo:

I – Conhecer o processo de contratação, bem como, o contrato e as cláusulas nele estabelecidas, sanando qualquer dúvida com os demais setores responsáveis pela Administração e/ou com a Comissão Permanente de Licitações –CPL, para o fiel cumprimento do contrato, principalmente quanto:

- a) Ao objeto da contratação;
- b) A forma de execução;
- c) A forma de fornecimento de materiais, prazo de entrega, assistência técnica ou prestação de serviços;
- d) O cronograma de serviços;
- e) As obrigações da contratante e da contratada;
- f) As condições de pagamento;
- g) As atribuições da fiscalização;
- h) As sanções administrativas previstas no instrumento contratual.

II – Manter o processo de fiscalização em ordem cronológica, para arquivamento dos documentos relativos à execução, tais como: cópia do contrato e termos aditivos, se houver, relatórios de execução, cópias de correspondências enviadas e recebidas, inclusive e-mails, devendo-se juntar os documentos originais ao processo de contratação da empresa;

III – Conhecer a proposta comercial da contratada com todos os seus itens, condições e preços;

IV – Acompanhar, administrar e fiscalizar o contrato administrativo para o qual foi nomeado, proporcionando não só ao contratante como à contratada, todos os meios legais para o desempenho das atividades contratadas;

V – Acompanhar a execução dos serviços, verificando a correta utilização dos materiais, equipamentos, contingente em quantidades suficientes para que seja mantida a qualidade dos mesmos;

VI – Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou a prestação de serviços será cumprida integral ou parceladamente;

VII – Zelar pela fiel execução do contrato, sobretudo no que concerne à qualidade dos materiais utilizados e dos serviços prestados;

VIII – Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar à autoridade competente, ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão da obra ou em relação a terceiros;

IX – Notificar a contratada, com o auxílio do Gestor de Contratos, quanto à ocorrência de qualquer fato que gere o descumprimento das cláusulas contratuais, juntando o respectivo documento ao processo de contratação da empresa ou profissional;

X – Sugerir à autoridade competente, aplicação de penalidades à contratada em face do inadimplemento das obrigações, de documento instruído para esse fim;

XI – Comunicar, formalmente, ao Gestor de Contratos, quando houver a necessidade de acréscimo ou supressão contratual, quando assim o contrato permitir, com a devida justificativa, de forma a subsidiar o cálculo, a existência de saldo e dotação orçamentária e demais providências necessárias;

XII – Comunicar o Gestor de Contratos todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização dos atrasos, faltas ou defeitos eventualmente observados;

XIII – Solicitar, quando for o caso, a substituição dos serviços ou do bem adquirido, por inadequação ou vícios que apresentem;

Art. 4º Qualquer dúvida suscitada, com relação à contratação, deverá ser dirimida junto ao Gestor de Contratos e/ou Comissão Permanente de Licitações.

Art. 5º As decisões e providências que ultrapassem a competência do fiscal de contrato deverão ser solicitadas ao Gestor de Contratos em tempo hábil para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 6º Toda comunicação realizada pelo fiscal deve ser feita por escrito, com comprovação do recebimento;

§ 1º As anotações que não forem oficialmente formalizadas (por escrito) impedem a aplicação de qualquer penalidade a que está sujeita a contratada, mesmo se tratando de um contrato cuja execução esteja ineficiente;

§ 2º Para que a fiscalização não seja caracterizada como omissa, todas as tratativas junto à contratada, deverão ser registradas, principalmente para as providências e recomendações que o fiscal tenha formulado;

Art. 7º Na fiscalização dos contratos de obras deverão ser observadas as seguintes atribuições, além das demandas já previstas nesta Portaria:

I – Os fiscais de obras deverão seguir as recomendações das normas legais e atualizadas concernentes a Obras Públicas;

II – Arquivamento, entre outros documentos, de projetos, “as built”, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento (provisório e definitivo), contratos, aditamentos, apostilas, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento definitivo do serviço e notificações expedidas;

III – Exigir da contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

a) “As built”, elaborado pelo responsável pela execução;

b) Comprovação das ligações de energia e água;

c) Laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;

d) Carta “habite-se”, emitida pela Prefeitura local;

e) Certidão Negativa de Débitos previdenciários específica para o registro da obra, junto ao Cartório de Registro de Imóveis.

f) A reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante, no artigo 69 da Lei nº 8.666/93 e no artigo 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

Art. 8º O funcionário designado para fiscalização de contratos deverá ser capacitado e orientado para o desempenho de suas atribuições;

Art. 9º O fiscal deverá acumular suas tarefas normais do cargo que ocupa com as de fiscal de contrato.

Art. 10 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 06 DE AGOSTO DE 2020

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA 481/2020

Publicação Nº 2594391

PORTARIA Nº 481 , DE 06 DE AGOSTO DE 2020.

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 049/2020 E ADJUDICA O OBJETO ÀS EMPRESAS VENCEDORAS.

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da comissão de licitação, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 049/2020, modalidade pregão presencial, e adjudica o objeto licitado às seguintes empresas:

I– TIEPPO AUTO MECÂNICA JJD LTDA ME , inscrita no CNPJ sob nº 17.070.572/0001-40 para os itens:

ITEM	Nº VEÍC/ EQUIP.	Percentual de Desconto	ESPECIFICAÇÃO	Tipo	Secretaria
02	1	25,38 %	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE VEÍCULOS MICRO-ÔNIBUS E ÔNIBUS CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	Ambulância RENAUT Master TCA, ano 2019, modelo 2017	Tsecretaria de Saúde

II– CESAR MURILO FLORES ME, inscrita no CNPJ sob nº 29.081.571/0001-80, para os itens:

ITEM	Nº VEÍC/ EQUIP.	Percentual de Desconto	ESPECIFICAÇÃO	Tipo	Secretaria
01	1	42,01%	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE EQUIPAMENTOS PESADOS CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	Caminhão marca FORD Cargo 2629 6x4 ano 2018 modelo 2019	TAgricultura

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 06 DE AGOSTO DE 2020.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA 482/2020

Publicação Nº 2594393

PORTARIA Nº 482 , DE 06 DE AGOSTO DE 2020.

DESIGNA FUNCIONÁRIO PARA ATUAR COMO FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve observar os princípios previstos no artigo 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 67, da lei nº 8.666/93, que determina o acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 73, Incisos I e II, da lei nº 8.666/93, que trata do recebimento, pela Administração Pública, do objeto ou da prestação de serviços;

CONSIDERANDO a importância de a administração pública adotar procedimentos administrativos que permitam a gestão mais eficiente e

efetiva dos contratos administrativos;

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar os procedimentos de acompanhamento e fiscalização dos contratos mantidos por este órgão público

RESOLVE:

Designar o funcionário Helio Brocardo, ocupante do cargo Motorista para atuar como Fiscal do contrato Administrativo decorrente do Pregão Presencial nº 049/2020.

Designar o funcionário Rudiberto Antônio Cardoso, ocupante do cargo Motorista para atuar como Fiscal do contrato Administrativo decorrente do Pregão Presencial nº 049/2020.

Art. 2º Constituem atribuições do fiscal de contrato administrativo:

I – Conhecer o processo de contratação, bem como, o contrato e as cláusulas nele estabelecidas, sanando qualquer dúvida com os demais setores responsáveis pela Administração e/ou com a Comissão Permanente de Licitações –CPL, para o fiel cumprimento do contrato, principalmente quanto:

- a) Ao objeto da contratação;
- b) A forma de execução;
- c) A forma de fornecimento de materiais, prazo de entrega, assistência técnica ou prestação de serviços;
- d) O cronograma de serviços;
- e) As obrigações da contratante e da contratada;
- f) As condições de pagamento;
- g) As atribuições da fiscalização;
- h) As sanções administrativas previstas no instrumento contratual.

II – Manter o processo de fiscalização em ordem cronológica, para arquivamento dos documentos relativos à execução, tais como: cópia do contrato e termos aditivos, se houver, relatórios de execução, cópias de correspondências enviadas e recebidas, inclusive e-mails, devendo-se juntar os documentos originais ao processo de contratação da empresa;

III – Conhecer a proposta comercial da contratada com todos os seus itens, condições e preços;

IV – Acompanhar, administrar e fiscalizar o contrato administrativo para o qual foi nomeado, proporcionando não só ao contratante como à contratada, todos os meios legais para o desempenho das atividades contratadas;

V – Acompanhar a execução dos serviços, verificando a correta utilização dos materiais, equipamentos, contingente em quantidades suficientes para que seja mantida a qualidade dos mesmos;

VI – Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou a prestação de serviços será cumprida integral ou parceladamente;

VII – Zelar pela fiel execução do contrato, sobretudo no que concerne à qualidade dos materiais utilizados e dos serviços prestados;

VIII – Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar à autoridade competente, ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão da obra ou em relação a terceiros;

IX – Notificar a contratada, com o auxílio do Gestor de Contratos, quanto à ocorrência de qualquer fato que gere o descumprimento das cláusulas contratuais, juntando o respectivo documento ao processo de contratação da empresa ou profissional;

X – Sugerir à autoridade competente, aplicação de penalidades à contratada em face do inadimplemento das obrigações, de documento instruído para esse fim;

XI – Comunicar, formalmente, ao Gestor de Contratos, quando houver a necessidade de acréscimo ou supressão contratual, quando assim o contrato permitir, com a devida justificativa, de forma a subsidiar o cálculo, a existência de saldo e dotação orçamentária e demais providências necessárias;

XII – Comunicar o Gestor de Contratos todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização dos atrasos, faltas ou defeitos eventualmente observados;

XIII – Solicitar, quando for o caso, a substituição dos serviços ou do bem adquirido, por inadequação ou vícios que apresentem;

Art. 4º Qualquer dúvida suscitada, com relação à contratação, deverá ser dirimida junto ao Gestor de Contratos e/ou Comissão Permanente de Licitações.

Art. 5º As decisões e providências que ultrapassem a competência do fiscal de contrato deverão ser solicitadas ao Gestor de Contratos em tempo hábil para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 6º Toda comunicação realizada pelo fiscal deve ser feita por escrito, com comprovação do recebimento;

§ 1º As anotações que não forem oficialmente formalizadas (por escrito) impedem a aplicação de qualquer penalidade a que está sujeita a contratada, mesmo se tratando de um contrato cuja execução esteja ineficiente;

§ 2º Para que a fiscalização não seja caracterizada como omissa, todas as tratativas junto à contratada, deverão ser registradas, principalmente para as providências e recomendações que o fiscal tenha formulado;

Art. 7º Na fiscalização dos contratos de obras deverão ser observadas as seguintes atribuições, além das demandas já previstas nesta Portaria:

I – Os fiscais de obras deverão seguir as recomendações das normas legais e atualizadas concernentes a Obras Públicas;

II – Arquivamento, entre outros documentos, de projetos, “as built”, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento (provisório e definitivo), contratos, aditamentos, apostilas, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento definitivo do serviço e notificações expedidas;

III – Exigir da contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

a) “As built”, elaborado pelo responsável pela execução;

b) Comprovação das ligações de energia e água;

c) Laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;

d) Carta “habite-se”, emitida pela Prefeitura local;

e) Certidão Negativa de Débitos previdenciários específica para o registro da obra, junto ao Cartório de Registro de Imóveis.

f) A reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante, no artigo 69 da Lei nº 8.666/93 e no artigo 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

Art. 8º O funcionário designado para fiscalização de contratos deverá ser capacitado e orientado para o desempenho de suas atribuições;

Art. 9º O fiscal deverá acumular suas tarefas normais do cargo que ocupa com as de fiscal de contrato.

Art. 10 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 06 DE AGOSTO DE 2020.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 473, DE 04 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2596961

PORTARIA Nº 473, DE 04 de agosto DE 2020.

Prorroga Contrato Temporário de Barbara Marin Stares- FUNÇÃO de Odontólogo.

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 37, IX, da Constituição Federal de 1988, no art. 17, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, e

Considerando o Protocolo 1.203/2020 da Secretária de Saúde e Bem Estar Social;

Considerando tratar-se de serviço imprescindível à saúde pública, o que configura situação de emergência;

Considerando o excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Prorroga até 31 de dezembro de 2020 o contrato temporário de, Barbara Marin Stares, brasileira, inscrita no CPF sob nº 080.652.379-40, exercendo a função temporária de Odontólogo, lotada na Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20 de agosto de 2020.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 04 de agosto de 2020.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 474, DE 04 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2596963

PORTARIA Nº 474, DE 04 de agosto DE 2020.

Prorroga Contrato Temporário de Caroline Silveira- FUNÇÃO temporária de Psicólogo.

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 37, IX, da Constituição Federal de 1988, no art. 17, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o Protocolo 1.203/2020 da Secretária de Saúde e Bem Estar Social;
Considerando tratar-se de serviço imprescindível à saúde pública, o que configura situação de emergência;
Considerando o excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Prorroga até 31 de Dezembro de 2020 o contrato temporário de, Caroline Silveira, brasileira, inscrita no CPF sob nº 087.936.429-70, exercendo a função temporária de Psicólogo, lotada na Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, com carga horária de 20 horas semanais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20 de agosto de 2020.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 04 de agosto de 2020.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 475, DE 05 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2596965

PORTARIA Nº 475, DE 05 de Agosto de 2020.

Concede Licença prêmio Ao Servidor Público Sergio Luiz Burik.

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 148, VI, da Lei Complementar 016/92,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao servidor público Sergio Luiz Burik, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, 01 (um) mês de LICENÇA PRÊMIO, referente ao período aquisitivo de 26/08/2008 a 26/08/2013, cujo gozo do benefício dar-se-á no período compreendido entre 06 de julho de 2020 a 04 de agosto de 2020 devendo retornar a suas atividades em 05 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06 de julho de 2020.

Centro Administrativo Municipal, 05 de agosto de 2020.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 54/2020

Publicação Nº 2596968

TERMO ADITIVO Nº 54/2020
CONTRATO ADITADO Nº 274/2018

Termo Aditivo de Prestação de Serviços, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e BARBARA MARIN STARES, autorizado pela Lei 8.745/93 e pelo Processo Seletivo nº 002/2018, o qual fixou normas para admissão de pessoal em caráter temporário, sob regime administrativo especial, no âmbito da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69
Endereço: Avenida Marechal Costa e Silva, nº 111
Representado por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA: BARBARA MARIN STARES
CPF n.º 080.652.379-40
Endereço: Rua Francisco Guilherme Dorl, nº 212, Cruzeiro do Sul, Joaçaba - SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO CONTRATO A SER ADITADO

Constitui objeto deste Contrato, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, no âmbito da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, função de "Odontóloga", em caráter temporário e sob regime administrativo especial, de acordo com as especificações constantes na Lei 8.745/93, e na Lei Complementar Municipal n. 194/2013, que regulamentam a contratação de servidores em caráter temporário.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO ADITAMENTO

2.1. Considerando que o contrato firmado, tem seu termo final em 20 de agosto de 2020.

2.2. Considerando a Protocolo 1021/2020 da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social.

2.3. Considerando o bem estar da população e afim de não prejudicar o andamento dos trabalhos.

2.4 Resolve prorrogar o contrato temporário 274/2018 de BARBARA MARIN STARES, até 31/12/2020, devido a necessidade de manter o atendimento a população.

CLÁUSULA TERCEIRA: DISPOSIÇÕES GERAIS

As demais cláusulas do contrato de fornecimento nº 274/2018 continuam inalteradas.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento de aditamento, em três vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 04 de agosto de 2020.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADO

BARBARA MARIN STARES

TESTEMUNHAS:

1) 2)

Nome: Nome:

CPF: CPF:

TERMO ADITIVO Nº 55/2020

Publicação Nº 2596971

TERMO ADITIVO Nº 55/2020

CONTRATO ADITADO Nº 273/2018

Termo Aditivo de Prestação de Serviços, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e CAROLINE SILVEIRA, autorizado pela Lei 8.745/93 e pelo Processo Seletivo nº 002/2018, o qual fixou normas para admissão de pessoal em caráter temporário, sob regime administrativo especial, no âmbito da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Avenida Marechal Costa e Silva, nº 111

Representado por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA: CAROLINE SILVEIRA

CPF n.º 087936.429-70

Endereço: Rua Ernesto Pontin, nº 343, Centro, Videira - SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO CONTRATO A SER ADITADO

Constitui objeto deste Contrato, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, no âmbito da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, função de "Psicóloga", em caráter temporário e sob regime administrativo especial, de acordo com as especificações constantes na Lei 8.745/93, e na Lei Complementar Municipal n. 194/2013, que regulamentam a contratação de servidores em caráter temporário.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO ADITAMENTO

2.1. Considerando que o contrato firmado, tem seu termo final em 20 de agosto de 2020.

2.2. Considerando a Protocolo 1021/2020 da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social.

2.3. Considerando o bem estar da população e afim de não prejudicar o andamento dos trabalhos.

2.4 Resolve prorrogar o contrato temporário 273/2018 de CAROLINE SILVEIRA, até 31/12/2020, devido a necessidade de manter o atendimento à população.

CLÁUSULA TERCEIRA: DISPOSIÇÕES GERAIS

As demais cláusulas do contrato de fornecimento nº 273/2018 continuam inalteradas.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento de aditamento, em três vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 04 de agosto de 2020.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
PEDRO RABUSKE
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADO
CAROLINE SILVEIRA
TESTEMUNHAS:

1) 2)

Nome: Nome:

CPF: CPF:

Piratuba

PREFEITURA

ADENDO 03 AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 15/2020 – FMS

Publicação Nº 2594567

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIRATUBA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO

ADENDO 03 AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 15/2020 – FMS

O Município de Piratuba, SC, através do Gestor do Fundo Municipal de Saúde, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência é Registro de Preço para possível aquisição de material ambulatorial, odontológicos, totem e tapetes sanitizantes para enfrentamento a emergência de saúde Pública em decorrência do Coronavírus (COVID-19) para o Município de Piratuba sofreu alteração no Anexo "A", no valor do Item n.º 18 do Edital e na data de recebimento das propostas e Seção Publica para o dia 20 de agosto de 2020, as 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.portaldecompraspublicas.com.br e www.piratuba.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua Governador Jorge Lacerda, 272, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3553-0288.

Piratuba, SC, 07 de agosto de 2020.

RODRIGO ADRIANO CASAGRANDE
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

DECRETO 1368/2020

Publicação Nº 2594900

DECRETO Nº 1.368/2020, de 06 de agosto de 2020.

Abre crédito suplementar por conta da Anulação Parcial de Dotações no valor de R\$ 100.000,00 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do § 2º do artigo 26 da Lei 1.518/2019, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2020 – LDO e dá outras providências, e do artigo 42, inciso I e II, § 1º do artigo 43 e artigo 45 da Lei 4.320/64.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

Órgão: 13.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 13.01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 2.041 – Ações de Atenção Básica do FMS

Modalidade: 10 – 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0002 – Outras Despesas Correntes R\$ 100.000,00

TOTAL: R\$ 100.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 13.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 13.01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 2.041 – Ações de Atenção Básica do FMS

Modalidade: 5 – 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0002 – Pessoal e Encargos Sociais R\$ 100.000,00

TOTAL: R\$ 100.000,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Piratuba-SC, 06 de agosto de 2020.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei 1.388/2017 e Lei nº226/93
Em 06 de agosto de 2020

Giovani Gelson Meneghel
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO 1369/2020

Publicação Nº 2594902

DECRETO Nº 1.369/2020, de 06 de agosto de 2020.

Abre crédito suplementar por conta do Excesso de Arrecadação no valor de R\$ 239.528,16 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do § 2º do artigo 26 da Lei 1.518/2019, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2020 – LDO e dá outras providências, e do artigo 42, inciso I e II, § 1º do artigo 43 e artigo 45 da Lei 4.320/64.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

Órgão: 13.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 13.01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 1.019 – Modernização da Saúde Básica

Modalidade: 53– 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1307 – Investimentos R\$ 130.000,00

Órgão: 13.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 13.01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 1.019 – Modernização da Saúde Básica

Modalidade: 54– 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0016 – Investimentos R\$ 109.528,16

TOTAL: R\$ 239.528,16

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação nas fontes de recursos, conforme segue:

Fonte de Recursos – 0.1.1307 – Excesso de Arrecadação – Transferência FES – Portaria 179/SEF – Aquisição de Aparelho de Ultrassonografia R\$ 130.000,00

Fonte de Recursos – 0.1.0016 – Excesso de Arrecadação – Alienações de Bens - Saúde R\$ 109.528,16

TOTAL: R\$ 239.528,16

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Piratuba-SC, 06 de agosto de 2020.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei 1.388/2017 e Lei nº226/93
Em 06 de agosto de 2020

Giovani Gelson Meneghel
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO 1370/2020

Publicação Nº 2594907

DECRETO Nº 1.370/2020, de 06 de agosto de 2020.

Abre crédito suplementar por conta do excesso de arrecadação apurado até o encerramento do mês de abril no valor de R\$ 39.285,70 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do § 2º do artigo 26 da Lei 1.518/2019, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2020 – LDO e dá outras providências, e do artigo 42, inciso I e II, § 1º do artigo 43 e artigo 45 da Lei 4.320/64.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

Órgão: 11.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 11.01 – Fundo Municipal de Assistência Social

Projeto/Atividade: 1.017 – Modernização da Assistência Social

Modalidade: 185–4.4.90.00.00.00.00.0.1.1304 – Investimentos R\$ 5.969,38

Órgão: 11.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIA

Unidade: 11.01 – Fundo Municipal de Assistência Social

Projeto/Atividade: 2.029 – Manutenção das Ações da Assistência Social

Modalidade: 186–3.3.90.00.00.00.00.0.1.1304 – Outras Despesas Correntes R\$ 13.928,47

Órgão: 11.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIA

Unidade: 11.01 – Fundo Municipal de Assistência Social

Projeto/Atividade: 2.050 – Benefícios Eventuais SEAS/SC

Modalidade: 187–3.3.90.00.00.00.00.0.1.1304 – Outras Despesas Correntes R\$ 19.387,85

TOTAL: R\$ 39.285,70

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação nas fontes de recursos, conforme segue:

Fonte de Recursos – 0.1.1304 – Transferência FEAS/SC Cofinanciamento Estadual R\$ 39.285,70

TOTAL: R\$ 39.285,70

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Piratuba-SC, 06 de agosto de 2020.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei 1.388/2017 e Lei nº226/93
Em 06 de agosto de 2020

Giovani Gelson Meneghel
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO 1371/2020

Publicação Nº 2594954

DECRETO Nº 1.371/2020, de 06 de Agosto de 2020

Prorroga o prazo de validade da Chamada Pública 02/2020, homologada pelo Decreto nº 1.333/2020, de 01 de Junho de 2020 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei e de acordo ao inciso VI do artigo 78 combinado com o inciso III do artigo 98 da Lei Orgânica Municipal e Edital de Chamada Pública nº02/2020, em seus considerandos e subitem 3.3 do Item 3 – DA HOMOLOGAÇÃO, do Edital de Chamada pública nº 02/2020 do município de Piratuba.

DECRETA

Art. 1º Fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias a Chamada Pública 02/2020, homologada pelo Decreto nº 1.333/2020, de 01 de Junho de 2020.

Parágrafo único. § 1º A íntegra do presente decreto será afixado no Mural Oficial de Publicações do Município de Piratuba, no Diário Oficial dos Municípios junto ao site www.diariomunicipal.sc.gov.br, bem como, em caráter meramente informativo, na internet, pelo site www.piratuba.sc.gov.br, Outras informações complementares também poderão ser obtidas pelo telefone (49) 3553-0146.

Art. 2º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Piratuba-SC, 06 de Agosto de 2020.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI
Prefeito Municipal
Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei 1.388/2017 e Lei nº226/93
Em 06 de Agosto de 2020.

Giovani Gelson Meneghel
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº260/2020

Publicação Nº 2596014

PORTARIA Nº260/2020, de 06 de agosto de 2020

Altera Portaria nº 199/2020 que redistribui servidores provisoriamente para atuar junto a Secretaria Municipal de Transporte e Infraestrutura Rural.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso I, combinado com o § 1º do artigo 58 da lei complementar nº 65/2015 que dispõe sobre o estatuto dos servidores públicos do município de Piratuba, das fundações municipais e dá outras providências,
ALTERA

Art. 1º Redistribui provisoriamente os servidores abaixo relacionados, conforme solicitado no Ofício nº211/2020/SMEE, para a Secretaria Municipal de Transporte e Infraestrutura Rural.

Servidores	Cargos
Cleiton Inocenti	Motorista
Gilmar De Vargas	Motorista
Giovaneir Bergamo	Motorista
José Port	Motorista

Art. 2º. O vencimento dos servidores acima citados continuará sendo pago com dotação da Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 31 de dezembro de 2020 ou retorno das aulas presenciais.

Prefeitura Municipal de Piratuba-SC, 06 de agosto de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se no Mural Público
Conforme Lei nº 226/93 e Lei nº 1.388/2017.
Em 06 de agosto de 2020.

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

Planalto Alegre

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2020

Publicação Nº 2594519

EDITAL Nº 003/2020,
CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, DESCRIÇÃO E APROVAÇÃO DAS AÇÕES PARA A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS – LDO/2021 E AS AÇÕES DE INVESTIMENTOS PARA A LEI ORÇAMENTARIA ANUAL – LOA/2021.

JUARES BET, Prefeito de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na forma da legislação vigente, CONVOCA A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE, para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA, relativa ao Acompanhamento, Avaliação, Descrição e Aprovação das Ações para a Lei de Diretrizes Orçamentarias – LDO/2021 e as Ações de Investimentos para a Lei Orçamentaria Anual – LOA/2021, a ser realizada virtualmente por meio eletrônico através do link <https://bit.ly/audiencia1208>, com início às 14:00 horas do dia 12 de Agosto de 2020.

Planalto Alegre – SC, 07 de agosto de 2020.

JUARES BET
Prefeito Municipal.

Pomerode

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 045 / 2020 - PRAZO

Publicação N° 2594756

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE OBRAS
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 045 / 2020
PRAZO

Processo Administrativo n.º 015 / 2020. Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia n.º 003 / 2020. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratada: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, OBRAS COMPLEMENTARES E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA ALFONSO KOCH - TRECHO 01 E 03, BAIRRO TESTO CENTRAL, POMERODE/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO, COM RECURSOS DO FINANCIAMENTO À INFRAESTRUTURA E AO SANEAMENTO - FINISA, CONFORME CONTRATO FIRMADO ENTRE A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E O MUNICÍPIO DE POMERODE. Prazo: até 24/09/2020. Justificativa: Em conformidade com a CLÁUSULA SEXTA do Contrato Administrativo n.º 045 / 2020 e Lei Federal n.º 8.666/93, PRORROGA-SE o prazo de execução do presente contrato por mais 60 (sessenta) dias, de 25/07/2020 cessando em 24/09/2020. JUSTIFICA-SE a presente prorrogação, devido ao aguardo do envio dos projetos da CELESC para realocação de postes, impedindo assim a execução dos serviços dentro do prazo predeterminado. Ass.: Ércio Kriek, Prefeito Municipal de Pomerode - Contratante / Maurício Vogelsanger, Representante legal, Paviplan Pavimentação Ltda - contratada.

Pomerode / SC, 14 de Julho de 2020.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal de Pomerode

PORTARIA 26.682

Publicação N° 2594439

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA N° 26.682
CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDORA MANUELLA STORTZ.

A Secretária de Saúde, LIGIA HOEPFNER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, CONCEDER 15 (QUINZE) DIAS DE LICENÇA- PRÊMIO, a servidora MANUELLA STORTZ, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Saúde, referente ao período aquisitivo de 12.06.14 até 11.06.17, a partir de 01 de junho de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 01 de julho de 2020.

LIGIA HOEPFNER
Secretaria de Saúde

PORTARIA 26.703

Publicação Nº 2594434

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 26.703
CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDORA GISELIA CAROLINA MOREIRA.

A Secretária de Saúde, LIGIA HOEPFNER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, CONCEDER 15 (QUINZE) DIAS DE LICENÇA- PRÊMIO, a servidora GISELIA CAROLINA MOREIRA, ocupante do cargo de Assistente Social, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Saúde, sendo 15 (quinze) dias referente ao período aquisitivo de 15.09.15 até 14.03.19, a partir de 09 de julho de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 09 de julho de 2020.

LIGIA HOEPFNER
Secretaria de Saúde

PORTARIA 26.727

Publicação Nº 2594444

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA Nº 26.727

CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO (PROCESSO SELETIVO 065/2019- CHAMADA PÚBLICA) ELIANE WAGENKNECHT PARA A FUNÇÃO DE PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA - LÍNGUA ALEMÃ.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso VI;

RESOLVE:

Contratar por prazo determinado, de acordo com a Lei Ordinária de nº 2819 de 17 de março de 2016, ELIANE WAGENKNECHT, para exercer a função de Professor Disciplina Específica - Língua Alemã, com carga horária semanal de 20 (vinte) horas, na EBM Dr. Amadeu da Luz, vaga vinculada a matrícula, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 03 de junho de 2020, não podendo ultrapassar o prazo de dois anos.

A prorrogação da respectiva contratação, quando for necessária, será regida pelo §1º do artigo 4º da Lei Ordinária nº 2819, de 17 de março de 2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 13 de julho de 2020.

JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

GRAZIELLE KÜSTER LESSMANN
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA 26.735

Publicação N° 2594447

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA N° 26.735

CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO (PROCESSO SELETIVO 065/2019) SORINEIA GOEDE PARA A FUNÇÃO DE PEDAGOGO.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso VI;

RESOLVE:

Contratar por prazo determinado, de acordo com a Lei Ordinária de nº 2819 de 17 de março de 2016, SORINEIA GOEDE, para exercer a função de Pedagogo, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, na EEBM Profº Curt Brandes, vaga vinculada a realização de concurso público, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 04 de junho de 2020, não podendo ultrapassar o prazo de dois anos.

A prorrogação da respectiva contratação, quando for necessária, será regida pelo §1º do artigo 4º da Lei Ordinária nº 2819, de 17 de março de 2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 15 de julho de 2020.

JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

GRAZIELLE KÜSTER LESSMANN
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA 26.738

Publicação N° 2594437

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA N° 26.738

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO JANETE FATIMA FERMO DA FUNÇÃO DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM.

A Secretária de Saúde, LIGIA HOEPFNER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com a Lei nº 2819 de 17 de março de 2016, EXONERAR por término de contrato JANETE FATIMA FERMO, da função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Saúde, a partir de 15 de julho de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 15 de julho de 2020.

LIGIA HOEPFNER
Secretaria de Saúde

PORTARIA 26.743

Publicação Nº 2594449

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 26.743
CONCEDE LICENÇA- PRÊMIO AO SERVIDOR EDSON AMARILDO WEIDNER.

O Secretário de Planejamento e Meio Ambiente, JORGE ALFREDO HOGE, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, CONCEDER 15 (QUINZE) DIAS DE LICENÇA- PRÊMIO, ao servidor EDSON AMARILDO WEIDNER, ocupante do cargo de Fiscal de Posturas I, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente, referente ao período aquisitivo de 31.01.17 até 04.02.20, a partir de 20 de julho de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 20 de julho de 2020.

JORGE ALFREDO HOGE
Planejamento e Meio Ambiente

PORTARIA 26.770

Publicação Nº 2594426

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 26.770

AFASTA A SERVIDORA IVETE MAAS, EM FACE DA CONCESSÃO DA LICENÇA MATERNIDADE.

A Secretária de Saúde, LIGIA HOEPFNER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 184, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, AFASTAR, por motivos da concessão da Licença Maternidade a servidora IVETE MAAS, ocupante do cargo de Recepcionista, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Saúde, a partir de 22 de julho de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 22 de junho de 2020.

LIGIA HOEPFNER
Secretaria de Saúde

PORTARIA 26.795

Publicação Nº 2594424

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 26.795

AFASTA A SERVIDORA SARITA DA SILVA RESNER, EM FACE DA CONCESSÃO DA LICENÇA MATERNIDADE ESTENDIDA.

A Secretária de Saúde, LIGIA HOEPFNER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 13, da Lei Ordinária nº 2819 de 17 de março de 2016, AFASTAR, por motivos da concessão da Licença Maternidade de 120 (cento e vinte) dias a servidora SARITA DA SILVA RESNER, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Saúde, no período de 28 de julho de 2020 até 25 de setembro de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 28 de julho de 2020.

LIGIA HOEPFNER
Secretaria de Saúde

PORTARIA 26.803

Publicação Nº 2594422

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA Nº 26. 803
CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO A SERVIDORA EFETIVA
GISELIA CAROLINA MOREIRA.

Considerando que ao servidor que exercer funções de assessoria do TFD - Tratamento fora do domicílio, nos termos do inciso XLIII, da Lei Complementar nº 296/2016;

A Secretária de Saúde, LIGIA HOEPFNER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com os Artigos 1º e 2º da Lei Complementar nº 296 de 01 de abril de 2016, inciso XLIII, CONCEDER Gratificação de Função de 20% (vinte) por cento da Referência 231 da Lei Complementar 291/2016, a servidora efetiva GISELIA CAROLINA MOREIRA, ocupante do cargo de Assistente Social, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, na Secretaria de Saúde, a partir de 29 de julho de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 29 de julho de 2020.

LIGIA HOEPFNER
Secretaria de Saúde

PREGÃO PRESENCIAL N.º 038 / 2020 - REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 2595975

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 038 / 2020 – REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 067 / 2020.

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA PARA AS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Entrega dos envelopes: Até as 08h00min. do dia 21/08/2020.

Local: Praça do Cidadão do Município de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08h00min. do dia 21/08/2020.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Contratos do Município de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC – CEP 89.107-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07h30min. às 11h30min. e das 13h00min. às 17h00min., Fone: (47) 3387-7229, e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br, ou site: www.pomerode.sc.gov.br – Portal do Cidadão.

Pomerode / SC, 07 de Agosto de 2020.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

RESOLUÇÃO Nº 011/2020/COMID

Publicação Nº 2597003

RESOLUÇÃO Nº 011/2020/COMID

Dispõe sobre a nomeação de componentes para a Mesa Diretora do Conselho Municipal do Idoso de Pomerode-COMID.

O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DE POMERODE, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal Complementar nº 176, de 31 de Agosto de 2009, e em conformidade com a deliberação da reunião ordinária realizada no dia 07 de agosto,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os componentes para a Mesa Diretora do Conselho Municipal do Idoso de Pomerode para a gestão 2020-2022 :

I – Presidente: Alessandra Zangale Zaquine da Silva – representante da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB – Subseção de Blumenau;

II - Vice-Presidente: Deiseleia Nitzke Resner – representante da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora;

III – Secretária: Daiane Aline Uller – representante do Hospital e Maternidade Rio do Teste;

IV – Vice-Secretária: Anete Schroeder – representante da Fundação Promotora de Eventos, Esportes e Lazer – FUNPEEL.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Pomerode, 07 de Agosto de 2020.

Alessandra Zangale Zaquine da Silva

Presidente do Conselho Municipal do Idoso de Pomerode

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 002 / 2020 - SAÚDE

Publicação Nº 2595978

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 002 / 2020 – SAÚDE

Processo Administrativo n.º 008 / 2020 - SAÚDE.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE ALMOXARIFADO CENTRAL DA SECRETARIA DE SAÚDE, ANEXO À UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA RICARDO JUNG, SITUADO NA RUA NATAL, Nº 131 – CENTRO, POMERODE/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA, PROJETO BÁSICO E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO.

Entrega dos envelopes: Até as 08h00min. do dia 26/08/2020.

Local: Praça do Cidadão do Município de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08h00min. do dia 26/08/2020.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Contratos do Município de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC – CEP 89.107-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07h30min. às 11h30min. e das 13h00min. às 17h00min., Fone: (47) 3387-7229, e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br, ou site: www.pomerode.sc.gov.br – Portal do Cidadão.

Pomerode / SC, 07 de Agosto de 2020.

LÍGIA HOEPFNER

Secretária Municipal de Saúde de Pomerode

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE**5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 09/2017**

Publicação Nº 2595050

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE POMERODE

Espécie do Contrato: 5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 09/2017

Das Partes: SAMAE DE POMERODE E KRAFT COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 18.435.617/0001-03.

Do Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTINUADO DE ALARME, MONITORAMENTO ELETRÔNICO 24 HORAS E INSPEÇÃO TÁTICA.

Processo Administrativo: Licitatório nº 014/2017

Assim, em conformidade com a 9 – DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO DA VIGÊNCIA E REAJUSTE combinado com o inciso II do Art. 57 da lei 8666/93, as partes resolvem prorrogar mais 12 meses, o prazo de validade do Contrato e reajustar em 2,13% conforme índice IPCA.

Pomerode - SC, 20 de Julho de 2020

RICARDO CAMPESTRINI PRESIDENTE DO SAMAE POMERODE.

Ponte Alta do Norte

PREFEITURA

DECRETO-1979-2020 - DOTAÇÃO

Publicação Nº 2594844

DECRETO Nº 1979/2020

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A SUPLEMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS ATRAVÉS DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Ponte Alta do Norte, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orçamentária nº. 1164/19 de 27/11/2019, Art.5º Inciso I, e pelo Art. 81º, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA

Art. 1º - Ficam Suplementadas as dotações orçamentárias abaixo relacionadas, no montante de R\$ 190.000,00 (Cento e Noventa Mil Reais), a saber:

10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

10.301.1001.1.075 – AQUISIÇÃO DE VEICULO - SAÚDE

4.4.90.00.00.00.00.00.1179 – Investimentos R\$ 190.000,00

Art. 2º - Para cobertura das Suplementações mencionadas no Art. 1º, serão utilizados recursos disponíveis do Excesso de Arrecadação apurado no exercício.

Art. 3º - O excesso será lançado por fonte de recurso em sua unidade de origem.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ponte Alta do Norte, 10 de Agosto de 2020.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA
PREFEITO MUNICIPAL

Fica publicado o presente decreto aos dez dias do mês de Agosto de 2020, na Portaria da Prefeitura Municipal e DOM Diário Oficial dos Municípios.

Delfa T. W. Costa
Secretaria Executiva

DECRETO-1980-2020 - DOTAÇÃO

Publicação Nº 2594845

DECRETO Nº 1980/2020

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A SUPLEMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS ATRAVÉS DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Ponte Alta do Norte, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orçamentária nº. 1164/19 de 27/11/2019, Art.5º, Inciso I, e pelo Art. 81º, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA

Art. 1º - Ficam Suplementadas as dotações orçamentárias abaixo relacionadas, no montante de R\$ 450.000,00 (Quatrocentos e Cinquenta Mil Reais), a saber:

06 – SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO

06.01 – SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO

15.451.1501.1.068 – PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E PASSEIOS

4.4.90.00.00.00.00.00.0176 – Investimentos R\$ 300.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0179 – Investimentos R\$ 150.000,00

Art. 2º - Para cobertura das Suplementações mencionadas no Art. 1º, serão utilizados recursos disponíveis do Excesso de Arrecadação apurado no exercício oriundos de emenda parlamentares especiais da união de Angela Amin e Celso Maldaner, e do estado com Romildo Titon.

Art. 3º - O excesso será lançado por fonte de recurso em sua unidade de origem.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o decreto nº 1975/2020, e as demais disposições em contrário.

Ponte Alta do Norte, 10 de Agosto de 2020.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA
PREFEITO MUNICIPAL

Fica publicado o presente decreto aos dez de Agosto de 2020, na Portaria da Prefeitura Municipal e DOM –Diário Oficial dos Municípios.

Delfa T. W. Costa
Secretaria Executiva

Ponte Serrada

PREFEITURA

10 - EXTRATO DE ATA DE RP- G.C. ARAUJO - Nº 10-2020 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2020 - FMS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2020 - FMS

Publicação Nº 2595982

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2020 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2020 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 10/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: G.C. ARAÚJO MÓVEIS DE AÇO EPP

CNPJ: 20.252.467/0001-36

OBJETO: aquisição de EQUIPAMENTO/MATERIAL PERMANENTE PARA ATENDER AS PROPOSTAS DE Nº 11696.615000/1190-02 E 11696.615000/1190-07/FNS conforme condições e especificações constantes no Edital e proposta anexa. VALOR: R\$ 779,80 (Setecentos e setenta e nove reais e oitenta centavos). VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de 05 de Agosto de 2020 até 05 de Agosto de 2021. Ponte Serrada, 05 de Agosto de 2020. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

3 - EXTRATO DE ATA DE RP- CELI - Nº 03-2020 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2020 - FMS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2020 - FMS

Publicação Nº 2595048

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2020 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2020 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 03/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: CELI PRODUTOS DE AÇO LTDA

CNPJ: 81.340.960/0001-00

OBJETO: aquisição de EQUIPAMENTO/MATERIAL PERMANENTE PARA ATENDER AS PROPOSTAS DE Nº 11696.615000/1190-02 E 11696.615000/1190-07/FNS conforme condições e especificações constantes no Edital e proposta anexa. VALOR: R\$ 3.294,00 (Três mil duzentos e noventa e quatro reais). VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de 05 de Agosto de 2020 até 05 de Agosto de 2021. Ponte Serrada, 05 de Agosto de 2020. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

4 - EXTRATO DE ATA DE RP- ISAC COSTA FULMANN - Nº 04-2020 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2020 - FMS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2020 - FMS

Publicação Nº 2595059

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2020 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2020 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 04/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: ISAC COSTA FULMANN10926746910

CNPJ: 33932632/0001-42

OBJETO: aquisição de EQUIPAMENTO/MATERIAL PERMANENTE PARA ATENDER AS PROPOSTAS DE Nº 11696.615000/1190-02 E 11696.615000/1190-07/FNS conforme condições e especificações constantes no Edital e proposta anexa. VALOR: R\$ 12.444,50 (Doze mil quatrocentos e quarenta e quatro reais e cinquenta centavos). VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de 05 de Agosto de 2020 até 05 de Agosto de 2021. Ponte Serrada, 05 de Agosto de 2020. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

5 - EXTRATO DE ATA DE RP- ALFA MED Nº 05-2020 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2020 - FMS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2020 - FMS

Publicação Nº 2595141

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2020 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2020 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 05/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: ALFA MED SISTEMAS MÉDICOS LTDA

CNPJ: 11.405.384/0001-49

OBJETO: aquisição de EQUIPAMENTO/MATERIAL PERMANENTE PARA ATENDER AS PROPOSTAS DE Nº 11696.615000/1190-02 E 11696.615000/1190-07/FNS conforme condições e especificações constantes no Edital e proposta anexa. VALOR: R\$ 15.600,00 (Quinze mil e seiscentos reais). VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de 05 de Agosto de 2020 até 05 de Agosto de 2021. Ponte Serrada, 05 de Agosto de 2020. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

6 - EXTRATO DE ATA DE RP- K.C.R.S - Nº 06-2020 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2020 - FMS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2020 - FMS

Publicação Nº 2595144

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2020 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2020 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 06/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: K.C.R.S COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI

CNPJ: 21.971.041/0001-03

OBJETO: aquisição de EQUIPAMENTO/MATERIAL PERMANENTE PARA ATENDER AS PROPOSTAS DE Nº 11696.615000/1190-02 E 11696.615000/1190-07/FNS conforme condições e especificações constantes no Edital e proposta anexa. VALOR: R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais). VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de 05 de Agosto de 2020 até 05 de Agosto de 2021. Ponte Serrada, 05 de Agosto de 2020. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

6 EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Publicação Nº 2594731

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 006/2020 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CHAMAMENTO PÚBLICO DE PESSOA FÍSICA PARA PRESTAÇÃO DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM , JUNTO AO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA – SAMU – UMA VAGA

TECNICO DE ENFERMAGEM

Atribuições: Exercer as atividades técnicas de enfermagem, participar dos serviços e das ações de saúde pública, junto às unidades de saúde e na operacionalização dos programas de saúde em que o Município seja partícipe ou os desenvolva especialmente os de saúde preventiva, inclusive o PSF, de campanhas de saúde pública e de controle epidemiológico (campanhas de vacinação); integrar e interagir com a equipe de profissionais para melhorar e ampliar o atendimento à saúde da população e, especialmente, para a promoção de formas de prevenção de endemias; cooperar e participar das atividades, ações e serviços de saúde pública, inclusive de extensão e de saneamento, segundo as respectivas especialidades, inclusive em programas sociais e comunitários, nos termos da programação da Administração; promover e participar de reuniões e grupos de discussão de temas relacionados à saúde pública; exercer outras atribuições próprias das características do cargo.

Habilitação Mínima para a Posse e Exercício do Cargo:

Conclusão do Nível Técnico em Enfermagem e inscrição no COREN ativo.

Os interessados poderão solicitar a inscrição no chamamento público à partir da publicação deste chamamento até a data de 12 de agosto de 2020.

O MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 82.777.236/0001-01, com sede na Madre Maria Theodora, 264, na cidade de Ponte Serrada, SC, neste ato representada pela Secretária Municipal de Saúde, Sra. ADRIANA PAVELSKI, portadora da Cédula de Identidade RG n. 2.877.799 e inscrito no CPF/MF sob o n. 987.217.049-53, TORNA PÚBLICO a realização de CHAMAMENTO PÚBLICO de pessoa física para a PRESTAÇÃO DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM JUNTO AO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU, com a finalidade de prestar os serviços para a substituição de uma servidora efetiva que se encontra em licença para tratamento de saúde pelo período de 120 (cento e vinte) dias, junto a Secretaria Municipal de Saúde, com a ressalva de rescisão quando a mesma retornar as suas atividades normais.

1 - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO:

Poderão participar do Credenciamento as pessoas físicas que comprovem serem portadores do Diploma de Nível Técnico em Enfermagem e a inscrição ativa no COREN e que atendidos aos requisitos de contratação dos servidores públicos do Município de Ponte Serrada/SC.

2 - DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO exigida neste instrumento de chamamento, visando o atendimento satisfatório da legislação municipal.

Não poderão participar do Chamamento Público os interessados que estejam cumprindo as sanções previstas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93.

3 - FORMA DE INSCRIÇÃO: Os interessados poderão inscrever-se para o chamamento público no prazo de até 12 de agosto de 2020 a partir da publicação do presente termo no site (ponteserrada.sc.gov.br) e no Mural do Município na Madre Maria Theodora, 264, na cidade de Ponte Serrada, SC.

Serão consideradas credenciadas as pessoas físicas que apresentarem inscrição junto ao Departamento de Recursos Humanos. A comissão terá até 02 dias úteis, ao final das inscrições para realizar a avaliação dos documentos dos candidatos inscritos.

4 - FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS: Os interessados deverão encaminhar os documentos relacionados no item 5 ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Ponte Serrada/SC, no endereço: Madre Maria Theodora, 264, Ponte Serrada, SC, ou realizar a sua inscrição diretamente no Departamento de Recursos Humanos.**5 - DOCUMENTAÇÃO REFERENTE A INSCRIÇÃO:**

RG e CPF – Cópia
Comprovante de Endereço
Cópia e Original do Diploma de Nível Técnico em Enfermagem
Carteirinha do COREN

6 – DAS VAGAS: Será realizado o Chamamento de 01 (uma) vaga técnico de enfermagem.**7 - DO VALOR E PRAZO DE EXECUÇÃO:** A remuneração pela prestação do serviço será de R\$ 1.301,29 (Um mil, trezentos e um reais e vinte e nove centavos), adicional noturno, mais vale alimentação em regime de plantão 24x72 horas. O pagamento pelos serviços será mensalmente.**8 - DO PRAZO E VIGENCIA:** – O prazo de vigência do presente chamamento público é de até 120 dias, ou até que a servidora efetiva do cargo retorne as atividades normais junto a Secretaria Municipal de Saúde.**9 - DA AVALIAÇÃO:** A comissão avaliadora a ser designada pelo Chefe do Poder Executivo avaliará os inscritos pelos seguintes critérios:

- I – Maior tempo comprovado de prestação do serviço no cargo, ou desempenho em função/atividade similar;
- II – Caso não existam inscritos com os requisitos do item I, serão avaliados os inscritos pelas quantidades de cursos (horas) realizados na área de saúde;
- III – Caso não existam inscritos com os requisitos do item II, será avaliado o grau de escolaridade dos inscritos;
- IV – Maior idade dos inscritos.

10 – DISPOSIÇÕES FINAIS: Qualquer dúvida quanto ao Chamamento Público poderá ser resolvida junto ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Ponte Serrada/SC, nos horários de 7h30min até às 11h30min e das 13h30min até às 17h, nos dias úteis, ou pelo telefone 49-3435-6000.

Ponte Serrada, 07 de agosto de 2020.

ADRIANA PAVELSKI
Secretária Municipal de Saúde

FICHA DE INSCRIÇÃO

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no CPF nº _____ residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado SC CEP _____, inscrito no Chamamento Público - Edital 006/2020 – Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de PONTE SERRADA, inscrição para o cargo de TECNICO EM ENFERMAGEM

Ponte Serrada, _____.

Candidato

Obs.

A documentação descrita abaixo deverá vir anexa a esta ficha de inscrição.

- I – Comprovado de prestação do serviço no cargo, ou desempenho em função/atividade similar;
- II – Comprovação de cursos (horas) realizados na área de saúde;

III – Grau de escolaridade dos inscritos;

7 - EXTRATO DE ATA DE RP- ALTERMED - Nº 07-2020 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2020 - FMS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2020 - FMS

Publicação Nº 2595169

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2020 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2020 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 07/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

CNPJ: 00.802.002/0001-02

OBJETO: aquisição de EQUIPAMENTO/MATERIAL PERMANENTE PARA ATENDER AS PROPOSTAS DE Nº 11696.615000/1190-02 E 11696.615000/1190-07/FNS conforme condições e especificações constantes no Edital e proposta anexa. VALOR: R\$ 15.120,00 (Quinze mil cento e vinte reais). VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de 05 de Agosto de 2020 até 05 de Agosto de 2021. Ponte Serrada, 05 de Agosto de 2020. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

8 - EXTRATO DE ATA DE RP- LUIS CESAR REIS - Nº 08-2020 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2020 - FMS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2020 - FMS

Publicação Nº 2595312

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2020 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2020 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 08/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: LUIS CESAR REIS EPP

CNPJ: 93.920.361/0001-37

OBJETO: aquisição de EQUIPAMENTO/MATERIAL PERMANENTE PARA ATENDER AS PROPOSTAS DE Nº 11696.615000/1190-02 E 11696.615000/1190-07/FNS conforme condições e especificações constantes no Edital e proposta anexa. VALOR: R\$ 3.070,00 (Três mil e setenta reais). VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de 05 de Agosto de 2020 até 05 de Agosto de 2021. Ponte Serrada, 05 de Agosto de 2020. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

9 - EXTRATO DE ATA DE RP- BRUMED - Nº 09-2020 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2020 - FMS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2020 - FMS

Publicação Nº 2595691

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2020 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2020 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 09/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: BRUMED COMÉRCIO ATACADISTA E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI

CNPJ: 31.770.650/0001-40

OBJETO: aquisição de EQUIPAMENTO/MATERIAL PERMANENTE PARA ATENDER AS PROPOSTAS DE Nº 11696.615000/1190-02 E 11696.615000/1190-07/FNS conforme condições e especificações constantes no Edital e proposta anexa. VALOR: R\$ 4.989,00 (Quatro mil novecentos e oitenta e nove reais). VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de 05 de Agosto de 2020 até 05 de Agosto de 2021. Ponte Serrada, 05 de Agosto de 2020. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

EDITAL DE CHAMAMENTO PUBLICO N. 006/2020 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

Publicação Nº 2594570

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 006/2020 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CHAMAMENTO PÚBLICO DE PESSOA FISICA PARA PRESTAÇÃO DE TECNICO EM ENFERMAGEM , JUNTO AO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MOVEL DE URGÊNCIA – SAMU – UMA VAGA

TECNICO DE ENFERMAGEM

Atribuições: Exercer as atividades técnicas de enfermagem, participar dos serviços e das ações de saúde pública, junto às unidades de saúde

e na operacionalização dos programas de saúde em que o Município seja partícipe ou os desenvolva especialmente os de saúde preventiva, inclusive o PSF, de campanhas de saúde pública e de controle epidemiológico (campanhas de vacinação); integrar e interagir com a equipe de profissionais para melhorar e ampliar o atendimento à saúde da população e, especialmente, para a promoção de formas de prevenção de endemias; cooperar e participar das atividades, ações e serviços de saúde pública, inclusive de extensão e de saneamento, segundo as respectivas especialidades, inclusive em programas sociais e comunitários, nos termos da programação da Administração; promover e participar de reuniões e grupos de discussão de temas relacionados à saúde pública; exercer outras atribuições próprias das características do cargo.

Habilitação Mínima para a Posse e Exercício do Cargo:
Conclusão do Nível Técnico em Enfermagem e inscrição no COREN ativo.

Os interessados poderão solicitar a inscrição no chamamento público à partir da publicação deste chamamento até a data de 12 de agosto de 2020.

O MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 82.777.236/0001-01, com sede na Madre Maria Theodora, 264, na cidade de Ponte Serrada, SC, neste ato representada pela Secretária Municipal de Saúde, Sra. ADRIANA PAVELSKI, portadora da Cédula de Identidade RG n. 2.877.799 e inscrito no CPF/MF sob o n. 987.217.049-53, TORNA PÚBLICO a realização de CHAMAMENTO PÚBLICO de pessoa física para a PRESTAÇÃO DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM JUNTO AO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU, com a finalidade de prestar os serviços para a substituição de uma servidora efetiva que se encontra em licença para tratamento de saúde pelo período de 120 (cento e vinte) dias, junto a Secretaria Municipal de Saúde, com a ressalva de rescisão quando a mesma retornar as suas atividades normais.

1 - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO:

Poderão participar do Credenciamento as pessoas físicas que comprovem serem portadores do Diploma de Nível Técnico em Enfermagem e a inscrição ativa no COREN e que atendidos aos requisitos de contratação dos servidores públicos do Município de Ponte Serrada/SC.

2 - DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO exigida neste instrumento de chamamento, visando o atendimento satisfatório da legislação municipal.

Não poderão participar do Chamamento Público os interessados que estejam cumprindo as sanções previstas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93.

3 - FORMA DE INSCRIÇÃO: Os interessados poderão inscrever-se para o chamamento público no prazo de até 12 de agosto de 2020 a partir da publicação do presente termo no site (ponteserrada.sc.gov.br) e no Mural do Município na Madre Maria Theodora, 264, na cidade de Ponte Serrada, SC.

Serão consideradas credenciadas as pessoas físicas que apresentarem inscrição junto ao Departamento de Recursos Humanos. A comissão terá até 02 dias úteis, ao final das inscrições para realizar a avaliação dos documentos dos candidatos inscritos.

4 - FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS: Os interessados deverão encaminhar os documentos relacionados no item 5 ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Ponte Serrada/SC, no endereço: Madre Maria Theodora, 264, Ponte Serrada, SC, ou realizar a sua inscrição diretamente no Departamento de Recursos Humanos.

5 - DOCUMENTAÇÃO REFERENTE A INSCRIÇÃO:

RG e CPF – Cópia
Comprovante de Endereço
Cópia e Original do Diploma de Nível Técnico em Enfermagem
Carteirinha do COREN

6 – DAS VAGAS: Será realizado o Chamamento de 01 (uma) vaga técnico de enfermagem.

7 - DO VALOR E PRAZO DE EXECUÇÃO: A remuneração pela prestação do serviço será de R\$ 1.301,29 (Um mil, trezentos e um reais e vinte e nove centavos), adicional noturno, mais vale alimentação em regime de plantão 24x72 horas. O pagamento pelos serviços será mensalmente.

8 - DO PRAZO E VIGÊNCIA: – O prazo de vigência do presente chamamento público é de até 120 dias, ou até que a servidora efetiva do cargo retorne as atividades normais junto a Secretaria Municipal de Saúde.

9 - DA AVALIAÇÃO: A comissão avaliadora a ser designada pelo Chefe do Poder Executivo avaliará os inscritos pelos seguintes critérios:

- I – Maior tempo comprovado de prestação do serviço no cargo, ou desempenho em função/atividade similar;
- II – Caso não existam inscritos com os requisitos do item I, serão avaliados os inscritos pelas quantidades de cursos (horas) realizados na área de saúde;
- III – Caso não existam inscritos com os requisitos do item II, será avaliado o grau de escolaridade dos inscritos;
- IV – Maior idade dos inscritos.

10 – DISPOSIÇÕES FINAIS: Qualquer dúvida quanto ao Chamamento Público poderá ser resolvida junto ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Ponte Serrada/SC, nos horários de 7h30min até às 11h30min e das 13h30min até às 17h, nos dias úteis, ou pelo telefone 49-3435-6000.

Ponte Serrada, 07 de agosto de 2020.

ADRIANA PAVELSKI
Secretária Municipal de Saúde

FICHA DE INSCRIÇÃO

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no CPF n.º _____ residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado SC CEP _____, inscrito no Chamamento Público - Edital 006/2020 – Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de PONTE SERRADA, inscrição para o cargo de TECNICO EM ENFERMAGEM

Ponte Serrada, _____.

Candidato

Obs.

A documentação descrita abaixo deverá vir anexa a esta ficha de inscrição.

- I – Comprovado de prestação do serviço no cargo, ou desempenho em função/atividade similar;
- II – Comprovação de cursos (horas) realizados na área de saúde;
- III – Grau de escolaridade dos inscritos;

Porto Belo**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 005/2020 - FMS**

Publicação Nº 2591930

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão nº 020/2020 - FMS - Pregão Eletrônico - Nº 005/2020 - FMS

Tipo de licitação: Menor Preço Por Item;

Objeto: REGISTRO DE PREÇO - Aquisição de materiais e equipamentos médicos e odontológicos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I deste edital.

Data e local de entrega da sessão eletrônica: Às 09h00min do dia 20/08/2020, no site www.portaldecompraspublicas.com.brO edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações, no site www.portaldecompraspublicas.com.br no Setor de Licitações da PMPB, Rua José Guerreiro Filho, nº 265, Centro, Porto Belo/SC.Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 – ramal 248 ou pelo e-mail administracao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 10 de Agosto de 2020

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FAMAP**INDEFERIMENTO PROCESSO SINFAT Nº 7091/2020 - LAP - CETREC**

Publicação Nº 2591981

Porto Belo (SC), 05 de Agosto de 2020.

A Odilon Luiz Tumelero - CETREC

CNPJ nº 18.092.232/0001-82

Rua Izidoro Batista nº 444, Bairro Vila Nova.

Assunto: Indeferimento do Processo SINFAT nº 7091 – Licença Ambiental Prévia - LAP.

Em razão da Lei Ordinária nº 2907/2020 que alterou a Lei nº 2888/2020, informa-se ao requerente e/ou interessado, Sr. Odilon Luiz Tumelero e/ou CETREC (CNPJ nº 18.092.232/0001-82), que o Processo SINFAT nº 7091/2020, visando o pedido de Licença Ambiental Prévia - LAP para a atividade de "Unidade de Triagem de Resíduos da Construção Civil (CETREC)" com código de atividade principal 71.60.12 (Res. CONSEMA nº 99/2017 e/ou suas alterações), pretendida a ser localizada na Rua Izidoro Batista nº 444, Bairro Vila Nova, no município de Porto Belo – SC, fica INDEFERIDO definitivamente uma vez que se insere em Macrozoneamento diferente do previsto na Lei acima citada, a qual regulamentou a implantação dessa e outras atividades no município, ficando vedada a instalação e funcionamento desse tipo de atividade no endereço requerido e Macrozoneamento incidente.

Sendo o que se apresentava para o momento, colocamo-nos a sua inteira disposição para qualquer esclarecimento e, informa-se que o processo será arquivado pela Fundação Municipal de Meio Ambiente de Porto Belo - FAMAP.

Atenciosamente,

Ana Paula Carvalho Silva Bunn

Presidente da Fundação do Meio Ambiente Porto Belo - FAMAP

INDEFERIMENTO PROCESSO SINFAT Nº 9876/2020 - LAP - ARTRIC

Publicação Nº 2592008

Ofício nº 156/2020

Porto Belo (SC), 05 de Agosto de 2020.

À Associação de reciclagem de resíduos domésticos e transformação de resíduos industriais e da construção civil - ARTRIC

CNPJ nº 28.072.934/0001-58

Rod. BR 280, km 36, nº 4240, Bairro Corveta, Município de Araquari- SC. CEP: 89.245-000.

Assunto: Indeferimento do Processo SINFAT nº 9876 – Licença Ambiental Prévia - LAP.

Em razão da Lei Ordinária nº 2907/2020 que alterou a Lei nº 2888/2020, informa-se ao requerente e/ou interessado, ARTRIC – Associação de Reciclagem de resíduos domésticos e transformação de resíduos da construção (CNPJ nº 28.072.934/0001-58), que o Processo SINFAT nº 9876/2020, visando o pedido de Licença Ambiental Prévia - LAP para a(s) atividade(s) de: Disposição final de rejeitos da construção civil em aterros (Cód. 71.60.05); Armazenamento temporário de eletrônicos e eletrodomésticos pós-consumo (Cód. 71.60.08); Unidade de triagem de resíduos da Construção civil e volumosos (Cód. 71.60.12), segundo Res. CONSEMA nº 99/2017 e/ou suas alterações, pretendida a ser localizada na Av. Gov. Celso Ramos s/nº, Bairro Alto Perequê, no município de Porto Belo – SC, fica INDEFERIDO definitivamente uma vez que se insere em Macrozoneamento diferente do previsto na Lei acima citada, a qual regulamentou a implantação dessa e outras atividades no município, ficando vedada a instalação e funcionamento desse tipo de atividade no endereço requerido e Macrozoneamento incidente. Sendo o que se apresentava para o momento, colocamo-nos a sua inteira disposição para qualquer esclarecimento e, informa-se que o processo será arquivado pela Fundação Municipal de Meio Ambiente de Porto Belo - FAMAP.

Atenciosamente,

Ana Paula Carvalho Silva Bunn
Presidente da Fundação do Meio Ambiente Porto Belo - FAMAP

Porto União

PREFEITURA

DECRETO N° 1007/2020

Publicação N° 2594872

DECRETO N° 1.007, de 04 de agosto de 2020.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais n°s 4.595, de 10 de julho de 2019 (LDO) e 4.636, de 12 de dezembro de 2019 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado o Orçamento Geral do Município, na dotação orçamentária a seguir especificada, no valor de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais):

ORGÃO ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0213 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
ATIVIDADE	2106 – Média e Alta Complexidade Saúde		
MODALIDADE	3390 – 3195 – Aplicações Diretas	111	300.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		300.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de superávit financeiro.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 04 de agosto de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

SOFIA SYDOL
Secretária Municipal de Finanças e Contabilidade

PORTARIA N° 807/2020 - RH

Publicação N° 2595079

PORTARIA N° 807, de 05 de agosto de 2020.

Dispõe sobre conceder Licença Prêmio de acordo com a Lei 2.055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Alínea "a", Inciso II, Artigo 84, da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 05 de agosto de 2020, referente ao período aquisitivo de abril/2011 a abril/2016, de 30 (trinta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, ao servidor MÁRIO SCREPECZ, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o saldo de 30 (trinta) dias consecutivos de Licença Prêmio, referente ao período aquisitivo mencionado no artigo anterior.

Art. 6º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 05 de agosto de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal
e Esporte

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 808/2020 - RH

Publicação Nº 2595083

PORTARIA Nº 808, de 05 de agosto de 2020.
Dispõe sobre exoneração a pedido.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Inciso II, Artigo 84, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR A PEDIDO, MARAHANE AYRES GUERIOS DE OLIVEIRA, matrícula 2028904, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cirurgião Dentista, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme prevê Artigo 57 da Lei Municipal 2.055/1994.

Art. 2º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no Inciso I, do Artigo 57, Lei Municipal 2.055/1994.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 05 de agosto de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal
e Esporte

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 809/2020 - RH

Publicação Nº 2595085

PORTARIA Nº 809, de 05 de agosto de 2020.
Dispõe sobre conceder Licença Prêmio de acordo com a Lei 2.055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Inciso II, Artigo 84, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 05 de agosto de 2020, referente ao período aquisitivo de maio/2008 a maio/2013, de 30 (trinta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, ao servidor ALOIR RODRIGUES CALISTO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista de Veículos Pesados, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 05 de agosto de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal
e Esporte

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração

Pouso Redondo

PREFEITURA

85 2020 - EQUIPAMENTOS INFORMATICA PAC II

Publicação Nº 2594493

*PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

PROCESSO Nº85/2020 - PREGÃO ELETRONICO Nº 63/2020 – REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberto Pregão Eletrônico, através da plataforma www.bll.org.br, o edital de Registro de Preços para Aquisição de equipamentos e suprimentos de informática, para desenvolvimento de atividades referente ao Projeto Técnico Social - PAC II., com RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08h00 do dia 10/08/2020 às 08:00 do dia 20/08/2020 e início da sessão no dia 20/08/2020 as 09h00. Maiores informações e o edital completo serão fornecidos pelo setor de Licitação da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-8700 ou e-mail: licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br ou através da plataforma www.bll.org.br.

Pouso Redondo, 06 de agosto de 2020.

Oscar Gutz

Prefeito Municipal

87 2020 - PAVIMENTAÇÃO RUA CASTELO BRANCO

Publicação Nº 2594726

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

PROCESSO Nº87/2020

CONCORRÊNCIA P/OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 02/2020

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados a abertura da concorrência p/ obras e serviços de engenharia às 08:30 horas do dia 09.09.2020, para contratação de empresa do ramo, com fornecimento de materiais e mão de obra para pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, pavimentação em blocos intertravados e sinalização viária, em um trecho da Rua Castelo Branco. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, pelo fone 47 3545-8700, ou pelo e-mail licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br ou site www.pousoredondo.sc.gov.br

Pouso Redondo, em 07 de agosto de 2020.

Oscar Gutz

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 102/2020 DE 06/08/2020 - INSTITUI O SISTEMA DE CREDENCIAMENTO DE MÉDICO CLÍNICO GERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2596088

DECRETO Nº 102/2020 de 06/08/2020

Institui o Sistema de Credenciamento de Médico Clínico Geral, e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e Lei 8.666/93, de 21.06.1993.

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído o Sistema de Credenciamento de Médico Clínico Geral no Município de Pouso Redondo, para atendimento médico no pronto socorro municipal e para outras demandas da Secretaria Municipal de Saúde.

§ 1º – Os Especialistas interessados em se credenciar junto ao Poder Público Municipal, deverão prestar os serviços obedecendo a Tabela de Preço, Anexo I, que está baseada na Tabela do Sistema Único de Saúde (SUS), acrescido de adicional de valor por especialidade e complexidade, de acordo com o a tabela de preço, Anexo I.

§ 2º - Para fins de inscrição ao credenciamento, os interessados deverão apresentar a seguinte documentação em original ou cópias devidamente autenticadas:

I - DA HABILITAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- b) Cédula de identidade e CPF dos sócios gerentes ou diretores da empresa;
- c) Contrato Social; Declaração de Firma Individual.

II - DA HABILITAÇÃO TÉCNICA:

- a) Registro ou inscrição e prova de regularidade no Conselho Regional de Medicina - CRM;

b) Certificado (s), currículo (s) de profissional (is).

III – DA HABILITAÇÃO FISCAL DE PESSOAS JURÍDICAS:

- a) Cópia do CNPJ/MF;
- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos tributos Federais e a Dívida Ativa da União, emitida pela Receita Federal;
- c) Certidão Negativa de Débito com a Fazenda do Estado (Tributos Estaduais) onde for sediada a empresa.
- d) Certidão Negativa de Débito com a Fazenda do Município onde for sediada a empresa.
- e) Certificado de Regularidade do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT.

IV - DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

- a) Requerimento manifestando a interesse em se credenciar com o município;
- b) Declaração de que não existe fato impeditivo em contratar com o poder público e de que aceita as condições requeridas neste decreto e no edital;
- c) Declaração de Prestação dos serviços;
- d) Declaração de cumprimento das condições de Habilitação;
- e) Declaração de Idoneidade;
- f) Declaração de cumprimento do Art. 7º da Constituição Federal.

§ 3º - Os documentos poderão ser apresentados por processo de cópia devidamente autenticados por Tabelião de Notas ou por Funcionário Público Municipal, não se admitindo emendas ou rasuras, sob pena de indeferir o pedido.

Art. 2º - Após o Credenciamento a Administração poderá exigir a qualquer momento a apresentação dos documentos de habilitação.

Art. 3º - A pessoa jurídica receberá o pagamento em até 30 (trinta) dias, mediante prestação do serviço em unidades da Secretaria de Saúde ou Pronto Socorro Municipal, com registro das horas de atendimento realizadas no sistema de informática da Secretaria de Saúde ou mediante escala de plantões elaborada pelo responsável técnico do Pronto Socorro Municipal, no limite de 1.000 horas/mês.

§ 1º - Os atendimentos devem ser realizados no Município de Pouso Redondo, nas dependências das unidades de saúde e no Pronto Socorro Municipal em turno determinado pela administração municipal e/ou pelo responsável técnico do Pronto Socorro Municipal, contemplando 24 horas por dia, em todos os dias da semana.

§ 2º - O valor de ISS e imposto de renda (IRRF) serão retidos na nota fiscal de prestação de serviços para o Município de Pouso Redondo.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo/SC, 06 de agosto de 2020.

OSCAR GUTZ
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

TABELA DE PREÇOS POR ESPECIALIDADE

TABELA DE PREÇOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) + adicional de valor por especialidade e complexidade

ANEXO I

VALOR	DESCRIÇÃO PROCEDIMENTO Quant. máx. mensal
150,00	Hora de atendimento médico 1000 horas/mês

Pouso Redondo/SC, 06 de agosto de 2020.

OSCAR GUTZ
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 103/2020 DE 07/08/2020 - ALTERA O ART. 16 E O § 2º, DO INCISO II, DO ART. 21, DO DECRETO Nº 047/2020 DE 30/04/2020, ALTERADO PELO DECRETO Nº 051/2020 DE 19/05/2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2596089

DECRETO Nº 103/2020 de 07/08/2020

Altera o art. 16 e o § 2º, do inciso II, do art. 21, do Decreto nº 047/2020 de 30/04/2020, alterado pelo Decreto nº 051/2020 de 19/05/2020, e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO, que o Decreto nº 047/2020 de 30/04/2020 foi elaborado e publicado com a intenção de garantir recursos para a manutenção dos serviços essenciais à toda população pousoredondense, tendo em vista o clima incerto em que estávamos vivenciando em meio a um cenário de evidente queda na arrecadação e consequentemente a espera de uma grande dificuldade econômica para o Município;

CONSIDERANDO, que em razão da incerteza vivenciada naquele momento, tornou-se necessária a adoção urgente de medidas pelo Chefe do Poder Executivo, visando reduzir os custos administrativos para garantir recursos ao enfrentamento do novo Coronavírus e assegurar o atendimento a todos os pousoredondenses, sem deixar de honrar com os compromissos assumidos pelo Município até àquele momento;

CONSIDERANDO, o dever do Poder Público prezar pelas necessidades essenciais da população, sendo que no momento da publicação do Decreto nº 047/2020, a grande preocupação era a garantia da saúde;

CONSIDERANDO, a reposição efetiva na arrecadação municipal, através da Lei Complementar Federal nº 173 de 27/05/2020;

CONSIDERANDO, que no presente momento podemos afirmar que existe o equilíbrio das contas municipais e que a Administração tem a capacidade de honrar com todos os seus débitos a vencer e compromissos assumidos;

CONSIDERANDO, que para a grande maioria dos professores, o regime especial de atividades não-presenciais, implementado no âmbito do Município de Pouso Redondo, está gerando mais trabalho e dificuldade do que aquele realizado presencialmente, pois envolve o desenvolvimento de atividades remotas e a dedicação especial de todos.

DECRETA:

Art. 1º - O artigo 16 e o § 2º, do inciso II, do art. 21, do Decreto nº 047/2020 de 30/04/2020, alterado pelo Decreto 051/2020, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 16 - Os professores lotados na educação infantil de 0-3 anos (berçário e maternal), receberão a remuneração integral referente a carga horária estabelecida no contrato de trabalho.

Art. 21 - ...

II - ...

§ 2º - Durante o período de suspensão do termo de compromisso de estágio, ficará mantida a bolsa em 100 % (cem por cento) para àqueles de ensino médio e do ensino superior, devendo ser garantido pagamento do seguro em favor do estagiário (art. 9º, inc. IV da Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008), por parte do próprio Município.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 01/08/2020.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 07 de agosto de 2020.

OSCAR GUTZ
Prefeito Municipal

Praia Grande

PREFEITURA

CONTRATO 06/2020 - 02º ADITIVO - SAMAE

Publicação N° 2595105

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE – ÁGUA DOS CANYONS PRAIA GRANDE

PROCESSO LICITATÓRIO N° 76/2019 – PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL N° 16/2019 – PREFEITURA

CONTRATO N°. 06/2020 – 02º ADITIVO

CONTRATADA: HERCÍDIO MARCIANO CARDOSO E CIA LTDA

DO OBJETO: ADITIVAR O CONTRATO PRIMITIVO (CONTRATO N.º 06/2020), REAJUSTANDO O VALOR DO COMBUSTÍVEL (GASOLINA COMUM) EM R\$ 0,1634 PARA OS VEÍCULOS DO SAMAE AGUA DOS CANYONS PRAIA GRANDE, TENDO EM VISTA O AUMENTO DO PREÇO DE COMPRA PELO FORNECEDOR DO COMBUSTÍVEL ACIMA CITADO, COMPROVADO PELAS NOTAS DE COMPRAS (CÓPIA EM ANEXO), BASEADOS NA POLÍTICA DE PREÇOS PRATICADOS PELA ANP.

DO VALOR: R\$ 27.342,00

DA VIGENCIA: 01/07/2020 À 31/12/2020.

PRAIA GRANDE, 01 DE JULHO DE 2020.

JOÃO LUIZ CUSTÓDIO

DIRETOR DO SAMAE – ÁGUA DOS CANYONS

PRAIA GRANDE

CONTRATO 06/2020 - 03º ADITIVO -SAMAE

Publicação N° 2595110

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE – ÁGUA DOS CANYONS PRAIA GRANDE

PROCESSO LICITATÓRIO N° 76/2019 – PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL N° 16/2019 – PREFEITURA

CONTRATO N°. 06/2020 – 03º ADITIVO

CONTRATADA: HERCÍDIO MARCIANO CARDOSO E CIA LTDA

DO OBJETO: ADITIVAR O CONTRATO PRIMITIVO (CONTRATO N.º 06/2020), REAJUSTANDO O VALOR DO COMBUSTÍVEL (GASOLINA COMUM) EM R\$ 0,168 PARA OS VEÍCULOS DO SAMAE AGUA DOS CANYONS PRAIA GRANDE, TENDO EM VISTA O AUMENTO DO PREÇO DE COMPRA PELO FORNECEDOR DO COMBUSTÍVEL ACIMA CITADO, COMPROVADO PELAS NOTAS DE COMPRAS (CÓPIA EM ANEXO), BASEADOS NA POLÍTICA DE PREÇOS PRATICADOS PELA ANP.

DO VALOR: R\$ 27.342,00

DA VIGENCIA: 24/07/2020 À 31/12/2020.

PRAIA GRANDE, 24 DE JULHO DE 2020.

JOÃO LUIZ CUSTÓDIO

DIRETOR DO SAMAE – ÁGUA DOS CANYONS

PRAIA GRANDE

CONTRATO 11/2020 - 03º ADITIVO - SAÚDE

Publicação N° 2595094

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRAIA GRANDE

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 76/2019 – PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL N.º 16/2019 - PREFEITURA

CONTRATO N°. 11/2020 - 03º ADITIVO

CONTRATADO: HERCÍDIO MARCIANO CARDOSO E CIA LTDA

DO OBJETO: ADITIVAR O CONTRATO PRIMITIVO (CONTRATO N.º 11/2020), REAJUSTANDO O VALOR DO COMBUSTÍVEL (GASOLINA COMUM) EM R\$ 0,1634 PARA OS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PRAIA GRANDE, TENDO EM VISTA O AUMENTO DO PREÇO DE COMPRA PELO FORNECEDOR DO COMBUSTÍVEL ACIMA CITADO, COMPROVADO PELAS NOTAS DE COMPRAS (CÓPIA EM ANEXO), BASEADOS NA POLÍTICA DE PREÇOS PRATICADOS PELA ANP.

DO VALOR: R\$ 113.925,01

DA VIGENCIA: 01/07/2020 À 31/12/2020.

PRAIA GRANDE – SC, 01 DE JULHO DE 2020.

HENRIQUE MACIEL

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO 11/2020 - 02º ADITIVO - SAÚDE

Publicação N° 2595082

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRAIA GRANDE
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 76/2019 – PREFEITURA
PREGÃO PRESENCIAL N.º 16/2019 - PREFEITURA
CONTRATO N.º. 11/2020 - 02º ADITIVO
CONTRATADO: HERCÍDIO MARCIANO CARDOSO E CIA LTDA
DO OBJETO: ADITIVAR O CONTRATO PRIMITIVO (CONTRATO N.º 11/2020), REAJUSTANDO O VALOR DO COMBUSTÍVEL (GASOLINA COMUM) EM R\$ 0,1634 PARA OS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRAIA GRANDE, TENDO EM VISTA O AUMENTO DO PREÇO DE COMPRA PELO FORNECEDOR DO COMBUSTÍVEL ACIMA CITADO, COMPROVADO PELAS NOTAS DE COMPRAS (CÓPIA EM ANEXO), BASEADOS NA POLÍTICA DE PREÇOS PRATICADOS PELA ANP.
DO VALOR: R\$ 113.925,01
DA VIGÊNCIA: 01/07/2020 À 31/12/2020.
PRAIA GRANDE – SC, 01 DE JULHO DE 2020.
HENRIQUE MACIEL
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO 13/2020 - 02º ADITIVO - PREFEITURA

Publicação N° 2595014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE/SC
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 76/2019
PREGÃO PRESENCIAL N.º 16/2019
CONTRATO N.º. 13/2020 - 02º ADITIVO
CONTRATADA: HERCÍDIO MARCIANO CARDOSO E CIA LTDA
DO OBJETO: ADITIVAR O CONTRATO PRIMITIVO (CONTRATO N.º 13/2020), REAJUSTANDO O VALOR DO COMBUSTÍVEL (GASOLINA COMUM) EM R\$ 0,1634 PARA OS VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE, TENDO EM VISTA O AUMENTO DO PREÇO DE COMPRA PELO FORNECEDOR DO COMBUSTÍVEL ACIMA CITADO, COMPROVADO PELAS NOTAS DE COMPRAS (CÓPIA EM ANEXO), BASEADOS NA POLÍTICA DE PREÇOS PRATICADOS PELA ANP.
VALOR: R\$ 113.925,01
DA VIGÊNCIA: 01/07/2020 À 31/12/2020.
PRAIA GRANDE - SC, 01 DE JULHO DE 2020.
HENRIQUE MATOS MACIEL
PREFEITO MUNICIPAL.

CONTRATO 13/2020 - 03º ADITIVO - PREFEITURA

Publicação N° 2595016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE/SC
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 76/2019
PREGÃO PRESENCIAL N.º 16/2019
CONTRATO N.º. 13/2020 - 03º ADITIVO
CONTRATADA: HERCÍDIO MARCIANO CARDOSO E CIA LTDA
DO OBJETO: ADITIVAR O CONTRATO PRIMITIVO (CONTRATO N.º 13/2020), REAJUSTANDO O VALOR DO COMBUSTÍVEL (GASOLINA COMUM) EM R\$ 0,1684 PARA OS VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE, TENDO EM VISTA O AUMENTO DO PREÇO DE COMPRA PELO FORNECEDOR DO COMBUSTÍVEL ACIMA CITADO, COMPROVADO PELAS NOTAS DE COMPRAS (CÓPIA EM ANEXO), BASEADOS NA POLÍTICA DE PREÇOS PRATICADOS PELA ANP.
VALOR: R\$ 113.925,01
DA VIGÊNCIA: 24/07/2020 À 31/12/2020.
PRAIA GRANDE - SC, 24 DE JULHO DE 2020.
HENRIQUE MATOS MACIEL
PREFEITO MUNICIPAL.

CONTRATO 18/2020 - SAMAE

Publicação N° 2595117

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE – ÁGUA DOS CANYONS PRAIA GRANDE
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 07/2019
PREGÃO PRESENCIAL N.º 02/2019
CONTRATO N.º 18/2020

CONTRATADA: GUIMARÃES & MELO PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA EPP

DO OBJETO: UMA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE DESOBSTRUÇÃO E LIMPEZA DE REDES COLETORAS, ELEVATÓRIAS, BOCAS DE LOBO E ESGOTO SANITÁRIO, BEM COMO TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS CONFORME AS NECESSIDADES DO SAMAE- ÁGUA DOS CANYONS DE PRAIA GRANDE, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CONDIÇÕES CONSTANTES NO ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA.

DO VALOR: R\$ 79.900,00

DA VIGENCIA: 09/06/2020 À 31/12/2020.

PRAIA GRANDE, 09 de JUNHO DE 2020.

JOÃO LUIZ CUSTÓDIO

DIRETOR DO SAMAE – ÁGUA DOS CANYONS

PRAIA GRANDE

CONTRATO 19/2020 - SAMAE

Publicação Nº 2595143

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE – ÁGUA DOS CANYONS PRAIA GRANDE

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 07/2019

PREGÃO PRESENCIAL N.º 02/2019

CONTRATO Nº 18/2020

CONTRATADA: GUIMARÃES & MELO PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA EPP

DO OBJETO: UMA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE DESOBSTRUÇÃO E LIMPEZA DE REDES COLETORAS, ELEVATÓRIAS, BOCAS DE LOBO E ESGOTO SANITÁRIO, BEM COMO TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS CONFORME AS NECESSIDADES DO SAMAE- ÁGUA DOS CANYONS DE PRAIA GRANDE, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CONDIÇÕES CONSTANTES NO ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA.

DO VALOR: R\$ 79.900,00

DA VIGENCIA: 09/06/2020 À 31/12/2020.

PRAIA GRANDE, 09 de JUNHO DE 2020.

JOÃO LUIZ CUSTÓDIO

DIRETOR DO SAMAE – ÁGUA DOS CANYONS

PRAIA GRANDE

CONTRATO 20/2020 - SAMAE

Publicação Nº 2595160

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE – ÁGUA DOS CANYONS PRAIA GRANDE

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 05/2020

CARTA CONVITE N.º 04/2020

CONTRATO N.º 20/2020

CONTRATADA: ALEX REIS DA SILVA

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR O PROJETO DE CONSTRUÇÃO DE ESTACIONAMENTO E MURO PARA CERCA-MENTO DA SEDE ADMINISTRATIVA DO SAMAE AGUA DOS CANYONS DE PRAIA GRANDE/SC, CONFORME PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA EM ANEXOS.

DO VALOR: R\$ 129.600,34

DA VIGENCIA: 27/07/2020 À 31/12/2020.

PRAIA GRANDE, 27 DE JULHO DE 2020.

JOÃO LUIZ CUSTÓDIO

DIRETOR DO SAMAE – ÁGUA DOS CANYONS

PRAIA GRANDE

CONTRATO 45/2020 - PREFEITURA

Publicação Nº 2595030

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE/SC

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 26/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 10/2020

CONTRATO Nº 45/2020

CONTRATADA: FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU ENTIDADE ESPECIALIZADA DE CONSULTORIA PARA ELABORAR UM PLANO DE TRABALHO PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PERTINENTES AOS ESTUDOS DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL E PROPOSIÇÃO DE MEDIDAS DE ADEQUAÇÃO DA ÁREA DO ANTIGO LIXÃO DO MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE/SC, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

DO VALOR: R\$ 37.540,53

DA VIGENCIA: 01/07/2020 À 31/12/2020.
PRAIA GRANDE - SC, 01 de Julho de 2020.
HENRIQUE MATOS MACIEL
PREFEITO MUNICIPAL.

CONTRATO 46/2020 - PREFEITURA

Publicação N° 2595038

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE/SC
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 27/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 11/2020
CONTRATO N° 46/2020

CONTRATADA: ELISANDRO PEREIRA MACHADO

DO OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DA AGENCIA DE COMUNITÁRIA DOS CORREIOS/AGC, SITUADA NA RUA MARIO BORDIGNON(SC 290), 600, CENTRO, PRAIA GRANDE/SC.

DO VALOR: R\$ 4.800,00

DA VIGENCIA: 02/07/2020 À 31/12/2020.
PRAIA GRANDE - SC, 02 de Julho de 2020.
HENRIQUE MATOS MACIEL
PREFEITO MUNICIPAL.

CONTRATO 47/2020 - PREFEITURA

Publicação N° 2595042

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE/SC
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 28/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 12/2020
CONTRATO N.º 47/2020

CONTRATADA: ALEX SANDER BRISTOT DE OLIVEIRA

DO OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSERÇÕES RADIOFÔNICAS EM RADIOS DE ALCANCE REGIONAL PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE/SC.

DO VALOR: R\$ 15.660,00

DA VIGENCIA: 14/07/2020 À 31/12/2020.
PRAIA GRANDE - SC, 14 de Julho de 2020.
HENRIQUE MATOS MACIEL
PREFEITO MUNICIPAL.

CONTRATO 48/2020 - PREFEITURA

Publicação N° 2595043

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE/SC
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 33/2019
PREGÃO PRESENCIAL N.º 09/2019
CONTRATO N° 48/2020

CONTRATADA: MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CONSTRUSHOP LTDA ME

DO OBJETO: ADITIVAR EM 25 % (VINTE E CINCO POR CENTO) QUANTITATIVOS E POR CONSEQUENCIA OS VALORES DO FORNECIMENTO DE MATERIAL MATERIAIS ELÉTRICOS PARA A ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE/SC.

DO VALOR: R\$ 33.010,87

DA VIGENCIA: 17/07/2020 À 31/12/2020.
PRAIA GRANDE - SC, 17 de Julho de 2020.
HENRIQUE MATOS MACIEL
PREFEITO MUNICIPAL.

CONTRATO 49/2020 - PREFEITURA

Publicação N° 2595056

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE/SC
COMPRA DIRETA N.º 186/2020
CONTRATO N° 49/2020

CONTRATADA: CLAUDIO JUNIOR LIMA DA ROCHA 00953171981

DO OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA E IMPLANTAÇÃO DA PLATAFORMA MOODLE, PARA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

DO VALOR: R\$ 5.500,00

DA VIGENCIA: 20/07/2020 À 31/12/2020.
PRAIA GRANDE - SC, 20 de Julho de 2020.
HENRIQUE MATOS MACIEL
PREFEITO MUNICIPAL.

CONTRATO 50/2020 - PREFEITURA

Publicação N° 2595076

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE/SC
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 29/2020
CARTA CONVITE N.º 05/2020
CONTRATO N.º 50/2020

CONTRATADA: JR CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA EPP

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO COM CONCRETO BETUMINOSO USINADO QUENTE (CBUQ) EM TRECHO DA ESTRADA GERAL ALVORADA NUMA EXTENSÃO DE 320 M, CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO EM ANEXOS.

DO VALOR: R\$ 185.841,25

DA VIGENCIA: 29/07/2020 À 31/12/2020.

PRAIA GRANDE - SC, 29 de Julho de 2020.

HENRIQUE MATOS MACIEL

PREFEITO MUNICIPAL.

TOMADA DE PREÇOS N.º 01/2020 - PMPG - ATA DA SEÇÃO PÚBLICA DE 07/08/2020

Publicação N° 2594814

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE

PROCESSO LICITATÓRIO N° 30/2020

TOMADA DE PREÇOS N.º 01/2020

ATA 01

Aos trinta dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, às 08:45 horas, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Praia Grande, na sede da Prefeitura, para abertura, processamento e julgamento do Edital de TOMADA DE PREÇOS n° 01/2020, que tem por objeto SELECIONAR A MELHOR PROPOSTA PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PROJETO DE CONSTRUÇÃO DE UMA PONTE DE CONCRETO ARMADO NA LOCALIDADE DE SÃO ROQUE, EM PRAIA GRANDE/SC, CONFORME LOCALIZAÇÃO, CONDIÇÕES E QUANTITATIVOS CONSTANTES NO MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PROJETO BÁSICO CONTIDAS NO ANEXO DO EDITAL. Determinada a abertura da reunião o Senhor Presidente fez registrar que as empresas cadastradas para o certame foram: SETEP CONTRUÇÕES S.A. inscrita no CNPJ sob número 83.665.141/0001-50; JR CONTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA inscrita no CNPJ sob o número 05.895.635/0001-18; a empresa LAJECRIL ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP inscrita no CNPJ 03.326.193/0001-63 que apenas protocolaram envelopes mas não se fizeram representar e a empresa ARAUJO CONSTRUÇÕES EIRELI inscrita no CNPJ sob o número 76.599.059/0001-00 que protocolou envelopes e se fez presente, credenciando o Sr. RAFAEL ARAUJO HILÁRIO inscrito no CPF sob o número 036.152.839-61. Para constar a Comissão Permanente de Licitações designou o Servidor e engenheiro Jonathan Reis da Silva para auxiliar nos trabalhos e análise técnica dos documentos. Determinado a abertura dos envelopes n°. 01 - dos Documentos de Habilitação e após minuciosa análise pelos membros da Comissão, a empresa LAJECRIL ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP foi considerada desabilitada pela Comissão por não atender os itens 5.1.8.2.3 – “Execução de Concretagem com Concreto FCK 35Mpa com volume mínimo de 75 m³”; 5.1.8.3 – “contrato do prestador de serviço sem reconhecimento de firma”; e 5.1.9.1 – “Balanço Patrimonial e demonstrações em desacordo com o exigido”. As demais empresas atenderam as exigências editalícias e foram consideradas HABILITADAS pela Comissão Permanente de Licitações. Contudo a empresa Araujo construções manifestou, através de seu representante, contestação na Habilitação da empresa JR CONTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA alegando que a mesma não cumpriu com o item 5.1.8 – “Qualificação Técnica” do Edital, apresentado um Atestado de Capacidade Técnica divergente e incompatível com o objeto licitado. Ato contínuo o presidente da Comissão Permanente de Licitações encerra a presente seção pública e delimita o prazo de 05 (cinco) dias úteis, conforme consta no Edital em seus itens 26.1.1 e 26.1.1.1, a partir da data de hoje para apresentação formal do recurso. Após o recebimento do recurso, análise do mesmo e contraditório (se houver), será emitido parecer definitivo pela Comissão para este ato e posterior prosseguimento do certame. Praia Grande/SC, 07 de agosto de 2020.

Fladimir ScharDOSim Reos
Presidente da Comissão

Jonathan Reis da Silva
Servidor Designado para o Certame

Jefferson Pereira Pacheco
Membro

Alberto Santos Selau
Membro

Rafael de Araújo Hilário
Araújo Construções Eireli

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO N° 52/2020 PREGÃO PRESENCIAL N° 19/2020

Publicação N° 2595147

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO N° 52/2020
PREGÃO PRESENCIAL N° 19/2020

EXTRATO

O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 08h45min (oito horas e quarenta e cinco minutos), do dia 24 (vinte e quatro) de agosto de 2020, no Setor de Licitações, as propostas para PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a escolha mais vantajosa para a contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários, e que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e os serviços técnicos correlatos descritos neste edital e em seu Anexo I. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: www.castellobranco.sc.gov.br

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 10 DE AGOSTO DE 2020.

Neiva Kleemann Toniolo
Prefeita Municipal em exercício

Presidente Getúlio

PREFEITURA

DECRETO Nº. 151/2020

Publicação Nº 2595107

DECRETO Nº. 151/2020

CRIA DESTINAÇÃO DE RECURSOS E AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal Nº. 3.300/19, de 03 de Dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º. Fica criada e suplementada, por conta do provável excesso de arrecadação, a destinação de recursos sob a codificação 13826 – Transferência COVID-19, Portaria 1666, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), no orçamento vigente, conforme segue:

ÓRGÃO	09.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNÇÃO	10	Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
PROGRAMA	090	Saúde para todos
ATIVIDADE	2025	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
DESPESA	3.3.90	Aplicações Diretas
FONTE DE RECURSO	13826	Transferência COVID-19 300.000,00
TOTAL		300.000,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC., EM 31 DE JULHO DE 2020.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

LEI Nº. 3.339/2020

Publicação Nº 2595098

LEI Nº. 3.339/2020

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DA CRECHE MUNICIPAL AGOSTINHO ANTÔNIO SEHNEM e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterada, na forma da presente Lei, a denominação da "Creche Municipal Agostinho Antônio Sehnem", situada no Bairro Revólver, neste Município, passando a denominar-se "Centro de Educação Infantil Municipal Agostinho Antônio Sehnem".

Art. 2º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria do orçamento vigente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC, EM 04 DE AGOSTO DE 2020.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

LEI Nº. 3.340/2020

Publicação Nº 2595099

LEI Nº. 3.340/2020

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E DENOMINAÇÃO DO CENTRO MUNICIPAL DE CULTURA DE PRESIDENTE GETÚLIO – CEMUC e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
FAZ SABER, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criado e assim denominado o Centro Municipal de Cultura de Presidente Getúlio – CEMUC, localizado na Rua Rudolfo Haertel, Bairro Pinheiro, neste município.

Art. 2º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria do orçamento vigente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC., EM 04 DE AGOSTO DE 2020.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

LEI N° 3.341/2020

Publicação N° 2595102

LEI N° 3.341/2020

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL CAMINHO HELVÉCIA e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterada, na forma da presente Lei, a denominação da “Escola Municipal de Ensino Fundamental Caminho Helvécia”, situada na localidade de Caminho Helvécia, neste Município, passando a denominar-se “Escola Municipal de Educação Básica Caminho Helvécia”.

Art. 2º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria do orçamento vigente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC., EM 04 DE AGOSTO DE 2020.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

LEI N° 3.342/2020

Publicação N° 2595104

LEI N° 3.342/2020

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E DENOMINAÇÃO DO MUSEU HISTÓRICO DE PRESIDENTE GETÚLIO e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criado e assim denominado o Museu Histórico de Presidente Getúlio, localizado na Rua Mirador, Centro, neste município.

Art. 2º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria do orçamento vigente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC., EM 04 DE AGOSTO DE 2020.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

PARECER DEFINITIVO DO CHAMAMENTO PUBLICO 007/2020 PARA O CARGO DE ODONTOLOGISTA (DENTISTA)

Publicação Nº 2596165

Presidente Getúlio, 07 de agosto de 2020.

LISTA DE CLASSIFICAÇÃO DEFINITIVA DA CHAMADA PÚBLICA Nº 007/2020.

Visto a realização da Chamada Pública nº 007/2020 com a necessidade de contratação de profissional de ODONTOLOGIA (DENTISTA), e considerando que 27 candidatos se inscreveram para concorrer a 1 vaga de DENTISTA. Vimos através deste relatório, após a avaliação dos documentos comprobatórios solicitados no edital de chamamento, apontar o nome do classificado.

LISTA DE CLASSIFICADOS DE ACORDO COM DOCUMENTAÇÃO COMPROVATÓRIA:

1. Fabio Ramiro Bertoldo com 22A 4M 11D de tempo de serviço.
2. Sergio de Azevedo Palma com 12A 08M 13D de tempo de serviço.
3. Mariana Morena Argus casas com 11A 11M 12D de tempo de serviço.
4. Ubiraja Viana Costa com 08A 09M 22D de tempo de serviço.
5. Sabrina Penzlien com 07A 01M 16D de tempo de serviço.
6. Willian Martins Azerdo com 02A 11M 28D de tempo de serviço.
7. Daniele Pereira de Castro com 2A 5M 3D de tempo de serviço.
8. Thais Martin Martin com 02A 00M 18D de tempo de serviço.
9. Roberta Valera Pereira com 01A 11M 13D de tempo de serviço.
10. Larissa Scher Konzen com 01A 11M 12D de tempo de serviço.
11. Susy Evelin Moraes Vasconcelos com 01A 09M 0D de tempo de serviço.
12. Alexandre Lazarri Konflanz com 1A 0M 0D de tempo de serviço.
13. Zilda Carmen Cortelini com 00A 11M 28D de tempo de serviço.
14. Alice Mucida Couto com 0A 11M 0D de tempo de serviço.
15. Nathalia de Albuquerque com 0A 10M 10D de tempo de serviço.
16. Karin Yurica Colombo Kulyk com 0A 09M 11D de tempo de serviço.
17. Fernando Wagner Rodrigues Soares com 00A 03M 00D de tempo de serviço.
18. Virgilio Cesar Galvão Pimentel por ter título de mestre.
19. Germano Luz Tiago com pós-graduação e com idade de 67 anos.
20. José Santos Araujo com pós-graduação e com idade de 29 anos.
21. Victor Marcio dos Santos com pós-graduação e com idade de 28 anos.
22. Luciano Castro com 38 anos de idade.
23. Caio Bridi com 32 anos de idade.
24. Lucas Carlos de Medeiros com 32 anos de idade.
25. Gionanni Eduardo da Silva com 31 anos de idade.
26. Daiana Cristina Cascaes Gorbo com 23 anos de idade.
27. Fabricio Henrique Pereira de Souza com 23 anos de idade.

Sem mais para o momento,
Atenciosamente

WILLIAN K. DE OLIVEIRA
DIRETOR DE SAÚDE

MONICA CHIODINI
COORDENADORA DE AB

ALDENEIDE DE SOUZA
AUXILAR ADMINISTRATIVO

PORTARIA Nº. 763/2020

Publicação Nº 2594470

PORTARIA Nº 763/2020
CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 93 e 95, da Lei Complementar 2.287/2008 de 28 de fevereiro de 2008, com alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 2.328/2012 de 07 de fevereiro de 2012, resolve,

CONCEDER:

A servidora DHESSICA LOURANA AMPARO DOS SANTOS SILVA, Enfermeira do ESF, do Quadro de Pessoal de Provimento Contratual da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio (SC), 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade, conforme atestado médico em anexo, com efeitos a partir do dia 21 de julho de 2020.

Presidente Getúlio - SC em, 29 de julho de 2020.

NELSON VIRTUOSO

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/ DATA

PRES. GETÚLIO, 29 DE JULHO DE 2020.

PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018

PORTARIA Nº. 798/2020

Publicação Nº 2595128

PORTARIA Nº 798/2020

ADMITE EM CARÁTER TEMPORÁRIO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 98, inciso IX da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei Complementar nº 2.277/2006, de 15 de agosto de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 2.304/2009, de 18 de agosto de 2009 e considerando o resultado do Chamamento Público nº 008/2020, publicado do Diário Oficial dos Municípios em 07 de agosto de 2020, resolve,

ADMITIR:

A partir do dia 07 de agosto de 2020, MARIA ORAIDE MULLER, para o cargo de Técnico em Enfermagem do ESF, ocupando função do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo em Caráter Contratual, da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, subordinada à Secretaria da Saúde - SESA, com designação para o Posto de Saúde do Rio Ferro, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, com prazo de até 12 meses.

Presidente Getúlio - SC em, 207 de agosto de 2020.

NELSON VIRTUOSO

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA

PRES. GETÚLIO, 07 DE AGOSTO DE 2020.

PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018.

PORTARIA Nº. 799/2020

Publicação Nº 2596041

PORTARIA Nº 799/2020

ADMITE EM CARÁTER TEMPORÁRIO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 98, inciso IX da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei Complementar nº 2.277/2006, de 15 de agosto de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 2.304/2009, de 18 de agosto de 2009 e considerando o resultado do Chamamento Público nº 008/2020, publicado do Diário Oficial dos Municípios em 07 de agosto de 2020, resolve,

ADMITIR:

A partir do dia 07 de agosto de 2020, MARICE KLITZKE VENTURI, para o cargo de Técnico em Enfermagem do ESF, ocupando função do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo em Caráter Contratual, da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, subordinada à Secretaria da Saúde - SESA, com designação para o Posto de Saúde do Centro, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, com prazo de até 12 meses.

Presidente Getúlio - SC em, 07 de agosto de 2020.

NELSON VIRTUOSO

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA

PRES. GETÚLIO, 07 DE AGOSTO DE 2020.

PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018.

PORTARIA Nº. 800/2020

Publicação Nº 2596046

PORTARIA Nº 800/2020
ADMITE EM CARÁTER TEMPORÁRIO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 98, inciso IX da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei Complementar nº 2.277/2006, de 15 de agosto de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 2.304/2009, de 18 de agosto de 2009 e considerando o resultado do Chamamento Público nº 008/2020, publicado do Diário Oficial dos Municípios em 07 de agosto de 2020, resolve,

ADMITIR:

A partir do dia 07 de agosto de 2020, CINTHIA FABIANE FREY, para o cargo de Técnico em Enfermagem do ESF, ocupando função do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo em Caráter Contratual, da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, subordinada à Secretaria da Saúde - SESA, com designação para o Posto de Saúde do Centro, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, com prazo de até 12 meses.

Presidente Getúlio - SC em, 07 de agosto de 2020.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA
PRES. GETÚLIO, 07 DE AGOSTO DE 2020.
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018.

PORTARIA Nº. 801/2020

Publicação Nº 2596050

PORTARIA Nº 801/2020
ADMITE EM CARÁTER TEMPORÁRIO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 98, inciso IX da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei Complementar nº 2.277/2006, de 15 de agosto de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 2.304/2009, de 18 de agosto de 2009 e considerando o resultado do Chamamento Público nº 008/2020, publicado do Diário Oficial dos Municípios em 07 de agosto de 2020, resolve,

ADMITIR:

A partir do dia 07 de agosto de 2020, DEBORA FEY, para o cargo de Médica do ESF, ocupando função do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo em Caráter Contratual, da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, subordinada à Secretaria da Saúde - SESA, com designação para o Posto de Saúde do Centro, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, com prazo de até 12 meses.

Presidente Getúlio - SC em, 07 de agosto de 2020.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA
PRES. GETÚLIO, 07 DE AGOSTO DE 2020.
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018.

PORTARIA Nº. 802/2020

Publicação Nº 2596054

PORTARIA Nº 802/2020
ADMITE EM CARÁTER TEMPORÁRIO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 98, inciso IX da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei Complementar nº 2.277/2006, de 15 de agosto de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 2.304/2009, de 18 de agosto de 2009 e considerando o resultado do Chamamento Público nº 008/2020, publicado do Diário Oficial dos Municípios em 07 de agosto de 2020, resolve,

ADMITIR:

A partir do dia 07 de agosto de 2020, SIRLENE MANARIN, para o cargo de Enfermeira do ESF, ocupando função do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo em Caráter Contratual, da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, subordinada à Secretaria da Saúde - SESA, com designação para o Posto de Saúde do Centro, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, com prazo de até 12 meses.

Presidente Getúlio - SC em, 07 de agosto de 2020.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA
PRES. GETÚLIO, 07 DE AGOSTO DE 2020.
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018.

PORTARIA Nº. 803/2020

Publicação Nº 2596058

PORTARIA Nº 803/2020
ADMITE EM CARÁTER TEMPORÁRIO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 98, inciso IX da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei Complementar nº 2.277/2006, de 15 de agosto de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 2.304/2009, de 18 de agosto de 2009 e considerando o resultado do Chamamento Público nº 008/2020, publicado do Diário Oficial dos Municípios em 07 de agosto de 2020, resolve,

ADMITIR:

A partir do dia 07 de agosto de 2020, JULIA FUSINATO, para o cargo de Farmacêutica do ESF, ocupando função do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo em Caráter Contratual, da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, subordinada à Secretaria da Saúde - SESA, com designação para o Posto de Saúde do Centro, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, com prazo de até 12 meses.

Presidente Getúlio - SC em, 07 de agosto de 2020.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA
PRES. GETÚLIO, 07 DE AGOSTO DE 2020.
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018.

PORTARIA Nº. 804/2020

Publicação Nº 2596061

PORTARIA Nº 804/2020
ADMITE EM CARÁTER TEMPORÁRIO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 98, inciso IX da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 1º e 2º, inciso I, da Lei Complementar Municipal nº 2.338/2013 e do artigo 20 da Lei Complementar Municipal nº 2.289/2008, e ainda considerando o resultado do Chamamento Público 008/2020, publicado no Diário Oficial dos Municípios em 07 de agosto de 2020, resolve,

ADMITIR:

A partir do dia 07 de agosto de 2020, CAINAN BRAHM DA SILVA, para o cargo de Médico, ocupando função do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo em Caráter Contratual, da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, subordinada à Secretaria da Saúde - SESA, com designação para o Posto de Saúde do Centro, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, com prazo de até 12 meses.

Presidente Getúlio - SC em, 07 de agosto de 2020.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA
PRES. GETÚLIO, 07 DE AGOSTO DE 2020.
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018.

PORTARIA Nº. 805/2020

Publicação Nº 2596065

PORTARIA Nº 805/2020

CORRIGE ERRO MATERIAL

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o V e IX do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal, resolve,

ALTERAR:

A Portaria nº 797/2020 de 06 de agosto de 2020, do servidor RAFAEL DA SILVA, alterando o texto referente a data de exoneração do servidor, sendo que onde lê-se:
"a partir de 05 de agosto de 2020",

Leia-se:
"a partir de 06 de agosto de 2020."

Presidente Getúlio - SC em, 07 de agosto de 2020.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

REGISTRADA N/DATA
PRESIDENTE GETÚLIO/SC. 07 DE AGOSTO DE 2020.
ATO OFICIAL NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018

PORTARIA Nº. 806/2020

Publicação Nº 2596072

PORTARIA Nº 806/2020
ADMITE EM CARÁTER TEMPORÁRIO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 98, inciso IX da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 1º e 2º, inciso I, da Lei Complementar Municipal nº 2.338/2013 e do artigo 20 da Lei Complementar Municipal nº 2.289/2008, e considerando o resultado do Chamamento Público 009/2020, publicado no Diário Oficial dos Municípios em 07 de agosto de 2020, resolve,

ADMITIR:

A partir do dia 10 de agosto de 2020, TIAGO STEINER, para o cargo de Médico Veterinário, Nível 51, Classe A, ocupando função do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo em Caráter Contratual, da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, subordinado à Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, até abertura de Concurso Público, com prazo de até 12 meses.

Presidente Getúlio - SC em, 07 de agosto de 2020.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA
PRES. GETÚLIO, 07 AGOSTO DE 2020.
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018.

PORTARIA Nº. 807/2020

Publicação Nº 2596078

PORTARIA Nº 807/2020
ADMITE EM CARÁTER TEMPORÁRIO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 98, inciso IX da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 1º e 2º, inciso I, da Lei Complementar Municipal nº 2.338/2013 e do artigo 20 da Lei Complementar Municipal nº 2.289/2008, e ainda considerando o resultado do Chamamento Público 009/2020, publicado no Diário Oficial dos Municípios em 07 de agosto de 2020, resolve,

ADMITIR:

A partir do dia 07 de agosto de 2020, GABRIELA WOLLINGER ARNS, para o cargo de Engenheiro Civil, Nível 37, Classe A, ocupando função

do Quadro de Cargos de Provisão Efetivo em Caráter Contratual, da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, subordinado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Planejamento - SEDECONP, com uma carga horária de 20 (vinte) horas semanais de trabalho, até abertura de Concurso Público com prazo de até 12 meses.

Presidente Getúlio - SC em, 07 de agosto de 2020.

NELSON VIRTUOSO

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA

PRES. GETÚLIO, 07 DE AGOSTO DE 2020.

PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL N° 3.237/2018.

PORTARIA N° 808/2020

Publicação N° 2596080

PORTARIA N° 808/2020

ADMITE EM CARÁTER TEMPORÁRIO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 98, inciso IX da Lei Orgânica Municipal, artigo 20 da Lei complementar nº 2.289/2008 e de acordo com o artigo 1º e 2º, inciso I, da Lei Complementar Municipal nº 2338/2013, e considerando o resultado do Chamamento Público 008/2020, publicado no Diário Oficial dos Municípios em 07 de agosto de 2020, resolve,

ADMITIR:

A partir do dia 10 de agosto de 2020, EDNA BOCALON, para o cargo de Fonoaudióloga, Nível 30, Classe A, do Quadro de Cargos de Provisão Contratual da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, subordinada à Secretaria da Saúde, com designação para a Unidade Básica de Saúde - Centro, com carga horária semanal de 20 (vinte) horas, em substituição à servidora Elenita Bona, afastada em licença para tratamento da própria saúde, até o retorno da respectiva servidora ou por um período de até 12 meses.

Presidente Getúlio - SC em, 07 de agosto de 2020.

NELSON VIRTUOSO

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA

PRES. GETÚLIO, 07 DE AGOSTO DE 2020.

PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL N° 3.237/2018.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 37/2020 FMS

Publicação N° 2596443

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO ELETRÔNICO P/ REGISTRO DE PREÇOS N°. 22/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 37/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TESTES RÁPIDOS PARA DETECÇÃO DO COVID-19 PARA USO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FORMA DO PREGÃO: ELETRÔNICO - TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM - Recebimento das propostas: até às 09h00min do dia 21/08/2020. Início da sessão: dia 21/08/2020, às 09h05min no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br horário de Brasília – DF. Informações complementares: O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br e www.presidentegetulio.atende.net - Quaisquer informações poderão ser obtidas no Departamento de Compras e Licitações do Município de Presidente Getúlio, situado à Praça Otto Muller, 10, Centro, das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min, ou através do telefone (47)3352 5500.

Presidente Getúlio, 07 de agosto de 2020

Iara Possamai – Secretária Municipal de Saúde de Presidente Getúlio

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 89/2020

Publicação Nº 2594790

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 51/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 89/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA UNIDADES ESCOLARES

FORMA DO PREGÃO: ELETRÔNICO - TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM - Recebimento das propostas: até às 09h00min do dia 20/08/2020. Início da sessão: dia 20/08/2020, às 09h15min no endereço eletrônico <https://bllcompras.com> horário de Brasília – DF. Informações complementares: O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos sites <https://bllcompras.com> e www.presidentegetulio.atende.net - Quaisquer informações poderão ser obtidas no Departamento de Compras e Licitações do Município de Presidente Getúlio, situado à Praça Otto Muller, 10, Centro, das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min, ou através do telefone (47)3352 5500.

Presidente Getúlio, 07 de agosto de 2020
NELSON VIRTUOSO – Prefeito

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 91/2020

Publicação Nº 2596433

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO
TOMADA DE PREÇOS Nº. 6/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 91/2020

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA DE IMÓVEL E AMPLIAÇÃO PARA SERVIÇO ESPECIALIZADO DE MÃO-DE-OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAL DE UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC. A entrega dos envelopes acontecerá no dia 26/08/2020 às 09h00min. A sessão de abertura será às 09h15min da mesma data, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC. Informações: Departamento de Compras e Licitações, sito Praça Otto M-ller, nº 10, nesta cidade e retirada do Edital no site: <https://presidentegetulio.atende.net>

Presidente Getúlio, SC, em 07 de agosto de 2020
NELSON VIRTUOSO - Prefeito

Presidente Nereu

PREFEITURA

2º ERRATA DA TOMADA DE PREÇOS Nº36/2020

Publicação Nº 2595058

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

ERRATA DE TOMADA DE PREÇOS 36/2020

Objeto: Obra de Revitalização da Rua 22 de Julho, que será custeado com Recurso Federal oriundo de Transferência Especial- Código Plano de Ação 0903-004346 – Programa 0903 – Emenda Parlamentar 202022100018.

Onde se lê: com abertura prevista para dia 13/08/2020 às 09:15 horas.

Lê-se com abertura prevista para dia 14/08/2020 às 09:15 horas. Presidente Nereu, 07 de agosto de 2020. ISAMAR DE MELO, Prefeito Municipal.

Princesa

PREFEITURA

DECRETO Nº 650 DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2594886

DECRETO Nº. 650, DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL COMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município, combinado com o Capítulo IV, seção III, seus artigos e subseções da Lei Complementar nº 024, de 30 de dezembro de 2014 tendo presentes razões de interesse público, conveniência e oportunidade;

CONSIDERANDO, que a Emenda Constitucional nº 107 de 02 de julho de 2020 e a Lei Complementar nº 173 de 27 de maio de 2020 não impedem a nomeação de cargos comissionados;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Sr. Edemilson Luiz Tonetti, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Linha Moqué, interior, Município de Princesa, portador do CPF nº. 027.491.609-60, para ocupar o cargo de DIRETOR DE AGRICULTURA, carga horária de 40 horas semanais, a partir da data de 04 de agosto de 2020.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão à conta do orçamento municipal vigente, em dotação específica para tal fato.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos ex tunc à data de 04 de agosto de 2020.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, SC,
em 07 de Agosto de 2020.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS,
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada na forma da Lei.

Publicação no Diário Oficial dos Municípios – Ato nº 2594886.

Data da Publicação: 10 de agosto de 2020

Edineia Inês Wille

DECRETO Nº 652, DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2594632

DECRETO Nº. 652, DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 10º, 11º e 12º, da Lei Orçamentária Anual nº. 1.026, de 28 de Novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar nos termos do Art. 11 da Lei Orçamentária Anual nº. 1.026, de 28 de Novembro de 2019, no valor de R\$ 7.000,00 (Sete mil reais) destinado a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES

UNIDADE: 07.01 – DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, URBANISMO

PROJ./ATIV.: 15.782.0043.2.043- Manutenção do Dpto de Infraestrutura de Obras e Urbanismo

MODALIDADE:	(259) 3.3.90.00.0.3.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	7.000,00
FONTE DE RECURSO: 03.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	7.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao valor de R\$ 7.000,00 (Sete mil reais), de que trata o artigo 1º desta Lei, fica utilizado o superávit financeiro verificado no Balanço Patrimonial de 2019 nos termos do art. 43, § 1º, inciso I e § 2º, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964, na fonte de recurso acima citada.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PRINCESA - SC, 07 de Agosto de 2020.

Edilson Miguel Volkweis
Prefeito Municipal

Keli Fernanda Meotti
Contadora
CRC/SC 026787/O-2

PORTARIA Nº 163 DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2594992

PORTARIA Nº. 163 DE 07 DE AGOSTO DE 2020

"CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o Capítulo IV, Art. 110 da Lei Complementar nº. 022, de 30 de Dezembro de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS à servidora Ruti Freese, inscrita no CPF nº 059.969.439-48 e com matrícula funcional nº 1222, ocupante do cargo de Arquiteto e Urbanista, do quadro de pessoal estável da Administração do Município, considerando o período aquisitivo de 22 de setembro de 2018 a 21 de setembro de 2019. Sendo que as referidas férias serão gozadas com data inicial em 10 (dez) de agosto de 2020 e data final em 24 (vinte e quatro) de agosto de 2020.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão à conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigência na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),
em 07 de agosto de 2020.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS
PREFEITO MUNICIPAL

Esta Portaria foi Registrada e Publicada na forma da Lei.

Publicação no DOM/SC – Ato nº 2594992

Data da Publicação: 10 de agosto de 2020

Edineia Inês Wille

PROCESSO LICITATÓRIO 91.2020-PM - DISPENSA 26.2020 - PAPEL E TONNER PLOTTER

Publicação Nº 2594572

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 91/2020-PM
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 26/2020-PM

OBJETO

Aquisição de papel e cartuchos de tinta para uso na impressora plotter, em uso no Departamento de Engenharia do Município de Princesa/SC.

JUSTIFICATIVA

A aquisição de papel e cartuchos de tinta é para uso na impressora plotter, localizada no Departamento de Engenharia do município. O papel tentou-se licitar juntamente a licitação de material de expediente, porém o mesmo não foi cotado. A compra dos itens se faz necessária pois a impressora é utilizada diariamente para plotagem de projetos, salientamos que o setor não pode ficar sem este suprimento, correndo o risco de atrasar e até mesmo paralisar vários trabalhos. Observamos ainda que nos próximos dias serão plotados todos os projetos residenciais do Loteamento Primavera, o projeto da praça municipal, vários projetos de pavimentação entre outras demandas.

Princesa, 07 de agosto de 2020.

Luciane M. T. da Silveira
Chefe de Gabinete
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Simone M. L. Pinheiro Membro	Simone L. Pinheiro Membro	Alessandra dos Santos Membro
---------------------------------	------------------------------	---------------------------------

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 91/2020-PM
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 26/2020-PM

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente Dispensa de Licitação tem sua fundamentação legal nos incisos II e V, do artigo 24 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada, onde consta:

Art. 24. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

(...)

V - quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas;

Princesa, 07 de agosto de 2020.

Luciane M. T. da Silveira
Chefe de Gabinete
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Simone M. L. Pinheiro Membro	Simone L. Pinheiro Membro	Alessandra dos Santos Membro
---------------------------------	------------------------------	---------------------------------

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 91/2020-PM
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 26/2020-PM

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Identificada a necessidade pela Secretaria requerente, buscou-se no mercado por empresas/profissional que atuassem em área compatível. Dessa forma, o fornecedor escolhido é a empresa HD COMERCIO E SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA EIRELI, CNPJ 12.919.652/0001-03, com sede na Rua La Salle, nº 1869, São Miguel do Oeste/SC.

O município encaminhou cotação de preços para várias empresas do segmento (conforme mapa comparativo de preços e orçamentos em anexo) sendo que a empresa escolhida, foi a que apresentou menor cotação para o objeto contratado.

Para custear as despesas decorrentes desta dispensa de licitação, serão usadas as seguintes dotações orçamentárias:

Princesa, 07 de agosto de 2020.		
Luciane M. T. da Silveira Chefe de Gabinete		
COMISSÃO DE LICITAÇÃO		
Simone M. L. Pinheiro Membro		
Simone L. Pinheiro Membro		
Alessandra dos Santos Membro		

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 91/2020-PM
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 26/2020-PM

ENCAMINHAMENTO

Encaminhamos ao Sr. Edilson Miguel Volkweis, Prefeito Municipal, para ratificação, sendo o fornecedor escolhido a empresa HD COMERCIO E SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA EIRELI, CNPJ 12.919.652/0001-03.

Para custear as despesas decorrentes desta dispensa de licitação, serão usadas as seguintes dotações orçamentárias:

Princesa, 07 de agosto de 2020.

Luciane M. T. da Silveira
Chefe de Gabinete

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Simone M. L. Pinheiro
Membro

Simone L. Pinheiro
Membro

Alessandra dos Santos
Membro

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 91/2020-PM
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 26/2020-PM
RATIFICAÇÃO

Considerando a exposição de motivos contida neste documento simultaneamente à constatação do alto e relevante interesse público social e municipal, com base nos incisos II e V, do art. 24, da Lei 8.666/93, RATIFICO este PROCESSO LICITATÓRIO N. 91/2020-PM, DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 26/2020-PM e AUTORIZO a efetiva realização da despesa, conforme fundamento nos autos supra invocados.

Princesa, 07 de agosto de 2020.

Edilson Miguel Volkweis
Prefeito Municipal

RESOLUCAO 06 PARA AÇÕES COVID-19

Publicação N° 2595015

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS)
MUNICÍPIO DE PRINCESA-SC

RESOLUÇÃO N° 06/2020

Dispõe sobre a aprovação do plano de ação/ execução de ações socioassistenciais COVID-19, para o município de Princesa.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º Aprovar por unanimidade o Plano de Ação/execução de ações socioassistenciais COVID-19, referente a Recursos Federais para a Execução dos Serviços Socioassistenciais, conforme portaria n.369 do Ministério da Cidadania de 29 de abril de 2020, no valor total de R\$ 4.800,00 (Quatro mil e oitocentos reais) a serem transferidos para o FMAS durante o ano de 2020, a serem executados conforme o percentual estabelecido no referido plano.

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Princesa, 31 de Julho de 2020.

JULIANE MARTA ORZECOSKI SEWALD
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PL 91.2020 DL 26.2020 - PAPEIS E TONNER PLOTTER

Publicação N° 2594612

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, Edilson Miguel Volkweis, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:



a) Processo Nr.: 91/2020 b) Licitação Nr.: 26 /2020-DL c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços d) Data Homologação: 07/08/2020

e) Data da Adjudicação: 07/08/2020 Sequência: 0

f) Objeto da Licitação Aquisição de papel e cartuchos de tinta para uso na impressora plotter, em uso no Departamento de

Engenharia do Município de Princesa/SC.

g) Fornecedores e Itens Vencedores: Unid.

Qtidade

HD COMERCIO E SERVICOS DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENT (9778)

1 CARTUCHO DE TINTA: 3,00

- Original

- HP 711

- Amarelo - CZ 128S - Com 29 ml.

2 CARTUCHO DE TINTA: 3,00

- Original

- HP 711

- Magenta

- CZ 127S - Com 29 ml.

3 CARTUCHO DE TINTA Un 3,00 0,0000 159,00 477,00

- Original

- HP 711

- Ciano - CZ 126S - Com 29 ml.

(em Reais R\$)

Descto (%) Preço Unitário Total do Item

Un 0,0000 159,00 477,00

Un 0,0000 159,00 477,00

Princesa, 7 de Agosto de 2020.

Edilson M. Volkweis - Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO HD COMERCIO E SERVICOS DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENT (9778)

4 CARTUCHO DE TINTA - Original - HP 711 - Preto - CZ 129A - Com 80 ml.	Un	5,00	0,0000 369,00	1.845,00
5 Caixa com seis bobinas de papel branco para impressora plotter, 610mmx50m, gramatura 90g offset, 2" de diâmetro interno do rolo.	CX	6,00	0,0000 45,00	270,00
			Total do Fornecedor:	3.546,00
			Total Geral:	3.546,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.077.3.3.90.00.00.00.00 (257)

Princesa, 7 de Agosto de 2020. -----

Edilson M. Volkweis - Prefeito Municipal

Processo Administrativo:

RUA RIO GRANDE DO SUL, 545

Quilombo

PREFEITURA

AVISO DE REVOGAÇÃO DISP. 60/2020

Publicação Nº 2595122

AVISO DE REVOGAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO P/OBRA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 60/2020

O MUNICÍPIO DE QUILOMBO, Estado de Santa Catarina, leva ao conhecimento dos interessados a REVOGAÇÃO da Dispensa de Licitação para Obras e Serviços de Engenharia nº 60/2020, por ter sido realizada em desacordo com a Lei nº 8.666/93, considerando o permissivo do Art. 49 da Lei 8.666/93 e Súmula 473 do STF, que preveem a possibilidade de anulação ou revogação dos atos administrativos por motivo de ilegalidade (anulação), ou conveniência e oportunidade (revogação), O MUNICÍPIO DE QUILOMBO, Estado de Santa Catarina, leva ao conhecimento dos interessados a REVOGAÇÃO do Edital de Dispensa de Licitação para Obras e Serviços de Engenharia nº 60/2020. Quilombo, 04 de agosto de 2020.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

AVISO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2020

Publicação Nº 2594563

Estado de Santa Catarina

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº: 16/2020

Modalidade/Forma: PREGÃO ELETRÔNICO P/ REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2020

Tipo: Menor Preço/Por Lote

Plataforma: COMPRASNET (www.comprasnet.gov.br)

Modo de disputa: ABERTO - intervalo mínimo de diferença de R\$ 0,01

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PESSOAS, DESTINADO À PACIENTES USUÁRIOS DO SUS QUANDO EM VIAGENS PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, DE RESPONSABILIDADE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS DE QUILOMBO/SC.

Abertura da licitação: 09:00 horas do dia 21/08/2020.

A íntegra do edital, e suas eventuais modificações, serão disponibilizadas pela Administração Municipal (Decreto Federal nº 10.024/2019, art. 21 e 22):

- Site do Município de Quilombo: www.quilombo.sc.gov.br.
- Plataforma Comprasnet: www.comprasnet.gov.br

Quilombo, 07 de Agosto de 2020.

NEDIO LUIZ CONCI

Secretário Municipal de Saúde

AVISO TP 61/2020

Publicação Nº 2595119

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE QUILOMBO

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº.: 61/2020

Edital: TOMADA DE PREÇOS P/OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 61/2020.

Forma de Julgamento: Menor Preço

Regime de Execução: Indireta Empreitada por Preço Global

Objeto: AQUISIÇÃO DE EMPREITADA INTEGRAL P/EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NO ACESSO SUL DO MUNICÍPIO DE QUILOMBO-SC, COM ÁREA TOTAL DE 8.702,00 M2, CONFORME PROJETO DO MUNICÍPIO.

Entrega dos Envelopes : 09:00 horas do dia 26/08/2020.

Abertura dos Envelopes : 09:10 horas do dia 26/08/2020.

A íntegra do Edital e esclarecimentos, poderão ser obtidos no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua Duque de Caxias nº 165, nos dias úteis, das segundas às sextas-feiras, das 07:30 às 13:30 e das 13:00 às 17:00 horas, pelo Fone (49) 3346-3242 ou no site do Município de Quilombo, no seguinte endereço: <http://www.quilombo.sc.gov.br>

Quilombo, 07 de agosto de 2020.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 203/2020 – DE 05 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2597026

DECRETO Nº 203/2020 – DE 05 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IX do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o art. 37, IX, da Constituição Federal e Lei Municipal n. 1600/2001, e,

CONSIDERANDO que o Poder Executivo lançou o Edital de Concurso n. 02/2019 visando o provimento de vários cargos, sobretudo nas áreas da saúde e da educação;

CONSIDERANDO que em muitos cargos não houve classificação dos candidatos, por não terem obtido a nota mínima exigida pelo edital;

CONSIDERANDO solicitação dos Secretários de Saúde e de Educação para provimento imediato de alguns cargos, por serem necessários e urgentes para a continuidade dos serviços públicos;

CONSIDERANDO que se trata de cargos que não podem ser terceirizados, aliado ao fato de que a realização de um teste seletivo demandaria praticamente o mesmo prazo de um concurso público;

CONSIDERANDO que a Lei Municipal n. 1600/2001, em seu art. 3º, § 1º, prevê que a contratação para atender a situações de emergência e urgência prescindirá de processo seletivo;

CONSIDERANDO que o provimento temporário dos cargos nas áreas da saúde e da educação configuram situações de emergência, tendo em vista que o Município não pode interromper ou precarizar os serviços nesses setores;

CONSIDERANDO que o Poder Executivo escolheu como critério de escolha para as contratações temporárias a classificação obtida no concurso público;

CONSIDERANDO que a adoção desse critério objetivo atende aos princípios da impessoalidade e da supremacia do interesse público;

CONSIDERANDO que as contratações temporárias irão perdurar até o provimento dos cargos por novo concurso público;

CONSIDERANDO a Comunicação Interna nº 041/2020, emitida pelo Secretário de Saúde em 04 de agosto de 2020;

DECRETA:

Art. 1º Fica CONVOCADA a Sra. Kelly Alievi, conforme ordem decrescente de pontuação obtida no Concurso Público relativo ao Edital nº 02/2019, a comparecer junto ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Quilombo, sito à Rua Duque de Caxias, nº 165, Centro, no prazo máximo improrrogável de 05 (cinco) dias a contar da notificação deste Decreto, para manifestar seu interesse e apresentar documentação a fim de, temporariamente, assumir o cargo de Farmacêutico, com carga horária de 40 horas semanais, em atendimento a Lei Municipal nº. 1600/2001, de .

§ 1º Em caso de não comparecimento do candidato convocado no prazo estipulado, este perderá o direito à contratação temporária.

§ 2º A contratação temporária dar-se-á nas condições da Administração Municipal, sendo formalizada por meio de contrato de trabalho temporário assinado imediatamente após a apresentação da documentação.

§ 3º O início do exercício das atividades deverá ocorrer imediatamente após a assinatura do contrato de trabalho temporário.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, em 05 de agosto de 2020.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicado

Em ____/____/2020.

Lei Municipal nº 1087/1993

Eleni Segalla
Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 0568/2020 - DE 06 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2597031

PORTARIA Nº. 0568/2020 - DE 06 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIZETE DA SILVA DE ALMEIDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública Municipal, Marizete da Silva de Almeida (19981), ocupante do cargo Auxiliar de Serviços Gerais, no dia 12 de agosto de 2020, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 7679, de 05 de agosto de 2020.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o saldo do banco de horas da referida servidora será de 28h11min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 06 de agosto de 2020.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ___/___/_____
Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla
Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 0569/2020 - DE 06 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2597033

PORTARIA Nº. 0569/2020 - DE 06 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MONICA ZILIO ERTAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, à Servidora Pública Municipal, Mônica Zilio Erthal (19993), ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, por determinação médica e conforme atestado, por 09 (nove) dias, de 06 à 14 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 06 de agosto de 2020.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ___/___/_____
Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla
Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 0570/2020 - DE 06 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2597034

PORTARIA Nº. 0570/2020 - DE 06 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA REALIZAR CONSULTA MÉDICA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DANIELA CRISTINA GIROTTTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, Daniela Cristina Girotto (20320), ocupante do cargo de Chefe de Programas, no dia 06 de agosto de 2020, no período vespertino, para realizar consulta médica, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 7683, de 05 de agosto de 2020.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, a servidora deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 11 de agosto de 2020, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que a Servidora tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica, o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 06 de agosto de 2020.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ____/____/____

Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla

Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 0571/2020 - DE 06 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2597037

PORTARIA Nº. 0571/2020 - DE 06 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA REALIZAR CONSULTA MÉDICA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SIDIANE COSTARELLI PAIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, Sidiane Costarelli Paiva, (19903) ocupante do cargo de Psicólogo, no dia 11 de agosto de 2020, para realizar consulta médica, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 7684, de 05 de agosto de 2020.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, a servidora deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 14 de agosto de 2020, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que a Servidora tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica, o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 06 de agosto de 2020.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ____/____/_____
Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla
Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 0572/2020 - DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2597038

PORTARIA Nº. 0572/2020 - DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL IVANIA PRIOR ALBERTI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, à Servidora Pública Municipal, Ivania Prior Alberti (20147), ocupante do cargo de Assistente de Promoção Social, por determinação médica e conforme atestado, por 02 (dois) dias, em 06 e 07 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 07 de agosto de 2020.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ____/____/_____
Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla
Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 0573/2020 - DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2597040

PORTARIA Nº. 0573/2020 - DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DEANEIS PRIMÃO MIRANDOLLI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, à Servidora Pública Municipal, Deaneis Primão Mirandolli (20112), ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, conforme Atestado Médico, no dia 07 de agosto de 2020, no período vespertino.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 07 de agosto de 2020.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ____/____/____

Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla

Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 0574/2020 - DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2597041

PORTARIA Nº. 0574/2020 - DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA ACOMPANHAR MEMBRO DA FAMÍLIA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ODELIRES GABOARDI FLORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo, e de conformidade com o Inciso I do Art. 69 da Lei Complementar n.º 032 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de 05 de dezembro de 2001 e considerando Parecer Social n.º 052/2020, da Assistência Social, protocolado sob o nº 7689, de 07 de agosto de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, Odelires Gaboardi Flores (1321), ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, no dia 07 de agosto de 2020, para acompanhar membro da família em consulta médica, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 7689, de 07 de agosto de 2020.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, a servidora deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 12 de agosto de 2020, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que a Servidora tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 07 de agosto de 2020.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ____/____/____

Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla

Funcionária Designada

Rio do Campo

PREFEITURA

356 PORTARIA Nº 356 CONCEDE FÉRIAS EM GOZO AO SERVIDOR DIENSO MURARA

Publicação Nº 2597004

Portaria nº. 356, de 10 de agosto de 2020.

“Concede Férias em gozo ao Servidor DIENSO MURARA”.

RODRIGO PREIS, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o artigo 98 da Lei nº 960, de 09 de setembro de 1994,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao servidor DIENSO MURARA, matrícula 34135, 10 (dez) dias de férias em gozo, referentes ao período de 03 de agosto de 2018 à 02 de agosto de 2019, tendo como período de gozo 10 de agosto de 2020 à 19 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 10 de agosto de 2020.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Elite Zanghelini
Secretaria de Administração e Finanças

DECRETO Nº 4.193

Publicação Nº 2596930

DECRETO Nº 4.193, DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

“Delega poder fiscalizatório, investindo como autoridades de saúde, na forma da Lei Estadual n. 6.320, de 20 de dezembro de 1983, os militares e servidores da Polícia Militar e da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, no âmbito do Município em cumprimento às ações em saúde pública voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do CORONAVÍRUS (COVID-19), e dá outras providências.”

RODRIGO PREIS, Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela lei orgânica municipal, artigo 65, inciso VII,
CONSIDERANDO que em 03 de fevereiro de 2020, a Portaria nº 188 do Ministério da Saúde declarou Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV), estabelecendo-se o Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública (COE-nCoV) como mecanismo nacional da gestão coordenada da resposta à emergência no âmbito nacional;

CONSIDERANDO que no dia 06 de fevereiro de 2020, foi publicada a Lei nº 13.979 que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019 e que o artigo 3º da referida lei, prevê que para enfrentamento da emergência de saúde decorrente do coronavírus, as autoridades poderão adotar, no âmbito de suas competências, várias medidas, dentre outras, podendo ser imposta medida de quarentena, isolamento, estudo e investigação epidemiológica etc.;

CONSIDERANDO que o art. 23, inciso II, da Constituição Federal, determina a competência concorrente da União, Estados e Municípios para cuidar da saúde, bem como o art. 30, inciso I, da Constituição, que dispõe que é de competência dos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local;

CONSIDERANDO o art. 8º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que diz que as ações e serviços de saúde serão organizados de forma regionalizada e hierarquizada;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 562, de 2020, que declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense;

CONSIDERANDO que estudos recentes demonstram a eficácia das medidas de isolamento social para contenção da disseminação da COVID-19;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 4.146, de 19 de março de 2020, que decretou situação de emergência em saúde pública;

DECRETA

Art. 1º Ficam investidos como autoridades de saúde os militares e servidores da Polícia Militar e da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, cabendo-lhes a fiscalização das medidas específicas de enfrentamento determinadas por este município, bem como pela Região de Saúde, sem prejuízo da atuação de órgãos com competência fiscalizatória específica.

Art. 2º Enquanto perdurar a situação de emergência em razão da pandemia causada pela COVID-19, será de responsabilidade da Vigilância Sanitária municipal, compartilhada com Vigilância Sanitária Regional, Defesa Civil, Polícia Militar, Bombeiro Militar, Polícia Civil e demais órgãos fiscalizadores, fiscalizar todos os estabelecimentos comerciais e locais públicos com vistas a garantir o cumprimento das medidas sanitárias determinadas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Campo/SC, 07 de agosto de 2020.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.194

Publicação Nº 2596932

DECRETO Nº 4.194 DE 07 DE JULHO DE 2020.

"Homologa a Resolução da DIR nº. 10/2020 e dá outras providências."

RODRIGO PREIS, Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela lei orgânica municipal, artigo 65, inciso VII,

CONSIDERANDO todos os motivos expostos nas as Resoluções DIR nº. 10/2020;

DECRETA

Art. 1º. Fica homologada a Resolução da DIR nº. 10/2020 no que couber, cujo inteiro teor segue anexo a este Decreto, devendo ser cumprida no território do Município de Rio do Campo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Campo, 07 de agosto de 2020.

Rodrigo Preis
Prefeito

ANEXO

RESOLUÇÃO DIR Nº 010/2020

Dispõe sobre as medidas sanitárias preventivas recomendadas para adoção em âmbito regional.

O Presidente da AMAVI, no uso de suas atribuições e em cumprimento às disposições do Decreto Estadual nº 630/2020, da Portaria SES nº 464/2020, conforme deliberação dos Prefeitos dos Municípios da AMAVI em reunião virtual realizada no dia 07 de agosto de 2020 e concomitante homologação pela Comissão Intergestores Regional de Saúde do Alto Vale do Itajaí (CIR) na mesma reunião:

CONSIDERANDO que em 03 de fevereiro de 2020, a Portaria nº 188 do Ministério da Saúde declarou Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV), estabelecendo-se o Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública (COE-nCoV) como mecanismo nacional da gestão coordenada da resposta à emergência no âmbito nacional;

CONSIDERANDO que no dia 06 de fevereiro de 2020, foi publicada a Lei nº 13.979 que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019 e que o artigo 3º da referida lei, prevê que para enfrentamento da emergência de saúde decorrente do coronavírus, as autoridades poderão adotar, no âmbito de suas competências, várias medidas, dentre outras, podendo ser imposta medida de quarentena, isolamento, estudo e investigação epidemiológica etc.;

CONSIDERANDO que o art. 23, inciso II, da Constituição Federal, determina a competência concorrente da União, Estados e Municípios para cuidar da saúde, bem como o art. 30, inciso I, da Constituição, que dispõe que é de competência dos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local;

CONSIDERANDO o art. 8º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que diz que as ações e serviços de saúde serão organizados de forma regionalizada e hierarquizada;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 630 de 01 de junho de 2020 que altera o Decreto nº 562, de 2020, que declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense;

CONSIDERANDO que conforme documento protocolado na AMAVI em 03 de agosto de 2020, a Comissão Intergestores Regional de Saúde do Alto Vale do Itajaí (CIR) abdicou do encargo de deliberar sobre as medidas sanitárias de restrição ou de liberação das atividades;

CONSIDERANDO as análises realizadas pelo Governo do Estado de Santa Catarina em relação à evolução da pandemia nas diferentes regiões do estado, combinadas com a disponibilidade de leitos e da atual estrutura de saúde existentes, na forma da Portaria SES nº 464, publicada em 03 de julho de 2020;

CONSIDERANDO que a matriz de Avaliação do Risco Potencial para COVID-19 disponibilizada pelo Governo do Estado de Santa Catarina (disponível em: <http://www.coronavirus.sc.gov.br/gestao-da-saude/>) visa orientar a regionalização e descentralização das ações relacionadas à contenção da pandemia;

CONSIDERANDO que a Região do Alto Vale do Itajaí, no dia 28 de julho de 2020, recebeu alerta de alteração do status de GRAVE (3) para GRAVÍSSIMO (4), mantendo-se o status na atualização da matriz de risco datada de 04 de agosto de 2020;

CONSIDERANDO que o momento atual demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença (COVID-19) em toda a Região do Alto Vale do Itajaí, objetivando impedir que seja necessária imposição de novo lockdown (fechamento total);

CONSIDERANDO a comprovação do aumento do número de casos na Região;

CONSIDERANDO a necessidade de implantação de mais leitos de UTI e a escassez de suprimentos hospitalares importantes;

CONSIDERANDO que as medidas de retomada das atividades sociais e econômicas que impactem diretamente em Municípios vizinhos devem considerar a situação mais atual do sistema de saúde da respectiva Região de Saúde, uma vez que a lógica assistencial e a rede hospitalar instalada visam assegurar o acesso universal e igualitário à população dos Municípios circunscritos naquela região, portanto, as medidas restritivas de prevenção devem ser adotadas uniformemente em toda a região;

CONSIDERANDO que os Municípios e as Regiões de Saúde devem adotar as medidas sanitárias para correção e controle dos efeitos negativos sobre a curva de tendência de contaminação, conforme determinado na Portaria SES nº 464;

CONSIDERANDO que o § 8º do art. 3º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, determina que as medidas de enfrentamento ao coronavírus deverão resguardar o exercício e o funcionamento de serviços públicos e atividades essenciais;

CONSIDERANDO que o § 2º do art. 1º da Lei Estadual nº 17.974, de 30 de julho de 2020 prevê que "as restrições ao direito de funcionamento de restaurantes, lanchonetes, padarias e similares pelo Poder Público, nas situações excepcionais referidas no caput deste artigo, deverão fundamentar-se nas normas sanitárias ou de segurança pública aplicáveis e serão precedidas de decisão administrativa fundamentada da autoridade competente, a qual deverá expressamente indicar a extensão, os motivos e critérios científicos e técnico embaixadores da(s) medida(s) imposta(s)";

CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 17.940 de 08 de maio de 2020 que reconhece a atividade religiosa como essencial para a população de Santa Catarina em situações de calamidade pública, de emergência ou de epidemia, bem como que desde o início da pandemia causada pelo COVID-19 houve o noticiamento de acréscimo significativo nos atendimentos nos Centros de Atenção Psicossocial, além de casos de tentativa de suicídio, fazendo-se necessários maiores cuidados em relação à saúde mental da população do município, inclusive possibilitando a atuação das entidades religiosas;

CONSIDERANDO as medidas recomendadas pela CIR nas Resoluções 01, 02, 03 e 04/2020;

CONSIDERANDO o Alerta 052 do COES para a região do Alto Vale do Itajaí, datado de 04/08/2020;

RECOMENDA que os Municípios da AMAVI adotem as seguintes medidas para o período de 14 (quatorze) dias a contar do dia 10 de agosto de 2020:

Art. 1º Aos Municípios e as Regiões de Saúde do Alto Vale do Itajaí cabe a adoção das medidas sanitárias para correção e controle dos efeitos negativos sobre a curva de tendência de contaminação, na forma do artigo 3º, §1º da Portaria SES nº 464 de 03 de julho de 2020.

Art. 2º Permanecem suspensas as seguintes atividades:

- I - A realização de todo e qualquer evento público e privado que implique em aglomeração de pessoas (shows, cinemas, teatros etc.);
- II - Música ao vivo em eventos de qualquer natureza;
- III - Parques, ginásios e clubes de lazer públicos e privados, ficando permitido somente o funcionamento de restaurantes e academias (dentro de clubes), conforme protocolos preestabelecidos;
- IV - Quaisquer atividades esportivas coletivas e recreativas, com exceção das que envolvam até 2 (dois) participantes sem contato físico (ex, tênis, beach tênis, badminton e outros);
- V - A prática de jogos de mesa, sinuca, bocha e similares de qualquer espécie nos bares, lanchonetes, restaurantes e similares.

Art. 3º Em todo o território da região do Alto Vale do Itajaí o uso de máscaras pelos cidadãos em ambientes públicos ou privados é obrigatório.

Art. 4º Todos os estabelecimentos comerciais deverão controlar o acesso ao seu interior a fim de que seja permitida a circulação e permanência de, no máximo, 50% da capacidade total, além de adotar todas as medidas sanitárias preventivas já impostas, inclusive, barreiras físicas que facilitem o distanciamento seguro.

Art. 5º O comércio não essencial (galerias, shoppings, lojas de variedades, lojas de rua e comércios em geral) deverá adotar horário reduzido de funcionamento, podendo funcionar todos os dias até às 22 horas.

§ 1º Os comércios referidos neste artigo são aqueles que não envolvem serviços de alimentação e consumo de bebidas no local.

§ 2º O estabelecimento deverá orientar os clientes de forma a evitar aglomerações do lado externo e deverão observar todas as medidas de prevenção já determinadas, bem como disponibilizar no mínimo 01 funcionário para efetuar o controle da entrada dos clientes.

Art. 6º Fica reconhecido, nos termos da Lei Estadual nº 17.974 de 30 de julho de 2020, os serviços de alimentação, tais como restaurantes, lanchonetes, padarias e similares, como essenciais para a população, ainda que em estado de calamidade, emergência, epidemia ou

pandemia.

Art. 7º Fica proibido o consumo de bebidas alcoólicas nos balcões de atendimento de bares, pubs, lojas de conveniências de postos de combustível e similares, podendo o consumo ocorrer em mesas desde que respeitadas as normas sanitárias.

Parágrafo único. A comercialização de bebidas alcoólicas nos estabelecimentos citados no caput só poderá ocorrer até às 20 horas.

Art. 8º A fiscalização das medidas sanitárias preventivas ocorrerá na forma da legislação federal, estadual e municipal, devendo os municípios empreenderem esforços para intensificar a realização das fiscalizações, devendo promover a edição de Decreto a fim de investir como autoridade de saúde a Polícia Militar, Polícia Civil, Defesa Civil, Bombeiros, Fiscais de Posturas e demais órgãos que possam auxiliar e colaborar efetivamente na fiscalização das normas sanitárias municipais de enfrentamento da pandemia

Art. 9º Os mercados e supermercados deverão manter no mínimo 01 funcionário efetuando o controle de entrada e a higienização dos carrinhos e cestinhas e deverão orientar a população de que somente será permitida a entrada de 01 pessoa por família, sendo vedada a entrada de crianças, ressalvados os casos excepcionais.

Art. 10. Conforme Lei Estadual nº 17.940 de 08 de maio de 2020, está liberada a realização de missas, cultos e demais atividades de manifestação religiosa, devendo-se observar as diretrizes previstas nas Portarias SES nº 254 de 20 de abril de 2020 e nº 269, de 24 de abril de 2020, do Estado de Santa Catarina, notadamente as descritas abaixo:

I - A lotação máxima autorizada será de 30% (trinta por cento da capacidade do templo ou igreja;

II - Os lugares de assento deverão ser disponibilizados de forma alternada entre as fileiras de bancos, devendo estar bloqueados de forma física aqueles que não puderem ser ocupados; III - Deverá ser assegurado que todas as pessoas, ao adentrarem ao templo ou igreja, estejam utilizando máscara e higienizem as mãos com álcool gel 70% ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar.

Art. 11. Os velórios deverão observar o período de duração máxima de 06 (seis) horas, devendo ser restrito a familiares e proibindo-se a permanência de mais de 10 (dez) pessoas simultaneamente.

Parágrafo único: Os velórios de pacientes confirmados ou suspeitos para COVID-19 permanecem proibidos.

Art. 12. Permanecem suspensas, até o dia 30 de agosto de 2020, as cirurgias eletivas que não sejam "tempo-sensíveis".

Art. 13. Os estabelecimentos hoteleiros, pousadas e similares deverão respeitar a limitação de 30% (trinta por cento) da sua capacidade de hóspedes, respeitadas as medidas sanitárias aplicáveis a esses estabelecimentos, em especial as previstas na Portaria SES nº 244, de 12 de abril de 2020.

Art. 14. As academias de musculação e ginástica, estúdios de atividade física e similares deverão limitar o acesso e permanência de clientes no máximo de 30% da capacidade total de público, respeitadas as demais exigências previstas na Portaria SES nº 258/2020, de 21 de abril de 2020.

Art. 15. Quanto as atividades referentes aos serviços públicos não essenciais, recomenda-se aos municípios que:

I - seja imediatamente suspenso o atendimento ao público para serviços não essenciais que possam ser realizados de forma não presencial (telefone e e-mail, por exemplo);

II - os horários de expediente sejam organizados priorizando o trabalho remoto e o afastamento de pessoas do grupo de risco, adotando-se medidas que reduzam a circulação de funcionários nos prédios públicos, como por exemplo, escala de revezamento, concessão de licenças, turno ininterrupto etc.

Art. 16. As indústrias deverão funcionar com capacidade mínima necessária, priorizando o afastamento dos funcionários que se enquadrem no grupo de risco e adotando todas as medidas sanitárias preventivas, em especial as previstas nas Portarias SES nº 189, de 22 de março de 2020 e nº 272, de 27 de abril de 2020.

Art. 17. Os estabelecimentos comerciais, de serviços, indústrias, instituições financeiras, empresas e estabelecimentos congêneres e as repartições públicas, serão responsáveis em zelar pelo cumprimento das exigências sanitárias expedidas pelos órgãos municipais, estaduais ou federais mencionadas ou não na presente Resolução.

Art. 18. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de agosto de 2020.

Joel Longen Presidente da AMAVI

Rio do Oeste

PREFEITURA

DECRETO_2585_CORONAVIRUS_ALTERA_DECRETO_2584_ESTABELECE_EXCECOES

Publicação Nº 2594688

DECRETO Nº 2.584, DE 03 DE AGOSTO DE 2020.

Estabelece novas medidas sanitárias preventivas relativas à COVID-19.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso de suas atribuições do art. 65, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que em 03 de fevereiro de 2020, a Portaria n. 188 do Ministério da Saúde declarou Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV), estabelecendo-se o Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública (COE – nCoV) como mecanismo nacional da gestão coordenada da resposta à emergência no âmbito nacional;

CONSIDERANDO a publicação da Portaria SES nº 464, de 03 de julho de 2020, a qual instituiu o Programa de Descentralização e Regionalização das Ações de Combate à COVID-19, delegando aos Municípios e às respectivas Regiões de Saúde as tomadas de decisões relativas à flexibilização ou restrição de atividades sociais e econômicas;

CONSIDERANDO que as medidas de retomada das atividades sociais e econômicas que impactem diretamente em municípios vizinhos devem considerar a situação mais atual do sistema de saúde da respectiva Região de Saúde;

CONSIDERANDO as deliberações realizadas em âmbito regional que deram origem à Resolução nº 003/2020, da Comissão Intergestores Regional de Saúde do Alto Vale do Itajaí (CIR) e à Resolução nº 009/2020, da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí

DECRETA:

Art. 1º Permanecem suspensas pelo prazo de 07 (sete) dias:

I – atividades em casas noturnas, cinemas e teatros, bem como a realização de eventos, shows e espetáculos que acarretam reunião de público, inclusive a apresentação de música ao vivo, em qualquer estabelecimento comercial;

II – atividades em parques, ginásios e clubes de lazer, públicos ou privados

III – atividades físicas ou esportivas coletivas que impliquem em contato físico e todos aqueles em que há maior exposição a risco potencial de infecção, como natação, vôlei, zumba, futsal e futebol amador em ambientes internos ou externos, públicos ou privados.

IV – atividades recreativas em bares, tais como bilhar (sinuca), baralho, dominó, entre outros.

Parágrafo único. A suspensão prevista no inciso II não se aplica a restaurantes e academias que funcionem dentro de clubes, os quais devem respeitar as medidas sanitárias já determinadas para as respectivas atividades.

Art. 2º Todos os estabelecimentos comerciais deverão controlar o acesso ao seu interior a fim de que seja permitida a circulação e permanência de, no máximo, 50% da capacidade total, além de adotar todas as medidas sanitárias preventivas já impostas, inclusive barreiras físicas que facilitem o distanciamento seguro, quando se aplicar.

Art. 3º Fica determinado, pelo prazo de 7 (sete) dias, o horário de funcionamento até as 21 horas das lojas de ruas e comércio em geral.

Parágrafo único. Os comércios referidos neste artigo são aqueles que não envolvam serviços de alimentação e consumo de bebidas no local.

Art. 4º Fica determinado, pelo prazo de 7 (sete) dias, o horário de funcionamento até as 21 horas das seguintes atividades:

I – praças de alimentação;

II – restaurantes, pizzarias e similares;

III – lanchonetes;

IV – food trucks e comércio ambulante de alimentos.

§ 1º Fica vedado o funcionamento dos estabelecimentos acima na modalidade de rodízio.

§ 2º Após as 21 horas, os estabelecimentos citados neste artigo poderão funcionar na modalidade tele entrega (delivery) ou retirada no balcão (take away), sendo vedado o consumo no local.

Art. 5º Fica determinado, pelo prazo de 7 (sete) dias, o horário de funcionamento até as 20 horas, de bares, pubs, lojas de conveniências de postos de combustíveis e similares.

Parágrafo único. Após o horário determinado no caput, somente poderá haver o funcionamento na modalidade tele entrega (delivery) ou retirada no balcão (take away), ficando vedado o consumo de qualquer gênero alimentício e bebidas no local.

Art. 6º Os mercados e supermercados, deverão inviabilizar a utilização de cestas, devendo ofertar aos clientes apenas carrinhos em quantidade suficiente que possibilite o controle da capacidade de lotação e a efetiva higienização.

§ 1º Os estabelecimentos citados no caput deverão manter no mínimo 01 (um) funcionário efetuando o controle de entrada e a higienização de carrinho.

§ 2º O disposto no caput deste artigo não se aplica a mercearias, empórios, pequenos armazéns e similares.

Art. 7º Os estabelecimentos comerciais deverão orientar os clientes de que somente será permitida a entrada de 01 (uma) pessoa por família, sendo vedada a entrada de crianças até de 12 (doze) anos e pessoas com mais de 60 (sessenta) anos de idade, ressalvados os casos excepcionais.

Art. 8º Fica vedada a permanência de pessoas com idade inferior a 12 (doze) ou superior a 60 (sessenta) anos de idade em vias públicas e espaços públicos de uso coletivo, como parques e praças, ressalvados os casos excepcionais.

Art. 9º Permanece proibida a realização de cultos religiosos presenciais, permitindo-se a transmissão virtual e os cultos realizados na modalidade drive in, desde que atendidas todas as medidas sanitárias preventivas já estabelecidas.

Art. 10. Os velórios deverão observar o período de duração máxima de 06 (seis) horas, devendo ser restrito a familiares e proibindo-se a permanência de mais de 10 (dez) pessoas simultaneamente.

Parágrafo único. Os velórios de pacientes confirmados ou suspeitos para COVID-19 permanecem proibidos.

Art. 11. As infrações aos dispositivos deste Decreto serão punidas com as seguintes penalidades, obedecendo a seguinte ordem, bem como, seu proprietário poderá vir a ser responsabilizado na esfera penal, por força do disposto no art. 268 do Código Penal:

I – notificação;

II – multa;

III – multa com o valor duplicado em caso de nova reincidência;

IV – interdição do estabelecimento e/ou da atividade.

§ 1º A penalidade de notificação será aplicada nos casos de descumprimento de quaisquer das disposições deste Decreto, devendo constar o apontamento das adequações necessárias.

§ 2º A penalidade de multa será aplicada aos casos em que já houve notificação e houver reincidência de infração, e será de 100 UFM's às pessoas jurídicas e 30 UFM's às pessoas físicas.

§ 3º A penalidade de interdição do estabelecimento e/ou da atividade será aplicada aos estabelecimentos aos quais já houve aplicação de multa e multa por reincidência.

§ 4º A aplicação das penalidades previstas neste Decreto observará, no que couber, o disposto nos artigos 10 a 18 da Lei Complementar nº 40, de 05 de julho de 2013 (Código de Posturas) e Lei Municipal 828/93.

Art. 12. Em todo o território do Município de Rio do Oeste o uso de máscaras pelos cidadãos em ambientes públicos ou privados é obrigatório.

§ 1º Em caso de não observância ao disposto no caput do presente artigo, inicialmente, ao infrator, será aplicada notificação.

§ 2º Em caso de reincidência será aplicada ao infrator a penalidade de multa no valor de 50 UFM.

§ 3º Em caso de nova reincidência, o valor da multa passará a ser no valor 100 UFM.

Art. 13. As determinações contidas neste Decreto poderão ser revistas e/ou revogadas a qualquer tempo, de acordo com a evolução da pandemia e seu impacto na rede municipal de saúde.

Art. 14. A fiscalização das medidas contidas neste Decreto será realizada pela Vigilância Sanitária Municipal, compartilhada com Vigilância Sanitária Regional, Defesa Civil, Polícia Militar, Bombeiro Militar, Polícia Civil, pelo Fiscal de Obras e Posturas e demais órgãos fiscalizadores.

Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Oeste, 03 de agosto de 2020.

HUMBERTO PESSATTI
Prefeito de Rio do Oeste

FLÁVIO MALIKOSKI
Chefe de Gabinete

DECRETO_2586_SUPLEMENTA_EXCESSO_PMRO

Publicação N° 2594803

DECRETO N° 2586 DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Suplementa dotações orçamentárias para PMRO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso de suas atribuições, e pelo que lhe confere inciso I, art. 5º da Lei nº 2280 de 18/12/2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária constante do Anexo I do presente Decreto, no valor total de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 2º Utilizar-se-á como fonte de recursos o excesso de arrecadação demonstrado no Anexo II do presente Decreto, no valor total de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 07/08/2020

Rio do Oeste – SC, 07 de agosto de 2020

HUMBERTO PESSATTI
Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial

ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO DECRETO N° 2586/2020		
Órgão:	SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	9
Unidade Orçamentária:	DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURA URBANA	902
Função:	URBANISMO	15
Sub-função:	INFRA-ESTRUTURA URBANA	451
Programa:	INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA	902
Atividade	Infraestrutura Urbana	2031
FONTE DOS RECURSOS		
1790001	Emendas Parlamentares Impositivas - Transferências do Estado	100.000,00
NATUREZA DA DESPESA		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3000	DESPESAS CORRENTES	100.000,00
3100	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	100.000,00
3190	APLICAÇÕES DIRETAS	100.000,00
1790001	Emendas Parlamentares Impositivas - Transferências do Estado	100.000,00

TOTAL	100.000,00
-------	------------

ANEXO II

Excesso de Arrecadação por Fonte

Decreto nº 2586/2020

ESPECIFICAÇÃO	Acumulado em Agosto/2020			
	Meta	Receita	Suplementado	Saldo
4242899110400000000 - Emendas Impositivas Estado – 1790001 Emendas Parlamentares Impositivas - Transferências do Estado	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00

Rio do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 9227, DE 06 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2594858

DECRETO Nº 9227, de 06 de agosto de 2020.

"REVOGA O DECRETO Nº 9110, DE 24 DE JUNHO DE 2020, QUE INDICA MEMBRO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - CMDPD".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no Artigo 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e da Lei nº 4.903, de 12 de agosto de 2009.

DECRETA:

Art. 1º- Fica revogado o Decreto nº 9110, de 24 de junho de 2020, que indica membro do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD.

Parágrafo único. A revogação prevista no caput deste artigo se dá em razão de que a indicação e nomeação do membro do Conselho, já havia se concretizada a substituição no Decreto nº 8.730, de 20 de dezembro de 2019.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Este Decreto revoga as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 9110.

GABINETE DO PREFEITO

06 de agosto de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 9231, DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2594690

DECRETO Nº 9231, de 07 de agosto de 2020.

"HOMOLOGA PROCESSO DE EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 116.2020, DE 10.08.2020".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições:

DECRETA:

Art. 1º-	Fica homologado o processo de Edital de Dispensa de Licitação nº 116/2020, Razões de justificativa de dispensa: Art. 26, Parágrafo Único, Incisos I, II e III, da Lei Federal nº 8.666/1993. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/1993; Decreto Estadual nº 700/2020, e Decreto Municipal nº 9142/2020.
	Parágrafo único – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO DA RUA JOÃO NASCHWENG, NO BAIRRO BREMER – RIO DO SUL. CONTRATADA: ORBIS ENGENHARIA EIRELI. CNPJ: 19.703.096/0001-82 VIGÊNCIA: até 02 de fevereiro de 2021.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º-	Revogam-se as disposições em contrário.
----------	---

GABINETE DO PREFEITO.

07 de agosto de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 9232, DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2594689

DECRETO Nº 9232, de 07 de agosto de 2020.

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 061/2020, DE 07.05.2020".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, e com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado, de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelos Decretos nº 8747, de 09 de janeiro de 2020, o resultado do Edital de Tomada de Preços nº 061/2020 de 07.05.2020, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

KURTZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
07 de agosto de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul

ANEXO AO DECRETO Nº 9232/2020

Pregão Presencial: Nº 061/2020, de 07.05.2020.

Objeto da Licitação:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PRAÇA NO BAIRRO SANTA RITA – RIO DO SUL – SC.

Decisão: Pelo critério de menor preço global, o pregoeiro declarou vencedor o
licitante:

KURTZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA

DECRETO Nº 9233, DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2594859

DECRETO Nº 9233, de 07 de agosto de 2020

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso I da Lei Orçamentária nº 6.090 de 19/12/2019

DECRETA

Art. 1º - Ficam suplementadas na importância de R\$ 159.252,00 (cento e cinquenta e nove mil, duzentos e cinquenta e dois reais), por excesso de arrecadação, referente ao repasse de recursos conforme Portaria n. 1.857 de 28/07/2020, que dispõe sobre a transferência de incentivos financeiros aos Municípios e ao Distrito Federal para combate à Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus/Covid-19, considerando as escolas públicas da rede básica de ensino, as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul.

87.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
87.02	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.058	Blatb – Ações da Saúde da Família		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01385700	Portaria 1857 - Covid-19 - Saúde/Educação	R\$	109.252,00
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		

01385700	Portaria 1857 - Covid-19 - Saúde/Educação	R\$	50.000,00
	TOTAL	R\$	159.252,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

07 de agosto de 2020

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 116/2020

Publicação Nº 2594568

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 116/2020

O Município de Rio do Sul (SC), Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, Sr. José Eduardo Rothbarth Thomé, leva ao conhecimento dos interessados, que fica dispensada a licitação, consoante o abaixo exposto:

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de materiais e mão de obra para execução da pavimentação da rua João Naschweng, no bairro Bremer - Rio do Sul/SC

Contratada: ORBIS Engenharia Eireli.

Valor: R\$ 276.451,61 (duzentos e setenta e seis mil quatrocentos e cinquenta e um reais e sessenta e um centavos).

Vigência do Contrato: Até 02 de fevereiro de 2021.

Início da Execução da Obra: Até 02 (dois) dias após o recebimento da Ordem de Serviço

Fundamento Legal: Art. 24, Inciso V, da Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Razões de justificativa de dispensa: Art. 26, parágrafo único, Inciso II da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Gabinete do Prefeito Municipal,
Rio do Sul, 06 de agosto de 2020

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE NOTIFICAÇÕES PRELIMINARES Nº 003/2020 - FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS

Publicação Nº 2594607

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/SC
FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E POSTURAS

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE NOTIFICAÇÕES PRELIMINARES Nº 003/2020

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS, NOS TERMOS DO ARTIGO 709, DO PLANO DIRETOR – LEI COMPLEMENTAR Nº 163, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2006, DO LANÇAMENTO EM SEU DESFAVOR DAS RESPECTIVAS NOTIFICAÇÕES PRELIMINARES, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR).

FICAM OS CONTRIBUINTES CIENTIFICADOS QUE DISPÕEM DO PRAZO PREVISTO NO ART. 762, II DO PLANO DIRETOR – LEI COMPLEMENTAR Nº 163, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2006 (QUINZE DIAS), PARA REGULARIZAR A SITUAÇÃO RESULTANTE DAS NOTIFICAÇÕES PRELIMINARES.

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR Nº	DATA	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
178/2020	05/05/20	TEREZINHA KARGEL FRIELMAN – ESPÓLIO	166.570.989-87
		Rio do Sul, 07 de agosto de 2020.	

Alexandre Matos Pereira
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

José Luiz do Nascimento
Diretor Técnico da Fazenda

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE NOTIFICAÇÕES PRELIMINARES Nº 011/2020

Publicação Nº 2594606

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/SC
FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E POSTURAS

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE NOTIFICAÇÕES PRELIMINARES Nº 011/2020

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS, NOS TERMOS DO ARTIGO 709, DO PLANO DIRETOR – LEI COMPLEMENTAR Nº 163, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2006, DO LANÇAMENTO EM SEU DESFAVOR DAS RESPECTIVAS NOTIFICAÇÕES PRELIMINARES, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR).

FICAM OS CONTRIBUINTES CIENTIFICADOS QUE DISPÕEM DO PRAZO PREVISTO NO ART. 700, DO PLANO DIRETOR – LEI COMPLEMENTAR Nº 163, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2006 (TRINTA DIAS), PARA REGULARIZAR A SITUAÇÃO RESULTANTE DAS NOTIFICAÇÕES PRELIMINARES.

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR Nº	DATA	PROTOCOLO	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
9031	15/06/20	156731/2015	CENTRO DE DIREITOS HUMANOS DO ALTO VALE	79.370.003/0001-77
9127	08/07/20	162783/2016	FABIANO BLANK	988.543.809-20
			Rio do Sul, 07 de agosto de 2020.	

Alexandre Matos Pereira
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

José Luiz do Nascimento
Diretor Técnico da Fazenda

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 030/2020

Publicação Nº 2594609

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/SC
FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 030/2020

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE CIENTIFICADOS, NOS TERMOS DO ARTIGO 119, § 6º, DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, LEI COMPLEMENTAR Nº 110/2003 DE 17/12/2003, DO LANÇAMENTO EM SEU DESFAVOR DE TRIBUTOS E PENALIDADES, CONFORME RESPECTIVA NOTIFICAÇÃO, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR).

FICAM TAMBÉM OS CONTRIBUINTES, CIENTIFICADOS DE QUE DISPÕEM DO PRAZO PREVISTO NO ARTIGO 147, § 1º (TRINTA DIAS ÚTEIS), A CONTAR DA DATA MENCIONADA NO INCISO III, DO § 2º, DO ARTIGO 187, PARA IMPETRAR RECLAMAÇÃO CONTRA O LANÇAMENTO, NOS MOLDES DO ARTIGO 175, § 1º, TODOS DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, LEI COMPLEMENTAR Nº 110/2003 DE 17/12/2003.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº	DATA	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
57/2020	05/06/20	CARMINHA KALESKI ME	10.755.017/0001-02
58/2020	05/06/20	ELO SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELI ME	25.286.082/0001-03

Rio do Sul, 07 de agosto de 2020.

Alexandre Matos Pereira
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

José Luiz do Nascimento
Diretor Técnico da Fazenda

EMENTA RECURSO ADMINISTRATIVO 168166.2017

Publicação Nº 2594812

CÂMARA TÉCNICA DE JULGAMENTO DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – RIO DO SUL – SC

EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. CÂMARA TÉCNICA DE JULGAMENTO DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE. LANÇAMENTO DE RESÍDUOS (TINTA E SOLVENTEN) EM BUEIRO. O recorrente foi autuado diante das irregularidades previstas nos artigos 54, V da Lei 9.605/98 combinado com o artigo 62, V e VI do decreto 6.514/2008 e artigos 70 e 72, II da Lei 9.605/98 combinado com os artigos 2º, 3º II, 96 do decreto 6.514/2008, conforme estabelecido pelo agente fiscalizador no Auto de

Infração. Após análise pormenorizada dos fatos, constatou-se que o dano ambiental é reversível. Desta forma, mantém-se a decisão exarada no despacho aplicador de multa, a saber: Conceder desconto de 20% no valor da multa como atenuante por reverter o dano de acordo com apresentado na defesa previa, conforme Art 37, inciso II, alínea b da Portaria Conjunta CPMA/IMA 143 DE 06/06/2019 –IMPLICANDO NO VALOR DE R\$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS) a ser revertido ao Fundo Municipal do Meio Ambiente, na forma legal em um prazo de 30 dias, após recebida a comunicação formal. (Protocolo 168166/2017. Relator: Carlos Alberto Michels. Julgamento em 28/07/2020)

Rio do Sul, 07 de agosto de 2020.

PAUTA DE SORTEIO DE JULGAMENTO Nº 006/2020 - CÂMARA TÉCNICA DE JULGAMENTO DE RECURSOS ADM DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Publicação Nº 2594805

CÂMARA TÉCNICA DE JULGAMENTO DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – RIO DO SUL – SC

Pauta de Sorteio e Julgamento Nº 006/2020

Denise Peres Farias, Secretária da Câmara Técnica de Julgamento de Recursos Administrativos do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Rio do Sul, no uso das obrigações definidas no art. 3º do Decreto nº 9.011 de 04 de maio de 2020, torna público que a Câmara Técnica de Julgamento de Recursos Administrativos do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Rio do Sul estará reunido em Sessão Extraordinária no dia 25 de agosto de 2020, às 08hs00min de forma virtual, para realização de sorteio e julgamento dos seguintes processos:

01. Julgamento dos processos:

Protocolo Nº 161480/2016. Requerente: Raul Eccher. Relatora: Patricia Mayr.

Protocolo 164925/2017. Requerente: Alcides Testoni. Relator: Gabriel Soldatelli Murara.

Protocolo 165198/2017. Requerente: Nardelli Empreendimentos Imobiliários. Relator: Leon Keunecke.

02. Sorteio dos processos:

Protocolo 180857/2019. Requerente: Rodrigo Reichert.

Protocolo 174476/2018. Requerente: Crista Vera Hoffmann.

Protocolo 171235/2018. Requerente: Janaína Bastos de Lima.

Protocolo 171434/2018. Requerente: Diego Henrique Klettenberg.

Rio do Sul, 07 de agosto de 2020.

DENISE PERES FARIAS

Secretária da Câmara Técnica de Julgamento de Recursos Administrativos do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Rio do Sul

PORTARIA N. 0774/DGP DE 03 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2591557

PORTARIA N. 0774/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o artigo 183, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro 2015,

RESOLVE:

Art. 1º. Aplicar à servidora ELIZANDRA APARECIDA ZEFERINO, matrícula n. 3162997676, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais I, a penalidade de SUSPENSÃO por 10(dez) dias, a partir de 10 de agosto de 2020, com fundamento ao disposto no artigo 185, inciso I, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro 2015, conforme decisão exarada nos autos do Processo Administrativo Disciplinar n. 065/2019, que concluiu que a servidora transgrediu o artigo 170, incisos III, IX e IX e o artigo 171 incisos V e XVII, da Lei Complementar supracitada.

Art. 2º. Determinar que o Departamento de Gestão Pessoas encaminhe o respectivo Processo Administrativo Disciplinar para o Comitê Técnico de Estágio Probatório, com fundamento ao artigo 21, § 8º, inciso I, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015.

Art. 3º. Estabelecer que esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 03 de agosto de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Lso

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2020/FMS

Publicação Nº 2594724

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2020/FMS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE TESTES RÁPIDOS, TENDO EM VISTA O ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL/SC.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: A partir das 08h00min do dia 10/08/2020.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Às 10h30min do dia 17/08/2020.

INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 10h40min do dia 17/08/2020.

MODO DE DISPUTA: ABERTO

LOCAL: Portal de Licitações Compras BR, no endereço eletrônico: www.comprasbr.com.br

REGIMENTO: Lei Federal Nº 13.979/2020, Lei Federal Nº. 10.520/2002, Lei Complementar Federal Nº 123/2006, Decreto Municipal Nº 8955/2020, Decreto Municipal Nº 6760/2017 e, subsidiariamente, com a Lei Nº. 8.666/93 e suas alterações, pelas demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas pelo presente edital e seus anexos.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital pode ser retirada também pelo site eletrônico da Prefeitura Municipal www.riodosul.sc.gov.br no menu autoatendimento – licitações.

Rio do Sul, 05 de agosto de 2020.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ROBERTA HOCHLEITNER
Secretária de Saúde

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 113/2020

Publicação Nº 2594450

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 113/2020

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DE CALÇAMENTO E MEIO FIO, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS E AGRICULTURA DE RIO DO SUL/SC

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: A partir das 08h00min do dia 10/08/2020.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Às 08h00min do dia 21/08/2020.

INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 08h10min do dia 21/08/2020.

MODO DE DISPUTA: ABERTO

LOCAL: Portal de Licitações Compras BR, no endereço eletrônico: www.comprasbr.com.br

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar Federal 123/2006, Decreto Municipal nº 8955/2020 e Decreto Municipal N. 6760/2017, subsidiariamente a Lei 8.666/93.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital pode ser retirada também pelo site eletrônico da Prefeitura Municipal www.riodosul.sc.gov.br no menu autoatendimento – licitações.

Rio do Sul, 03 de agosto de 2020.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ADRIANA IUNCEK RAMOS
Secretária de Obras e Agricultura

PREGÃO PRESENCIAL Nº 103/2020

Publicação Nº 2594658

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 103/2020

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE AREIA FINA, MÉDIA E GROSSA, LAVADA E PENEIRADA, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS E AGRICULTURA DE RIO DO SUL DE ACORDO COM ANEXOS DESTES EDITAIS

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: A partir das 08h00min do dia 10/08/2020.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Às 08h00min do dia 24/08/2020.

INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 08h10min do dia 24/08/2020.

MODO DE DISPUTA: ABERTO

LOCAL: Portal de Licitações Compras BR, no endereço eletrônico: www.comprasbr.com.br

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar Federal 123/2006, Decreto Municipal nº 8955/2020 e Decreto Municipal N. 6760/2017, subsidiariamente a Lei 8.666/93.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital pode ser retirada também pelo sítio eletrônico da Prefeitura Municipal www.riodosul.sc.gov.br no menu autoatendimento – licitações.

Rio do Sul, 05 de agosto de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ADRIANA IUNCEK RAMOS
Secretária de Obras e Agricultura

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 035/2020/FMS

Publicação Nº 2596617

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.35/2020 Pregão Eletrônico Nº 23/2020/FMS Validade: 12 meses Aos oito dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL por meio do(a) Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público, situado na TUIUTI Nº. 154, CENTRO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº 10.469.199/0001-55, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 23/2020/FMS, RESOLVE registrar os valores oferecidos para Registro de preços para eventual aquisição de medicamentos, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Eletrônico, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
MEDILAR IMP DIST PROD MED HOSP LTDA	07.752.236/0001-23
CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA	44.734.671/0001-51
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98
BH FARMA COMERCIO LTDA.-	42.799.163/0001-26
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02
WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	04.372.020/0001-44
SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20
CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.652.030/0001-70
COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA	67.729.178/0004-91
SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	09.944.371/0001-04
PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.	04.355.394/0001-51
ASLI COMERCIAL LTDA	01.578.276/0001-14
A G KIENEN & CIA LTDA	82.225.947/0001-65
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	12.889.035/0001-02
S & R DISTRIBUIDORA LTDA (MATRIZ)	04.889.315/0001-92

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
ILG COMERCIAL LTDA	20.657.155/0001-02
AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	20.590.555/0001-48
F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	28.093.678/0001-85
CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - FILIAL	05.782.733/0003-00
TERRA SUL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	32.364.822/0001-48
A. D. DAMINELLI - EIRELI	10.749.758/0001-80
RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	31.905.076/0001-90
DIMASTER COMERCIO PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	02.520.829/0003-02
CASULA E VASCONCELOS INDUSTRIA FARMACEUTICA E COMERCIO LTDA	05.155.425/0001-93
DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA	76.386.283/0001-13
ATONS DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	09.192.829/0001-08
FLYMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	25.034.906/0001-58
EXEMPLARMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME	23.312.871/0001-46

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. CONTRATAÇÃO: Registro de preços para eventual aquisição de medicamentos, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso do Fundo Municipal de Saúde, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 355186 - CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
27	Biperideno 2 mg, comprimido, em embalagem primaria tipo blister e secundaria com no maximo 600 Comprimido	Compr	CRISTALIA/CINE-TOL	200.000,00000	R\$0,1900	R\$38.000,0000
34	Carmelose sódica, 5 mg/mL, solução oftálmica, frasco com 15 ml, embalagem individual em cartucho	FR	CRISTALIA/ECOL-FILM	24,00000	R\$20,0000	R\$480,0000
45	Clorpromazina 25 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	Compr	CRISTALIA/LON-GACTIL	150.000,00000	R\$0,1900	R\$28.500,0000
47	Clozapina 25mg, comprimido embalagem primaria tipo blister	Compr	CRISTALIA/CLO-ZAPINA	5.000,00000	R\$0,4500	R\$2.250,0000
48	Colagenase associado cloranfenicol 0,6 UI + 1% , pomada, bisnaga com 30 g, embalagem individual Bisnaga em cartucho ou com no maximo 50 bisnagas.	Bisnaga	CRISTALIA/KOLLAGENASE	1.500,00000	R\$7,0000	R\$10.500,0000
67	Fenobarbital sódico 40 mg/ml, solução oral-gotas, frasco com 20 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	FR	CRISTALIA/FENO-CRIS	500,00000	R\$3,5000	R\$1.750,0000
73	Haloperidol 5mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimido.	Compr	CRISTALIA/HALO	150.000,00000	R\$0,1800	R\$27.000,0000
74	Haloperidol decanoato 50 mg/ml, solução injetável, ampola 1 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 25 ampolas.	U	CRISTALIA/HALO DECANOATO	3.000,00000	R\$4,5000	R\$13.500,0000
139	Tobramicina 0,3%, solução oftálmica, frasco com 5 ml, embalagem individual em cartucho ou com Frasco 400 no maximo 50 frascos.	FR	CRISTALIA/TOBRACIN	400,00000	R\$7,5000	R\$3.000,0000
193	Etomidato 2mg/ml. Endovenoso	AMPOLA	CRISTALIA/ETOMIDATO	100,00000	R\$15,7400	R\$1.574,0000
194	FENITOINA 50MG/ML - INJ	Amp.	CRISTALIA/FENITAL	300,00000	R\$2,2000	R\$660,0000
206	Morfina 10mg Injetável Endovenoso	Amp.	CRISTALIA/DIMORF	5.000,00000	R\$2,3500	R\$11.750,0000
207	Naloxona Injetável Endovenoso	Amp.	CRISTALIA/NARCAN	100,00000	R\$5,7000	R\$570,0000
Total do Fornecedor:						R\$139.534,0000

Total Geral dos Itens:

R\$139.534,0000

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 meses é de R\$139.534,00 (cento e trinta e nove mil, quinhentos e trinta e quatro reais) Rio do Sul (SC), 08 de julho de 2020 CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA CONTRATADA

ROBERTA HOCHLEITNER

Secretário

CPF: 032.540.729-01

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 036/2020/FMS

Publicação Nº 2596618

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.36/2020 Pregão Eletrônico Nº 23/2020/FMS Validade: 12 meses Aos oito dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL por meio do(a) Fundo Municipal de Saúde , pessoa jurídica de direito público, situado na TUIUTI Nº. 154, CENTRO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº 10.469.199/0001-55, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 23/2020/FMS, RESOLVE registrar os valores oferecidos para Registro de preços para eventual aquisição de medicamentos, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Eletrônico, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
MEDILAR IMP DIST PROD MED HOSP LTDA	07.752.236/0001-23
CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA	44.734.671/0001-51
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98
BH FARMA COMERCIO LTDA.-	42.799.163/0001-26
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02
WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	04.372.020/0001-44
SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20
CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.652.030/0001-70
COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA	67.729.178/0004-91
SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	09.944.371/0001-04
PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.	04.355.394/0001-51
ASLI COMERCIAL LTDA	01.578.276/0001-14
A G KIENEN & CIA LTDA	82.225.947/0001-65
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	12.889.035/0001-02
S & R DISTRIBUIDORA LTDA (MATRIZ)	04.889.315/0001-92
ILG COMERCIAL LTDA	20.657.155/0001-02
AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	20.590.555/0001-48
F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	28.093.678/0001-85
CIAMED DISTRIBUIDORA MEDICAMENTOS LTDA - FILIAL	05.782.733/0003-00
TERRA SUL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	32.364.822/0001-48
A. D. DAMINELLI - EIRELI	10.749.758/0001-80
RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	31.905.076/0001-90
DIMASTER COMERCIO PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	02.520.829/0003-02
CASULA E VASCONCELOS INDUSTRIA FARMACEUTICA E COMERCIO LTDA	05.155.425/0001-93
DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA	76.386.283/0001-13
ATONS DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	09.192.829/0001-08
FLYMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	25.034.906/0001-58
EXEMPLARMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME	23.312.871/0001-46

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. CONTRATAÇÃO: Registro de preços para eventual aquisição de medicamentos, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso do Fundo Municipal de saúde, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 357600 - PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Acetato de leuprorrelina 3,75mg, solução injetável, embalagem frasco-ampola, seringa + agulha	AMPOLA	SANDOZ	24,00000	R\$652,1700	R\$15.652,0800
18	Amoxicilina associada com Clavulanato de Potássio 500 + 125 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	Compr	SANDOZ	100.000,00000	R\$0,8290	R\$82.900,0000

50	Dexametasona 0,1%, creme, bisnaga com 10 g, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 bisnagas.	UND	Greenharma	6.000,00000	R\$1,1000	R\$6.600,0000
57	Dipirona sódica 500 mg/ml, solução oral-gotas, frasco com 10 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 200 frascos.	FR	Natulab	5.000,00000	R\$0,8000	R\$4.000,0000
76	Ibuprofeno 50 mg/ml, suspensão oral, frasco gotas com 30 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	FR	Natulab	8.000,00000	R\$1,1400	R\$9.120,0000
96	Metformina cloridrato 850 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no Comprimido maximo 600 comprimidos.	Compr	MERCK	800.000,00000	R\$0,1200	R\$96.000,0000
115	Paracetamol 200 mg/ml, solução oral, frasco gotas com 15 ml, embalagem individual em cartucho ou com no maximo 20 frascos.	FR	Natulab Tylemax	6.000,00000	R\$0,8590	R\$5.154,0000
118	Permetrina 1%, loção tópica, frasco com 60 ml ou mais, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	FR	NATIVITA	1.500,00000	R\$1,3990	R\$2.098,5000
121	Prednisona 20mg comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	Compr	Hypera/Brainfarma	80.000,00000	R\$0,1690	R\$13.520,0000
123	Propatilnitrato 10 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	Compr	Farmoquimica	500.000,00000	R\$0,3790	R\$189.500,0000
128	Sais para Reidratação Oral, pó para solução oral, sachê com 27,9 g para diluição em 1 L, embalagem com no máximo 50 sachês (envelopes)	U	Natulab	8.000,00000	R\$0,4690	R\$3.752,0000
129	Salbutamol 0,4 mg/ml, xarope, frasco com 100 ml ou mais, com dosador graduado, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	FR	Naulab	5.000,00000	R\$1,0000	R\$5.000,0000
142	Varfarina 5 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	Compr	Farmoquimica	100.000,00000	R\$0,1100	R\$11.000,0000
156	Sinvastatina 40 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos	Compr	SANDOZ	250.000,00000	R\$0,1100	R\$27.500,0000
157	Tiamazol 10mg, comprimido, embalagem primária tipo blister	Compr	BIOLAB SANUS	5.000,00000	R\$0,4000	R\$2.000,0000
162	Diosmina, associada à hesperidina 450 mg + 50 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	Compr	Hypera/Brainfarma	500.000,00000	R\$0,4150	R\$207.500,0000

166	Levodopa 200mg associado a benserazida 50 mg comprimidos, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	Compr	Farmoquímica/ Roche	30.000,00000	R\$1,9190	R\$57.570,0000
179	Cetoprofeno EV 100mg ampola	AMPOLA	UNIAO QUIMICA	15.000,00000	R\$2,7900	R\$41.850,0000
187	Flumazenil 0,1mg/ml	AMPOLA	UNIAO QUIMICA	50,00000	R\$6,0490	R\$302,4500
195	Deslanósido 0,2mg/ml Injetável Endovenoso	AMPOLA	UNIAO QUIMICA	200,00000	R\$1,4490	R\$289,8000
199	Haloperidol 5mg/ml, solução injetável, ampola de 1ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 100 ampolas	U	UNIAO QUIMICA	1.500,00000	R\$1,0000	R\$1.500,0000
Total do Fornecedor:						R\$782.808,8300
Total Geral dos Itens:						R\$782.808,8300

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 meses é de R\$ 782.808,83 (setecentos e oitenta e dois mil, oitocentos e oito mil reais e oitenta e três centavos) Rio do Sul (SC), 08 de julho de 2020 PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
CONTRATADA
ROBERTA HOCHLEITNER
Secretário
CPF: 032.540.729-01

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 037/2020/FMS

Publicação Nº 2596619

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.37/2020 Pregão Eletrônico Nº 23/2020/FMS Validade: 12 meses Aos oito dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL por meio do(a) Fundo Municipal de Saúde , pessoa jurídica de direito público, situado na TUIUTI Nº. 154, CENTRO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº 10.469.199/0001-55, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 23/2020/FMS, RESOLVE registrar os valores oferecidos para Registro de preços para eventual aquisição de medicamentos, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Eletrônico, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
MEDILAR IMP DIST PROD MED HOSP LTDA	07.752.236/0001-23
CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA	44.734.671/0001-51
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98
BH FARMA COMERCIO LTDA.-	42.799.163/0001-26
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02
WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	04.372.020/0001-44
SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20
CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.652.030/0001-70
COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA	67.729.178/0004-91
SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	09.944.371/0001-04
PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.	04.355.394/0001-51
ASLI COMERCIAL LTDA	01.578.276/0001-14
A G KIENEN & CIA LTDA	82.225.947/0001-65
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	12.889.035/0001-02
S & R DISTRIBUIDORA LTDA (MATRIZ)	04.889.315/0001-92
ILG COMERCIAL LTDA	20.657.155/0001-02
AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	20.590.555/0001-48
F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	28.093.678/0001-85
CIAMED DISTRIBUIDORA MEDICAMENTOS LTDA - FILIAL	05.782.733/0003-00
TERRA SUL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	32.364.822/0001-48
A. D. DAMINELLI - EIRELI	10.749.758/0001-80
RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	31.905.076/0001-90
DIMASTER COMERCIO PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	02.520.829/0003-02
CASULA E VASCONCELOS INDUSTRIA FARMACEUTICA E COMERCIO LTDA	05.155.425/0001-93
DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA	76.386.283/0001-13
ATONS DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	09.192.829/0001-08
FLYMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	25.034.906/0001-58
EXEMPLARMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME	23.312.871/0001-46

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. CONTRATAÇÃO: Registro de preços para eventual aquisição de medicamentos, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso do Fundo Municipal de Saúde, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 359785 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
16	Amoxicilina 500 mg, capsula, embalagem primaria tipo blister e secundaria com no maximo 600 comprimidos.	UND	TEUTO	200.000,00000	R\$0,1820	R\$36.400,0000
21	Atenolol 50 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundaria com no máximo 600 comprimidos.	Compr	PRATI DONADUZZI	700.000,00000	R\$0,0550	R\$38.500,0000
22	Azitromicina 40 mg/ml, suspensão oral, frasco com 15 ml, com dosador graduado, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	FR	PRATI DONADUZZI	2.500,00000	R\$8,1700	R\$20.425,0000
26	Benzilpenicilina benzatina, 1200000 UI, pó para suspensão injetável, frasco-ampola+ diluente, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 100 frascos.	AMPOLA	TEUTO	6.000,00000	R\$8,5000	R\$51.000,0000
28	Bromazepam 6 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundaria com no máximo 600 comprimidos.	Compr	TEUTO	500.000,00000	R\$0,1100	R\$55.000,0000
31	Carbamazepina 200 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundaria com no máximo 600 comprimidos.	Compr	TEUTO	600.000,00000	R\$0,1950	R\$117.000,0000
35	Carvedilol 12,5 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundaria com no máximo 600 comprimidos.	Compr	TORRENT	350.000,00000	R\$0,1100	R\$38.500,0000
37	Cefalexina 50 mg/ml suspensão oral, frasco com 60 ml ou mais, com dosador graduado, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	FR	TEUTO	6.000,00000	R\$7,3300	R\$43.980,0000
46	Clotrimazol 10mg/g, creme, bisnaga com 20g	UND	VITAPAN-VITAMEDIC	400,00000	R\$2,5300	R\$1.012,0000
51	Dexametasona 4 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundaria com no máximo 200 comprimidos.	Compr	TEUTO	5.000,00000	R\$0,2350	R\$1.175,0000
55	Diltiazem 60 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundaria com no máximo 600 comprimidos.	Compr	TEUTO	300.000,00000	R\$0,2750	R\$82.500,0000
56	Dipirona sódica 500 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundaria com no máximo 600 comprimidos.	Compr	PRATI DONADUZZI	500.000,00000	R\$0,1270	R\$63.500,0000
66	Fenobarbital sódico 100 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundaria com no máximo 600 comprimidos.	Compr	TEUTO	200.000,00000	R\$0,0900	R\$18.000,0000
69	Flunarizina dicloridrato 10 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundaria com no máximo 600 comprimidos.	Compr	VITAPAN-VITAMEDIC	150.000,00000	R\$0,0690	R\$10.350,0000

79	Ipratrópio brometo 0,250 mg/ml, solução para inalação gotas, frasco gotas 20 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	FR	TEUTO	250,00000	R\$0,7850	R\$196,2500
80	Isoflavona de soja - Glycine max (L.) Merr. 75mg - comprimido ou capsula	Compr	VITAMED	40.000,00000	R\$0,3200	R\$12.800,0000
88	Lidocaina cloridrato 2% com vaso-constritor, solução injetável, frasco ampola de 20 ml, Ampola embalagem individual em cartucho ou com no máximo 25 frascos.	FR	HYPOFARMA	2.500,00000	R\$2,4600	R\$6.150,0000
89	Lidocaina cloridrato 2% sem vaso-constritor, solução injetável, frasco ampola de 20 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 25 frascos.	AMPOLA	HYPOFARMA	4.000,00000	R\$2,6800	R\$10.720,0000
95	Metformina cloridrato 500 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no Comprimido máximo 600 comprimidos.	Compr	TEUTO	600.000,00000	R\$0,0890	R\$53.400,0000
101	Metronidazol 100 mg/g, geleia vaginal, bisnaga com 40 g ou mais, com aplicador, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 bisnagas.	U	PRATI DONADUZZI	3.000,00000	R\$4,1400	R\$12.420,0000
107	Nistatina 100000 UI/ml, suspensão oral, frasco com 50 ml, frasco com dosador graduado, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	FR	PRATI DONADUZZI	1.500,00000	R\$3,7000	R\$5.550,0000
108	Nistatina 25000 UI/g, creme vaginal, bisnaga com 50g ou 60 g, com 14 (quatorze) aplicadores, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 bisnagas.	U	PRATI DONADUZZI	2.500,00000	R\$4,8300	R\$12.075,0000
117	Paracetamol associado com codeína (500mg + 30mg), comprimido, em embalagem primária tipo blister com no máximo 12 comprimidos e secundária com no máximo 600 comprimidos	Compr	GEOLAB	300.000,00000	R\$0,2880	R\$86.400,0000
135	Sulfametoxazol associado com trimetoprima 800 mg + 160 mg, comprimido, em embalagem primária comprimido tipo blister	Compr	PRATI DONADUZZI	30.000,00000	R\$0,2600	R\$7.800,0000
138	Timolol 0,5%, solução oftálmica, frasco com 5 ml, embalagem individual em cartucho ou com no Frasco máximo 50 frascos.	FR	UNIAO QUIMICA	1.250,00000	R\$3,0400	R\$3.800,0000
145	Sulfadiazina de prata 10 mg/g (1%), creme, bisnaga com 30 g, embalagem individual em cartucho ou Bisnaga com no máximo 50 bisnagas.	Bisnaga	PRATI DONADUZZI	1.000,00000	R\$3,2100	R\$3.210,0000
170	Oxibutinina cloridrato 5 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	Compr	APSEN	20.000,00000	R\$0,7100	R\$14.200,0000
175	Amiodarona 50mg/ml 03ml injetável	Amp.	HIPOLABOR	700,00000	R\$1,8100	R\$1.267,0000
177	bicarbonato de sódio - 0,8% - frasco 250mL	FR	HYPOFARMA	300,00000	R\$25,9600	R\$7.788,0000
182	Cloreto de potássio 19,1% 10 mL.	U	SAMTEC	500,00000	R\$0,4000	R\$200,0000

186	Complexo B inj.	U	HYPOFARMA	1.500,00000	R\$0,8050	R\$1.207,5000
197	GLICOSE 50% 10ml INJETÁVEL AMPOLA.	AMPOLA	SAMTEC	600,00000	R\$0,3800	R\$228,0000
201	Hioscina + Dipirona Composto Injetável Ampola.	Amp.	HYPOFARMA	20.000,00000	R\$1,8400	R\$36.800,0000
203	Cloridrato de metoclopramida 10mg. inj. 2ml.	U	SANTISA	15.000,00000	R\$0,4600	R\$6.900,0000
209	Nifedipina Retard 20 mg	Compr	MEDQUIMICA	500,00000	R\$0,1300	R\$65,0000
215	Prometazina cloridrato 25 mg/ml, solução injetável, ampola de 2 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas.	AMPOLA	SANVAL	3.000,00000	R\$1,7250	R\$5.175,0000
216	Solução Glicerina 12% 500ml	U	JP	500,00000	R\$5,8200	R\$2.910,0000
217	SORO MANITOL SOLUÇÃO 20%	U	fresenius	200,00000	R\$4,2150	R\$843,0000
218	Sulfato de Terbutalina 0,5mg. inj. 1ml.	U	GREEN PHARMA	500,00000	R\$1,1500	R\$575,0000
219	Sulfato de magnésio 100mg/ml, ampola 10ml, embalagem com no máximo 50 ampolas	U	SAMTEC	400,00000	R\$0,4800	R\$192,0000
220	TIAMINA (VITAMINA B1) 100MG - 1ML	AMPOLA	CITOPHARMA	600,00000	R\$6,1600	R\$3.696,0000
Total do Fornecedor:						R\$873.909,7500
Total Geral dos Itens:						R\$873.909,7500

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 meses é de R\$ 873.909,75 (oitocentos e setenta e três mil, novecentos e nove reais e setenta e cinco centavos); Rio do Sul (SC), 08 de julho de 2020 ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

CONTRATADA
ROBERTA HOCHLEITNER
Secretário
CPF: 032.540.729-01

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 038/2020/FMS

Publicação Nº 2596620

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.38/2020 Pregão Eletrônico Nº 23/2020/FMS Validade: 12 meses Aos oito dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL por meio do(a) Fundo Municipal de Saúde , pessoa jurídica de direito público, situado na TUIUTI Nº. 154, CENTRO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº 10.469.199/0001-55, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 23/2020/FMS, RESOLVE registrar os valores oferecidos para Registro de preços para eventual aquisição de medicamentos, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Eletrônico, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
MEDILAR IMP DIST PROD MED HOSP LTDA	07.752.236/0001-23
CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA	44.734.671/0001-51
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98
BH FARMA COMERCIO LTDA.-	42.799.163/0001-26
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02
WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	04.372.020/0001-44
SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20
CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.652.030/0001-70
COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA	67.729.178/0004-91
SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	09.944.371/0001-04
PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.	04.355.394/0001-51
ASLI COMERCIAL LTDA	01.578.276/0001-14
A G KIENEN & CIA LTDA	82.225.947/0001-65
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	12.889.035/0001-02
S & R DISTRIBUIDORA LTDA (MATRIZ)	04.889.315/0001-92
ILG COMERCIAL LTDA	20.657.155/0001-02
AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	20.590.555/0001-48
F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	28.093.678/0001-85
CIAMED DISTRIBUIDORA MEDICAMENTOS LTDA - FILIAL	05.782.733/0003-00
TERRA SUL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	32.364.822/0001-48

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
A. D. DAMINELLI - EIRELI	10.749.758/0001-80
RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	31.905.076/0001-90
DIMASTER COMERCIO PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	02.520.829/0003-02
CASULA E VASCONCELOS INDUSTRIA FARMACEUTICA E COMERCIO LTDA	05.155.425/0001-93
DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA	76.386.283/0001-13
ATONS DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	09.192.829/0001-08
FLYMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	25.034.906/0001-58
EXEMPLARMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME	23.312.871/0001-46

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. CONTRATAÇÃO: Registro de preços para eventual aquisição de medicamentos, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso do Fundo Municipal de Saúde, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 363219 - WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
19	Anlodipino besilato 10 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	Compr	GEOLAB	300.000,00000	R\$0,0670	R\$20.100,0000
Total do Fornecedor:						R\$20.100,0000
Total Geral dos Itens:						R\$20.100,0000

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 meses é de R\$20.100,00 (vinte mil e cem reais); Rio do Sul (SC), 08 de julho de 2020 WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

CONTRATADA

ROBERTA HOCHLEITNER

Secretário

CPF: 032.540.729-01

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 039/2020/FMS

Publicação Nº 2596621

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.39/2020 Pregão Eletrônico Nº 23/2020/FMS Validade: 12 meses Aos oito dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL por meio do(a) Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público, situado na TUIUTI Nº. 154, CENTRO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº 10.469.199/0001-55, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 23/2020/FMS, RESOLVE registrar os valores oferecidos para Registro de preços para eventual aquisição de medicamentos, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Eletrônico, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
MEDILAR IMP DIST PROD MED HOSP LTDA	07.752.236/0001-23
CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA	44.734.671/0001-51
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98
BH FARMA COMERCIO LTDA.-	42.799.163/0001-26
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02
WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	04.372.020/0001-44
SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20
CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.652.030/0001-70
COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA	67.729.178/0004-91
SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	09.944.371/0001-04
PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.	04.355.394/0001-51
ASLI COMERCIAL LTDA	01.578.276/0001-14
A G KIENEN & CIA LTDA	82.225.947/0001-65
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	12.889.035/0001-02
S & R DISTRIBUIDORA LTDA (MATRIZ)	04.889.315/0001-92
ILG COMERCIAL LTDA	20.657.155/0001-02
AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	20.590.555/0001-48
F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	28.093.678/0001-85
CIAMED DISTRIBUIDORA MEDICAMENTOS LTDA - FILIAL	05.782.733/0003-00
TERRA SUL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	32.364.822/0001-48
A. D. DAMINELLI - EIRELI	10.749.758/0001-80
RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	31.905.076/0001-90

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
DIMASTER COMERCIO PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	02.520.829/0003-02
CASULA E VASCONCELOS INDUSTRIA FARMACEUTICA E COMERCIO LTDA	05.155.425/0001-93
DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA	76.386.283/0001-13
ATONS DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	09.192.829/0001-08
FLYMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	25.034.906/0001-58
EXEMPLARMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME	23.312.871/0001-46

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. CONTRATAÇÃO: Registro de preços para eventual aquisição de medicamentos, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso do Fundo Municipal de Saúde, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 367621 - SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
4	Acido Acetilsalicílico tamponado 100 mg, comprimido, em embalagem primaria tipo blister e Comprimido secundaria com no maximo 600 comprimidos.	Compr	EMS	1.000,00000	R\$0,4500	R\$450,0000
5	Ácido Fólico 5 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	Compr	HIPOLABOR	150.000,00000	R\$0,0390	R\$5.850,0000
6	Água destilada estéril, ampola de 10 ml, embalagem em cartucho com no máximo 100 ampolas.	AMPOLA	FARMACE	6.000,00000	R\$0,2800	R\$1.680,0000
7	Albendazol 40 mg/ml, suspensão oral, frasco com 10 ml, embalagem em cartucho individual ou com no máximo 100 frascos.	FR	PRATI	4.000,00000	R\$0,9900	R\$3.960,0000
13	Amiodarona 200 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	Compr	GEOLAB	180.000,00000	R\$0,5600	R\$100.800,0000
14	Amitriptilina cloridrato 25 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	Compr	EMS	600.000,00000	R\$0,0699	R\$41.940,0000
20	Anlodipino besilato 5 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	Compr	GEOLAB	600.000,00000	R\$0,0300	R\$18.000,0000
23	Azitromicina 500mg, comprimidos, embalagem individual tipo blister e secundaria com no máximo 600 Comprimido	Compr	MEDQUIMICA	30.000,00000	R\$1,2000	R\$36.000,0000
29	Captopril 25 mg, comprimido sulcado, em embalagem primaria tipo blister e secundaria com maximo 600 comprimidos.	Compr	GEOLAB	500.000,00000	R\$0,0250	R\$12.500,0000
39	Cetoconazol 200 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	Compr	PRATI	9.000,00000	R\$0,2100	R\$1.890,0000
41	Citalopram 20 mg, comprimido, em embalagem primaria tipo blister e secundaria com no maximo 600 Comprimido	Compr	TEUTO	2.000,00000	R\$0,1500	R\$300,0000
54	Digoxina 0,25 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	Compr	PHARLAB	60.000,00000	R\$0,0790	R\$4.740,0000

58	Enalapril maleato 10 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos	Compr	MEDQUIMICA	500.000,00000	R\$0,0300	R\$15.000,0000
59	Enalapril maleato 20 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos	Compr	CIMED	800.000,00000	R\$0,0450	R\$36.000,0000
64	Estriol 1 mg/g, creme vaginal, bisnaga com 50 g ou mais, com aplicador, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 bisnagas.	UND	SANVAL	800,00000	R\$15,3000	R\$12.240,0000
65	Fenitoína sal sódica 100 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	Compr	TEUTO	150.000,00000	R\$0,1350	R\$20.250,0000
70	Fluoxetina 20 mg, cápsulas, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	Compr	TEUTO	800.000,00000	R\$0,0629	R\$50.320,0000
72	Glibenclamida 5 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	Compr	MEDQUIMICA	400.000,00000	R\$0,0220	R\$8.800,0000
83	Levodopa associado a Carbidopa 250 mg + 25 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	Compr	TEUTO	60.000,00000	R\$0,6200	R\$37.200,0000
94	Medroxiprogesterona acetato 150 mg, solução injetável, ampola de 1 ml, embalagem individual em Ampola cartucho ou em 50 ampolas.	AMPOLA	EMS	2.000,00000	R\$14,1000	R\$28.200,0000
97	Metildopa 250 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	Compr	SANVAL	300.000,00000	R\$0,3800	R\$114.000,0000
99	Metoclopramida cloridrato 10 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	Compr	BELFAR	75.000,00000	R\$0,0900	R\$6.750,0000
102	Metronidazol 250 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	Compr	PRATI	60.000,00000	R\$0,1199	R\$7.194,0000
104	Miconazol nitrato 20 mg/g, creme vaginal, bisnaga com 80 g ou mais, com aplicador, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 bisnagas.	UND	HIPOLABOR	1.250,00000	R\$4,9000	R\$6.125,0000
105	Neomicina sulfato associada com Bacitracina 5 mg + 250 UI/g, creme, bisnaga com 10 g, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 bisnagas.	U	BELFAR	4.000,00000	R\$1,6000	R\$6.400,0000
109	Nitrofurantoína 100 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	Compr	TEUTO	150.000,00000	R\$0,2500	R\$37.500,0000

111	Noretisterona enantato associada com estradiol valerato 50 mg + 5 mg/ml, ampola de 1 ml, Ampola embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas.	AMPOLA	MABRA	3.000,00000	R\$13,4000	R\$40.200,0000
112	Óleo mineral 100% (petrolato químico), solução oral, frasco com 100 mL ou mais, em embalagem individual, ou com no máximo 50 frascos.	FR	AMARAL	3.000,00000	R\$1,8200	R\$5.460,0000
116	Paracetamol 500 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	Compr	HIPOLABOR	500.000,00000	R\$0,0900	R\$45.000,0000
119	Prednisolona 3 mg/ml, solução oral, frasco com 60 ml ou mais, com dosador graduado, embalagem em cartucho individual ou com no máximo 50 frascos.	FR	HIPOLABOR	4.000,00000	R\$3,8500	R\$15.400,0000
120	Prednisona 5 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	Compr	SANVAL	80.000,00000	R\$0,0700	R\$5.600,0000
122	Prometazina 25mg comprimidos, em embalagem tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	Compr	TEUTO	160.000,00000	R\$0,0950	R\$15.200,0000
126	Risperidona 1 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	Compr	BIOLAB	800.000,00000	R\$0,0899	R\$71.920,0000
131	Sertralina cloridrato 50 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	Compr	GEOLAB	1.500.000,00000	R\$0,1111	R\$166.650,0000
140	Valproato de sódio 50 mg/ml, solução oral, frasco com 100 ml ou mais, com dosador graduado, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	FR	HIPOLABOR	2.500,00000	R\$3,7500	R\$9.375,0000
147	Alendronato sódico 70 mg, comprimido, em embalagem primária cartela com 4 comprimidos e secundária com no máximo 600 comprimidos.	Compr	CELLERA	25.000,00000	R\$0,1700	R\$4.250,0000
152	Doxazosina mesilato 2mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos	Compr	EMS	250.000,00000	R\$0,1080	R\$27.000,0000
154	Glimepirida 2mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	Compr	GEOLAB	30.000,00000	R\$0,0700	R\$2.100,0000
155	Sinvastatina 20 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos	Compr	SANVAL	650.000,00000	R\$0,0579	R\$37.635,0000
174	Adrenalina 1mg/ml Injetável Endovenoso	U	HIPOLABOR	500,00000	R\$1,7000	R\$850,0000
176	Sulfato de atropina 0,5 gr inj 1ml	U	HYPOFARMA	300,00000	R\$1,8000	R\$540,0000
184	Cloridrato de Dobutamina 12,5mg/ml Injetável Endovenoso	AMPOLA	TEUTO	100,00000	R\$8,3000	R\$830,0000
188	Dexametasona 2mg/ml	AMPOLA	FARMACE	4.000,00000	R\$1,1700	R\$4.680,0000
191	Isossorbida 5mg. sub lingual	Compr	EMS	500,00000	R\$0,2600	R\$130,0000

196	Furosemida 10mg/ml ampola	Amp.	FARMACE	1.500,00000	R\$0,5300	R\$795,0000
200	Hidrocortisona 500 mg ampola	U	TEUTO	5.000,00000	R\$5,3000	R\$26.500,0000
211	Nitroprussiato de sódio 50 mg Injetável Endovenoso	AMPOLA	HYPOFARMA	100,00000	R\$11,9000	R\$1.190,0000
221	Tramadol 50mg/ml 01ml injetavel	Amp.	TEUTO	20.000,00000	R\$0,9000	R\$18.000,0000
Total do Fornecedor:						R\$1.113.394,0000
Total Geral dos Itens:						R\$1.113.394,0000

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 meses é de R\$ 1.113.394,00 (um milhão cento e treze mil, trezentos e noventa e quatro reais); Rio do Sul (SC), 08 de julho de 2020 SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CONTRATADA

ROBERTA HOCHLEITNER

Secretário

CPF: 032.540.729-01

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 040/2020/FMS

Publicação Nº 2596622

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.40/2020 Pregão Eletrônico Nº 23/2020/FMS Validade: 12 meses Aos oito dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL por meio do(a) Fundo Municipal de Saúde , pessoa jurídica de direito público, situado na TUIUTI Nº. 154, CENTRO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº 10.469.199/0001-55, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 23/2020/FMS, RESOLVE registrar os valores oferecidos para Registro de preços para eventual aquisição de medicamentos, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Eletrônico, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
MEDILAR IMP DIST PROD MED HOSP LTDA	07.752.236/0001-23
CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA	44.734.671/0001-51
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98
BH FARMA COMERCIO LTDA.-	42.799.163/0001-26
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02
WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	04.372.020/0001-44
SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20
CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.652.030/0001-70
COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA	67.729.178/0004-91
SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	09.944.371/0001-04
PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.	04.355.394/0001-51
ASLI COMERCIAL LTDA	01.578.276/0001-14
A G KIENEN & CIA LTDA	82.225.947/0001-65
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	12.889.035/0001-02
S & R DISTRIBUIDORA LTDA (MATRIZ)	04.889.315/0001-92
ILG COMERCIAL LTDA	20.657.155/0001-02
AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	20.590.555/0001-48
F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	28.093.678/0001-85
CIAMED DISTRIBUIDORA MEDICAMENTOS LTDA - FILIAL	05.782.733/0003-00
TERRA SUL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	32.364.822/0001-48
A. D. DAMINELLI - EIRELI	10.749.758/0001-80
RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	31.905.076/0001-90
DIMASTER COMERCIO PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	02.520.829/0003-02
CASULA E VASCONCELOS INDUSTRIA FARMACEUTICA E COMERCIO LTDA	05.155.425/0001-93
DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA	76.386.283/0001-13
ATONS DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	09.192.829/0001-08
FLYMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	25.034.906/0001-58
EXEMPLARMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME	23.312.871/0001-46

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. CONTRATAÇÃO: Registro de preços para eventual aquisição de medicamentos, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso do Fundo Municipal de Saúde, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 370053 - CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
------	-----------	---------	-------	------------	----------------	-------------

10	Ambroxol, sal cloridrato 3mg/ml, xarope infantil, frasco com 60ml ou mais, com dosador graduado, embalagem em cartucho individual ou com máximo 50 frascos	UND	FARMACE	700,00000	R\$1,3900	R\$973,0000
11	Ambroxol, sal cloridrato 6mg/ml, xarope adulto, frasco com 60ml ou mais, com dosador graduado, embalagem em cartucho individual ou com no máximo 50 frascos.	UND	FARMACE	1.000,00000	R\$1,3900	R\$1.390,0000
12	Aminofilina 100 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	Compr	HIPOLABOR	250.000,00000	R\$0,0690	R\$17.250,0000
30	Carbamazepina 20 mg/ml, suspensão oral, frasco com 100 ml, com dosador graduado, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	FR	SANVAL	1.000,00000	R\$9,7000	R\$9.700,0000
32	Carbonato de Cálcio 500 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	Compr	VITAMED	150.000,00000	R\$0,0500	R\$7.500,0000
38	Cefalexina 500mg, embalagem primaria tipo blister e secundaria com no maximo 600 comprimidos	Compr	abl	200.000,00000	R\$0,4500	R\$90.000,0000
49	Complexo B (Vitaminas B1 + B2 + B6 + B5 + Nicotinamida-PP), drágeas, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	Compr	VITAMED	150.000,00000	R\$0,0320	R\$4.800,0000
75	Hidroclorotiazida 25 mg, comprimido sulcado, em embalagem primaria tipo blister e secundaria com Comprimido no maximo 600 comprimidos.	Compr	CIMED	800.000,00000	R\$0,0140	R\$11.200,0000
90	Lidocaina cloridrato 2%, geleia, bisnaga com 20 g, embalagem individual em cartucho ou com no Bisnaga maximo 50 bisnagas.	Bisnaga	PHARLAB	2.000,00000	R\$2,4800	R\$4.960,0000
113	Omeprazol 20 mg, cápsula, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	Compr	CIMED	1.600.000,00000	R\$0,0690	R\$110.400,0000
114	Ondansetrona, Cloridrato 8 mg comprimidos de desintegração oral, embalagem primaria tipo blister e secundaria com no maximo 600 comprimidos	Compr	ARESE	3.000,00000	R\$1,4900	R\$4.470,0000
137	Sulfato Ferroso 40 mg de Fe II, comprimido revestido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	Compr	VITAMED	250.000,00000	R\$0,0320	R\$8.000,0000
159	Carbonato de calcio 600 + vitamina D + associações, em embalagem primária tipo blister e secundária com no maximo 10	Compr	VITAMED	500.000,00000	R\$0,0700	R\$35.000,0000
189	Diazepan 5mg. Injetável Endovenoso	AMPOLA	SANTISA	6.000,00000	R\$0,5300	R\$3.180,0000
192	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML AMP 2ML. IM/EV	AMPOLA	FARMACE	30,00000	R\$0,7000	R\$21,0000
202	Hioscina 20mg/ml. Injetável Endovenoso	Amp.	FARMACE	2.000,00000	R\$1,0800	R\$2.160,0000
Total do Fornecedor:						R\$311.004,0000
Total Geral dos Itens:						R\$311.004,0000

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 meses é de R\$ 311.004,00 (trezentos e onze mil e quatro reais). Rio do Sul (SC), 08 de julho de 2020 CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CONTRATADA

ROBERTA HOCHLEITNER

Secretário

CPF: 032.540.729-01

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 041/2020/FMS

Publicação Nº 2596623

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.41/2020 Pregão Eletrônico Nº 23/2020/FMS Validade: 12 meses Aos oito dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL por meio do(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, situado na TUIUTI Nº. 154, CENTRO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 10.469.199/0001.55, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 23/2020/FMS, RESOLVE registrar os valores oferecidos para Registro de preços para eventual aquisição de medicamentos, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Eletrônico, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
MEDILAR IMP DIST PROD MED HOSP LTDA	07.752.236/0001-23
CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA	44.734.671/0001-51
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98
BH FARMA COMERCIO LTDA.-	42.799.163/0001-26
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02
WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	04.372.020/0001-44
SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20
CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.652.030/0001-70
COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA	67.729.178/0004-91
SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	09.944.371/0001-04
PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.	04.355.394/0001-51
ASLI COMERCIAL LTDA	01.578.276/0001-14
A G KIENEN & CIA LTDA	82.225.947/0001-65
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	12.889.035/0001-02
S & R DISTRIBUIDORA LTDA (MATRIZ)	04.889.315/0001-92
ILG COMERCIAL LTDA	20.657.155/0001-02
AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	20.590.555/0001-48
F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	28.093.678/0001-85
CIAMED DISTRIBUIDORA MEDICAMENTOS LTDA - FILIAL	05.782.733/0003-00
TERRA SUL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	32.364.822/0001-48
A. D. DAMINELLI - EIRELI	10.749.758/0001-80
RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	31.905.076/0001-90
DIMASTER COMERCIO PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	02.520.829/0003-02
CASULA E VASCONCELOS INDUSTRIA FARMACEUTICA E COMERCIO LTDA	05.155.425/0001-93
DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA	76.386.283/0001-13
ATONS DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	09.192.829/0001-08
FLYMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	25.034.906/0001-58
EXEMPLARMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME	23.312.871/0001-46

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. . CONTRATAÇÃO: Registro de preços para eventual aquisição de medicamentos, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso do Fundo Municipal de Saúde, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 433420 - COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
44	Clorpromazina 100 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	Compr	LONGACTIL 100MG /CRISTALIA	200.000,00000	R\$0,2500	R\$50.000,0000
Total do Fornecedor:						R\$50.000,0000
Total Geral dos Itens:						R\$50.000,0000

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 meses é de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) Rio do Sul (SC), 08 de julho de 2020 COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA

CONTRATADA

ROBERTA HOCHLEITNER

Secretário

CPF: 032.540.729-01

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 042/2020/FMS

Publicação Nº 2596624

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.42/2020 Pregão Eletrônico Nº 23/2020/FMS Validade: 12 meses

Aos oito dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL por meio do(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, situado na TUIUTI Nº. 154, CENTRO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 10.469.199/0001.55, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 23/2020/FMS, RESOLVE registrar os valores oferecidos para Registro de preços para eventual aquisição de medicamentos, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Eletrônico, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
MEDILAR IMP DIST PROD MED HOSP LTDA	07.752.236/0001-23
CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA	44.734.671/0001-51
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98
BH FARMA COMERCIO LTDA.-	42.799.163/0001-26
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02
WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	04.372.020/0001-44
SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20
CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.652.030/0001-70
COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA	67.729.178/0004-91
SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	09.944.371/0001-04
PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.	04.355.394/0001-51
ASLI COMERCIAL LTDA	01.578.276/0001-14
A G KIENEN & CIA LTDA	82.225.947/0001-65
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	12.889.035/0001-02
S & R DISTRIBUIDORA LTDA (MATRIZ)	04.889.315/0001-92
ILG COMERCIAL LTDA	20.657.155/0001-02
AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	20.590.555/0001-48
F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	28.093.678/0001-85
CIAMED DISTRIBUIDORA MEDICAMENTOS LTDA - FILIAL	05.782.733/0003-00
TERRA SUL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	32.364.822/0001-48
A. D. DAMINELLI - EIRELI	10.749.758/0001-80
RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	31.905.076/0001-90
DIMASTER COMERCIO PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	02.520.829/0003-02
CASULA E VASCONCELOS INDUSTRIA FARMACEUTICA E COMERCIO LTDA	05.155.425/0001-93
DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA	76.386.283/0001-13
ATONS DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	09.192.829/0001-08
FLYMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	25.034.906/0001-58
EXEMPLARMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME	23.312.871/0001-46

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. CONTRATAÇÃO: Registro de preços para eventual aquisição de medicamentos, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso do Fundo Municipal de Saúde, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 436682 - SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
63	Espironolactona 25 mg, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	Compr	EMS	300.000,00000	R\$0,1244	R\$37.320,0000
85	Levotiroxina 100 mcg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	Compr	ACHE	250.000,00000	R\$0,0700	R\$17.500,0000
86	Levotiroxina 25mcg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos	Compr	ACHE	300.000,00000	R\$0,0700	R\$21.000,0000
87	Levotiroxina 50 mcg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	Compr	ACHE	350.000,00000	R\$0,0700	R\$24.500,0000
Total do Fornecedor:						R\$100.320,0000
Total Geral dos Itens:						R\$100.320,0000



1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 meses é de R\$100.320,00 (cem mil, trezentos e vinte reais). Rio do Sul (SC), 08 de julho de 2020 SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP

CONTRATADA

ROBERTA HOCHLEITNER

Secretário

CPF: 032.540.729-01

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 043/2020/FMS

Publicação Nº 2596625

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.43/2020 Pregão Eletrônico Nº 23/2020/FMS Validade: 12 meses Aos oito dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL por meio do(a) Fundo Municipal de Saúde , pessoa jurídica de direito público, situado na TUIUTI Nº. 154, CENTRO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº 10.469.199/0001-55, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 23/2020/FMS, RESOLVE registrar os valores oferecidos para Registro de preços para eventual aquisição de medicamentos, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Eletrônico, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
MEDILAR IMP DIST PROD MED HOSP LTDA	07.752.236/0001-23
CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA	44.734.671/0001-51
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98
BH FARMA COMERCIO LTDA.-	42.799.163/0001-26
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02
WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	04.372.020/0001-44
SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20
CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.652.030/0001-70
COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA	67.729.178/0004-91
SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	09.944.371/0001-04
PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.	04.355.394/0001-51
ASLI COMERCIAL LTDA	01.578.276/0001-14
A G KIENEN & CIA LTDA	82.225.947/0001-65
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	12.889.035/0001-02
S & R DISTRIBUIDORA LTDA (MATRIZ)	04.889.315/0001-92
ILG COMERCIAL LTDA	20.657.155/0001-02
AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	20.590.555/0001-48
F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	28.093.678/0001-85
CIAMED DISTRIBUIDORA MEDICAMENTOS LTDA - FILIAL	05.782.733/0003-00
TERRA SUL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	32.364.822/0001-48
A. D. DAMINELLI - EIRELI	10.749.758/0001-80
RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	31.905.076/0001-90
DIMASTER COMERCIO PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	02.520.829/0003-02
CASULA E VASCONCELOS INDUSTRIA FARMACEUTICA E COMERCIO LTDA	05.155.425/0001-93
DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA	76.386.283/0001-13
ATONS DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	09.192.829/0001-08
FLYMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	25.034.906/0001-58
EXEMPLARMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME	23.312.871/0001-46

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. CONTRATAÇÃO: Registro de preços para eventual aquisição de medicamentos, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso do Fundo Municipal de Saúde, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 436763 - PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
62	Espiramicina 1.500.000 UI, comprimido, em embalagem priaria tipo blister e secun- daria com no maximo 600 com- primidos.	Compr	ROVAMICINA	3.200,00000	R\$3,4500	R\$11.040,0000

168	Metoprolol succinato 50 mg, comprimido de liberação controlada, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos	Compr	SELOZOK	20.000,00000	R\$0,6000	R\$12.000,0000
169	Metoprolol succinato 25 mg, comprimido, embalagem primária tipo blister	Compr	SELOZOK	20.000,00000	R\$0,2200	R\$4.400,0000
Total do Fornecedor:						R\$27.440,0000
Total Geral dos Itens:						R\$27.440,0000

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 meses é de R\$27.440,00 (vinte e sete mil quatrocentos e quarenta reais) Rio do Sul (SC), 08 de julho de 2020 PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

CONTRATADA

ROBERTA HOCHLEITNER

Secretário

CPF: 032.540.729-01

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 044/2020/FMS

Publicação Nº 2596626

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.44/2020 Pregão Eletrônico Nº 23/2020/FMS Validade: 12 meses Aos oito dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL por meio do(a) Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público, situado na TUIUTI Nº. 154, CENTRO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº 10.469.199/0001-55, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 23/2020/FMS, RESOLVE registrar os valores oferecidos para Registro de preços para eventual aquisição de medicamentos, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Eletrônico, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
MEDILAR IMP DIST PROD MED HOSP LTDA	07.752.236/0001-23
CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA	44.734.671/0001-51
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98
BH FARMA COMERCIO LTDA.-	42.799.163/0001-26
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02
WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	04.372.020/0001-44
SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20
CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.652.030/0001-70
COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA	67.729.178/0004-91
SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	09.944.371/0001-04
PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.	04.355.394/0001-51
ASLI COMERCIAL LTDA	01.578.276/0001-14
A G KIENEN & CIA LTDA	82.225.947/0001-65
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	12.889.035/0001-02
S & R DISTRIBUIDORA LTDA (MATRIZ)	04.889.315/0001-92
ILG COMERCIAL LTDA	20.657.155/0001-02
AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	20.590.555/0001-48
F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	28.093.678/0001-85
CIAMED DISTRIBUIDORA MEDICAMENTOS LTDA - FILIAL	05.782.733/0003-00
TERRA SUL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	32.364.822/0001-48
A. D. DAMINELLI - EIRELI	10.749.758/0001-80
RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	31.905.076/0001-90
DIMASTER COMERCIO PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	02.520.829/0003-02
CASULA E VASCONCELOS INDUSTRIA FARMACEUTICA E COMERCIO LTDA	05.155.425/0001-93
DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA	76.386.283/0001-13
ATONS DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	09.192.829/0001-08
FLYMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	25.034.906/0001-58
EXEMPLARMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME	23.312.871/0001-46

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. CONTRATAÇÃO: Registro de preços para eventual aquisição de medicamentos, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal

de Saúde, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso do Fundo Municipal de Saúde, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 2776456 - A G KIENEN & CIA LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
53	Diazepan 5mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos	UND	SANTISA	200.000,00000	R\$0,0648	R\$12.960,0000
167	Metoprolol 100mg, comprimido, embalagem primária tipo blister	Compr	BIOSINTETICA	10.000,00000	R\$0,3440	R\$3.440,0000
Total do Fornecedor:						R\$16.400,0000
Total Geral dos Itens:						R\$16.400,0000

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 meses é de R\$ 16.400,00 (dezesesseis mil e quatrocentos reais). Rio do Sul (SC), 08 de julho de 2020 A G KIENEN & CIA LTDA

CONTRATADA

ROBERTA HOCHLEITNER

Secretário

CPF: 032.540.729-01

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 045/2020/FMS

Publicação Nº 2596627

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.45/2020 Pregão Eletrônico Nº 23/2020/FMS Validade: 12 meses Aos oito dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL por meio do(a) Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público, situado na TUIUTI Nº. 154, CENTRO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº 10.469.199/0001-55, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 23/2020/FMS, RESOLVE registrar os valores oferecidos para Registro de preços para eventual aquisição de medicamentos, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Eletrônico, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
MEDILAR IMP DIST PROD MED HOSP LTDA	07.752.236/0001-23
CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA	44.734.671/0001-51
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98
BH FARMA COMERCIO LTDA.-	42.799.163/0001-26
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02
WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	04.372.020/0001-44
SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20
CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.652.030/0001-70
COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA	67.729.178/0004-91
SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	09.944.371/0001-04
PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.	04.355.394/0001-51
ASLI COMERCIAL LTDA	01.578.276/0001-14
A G KIENEN & CIA LTDA	82.225.947/0001-65
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	12.889.035/0001-02
S & R DISTRIBUIDORA LTDA (MATRIZ)	04.889.315/0001-92
ILG COMERCIAL LTDA	20.657.155/0001-02
AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	20.590.555/0001-48
F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	28.093.678/0001-85
CIAMED DISTRIBUIDORA MEDICAMENTOS LTDA - FILIAL	05.782.733/0003-00
TERRA SUL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	32.364.822/0001-48
A. D. DAMINELLI - EIRELI	10.749.758/0001-80
RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	31.905.076/0001-90
DIMASTER COMERCIO PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	02.520.829/0003-02
CASULA E VASCONCELOS INDUSTRIA FARMACEUTICA E COMERCIO LTDA	05.155.425/0001-93
DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA	76.386.283/0001-13
ATONS DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	09.192.829/0001-08
FLYMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	25.034.906/0001-58
EXEMPLARMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME	23.312.871/0001-46

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. CONTRATAÇÃO: Registro de preços para eventual aquisição de medicamentos, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso do Fundo Municipal de Saúde, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

1. CONTRATAÇÃO: Registro de preços para eventual aquisição de medicamentos, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, em um prazo que se estende 0 a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da , de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 2776510 - INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
8	Albendazol 400 mg, comprimido mastigável, em embalagem primária individual tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	Compr	PRATI	7.000,00000	R\$0,3500	R\$2.450,0000
9	Alopurinol 100 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	Compr	PRATI	300.000,00000	R\$0,0896	R\$26.880,0000
71	Furosemida 40 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	Compr	GEOLAB	500.000,00000	R\$0,0740	R\$37.000,0000
81	Isossorbida mononitrato 20 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	Compr	Zydus	500.000,00000	R\$0,1150	R\$57.500,0000
84	Levonorgestrel associado a Etinilestradiol 0,15mg +0,03 mg, comprimido, em embalagem primária blister calendario com 21 comprimidos e secundária com no maximo 600 comprimidos	Compr	BIOLAB	50.000,00000	R\$0,0760	R\$3.800,0000
91	Loratadina 1 mg/ml, suspensão oral, frasco com 100 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	FR	CIMED	1.250,00000	R\$1,9900	R\$2.487,5000
92	Loratadina 10 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	Compr	CIMED	80.000,00000	R\$0,0660	R\$5.280,0000
106	Nimesulida 100 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	Compr	CIMED	150.000,00000	R\$0,0589	R\$8.835,0000
134	Sulfametoxazol associado com trimetoprima 400 mg + 80 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	Compr	PRATI	75.000,00000	R\$0,1217	R\$9.127,5000
148	Alopurinol 300 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	Compr	PRATI	30.000,00000	R\$0,1860	R\$5.580,0000

171	Propafenona, Cloridrato 300mg, comprimidos revestidos sulcados, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	Compr	PRATI	120.000,00000	R\$0,3990	R\$47.880,0000
214	ONDANSETRONA 2mg/2ml INJETÁVEL AMPOLA	AMPOLA	HYPOFARMA	8.000,00000	R\$1,1785	R\$9.428,0000
Total do Fornecedor:						R\$216.248,0000
Total Geral dos Itens:						R\$216.248,0000

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 meses é de R\$ 216.248,00 (duzentos e dezesseis mil, duzentos e quarenta e oito reais). Rio do Sul (SC), 08 de julho de 2020 INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

CONTRATADA

ROBERTA HOCHLEITNER

Secretário

CPF: 032.540.729-01

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 046/2020/FMS

Publicação Nº 2596628

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.46/2020 Pregão Eletrônico Nº 23/2020/FMS Validade: 12 meses Aos oito dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL por meio do(a) Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público, situado na TUIUTI Nº. 154, CENTRO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº 10.469.199/0001-55, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 23/2020/FMS, RESOLVE registrar os valores oferecidos para Registro de preços para eventual aquisição de medicamentos, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Eletrônico, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
MEDILAR IMP DIST PROD MED HOSP LTDA	07.752.236/0001-23
CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA	44.734.671/0001-51
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98
BH FARMA COMERCIO LTDA.-	42.799.163/0001-26
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02
WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	04.372.020/0001-44
SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20
CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.652.030/0001-70
COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA	67.729.178/0004-91
SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	09.944.371/0001-04
PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.	04.355.394/0001-51
ASLI COMERCIAL LTDA	01.578.276/0001-14
A G KIENEN & CIA LTDA	82.225.947/0001-65
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	12.889.035/0001-02
S & R DISTRIBUIDORA LTDA (MATRIZ)	04.889.315/0001-92
ILG COMERCIAL LTDA	20.657.155/0001-02
AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	20.590.555/0001-48
F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	28.093.678/0001-85
CIAMED DISTRIBUIDORA MEDICAMENTOS LTDA - FILIAL	05.782.733/0003-00
TERRA SUL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	32.364.822/0001-48
A. D. DAMINELLI - EIRELI	10.749.758/0001-80
RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	31.905.076/0001-90
DIMASTER COMERCIO PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	02.520.829/0003-02
CASULA E VASCONCELOS INDUSTRIA FARMACEUTICA E COMERCIO LTDA	05.155.425/0001-93
DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA	76.386.283/0001-13
ATONS DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	09.192.829/0001-08
FLYMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	25.034.906/0001-58
EXEMPLARMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME	23.312.871/0001-46

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. CONTRATAÇÃO: Registro de preços para eventual aquisição de medicamentos, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso do Fundo Municipal de Saúde, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 2776570 - S & R DISTRIBUIDORA LTDA (MATRIZ)						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total

24	Beclometasona dipropiona- to 200 mcg/dose, cápsula inalatória, frasco com 60 doses, embalagem Frasco 100 indivi- dual em cartucho ou com no maximo 50 frascos	FR	CHIESI	100,00000	R\$65,0000	R\$6.500,0000
25	Beclometasona dipropiona- to 250 mcg/dose, po para inalação ou spray oral, frasco doseador com Frasco bocal aerogador com 200 doses, em- balagem individual em cartucho ou com no maximo 50 frascos	FR	GLENMARCK	100,00000	R\$16,0000	R\$1.600,0000
60	Escitalopram oxalato, 15 mg, comprimido, em embalagem primaria tipo blister e secunda- ria com no maximo 30 comprimidos	Compr	TEUTO	2.000,00000	R\$0,1440	R\$288,0000
153	Finasterida 5mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos	Compr	TEUTO	100.000,00000	R\$0,3950	R\$39.500,0000
164	Glimepirida 4mg, comprimido, embalagem primária tipo blister	Compr	CIMED	50.000,00000	R\$0,1300	R\$6.500,0000
208	NARATRIPTANO 2,5 MG	Compr	NOVA QUIMICA	500,00000	R\$1,8500	R\$925,0000
Total do Fornecedor:						R\$55.313,0000
Total Geral dos Itens:						R\$55.313,0000

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 meses é de R\$ 55.313,00 (cinquenta e cinco mil, trezentos e treze reais) Rio do Sul (SC), 08 de julho de 2020 S & R DISTRIBUIDORA LTDA (MATRIZ)

CONTRATADA

ROBERTA HOCHLEITNER

Secretário

CPF: 032.540.729-01

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 047/2020/FMS

Publicação Nº 2596629

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.47/2020 Pregão Eletrônico Nº 23/2020/FMS Validade: 12 meses Aos oito dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL por meio do(a) Fundo Municipal de Saúde , pessoa jurídica de direito público, situado na TUIUTI Nº. 154, CENTRO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº 10.469.199/0001-55, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 23/2020/FMS, RESOLVE registrar os valores oferecidos para Registro de preços para eventual aquisição de medicamentos, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Eletrônico, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
MEDILAR IMP DIST PROD MED HOSP LTDA	07.752.236/0001-23
CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA	44.734.671/0001-51
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98
BH FARMA COMERCIO LTDA.-	42.799.163/0001-26
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02
WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	04.372.020/0001-44
SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20
CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.652.030/0001-70
COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA	67.729.178/0004-91
SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	09.944.371/0001-04
PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.	04.355.394/0001-51
ASLI COMERCIAL LTDA	01.578.276/0001-14
A G KIENEN & CIA LTDA	82.225.947/0001-65
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	12.889.035/0001-02
S & R DISTRIBUIDORA LTDA (MATRIZ)	04.889.315/0001-92
ILG COMERCIAL LTDA	20.657.155/0001-02
AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	20.590.555/0001-48
F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	28.093.678/0001-85
CIAMED DISTRIBUIDORA MEDICAMENTOS LTDA - FILIAL	05.782.733/0003-00



Participantes Presentes	CPF/CNPJ
TERRA SUL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	32.364.822/0001-48
A. D. DAMINELLI - EIRELI	10.749.758/0001-80
RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	31.905.076/0001-90
DIMASTER COMERCIO PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	02.520.829/0003-02
CASULA E VASCONCELOS INDUSTRIA FARMACEUTICA E COMERCIO LTDA	05.155.425/0001-93
DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA	76.386.283/0001-13
ATONS DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	09.192.829/0001-08
FLYMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	25.034.906/0001-58
EXEMPLARMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME	23.312.871/0001-46

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. CONTRATAÇÃO: Registro de preços para eventual aquisição de medicamentos, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso do Fundo Municipal de Saúde, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:	1. CONTRATAÇÃO: Registro de preços para eventual aquisição de medicamentos, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, em um prazo que se estende 0 a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da , de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:
---	--

Fornecedor: 2794942 - ILG COMERCIAL LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
78	Insulina Asparte, 100UI/mL, sistema de aplicação pré-preenchidos carpule com 3 mL , embalagem com no maximo 5 sistemas	UND	NOVORAPID	150,00000	R\$36,7300	R\$5.509,5000
93	Lorazepam, 2 mg, comprimido, embalagem primaria tipo blister e secundaria com no maximo 30 comprimidos	Compr	EMS	60.000,00000	R\$0,0919	R\$5.514,0000
100	Metronidazol (benzoilmetronidazol) 40 mg/ml, suspensao oral, frasco com 100 ml ou mais, com frasco dosador graduado, embalagem individual em cartucho ou com no maximo 50 frascos	FR	EMS	150,00000	R\$4,8490	R\$727,3500
110	Noretisterona 0,35 mg, comprimido, em embalagem primaria tipo blister com 35 comprimidos e Comprimido secundaria com no maximo 600 comprimidos.	Compr	BIOLAB	30.000,00000	R\$0,1359	R\$4.077,0000
127	Rosuvastatina 20mg embalagem primária tipo blister e secundária com máximo 30 comprimidos	Compr	GERMED	2.000,00000	R\$0,6369	R\$1.273,8000
144	Rosuvastatina 40mg embalagem primária tipo blister e secundária com máximo 30 comprimidos	Compr	TREZOR	2.000,00000	R\$3,5689	R\$7.137,8000
160	Carvedilol 25 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	Compr	EMS	120.000,00000	R\$0,1584	R\$19.008,0000
161	Carvedilol 3,125 mg, comprimido, em embalagem primaria tipo blister e secundaria com no maximo 600 comprimidos.	Compr	EMS	60.000,00000	R\$0,0755	R\$4.530,0000
163	Brometo de Ipatropio+bromidrato de fenoterol, Aerosol, 0,020mb+0,050mg/dose embalagem com 200 doses.	FR	DUOVENT	250,00000	R\$12,8799	R\$3.219,9750
172	Acetato de retinol, amoniácidos, DL-metilnina, clo rofenicol 3,5gr.	U	REGENCEL	150,00000	R\$10,3299	R\$1.549,4850
Total do Fornecedor:						R\$52.546,9100

Total Geral dos Itens:

R\$52.546,9100

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 meses é de R\$ 52.546,91 (cinquenta e dois mil, quinhentos e quarenta e seis reais e noventa e um centavos) Rio do Sul (SC), 08 de julho de 2020 ILG COMERCIAL LTDA

CONTRATADA

ROBERTA HOCHLEITNER

Secretário

CPF: 032.540.729-01

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 048/2020/FMS

Publicação Nº 2596630

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.48/2020 Pregão Eletrônico Nº 23/2020/FMS Validade: 12 meses Aos oito dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL por meio do(a) Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público, situado na TUIUTI Nº. 154, CENTRO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº 10.469.199/0001-55, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 23/2020/FMS, RESOLVE registrar os valores oferecidos para Registro de preços para eventual aquisição de medicamentos, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Eletrônico, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
MEDILAR IMP DIST PROD MED HOSP LTDA	07.752.236/0001-23
CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA	44.734.671/0001-51
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98
BH FARMA COMERCIO LTDA.-	42.799.163/0001-26
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02
WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	04.372.020/0001-44
SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20
CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.652.030/0001-70
COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA	67.729.178/0004-91
SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	09.944.371/0001-04
PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.	04.355.394/0001-51
ASLI COMERCIAL LTDA	01.578.276/0001-14
A G KIENEN & CIA LTDA	82.225.947/0001-65
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	12.889.035/0001-02
S & R DISTRIBUIDORA LTDA (MATRIZ)	04.889.315/0001-92
ILG COMERCIAL LTDA	20.657.155/0001-02
AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	20.590.555/0001-48
F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	28.093.678/0001-85
CIAMED DISTRIBUIDORA MEDICAMENTOS LTDA - FILIAL	05.782.733/0003-00
TERRA SUL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	32.364.822/0001-48
A. D. DAMINELLI - EIRELI	10.749.758/0001-80
RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	31.905.076/0001-90
DIMASTER COMERCIO PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	02.520.829/0003-02
CASULA E VASCONCELOS INDUSTRIA FARMACEUTICA E COMERCIO LTDA	05.155.425/0001-93
DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA	76.386.283/0001-13
ATONS DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	09.192.829/0001-08
FLYMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	25.034.906/0001-58
EXEMPLARMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME	23.312.871/0001-46

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. CONTRATAÇÃO: Registro de preços para eventual aquisição de medicamentos, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso do Fundo Municipal de Saúde, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 2795795 - AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
2	Aciclovir 200 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 Comprimidos.	Compr	phjarlab	120.000,00000	R\$0,1890	R\$22.680,0000
52	Diazepam 10 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	Compr	SANTISA	300.000,00000	R\$0,0750	R\$22.500,0000

136	Sulfato Ferroso 25 mg/mL de Fe II, frasco conta-gotas com 30 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	FR	HIPOLABOR	1.500,00000	R\$0,7900	R\$1.185,0000
149	Cilostazol 100 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos	Compr	EUROFARMA	60.000,00000	R\$0,3700	R\$22.200,0000
150	Cilostazol 50 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos	Compr	EUROFARMA	60.000,00000	R\$0,1980	R\$11.880,0000
Total do Fornecedor:						R\$80.445,0000
Total Geral dos Itens:						R\$80.445,0000

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 meses é de R\$ 80.445,00 (oitenta mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais)

Rio do Sul (SC), 08 de julho de 2020 AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
CONTRATADA
ROBERTA HOCHLEITNER
Secretário
CPF: 032.540.729-01

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 049/2020/FMS

Publicação Nº 2596631

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.49/2020 Pregão Eletrônico Nº 23/2020/FMS Validade: 12 meses Aos oito dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL por meio do(a) Fundo Municipal de Saúde , pessoa jurídica de direito público, situado na TUIUTI Nº. 154, CENTRO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº 10.469.199/0001-55, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 23/2020/FMS, RESOLVE registrar os valores oferecidos para Registro de preços para eventual aquisição de medicamentos, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Eletrônico, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
MEDILAR IMP DIST PROD MED HOSP LTDA	07.752.236/0001-23
CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA	44.734.671/0001-51
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98
BH FARMA COMERCIO LTDA.-	42.799.163/0001-26
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02
WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	04.372.020/0001-44
SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20
CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.652.030/0001-70
COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA	67.729.178/0004-91
SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	09.944.371/0001-04
PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.	04.355.394/0001-51
ASLI COMERCIAL LTDA	01.578.276/0001-14
A G KIENEN & CIA LTDA	82.225.947/0001-65
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	12.889.035/0001-02
S & R DISTRIBUIDORA LTDA (MATRIZ)	04.889.315/0001-92
ILG COMERCIAL LTDA	20.657.155/0001-02
AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	20.590.555/0001-48
F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	28.093.678/0001-85
CIAMED DISTRIBUIDORA MEDICAMENTOS LTDA - FILIAL	05.782.733/0003-00
TERRA SUL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	32.364.822/0001-48
A. D. DAMINELLI - EIRELI	10.749.758/0001-80
RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	31.905.076/0001-90
DIMASTER COMERCIO PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	02.520.829/0003-02
CASULA E VASCONCELOS INDUSTRIA FARMACEUTICA E COMERCIO LTDA	05.155.425/0001-93
DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA	76.386.283/0001-13
ATONS DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	09.192.829/0001-08

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
FLYMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	25.034.906/0001-58
EXEMPLARMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME	23.312.871/0001-46

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. CONTRATAÇÃO: Registro de preços para eventual aquisição de medicamentos, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso do Fundo Municipal de Saúde, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:	1. CONTRATAÇÃO: Registro de preços para eventual aquisição de medicamentos, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, em um prazo que se estende 0 a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da , de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:
---	--

Fornecedor: 29553571 - F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
36	Carvedilol 6,25 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	Compr	EMS	300.000,00000	R\$0,0780	R\$23.400,0000
173	Adenosina 3mg/ml Injetável Endovenoso	U	HIPOLABOR	400,00000	R\$11,6000	R\$4.640,0000
Total do Fornecedor:						R\$28.040,0000
Total Geral dos Itens:						R\$28.040,0000

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 meses é de R\$ 28.040,00 (vinte e oito mil e quarenta reais) Rio do Sul (SC), 08 de julho de 2020 F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

CONTRATADA

ROBERTA HOCHLEITNER

Secretário

CPF: 032.540.729-01

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 050/2020/FMS

Publicação Nº 2596632

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.50/2020 Pregão Eletrônico Nº 23/2020/FMS Validade: 12 meses Aos oito dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL por meio do(a) Fundo Municipal de Saúde , pessoa jurídica de direito público, situado na TUIUTI Nº. 154, CENTRO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº 10.469.199/0001-55, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 23/2020/FMS, RESOLVE registrar os valores oferecidos para Registro de preços para eventual aquisição de medicamentos, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Eletrônico, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
MEDILAR IMP DIST PROD MED HOSP LTDA	07.752.236/0001-23
CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA	44.734.671/0001-51
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98
BH FARMA COMERCIO LTDA.-	42.799.163/0001-26
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02
WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	04.372.020/0001-44
SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20
CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.652.030/0001-70
COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA	67.729.178/0004-91
SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	09.944.371/0001-04
PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.	04.355.394/0001-51
ASLI COMERCIAL LTDA	01.578.276/0001-14
A G KIENEN & CIA LTDA	82.225.947/0001-65
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	12.889.035/0001-02
S & R DISTRIBUIDORA LTDA (MATRIZ)	04.889.315/0001-92
ILG COMERCIAL LTDA	20.657.155/0001-02
AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	20.590.555/0001-48
F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	28.093.678/0001-85
CIAMED DISTRIBUIDORA MEDICAMENTOS LTDA - FILIAL	05.782.733/0003-00

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
TERRA SUL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	32.364.822/0001-48
A. D. DAMINELLI - EIRELI	10.749.758/0001-80
RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	31.905.076/0001-90
DIMASTER COMERCIO PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	02.520.829/0003-02
CASULA E VASCONCELOS INDUSTRIA FARMACEUTICA E COMERCIO LTDA	05.155.425/0001-93
DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA	76.386.283/0001-13
ATONS DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	09.192.829/0001-08
FLYMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	25.034.906/0001-58
EXEMPLARMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME	23.312.871/0001-46

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. CONTRATAÇÃO: Registro de preços para eventual aquisição de medicamentos, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso do Fundo Municipal de Saúde, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

:

Fornecedor: 30011426 - CIAMED DISTRIBUIDORA MEDICAMENTOS LTDA - FILIAL						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
82	Ivermectina 6 mg comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	Compr	Abbott	6.000,00000	R\$0,7500	R\$4.500,0000
130	Salbutamol 100 mcg/dose, aerosol oral, frasco com 200 doses, embalagem individual em cartucho com no maximo 50 frascos	UND	GlaxoSmithKline	5.000,00000	R\$10,2500	R\$51.250,0000
141	Valproato de sódio 500 mg, comprimido, embalagem primária tipo pote ou frasco	Compr	Abbott	450.000,00000	R\$0,4645	R\$209.025,0000
146	Valproato de sodio 250 mg, capsula, em embalagem primaria tipo pote ou frasco	Compr	Abbott	1.000,00000	R\$0,1999	R\$199,9000
158	Tiamazol 5mg, comprimido, embalagem primária tipo blister	Compr	BIOLAB	10.000,00000	R\$0,2079	R\$2.079,0000
165	Hidralazina cloridrato 50mg, comprimido, em embalagem primaria tipo blister e secundaria com no maximo 600 comprimidos	Compr	Novartis	62.000,00000	R\$0,3600	R\$22.320,0000
185	Colagenase sem clorafenicol pomada 30gr.	U	Abbott	300,00000	R\$8,8300	R\$2.649,0000
Total do Fornecedor:						R\$292.022,9000
Total Geral dos Itens:						R\$292.022,9000

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 meses é de R\$ 292.022,90 (duzentos e noventa e dois mil e vinte e dois reais e noventa centavos). Rio do Sul (SC), 08 de julho de 2020 CIAMED DISTRIBUIDORA MEDICAMENTOS LTDA - FILIAL CONTRATADA

ROBERTA HOCHLEITNER

Secretário

CPF: 032.540.729-01

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 051/2020/FMS

Publicação Nº 2596633

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.51/2020 Pregão Eletrônico Nº 23/2020/FMS Validade: 12 meses Aos oito dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL por meio do(a) Fundo Municipal de Saúde , pessoa jurídica de direito público, situado na TUIUTI Nº. 154, CENTRO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº 10.469.199/0001-55, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 23/2020/FMS, RESOLVE registrar os valores oferecidos para Registro de preços para eventual aquisição de medicamentos, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Eletrônico, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
MEDILAR IMP DIST PROD MED HOSP LTDA	07.752.236/0001-23
CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA	44.734.671/0001-51
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98



Participantes Presentes	CPF/CNPJ
BH FARMA COMERCIO LTDA.-	42.799.163/0001-26
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02
WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	04.372.020/0001-44
SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20
CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.652.030/0001-70
COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA	67.729.178/0004-91
SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	09.944.371/0001-04
PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.	04.355.394/0001-51
ASLI COMERCIAL LTDA	01.578.276/0001-14
A G KIENEN & CIA LTDA	82.225.947/0001-65
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	12.889.035/0001-02
S & R DISTRIBUIDORA LTDA (MATRIZ)	04.889.315/0001-92
ILG COMERCIAL LTDA	20.657.155/0001-02
AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	20.590.555/0001-48
F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	28.093.678/0001-85
CIAMED DISTRIBUIDORA MEDICAMENTOS LTDA - FILIAL	05.782.733/0003-00
TERRA SUL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	32.364.822/0001-48
A. D. DAMINELLI - EIRELI	10.749.758/0001-80
RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	31.905.076/0001-90
DIMASTER COMERCIO PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	02.520.829/0003-02
CASULA E VASCONCELOS INDUSTRIA FARMACEUTICA E COMERCIO LTDA	05.155.425/0001-93
DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA	76.386.283/0001-13
ATONS DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	09.192.829/0001-08
FLYMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	25.034.906/0001-58
EXEMPLARMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME	23.312.871/0001-46

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. CONTRATAÇÃO: Registro de preços para eventual aquisição de medicamentos, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso do Fundo Municipal de Saúde, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

1. CONTRATAÇÃO: Registro de preços para eventual aquisição de medicamentos, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, em um prazo que se estende 0 a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da , de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 30049610 - RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
17	Amoxicilina associada com Clavulanato de Potássio 50 + 12,5 mg/ml, suspensão oral, frasco com 60 ml ou mais, com dosador graduado, embalagem em cartucho individual ou com no máximo 50 frascos.	FR	SANDOZ	4.000,00000	R\$10,7000	R\$42.800,0000
42	Clonazepam 2,5 mg/ml, solução oral-gotas , frasco de 20 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 100 frascos.	FR	HIPOLABOR	4.000,00000	R\$1,5900	R\$6.360,0000
43	Clopidogrel bissulfato 75 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	Compr	NOVA QUIMICA MARCAS	250.000,00000	R\$0,2950	R\$73.750,0000
77	Ibuprofeno 600mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	Compr	MULTILAB MARCAS	500.000,00000	R\$0,1700	R\$85.000,0000
103	Metronidazol 400mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos	Compr	MULTILAB MARCAS	80.000,00000	R\$0,2800	R\$22.400,0000

124	Propranolol 40 mg comprimido em embalagem tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	Compr	OSORIO DE MO-RAES	400.000,00000	R\$0,0279	R\$11.160,0000
178	Cetoprofeno 50 mg/mL, solução injetável intramuscular, ampola de 2 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas.	AMPOLA	HIPOLABOR	25.000,00000	R\$1,2690	R\$31.725,0000
Total do Fornecedor:						R\$273.195,0000
Total Geral dos Itens:						R\$273.195,0000

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 meses é de R\$ 273.195,00 (duzentos e setenta e três mil, cento e noventa e cinco reais) Rio do Sul (SC), 08 de julho de 2020 RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

CONTRATADA

ROBERTA HOCHLEITNER

Secretário

CPF: 032.540.729-01

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 052/2020/FMS

Publicação Nº 2596634

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.52/2020 Pregão Eletrônico Nº 23/2020/FMS Validade: 12 meses Aos oito dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL por meio do(a) Fundo Municipal de Saúde , pessoa jurídica de direito público, situado na TUIUTI Nº. 154, CENTRO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº 10.469.199/0001-55, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 23/2020/FMS, RESOLVE registrar os valores oferecidos para Registro de preços para eventual aquisição de medicamentos, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Eletrônico, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
MEDILAR IMP DIST PROD MED HOSP LTDA	07.752.236/0001-23
CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA	44.734.671/0001-51
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98
BH FARMA COMERCIO LTDA.-	42.799.163/0001-26
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02
WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	04.372.020/0001-44
SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20
CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.652.030/0001-70
COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA	67.729.178/0004-91
SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	09.944.371/0001-04
PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.	04.355.394/0001-51
ASLI COMERCIAL LTDA	01.578.276/0001-14
A G KIENEN & CIA LTDA	82.225.947/0001-65
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	12.889.035/0001-02
S & R DISTRIBUIDORA LTDA (MATRIZ)	04.889.315/0001-92
ILG COMERCIAL LTDA	20.657.155/0001-02
AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	20.590.555/0001-48
F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	28.093.678/0001-85
CIAMED DISTRIBUIDORA MEDICAMENTOS LTDA - FILIAL	05.782.733/0003-00
TERRA SUL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	32.364.822/0001-48
A. D. DAMINELLI - EIRELI	10.749.758/0001-80
RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	31.905.076/0001-90
DIMASTER COMERCIO PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	02.520.829/0003-02
CASULA E VASCONCELOS INDUSTRIA FARMACEUTICA E COMERCIO LTDA	05.155.425/0001-93
DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA	76.386.283/0001-13
ATONS DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	09.192.829/0001-08
FLYMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	25.034.906/0001-58
EXEMPLARMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME	23.312.871/0001-46

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. CONTRATAÇÃO: Registro de preços para eventual aquisição de medicamentos, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso do Fundo Municipal de Saúde, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 30049636 - DIMASTER COMERCIO PRODUTOS HOSPITALARES LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
15	Amoxicilina 50 mg/ml, suspensão oral, frasco com 60 ml ou mais, com dosador graduado, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	FR	PRATI	8.000,00000	R\$2,7000	R\$21.600,0000
40	Ciprofloxacino 500mg embalagem primaria tipo blister e secundaria com no maximo 600 comprimidos	Compr	PRATI	150.000,00000	R\$0,2100	R\$31.500,0000
61	Escopolamina butilbrometo 10 mg, comprimido, em embalagem primaria tipo blister e secundaria com no maximo 600 comprimidos.	Compr	GREEN PHARMA	60.000,00000	R\$0,4100	R\$24.600,0000
Total do Fornecedor:						R\$77.700,0000
Total Geral dos Itens:						R\$77.700,0000

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 meses é de R\$77.700,00 (setenta e sete mil e setecentos reais)

Rio do Sul (SC), 08 de julho de 2020 DIMASTER COMERCIO PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CONTRATADA

ROBERTA HOCHLEITNER

Secretário

CPF: 032.540.729-01

RESUMO DO CONTRATO Nº 002/2020/FCRS

Publicação Nº 2594832

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS Nº 002/2020/FCRS

Pregão Eletrônico Nº 008/2020/FCRS

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Brinquedos Criativos Wh Ltda ME

Objeto: Aquisição de parque infantil (playground) na Estação Cultural Barra do Trombudo, a fim de atender as necessidades da Fundação Cultural de Rio do Sul/SC.

Valor: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);

Prazo de Vigência: 31 de dezembro de 2020.

Recurso: 88.01.1094.4490.5210 e demais dotações conforme orçamento vigente.

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 29 de julho de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROBTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

BRINQUEDOS CRIATIVOS WH LTDA ME

Waldemiro Krehnke

CONTRATADA

RESUMO DO CONTRATO N° 002/2020/FMAS

Publicação N° 2594857

RESUMO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS N° 002/2020/FMAS

Pregão Eletrônico: N° 004/2020/FMAS

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Climar Eletro e Refrigeração Eireli

Objeto: Aquisição de materiais permanentes a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

Valor: R\$3.898,00 (três mil oitocentos e noventa e oito reais);

Prazo de Vigência: Até 31/12/2020.

Recurso: 90.04.2087.4490.5299, 90.04.2087.4490.5299 e demais dotações conforme orçamento vigente.

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 21 de julho de 2020.

MUNICÍPIO DE RIO DO SUL
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
CONTRATANTECLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI
SAULO JOSÉ ELIAS
CONTRATADA**RESUMO DO CONTRATO N° 003/2020/FMAS**

Publicação N° 2594850

RESUMO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS N° 003/2020/FMAS

Pregão Eletrônico: N° 004/2020/FMAS

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Osmar Orlandi Junior – Me

Objeto: Aquisição de materiais permanentes a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

Valor: R\$ 2.408,00 (dois mil quatrocentos e oito reais);

Prazo de Vigência: Até 31/12/2020.

Recurso: 90.04.2087.4490.5299, 90.04.2087.4490.5299 e demais dotações conforme orçamento vigente.

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 21 de julho de 2020.

MUNICÍPIO DE RIO DO SUL
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
CONTRATANTEOSMAR ORLANDI JUNIOR ME
OSMAR ORLANDI JUNIOR
CONTRATADA

RESUMO DO CONTRATO N° 005/2020/FMAS

Publicação N° 2594852

RESUMO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS N° 005/2020/FMAS

Pregão Eletrônico: N° 004/2020/FMAS

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: 3Ttecnologia Comércio, Manutenção e Reparação de Equipamentos Eireli

Objeto: Aquisição de materiais permanentes a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

Valor: R\$ 4.740,00 (quatro mil setecentos e quarenta reais);

Prazo de Vigência: Até 31/12/2020.

Recurso: 90.04.2087.4490.5299, 90.04.2087.4490.5299 e demais dotações conforme orçamento vigente.

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 21 de julho de 2020.

MUNICÍPIO DE RIO DO SUL
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
CONTRATANTE3TTECNOLOGIA COMÉRCIO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS EIRELI
KLEITON CHOCHI ZEMBOVICI
CONTRATADA**RESUMO DO CONTRATO N° 007/2020/FMAS**

Publicação N° 2597046

RESUMO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS N° 007/2020/FMAS

Pregão Eletrônico: N° 004/2020/FMAS

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Império do Papel Comércio de Papéis Ltda

Objeto: Aquisição de materiais permanentes a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

Valor: R\$ 25.175,00 (vinte e cinco mil cento e setenta e cinco reais);

Prazo de Vigência: Até 31/12/2020.

Recurso: 90.04.2087.4490.5299, 90.04.2087.4490.5299 e demais dotações conforme orçamento vigente.

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 21 de julho de 2020.

MUNICÍPIO DE RIO DO SUL
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
CONTRATANTEIMPERIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA
HELTON BILK
CONTRATADA

RESUMO DO CONTRATO Nº 037/2020/FMS

Publicação Nº 2596568

RESUMO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS Nº 037/2020/FMS

Dispensa de Licitação Nº 036/2020/FMS

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul/SC

Contratada: Altermed Material Médico Hospitalar LTDA

Objeto: aquisição de luvas, álcool em gel e lanceta, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

Quantidade: 140 (cento e quarenta) caixas de luvas
1.500 (um mil e quinhentas) unidades de álcool
500 (quinhentas) unidades de lanceta

Valor Unitário: R\$ 42,50 (quarenta e dois reais e cinquenta centavos)
R\$ 2,82 (dois reais e oitenta e dois centavos)
R\$ 0,22 (vinte e dois centavos)

Valor Total: R\$ 10.290,00 (dez mil e duzentos e noventa reais)

Recurso: 87.02.2063.3390.3036 e demais dotações conforme orçamento vigente

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores

Rio do Sul/SC, 06 de agosto de 2020.

ROBERTA HOCHLEITNER
Secretária Municipal de Saúde

TERMO DE DISTRATO DE CONTRATO Nº 059/2020

Publicação Nº 2594677

TERMO DE DISTRATO DO CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 059/2020

Pelo presente termo de Distrato Contratual, O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, com sede na Praça 25 de Julho, nº 01, Centro, CEP 89.160-900, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.574/0001-06, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. José Eduardo Rothbarth Thomé, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, de agora em diante denominado DISTRATANTE, e a empresa ABS CONSTRUÇÕES E PAVIMENTAÇÕES LTDA ME, estabelecida à Rua Hilário Antônio Prim, 155 – Loteamento Santa Catarina, bairro Gabiroba, no município de Ituporanga/SC, CEP 88.400-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.210.469/0001-71, doravante denominada DISTRATADA, tem justo e decidido o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente termo tem por objeto a rescisão UNILATERAL do Contrato de Prestação de Serviço com Fornecimento de Materiais Nº 059/2020, firmado em 27 de abril de 2020, cujo objeto é a contratação de empresa para fornecimento de materiais e mão de obra para revitalização da Praça Juscelino Kubitschek – bairro Canoas – Rio do Sul/SC, originário da Tomada de Preços Nº 037/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

Pela lentidão na execução do Contrato de Serviços com Fornecimento de Materiais Nº 059/2020, atraso injustificado, por razões de interesse público, justificado através das Notificações Nº 015/2020 e 019/2020, datadas de 29/05/2020 e 03/07/2020, respectivamente, caracterizando as situações previstas no Art. 78, Incisos I, II, e Inciso III, da Lei nº 8.666/93.

Desta forma, a Administração Municipal promove a rescisão UNILATERAL do Contrato de Prestação de Serviço com Fornecimento de Materiais Nº 059/2020, nos termos do Art. 79, Inciso I da Lei nº 8.666/93, ato já previsto na Cláusula Décima Segunda do referido contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA

Fica desde já intimada esta DISTRATADA para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, apresente sua defesa, se por oportuno for, sobre os termos do presente, conforme estabelecido no parágrafo único do Art. 78 do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

Para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, é competente o foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina.

Intima-se e Publique-se

Rio do Sul, 05 de agosto de 2020.

MUNICÍPIO DE RIO DO SUL
José Eduardo Rothbarth Thomé
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/2020

Publicação Nº 2594594

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 01/2020

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/2020, CELEBRADO PELA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO VALE DO ITAJAÍ, UNIÃO DE CÂMARAS E VEREADORES DO ALTO VALE DO ITAJAÍ E CONSTRUTORA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA EPP.

Pelo presente instrumento de um lado a CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF nº 83.622.985/0001-14, com endereço na Praça 25 de Julho, nº 01, 2º andar, Centro, Rio do Sul/SC, neste ato representada pelo seu Presidente, Sr. Cariso Sávio Giacomini, brasileiro, casado, portador do RG nº 1.226.024 e do CPF/MF nº 528.657.629-04, residente e domiciliado nesta cidade; a Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí (AMAVI), pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos, inscrita no CNPJ sob nº 82.762.469/0001-22, com sede na Rua XV de Novembro, nº 737, Centro, CEP 89.160-015, município de Rio do Sul/SC, neste ato representada por seu Presidente, Joel Longen, brasileiro, casado, comerciante, RG 1.899.718 SSP/SC, CPF 674.714.559-34, residente na Rua Senador Irineu Bornhausen, 95, Centro, Petrolândia/SC, e a União de Câmaras e Vereadores do Alto Vale do Itajaí (UCAVI), pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos, inscrita no CNPJ sob o nº 86.632.778/0001-40, com sede na Rua XV de Novembro, nº 737, Centro, CEP 89.160-015, município de Rio do Sul/SC, doravante denominada UCAVI, nesse ato representada por sua Presidente, Vereadora Cléia Freitas, casada, brasileira, agricultora, portadora do CPF 041.397.879-61, RG 3.741.344, residente e domiciliada na Estrada Geral, s/n, Chapadão Florestal em Chapadão do Lageado/SC; e de outro lado CONSTRUTORA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA. EPP, estabelecida na Rua Ana Nery, 457, Bairro Santana, no Município de Rio do Sul/SC, CEP 89.160-252, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.448.659/0001-30, representada pelo Sr. David Alencar da Silva, Sócio Administrador, Carteira de Identidade nº 4.475.848, CPF/MF nº 003.766.549-06, celebram o presente Termo Aditivo ao Contrato em epígrafe, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS PRAZOS

Constitui objeto do presente Termo aditivo a prorrogação do prazo para a execução do serviço por mais 140 dias, a contar de 8 de agosto de 2020, conforme previsto na Cláusula Décima Segunda do contrato nº 01/2020, com fundamento no art. 57, I e II, da Lei nº 8.666/93, e nos termos do primeiro pedido de prorrogação de prazo da Contratada e deliberação da Comissão Especial de Fiscalização, ambos em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO:

As partes ratificam expressamente todas as demais cláusulas do contrato originário que não tenham sido alteradas pelo presente termo de adendo.

E, por estarem assim, Contratantes e Contratada, certos e ajustados, assinam o presente instrumento em cinco vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Rio do Sul/SC, 10 de agosto de 2020

CARISO SÁVIO GIACOMINI Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul	JOEL LONGEN Presidente da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí (AMAVI)
CLÉIA FREITAS Presidente da União de Câmaras e Vereadores do Alto Vale do Itajaí (UCAVI)	DAVID ALENCAR DA SILVA Construtora Empreiteira de Mão de Obra Ltda. EPP

Testemunhas:

Nome: _____ Nome: _____
CPF: _____ CPF: _____

Rio dos Cedros

PREFEITURA

DECRETO DE 14 DE JULHO DE 2020. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO

Publicação Nº 2596279

DECRETO DE 14 DE JULHO DE 2020.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 7º da Lei Municipal nº 2.072 de 03 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art.1º. Ficam remanejados dentro dos respectivos projetos/atividades os valores das dotações abaixo relacionadas até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

DE
04 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
001 – DIRETORIA DO SERVIÇO RODOVIÁRIO MUNICIPAL
0026.0782.0020.2008 – Manutenção dos Serviços Rodoviários
3449000000000000000 – Aplicações diretas (1.000.000 – Recursos Ordinários) R\$ 7.496,12

PARA:
04 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
001 – DIRETORIA DO SERVIÇO RODOVIÁRIO MUNICIPAL
0026.0782.0020.2008 – Manutenção dos Serviços Rodoviários
3339000000000000000 – Aplicações diretas (1.000.000 – Recursos Ordinários) R\$ 7.496,12

TotalR\$ 7.496,12

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 14 de Julho de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 14 de Julho de 2020.

Margaret Silvia Gretter
Diretora de Gabinete

DECRETO DE 14 DE JULHO DE 2020. ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES

Publicação Nº 2596275

DECRETO DE 14 DE JULHO DE 2020.

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 10º da Lei Municipal nº 2.072 de 03 de dezembro de 2019 e pela Lei Municipal nº 2.096 de 14 de Julho de 2020.

DECRETA:

Art.1º. Ficam anuladas no orçamento vigente as dotações orçamentárias a seguir demonstradas até o limite de:

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Rio dos Cedros

10 – Secretaria de Saúde e Bem Estar Social
001 – Fundo Municipal de Saúde de Rio dos Cedros
0010.0301.0150.2070 – Aquisição de Equipamentos e Veículos – Saúde
3449000000000000000 – Aplic. Diretas (1.630.000 – Transf. Convênios Estado/Saúde)
.....R\$ 40.000,00

Total Geral R\$ 40.000,00

Art.2º. Com a soma das anulações do artigo anterior, ficam suplementadas as dotações orçamentárias a seguir demonstradas até o limite de:

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Rio dos Cedros

10 – Secretaria de Saúde e Bem Estar Social

001 – Fundo Municipal de Saúde de Rio dos Cedros

0010.0302.0151.2088 – CISAMVI – Medicamentos

3339300000000000 – Aplicação Direta decorrente operação órgão, fundos e entidades do OFSS com consórcio público do qual o ente participe (1.630.000 – Receita de Imp.- Saúde)R\$ 40.000,00

Total Geral R\$ 40.000,00

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 14 de Julho de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 14 de Julho de 2020.

Margaret Silvia Gretter

Diretora de Gabinete

DECRETO DE 14 DE JULHO DE 2020. ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES

Publicação Nº 2596277

DECRETO DE 14 DE JULHO DE 2020.

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 10º da Lei Municipal nº 2.072 de 03 de dezembro de 2019 e pela Lei Municipal nº 2.096 de 14 de Julho de 2020.

DECRETA:

Art.1º. Ficam anuladas no orçamento vigente as dotações orçamentárias a seguir demonstradas até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

05 – Secretaria de Educação

002 – Educação Básica

0012.0365.0050.1008 – Construção e ampliação de Creches

3449000000000000 – Aplic. Diretas (1.010.000 – Receita Impostos Educação)R\$150.000,00

0012.0365.0050.1009 – Construção e ampliação de CEI/Jardim

3449000000000000 – Aplic. Diretas (1.010.000 – Receita Impostos Educação) R\$ 15.000,00

Total Geral R\$165.000,00

Art.2º. Com a soma das anulações do artigo anterior, ficam suplementadas as dotações orçamentárias a seguir demonstradas até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

05 – Secretaria de Educação

002 – Educação Básica

0012.0365.0050.2012 – Manutenção CEI/Jardim

3319000000000000 – Aplic. Diretas (1.010.000 – Receita Impostos Educação)R\$115.000,00

3339000000000000 – Aplic. Diretas (1.010.000 – Receita Impostos Educação) R\$ 50.000,00

Total Geral R\$165.000,00

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 14 de Julho de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 14 de Julho de 2020.

Margaret Silvia Gretter

Diretora de Gabinete

DECRETO DE 20 DE JULHO DE 2020. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

Publicação Nº 2596284

DECRETO DE 20 DE JULHO DE 2020.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito do Município de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º da Lei Municipal nº 2.072 de 03 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art.1º. Ficam suplementadas por conta do Superávit financeiro apurado no exercício anterior as dotações orçamentárias abaixo relacionadas até o limite de:

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Rio dos Cedros

ÓRGÃO 10 – SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

UNIDADE 001 – FUNDO MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS

0010.0301.0150.2014 – Manutenção dos Serviços Gerais de Saúde

33190000000000000000 – Apl. Diretas (3.386.600 - Transf - Sus/união - Vig. Saúde

..... R\$ 214.954,44

TotalR\$ 214.954,44

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 20 de Julho de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 20 de Julho de 2020.

Margaret Silvia Gretter

Diretora de Gabinete

DECRETO DE 20 DE JULHO DE 2020. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

Publicação Nº 2596333

DECRETO DE 20 DE JULHO DE 2020.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito do Município de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º da Lei Municipal nº 2.072 de 03 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art.1º. Ficam suplementadas por conta do Superávit financeiro apurado no exercício anterior as dotações orçamentárias abaixo relacionadas até o limite de:

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Rio dos Cedros

ÓRGÃO 10 – SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

UNIDADE 001 – FUNDO MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS

0010.0301.0150.2014 – Manutenção dos Serviços Gerais de Saúde

33190000000000000000 – Apl. Diretas (3.383.303 Transf - SUS/União Veículos)... R\$ 5.350,00

33190000000000000000 – Apl. Diretas (3.383.301 Transf - SUS/União – UBSR\$)R\$ 15.463,36

33190000000000000000 – Apl. Diretas (3.383.302 Transf - SUS/União – VAN)R\$ 8.090,29

33190000000000000000 – Apl. Diretas (3.330.000 Transf. convênios-união/saúde)R\$ 10.320,99

Total R\$ 39.224,64

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 20 de Julho de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 20 de Julho de 2020.

Margaret Silvia Gretter

Diretora de Gabinete

DECRETO DE 20 DE JULHO DE 2020. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

Publicação Nº 2596292

DECRETO DE 20 DE JULHO DE 2020.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito do Município de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º da Lei Municipal nº 2.072 de 03 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art.1º. Ficam suplementadas por conta do Superávit financeiro apurado no exercício anterior as dotações orçamentárias abaixo relacionadas até o limite de:

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Rio dos Cedros

ÓRGÃO 10 – SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

UNIDADE 001 – FUNDO MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS

0010.0301.0150.2014 – Manutenção dos Serviços Gerais de Saúde

33190000000000000000 – Apl. Diretas (3.760.000 Transf - Emendas Parlamentares Individuais (EC nº 86/2015)
..... R\$ 150.000,00

TotalR\$ 150.000,00

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 20 de Julho de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 20 de Julho de 2020.

Margaret Silvia Gretter
Diretora de Gabinete

DECRETO DE 20 DE JULHO DE 2020. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

Publicação Nº 2596281

DECRETO DE 20 DE JULHO DE 2020.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito do Município de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º da Lei Municipal nº 2.072 de 03 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art.1º. Fica suplementada por conta do excesso de arrecadação do corrente exercício a dotação orçamentária abaixo relacionada até o limite de:

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Rio dos Cedros

10 – SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DOS CEDROS

0010.0301.0150.2014 – Manutenção dos Serviços Gerais de Saúde

33390000000000000000 – Aplicações diretas (1.386.424 Transf. - SUS/União – Corona vírus Port.1.666)
..... R\$ 150.000,00

TotalR\$150.000,00

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 20 de Julho de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 20 de Julho de 2020.

Margaret Silvia Gretter
Diretora de Gabinete

DECRETO DE 21 DE JULHO DE 2020. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO

Publicação Nº 2596354

DECRETO DE 21 DE JULHO DE 2020.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 7º da Lei Municipal nº 2.072 de 03 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art.1º. Ficam remanejados dentro dos respectivos projetos/atividades os valores das dotações abaixo relacionadas até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

DE
03 – SECRETARIA DE FAZENDA
006 – DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
0004.0122.0015.2004 – Manutenção das Atividades da Diretoria Administrativa
33390000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Recursos Ordinários)R\$ 5.000,00

PARA:
03 – SECRETARIA DE FAZENDA
006 – DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
0004.0122.0015.2004 – Manutenção das Atividades da Diretoria Administrativa
34490000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Recursos Ordinários)R\$ 5.000,00
TotalR\$ 5.000,00

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 21 de Julho de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 21 de Julho de 2020.
Margaret Silvia Gretter
Diretora de Gabinete

DECRETO DE 21 DE JULHO DE 2020. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

Publicação Nº 2596357

DECRETO DE 21 DE JULHO DE 2020.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito do Município de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º da Lei Municipal nº 2.072 de 03 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art.1º. Ficam suplementadas por conta do Superávit financeiro apurado no exercício anterior as dotações orçamentárias abaixo relacionadas até o limite de:

Unidade Gestora: Município de Rio dos Cedros

04 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
003 – DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
0017.0512.0020.2044 – Manutenção da Coleta Seletiva de Lixo
333900000000000000 – Aplicações diretas (3.000.000 – Recursos Ordinários) R\$ 10.000,00
Total R\$ 10.000,00

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 21 de Julho de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 21 de Julho de 2020.

Margaret Silvia Gretter
Diretora de Gabinete

DECRETO DE 28 DE JULHO DE 2020. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO

Publicação Nº 2596376

DECRETO DE 28 DE JULHO DE 2020.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 7º da Lei Municipal nº 2.072 de 03 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art.1º. Ficam remanejados dentro dos respectivos projetos/atividades os valores das dotações abaixo relacionadas até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

DE
03 – SECRETARIA DE FAZENDA
006 – DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
0004.0122.0015.2004 – Manutenção das Atividades da Diretoria Administrativa
33390000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Recursos Ordinários)R\$ 1.200,00

PARA:
03 – SECRETARIA DE FAZENDA
006 – DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
0004.0122.0015.2004 – Manutenção das Atividades da Diretoria Administrativa
34490000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Recursos Ordinários)R\$ 1.200,00
TotalR\$ 1.200,00

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 28 de Julho de 2020.
MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 28 de Julho de 2020.

Margaret Silvia Gretter
Diretora de Gabinete

DECRETO DE 28 DE JULHO DE 2020. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

Publicação Nº 2596395

DECRETO DE 28 DE JULHO DE 2020.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito do Município de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º da Lei Municipal nº 2.072 de 03 de dezembro de 2019 e pela Lei Municipal nº 2.099, de 28 de Julho de 2020.

DECRETA:

Art.1º. Ficam suplementadas por conta do Superávit financeiro apurado no exercício anterior as dotações orçamentárias abaixo relacionadas até o limite de:

Unidade Gestora: Município de Rio dos Cedros

10 – SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL
002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RIO DOS CEDROS
0008.0244.0140.2034 – Man. Ampl. Programa Habitação Social
344900000000000000 – Aplicações diretas (3.000.000 – Recursos Ordinários) R\$ 11.800,00
Total R\$ 11.800,00

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 28 de Julho de 2020.
MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 28 de Julho de 2020.

Margaret Silvia Gretter
Diretora de Gabinete

DECRETO DE 28 DE JULHO DE 2020. ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES

Publicação Nº 2596379

DECRETO DE 28 DE JULHO DE 2020.

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 10º da Lei Municipal nº 2.072 de 03 de dezembro de 2019 e pela Lei Municipal nº 2.098 de 28 de Julho de 2020.

DECRETA:

Art.1º. Ficam anuladas no orçamento vigente as dotações orçamentárias a seguir demonstradas até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

07 – Secretaria de Esportes, Cultura, Turismo e Eventos

001 – Diretoria de Turismo

0023.0695.0045.2089 – CIMVI - Turismo

3317100000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Transf. Consórcios Públicos) R\$1.286,32

3337100000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Transf. Consórcios Públicos) R\$2.454,29

3447100000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Transf. Consórcios Públicos) R\$4.855,68

002 – Diretoria de Cultura

0023.0695.0045.2089 – CIMVI - Cultura

3337100000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Transf. Consórcios Públicos) R\$5.972,68

3447100000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Transf. Consórcios Públicos) R\$ 0,69

003 – Diretoria de Esportes

0027.0812.0100.2030 – Promoção de Eventos Esportivos

3339000000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinárias)R\$40.000,00

0027.0812.0100.2055 – Manutenção das Atividades do Desporto

3339000000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinárias)R\$50.000,00

Total Geral R\$104.569,66

Art.2º. Com a soma das anulações do artigo anterior, ficam suplementadas as dotações orçamentárias a seguir demonstradas até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

04 – Secretaria de Infraestrutura

001 – Diretoria do Serviço Rodoviário Municipal

0026.0782.0020.2008 – Manutenção dos Serviços Rodoviários

3339000000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Receita Impostos Educação) R\$ 24.569,66

003 – Diretoria de Obras e Serviços Urbanos

0015.0451.0020.1004 – Pavimentação de Ruas e Avenidas

3449000000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinárias)R\$ 40.000,00

0017.0512.0020.2042 – CIMVI – Resíduos Sólidos

3337100000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Transf. Consórcios Públicos)R\$ 40.000,00

Total Geral R\$104.569,66

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 28 de Julho de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 28 de Julho de 2020.

Margaret Silvia Gretter

Diretora de Gabinete

DECRETO DE 29 DE JULHO DE 2020. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

Publicação Nº 2596437

DECRETO DE 29 DE JULHO DE 2020.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito do Município de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º da Lei Municipal nº 2.072 de 03 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art.1º. Ficam suplementadas por conta do Superávit financeiro apurado no exercício anterior as dotações orçamentárias abaixo relacionadas até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros
04 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
003 – DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
0015.0451.0020.1004 – Pavimentação de Ruas e Avenidas
3449000000000000000 – Aplicações diretas (3.000.000 - Recursos Ordinários)R\$100.000,00

Total R\$100.000,00

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 29 de Julho de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 29 de Julho de 2020.

Margaret Silvia Gretter
Diretora de Gabinete

DECRETO DE 29 DE JULHO DE 2020. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

Publicação Nº 2596434

DECRETO DE 29 DE JULHO DE 2020.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito do Município de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º da Lei Municipal nº 2.072 de 03 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art.1º. Fica suplementada por conta do excesso de arrecadação do corrente exercício a dotação orçamentária abaixo relacionada até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros
03 – SECRETARIA DA FAZENDA
004 – DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
0004.0122.0015.2095 – Manutenção das Atividades da Diretoria de Recursos Humanos
3319000000000000000 – Aplic. Diretas (1.530.000 - COVID-19 – Transf. da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b) ..
.....R\$ 15.395,97

TotalR\$ 15.395,97

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 29 de Julho de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 29 de Julho de 2020.

Margaret Silvia Gretter
Diretora de Gabinete

DECRETO DE 29 DE JULHO DE 2020. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

Publicação Nº 2596419

DECRETO DE 29 DE JULHO DE 2020.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito do Município de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º da Lei Municipal nº 2.072 de 03 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art.1º. Fica suplementada por conta do excesso de arrecadação do corrente exercício a dotação orçamentária abaixo relacionada até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

03 - SECRETARIA DE FAZENDA

006 - DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

0004.0122.0015.2004 - Manutenção das Atividades da Diretoria Administrativa

33190000000000000000 – Aplic. Diretas (1.530.000 – COVID-19 – Transf. da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b) ..
..... R\$ 42.262,03

TotalR\$ 42.262,03

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 29 de Julho de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 29 de Julho de 2020.

Margaret Silvia Gretter
Diretora de Gabinete

DECRETO DE 29 DE JULHO DE 2020. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

Publicação Nº 2596439

DECRETO DE 29 DE JULHO DE 2020.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito do Município de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º da Lei Municipal nº 2.072 de 03 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art.1º. Fica suplementada por conta do excesso de arrecadação do corrente exercício a dotação orçamentária abaixo relacionada até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

10 – SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RIO DOS CEDROS 0008.0244.0140.2041 – Manutenção da Casa da Cidadania

33190000000000000000– Aplic. Diretas (1.520.000 - COVID-19 – Transf. da União destinados a ações de Saúde e Assistência social (LC 173/2020 -Art. 5º, I-b)R\$ 4.299,94

TotalR\$ 4.299,94

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 29 de Julho de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 29 de Julho de 2020.

Margaret Silvia Gretter
Diretora de Gabinete

DECRETO DE 29 DE JULHO DE 2020. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

Publicação Nº 2596432

DECRETO DE 29 DE JULHO DE 2020.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito do Município de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º da Lei Municipal nº 2.072 de 03 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art.1º. Fica suplementada por conta do excesso de arrecadação do corrente exercício a dotação orçamentária abaixo relacionada até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

06 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE

001 – ADMINISTRAÇÃO SECRETARIA PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE

0004.0122.0015. 2099 – Manut. das Atividades Secretaria de Planejamento e Infra-estrutura

33190000000000000000 – Aplic. Diretas (1.530.000 – COVID-19 – Transf. da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b) ..
..... R\$ 34.423,18

TotalR\$ 34.423,18

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 29 de Julho de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 29 de Julho de 2020.

Margaret Silvia Gretter
Diretora de Gabinete

DECRETO DE 29 DE JULHO DE 2020. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

Publicação Nº 2596438

DECRETO DE 29 DE JULHO DE 2020.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito do Município de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º da Lei Municipal nº 2.072 de 03 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art.1º. Fica suplementada por conta do excesso de arrecadação do corrente exercício a dotação orçamentária abaixo relacionada até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

03 - SECRETARIA DE FAZENDA

001 - DIRETORIA GABINETE FAZENDA

0004.0122.0015.2005 - Manutenção das Atividades da Diretoria Fazendária

33190000000000000000 – Aplic. Diretas (1.530.000 – COVID-19 – Transf. da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b) ..
..... R\$ 6.359,86

TotalR\$ 6.359,86

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 29 de Julho de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 29 de Julho de 2020.

Margaret Silvia Gretter
Diretora de Gabinete

DECRETO DE 29 DE JULHO DE 2020. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

Publicação Nº 2596424

DECRETO DE 29 DE JULHO DE 2020.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito do Município de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º da Lei Municipal nº 2.072 de 03 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art.1º. Fica suplementada por conta do excesso de arrecadação do corrente exercício a dotação orçamentária abaixo relacionada até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

04 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

001 – DIRETORIA DO SERVIÇO RODOVIÁRIO MUNICIPAL

0026.0782.0020.2008 – Manutenção dos Serviços Rodoviários

33190000000000000000 – Aplic. Diretas (1.530.000 – COVID-19 – Transf. da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b) ..
.....R\$ 68.278,12

TotalR\$ 68.278,12

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 29 de Julho de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 29 de Julho de 2020.

Margaret Silvia Gretter
Diretora de Gabinete

DECRETO DE 29 DE JULHO DE 2020. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

Publicação Nº 2596435

DECRETO DE 29 DE JULHO DE 2020.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito do Município de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º da Lei Municipal nº 2.072 de 03 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art.1º. Fica suplementada por conta do excesso de arrecadação do corrente exercício a dotação orçamentária abaixo relacionada até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

04 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

003 – DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0015.0452.0020.2006 – Manutenção dos Serviços Urbanos

33190000000000000000 – Aplic. Diretas (1.530.000 – COVID-19 – Transf. da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b) ..
.....R\$ 21.933,71

TotalR\$ 21,933,71

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 29 de Julho de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 29 de Julho de 2020.

Margaret Silvia Gretter
Diretora de Gabinete

DECRETO DE 29 DE JULHO DE 2020. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

Publicação Nº 2596436

DECRETO DE 29 DE JULHO DE 2020.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito do Município de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º da Lei Municipal nº 2.072 de 03 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art.1º. Fica suplementada por conta do excesso de arrecadação do corrente exercício a dotação orçamentária abaixo relacionada até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

02– GABINETE DO PREFEITO

003 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

0004.0122.0011.2003 – Manutenção das Atividades da Assessoria Jurídica

33190000000000000000– Aplic. Diretas (1.530.000 – COVID-19 – Transf. da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b) ..
.....R\$ 19.391,82

TotalR\$ 19.391,82

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 29 de Julho de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 29 de Julho de 2020.

Margaret Silvia Gretter
Diretora de Gabinete

DECRETO DE 29 DE JULHO DE 2020. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

Publicação Nº 2596421

DECRETO DE 29 DE JULHO DE 2020.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito do Município de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º da Lei Municipal nº 2.072 de 03 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art.1º. Fica suplementada por conta do excesso de arrecadação do corrente exercício a dotação orçamentária abaixo relacionada até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

03 – SECRETARIA DA FAZENDA

002 – DIRETORIA DO SERVIÇO DE TRIBUTAÇÃO

0004.0122.0015.2093 – Manutenção das Atividades da Diretoria do Serviço de Tributação

33190000000000000000– Aplic. Diretas (1.530.000 - COVID-19 – Transf. da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b) ..
.....R\$ 21.876,18

TotalR\$ 21.876,18

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 29 de Julho de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 29 de Julho de 2020.

Margaret Silvia Gretter
Diretora de Gabinete

DECRETO DE 29 DE JULHO DE 2020. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

Publicação Nº 2596418

DECRETO DE 29 DE JULHO DE 2020.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito do Município de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º da Lei Municipal nº 2.072 de 03 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art.1º. Fica suplementada por conta do excesso de arrecadação do corrente exercício a dotação orçamentária abaixo relacionada até o limite de:

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Rio dos Cedros

10 – SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DOS CEDROS

0010.0301.0150.2014 – Manutenção dos Serviços Gerais de Saúde

33190000000000000000 – Aplic. Diretas (1.520.000 COVID-19 Transf. da União destinados a ações de Saúde e Assistência social (LC 173/2020 -Art. 5º, I-b) R\$ 28.623,55

TotalR\$ 28.623,55

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 29 de Julho de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 29 de Julho de 2020.

Margaret Silvia Gretter
Diretora de Gabinete

DECRETO Nº 3.094, DE 07 DE AGOSTO DE 2020. ALTERA O DECRETO Nº 3.082, DE 19 DE JULHO DE 2020 QUE 'CONSOLIDA E ESTABELECE NOVAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DA INFECÇÃO HUMANA PELO NOVO CORONAVÍRUS (SARS-COV-2)'

Publicação Nº 2596162

DECRETO Nº 3.094, DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

ALTERA O DECRETO Nº 3.082, DE 19 DE JULHO DE 2020 QUE 'CONSOLIDA E ESTABELECE NOVAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DA INFECÇÃO HUMANA PELO NOVO CORONAVÍRUS (SARS-COV-2)'.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e com fundamento na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro 2020, e

CONSIDERANDO a análise técnica (em especial no âmbito da saúde), dos efeitos decorrentes das medidas derivadas do Decreto Municipal nº 3.082, de 19 de julho de 2020, bem como as ações adotadas pela região da AMMVI no sentido de coibir o avanço da epidemia e garantir o atendimento de quem necessite;

CONSIDERANDO a necessidade de conciliar as medidas restritivas e de isolamento social com o funcionamento das atividades econômicas, observados todos os critérios de higiene e saúde pública ditados pelos órgãos sanitários e epidemiológicos municipais, estaduais e federais;

CONSIDERANDO a orientação técnica no sentido de adaptar o Decreto Municipal nº 3.082, de 19 de julho de 2020, de modo a ajustar as restrições, inclusive ao atual cenário e condições adotadas pelos demais entes públicos regionais no que tange ao combate à epidemia

DECRETA:

Art. 1º O Decreto Municipal nº 3.082, de 19 de julho de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º (...)

I – Do período de 21 de julho a 14 de agosto de 2020:

(...)

Art.3º. Ficam estabelecidas as seguintes medidas de enfrentamento à emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19), até 14 de agosto de 2020:

Art.9º Ficam estabelecidas, em todo o território municipal, as seguintes medidas de restrição a serem observadas pelas atividades autorizadas

a funcionar, visando à prevenção, controle e mitigação dos riscos de transmissão da COVID-19, cumulativamente com as restrições previstas no artigo 3º, I, "b", "c", "d", "e" e "f":

I - nos estabelecimentos que comercializam gêneros alimentícios (mercearias, mercados e supermercados), fica estabelecida a limitação de entrada em 30% (trinta por cento) da capacidade de público, considerando usuários e colaboradores, observando-se uma (01) pessoa a cada 9m² (nove metros quadrados), recomendando-se o acesso a apenas 1 (uma) pessoa por família, sem prejuízo da liberação do ingresso com menores de idade ou dependentes;

II –conveniências de postos de combustíveis, bares e similares, poderão funcionar, impreterivelmente, até às 18 horas, observando-se uma (01) pessoa a cada 9m² (nove metros quadrados), com distanciamento mínimo de 1,50 metros entre pessoas, devendo observar as diretrizes e determinações estabelecidas na Portaria SES nº 256, de 21 de abril de 2020, podendo depois desse horário funcionar apenas pelo sistema de tele-entrega ou entrega no balcão, proibido o consumo no local a partir das 18 horas;

III – restaurantes, lanchonetes, cafeterias, padarias, confeitarias, pizzarias e similares, poderão funcionar de acordo com os horários previstos em seus alvarás de localização e funcionamento, estabelecida a limitação de entrada em 50% (cinquenta por cento) da capacidade de público, considerando usuários e colaboradores, observando-se uma (01) pessoa a cada 9m² (nove metros quadrados), com distanciamento mínimo de 1,50 metros entre pessoas, devendo observar as diretrizes e determinações estabelecidas na Portaria SES nº 256, de 21 de abril de 2020;

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio dos Cedros, 07 de Agosto de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito de Rio dos Cedros

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 07 de Agosto de 2020.

MARGARET SILVIA GRETTTER
Diretora de Gabinete

Rio Fortuna

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO N° 117/2020

Publicação N° 2594754

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

EXTRATO DO CONTRATO N° 117/2020

OBJETO: Aquisição de equipamentos de proteção individual para uso dos profissionais que atuam na Secretaria Municipal de Assistência Social de Rio Fortuna/SC.

PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: Dispensa de Licitação n° 026/2020 - Processo Licitatório n° 059/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

CONTRATADO: ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. (CNPJ 12.014.370/0001-67)

VALOR: R\$ 958,00 (novecentos e cinquenta e oito reais).

DATA DO CONTRATO: 07/08/2020

VIGÊNCIA: de 07/08/2020 até 31/12/2020.

Rio Fortuna/SC, 07 de agosto de 2020.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 059/2020 - DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 026/2020

Publicação N° 2594751

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

EXTRATO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 059/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 026/2020

OBJETO: Aquisição de equipamentos de proteção individual para uso dos profissionais que atuam na Secretaria Municipal de Assistência Social de Rio Fortuna/SC.

VENCEDOR: ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. (CNPJ 12.014.370/0001-67)

VALOR GLOBAL HOMOLOGADO/ADJUDICADO:

R\$ 958,00 (novecentos e cinquenta e oito reais).

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 07/08/2020

DATA DA ADJUDICAÇÃO: 07/08/2020

Rio Fortuna/SC, 07 de agosto de 2020.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

Rio Negrinho

PREFEITURA

DECRETO Nº 14058 - DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2596019

DEFINE HORÁRIO DE EXPEDIENTE NOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL PARA FINS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA CORONAVÍRUS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso IV, artigo 96, da Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, que a disseminação comunitária do coronavírus em todos os Continentes caracteriza pandemia;

CONSIDERANDO a ampla velocidade do supracitado vírus em gerar pacientes graves, levando os sistemas de saúde a receber uma demanda muito acima de sua capacidade de atendimento adequado;

CONSIDERANDO o disposto na Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que "dispõe sobre as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 4 de fevereiro de 2020, Ministério da Saúde, que declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus;

CONSIDERANDO, ainda, a Portaria nº 356, de 11 de Março de 2020 do Ministério da Saúde, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus no Brasil;

CONSIDERANDO, que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença;

CONSIDERANDO, que foi declarada situação de emergência em todo Município de Rio Negrinho, para fins de prevenção e enfrentamento à pandemia do novo coronavírus, por meio do Decreto Municipal n.º 13.905, de 18 de maio de 2020;

CONSIDERANDO, a necessidade de medidas de urgência para combate ao vírus, em razão do número de aumento de casos na cidade de Rio Negrinho, por meio da transmissão comunitária;

CONSIDERANDO, o parecer técnico do Comitê Municipal do Covid datado em 31 de julho de 2020 que sugere a realização de trabalho em dois turnos para evitar aglomeração entre servidores:

DE C R E T A

Art. 1º - Os trabalhos internos, administrativos e de atendimento ao público dos órgãos da Administração Pública Municipal passarão a ser realizados em regime de revezamento e em dois turnos, no período compreendido entre as 07:00 horas às 13:00 horas e as 13:00 horas às 19:00 horas, até o dia 21 de agosto de 2020.

Parágrafo único. O atendimento ao público se dará das 07h30min às 18h00min, sem interrupção, de segunda a sexta-feira.

Art. 2º - Cada turno diário de trabalho deverá ter 50% (cinquenta por cento) de servidores para realização dos trabalhos.

Art. 3º - As Secretarias Municipais que não tiverem contingência de servidores para trabalhos em dois turnos diários poderão realizar os trabalhos em apenas um turno diário, desde que não prejudique o atendimento ao público.

Art. 4º - O disposto neste Decreto não se aplica a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 5º - Compete ao respectivo Secretário de cada órgão a fiscalização e organização do trabalho de revezamento de turno previsto neste Decreto.

Art. 6º - Permanecem aplicáveis, no que não conflitarem com este Decreto, as medidas adotadas nos demais Decretos Municipais.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE

Rio Negrinho, 07 de agosto de 2020.

JULIO CÉSAR RONCONI

Prefeito Municipal

Rodeio

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO 23/2020

Publicação N° 2594806

Estado De Santa Catarina - Município de Rodeio - aviso de licitação - pregão presencial nº 23/2020 - menor preço. Objeto: registro de preços para contratação de empresa para serviços mecânicos, elétricos, funilaria e afins em veículos da municipalidade. Fim da entrega de propostas: às 08h30min do dia 21/08/2020. Informações sobre o edital serão prestadas através do e-mail pmcomp@terra.com.br ou pelo fone 47 – 33840161, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min as 17h00min, em dias úteis. Rodeio 10 de agosto de 2020. Paulo Roberto Weiss - Prefeito Municipal

Romelândia

PREFEITURA

PORTARIA 10036/2020

Publicação N° 2594406

PORTARIA N° 10036/2020

NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DA APTIDÃO E CAPACIDADE NO DESEMPENHO DO CARGO DOS SERVIDORES EM ESTÁGIO PROBATÓRIO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR os servidores municipais: MARCIA MARIA MELZ FRANCESCON, ALICE REJANE AIMI, IRACILDA DASSOLER BUGS E EDINEIA PAULA MENEZHINI MICHELS, para sob a Presidência da primeira, realizarem avaliações de aptidão e capacidade no desempenho do cargo dos Servidores em Estágio Probatório, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, observando rigorosamente os fatores de Responsabilidade, Assiduidade, Disciplina, Produtividade e Capacidade de Iniciativa, efetuando a comissão as anotações necessárias nas fichas de desempenho funcional.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria 9969/2020.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 07 de agosto de 2020.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon

Técnico Administrativo II

Saltinho

PREFEITURA

TOMADA DE PREÇOS 002/2020

Publicação N° 2594709

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N° 036/2020
TOMADA DE PREÇOS N° 002/2020

O MUNICÍPIO DE SALTINHO – SC, através de sua Comissão Permanente de Licitação, designada pelo Decreto n° 4460/2020, torna público para conhecimento dos interessados, que no dia 10/09/2020, às 09:00 horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal, sita à Rua Álvaro Costa, 545, Centro, Município de Saltinho - SC, realizará licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS sob n° 002/2020, do tipo TÉCNICA E PREÇO, tendo como objeto a contratação de empresa para fornecer recursos de tecnologia da informação visando à promoção e divulgação de leilão público eletrônico por meio de plataforma de transação via web, para venda de bens do Município de Saltinho - SC.

Todas as informações pertinentes ao presente edital, inclusive as características quanto ao objeto licitado, estarão à disposição dos interessados no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Saltinho - SC, ou pelo site www.saltinho.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3656 0044, em dias úteis, nos horários das 08:00 às 11:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas.

Saltinho (SC), 07 de agosto de 2020.

Sebastião dos Santos
Presidente C. P. L.

Salto Veloso

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 69/2020

Publicação Nº 2594417

DECRETO N.º 069 - DE 31 DE JULHO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA DE SALTO VELOSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 1.684/2019 de 29.11.2019;

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 6.103,82 (Seis Mil Cento e Tres Reais e Oitenta e Dois Centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2035 – MAN. DO BLOCO PSB-FNAS

Modalidade de Aplicação: 3190.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 6.103,82

Fonte: 1335.0000

RED: 191

Art. 2º. O crédito adicional suplementar constante do art. 1º deste Decreto será aberto por conta da seguinte fonte de recurso:

Fonte Financiadora: SUPERÁVIT FINANCEIRO

Descrição da Fonte: 00.01.1335.00000 – PSB-FNAS

Superávit Financeiro: R\$ 6.103,82

Art. 3º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 31 de Julho de 2020

Ana Rosa Zanela
Prefeita Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 70/2020

Publicação Nº 2594840

DECRETO N.º 070, DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

DETERMINA NOVAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) NO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO E ALTERA O DECRETO Nº. 067/2020, SEGUINDO DECISÃO CONJUNTA DOS PREFEITOS DA REGIÃO DA AMARP E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 88, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, que a disseminação comunitária da COVID-19 em todos os Continentes caracteriza Pandemia;

CONSIDERANDO, que no dia 17 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto Estadual nº. 515, por meio do qual declarou "situação de emergência em todo o território catarinense", para os fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19;

CONSIDERANDO que o Município de Salto Veloso também implementou diversas ações para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (COVID-19) por intermédio dos Decretos Municipais nº. 026, 027, 028, 032, 058 e 067/2020, para dar cumprimento ao disposto nos Decretos Estaduais e adotar medidas relevantes para a prevenção e o enfrentamento da COVID-19;

CONSIDERANDO a ampla propagação do Novo Coronavírus (COVID-19) e o aumento considerável de casos confirmados na jurisdição do Município de Salto Veloso;

CONSIDERANDO, que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar uma disseminação ainda maior da doença no Município de Salto Veloso;

CONSIDERANDO, as decisões conjuntas deliberadas na reunião dos Prefeitos da AMARP realizada na data de 06/08/2020, por conta da região do Alto Vale do Rio do Peixe adentrar no grau de risco vermelho (gravíssimo) na matriz de risco elaborada pelo Centro de Operações

de Emergência em Saúde (COES);

DECRETA

Art. 1º. Os artigos 4º, 5º e 8º, do Decreto Municipal nº. 067, de 28 de julho de 2020 passarão a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º. Ficam proibidas, pelo prazo que perdurar o grau de risco vermelho (gravíssimo) da região do Alto Vale do Rio do Peixe na matriz de risco do COES,, as missas e cultos religiosos, casamentos, batizados e qualquer outro evento ou celebração.

Parágrafo Único. Poderá ser realizado atendimento individualizado com hora agendada para as pessoas que assim necessitarem, seja na própria igreja ou na residência dos fieis.

Art. 5º. Os salões de beleza e estética, barbearias e estabelecimentos similares, pelo prazo que perdurar o grau de risco vermelho (gravíssimo) da região do Alto Vale do Rio do Peixe, deverão trabalhar apenas com agendamento, realizando o atendimento de forma individual, seguindo o regramento sanitário vigente (uso de máscaras, distanciamento 1,5m, uso de álcool gel, dentre outras).

Parágrafo Único. Todos os estabelecimentos abrangidos no caput deste artigo ficam proibidos de servir, fornecer ou permitir o compartilhamento de qualquer tipo de alimentos e bebidas, tais como chimarrão e afins.

[...]

Art. 8º. Fica determinado o funcionamento dos serviços de alimentação, nos seguintes dias e horários:

I – Restaurantes, Lanchonetes e Food Trucks – de segunda-feira a domingo até às 21 horas, podendo após o horário de encerramento disponibilizar apenas o serviço delivery ou retirada no balcão.

II – Bares – Funcionamento de segunda-feira a sexta-feira até às 19 horas, aos sábados até o meio dia e aos domingos e feriados fechados. Fica proibido nestes ambientes a realização de jogos como sinuca, cartas e similares.

III – Lojas de Conveniências e similares – de segunda-feira a sábado até às 21 horas, ficando proibido o consumo de lanches, guloseimas e bebidas no local.

Parágrafo Único. Lanchonetes que possuam a venda de produtos similares aos bares, especialmente bebidas alcóolicas, deverão obedecer o horário previsto no inciso II, após este horário ficam permitidos apenas os serviços de alimentação.”

Art. 2º. Os demais artigos do Decreto Municipal nº. 067, de 28 de julho de 2020 permanecem inalterados.

Art. 3º. Serão ampliadas a partir da publicação deste Decreto as ações de fiscalização com relação ao descumprimento das regras estabelecidas no Decreto Municipal nº. 067, de 28 de julho de 2020 e neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em sentido contrário.

Salto Veloso/SC, 07 de agosto de 2020.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

Santa Cecília

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO ELETRÔNICO 011/2020

Publicação N° 2595159

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA
EXTRATO DE EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO N° 048/2020
PREGÃO ELETRÔNICO N° 011/2020 - REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeita Municipal de Santa Cecília, Alessandra Aparecida Garcia, torna público aos interessados, que realizará Licitação Pública, na modalidade de Pregão Eletrônico para o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de escavadeira hidráulica equipada com rompedor hidráulico e serviços de compactação com rolo compactador, conforme relação, quantitativos e especificações constantes no edital e em seus anexos. Melhores informações e cópia do presente edital na íntegra, poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília das 13h00min às 18h00min, ou pelo Telefone (49) 3244-2032. E-mail: licitacoes@santacecilia.sc.gov.br site: www.santacecilia.sc.gov.br

Forma do Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor preço por item

Recebimento das Propostas: Até as 13h:15min do dia 21/08/2020 no portal: www.bll.org.br

Início da Sessão: dia 21/08/2020 às 13h30min, no endereço eletrônico www.bll.org.br horário de Brasília-DF.

Santa Cecília, 07 de agosto de 2020.

Alessandra Aparecida Garcia

Prefeita Municipal

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

PORTARIA MUNICIPAL N 158/2020

Publicação N° 2597021

PORTARIA N° 158/2020

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedido licença para tratamento de saúde para a Conselheira Tutelar senhora ADRIANE MARIA SPISCKER, Matrícula 13143/01, conforme o Atestado Médico no período de 03 de agosto de 2020 á 08 de agosto de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 03 de agosto de 2020.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

PORTARIA MUNICIPAL N 159/2020

Publicação N° 2597024

PORTARIA N° 159/2020

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto no Decreto 081/2020, que adota medidas administrativas no âmbito do Município em cumprimento às ações em saúde pública emanadas dos Governos Federal e Estadual voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do coronavírus (COVID19);

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias ao servidor público municipal, senhor JAIR GIEHL, matrícula 13029/01, lotado na Secretaria Agricultura, ocupante do cargo de TECNICO EM AGROPECUARIA. Período aquisitivo de 05/06/2019 a 04/06/2020, período de gozo de férias de 10/08/2020 a 24/08/2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 07 de agosto de 2020.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

ARP PL 76-2020 PP 51-2020

Publicação Nº 2594429

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

Página: 1/6
Processo Nº.: 76/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 51/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 33/2020

No dia 5 do mês de Agosto do ano de 2020, compareceram, de um lado a(o) MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.612.847/0001-90, com sede administrativa localizada na Avenida Tancredo Neves, 337, bairro Centro, CEP nº. 89983-000, nesta cidade de Santa Terezinha do Progresso/SC, representado pelo(a) PREFEITO, o Sr(a). DERLI FURTADO, inscrito no CPF sob o nº. 219.982.219-20, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 51/2020, Processo Licitatório nº. 76/2020, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) A PRESENTE LICITAÇÃO VISA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÁSCARAS PARA ATENDIMENTO DAS DIVERSAS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, EM CONFORMIDADE COM AS CONDIÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
1287	PONTOCOM BRINDES LTDA	1, 2
123	SCS COMERCIO LTDA - ME	
1745	TERRA BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
PONTOCOM BRINDES LTDA	18.036.328/0001-23	ALAN KENEDY WAIAND	067.746.209-30
SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	THIAGO ANDRÉ ZANETTI	027.479.569-89
TERRA BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI	11.991.420/0001-01		

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

A PRESENTE LICITAÇÃO VISA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÁSCARAS PARA ATENDIMENTO DAS DIVERSAS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, EM CONFORMIDADE COM AS CONDIÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor Preço por Item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 1287 - PONTOCOM BRINDES LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Máscara facial adulto sem viseira com no mínimo duas camadas feita com tecido em cotton ou malha (100% algodão, ou algodão com poliéster), com ou sem clips nasal, formato anatômico, inodora, sem prejuízos a respiração natural, presilhas reforçadas, com ajuste de tiras, sem desprender o material (fiapos), acondicionados em recipiente que garanta a integridade do produto. A máscara deverá cobrir nariz e boca e sua fixação deverá ser feita por tiras ajustáveis utilizando as orelhas	Und	PONTO COM	5.000,000	2.1800	10.900,00
2	Máscara facial infantil sem viseira com no mínimo duas camadas feita com tecido em cotton ou malha (100% algodão, ou algodão com poliéster), com ou sem clips nasal, formato anatômico, inodora, sem prejuízos a respiração natural, presilhas reforçadas, com ajuste de tiras, sem desprender o material (fiapos), acondicionados em recipiente que garanta a integridade do produto. A máscara deverá cobrir nariz e boca e sua fixação deverá ser feita por tiras ajustáveis utilizando as orelhas	Und	PONTO COM	1.500,000	1.5800	2.370,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

Página: 2/6
Processo Nº.: 76/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 51/2020

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

Página: 3/6
Processo Nº.: 76/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 51/2020

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração;

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

Página: 4/6
Processo Nº.: 76/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 51/2020

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

Página: 5/6
Processo Nº.: 76/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 51/2020

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será suspenso para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

Página: 6/6
Processo Nº.: 76/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 51/2020

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Terezinha do Progresso para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Santa Terezinha do Progresso, 5 de Agosto de 2020.

DERLI FURTADO
PREFEITO

Empresas Participantes:

PONTOCOM BRINDES LTDA

CNPJ: 18.036.328/0001-23

SCS COMERCIO LTDA - ME

CNPJ: 13.995.853/0001-52

TERRA BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI

CNPJ: 11.991.420/0001-01

ATA DE JULGAMENTO PL 76-2020 PP 51-2020

Publicação Nº 2594420

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO</p> <p>CNPJ: 01.612.847/0001-90 Avenida Tancredo Neves, 337 C.E.P.: 89983-000 - Santa Terezinha do Progresso - SC</p>	<p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 51/2020 - PR</p>
	<p>Processo Administrativo: Processo de Licitação: 76/2020 Data do Processo: 22/07/2020</p>
	<p>Folha: 1/2</p>

OBJETO DA LICITAÇÃO:

A PRESENTE LICITAÇÃO VISA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÁSCARAS PARA ATENDIMENTO DAS DIVERSAS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, EM CONFORMIDADE COM AS CONDIÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr.

Ao(s) 5 de Agosto de 2020, às 08:19 horas, na sede da(o) MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 01/2020, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 76/2020, Licitação nº 51/2020 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Deu-se continuidade, então, procedendo à abertura dos envelopes, todos devidamente assinados pelos representantes credenciados, bem como pela Pregoeira e Equipe de Apoio. Foram analisados todos os documentos relacionados à habilitação dos licitantes cuja proposta foi a mais bem classificada. A documentação foi apresentada aos representantes credenciados para que fossem conferidas e assinadas. A empresa apresentou a certidão negativa de FGTS vencida, bem como a negativa de débitos da União, sendo que as mesmas foram consultadas nos respectivos sistemas, sendo que as mesmas estavam de acordo com o solicitado no instrumento convocatório. Foi questionada as empresas o interesse de interpor recursos, sendo que nenhum dos licitantes manifestou interesse. Desta forma encerra-se a presente sessão pública que vai assinar pelos presentes e encaminhada a autoridade superior para apreciação e deliberação. Santa Terezinha do Progresso - SC, 05 de agosto de 2020.

Participante: 1287 - PONTOCOM BRINDES LTDA

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Máscara facial adulto sem viseira com no mínimo duas camadas feita com tecido em cotton ou malha (100% algodão, ou algodão com poliéster), com ou sem clips nasal, formato anatômico, inodora, sem prejuízos a respiração natural, presilhas reforçadas, com ajuste de tiras, sem desprender o material (fiapos), acondicionados em recipiente que garanta a integridade do produto. A máscara deverá cobrir nariz e boca e sua fixação deverá ser feita por tiras ajustáveis utilizando as orelhas	Und	5.000,00	PONTO COM	0,0000	2,18	10.900,00
2	Máscara facial infantil sem viseira com no mínimo duas camadas feita com tecido em cotton ou malha (100% algodão, ou algodão com poliéster), com ou sem clips nasal, formato anatômico, inodora, sem prejuízos a respiração natural, presilhas reforçadas, com ajuste de tiras, sem desprender o material (fiapos), acondicionados em recipiente que garanta a integridade do produto. A máscara deverá cobrir nariz e boca e sua fixação deverá ser feita por tiras ajustáveis utilizando as orelhas	Und	1.500,00	PONTO COM	0,0000	1,58	2.370,00
Total do Participante ----->							13.270,00
Total Geral ----->							13.270,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO**CNPJ:** 01.612.847/0001-90
Avenida Tancredo Neves, 337
C.E.P.: 89983-000 - Santa Terezinha do Progresso - SC**PREGÃO PRESENCIAL**
Nr.: 51/2020 - PR**Processo Administrativo:**
Processo de Licitação: 76/2020
Data do Processo: 22/07/2020

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Santa Terezinha do Progresso, 5 de Agosto de 2020

COMISSÃO:

ELENICE ELECIR PORSCHE	- - Pregoeiro(a)
ELENICE ELECIR PORSCHE	- - ASSESSOR DE PLANEJAMENTO
MARGARETE ROSA ALVES	- - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
ERONI ALLEBRANDT	- - TECNICO EM ADMINISTRAÇÃO
MARCIANE ELENI PINNO	- - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
SOLANGE BRAGA	- - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
JULIANA DAL MAGO	- - PSICÓLOGA
ANGÉLICA APARECIDA GARMATZ	- - ATENDENTE DE FARMÁCIA
LUANA CAROLINE STEIN HUPPES	- - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

THIAGO ANDRÉ ZANETTI	- - Representante
ALAN KENEDY WAIAND	- - Representante
	- - Representante

TERMO DE HOM E ADJ PL 74-2020 9949-2020

Publicação N° 2594394

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 53/2020 - PR
CNPJ: 01.612.847/0001-90 Avenida Tancredo Neves, 337 C.E.P.: 89983-000 - Santa Terezinha do Progresso - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 78/2020 Data do Processo: 22/07/2020
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, DERLI FURTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 78/2020
b) Licitação Nr.: 53/2020-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 07/08/2020
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação: A PRESENTE LICITAÇÃO VISA O REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE ITENS DE INFORMÁTICA, APARELHOS ELETRÔNICOS TIPO: COMPUTADOR, CELULAR, RELÓGIO PONTO, FRAGMENTADORA, MÁQUINA DE LAVAR E COFRE PARA ATENDIMENTO DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E CONVÊNIO COM A POLÍCIA MILITAR, PELO PERÍODO DE 01 ANO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u> (em Reais R\$)
- 001605 - BAVARESCO & CIA LTDA	1	0,0000	3.498,00
- 000623 - GESUL COMERCIAL LTDA - ME	1	0,0000	8.800,00
- 001606 - GF EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA	2	0,0000	8.298,00
- 000562 - JP EQUIPAMENTOS LTDA - ME	1	0,0000	3.542,00
- 000634 - MB CATARINENSE LTDA - ME	2	0,0000	7.637,80
- 001585 - NYLAND CLIMATIZADORES E EQUIPAMENTOS LTDA	1	0,0000	5.600,00
	8		37.375,80

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

DERLI FURTADO
PREFEITO

TERMO DE HOM E ADJ PL 76-2020 PP 51-2020

Publicação N° 2594415

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 51/2020 - PR
CNPJ: 01.612.847/0001-90 Avenida Tancredo Neves, 337 C.E.P.: 89983-000 - Santa Terezinha do Progresso - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 76/2020 Data do Processo: 22/07/2020
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, DERLI FURTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 76/2020
b) Licitação Nr.: 51/2020-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 07/08/2020
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação A PRESENTE LICITAÇÃO VISA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÁSCARAS PARA ATENDIMENTO DAS DIVERSAS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, EM CONFORMIDADE COM AS CONDIÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u> (em Reais R\$)
- 001287 - PONTOCOM BRINDES LTDA	2	0,0000	13.270,00
	2		13.270,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

DERLI FURTADO
PREFEITO

Santiago do Sul

PREFEITURA

CIS AMOSC 23.2020

Publicação Nº 2595032

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
CONTRATO ADMINISTRATIVO FMS nº 02/2020 Termo Aditivo nº 23/2020
Processo Administrativo Nº.01/2020
Edital: DL 01/2020
Contrato de Rateio: 94/2019 CIS-AMOSC
Empresa: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC
Objeto: CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM SAÚDE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL, RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE 2020, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC E O MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL/SC
Valor: R\$ 8.640,00 (Oito mil seiscentos e quarenta reais)
Validade de contrato de 07 de agosto à 31 de dezembro de 2020.
SANTIAGO DO SUL, 07 de agosto de 2020.
ANA Raquel Brites de Oliveira
Gestor FMS

CS 22.2020

Publicação Nº 2594508

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
Fundo Municipal de Saúde de Santiago do Sul	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contato	22/2020
Processo nº	22/2020
Dispensa nº	11/2020
Contratante	MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL/FUNDO MUNIC.SAÚDE
Contratada	CS Serviços em Saúde LTDA CNPJ 35.494.537/0001-30
Objeto	Contratação de Serviços Médico em clínica geral para atendimento a consultas e procedimentos ambulatoriais na Unidade Básica de Saúde, objetivando atender a demanda ocasionada pela Infecção ao novo Coronavírus (COVID-19), considerando o aumento significativo de infectados e casos suspeitas no município. Lei 8.666/93 Art 24-IV, Lei 13.979/2020 Art. 4ª, LC 173 Art. 8º§1º, V.P.B. OAB/SC 31.409)
Vigência	17/08/2020 á 15/12/2020
Valor	R\$ 89.200,00 (Oitenta e nove mil, duzentos reais)
Santiago do Sul-SC, 06 de agosto de 2020.	
Ana Raquel Brites de Oliveira	
Gestora do FMS	

CS SERVIÇOS EM SAÚDE 11.2020

Publicação Nº 2594522

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo FMS Nº. 22/2020
Edital: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº.11/2020

Contratação de Serviços Médico em clínica geral para atendimento a consultas e procedimentos ambulatoriais na Unidade Básica de Saúde, objetivando atender a demanda ocasionada pela Infecção ao novo Coronavírus (COVID-19), considerando o aumento significativo de infectados e casos suspeitos no município. Lei 8.666/93 Art 24-IV, Lei 13.979/2020 Art. 4ª, LC 173 Art. 8º§1º, V.P.B. OAB/SC 31.409)

Fornecedor CS Serviços em Saúde LTDA CNPJ 35.494.537/0001-30

Valor R\$ R\$ 89.200,00 (Oitenta e nove mil, duzentos reais)

SANTIAGO DO SUL, 06 de agosto de 2020

Ana Raquel B. de Oliveira

GESTOR FMS

DECRETO N°290/2020 – DE 05 DE AGOSTO DE 2020

Publicação N° 2596010

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO N°290/2020 – DE 05 DE AGOSTO DE 2020.

Altera o Art. 2º, do Decreto Municipal N°325/2018, de 19 de dezembro de 2018 e da Outras Providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, e;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o Art. 2º, do Decreto Municipal N°325/2018, de 19 de dezembro de 2018, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 2º Compete a Comissão de Regularização Fundiária:

- I. localizar as áreas públicas ou privadas que necessitam de regularização fundiária, no âmbito do Município de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina;
- II. fornecer os dados solicitados pela empresa contratada pelo Município para a efetivação da regularização fundiária;
- III. praticar todos os atos necessários para a efetivação das áreas, objetos de regularização fundiária;
- IV. contribuir com sugestões, visando o bom andamento dos trabalhos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 05 de agosto de 2020.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

DECRETO N°288/2020 – DE 05 DE AGOSTO DE 2020

Publicação N° 2596004

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município, Entidade Fundo Municipal de Saúde-FMS e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal N°969/2019, de 21 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal N°969/2019 de 21/11/2019, Entidade Fundo Municipal de Saúde-FMS, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), conforme discriminação a seguir:

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde - FMS
Órgão: 05.00 – Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social

Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde- FMS
Função: 10 – Saúde
Subfunção: 301 – Atenção Básica
Programa: 014 – Saúde com Qualidade
Ação: 2.028 – Manut. Atividades Unidade Sanitária
Atividade: 2.028 – Manut. Atividades Unidade Sanitária
Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.3.02–Aplicações Diretas.(101)... R\$ 2.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.02 – Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde, disponíveis na Conta Corrente Nº.31.382-3 Ag.1.393-5 junto ao Banco do Brasil S/A.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul,
Estado de Santa Catarina, em 05 de Agosto de 2020.

Registrado e Publicado em data supra. JÚLCIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal

Mateus Junior Lunedo
Coord.de Depto.Sec.Administração

DECRETO Nº289/2020 – DE 05 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2596009

DECRETO Nº289/2020 – DE 05 DE AGOSTO DE 2020.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

JÚLCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº.969/2019, de 21 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº.969/2019 de 21/11/2019, no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), conforme discriminação a seguir:

Órgão: 03.00 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Unidade Orçamentária: 03.01 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Função: 04 – Administração
Subfunção: 122 – Administração Geral
Programa: 0004 – Administração Geral
Ação: 2.004 – Manutenção das Atividades da Administração Geral
Atividade: 2.004 – Manutenção das Atividades da Administração Geral
Natureza da Despesa:3.3.90.00-D.R.0.3.00- Aplicações Diretas.(185) R\$ 10.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro, Fonte de Recursos: 0.3.00 – Recursos Ordinários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul,
Estado de Santa Catarina, em 05 de agosto de 2020.

Registrado e Publicado em data supra. JÚLCIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal

Mateus Junior Lunedo
Coord.de Depto.Sec.Administração

DECRETO Nº291/2020 – DE 05 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2596011

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município, Entidade Fundo Municipal de Saúde-FMS e dá outras providências.

JÚLCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº.969/2019, de 21 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº.969/2019 de 21/11/2019, Entidade Fundo Municipal de Saúde-FMS, no valor de R\$ 4.580,00 (quatro mil, quinhentos e oitenta reais), conforme discriminação a seguir:

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde - FMS

Órgão: 05.00 – Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social

Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde- FMS

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 014 – Saúde com Qualidade

Ação: 2.033 – Medicamentos a População

Atividade: 2.033 – Medicamentos a População

Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.3.02–Aplicações Diretas.(92)... R\$ 4.580,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.02 – Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde, disponíveis na Conta Corrente Nº.31.382-3 Ag.1.393-5 junto ao Banco do Brasil S/A.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul,
Estado de Santa Catarina, em 05 de agosto de 2020.

Registrado e Publicado em data supra. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal

Mateus Junior Lunedo
Coord.de Depto.Sec.Administração

DECRETO Nº292/2020 – DE 05 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2596012

DECRETO Nº292/2020 – DE 05 DE AGOSTO DE 2020.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município, Entidade Fundo Municipal de Saúde - FMS e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso I do Art. 6º da Lei Municipal Nº.969/2019, de 21 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº.969/2019 de 21/11/2019, Entidade Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 89.200,00 (Oitenta e nove mil e duzentos reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 05.00 – Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social

Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde - FMS

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 0014 – Saúde com Qualidade

Ação: 2.028 – Manutenção Atividades Unidade Sanitária

Atividade: 2.028 – Manutenção Atividades Unidade Sanitária

Natureza da Despesa: 3.3.90.00-DR 0.1.38- Aplicações Diretas (13) R\$ 89.200,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do excesso de arrecadação verificado na Rubrica da Receita: 4.1.7.1.8.03.9.1.01.02.00 – FMS CORONAVÍRUS (COVID-19) Portaria GM/MS 1666/2020 - Fonte de Recursos: 0.1.38 – Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União - Grupo: CORONAVÍRUS (COVID-19); Ação: Enfrentamento da Emergência de Saúde – Nacional (Crédito Extraordinário); Ação Detalhada: CORONAVÍRUS (COVID-19), disponíveis na Conta Bancária Nº.33.586-X Ag.1393-5 junto ao Banco do Brasil S/A.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul,
Estado de Santa Catarina, em 05 de agosto de 2020.

Registrado e Publicado em data supra. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal

Mateus Junior Lunedo
Coord.de Depto.Sec.Administração

DECRETO Nº293/2020 – DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2596015

DECRETO Nº293/2020 – DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município, Entidade Fundo Municipal de Saúde - FMS e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso I do Art. 6º da Lei Municipal Nº.969/2019, de 21 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº.969/2019 de 21/11/2019, Entidade Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 8.640,00 (Oito mil e seiscentos e quarenta reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 05.00 – Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social

Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde - FMS

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 0014 – Saúde com Qualidade

Ação: 2.028 – Manutenção Atividades Unidade Sanitária

Atividade: 2.028 – Manutenção Atividades Unidade Sanitária

Natureza da Despesa: 3.3.93.00-DR 0.1.78 – Aplicação direta decorrente de Operações entre Órgãos.(97)..R\$ 8.640,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Excesso de Arrecadação na Fonte de Recursos: 0.1.78 – Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União - Transferências Advindas de Emenda Individual na rubrica da receita 4.1.7.1.8.03.1.1.06.10.01 - FMS - Incremento PAB Emenda Parl.Indiv (EC nº.105/2019) Transf.Finalidade Definida – Transf.Fundo a Fundo, no Grupo: Atenção Básica; Ação: Apoio a manutenção de Unidades de Saúde; Ação detalhada: Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção, disponíveis na Conta Corrente Nº.33.586-X Ag.1393-5 junto ao Banco do Brasil S/A.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul,
Estado de Santa Catarina, em 07 de agosto de 2020.

Registrado e Publicado em data supra. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal

Mateus Junior Lunedo

Coord.de Depto.Sec.Administração

PORTARIA Nº176/2020 – DE 03 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2596021

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº176/2020 – DE 03 DE AGOSTO DE 2020.

Revoga a Portaria Nº169/2020 – de 28 de julho de 2020 – Concede licença para tratamento de saúde ao Servidor Público Municipal MAIKON TIAGO LUNEDO e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com a Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

CONSIDERANDO, que o Servidor Público Municipal MAIKON TIAGO LUNEDO realizou atividade Home Office durante o período de afastamento;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Portaria Nº169/2020 – de 28 de julho de 2020, que concede licença para tratamento de saúde ao Servidor Público Municipal MAIKON TIAGO LUNEDO, ocupante do Cargo de TECNICO EM ADMINISTRAÇÃO, Lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 03 de agosto de 2020.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

PORTARIA Nº177/2020 – DE 04 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2596043

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº177/2020 – DE 04 DE AGOSTO DE 2020.

Concede Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal SUELYN PAULA GUARNIERI MARAFON e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 59 da Lei Federal nº 8.213/91,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a Servidora Pública Municipal SUELYN PAULA GUARNIERI MARAFON, ocupante do Cargo de ENFERMEIRO, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, pelo período de 15 (quinze) dias, ou seja, do dia 04 de agosto de 2020 a 18 de agosto de 2020, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 04 de agosto de 2020.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

PORTARIA Nº178/2020 – DE 04 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2596053

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº178/2020 – DE 04 DE AGOSTO DE 2020.

Concede Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal FERNANDO OTTONI e da outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 59 da Lei Federal nº 8.213/91,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao Servidor Público Municipal FERNANDO OTTONI, ocupante do Cargo de AGENTE DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, Lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, pelo período de 09 (nove) dias, ou seja, do dia 04 de agosto de 2020 a 12 de agosto de 2020, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 04 de agosto de 2020.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

PORTARIA Nº179/2020 – DE 05 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2596063

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº179/2020 – DE 05 DE AGOSTO DE 2020.

Concede Licença por Motivo de Pessoa Doente da Família ao Servidor Público Municipal SADI ANTONIO ORLANDI e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 70 da Lei Complementar nº009/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA ao Servidor Público Municipal SADI ANTONIO ORLANDI, ocupante do Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, pelo período de 08 (oito) dias, ou seja, do dia 05 de agosto de 2020 a 12 de agosto de 2020, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 05 de agosto de 2020.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

PORTARIA Nº180/2020 – DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2596070

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº180/2020 – DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal ALANA LOPES e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 59 da Lei Federal nº 8.213/91,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à Servidora Pública Municipal ALANA LOPES, ocupante do Cargo de AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, pelo período de 01 (um) dia, ou seja, no dia 07 de agosto de 2020, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 07 de agosto de 2020.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

PORTARIA Nº181/2020 – DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2596073

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº181/2020 – DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

Concede Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal JULIANA DE QUADROS e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 59 da Lei Federal nº 8.213/91,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a Servidora Pública Municipal JULIANA DE QUADROS, ocupante do Cargo de PSICÓLOGA, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social – CRAS, pelo período de 05 (cinco) dias, ou seja, do dia 07 de agosto de 2020 até 11 de agosto de 2020, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 07 de agosto de 2020.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

Santo Amaro da Imperatriz

PREFEITURA

CONTRATO Nº 85/2020 - READEQUAÇÃO

Publicação Nº 2594824

CONTRATO Nº 85, 05 de agosto de 2020.

3º ADITIVO AO CONTRATO 47/2020, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ E A EMPRESA PROPAV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA - ME

1. Partes: a) O Município de Santo Amaro da Imperatriz, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.324/0001-46, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, 306, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz, neste ato representado por seu Prefeito, Senhor Edésio Justen, brasileiro, casado, empresário, CPF nº 288.673009-20, residente e domiciliado à Rua Frei Dalvino Munaretto, nº230, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz - SC, doravante denominado simplesmente Contratante;

b) PROPAV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o número 21.310.754/0001-18, com sede à Rua Luiz Fagundes, nº 821, Sala 01, Bairro Praia Comprida, na cidade de São José/SC – CEP 88.103-500, neste ato representada por sua sócia administradora Sra. Mirian Cassia Figueiredo, brasileira, solteira, arquiteta, inscrita no CPF sob o nº 338.118.478-48, residente e domiciliada na Rua Francisco Jacinto de Melo, nº 1562, Apto 307, Bloco C, Bairro Areias, na cidade de São José/SC, doravante denominado simplesmente Contratado, em decorrência do Processo Licitatório nº 08/2020 - TP, homologado em 04/05/2020, mediante a sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 8.666/93, com as alterações das Leis 8.883/94 e 9648/98, ao Edital Convocatório, a proposta de preços, têm justo e contratado:

2. Do Valor

Considerando a solicitação da empresa e as justificativas apresentadas pelo setor de engenharia civil do município, em comum acordo, referente ao Contrato nº 47/2020 da Rua Mauri Josino de Campos, fica suprimido o valor de R\$ 3.933,60 e aditivado o valor de R\$ 5.746,04, gerando um reflexo financeiro positivo de 0,64%, cfe. planilhas de readequação anexa, passando o contrato principal para R\$ 282.197,36.

3. Das Demais Disposições

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato ora aditado. Por estarem certas e ajustadas as partes assinam o presente termo aditivo em 3 (três) vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo.

Santo Amaro da Imperatriz, em 05 de agosto de 2020.

EDESIO JUSTEN
Prefeito Municipal
Contratante

MIRIAN CÁSSIA FIGUEIREDO
Diretora Administradora PROPAV
Contratada

Testemunhas:

1 2
Nome : Nome :

DECRETO Nº 6.885/2020

Publicação Nº 2595116

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-4300

DECRETO Nº 6.885, de 05 de Agosto de 2020.

NOMEA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO EM COMISSÃO

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e de acordo com a Lei Complementar nº 51, de 18 de Fevereiro de 2009, resolve

NOMEAR :

LUCIANO FRANÇA, para o Cargo em Comissão de Assessor de Manutenção das Estradas Vicinais e Vias Urbanas, código CC-1, a partir de 05/08/2020.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 05 de Agosto de 2020.

EDÉSIO JUSTEN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 15.965-A/2020

Publicação Nº 2595113

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 15.965-A, de 23 de Julho de 2020.

AMPLIA PERÍODO DE DESIGNAÇÃO DE SERVIDORA

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando a Licença para Tratamento de Saúde concedida a servidora LUANA STEIMBACK

RESOLVE :
Prorrogar até 18/08/2020 a designação da servidora ANGELA FABIOLA SUARTES FERNANDES DA LUZ, ocupante do cargo de Assistente Social (Portaria nº 15.912/20).

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 23 de Julho de 2020.

EDESIO JUSTEN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 15.986/2020

Publicação Nº 2595115

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 15.986, de 04 de Agosto de 2020.

AMPLIA PERÍODO DE DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando a Manutenção do Programa do SAMU

RESOLVE :
Prorrogar até 01/08/2021 a designação do servidor ALESSANDRO PREDEBON FRANCO, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem - SAMU (Portaria nº 14.995/19).

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 04 de Agosto de 2020.

EDÉSIO JUSTEN
Prefeito Municipal

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N° 132/2020

Publicação N° 2594729

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 132/2020

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SANITIZAÇÃO, PARA PROTEÇÃO DOS SERVIDORES E POPULAÇÃO EM GERAL, BEM COMO O COMBATE A PANDEMIA DE COVID-19 PARA SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, BOMBEIROS, POLICIA CIVIL, FUNDAÇÃO CULTURAL E EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO CONFORME ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO.

Forma do Pregão: ELETRÔNICO

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Recebimento das propostas: até às 13h30min do dia 14/08/2020

Início da sessão: dia 14/08/2020, às 14h00min no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF.

Informações complementares: O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br e saobentodosul.atende.net. Quaisquer informações poderão ser obtidas no Departamento de Suprimentos e Patrimônio – Divisão de Compras – do município de São Bento do Sul, situado à Rua Jorge Lacerda, 75, Centro, das 08h00 às 12h00min e das 13h00 às 16h00, ou através do telefone (47) 3631-6170.

São Bento do Sul, 21 de julho de 2020.

LUIZ CLAUDIO GAYER SCHUVES

Secretário de Planejamento e Urbanismo e Secretário Interino de Obras e Serviços Urbanos

NOELI REGINA NOVAK DOS SANTOS

Secretária de Educação

ADELINO DENK

Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo

NILVA MARLI LARSEN HOLZ

Chefe de Gabinete

MARCIO BROSOWSKY

Diretor Presidente da Fundação Cultural

MARCELO HUBEL

Secretário de Agricultura e Meio Ambiente

FÁBIA ALESSANDRA MENGARDA BELARMINO

Secretária de Assistência Social

MARGARETH BAYERL KEISER

Secretária de Administração

MARLON ALVARISTO AUGUSTIN

Diretor Presidente da EMHAB

DANIELE CELESKI WOJAKIEWICZ

Pregoeira Municipal

DECRETO N° 1874/2020

Publicação N° 2594619

DECRETO N° 1874, DE 7 DE AGOSTO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, da Lei 4.320/64, que dispõe que a Lei Orçamentária poderá conter autorizações do Poder Executivo;

Considerando o art. 4º, da Lei Municipal nº 4167/19, que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 148.000,00 (cento e quarenta e oito mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações:

Órgão: 07 - Secretaria Municipal de Educação

Unidade: 001 - Secretaria de Educação

Atividade: 2022 - Coordenação, manutenção e ampliação da educação infantil

3391470000 - Obrigações tributárias e contributivas (01360158) R\$ 4.000,00

Atividade: 2023 - Coordenação, manutenção e ampliação do ensino fundamental

3391470000 - Obrigações tributárias e contributivas (01010001) R\$ 4.000,00

Órgão: 08 - Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo

Unidade: 001 - Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano

Atividade: 2014 - Gestão da Secretaria de Planejamento e Urbanismo

3390390000 - Outros serviços terceiros - pessoa jurídica (01000100) R\$ 10.000,00

Órgão: 09 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Unidade: 001 - Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2013 - Manutenção e Melhorias na Frota da SEMOB

3390300000 - Material de consumo (01000100) R\$ 20.000,00

Atividade: 2030 - Manutenção Melhorias em Vias Urbanas e Rurais

3390300000 - Material de consumo (01000100) R\$ 110.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações:

Órgão: 07 - Secretaria Municipal de Educação

Unidade: 001 - Secretaria de Educação

Atividade: 2022 - Coordenação, manutenção e ampliação da educação infantil

3391390000 - Outros serviços terceiros - pessoa jurídica (01360158) R\$ 4.000,00

Atividade: 2023 - Coordenação, manutenção e ampliação do ensino fundamental

3391390000 - Outros serviços terceiros - pessoa jurídica (01010001) R\$ 4.000,00

Órgão: 08 - Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo

Unidade: 001 - Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano

Atividade: 2014 - Gestão da Secretaria de Planejamento e Urbanismo

4490520000 - Equipamentos e material permanente (01000100) R\$ 10.000,00

Órgão: 09 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Unidade: 001 - Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2013 - Manutenção e Melhorias na Frota da SEMOB

3390390000 - Outros serviços terceiros - pessoa jurídica (01000100) R\$ 20.000,00

Atividade: 2030 - Manutenção Melhorias em Vias Urbanas e Rurais

4490510000 - Obras e instalações (01000100) R\$ 110.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 7 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1875/2020

Publicação Nº 2594714

DECRETO Nº 1875, DE 7 DE AGOSTO DE 2020.

ALTERA O DECRETO Nº 1872, DE 6 DE AGOSTO DE 2020, QUE DISCIPLINA NOVAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO À PROPAGAÇÃO DO COVID-19 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais DECRETA:

Art. 1º O inciso X do art. 12 do Decreto nº 1872, de 6 de agosto de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12 A realização de missas e cultos devem seguir as diretrizes sanitárias a seguir:

.....
X - O horário para a realização dos cultos e missas será permitido entre 6h e 22h, com intervalo mínimo de 30 minutos entre um e outro.
.....”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 7 de agosto de 2020.

São Bento do Sul, 7 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1876/2020

Publicação Nº 2594717

DECRETO Nº 1876, DE 7 DE AGOSTO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, da Lei 4.320/64, que dispõe que a Lei Orçamentária poderá conter autorizações do Poder Executivo;

Considerando o art. 4º, da Lei Municipal nº 4167/19, que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 08 - Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo

Unidade: 004 - SSP TRÂNSITO - POLÍCIA CIVIL

Atividade: 2036 - Convênio SSP/Trânsito - POLÍCIA CIVIL

3390390000 - Outros serviços terceiros - pessoa jurídica (03110155) R\$ 30.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto, será utilizado recursos provenientes do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, na fonte de recursos 03110155 - Convênio de Trânsito - Civil, no valor de R\$ 30.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 7 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

EXTRATO DA RESCISÃO DO CONTRATO Nº 032/2020

Publicação Nº 2597051

EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 032/2020

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE Nº 032/2020 FIRMADO ENTRE MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E A EMPRESA SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL, EM 19 DE FEVEREIRO DE 2020, CONFORME DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 37/2020.

Pelo presente termo de rescisão contratual que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, Centro, nesta cidade, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 86.051.398/0001-00, neste ato representado pela Secretária de Educação, Sra. NOELI REGINA NOVAK DOS SANTOS, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade, portadora do CPF 920.413.539-53, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a Entidade SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob nº 03.774.688/0026-03, com sede na Rua Doutor Hans Dieter Schmidt, nº 879, Centenário Centenário, na cidade de São Bento do sul - SC, neste ato representada pelo Gerente Executivo da Regional, Sr. JEFFERSON GALDINO, portador do CPF nº 969.676.769-20, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, resolvem:

Considerando o contrato nº 032/2020 que tem por objeto a contratação de entidade para ministrar algumas disciplinas profissionalizantes para os alunos do 8º e 9º ano do Ensino Fundamental, em cumprimento às estratégias da meta 20 do Plano Municipal de Educação – Decênio 2015/2025, aprovado pela Lei nº 3559 de 18 de junho de 2015, conforme projeto e especificações constantes da Dispensa de Licitação 37/2020 de 19 de fevereiro de 2020, que fica fazendo parte integrante deste Contrato, como se aqui estivesse integral e expressamente transcrito.

Considerando que após a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional e da declaração pública de pandemia em relação ao CORONAVÍRUS (Covid-19) pelo Ministério da Saúde e pela OMS, a orientação foi a de que os órgãos evitassem ambientes fechados com aglomerações de pessoas para tentar conter a transmissão do vírus.

Considerando que manter a distância das outras pessoas, evitar ambientes aglomerados, não compartilhar materiais ou instrumentos, higienizar bem as mãos e usar máscaras de proteção têm sido medidas recomendadas a todo o tempo.

Considerando que em meio a essa situação, os cursos presenciais que são o objeto desse contrato, tiveram que ser suspensos através dos Termos Aditivos nº 072/2020 e nº 094/2020 e conforme Decreto Estadual nº 724/2020 as aulas permanecem suspensas até 07 de setembro de 2020.

Considerando a Declaração da OMS; o Decreto Legislativo nº 06 de 20 de março de 2020 reconhecendo o estado de calamidade pública no país; os decretos estaduais e municipais, especialmente o Decreto Municipal nº 1171 de 08 de maio de 2020 e sendo que, mesmo que retornem as atividades, os alunos não teriam tempo hábil de cumprir com a carga horária proposta no cronograma inicial do Contrato.

Diante do exposto, se faz necessária a rescisão do Contrato nº 032/2020 com efeitos a partir de 01 de agosto de 2020 com base no Art. 78, inciso XVII da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Único: A rescisão de que trata o presente termo dá-se de forma Unilateral, na forma do art. 79, inciso I da Lei Federal n. 8.666/93, conferindo quitação dos termos contratuais, com efeitos a partir de 01 de agosto de 2020. Não há que se falar em valores a serem pagos, visto que não houve desenvolvimento de nenhuma das etapas do processo seletivo pela Contratada.

A CONTRATANTE providenciará a publicação do presente instrumento, nos termos do parágrafo único, do art. 61 da Lei 8.666/93.

São Bento do Sul, 29 de julho de 2020.

NOELI REGINA NOVAK DOS SANTOS
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

Testemunhas:

Margareth Bayerl Keiser
Secretária de Administração

Rosilane Zélia dos Santos
Secretária de Finanças

Larissa Juliane Jablonski
Assistente Administrativo

VISTO DA ASSESSORIA JURÍDICA

Alexandre Vinícius Weiss
OAB/SC nº 9.974
Advogado
Município de São Bento do Sul

EXTRATO DA RESCISÃO DO CONTRATO Nº 068/2020

Publicação Nº 2597052

EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 068/2020

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE Nº 068/2020 FIRMADO ENTRE MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E A EMPRESA INSTITUTO PÍNCARO ASSESSORIA POLÍTICA E PROJETOS SOCIAIS, EM 14 DE ABRIL DE 2020, CONFORME PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2020.

Pelo presente termo de rescisão contratual que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, Centro, nesta cidade, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 86.051.398/0001-00, neste ato representado pela Secretária de Assistência Social, Sra. FÁBIA ALESSANDRA MENGARDA BELARMINO, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade, portadora do CPF nº 821.160.599-68, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a Empresa INSTITUTO PÍNCARO ASSESSORIA POLÍTICA E PROJETOS SOCIAIS, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 14.346.094/0001-60, com sede na Rua Major Vieira, nº 2176, Alto das Palmeiras, na cidade de Canoinhas - SC, neste ato representada pelo Sr. FELIPE ONISTO, portador do CPF nº 055.862.119-80, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, resolvem:

Considerando o contrato nº 068/2020 que tem por objeto a contratação de serviços profissionais para desenvolvimento de oficinas socioeducativas nos CRAS – Centro de Referência da Assistência Social do Município de São Bento do Sul, nos grupos do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos do Serviço de Proteção Social Básica para o desenvolvimento de atividades de dança e exercícios de memória, conforme Termo de Referência anexo ao Edital de Pregão Presencial nº 39/2020.

Considerando que após a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional e da declaração pública de pandemia em relação ao CORONAVÍRUS (Covid-19) pelo Ministério da Saúde e pela OMS, a orientação foi a de que os órgãos evitassem ambientes fechados com aglomerações de pessoas para tentar conter a transmissão do vírus.

Considerando que manter a distância das outras pessoas, evitar ambientes aglomerados, não compartilhar materiais ou instrumentos, higienizar bem as mãos e usar máscaras de proteção têm sido medidas recomendadas a todo o tempo.

Considerando que em meio a essa situação, as oficinas/cursos presenciais para os usuários dos CRA 'S, sendo a Contratada responsável pelo desenvolvimento de Oficinas de Dança, que são o objeto desse contrato foram suspensas através do Termo Aditivo nº 099/2020 até 31 de julho de 2020.

Considerando a Orientação Conjunta em decorrência do Coronavírus a partir do reconhecimento da política de assistência social enquanto política essencial no atendimento da população, emitido pela Federação Catarinense de Municípios (FECAM), direcionada aos municípios para se reorganizarem em relação a política de assistência social, os Decretos Estaduais e Municipais, especialmente o Decreto Municipal nº 1746 de 13 de abril de 2020, e sendo que, mesmo que retornem as atividades, os usuários não teriam tempo hábil de cumprir com a carga horária proposta no cronograma inicial do Contrato.

Diante do exposto, se faz necessária a rescisão do Contrato nº 068/2020 com efeitos a partir de 01 de agosto de 2020 com base no Art. 78, inciso XVII da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Único: A rescisão de que trata o presente termo dá-se de forma Unilateral, na forma do art. 79, inciso I da Lei Federal n. 8.666/93, conferindo quitação dos termos contratuais, com efeitos a partir de 01 de agosto de 2020.

A CONTRATANTE providenciará a publicação do presente instrumento, nos termos do parágrafo único, do art. 61 da Lei 8.666/93.

São Bento do Sul, 31 de julho de 2020.

FÁBIA ALESSANDRA MENGARDA BELARMINO
SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Testemunhas:

Margareth Bayerl Keiser
Secretária de Administração

Rosilane Zélia dos Santos
Secretária de Finanças

Larissa Juliane Jablonski
Assistente Administrativo

VISTO DA ASSESSORIA JURÍDICA

Alexandre Vinícius Weiss
OAB/SC nº 9.974
Advogado
Município de São Bento do Sul

EXTRATO DA RESCISÃO DO CONTRATO Nº 069/2020

Publicação Nº 2597054

EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 069/2020

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE Nº 069/2020 FIRMADO ENTRE MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E A EMPRESA M2 TREINAMENTO PROFISSIONALIZANTE LTDA, EM 14 DE ABRIL DE 2020, CONFORME PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2020.

Pelo presente termo de rescisão contratual que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, Centro, nesta cidade, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 86.051.398/0001-00, neste ato representado pela Secretária de Assistência Social, Sra. FÁBIA ALESSANDRA MENGARDA BELARMINO, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade, portadora do CPF nº 821.160.599-68, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a Empresa M2 TREINAMENTO PROFISSIONALIZANTE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob nº 08.843.051/0001-97, com sede na Rua Harry Feeken, nº 734, Loja 01 e 02, Boneca do Iguaçu, na cidade de São José dos Pinhais - PR, neste ato representada pelo Sr. MARCOS ROBERTO VIEIRA PINTO, portador do CPF nº 844.499.859-15, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, resolvem:

Considerando o contrato nº 069/2020 que tem por objeto a contratação de serviços profissionais para desenvolvimento de oficinas socioeducativas nos CRAS – Centro de Referência da Assistência Social do Município de São Bento do Sul, nos grupos do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos do Serviço de Proteção Social Básica para o desenvolvimento de atividades de dança e exercícios de memória, conforme Termo de Referência anexo ao Edital de Pregão Presencial nº 39/2020.

Considerando que após a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional e da declaração pública de pandemia em relação ao CORONAVÍRUS (Covid-19) pelo Ministério da Saúde e pela OMS, a orientação foi a de que os órgãos evitassem ambientes fechados com aglomerações de pessoas para tentar conter a transmissão do vírus.

Considerando que manter a distância das outras pessoas, evitar ambientes aglomerados, não compartilhar materiais ou instrumentos, higienizar bem as mãos e usar máscaras de proteção têm sido medidas recomendadas a todo o tempo.

Considerando que em meio a essa situação, as oficinas/cursos presenciais para os usuários dos CRA 'S, sendo a Contratada responsável pelo desenvolvimento de Oficinas de Exercícios de Memória, que são o objeto desse contrato foram suspensas através do Termo Aditivo nº 100/2020 até 31 de julho de 2020.

Considerando a Orientação Conjunta em decorrência do Coronavírus a partir do reconhecimento da política de assistência social enquanto política essencial no atendimento da população, emitido pela Federação Catarinense de Municípios (FECAM), direcionada aos municípios para se reorganizarem em relação a política de assistência social, os Decretos Estaduais e Municipais, especialmente o Decreto Municipal nº 1746 de 13 de abril de 2020, e sendo que, mesmo que retornem as atividades, os usuários não teriam tempo hábil de cumprir com a carga horária proposta no cronograma inicial do Contrato.

Diante do exposto, se faz necessária a rescisão do Contrato nº 069/2020 com efeitos a partir de 01 de agosto de 2020 com base no Art. 78, inciso XVII da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Único: A rescisão de que trata o presente termo dá-se de forma Unilateral, na forma do art. 79, inciso I da Lei Federal n. 8.666/93, conferindo quitação dos termos contratuais, com efeitos a partir de 01 de agosto de 2020.

A CONTRATANTE providenciará a publicação do presente instrumento, nos termos do parágrafo único, do art. 61 da Lei 8.666/93.

São Bento do Sul, 31 de julho de 2020.

FÁBIA ALESSANDRA MENGARDA BELARMINO
SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Testemunhas:

Margareth Bayerl Keiser
Secretária de Administração

Rosilane Zélia dos Santos
Secretária de Finanças

Larissa Juliane Jablonski
Assistente Administrativo

VISTO DA ASSESSORIA JURÍDICA

Alexandre Vinícius Weiss
OAB/SC nº 9.974
Advogado
Município de São Bento do Sul

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 124/2020

Publicação Nº 2597030

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 124/2020

DA ESPÉCIE: Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 076/2017, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES S/A, em 31 de março de 2017, conforme Edital de Pregão Presencial nº 60/2017.

Considerando o objeto do Contrato nº 076/2017, que consiste no fornecimento de serviços de internet link dedicado no backbone principal com 10 Mbps Full, com garantia de banda em 99% de download e upload, sendo esse link redistribuído em rede ponto a ponto em 5,8 Ghz e ponto multiponto pelo padrão 802.11 na frequência de 2,4 Ghz possibilitando a conexão de equipamentos portáteis nas áreas especificadas conforme Anexo – I – Termo de Referência do Edital de Pregão Presencial nº 60/2017, documentos esses que ficam fazendo parte integrante do presente Contrato, como se aqui estivessem, integrais e expressamente transcritos;

Considerando a incorporação da empresa WBT INTERNET S/A pela empresa UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES S/A e a solicitação de manutenção dos contratos existentes após a incorporação, conforme documentos e Processo Administrativo 9721/2020 em anexo ao Termo Aditivo.

Considerando que a solicitação foi deferida conforme parecer jurídico 247/2020, e a decisão acatada pela Secretária de Administração visto que a manutenção dos contratos firmados com a empresa WBT INTERNET S/A é de interesse público, desde que mantidas as condições estipuladas no contrato existente, se faz necessária a alteração da razão social da pessoa jurídica, que antes era WBT INTERNET S/A e agora passa a ser UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES S.A, se faz necessária a alteração de razão social nos seguintes termos:

Fica alterada a razão social da pessoa jurídica, que antes era WBT INTERNET S.A. e agora passa a ser UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES S.A., de acordo com a solicitação e demais documentos comprobatórios apresentados pela pessoa jurídica em questão.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 31 de março de 2017, Termo Aditivo nº 224/2017 de 05 de dezembro de 2017, Termo Aditivo nº 163/2018, Termo Aditivo nº 101/2019 de 18 de junho de 2019 e Termo Aditivo nº 054/2020 de 09 de março de 2020, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 14 de julho de 2020.

Ass: MARGARETH BAYERL KEISER, pela Secretaria de Administração do Município.

UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES S/A, como Contratada.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 125/2020

Publicação Nº 2597042

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 125/2020

DA ESPÉCIE: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 136/2017, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES S/A, em 14 de julho de 2017, conforme Edital de Pregão Presencial nº 129/2017.

Considerando o objeto do Contrato nº 136/2017, que consiste na contratação de serviços de conexão com internet: Link IP dedicado com velocidade de 50 Mbps, incluindo locação e configuração de modems/roteadores e outros equipamentos necessários, com plena conectividade, conforme Anexo – I – Termo de Referência do Edital de Pregão Presencial nº 129/2017, documentos esses que ficam fazendo parte integrante do presente Contrato, como se aqui estivessem, integrais e expressamente transcritos.

Considerando a incorporação da empresa WBT INTERNET S/A pela empresa UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES S/A e a solicitação de manutenção dos contratos existentes após a incorporação, conforme documentos e Processo Administrativo 9721/2020 em anexo ao Termo Aditivo.

Considerando que a solicitação foi deferida conforme parecer jurídico 247/2020, e a decisão acatada pela Secretária de Administração visto que a manutenção dos contratos firmados com a empresa WBT INTERNET S/A é de interesse público, desde que mantidas as condições estipuladas no contrato existente, se faz necessária a alteração da razão social da pessoa jurídica, que antes era WBT INTERNET S/A e agora passa a ser UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES S.A, se faz necessária a alteração de razão social nos seguintes termos:

Fica alterada a razão social da pessoa jurídica, que antes era WBT INTERNET S.A. e agora passa a ser UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES S.A., de acordo com a solicitação e demais documentos comprobatórios apresentados pela pessoa jurídica em questão.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 14 de julho de 2017, Termo Aditivo nº 139/2018 de 26 de julho de 2019 e Termo Aditivo nº 121/2019 de 23 de julho de 2019, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 14 de julho de 2020.

Ass: MARGARETH BAYERL KEISER, pela Secretaria de Administração do Município.

UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES S/A, como Contratada.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 126/2020

Publicação Nº 2597043

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 126/2020

DA ESPÉCIE: Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 136/2017, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES S/A, em 14 de julho de 2017, conforme Edital de Pregão Presencial nº 129/2017.

Considerando o objeto do Contrato nº 136/2017, que consiste na contratação de serviços de conexão com internet: Link IP dedicado com velocidade de 50 Mbps, incluindo locação e configuração de modems/roteadores e outros equipamentos necessários, com plena conectividade, conforme Anexo – I – Termo de Referência do Edital de Pregão Presencial nº 129/2017, documentos esses que ficam fazendo parte integrante do presente Contrato, como se aqui estivessem, integrais e expressamente transcritos.

Considerando o término do Contrato no dia 31 de julho de 2020 e que os serviços prestados são de natureza contínua e passíveis de

prorrogação, faz-se necessário prorrogar a vigência contratual, com base na Cláusula Sétima – Da Vigência do referido Contrato, de acordo com o Art. 57, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 12 (doze) meses, a contar de 01 de agosto de 2020 e com término em 31 de julho de 2021. Permanece o valor mensal de R\$ 1.094,99 (um mil e noventa e quatro reais e noventa e nove centavos) totalizando o valor de R\$ 13.139,88 (treze mil cento e trinta e nove reais e oitenta e oito centavos) para o período prorrogado para pagamentos de acordo com o Contrato original.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 14 de julho de 2017, Termo Aditivo nº 139/2018 de 26 de julho de 2019 e Termo Aditivo nº 121/2019 de 23 de julho de 2019 e Termo Aditivo nº 125/2020 de 14 de julho de 2020, permanecem inalteradas. São Bento do Sul, 14 de julho de 2020.

Ass: MARGARETH BAYERL KEISER, pela Secretaria de Administração do Município.

UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES S/A, como Contratada.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 127/2020

Publicação Nº 2597047

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 127/2020

DA ESPÉCIE: Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 025/2018, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES S/A, em 14 de julho de 2017, conforme Edital de Pregão Presencial nº 129/2017.

Considerando o objeto do Contrato nº 025/2018, que consiste na contratação de empresa para fornecimento de internet para atender a demanda da Prefeitura de São Bento do Sul – SC, conforme Anexo – I – Termo de Referência do Edital de Pregão Eletrônico nº 003/2018, documentos esses que ficam fazendo parte integrante do presente Contrato, como se aqui estivessem, integrais e expressamente transcritos; Considerando a incorporação da empresa WBT INTERNET S/A pela empresa UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES S/A e a solicitação de manutenção dos contratos existentes após a incorporação, conforme documentos e Processo Administrativo 9721/2020 em anexo ao Termo Aditivo.

Considerando que a solicitação foi deferida conforme parecer jurídico 247/2020, e a decisão acatada pela Secretária de Administração visto que a manutenção dos contratos firmados com a empresa WBT INTERNET S/A é de interesse público, desde que mantidas as condições estipuladas no contrato existente, se faz necessária a alteração da razão social da pessoa jurídica, que antes era WBT INTERNET S/A e agora passa a ser UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES S.A, se faz necessária a alteração de razão social nos seguintes termos:

Fica alterada a razão social da pessoa jurídica, que antes era WBT INTERNET S.A. e agora passa a ser UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES S.A., de acordo com a solicitação e demais documentos comprobatórios apresentados pela pessoa jurídica em questão.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 15 de fevereiro de 2018, Termo Aditivo nº 110/2018 de 28 de junho de 2018 e Termo Aditivo nº 150/2018 de 16 de agosto de 2018, Termo Aditivo nº 014/2019 de 21 de janeiro de 2019, Termo Aditivo nº 032/2019 de 19 de fevereiro de 2019, Termo Aditivo nº 082/2019 de 17 de maio de 2019, Termo Aditivo nº 036/2020 de 19 de fevereiro de 2020 e Termo Aditivo nº 051/2020 de 06 de março de 2020, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 14 de julho de 2020.

Ass: MARGARETH BAYERL KEISER, pela Secretaria de Administração do Município.

MÁRCIO BROSOWSKY, pela Fundação Cultural do Município.

MARCIO VANDERLEI WEILLER, pela Fundação Municipal de Desportos Interino.

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO, pelo Fundo Municipal de Saúde.

UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES S/A, como Contratada.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 132/2020

Publicação Nº 2597048

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 132/2020

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 122/2019, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES S/A, em 25 de julho de 2019, conforme Edital de Pregão Presencial nº 128/2019.

Considerando o objeto do Contrato nº 136/2017, que consiste na contratação de empresa especializada no fornecimento de serviços de internet via fibra óptica para o 23º Batalhão de Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, sediado em São Bento do Sul – SC, conforme especificações no Termo de Referência anexo ao Edital de Pregão Presencial nº 128/2019, documento esse que ficam fazendo parte integrante do presente Contrato, como se aqui estivessem, integrais e expressamente transcritos.

Considerando a incorporação da empresa WBT INTERNET S/A pela empresa UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES S/A e a solicitação de manutenção dos contratos existentes após a incorporação, conforme documentos e Processo Administrativo 9721/2020 em anexo ao Termo Aditivo.

Considerando que a solicitação foi deferida conforme parecer jurídico 247/2020, e a decisão acatada pela Secretária de Administração visto que a manutenção dos contratos firmados com a empresa WBT INTERNET S/A é de interesse público, desde que mantidas as condições estipuladas no contrato existente, se faz necessária a alteração da razão social da pessoa jurídica, que antes era WBT INTERNET S/A e agora passa a ser UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES S.A, se faz necessária a alteração de razão social nos seguintes termos:

Fica alterada a razão social da pessoa jurídica, que antes era WBT INTERNET S.A. e agora passa a ser UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES S.A., de acordo com a solicitação e demais documentos comprobatórios apresentados pela pessoa jurídica em questão.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 25 de julho de 2019, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 14 de julho de 2020.

Ass: LUIZ CLÁUDIO GAYER SCHUVES, pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos Interino do Município.

UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES S/A, como Contratada.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 133/2020

Publicação Nº 2597049

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 133/2020

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 122/2019, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES S/A, em 25 de julho de 2019, conforme Edital de Pregão Presencial nº 128/2019.

Considerando o objeto do Contrato nº 136/2017, que consiste na contratação de empresa especializada no fornecimento de serviços de internet via fibra óptica para o 23º Batalhão de Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, sediado em São Bento do Sul – SC, conforme especificações no Termo de Referência anexo ao Edital de Pregão Presencial nº 128/2019, documento esse que ficam fazendo parte integrante do presente Contrato, como se aqui estivessem, integrais e expressamente transcritos.

Considerando o término de contrato no dia 31 de julho de 2020, e devido que os serviços prestados são de natureza contínua e passíveis de prorrogação, faz-se necessário prorrogar a vigência do Contrato com base na Cláusula Oitava – Da Vigência e Art. 57, inciso IV da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 12 (doze) meses, a contar de 01 de agosto de 2020 e com término em 31 de julho de 2021.

Permanece o valor mensal de R\$ 178,90 (cento e setenta e oito reais e noventa centavos) totalizando o valor de R\$ 2.146,80 (dois mil cento e quarenta e seis reais e oitenta centavos) para o período prorrogado para pagamentos de acordo com o Contrato original.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 25 de julho de 2019 e Termo Aditivo nº 132/2020 de 14 de julho de 2020, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 14 de julho de 2020.

Ass: LUIZ CLÁUDIO GAYER SCHUVES, pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos Interino do Município.

UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES S/A, como Contratada.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 138/2020

Publicação Nº 2597055

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 138/2020

DA ESPÉCIE: Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Pavimentação Asfáltica de nº 095/2019, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa CONPLA – CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA, em 07 de junho de 2019, conforme Edital de Concorrência Pública nº 72/2019.

Considerando o objeto do Contrato de nº 095/2019, que consiste no fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações necessárias para execução de serviços de terraplenagem, drenagem pluvial, sinalização viária, pavimentação asfáltica da Rua Antônio dos Santos no Bairro Rio Vermelho Estação e Rua Estanislau Fuhrmann no Bairro Brasília, conforme memorial descritivo, projetos e Contrato firmado com o BADESC nº 2018 0214 01, em anexo ao Edital de Concorrência Pública nº 72/2019.

Considerando o vencimento do prazo de execução da obra em 19 de julho de 2020 e do prazo de vigência em 30 de setembro de 2020.

Considerando a solicitação da Contratada em anexo ao Termo Aditivo, onde a mesma solicita prorrogação dos prazos de execução e de vigência devido aos altos índices pluviométricos durante a execução da obra e a necessidade da execução de serviços adicionais solicitados pela fiscalização do contrato, bem como a mudança no projeto de sinalização das ruas.

Considerando que a obra está 95% concluída, restando apenas o aterro das calçadas na Rua Estanislau Fuhrman e os serviços de sinalização, se faz necessária a prorrogação do prazo de execução e do prazo de vigência para continuidade e finalização, com base no Art. 57, Incisos I e II da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo de execução do Contrato por 01 (um) mês, a contar de 20 de julho de 2020 e com término em 19 de agosto de 2020.

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato por 01 (um) mês, a contar de 01 de outubro de 2020 e com término em 31 de outubro de 2020.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato Primitivo firmado em 07 de junho de 2019, Termo Aditivo nº 221/2019 de 06 de dezembro de 2019, Termo Aditivo nº 040/2020 de 27 de fevereiro de 2020 e Termo Aditivo nº 087/2020 de 18 de maio de 2020, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 16 de julho de 2020.

Ass: LUIZ CLÁUDIO GAYER SCHUVES, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

CONPLA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA, como Contratada.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 148/2020

Publicação Nº 2597016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 148/2020**TERMO ADITIVO Nº 148/2020**

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE Nº 131/2019 FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E A EMPRESA ALCEU JUNIOR MACIEL - ME, EM 19 DE AGOSTO DE 2019, CONFORME EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 143/2019.

Pelo presente Termo Aditivo que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, Centro, nesta cidade, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 86.051.398/0001-00, neste ato representado pela

Secretária de Assistência Social, Sra. FÁBIA ALESSANDRA MENGARDA BELARMINO, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade, portadora do CPF nº 821.160.599-68, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a Empresa ALCEU JUNIOR MACIEL - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob nº 27.894.891/0001-23, com sede na Rodovia BR 280, São João dos Cavalheiros, na cidade de Três Barras - SC, neste ato representada pelo Sr. ALCEU JUNIOR MACIEL, portador do CPF nº 047.517.319-80, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, estabelecem o que abaixo segue:

Considerando o Art. 8º do Decreto Estadual nº 562, de 17 de abril de 2020, que diz: "Ficam suspensas, em todo o território catarinense, sob regime de quarentena, nos termos do inciso II do art. 2º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, por tempo indeterminado:" e "as aulas nas unidades das redes pública e privada de ensino, municipal, estadual e federal, incluindo educação infantil, ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos (EJA), ensino técnico e ensino superior, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, o qual deverá ser objeto de reposição oportunamente".

Considerando que o Contrato nº 131/2019 foi suspenso conforme Termo Aditivo nº 074/2020 de 17 de abril de 2020 e Termo Aditivo nº 102/2020 de 02 de junho de 2020 devido às medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública relacionado à pandemia do Coronavírus (COVID-19) constantes na Lei 13.979 de 06 de fevereiro de 2020.

Considerando novo Decreto emitido pelo Governo Estadual nº 724 de 17 de julho de 2020, estão suspensas as aulas presenciais na Rede de Ensino Municipal, Estadual e Federal até 07 de setembro de 2020 para as regiões classificadas como risco Gravíssimo, e que o município se enquadra nessa categoria.

Considerando que o objeto do Contrato de nº 131/2019 consiste na contratação de empresa que disponibilize profissional de psicologia para coordenar e acompanhar a execução do projeto "Crianças e Adolescentes Recriando – CRIAR", para crianças e adolescentes que são atendidas pelo Centro de Apoio e Formação InfantoJuvenil – CAFI de São Bento do Sul, conforme termo de referência em anexo no Edital de Pregão nº 143/2019.

Considerando que a execução do Projeto "Crianças e Adolescentes Recriando – CRIAR", com a realização das oficinas, está interligado ao Calendário Escolar Anual, uma vez que todos os beneficiários do referido projeto são alunos em contra turno escolar, faz-se necessário suspender novamente o contrato acima discriminado.

Diante do exposto, por determinação unilateral da CONTRATANTE, fica suspensa a execução do contrato nº 131/2019, pelo prazo de 1 (um) mês e 15 (quinze) dias, a contar de 01 de agosto de 2020 até 15 de setembro de 2020.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato Primitivo, firmado em 19 de agosto de 2019, Termo Aditivo nº 074/2020 de 17 de abril de 2020, Termo Aditivo nº 101/2020 de 02 de junho de 2020 e Termo Aditivo nº 102/2020 de 02 de junho de 2020 permanecem inalteradas.

O presente Termo Aditivo é assinado em 02 (duas) vias, devendo uma delas ser anexada à notificação a ser encaminhada à CONTRATADA.

São Bento do Sul, 31 de julho de 2020.

FÁBIA ALESSANDRA MENGARDA BELARMINO
SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Testemunhas:

Margareth Bayerl Keiser	Rosilane Zélia dos Santos	Larissa Juliane Jablonski
Secretária de Administração	Secretária de Finanças	Assistente Administrativo

VISTO DA ASSESSORIA JURÍDICA

Alexandre Vinícius Weiss
OAB/SC nº 9.974
Advogado
Município de São Bento do Sul

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 149/2020

Publicação Nº 2597020

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 149/2020

TERMO ADITIVO Nº 149/2020

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE Nº 017/2020 FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E A EMPRESA INSTITUTO PÍNCARO ASSESSORIA POLÍTICA E PROJETOS SOCIAIS, EM 04 DE FEVEREIRO DE 2020, CONFORME EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2020.

Pelo presente Termo Aditivo que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, Centro, nesta cidade, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 86.051.398/0001-00, neste ato representado pela

Secretária de Assistência Social, Sra. FÁBIA ALESSANDRA MENGARDA BELARMINO, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade, portadora do CPF nº 821.160.599-68, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a Empresa INSTITUTO PÍN-CARO ASSESSORIA POLÍTICA E PROJETOS SOCIAIS, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob nº 14.346.094/0001-60, com sede na Rua Major Vieira, nº 2176, Alto das Palmeiras, na cidade de Canoinhas - SC, neste ato representada pelo Sr. FELIPE ONISTO, portador do CPF nº 055.862.119-80, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, estabelecem o que abaixo segue:

Considerando o Art. 8º do Decreto Estadual nº 562, de 17 de abril de 2020, que diz: "Ficam suspensas, em todo o território catarinense, sob regime de quarentena, nos termos do inciso II do art. 2º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, por tempo indeterminado:" e "as aulas nas unidades das redes pública e privada de ensino, municipal, estadual e federal, incluindo educação infantil, ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos (EJA), ensino técnico e ensino superior, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, o qual deverá ser objeto de reposição oportunamente".

Considerando que o Contrato nº 017/2020 foi suspenso conforme Termo Aditivo nº 075/2020 de 17 de abril de 2020 e Termo Aditivo nº 096/2020 de 29 de maio de 2020, devido às medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública relacionado à pandemia do Coronavírus (COVID-19) constantes na Lei 13.979 de 06 de fevereiro de 2020.

Considerando novo Decreto emitido pelo Governo Estadual nº 724 de 17 de julho de 2020, estão suspensas as aulas presenciais na Rede de Ensino Municipal, Estadual e Federal até 07 de setembro de 2020 para as regiões classificadas como risco Gravíssimo, e que o município se enquadra nessa categoria.

Considerando que o objeto do Contrato de nº 017/2020 consiste na contratação de empresa para realização de oficinas (de esporte, inclusão digital, robótica e vivências artísticas) aprovados pelo projeto "Criança e Adolescentes Recriando – CRIAR", para crianças e adolescentes que são atendidas no Centro de Apoio e Formação Infância Juvenil – CAFI de São Bento do Sul, conforme Termo de Referência anexo ao Edital de Pregão Presencial nº 6/2020, sendo a Contratada responsável pelas Oficinas de Robótica/Blocos para montagem;

Considerando que a execução do Projeto "Crianças e Adolescentes Recriando – CRIAR", com a realização das oficinas, está interligado ao Calendário Escolar Anual, uma vez que todos os beneficiários do referido projeto são alunos em contra turno escolar, faz-se necessário suspender novamente o contrato acima discriminado.

Diante do exposto, por determinação unilateral da CONTRATANTE, fica suspensa a execução do contrato nº 017/2020, pelo prazo de 1 (um) mês e 15 (quinze) dias, a contar de 01 de agosto de 2020 até 15 de setembro de 2020.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato Primitivo, firmado em 04 de fevereiro de 2020, Termo Aditivo nº 075/2020 de 17 de abril de 2020 e Termo Aditivo nº 096/2020 de 29 de maio de 2020 permanecem inalteradas.

O presente Termo Aditivo é assinado em 02 (duas) vias, devendo uma delas ser anexada à notificação a ser encaminhada à CONTRATADA.

São Bento do Sul, 31 de julho de 2020.

FÁBIA ALESSANDRA MENGARDA BELARMINO
SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Testemunhas:

Margareth Bayerl Keiser
Secretária de Administração

Rosilane Zélia dos Santos
Secretária de Finanças

Larissa Juliane Jablonski
Assistente Administrativo

VISTO DA ASSESSORIA JURÍDICA

Alexandre Vinícius Weiss
OAB/SC nº 9.974
Advogado
Município de São Bento do Sul

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 150/2020

Publicação Nº 2597023

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 150/2020

TERMO ADITIVO Nº 150/2020

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE Nº 018/2020 FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E A EMPRESA ERROL PICKERING - ME, EM 04 DE FEVEREIRO DE 2020, CONFORME EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2020.

Pelo presente Termo Aditivo que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, Centro, nesta cidade, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 86.051.398/0001-00, neste ato representado pela Secretária de Assistência Social, Sra. FÁBIA ALESSANDRA MENGARDA BELARMINO, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade, portadora do CPF nº 821.160.599-68, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a Empresa ERROL PICKERING - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob nº 24.423.856/0001-38, com sede na Rua Alfredo Labes, nº 305C,

na cidade de Itajaí - SC, neste ato representada pelo Sr. ERROL PICKERING, portador do CPF nº 549.414.749-53, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, estabelecem o que abaixo segue:

Considerando o Art. 8º do Decreto Estadual nº 562, de 17 de abril de 2020, que diz: "Ficam suspensas, em todo o território catarinense, sob regime de quarentena, nos termos do inciso II do art. 2º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, por tempo indeterminado:" e "as aulas nas unidades das redes pública e privada de ensino, municipal, estadual e federal, incluindo educação infantil, ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos (EJA), ensino técnico e ensino superior, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, o qual deverá ser objeto de reposição oportunamente".

Considerando que o Contrato nº 018/2020 foi suspenso conforme Termo Aditivo nº 076/2020 de 17 de abril de 2020 e Termo Aditivo nº 097/2020 de 29 de maio de 2020, devido às medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública relacionado à pandemia do Coronavírus (COVID-19) constantes na Lei 13.979 de 06 de fevereiro de 2020.

Considerando novo Decreto emitido pelo Governo Estadual nº 724 de 17 de julho de 2020, estão suspensas as aulas presenciais na Rede de Ensino Municipal, Estadual e Federal até 07 de setembro de 2020 para as regiões classificadas como risco Gravíssimo, e que o município se enquadra nessa categoria.

Considerando que o objeto do Contrato de nº 018/2020 consiste na contratação de empresa para realização de oficinas (de esporte, inclusão digital, robótica e vivências artísticas) aprovados pelo projeto "Criança e Adolescentes Recriando – CRIAR", para crianças e adolescentes que são atendidas no Centro de Apoio e Formação Infância Juvenil – CAFI de São Bento do Sul, conforme Termo de Referência anexo ao Edital de Pregão Presencial nº 6/2020, sendo a Contratada responsável pelas Oficinas de Vivências Artísticas (teatro, dança e música);

Considerando que a execução do Projeto "Crianças e Adolescentes Recriando – CRIAR", com a realização das oficinas, está interligado ao Calendário Escolar Anual, uma vez que todos os beneficiários do referido projeto são alunos em contra turno escolar, faz-se necessário suspender novamente o contrato acima discriminado.

Diante do exposto, por determinação unilateral da CONTRATANTE, fica suspensa a execução do contrato nº 018/2020, pelo prazo de 1 (um) mês e 15 (quinze) dias, a contar de 01 de agosto de 2020 até 15 de setembro de 2020.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato Primitivo, firmado em 04 de fevereiro de 2020, Termo Aditivo nº 076/2020 de 17 de abril de 2020 e Termo Aditivo nº 097/2020 de 29 de maio de 2020 permanecem inalteradas.

O presente Termo Aditivo é assinado em 02 (duas) vias, devendo uma delas ser anexada à notificação a ser encaminhada à CONTRATADA.

São Bento do Sul, 31 de julho de 2020.

FÁBIA ALESSANDRA MENGARDA BELARMINO
SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Testemunhas:

Margareth Bayerl Keiser
Secretária de Administração

Rosilane Zélia dos Santos
Secretária de Finanças

Larissa Juliane Jablonski
Assistente Administrativo

VISTO DA ASSESSORIA JURÍDICA

Alexandre Vinícius Weiss
OAB/SC nº 9.974
Advogado
Município de São Bento do Sul

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 151/2020

Publicação Nº 2597027

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 151/2020

TERMO ADITIVO Nº 151/2020

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE Nº 019/2020 FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E A EMPRESA M2 TREINAMENTO PROFISSIONALIZANTE LTDA, EM 04 DE FEVEREIRO DE 2020, CONFORME EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2020.

Pelo presente Termo Aditivo que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, Centro, nesta cidade, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 86.051.398/0001-00, neste ato representado pela Secretária de Assistência Social, Sra. FÁBIA ALESSANDRA MENGARDA BELARMINO, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade, portadora do CPF nº 821.160.599-68, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a Empresa M2 TREINAMENTO PROFISSIONALIZANTE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.843.051/0001-97, com sede na Rua Harry

Feeken, nº 734, Loja 01 e 02, Boneca do Iguaçu, na cidade de São José dos Pinhais - PR, neste ato representada pelo Sr. MARCOS ROBERTO VIEIRA PINTO, portador do CPF nº 844.499.859-15, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, estabelecem o que abaixo segue:

Considerando o Art. 8º do Decreto Estadual nº 562, de 17 de abril de 2020, que diz: "Ficam suspensas, em todo o território catarinense, sob regime de quarentena, nos termos do inciso II do art. 2º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, por tempo indeterminado:" e "as aulas nas unidades das redes pública e privada de ensino, municipal, estadual e federal, incluindo educação infantil, ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos (EJA), ensino técnico e ensino superior, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, o qual deverá ser objeto de reposição oportunamente".

Considerando que o Contrato nº 019/2020 foi suspenso conforme Termo Aditivo nº 077/2020 de 17 de abril de 2020 e Termo Aditivo nº 098/2020 de 29 de maio de 2020, devido às medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública relacionado à pandemia do Coronavírus (COVID-19) constantes na Lei 13.979 de 06 de fevereiro de 2020.

Considerando novo Decreto emitido pelo Governo Estadual nº 724 de 17 de julho de 2020, estão suspensas as aulas presenciais na Rede de Ensino Municipal, Estadual e Federal até 07 de setembro de 2020 para as regiões classificadas como risco Gravíssimo, e que o município se enquadra nessa categoria.

Considerando que o objeto do Contrato de nº 019/2020 consiste na contratação de empresa para realização de oficinas (de esporte, inclusão digital, robótica e vivências artísticas) aprovados pelo projeto "Criança e Adolescentes Recriando – CRIAR", para crianças e adolescentes que são atendidas no Centro de Apoio e Formação Infância Juvenil – CAFI de São Bento do Sul, conforme Termo de Referência anexo ao Edital de Pregão Presencial nº 6/2020, sendo a Contratada responsável pelas Oficinas de Vivências Esportivas;

Considerando que a execução do Projeto "Crianças e Adolescentes Recriando – CRIAR", com a realização das oficinas, está interligado ao Calendário Escolar Anual, uma vez que todos os beneficiários do referido projeto são alunos em contra turno escolar, faz-se necessário suspender novamente o contrato acima discriminado.

Diante do exposto, por determinação unilateral da CONTRATANTE, fica suspensa a execução do contrato nº 019/2020, pelo prazo de 1 (um) mês e 15 (quinze) dias, a contar de 01 de agosto de 2020 até 15 de setembro de 2020.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato Primitivo, firmado em 04 de fevereiro de 2020, Termo Aditivo nº 077/2020 de 17 de abril de 2020 e Termo Aditivo nº 098/2020 de 29 de maio de 2020 permanecem inalteradas.

O presente Termo Aditivo é assinado em 02 (duas) vias, devendo uma delas ser anexada à notificação a ser encaminhada à CONTRATADA.

São Bento do Sul, 31 de julho de 2020.

FÁBIA ALESSANDRA MENGARDA BELARMINO
SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Testemunhas:

Margareth Bayerl Keiser
Secretária de Administração

Rosilane Zélia dos Santos
Secretária de Finanças

Larissa Juliane Jablonski
Assistente Administrativo

VISTO DA ASSESSORIA JURÍDICA

Alexandre Vinícius Weiss
OAB/SC nº 9.974
Advogado
Município de São Bento do Sul

PORTARIA Nº 11238/2020

Publicação Nº 2594628

PORTARIA Nº 11238, DE 6 DE AGOSTO DE 2020.

Nomeia Servidor Público Municipal

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01 resolve,

NOMEAR:

A partir de 5 de agosto de 2020, STELA VIVIANI, em caráter efetivo, habilitado no Concurso Público de nº 007/2016, homologado em 1 de julho de 2016, para exercer o cargo de Auxiliar Administrativo, Grupo Ocupacional 3, Nível I, Classe A, em regime de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde.

São Bento do Sul, 6 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO DOM N° _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA N° 11239/2020

Publicação N° 2594630

PORTARIA N° 11239, DE 7 DE AGOSTO DE 2020.

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de n° 344/1998 e Lei n° 2966/2012 e do Decreto n° 1210/2005,

Considerando que à época não foram realizadas as avaliações de desempenho referente aos anos 2015 a 2019 da servidora SUELI MARILU GRUBER,

RESOLVE:

Art. 1° Promover, a partir de 14 de setembro de 2016, SUELI MARILU GRUBER, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Enfermagem, Grupo Ocupacional 04, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, da Classe B para Classe C.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a 14 de setembro de 2016.

São Bento do Sul, 7 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO DOM N° _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA N° 11240/2020

Publicação N° 2594631

PORTARIA N° 11240, DE 7 DE AGOSTO DE 2020.

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de n° 344/1998 e Lei n° 2966/2012 e do Decreto n° 1210/2005,

Considerando que à época não foram realizadas as avaliações de desempenho referente aos anos 2015 a 2019 da servidora SUELI MARILU GRUBER,

RESOLVE:

Art. 1° Promover, a partir de 14 de setembro de 2019, SUELI MARILU GRUBER, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Enfermagem, Grupo Ocupacional 04, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, da Classe C para Classe D.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a 14 de setembro de 2019.

São Bento do Sul, 7 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO DOM N° _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA/SEMED Nº 2154/2020

Publicação Nº 2596125

PORTARIA/SEMED Nº 2154, DE 7 DE AGOSTO DE 2020

CRIA COMITÊ DE AÇÕES EDUCACIONAIS

A Secretária Municipal de Educação do município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, tendo em vista o Decreto Municipal nº 1742, de 8 de abril de 2020, a Resolução/CME nº 087/2020 e o Parecer/CNE nº 5/2020.

RESOLVE:

Art. 1º Criar o Comitê de Ações Educacionais, sob a coordenação da Secretária de Educação, com a finalidade de analisar contextos, propor ações administrativas e pedagógicas em âmbitos escolares e avaliar resultados.

Art. 2º O Comitê terá caráter provisório restringindo sua atuação durante o contexto da Pandemia da COVID-19.

Art. 3º As atividades do Comitê de Ações Educacionais em razão da Pandemia COVID-19 se orientarão pelas seguintes demandas educacionais:

- I - Organização e funcionamento das unidades escolares, de acordo com as exigências sanitárias;
- II - Currículo;
- III - Faixa etária do processo educacional;
- IV - Combate a evasão escolar;
- V - Enfrentamento da exclusão escolar;
- VI - Reorganização do calendário escolar;
- VII - Plano de retorno às atividades pedagógicas presenciais.

Art. 4º São atribuições do Comitê de Ações Educacionais em razão da Pandemia COVID-19:

- I - Levantar as demandas educacionais das unidades de ensino durante o contexto da pandemia da COVID-19 em articulação com a Secretaria de Educação;
- II - Buscar dados e ou informações que auxiliem na análise das demandas;
- III - Organizar os Grupos de Trabalho junto aos seus pares para atender as demandas levantadas;
- IV - Analisar dados e ou informações de contexto;
- V - Apontar ações que atendam as necessidades pontuadas;
- VI - Elaborar plano de ação para cada demanda indicando: justificativa, objetivos, ações, prazos e responsáveis;
- VII - Encaminhar o plano de ação para a Secretária de Educação;
- VIII - Acompanhar a implementação das ações avaliando os resultados;
- IX - Conciliar as diferentes áreas para a proposição de ações.

Art. 5º O Comitê contará com o apoio da Secretaria de Educação para dar suporte às suas atividades.

Art. 6º Compete à Secretaria de Educação:

- I - Convocar os membros do Comitê de Ações Educacionais em razão da Pandemia da COVID-19 para reuniões e reservar o espaço virtual;
- II - Organizar as reuniões estabelecendo contato entre os membros;
- III - Elaborar as pautas das reuniões do Comitê e suas respectivas atas;
- IV - Disponibilizar dados e ou informações necessárias para o contexto de trabalho do comitê sempre que solicitados;
- V - Redigir documentos e relatórios pertinentes às atividades do Comitê;
- VI - Encaminhar aos membros do Comitê as demandas educacionais, conforme Art. 3º, decorrentes do contexto da Pandemia da COVID-19;
- VII - Contatar especialistas e ou convidados externos que possam auxiliar no esclarecimento de demandas e/ou na busca de soluções para os problemas identificados.

Art. 7º O Comitê de Ações Educacionais em razão da Pandemia da COVID-19 será constituído por 30 (trinta) representantes, preferencialmente de cargo efetivo, dos seguintes segmentos:

- I - Educação Infantil, sendo 2 (dois) representantes gestores de unidades escolares, 1 (um) representante de Coordenador Pedagógico, 2 (dois) representantes de professor;
- II - Ensino Fundamental, sendo 2 (dois) representantes gestores de unidades escolares, 1 (um) representante de Coordenador Pedagógico, 2 (dois) representantes de Especialistas em assuntos educacionais e 2 (dois) representantes professor, sendo 1 (um) dos anos iniciais e 1 (um) dos anos finais;
- III - Educação Especial, sendo 2 (dois) representantes professores de Atendimento Educacional Especializado;
- IV - Educação de Jovens e Adultos, sendo 1 (um) representante gestor e 1 (um) representante professor;
- V - Conselho Municipal de Educação, sendo representante o presidente ou membro indicado por este;
- VI - Comissão Permanente de Educação, sendo representante um membro indicado pela SEMED;
- VII - Secretaria Municipal de Educação, sendo 6 (seis) representantes do Departamento de Ensino, 2 (dois) representantes do Departamento de Programas e Projetos e 2 (dois) representantes do Departamento de Gestão e Valorização do Magistério;
- VIII - Comunidade, sendo 1 (um) representante da Associação de Pais e Professores e 1 (um) representante do Conselho Escolar.

§ 1º Os representantes interessados em participar do Comitê, com exceção dos representantes dos segmentos V, VI e VII, deverão preencher formulário eletrônico de inscrição disponibilizado no site da Prefeitura, nos dias 13 e 14/08/2020.

§ 2º Caso o número de interessados seja superior ao número de vagas disponíveis para compor o Comitê será realizado sorteio, na Secretaria de Educação sob a coordenação dos diretores de departamento no dia 17/08/2020.

§ 3º Os representantes especificados nos incisos V, VI e VII serão indicados oficialmente pelos órgãos competentes.

§ 4º Os representantes interessados em participar do Comitê deverão estar em efetivo exercício da função.

Art. 8º O Comitê de Ações Educacionais em razão da pandemia da COVID-19 reunir-se-á, por convocação da Secretária de Educação ou por solicitação da maioria de seus membros.

Parágrafo único: As reuniões do Comitê acontecerão no espaço da Secretaria Municipal de Educação ou remotamente por meio de aplicativo.

Art. 9º O Comitê de Ações Educacionais em razão da pandemia da COVID-19 poderá organizar Grupos de Trabalho (GTs) para atender demandas educacionais específicas, conforme Art. 3º desta Portaria.

§ 1º Os GTs serão organizados por membros do Comitê e contarão com a participação de profissionais convidados.

§ 2º Os profissionais convidados deverão atuar no segmento das demandas educacionais, conforme Art. 3º desta Portaria, conhecer o contexto e apresentar capacidade técnica.

§ 3º Os GTs terão caráter temporário e estabelecerão sua agenda de trabalho de acordo com a demanda e articulada a agenda do Comitê.

Art. 10 Os planos de ação elaborados pelos GTs deverão ser encaminhados ao Comitê para serem analisados e, se aprovados, enviados a Secretária de Educação que os homologará após apresentação ao Comitê Municipal de Enfrentamento ao Covid-19 (Comitê de Crise).

Art. 11 As competências do Comitê que, possivelmente, surgirem em decorrência da sua atuação ou da necessidade de suprir novas demandas serão objeto de análise da Secretária Municipal de Educação.

Art. 12 Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

São Bento do Sul, 7 de agosto de 2020.

NOELI REGINA NOVAK DOS SANTOS
Secretária Municipal de Educação

PORTARIAS N° 11241/2020 A 11246/2020

Publicação N° 2596005

PORTARIA N° 11241, DE 7 DE AGOSTO DE 2020.

Nomeia Servidor Público Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, resolve,

NOMEAR:

A partir de 7 de agosto de 2020, ANTONIO GUSTAVO MAIA COIMBRA DE SOUSA, em caráter efetivo, habilitada no Concurso Público nº 005/2019, homologado em 25 de outubro de 2019, para exercer o cargo de Médico Oftalmologista, Grupo Ocupacional 08, Nível I, Classe A, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde.

São Bento do Sul, 7 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 11242, DE 7 DE AGOSTO DE 2020.

Nomeia Servidor Público Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, resolve,

NOMEAR:

A partir de 7 de agosto de 2020, FRANCIELLY MARIA LUCAVEI, em caráter efetivo, habilitada no Concurso Público nº 005/2019, homologado em 25 de outubro de 2019, para exercer o cargo de Médico Oftalmologista, Grupo Ocupacional 08, Nível I, Classe A, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde.

São Bento do Sul, 7 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 11243, DE 7 DE AGOSTO DE 2020.

Nomeia Servidor Público Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, resolve,

NOMEAR:

A partir de 7 de agosto de 2020, LEANDRO ROBERTO DE SOUZA, em caráter efetivo, habilitada no Concurso Público nº 005/2019, homologado em 25 de outubro de 2019, para exercer o cargo de Fiscal de Tributos, Grupo Ocupacional 05, Nível I, Classe A, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Finanças.

São Bento do Sul, 7 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 11244, DE 7 DE AGOSTO DE 2020.
Concede Licença para Atividade Política

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, usando da competência que lhe é conferida e de conformidade com a Lei Complementar nº 64/1990 e do inciso V, do art. 91 da Lei nº 228/2001,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública municipal DAIANA SPEZIA DE LIMA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, na Secretaria Municipal de Saúde, licença para atividade política, a partir de 15 de agosto de 2020, devendo a servidora retornar às suas atividades em 16 de novembro de 2020, conforme Processo Administrativo nº 13378/2020.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 7 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 11245, DE 7 DE AGOSTO DE 2020.
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com art. 98, da Lei Municipal nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor JOSMAR TRAVINSKI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operações, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, licença prêmio relativa triênio 2017/2020, conforme Processo nº 12950/2020.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo anterior dar-se-á no período de 10/08/2020 a 08/09/2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 7 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 11246, DE 7 DE AGOSTO DE 2020.
Concede Licença

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor CILO BARBOSA CARDOSO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operações, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, licença para tratar de assuntos particulares, sem vencimentos, pelo período de 05 (cinco) meses, conforme Processo nº 12693/2020.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo 1º contar-se-á a partir de 1º de agosto de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 7 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 131, DE 7 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2595154

PORTARIA/SAMAE/SBS nº 131 de 07 de agosto de 2020.

“NOMEIA FISCAL DE CONTRATO”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº. 010, de 1º de janeiro de 2017, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº. 702 de 03/12/1996; considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93, de 21/06/93, e com as posteriores alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR o servidor Cristiano Teixeira da Silva, matrícula 395, lotado nesta Autarquia, ocupante do cargo de Operador de Redes de Água e Esgoto, para proceder a fiscalização do contrato nº 92/2020, firmado com a EMPRESA PROPULSÃO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM MEDIÇÃO, CORTE E RELIGAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, ÁGUA E GÁS LTDA, pessoa jurídica de direito privado estabelecida na Avenida Hercílio Luz, 639, 10º andar, Centro, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 11.038.637/0001-93, tendo por objeto a prestação de serviços de troca de 3.000 hidrômetros nas ligações existentes, no sistema de abastecimento de água do SAMAE, conforme detalhamento dos serviços atinentes ao objeto do presente Contrato, ficando vinculado às exigências constantes no Termo de Referência anexo ao Edital da Licitação nº 36/2020, Processo Administrativo nº 36/2020.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM
Diretor Presidente

São Bonifácio

PREFEITURA

PORTARIA Nº 1045/2020

Publicação Nº 2596444

Portaria nº 1045/2020

PROMOVE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL POR AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo 126 da Lei Complementar nº 144/2020, regulamentado pelo Decreto nº 104/2020, e considerando o Relatório de Avaliação de Desempenho do servidor,

RESOLVE:

Promover, LUIZ DA SILVA FLORES, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Manutenção, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Rodovias e Serviços Urbanos, da Classe E para a Classe F, do período de 11/07/20217 a 11/07/2020, com efeitos retroativos a partir de 01 de julho de 2020.

São Bonifácio, 31 de julho de 2020.

Ricardo de Souza Carvalho
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 1046/2020

Publicação Nº 2596452

Portaria nº 1046/2020

PROMOVE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL POR AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo 126 da Lei Complementar nº 144/2020, regulamentado pelo Decreto nº 104/2020, e considerando o Relatório de Avaliação de Desempenho do servidor,

RESOLVE:

Promover, ROBERTO FEUSER, ocupante do cargo efetivo de Professor de Dança, lotado na Secretaria Municipal de Educação, da Classe D para a Classe E, do período de 01/07/20217 a 01/07/2020, com efeitos retroativos a partir de 01 de julho de 2020.

São Bonifácio, 31 de julho de 2020.

Ricardo de Souza Carvalho
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 1047/2020

Publicação Nº 2596455

Portaria nº 1047/2020

PROMOVE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL POR AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo 126 da Lei Complementar nº 144/2020, regulamentado pelo Decreto nº 104/2020, e considerando o Relatório de Avaliação de Desempenho do servidor,

RESOLVE:

Promover, VALTER SCHARF FILHO, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Administração, da Classe F para a Classe G, do período de 15/07/2017 a 15/07/2020, com efeitos retroativos a partir de 01 de julho de 2020.

São Bonifácio, 31 de julho de 2020.

Ricardo de Souza Carvalho
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 1048/2020

Publicação Nº 2596459

Portaria nº 1048/2020
PROMOVE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL POR AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo 126 da Lei Complementar nº 144/2020, regulamentado pelo Decreto nº 104/2020, e considerando o Relatório de Avaliação de Desempenho do servidor,

RESOLVE:

Promover, VANDERLEIA SCHMITZ ROHLING, ocupante do cargo efetivo de Técnica em Saúde Bucal, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, da Classe F para a Classe G, do período de 30/07/2017 a 30/07/2020, com efeitos retroativos a partir de 01 de julho de 2020.

São Bonifácio, 31 de julho de 2020.

Ricardo de Souza Carvalho
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 1052/2020

Publicação Nº 2596461

Portaria nº 1052/2020.

Designa Leiloeiro

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

DESIGNAR ETLA WEISS DA COSTA, Leiloeira Pública Oficial, conforme processo licitatório nº 06/2020 – edital de chamamento público – 02/2020, para efetuar o leilão dos bens constantes no Edital de Leilão Presencial e Online Público nº 001/2020 de 05 de agosto de 2020, no dia 26 de agosto de 2020, com início às 9h, no Pavilhão de Eventos.

São Bonifácio, 07 de agosto de 2020.

Ricardo de Souza Carvalho
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter
Chefe de Gabinete

São Carlos

PREFEITURA

PORTARIA Nº 092/2020

Publicação Nº 2594401

PORTARIA Nº092/2020

"AUTORIZA SERVIDOR MUNICIPAL A MOVIMENTAR CONTAS DO FMAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, E DO FIA - FUNDO MUNICIPAL PARA A INFANCIA E ADOLESCÊNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito de São Carlos, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

"RESOLVE"

Art. 1º - Fica autorizada a Sra. GLACY PACHECO DULIUS, inscrita no CPF sob nº: 625.204.909-34, Secretária de Departamento de Assistente Social, juntamente com o Sr. Jonatas Antonio Biazus, inscrito no CPF sob nº: 036.369.009-35, Tesoureiro do Município, a movimentar a conta, abrir contas de depósito, receber, passar recibo e dar quitação, solicitar saldos e extratos, efetuar pagamentos por meio eletrônico, efetuar transferências por meio eletrônico, liberar arquivos de pagamentos no gerenciador financeiro/AASP, solicitar saldos e extratos de investimentos, solicitar saldos extratos de operações de crédito, emitir comprovantes, efetuar transferência para mesma titularidade por meio eletrônico das contas bancárias, em nome do FMAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL inscrito no CNPJ sob nº 18.289.933-0001-06, E DO FIA - FUNDO MUNICIPAL PARA A INFANCIA E ADOLESCÊNCIA, inscrito no CNPJ sob nº 19.104.499/0001-05, contas vinculadas ao Município.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 05 de Agosto de 2020.

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito

Registre-se e
Publique-se.

São Cristóvão do Sul

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 20/2020

Publicação Nº 2595041

PORTARIA Nº 20/2020

VALDECI OLIVEIRA DE LIZ, Presidente em exercício da Câmara de Vereadores de São Cristóvão do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art. 26, inciso II da Lei Orgânica do Município de São Cristóvão do Sul e demais legislações vigentes

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias à Servidora Aline de Oliveira, da Câmara de Vereadores de São Cristóvão do Sul, do dia 12 de agosto ao dia 31 de agosto de 2020, referente ao período de aquisição de 20 de fevereiro de 2019 a 19 de fevereiro de 2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Cristóvão do Sul, 07 de agosto de 2020.

VALDECI OLIVEIRA DE LIZ
Presidente e.e.

São Francisco do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 3.413/2020

Publicação Nº 2594818

DECRETO Nº 3.413, DE 5 DE AGOSTO DE 2020.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO
ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil Reais) ao orçamento do Fundo Municipal de Saúde, do corrente exercício, de conformidade com o Inciso IV do Art. 9º da Lei Municipal nº 2.290, de 20 de dezembro de 2019, que aprovou o orçamento para o exercício de 2020, combinado com o inciso I, §1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, nas seguintes dotações orçamentárias:

19- Fundo Municipal de Saúde - FMS
001 - Fundo Municipal de Saúde
2125 - Manutenção Vigilância Sanitária
33000000000000000000 - Despesas Correntes
33300000000000000000 - Outras Despesas Correntes
33390000000000000000 - Aplicações diretas
03380600 - Vig. em Saúde - Vigilância Sanitária R\$ 150.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES R\$ 150.000,00

Art. 2º Como recursos necessários à execução do artigo anterior ocorrerão por conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício com a fonte de recurso 03380600 - Vig. em saúde - vigilância sanitária.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 5 de agosto de 2020.
RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS
Secretário Municipal de Finanças

Publicado em ____/____/____. Edição DOM nº ____.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

DECRETO Nº 3.413, DE 5 DE AGOSTO DE 2020.

A presente suplementação tem por finalidade a reprogramação da aplicação dos recursos de Superávit Financeiro, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Fonte de 03380600 - Vig. em Saúde - Vigilância Sanitária, com abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil Reais), para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza de superfícies com aplicação de produto químico desinfetante.

A referida contratação visa resguardar a vida dos funcionários e usuários de saúde das unidades, uma vez que ficam demasiadamente expostos ao contágio do novo COVID-19, o qual é altamente transmissível por superfícies além de contato direto com pessoas infectadas.

Cabe ressaltar que o método de limpeza e desinfecção é reconhecidamente eficiente para essa finalidade. A técnica segue orientação da NOTA TÉCNICA GVIMS/GGTES/ANVISA nº 04/2020.

São Francisco do Sul - SC, 5 de agosto de 2020.
RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS
Secretário Municipal de Finanças

DECRETO Nº 3.414/2020

Publicação Nº 2594819

DECRETO Nº 3.414, DE 6 DE AGOSTO DE 2020.

DÁ CONTINUIDADE À ADOÇÃO PROGRESSIVA DE MEDIDAS DE PREVENÇÃO E COMBATE AO CONTÁGIO PELO CORONAVÍRUS (COVID-19) NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam suspensos o atendimento ao público nos equipamentos públicos da administração direta e indireta do Município de São Francisco do Sul no período de 10 de agosto a 21 de agosto de 2020, mantendo-se o funcionamento apenas dos serviços públicos essenciais.

Art. 2º O parágrafo único do art. 7º do Decreto Municipal nº 3.394, de 14 de julho de 2020 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo único. Os estabelecimentos previstos no inc. I poderão, sem atendimento presencial e portas fechadas, atender por meio de delivery até 23 horas, sendo permitido apenas a permanência de clientes que estiverem no estabelecimento antes do horário de encerramento para que possam finalizar as respectivas refeições. "

Art. 3º Ficam mantidas as demais disposições contidas no Decreto Municipal nº 3.394, de 14 de julho de 2020 e alterações.

Art. 4º Ficam mantidas as disposições contidas na Resolução nº 001, de 13 de julho de 2020, da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul – SC, 6 de agosto de 2020.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

Publicado em ____/____/____. Edição DOM nº ____.

DECRETO Nº 3.415/2020

Publicação Nº 2594863

DECRETO Nº 3.415, DE 10 DE AGOSTO DE 2020.

DESIGNA GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA - FIA.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado LINCON MACHADO CAMARGO, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF sob o nº 032.572.739-24, Secretário Municipal de Assistência Social, como Gestor do Fundo Municipal da Infância e da Adolescência – FIA.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 10 de agosto de 2020.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

Publicado em ____/____/____. Edição DOM nº ____.

PORTARIA Nº 16.564/2020

Publicação Nº 2594783

PORTARIA nº 16.564, de 5 de agosto de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o disposto na Lei nº 1.475, de 16 de abril de 2013, com as alterações da Lei nº 1.758, de 30 de setembro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º - DESTITUIR a servidora SCHEILLA REGINA CORDEIRO, matrícula nº 590126, ocupante do cargo de provimento efetivo de Terapeuta

Ocupacional, do exercício da função gratificada no âmbito do SUAS/SFS de Coordenador do Centro de Referência de Assistência Social/ CRAS – Sandra Regina, a partir de 3 de julho de 2020.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 3 de julho de 2020.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 5 de agosto de 2020.

RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 16.565/2020

Publicação Nº 2594785

PORTARIA nº 16.565, de 5 de agosto de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o disposto na Lei nº 1.475, de 16 de abril de 2013, com as alterações da Lei nº 1.758, de 30 de setembro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR a servidora INDIANARA REGINA DOS SANTOS, matrícula nº 7908067-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Educadora Social, para exercer a função gratificada no âmbito do SUAS/SFS de Coordenadora do Centro de Referência de Assistência Social/ CRAS – Sandra Regina, a partir de 3 de julho de 2020.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 3 de julho de 2020.

São Francisco do Sul - SC, 5 de agosto de 2020.

RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 16.566/2020

Publicação Nº 2594791

PORTARIA nº 16.566, de 7 de agosto de 2020.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL de Administração e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, alínea "c", todos da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Decreto nº 3.012/2018,

RESOLVE:

Art. 1º - CONSTITUIR Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial, formada pelos servidores adiante nomeados para, sob a presidência do primeiro, realizar, a partir da publicação deste ato, Tomadas de Contas Especiais, em conformidade com a Instrução Normativa nº TC nº 13/2012, visando à apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano decorrente, quando determinado, por Portaria específica de Instauração, pela autoridade competente, conforme segue:

I – TITULARES:

- a) Michelle Evanir Campos Antunes – Matrícula nº 582158-0;
- b) Fabiana Blank Calazans – Matrícula nº 226106;
- c) Diogo Tavares – Matrícula nº 501891-01.

II – SUPLENTE:

- a) Dayse Luana Bianchini – Matrícula nº 8101132;
- b) Mery Elisa Siqueira Jacintho Ferreira – Matrícula nº 8026769.0;
- c) Flávia da Costa Maluche – Matrícula nº 580120.

Art. 2º - Aos servidores nominados no inciso I, do art. 1º, desta Portaria, será atribuída gratificação de função, com base no §1º, do art. 151, da Lei Complementar nº 8, de 30 de outubro de 2003, não sendo nenhuma das gratificações acumulável e incorporável para qualquer efeito.

Art. 3º - Permanecem vigentes as Portarias que instauram e constituem comissões de Tomada de Contas Especial até o fim dos procedimentos.

Art. 4º - Ficam os componentes titulares da presente Comissão desonerados de suas atribuições funcionais sem prejuízo de suas remunerações.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 15.805, de 12 de junho de 2019.

São Francisco do Sul - SC, 7 de agosto de 2020.

MARIA JOSÉ COSTA
Secretária Municipal

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 16.567/2020

Publicação Nº 2594792

PORTARIA nº 16.567, de 7 de agosto de 2020.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL de Administração e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, alínea "c", todos da Lei Orgânica do Município, e de acordo com Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, e com o Decreto nº 3.012, de 17 de dezembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR para comporem a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, suas Autarquias, Fundações e Fundos Municipais, os servidores municipais adiante nominados:

I – Presidente:

a) MICHELLE EVANIR CAMPOS ANTUNES.

II – Membros:

a) RAFAELA DA SILVA NUNES RODRIGUES;

b) MARIA CECÍLIA DOS REIS;

c) FLÁVIA DA COSTA MALUCHE.

Art. 2º - Havendo necessidade, o Presidente será substituído pelo membro nominado na alínea 'a', do inciso II, do art. 1º, desta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 15.977, de 4 de outubro de 2019.

São Francisco do Sul - SC, 7 de agosto de 2020.

MARIA JOSÉ COSTA
Secretária Municipal

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 16.568/2020

Publicação Nº 2594794

PORTARIA nº 16.568, de 7 de agosto de 2020.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL de Administração e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, alínea "c", todos da Lei Orgânica do Município, com o Decreto nº 3.400/2020, e de acordo com a Resolução Conjunta nº 003, de 3 de abril de 2020 da Secretaria Municipal de Saúde, da Secretaria Municipal de Finanças e da Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições legais, e Decreto Municipal nº 3.308/2020, e considerando a declaração da Organização Mundial de Saúde (OMS), que classificou como pandemia a doença causada pelo Novo Coronavírus (Covid-19), e as orientações emanadas do Ministério da Saúde; considerando a necessidade de preservar a integridade física e a saúde dos servidores públicos municipais, bem como da população franciscanense; considerando a Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Novo Coronavírus responsável pelo surto de 2019; e considerando o disposto no art. 5º da Resolução Conjunta nº 003/2020,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER férias pelo período abaixo relacionado a cada servidor, na proporção de 50% dos servidores dos órgãos que compõem a Administração Pública Municipal, conforme segue:

I – Secretaria Municipal de Assistência Social:

Nome	Férias a Pagar	Período Aquisitivo	Fruição de Período	Fruição de Dias
CELIA CECILIA RITT LOCH	Sim	2018/2019	10/08/2020-08/09/2020	30 dias

II – Secretaria Municipal de Atendimento ao Cidadão:

Nome	Férias a Pagar	Período Aquisitivo	Fruição de Período	Fruição de Dias
JEANNE DA SILVA FLORES	Sim	2019/2020	27/07/2020-25/08/2020	30 dias

Art. 2º - Os servidores que fazem jus a percepção do terço constitucional de férias, receberão em regime de programação financeira, de acordo com ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 7 de agosto de 2020.

MARIA JOSÉ COSTA
Secretária Municipal

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 16.569/2020

Publicação Nº 2594796

PORTARIA nº 16.569, de 7 de agosto de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL de EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, alínea "c", todos da Lei Orgânica do Município, com o Decreto nº 3.400/2020, e de acordo com a Resolução Conjunta nº 003, de 3 de abril de 2020 da Secretaria Municipal de Saúde, da Secretaria Municipal de Finanças e da Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições legais, e Decreto Municipal nº 3.308/2020, e considerando a declaração da Organização Mundial de Saúde (OMS), que classificou como pandemia a doença causada pelo Novo Coronavírus (Covid-19), e as orientações emanadas do Ministério da Saúde; considerando a necessidade de preservar a integridade física e a saúde dos servidores públicos municipais, bem como da população franciscanense; considerando a Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Novo Coronavírus responsável pelo surto de 2019; e considerando o disposto no art. 5º da Resolução Conjunta nº 003/2020,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER férias pelo período abaixo relacionado a cada servidor, na proporção de 50% dos servidores dos órgãos que compõem a Administração Pública Municipal, conforme segue:

I – Secretaria Municipal de Educação:

Nome	Férias a Pagar	Período Aquisitivo	Fruição de Período	Fruição de Dias
FRANCIELLE DA SILVA CAMARA	Sim	2019/2020	02/07/2020-31/07/2020	30 dias

Art. 2º - Os servidores que fazem jus a percepção do terço constitucional de férias, receberão em regime de programação financeira, de acordo com ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 7 de agosto de 2020.

JUCELIO DE CARVALHO
Secretário Municipal

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 16.570/2020

Publicação Nº 2594799

PORTARIA nº 16.570, de 10 de agosto de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, com a Lei Complementar nº 4/2003, Anexo III, e de acordo com o solicitado pela Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR MÁRCIO JOÃO DA SILVA, matrícula nº 222887, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor de ENSINO Fundamental II - História, para exercer a função gratificada de Auxiliar de Direção da EBM Waldemar da Costa, com percentual de 50%, a partir de 10 de agosto de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 16.114, de 14 de novembro de 2019.

São Francisco do Sul - SC, 10 de agosto de 2020.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 16.571/2020

Publicação Nº 2594864

PORTARIA nº 16.571, de 10 de agosto de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Portaria nº 16.552/2020,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR LINCON MACHADO CAMARGO, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF sob o nº 032.572.739-24, Secretário Municipal de Assistência Social, Presidente do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, como Ordenador Financeiro do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 10 de agosto de 2020.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 16.572/2020

Publicação Nº 2594865

PORTARIA nº 16.572, de 10 de agosto de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR LINCON MACHADO CAMARGO, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF sob o nº 032.572.739-24, como Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, o qual representa o Município de São Francisco do Sul no Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social do Estado de Santa Catarina – COGEMA/SC.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 10 de agosto de 2020.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 16.573/2020

Publicação Nº 2594866

PORTARIA nº 16.573, de 10 de agosto de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 926, de 21 de maio de 2010, e as alterações promovidas pela Lei Municipal nº 1.793, de 25 de fevereiro de 2016, que trata do Fundo Municipal do Idoso;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 57, de 26 de outubro de 2001, com alterações promovidas pela Lei Municipal 1.793, de 25 de fevereiro de 2016, que dispõe sobre a Política Municipal do Idoso;

CONSIDERANDO o CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO – CMDI, instituído pela Lei Municipal nº 522, de 30 de março de 2007, com alterações promovidas pela Lei Municipal nº 641, de 8 de julho de 2008, e pela Lei nº 712, de 13 de maio de 2009, e pela Lei Municipal nº 1.793, de 25 de fevereiro de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR LINCON MACHADO CAMARGO, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF sob o nº 032.572.739-24, Secretário Municipal de Assistência Social, como GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO E ORDENADOR DE DESPESA – FMDI, que representa o CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO – CMDI em São Francisco do Sul.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 10 de agosto de 2020.

RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal

Publicada em ____/____/____. Edição DOM nº ____.

PROMULGAÇÃO DA PARTE VETADA LEI 2.235-2019

Publicação Nº 2594503

Lei Nº 2235/2019

DISPÕE SOBRE O PROGRAMA ADOTE UM POSTO GUARDA-VIDAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL.

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO FRANCISCO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, em acordo com os arts. 30, II e 46, § 8º da Lei Orgânica Municipal e art. 43, II do Regimento Interno, no uso das atribuições que lhe são conferidas e nos termos do parágrafo 5º do art. 66 da Constituição Federal, PROMULGA a seguinte parte vetada da Lei Nº 2235, DE 29 DE AGOSTO DE 2019.

Art. 2º -----

§1º -----

§2º -----

§3º Como contrapartida, será concedida à entidade adotante a possibilidade de colocação de placas de publicidade nos Postos Guarda-Vidas. São Francisco do Sul, 05 de agosto de 2020.

Edson Luiz Duarte
Vice-Presidente da Mesa Diretora.

São João Batista

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.007/2020

Publicação Nº 2596076

DECRETO 4.007/2020

Dispõe sobre a criação e diretrizes para o funcionamento do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) no Município de São João Batista-SC.

CONSIDERANDO a Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências; CONSIDERANDO a Lei n. 12.594, de 18 de janeiro de 2012 que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), regulamentando a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional;

CONSIDERANDO a Resolução Nº 109, de 11 de novembro de 2009 que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais; CONSIDERANDO a Orientação da Diretoria de Direitos Humanos DIDH/SDS da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social nº 08/2020, de 06 de maio de 2020, referente orientações para o acesso e funcionamento do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência módulo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SIPIA/SINASE) às Equipes das Medidas Socioeducativas em meio aberto do Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal 3.744/2017, que dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social do Município São João Batista e dá outras providências; e

CONSIDERANDO que o Município de São João Batista já executa, desde o ano de 2011, por meio do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), o Serviço de Proteção Social aos adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida, e de Prestação de Serviços à Comunidade;

O Prefeito do Município de São João Batista, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo 67, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, DECRETA:

Art. 1º Fica formalmente criado o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) no Município de São João Batista-SC.

Art. 2º O serviço tem por finalidade prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente.

§1º O serviço deve contribuir para o acesso a direitos e para a ressignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens.

§2º Para a oferta do serviço faz-se necessário a observância da responsabilização face ao ato infracional praticado, cujos direitos e obrigações devem ser assegurados de acordo com as legislações e normativas específicas para o cumprimento da medida.

Art. 3º O serviço deve estar com cadastro regular no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA e compor a base de Cadastro do SUAS – CADSUAS.

Art. 4º Fica obrigatória a utilização do SIPIA/SINASE pela equipe de referência do Centro de Referência Especializado de Assistência Social/ CREAS responsável pela execução do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).

Art. 5º Cabe ao gestor da Secretaria de Assistência Social, equipe técnica e coordenação do CREAS a elaboração do Projeto Político Pedagógico em consonância com as diretrizes das Leis do ECA, SINASE bem como do Sistema Único de Assistência Social, reconhecendo a Intersectorialidade do Serviço e a necessidade da participação da rede.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

São João Batista, 06 de agosto de 2020.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 03/FUMAB/2020

Publicação Nº 2596104

PORTARIA Nº 003/2020

Cria Núcleo de Conciliação Ambiental, nos moldes do artigo 97-A do Decreto Federal nº 6.514/2008 e dá outras providências.

CONSIDERANDO a expedição do Decreto Federal nº 9.760, de 11 de abril de 2019, que alterou o Decreto Federal nº 6.514 de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e estabelece o processo administrativo para apuração destas infrações;

CONSIDERANDO a Portaria nº 02, de 06 de julho de 2020, que dispõe acerca dos processos administrativos no âmbito da Fundação Municipal de Meio Ambiente-FUMAB e dá outras providências;

CONSIDERANDO que a conciliação deve ser estimulada pela Administração Pública Ambiental, com vistas a encerrar os processos administrativos relativos à apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente; e

CONSIDERANDO que a Fundação Municipal de Meio Ambiente faz parte do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA.

Fernanda Brasil Duarte, Diretora da Fundação Municipal de Meio Ambiente de São João Batista-SC, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 6º, III, da Lei Municipal nº 3.729/2017, RESOLVE:

Art. 1º Fica criado o Núcleo de Conciliação Ambiental, nos moldes do artigo 97-A do Decreto Federal nº 6.514, de 22 de julho de 2008, com

intuito de estabelecer audiência de conciliação, decorrente das autuações de infrações ambientais, praticadas no Município de São João Batista-SC.

Art. 2º Caberá ao Núcleo de Conciliação Ambiental realizar análise preliminar das autuações, na forma do art. 98-A, § 1º, inciso I, do Decreto Federal nº 6.514/2008, para convalidar auto de infração que apresente vício sanável ou declarar nula as acometidas por vício insanável, assim como, decidir sobre a manutenção das infrações.

Art. 3º O Núcleo de Conciliação Ambiental será responsável por realizar as audiências de conciliação ambiental, explanando ao autuado as razões de fato e de direito que ensejaram a lavratura do auto de infração, apresentando as soluções legais possíveis para encerrar o processo, tais como o desconto para pagamento e a conversão da multa em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, decidir sobre questões de ordem pública e homologar opção do autuado por uma das soluções apresentadas.

Art. 4º O Núcleo de Conciliação Ambiental será composto por três membros, sendo, no mínimo, dois servidores efetivos, sendo um deles do quadro de pessoal da Fundação Municipal de Meio Ambiente-FUMAB.

Art. 5º Os componentes do Núcleo de Conciliação Ambiental desempenharão suas atividades de modo presencial, e não terão direito a qualquer vantagem pecuniária pelo exercício da função.

Art. 6º A Fundação Municipal de Meio Ambiente-FUMAB será responsável pela intimação dos autuados, utilizando os meios de comunicação competentes e válidos, para, querendo, comparecerem à audiência de conciliação ambiental.

Parágrafo Único. A Fundação Municipal de Meio Ambiente-FUMAB deverá encaminhar o processo administrativo do auto de infração ao Núcleo de Conciliação Ambiental, na pessoa de seu Presidente, por meio físico ou e-mail, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, em relação à data da audiência designada.

Art. 7º As audiências de conciliações ambientais são públicas, podendo se fazer presente qualquer pessoa, sem direito à manifestação.

Art. 8º Todas as decisões proferidas na audiência de conciliação, favoráveis ou não ao acordo, serão lavradas em um termo de audiência, devendo ser assinado pelo autuado e/ou representante e pelos integrantes do Núcleo de Conciliação Ambiental, respeitando os demais preceitos do artigo 98-C, do Decreto Federal nº 6.514/2008.

Art. 9º Caberá ao Presidente do Núcleo de Conciliação Ambiental organizar o funcionamento das audiências de conciliações.

Art. 10 O não comparecimento do autuado à audiência de conciliação ambiental será interpretado como ausência de interesse em conciliar e dará início, independente de nova intimação, ao prazo para apresentação da defesa administrativa, nos termos legais.

Art. 11 O autuado poderá apresentar justificativa por escrito, sem efeito suspensivo, para o seu não comparecimento à audiência de conciliação ambiental, acompanhada da respectiva prova, no prazo de até 2 (dois) dias, contado da data agendada para a audiência.

Parágrafo Único. Fica a critério exclusivo do Núcleo de Conciliação Ambiental reconhecer como válida a justificativa supracitada no caput deste artigo e agendar uma nova data para a audiência de conciliação ambiental, com devolução do prazo para oferecimento de defesa administrativa, não cabendo recurso em face do indeferimento do pedido.

Art. 12 O Núcleo de Conciliação Ambiental avaliando as peculiaridades do caso concreto, em decisão motivada, poderá deferir ou não o pedido de conversão da multa, observando a razoabilidade, os antecedentes do infrator e demais atos pertinentes.

Art. 13 Caberá recurso, no prazo de 20 (vinte) dias, contra indeferimento da conversão da multa ao próprio Núcleo de Conciliação Ambiental.

Art. 14 Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São João Batista-SC, 07 de agosto de 2020.

Fernanda Brasil Duarte
Diretora da FUMAB

PORTARIA Nº 04/FUMAB/2020

Publicação Nº 2596119

PORTARIA Nº 004/2020

Nomeia os membros do Núcleo de Conciliação Ambiental.

Fernanda Brasil Duarte, Diretora da Fundação Municipal de Meio Ambiente de São João Batista-SC, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 6º, III, da Lei Municipal nº 3.729/2017, RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados para compor o Núcleo de Conciliação Ambiental, nos moldes do artigo 97-A do Decreto Federal nº 6.514, de 22 de julho de 2008, com intuito de estabelecer audiência de conciliação, decorrente das autuações de infrações ambientais, praticadas no Município de São João Batista-SC, os seguintes servidores:

I – Ana Paula Coelho Clauberg, matrícula funcional n. 0001;

II – Sandra Motikawa, matrícula funcional n. 0003; e

III – Neiva Cordeiro, matrícula funcional n. 9730.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São João Batista-SC, 07 de agosto de 2020.

Fernanda Brasil Duarte
Diretora da FUMAB

São João do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 100/2020

Publicação N° 2594399

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 100/2020

PARTES: Município de São João do Oeste e Progenética Importação e Exportação Ltda

ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 01/2020

OBJETO: "Aquisição de botijão criogênico para armazenamento de sêmen bovino, para a secretaria municipal de agricultura de São João do Oeste."

VALOR: R\$ 3.150,00

PRAZO: 05.08.2020 até 31.12.2020

São João do Oeste – 07 de agosto de 2020

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 104/2020

Publicação N° 2594680

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 104/2020

PARTES: Município de São João do Oeste e Rodamax Comercio de Pneus, Lubrificantes e Acessórios Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial 67/2020

OBJETO: "Registro de preços para eventual e futura aquisição de óleo lubrificantes e câmara de ar para setor de Transportes e Obras do Município de São João do Oeste."

VALOR: R\$ 51.360,00

PRAZO: 10.08.2020 até 10.08.2021

São João do Oeste – 10 de agosto de 2020

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 109/2020

Publicação N° 2594649

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 109/2020

PARTES: Município de São João do Oeste e Elec Industria e Comercio de Equipamentos de Medição Ltda

ORIGEM: Dispensa de Licitação nº 26/2020

OBJETO: "Contratação de empresa especializada para manutenção, calibração e verificação Inmetro de aparelho etilômetro BAF-300 de propriedade da Polícia Militar do Município de São João do Oeste."

VALOR: R\$ 2.201,00

PRAZO: 05.08.2020 até 31.12.2020

São João do Oeste – 07 de agosto de 2020

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2020 FMS

Publicação N° 2594427

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 22/2020

PARTES: Fundo Municipal de Saúde e Lucena Comercio de Equipamentos Médicos Ltda

ORIGEM: Dispensa de Licitação nº 17/2020

OBJETO: "Aquisição de botton de gastronomia T14FR de 1,5 cm de comprimento para atender as necessidades de paciente do Município de São João do Oeste."

VALOR: R\$ 1.272,00

PRAZO: 05.08.2020 até 19.08.2020

São João do Oeste – 07 de agosto de 2020

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

PP 03.2020 FMS SERVIÇOS HOSPITALARES OBSTETRÍCIA

Publicação Nº 2596423

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2020

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Contratação de prestador de serviço que disponibiliza serviços médicos e hospitalares em obstetrícia (sobre aviso), durante 24 horas nos dias úteis, pontos facultativos, feriados, sábados e domingos, junto a unidade hospitalar, para atender todas as gestantes do município durante o período de gestação (intercorrências) pré-parto, parto e puerpério.

Tipo: menor preço por item

Recebimento dos envelopes da proposta e documentos até as 08:30 horas do dia 21 de agosto de 2020 e julgamento no mesmo dia e horário na Prefeitura Municipal. Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, no e-mail compras@saojoao.sc.gov.br e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. Edital disponível no site do município www.saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 07 de agosto de 2.020. FERNANDO BISIGO – PREFEITO MUNICIPAL.

PP 70.2020 EQUIPAMENTOS

Publicação Nº 2594903

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0110/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 070/2020 – Exclusivo para empresas MPes

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL com sistema de registro de preços, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Registro de preços para eventual e futura aquisição de equipamentos para as diversas secretarias do município de São João do Oeste -SC.

Tipo: Menor preço por itens

Recebimento dos envelopes da proposta e documentos até as 08:30 horas do dia 20 de agosto de 2020 e julgamento no mesmo dia e horário na Prefeitura Municipal. Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, e-mail compras@saojoao.sc.gov.br e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. Edital disponível no site www.saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 07 de agosto de 2.020. FERNANDO BISIGO – PREFEITO MUNICIPAL

PP 71.2020 MANUTENÇÃO DE BOMBAS INJETORAS

Publicação Nº 2596095

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0112/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 071/2020 – Exclusivo para empresas MPes

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL com sistema de registro de preços, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Registro de preços para eventual e futura contratação de empresa especializada em serviços de manutenção em bombas injetoras, para suprir as necessidades do setor de transportes e obras do município de São João do Oeste - SC.

Tipo: Menor preço por lote

Recebimento dos envelopes da proposta e documentos até as 14:00 horas do dia 20 de agosto de 2020 e julgamento no mesmo dia e horário na Prefeitura Municipal. Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, e-mail compras@saojoao.sc.gov.br e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. Edital disponível no site www.saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 07 de agosto de 2.020. FERNANDO BISIGO – PREFEITO MUNICIPAL

São José

PREFEITURA

ATA DA SESSÃO PÚBLICA FASE PROPOSTA DA TOMADA DE PREÇOS Nº009/2020

Publicação Nº 2596190

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES CNPJ: 82.892.274/0001-05 Av. Acioni Souza Filho, nº 403 (Beira Mar São José) - Praia Comprida São José/SC, CEP: 88.103-790	TOMADA DE PREÇOS nº 009 / 2020 Processo Administrativo nº 3141 / 2020 Processo de Compras nº: 210 / 2020 Data: 07 / 08 / 2020
--	--	--

OBJETO DA LICITAÇÃO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO DO CEI TARUMÃ COM SISTEMA MODULAR, EM SÃO JOSÉ/SC.

ATA DA SESSÃO PÚBLICA - FASE PROPOSTA

Aos 07 (sete) dias do mês de agosto de 2020, às 13h30m, na sede administrativa do Município de São José, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações (CPL), para a abertura do envelope de HABILITAÇÃO referente ao Processo Licitatório nº 009/2020, na modalidade de TOMADA DE PREÇOS.

EMPRESA(S) HABILITADAS(S):

· POLIBOX SISTEMAS CONSTRUTIVOS LTDA.

A Comissão Permanente de Licitações (CPL) deu início à sessão pública de abertura do envelope de PROPOSTA do licitante HABILITADO conforme PORTARIA CONJUNTA SADM/PGM nº 008 de 15 de abril de 2020. Ato contínuo, o envelope de proposta foram abertos, e logo em seguida a proposta foi analisada pela Comissão Permanente de Licitações, estando de acordo com todas as condições editalícias, seu representante desiste do prazo recursal da fase de proposta, possibilitando a continuidade do certame, conforme previsto no parágrafo 1º, inciso I do artigo 109 da Lei nº 8.666/93).

Valor da Proposta Vencedora: R\$ 1.980.272,54 (Um milhão, novecentos e oitenta mil, duzentos e setenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos)

O processo será encaminhado para adjudicação e homologação, tendo seu resultado publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM). Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Ata que será assinada pelos presentes.

São José, 07 de agosto de 2020.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES:

JÚNIOR PALHARINI GARCIA	PRESIDENTE	
HUMBERTO ALCINO DA SILVA	MEMBRO	
IRIBERTO ANTONIO M. JUNIOR	MEMBRO	
PAULO DUTRA	MEMBRO	

DECRETO N.º 13569/2020

Publicação Nº 2596501

**PUBLICADO NO D.O.M./SC**

Edição: _____

De: ____/____/____

Decreto 13569/2020

DECRETO N.º 13569/2020

REGULAMENTA A LICITAÇÃO, NA MODALIDADE PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, PARA A AQUISIÇÃO DE BENS E A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS, INCLUÍDOS OS SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA MUNICIPAL.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ**, no uso das atribuições que lhe confere os artigos 30, incisos I e II da Constituição; 62, incisos II, IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o disposto no art. 2º, § 1º, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993,

DECRETA:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Objeto e âmbito de aplicação

Art. 1º Este Decreto regulamenta a licitação, na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, no âmbito da administração pública direta e indireta municipal.

Parágrafo único - Para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns pelos entes municipais, com a utilização de recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, tais como convênios e contratos de repasse, a utilização da modalidade de pregão, na forma eletrônica será obrigatória, exceto nos casos em que a lei ou a regulamentação específica que dispuser sobre a modalidade de transferência discipline de forma diversa as contratações com os recursos do repasse.

Princípios

Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos.

§ 1º O princípio do desenvolvimento sustentável será observado nas etapas do processo de contratação, em suas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, no mínimo, com base nos

Prefeitura Municipal de São José

Av. Acioni Souza Filho, 403

São José SC | 88103-790

(48) 33810050 | www.pmsj.sc.gov.br

planos de gestão de logística sustentável dos órgãos e das entidades.

§ 2º As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, resguardados o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

Definições

Art. 3º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

I - aviso do edital - documento que contém:

- a) a definição precisa, suficiente e clara do objeto;
- b) a indicação dos locais, das datas e dos horários em que poderá ser lido ou obtido o edital; e
- c) o endereço eletrônico no qual ocorrerá a sessão pública com a data e o horário de sua realização;

II - bens e serviços comuns - bens cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado;

III - bens e serviços especiais - bens que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade técnica, não podem ser considerados bens e serviços comuns, nos termos do inciso II;

IV - estudo técnico preliminar - documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação, que caracteriza o interesse público envolvido e a melhor solução ao problema a ser resolvido e que, na hipótese de conclusão pela viabilidade da contratação, fundamenta o termo de referência;

V - lances intermediários - lances iguais ou superiores ao menor já ofertado, porém inferiores ao último lance dado pelo próprio licitante;

VI - obra - construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação de bem imóvel, realizada por execução direta ou indireta;

VII - serviço - atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse da administração pública;

VIII - serviço comum de engenharia - atividade ou conjunto de atividades que necessitam da participação e do acompanhamento de profissional engenheiro habilitado, nos termos do disposto na Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pela administração pública, mediante especificações usuais de mercado;

Prefeitura Municipal de São José

Av. Acioni Souza Filho, 403

São José SC | 88103-790

(48) 33810050 | www.pmsj.sc.gov.br

Decreto 13569/2020

IX - termo de referência - documento elaborado, pelo órgão municipal solicitante, com base nos estudos técnicos preliminares, que deverá conter:

a) os elementos que embasam a avaliação do custo pela administração pública, a partir dos padrões de desempenho e qualidade estabelecidos e das condições de entrega do objeto, com as seguintes informações:

1. a definição do objeto contratual e dos métodos para a sua execução, vedadas especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, que limitem ou frustrem a competição ou a realização do certame;

2. o valor estimado do objeto da licitação demonstrado em planilhas, de acordo com o preço de mercado; e

3. o cronograma físico-financeiro, se necessário;

b) o critério de aceitação do objeto;

c) os deveres do contratado e do contratante;

d) a relação dos documentos essenciais à verificação da qualificação técnica e econômico-financeira, se necessária;

e) os procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato ou da ata de registro de preços;

f) o prazo para execução do contrato; e

g) as sanções previstas de forma objetiva, suficiente e clara.

§ 1º A classificação de bens e serviços como comuns depende de exame predominantemente fático e de natureza técnica.

§ 2º Os bens e serviços que envolverem o desenvolvimento de soluções específicas de natureza intelectual, científica e técnica, caso possam ser definidos nos termos do disposto no inciso II do caput, serão licitados por pregão, na forma eletrônica.

Vedações

Art. 4º O pregão, na forma eletrônica, não se aplica a:

I - contratações de obras;

II - locações imobiliárias e alienações; e

Prefeitura Municipal de São José

Av. Acioni Souza Filho, 403

São José SC | 88103-790

(48) 33810050 | www.pmsj.sc.gov.br

III - bens e serviços especiais, incluídos os serviços de engenharia enquadrados no disposto no inciso III do caput do art. 3º.

CAPÍTULO II DOS PROCEDIMENTOS

Forma de realização

Art. 5º O pregão, na forma eletrônica, será realizado quando a disputa pelo fornecimento de bens ou pela contratação de serviços comuns ocorrer à distância e em sessão pública, por meio do Sistema adotado pelo Governo Municipal, cujo acesso se encontra disponível por intermédio do sítio oficial do Município.

§ 1º O sistema de que trata o caput será dotado de recursos de criptografia e de autenticação que garantam as condições de segurança nas etapas do certame.

Etapas

Art. 6º A realização do pregão, na forma eletrônica, observará as seguintes etapas sucessivas:

- I - planejamento da contratação;
- II - publicação do aviso de edital;
- III - apresentação de propostas e de documentos de habilitação;
- IV - abertura da sessão pública e envio de lances, ou fase competitiva;
- V - julgamento;
- VI - habilitação;
- VII - recursal;
- VIII - adjudicação; e
- IX - homologação.

Prefeitura Municipal de São José
Av. Acioni Souza Filho, 403
São José SC | 88103-790
(48) 33810050 | www.pmsj.sc.gov.br

Critérios de julgamento das propostas

Art. 7º Os critérios de julgamento empregados na seleção da proposta mais vantajosa para a administração serão os de menor preço ou maior desconto, conforme dispuser o edital.

Parágrafo único. Serão fixados critérios objetivos para definição do melhor preço, considerados os prazos para a execução do contrato e do fornecimento, as especificações técnicas, os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade, as diretrizes do plano de gestão de logística sustentável e as demais condições estabelecidas no edital.

Documentação

Art. 8º O processo relativo ao pregão, na forma eletrônica, será instruído com os seguintes documentos, no mínimo:

- I - estudo técnico preliminar, quando necessário;
- II - termo de referência;
- III - planilha estimativa de despesa;
- IV - previsão dos recursos orçamentários necessários, com a indicação das rubricas, exceto na hipótese de pregão para registro de preços;
- V - autorização de abertura da licitação;
- VI - designação do pregoeiro e da equipe de apoio;
- VII - edital e respectivos anexos;
- VIII - minuta do termo do contrato, ou instrumento equivalente, ou minuta da ata de registro de preços, conforme o caso;
- IX - parecer jurídico;
- X - documentação exigida e apresentada para a habilitação;
- XI- proposta de preços do licitante;
- XII - ata da sessão pública, que conterà os seguintes registros, entre outros:
 - a) os licitantes participantes;

Prefeitura Municipal de São José
Av. Acioni Souza Filho, 403
São José SC | 88103-790
(48) 33810050 | www.pmsj.sc.gov.br

- b) as propostas apresentadas;
- c) os avisos, os esclarecimentos e as impugnações;
- d) os lances ofertados, na ordem de classificação;
- e) a suspensão e o reinício da sessão, sendo o caso;
- f) a aceitabilidade da proposta de preço;
- g) a habilitação;
- h) a decisão sobre o saneamento de erros ou falhas na proposta ou na documentação;
- i) os recursos interpostos, as respectivas análises e as decisões; e
- j) o resultado da licitação;

XIII - comprovantes das publicações:

- a) do aviso do edital;
- b) do extrato do contrato; e
- c) dos demais atos cuja publicidade seja exigida; e

XIV - ato de homologação.

§ 1º A instrução do processo licitatório poderá ser realizada por meio de sistema eletrônico, de modo que os atos e os documentos de que trata este artigo, constantes dos arquivos e registros digitais, serão válidos para todos os efeitos legais, inclusive para comprovação e prestação de contas.

§ 2º A ata da sessão pública será disponibilizada na internet imediatamente após o seu encerramento, para acesso livre.

CAPÍTULO III
DO ACESSO AO SISTEMA ELETRÔNICO

Credenciamento

Art. 9º A autoridade competente do órgão central de licitações do Município, o pregoeiro, bem como os membros da equipe de apoio e os licitantes que participarem do pregão, na forma eletrônica, serão previamente credenciados, perante o provedor do sistema eletrônico.

Prefeitura Municipal de São José

Av. Acioni Souza Filho, 403

São José SC | 88103-790

(48) 33810050 | www.pmsj.sc.gov.br

Decreto 13569/2020

§ 1º O credenciamento para acesso ao sistema ocorrerá pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível.

§ 2º Caberá à autoridade competente do órgão solicitar, junto ao provedor do sistema, o seu credenciamento, o do pregoeiro e o dos membros da equipe de apoio.

Licitante

Art. 10 O credenciamento no sistema eletrônico permite a participação dos interessados em qualquer pregão, na forma eletrônica, exceto quando o seu cadastro tenha sido inativado ou excluído por solicitação do credenciado ou por determinação legal.

CAPÍTULO IV
DA CONDUÇÃO DO PROCESSO

Órgão ou entidade promotora da licitação

Art. 12 O pregão, na forma eletrônica, será conduzido pela Secretaria Municipal de Administração, com apoio técnico dos setores competentes do órgão municipal solicitante da licitação, e atuará como provedor do Sistema de Compras do Governo Municipal.

Autoridade competente

Art. 13 Caberá à autoridade competente, de acordo com as atribuições previstas nas normas municipais:

- I - designar o pregoeiro e os membros da equipe de apoio;
- II - indicar o provedor do sistema;
- III - determinar a abertura do processo licitatório;
- IV - decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão;
- V - adjudicar o objeto da licitação, quando houver recurso;
- VI - homologar o resultado da licitação; e
- VII - celebrar o contrato ou assinar a ata de registro de preços.

CAPÍTULO V
DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Prefeitura Municipal de São José
Av. Acioni Souza Filho, 403
São José SC | 88103-790
(48) 33810050 | www.pmsj.sc.gov.br

Orientações gerais

Art. 14 No planejamento do pregão, na forma eletrônica, será observado o seguinte:

I - elaboração do estudo técnico preliminar e do termo de referência;

II - aprovação do estudo técnico preliminar e do termo de referência pela autoridade competente ou por quem esta delegar;

III - elaboração do edital, que estabelecerá os critérios de julgamento e a aceitação das propostas, o modo de disputa e, quando necessário, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

IV - definição das exigências de habilitação, das sanções aplicáveis, dos prazos e das condições que, pelas suas particularidades, sejam consideradas relevantes para a celebração e a execução do contrato e o atendimento das necessidades da administração pública; e

V - designação do pregoeiro e de sua equipe de apoio.

Valor estimado ou valor máximo aceitável

Art. 15 O valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação, se não constar expressamente do edital, possuirá caráter sigiloso e será disponibilizado exclusiva e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

§ 1º O caráter sigiloso do valor estimado ou do valor máximo aceitável para a contratação será fundamentado no § 3º do art. 7º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e no art. 20 do Decreto Federal nº 7.724, de 16 de maio de 2012.

§ 2º Para fins do disposto no caput, o valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.

§ 3º Nas hipóteses em que for adotado o critério de julgamento pelo maior desconto, o valor estimado, o valor máximo aceitável ou o valor de referência para aplicação do desconto constará obrigatoriamente do instrumento convocatório.

Designações do pregoeiro e da equipe de apoio

Art. 16 Caberá à Prefeita Municipal, ou a quem possuir competência delegada, designar agentes públicos para o desempenho das funções deste Decreto, observados os seguintes requisitos:

Prefeitura Municipal de São José

Av. Acioni Souza Filho, 403

São José SC | 88103-790

(48) 33810050 | www.pmsj.sc.gov.br

Decreto 13569/2020

I - o pregoeiro e os membros da equipe de apoio serão servidores do órgão ou da entidade promotora da licitação; e

II - os membros da equipe de apoio serão servidores ocupantes de cargo efetivo, pertencentes aos quadros permanentes do Município.

§ 1º A critério da autoridade competente, o pregoeiro e os membros da equipe de apoio poderão ser designados para uma licitação específica, para um período determinado, admitidas reconduções, ou por período indeterminado, permitida a revogação da designação a qualquer tempo.

§ 2º Os órgãos e as entidades de que trata o § 1º do art. 1º estabelecerão planos de capacitação que contenham iniciativas de treinamento para a formação e a atualização técnica de pregoeiros, membros da equipe de apoio e demais agentes encarregados da instrução do processo licitatório, a serem implementadas com base em gestão por competências.

Do pregoeiro

Art. 17 Caberá ao pregoeiro, em especial:

I - conduzir a sessão pública;

II - receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;

III - verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;

IV - coordenar a sessão pública e o envio de lances;

V - verificar e julgar as condições de habilitação;

VI - sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;

VII - receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;

VIII - indicar o vencedor do certame;

IX - adjudicar o objeto, quando não houver recurso;

X - conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e

XI - encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.

Prefeitura Municipal de São José

Av. Acioni Souza Filho, 403

São José SC | 88103-790

(48) 33810050 | www.pmsj.sc.gov.br

Decreto 13569/2020

Parágrafo único. O pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão.

Da equipe de apoio

Art. 18 Caberá à equipe de apoio auxiliar o pregoeiro nas etapas do processo licitatório.

Do licitante

Art. 19 Caberá ao licitante interessado em participar do pregão, na forma eletrônica:

I - credenciar-se previamente no Sistema Municipal a ser utilizado no certame;

II - remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, os documentos de habilitação e a proposta e, quando necessário, os documentos complementares;

III - responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

IV - acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

V - comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

VI - utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; e

VII - solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

Parágrafo único. O fornecedor descredenciado no âmbito municipal terá sua chave de identificação e senha suspensas automaticamente.

**CAPÍTULO VI
DA PUBLICAÇÃO DO AVISO DO EDITAL**

Publicação

Prefeitura Municipal de São José
Av. Acioni Souza Filho, 403
São José SC | 88103-790
(48) 33810050 | www.pmsj.sc.gov.br

Decreto 13569/2020

Art. 20 A fase externa do pregão, na forma eletrônica, será iniciada com a convocação dos interessados por meio da publicação do aviso do edital no Diário Oficial dos Municípios, no sítio eletrônico oficial do Município de São José e em jornal de grande circulação.

Parágrafo único. Na hipótese de utilização de verbas do Governo Federal e do Estado de Santa Catarina, a fase externa não se iniciará sem a devida publicação no Diário Oficial da União e/ou na Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina.

Edital

Art. 21 O Governo Municipal disponibilizará a íntegra do edital no endereço eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de São José.

Modificação do edital

Art. 22 Modificações no edital serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

Esclarecimentos

Art. 23 Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma do edital.

§ 1º O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

§ 2º As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

Impugnação

Art. 24 Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

§ 1º A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

Prefeitura Municipal de São José

Av. Acioni Souza Filho, 403

São José SC | 88103-790

(48) 33810050 | www.pmsj.sc.gov.br

Decreto 13569/2020

§ 2º A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, por despacho nos autos do processo de licitação.

§ 3º Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

CAPÍTULO VII

DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Prazo

Art. 25 O prazo fixado para a apresentação das propostas e dos documentos de habilitação não será inferior a oito dias úteis, contado da data de publicação do aviso do edital.

Apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante

Art. 26 Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

§ 1º A etapa de que trata o caput será encerrada com a abertura da sessão pública.

§ 2º O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no edital, nos termos do disposto no caput, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

§ 3º O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

§ 4º A falsidade da declaração de que trata o § 3º sujeitará o licitante às sanções previstas neste Decreto e nas demais normas relacionadas.

§ 5º Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

§ 6º Na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, observado o disposto no caput, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de que trata o Capítulo IX.

§ 7º Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

Prefeitura Municipal de São José

Av. Acioni Souza Filho, 403

São José SC | 88103-790

(48) 33810050 | www.pmsj.sc.gov.br

Decreto 13569/2020

§ 8º Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo de que trata o § 2º do art. 38.

CAPÍTULO VIII DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DO ENVIO DE LANCES

Horário de abertura

Art. 27 A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta pelo pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha.

§ 1º Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha.

§ 2º O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

Conformidade das propostas

Art. 28 O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

Parágrafo único. A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

Ordenação e classificação das propostas

Art. 29 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro.

Parágrafo único. Somente as propostas classificadas pelo pregoeiro participarão da etapa de envio de lances.

Início da fase competitiva

Art. 30 Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

§ 1º O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

§ 2º Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão pública e as regras estabelecidas no edital.

Prefeitura Municipal de São José

Av. Acioni Souza Filho, 403

São José SC | 88103-790

(48) 33810050 | www.pmsj.sc.gov.br

Decreto 13569/2020

§ 3º O licitante somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

§ 4º Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

§ 5º Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

Modos de disputa

Art. 31 Serão adotados para o envio de lances no pregão eletrônico os seguintes modos de disputa:

I - aberto - os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado no edital; ou

II - aberto e fechado - os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, conforme o critério de julgamento adotado no edital.

Parágrafo único. No modo de disputa aberto, o edital preverá intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

Modo de disputa aberto

Art. 32 No modo de disputa aberto, de que trata o inciso I do caput do art. 31, a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

§ 1º A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o caput, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

§ 2º Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no caput e no § 1º, a sessão pública será encerrada automaticamente.

§ 3º Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no § 1º, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço disposto no parágrafo único do art. 7º, mediante justificativa.

Prefeitura Municipal de São José

Av. Acioni Souza Filho, 403

São José SC | 88103-790

(48) 33810050 | www.pmsj.sc.gov.br

Modo de disputa aberto e fechado

Art. 33 No modo de disputa aberto e fechado, de que trata o inciso II do caput do art. 31, a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de quinze minutos.

§ 1º Encerrado o prazo previsto no caput, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

§ 2º Encerrado o prazo de que trata o § 1º, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

§ 3º Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o § 2º, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

§ 4º Encerrados os prazos estabelecidos nos § 2º e § 3º, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

§ 5º Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos § 2º e § 3º, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no § 4º.

§ 6º Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no § 5º.

Desconexão do sistema na etapa de lances

Art. 34 Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

Art. 35 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

Critérios de desempate

Prefeitura Municipal de São José

Av. Acioni Souza Filho, 403

São José SC | 88103-790

(48) 33810050 | www.pmsj.sc.gov.br

Decreto 13569/2020

Art. 36 Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

Parágrafo único. Em caso de desclassificação de empresa enquadrada na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, o objeto será adjudicado à empresa inicialmente vencedora, sem convocação de outras microempresas e empresas de pequeno porte que porventura estejam em empate ficto.

Art. 37. Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do art. 36, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

Parágrafo único. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

CAPÍTULO IX DO JULGAMENTO

Negociação da proposta

Art. 38 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

§ 1º A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

§ 2º O instrumento convocatório deverá estabelecer prazo de, no mínimo, duas horas, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação de que trata o caput.

Julgamento da proposta

Art. 39 Encerrada a etapa de negociação de que trata o art. 38, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no edital, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26, e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital, observado o disposto no Capítulo X e o parágrafo único do art. 36.

CAPÍTULO X DA HABILITAÇÃO

Prefeitura Municipal de São José

Av. Acioni Souza Filho, 403

São José SC | 88103-790

(48) 33810050 | www.pmsj.sc.gov.br

Documentação obrigatória

Art. 40 Para habilitação dos licitantes, será exigida, exclusivamente, a documentação relativa:

I - à habilitação jurídica;

II - à qualificação técnica;

III - à qualificação econômico-financeira;

IV - à regularidade fiscal e trabalhista;

V - à regularidade fiscal perante as Fazendas Públicas estaduais, distrital e municipais, quando necessário; e

VI - ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição e no inciso XVIII do caput do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993.

Parágrafo único. A documentação exigida para atender ao disposto nos incisos I, III, IV e V do caput poderá ser substituída pelo registro cadastral atualizado perante a Comissão de Cadastro Municipal.

Art. 41 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, serão exigidas:

I - a comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, com indicação da empresa líder, que atenderá às condições de liderança estabelecidas no edital e representará as consorciadas perante a União;

II - a apresentação da documentação de habilitação especificada no edital por empresa consorciada;

III - a comprovação da capacidade técnica do consórcio pelo somatório dos quantitativos de cada empresa consorciada, na forma estabelecida no edital;

IV - a demonstração, por cada empresa consorciada, do atendimento aos índices contábeis definidos no edital, para fins de qualificação econômico-financeira;

V - a responsabilidade solidária das empresas consorciadas pelas obrigações do consórcio, nas etapas da licitação e durante a vigência do contrato;

VI - a obrigatoriedade de liderança por empresa brasileira no consórcio formado por empresas brasileiras e estrangeiras, observado o disposto no inciso I; e

Prefeitura Municipal de São José

Av. Acioni Souza Filho, 403

São José SC | 88103-790

(48) 33810050 | www.pmsj.sc.gov.br

VII - a constituição e o registro do consórcio antes da celebração do contrato.

Parágrafo único. Fica vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, por meio de mais de um consórcio ou isoladamente.

Procedimentos de verificação

Art. 42 A habilitação dos licitantes será verificada por meio dos documentos abrangidos.

§ 1º Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo definido no edital, após solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, observado o prazo disposto no § 2º do art. 38.

§ 2º A verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

§ 3º Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

§ 4º Na hipótese de contratação de serviços comuns em que a legislação ou o edital exija apresentação de planilha de composição de preços, esta deverá ser encaminhada exclusivamente por via eletrônica, no prazo fixado no edital, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor.

§ 5º No pregão, na forma eletrônica, realizado para o sistema de registro de preços, quando a proposta do licitante vencedor não atender ao quantitativo total estimado para a contratação, poderá ser convocada a quantidade de licitantes necessária para alcançar o total estimado, respeitada a ordem de classificação, observado o preço da proposta vencedora, precedida de posterior habilitação, nos termos do disposto no Capítulo X.

§ 6º A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte será exigida nos termos do disposto no art. 4º do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015.

§ 7º Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o licitante será declarado vencedor.

CAPÍTULO XI DO RECURSO

Intenção de recorrer e prazo para recurso

Prefeitura Municipal de São José

Av. Acioni Souza Filho, 403

São José SC | 88103-790

(48) 33810050 | www.pmsj.sc.gov.br

Decreto 13569/2020

Art. 43 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

§ 1º As razões do recurso de que trata o caput deverão ser apresentadas no prazo de três dias.

§ 2º Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

§ 3º A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto no caput, importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

§ 4º O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

CAPÍTULO XII DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

Autoridade competente

Art. 44 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório, nos termos do disposto no inciso V do caput do art. 13.

Pregoeiro

Art. 45 Na ausência de recurso, caberá ao pregoeiro adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação, nos termos do disposto no inciso IX do caput do art. 17.

CAPÍTULO XIII DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

Erros ou falhas

Art. 46 O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Parágrafo único. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o caput, a sessão pública somente

Prefeitura Municipal de São José

Av. Acioni Souza Filho, 403

São José SC | 88103-790

(48) 33810050 | www.pmsj.sc.gov.br

poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

CAPÍTULO XIV DA CONTRATAÇÃO

Assinatura do contrato ou da ata de registro de preços

Art. 47 Após a homologação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo estabelecido no edital.

§ 1º Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

§ 2º Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços, sem prejuízo da aplicação das sanções de que trata o art. 49.

§ 3º O prazo de validade das propostas será de sessenta dias, permitida a fixação de prazo diverso no edital.

CAPÍTULO XV DA SANÇÃO

Impedimento de licitar e contratar

Art. 48 Ficará impedido de licitar e de contratar com o Município e será liminarmente descredenciado perante a Comissão de Cadastro Municipal, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- I - não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- II - não entregar a documentação exigida no edital;
- III - apresentar documentação falsa;
- IV - causar o atraso na execução do objeto;

Prefeitura Municipal de São José
Av. Acioni Souza Filho, 403
São José SC | 88103-790
(48) 33810050 | www.pmsj.sc.gov.br

V - não mantiver a proposta;

VI - falhar na execução do contrato;

VII - fraudar a execução do contrato;

VIII - comportar-se de modo inidôneo;

IX - declarar informações falsas; e

X - cometer fraude fiscal.

§ 1º As sanções descritas no caput também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

§ 2º As sanções serão registradas e publicadas no Diário Oficial dos Municípios.

CAPÍTULO XVI DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO

Revogação e anulação

Art. 49 A autoridade competente para homologar o procedimento licitatório de que trata este Decreto poderá revogá-lo somente em razão do interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação, e deverá anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, por meio de ato escrito e fundamentado.

CAPÍTULO XVIII DISPOSIÇÕES FINAIS

Orientações gerais

Art. 50 Os horários estabelecidos no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

Art. 51 Os participantes de licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, têm direito público subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido neste Decreto e qualquer interessado poderá acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet.

Art. 52 As autoridades licitantes poderão utilizar dos documentos recebidos pela Comissão de Cadastro Municipal para fins de apuração da regularidade dos licitantes.

Prefeitura Municipal de São José

Av. Acioni Souza Filho, 403

São José SC | 88103-790

(48) 33810050 | www.pmsj.sc.gov.br

Decreto 13569/2020

Art. 53 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

Art. 54 Os arquivos e os registros digitais relativos ao processo licitatório permanecerão à disposição dos órgãos de controle interno e externo.

Art. 55 A Secretaria Municipal de Administração poderá editar normas complementares ao disposto neste Decreto e disponibilizar informações adicionais, em meio eletrônico.

Parágrafo único. Casos urgentes poderão ser regulamentados pela Secretaria Municipal de Administração que, dentro das possibilidades, assegurará a execução fiel dos certames.

Revogação

Art. 56 Fica revogado o Decreto nº 31.413 de 22 de abril de 2010.

Vigência

Art. 57 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

§ 1º Os editais publicados após a data de entrada em vigor deste Decreto serão ajustados aos termos deste Decreto.

Vera Suely de Andrade
Secretária Municipal de Administração

Rodrigo João Machado
Procurador Geral do Município

Adeliana Dal Pont
Prefeita Municipal

Prefeitura Municipal de São José
Av. Acioni Souza Filho, 403
São José SC | 88103-790
(48) 33810050 | www.pmsj.sc.gov.br

DECRETO Nº 13603/2020

Publicação Nº 2596489

**PUBLICADO NO D.O.M./SC**

Edição: _____

De: ____/____/____

DECRETO Nº 13603/2020**DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, A ÁREA DE TERRA QUE INDICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 62, item X, c/c os artigos 104 e seguintes da Lei Orgânica Municipal, e no art. 5º, alínea "m", do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável parte de um terreno urbano com a área de 18.958,69m² (dezoito mil, novecentos e cinquenta e oito metros e sessenta e nove centímetros quadrados), situado no Sertão de Maruim, neste município e comarca de São José/SC de propriedade de PROSERV ASSESSORIA E CONSULTORIA DE PESSOAL LTDA, inscrita no CNPJ: 79.488.482/0001-20, registrado no Cartório de Registro de Imóveis sob a matrícula nº 125.441, com as seguintes dimensões e confrontações; Partindo-se das coordenadas X=729266.8380 e Y=6944461.4478, seguindo com azimute 93°15'25" e distância 4.647m chega-se ao vértice 2 com coordenadas X=729271.4838 e Y=6944461.1834. Deste com azimute de 93°15'25" e distância 11.268m chega-se ao vértice 17 com coordenadas X=729282.7333 e Y=6944460.5432, perfazendo um total de 15.915m confrontando com MATRÍCULA Nº 70.499; R.I - COMARCA DE SÃO JOSÉ - SC, ÁREA VERDE 03, DO LOTEAMENTO CENTRO EMPRESARIAL SERTÃO DO IMARUIM, PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ; CNPJ: 82.892.274/0001-05. Deste com azimute de 174°15'37" e distância 42.892m chega-se ao vértice 18 com coordenadas X=729286.9956 e Y=6944418.1382. Deste com azimute de 151°05'54" e distância 37.410m chega-se ao vértice 19 com coordenadas X=729304.8938 e Y=6944385.7178. Deste com azimute de 147°33'51" e distância 55.670m chega-se ao vértice 20 com coordenadas X=729334.4199 e Y=6944339.2568, perfazendo um total de 135.972m confrontando com ÁREA REMANESCENTE 01. Deste com azimute de 192°22'53" e distância 60.539m chega-se ao vértice 15/B05 com coordenadas X=729321.4381 e Y=6944280.1204. Deste com azimute de 191°34'24" e distância 448.890m chega-se ao vértice 5/B06 com coordenadas X=729231.3817 e Y=6943840.3568. Deste com azimute de 191°33'56" e distância 159.700m chega-se ao vértice 6/B07 com coordenadas X=729199.3638 e Y=6943683.8993. Deste com azimute de 230°31'19" e distância 20.010m chega-se ao vértice 7/B08 com

Página 1 de 2

Prefeitura Municipal de São José

Av. Acioni Souza Filho, 403

São José SC CEP 88.103-790

(48) 33810050 www.pmsj.sc.gov.br

Secretaria da
Casa Civil



SÃO JOSÉ
PREFEITURA

PUBLICADO NO D.O.M./SC

Edição: _____

De: ____/____/____

coordenadas X=729183.9187 e Y=6943671.1773. Deste com azimute de 190°13'46" e distância 311.527m chega-se ao vértice 21 com coordenadas X=729128.5951 e Y=6943364.6021, perfazendo um total de 1000.666m confrontando com ÁREA DO SISTEMA VIÁRIO 02. Deste com azimute de 348°18'16" e distância 41.689m chega-se ao vértice 22 com coordenadas X=729120.3075 e Y=6943404.6370. Deste com azimute de 12°00'16" e distância 909.681m chega-se ao vértice 23 com coordenadas X=729309.5092 e Y=6944294.4251. Deste com azimute de 339°46'24" e distância 77.458m chega-se ao vértice 24 com coordenadas X=729283.7053 e Y=6944364.4577. Deste com azimute de 331°02'50" e distância 54.185m chega-se ao vértice 25 com coordenadas X=729257.7599 e Y=6944411.3555. Deste com azimute de 10°16'20" e distância 52.334m chega-se ao vértice 16, ponto origem deste memorial, perfazendo um total de 1135.347m confrontando com ÁREA 01. Tudo de acordo com o levantamento topográfico georreferenciado juntado ao processo administrativo nº 5118/2020; (Datum horizontal de referência SIRGAS2000).

Art. 2º – A área de terra de que trata o presente Decreto será desapropriada amigavelmente e sem ônus para o Município e destinar-se-á à via de ligação entre São José e o Município de Palhoça/SC.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de agosto de 2020.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 13604/2020

Publicação Nº 2596490



PUBLICADO NO D.O.M./SC

Edição: _____

De: ____/____/____

DECRETO Nº 13604/2020

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, A ÁREA DE TERRA QUE INDICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 62, item X, c/c os artigos 104 e seguintes da Lei Orgânica Municipal, e no art. 5º, alínea "m", do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável ou judicial parte de um terreno urbano com a área de **24.613,35m² (vinte e quatro mil, seiscentos e treze metros e trinta e cinco centímetros quadrados)**, situado no Sertão de Maruim, neste município e comarca de São José/SC de propriedade de PEDRA BRANCA LTDA, inscrita no CNPJ:75.401.372/0001-29, registrado no Cartório de Registro de Imóveis sob a matrícula nº 33.591, com as seguintes dimensões e confrontações; Partindo-se do vértice 20 com coordenadas X=729334.4199 e Y=6944339.2568, seguindo com azimute 174°36'00" e distância 50.376m chega-se ao vértice 26 com coordenadas X=729339.1262 e Y=6944289.4695. Deste com azimute de 192°00'16" e distância 909.729m chega-se ao vértice 27 com coordenadas X=729149.9146 e Y=6943399.6350. Deste com azimute de 156°35'31" e distância 30.092m chega-se ao vértice 28 com coordenadas X=729162.1040 e Y=6943371.4778. Deste com azimute de 155°01'08" e distância 123.868m chega-se ao vértice 29 com coordenadas X=729211.1836 e Y=6943266.1359. Deste com azimute de 190°42'57" e distância 106.541m chega-se ao vértice 30 com coordenadas X=729191.3738 e Y=6943161.4529, perfazendo um total de 1222.606m, confrontando com ÁREA 02. Deste com azimute de 190°42'57" e distância 71.793m chega-se ao vértice 31 com coordenadas X=729178.0249 e Y=6943090.9120, confrontando com ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE B2. Deste com azimute de 190°42'57" e distância 31.201m chega-se ao vértice 32 com coordenadas X=729172.2235 e Y=6943060.2549, confrontando com ÁREA 02. Deste com azimute de 281°44'41" e distância 30.005m chega-se ao vértice 33 com coordenadas X=729142.8468 e Y=6943066.3624, confrontando com MATRÍCULA Nº 101.225; R.I - COMARCA DE PALHOÇA - SC, ÁREA VERDE 5; DO LOTEAMENTO NOVA PEDRA BRANCA, MUNICÍPIO DE PALHOÇA - SC. CNPJ: 82.892.316/0001-08. Deste com azimute de 10°42'57" e distância 45.154m chega-se ao vértice 34 com coordenadas X=729151.2425 e Y=6943110.7288, confrontando com ÁREA 02. Deste com azimute de 10°42'57" e distância 66.584m chega-se ao vértice U com coordenadas X=729163.6229 e Y=6943176.1515. Deste com azimute de 10°42'57" e distância 97.258m chega-se ao vértice T com coordenadas X=729181.7067 e Y=6943271.7139, perfazendo um total de 163,842m, confrontando com ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE B3. Deste com

Página 1 de 2

Prefeitura Municipal de São José

Av. Acioni Souza Filho, 403

São José SC CEP 88.103-790

(48) 33810050 www.pmsj.sc.gov.br

azimute de 337°10'33" e distância 81.157m chega-se ao vértice 35 com coordenadas X=729151.9231 e Y=6943342.4833. Deste com azimute de 313°28'33" e distância 32.531m chega-se ao vértice 21 com coordenadas X=729128.5951 e Y=6943364.6021, perfazendo um total de 113.688m confrontando com ÁREA REMANESCENTE 02. Deste com azimute de 10°13'46" e distância 311.527m chega-se ao vértice 7/B08 com coordenadas X=729183.9187 e Y=6943671.1773. Deste com azimute de 50°31'19" e distância 20.010m chega-se ao vértice 6/B07 com coordenadas X=729199.3638 e Y=6943683.8993. Deste com azimute de 11°33'56" e distância 159.700m chega-se ao vértice 5/B06 com coordenadas X=729231.3817 e Y=6943840.3568. Deste com azimute de 11°34'24" e distância 448.890m chega-se ao vértice 15/B05 com coordenadas X=729321.4381 e Y=6944280.1204. Deste com azimute de 12°22'53" e distância 60.539m chega-se ao vértice 20, ponto origem deste memorial, perfazendo um total de 1000.666m confrontando com ÁREA DO SISTEMA VIÁRIO 01. Tudo de acordo com o levantamento topográfico georreferenciado juntado ao processo administrativo nº 5118/2020; (Datum horizontal de referência SIRGAS2000).

Art. 2º – A área de terra de que trata o presente Decreto será desapropriada amigavelmente e sem ônus para o Município e destinar-se-á à via de ligação entre São José e o Município de Palhoça/SC.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de agosto de 2020.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2020

Publicação Nº 2596016

JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1618/2020
PROCESSO DE COMPRAS Nº 097/2020
TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RESTAURAÇÃO DO CASARÃO DA FAMÍLIA MOREIRA E ADEQUAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO COMO BIBLIOTECA MUNICIPAL, LOCALIZADA NO CENTRO HISTÓRICO, EM SÃO JOSÉ/SC, VINCULADA A FUNDAÇÃO DE CULTURA E TURISMO DO MUNICÍPIO.

RECORRENTE: PNA CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA

RECORRIDOS: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
SUPERINTENDENTE DA FMCT DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ

I. DAS PRELIMINARES

RECURSO ADMINISTRATIVO interposto, através de representante legal, com fundamento na Lei nº 8.666/1993, pela empresa PNA CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA, devidamente qualificada na peça inicial, em face da decisão que habilitou a empresa PLANALTO ENGENHARIA LTDA.

II. DAS ALEGAÇÕES DAS RECORRENTES

Em suma, a Recorrente se mostra contrariada em virtude da HABILITAÇÃO da empresa PLANALTO ENGENHARIA LTDA no certame.

III. DA DECISÃO

Para análise deste recurso a Comissão Permanente de Licitações solicitou a Secretaria de Infraestrutura que avaliasse o pedido da Recorrente, e a Secretaria respondeu através de documento (anexo), negando o provimento ao Recurso interposto pela empresa PNA CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA. Desta feita, é o presente para reconhecer do Administrativo e, no mérito, julgá-lo IMPROCEDENTE. A Comissão Permanente de Licitações realizará a abertura dos envelopes de proposta das empresas Habilitadas no dia 12/08/2020 às 13:30hs, no Centro Administrativo do Município de São José/SC, após a publicação do resultado, todas as propostas serão disponibilizadas em meio digital no sítio da Prefeitura Municipal de São José.

São José, 05 de agosto de 2020.

Júnior Palharini Garcia	Paulo Dutra	
Presidente da CPL	Membro da CPL	
Humberto Alcino da Silva	Iriberto Antônio M. Junior	
Membro da CPL	Membro da CPL	

Ratifico a decisão da Comissão Permanente de Licitações.
Prossiga-se com a Licitação.

Vera Suely de Andrade
Secretária de Administração

Joice Porto Luca
Superintendente da FMCT de São José/SC

PORTARIA SAS/PMSJ Nº 015/2020

Publicação Nº 2595124

PORTARIA SMA/PMSJ nº 015, de 05 de AGOSTO de 2020.

DESIGNA FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, DECORRENTE DE LICITAÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 2.132, de 04 de abril de 1990 e tendo em vista o disposto no art. nº 65, da Lei Ordinária nº 2.248, de 20 de março de 1991, bem como as indicações de fiscalização exaradas pelos órgãos participantes,

RESOLVE:

Art. 1º – Designar a Servidora Juceliane da Silva Borges, matrícula nº 428368-6, para efetuar a fiscalização das Atas de Registro de Preços nº 181 e 182/2020 decorrentes do Pregão Presencial nº 149/2019, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993, devendo desempenhar as

seguintes funções:

- I. Acompanhar toda a execução contratual;
 - II. Manter cópias legíveis do Contrato, Edital de Licitação, seus anexos e da proposta vencedora;
 - III. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais;
 - IV. Esclarecer dúvidas da contratada quanto à execução;
 - V. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
 - VI. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
 - VII. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da contratada que embarace a atividade fiscalizatória;
 - VIII. Determinar a regularização de faltas, defeitos ou incoerências;
 - IX. Adotar medidas para que a fiscalização garanta a qualidade do produto final e/ou o pagamento apenas dos serviços efetivamente executados
 - X. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato;
 - XI. Atestar as notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços;
 - XII. Prestar informações a respeito da execução do objeto e de eventuais glosas nos pagamentos devidos à contratada;
 - XIII. Solicitar à autoridade superior as providências que extrapolem a sua competência;
 - XIV. Documentar e motivar todas as alterações e prorrogações contratuais;
 - XV. Conhecer os limites e as regras para alterações contratuais previstos nas normas licitatórias
- Art. 2º – Na ausência do servidor designado no artigo anterior ficará automaticamente designada a Servidora Mariana Nascimento Silva - matrícula n.º428164-0, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º – Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rosemeri Bartuchski
Secretária Municipal de Assistência Social

PORTARIA SMA/PMSJ Nº 018/2020

Publicação Nº 2594895

PORTARIA SMA/PMSJ nº 018, de 07 de agosto de 2020.

DESIGNA FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, DECORRENTE DE LICITAÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993.

OS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE ADMINISTRAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, CASA CIVIL, SEGURANÇA, PROCURADORIA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO, EDUCAÇÃO, INFRAESTRUTURA, SAÚDE, PLANEJAMENTO E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS E URBANISMO E SERVIÇOS PÚBLICOS, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 2.132, de 04 de abril de 1990 e tendo em vista o disposto no art. nº 65, da Lei Ordinária nº 2.248, de 20 de março de 1991,

RESOLVEM:

Art. 1º – Designar os Servidores abaixo descritos para efetuar a fiscalização da Ata de Registro de Preços n.º 155 A 160/2020, decorrente do Pregão Eletrônico n.º 187/2019, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993:

Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito	Fiscal: Tiago Gorges	Matrícula n.º 23191-6
	Suplente: Ederson dos Santos Borges	Matrícula n.º 15698-1
Procuradoria Geral	Fiscal: Sandro José da Silva	Matrícula nº 17001-1
	Suplente: Rafael Ferreira Juchem	Matrícula nº 35284
Secretaria da Casa Civil	Fiscal: Junior Spies	Matrícula nº 426767
	Suplente: Maria Solange Huntemann	Matrícula nº 33101-5
Secretaria de Assistência Social	Fiscal: Glades Gonçalves Panasolo	Matrícula nº 428038-5
	Suplente: Renaldo Osvaldo da Silva	Matrícula nº 428271-0
Secretaria de Administração	Fiscal: Camila Furlan Parucker	Matrícula nº 4300459
	Suplente: Luiz Carlos Dams Junior	Matrícula nº 161543
Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação	Fiscal: Andrey Francisco da Rosa	Matrícula nº 428363-5
	Suplente: Wilian Quadros da Silva	Matrícula nº 4278266-7
Secretaria de Educação	Fiscal: Tânia Reina Janesch Wolf	Matrícula nº 13578-0
	Suplente: Joberto Cardoso	Matrícula nº 34331
Secretaria de Infraestrutura	Fiscal: Valdenir Vitor de Souza	Matrícula nº 1227-0
	Suplente: Jailson Hames	Matrícula nº 33154-6
Secretaria de Planejamento e Assuntos Estratégicos	Fiscal: Tatiana Heinzen Serafin Haviaras	Matrícula nº 428355-4
	Suplente: Maria Eduarda da Silveira	Matrícula nº 428239-6
Secretaria de Saúde	Fiscal: Marcio Hoegenn	Matrícula nº 4282159
	Suplente: Jailton Ademar Martins	Matrícula nº 4279956

Secretaria de Serviços Públicos -SUSP	Fiscal: Pedro Inácio da Silva	Matrícula nº 426191-7
	Suplente: Rafael Araújo	Matrícula nº 426462-2

PARÁGRAFO ÚNICO. Os servidores relacionados deverão desempenhar as seguintes funções:

- I. Acompanhar toda a execução contratual;
- II. Manter cópias legíveis do Contrato, Edital de Licitação, seus anexos e da proposta vencedora;
- III. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais;
- IV. Esclarecer dúvidas da contratada quanto à execução;
- V. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
- VI. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- VII. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da contratada que embarace a atividade fiscalizatória;
- VIII. Determinar a regularização de faltas, defeitos ou incoerências;
- IX. Adotar medidas para que a fiscalização garanta a qualidade do produto final e/ou o pagamento apenas dos serviços efetivamente executados
- X. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato;
- XI. Atestar as notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços;
- XII. Prestar informações a respeito da execução do objeto e de eventuais glosas nos pagamentos devidos à contratada;
- XIII. Solicitar à autoridade superior as providências que extrapolem a sua competência;
- XIV. Documentar e motivar todas as alterações e prorrogações contratuais;
- XV. Conhecer os limites e as regras para alterações contratuais previstos nas normas licitatórias.

Art. 2º – Na ausência do servidor designado ficará automaticamente designado o Servidor suplente, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º – Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2020.

Andréa Irany Pacheco Secretária de Segurança e Defesa Social	Rodrigo João Machado Procurador Geral do Município
Lédio Coelho Secretário da Casa Civil	Rosiméri Bartucheski Secretária de Assistência Social
Vera Suely de Andrade Secretaria de Administração	Lilian Sandin Boeing Secretária de Educação
Waldemar Bornhausen Neto Secretário de Desenvolvimento Econômico e Inovação	Michael Pedro Rosaneli Secretário de Urbanismo e Serviços Públicos
Milton Bley Junior Secretário de Infraestrutura	Luiz Fernando Aquino Secretário de Plan. e Assuntos Estratégicos
Sinara Regina Simioni Secretária de Saúde	

TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 088/2020-02

Publicação Nº 2595156

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 088/2020-02 – Proc. Adm. 3764/2020 – Contratado: PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: O presente termo aditivo tem como objeto o REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO, nos termos previstos na Ata de Registro de Preços nº 088/2020 e nos demais documentos que instruem o processo administrativo em epígrafe. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO: Conforme justificativa apresentada pelo órgão gestor do registro de preços através do Memorando nº 196/2020/COMPRAS/SMS de 23/06/2020, o valor unitário do item 09 passará a R\$ 0,4260; do item 75 passará a R\$ 15,6000; do item 78 passará a R\$ 0,9000; do item 151 passará a R\$ 0,1380; do item 152 passará a R\$ 0,2740; do item 153 passará a R\$ 0,4200; do item 154 passará a R\$ 0,1400; do item 155 passará a R\$ 1,7900; do item 163 passará a R\$ 2,7800; do item 164 passará a R\$ 2,9000 e do item 165 passará a R\$ 2,9400 que correspondem ao acréscimo de R\$44.594,30 (quarenta e quatro mil, quinhentos e noventa e quatro reais e trinta centavos), alterando o valor total da Ata de Registro de Preços de R\$292.072,40 (duzentos e noventa e dois mil, setenta e dois reais e quarenta centavos) para R\$336.666,70 (trezentos e trinta e seis mil, seiscentos e sessenta e seis reais e setenta centavos). Data da assinatura: 04 de agosto de 2020.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 083/2018-02

Publicação N° 2595925

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 083/2018-02 – Proc. Adm. 4222/2020 – Contratado: OI MÓVEL S/A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO DE PRAZO, nos termos previstos no Contrato N° 083/2018. DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO: Fica prorrogado o prazo de vigência contratual por mais 12 (doze) meses, com efeitos a partir do dia 17/07/2020. Data: 22 de julho 2020.

CÂMARA MUNICIPAL

ATA DE SESSÃO PP 012/2020

Publicação Nº 2595153

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOSE

Página: 1/2
Data: 07/08/2020
Processo: 110/2020

Edital de Pregão Presencial Nº 12
Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial

Reuniram-se no dia 07/08/2020, as 10:00:00, na CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOSE, o PREGOEIRO e sua equipe de apoio, designados pelo(a) Portaria 25/2020 com o objetivo de CPL 2020/2021 tratando do Edital de Pregão Presencial Nº 12 destinado a LICITAÇÃO TEM COMO OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE 01 (UM) LINK DEDICADO DE PELO MENOS 150 MBPS; 04 (QUATRO) ENDEREÇOS DE IP VÁLIDOS; PROTEÇÃO CONTRA ATAQUES DE NEGAÇÃO DE SERVIÇOS (ANTI-DDOS) CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA. .

Abaixo segue os licitantes classificados e que participaram da licitação:

1654 ACESSOLINE TELECOMUNICACOES LTDA	CNPJ: 14.798.740/0001-20
Representante: RICARDO MARTINS DANIELEWICZ	CPF: 887.781.779-87
1655 ALGAR SOLUCOES EM TIC S/A	CNPJ: 22.166.193/0001-98
Representante: MAURICIO OURIQUES BRILHANTE	CPF: 644.301.620-34
252 CLARO S. A.	CNPJ: 40.432.544/0001-47
Representante: FABIANO DE CARLO TAMIOZZO	CPF: 996.571.470-34
1329 TELEFONICA BRASIL S.A.	CNPJ: 02.558.157/0001-62
Representante: TATIANE SILVEIRA DE ALMEIDA CAPUSSO	CPF: 027.479.039-40

LOTE 1

Participaram deste lote os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Descto (%)	Valor da Proposta (R\$)
1654	ACESSOLINE TELECOMUNICACOES LTDA	Sim	0,0000	29.400,0000
252	CLARO S. A.	Sim	0,0000	29.400,0000
1329	TELEFONICA BRASIL S.A.	Sim	0,0000	22.581,6000
1655	ALGAR SOLUCOES EM TIC S/A	Sim	0,0000	20.880,0000

Nº do Lance	Fornecedor	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	ACESSOLINE TELECOMUNICACOES LTDA	20.000,0000	
1	CLARO S. A.	Desistiu	29.400,0000
1	TELEFONICA BRASIL S.A.	19.000,0000	
1	ALGAR SOLUCOES EM TIC S/A	18.500,0000	
2	ACESSOLINE TELECOMUNICACOES LTDA	17.000,0000	
2	TELEFONICA BRASIL S.A.	Desistiu	19.000,0000
2	ALGAR SOLUCOES EM TIC S/A	16.500,0000	
3	ACESSOLINE TELECOMUNICACOES LTDA	15.000,0000	
3	ALGAR SOLUCOES EM TIC S/A	14.500,0000	
4	ACESSOLINE TELECOMUNICACOES LTDA	14.000,0000	
4	ALGAR SOLUCOES EM TIC S/A	13.500,0000	
5	ACESSOLINE TELECOMUNICACOES LTDA	13.000,0000	
5	ALGAR SOLUCOES EM TIC S/A	12.500,0000	
6	ACESSOLINE TELECOMUNICACOES LTDA	12.000,0000	
6	ALGAR SOLUCOES EM TIC S/A	11.500,0000	
7	ACESSOLINE TELECOMUNICACOES LTDA	11.000,0000	
7	ALGAR SOLUCOES EM TIC S/A	10.500,0000	
8	ACESSOLINE TELECOMUNICACOES LTDA	10.400,0000	
8	ALGAR SOLUCOES EM TIC S/A	10.300,0000	
9	ACESSOLINE TELECOMUNICACOES LTDA	10.200,0000	
9	ALGAR SOLUCOES EM TIC S/A	10.100,0000	
10	ACESSOLINE TELECOMUNICACOES LTDA	10.000,0000	
10	ALGAR SOLUCOES EM TIC S/A	9.950,0000	
11	ACESSOLINE TELECOMUNICACOES LTDA	9.900,0000	
11	ALGAR SOLUCOES EM TIC S/A	Desistiu	9.950,0000

Julgamento das Propostas:



ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOSE

Página: 2/2
 Data: 07/08/2020
 Processo: 110/2020

Edital de Pregão Presencial Nº 12
Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial

Sobre a documentação dos licitantes: Por apresentar documentação que vai de encontro ao item 1.4 do termo de referencia do edital, a empresa Acessoline foi desclassificada do pregão, sendon concedido desde já o direito de recurso para a licitante. Porém, o vencedor será declarado somente após o término da fase recursal e apresentação de contra razões pelos interessados.

Segundo o representante da empresa Acessoline, tem que ser respeitado o item 5.2 do edital, que consiste em faturar no CNPJ da empresa ganhadora (matriz) caso a empresa Algar seja declarada vencedora. Ademais, o representante alega que a empresa Algar não apresentou a documentação compete referente ao item 8.4.1 (certidão negativa de falência e concordata e certidão negativa de recuperação judicial ou extrajudicial). Além disso, nos termos do item 1.4, onde compreende a desclassificação da empresa Acessoline, também sob alegação do representante da empresa, as conexões internacionais são feitas pelos operadores TIER1, conforme pesquisa rapida, em sessão, pelo representante da empresa.

Os apontamentos levantados pelo representante da empresa Acessoline são os motivos da apresentação de recursos pela mesma.

Após verificada a regularidade da documentação dos licitantes melhores classificados, os mesmos foram declarados vencedores dos respectivos lotes, tendo sido, então, concedida a palavra aos participantes do certame para manifestação da intenção de recurso, e em seguida foi divulgado o resultado da licitação conforme indicado no quadro Resultado da Sessão Pública. Nada mais havendo a declarar foi encerrada a sessão às 11:02 horas do dia 7 de Agosto de 2020, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio.

Assinatura do pregoeiro e dos membros da comissão que estiveram presentes.

<u>BRUNO GABRIEL MELLO MACHADO</u>	-Pregoeiro
<u>GUILHERME CLASEN GAGLIOTTI</u>	-Membro 1
<u>ANA LETICIA SOUSA DE OLIVEIRA</u>	-Membro 2
Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:	
RICARDO MARTINS DANIELEWICZ	- CPF: 887.781.779-87
TATIANE SILVEIRA DE ALMEIDA CAPUSSC	- CPF: 027.479.039-40
MAURICIO OURIQUES BRILHANTE	- CPF: 644.301.620-34
FABIANO DE CARLO TAMIOZZO	- CPF: 996.571.470-34

São José do Cedro

PREFEITURA

CCA Nº 633/2020 - DOM - IGREJA - 6332020

Publicação Nº 2596378

EDITAL DE PUBLICIDADE DE CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL PROTOCOLO Nº 633/2020

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 633/2020 CONDER

O Município de São José do Cedro - SC, endereço Rua Jorge Lacerda, 1049, Centro, CEP 89930-000, CNPJ 83.026.781/0001-10, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art. 10, VIII), torna público que o município deferiu o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, com prazo de validade de 12 meses, formulado pelo empreendedor IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLÉIA DE DEUS, CNPJ 78.488.848/0001-07, para a atividade de 71.11.07 – Condomínios de edifícios de uso misto (comercial, residencial, serviços) localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: a) não possua Plano Diretor, de acordo com a Lei federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001; b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade, no Município de São José do Cedro/SC. Sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CONDER, localizado na Rua Oswaldo Cruz, 167, Centro, São Miguel do Oeste, SC. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA, nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

DECRETO Nº 124/2020/SF

Publicação Nº 2594414

DECRETO Nº 124/2020 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso I do Art. 9º, da Lei Municipal nº 4.852/2019 LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

10 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS
03 DEPTO DE TRANSPORTES E DO INTERIOR
1.035 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS

"237"4.4.90.00.00.1.3087 Aplicações Diretas R\$150.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, no valor R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), Recursos Emenda Impositiva estado, fonte 1.3087.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 31 de julho de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 125/2020/SF

Publicação Nº 2594416

DECRETO Nº 125/2020 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso III do Art. 9º, da Lei Municipal nº 4.852/2019 LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
03 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
2.007 DEPTO DE SEGURANÇA PÚBLICA
"235"3.3.90.00.00.3.0000 Aplicações Diretas R\$20.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Superávit Financeiro do Exercício Anterior, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), Recursos Ordinários, fonte 3.0000.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 31 de julho de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 126/2020/SF

Publicação Nº 2596035

DECRETO Nº 126/2020 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso I do Art. 9º, da Lei Municipal nº 4.852/2019 LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-FMS
06 DEPARTAMENTO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
2.059 MANUTENÇÃO DA SAÚDE AMBULATORIAL E HOSPITALAR
"57"3.3.90.00.00.1.0719 Aplicações Diretas R\$700.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, no valor R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), Recursos Média e Alta Complexidade, Fonte 1.0719.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 31 de julho de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 127/2020/SF

Publicação Nº 2596037

DECRETO Nº 127/2020 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso I do Art. 9º, da Lei Municipal nº 4.852/2019 LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-FMS
02 DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA
1.051 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA TRANSPORTE DE PACIENTES
"89"4.4.90.00.00.1.3087 Aplicações Diretas R\$350.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, no valor R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), Recursos Emenda Impositiva - Estado, Fonte 1.3087.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 31 de julho de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 6794/2020

Publicação Nº 2594412

DECRETO Nº 6.794, DE 04 DE AGOSTO DE 2020.

ALTERA DECRETO Nº 6.691, DE 18 DE MARÇO DE 2020 QUE CRIA COMITE DE CRISE PARA ENFRENTAMENTO DO CORONAVÍRUS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 69, da Lei Orgânica do Município

DECRETA:

Art.1º. Fica alterado o Art. 1º do Decreto n 6.691, de 18 de março de 2020, para inclusão de novos membros ao Comitê de Crise, passando a vigor com a seguinte redação:

Art. 1º Para fins de monitoramento da evolução da pandemia do COVID19 fica criado, no âmbito do Município de São José do Cedro, o "Comitê de Crise", composto pelos seguintes membros:

I – ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA;

II - IDENE PAULI;

III – SILENE TEREZINHA BECKENCAMP LUNKES;

IV – FABIANE MARIA DA ROCHA SMANIOTTO;

V – MAURO WEBER;

VI – ELANDIR JOÃO ZANARDI;

VII – CÁSSIA DOS SANTOS;

VIII – MARCOS BAGNARA;

IX - CARINE KAISER WOLFART;

X – RUDIMAR CESAR WINTER.

XI – IVAIR GANZER;

XII – MONICA CANTON DE TOLEDO;

XIII – MARCOS AURÉLIO BORTOLOTTI;

XIV - LEANDRO AFONSO BORDIN;

XV – JOCIELE CRISTINA DELAZERE;

XVI – SANDRO ZANCANARO;

XVII – CLEITON TRECCO.

XVIII – ELIZANDRO MORAES

§ 1º A coordenação do Comitê de Crise caberá a ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA.

§ 2º Compete ao Comitê de Crise monitorar e indicar as medidas necessárias para o enfrentamento da pandemia do COVID-19.

§ 3º O Comitê de Crise se reunirá, sempre que necessário, para deliberar acerca das medidas a serem adotadas. "

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, especialmente aquelas contidas no Decreto nº 6.693, de 23 de março de 2020.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 04 DE AGOSTO DE 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

DECRETO Nº 6795/2020

Publicação Nº 2594413

DECRETO Nº 6.795, DE 04 DE AGOSTO DE 2020.

"ESTABELECE MEDIDAS PREVENTIVAS E RESTRITIVAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DA INFECÇÃO HUMANA PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19)."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 69, da Lei Orgânica do Município e, ainda,

CONSIDERANDO o estado de emergência em saúde pública de importância internacional declarado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID19);

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979/2020 de 06 de fevereiro de 2020 que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID19);

CONSIDERANDO o artigo 23, inciso II, da Constituição Federal, que determina a competência concorrente da União, Estados e Municípios para cuidar da saúde, bem como o artigo 30, inciso I, da Constituição, que dispõe que é de competência dos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 630, de 01 de junho de 2020 que altera o Decreto nº 562, de 17 de abril de 2020 e declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense para fins de enfrentamento à COVID-19, estabelece medidas de combate e enfrentamento à pandemia da COVID-19 e atribuiu às autoridades sanitárias municipais a competência para estabelecer medidas específicas que suspendam ou restrinjam as atividades a fim de conter a contaminação e a propagação do coronavírus em seus territórios;

CONSIDERANDO a Portaria Estadual nº 464, de 03 de julho de 2020 que instituiu o programa de descentralização e regionalização das ações de combate ao COVID-19 prevendo que os municípios de uma mesma Região de Saúde possam tomar decisões no sentido de flexibilizar ou restringir atividades sociais e econômicas embasados em critérios e dados epidemiológicos locais pertinentes a curva de contaminação e disseminação do novo Coronavírus – COVID-19 e que a Comissão Intergestores Regional – CIR homologará as decisões tomadas pelo conjunto de municípios de seu território após a avaliação, orientação e organização técnica para subsidiar a tomada de ação de enfrentamento à COVID-19 e posteriormente informará ao Centro de Operações de Emergência em Saúde – COES as medidas adotadas na sua região de saúde;

CONSIDERANDO a Portaria SES nº 348, de 22 de maio de 2020 que proíbe a aglomeração de pessoas em qualquer ambiente, seja público ou privado, interno ou externo, para a realização de atividades de qualquer natureza;

CONSIDERANDO as últimas recomendações exaradas pela COES – Central de Operações de Emergência em Saúde para a região oeste do Estado de Santa Catarina e da CIR – Comissão Inter Gestores Regional da Região de Saúde do Extremo Oeste de Santa Catarina

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação para a efetiva eficácia das medidas adotadas com vistas ao isolamento social e a aglomeração de pessoas, a fim de prevenir e evitar a transmissão de COVID-19 em nosso município,

CONSIDERANDO a situação epidemiológica local e decisão conjunta dos municípios que integram a AMEOSC tomada em reunião realizada no dia 30 de julho de 2020;

DECRETA:

Art. 1º Ficam suspensas no território do município:

I - Até o dia 07 de setembro de 2020:

a) as aulas presenciais nas unidades das redes pública e privada de ensino municipal relacionadas à educação infantil, ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos (EJA), sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, o qual deverá ser objeto de reposição oportunamente;

b) o calendário de eventos esportivos amadores organizados pelo Município, bem como o acesso público a eventos e competições da iniciativa privada, a prática de esportes coletivos, inclusive futebol, carreados, dominó, bocha, 48, bilhar e outras modalidades que possam aglomerar pessoas, em clubes sociais, bares, lanchonetes e demais estabelecimentos sediados na cidade e no interior deste município;

c) a realização de eventos culturais como shows, espetáculos, festas, teatro, cinema e similares que acarretem reunião de público em espaços públicos ou privados;

d) a concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivos, como parques, praças, áreas de lazer e afins.

Art. 2º É recomendado o uso de máscara de tecido de proteção individual, de confecção manual, artesanal ou industrial, com cobertura da boca e nariz, para circulação em espaços públicos e privados acessíveis ao público, em vias públicas e em veículos utilizados para fretamento de pessoas.

Parágrafo único: Os estabelecimentos que, por suas características de prestação de serviços, necessitem de uso de EPI's específicos, não poderão substituí-los pelas máscaras de tecido.

Art. 3º As atividades desempenhadas por bares, restaurantes, lanchonetes e estabelecimentos congêneres deverão observar as disposições

constantes e vigentes nas Portarias da Secretaria de Estado da Saúde, nos decretos municipais vigentes e ainda:

I - Horário diário de funcionamento compreendido entre as 6h00 até às 22h00;

II - Priorização do atendimento mediante reserva e agendamento de horário, tele entrega ou retirada no estabelecimento;

III - Proibição de utilização de espaços de playground existentes no interior dos estabelecimentos;

IV - Proibição da prática de qualquer espécie de jogos no interior dos estabelecimentos;

V - Intensificação das medidas de higienização de superfícies e áreas circulantes, bem como, disponibilização de álcool gel 70% para os usuários nas entradas e saídas do estabelecimento e em cada mesa ou balcão, além de distanciamento mínimo de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) entre os clientes;

VI - Priorização da ventilação natural dos ambientes.

Art. 4º Fica suspensa, até a data de 07 de setembro de 2020, em qualquer horário e ambiente, seja público ou privado, interno ou externo, a realização de eventos, confraternizações, festas e atividades de qualquer natureza que importem em aglomeração de pessoas.

§ 1º O descumprimento da medida prevista no caput deste artigo acarretará a aplicação das infrações sanitárias e penalidades previstas na legislação sanitária vigente, além de multa no valor de 2,0 UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal), para o responsável/promotor e de 1,0 UFRM para os participantes do evento.

§ 2º Em caso de reincidência do ato, por parte de pessoas físicas, o valor da multa será cobrado em dobro.

§ 3º Em caso de reincidência do ato, por parte de pessoa jurídica, o valor da multa será cobrado em dobro, sem prejuízo da interdição do estabelecimento pelo prazo de 05 (cinco) dias.

§ 4º Sem prejuízo da aplicação das multas previstas acima, poderá haver a responsabilização criminal como incurso nas penas do artigo 268 do Código Penal a ser apurada pela esfera competente.

§ 5º Não se aplica a proibição constante do caput deste artigo para a realização das atividades que se encontram liberadas e reguladas pelas normas sanitárias vigentes, desde que cumpridas às regras sanitárias estabelecidas.

§ 6º Fica proibida também a realização de festas e confraternizações em residências particulares com pessoas que não as residentes no local com o intuito de evitar aglomerações e manter o isolamento social.

Art. 5º As pessoas diagnosticadas infectadas com o coronavírus (Covid-19) devem manter-se em isolamento pelo tempo recomendado pelo profissional de saúde.

§ 1º O descumprimento da medida prevista no caput deste artigo, acarretará a aplicação das infrações sanitárias e penalidades previstas na legislação sanitária vigente, além de multa no valor de 1,5 UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal).

§ 2º Em caso de reincidência do ato o valor da multa será cobrado em dobro.

§ 3º Sem prejuízo da aplicação das multas previstas acima, poderá haver a responsabilização criminal como incurso nas penas do artigo 268 do Código Penal por infração a determinação do poder público destinada a impedir a propagação de doença contagiosa a ser apurada na esfera competente e, cumulativamente, às sanções previstas na Lei Complementar nº 81, de 13 de setembro de 2019.

Art. 6º Ficam reconhecidos como autoridades de saúde no município de SÃO JOSÉ DO CEDRO os militares e servidores da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, cabendo-lhes a fiscalização do cumprimento das medidas específicas de enfrentamento ao COVID-19, sem prejuízo da atuação de órgãos de competência fiscalizatória específica.

Art. 7º Caberá à Vigilância Sanitária e Epidemiológica Municipal, compartilhada com Vigilância Sanitária Regional, à Defesa Civil Municipal e demais órgãos de saúde do município, como a Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, a fiscalização das medidas constantes neste Decreto e demais normas sanitárias vigentes, as quais terão autonomia para interditar, multar ou adotar qualquer outra medida necessária para garantia da saúde pública, nas situações em que estejam descumprindo as normas estabelecidas para enfrentamento da pandemia da COVID-19 previstas neste Decreto e em outros diplomas legais vigentes.

Art. 8º As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do município e da Região de Saúde.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 04 de agosto de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 028/2020/SEMAE

Publicação Nº 2594614

PORTARIA Nº 028/2020/SEMAE.

Júnior Kunz, Diretor Geral do Serviço Municipal de Água e Esgoto – SEMAE, do município de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 85, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019 - Estatuto dos Servidores Públicos, e Lei Complementar nº 073, de 05 de junho de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 10 (dez) dias de férias ao servidor público municipal, Junior Kunz, ocupante do cargo efetivo de Agente Operacional de Serviços I, atualmente exercendo o cargo comissionado de Diretor Geral do SEMAE, matrícula nº 12, referente ao período aquisitivo de 01/03/2018 a 28/02/2019, para serem gozadas no período de 10 a 19 de agosto de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 10 de agosto de 2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Diretor Geral do SEMAE de São José do Cedro, em 06 de agosto de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA
Prefeito.

JUNIOR KUNZ,
Diretor Geral do SEMAE.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 423/2020

Publicação Nº 2594615

PORTARIA Nº 423/2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Artigo 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com os Arts. 97 e 98, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019, Estatuto dos Servidores Públicos, e

CONSIDERANDO que a servidora pertence ao grupo de risco do coronavírus (COVID-19), por possuir mais de 60 (sessenta) anos de idade;
CONSIDERANDO que esta já usufruiu de antecipação de férias;
CONSIDERANDO a impossibilidade de realização de teletrabalho, devido à natureza das funções desempenhadas por esta;
CONSIDERANDO a ausência da necessidade de contratação de pessoal para executar as funções desempenhadas pela servidora, sendo estas supridas através do aproveitamento de outros servidores municipais em exercício;
CONSIDERANDO o requerimento protocolado em 27 de julho de 2020 pela servidora, onde requer licença para tratar de interesses particulares, sem remuneração, por questões de saúde,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratar de interesses particulares, à servidora pública municipal, Pierina Libera Salvi, ocupante do cargo efetivo de Telefonista, matrícula nº 3940, no período 03 de agosto de 2020 a 29 de janeiro de 2021, reservando o direito de retorno de acordo com a necessidade dos serviços por parte da prefeitura ou interesse da servidora.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de agosto de 2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 06 de agosto de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

IDENE PAULI,
Secretária Municipal de Saúde.
Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 424/2020

Publicação Nº 2594616

PORTARIA Nº 424/2020

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 85, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019 - Estatuto dos Servidores Públicos;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias à servidora pública municipal, Eliane Maria Sartori, ocupante do cargo efetivo de Diretor de Secretaria, matrícula nº 2791, sendo 10 (dez) dias referente ao período aquisitivo de 05/02/2015 a 04/02/2016 e 20 (vinte) dias referente ao período aquisitivo de 05/02/2016 a 04/02/2017, para serem gozadas no período de 10 de agosto a 08 de setembro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 08 de agosto de 2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 06 de agosto de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

VERA REGINA CERIOLI COSTA,
Secretária Municipal da Fazenda/Administração.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA N° 425/2020

Publicação N° 2594617

PORTARIA N° 425/2020

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 85, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019 - Estatuto dos Servidores Públicos;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias à servidora pública municipal, Vera Regina Cerioli Costa, ocupante do cargo de Secretária Municipal da Fazenda/Administração, matrícula nº 3734, referente ao período aquisitivo de 02/05/2019 a 01/05/2020, para serem gozadas no período de 10 de agosto a 08 de setembro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 10 de agosto de 2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 06 de agosto de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA N° 426/2020

Publicação N° 2594618

PORTARIA N° 426/2020

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 85, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019 - Estatuto dos Servidores Públicos;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 15 (quinze) dias de férias à servidora pública municipal, Marli do Carmo Maraschim, ocupante do cargo comissionado de Diretor de Escola ou Creche, matrícula nº 3877, referente ao período aquisitivo de 01/04/2019 a 31/03/2020, para serem gozadas no período de 10 a 24 de agosto de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 10 de agosto de 2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 06 de agosto de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

MAURO WEBER,
Secretário Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 427/2020

Publicação Nº 2594620

PORTARIA Nº 427/2020

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 85, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019 - Estatuto dos Servidores Públicos;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 15 (quinze) dias de férias à servidora pública municipal, Leda Maria Britz Lunkes, ocupante do cargo comissionado de Diretor de Escola ou Creche, matrícula nº 2867, referente ao período aquisitivo de 01/08/2018 a 31/07/2019, para serem gozadas no período de 10 a 24 de agosto de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 10 de agosto de 2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 06 de agosto de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

MAURO WEBER,
Secretário Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 428/2020

Publicação Nº 2594621

PORTARIA Nº 428/2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor público municipal, Douglas Cesar Patel, ocupante do cargo comissionado de Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, Grupo DAC, matrícula nº 3355, para responder interinamente pelas Secretarias Municipais de Fazenda/ Administração, no período de 10 de agosto a 08 de setembro de 2020, em virtude de férias da Secretária Vera Regina Cerioli Costa.

Art. 2º. O servidor ora designado atuará sem ônus para o município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 10 de agosto de 2020.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 06 de agosto de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA N° 429/2020

Publicação N° 2594622

PORTARIA N° 429/2020.

"PORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR."

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso XI, do Artigo 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Municipal 4.046/2012 e Art. 153 da Lei Complementar Municipal nº 083, de 29 de novembro de 2019 - Estatuto dos Servidores Públicos;

RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR por mais 90 (noventa) dias, a partir de 11 de agosto de 2020, o prazo para conclusão do PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, instaurado através da Portaria nº 336/2020, de 12 de maio de 2020, para apuração de infrações administrativas, em face da servidora pública municipal, Daniela Gonzatto, matrícula nº 4007, Conselheira Tutelar.

Art. 2º. Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de 11 de agosto de 2020.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 06 de agosto de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA N° 430/2020

Publicação N° 2594623

PORTARIA N° 430/2020

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 85, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019 - Estatuto dos Servidores Públicos;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias à servidora pública municipal, Maiara Regina de Mello, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 3402, referente ao período aquisitivo de 22/08/2019 a 21/08/2020, sendo 10 (dez) dias a serem gozadas no período de 06 a 14 de agosto de 2020, e os outros 20 (vinte) dias decorrentes da antecipação de férias concedidas em abril de 2020 decorrente da situação de calamidade pública.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 06 de agosto de 2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 06 de agosto de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

IDENE PAULI,
Secretária Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 865, DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2594512

PORTARIA Nº 865, DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal NEIVA ESSER, matrícula nº 1762/01, ocupante do cargo de Agente de Apoio Operacional, no período de 17 de agosto a 15 de setembro de 2020, referente ao período aquisitivo 2018/2019.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de agosto de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2020.

PORTARIA Nº 866, DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2594634

PORTARIA Nº 866, DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

Altera a Portaria nº 1.293, de 11 de novembro de 2019, que designa servidores públicos municipais para comporem a Comissão de Avaliação de Bens Móveis Para Fins de Leilão, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo conferidas pelo art. 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o artigo 1º da Portaria nº 1.293, de 11 de novembro de 2019, que "designa servidores públicos municipais para comporem a Comissão de Avaliação de Bens Móveis Para Fins de Leilão, e dá outras providências", para que passe a constar com as seguintes alterações:

"Art. 1º

I - Gustavo Pogere, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, matrícula nº 3313/01;

II

III - Edisson Ari Piletti, ocupante do cargo de Gerente de Controle Patrimonial, matrícula nº 1943/01.

..... ". (NR)

Art. 2º As demais disposições da Portaria nº 1.293, de 11 de novembro de 2019, permanecem inalteradas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de agosto de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO/ATA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº 19/2019

Publicação Nº 2594703

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO/ATA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº 19/2019, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA E A EMPRESA ATUAL INFORMÁTICA E ASSISTENCIA TÉCNICA LTDA ME

Pelo presente Termo, de um lado o Município de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua São Luiz 210, inscrito no CNPJ Nº. 80.912.124/0001-82 neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício o Sr. VILMAR SCHMAEDECKE, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Linha Anta Gorda, s/nº, interior, neste Município, inscrito no CPF nº. 938.411.089-20, RG nº. 3.299.783, doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado a empresa ATUAL INFORMÁTICA E ASSISTENCIA TÉCNICA LTDA ME, estabelecida na Av. Araucária, 541, centro, no Município de Maravilha – SC, inscrita no CNPJ Nº. 04.326.894/0001-65, neste ato representado por seu sócio proprietário GIOVANI FRANKEN, brasileiro, residente e domiciliada na cidade de Maravilha – SC, inscrito no CPF Nº.004.822.049-31, doravante denominada de CONTRATADA, resolvem entre si aditar os valores da ata de registro de preços 19/2019 de acordo com o Edital do Processo Licitatório n.º 44/2019, pelas seguintes cláusulas que seguem:

Cláusula Primeira – DO ADITAMENTO

O presente termo de reequilíbrio financeiro tem como finalidade promover o reajuste a MAIOR VALOR dos preços unitários do Itens 07 – Impressora para impressão de etiquetas, conforme solicitado pela empresa requerente, que apresentou as devidas justificativas e comprovações de que realmente houve o aumento dos custos dos produtos, sendo necessário o reequilíbrio econômico financeiro desses itens da ata de registro de preços.

O reequilíbrio financeiro a MAIOR VALOR ficará assim distribuído:

Item 07 - Impressora para impressão de etiquetas – impressora OS-214 Plus para impressão de etiquetas, método transferência térmica e térmica direta, resolução de 203dpi, largura máxima de impressão de 104mm, velocidade máxima de impressão de 102mm por segundo. Interfaces serial, paralela e USB. Tamanho 18,6cm de largura x 27,8cm de altura x 16,5cm de comprimento aproximadamente. Programação PPLA Driver para Windows XP/Vista/Win7/Win8/Win10. Software para criação de etiquetas barTender. Valor licitado R\$ 1.399,00, valor que passará a ser pago R\$ 1.748,75. Um aumento na ordem de 25% nos valores.

Cláusula SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato/ata permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Cláusula TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA

Este Termo de reequilíbrio tem a finalidade de ajustar os valores atuais pagos pelo item descritos acima, considerando a justificativas e comprovações de que realmente houve o aumento dos custos dos produtos, tendo como base os documentos apresentados pela empresa (cotações, orçamentos), noticiais vinculadas em meios de comunicação sobre o aumento do dólar, que afeta diretamente o comércio de componentes equipamentos de informática, que são os objetos deste reequilíbrio econômico financeiro, sendo que o reequilíbrio apenas estará corrigindo os valores equiparando-se aos da época em que ocorreu o processo licitatório, mantendo assim a capacidade da empresa de realizar a entrega dos objetos, conforme a mesma descreve em sua solicitação.

E por ser esta a expressão de vontade dos contratantes, assinam o presente termo, em duas vias de igual teor.

São Miguel da Boa Vista, 14 de julho de 2020.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA ATUAL INFOR. E ASSIS. TÉCNICA LTDA ME

Vilmar Schmaedecke

Representante Legal

Contratante

Contratada

PRIMEIRO TERMO DE REEQUILIBRIO ECONOMICO FINANCEIRO A ATA 37-2019, PROCESSO 65-2019 - MB CATARINENSE

Publicação Nº 2594699

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO/ATA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº 37/2019, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA E A EMPRESA MB CATARINENSE EIRELI

Pelo presente Termo, de um lado o Município de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua São Luiz 210, inscrito no CNPJ Nº. 80.912.124/0001-82 neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício o Sr. VILMAR SCHMAEDECKE, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Linha Anta Gorda, s/nº, interior, neste Município, inscrito no CPF nº. 938.411.089-20, RG nº. 3.299.783, doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado a empresa MB CATARINENSE EIRELI, estabelecida na Av. Sul Brasil, 1069, no Município de Maravilha – SC, inscrita no CNPJ Nº. 016.961.181/0001-52, neste ato representado por seu sócio proprietário FELIPE MATHEUS HELFER, brasileiro, residente e domiciliada na cidade de Maravilha – SC, inscrito no CPF Nº.087.339.579-40, doravante denominado de CONTRATADA, resolvem entre si aditar os valores da ata de registro de preços 37/2019 de acordo com o Edital do Processo Licitatório n.º 65/2019, pelas seguintes cláusulas que seguem:

Cláusula Primeira – DO ADITAMENTO

O presente termo de reequilíbrio financeiro tem como finalidade promover o reajuste a MAIOR VALOR dos preços unitários dos Itens 53 – Computador (Desktop), e do Item 48 – No-break, conforme solicitado pela empresa requerente, que apresentou as devidas justificativas e comprovações de que realmente houve o aumento dos custos dos produtos, sendo necessário o reequilíbrio econômico financeiro desses itens da ata de registro de preços.

O reequilíbrio financeiro a MAIOR VALOR ficará assim distribuído:

Item 48 - NO-BREAK, no mínimo 600VA, com baterias interna, filtro de linha, entrada de energia de 220v e no mínimo 4 saídas de 110v,

alarme sonoro de queda de luz, 50/60Hz, chave liga/desliga embutida e temporizada, impede desligamento acidental, autonomia média de até 30 minutos. Valor licitado R\$ 289,00, valor que passará a ser pago R\$ 346,80. Um aumento na ordem de 20% nos valores.

Item 53 - COMPUTADOR (DESKTOP), de no mínimo dois núcleos Físicos de sétima geração de 2.5 Ghz, cooler removível, memória Ram de 4GB, HD sata de 320 GB, áudio HD, gravador de CD e DVD, monitor de no mínimo 19 polegadas de led, som de 2.1 canais, mouse óptico, teclado ABNT2 com "Ç" (português), 02 caixas de som, com no mínimo 02 conectores USB frontal e 04 traseiros, Windows original/genuíno licenciado e programas básicos instalados, montado e instalado em local pré determinado pela Administração Municipal. Incluso adaptador WIFI/USB. Possuir todos os cabos para o funcionamento. Valor licitado R\$ 1.478,00, valor que passará a ser pago R\$ 1.773,60. Um aumento na ordem de 20% nos valores.

Cláusula SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato/ata permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Cláusula TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA

Este Termo de reequilíbrio tem a finalidade de ajustar os valores atuais pagos pelos itens descritos acima, considerando a justificativas e comprovações de que realmente houve o aumento dos custos dos produtos, tendo como base as notas de compra da empresa, notícias vinculadas em meios de comunicação sobre o aumento do dólar, que afeta diretamente o comercio de componentes equipamentos de informática, que são os objetos deste reequilíbrio econômico financeiro, sendo que o reequilíbrio apenas estará corrigindo os valores equiparando-se aos da época em que ocorreu o processo licitatório, mantendo assim a capacidade da empresa de realizar a entrega dos objetos, conforme a mesma descreve em sua solicitação.

E por ser esta a expressão de vontade dos contratantes, assinam o presente termo, em duas vias de igual teor.

São Miguel da Boa Vista, 14 de julho de 2020.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

Vilmar Schmaedecke

Contratante

MB CATARINENSE EIRELI

Representante Legal

Contratada

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 9.363/2020

Publicação Nº 2595033

DECRETO Nº 9.363/2020

REGULAMENTA OS BENEFÍCIOS EVENTUAIS INSTITUÍDOS PELA LEI MUNICIPAL Nº 6.948, DE 13 DE JUNHO DE 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o artigo 72, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, e

CONSIDERANDO a necessidade de se regulamentar no âmbito do Município de São Miguel do Oeste os Benefícios Eventuais instituídos pela Lei Municipal nº 6.948, de 13 de junho de 2014;

DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica regulamentado, por meio deste Decreto, no âmbito do Município de São Miguel do Oeste, os benefícios eventuais instituídos pela Lei Municipal nº 6.948, de 13 de junho de 2014.

Art. 2º Benefícios eventuais são provisões suplementares e provisórias prestadas aos indivíduos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e calamidade pública.

Parágrafo único. Não se incluem na modalidade de benefícios eventuais da assistência social as provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios vinculados ao campo da saúde, da educação, da integração nacional, da habitação, da segurança alimentar e das demais políticas públicas setoriais.

Art. 3º Os benefícios eventuais integram organicamente as garantias do SUAS, devendo sua prestação observar:

- I - não subordinação a contribuições prévias e vinculação a quaisquer contrapartidas;
- II - desvinculação de comprovações complexas e vexatórias, que estigmatizam os beneficiários;
- III - garantia de qualidade e prontidão na concessão dos benefícios;
- IV - garantia de igualdade de condições no acesso às informações e à fruição dos benefícios eventuais;
- V - ampla divulgação dos critérios para a sua concessão; e,
- VI - integração da oferta com os serviços socioassistenciais.

CAPÍTULO II

DA FORMA DE CONCESSÃO E DOS BENEFICIÁRIOS EM GERAL

Art. 4º Os benefícios eventuais se destinam aos cidadãos e às famílias com impossibilidade de arcar por conta própria o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros.

Art. 5º Terão prioridade na concessão dos benefícios eventuais a criança, a pessoa idosa, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e as famílias envolvidas em situações de calamidade pública.

Art. 6º O critério de renda mensal per capita familiar para acesso aos benefícios eventuais é igual ou inferior a 1/2 (meio) salário-mínimo vigente, que serão concedidos nos termos do art. 2º, § 5º, da Lei Municipal nº 6.948, de 13 de junho de 2014.

Parágrafo único. Nos casos em que as famílias não se enquadrarem nos critérios estabelecidos para acesso aos Benefícios Eventuais, a equipe de referência ou o Assistente Social responsável pelo atendimento, poderá conceder o benefício mediante Parecer Social ou Estudo Socioeconômico.

Art. 7º O Benefício Eventual poderá ser solicitado por qualquer membro maior de 18 anos que integre o grupo familiar, ou pelo Responsável Familiar no Cadastro Único ou, na inexistência, ou por parente de até terceiro grau do beneficiário, sempre prezando pelo grau de parentesco de maior proximidade, respeitado os diferentes tipos de arranjos familiares.

Art. 8º Quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social que estiver com os vínculos familiares rompidos, em situação de abandono ou morador de rua, a Secretaria de Assistência Social será responsável pela solicitação de benefício eventual, uma vez que não haverá familiar para requerê-lo.

Art. 9º A concessão de benefícios eventuais fica sob responsabilidade do técnico assistente social, sendo que em situações emergenciais, na falta desse profissional, o benefício poderá ser concedido pelo técnico psicólogo responsável pelo atendimento, mediante justificativa da

concessão.

Parágrafo único. Em todas as concessões de benefícios eventuais, o profissional responsável deverá coletar assinatura do beneficiário em DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO, com especificação dos dados pessoais do usuário, além da quantidade e descrição do benefício acessado.

CAPÍTULO III DAS MODALIDADES DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Art. 10. São formas de benefícios eventuais:

- I – auxílio natalidade;
- II – auxílio funeral;
- III – auxílio a situações de vulnerabilidade temporária;
- IV – auxílio a situações de calamidade pública.

Seção I Do Auxílio Natalidade

Art. 11. O Benefício Eventual Auxílio Natalidade consiste em uma prestação temporária da Assistência Social, não contributiva, para atender as necessidades advindas do nascimento de membro da família.

Art. 12. O valor do auxílio natalidade será concedido em bens de consumo, na quantia de ½ (meio) até 1 (um) salário-mínimo vigente na data da solicitação, ponderado por meio do disposto no art. 2º, § 5º, da Lei Municipal nº 6.948, de 13 de junho de 2014.

§ 1º No caso de nascimento de gêmeos, trigêmeos, etc, o benefício ofertado à família será em número igual ao número dos nascidos.

§ 2º Os bens de consumo consistem no enxoval para o recém-nascido.

§ 3º Os bens de consumo que compõe o auxílio natalidade poderão ser revistos a qualquer tempo e sob análise de Diagnóstico Social local.

Art. 13. A avaliação e o fornecimento do auxílio natalidade ficará vinculado ao Setor de Benefícios Eventuais ou, na sua falta, às equipes socioassistenciais.

Seção II Do Auxílio Funeral

Art. 14. O Benefício Eventual Auxílio Funeral consiste em uma prestação temporária da Assistência Social, não contributiva, no valor de 01 (um) salário-mínimo vigente, destinado à redução da vulnerabilidade provocada pela morte de membro da família.

§ 1º Nos casos em que o falecido/beneficiário possuir plano funerário, o valor do benefício corresponderá apenas às despesas faltantes, limitado a 01 (um) salário-mínimo vigente.

§ 2º Na hipótese de o benefício se destinar ao pagamento de despesas de urna funerária, velório e sepultamento, o valor será repassado diretamente à empresa responsável pelos serviços funerários.

Art. 15. O valor do auxílio funeral poderá exceder um salário-mínimo vigente para custear despesas de urna funerária, velório e sepultamento nos casos de o falecido:

- I – ser morador de rua;
- II – não possuir vínculos familiares; ou
- III - não possuir familiares vivos.

Parágrafo único. Nos casos descritos no caput deste artigo, é de competência da Secretaria Municipal de Assistência Social custear as despesas.

Art. 16. A avaliação e o fornecimento do auxílio funeral ficará vinculado ao Setor de Benefícios Eventuais ou, na sua falta, às equipes socioassistenciais.

Seção III Do Auxílio a Situações de Vulnerabilidade Temporária

Art. 17. A Situação de Vulnerabilidade Temporária caracteriza-se pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, assim entendidos:

- I – riscos: ameaça de sérios padecimentos;
- II – perdas: privação de bens e de segurança material;
- III – danos: agravos sociais.

Parágrafo único. Os riscos, as perdas e os danos podem decorrer:

- I - da falta de alimentação;
- II - da falta de documentação;
- III - da falta de domicílio, quando:

- a) da situação de abandono ou da impossibilidade de garantir abrigo aos filhos;
- b) da perda circunstancial decorrente da ruptura de vínculos familiares, da presença de violência física ou psicológica na família ou de situações de ameaça à vida;
- c) de desastres e de calamidade pública;
- d) de outras situações sociais que comprometam a sobrevivência.

Art. 18. O Benefício Eventual Auxílio a Situação de Vulnerabilidade Temporária será concedido em bens materiais, de forma imediata, ou de acordo com as demandas da família, a partir do estudo socioeconômico ou parecer social realizado por assistente social.

Art. 19. Consideram-se bens materiais para efeitos do auxílio a situação de vulnerabilidade temporária:

- I – alimentação;
- II – vestuário de cama, mesa e banho;
- III – fotos para documentos pessoais;
- IV – utensílios para a cozinha;
- V – outros bens identificados pelas equipes de referência.

Subseção I

Da Alimentação

Art. 20. A Alimentação será concedida aos beneficiários que se encontrem em situação de vulnerabilidade temporária que implique na sua falta ou no seu frágil acesso.

Art. 21. O valor conferido para a alimentação será de ¼ (um quarto) do salário-mínimo vigente, transferidos na forma de cestas de alimentos, de acordo com as necessidades e quantidade de membros familiares.

Parágrafo único. As famílias não poderão receber o benefício de alimentação mais de uma vez no período de 30 (trinta) dias.

Art. 22. A Secretaria Municipal de Assistência Social tem autonomia para elaborar as cestas de alimentos de forma a melhor atender as necessidades do núcleo familiar.

Parágrafo único. Os produtos que compõem as cestas de alimentos poderão ser revistos a qualquer tempo, sob análise de Diagnóstico Social.

Art. 23. O técnico responsável pela análise da situação de vulnerabilidade temporária, quando reconhecer o direito da família ou do indivíduo a receber o benefício e tecer parecer favorável, fornecerá ao beneficiário uma "Autorização de Fornecimento" para retirada dos produtos.

Parágrafo único. Nos casos em que a família ou o indivíduo em situação de vulnerabilidade temporária necessitar de refeição momentânea, a viabilidade da concessão será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Subseção II

Do Vestuário de Cama, Mesa e Banho

Art. 24. O Vestuário de Cama, Mesa e Banho será concedido aos beneficiários que se encontrem em situação de vulnerabilidade temporária, oriunda de desastres naturais e incêndios.

§ 1º A comprovação dos incidentes indicados no caput deste artigo deverá se dar mediante apresentação de Relatório da Defesa Civil ou de Boletim de Ocorrência.

§ 2º Além das situações previstas no caput deste artigo, a Secretaria Municipal de Assistência Social poderá conceder o benefício em razão de outros eventos geradores de vulnerabilidade temporária, mediante parecer técnico do Assistente Social e justificativa da necessidade em situação emergencial.

Art. 25. O benefício dar-se-á por meio do fornecimento de bens materiais, conforme a necessidade de cada situação familiar.

Subseção III

Das Fotos para Documentos Pessoais

Art. 26. O benefício Fotos para Documentos Pessoais será concedido na forma de:

- I – emissão de 2ª via de Certidão de Nascimento;
- II - emissão de 2ª via de Certidão de Casamento;
- III - emissão de 2ª via de Carteira de Identidade;
- IV - emissão de CPF;
- V - custeio para obtenção de foto 3X4 (04 fotos por indivíduo).

Parágrafo único. Além da forma de concessão do benefício prevista no caput deste artigo, a Secretaria Municipal de Assistência Social poderá conceder outras espécies nesse mesmo seguimento, mediante parecer técnico do Assistente Social e justificativa da necessidade em situação emergencial.

Subseção IV

Dos Utensílios para a Cozinha

Art. 27. Os Utensílios para a Cozinha serão concedidos às famílias que se encontrem em situação de vulnerabilidade temporária, oriunda de desastres naturais e incêndios.

§ 1º A comprovação dos incidentes indicados no caput deste artigo deverá se dar mediante apresentação de Relatório da Defesa Civil ou de Boletim de Ocorrência.

§ 2º Além das situações previstas no caput deste artigo, a Secretaria Municipal de Assistência Social poderá conceder o benefício em razão de outros eventos geradores de vulnerabilidade temporária, mediante parecer técnico do Assistente Social e justificativa da necessidade em situação emergencial.

Art. 28. O benefício dar-se-á por meio do fornecimento de bens materiais, conforme a necessidade de cada situação familiar.

Subseção V

Dos Outros Bens Identificados pelas Equipes de Referência

Art. 29. Em virtude das demandas e atendimentos já realizados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, com a consequente identificação das demais necessidades das famílias que se encontrem em situação de vulnerabilidade temporária, fica regulamentada, na modalidade de Outros Bens Identificados pelas Equipes de Referência, a concessão de:

- a) passagem;
- b) hospedagem.

Art. 30. A Passagem será concedida ao indivíduo ou às famílias que se encontrem em situação de vulnerabilidade temporária, para:

I – retorno à cidade natal;

II – atender situação de imigração;

III - atender situação de abandono ou de impossibilidade de garantir abrigo aos filhos;

IV – atender situação de perda circunstancial decorrente da ruptura de vínculos familiares, da presença de violência na família ou de situações de ameaça à vida;

V – atender outras situações sociais identificadas pelo profissional Assistente Social.

§ 1º O valor conferido ao Benefício Eventual em forma de passagem será de até 01 (um) salário-mínimo vigente por grupo familiar.

§ 2º Este benefício será prestado uma única vez, no período de 01 (um) ano, a contar da data de sua concessão.

§ 3º Em casos de violência intrafamiliar ou risco de morte, poderá ser efetuada nova concessão dentro do período indicado no § 2º deste artigo, mediante avaliação e justificativa do profissional Assistente Social.

§ 4º No caso de pessoas em trânsito no município e que se encontram em situação de vulnerabilidade temporária, o destino da passagem será definido pela Secretaria Municipal de Assistência Social, levando-se em consideração o destino final e as possibilidades financeiras e materiais do Município.

§ 5º Não é de incumbência da Secretaria Municipal de Assistência Social o fornecimento de transporte e passagens a pessoas e/ou familiares em casos de tratamento de saúde ou visitas.

Art. 31. A Hospedagem busca garantir o reestabelecimento das seguranças sociais e será concedido ao indivíduo ou às famílias que se encontrem em situação de vulnerabilidade temporária decorrente de:

I - situação de abandono ou de impossibilidade de garantir abrigo aos filhos;

II – situação de perda circunstancial decorrente da ruptura de vínculos familiares, da presença de violência na família ou de situações de ameaça à vida;

III – outras situações sociais identificadas pelo profissional Assistente Social.

§ 1º O Benefício Eventual em forma de hospedagem será concedido mediante custeio de diária em hotel.

§ 2º O limite de diárias será de até 03 (três), no prazo de 12 (doze) meses, a contar da data da primeira concessão.

§ 3º O limite das diárias previsto no § 2º deste artigo poderá ser excedido em casos de comprovada necessidade, mediante avaliação e justificativa do profissional Assistente Social.

§ 4º Nas situações em que envolverem indivíduos de culturas étnicas indígena que estejam de passagem pelo Município, estes deverão ser acolhidos na Casa de Passagem do Artesão Indígena – CAPAI.

Seção IV

Do Auxílio a Situações de Calamidade Pública

Art. 32. O Benefício Eventual Auxílio a Situações de Calamidade Pública busca assegurar, complementarmente e de forma intersetorial com as demais políticas públicas, a sobrevivência e a reconstrução da autonomia dos beneficiários.

Art. 33. A situação de calamidade pública é reconhecida pelo poder público como sendo uma situação anormal, advinda de baixas ou altas

temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, entre outros eventos da natureza, bem como desabamentos, incêndios, epidemias, ocasionando sérios danos à família ou à comunidade.

Art. 34. Nas situações de calamidade pública poderão ser concedidos, conforme a necessidade de cada família, os seguintes bens materiais:

I – alimentação;

II – vestuário de cama, mesa e banho;

III – fotos para documentos pessoais;

IV – utensílios para a cozinha;

V – outros bens identificados pelas equipes de referência.

Parágrafo único. A forma de concessão dos bens materiais indicados neste artigo seguirá o mesmo procedimento para a concessão dos bens materiais do Benefício Eventual Auxílio a Situação de Vulnerabilidade Temporária, previsto neste Decreto.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 35. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 06 de agosto de 2020.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

ANDRÉIA APARECIDA DA SILVA REBELATO

Secretária Municipal de Assistência Social

JULIO ANTONIO BAGETTI

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Douglas Arcari

Advogado Assessor

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e nos demais órgãos oficiais do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

DECRETO Nº 9.364/2020

Publicação Nº 2596442

DECRETO Nº 9.364/2020

REGULAMENTA, EM ÂMBITO MUNICIPAL, A FORMA DE APLICAÇÃO DA LEI FEDERAL Nº 14.017, DE 29 DE JUNHO DE 2020, QUE DISPÕE SOBRE AÇÕES EMERGENCIAIS DESTINADAS AO SETOR CULTURAL A SEREM ADOTADAS DURANTE O ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA RECONHECIDO PELO DECRETO LEGISLATIVO Nº 6, DE 20 DE MARÇO DE 2020, E INSTITUI A COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA REFERIDA LEI.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o artigo 72, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, e

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.017, de 29 de junho de 2020, que dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo decreto legislativo nº 06, de 20 de março de 2020;

CONSIDERANDO a necessidade premente de elaboração do plano de aplicação do recurso a ser recebido em decorrência da Lei Nacional acima referenciada;

DECRETA:

Art. 1º O Poder Executivo do Município de São Miguel do Oeste, por meio da Secretaria Municipal de Esporte e Cultura e por intermédio do Secretário Municipal Adjunto de Cultura, executará diretamente os recursos de que trata o art. 1º da Lei Federal nº. 14.017, de 29 de junho de 2020 (Lei de Emergência Cultural – Aldir Blanc), mediante programas que contemplem todas as hipóteses enumeradas no art. 2º da referida Lei.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Esporte e Cultura, com o auxílio da Comissão de que trata o art. 2º deste Decreto e das demais Secretarias Municipais competentes, deverá providenciar os meios administrativos e operacionais para o recebimento direto do valor integral a ser destinado ao Município de São Miguel do Oeste, nos termos do art. 3º da Lei Federal nº. 14.017, de 2020.

Art. 2º Fica criada a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização da Lei Aldir Blanc, com as seguintes atribuições:

I. Realizar as tratativas necessárias com os órgãos do Governo Federal responsáveis pela descentralização dos recursos;

II. Participar das discussões referentes à regulamentação no âmbito do Município de São Miguel do Oeste para a distribuição dos recursos

na forma prevista no art. 2º da Lei Federal nº. 14.017, de 2020, e observando-se o art. 3º deste Decreto;
III. Acompanhar e orientar os processos necessários às providências indicadas no parágrafo único do art. 1º deste Decreto;
IV. Acompanhar as etapas de transferência direta dos recursos do Governo Federal para o Município de São Miguel do Oeste;
V. Fiscalizar a execução dos recursos transferidos;
VI. Elaborar relatório e balanço final a respeito da execução dos recursos no âmbito do Município de São Miguel do Oeste;
VII. Adotar demais medidas necessárias para fins de viabilizar a transferência e distribuição dos recursos;

Art. 3º A Comissão de que trata este Decreto será composta pelos seguintes integrantes:

- I. Um representante da Secretaria de Esporte e Cultura;
- II. Um representante da Câmara Municipal de Vereadores;
- III. Um representante das escolas de música;
- IV. Um representante do Departamento de Comunicação;
- V. Um representante da classe de cultura popular, etnia e folclore;
- VI. Um representante das escolas de dança, estúdios e espaços culturais;
- VII. Um representante da classe de artes cênicas;
- VIII. Um representante da classe de artesanato e artes visuais;
- IX. Um representante das escolas de música, de capoeira e de artes e estúdios, companhias e escolas de dança a ser indicado pelo Secretário Adjunto de Cultura.

Parágrafo único. Caberá à Comissão eleger o seu presidente dentre seus membros.

Art. 4º É assegurada a participação da sociedade civil no acompanhamento e na fiscalização da aplicação dos recursos oriundos da Lei Aldir Blanc, podendo exercer esse direito por intermédio de solicitação à Secretaria Municipal de Esporte e Cultura.

Art. 5º Todas as informações de interesse público relativas à aplicação da Lei Federal nº. 14.017, de 2020, em âmbito local, serão disponibilizadas pela Secretaria Municipal de Esporte e Cultura.

Art. 6º A Secretaria Municipal de Esporte e Cultura, por meio do Secretário Municipal Adjunto de Cultura, poderá expedir normas para complementar, esclarecer e orientar a execução da Lei Federal nº 14.017, de 2020, inclusive no tocante à forma de execução de seu art. 2º.

Art. 7º Pela relevância dos serviços prestados, os membros da Comissão não receberão remuneração de qualquer espécie ou natureza pelo desempenho de suas funções, prestando seus serviços em forma de colaboração.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 07 de agosto de 2020.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

CARLOS MAGNO RIBEIRO CHAVES

Secretário Municipal Adjunto de Cultura

Douglas Arcari

Advogado Assessor

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e nos demais órgãos oficiais do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

DECRETO Nº 9.365/2020

Publicação Nº 2596449

DECRETO Nº 9.365/2020

ALTERA O DECRETO Nº 9.361, DE 05 DE AGOSTO DE 2020, QUE ESTABELECE MEDIDAS PREVENTIVAS E RESTRITIVAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DA INFECÇÃO HUMANA PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19).

O Prefeito Municipal de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe confere o Art. 72, VII, da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 5 de abril de 1990, e,

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 9.260, de 16 de março de 2020, o qual "dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus (covid-19) e dá outras providências";

CONSIDERANDO o estado de emergência em saúde pública de importância internacional declarado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID19);

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979/2020 de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID19);

CONSIDERANDO o artigo 23, inciso II, da Constituição Federal, que determina a competência concorrente da União, Estados e Municípios para cuidar da saúde, bem como o artigo 30, inciso I, da Constituição, que dispõe que é de competência dos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 630 de 01 de junho de 2020, que altera o Decreto nº 562 de 17 de abril de 2020 e declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense para fins de enfrentamento à COVID-19, o qual estabelece medidas de combate e enfrentamento à pandemia da COVID-19 e atribuiu às autoridades sanitárias municipais a competência para estabelecer medidas específicas que suspendam ou restrinjam as atividades a fim de conter a contaminação e a propagação do coronavírus em seus territórios;

CONSIDERANDO a Portaria Estadual nº 464 de 03 de julho de 2020 que instituiu o programa de descentralização e regionalização das ações de combate ao COVID-19 prevendo que os municípios de uma mesma Região de Saúde possam tomar decisões no sentido de flexibilizar ou restringir atividades sociais e econômicas embasados em critérios e dados epidemiológicos locais pertinentes a curva de contaminação e disseminação do novo Coronavírus – COVID-19 e que a Comissão Intergestores Regional – CIR homologará as decisões tomadas pelo conjunto de municípios de seu território após a avaliação, orientação e organização técnica para subsidiar a tomada de ação de enfrentamento à COVID-19 e posteriormente informará ao Centro de Operações de Emergência em Saúde – COES as medidas adotadas na sua região de saúde;

CONSIDERANDO a Portaria SES nº 348 de 22 de maio de 2020 que proíbe a aglomeração de pessoas em qualquer ambiente, seja público ou privado, interno ou externo, para a realização de atividades de qualquer natureza;

CONSIDERANDO as últimas recomendações exaradas pela COES – Central de Operações de Emergência em Saúde para a região oeste do Estado de Santa Catarina e da CIR – Comissão Inter Gestores Regional da Região de Saúde do Extremo-Oeste de Santa Catarina;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação para a efetiva eficácia das medidas adotadas com vistas ao isolamento social e a aglomeração de pessoas, a fim de prevenir e evitar a transmissão de COVID-19 em nosso município;

CONSIDERANDO o Decreto nº 9.361, de 05 de agosto de 2020, que estabeleceu medidas preventivas e restritivas para enfrentamento da pandemia do Coronavírus (COVID-19), dentre as quais, suspensão de diversas atividades;

CONSIDERANDO a situação epidemiológica local e decisão conjunta dos municípios que integram a AMEOSC tomada em reunião realizada no dia 05 de agosto de 2020 (Ata 02/2020), no sentido de ampliar a suspensão também para as atividades de transporte coletivo intermunicipal e interestadual de passageiros;

CONSIDERANDO, por fim, que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Município de São Miguel do Oeste;

DECRETA:

Art. 1º Fica acrescentada a alínea 'e' ao Art. 1º, do Decreto nº 9.361, de 05 de agosto de 2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

.....
e) o transporte coletivo intermunicipal e interestadual de passageiros.”

Art. 2º As demais medidas previstas no Decreto nº 9.361, de 05 de agosto de 2020, permanecem em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 07 de agosto de 2020.

WILSON TREVISAN
Prefeito Municipal

GENI MARIA PADILHA GIRELLI
Secretária Municipal de Saúde

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Douglas Arcari
Advogado Assessor

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e nos demais órgãos oficiais do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

NOVO RESULTADO PROVISÓRIO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 003/2020

Publicação Nº 2595106

Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste
Novo Resultado Provisório do Processo Seletivo Simplificado Edital 003/2020.
Cargo: Professor de Educação Especial

Colocação	Candidato	Qualificação Profissional	Tempo de Experiência	Data de Nascimento	Somatória
1º	Mari Lucia Damasceno	1,5	7,0	25/08/1964	8,5
2º	Clarice Luciane de Oliveira Forgiarini	1,5	7,0	16/07/1971	8,5
3º	Tilvia Reinke	1,5	7,0	24/11/1972	8,5
4º	Cleunice Dai Prai	1,5	7,0	12/06/1975	8,5
5º	Rosane Villa	1,5	7,0	06/02/1978	8,5
6º	Marta Margarete Chies Stertz	1,5	7,0	05/03/1981	8,5
7º	Marilene Toral Simoni	1,5	7,0	08/08/1982	8,5
8º	Franciele Regina de Lemes Joner	1,5	7,0	25/08/1982	8,5
9º	Claudiane de Fátima dos Santos	1,5	7,0	22/12/1985	8,5
10º	Francieli Eyng	1,5	7,0	24/06/1991	8,5
11º	Ariane Devicari	1,5	7,0	25/10/1991	8,5
12º	Clarice Scherner	1,5	7,0	31/05/1994	8,5
13º	Ketlin Maiara Ledur	1,5	7,0	31/03/1995	8,5
14º	Verani Pastore	2,0	6,0	15/01/1975	8,0
15º	Roseli Pereira do Amaral Genevro	1,5	6,0	09/07/1986	7,5
16º	Marta da Silva Moura Gralha dos Santos	1,5	5,0	05/04/1972	6,5
17º	Keli Adriani Taparelo	1,5	5,0	01/09/1984	6,5
18º	Cediane de Fátima Jaguzeski Novello	1,5	5,0	28/01/1988	6,5
19º	Alana de Oliveira	1,5	4,0	23/11/1994	5,5
20º	Zaída Pagnhunsat Herbert	1,5	3,0	19/09/1968	4,5
21º	Eliete do Nascimento Araujo	1,5	2,0	19/10/1987	3,5
22º	Taise Aparecida Duarte	1,5	1,0	19/06/1988	2,5
23º	Suzane Dalla Rosa	1,5	1,0	20/01/1992	2,5
24º	Aglimone Battisti Soelo	1,5	1,0	01/08/1996	2,5
25º	Ana Cavalheiro da Silveira Pilatti	1,5	0,0	09/12/1973	1,5
26º	Terezinha Aparecida de Souza Kissmann	1,5	0,0	14/10/1975	1,5
27º	Berenice Knöner Lopes	1,5	0,0	10/08/1977	1,5
28º	Ines Weber	1,5	0,0	03/10/1980	1,5
29º	Adriana Ecker Palu	1,5	0,0	31/12/1981	1,5
30º	Tatiane Cristina de Souza	1,5	0,0	15/02/1982	1,5
31º	Franciela Triches Blasi	1,5	0,0	20/10/1985	1,5
32º	Clacir Gomes	1,5	0,0	29/06/1986	1,5
33º	Angélica Paula Romio	1,5	0,0	12/07/1992	1,5
34º	Brenda Provensi Massaia	1,5	0,0	07/08/1995	1,5
35º	Mariana Francieli Ritter	1,5	0,0	20/05/1997	1,5
36º	Gabriella Thainá Konzen	1,5	0,0	24/10/1997	1,5
37º	Eduarda Deitos	1,5	0,0	02/12/1997	1,5
38º	Elisane Moresco	1,5	0,0	12/02/1999	1,5
Desc.	Terezinha Rizzi Casagrande	Desclassificada nos termos do Item 3.1.4 e 2.1 quanto a habilitação para o Cargo de Professor de Educação Especial do Edital 003/2020.			
Desc.	Elenice Francisca Carnetti Finn	Desclassificada nos termos do Item 3.1.4 e 2.1 quanto a habilitação para o Cargo de Professor de Educação Especial do Edital 003/2020.			

Desc.	Janecler de Carvalho Jesus	Desclassificada nos termos do Item 3.1.4 e 2.1 quanto a habilitação para o Cargo de Professor de Educação Especial do Edital 003/2020.
Desc.	Arlene Teresinha Tonet Moraes	Desclassificada nos termos do Item 3.1.4 e 2.1 quanto a habilitação para o Cargo de Professor de Educação Especial do Edital 003/2020.
Desc.	Maria Ivone Moraes	Desclassificada nos termos do Item 3.1.4 e 2.1 quanto a habilitação para o Cargo de Professor de Educação Especial do Edital 003/2020.
Desc.	Rosane Rosin Carlet	Desclassificada nos termos do Item 3.1.4 e 2.1 quanto a habilitação para o Cargo de Professor de Educação Especial do Edital 003/2020.
Desc.	Vanice Terezinha Paludo Scain	Desclassificada nos termos do Item 3.1.4 e 2.1 quanto a habilitação para o Cargo de Professor de Educação Especial do Edital 003/2020.
Desc.	Simone Zancanaro	Desclassificada nos termos do Item 3.1.4 e 2.1 quanto a habilitação para o Cargo de Professor de Educação Especial do Edital 003/2020.
Desc.	Francielly Rodrigues de Assis	Desclassificada nos termos do Item 3.1.4 e 2.1 quanto a habilitação para o Cargo de Professor de Educação Especial do Edital 003/2020.

São Miguel do Oeste, 10 de agosto de 2020.

Dalianne Cássia Z. C. Martiny
Presidente da Comissão

Ivete Favretto Schons
Membro da Comissão

Vania Forgiarini
Membro da Comissão

ALENCAR BARBIERI
Secretário de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 1061/2020

Publicação Nº 2595053

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 1061/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 9.343/2020, que delega ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando o protocolo 11296/2020, com a solicitação da servidora Casiane Carbonara Machado, solicitando exoneração do cargo de Diretor da Unidade de Pronto Atendimento;

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR A PEDIDO, do cargo de Diretor da Unidade de Pronto Atendimento, a servidora pública municipal efetiva CASIANE CARBONARA MACHADO, ocupante do cargo de Recepcionista, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 05 de agosto de 2020.

Art. 1º Fica revogada a portaria a portaria SGPT/DDP 0942/2019 de 14 de junho de 2019 demais disposições em contrário;

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 05 de agosto de 2020.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 1062/2020

Publicação Nº 2595055

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 1062/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

CONSIDERANDO que a concessão de licença prêmio não acarretará aumento de despesas uma vez que não será nomeado servidor contratado para substituí-la.

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER o gozo de 90(noventa) dias, da 1ª licença prêmio, nos termos do §3º do Art. 108 da Lei Complementar Municipal n.

009/2012 (Estatuto do Servidor) a CASIANE CARBONARA MACHADO, efetiva ocupante do cargo de Recepcionista, concedido o direito conforme Portaria nº 0806/2018 de 09 de maio de 2018, referente ao período de 02 de maio de 2013 a 01 de maio de 2018, a serem gozados de 21 de setembro de 2020 a 19 de dezembro de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 06 de agosto de 2020.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 1063/2020

Publicação Nº 2595057

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 1063/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 9.343/2020, que delega ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

CONSIDERANDO a vacância do cargo conforme portaria SAFGPT 1061/2020 de 05 de agosto de 2020, onde a servidora Casiane Carbonara Machado, solicitou exoneração do cargo de Diretor da Unidade de Pronto Atendimento, e que não acarretará o aumento de despesas;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora pública municipal efetiva MARILEI GROTH, CPF 001.008.749-40, RG 3369099 SSP/SC, para exercer o cargo de Confiança de DIRETOR DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO, junto a UPA – Unidade de Pronto Atendimento, na Secretaria Municipal de Saúde, 40 horas semanais, a partir de 06 de agosto de 2020.

Art. 2º As atribuições do titular da Pasta referida no “caput” do artigo anterior, são as estabelecidas na Lei Complementar 024/2013 de 10 de outubro de 2013.

Art. 3º A remuneração mensal será a prevista em conformidade com o estabelecido na Lei Complementar 024/2013, de 10 de outubro de 2013.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 06 de agosto de 2020.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 1064/2020

Publicação Nº 2595060

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 1064/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

CONSIDERANDO o protocolo 11366/2020 de 06 de agosto de 2020, informando que a servidora Claudia Adriana Dias é do grupo de risco do Covid19.

CONSIDERANDO que não haverá a necessidade de contratação de servidor temporário para substituí-la;

RESOLVE:

CONCEDER o gozo de 30(trinta) dias, da 3ª licença prêmio, nos termos do §3º do Art. 108 da Lei Complementar Municipal n. 009/2012 (Estatuto do Servidor) a CLAUDIA ADRIANA DIAS, ocupante do cargo de Agente de Limpeza e Serviços Gerais, concedido o direito conforme Portaria nº 1431/2018 de 22 de novembro de 2018, referente ao período de 01 de setembro de 2013 a 31 de agosto de 2018, a serem gozados de 06 de agosto de 2020 a 04 de setembro de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 06 de agosto de 2020.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada na presente data.

PORTARIA SAFGP/DDP N° 1065/2020

Publicação N° 2595063

PORTARIA SAFGP/DDP N° 1065/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 9.343/2020, que delega ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando o protocolo 11226/2020 de 04 de agosto de 2020, informando a alteração de local de trabalho do servidor Evandro Bergamini.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor público municipal efetivo, EVANDRO BERGAMINI, ocupante do cargo de Agente de Obras e Serviços Gerais, para passar a atuar 40 horas semanais junto a Secretaria Municipal de Obras, a partir de 24 de agosto de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 06 de agosto de 2020.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada na presente data.

PORTARIA SAFGP/DDP N° 1066/2020

Publicação N° 2595064

PORTARIA SAFGP/DDP N° 1066/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 9.343/2020, que delega ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando o protocolo 11040/2020 de 03 de agosto de 2020, informando a alteração de local de trabalho da servidora Asteria Schneider Kroetz.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora pública municipal efetiva, ASTERIA SCHNEIDER KROETZ, ocupante do cargo de Agente de Limpeza e Serviços Gerais, para passar a atuar 40 horas semanais junto ao ESF do Bairro São Gotardo, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 03 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta portaria tem efeito retroativo a 03 de agosto de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 06 de agosto de 2020.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 1067/2020

Publicação Nº 2595068

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 1067/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 9.343/2020, que delega ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando o protocolo 11040/2020 de 03 de agosto de 2020, informando a alteração de local de trabalho da servidora Cleonice de Fatima Cordeiro Barbieri.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora pública municipal efetiva, CLEONICE DE FATIMA CORDEIRO BARBIERI, ocupante do cargo de Agente de Limpeza e Serviços Gerais, para passar a atuar 40 horas semanais junto ao ESF do Bairro São Sebastião, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 03 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta portaria tem efeito retroativo a 03 de agosto de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 06 de agosto de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 1068/2020

Publicação Nº 2595069

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 1068/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 9.343/2020, que delega ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando o protocolo 11040/2020 de 03 de agosto de 2020, informando a alteração de local de trabalho da servidora Vera Maria Bohn.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora pública municipal efetiva, VERA MARIA BOHN, ocupante do cargo de Agente de Limpeza e Serviços Gerais, para passar a atuar 40 horas semanais junto ao ESF do Bairro Estrela, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 03 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta portaria tem efeito retroativo a 03 de agosto de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 06 de agosto de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 1069/2020

Publicação Nº 2595070

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 1069/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica

Municipal, de 05 de Abril de 1990;

CONSIDERANDO que não haverá a necessidade de contratação de servidor temporário para substituí-la.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER o gozo de 30(trinta) dias, da 1ª licença prêmio nos termos do §3º do Art. 108 da Lei Complementar Municipal n. 009/2012 (Estatuto do Servidor) a ROSELAINÉ MOTTA FRANÇOZI, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, desta Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste, concedido o direito conforme Portaria nº 1515/2018 de 26 de novembro de 2018, referente ao período de 20 de novembro de 2013 a 19 de novembro de 2018, a serem gozados de 17 de agosto de 2020 a 15 de setembro de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 06 de agosto de 2020.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 1070/2020

Publicação Nº 2595072

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 1070/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 9.343/2020, que delega ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

CONSIDERANDO que não haverá a necessidade de nova contratação de servidor temporário para substituí-lo.

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER o gozo de 60(sessenta) dias, da 1ª licença prêmio, nos termos do §3º do Art. 108 da Lei Complementar Municipal n. 009/2012 (Estatuto do Servidor), a MAURICIO JOSÉ AGUSTINI, ocupante do cargo de Coordenador Pedagógico, concedido o direito conforme Portaria nº 0770/2017 de 07 de julho de 2017, referente ao período de 01 de fevereiro de 2012 a 31 de janeiro de 2017, a serem gozados de 21 de agosto de 2020 a 19 de outubro de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 06 de agosto de 2020.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 1071/2020

Publicação Nº 2595074

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 1071/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 9.343/2020, que delega ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando o protocolo 11342/2020 de 06 de agosto de 2020, informando a alteração de local de trabalho da servidora Debora Diana Casagrande.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora pública municipal efetiva, DEBORA DIANA CASAGRANDE, ocupante do cargo de Enfermeiro, para passar a atuar 40 horas semanais junto ao ESF do Bairro São Jorge, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 06 de agosto de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 06 de agosto de 2020.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 1072/2020

Publicação Nº 2595077

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 1072/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 9.343/2020, que delega ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando que o município contratou a servidora temporária Fernanda Pilatti de Moraes, pelo período de 14 de agosto de 2019 a 13 de agosto de 2020, até que o município realizasse Concurso Público, nos termos do Inciso VI, Art. 2º da Lei 6616/2012.

Considerando que o município realizou Concurso Público nº010/2019, onde há previsão do cargo de Psicólogo.

Considerando que conforme portaria SAFGP 1007/2020, foi nomeada a candidata Gabriela Maciera Gazito do Concurso 010/2019 e que a mesma entrará em exercício em 10 de agosto de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR POR TÉRMINO DE CONTRATO, a servidora pública municipal contratada, FERNANDA PILATTI DE MORAES, ocupante do cargo de Psicólogo, 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 10 de agosto de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 06 de agosto de 2020.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PROCESSO Nº 140/2020 PREFEITURA

Publicação Nº 2594608

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 140/2020
TOMADA DE PREÇOS Nº 18/2020

O Município de São Miguel do Oeste – SC, a partir do Secretário Municipal de Administração e Finanças, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, tipo Menor Preço por Lote.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço com fornecimento de materiais para construção/ampliação da 1º etapa (estrutura em pré-fabricado) da EMEIEF Juscelino Kubitschek, localizada na Rua General Osório, Bairro Estrela, Município de São Miguel do Oeste/SC, e para prestação de serviço com fornecimento de materiais para ampliação e reforma da EMEIEF Theonísio Wagner, localizada na Rua Severino Veronese, Bairro Jardim Peperi, Município de São Miguel do Oeste/SC, de acordo com o anexo I do edital, memoriais descritivos, projetos, orçamentos, cronogramas físicos financeiros, partes integrantes deste processo licitatório.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 27 de agosto de 2020.

Abertura: Às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade, situado na Rua Marcílio Dias, nº 1199, telefone (0xx49) 3631 2006 e o edital consta na íntegra no site:

www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 07 de agosto de 2020.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA 0066/2020 - FÉRIAS**

Publicação Nº 2594873

PORTARIA Nº 0066/2020

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS ANUAIS A SERVIDOR DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Resolução nº 004/92 e alterações, e a Lei Orgânica Municipal, promulgada em 05 de abril de 1990, e demais legislações;

RESOLVE CONCEDER FÉRIAS ANUAIS:

Art. 1º Fica concedido férias anuais ao Servidor da Câmara Municipal Senhor EDSON MOISES KOJOROSKI, brasileiro, ocupante do cargo de Controlador Interno, a partir de 10 de agosto a 19 de agosto de 2020, referente ao período aquisitivo de 02 de maio de 2019 a 01 de maio de 2020.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação da presente Portaria, correrão à conta nas rubricas específicas do Orçamento da Câmara Municipal.

Art. 3º Registre-se, publique-se e comunique-se.

Gabinete do Presidente do Câmara de São Miguel do Oeste, SC,
Em 06 de agosto de 2020.

Everaldo Di Berti
Presidente

Certifico que a presente Portaria,
foi publicada na forma da lei, nesta data.

José Cirilo Chittó
Secretário Executivo

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

PORTARIA N.º 314/2020

Publicação Nº 2595227

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 314/2020

Concede licença para tratamento de saúde ao servidor SENITO PARANHOS DE PAULA, ocupante do cargo de Trabalhador Braçal, lotado na Secretaria de Transportes e Obras.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor SENITO PARANHOS DE PAULA, pelo período de 20 (vinte) dias a contar da data de 03/08/2020, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 03 de agosto de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2020.

PORTARIA N.º 315/2020

Publicação Nº 2595269

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000
Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 315/2020

Concede licença para tratamento de saúde a servidora ALEXANDRA FELIPPE DOS SANTOS LOBO, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde a servidora ALEXANDRA FELIPPE DOS SANTOS LOBO, pelo período de 07 (sete) dias, a contar da data de 30/07/2020, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 30/07/2020.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 05 de agosto de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2020.

PORTARIA N.º 316/2020

Publicação N° 2595303

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 316/2020

Concede licença para tratamento de saúde a servidora ANA CRISTINA DA SILVA, ocupante do cargo de Odontóloga - ESF, lotada na Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde a servidora ANA CRISTINA DA SILVA, pelo período de 05 (cinco) dias, a contar da data de 28/07/2020, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 28/07/2020.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 05 de agosto de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2020.

PORTARIA N.º 317/2020

Publicação N° 2595341

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 317/2020

Concede licença para tratamento de saúde a servidora ANA CRISTINA DA SILVA, ocupante do cargo de Odontóloga - ESF, lotada na Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde a servidora ANA CRISTINA DA SILVA, pelo período de 05 (cinco) dias, a contar da data de 03/08/2020, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03/08/2020.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 05 de agosto de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2020.

PORTARIA N.º 318/2020

Publicação N° 2595372

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 318/2020

Concede férias a servidora CHARLENE APARECIDA RAQUEL JUNKES.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora CHARLENE APARECIDA RAQUEL JUNKES, ocupante do cargo de Assessora de Gabinete, férias por 20 dias que gozará a partir de 14/09/2020 a 03/10/2020, referente ao período aquisitivo de 2018/2019.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 05 de agosto de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2020.

PORTARIA N.º 320/2020

Publicação N° 2595447

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222.
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 320/2020

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL AO SERVIDOR HUMBERTO REITZ ARAKAKI.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Artigo 10 da Lei 19/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder progressão funcional ao servidor abaixo mencionado, haja vista, ter completado mais três anos de serviço prestado junto a esta Instituição:

§ HUMBERTO REITZ ARAKAKI – MÉDICO VETERINÁRIO – LETRA E.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 05 de agosto de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2020.

PORTARIA N.º 321/2020

Publicação N° 2595477

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 321/2020

Concede licença para tratamento de saúde ao servidor CARLOS ROGERIO DA SILVA, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, lotado na Secretaria de Tributação e Fiscalização.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor CARLOS ROGÉRIO DA SILVA, pelo período de 23 (vinte e três) dias a contar da data de 18/07/2020, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 18/07/2020.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 05 de agosto de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2020.

PORTARIA N.º 322/2020

Publicação N° 2595512

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 322/2020

Concede férias a servidora ALEXANDRA FELIPPE DOS SANTOS LOBO.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora ALEXANDRA FELIPPE DOS SANTOS LOBO, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, férias por 15 dias que gozará a partir de 24/08/2020 a 07/09/2020, referente ao período aquisitivo de 2019/2020.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 06 de agosto de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2020.

PORTARIA N.º 323/2020

Publicação N° 2595547

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 323/2020

Homologa a estabilidade funcional da servidora admitida em 10/01/2011 por Concurso Público.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município de acordo com o art. 45, Inciso XVI, e Artigo 20 da Lei Complementar 05/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Considerar-se-á estável a servidora abaixo mencionada, admitida em 10/01/2011, por Concurso Público nº. 001/2010, tendo esta completado o período de 03 (três) anos de estágio probatório sem qualquer ação desabonadora de sua conduta:

§ FRANCISLEINE KUHN PAVANATI.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 07 de agosto de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2020.

PORTARIA Nº 319/2020

Publicação Nº 2595411

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222.
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA Nº 319/2020

DESIGNA SERVIDOR PARA DESEMPENHAR SUAS FUNÇÕES JUNTO A SECRETARIA DA SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no art. 45, XVI, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o Decreto Municipal 032/2020 de 25/03/2020 o qual adota medidas administrativas no âmbito municipal, ao cumprimento as ações de saúde pública emanadas pelo governo federal e estadual voltados ao enfrentamento do COVID 19,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR o servidor CRISTIANO REGIS lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, para exercer as atividades de Motorista II junto a Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, no período de 01/08/2020 a 08/09/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01/08/2020.

Art. 3º - Registra-se, publique-se e cumpra-se.
São Pedro de Alcântara/SC, 05 de agosto de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2020.

TERMO DE DESISTÊNCIA

Publicação Nº 2594894

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro.
TERMO DE DESISTÊNCIA
PROCESSO SELETIVO EDITAL N.º 001/2018

Aos seis dias do mês de agosto do ano de 2020, ROCHELE CARLA SOARES DA SILVA por livre e espontânea vontade declarou para os

devidos fins que DESISTIU da vaga para qual foi aprovada no Processo Seletivo Edital nº. 001/2018, da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, relativo ao cargo de Enfermeira - ESF, classificação 06 conforme termo arquivado no Setor de Recursos Humanos do Município.

São Pedro de Alcântara/SC, 06 de agosto de 2020.

CÂMARA MUNICIPAL

BALANCETE RAZAO 07/2020

Publicação Nº 2594404

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Julho

SANTA CATARINA

CAMARA MUNICIPAL VEREADORES SAO PEDRO DE ALCANTARA

Balancete do Razão

Contas	Saldo exercício anterior	Movimento do exercício corrente			Razão
		Até mês anterior	Do mês	Acumulado	Saldos restantes
	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor
ATIVO	76.630,57	2.175.758,45	222.776,88	2.398.535,33	233.819,14
	0,00	2.042.825,01	198.521,75	2.241.346,76	0,00
PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO	0,00	1.921.912,27	66.035,55	1.987.947,82	0,00
	76.630,57	1.885.686,61	61.806,81	1.947.493,42	36.176,17
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	0,00	324.612,37	53.810,46	378.422,83	378.422,83
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	493.771,47	82.294,33	576.065,80	576.065,80
CONTROLES DA APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO	44.652,26	1.032.184,26	0,00	1.032.184,26	1.032.184,26
	0,00	44.652,26	0,00	44.652,26	0,00
CONTROLES DA EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO	0,00	1.094.359,35	182.756,21	1.277.115,56	0,00
	44.652,26	2.081.891,35	182.756,21	2.264.647,56	1.032.184,26
CONTROLES DEVEDORES	54.161,73	2.174.676,82	222.776,88	2.397.453,70	2.451.615,43
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLES CREDITORES	0,00	2.852.425,95	335.463,85	3.187.889,80	0,00
	54.161,73	5.027.102,77	558.240,73	5.585.343,50	2.451.615,43
Totais	175.444,56	11.575.929,47	1.083.619,83	12.659.549,30	4.096.041,66
	175.444,56	11.575.929,47	1.083.619,83	12.659.549,30	4.096.041,66

São Pedro de Alcântara, 03/08/2020

WILMAR PRIM
PRESIDENTE - CÂMARA MUNICIPAL

RAFAEL AUGUSTO LUCHTENBERG
CONTADOR SC - 041620/O-2

BALANCETE VERIFICAÇÃO 07/2020

Publicação Nº 2594408

Betha Sistemas
Exercício de 2020
Julho
Página: 1/8

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL VEREADORES SAO PEDRO DE ALCANTARA
Balancete de Verificação - 2020

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1			ATIVO	209.564,01D	222.776,88	198.521,75	233.819,14D
1.1			ATIVO CIRCULANTE	187.095,17D	222.776,88	198.521,75	211.350,30D
1.1.1			CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	187.095,17D	222.776,88	198.521,75	211.350,30D
1.1.1.1			CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	187.095,17D	222.776,88	198.521,75	211.350,30D
1.1.1.1.1			CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇ	187.095,17D	222.776,88	198.521,75	211.350,30D
1.1.1.1.1.19			BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	0,00	140.408,04	140.408,04	0,00
1.1.1.1.1.19.00.01			BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	0,00	140.408,04	140.408,04	0,00
1.1.1.1.1.19.00.01.00.000001 (45175)	P	F	BANCO DO BRASIL - C/C - 5246-9 - CAMARA	0,00	140.408,04	140.408,04	0,00
1.1.1.1.1.50			APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	187.095,17D	82.368,84	58.113,71	211.350,30D
1.1.1.1.1.50.04			CDB	187.095,17D	82.368,84	58.113,71	211.350,30D
1.1.1.1.1.50.04.01 (47543)	P	F	5246-9 Aplicação	187.095,17D	82.368,84	58.113,71	211.350,30D
1.2			ATIVO NÃO CIRCULANTE	22.468,84D	0,00	0,00	22.468,84D
1.2.3			IMOBILIZADO	22.468,84D	0,00	0,00	22.468,84D
1.2.3.1			BENS MÓVEIS	22.468,84D	0,00	0,00	22.468,84D
1.2.3.1.1			BENS MÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO	22.468,84D	0,00	0,00	22.468,84D
1.2.3.1.1.02			BENS DE INFORMÁTICA	4.255,74D	0,00	0,00	4.255,74D
1.2.3.1.1.02.01			EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	4.255,74D	0,00	0,00	4.255,74D
1.2.3.1.1.02.01.01 (41080)	P	P	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	4.255,74D	0,00	0,00	4.255,74D
1.2.3.1.1.03			MÓVEIS E UTENSÍLIOS	18.213,10D	0,00	0,00	18.213,10D
1.2.3.1.1.03.01 (41084)	P	P	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	259,00D	0,00	0,00	259,00D
1.2.3.1.1.03.03 (41086)	P	P	MOBILIÁRIO EM GERAL	17.954,10D	0,00	0,00	17.954,10D

Betha Sistemas
Exercício de 2020
Julho
Página: 2/8

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL VEREADORES SAO PEDRO DE ALCANTARA
Balancete de Verificação - 2020

Máscara	Subst. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	40.404,91C	66.035,55	61.806,81	36.176,17C
2.1			PASSIVO CIRCULANTE	23.754,44C	66.035,55	61.806,81	19.525,70C
2.1.1			OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAZ	15.722,39C	48.632,31	48.632,31	15.722,39C
2.1.1.1			PESSOAL A PAGAR	7.435,58C	40.345,50	40.345,50	7.435,58C
2.1.1.1.1			PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	7.435,58C	40.345,50	40.345,50	7.435,58C
2.1.1.1.1.01			PESSOAL A PAGAR DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.1.1.1.01.01			SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS DO EXERCÍCIO	0,00	40.345,50	40.345,50	0,00
2.1.1.1.1.02			PESSOAL A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	7.435,58C	0,00	0,00	7.435,58C
2.1.1.1.1.02.01			PESSOAL A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	7.435,58C	0,00	0,00	7.435,58C
2.1.1.1.1.02.01.02 (41294)	P	P	SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS DE EXERC. ANTERIORES	7.435,58C	0,00	0,00	7.435,58C
2.1.1.4			ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	8.286,81C	8.286,81	8.286,81	8.286,81C
2.1.1.4.3			ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR - INTER OFSS - UNIÃO	8.286,81C	8.286,81	8.286,81	8.286,81C
2.1.1.4.3.01			INSS A PAGAR	8.286,81C	8.286,81	8.286,81	8.286,81C
2.1.1.4.3.01.01			INSS - CONTRIBUIÇÃO SOBRE SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES	8.286,81C	8.286,81	8.286,81	8.286,81C
2.1.3			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00	5.178,15	5.178,15	0,00
2.1.3.1			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	0,00	5.178,15	5.178,15	0,00
2.1.3.1.1			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - CO	0,00	5.178,15	5.178,15	0,00
2.1.3.1.1.01			FORNECEDORES NACIONAIS	0,00	5.178,15	5.178,15	0,00
2.1.3.1.1.01.01			FORNECEDORES NÃO FINANCIADOS A PAGAR	0,00	5.178,15	5.178,15	0,00
2.1.8			DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	8.032,05C	12.225,09	7.996,35	3.803,31C
2.1.8.1			VALORES RESTITUIVEIS	8.032,05C	12.225,09	7.996,35	3.803,31C
2.1.8.1.01			CONSIGNAÇÕES	7.921,84C	12.114,88	7.921,84	3.728,80C
2.1.8.1.01.02			INSS	3.728,80C	3.728,80	3.728,80	3.728,80C
2.1.8.1.01.02.00.00.000002 (45159)	P	F	INSS	3.728,80C	3.728,80	3.728,80	3.728,80C
2.1.8.1.01.04			IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	699,49C	1.398,98	699,49	0,00
2.1.8.1.01.04.00.00.000001 (45161)	P	F	IRRF	699,49C	1.398,98	699,49	0,00
2.1.8.1.01.10 (41781)	P	F	PENSÃO ALIMENTÍCIA	1.070,17C	2.140,34	1.070,17	0,00
2.1.8.1.01.15			RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	2.423,38C	4.846,76	2.423,38	0,00
2.1.8.1.01.15.00.00.000001 (45166)	P	F	FINANCIAMENTO BB	2.423,38C	4.846,76	2.423,38	0,00
2.1.8.1.99			OUTROS VALORES RESTITUIVEIS	110,21C	110,21	74,51	74,51C
2.1.8.1.99.99 (41809)	P	F	OUTROS VALORES RESTITUIVEIS	110,21C	110,21	74,51	74,51C
2.3			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16.650,47C	0,00	0,00	16.650,47C
2.3.7			RESULTADOS ACUMULADOS	16.650,47C	0,00	0,00	16.650,47C
2.3.7.1			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	16.650,47C	0,00	0,00	16.650,47C
2.3.7.1.1			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO	2.048.466,65D	0,00	0,00	2.048.466,65D
2.3.7.1.1.02 (42380)	P	P	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.048.466,65D	0,00	0,00	2.048.466,65D
2.3.7.1.2			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS	2.437.442,73C	0,00	0,00	2.437.442,73C
2.3.7.1.2.02 (42385)	P	P	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.437.442,73C	0,00	0,00	2.437.442,73C
2.3.7.1.3			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - UNIÃO	372.325,61D	0,00	0,00	372.325,61D
2.3.7.1.3.02 (42390)	P	P	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	372.325,61D	0,00	0,00	372.325,61D

Betha Sistemas
Exercício de 2020
Julho
Página: 3/8

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL VEREADORES SAO PEDRO DE ALCANTARA
Balancete de Verificação - 2020

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3			VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	324.612,37D	53.810,46	0,00	378.422,83D
3.1			PESSOAL E ENCARGOS	295.133,11D	48.632,31	0,00	343.765,42D
3.1.1			REMUNERAÇÃO A PESSOAL	244.832,78D	40.345,50	0,00	285.178,28D
3.1.1.1			REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS	244.832,78D	40.345,50	0,00	285.178,28D
3.1.1.1.1			REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS - CC	244.832,78D	40.345,50	0,00	285.178,28D
3.1.1.1.1.01			VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RPPS	244.832,78D	40.345,50	0,00	285.178,28D
3.1.1.1.1.01.01 (42458)	P		VENCIMENTOS E SALÁRIOS	244.832,78D	40.345,50	0,00	285.178,28D
3.1.2			ENCARGOS PATRONAIS	50.300,33D	8.286,81	0,00	58.587,14D
3.1.2.2			ENCARGOS PATRONAIS - RGPS	50.300,33D	8.286,81	0,00	58.587,14D
3.1.2.2.3			ENCARGOS PATRONAIS - RGPS - INTER OFSS - UNIÃO	50.300,33D	8.286,81	0,00	58.587,14D
3.1.2.2.3.01 (42610)	P		CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS	50.300,33D	8.286,81	0,00	58.587,14D
3.3			USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	28.699,26D	5.178,15	0,00	33.877,41D
3.3.1			USO DE MATERIAL DE CONSUMO	92,00D	0,00	0,00	92,00D
3.3.1.1			CONSUMO DE MATERIAL	92,00D	0,00	0,00	92,00D
3.3.1.1.1			CONSUMO DE MATERIAL - CONSOLIDAÇÃO	92,00D	0,00	0,00	92,00D
3.3.1.1.1.99 (42814)	P		OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	92,00D	0,00	0,00	92,00D
3.3.2			SERVIÇOS	28.607,26D	5.178,15	0,00	33.785,41D
3.3.2.1			DIÁRIAS	200,00D	0,00	0,00	200,00D
3.3.2.1.1			DIÁRIAS - CONSOLIDAÇÃO	200,00D	0,00	0,00	200,00D
3.3.2.1.1.01			DIÁRIAS PESSOAL CIVIL	200,00D	0,00	0,00	200,00D
3.3.2.1.1.01.01 (42830)	P		DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL - NO PAIS	200,00D	0,00	0,00	200,00D
3.3.2.3			SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	28.407,26D	5.178,15	0,00	33.585,41D
3.3.2.3.1			SERVIÇOS TERCEIROS - PJ - CONSOLIDAÇÃO	28.407,26D	5.178,15	0,00	33.585,41D
3.3.2.3.1.10 (42902)	P		LOCAÇÕES	10.590,70D	2.118,14	0,00	12.708,84D
3.3.2.3.1.32 (42924)	P		SERVIÇOS BANCÁRIOS	593,70D	113,70	0,00	707,40D
3.3.2.3.1.46 (42938)	P		SERVIÇOS GRÁFICOS E EDITORIAIS	460,00D	0,00	0,00	460,00D
3.3.2.3.1.51 (42940)	P		SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	6.750,00D	1.350,00	0,00	8.100,00D
3.3.2.3.1.99 (42945)	P		OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	10.012,86D	1.596,31	0,00	11.609,17D
3.9			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	780,00D	0,00	0,00	780,00D
3.9.1			PREMIações	780,00D	0,00	0,00	780,00D
3.9.1.5			ORDENS HONORIFICAS	780,00D	0,00	0,00	780,00D
3.9.1.5.1 (43893)	P		ORDENS HONORIFICAS - CONSOLIDAÇÃO	780,00D	0,00	0,00	780,00D

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL VEREADORES SAO PEDRO DE ALCANTARA
 Balancete de Verificação - 2020

Betha Sistemas
 Exercício de 2020
 Julho
 Página: 4/8

Máscara	Subsist.	C.	Sup.	Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
4					VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	493.771,47C	0,00	82.294,33	576.065,80C
4.5					TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	493.771,47C	0,00	82.294,33	576.065,80C
4.5.1					TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	493.771,47C	0,00	82.294,33	576.065,80C
4.5.1.1					TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	493.771,47C	0,00	82.294,33	576.065,80C
4.5.1.1.2 (44183)	P				TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - IN	493.771,47C	0,00	82.294,33	576.065,80C

Betha Sistemas
Exercício de 2020
Julho
Página: 5/8

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL VEREADORES SAO PEDRO DE ALCANTARA
Balancete de Verificação - 2020

Máscara	Subst. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
5			CONTROLES DA APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	1.032.184,26D	0,00	0,00	1.032.184,26D
5.2			ORÇAMENTO APROVADO	987.532,00D	0,00	0,00	987.532,00D
5.2.2			FIXAÇÃO DA DESPESA	987.532,00D	0,00	0,00	987.532,00D
5.2.2.1			DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	987.532,00D	0,00	0,00	987.532,00D
5.2.2.1.1			DOTAÇÃO INICIAL	987.532,00D	0,00	0,00	987.532,00D
5.2.2.1.1.01 (44506)		O	CRÉDITO INICIAL	987.532,00D	0,00	0,00	987.532,00D
5.3			INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	44.652,26D	0,00	0,00	44.652,26D
5.3.1			INSCRIÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS	1.617,21D	0,00	0,00	1.617,21D
5.3.1.1 (44533)		O	RP NÃO PROCESSADOS INSCRITOS	1.617,21D	0,00	0,00	1.617,21D
5.3.2			INSCRIÇÃO DE RP PROCESSADOS	43.035,05D	0,00	0,00	43.035,05D
5.3.2.1 (44539)		O	RP PROCESSADOS - INSCRITOS	43.035,05D	0,00	0,00	43.035,05D

Betha Sistemas
Exercício de 2020
Julho
Página: 6/8

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL VEREADORES SAO PEDRO DE ALCANTARA
Balancete de Verificação - 2020

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
6			CONTROLES DA EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	1.032.184,26C	182.756,21	182.756,21	1.032.184,26C
6.2			EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	987.532,00C	182.756,21	182.756,21	987.532,00C
6.2.2			EXECUÇÃO DA DESPESA	987.532,00C	182.756,21	182.756,21	987.532,00C
6.2.2.1			DISPONIBILIDADES DE CRÉDITO	987.532,00C	182.756,21	182.756,21	987.532,00C
6.2.2.1.1 (44563)	O		CRÉDITO DISPONÍVEL	621.797,89C	62.713,15	12.422,14	571.506,88C
6.2.2.1.3			CRÉDITO UTILIZADO	365.734,11C	120.043,06	170.334,07	416.025,12C
6.2.2.1.3.01 (44569)	O		CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	42.738,95C	66.232,60	62.713,15	39.219,50C
6.2.2.1.3.03 (44571)	O		CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	8.286,81C	53.810,46	53.810,46	8.286,81C
6.2.2.1.3.04 (44572)	O		CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO	314.708,35C	0,00	53.810,46	368.518,81C
6.3			EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	44.652,26C	0,00	0,00	44.652,26C
6.3.1			EXECUÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS	1.617,21C	0,00	0,00	1.617,21C
6.3.1.4 (44593)	O		RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	1.617,21C	0,00	0,00	1.617,21C
6.3.2			EXECUÇÃO DE RP PROCESSADOS	43.035,05C	0,00	0,00	43.035,05C
6.3.2.2 (44604)	O		RP PROCESSADOS PAGOS	43.035,05C	0,00	0,00	43.035,05C

Betha Sistemas
Exercício de 2020
Julho
Página: 7/8

SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL VEREADORES SÃO PEDRO DE ALCANTARA
Balancete de Verificação - 2020

Máscara	Subst. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
7			CONTROLES DEVEDORES	2.228.838,55D	222.776,88	0,00	2.451.615,43D
7.2			ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	2.228.838,55D	222.776,88	0,00	2.451.615,43D
7.2.1			DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO	2.228.838,55D	222.776,88	0,00	2.451.615,43D
7.2.1.1 (44714)	C		CONTROLE DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	2.228.838,55D	222.776,88	0,00	2.451.615,43D

Betha Sistemas
Exercício de 2020
Julho
Página: 8/8

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL VEREADORES SAO PEDRO DE ALCANTARA
Balancete de Verificação - 2020

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
8			CONTROLES CREDORES				
8.2			EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	2.228.838,55C	335.463,85	558.240,73	2.451.615,43C
8.2.1			EXECUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO	2.228.838,55C	335.463,85	558.240,73	2.451.615,43C
8.2.1.1			EXECUÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	2.228.838,55C	335.463,85	558.240,73	2.451.615,43C
8.2.1.1.1			DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS	128.037,36C	203.195,70	235.199,02	160.040,68C
8.2.1.1.1.01 (45033)	C		DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS - DISPONÍVEL	128.037,36C	203.195,70	235.199,02	160.040,68C
8.2.1.1.2 (45035)	C		DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA P	42.738,95C	66.232,60	62.713,15	39.219,50C
8.2.1.1.3			DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA P	16.318,86C	66.035,55	61.806,81	12.090,12C
8.2.1.1.3.01 (45037)	C		COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO	8.286,81C	53.810,46	53.810,46	8.286,81C
8.2.1.1.3.02 (45038)	C		COMPROMETIDA POR CONSIGNAÇÕES/RETENÇÕES	8.032,05C	12.225,09	7.996,35	3.803,31C
8.2.1.1.4 (45040)	C		DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS UTILIZADA	2.041.743,38C	0,00	198.521,75	2.240.265,13C
			TOTAL:	0,00	1.083.619,83	1.083.619,83	0,00

São Pedro de Alcântara, 03/08/2020

WILMAR PRIM
PRESIDENTE - CÂMARA MUNICIPAL

RAFAEL AUGUSTO LUCHTENBERG
CONTADOR SC - 041620/O-2

Schroeder

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.233/2020, DE 06 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2596007

DECRETO Nº 5.233/2020, DE 06 DE AGOSTO DE 2020.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, em exercício no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o nível salarial do cargo efetivo dos funcionários abaixo relacionados, conforme disposto no art. 15 do Plano de Carreira e Remuneração do Pessoal da Administração do Município de Schroeder – LC nº. 004/98, de 19/05/1998:

Nome Nível Anterior Nível Atual

Albano Hang 41 42

Helena Gonçalves da Cruz Barros 20 21

Lucia Kersten Brumuller 36 37

Art. 2º Fica alterado o nível salarial do cargo efetivo dos funcionários abaixo relacionados, conforme disposto no art. 25 do Plano de Carreira e Remuneração do Pessoal do Magistério do Município de Schroeder – LC nº. 096/2010, de 14/12/2010:

Nome Nível Anterior Nível Atual

Diogo Martins Vieira B-3-II B-4-II

Dionata dos Santos Ramos C-3-II C-4-II

Priscila Borbosa Amorim de Oliveira B-3-I B-4-I

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 06 de agosto de 2020.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 39/2020-FMS

Publicação Nº 2594720

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 39/2020-FMS

Dispensa de Licitação nº. 35/2020-FMS

Processo nº. 52/2020-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: DURALINE TECNOLOGIA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 05.690.638/0001-15, estabelecida na Rua João Pessoa nº 2005, Costa e Silva, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89218-533

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato Notebooks para Secretaria de Saúde, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
1	Notebook Tela 14, Core I3, SSD 120, 4GB Mem, Win 10 Pro OEM (constar na NF), Garantia de Fabrica 36 meses onsite, Mouse sem fio, Mouse Pad punho silicone, bolsa de transporte	3	Unid.	3.690,00	11.070,00
TOTAL R\$					11.070,00

Valor total: R\$ 11.070,00 (onze mil e setenta reais)

Data da Assinatura: 07/08/2020 – Vigência: 31/12/2020

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO N°. 40/2020-FMS

Publicação N° 2594889

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 40/2020-FMS
Dispensa de Licitação nº. 36/2020-FMS
Processo nº. 53/2020-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: VITOR VERGILIO BRANDAO 07013065994, inscrita no CNPJ sob o nº. 31.873.742/0001-55, estabelecida na Rua Jaraguá nº. 13, Centro Sul, Cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.275-000

Objeto: Constitui o objeto presente contrato Aquisição de Totem de ACM, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
1	Totem de ACM adesivado 1,5 X 50cm X 10cm caixa, estrutura de ferro galvanizado, fixado no chão a 50cm do chão.	08	Unidade	1.025,00	8.200,00
TOTAL R\$					8.200,00

Valor total: 8.200,00 (oito mil e duzentos reais)

Data da Assinatura: 07/08/2020 – Vigência: 31/12/2020

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO N°. 06/2020-SANEAMENTO

Publicação N° 2594626

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 06/2020-SANEAMENTO
Dispensa nº. 05/2020-SANEAMENTO - Processo nº. 12/2020-SANEAMENTO

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: HEXIS CIENTÍFICA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 53.270.010/0001-10, estabelecida na Av. Antonieta Piva Barraqueiros nº 385, Distrito Industrial, na cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo, CEP 13.213-009

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato Contratação da empresa para realizar Limpeza interna, manutenção preventiva, calibração com emissão de certificado rastreável RBC e troca dos componentes com defeito nos equipamentos da marca HACH, modelos DR-890 e 2100Q, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	COLORÍMETRO DR-890. Limpeza interna, manutenção preventiva, calibração com emissão de certificado rastreável RBC e troca dos componentes com defeito: suporte da cubeta, filtro optico de 420 nm, membrana do teclado e mola de fixação da cubeta.	1	Unid.	1.995,09	1.995,09
02	TURBIDÍMETRO 2100Q. Limpeza interna, manutenção preventiva, calibração com emissão de certificado rastreável RBC, um kit de manutenção e troca dos componentes com defeito: tampa superior da caixa plástica e lâmpada de tungstênio.	1	Unid.	3.986,72	3.986,72
TOTAL R\$					5.981,81

Valor do contrato: R\$ 5.981,81 (cinco mil novecentos e oitenta e um reais e oitenta e um centavos)

Data da Assinatura: 07/08/2020 Vigência: 31/12/2020

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.229/2020, DE 31 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2596003

DECRETO Nº 5.229/2020, DE 31 DE JULHO DE 2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - EXTRAORDINÁRIO - ABERTOS NO ORÇAMENTO
PROGRAMA DE 2020.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.476/2020 de 5 de maio de 2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 5.880,00 (cinco mil oitocentos e oitenta reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

04.04 - ASSESSORIA DE SAÚDE

04.04.10.122.0013.2.075 - Enfrentamento da Emergência COVID 19

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.1176 - Material de Consumo R\$ 5.880,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 31 de Julho de 2020.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

FERNANDO RODRIGO DA ROSA
Resp.Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

DECRETO Nº 5.232/2020, DE 5 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2596006

DECRETO Nº 5.232/2020, DE 5 DE AGOSTO DE 2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2020.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.448/2019 de 18 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 5.556,57 (cinco mil quinhentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e sete centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

04.04 - ASSESSORIA DE SAÚDE

04.04.10.301.0013.2.050 - Manutenção das Ações de Atenção Básica de Saúde

4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.03.0033 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 5.556,57

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 5 de Agosto de 2020.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

FERNANDO RODRIGO DA ROSA
Resp.Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

DISPENSA 05/2020-SANEAMENTO

Publicação Nº 2594610

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DE SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 5/2020 - DL****CNPJ:** 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**Processo Nr.:** 12/2020
Data: 07/08/2020

Folha: 1/2

Fornecedor: HEXIS CIENTIFICA LTDA

Código: 10262

Endereço: AV ANTONIETA PIVA BARRANQUEIROS,385 -**Cidade:** Jundiaí - SP**CNPJ:** 53.276.010/0001-10**Inscrição Estadual:****Objeto da Compra:** Contratação da empresa para realizar Limpeza interna, manutenção preventiva, calibração com emissão de certificado rastreável RBC e troca dos componentes com defeito nos equipamentos da marca HACH, modelos DR-890 e 2100Q**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Porta de madeira mista (2 x 0,80m) externa	UN	1.995,09	1.995,09
2	1,00	Rejunte para ceramica, pacote de 1kg	UN	3.986,72	3.986,72

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Atendendo exigências da ABNT NBR ISO 17025, para garantir a precisão e exatidão dos resultado analíticos, faz-se necessária a manutenção preventiva e calibração dos equipamentos em questão. Os serviços, acessórios e reagentes devem ser, segundo recomendação do fabricante, fornecidos pelo mesmo. Manuteções, acessórios e reagentes não autorizados pela HEXIS podem interferir na confiabilidade dos resultados, na durabilidade dos equipamentos e ocasionar perda das garantias de fábrica.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 7 de Agosto de 2020

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DE SCHROEDER		DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 5/2020 - DL
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Nr.: 12/2020 Data: 07/08/2020	
		Folha: 2/2

31/07/2020

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 31 de Julho de 2020

Valor da Despesa: 5.981,81 (cinco mil novecentos e oitenta e um reais e oitenta e um centavos)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

DISPENSA 35/2020-FMS

Publicação Nº 2594692

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 35/2020 - DL**

Processo Nr.: 52/2020
Data: 07/08/2020

Folha: 1/2

Fornecedor: DURALINE TECNOLOGIA LTDA

Código: 12325

Endereço: R JOAO PESSOA,2005 - *****

Cidade: JOINVILLE - SC

CNPJ: 05.690.638/0001-15

Inscrição Estadual: 255.416.776

Objeto da Compra: Notebooks para Secretaria de Saúde**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	3,00	Notebook Tela 14, Core I3, SSD 120, 4GB Mem, Win 10 Pro OEM (constar na NF), Garantia de Fabrica 36 meses onsite, Mouse sem fio, Mouse Pad punho silicone, bolsa de transporte	UN	3.690,00	11.070,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Devido contratação de novos profissionais, e não havendo equipamentos em reserva, se faz necessário aquisição para dar continuidade das atividades da Secretaria de Saúde.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 7 de Agosto de 2020

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER		DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 35/2020 - DL
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Nr.: 52/2020 Data: 07/08/2020	
		Folha: 2/2

06/08/2020

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 6 de Agosto de 2020

Valor da Despesa:

11.070,00 (onze mil setenta reais)

Pagamento.....:

15 dias após recebimento do documento fiscal

DISPENSA 36/2020-FMS

Publicação Nº 2594879

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 36/2020 - DL**

Processo Nr.: 53/2020
Data: 07/08/2020

Folha: 1/2

Fornecedor: VITOR VERGILIO BRANDAO 07013065994

Código: 14426

Endereço: R JARAGUA,13 - *****

Cidade: Schroeder - SC

CNPJ: 31.873.742/0001-55

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Aquisição de Totem de ACM.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	8,00	Totem de ACM adesivado 1,5 X 50cm X 10cm caixa, estrutura de ferro galvanizado, fixado no chão a 50cm do chão.	UN	1.025,00	8.200,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

- II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Identificação das Unidade de Saúde.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 7 de Agosto de 2020

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER		DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 36/2020 - DL
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Nr.: 53/2020 Data: 07/08/2020	
		Folha: 2/2

06/08/2020

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 6 de Agosto de 2020

Valor da Despesa:

8.200,00 (oito mil e duzentos reais)

Pagamento.....:

15 dias após recebimento do documento fiscal

CÂMARA MUNICIPAL**DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 055/2020**

Publicação Nº 2595045

**ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 55/2020 - DL**CNPJ: 83.539.676/0001-85
Avenida dos Imigrantes
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**Processo Nr.: 60/2020
Data: 06/08/2020**

Folha: 1/2

Fornecedor: PAULO ROBERTO DOS SANTOS (BRIO JARAGUÁ)
Endereço: PRESIDENTE EPITÁCIO PESSOA , 1465, SALA
Cidade: Jaraguá do Sul - SC
CNPJ: 33.393.798/0001-38

Código: 732

Inscrição Estadual: 260051624

Objeto da Compra: COMPRA DE SACOS DE LIXO, SABÃO EM PÓ, PNAO DE LIMPEZA (MATERIAIS PARA HIGIENIZAÇÃO).

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	3,00	SACO DE LIXO 40 LITROS COM 100 UNIDADES	UN	8,50	25,50
2	3,00	SACO DE LIXO 60 LITROS COM 100 UNIDADES	UN	11,90	35,70
3	3,00	SACO DE LIXO 100 LITROS 70X85 COM COM 100 UNIDADES	UN	16,90	50,70
4	2,00	SABÃO EM PÓ 800 GRAMAS	UN	10,15	20,30
5	2,00	AEROSOL AROMA DE MÇA COM CANELA 400 ML	UN	7,50	15,00
6	6,00	PANO MULTIUSO AZUL COM 05 UNIDADES	UN	2,10	12,60

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA**RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:**

MENOR PREÇO GLOBAL.

Schroeder, 6 de Agosto de 2020

MIRIÃ DE FREITAS SOUZA GONÇALVES
Responsável pelo Setor Compras

ESTADO DE SANTA CATARINA CAMARA MUNICIPAL SCHROEDER		DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 55/2020 - DL
CNPJ: 83.539.676/0001-85 Avenida dos Imigrantes	Processo Nr.: 60/2020 Data: 06/08/2020	
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC		Folha: 2/2

06/08/2020

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 6 de Agosto de 2020

SÉRGIO ROHDEN
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Valor da Despesa:

159,80 (cento e cinquenta e nove reais e oitenta centavos)

Pagamento.....:

A PRAZO

Seara

PREFEITURA

DECRETO Nº 1961

Publicação Nº 2596122

DECRETO Nº 1961, DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Revoga Decreto nº 1526, de 19 de outubro de 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso X do art. 108, da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o artigo 49, da Lei nº 8666/1993, e alterações posteriores, e considerando:

- a) Que o Decreto nº 1526, de 19 de outubro de 2018, perdeu o objeto em razão do afastamento do servidor à época dos fatos, por motivo de licença para tratamento de saúde, fato superveniente e devidamente comprovado;
- b) Que o art. 191 da lei complementar nº 18, estabelece o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem, para a conclusão do processo administrativo, o que restou prejudicado conforme razões mencionadas na alínea "a";

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado Decreto nº 1526, de 19 de outubro de 2018, que teve por objeto a instauração de processo administrativo disciplinar e dá outras providências.

Art. 2º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara/SC, 07 de agosto de 2020.

EDEMILSON CANALE
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em 07 de agosto de 2020

Dirlei Giombelli Wildner
Secretária da Administração

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 77/2020

Publicação Nº 2594868

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 77/2020

Convoca aprovado para admissão imediata, em caráter temporário, nos termos do Edital de Chamamento Público nº. 68/2020.

O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos dos incisos X e XIII do artigo 108 da Lei Orgânica Municipal, combinadas com as disposições do item 7 – Do Preenchimento Das Vagas, do Edital nº 68/2020, CONVOCA:

Art. 1º Fica convocada para admissão, em caráter temporário, considerando-se para tal o período de 3 (três) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a requerimento da interessada, respeitada a ordem de classificação, a candidata a seguir, aprovada no Edital de Chamamento Público para Processo Seletivo Público nº. 68/2020, para a vaga de trabalho a seguir mencionada:

I - Cargo: MÉDICO – 40 HORAS
Número de vagas: 01 vaga
Classificação: 5º lugar – Jenifer Alves

Art. 2º A convocada por este Edital, deverá comparecer até o dia 12 de agosto de 2020, no Departamento de Recursos Humanos, na Avenida Anita Garibaldi, nº 371, Seara/SC, nesta Cidade, para dar ciência no Termo de Convocação e retirar a relação de documentos necessários para a sua nomeação ao cargo, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h30min.

Art. 3º Sob pena de exclusão do Edital de Chamamento Público nº 68/2020, a candidata convocada, que tenha realizado inscrição por e-mail na forma prevista subitem 1.2.1 do Edital nº 68, de 20 de julho de 2020, deverá apresentar os documentos originais no Departamento de Recursos Humanos, situado na Avenida Anita Garibaldi, 371, nesta cidade e Município de Seara/SC, no prazo previsto no art. 2º deste edital, para o fim de autenticação dos documentos encaminhados.

Art. 4º O não comparecimento da candidata para ciência do Termo de Convocação previsto no art. 2º, dentro do prazo estabelecido, será entendido como renúncia tácita.

Parágrafo único. A candidata convocada, impossibilitada de comparecer no prazo previsto no artigo 2º do presente Edital e início de atividades previsto no mesmo artigo, poderá requerer diretamente ao Secretário Municipal da Saúde a prorrogação do prazo, podendo ser deferido ou indeferido o requerimento mediante interesse público.

Art. 4º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 07 de agosto de 2020.

EDEMILSON CANALE
Prefeito Municipal
Registra-se e Publica-se
Em 07 de agosto de 2020.

Dirlei Giombelli Wildner
Secretária da Administração

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO Nº 78/2020

Publicação Nº 2594869

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO Nº 78, DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Homologa resultado final do Edital nº 25/2020, do cargo abaixo relacionado, do Processo Seletivo para preenchimento de vagas, em caráter temporário, no quadro de Pessoal na Administração Pública Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos subitens 10.1, 10.1.2 do item 10 – Da Classificação e item 14 – Do Resultado Final do Edital nº 25, de 05 de fevereiro de 2020, referente ao Processo Seletivo para preenchimento de vagas, em caráter temporário, no quadro de Pessoal na Administração Pública Municipal,

HOMOLOGA:

1. Fica homologado o resultado final do cargo abaixo relacionado do Edital nº 25, de 05 de fevereiro de 2020, do Processo Seletivo para preenchimento de vagas, em caráter temporário, no quadro de Pessoal na Administração Pública Municipal, conforme segue:

1.1. Monitor de Música – Modalidade Viola/Violão

Nº Insc.	Nome Candidato	Peso Nota Prova Escrita (4,00)	Pontos Títulos (2,00)	Peso Nota Prova Prática (4,00)	Nota final	Classificação
6	Gilberto Canossa	2,80	1,50	1,80	6,10	1º lugar
8	Allex Yan Gasperin	3,40	0,21	1,12	4,73	2º lugar
5	Natalieli Fernanda Hartmann	2,60	0,10	1,97	4,67	3º lugar

2. Nos termos do subitem 15.2 do item 15 – Dos Recursos do Edital nº 25, de 05 de fevereiro de 2020, referente ao Processo Seletivo para preenchimento de vagas, em caráter temporário, no quadro de Pessoal na Administração Pública Municipal, fica estabelecido o prazo de até 03 (três) dias úteis a contar da divulgação oficial, excluindo-se o dia da divulgação para efeito da contagem do prazo, para interposição de recursos referentes à homologação do resultado final.

Seara/SC, 07 de agosto de 2020.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal
Registra-se e Publica-se
Em, 07 de agosto e 2020.

Dirlei Giombelli Wildner
Secretária de Administração

LEI Nº 2050

Publicação Nº 2596123

LEI Nº 2050, DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Autoriza o ingresso e participação do Município de Seara, Estado de Santa Catarina no Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Meio Ambiente – CIDEMA e Ratifica o Protocolo de Intenções para a adequação da Lei Federal nº11.107/2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo Municipal aprova e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º Fica autorizado o ingresso e participação do Município de Seara, Estado de Santa Catarina no Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Meio Ambiente – CIDEMA, com sede e foro na Avenida Getúlio Vargas, 571 S, salas 02, no edifício sede da AMOSC, na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. O Consórcio tem como finalidades as estabelecidas no Capítulo III – Das Finalidades, do Protocolo de Intenções constante no Anexo Único, parte integrante da presente Lei.

Art. 2º Ficam ratificados em todos os seus termos o Protocolo de Intenções firmado entre os Municípios Integrantes do Consórcio

Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Meio Ambiente – CIDEMA, a ser firmado pelo Chefe do Poder Executivo, na forma do Anexo Único, parte integrante da presente Lei, para adequação da Lei Federal nº 11.107/2005 e ao Decreto Federal nº 6.017, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos.

Art. 3º O Consórcio de que trata esta Lei constitui-se sob a forma de associação pública com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, regendo-se pelos dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil, Lei Federal 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07, pelo Protocolo de Intenções constante no Anexo Único e pela regulamentação que vier a ser adotada pelos seus órgãos competentes.

Art. 4º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta Lei, serão utilizados recursos consignados no orçamento municipal, disciplinados através de Contrato de Rateio, nos termos do art. 8º da Lei 11.107/2005.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Seara, em 07 de agosto de 2020.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal

PORTARIAS NSº 320/2020 E 321/2020

Publicação Nº 2596280

Portaria nº. 320/2020. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 2º, II c/c art. 4º § 3º da Lei Complementar nº 98/2019, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, combinado com as disposições do Edital de Chamamento Público nº 68/2020, resolve, Contratar, Alaina Elisa Sordi, em caráter temporário, para exercer a função de Médico, Anexo I, Grupo B - Serviços Técnicos Profissionais, e vencimentos previstos no anexo IV, nível 330, classe inicial, do Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Seara – SC., Lei Complementar 27/2008, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 10 de agosto a 31 de dezembro de 2020, podendo ser rescindido nos termos do artigo 10 da Lei Complementar 98/2019, aplicando-se no que couber a Lei Complementar nº. 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores do Município de Seara e dá outras providências e as disposições contratuais estabelecidas entre as partes.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara, SC., 07 de agosto de 2020.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal
Registra-se e Publica-se
Em 07 de agosto de 2020.
Dirlei Giombelli Wildner
Secretária da Administração

Portaria nº. 321/2020. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 104 da Lei Complementar nº. 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara e da outras providências, resolve,

Conceder, A servidora Roseli Dominiaki, matrícula 193801, ocupante do emprego público de Agente Comunitário de Saúde, licença para tratamento de saúde, conforme atestado médico, pelo período de 23 a 29 de julho de 2020, 31 de julho a 03 de agosto de 2020 e 06 a 09 de agosto de 2020, mediante remuneração pelo município e a partir de 10 de agosto de 2020, pelo Regime Geral de Previdência Social, devendo a servidora se submeter à perícia médica junto ao INSS.

Os efeitos desta Portaria estender-se-ão até a cessação do benefício previdenciário.

Seara - SC, 07 de agosto de 2020.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal
Registra-se e Publica-se
Em 07 de agosto de 2020.
Dirlei Giombelli Wildner
Secretária da Administração

PROCESSO LICITATÓRIO 044/2020 - FMS

Publicação Nº 2595029

Processo Licitatório nº 044/2020- FMS- Dispensa de Licitação nº 021/2020 – FMS

Objeto: Aquisição de divisórias e portas.

Justificativa: Material para realocação da unidade de saúde ESF 02, até que a mesma seja reformada e ampliada.

Fundamento Legal: lei nº 8.666/93, art. 24, II.

Fornecedor: Móveis Becker Projetados Ltda

Valor: R\$ 9.170,38.

Seara, SC, 06 de agosto de 2020.

Flávio Joel Zolet
Secretário Municipal da Saúde
Gestor do FMS

PROCESSO LICITATÓRIO 136/2020

Publicação N° 2594585

Processo Licitatório nº 136/2020 - Dispensa de Licitação nº 036/2020.

Objeto: Construção novo passeio no entorno da praça Harry Quadros de Oliveira Junior.

Justificativa: Serviços de mão de obra para manutenção da praça com a execução de passeio e adequações para promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, em atendimento ao decreto nº 5.296 de 02/12/2004.

Fundamento Legal: lei nº 8.666/93, art. 24, II.

Fornecedor: José Jair de Souza 42246911915

Valor: R\$ 10.716,85.

Seara, SC, 06 de agosto de 2020.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO 137/2020

Publicação N° 2594586

Processo Licitatório nº 137/2020 – Inexigibilidade de Licitação nº 015/2020.

Objeto: Credenciamento para fornecimento de cascalho.

Justificativa: O Município de Seara lançou Edital de Chamamento Público nº 001/2017, objetivando o credenciamento para fornecimento de cascalho, do tipo macadame, a ser utilizado na recuperação de estradas vicinais e em obras realizadas pela administração pública. Atendendo às exigências do referido Edital de Chamamento Público, o Sr. Udo Carlos Sczesny comprovou capacidade para tal fornecimento, ficando o mesmo habilitado.

Fundamento Legal - Lei nº 8.666/93, art. 25, caput.

Seara, SC, 06 de agosto de 2020.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal

TERMO HOMOL AJDUDIC PL Nº 136/2020

Publicação Nº 2594710

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA CNPJ: 83.024.505/0001-13 AV ANITA GARIBALDI, 371 C.E.P.: 89770-000 - Seara - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 36/2020 - DL Processo Administrativo: 102/2020 Processo de Licitação: 136/2020 Data do Processo: 06/08/2020
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, EDEMILSON CANALE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 136/2020
b) Licitação Nr.: 36/2020-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 06/08/2020
e) Data da Adjudicação: 06/08/2020 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DO NOVO PASSEIO NO ENTORNO DA PRAÇA HARRY QUADROS DE OLIVEIRA JUNIOR

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

JOSE JAIR DE SOUZA 42246911915 (13007)

1	MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE ALVENARIA EM BLOCOS CERÂMICOS VERTICALMENTE, ESPESSURA DE 9 CM DE PAREDES, COM ÁREA LÍQUIDA MAIOR OU IGUAL A 6 M² COM VÃOS E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA.	UN	10,85	0,0000	15,00	162,75
2	MÃO DE OBRA PARA CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (SEM PRESENÇA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE FACHADA, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM COM PREPARO MANUAL.	UN	21,70	0,0000	3,00	65,10
3	MÃO DE OBRA SERVIÇO DE CONTRAPISO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (C/M E AREIA) , EM BETONEIRAL 400L , ESPESSURA 4CM ÁREAS SECAS E ÁREAS MOLHADAS SOBRE LAJE DE 3CM.	UN	72,55	0,0000	12,00	870,60
4	MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE ASSENTAMENTO DE LAJOTAS PARA PASSEIO.	UN	515,04	0,0000	18,00	9.270,72
5	MÃO DE OBRA PARA ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO).	UN	38,72	0,0000	5,00	193,60

Seara, 6 de Agosto de 2020.

EDEMILSON CANALE
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA**CNPJ: 83.024.505/0001-13
AV ANITA GARIBALDI, 371
C.E.P.: 89770-000 - Seara - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO****Nr.: 36/2020 - DL**Processo Administrativo: 102/2020
Processo de Licitação: 136/2020
Data do Processo: 06/08/2020

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**JOSE JAIR DE SOUZA 42246911915 (13007)**

6	MÃO DE OBRA PARA REQUADRAMENTO E CONserto DE MEIO-FIO	UN	19,26	0,0000	8,00	154,08
---	---	----	-------	--------	------	--------

Total do Fornecedor: 10.716,85**Total Geral: 10.716,85**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.118.4.4.90.00.00.00.00.00 (175) Saldo: 60.078,02

Seara, 6 de Agosto de 2020.

EDEMILSON CANALE
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO HOMOL AJDUDIC PL N° 137/2020

Publicação N° 2594712

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nr.: 15/2020 - IL
CNPJ: 83.024.505/0001-13 AV ANITA GARIBALDI, 371 C.E.P.: 89770-000 - Seara - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 137/2020 Data do Processo: 06/08/2020
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, EDEMILSON CANALE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 137/2020
b) Licitação Nr.: 15/2020-IL
c) Modalidade: Inexigibilidade de Licitação
d) Data Homologação: 06/08/2020
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação CREDENCIAMENTO PARA FORNECIMENTO DE CASCALHO.

					(em Reais R\$)				
g) Fornecedores e Itens Vencedores:					Unid.	Qtde	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
<u>UDO CARLOS SCZESNY (9413)</u>									
1	FORNECIMENTO DE CASCALHO, DO TIPO MACADAME, A SER UTILIZADO NA RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS E EM OBRAS REALIZADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA				M3	1,00	0,0000	2,00	2,00
2	FORNECIMENTO DE CASCALHO, DE MACADAME, A SER UTILIZADO NA RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS E EM OBRAS REALIZADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA POR ESTIMATIVA DE QUANTITATIVOS DE METRAGEM CÚBICA, SEM PAGAMENTO MENSAL DA QUANTIDADE RETIRADA				M3	1,00	0,0000	2,00	2,00
								Total do Fornecedor:	4,00
								Total Geral:	4,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.251.3.3.90.00.00.00.00.00 (159) Saldo: 670.672,30

EDEMILSON CANALE
PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 22_2020**

Publicação Nº 2596441

PORTARIA Nº 22/2020, DE 06 DE AGOSTO DE 2020.

Encerra período de férias interrompido

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei, RESOLVE:

Nos termos da Portaria nº 5/2020, considerando o período não trabalhado, em função da Pandemia do novo Coronavírus - COVID 19, em comum acordo com a servidora ADRIANA DE CAMARGO, matrícula 2, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Administradora Legislativa, Nível 50, ficam encerradas as horas registradas no dia 28 de janeiro, referente período de férias interrompido para participação em atividade promovida pela ACAMOSC.

JERSON BRUSAMARELLO

Presidente da Mesa

Serra Alta

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 049/2020

Publicação Nº 2596224

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 049 DE 10/08/2020

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE SERRA ALTA E A EMPRESA JANAINA SEHNEM ASSESSORIA EM ENGENHARIA NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO SOB O REGIME DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, com endereço na(o) Av. Dom Pedro, 830, centro, inscrito no CGC/MF sob o nº 80.622.319/0001-98, neste ato representada por seu PREFEITO MUNICIPAL Senhor DARCI CERIZOLLI, portador do CPF sob nº. 430.332.889-87 e RG 1.233.665/SSP/SC, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa JANAINA SEHNEM ASSESSORIA EM ENGENHARIA, com sede na Av. Brasil, nº 288, sala 03, centro, município de Saudades/SC, inscrita no CGC/MF sob o nº 34.012.893/0001-07, neste ato representada por sua representante legal Senhora Janaina Sehnem, portadora do CPF nº 059.584.449-99 e RG 4.302.871 SSP/SC, doravante denominada simplesmente de CONTRATADO (A), e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93, com fundamento no Art. 24, II da Lei de Licitações e legislação pertinente.

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E FINALIDADE

1.1 O presente instrumento tem por objeto, a CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ENGENHARIA CIVIL, PARA ATUAR JUNTO AOS DEPARTAMENTOS DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO MUNICÍPIO COM CARGA HORÁRIA SEMANAL DE 30(trinta) HORAS, SENDO PRESTADAS DE FORMA PRESENCIAL NA SEDE DA PREFEITURA EM HORÁRIO DE EXPEDIENTE DE (TERÇA A SEXTA-FEIRA). O PROFISSIONAL DA EMPRESA SERÁ RESPONSÁVEL POR: A) ELABORAR PROJETOS COMPLETOS EM SUA ÁREA, DESTACANDO PROJETOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E PREVENTIVO DE INCÊNDIO; B) ACOMPANHAR E FISCALIZAR TODAS AS OBRAS DO MUNICÍPIO; C) AVALIAR PERMANENTEMENTE A ESTRUTURA DOS IMÓVEIS DO MUNICÍPIO A FIM DE GARANTIR A MANUTENÇÃO E OS REPAROS DEVIDOS; D) ORIENTAR OS SERVIDORES QUE EXECUTAM SERVIÇOS NA ÁREA PARA REALIZAREM AS TAREFAS DE MANEIRA MAIS ADEQUADA; E) PROPOR PROJETOS QUE SEJAM VIÁVEIS, VISANDO MODERNIZAR A ESTRUTURA DO MUNICÍPIO; F) ELABORAR E COORDENAR OS PROJETOS DE OBRAS PÚBLICAS MUNICIPAIS (INFRA-ESTRUTURA URBANA/MUNICIPAL E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS); G) EMITIR PARECERES, LAUDOS, BOLETINS DE MEDIÇÃO, PERÍCIAS E COMUNICADOS TÉCNICOS SOBRE ASSUNTOS PERTINENTES AS SUAS ATRIBUIÇÕES; H) ANALISAR E APROVAR PROJETOS DE EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS, COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, COMPATIVÉIS COM A LEGISLAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/SC.

1.2. Ao assinar este Contrato, a CONTRATADA declara que tomou pleno conhecimento da natureza e condições dos serviços objeto do presente Contrato. Não será considerada pela CONTRATANTE qualquer reclamação ou reivindicação por parte da CONTRATADA.

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE EXECUÇÃO

2.1– Os serviços previstos na Cláusula primeira serão prestados pelo contratado sem vínculo de natureza empregatícia, na própria sede do CONTRATANTE, 30 horas semanais todas as terças a sextas-feiras ficando a mesma sujeita a horários fixos ou datas predeterminadas, salvo em casos especiais.

2.2– Os serviços serão prestados de forma personalíssima, sendo que nenhuma substituição será permitida sem prévia comunicação, devendo esta ocorrer com pelo menos 30(trinta) dias de antecedência, e anuência do CONTRATANTE. O profissional que prestara o serviço deverá atender a todos os requisitos técnicos necessários.

2.3– Todos os materiais e equipamentos necessários ao bom desempenho dos serviços serão fornecidos pelo CONTRATANTE.

2.4- Todo o trabalho prestado pelo CONTRATADO será acompanhado pelo CONTRATANTE, que deverá lhe fornecer todas as informações necessárias ao bom desempenho dos serviços profissionais objeto deste contrato.

2.5– A forma de execução deste contrato é indireta.

2.6- Os profissionais utilizados deverão ser educados, ter iniciativa, atender com presteza as solicitações e serem responsáveis para com as atividades que executa.

2.7- O Departamento de Obras e Serviços Urbanos solicitará que seja afastado imediatamente o profissional que não se portar convenientemente ou que não atender plenamente a execução dos serviços.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E RECEBIMENTO

3.1- O prazo do presente contrato iniciar-se-á na data da sua assinatura 10/08/2020 e extinguindo-se em 10/12/2020.

3.2– Os Serviços prestados, no que couber serão recebidos nos termos do ART 73, inciso I da Lei 8.666/93.

4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

4.1- Receberá o CONTRATADO pelos serviços citados na Cláusula Primeira, a importância total de R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais), valor bruto, mediante apresentação de Nota Fiscal eletrônica emitida em favor do Município de Serra Alta, até 10 dias ao mês subsequente, com estrita observância na ordem cronológica de pagamento, distribuído por todo o Contrato em 04 (quatro) parcelas mensais de R\$ 4.500,00 (Quatro mil e quinhentos reais).

4.2. Os preços inicialmente cotados são fixos e irrevogáveis, podendo ser objeto de revisão, de ofício ou a pedido, caso haja motivo relevante, tal como variação substancial do custo de prestação dos serviços, devidamente justificado e demonstrado pela Contratada;

4.3. Somente haverá revisão de valor quando o reajuste for notório e de amplo conhecimento da sociedade, não se enquadrando nesta hipótese simples recomposições de preços que não afetam o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

4.4. A readequação de preços será promovida levando-se em conta apenas o saldo remanescente do contrato, e não servirá, em hipótese alguma para ampliação de margem de lucro.

5.0 - CLÁUSULA SEXTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ESTE CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS.

5.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições contidas nas Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº123, de 15/12/2006, Lei Complementar nº147, de 07/08/2014 e, se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a execução deste Contrato, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

5.2 – Aplica-se ainda, no que couber, a Constituição Federal, Estadual e Lei Orgânica do Município de SERRA ALTA-SC.

6.0 - CLÁUSULA SÉTIMA– DA RESCISÃO

6.1 – O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa da administração conforme descrito no art. 79 da Lei 8.666/93 ou amigavelmente, mediante notificação de no mínimo 20 (vinte) dias de antecedência.

6.2 – Constituem motivos para rescisão sem indenizações:

6.2.1 – O descumprimento de qualquer das cláusulas deste Contrato;

6.2.2 – A subcontratação total ou parcial do seu objeto;

6.2.3 – O cometimento reiterado de falta na sua execução;

6.2.4– Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

6.2.5– Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução do contrato.

6.3– É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 80 da Lei 8.666/93.

6.4– Extingue-se este contrato pelo transcurso normal do seu prazo.

6.5 – A parte que der causa à rescisão do contrato, por inadimplemento, ficará sujeita a indenizar a outra dos prejuízos comprovados que esta vier a sofrer, além de multa no valor de 20% (vinte por cento) do valor deste contrato.

7.0 – CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES

7.1 – DO CONTRATANTE:

7.1.2 – Efetuar os pagamentos pela prestação do serviço conforme o disposto na Cláusula Quarta; procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

7.1.3 - Promover os apontamentos das ocorrências relacionadas à execução do contrato;

7.1.4 - Fornecer à contratada, todas as informações relacionadas com o objeto deste contrato;

7.1.5 - Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a contratada, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da contratada;

7.1.6- Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.7– Fornecer todos os materiais e equipamentos necessários ao bom desempenho dos serviços objeto deste contrato;

7.1.8- Aplicar, quando for o caso, as penalidades previstas no contrato.

7.2 – DO CONTRATADO:

7.2.1– cumprir com proficiência, zelo, dedicação, probidade, espírito de solidariedade e lealdade os serviços contratados;

7.2.2 – prestar o serviço em conformidade com disposto na Cláusula Segunda deste Contrato e de acordo com as normas técnicas inerentes aos serviços;

7.2.3– Manter o CONTRATANTE informado sobre todas as ocorrências e andamento da execução deste Contrato;

7.2.4- Durante o prazo da contratação o contratado ficará à disposição deste Município, no período de 30 (trinta) horas semanais.

7.2.5- Permitir a fiscalização e informar o Departamento de Obras e Serviços Urbanos de qualquer ocorrência na execução dos serviços no prazo estipulado neste contrato.

7.2.6- Arcar com outras despesas tais como, impostos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, etc.

7.2.7- Aceitar acréscimos ou supressões que se fizerem necessários de até 25% (vinte cinco por cento) do valor contratual corrigido.

7.2.8- Manter todas as condições de habilitação durante toda a vigência do contrato.

7.2.9- Indicar, a pedido do Município, telefones para contato fora dos horários normais de atendimento, inclusive finais de semana e feriados, para os casos excepcionais que porventura venham a ocorrer;

7.2.10- Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

7.2.11- Corrigir, alterar e/ou refazer no prazo definido pela FISCALIZAÇÃO os serviços, que, a juízo desta, não forem considerados satisfatórios, sem que caiba qualquer acréscimo no preço contratado;

7.2.12- A CONTRATADA não poderá alegar desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento de qualquer detalhe relativo à execução do objeto, responsabilizando-se por qualquer ônus decorrente destes fatos.

7.2.13- Responder e responsabilizar-se por quaisquer danos causados direta ou indiretamente a bens de propriedade da CONTRATANTE ou de terceiros, em virtude da emissão de seus pareceres técnicos, quando se verificar que estes foram equivocados ou omissos.

8.0 – CLÁUSULA NONA– DAS SANÇÕES

8.1 – Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas no art. 87 da Lei 8.666/93 e alterações.

9.0 – CLÁUSULA DÉCIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

9.1 - A verba para o pagamento deste contrato será oriunda de recursos próprios do CONTRATANTE, e serão empenhados globalmente na dotação orçamentária vigente para o exercício financeiro de 2020:

08.01 – SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

08.02 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos

2.801 – Manutenção dos Serviços Urbanos– 31.90.00

10.0 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

10.1– O gerenciamento dos trabalhos e a fiscalização será feita pelas Secretarias Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos e Planejamento e Finanças ou quem este designar para tal finalidade, que anotarà em registro próprio as ocorrências e falhas detectadas na sua execução e comunicará às interessadas os fatos que, ao seu critério, exigirem medidas corretivas por parte da mesma.

11.0 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

11.1 - O foro da Comarca de Modelo, Estado de Santa Catarina, é o competente para dirimir eventuais pendências acerca deste contrato, na forma da lei nacional de licitações, art. 55, § 2º, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1- Este contrato se sujeita ainda, no que couber, às Leis Municipais inerentes ao seu assunto e ao Código Civil Brasileiro.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

SERRA ALTA/SC, 10 de agosto de 2020.

DARCI CERIZOLLI
PREFEITO MUNICIPAL
Contratante

JANAINA SEHNEM ASSESORIA EM ENGENHARIA
JANAINA SEHNEM
REPRESENTANTE LEGAL
Contratada

Analisado e Aprovado pelo Departamento Jurídico

MAURÍCIO LEONIR SONDA
Advogado
OAB/SC 54.175

Testemunhas:

EDERSON CEREZOLLI LUANA RAFAELA WALKER GIRELLI
CPF: 029.867.439-43 CPF: 009.277.159-96
Sec. de Administração Diretora do Dpto. de Plan. e Finanças

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 016/2020

Publicação Nº 2594665

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE
FORNECIMENTO Nº 016/2020

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE SERRA ALTA E A EMPRESA ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO SOB O REGIME DE FORNECIMENTO.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, pessoa de direito público interno, com endereço na(o) Av. Dom Pedro II, 830, centro, Serra Alta, inscrito no CGC/MF sob o nº 80.622.319/0001-98, neste ato representada por seu PREFEITO MUNICIPAL DARCI CERIZOLLI, portador do RG sob o nº 1.233.665 e CPF nº 430.332.889-87.

CONTRATADA: a Empresa ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME com sede na(o) Rua João Alves de Rezende, nº 169 D, Vila Real, município de Chapecó/SC, inscrita no CNPJ sob o nº. 16.738.785/0001-34 neste ato representada por seu representante legal Senhor Gilberto Luiz Orlandini, portador do CPF nº 020.285.509-02 e RG 2996158 SSP/SC.

Os CONTRATANTES têm entre si justos e avençados, e celebram o presente Termo Aditivo em decorrência do Processo de Licitação Nº002/2020, PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2020, homologado em 29/01/2020, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto Municipal nº 043/20017, Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Aditamento Contratual tem por objeto:

1.2. Alterar a "Cláusula Terceira – Do Preço e Condições de Pagamento" relativo ao contrato nº016/2020, com fundamentação legal no artigo 65, da Lei de Licitações nº 8.666/93, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO"

3.1- A CONTRATANTE a partir da presente data pagará a CONTRATADA, pela aquisição do ITEM Nº 58- LEITE INTEGRAL UHT COM TAMPA DE ROSCA, objeto deste Contrato, o preço proposto de R\$ 4,05 (Quatro reais e cinco centavos), havendo um ACRÉSCIMO de R\$ 1,00 (Hum real) por litro em relação ao valor vigente do contrato inicial que era R\$ 3,05 (Três reais e cinco centavos), objetivando manter o equilíbrio econômico financeiro com a CONTRATADA, conforme justificativa e comprovação com notas fiscais em anexo, parte integrante deste Termo. Sendo assim, o valor global do contrato terá um acréscimo de R\$ 1.296,00 (Hum mil, duzentos e noventa e seis

reais) totalizando R\$ 20.164,50 (Vinte mil, cento e sessenta e quatro reais e cinquenta centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA- DA PUBLICAÇÃO

2.0. A publicação resumida deste instrumento será efetivada pela CONTRATANTE conforme dispõe o Parágrafo Único do Art. 61 da Lei nº 8.666/93, no Diário Oficial dos Municípios.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.0 Os demais Itens e Cláusulas do Contrato Administrativo que a este deu causa, ficam ratificados permanecendo inalterados em sua íntegra, e com plena eficácia.

3.1 E, por assim estarem justos e acertados, passam a assinar o presente Aditivo ao Contrato Administrativo 016/2020, elaborado em três vias de igual teor e forma, para que surta seus efeitos jurídicos e legais.

SERRA ALTA/SC, 07 de agosto de 2020.

DARCI CERIZOLLI
PREFEITO MUNICIPAL
Contratante

ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME
GILBERTO LUIZ ORLANDINI
REPRESENTANTE LEGAL
Contratada

Analisado e Aprovado pelo Departamento Jurídico

MAURÍCIO LEONIR SONDA
Advogado
OAB/SC 54.175

Testemunhas:

EDERSON CEREZOLLI
CPF: 029.867.439-43
Sec. de Administração

REGINA CELINA V. LINDEMANN
CPF: 790.103.939-68
Sec. de Educação

Siderópolis

PREFEITURA

PORTARIA Nº152/2020

Publicação Nº 2594896

PORTARIA Nº 152, DE 03 DE AGOSTO 2020

RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DA FUNCIONARIA ANA PAULA BIALAS COELHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato temporário da funcionária Ana Paula Bialas Coelho, brasileira, CPF/MF sob nº 039.311.359-00, Técnico em Enfermagem, vinculado à Secretaria de Saúde, a contar desta data.

Art. 2º - Esta entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 03 de agosto de 2020.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

ESTER ZANETTE BARP

Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 03 de agosto de 2020.

PORTARIA Nº153/2020

Publicação Nº 2594897

PORTARIA Nº 153, DE 05 DE AGOSTO 2020

Cessa os efeitos da portaria nº 124/2020

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o inciso VII, art.51 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da Portaria nº 124/2020, considerando o retorno ao trabalho da servidora OLINDA CUSTODIO RODRIGUES, CPF/MF nº 777.883.119-87, Professora, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 05 de Agosto de 2020.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

ESTER ZANETTE BARP

Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 05 de agosto de 2020.

PORTARIA Nº154/2020

Publicação Nº 2594899

PORTARIA Nº 154, DE 05 DE AGOSTO DE 2020

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS AOS FUNCIONARIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Decreto Municipal Nº 97/2020;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias coletivas aos funcionários a seguir relacionados, pelo período em que aponta a relação, devendo estas funcionárias voltar as atividades laborais no dia letivo seguinte ao do fim das férias:

NOME	CPF	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO
Lenir Maria Rampinelli Felisberto	769.235.849-49	10 Dias	05/08/2020 até 14/08/2020
Marlene Trento Ghisleri	015.054.009-45	10 Dias	05/08/2020 até 14/08/2020

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 05 de agosto de 2020.

HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

ESTER ZANETTE BARP
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 05 de agosto de 2020.

PORTARIA Nº155/2020

Publicação Nº 2594901

PORTARIA Nº 155, DE 5 DE AGOSTO DE 2020

NOMEIA COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DO CHAMAMENTO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 1/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal nº 2387, de 4 de agosto de 2020,

RESOLVE

Art. 1º Fica nomeada a Comissão de Acompanhamento do Chamamento Público Simplificado nº 1/2020, composta pelos seguintes membros:

I - Rose Mara Reis: Presidente

II - Renata De Lorenzi Dagostin: Membro

III - Simone Luzia Gonçalves Carminatti: Membro

Art. 2º Compete a Comissão avaliar as inscrições dos candidatos e verificar a publicidade dos atos. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias para a concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Parágrafo único – A investidura na Comissão ora instituída será durante a vigência do Chamamento Público Simplificado nº 1/2020.

Art. 3º Os membros da presente Comissão não farão jus à remuneração adicional, todavia sua participação será considerada como relevante serviço prestado ao Município.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 5 de agosto de 2020.

HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito

ESTER ZANETTE BARP
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 5 de agosto de 2020.

PORTARIA Nº156/2020

Publicação Nº 2594905

PORTARIA Nº 156, DE 7 DE AGOSTO DE 2020.

DECLARA VACÂNCIA DO CARGO DE MOTORISTA EM FUNÇÃO DA MORTE DO SERVIDOR WANDERLEY BETTIOL

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 51, VII, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA

Art. 1º Declara vacância do cargo de Motorista, a contar de 28 de julho de 2020, em função da morte do servidor WANDERLEY BETTIOL.
Art. 2º Esta Portaria retroage a 28 de julho de 2020.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 7 de agosto de 2020.

HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito

ESTER ZANETTE BARP
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 7 de agosto de 2020.

Sombrio

PREFEITURA

ERRATA CONTRATO 49-2020

Publicação N° 2594553

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SOMBRIO

ERRATA EXTRATO DO CONTRATO N. º 49/2020

Na edição nº 3165 do Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, na publicação do extrato de Contrato nº 49/2020.

ONDE SE LÊ:

VALOR: R\$ 239.435,73 (Duzentos e trinta e nove mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e setenta e três centavos).

LEIA-SE:

R\$ 239.435,95 (Duzentos e trinta e nove mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e noventa e cinco centavos).

Sombrio/SC, em 07 de agosto de 2020.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Tangará

PREFEITURA

ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2020 REGISTRO DE PREÇO

Publicação Nº 2594564

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2020 REGISTRO DE PREÇO

Aos sete dias do mês de Agosto do ano de dois mil e vinte, às nove horas, reuniram-se os membros da Equipe de Apoio, designada pela Portaria nº 235/2019, para abrir e julgar o processo licitatório modalidade Pregão Presencial nº 050/2020, da Prefeitura Municipal de Tangará, o qual tem por objeto o registro de preço a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE CAMINHÃO DISTRIBUIDOR DE ADUBO ORGÂNICO LIQUIDO PARA SUPRIR ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO. Participa deste certame a seguinte empresa:

1) BABOS TRANSPORTES LTDA, representada neste ato por Vilma Pazin Crotti.

Iniciado o certame, uma única empresa se credenciou, passando para vista e rubrica nos envelopes pelo representante presente, analisado o credenciamento da empresa que estava de acordo com o edital, sendo habilitada para o certame, após passou-se para a abertura do envelope da proposta, constatou-se que a empresa participante encontrava-se habilitada para os lances. Passou-se então para fase dos lances, feito a tentativa de negociação a empresa manteve o valor da sua proposta, após sagrou-se vencedor do item 1 a empresa BABOS TRANSPORTES LTDA com o valor total de R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais). Após aberto o envelope da documentação da empresa vencedora, constatou-se que estava de acordo com as exigências do edital. Nenhuma empresa manifestou intenção de recurso. Sem mais encerrado certame. Publique-se o presente resultado no site www.tangara.sc.gov.br e no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC na data de 07/08/2020. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, com a presente ata lida, aprovada e assinada pelos presentes. Tangará, 07 de Agosto de 2020.

Cristiane Piccinin
Pregoeira

Daiane N. A. dos Santos Paula A. Taffarel Motter
Equipe de Apoio Equipe de Apoio

BABOS TRANSPORTES LTDA

Tigrinhos

PREFEITURA

PORTARIA 249/2020

Publicação N° 2594723

PORTARIA N°. 249/2020, DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

EXONERA A PEDIDO SERVIDORA MUNICIPAL OCUPANTE DO CARGO DE CONSELHEIRA TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar n°. 035/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonera A PEDIDO da Servidora Pública Municipal, Sra. GÉSSICA FERNANDA NEU BASTO DE ARAUJO, portadora do CPF n°. 095.821.019-54, do cargo de CONSELHEIRA TUTELAR, cadastrada sob a matrícula n°. 698/01, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a partir de 07/08/2020, conforme requerimento da mesma e seu deferimento.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA EM 07 DE AGOSTO DE 2020.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em sete de agosto de dois mil e vinte.

Cleiton Soethe
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

Tijucas

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 132/PMT/2020 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 062/PMT/2020

Publicação Nº 2594496

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 132/PMT/2020
PREGÃO PRESENCIAL
REGISTRO DE PREÇO Nº 062/PMT/2020

Objeto: Aquisição de Materiais e Suprimentos de Informática para Secretaria Municipal de Educação, Secretaria de Administração e Finanças, Secretaria Municipal de Saúde, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, do Município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor Preço Por Item;

Data de Abertura: 21 de agosto de 2020, às 08h00.

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. B-chelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

ELOI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 1589-2020

Publicação Nº 2596966

DECRETO Nº 1589, 07 DE AGOSTO DE 2020.

Altera dispositivo do Decreto nº 1554, 07 de junho de 2020, que dispõe sobre as novas medidas sanitárias considerando a situação atual de emergência de saúde pública decorrente do novo Coronavírus (COVID19), que especifica.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito do Município de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 82, na forma da alínea “e”, do inciso I, do parágrafo único do art. 31-A, ambos da Lei Orgânica Municipal, e demais disposições legais, e ainda,

CONSIDERANDO as recomendações da Secretaria Municipal de Saúde, órgão competente para a coordenação técnica das ações necessárias ao enfrentamento da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), bem como a necessidade de medidas de vigilância epidemiológica com fundamento nas Leis Federais nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;

CONSIDERANDO o estabelecido no art. 36 do Decreto Estadual nº 630, de 1º de junho de 2020, onde os Municípios do Estado, por meio dos respectivos Prefeitos, poderão estabelecer medidas específicas de enfrentamento mais restritivas do que as previstas nos Decretos Estaduais ou em Portarias do Secretário de Estado da Saúde, observadas as informações técnicas do COES e de acordo com a necessidade apresentada, a fim de conter a contaminação e a propagação do coronavírus em seus territórios;

CONSIDERANDO à aceleração de novos casos confirmados de infectados pelo novo coronavírus (COVID-19), demonstrados nos boletins epidemiológico dos últimos dias do Município de Tijucas,

DECRETA:

Art.1º O inciso I do art. 1º do Decreto nº 1554, 07 de junho de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º (...)

(...)

I – até 15 de agosto de 2020, a circulação de veículos de transporte coletivo municipal, intermunicipal e interestadual de passageiros no Município de Tijucas;

(...)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Tijucas (SC), 07 de agosto de 2020.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito do Município de Tijucas

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO Nº 032/FMS/2020 DO PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 019/FMS/2020

Publicação Nº 2594545

STADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO Nº 032/FMS/2020 DO
PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 019/FMS/2020

Objeto: Aquisição de Testes Rápidos para Diagnóstico da COVID-19, para Secretaria Municipal de Saúde, do município de Tijucas/SC. Empresa Vencedora do Processo: HERA MEDICAL REPRESENTAÇÕES foi vencedora do item: 01 no valor de R\$ 45.800,00 (Quarenta e cinco mil e oitocentos reais).

Informações Complementares: Setor de Licitações, sito a Rua Cel. B-chelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br
Elói Mariano Rocha – Prefeito Municipal de Tijucas

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO Nº 034/FMS/2020 DO PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 021/FMS/2020

Publicação Nº 2594639

STADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO Nº 034/FMS/2020 DO
PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 021/FMS/2020

Objeto: Aquisição de materiais laboratoriais para uso no Laboratório Vanderlei Francisco de Farias, do Fundo Municipal de Saúde, do município de Tijucas/SC.

Empresa Vencedora do Processo: DIAGNOSTICA CATARINENSE COMÉRCIO DE PRODUTOS LABORATORIAIS foi vencedora do lote: 01 no valor de R\$ 31.500,20 (Trinta e um mil e quinhentos reais e vinte centavos).

Informações Complementares: Setor de Licitações, sito a Rua Cel. B-chelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br
Elói Mariano Rocha – Prefeito Municipal de Tijucas

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO Nº 035/FMS/2020 DO PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 022/FMS/2020

Publicação Nº 2594779

STADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO Nº 035/FMS/2020 DO
PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 022/FMS/2020

Objeto: Aquisição de medicamentos para uso de pacientes portadores do vírus COVID – 19, para o Fundo Municipal de Saúde, do município de Tijucas/SC.

Empresa Vencedora do Processo: ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA foi vencedora do item: 05 no valor de R\$ 189.500,00 (Cento e oitenta e nove mil e quinhentos reais).

Empresa Vencedora do Processo: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA foi vencedora do item: 02 no valor de R\$ 11.800,00 (Onze mil e oitocentos reais).

Empresa Vencedora do Processo: CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS foi vencedora do item: 06 no valor de R\$ 120.500,00 (Cento e vinte mil e quinhentos reais).

Empresa Vencedora do Processo: LA DALLA PORTA JUNIOR foi vencedora dos itens: 01, 03 e 04 no valor de R\$ 104.700,00 (Cento e quatro mil e setecentos reais).

Informações Complementares: Setor de Licitações, sito a Rua Cel. B-chelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br
Elói Mariano Rocha – Prefeito Municipal de Tijucas

Timbé do Sul

PREFEITURA

DECRETO 138/2020 NOMEIA SERVIDORA CONTRATADA POR PRAZO DETERMINADO

Publicação Nº 2595992

DECRETO Nº 138, DE 03 DE AGOSTO DE 2020.
NOMEIA SERVIDORA CONTRATADA POR PRAZO DETERMINADO.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e em conformidade com o Processo Seletivo Edital 001/2019;

DECRETA:

Art. 1º. Fica contratada no Quadro de Pessoal Temporário do Município de Timbé do Sul – SC, a Senhorita DANIELA ARCARO no cargo de Enfermeira , Contrato Administrativo nº 79/2020.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 03 de Agosto de 2020.

ROBERTO BIAVA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

FERNANDO FAVARIN
Secretario de Administração e finanças

DECRETO 139/2020 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL NO EXERCÍCIO 2020

Publicação Nº 2595994

DECRETO Nº 139, DE 03 DE AGOSTO DE 2020.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL NO EXERCÍCIO 2020.

O Prefeito do Município de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1973/2019;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao orçamento do Município de Timbé do Sul, no valor de R\$ 568,00(quinientos e sessenta e oito reais) na seguinte dotação do orçamento vigente:

02.01 GABINETE DO PREFEITO

2.034 – Manutenção do Conselho Tutelar

6 – 4.4.90.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 568,00

Art. 2º - Os recursos para cobertura da suplementação de que trata o artigo anterior são decorrentes da anulação de orçamento na dotação que abaixo especifico:

02.01 GABINETE DO PREFEITO

2.034 – Manutenção do Conselho Tutelar

5 – 3.3.90.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 568,00

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 03 de agosto de 2020.

Roberto Biava
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

Fernando Favarin
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 140/2020 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL NO EXERCÍCIO 2020

Publicação Nº 2595997

DECRETO Nº 140, DE 03 DE AGOSTO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL NO EXERCÍCIO 2020.

O Prefeito do Município de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1973/2019;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao orçamento do Município de Timbé do Sul, no valor de R\$ 11.000,00(once mil reais) na seguinte dotação do orçamento vigente:

02.01 GABINETE DO PREFEITO

2.033- Coordenadoria da Defesa Civil

194 – 3.3.90.00.00.00.00.0116 – Aplicações Diretas R\$ 11.000,00

Art. 2º - Os recursos para cobertura da suplementação de que trata o artigo anterior são decorrentes do excesso de arrecadação na sos Fonte de Recursos 0116 - Outras Transferências União sem destinação específica(LC 173/2020 – Art 5º, II-b R\$ 11.000,00.

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 03 de agosto de 2020.

Roberto Biava
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

Fernando Favarin
Secretário de Administração e Finanças**DECRETO 141/2020 DEMITE SERVIDOR TEMPORÁRIO**

Publicação Nº 2595998

DECRETO Nº. 141, DE 03 DE AGOSTO DE 2020.

DEMITE SERVIDOR TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação vigente,

DECRETA:

Art. 1º - Fica demitido a pedido, o servidor abaixo identificado, Quadro de Pessoal Temporário do Município de Timbé do Sul:

Nome	Matrícula	Cargo
ORLEI SOARES	3734	Auxiliar de Serviços Gerais II

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 03 de agosto de 2020.

ROBERTO BIAVA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

FERNANDO FAVARIN
Secretário de Administração e Finanças**DECRETO 142/2020 EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO**

Publicação Nº 2595999

DECRETO Nº 142, DE 03 DE AGOSTO DE 2020.

EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar Nº 01/2011 que dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo do Município de Timbé do Sul:

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado a pedido, FERNANDO FAVARIN, Matrícula nº 3167, ocupante do cargo Diretor do Departamento de Compras, Quadro de Pessoal Comissionado do Município de Timbé do Sul.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 03 de agosto de 2020.

ROBERTO BIAVA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Joselia Scot Pezente
Agente Administrativo – Mat 844

DECRETO 143/2020 NOMEIA SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Publicação Nº 2596000

DECRETO Nº 143, DE 03 DE AGOSTO DE 2020.

NOMEIA SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar Municipal 01/2011 que Estabelece a Estrutura Administrativa do Poder Executivo do Município de Timbé do Sul:

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado FERNANDO FAVARIN, CPF nº 095.385.129-01 e RG nº 5.929.297, no Cargo de Secretario de Administração e Finanças - CC-1, no Quadro de Pessoal do Município de Timbé do Sul, a partir de 04/08/2020.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 03 de agosto de 2020.

ROBERTO BIAVA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Josélia Scot Pezente
Agente Administrativo
Matrícula 844

Timbó**PREFEITURA****ATA ABERTURA DA PROPOSTA DE PREÇO TOMADA DE PREÇO 23.2020 PMT**

Publicação Nº 2596466

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ
ATA ABERTURA DA PROPOSTA DE PREÇO - TOMADA DE PREÇO 23/2020 PMT
HABILITADAS: CONSTRURIO EMPR. MÃO DE OBRA LTDA.
ARRUDA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA

Às oito horas e dez minutos, do sétimo dia do mês de agosto de dois mil e vinte (07/08/2020), no setor de licitações da Prefeitura de Timbó, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº. 1782, de 18 de dezembro de 2019, alterada pelas Portarias de nº. 1880 – 10/02/20 e de nº. 2053 – 29/05/2020, para abertura dos envelopes da Proposta de Preço das empresas habilitadas no processo licitatório Tomada de Preço nº. 23/2020 – PMT.

Iniciada a sessão, o Presidente solicitou aos presentes que conferissem a inviolabilidade dos envelopes, passando-se à respectiva abertura, colocando os documentos neles contidos à disposição dos presentes e solicitando que os mesmos procedessem com a rubrica em todas as vias.

Após a análise da regularidade dos documentos apresentados na Proposta de Preço, os valores apresentados foram os abaixo listados:

	EMPRESAS HABILITADAS	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R\$)
01	ARRUDA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA.	412.000,00
02	CONSTRURIO EMPR. MÃO DE OBRA LTDA.	427.057,10

Na sequência, as Propostas de Preço foram encaminhadas para análise do Departamento Técnico (Setor de Engenharia), procedendo-se com a conferência dos valores e quantitativos, bem como da planilha de composição do BDI apresentado pelas empresas.

Nada mais a tratar, encerra-se a sessão e lavra-se a presente ata, que segue assinada pela Comissão Permanente de Licitações e a representante presente.

Registre-se, publique-se, intinem-se.

THOMAZ H CAMPREGHER Presidente	TAINARA FISTAROL Membro	LOURDES MOSER Membro
-----------------------------------	----------------------------	-------------------------

ATA ABERTURA DA PROPOSTA DE PREÇO TOMADA DE PREÇO 30.2020 PMT

Publicação Nº 2596474

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ
ATA ABERTURA DA PROPOSTA DE PREÇO - TOMADA DE PREÇO 30/2020 PMT
HABILITADAS: CONSTRURIO EMPREITEIRA MÃO DE OBRA LTDA. EPP
ELETROTEC SISTEMAS DE ENERGIA LTDA. EPP
COM. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS SÃO JOSÉ EIRELI ME
TARCISIO NONES ELETRICISTA ME

Às oito horas e trinta minutos, do sétimo dia do mês de agosto de dois mil e vinte (07/08/2020), no setor de licitações da Prefeitura de Timbó, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº. 1782, de 18 de dezembro de 2019, alterada pelas Portarias de nº. 1880 – 10/02/20 e de nº. 2053 – 29/05/2020 e os seguintes representantes: Sr. Bruno Francisco Kons -TARCISIO NONES ELETRICISTA ME e o Sr. Fernando Montibeller - COM. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS SÃO JOSÉ EIRELI ME para abertura dos envelopes da Proposta de Preço das empresas habilitadas no processo licitatório Tomada de Preço nº. 30/2020 – PMT.

Iniciada a sessão, o Presidente solicitou aos presentes que conferissem a inviolabilidade dos envelopes, passando-se à respectiva abertura, colocando os documentos neles contidos à disposição dos presentes e solicitando que os mesmos procedessem com a rubrica em todas as vias.

Após a análise da regularidade dos documentos apresentados na Proposta de Preço, os valores apresentados foram os abaixo listados:

	EMPRESAS HABILITADAS	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R\$)
01	ELETROTEC SISTEMAS DE ENERGIA LTDA EPP	199.899,00
02	TARCISIO NONES ELETRICISTA ME	204.155,95
03	COM. INSTALAÇÕES ELETRICAS SÃO JOSÉ ME	217.868,40

04	CONSTRURIO EMPR. MÃO DE OBRA LTDA.EPP	250.880,47
----	---------------------------------------	------------

Na sequência, as Propostas de Preço foram encaminhadas para análise do Departamento Técnico (Setor de Engenharia), procedendo-se com a análise da planilha orçamentária e do cronograma físico financeiro apresentado pelas empresas.

Nada mais a tratar, encerra-se a sessão e lavra-se a presente ata, que segue assinada pela Comissão Permanente de Licitações e os representantes presentes.

Registre-se, publique-se, intinem-se.

THOMAZ H CAMPREGHER Presidente	TAINARA FISTAROL Membro	LOURDES MOSER Membro
FERNANDO MONTIBELLER Com.I. E. São José	BRUNO F. KONS Tarcisio Nones Eletricista ME	

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 49 2020 PMT - AGENTES FINANCEIROS OU OPERADORES DE CRÉDITO

Publicação Nº 2596476

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE CREDENCIAMENTO N.º 49 2020 PMT

OBJETO: CREDENCIAMENTO COM A FINALIDADE DE HABILITAR AGENTES FINANCEIROS OU OPERADORES DE CRÉDITO PARA OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E INCENTIVO ECONOMICO AO EMPREENDEDORISMO DO MUNICIPIO DE TIMBÓ.

A entrega do envelope contendo os documentos de Habilitação poderá ser feita durante o período de vigência.

Os interessados poderão obter a íntegra do edital no site: www.timbo.sc.gov.br, ou através do e-mail licitacoes@timbo.sc.gov.br, e telefone (47) 3380-7000, ramal 7035.

Timbó, 07 de agosto de 2020

BRUNA DE ANDRADE

SECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO, MEIO AMBIENTE, INDÚSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS

CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE CONTRATO Nº 105.2020 PMT

Publicação Nº 2596477

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 105/2020 PMT
PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2020 PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, SMARTMAQ LTDA ME, CNPJ nº 24.830.205/0001-62, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;

DATA: até 14/08/2020.

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 08 de agosto de 2020.

RAFAELA DOS SANTOS GUEDES

Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 165.2019 FMDE

Publicação Nº 2596478

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 165/2019
TOMADA DE PREÇOS Nº 17/2019 FMDE

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA - EPP, CNPJ nº. 08.628.996/0001-96, a comparecer para assinatura do respectivo termo aditivo ao contrato oriundo do citado processo licitatório,

conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;
DATA: até 17/08/2020.
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 07 de agosto de 2020.
PRISCILA MACEDO
Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 171.2018 PMT

Publicação Nº 2596479

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO QUINTO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 171/2018
CONCORRÊNCIA Nº 66/2018 PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, CNPJ nº. 03.620.927/0001-12, a comparecer para assinatura do respectivo termo aditivo ao contrato oriundo do citado processo licitatório, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;
DATA: até 17/08/2020.
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 07 de agosto de 2020.
PRISCILA MACEDO
Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA SEGUNDO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 130.2019 SAMAE - CAVI

Publicação Nº 2596480

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE TERMO ADITIVO
A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 130/2019 SAMAE

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, CAVI MODAS EIRELI, CNPJ Nº 19.234.578/0001-30 a comparecer para assinatura do Segundo Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 130/2019, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;
DATA: até 17/08/2020.
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 07 de agosto de 2020.
PRISCILA MACEDO
Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA TERCEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 81.2019 PMT - TIMBÓ COMÉRCIO

Publicação Nº 2596481

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE TERMO ADITIVO
A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 81/2019 PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, TIMBÓ COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA, CNPJ Nº 24.516.251/0001-91 a comparecer para assinatura do Terceiro Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 81/2019, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;
DATA: até 17/08/2020.
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 07 de agosto de 2020.
PRISCILA MACEDO
Central de Licitações

DECISÃO - INDEFERIMENTO DE REEQUILIBRIO CONTRATUAL - PP 64.2019 PMT - SANDRO VILMAR PIRES ME

Publicação N° 2596538

DECISÃO

PEDIDO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL SRP N.º 64/2019
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 64-02/2019 PMT
SANDRO VILMAR PIRES ME

A CONTRATADA (SANDRO VILMAR PIRES ME) apresentou pedido de reequilíbrio financeiro em relação à Ata de Registro de Preço nº 64-02/2019 PMT, decorrente do EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL SRP N.º 64/2019, justificando para tanto que o Item de número 16 da referida Ata de Registro de Preço sofreu um aumento de mais 77% em relação ao valor originalmente cotado na Ata de Registro de Preço, justificando que esse aumento é decorrente da alta do Dólar, estimulado pela pandemia do corona vírus, entre outros motivos.

Recebido o pedido, este foi encaminhado ao economista da municipalidade, junto com a documentação apresentada, para avaliação e posterior emissão do Parecer Econômico-Financeiro.

Assim, o economista, entendendo que o item sobre o qual se pleiteia o reequilíbrio econômico financeiro se trata de equipamento que é resultado de um conjunto de peças com especificações técnicas, encaminhou os autos para o setor de informática da municipalidade, para que este se manifestasse acerca da compatibilidade entre as notas fiscais apresentadas e a descrição da Ata de Registro de Preços.

Segundo o departamento de TI, através de e-mail encaminhado em 25/06/2020, a conclusão, foi no sentido de que, em relação às peças que compõe o item 16 da Ata de Registro de Preço, especificamente quanto às informações contidas na descrição das notas fiscais, a peça "placa mãe" que consta na NF 109896, que comprovaria o custo na época da licitação, assim como as pelas "Placa Mãe" (NF 94908), "Processador" (NF 159484) e "Memórias" (NF 0243795), que comprovariam os custos atuais, não são compatíveis com a Ata de Registro de Preços, e em razão de tais divergências, o economista da municipalidade emitiu o Parecer nº 028/2020 no sentido de que não fora possível prosseguir na análise econômico-financeira, enquanto não fossem apresentadas nova documentação, compatível com a descrição da Ata de Registro de Preços.

A CONTRATADA foi cientificada, através de e-mail encaminhado em 02/07/2020, a respeito do conteúdo do parecer econômico financeiro nº 28/2020, para que em cinco dias, querendo, apresentasse manifestação, sob pena de indeferimento do pedido.

O prazo transcorreu sem que a CONTRATADA se manifestasse a respeito. Assim, ante a ausência de elementos aptos a prosseguir com a análise econômico financeira, conforme exarado no parecer econômico financeiro nº 028/2020, o pedido de reequilíbrio econômico financeiro deve ser indeferido.

Dê-se ciência à CONTRATADA, para que apresente o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias úteis. No mesmo prazo deverá a CONTRATADA manifestar seu interesse em fornecer o produto pelo preço original, ciente de sua inércia ou a impossibilidade em fornecer o produto pelo preço original acarretará na rescisão da Ata de Registro de Preços no tocante ao item em comento, uma vez que a Administração Pública deve pautar-se pela proposta mais vantajosa.

Publique-se, registre-se e intime-se.

Timbó, 06 de agosto de 2020.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária Municipal de Fazenda e Administração

DECISÃO SUSPENSÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 09 2020 FMS

Publicação N° 2596482

DECISÃO SUSPENSÃO ABERTURA
EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N° 09/2020 FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS A DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS USUÁRIOS E CONSUMO INTERNO NA SECRETARIA DE SAÚDE.

Diante do recebimento de impugnação ao edital e considerando a necessidade de análise técnica à documentação, e primando pela aplicação dos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, interesse público e vinculação ao instrumento convocatório, determina a SUSPENSÃO da Sessão Pública designada para o dia 11/08/2020 as 09:15 horas.

Timbó, 07/08/2020
ALFREDO JOÃO BERRI
Secretário de Saúde e Assistência Social

DECRETO N° 5648, DE 01 DE JULHO DE 2020

Publicação N° 2595123

DECRETO N° 5648, DE 01 DE JULHO DE 2020

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 11.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei n° 3.111, de 11 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2020, no valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais), mediante a utilização dos recursos assim indicados no art. 2º deste decreto, conforme segue:

REFERÊNCIA	21.001.0023.0695.0355.1681	MODERNIZAÇÃO DOS ATRATIVOS TURÍSTICOS	
	400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
	440000.00	INVESTIMENTOS	
	449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
	0.300000	RECURSOS ORDINÁRIOS	11.000,00
		TOTAL	11.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto n° 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de julho de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

DECRETO N° 5654, DE 10 DE JULHO DE 2020

Publicação N° 2595126

DECRETO N° 5654, DE 10 DE JULHO DE 2020

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 13.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei n° 3111, de 11 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2020:

REFERÊNCIA	09.01.0004.0092.0270.2570.	GESTÃO DA PROCURADORIA E CASA DA CIDADANIA	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
	319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
517	0.10000	VÍNCULO LIVRE	13.000,00
		TOTAL	13.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2020, no valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste decreto, conforme segue:

REFERÊNCIA	09.01.0004.0092.0270.2570.	GESTÃO DA PROCURADORIA E CASA DA CIDADANIA	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
	339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
504	0.10000	VÍNCULO LIVRE	13.000,00
		TOTAL	13.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto n° 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de julho de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 5656, DE 10 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2595127

DECRETO Nº 5656, DE 10 DE JULHO DE 2020

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 2.256,16.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 3.111, de 11 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2020, no valor de R\$ 2.256,16 (dois mil, duzentos e cinquenta e seis reais e dezesseis centavos), mediante a utilização dos recursos assim indicados no art. 2º deste decreto, conforme segue:

REFERÊNCIA	19.001.0027.0813.0340.1261	MODERNIZAÇÃO DA FUNDAÇÃO DE ESPORTES	
	40000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
	44000.00	INVESTIMENTOS	
	44900.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
895	0.30000	RECURSOS ORDINÁRIOS	2.256,16
		TOTAL	2.256,16

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de julho de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 5657, DE 17 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2595129

DECRETO Nº 5657, DE 17 DE JULHO DE 2020

Abre Crédito Suplementar por conta do excesso de arrecadação, no valor de R\$ 325.000,00

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 3.111, de 11 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2020, no valor de R\$ 325.000,00 (trezentos e vinte e cinco mil reais), como receita "ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE NACIONAL -CORONAVIRUS (COVID-1PORTARIA Nº 1666 (41718039102))", mediante a utilização dos recursos assim indicados:

REFERÊNCIA	15.001.0010.0301.0310.2620.	MANUTENÇÃO ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
	339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
896	0.13802	Transf. – SUS/União – COVID-POR-TARIA 1666	50.000,00
		TOTAL	50.000,00
	15.02.0010.0302.0311.2624.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
	339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
905	0.13802	Transf. – SUS/União – COVID-POR-TARIA 1666	50.240,00

	339300.00	APLIC. DIRETA DEC. OPER. DE ORGÃOS COM CONSÓRCIO	
897	0.13802	Transf. – SUS/União – COVID-POR-TARIA 1666	100.000,00
		TOTAL	150.240,00
	15.03.0010.0303.0312.2628	MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO FARMACEUTICA	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
	339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
898	0.13802	Transf. – SUS/União – COVID-POR-TARIA 1666	73.000,00
	339300.00	APLIC. DIRETA DEC. OPER. DE ORGÃOS COM CONSÓRCIO	
899	0.13802	Transf. – SUS/União – COVID-POR-TARIA 1666	50.000,00
		TOTAL	123.000,00
	15.04.0010.0305.0313.1634.	MODERNIZAÇÃO DA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	
	400000.00	DESPESAS CORRENTES	
	440000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
	449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
904	0.13802	Transf. – SUS/União – COVID-POR-TARIA 1666	1.760,00
		TOTAL	1.760,00
		TOTAL GERAL	325.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior corre à conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 17 de julho de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 5658, DE 17 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2595132

DECRETO Nº 5658, DE 17 DE JULHO DE 2020

Abre Crédito Suplementar por conta do excesso de arrecadação, no valor de R\$ 10.000,00

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 3.111, de 11 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2020, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), como receita "Outras transferências da União - Principal LC 173 SAÚDE E ASSISTÊNCIA", mediante a utilização dos recursos assim indicados:

REFERÊNCIA	16.003.0008.0244.0325.2644.	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
	319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
	0.1380100	TRANSF. SUS/ UNIAO COVID-19	
879	0.15200	COVID-19 - RECURSOS TRANSFERIDOS DA UNIÃO DESTINADOS A AÇÕES DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL (LC 173/2020 - Art. 5º, I-B)	5.438,88
	319100.00	APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ÓRGÃOS	

880	0.15200	COVID-19 - RECURSOS TRANSFERIDOS DA UNIÃO DESTINADOS A AÇÕES DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL (LC 173/2020 - Art. 5º, I-B)	4.561,12
		TOTAL	10.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior corre à conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 17 de julho de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO N° 5661, DE 20 DE JULHO DE 2020

Publicação N° 2595133

DECRETO N° 5661, DE 20 DE JULHO DE 2020

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 59.200,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 3111, de 11 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2020:

REFERÊNCIA	11.01.012.0365.0222.2902.	EDUCANDO E MANTENDO OS NEIS	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
	319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
374	0.10100	VINCULO LIVRE EDUCAÇÃO	59.200,00
		TOTAL	59.200,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2020, no valor de R\$ 59.200,00 (cinquenta e nove mil e duzentos reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste decreto, conforme segue:

REFERÊNCIA	11.01.012.0365.0222.2902.	EDUCANDO E MANTENDO OS NEIS	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
	339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
331	0.10100	VINCULO LIVRE EDUCAÇÃO	59.200,00
		TOTAL	59.200,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de julho de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO N° 5662, DE 20 DE JULHO DE 2020

Publicação N° 2595134

DECRETO N° 5662, DE 20 DE JULHO DE 2020

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 130.623,58.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 3.111, de 11 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2020, no valor de R\$ 130.623,58 (cento e trinta mil, seiscentos e vinte

e três reais e cinquenta e oito centavos), mediante a utilização dos recursos assim indicados no art. 2º deste decreto, conforme segue:

REFERÊNCIA	12.001.0006.0182.0280.1593	OBRAS E CONSTRUÇÕES DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE TIMBÓ	
	400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
	440000.00	INVESTIMENTOS	
	449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
884	0.300000	RECURSOS ORDINÁRIOS	130.623,58
		TOTAL	130.623,58

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de julho de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 5663, DE 23 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2595138

DECRETO Nº 5663, DE 23 DE JULHO DE 2020

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 4.797.762,35.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 3111, de 11 de dezembro de 2019, bem como na Lei nº 3166, de 23 de julho de 2020,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2020:

REFERÊNCIA	11.001.0012.0122.0220.1901.	GESTÃO DA MODERNIZAÇÃO DOS NEIS	
	400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
	440000.00	INVESTIMENTOS	
	449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
288	0.10100	VINCULO LIVRE EDUCAÇÃO	13.833,60
		TOTAL	13.833,60
REFERÊNCIA	11.001.0012.0365.0222.1905.	OBRAS NOS NEIS	
	400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
	440000.00	INVESTIMENTOS	
	449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
296	0.10100	VINCULO LIVRE EDUCAÇÃO	100.000,00
305	0.13658	SALÁRIO EDUCAÇÃO	1.249.864,00
808	0.33658	SUPERAVIT SAL. EDUCAÇÃO	600.000,00
		TOTAL	1.949.864,00
REFERÊNCIA	11.002.0012.0122.0220.1909.	GESTÃO DA MODERNIZAÇÃO DOS UPES	
	400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
	440000.00	INVESTIMENTOS	
	449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
310	0.10100	VINCULO LIVRE EDUCAÇÃO	5.000,00
		TOTAL	5.000,00
REFERÊNCIA	11.001.0012.0365.0222.1911.	EQUIPAMENTOS E MODERNIZAÇÃO DAS UPES	
	400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
	440000.00	INVESTIMENTOS	
	449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
300	0.10100	VINCULO LIVRE EDUCAÇÃO	5.421,70
291	0.13658	SALÁRIO EDUCAÇÃO	40.000,00
805	0.30100	VINCULO LIVRE EDUCAÇÃO	200.000,00
		TOTAL	245.421,70
REFERÊNCIA	11.001.0012.0365.0222.1913.	OBRAS NAS UPES	
	400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	

	440000.00	INVESTIMENTOS	
	449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
302	0.10100	VINCULO LIVRE EDUCAÇÃO	50.000,00
312	0.13658	SALÁRIO EDUCAÇÃO	30.000,00
		TOTAL	80.000,00
REFERÊNCIA	11.003.0012.0122.0230.1931.	GESTÃO DA MODERNIZAÇÃO DAS ESCOLAS	
	400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
	440000.00	INVESTIMENTOS	
	449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
289	0.10100	VINCULO LIVRE EDUCAÇÃO	4.600,20
		TOTAL	4.600,20
REFERÊNCIA	11.003.0012.0361.0232.1933.	OBRAS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS	
	400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
	440000.00	INVESTIMENTOS	
	449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
292	0.10100	VINCULO LIVRE EDUCAÇÃO	133.713,50
301	0.13658	SALÁRIO EDUCAÇÃO	226.710,00
806	0.30100	VINCULO LIVRE EDUCAÇÃO	100.000,00
		TOTAL	460.423,50
REFERÊNCIA	11.003.0012.0361.0232.1935.	OBRAS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS	
	400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
	440000.00	INVESTIMENTOS	
	449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
303	0.10100	VINCULO LIVRE EDUCAÇÃO	245.397,25
313	0.13658	SALÁRIO EDUCAÇÃO	250.000,00
314	0.30100	VINCULO LIVRE EDUCAÇÃO	575.000,00
		TOTAL	1.070.397,25
REFERÊNCIA	11.03.012.0361.0232.1937.	IMÓVEIS PARA AS ESCOLAS MUNICIPAIS	
	400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
	440000.00	INVESTIMENTOS	
	449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
298	0.10100	VINCULO LIVRE EDUCAÇÃO	100.000,00
		TOTAL	100.000,00
REFERÊNCIA	11.03.012.061.0232.1939.	VEÍCULOS PARA AS ESCOLAS MUNICIPAIS	
	400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
	440000.00	INVESTIMENTOS	
	449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
297	0.10100	VINCULO LIVRE EDUCAÇÃO	200.000,00
309	0.13658	SALÁRIO EDUCAÇÃO	600.000,00
		TOTAL	800.000,00
REFERÊNCIA	11.002.0012.0365.0222.2916.	TRANSPORTE PARA UPES	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
	319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
387	0.10100	VINCULO LIVRE EDUCAÇÃO	500,00
	319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
366	0.10100	VINCULO LIVRE EDUCAÇÃO	500,00
	330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
	339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
361	0.10100	VINCULO LIVRE EDUCAÇÃO	5.222,10
		TOTAL	6.222,10
REFERÊNCIA	11.002.0012.0367.0222.2918.	EDUCAÇÃO ESPECIAL AOS UPES	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
	335000.00	TRANSF. A INST. PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVOS	
324	0.10100	VINCULO LIVRE EDUCAÇÃO	2.000,00
		TOTAL	2.000,00
REFERÊNCIA	11.03.012.0361.0232.2940.	TRANSPORTE ESCOLAR	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
	319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
382	0.10100	VINCULO LIVRE EDUCAÇÃO	50.000,00
	319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	

370	0.10100	VINCULO LIVRE EDUCAÇÃO	10.000,00
		TOTAL	60.000,00
		TOTAL GERAL	4.797.762,35

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2020, no valor de R\$ 4.797.762,35 (quatro milhões, setecentos e noventa e sete mil, setecentos e sessenta e dois reais e trinta e cinco centavos), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste decreto, conforme segue:

REFERÊNCIA	11.01.012.0365.0222.2902.	EDUCANDO E MANTENDO OS NEIS	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
	339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
331	0.10100	VINCULO LIVRE EDUCAÇÃO	20.000,00
339	0.13658	SALÁRIO EDUCAÇÃO	900.000,00
804	0.30100	VINCULO LIVRE EDUCAÇÃO	100.000,00
		TOTAL	1.020.000,00
	11.02.012.0365.0222.2912.	EDUCANDO E MANTENDO AS UPES	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
	319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
386	0.10100	VINCULO LIVRE EDUCAÇÃO	100.000,00
	330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
	339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
360	0.10100	VINCULO LIVRE EDUCAÇÃO	20.000,00
349	0.13658	SALÁRIO EDUCAÇÃO	296.574,00
		TOTAL	416.574,00
	11.03.012.0122.0230.2930.	GESTÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
	339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
359	0.10100	VINCULO LIVRE EDUCAÇÃO	2.000,00
		TOTAL	2.000,00
	11.03.012.0361.0232.2932.	EDUCANDO E MANTENDO AS ESCOLAS MUNICIPAIS	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
	319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
383	0.10100	VINCULO LIVRE EDUCAÇÃO	749.188,35
	330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
	339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
342	0.10100	VINCULO LIVRE EDUCAÇÃO	20.000,00
353	0.13658	SALÁRIO EDUCAÇÃO	1.200.000,00
355	0.33658	SUPERAVIT SAL. EDUCAÇÃO	1.175.000,00
807	0.30100	VINCULO LIVRE EDUCAÇÃO	200.000,00
		TOTAL	3.344.188,35
	11.03.012.0366.0232.2938.	EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL PARA JOVENS E ADULTOS	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
	319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
388	0.10100	VINCULO LIVRE EDUCAÇÃO	15.000,00
		TOTAL	15.000,00
		TOTAL GERAL	4.797.762,35

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 23 de julho de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

EXTRATO CONTRATO 103 2020 - PMT

Publicação N° 2596483

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 103/2020

AUTORIZANTE: Secretaria da Fazenda e Administração

AUTORIZADO: FUNERÁRIA BUTZKE LTDA ME.

OBJETO: Concorrência para concessão remunerada do imóvel público denominado "Casa Mortuária Jardim da Paz", com área construída de 397,36 m², sobre o lote de terras com 2.555,92 m², situada no lado ímpar da Rua São Paulo, Bairro das Capitais, em Timbó.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 05/08/2020 a 04/08/2030.

VALOR MENSAL: R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

VALOR TOTAL: 300.000,00 (trezentos mil reais)

DATA DA ASSINATURA: 05/08/2020.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

PORTARIA NO 2114, DE 03 DE AGOSTO DE 2020

Publicação N° 2595090

PORTARIA No 2114, DE 03 DE AGOSTO DE 2020

Concede exoneração à Servidora Pública Municipal ocupante de cargo em comissão na Administração Direta, a contar de 14 de agosto do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art.50, inciso II da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98,

RESOLVE:

Art.1º Conceder exoneração à Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, a contar de 14 de agosto do corrente:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL		
NOME	CARGO EM COMISSÃO / SÍMBOLO	PORT.DE NOMEAÇÃO
Anna Paula Borchardt da Paz	Assessor Técnico de Programas e Políticas de Saúde / CC-2	Nº 26, de 02/01/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de agosto de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 2115, DE 03 DE AGOSTO DE 2020

Publicação N° 2595093

PORTARIA No 2115, DE 03 DE AGOSTO DE 2020

Autoriza a contratação de Servidora em caráter temporário para a Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e Lei nº 2045, de 22/12/98 e alterações,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL (Fundo Municipal de Saúde)						
Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-11)						
Nome	Código Func.	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período

CRYSTIAN DE CASSIA PAIXAO MONTEIRO (Vacância do cargo/ Ausência de cand. aprovados em Conc.Público/ Proc. Seletivo; classificada na Chamada Pública 001/2020)	404135289	0	26/08/1976	591.480.982-72	44h	03/08/2020 a 16/12/2020
--	-----------	---	------------	----------------	-----	-------------------------

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de agosto de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 2116, DE 03 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2595095

PORTARIA No 2116, DE 03 DE AGOSTO DE 2020

Concede exoneração à Servidora Pública Municipal, de cargo de provimento temporário, lotada na Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO à Servidora Pública Municipal, conforme abaixo relacionada:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL			
NOME	CARGO (Contratação Temporária)	PORT.DE CONTRATAÇÃO	A CONTAR DE
jéssica lamara ramalho pinheiro	Auxiliar Operacional I	Nº 1891, de 17/02/2020	03/08/2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de agosto de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA Nº 2113, DE 03 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2595088

PORTARIA Nº 2113, DE 03 DE AGOSTO DE 2020

Autoriza a Cessão de Servidor Público Municipal lotado na Secretaria Municipal da Fazenda e Administração ao SAMAE, com ônus para este, a contar de 03 de agosto de 2020.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos art. 50, incisos II, VII e XXV c/c art. 70, inciso II, alínea 'a', 'b' e 'g', ambos da Lei Orgânica do Município de Timbó, e com fundamento no art. 25, inciso VIII da Lei Complementar n. 01, de 22/10/93, alterada pela Lei Complementar n. 139, de 02/07/98;

Considerando o pedido formulado pela Secretaria Municipal da Fazenda e Administração que, ao bem do serviço público, requer ato de cessão de servidor para auxílio das atividades desenvolvidas junto ao SAMAE,

RESOLVE:

Art.1º Fica cedido o servidor público municipal abaixo especificado, pertencente ao quadro efetivo do Município, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, para prestar serviços junto ao SAMAE-Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, com ônus para este, a contar de 03 de agosto de 2020:

Nome do servidor	Cargo	Lotação de Origem
Ernani Cristiano Siebert	Técnico em Informática	Secretaria Municipal da Fazenda e Administração

Art. 2º A cessão será pelo prazo de 12 (doze) meses e poderá ser extinta a qualquer tempo por conveniência ou necessidade do Cedente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de agosto de 2020, 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 38/2020

Publicação Nº 2594884

PORTARIA Nº 0038/2020

Instaura a Sindicância nº 01/2020 e designa Comissão de Sindicância para apurar a aplicação de multa à Câmara Municipal pelo pagamento em atraso da fatura de energia elétrica com vencimento em 15/04/2020.

O Presidente da Câmara Municipal de Timbó, no uso da atribuição que lhe confere o art. 39, inciso III, letra "f", do Regimento Interno, com fundamento nos artigos 119, 120, 134 e 135 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, resolve:

Art. 1º Determinar, a partir das informações consignadas no memorando 01/2020 e na Fatura Celesc 01-20205935341528-69, a instauração de Sindicância, para apurar as circunstâncias que levaram ao atraso no pagamento da fatura de energia elétrica da Câmara Municipal de Timbó nº 2020578087444-62, com vencimento em 15/04/2020.

Art. 2º Designar a Comissão de Sindicância nº 01/2020, constituída pelos servidores: Ruben Parno – Advogado, Joel Ricardo Raiter – Contador e Giani Zaira Seidel - Analista Legislativa para, com independência e imparcialidade, e sob a presidência do primeiro, investigar e esclarecer o ocorrido, no prazo de 30 (trinta) dias (art. 135, § 1º, da Lei Complementar nº 01/1993).

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 30/2020.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação.

Timbó, em 29 de julho de 2020.

Adilson Mesch
Presidente

PORTARIA Nº 39/2020

Publicação Nº 2594885

PORTARIA Nº 0039/2020

Instaura a Sindicância nº 02/2020 e designa Comissão de Sindicância para apurar a aplicação de multa à Câmara Municipal pelo pagamento em atraso da Guia da Previdência Social, competência 11/2019.

O Presidente da Câmara Municipal de Timbó, no uso da atribuição que lhe confere o art. 39, inciso III, letra "f", do Regimento Interno, com fundamento nos artigos 119, 120, 134 e 135 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, resolve:

Art. 1º Determinar, a partir das informações consignadas na Guia da Previdência Social - GPS, competência 11/2019, a instauração de Sindicância, para apurar as circunstâncias que levaram ao atraso no INSS devido pela Câmara Municipal de Timbó.

Art. 2º Designar a Comissão de Sindicância nº 02/2020, constituída pelos servidores: Ruben Parno – Advogado, Ailton Bertoldi – Agente Administrativo e Giani Zaira Seidel - Analista Legislativa para, com independência e imparcialidade, e sob a presidência do primeiro, investigar e esclarecer o ocorrido, no prazo de 30 (trinta) dias (art. 135, § 1º, da Lei Complementar nº 01/1993).

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 29/2020.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação.

Timbó, em 29 de julho de 2020.

PORTARIA Nº 40/2020

Publicação Nº 2594881

PORTARIA Nº 0040/2020

Institui Comissão Especial para avaliação de servidores em estágio probatório.

O presidente da Câmara Municipal de Timbó, no uso da atribuição que lhe confere o art. 16, III da Lei Orgânica e art. 39, III, b, do Regimento Interno, com fundamento no artigo 30 do Estatuto do Servidor, Resolve:

Art. 1º Fica instituída Comissão Especial para avaliação dos servidores em estágio probatório, que será composta pelos seguintes membros: Wiegold Starke, Diretor Geral, Ruben Parno, advogado e Ailton Bertoldi, Agente administrativo.

§1º A Comissão terá por atribuição promover a avaliação da aptidão e capacidade para o desempenho do cargo dos servidores da Câmara Municipal de Timbó em estágio probatório, observados os fatores estabelecidos no artigo 29 do Estatuto do Servidor.

Art. 2º A Comissão Especial instituída por esta portaria atuará pelo prazo de (1) um ano.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Adilson Mesch
Presidente

PORTARIA Nº 41/2020

Publicação Nº 2594867

PORTARIA Nº 0041/2020

Concede adicional de qualificação ao servidor Ivanor Antônio Didoné Júnior.

O presidente da Câmara Municipal de Timbó, no uso da atribuição que lhe confere o art. 16, III da Lei Orgânica e o art. 38, III, "c" do Regimento Interno; e,

Considerando o disposto nos artigos 14, inciso I, e 15 da Lei Complementar n. 338 de 12 de novembro de 2007,

Considerando o requerimento do servidor apresentado em 09 de março de 2020,

Considerando a realização de 120 horas de cursos na área de atuação do servidor na Câmara Municipal de Timbó,

Considerando o parecer da Assessoria Jurídica, opinando pela legalidade do pleito da servidor,

Resolve:

Art. 1º Conceder Adicional de Qualificação de três por cento (3%) sobre o vencimento ao servidor Ivanor Antônio Didoné Júnior, ocupante do Cargo de Agente administrativo, com efeitos a partir de 09 de março de 2020 (data do requerimento), conforme determina o artigo 15 da Lei Complementar n. 338/2007.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Adilson Mesch
Presidente

PORTARIA Nº 42/2020

Publicação Nº 2595151

PORTARIA Nº 0042/2020

Exonera Ivanor Antônio Didoné Júnior do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo.

O Presidente da Câmara Municipal de Timbó, no uso das atribuições que lhe conferem o art.16, III da Lei Orgânica e o art. 39, § 1º, III, "b" do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º Exonerar a pedido, Ivanor Antônio Didoné Júnior do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo - CPE-AG, a partir de 07 de agosto de 2020.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotação específica consignada no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Timbó, 07 de agosto de 2020.

Adilson Mesch
Presidente

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ

PORTARIA N. SAMAE- 334, DE 08 DE JULHO DE 2020

Publicação N° 2594738

PORTARIA N. SAMAE- 334, DE 08 DE JULHO DE 2020

Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó – SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.15, V da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001 e alterações;

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no inciso VIII e IX do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e pela Lei 2819, de 22/12/2015;

Considerando a classificação final da Chamada Pública Suplementar n. 001/2020 SAMAE vinculada ao Processo Seletivo Público Simplificado n. 002/2019 SAMAE;

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

Cargo: Agente de Coleta e Seleção de Lixo				
Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
CARLOS ALEXANDRE GI-BOWSKI (vacância do cargo por ausência de aprovados em concurso público)	26/01/1996	074.316.639-60	44 horas	08/07/2020 a 31/12/2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 08 de Julho de 2020; 150o ano de Fundação; 86o ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

Treviso

PREFEITURA

PORTARIA Nº 418/2020, DE 06 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2594828

PORTARIA Nº 418/2020, DE 06 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PARA EXERCÍCIO DE ATIVIDADE POLÍTICA A TÍTULO DE DESINCOMPATIBILIZAÇÃO A EMPREGADA CLAUDILENE EVA DA SILVA.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, inciso XXIII da Lei Orgânica do Município, combinado com o Art. 49 inciso III e Art. 52 da Lei Complementar nº 608/2012 de 14 de março de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença para exercício de atividade política com remuneração, a título de desincompatibilização, conforme solicitação em anexo, a contar de 15 de agosto de 2020, nos termos da Lei Complementar nº 608/2012 de 14 de março de 2012 e Lei nº 64 de 15 de maio de 1990, a empregada CLAUDILENE EVA DA SILVA, ocupante do emprego de RECEPCIONISTA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Treviso/SC, 06 de agosto de 2020.

JAIMIR COMIN
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 10 de agosto de 2020.

GETULIO HOFFMANN MIRANDA
Secretário de Administração e Finanças.

PORTARIA Nº 419/2020, DE 06 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2594829

PORTARIA Nº 419/2020, DE 06 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE ADICIONAL POR TITULAÇÃO "L" - ADICIONAL DE ESPECIALIZAÇÃO NA ÁREA DE ATUAÇÃO DO CARGO EFETIVO A EMPREGADA FABIANA DE MATTIA.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais e conforme dispõe o Art. 45. Inciso XXIII da Lei Orgânica do Município e o Art. 28 caput, § 1º, 2º e 3º da Lei Municipal Complementar nº 608/12, de 14 de março de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ADICIONAL POR TITULAÇÃO "L" a empregada FABIANA DE MATTIA, retroativo a junho de 2020, conforme requerimento e novo parecer jurídico em anexo.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de junho de 2020.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Treviso/SC, 06 de agosto de 2020.

JAIMIR COMIN
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 10 de agosto de 2020.

GETULIO HOFFMANN MIRANDA
Secretário de Administração e Finanças.

Tunápolis

PREFEITURA

CONTRATO Nº 72/2020

Publicação Nº 2597035

CONTRATO Nº 72/2020

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução parcelada, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa, e de outro lado, a empresa LDR ESTRUTURAS METALICAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, sediada na Linha Barro Preto, s/n, interior na cidade de Guarujá do Sul/SC CEP: 89.940-000, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.704.695/0001-41, neste ato representada pelo Sr. Adriano Ricardo Rex, sócio proprietário/asministrador, portadora da CI nº 6273392, CPF nº 099.957.479-52, residente e domiciliado na Linha Barro Preto, s/n, interior na cidade de Guarujá do Sul/SC, doravante denominada de CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações, na Lei nº 10.520/02 e no Processo Licitatório nº 183/2020, e Pregão Presencial nº 84/2020.

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente contrato visa a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E DEVIDA INSTALAÇÃO DE PORTÕES DE FERRO DE CORRER, GRADE DE CONTENÇÃO, BEM COMO MÃO DE OBRA COM REFORMAS EM GRADES EXISTENTES, no o Centro Esportivo, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

ÍTEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUT	CUSTOS	
				Unitário	Global
01	Reforma das grades existentes, (16m) com pintura automotiva incluindo mão de obra de instalação e deslocamento da empresa.	m	16	55,00	880,00
02	Grade de contenção,(modelo em anexo) com ferro de 7/8pol, com espessura 1.5mm, com de altura 0,86m. Com pintura automotiva incluindo mão de obra de instalação e deslocamento da empresa.	m	9,30	294,00	2.734,20
03	1 portão de correr de ferro 7/8pol, com trilho espessura de 1,5mm e com altura 1,26m.	m	1,50	299,00	448,50
04	1 portão de correr de ferro 7/8pol, com trilho espessura de 1,5mm e com altura 1,26m	m	04	218,00	872,00
TOTAL GERAL		R\$ 4.934,70			

CLAUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO

O valor total deste contrato é de R\$ 4.934,70 (quatro mil, novecentos e trinta e quatro reais, e setenta centavos), correspondente ao preço oferecido e as quantidades especificadas na proposta declarada vencedora, sendo o mesmo fixo e irrevogável nos termos da legislação vigente.

CLAUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

3.1. O Município pagará ao CONTRATADO o valor cotado na proposta declarada vencedora da Licitação em ata, em até 10 (dez) dias, após entrega dos materiais e a execução para instalação dos mesmos e efetiva apresentação da nota fiscal. Somente serão pagas as notas fiscais para a empresa que estiver com a regularidade fiscal e trabalhista, (Certidões Negativas: Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa Estadual; Certidão Negativa Municipal; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e, Certidão de Regularidade Trabalhista – CNDT) REGULARIZADA, de acordo com o que rege a Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações (art. 27, IV; art. 55, XIII).

3.2. A Nota Fiscal deverá conter todas as especificações dos MATERIAIS E DA MÃO DE OBRA NECESSÁRIA PARA EXECUÇÃO, conforme objeto deste CONTRATO, devidamente atestada pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

3.3. Os valores mencionados na proposta declarada vencedora não sofrerão reajuste.

CLAUSULA QUARTA – DA VIGENCIA DO CONTRATO

O presente contrato terá vigência a partir da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2020.

CLAUSULA QUINTA – REGIME DE EXECUÇÃO

5.1 A CONTRATADA deverá fornecer os materiais, executar sua devida instalação e funcionamento, e executar a reforma das grades no Centro Esportivo(Parquinho), estabelecido na Avenida Cerro Largo, centro, deste Município, em até 10(dez) dias após a Adjudicação e emissão da autorização de fornecimento. Somente serão EMITIDAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO para as empresas que estiverem com a regularidade fiscal e trabalhista, (Certidões Negativas: Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa Estadual; Certidão Negativa Municipal; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e, Certidão de Regularidade Trabalhista – CNDT) REGULARIZADA, de acordo com o que rege a Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações (art. 27, IV; art. 55, XIII).

5.2 – Os materiais e a execução para instalação dos mesmos, Reformas conforme objeto deste contratodeverão ser entregue livre de frete e descarga, bem como, qualquer material inerente que se fará necessário para sua instalação, será por conta e risco do contratado .

5.3 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

5.4 - Imediatamente após a entrega dos materiais e a execução para instalação dos mesmos(objeto deste edital), os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade no item fornecido em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas no edital de pregão presencial nº 84/2020.

5.5 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

5.6 – O Município de Tunápolis terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue e instalado, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

CLAUSULA SETIMA – DA DOTACAO ORCAMENTARIA

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (234) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do ano de 2020.

CLAUSULA OITAVA – DAS OBRIGACOES DAS PARTES

I - DA CONTRATADA:

Constituem obrigações da(o) Contratada(o):

- a) Cumprimento integral do objeto deste contrato;
- b) execução do objeto contratado dentro dos prazos estabelecidos, sob pena de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, devidamente justificados;
- c) arcar com todos os ônus decorrentes de contratação de terceiros, nisto incluindo obrigações trabalhistas, sociais, tributárias e previdenciárias, bem como outras de quaisquer espécie para a execução do objeto contratado, exceto os casos expressamente previstos neste instrumento;
- d) arcar com todas as obrigações tributárias e previdenciárias oriundas desta contratação;
- e) responder, exclusivamente, por todos os danos e prejuízos, tanto materiais, morais e/ou pessoais, durante a execução do objeto contratado, causados à Contratante e/ou a terceiros por ação ou omissão própria ou de qualquer de seus empregados ou prepostos;
- f) assumir os riscos inerentes às atividades;
- g) a Contratada não poderá pleitear indenizações por prejuízos ou despesas decorrentes de casos fortuitos ou força maior;
- h) manter-se durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele (a) assumidas, com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações e no edital do presente processo.
- i) Executar o serviço em conformidade com as exigências e condições estabelecidas no Anexo I do Edital.

II - DO MUNICÍPIO:

Constituem obrigações da Contratante:

- a) - Efetuar o pagamento de acordo com o previsto na Cláusula Terceira;
- b) - Fiscalizar e acompanhar, pelo Secretário da Indústria e Comércio, Sr. Volmir Pedro Lawisch, a completa execução do objeto deste contrato.

CLAUSULA NONA – DA RESCISAO CONTRATUAL

O contrato poderá ser rescindido unilateralmente, pela Administração, na ocorrência de quaisquer um dos motivos especificados nos artigos 77 e seguintes da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

CLAUSULA DECIMA – DAS PENALIDADES

Ficam por este ato incorporadas a este instrumento todas as penalidades previstas no Edital e neste contrato, para todos os fins de direito, inclusive pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, ou pela inexecução das condições estipuladas, ou execução insatisfatória dos serviços, atrasos, omissão ou outras falhas por parte da Contratada, ficando estabelecida multa equivalente a 30% (trinta por cento) do valor deste contrato, com a consequente rescisão deste instrumento. Além da multa supra relacionada, ao município caberá, também, na forma da Lei nº 8.666/93 e alterações, interpor a Contratada civil ou penalmente.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, cujas normas ficam incorporadas integralmente neste instrumento, ainda que não se faça menção expressa.

CLAUSULA DECIMA SEGUNDA – DAS ALTERACOES

Qualquer modificação de forma qualitativa ou quantitativa, redução ou acréscimo do objeto ora contratado, bem como prorrogação de prazo poderá ser determinada pela Contratante, lavrando-se o respectivo termo, conforme os artigos 57, §1º, e 65 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

CLAUSULA DECIMA TERCEIRA - DO FORO

As partes contratantes elegem, para solução judicial de qualquer questão oriunda da presente contratação, o foro da Comarca de Itapiranga/SC, renunciando-se, aqui, todos os outros, por mais privilegiados que sejam.

E, por estarem, assim, justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de único teor e validade, para um só efeito legal, devidamente conferido pela Procuradoria Jurídica do município de Tunápolis, para todos os fins de direito e obrigações resultantes da legislação vigente.

Tunápolis, 05 de Agosto de 2020.

Renato Paulata
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

LDR ESTRUTURAS METALICAS LTDA
CONTRATADA
Adriano Ricardo Rex/ Sócio/administrador.

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683.

VOLMIR PEDRO LAWISCH
SECRETÁRIO DA IND. E COMÉRCIO
FISCAL DESTE CONTRATO

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff Sheila Inês Bieger
CPF: 918.368.409-34 CPF: 020.226.259-60

CONTRATO Nº 73/2020

Publicação Nº 2597029

CONTRATO Nº 73/2020

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução parcelada, o Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, nº 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa GETELL Engenharia e Construções Eirelli, estabelecida na Rua Ipê, 66-E, Bairro Universitário, no Município de Chapecó/SC, inscrita no CNPJ sob nº 32.286.245/0001-13, representado neste ato pelo sócio administrador Sr. Gediel Teixeira Laguna, brasileiro, portador do CPF nº 438.244.719-49, cédula de identidade nº 1168359, doravante denominado CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato de PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SOBRE PEDRAS IRREGULARES NA RUA JACÓ EIDT E PARTE DA RUA 25 DE JULHO, DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, DE ACORDO COM O RECURSOS DE TRANSFERÊNCIA ESPECIAL - GOVERNO FEDERAL - MINISTÉRIO DA ECONOMIA - CÓDIGO DO PLANO DE AÇÃO Nº 0903-003948, em decorrência do Processo Licitatório na Modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 07/2020, e de conformidade com o que preceitua a Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

1.1 - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 - O presente contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL (MÃO DE OBRA, MATERIAIS) PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SOBRE PEDRAS IRREGULARES NA RUA JACÓ EIDT E PARTE DA RUA 25 DE JULHO, DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, DE ACORDO COM O RECURSOS DE TRANSFERÊNCIA ESPECIAL - GOVERNO FEDERAL - MINISTÉRIO DA ECONOMIA - CÓDIGO DO PLANO DE AÇÃO Nº 0903-003948.

Item	Quantidade	Unid.	Preço Máximo	Especificação
1	1,00	UND	146.543,47	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL (MÃO DE OBRA, MATERIAIS) PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SOBRE PEDRAS IRREGULARES NA RUA JACÓ EIDT E PARTE DA RUA 25 DE JULHO, DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, DE ACORDO COM O RECURSOS DE TRANSFERÊNCIA ESPECIAL - GOVERNO FEDERAL - MINISTÉRIO DA ECONOMIA - CÓDIGO DO PLANO DE AÇÃO Nº 0903-003948.

3.0 CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO

3.1 - O prazo para a conclusão dos serviços será de 90 (noventa dias) a contar da expedição da Ordem de Serviço.

3.2 - Os serviços deverão ter início após a emissão da Ordem de Serviço.

3.3 - Todos os materiais a serem empregados na obra deverão ser fornecidos pela Contratada. Os materiais deverão ser de primeira qualidade, obedecendo às especificações e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

3.4 - A execução da obra deverá ser rigorosamente de acordo com as especificações e demais elementos técnicos relacionados no Edital sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se constarem de propostas por escrito e aprovada por esta Municipalidade.

3.5 - O Diário de Obras deverá ser constituído em duas vias, sendo a primeira destinada à fiscalização do Município e a segunda à empresa, cujo termo de abertura se dará no início das obras, devendo ser visado, na oportunidade, pelo responsável técnico da empresa contratada e pelo Engenheiro responsável do Município.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 - O preço total ajustado para a execução do objeto constante da cláusula segunda será de R\$ 146.543,47 (cento e quarenta e seis mil quinhentos e quarenta e três reais e quarenta e sete centavos), sendo custo com mão de obra de R\$ 17.585,22 (dezessete mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e vinte e dois centavos) e material de R\$ 128.958,25 (cento e vinte oito mil novecentos e cinquenta e oito reais e vinte e cinco centavos).

4.2 O pagamento será efetuado, conforme cronograma físico-financeiro da administração municipal após apresentação de nota fiscal e laudo de conclusão, podendo ocorrer pagamentos parciais mediante laudo de execução a ser emitido pelo Setor de Engenharia do Município de Tunápolis, condicionados a liberação dos recursos DE TRANSFERÊNCIA ESPECIAL - GOVERNO FEDERAL - MINISTÉRIO DA ECONOMIA - CÓDIGO DO PLANO DE AÇÃO Nº 0903-003948.

4.3 Fica expressamente estabelecido que os preços unitários incluem todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços, de acordo com as condições previstas nas especificações e nas normas contidas neste edital e demais documentos da licitação, constituindo

assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

4.4 - O pagamento será efetuado mediante o recebimento da nota fiscal e apresentação pela contratada dos seguintes documentos:

- 1ª Via do "Diário da Obra" devidamente assinado pelo fiscal do Município, do período correspondente.

- Cópia da GFIP mensal vinculada a matrícula da Obra, do mesmo período e o respectivo comprovante de recolhimento para o Regime Geral de Previdência Social;

- Cópia da Guia de Recolhimento do FGTS do período;

- Cópia das Negativas de débito com o FGTS, Municipal, Estadual, Federal e Trabalhista.

4.5 - Não serão admitidos adiantamentos e, os pagamentos não realizados no prazo previsto no item 16.1 do edital, serão atualizados e compensados financeiramente conforme o disposto no art. 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina, a partir da data prevista para pagamento até a data do efetivo pagamento.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

5.1 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA SEXTA – DOS PRAZOS E VIGÊNCIAS

6.1 - O prazo de execução para a conclusão da obra é 90 (noventa dias) a contar da expedição da ordem de serviço.

6.1.1 - Os prazos aqui referidos poderão ser prorrogados em conformidade com o disposto no Art. 57, da Lei 8.666 de 21/06/93.

6.2 - Os atrasos na execução da obra tanto nos prazos parciais, como nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior ou de fatos de responsabilidade desta Municipalidade e serão considerados quando forem anotados no Diário de Obras.

6.3 - Na ocorrência de tais fatos ou casos, os pedidos de prorrogação referentes aos prazos parciais serão encaminhados por escrito a esta Municipalidade um dia após o evento, enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão ser encaminhados, por escrito, 10 (dez) dias antes de findar o prazo final e, em ambos os casos com justificativa circunstanciada, com documentos comprobatórios, análise e justificativa da fiscalização.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

7.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigentes, classificadas e codificadas sinteticamente sob os números: 149,268,270 da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do ano de 2020.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

8.1 - O Município por seus responsáveis, fornecerá informações úteis, boas e necessárias, a perfeita execução da obra com vistas à execução do objeto deste Contrato, bem como, efetuarão o respectivo pagamento na data e condições aqui estabelecidas.

8.2 - Efetuar o pagamento ajustado;

8.3 - Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuará, pelo fornecimento de equipamento, materiais, mão de obra, assim como pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos, bem como quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados a esta Municipalidade ou a terceiros.

9.2 - A CONTRATADA não poderá subempreitar os serviços a ela adjudicados.

9.3 - A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências das Leis e Normas de Segurança e Higiene de Trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos os que trabalharem, ou por qualquer motivo, permanecerem na obra.

9.4 - A CONTRATADA deverá providenciar, às suas custas, verificações e provas de materiais fornecidos e de serviços executados, bem como os reparos que se tornarem necessários, para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições.

9.5 - A CONTRATADA deverá providenciar, às suas custas, o fornecimento da placa indicativa da obra, bem como a aprovação pelos poderes competentes ou companhias concessionárias de serviços públicos, quando for o caso, de todos os componentes dos projetos.

9.6 - A CONTRATADA se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização da obra que serão feitas por técnicos desta Municipalidade, fornecendo as informações e demais elementos necessários.

9.7 - A CONTRATADA deverá providenciar e entregar junto ao setor de Engenharia do município, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da execução da obra de forma discriminada, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos após emissão da Ordem de Serviço.

9.8 - A CONTRATADA deverá assumir integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços.

9.9 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

9.10 - A CONTRATADA deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

9.11 - A CONTRATADA deverá Colocar e Manter a disposição, no canteiro de Obras, o "Diário da Obra".

9.12 - A CONTRATADA deverá garantir, durante a execução das obras, a continuidade e a segurança do tráfego; a proteção e a conservação dos serviços executados; e, sinalizar e manter a vigilância necessária à segurança do trânsito. Todas as frentes de serviço em obras ou não, deverão ser ostensivamente sinalizadas; inclusive cabendo à empresa contratada, a responsabilidade por qualquer dano causado a terceiros, no período compreendido desde o início da obra até a entrega definitiva da mesma.

9.13 - A CONTRATADA deverá fazer a matrícula da obra junto a Previdência Social, entregando cópia da mesma para o município.

9.14 - Confeccionar, instalar e manter placas indicativas, sinalizadores, barreiras, sinais vermelhos, sinais de perigo, sinais de desvio e

outros, em quantidade suficiente, sendo esta uma das condições para liberação das medições, se responsabilizando pela sinalização do Trânsito conforme normas definidas pela Legislação de Trânsito.

9.15 - Comunicar antecipadamente o MUNICÍPIO, da necessidade de bloqueio de vias, devendo aguardar aprovação para sua efetiva execução.

9.16. A licitante contratada responderá pela solidez e segurança do objeto da presente licitação, durante o prazo de 5 (cinco) anos, contados a partir da data da conclusão das mesmas, em conformidade com o artigo 618, do Código Civil Brasileiro (Lei Federal nº 10.406/2002).

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

10.1 - Este Contrato vincula-se ao Edital de Tomada de Preços Nº 187/2020 para Obras e Serviços de Engenharia nº 07/2020, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada, com as alterações posteriores, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PENALIDADES

11.1 - Pela inexecução total ou parcial do contrato o Município poderá aplicar as seguintes sanções, com base em processo administrativo e garantindo-se o direito do contraditório e da ampla defesa:

11.1.1 - Advertência, quando houver qualquer paralisação não autorizada ou quando houver descumprimento de qualquer cláusula do Contrato, e/ou nas faltas leves que não acarretem prejuízos de monta à execução do contrato, não eximindo o advertido das demais sanções ou multas;

11.1.2 - Multas de:

a) 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato pela inexecução parcial e;

b) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato pela inexecução total.

11.1.3 - Suspensão, por até 2 (dois) anos, de participação em licitações do Município, no caso de inexecução parcial ou total do contrato, sendo aplicada segundo a gravidade e a inexecução decorrer de violação culposa da contratada;

11.1.4 - Declaração de Inidoneidade para participar de licitação e contratar com Órgãos Públicos, quando a inexecução do contrato decorrer de violação dolosa da contratada, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação, na forma da legislação em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

12.1 - Eventuais atrasos nos pagamentos serão remunerados utilizando-se os mesmos critérios que o Município utiliza para penalizar os atrasos nas suas receitas de parte dos contribuintes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1 - Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando a mesma sobrestada, até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

14.1 - A fiscalização da execução da obra será feita por esta Municipalidade, a qual caberá verificar se no seu desenvolvimento estão sendo cumpridos os termos de contrato, os projetos, especificações e demais requisitos, bem como autorizar os pagamentos de faturas, substituição de materiais, alterações de projetos, solucionar problemas executivos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução dos serviços Contratados.

14.2 - A fiscalização atuará desde o início dos trabalhos até o recebimento definitivo da obra e será exercido no interesse exclusivo desta Municipalidade e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, por qualquer irregularidade.

14.3 - O documento hábil para a comprovação, registro e avaliação de todos os fatos e assuntos relacionados e referentes à execução da obra será o DIÁRIO DE OBRAS.

14.4 - Concluídos os serviços, se estiverem em perfeitas condições serão recebidos provisoriamente pela fiscalização e pelos responsáveis pelo seu acompanhamento, que lavrarão o TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO.

14.5 - A Contratada fica obrigada a manter as obras e serviços por sua conta e risco, até ser lavrado o Termo de Recebimento Definitivo, em perfeitas condições de conservação e funcionamento.

14.6 - Decorridos trinta (30) dias do Termo de Recebimento Provisório, se os serviços de correção das anormalidades porventura verificadas forem executados e aceitos pela fiscalização, será lavrado o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

14.7 - Aceita a obra e serviços, a responsabilidade da Contratada pela qualidade, correção e segurança nos trabalhos, subsiste na forma da Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS MEDIÇÕES

15.1 - A medição será elaborada de acordo com o cronograma, sendo obrigatoriamente assinada pelo engenheiro fiscal do município e pelo responsável técnico da Empresa contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

16.1 - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

16.1.1 - O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.1.2 - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no item anterior, salvo as supressões resultantes de acordos celebrados entre os contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

17.1 - A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Artigo 58 e Artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

17.2 – A inexecução e rescisão do Contrato processar-se-á considerando-se:

17.2.1 - A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas em lei.

17.2.2 - O Instrumento poderá ser rescindido, unilateralmente pela CONTRATANTE, ou bilateralmente, atendida sempre a conveniência administrativa.

17.2.3 - Constituem motivos para rescisão do Contrato:

- a) O não cumprimento de Cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) O cumprimento irregular de Cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- c) A lentidão no seu cumprimento, levando a Administração a presumir a não conclusão da obra, nos prazos estipulados;
- d) O atraso injustificado no início da obra;
- e) A paralisação da obra, sem justa causa e prévia comunicação a Administração;
- f) A subcontratação total ou parcial do seu objeto; a associação do Contratado com outrem; a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação não admitidas no edital ou contrato;
- g) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução, assim como as de seus superiores;
- h) O cometimento reiterado de faltas na sua execução anotadas na forma do parágrafo 1º, do artigo 67, da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, atualizada.
- i) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- j) A dissolução da sociedade ou o falecimento do CONTRATADO;
- k) A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do Contrato;
- l) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;
- m) A ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

17.2.4 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

17.2.5 - Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

18.1 - O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666 de 21/06/93, e suas alterações.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

19.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Itapiranga (SC), com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas do presente contrato.

E, por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo.

Tunápolis – SC., 06 de agosto de 2020.

RENATO PAULATA
Prefeito Municipal
Contratante
Contratada

GETELL Engenharia e Construções Eirelli
Gediel Teixeira Laguna
Sócio administrador

VOLMIR PEDRO LAWISCH
SECRETÁRIO DA IND. E COMÉRCIO
FISCAL DESTE CONTRATO

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 204/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 98/2020 REGISTRO DE PREÇO DATA EMISSÃO: 07/08/2020

Publicação Nº 2594582

Secretaria de Administração/Departamento de Compras
Processo de Compra Nº.: 204/2020
Pregão Presencial nº: 89/2020
Registro de Preço
Data Emissão: 07/08/2020
Forma de Julgamento: Menor Preço Unitário LOTE.

O Município de Tunápolis – S.C., ESTADO DE SANTA CATARINA, através de sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO UNITÁRIO POR LOTE, sob regime de execução e entrega conforme a demanda existente, de acordo com que dispõe o Decreto Municipal nº 1.247, de 28 de outubro de 2009, Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar 123/2006, Lei Complementar Nº 147, de 07 de Agosto de 2014 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, vigente e pertinente a matéria. Os envelopes de nº 01 contendo as "propostas de preços" e de nº 02, contendo a "documentação de habilitação" serão recebidos pela Pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, até às 14h30min do dia 20 de Agosto de 2020 iniciando-se a Sessão Pública

no mesmo horário do mesmo dia e local.

Constitui objeto do presente REGISTRO DE PREÇO através de Pregão Presencial a eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, RETIRADA E COLOCAÇÃO DE BOMBAS, LIMPEZA E DESINFECÇÃO, TESTE DE VAZÃO DE POÇOS PROFUNDOS DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, E FORNECIMENTO DO MATERIAL NECESSÁRIO PARA EXECUÇÃO DO OBJETO, conforme detalhado no Anexo I.

As despesas de locomoção para a execução do objeto desta licitação, bem como deslocamento para a prestação dos serviços, são de inteira responsabilidade da empresa vencedora.

Entrega dos envelopes da habilitação e Proposta até 14h30min do dia 20 de Agosto de 2020.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49) 3632-1122.

RENATO PAULATA
Prefeito Municipal

Urussanga

CÂMARA MUNICIPAL

ATO Nº 39, DE 10 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2596989

O Presidente da Câmara Municipal de Urussanga, Vereador José Carlos José, no uso de suas atribuições, em conformidade ao que determina o inciso II, do art. 15, da Lei Orgânica do Município; c/c art. 38, incisos II, V e VIII, do Regimento Interno, promulga o seguinte:

ATO Nº 39, DE 10 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE REUNIÕES VIRTUAIS DURANTE O PERÍODO DE 10 A 21 DE AGOSTO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º As reuniões de comissões permanentes e especiais devem realizar-se de modo virtual durante o período de 10 a 21 de agosto de 2020, reduzidas as atividades a termo em ata.

Parágrafo único. A participação de vereador na reunião de comissão permanente ou especial, de forma virtual, conforme composição, equivalerá à sua presença.

Art. 2º As reuniões ordinárias ou extraordinárias a serem realizadas no período de 10 a 21 de agosto de 2020 ocorrerão de modo virtual, por meio de aplicativo de videoconferência, com transmissão online no site oficial da Câmara Municipal de Urussanga (www.camaraurussanga.sc.gov.br – “TV Câmara”), reduzidas as atividades a termo em ata.

§ 1º A participação de vereador na reunião virtual equivalerá à sua presença e, excetuados os casos de afastamento atestado por médico, a participação é obrigatória.

§ 2º Em comum acordo entre as bancadas partidárias, poderão ser dispensadas etapas das reuniões ordinárias.

Art. 3º Durante a vigência deste Ato, ficam suspensos os efeitos do Ato nº 32, de 14 de junho de 2018, o qual dispõe sobre horário diferenciado de expediente aos servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo de Agente de Portaria e Comunicação, Assistente Legislativo e Oficial Legislativo, em razão da participação na organização das reuniões ordinárias da Câmara Municipal de Urussanga.

Art. 4º As medidas previstas neste Ato poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do Município de Urussanga.

Art. 5º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Urussanga, 10 de agosto de 2020.

José Carlos José
Presidente

Gilson Casagrande
Vice-Presidente

Vereador Vanderlei Marcílio
Primeiro Secretário

João Batista Bom
Segundo Secretário

Registrado e publicado o presente Ato no mural da Câmara Municipal, e no site www.camaraurussanga.sc.gov.br, em 10 de agosto de 2020.

Vereador Vanderlei Marcílio
Primeiro Secretário

Vargeão

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO CONTRATO N° 056/2020

Publicação N° 2596008

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: LABORATÓRIO ANALIC LTDA

CNPJ: 01.922.311/0005-02

OBJETO: Aquisição de testes para detecção do Covid-19, realizados através da secreção orofaringe para pesquisa de antígeno

VALOR: R\$ 18.800,00 (dezoito mil e oitocentos reais)

AMPARO LEGAL: Lei Federal 13.979 de 06 de Fevereiro de 2020, Decreto de Calamidade Pública N° 06/2020 de 20 de Março de 2020, Art. 24, IV Lei Federal nº 8.666 de 21/06/93 e suas alterações; Processo Licitatório nº 52/2020, Dispensa de Licitação nº 12/2020, e demais normas pertinentes e Contrato nº 056/2020.

Vargeão, SC, 07 de agosto de 2020.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

Vargem Bonita

PREFEITURA

DECRETO Nº063/2020

Publicação Nº 2596017

DECRETO Nº 063/2020, DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

“REEDITA E COMPLEMENTA MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA SITUAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19).”

CONSIDERANDO o Decreto estadual nº 630/2020, de 1º de junho de 2020, o qual em seu artigo 9º determina o compartilhamento das deliberações de funcionamento das atividades públicas e privadas em cada território de acordo com as decisões técnicas emanadas pelas autoridades sanitárias federal, estadual e municipal, bem como as recomendações sanitárias e epidemiológicas do COES a fim de conter a contaminação e propagação do Coronavírus;

CONSIDERANDO o alerta do COES emitido em 22/07/2020, o qual define a região meio oeste como risco potencial gravíssimo;

CONSIDERANDO a necessidade de tomar medidas para preservar a saúde da população e que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Município de Vargem Bonita/SC;

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita (SC), no uso da atribuição que lhe confere o artigo 103, inciso VIII da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica revogado o art. 4º do Decreto n. 062/2020, ficando permitida a realização de missas e cultos religiosos presenciais no Município de Vargem Bonita exclusivamente nos finais de semana (sábado e domingo).

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Vargem Bonita, 07 de agosto de 2020.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI
Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios – DOM em 10/08/2020, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2020

Publicação Nº 2596013

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2020.

“Estabelece Normas para a Contratação Temporária de Excepcional Interesse Público na Secretaria de Saúde do Município de Vargem Bonita e dá outras providências”.

CONSIDERANDO que as atividades da Secretaria de Saúde, no que tange aos serviços médicos devem ser contemporâneas à demanda devendo, portanto, ocorrer disponibilidade imediata na Unidade de Saúde;

CONSIDERANDO que concursos e processos seletivos anteriores foram esgotados sem a possibilidade de contratação de profissional, resultando desertos ou desistentes os classificados;

CONSIDERANDO também que existe permanentemente um grupo de usuários do sistema de saúde a serem acompanhados e atendidos. Tendo em vista que a falta de profissionais prejudica a pontualidade nos serviços e compromete a sua finalidade;

CONSIDERANDO a notória existência da Pandemia de COVID-19, a qual demanda a presença contínua dos profissionais da saúde;

CONSIDERANDO que o profissional detentor do cargo de médico da Municipalidade requereu a sua exoneração;

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA, no uso de suas atribuições TORNA PÚBLICO que estão abertas as inscrições do Processo Seletivo Simplificado de contratação de médicos, por prazo determinado, em caráter emergencial por se tratar de atendimento na área de saúde.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital.

1.2. A seleção dos candidatos será publicada no DOM – Diário Oficial do Município e consistirá no somatório de pontos da contagem de títulos e da experiência comprovada.

1.3. O Processo Seletivo Simplificado destina-se à seleção de profissional para contratação em caráter de emergência em contrato temporário pelo período de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

1.4. O período do contrato temporário destinado à reposição de pessoal poderá ser reduzido em virtude do interesse público ou seleção em concurso para provimento efetivo.

1.5. O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de classificação.

1.6. No caso da desistência do profissional convocado o mesmo passará ao final da lista de aprovados, mediante pedido expresso.

1.7. O contrato por prazo determinado extinguir-se-á sem direito a indenizações:

I – pelo término do prazo contratual;

II – por iniciativa da administração pública, desde que devidamente motivado, por escrito.

0.8. O prazo para chamamento deste seletivo será de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

2. DA INSCRIÇÃO

2.1 As inscrições serão recebidas de 17 até 21 de agosto, das 08h00min às 12h00min, no setor de Administração e Finanças da Prefeitura de Vargem Bonita, na Rua Coronel Vitório, 966, Centro, devendo o servidor responsável proceder ao devido protocolo e autuação ou, através do e-mail: adm@vargembonita.sc.gov.br devendo o candidato enviar obrigatoriamente por SEDEX, no endereço Prefeitura de Vargem Bonita, Rua Coronel Vitório, 966, Centro, Vargem Bonita, CEP: 89.675-000, cópia de todos os documentos solicitados, devidamente rubricadas.

2.2 No ato da inscrição o candidato deverá informar dados pessoais e fornecer cópias devidamente rubricadas dos documentos a seguir:

- Carteira de Identidade;
- CPF;
- Habilitação do Conselho Regional de Medicina;
- Título de Eleitor e comprovante da última votação;
- Certificado de reservista para os candidatos do sexo masculino;
- CURRICULUM VITAE documentado com todas as folhas rubricadas;
- Certificados originais dos cursos específicos para o cargo de interesse, caso sejam enviados por correio autenticados em cartório;
- Comprovante de endereço/telefone para contato.

2.3 Ao candidato que apresentar todos os documentos elencados no item 2.2 será concedido 5,0 (cinco) pontos, a qual será considerada para fins de classificação, nos termos dos item n. 5 e seguintes desse edital.

2.4 ATENÇÃO: O candidato, por ocasião da INSCRIÇÃO, deverá comprovar todos os requisitos acima elencados. A não apresentação dos comprovantes exigidos tornará sem efeito a respectiva inscrição, inviabilizando a avaliação do curriculum vitae apresentado pelo candidato.

3. DAS VAGAS

3.1 Será realizado Teste Seletivo Simplificado de Títulos para atender a Unidade Básica de Saúde de Vargem Bonita/SC:

Cargo	Nº Vagas	Carga Horária Semanal	Remuneração R\$
- Médico (ESF)	001	40 horas	R\$ 16.714,75

4. DO PROCESSO SELETIVO

4.1 O processo seletivo dar-se-á mediante somatório de pontos da contagem de títulos e da experiência comprovada, os quais deverão constar do CURRICULUM VITAE de forma detalhada com a identificação dos títulos e especialmente do conteúdo e da carga horária dos cursos de aperfeiçoamento.

4.2 Para contagem de títulos na área de atuação serão considerados válidos os cursos, seminários, jornadas, treinamentos, oficinas, workshops, simpósios, congressos, e com data de emissão do comprovante dentro dos últimos 05 (cinco) anos, contados da abertura das inscrições, devendo os candidatos apresentar os documentos comprobatórios a estes no ato de inscrição.

4.3 Entende-se como documentos comprobatórios os certificados, declarações ou atestados, devendo ser expedidos pela Instituição de Ensino.

4.4 O tempo de experiência profissional poderá ser comprovado através de fotocópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS e

ou declaração da instituição/ou empresa em que atuou.

4.5 Não será admitida a juntada de novos documentos depois de realizada a inscrição.

4.6 O resultado dos candidatos aprovados será publicado oficialmente em 26 de agosto de 2020 no site da Prefeitura Municipal de Vargem Bonita e no DOM – Diário Oficial dos Municípios.

4.7 Para efeito de início da contagem do prazo de validade do teste seletivo, será considerada a publicação da homologação do resultado final do teste seletivo.

5. CLASSIFICAÇÃO

5.1 A classificação final dos candidatos consistirá no somatório de pontos da documentação apresentada, contagem de títulos e da experiência comprovada, limitando-se a pontuação máxima de cada candidato a 10,0 (dez) pontos.

5.2 Serão classificados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior à 5,0 (cinco) pontos.

5.3 Os candidatos classificados serão chamados obedecendo à ordem decrescente de pontos, conforme conveniência e interesse público.

5.4 Na classificação final, entre candidatos com igual número de pontuação, serão fatores de desempate:

- maior idade;
- maior tempo de serviço na área de atuação do cargo a ser ocupado;

6. DA CONTRATAÇÃO

6.1. A contratação e o exercício da função dependerão da comprovação da documentação exigida pelo Departamento Pessoal no ato de sua contratação.

7. DOS RECURSOS

7.1. Os recursos poderão ser interpostos em até 24h (vinte e quatro horas), a contar da divulgação por edital das homologações das inscrições e do resultado final.

7.2. Os mesmos deverão ser protocolados junto à Secretaria Municipal de Administração, no referido prazo, devendo conter os seguintes elementos:

- a) Nº do Processo Seletivo;
- b) Cargo a que concorre;

a) Sucinta exposição dos motivos, critérios adotados, certificados ou títulos que deveriam ser atribuídos maior grau ou número de pontos;

d) Razões do pedido, bem como o objeto pleiteado (revisão e/ou nova classificação).

7.3. Serão desconsiderados os recursos interpostos fora do prazo, ou em desacordo com este Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As habilitações necessárias ao exercício das funções objeto deste processo seletivo simplificado são as constantes no Anexo I.

8.2. A homologação das inscrições e do resultado será publicada no DOM – Diário Oficial do Município.

8.3. Os candidatos serão contratados em Regime Estatutário no que couber, ficando vinculado ao Regime Geral da Previdência Social;

8.4. Os casos omissos deste edital e as decisões que se fizerem necessárias serão resolvidas pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado.

8.5. Fica eleito o Foro da Comarca de Catanduvas para dirimir questões oriundas do presente processo seletivos.

8.6.

8.7. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita(SC), 07 de Agosto de 2020.

Melânia Aparecida Roman Meneghini
Prefeita Municipal

ANEXO I

DENOMINAÇÃO DO CARGO: Médico (ESF)

GRUPO OCUPACIONAL: Grupo VI - Atividades Nível Superior

ATRIBUIÇÕES DO CARGO: Avaliação, tratamento e conduta frente às diversas clínicas, atuando no ciclo vital da criança e do adolescente, da

mulher, do adulto e do idoso; Realizar visitas domiciliares para assistência, atuar nos grupos de educação em saúde e também na educação continuada, e em serviço na unidade de saúde da família. Participar dos programas de atendimento a população atingida por calamidade pública, integrar-se com a execução dos trabalhos de vacinação e saneamento, realizar estudos e inquéritos sobre os níveis da saúde das comunidades e sugerir medidas destinadas a solução dos problemas levantados, participar da elaboração e execução dos programas de erradicação e controle de endemias na área respectiva, emitir laudos e pareceres quando solicitado.

FORMA DE RECRUTAMENTO: Teste Seletivo de Títulos.

ESCOLARIDADE: Ensino Superior Completo na área com registro no CRM.

REMUNERAÇÃO: R\$ 16.714,75

CARGA HORÁRIA: 40 horas.

ANEXO II

TÍTULOS	PONTUAÇÃO
Doutorado na área	1,00 (sem fração)
Mestrado na área	1,00 (sem fração)
Especialização na área	1,00 (sem fração)
Tempo de serviço na atividade	1,0 (cada ano – sem fração)
Cursos, seminários, simpósios, congressos relacionados à área de atuação do cargo (últimos 05 anos).	1,0 (cada 40 horas)

OBS 01: Somente serão considerados válidos os cursos, seminários, jornadas, treinamentos, oficinas, workshops, simpósios, congressos, desde que relacionados diretamente com o cargo pretendido e com data de emissão do comprovante dentro dos últimos 05 (cinco) anos, contados da abertura das inscrições.

ANEXO III

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

PREFEITURA DE VARGEM BONITA TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO EDITAL 001/2020

Formulário de inscrição nº _____

Cargo: _____

Nome: _____

Endereço: _____

Telefone para contato: _____

Doc. de Identidade nº: _____ CPF nº: _____

Documentos necessários para a inscrição:

- () Carteira de Identidade;
- () Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- () Título de Eleitor e Comprovante de Votação do último pleito eleitoral;
- () Certificado de reservista para os candidatos do sexo masculino;
- () CURRICULUM VITAE documentado com todas as folhas rubricadas.

Vargem Bonita – SC, ____/____/2020.

Assinatura do Candidato

Assinatura do (a) responsável pela inscrição

ANEXO IV

FORMULÁRIO PARA RELAÇÃO DE TÍTULOS - EDITAL Nº 001/2020

Cargo: _____

Nº da inscrição: _____

Nome do candidato: _____

RELAÇÃO DE TÍTULOS ENTREGUES

Nº	Nº de horas	CAMPOS PREENCHIDOS PELO CANDIDATO		Pré – pontuação	(deixar em branco)		
			Histórico / resumo				

Observação: Preencher em letra de forma ou digitar nos campos destinados ao candidato, entregar este formulário em 01 (uma) via, conforme Edital.

Declaro, para os devidos fins e sob as penas da lei, que possuo como requisito de habilitação para o emprego de inscrição o curso: _____ (concluído ou em andamento), cujo comprovante estou anexando à presente relação, estando ciente de que o mesmo não será utilizado para pontuação na prova de títulos.

Data: ____/____/____.

Assinatura do candidato

Ass. Responsável p/ recebimento

Vidal Ramos**PREFEITURA****DECRETO Nº 3.328/2020, DE 07 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2596145

DECRETO Nº 3.328/2020, DE 07 DE AGOSTO DE 2020

ADOTA MEDIDAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO, BEM COMO EM TODO O ALTO VALE DO ITAJAI, APROVADAS PELO CIR AMAVI VOLTADAS AO ENFRENTAMENTO E À ELIMINAÇÃO DOS RISCOS DE DISSEMINAÇÃO E CONTÁGIO DO CORONAVÍRUS (COVID-19), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ODILMAR DE SOUZA, Prefeito Municipal de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e; CONSIDERANDO que em 03 de fevereiro de 2020, a Portaria nº 188 do Ministério da Saúde declarou Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV), estabelecendo-se o Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública (COE-nCoV) como mecanismo nacional da gestão coordenada da resposta à emergência no âmbito nacional;

CONSIDERANDO que no dia 06 de fevereiro de 2020, foi publicada a Lei nº 13.979 que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019 e que o artigo 3º da referida lei, prevê que para enfrentamento da emergência de saúde decorrente do coronavírus, as autoridades poderão adotar, no âmbito de suas competências, várias medidas, dentre outras, podendo ser imposta medida de quarentena, isolamento, estudo e investigação epidemiológica etc.;

CONSIDERANDO que o art. 23, inciso II, da Constituição Federal, determina a competência concorrente da União, Estados e Municípios para cuidar da saúde, bem como o art. 30, inciso I, da Constituição, que dispõe que é de competência dos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local;

CONSIDERANDO o art. 8º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que diz que as ações e serviços de saúde serão organizados de forma regionalizada e hierarquizada;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 630 de 01 de junho de 2020 que altera o Decreto nº 562, de 2020, que declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense;

CONSIDERANDO que conforme documento protocolado na AMAVI em 03 de agosto de 2020, a Comissão Intergestores Regional de Saúde do Alto Vale do Itajaí (CIR) abdicou do encargo de deliberar sobre as medidas sanitárias de restrição ou de liberação das atividades;

CONSIDERANDO as análises realizadas pelo Governo do Estado de Santa Catarina em relação à evolução da pandemia nas diferentes regiões do estado, combinadas com a disponibilidade de leitos e da atual estrutura de saúde existentes, na forma da Portaria SES nº 464, publicada em 03 de julho de 2020;

CONSIDERANDO que a matriz de Avaliação do Risco Potencial para COVID-19 disponibilizada pelo Governo do Estado de Santa Catarina (disponível em: <http://www.coronavirus.sc.gov.br/gestao-da-saude/>) visa orientar a regionalização e descentralização das ações relacionadas à contenção da pandemia;

CONSIDERANDO que a Região do Alto Vale do Itajaí, no dia 28 de julho de 2020, recebeu alerta de alteração do status de GRAVE(3) para GRAVÍSSIMO (4), mantendo-se o status na atualização da matriz de risco datada de 04 de agosto de 2020;

CONSIDERANDO que o momento atual demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença (COVID-19) em toda a Região do Alto Vale do Itajaí, objetivando impedir que seja necessária imposição de novo lockdown (fechamento total);

CONSIDERANDO a comprovação do aumento do número de casos na Região;

CONSIDERANDO a necessidade de implantação de mais leitos de UTI e a escassez de suprimentos hospitalares importantes;

CONSIDERANDO que as medidas de retomada das atividades sociais e econômicas que impactem diretamente em Municípios vizinhos devem considerar a situação mais atual do sistema de saúde da respectiva Região de Saúde, uma vez que a lógica assistencial e a rede hospitalar instalada visam assegurar o acesso universal e igualitário à população dos Municípios circunscritos naquela região, portanto, as medidas restritivas de prevenção devem ser adotadas uniformemente em toda a região;

CONSIDERANDO que os Municípios e as Regiões de Saúde devem adotar as medidas sanitárias para correção e controle dos efeitos negativos sobre a curva de tendência de contaminação, conforme determinado na Portaria SES nº 464;

CONSIDERANDO que o § 8º do art. 3º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, determina que as medidas de enfrentamento ao coronavírus deverão resguardar o exercício e o funcionamento de serviços públicos e atividades essenciais;

CONSIDERANDO que o § 2º do art. 1º da Lei Estadual nº 17.974, de 30 de julho de 2020 prevê que "as restrições ao direito de funcionamento de restaurantes, lanchonetes, padarias e similares pelo Poder Público, nas situações excepcionais referidas no caput deste artigo, deverão fundamentar-se nas normas sanitárias ou de segurança pública aplicáveis e serão precedidas de decisão administrativa fundamentada da autoridade competente, a qual deverá expressamente indicar a extensão, os motivos e critérios científicos e técnico embaixadores da(s) medida(s) imposta(s)";

CONSIDERANDO a Lei Estadual n. 17.940 de 08 de maio de 2020 que reconhece a atividade religiosa como essencial para a população de Santa Catarina em situações de calamidade pública, de emergência ou de epidemia, bem como que desde o início da pandemia causada pelo COVID-19 houve o noticiamento de acréscimo significativo nos atendimentos nos Centros de Atenção Psicossocial, além de casos de tentativa de suicídio, fazendo-se necessários maiores cuidados em relação à saúde mental da população do município, inclusive possibilitando a atuação das entidades religiosas;

CONSIDERANDO as medidas recomendadas pela CIR nas Resoluções 01, 02, 03 e 04/2020;

CONSIDERANDO o Alerta 052 do COES para a região do Alto Vale do Itajaí, datado de 04/08/2020;

DECRETA:

Artigo 1º. - Permanecem suspensas as seguintes atividades:

- I - A realização de todo e qualquer evento público e privado que implique em aglomeração de pessoas (shows, cinemas, teatros etc.);
- II - Música ao vivo em eventos de qualquer natureza;
- III - Parques, ginásios e clubes de lazer públicos e privados, ficando permitido somente o funcionamento de restaurantes e academias (dentro de clubes), conforme protocolos preestabelecidos;
- IV - Quaisquer atividades esportivas coletivas e recreativas, com exceção das que envolvam até 2 (dois) participantes sem contato físico (ex, tênis, beach tênis, badminton e outros);
- V - A prática de jogos de mesa, sinuca, bocha e similares de qualquer espécie nos bares, lanchonetes, restaurantes e similares.

Artigo 2º. - Em todo o território da região do Alto Vale do Itajaí o uso de máscaras pelos cidadãos em ambientes públicos ou privados é obrigatório.

Artigo 3º. - Todos os estabelecimentos comerciais deverão controlar o acesso ao seu interior a fim de que seja permitida a circulação e permanência de, no máximo, 50% da capacidade total, além de adotar todas as medidas sanitárias preventivas já impostas, inclusive, barreiras físicas que facilitem o distanciamento seguro.

Artigo 4º. - O comércio não essencial (galerias, shoppings, lojas de variedades, lojas de rua e comércios em geral) deverá adotar horário reduzido de funcionamento, podendo funcionar todos os dias até às 22 horas.

§ 1º Os comércios referidos neste artigo são aqueles que não envolvem serviços de alimentação e consumo de bebidas no local.

§ 2º O estabelecimento deverá orientar os clientes de forma a evitar aglomerações do lado externo e deverão observar todas as medidas de prevenção já determinadas, bem como disponibilizar no mínimo 01 funcionário para efetuar o controle da entrada dos clientes.

Artigo 5º. - Fica reconhecido, nos termos da Lei Estadual nº 17.974 de 30 de julho de 2020, os serviços de alimentação, tais como restaurantes, lanchonetes, padarias e similares, como essenciais para a população, ainda que em estado de calamidade, emergência, epidemia ou pandemia.

Artigo 6º. - Fica proibido o consumo de bebidas alcoólicas nos balcões de atendimento de bares, pubs, lojas de conveniências de postos de combustível e similares, podendo o consumo ocorrer em mesas desde que respeitadas as normas sanitárias.

Parágrafo único. A comercialização de bebidas alcoólicas nos estabelecimentos citados no caput só poderá ocorrer até às 20 horas.

Artigo 7º. - A fiscalização das medidas sanitárias preventivas ocorrerá na forma da legislação federal, estadual e municipal, devendo os municípios empreenderem esforços para intensificar a realização das fiscalizações, devendo promover a edição de Decreto a fim de investir como autoridade de saúde a Polícia Militar, Polícia Civil, Defesa Civil, Bombeiros, Fiscais de Posturas e demais órgãos que possam auxiliar e colaborar efetivamente na fiscalização das normas sanitárias municipais de enfrentamento da pandemia

Artigo 8º. - Os mercados e supermercados deverão manter no mínimo 01 funcionário efetuando o controle de entrada e a higienização dos carrinhos e cestinhas e deverão orientar a população de que somente será permitida a entrada de 01 pessoa por família, sendo vedada a entrada de crianças, ressalvados os casos excepcionais.

Artigo 9º. - Conforme Lei Estadual nº 17.940 de 08 de maio de 2020, está liberada a realização de missas, cultos e demais atividades de manifestação religiosa, devendo-se observar as diretrizes previstas na Portaria SES Nº 254 de 20 de abril de 2020, do Estado de Santa Catarina, notadamente as descritas abaixo:

- I - A lotação máxima autorizada será de 30% (trinta por cento da capacidade do templo ou igreja);
- II - Os lugares de assento deverão ser disponibilizados de forma alternada entre as fileiras de bancos, devendo estar bloqueados de forma física aqueles que não puderem ser ocupados;
- III - Deverá ser assegurado que todas as pessoas, ao adentrarem ao templo ou igreja, estejam utilizando máscara e higienizem as mãos com álcool gel 70% ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar.

Artigo 10 - Os velórios deverão observar o período de duração máxima de 06 (seis) horas, devendo ser restrito a familiares e proibindo-se a permanência de mais de 10 (dez) pessoas simultaneamente.

Parágrafo único: Os velórios de pacientes confirmados ou suspeitos para COVID-19 permanecem proibidos.

Artigo 11 - Permanecem suspensas até o dia 30 de agosto de 2020, as cirurgias eletivas que não sejam "tempo-sensíveis".

Artigo 12 - Os estabelecimentos hoteleiros, pousadas e similares deverão respeitar a limitação de 30% (trinta por cento) da sua capacidade de hóspedes, respeitadas as medidas sanitárias aplicáveis a esses estabelecimentos.

Artigo 13 - As academias de musculação e ginástica, estúdios de atividade física e similares deverão limitar o acesso e permanência de clientes no máximo de 30% da capacidade total de público, respeitadas as demais exigências previstas na Portaria SES nº 258/2020.

Artigo 14 - Quanto as atividades referentes aos serviços públicos não essenciais, recomenda-se aos municípios que:

I - seja imediatamente suspenso o atendimento ao público para serviços não essenciais que possam ser realizados de forma não presencial (telefone e e-mail, por exemplo);

II - os horários de expediente sejam organizados priorizando o trabalho remoto e o afastamento de pessoas do grupo de risco, adotando-se medidas que reduzam a circulação de funcionários nos prédios públicos, como por exemplo, escala de revezamento, concessão de licenças, turno ininterrupto etc.

Artigo 15 - As indústrias deverão funcionar com capacidade mínima necessária, adotando todas as medidas sanitárias preventivas, priorizando o afastamento dos funcionários que se enquadrem no grupo de risco.

Artigo 16 - Os estabelecimentos comerciais, de serviços, indústrias, instituições financeiras, empresas e estabelecimentos congêneres e as repartições públicas, serão responsáveis em zelar pelo cumprimento das exigências sanitárias expedidas pelos órgãos municipais, estaduais ou federais mencionadas ou não na presente Resolução.

Artigo 17 - Esta resolução entra em vigor no dia 10 de agosto de 2020 e terá validade por 14 dias.

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, 07 de agosto de 2020.

ODILMAR DE SOUZA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto, nesta Secretaria e nos locais de costume, em 07 de agosto de 2020.

REVOGAÇÃO ITEM 8.8. DO EDITAL Nº. 03/2020

Publicação Nº 2596998

JUSTIFICATIVA DE REVOGAÇÃO DO ITEM 8.8. PREGÃO ELETRÔNICO nº 03/2020

1. Trata-se de revogação do item 8.8. do procedimento licitatório na modalidade Pregão eletrônico nº 03/2020, que tem como objeto a contratação de empresa para aquisição de medicamentos.
2. A publicação do procedimento licitatório em referência ocorreu em 29 de julho de 2020, tendo sido agendada a sessão pública para o dia 13 de agosto de 2020.
3. Ocorre que, após o pedido de esclarecimento com relação ao item 8.8 do edital com as respectivas justificativas, resolveu-se por revogar o item citado. Que dizia o seguinte: 8.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 5,00 (cinco reais).
4. É importante ressaltar que a presente justificativa não vincula a decisão superior acerca da conveniência e oportunidade do ato de revogação do item 8.8, apenas faz uma contextualização fática e documental com base naquilo que foi carreado a este procedimento licitatório. Contudo, vem somar no sentido de fornecer subsídios à Autoridade Administrativa Superior, a quem cabe a análise desta e a decisão pela revogação somente do item 8.8 do Pregão Eletrônico nº.03/2020.
5. As demais cláusulas permanecem em vigor

EDUARDO THECHRIN
Pregoeiro

RATIFICO os termos apresentados na presente justificativa, e REVOGO o item 8.8. do PREGÃO ELETRÔNICO nº 03/2020, nos termos do artigo 49 da Lei nº 8.666/1993.

Ivani F. Weber
Secretaria de Saúde

Videira

PREFEITURA

ATA 005/2020

Publicação Nº 2594430

ATA 005/2020-CMS – Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, às dezenove horas e trinta minutos em segunda chamada, por videoconferência, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Saúde - CMS de Videira com a presença da Presidente do Conselho, Ivanice Ângela Peccin e dos Conselheiros: 1. Everton Turke, representante da Secretaria Municipal de Saúde; 2. Mônica Susete Roman Vanz, representante do COREN; 3. Tatiana Back, representante suplente da Secretaria Municipal de Educação; 4. Celso Testolin, representante do Sindicato de Trabalhadores Rurais; 05. Wilson Silva do Amaral, representante do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Cargas e Passageiros de Videira; 06. Vanice Frarão, representante da Associação dos Amigos dos Autistas; 07. Jacinta Guzzi, representante da Rede Videirense de Combate ao Câncer; 08. Jean Carlos Fernandes, representante do Conselho Regional de Odontologia. Registra-se que a reunião será realizada de forma remota, diante das medidas de prevenção e combate da atual pandemia do COVID-19 e no Decreto Municipal n. 17.313/2020, o qual estabelece a suspensão de eventos e reuniões de qualquer natureza, de caráter público e privado. Instalado o quórum, iniciou-se a reunião, e foram cumprimentados todos os presentes e apresentada a pauta. 1. Aprovação da Ata 004/2020 – CMS; 2. Relatórios de Atendimentos - Maio de 2020; 3. Prestação de Contas FMS - Janeiro à Maio de 2020; 4. Relatório da Comissão de Controle de Infecção Hospitalar; 5. Recurso Ministério do Trabalho - Joaçaba; 6. Ofícios recebidos; 7. Assuntos gerais. Dando início, os conselheiros deliberaram pela aprovação da Ata 004/2020-CMS sem ressalvas. Em sequência, foram apresentados os indicadores de atendimento do mês de maio/2020: 1. consultas/atendimentos ambulatoriais (médico ESF/AB, ginecologia e obstetra, pediatra, fisioterapeuta, nutricionista, psicóloga, enfermeiro, urgência em AB, ortopedista, atendimento CAPS, cardiologia, urologia, neurologia, dermatologia, infectologista, endocrinologia); 2. atendimento domiciliar (médico ESF, fisioterapeuta, enfermagem, agentes de saúde, assistente social, psicólogo, nutricionista); 3. procedimentos (enfermagem, consulta pré-natal, grupos/atividades educativas, auriculoterapia, teste rápidos, preventivo); 4. odontologia na Atenção Básica (atendimento de urgência, consulta Atenção Básica, 1ª consulta programada, procedimentos odontológicos, consulta odontológica especializada); 5. Unidade de Pronto Atendimento 24h (atendimento médico, eletrocardiograma, atendimento de urgência com observação, exames realizados); 6. Laboratório (exames realizados); 7. Farmácia Básica (itens dispensados, pacientes atendidos). Após, a Presidente do Conselho apresentou a prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde (FMS) referente aos meses de janeiro à maio/2020, sendo R\$ 5.314.688,66 (cinco milhões e trezentos e quatorze mil e seiscentos e oitenta e oito reais e sessenta e seis centavos) provenientes de transferências da União, e o valor de R\$ 288.960,88 (duzentos e oitenta e oito mil e novecentos e sessenta reais e oitenta e oito centavos) provenientes de transferências do Estado, e, R\$ 417.042,85 (quatrocentos e dezessete mil e quarenta e dois reais e oitenta e cinco centavos) provenientes de Outras Receitas, provenientes de taxa de fiscalização da Vigilância Sanitária, receita de aplicação financeira dos recursos próprios e vinculados, outras transferências de combate ao COVID-19- Poder Judiciário e demais receitas. Quanto à transferências financeiras da Prefeitura totalizaram o valor de R\$ 9.009.845,63 (nove milhões e nove mil e duzentos e oitocentos e quarenta e cinco reais e sessenta e três centavos) e o superávit financeiro de 2019, no valor de R\$ 2.971.522,42 (dois milhões e novecentos e setenta e um mil e quinhentos e vinte e dois reais e quarenta e dois centavos), com um total de receitas neste período no valor de R\$ 18.002.060,44 (dezoito milhões e dois mil e sessenta reais e quarenta e quatro centavos), e o valor de despesas no total de R\$ 12.755.512,00 (doze milhões e setecentos e cinquenta e cinco mil e quinhentos e doze reais) com despesas de pessoal, manutenção e investimento, e sendo investido o percentual acumulado de 17,21% com a Saúde do município no período de janeiro à maio/2020. Quanto ao convênio CIS-AMARP foi utilizado o valor de R\$ 13.130,00 (treze mil e cento e trinta reais), com despesa de manutenção do consórcio e R\$ 299.407,14 (duzentos e noventa e nove mil e quatrocentos e sete reais e quatorze centavos), totalizando R\$ 312.537,14 (trezentos e doze mil e quinhentos e trinta e sete reais e quatorze centavos) referente aos meses de janeiro à maio/2020. Após análise, a prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde e do Convênio CIS-AMARP referente aos meses de janeiro à maio/2020, foram aprovadas em unanimidade. Continuando, foi apresentado aos conselheiros o relatório da Comissão de Controle de Infecção Hospitalar do Hospital Salvatoriano Divino Salvador do mês de maio/2020. Após, a Presidente informou que a Secretaria Municipal de Saúde apresentou projeto à Procuradoria do Trabalho no município de Joaçaba/SC, em que foi aprovado, para aquisição de EPIs do Setor de Gripário, no qual é realizado o manejo clínico e epidemiológico dos usuários com sintomas respiratórios, suspeitos ou não do coronavírus. Este setor conta com equipe de enfermagem composta por um enfermeiro e um técnico de enfermagem, médico clínico geral e auxiliar de serviços gerais, durante todo o horário de funcionamento, bem como todo usuário atendido é monitorado através de ligações telefônicas periódicas. Quanto aos ofícios recebidos, foram apresentados: 1) Ofício n. 0076/2020-GAB-PRES/ATRICON, o qual solicita aos conselheiros de políticas públicas o preenchimento do formulário com o objetivo de traçar perfil dos usuários e mapear o nível de interesse desse público em cursos no formato EAD, o qual foi repassado por e-mail aos conselheiros; 2) Ofício n. 0329/2020/01PJ/VID, do Ministério Público, o qual informa a instauração de inquérito civil público em razão do órgão ter tomado conhecimento a excessiva demora na realização de exames de Raio-X pelo Hospital Salvatoriano Divino Salvador. Dessa forma, os conselheiros tomaram conhecimento da instauração do Inquérito Civil e que o Conselho Municipal de Saúde está sempre buscando medidas para solucionar as questões de modo a garantir um atendimento de qualidade aos usuários do sistema. Ao final, a Presidente explanou que o Programa Saúde do Trabalhador realizou campanha de orientação das medidas de prevenção do COVID-19 aos caminhoneiros que estavam nos postos de combustíveis do município e realizam a aplicação de 150 testes rápidos do COVID-19, e destes testes deram 06 resultados positivo. Salientou que os profissionais de saúde do município estão realizando o Protocolo de Tratamento Precoce da COVID-19 que será apresentado nos próximos dias, bem como será adquirido kits de testes rápido de COVID-19 que detecta o vírus a partir do 3º dia de incubação. Encerradas as discussões às 20h15min, nada mais havendo a tratar, a Sra. Ivanice Ângela Peccin agradeceu a presença de todos. Eu, Ivanice Ângela Peccin, Presidente do CMS, após a leitura e a aprovação da redação, assino esta Ata.

DECRETO Nº 17.498/20

Publicação Nº 2596146

DECRETO Nº 17.498/20, DE 7 DE AGOSTO DE 2020.

Altera as disposições do Decreto 17.462/20 que Dispõe sobre as medidas de prevenção e combate ao coronavírus (COVID-19) no âmbito do Município de Videira e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 72, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus;

Considerando a Portaria n. 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

Considerando a classificação pela OMS, no dia 11 de março de 2020, como pandemia pelo novo coronavírus – COVID19;

Considerando que estudos recentes demonstram a eficácia das medidas de afastamento social precoce para contenção da disseminação da COVID-19;

Considerando o Decreto de nº 562, de 17 de abril de 2020 do Estado de Santa Catarina e suas alterações;

Considerando a elevação do grau de risco da região do Alto Vale do Rio do Peixe para GRAVÍSSIMO;

Considerando a deliberação dos Prefeitos dos Municípios membros da AMARP, quanto a tomada de decisão acerca do COVID-19.
DECRETA

Art. 1º Altera §2º, do art. 6º, do Decreto 17.462/20, de 15 de julho de 2020, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º

(...)

§2º Ficam proibidas, enquanto perdurar o estado gravíssimo classificado pela matriz de risco regional, as missas e cultos religiosos, casamentos, batizados e qualquer outro evento ou celebração, podendo haver o atendimento individualizado dos fiéis, com agendamento prévio.

(...)”

Art. 2º Altera §1º do art. 23, do Decreto nº 17.462/20, de 15 de julho de 2020, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 23

(...)

§ 1º Os estabelecimentos previstos no caput devem obedecer todas as regras deste Capítulo garantindo que atendimentos simultâneos no mesmo ambiente respeitem o distanciamento mínimo de 1,5 (um metro e meio) entre cada cliente, sendo que os salões de beleza, barbearias, clínicas de estética e afins somente poderão prestar atendimentos individualizados com agendamento prévio.”

Art. 3º Altera o §2º, do art. 26 do Decreto nº 17.462/20, de 15 de julho de 2020, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26

(...)

§2º As demais aulas dos cursos superiores, pós-graduações e técnicos permanecem proibidas devendo ser realizadas de forma on-line.”

Art. 4º Inclui §1º, no art. 30, do Decreto nº 17.462/20, de 15 de julho de 2020, com a seguinte redação:

“Art. 30 (...)

§1º Fica proibida a prática de esportes coletivos, em todas as modalidades esportivas, bem como, a locação de quadras esportivas para a prática destes esportes.”

Art. 5º Altera o art. 32, do Decreto 17.462/20, de 15 de julho de 2020, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 32 Fica proibido o uso de parques, praças, clubes sociais e afins.”

Art.6º Altera o art. 45, do Decreto 17.462/20, de 15 de julho de 2020, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 45 Fica determinado o encerramento do horário de funcionamento do comércio em geral às 19h00min, devendo permanecer fechado aos domingos e feriados.”

Art. 7º Altera o art. 46, do Decreto 17.462/20, de 15 de julho de 2020, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 46 Fica determinado o encerramento do horário de funcionamento das lojas de departamentos e supermercados às 22h00min, de segunda à sábado, e às 13h00min, nos domingos e feriados.”

Art. 8º Altera o inciso I, do art. 49, do Decreto 17.462/20, de 15 de julho de 2020, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 49 Fica determinado o encerramento do horário de funcionamento dos serviços de alimentação, nos seguintes dias e horários:

I - Restaurantes, Lanchonetes e Food Trucks – diariamente até as 22h00min, podendo após o horário de encerramento disponibilizar serviço delivery ou retirada no balcão.

(...)”

Art. 9º Inclui §1º e §2º, no art. 52, do Decreto 17.462/20, de 15 de julho de 2020, com a seguinte redação:

“Art. 52

(...)

§1º Às infrações que desrespeitem o disposto no art. 6º, §4º, sendo a realização de qualquer evento nos ciclos familiares, de amizade e sociais, que acarretem aglomeração de pessoas que não sejam as conviventes no mesmo domicílio, independentemente do local aonde ocorram (sítios, residências, clubes, dentre outros), será aplicado o quádruplo da multa inicial prevista no caput deste artigo ao proprietário do imóvel.

§2º Os estabelecimentos previstos no art. 49, que não respeitem as regras previstas neste Decreto, inclusive quanto aos horários de funcionamento, uso de máscara e demais regras sanitárias, será aplicado o dobro da multa inicial prevista no caput deste artigo.”

Art. 10 Este Decreto entra em vigor na data da sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 10 de agosto de 2020.

Videira, 7 de agosto de 2020.

DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 7 dias do mês de agosto de 2020.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino
Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2020 - PMV

Publicação Nº 2594781

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2020 – PMV

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MEI, ME E EPP

O Secretário Municipal de Gabinete torna público que fará realizar o Pregão Eletrônico nº 47/2020 – PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS DE MANGUEIRAS E ACESSÓRIOS PARA MANUTENÇÃO DE SISTEMAS DE ÓLEO HIDRÁULICO DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. Recebimento das propostas: do dia 10/08/2020 a partir das 08:00h até o dia 28/08/2020 às 13:59h. Abertura das propostas e início da sessão de disputa de lances: dia 28/08/2020 às 14:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br e www.portaldecompraspublicas.com.br. 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 07 de agosto de 2020.

EURO VIECELI

Secretário Municipal de Gabinete

RESOLUÇÃO 009/2020

Publicação Nº 2594423

RESOLUÇÃO Nº 009/2020/CMS

Dispõe sobre a aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde (FMS) e do Consórcio Intermunicipal de Saúde CIS-AMARP referente aos meses de janeiro à maio de 2020.

O Conselho Municipal de Saúde - CMS de Videira/SC, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 343, de 05 de novembro de 1997, com suas alterações,

Considerando, a redação do art. 3º, IX da Lei Municipal nº 343/1997 a qual dispõe que " Art. 3º Ao Conselho Municipal de Saúde compete, sem prejuízo das funções dos Poderes Legislativo e Executivo: [...] IX - apreciar o Plano de ampliação e prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde, bem como acompanhar e fiscalizar a sua movimentação;

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR, nos termos da Ata 005/2020/CMS, da Reunião Virtual realizada na data de 30/06/2020, a prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde (FMS) e do Consórcio Intermunicipal de Saúde CIS-AMARP referente aos meses de janeiro à maio de 2020.

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDEIRA Janeiro à Maio de 2020							
RECEITAS	Janeiro a Maio		DESPESAS POR CATEGORIA ECONÔMICA	Janeiro a Maio			
Transferências da União	5.314.688,66		Pessoal	7.532.669,22			
Piso de Atenção Básica - PAB	13.600,00		Manutenção	5.094.631,09			
Programa Saúde da Família - PSF	70.780,00		Investimento	128.211,69			
Prog Agentes Comunitários de Saúde - PACS	200.350,00		TOTAL	12.755.512,00			
Programa Saúde Bucal	27.070,00						
Programa Melhoria do Acesso e da Qualidade	46.034,22		DESPESAS POR RECURSOS	Janeiro a Maio			
Atenção Primária à Saúde	1.066.618,64		Gastos com recursos próprios	9.126.025,96			
Incremento temporário PAB - Emenda individual	300.000,00		Gastos com recursos vinculados	3.629.486,04			
Ações de Média e Alta Complexidade	2.407.776,97		TOTAL	12.755.512,00			
Serv de Atendimento Móvel as Urgências - SAMU	109.595,00						
Incremento temporário MAC - Emenda individual	100.000,00		Cálculo do Percentual dos Gastos com Saúde	Janeiro a Maio			
Prog Vigilância em Saúde	68.209,15						
Programa Vigilância Sanitária	0,00		Receita de Impostos	53.033.310,98			
Programa DST/AIDS	32.916,65		Percentual mínimo 15%	7.954.996,65			
Farmácia Básica - União	130.451,45		Valor aplicado	9.126.025,96			
Organização dos serv de Assistência Farmacêutica	24.000,00		PERCENTUAL APLICADO	17,21			

Org dos serv de Assist Farma-cêutica (Investi-mento)	60.816,00						
Coronavírus (Covid-19)	656.470,58		Gastos através do CIS-AMARP	Janeiro a Maio			
Transferências do Estado	288.960,88		Despesas fixas (manutenção do consórcio)	13.130,00			
Farmácia Básica	117.861,93		Despesas variáveis (exames e consultas)	299.407,14			
Programa Estratégia Saúde da Família	149.884,65		TOTAL	312.537,14			
Centro de Especialidades Odontológicas	21.214,30						
Outras Receitas	417.042,85						
Tx. de Fisc de Vigilância Sanitária	267.747,84						
Receita Aplic Financ. dos Recursos Vinculados	34.692,23						
Receita Aplic Financ Recursos Próprios	4.460,53						
Outras Receitas - FMS	20.102,18						
Outras transf Combate Covid-19 - Poder Judiciário	90.040,07						
TOTAL RECEITAS FMS	6.020.692,39						
Transferências Financeiras da Prefeitura	9.009.845,63						
Superávit Financeiro de 2019	2.971.522,42						
TOTAL	18.002.060,44						

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Videira, 30 de junho de 2020.

Ivanice Ângela Peccin
Presidente do CMS de Videira - SC

CÂMARA MUNICIPAL

RELATÓRIO DAS AUTORIZAÇÕES DE COMPRAS EMITIDAS EM JULHO/2020

Publicação Nº 2596032

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA
 Relação das Autorizações de Compra e Liquidações

AUTORIZAÇÕES DE COMPRAS EMITIDAS									LIQUIDAÇÃO			
Seq.Autor.	Data AF	Processo	C.Direta	C.Custo	Adjud.	Padron.	Seq.Contrato	Despesa	Valor AF	Nome do Fornecedor	Entrega	Nº e Data do Empenho Subempenho
36/2020	07/07/2020		10/2020					5/2020	106.00	COMERCIAL EMBALIMP LTDA - ME		133 - 07/07/2020
37/2020	07/07/2020		10/2020					5/2020	58,00	COMERCIAL EMBALIMP LTDA - ME		134 - 07/07/2020
38/2020	09/07/2020		11/2020					5/2020	39.80	STÚDIO FOTOGRÁFICO G & A LTDA		137 - 09/07/2020
40/2020	13/07/2020		12/2020					1/2020	420.00	GILBERTO ARLINDO STIRMA COMERCIO DE VIDROS		138 - 13/07/2020
41/2020	13/07/2020		13/2020					1/2020	543.20	Ghedini Vidros LTDA		139 - 13/07/2020

INPREVID**ADIAMENTO REALIZAÇÃO PROVA OBJETIVA- CONCURSO PUBLICO 001/2020**

Publicação Nº 2595052

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2020 – INPREVID

COMUNICADO ADIAMENTO TEMPORÁRIO DA REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA

O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA faz saber a quem possa interessar o presente COMUNICADO referente o adiamento temporário da prova objetiva do EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2020, conforme segue:

Considerando a mudança no cenário da pandemia de COVID-19, no âmbito do Estado de Santa Catarina, FICA ADIADA para nova data, a ser previamente divulgada, a Prova Objetiva do Concurso Público Nº 001/2020 – INPREVID, a qual estava designada para realiza-se na data de 16 de agosto de 2020. Desta forma, resta sem efeito o item 7.2 do edital.

Informa-se ainda que o cronograma até a homologação das inscrições (13/08/2020) fica mantido, restando sem efeito o cronograma a partir da data da prova objetiva.

O edital contendo o novo cronograma de execução e maiores informações a respeito do prosseguimento do certame será divulgado, oportunamente, no site da banca SC TREINAMENTOS e no site do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA, ou seja, nos meios oficiais de publicidade deste certame.

O acompanhamento do certame, nos meios oficiais de publicidade, conforme estipulado no Edital de Abertura das Inscrições, é de responsabilidade exclusiva do candidato.

Videira, 06 de agosto de 2020.

VILSO VANZ

Presidente

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Videira

Vitor Meireles**PREFEITURA****AValiação antes da obra Rua Alfredo Meneghelli**

Publicação Nº 2594435

ATA DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS RUA ALFREDO MENEGHELLI

Às dez horas do dia cinco do mês de agosto de dois mil e vinte, reuniram-se no auditório da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, localizada na Rua Santa Catarina, 2266, Centro, Município de Vitor Meireles, os senhores JAMES ADEMIR WIPPEL Corretor de Imóveis – CRECI nº 18158, JOICE BATISTA DA SILVA WATRAS Fiscal de Tributos, TAINÁ SILVA SÁ BRITO Engenheira Civil, CREA 171.211-1 integrantes da Comissão de Avaliação, nomeados pelo Decreto n.º 072/2020, para a avaliação da obra dos seguintes Imóveis;

Cadastro Imobiliário	Nome proprietário	Testada	Área imóvel	Valor antes da obra
45276	JONAS BRUNING	15,00m	417,20m²	R\$56.000,00
61808	LUCIANA MORGENROTH CARVALHO	15,00m	420,00m²	R\$120.000,00
45292	DENILSON SEVEI MASSON	15,00m	420,00m²	R\$56.000,00
45306	PAULO SILVESTRE BENINCA	15,00m	420,00m²	R\$56.000,00
45314	CLEIDE GISLAINE PINHEIRO	15,00m	417,20m²	R\$56.000,00
45179	HAROLDO WACHHOLZ	13,22m	393,55m²	R\$190.000,00
45160	JONAS WACHHOLZ	14,00m	402,67m²	R\$260.000,00
45152	LUZIA FIGUEIREDO	15,00m	430,12m²	R\$120.000,00
45144	IVO SOARES	15,00m	428,77m²	R\$210.000,00
45136	CARLOS RODRIGUES	15,00m	427,42m²	R\$56.000,00
45128	CARLOS RODRIGUES	15,00m	426,07m²	R\$56.000,00
62294	MAURELIO KIMMEL	15,00m	424,72m²	R\$160.000,00
45101	JULIO CESAR TOMAZ	15,00m	423,37m²	R\$56.000,00
62308	GIOVANY DAROLT	15,00m	422,02m²	R\$230.000,00
45268	JONAS BRUNNING	16,00m	445,43m²	R\$58.000,00
45730	VALMIR KOPP	27,83m	463,64m²	R\$59.000,00
45322	LAURICI SABEL	16,00m	445,44m²	R\$160.000,00
45080	LAURI AFONSO DE OLIVEIRA	15,00m	415,31m²	R\$56.000,00

AValiação antes da obra Rua José Fistarol

Publicação Nº 2594440

ATA DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS RUA JOSÉ FISTAROL

Às dez horas do dia cinco do mês de agosto de dois mil e vinte, reuniram-se no auditório da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, localizada na Rua Santa Catarina, 2266, Centro, Município de Vitor Meireles, os senhores JAMES ADEMIR WIPPEL Corretor de Imóveis – CRECI nº 18158, JOICE BATISTA DA SILVA WATRAS Fiscal de Tributos, TAINÁ SILVA SÁ BRITTO Engenheira Civil, CREA 171.211-1 integrantes da Comissão de Avaliação, nomeados pelo Decreto n.º 072/2020, para a avaliação da obra dos seguintes Imóveis;

Cadastro Imobiliário	Nome proprietário	Testada	Área imóvel	Valor antes da obra
48640	IVO FISTAROL	225,00m	6.525,00m²	R\$450.000,00
58815	IVANOR BOING	15,00m	397,50m²	R\$175.000,00
48623	IRIA PETRIS	15,00m	397,50m²	R\$135.000,00
57525	OSMAR HOBOLD	15,00m	397,50m²	R\$115.000,00
48607	IVO FISTAROL	15,00m	397,50m²	R\$55.000,00
48593	IVO FISTAROL	15,00m	397,50m²	R\$55.000,00
48585	IVO FISTAROL	15,00m	397,50m²	R\$55.000,00
48577	IVO FISTAROL	15,00m	397,50m²	R\$55.000,00
48569	VILMAR DOMINGOS FISTAROL	15,00m	397,50m²	R\$55.000,00
48550	LUIZ FISTAROL	15,00m	397,50m²	R\$55.000,00

48542	LUIZ FISTAROL	15,00m	397,50m ²	R\$55.000,00
48534	IVO FISTAROL	15,00m	397,50m ²	R\$55.000,00
60534	CHARLES MAIBERG	15,00m	397,50m ²	R\$220.000,00
20591	MARCIANO MENEGHELLI	15,00m	397,50m ²	R\$175.000,00
44466	EDISON DEGRACIA	16,00m	371,00m ²	R\$180.000,00
44482	VALDIR DE ALMEIDA	26,50m+ 16,00	424,00m ²	R\$170.000,00
59919	VLD PARTICIPAÇÕES LTDA	12,00m	3.081,03m ²	R\$550.000,00
20583	GABRIELLE OLGA SCHLUP	26,50m	936,12m ²	R\$350.000,00
44474	ILSON SCHERER	50,20m	939,99m ²	R\$250.000,00

AVALIAÇÃO ANTES DA OBRA RUA RIO PRESO

Publicação Nº 2594451

ATA DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS RUA RIO PRESO

Às dez horas do dia cinco do mês de agosto de dois mil e vinte, reuniram-se no auditório da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, localizada na Rua Santa Catarina, 2266, Centro, Município de Vitor Meireles, os senhores JAMES ADEMIR WIPPEL Corretor de Imóveis – CRECI nº 18158, JOICE BATISTA DA SILVA WATRAS Fiscal de Tributos, TAINÁ SILVA SÁ BRITO Engenheira Civil, CREA 171.211-1 integrantes da Comissão de Avaliação, nomeados pelo Decreto n.º 072/2020, para a avaliação da obra dos seguintes Imóveis;

Cadastro Imobiliário	Nome proprietário	Testada	Área imóvel	Valor antes da obra
45209	UNIÃO SUL BRASILEIRA DA IGREJA ADVENTISTA DO SETIMO DIA	14,90m	417,20m ²	R\$56.000,00
45195	UNIÃO SUL BRASILEIRA DA IGREJA ADVENTISTA DO SETIMO DIA	16,00m	445,43m	R\$58.000,00
58564	IVAN GRONER	15,00m	420,00m ²	R\$110.000,00
59641	JAIANE APARECIDA CARDOZO	15,00m	420,00m ²	R\$125.000,00
45233	RAFAEL DAROLT	15,00m	420,00m ²	R\$56.000,00
45241	ZENIR GUEDES DA SILVA	15,00m	417,20m ²	R\$125.000,00
62650	TUANY MOREIRA	16,00m+10,00	445,43m ²	R\$120.000,00
45411	ZETHAI PROJETOS E ASSESSORIA LTDA-ME	15,00m	417,20m ²	R\$56.000,00
59668	JOÃO ROBERTO BOING	15,00m	420,00m ²	R\$300.000,00
45438	JOÃO ROBERTO BOING	15,00m	417,20m ²	R\$56.000,00
45420	DEOMAR LACH	15,00m	420,00m ²	R\$56.000,00
45454	ALDOLINO MENEGHELLI	14,90m	417,20m ²	R\$56.000,00
45462	ROSABLU CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI	16,10m	445,44m	R\$57.000,00
45403	LENIR MORGENROTH	16,10m+12,00	445,43m	R\$60.000,00
45772	DEUMIRA FOSSA MOSER	15,00m	387,41m ²	R\$54.000,00
45764	SANDRO LUNELLI	15,00m	393,91m ²	R\$250.000,00

AVALIAÇÃO ANTES DA OBRA RUA YOLANDA MORETTI

Publicação Nº 2594454

ATA DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS RUA YOLANDA MORETTI

Às dez horas do dia cinco do mês de agosto de dois mil e vinte, reuniram-se no auditório da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, localizada na Rua Santa Catarina, 2266, Centro, Município de Vitor Meireles, os senhores JAMES ADEMIR WIPPEL Corretor de Imóveis – CRECI nº 18158, JOICE BATISTA DA SILVA WATRAS Fiscal de Tributos, TAINÁ SILVA SÁ BRITO Engenheira Civil, CREA 171.211-1 integrantes da Comissão de Avaliação, nomeados pelo Decreto n.º 072/2020, para a avaliação da obra dos seguintes Imóveis;

CADASTRO	NOME	TESTADA	ÁREA	VALOR ANTES DA OBRA
45730	VALMIR KOPP	17,00m	463,64m ²	R\$ 60.000,00
45748	HAROLDO WACHHOLZ	15,00m	406,90m ²	R\$ 56.000,00
45756	EVANDRO FRANCISCO JEREMIAS	15,00m	400,40m ²	R\$ 56.000,00
45268	JONAS BRUNNING	28,00m	445,43m ²	R\$ 59.000,00

AVISO DE LICITAÇÃO 006/2020 FMS

Publicação N° 2594684

Processo de Licitação 006/2020 FMS
Modalidade: Pregão 006/2020
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Modalidade: Pregão Eletrônico

O Município Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, para AQUISIÇÃO DE FRALDAS PARA USO NA SECRETARIA DE SAÚDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I.

Recebimento das propostas: até as 13 h e 30 min do dia 20/08/2020.

Início da Sessão: dia 20/08/2020 as 14 h e 15 min.

Em sessão pública, na mesma dirigida pelo pregoeiro designado, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital pelo site www.vitormeireles.sc.gov.br, informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 10 de agosto de 2020.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

Xanxerê

PREFEITURA

AVISO ABERTURA PROPOSTA TP Nº 0009/2020

Publicação Nº 2594509

AVISO DE ABERTURA DE PROPOSTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0123/2020 - TOMADA PREÇOS Nº 0009/2020

OBJETO: Contratação de Empresa de Engenharia para a Execução do letreiro EU AMO XANXERÊ, com letras em caixa ALTA, galvanizada, em ACM, com base de concreto, a ser construído no passo da entrada para a escultura do Milho, com frente para a BR 282, no Parque de Exposições Rovillo Bortoluzzi.

Decorrido o prazo estabelecido na ata de abertura dos documentos de habilitação do dia 30/07/2020 e não havendo recurso protocolado, convocamos a empresa habilitada LISIANE MARILEI SCHWANTES E CIA LTDA ME para participar da abertura do envelope nº 02 contendo a proposta Financeira da empresa, que se dará as 11:00 horas do dia 11 de agosto de 2020 na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Xanxerê.

Xanxerê-SC, 07 de agosto de 2020. Jucimar Bortoncello – Presidente da Comissão.

AVISO DE CHAMADA PUBLICA COM DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0035/2020

Publicação Nº 2594511

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0149/2020

CHAMADA PÚBLICA COM DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0035/2020

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ, Estado de Santa Catarina, torna público aos interessados que está realizando CHAMADA PÚBLICA para Aquisição de Gêneros Alimentícios (kit de merenda escolar) da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, conforme edital e seus anexos, destinado ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, em cumprimento do estabelecido pela Lei 11.947/2009, Resoluções FNDE nº 38/2009, nº 26/2013, nº 04/2015, nº 06/2020 e lei nº 13.987/2020. Os interessados deverão apresentar a documentação para habilitação e projeto de venda, até às 08:45 horas do dia 31 de agosto de 2020, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal, situada na Rua Dr. José de Miranda Ramos, 455, Centro, Xanxerê – SC e a abertura será realizada às 09:00h do mesmo dia. Retirada do Edital no site www.xanxere.sc.gov.br. Informações complementares através do telefone: (49) 3441-8542 ou no email licita@xanxere.sc.gov.br.

Xanxerê-SC, 07 de agosto de 2020. Avelino Menegolla- Prefeito Municipal de Xanxerê.

CONVOCAÇÃO SELETIVO 10/2020

Publicação Nº 2594838

TESTE SELETIVO Nº 10/2020

CONVOCAÇÃO

O Município de Xanxerê, vem por meio deste, realizar a convocação para o cargo em caráter efetivo, na ordem de chamada dos candidatos classificados nos termos do Edital 10/2020.

Local: Prefeitura Municipal de Xanxerê/SC, Departamento de Recursos Humanos, situada na Rua José de Miranda Ramos, nº 455, Centro, Xanxerê/SC.

Convocados: Candidato aprovado no Teste Seletivo 10/2020

Classificação	ÁREA	NOME	CPF
8º	Médico	Rafael Theis Stadnick	055.414.489-13
9º	Médico	Josieli Batista Rios	014.632.950-30

Os candidatos deverão comparecer na Prefeitura Municipal no Departamento de Recursos Humanos para apresentar a documentação no prazo de 10 (dez) dias corridos, e agendar a consulta admissional.

Após análise de documentação e aprovação no referido exame pré-admissional, os candidatos serão nomeados e tomarão posse no exercício do cargo.

Xanxerê, 07 de agosto de 2020.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 182/2020

Publicação Nº 2594843

DECRETO Nº 182/2020

AUTORIZA O RETORNO DAS ATIVIDADES DO TRANSPORTE INTERESTADUAL E DO TRANSPORTE POR FRETAMENTO, ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê/SC, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando o Decreto Legislativo nº 18.332/2020, de 20 de março de 2020, que declara estado de calamidade pública em Santa Catarina, para fins do disposto no artigo 65 da Lei Complementar nº 101 de 2000;

Considerando o Decreto nº 562, de 17 de abril de 2020, do Governador do Estado de Santa Catarina que declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 – doenças infecciosas virais, para fins de enfrentamento à COVID-19, e estabelece outras providências;

Considerando o Decreto nº 630, de 1º de junho de 2020, do Governador do Estado de Santa Catarina, que altera o Decreto nº 562, de 2020, que declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 – doenças infecciosas virais, para fins de enfrentamento à COVID-19, e estabelece outras providências;

Considerando o Decreto nº 762, de 31 de julho de 2020, do Governador do Estado de Santa Catarina, que suspendeu a circulação de transporte coletivo urbano municipal e intermunicipal de passageiros até o dia 09 de agosto de 2020 na região de saúde de Xanxerê;

Considerando a Portaria SIE nº 529, de 03 de agosto de 2020, do Secretário de Estado da Infraestrutura e Mobilidade de Santa Catarina, que autoriza o retorno das atividades das empresas de transporte rodoviário intermunicipal e interestadual, que possuam características rodoviárias, e os de transporte por fretamento que estejam autorizadas a operar;

Considerando a manifestação favorável da Comissão de Resposta ao Coronavírus nomeada pelo Decreto Municipal n. 069, de 23 de março de 2020;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado a partir do dia 10 de agosto de 2020 o retorno das atividades das empresas de transporte rodoviário interestadual, que possuam características rodoviárias, e os de transporte por fretamento que estejam autorizadas a operar.

Parágrafo único - Cabe às empresas transportadoras adequarem as linhas autorizadas, considerando as definições da autoridade sanitária local.

Art. 2º No retorno das atividades do transporte rodoviário interestadual, com características rodoviárias, e do transporte por fretamento, as empresas transportadoras devem adotar as medidas elencadas no artigo 2º da Portaria SIE nº 529, de 03 de agosto de 2020, do Secretário de Estado da Infraestrutura e Mobilidade de Santa Catarina.

Art. 3º A autorização prevista neste Decreto poderá ser revogada a qualquer tempo diante da evolução da pandemia e seu impacto na rede de atenção à saúde.

Art. 4º O não cumprimento do regramento disposto no artigo 2º da Portaria SIE nº 529, de 03 de agosto de 2020, do Secretário de Estado da Infraestrutura e Mobilidade de Santa Catarina, implicará em abertura de processo administrativo sanitário nos termos da Lei municipal nº 2008/1993 e Decreto nº 355/2019.

Art. 5º Fica suspensa, até nova avaliação, a circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal e o transporte intermunicipal de passageiros.

Art. 6º Ficam revogados os incisos I e II, do artigo 3º do decreto nº 143/2020.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê, 07 de agosto de 2020.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO A ATA RP Nº 0054/2020

Publicação Nº 2594557

Extrato 1º Aditivo Ata de Registro de Preços nº 0054/2020

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Detentor da Ata: CASA DE CARNES ALEMÃO LTDA EPP

Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Refeições e Gêneros Alimentícios para o Corpo de Bombeiros de Xanxerê-SC.

Fica aditado o percentual de 25% na quantidade dos Itens nº 31, 32, 33, 34 e 37, do Pregão de Registro de Preços nº 0024/2019, de acordo com o Parecer do Comitê Gestor da Prefeitura nº 408/2020, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	Quant. a Aditar (25%)	Valor Unt. R\$	Valor Total R\$
31	Carne Bovina, de coxão mole cortado em bifes	48 kg	31,80	1.526,40
32	Filé de Peito de Frango	48 kg	14,90	715,20
33	Presunto suíno cozido e fatiado (pcte de 300gr)	60 und	6,20	372,00
34	Queijo Prato Fatiado (pcte de 300gr)	60 und	5,90	354,00

37	Hambúrguer de carne bovina	75 cx	15,12	1.134,00
	TOTAL:			4.101,60

Xanxerê-SC, 06 de agosto de 2020. Avelino Menegolla - Prefeito Municipal.

EXTRATO ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0019/2020

Publicação Nº 2597053

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0118/2020

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Detentor da Ata: ALCEMIR FRANCISCO NADALETI EIRELI ME

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Materiais elétricos, materiais de pinturas, itens de ferragens e outros, destinados para atender as demandas de diversos setores da Prefeitura Municipal de Xanxerê, na quantidade estimada constante do ANEXO I.

Valor total: R\$ 208.900,00

Vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 05 de agosto de 2020. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0119/2020

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Detentor da Ata: QUIMICASOL EIRELI EPP

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Materiais elétricos, materiais de pinturas, itens de ferragens e outros, destinados para atender as demandas de diversos setores da Prefeitura Municipal de Xanxerê, na quantidade estimada constante do ANEXO I.

Valor total: R\$ 42.340,00

Vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 05 de agosto de 2020. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0120/2020

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Detentor da Ata: MAURICIO TOZZO FROZZA ME

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Materiais elétricos, materiais de pinturas, itens de ferragens e outros, destinados para atender as demandas de diversos setores da Prefeitura Municipal de Xanxerê, na quantidade estimada constante do ANEXO I.

Valor total: R\$ 26.200,00

Vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 05 de agosto de 2020. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0121/2020

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Detentor da Ata: ESTAMPA METÁLICA COM. DE FERR. E ART. DE DECORAÇÕES LTDA ME

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Materiais elétricos, materiais de pinturas, itens de ferragens e outros, destinados para atender as demandas de diversos setores da Prefeitura Municipal de Xanxerê, na quantidade estimada constante do ANEXO I.

Valor total: R\$ 10.125,00

Vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 05 de agosto de 2020. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0110/2020

Publicação Nº 2594815

Extrato de Contrato nº 0110/2020

Contratante: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, através do Fundo Municipal de Saúde.

Contratado: LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS CATAPAN LTDA.

Objeto: Contratação de Prestadores Serviços de Saúde, para coleta, realização e distribuição de Exames Laboratoriais, constantes na tabela SIGTAP, para atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde do Município de Xanxerê, com a Dra. Simone Catapan da Rocha, CRF nº 5689, de acordo com a Cláusula Segunda do presente.

Procedimentos/Especificações	Quant.	Valor Unitário SUS	Valor Contrapartida	Valor Total Estimado Mensal R\$
Exames laboratoriais - Todos os procedimentos constantes do Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos – SIGTAP / SUS	Demanda da Rede	Tabela Sigtap - SUS	R\$ 0,00	R\$ 85.000,00

Prazo de vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 31 de julho de 2020. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0111/2020

Publicação Nº 2594835

Extrato de Contrato nº 0111/2020

Contratante: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, através do Fundo Municipal de Saúde.

Contratado: LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS CATAPAN LTDA.

Objeto: Credenciamento de Prestadores Serviços de Saúde, para de serviços de Coleta e Realização Exame para o COVID-19, pelo método de Pesquisa de Antígeno por Imunocromatografia, para atendimento aos pacientes do Município de Xanxerê-SC, com a Dra. Simone Catapan da Rocha, CRF nº 5689, de acordo com a Cláusula Segunda do presente.

Procedimentos/Especificações	Quant.	Valor Referência	Valor Total Estimado Mês
Exame para COVID-19, pelo método de pesquisa de antígeno por imunocromatografia	Até 500/mês	R\$ 206,00	R\$ 103.000,00

Prazo de vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 04 de agosto de 2020. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

Xavantina

PREFEITURA

ATA 053/2020 CONCRETOS BASSO LTDA

Publicação Nº 2596569

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 053/2020 PMXV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/2020 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 028/2020 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ENOIR FAZOLO e a empresa CONCRETOS BASSO LTDA, inscrita no CNPJ nº 05.893.163/0001-64, nesta Ata representada pelo seu Sócio Administrador, Sr. THAGOR CESAR BASSO, portador do CPF nº 002.272.450-83, nos termos das Leis nº 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 028/2020 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A Ata tem por objeto o Registro de preço para possível aquisição de Tubos de Concreto, para uso em obras e estradas do Município de Xavantina, conforme especificações abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	600,00	UN	TUBO DE CONCRETO, MEDINDO 30CM X 1 METRO.	Basso	32,20	19.320,00

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 028/2020 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica designado o fiscal desta Ata de Registro de Preços o servidor Eugênio Frana.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 06 de agosto de 2020.

MUNICÍPIO DE XAVANTINA
ENOIR FAZOLO – Prefeito

EMPRESA DETENTORA DA ATA
CONCRETOS BASSO LTDA
THAGOR CESAR BASSO - Representante

EUGÊNIO FRANA
Fiscal da Ata

ATA 054/2020 ELISAN REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA

Publicação Nº 2596570

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 054/2020 PMXV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/2020 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 028/2020 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ENOIR FAZOLO e a empresa ELISAN REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ nº 28.595.398/0001-75, nesta Ata representada pelo seu Procurador, Sr. ELISEU MARCELO NADALETI, portador do CPF nº 058.367.289-25, nos termos das Leis nº 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 028/2020 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A Ata tem por objeto o Registro de preço para possível aquisição de Tubos de Concreto, para uso em obras e estradas do Município de Xavantina, conforme especificações abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
2	1.000,00	UN	TUBO DE CONCRETO, MEDINDO 40CM X 1 METRO.	iputubos	40,80	40.800,00
6	100,00	UN	TUBO DE CONCRETO, MEDINDO 1,5 METROS X 1 METRO, COM MALHA DE FERRO.	iputubos	515,00	51.500,00
TOTAL						92.300,00

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 028/2020 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica designado o fiscal desta Ata de Registro de Preços o servidor Eugênio Frana.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 06 de agosto de 2020.

MUNICÍPIO DE XAVANTIVA

ENOIR FAZOLO – Prefeito

EMPRESA DETENTORA DA ATA

ELISAN REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA

ELISEU MARCELO NADALETI - Representante

EUGÊNIO FRANA

Fiscal da Ata

ATA 055/2020 EVANGELISTA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA

Publicação Nº 2596571

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 055/2020 PMXV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/2020 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 028/2020 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ENOIR FAZOLO e a empresa EVANGELISTA ARREFATOS DE COMENTO LTDA, inscrita no CNPJ nº 80.119.514/0001-08, nesta Ata representada pelo seu Sócio Administrador, Sr. ILSON EVANGELISTA, portador do CPF nº 497.402.029-34, nos termos das Leis nº 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 028/2020 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A Ata tem por objeto o Registro de preço para possível aquisição de Tubos de Concreto, para uso em obras e estradas do Município de Xavantina, conforme especificações abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
3	1.000,00	UN	TUBO DE CONCRETO, MEDINDO 60CM X 1 METRO.	EVANGELISTA	67,45	67.450,00

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 028/2020 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica designado o fiscal desta Ata de Registro de Preços o servidor Eugênio Frana.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 06 de agosto de 2020.

MUNICÍPIO DE XAVANTIVA
ENOIR FAZOLO – Prefeito

EMPRESA DETENTORA DA ATA
EVANGELISTA ARREFATOS DE COMENTO LTDA
ILSON EVANGELISTA - Representante

EUGÊNIO FRANA
Fiscal da Ata

ATA 056/2020 GROSS ARTEFATOS E PAVIMENTAÇÃO EIRELI

Publicação Nº 2596572

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 056/2020 PMXV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/2020 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 028/2020 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ENOIR FAZOLO e a empresa GROSS ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI, inscrita no CNPJ nº 35.551.942/0001-42, nesta Ata representada pelo seu Procurador, Sr. THIAGO FOLLE SIRENA, portador do CPF nº 074.775.579-50, nos termos das Leis nº 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 028/2020 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A Ata tem por objeto o Registro de preço para possível aquisição de Tubos de Concreto, para uso em obras e estradas do Município de Xavantina, conforme especificações abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
4	400,00	UN	TUBO DE CONCRETO, MEDINDO 80 CM X 1 METRO, COM MALHA DE FERRO.	gross	169,00	67.600,00
5	400,00	UN	TUBO DE CONCRETO, MEDINDO 100 CM X 1 METRO, COM MALHA DE FERRO.	gross	265,00	106.000,00
7	100,00	UN	TUBO DE CONCRETO, MEDINDO 2 METROS X 1 METRO, COM MALHA DE FERRO.	gross	1.060,00	106.000,00
TOTAL						279.600,00

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 028/2020 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica designado o fiscal desta Ata de Registro de Preços o servidor Eugênio Frana.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 06 de agosto de 2020.

MUNICÍPIO DE XAVANTIVA
ENOIR FAZOLO – Prefeito

EMPRESA DETENTORA DA ATA
GROSS ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI
THIAGO FOLLE SIRENA - Representante

EUGÊNIO FRANA
Fiscal da Ata

ATA 057/2020 GROSELLI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

Publicação Nº 2596577

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 057/2020 PMXV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/2020 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 031/2020 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ENOIR FAZOLO e a empresa GROSELLI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ nº 81.291.163/0001-72, nesta Ata representada pelo seu Sócio Administrador, Sr. ADEMIR ANTÔNIO GROSELLI, portador do CPF nº 649.367.409-34, nos termos das Leis nº 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 031/2020 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A Ata tem por objeto o registro de preço para a possível aquisição de materiais de construção e correlatos, para atender as necessidades do Município de Xavantina-SC, incluindo Fundo Municipal de Saúde de Xavantina-SC, conforme especificações abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
4	50,00	SC	CAL PARA PINTURA. SACO DE 8 KG	HYDRA	10,60	530,00
5	10,00	RL	ARAME DE AÇO GALVANIZADO, Nº 14. ROLO DE 1 KG.	GERDAU	14,63	146,30
6	10,00	RL	ARAME DE AÇO GALVANIZADO, Nº 16. ROLO DE 1 KG.	GERDAU	14,63	146,30
7	10,00	RL	ARAME DE AÇO GALVANIZADO, Nº 18. ROLO DE 1 KG.	GERDAU	14,63	146,30
8	200,00	BR	ARMADURA - 4,2MM CA-60. BARRA DE 12 METROS.	GERDAU	8,47	1.694,00
9	200,00	BR	ARMADURA - 8 MM (5/16") CA-50. BARRA DE 12 METROS.	GERDAU	27,90	5.580,00
10	100,00	BR	ARMADURA - 10MM (3/8") CA-50 BARRA DE 12 METROS.	GERDAU	39,75	3.975,00
11	50,00	PCT	PREGO 10X10, COM CABEÇA. PACOTE DE 1 KG.	GERDAU	14,45	722,50
12	50,00	PCT	PREGO 15X15, COM CABEÇA. PACOTE DE 1 KG.	GERDAU	9,96	498,00
13	50,00	PCT	PREGO 17x21, COM CABEÇA. PACOTE DE 1 KG.	GERDAU	9,96	498,00
14	60,00	PCT	PREGO 17x27, COM CABEÇA. PACOTE DE 1 KG.	GERDAU	11,46	687,60
15	50,00	PCT	PREGO 18x24, COM CABEÇA. PACOTE DE 1 KG.	GERDAU	9,96	498,00
16	50,00	PCT	PREGO 18x30, COM CABEÇA. PACOTE DE 1 KG.	GERDAU	10,95	547,50
17	50,00	PCT	PREGO 18x36, COM CABEÇA. PACOTE DE 1 KG.	GERDAU	10,95	547,50
18	50,00	PCT	PREGO 19x36, COM CABEÇA. PACOTE DE 1 KG.	GERDAU	11,96	598,00
19	50,00	PCT	PREGO 22x48, COM CABEÇA. PACOTE DE 1 KG.	GERDAU	11,96	598,00
20	100,00	PCT	PREGO 25x72, COM CABEÇA. PACOTE DE 1 KG.	GERDAU	14,95	1.495,00
21	100,00	PCT	PREGO 26x84, COM CABEÇA. PACOTE DE 1 KG.	GERDAU	14,95	1.495,00
24	50,00	LT	ADITIVO PLASTIFICANTE PARA ARGAMASSA	BRASILIMP	5,96	298,00
25	100,00	SC	ARGAMASSA COLANTE AC-I. SACO DE 20 KG	QUARTZOLIT	10,83	1.083,00
26	100,00	SC	ARGAMASSA COLANTE AC-III. CASO DE 20 KG	QUARTZOLIT	32,77	3.277,00
27	200,00	SC	REJUNTE COLORIDO. SACO DE 1 KG.	QUARTZOLIT	4,97	994,00
28	200,00	M2	PISO CERÂMICO ESMALTADO, CLASSE A, PEI-IV, ANTIDERRAPANTE, PEÇAS QUADRADAS, COM DIMENSÕES MÍNIMAS DE 30X30CM ATÉ 50X50CM, COR E TONALIDADE A DEFINIR CONFORME AMBIENTE	CEJATEL	14,90	2.980,00
29	100,00	M2	PISO CERÂMICO ESMALTADO, CLASSE A, PEI-V, ANTIDERRAPANTE, PEÇAS QUADRADAS, COM DIMENSÕES MÍNIMAS DE 30X30CM ATÉ 50X50CM, COR E TONALIDADE A DEFINIR CONFORME AMBIENTE	CEJATEL	15,90	1.590,00
30	100,00	M2	AZULEJO CERÂMICO ESMALTADO, PARA PAREDE, PEÇAS RETANGULARES, COM LARGURA MÍNIMA DE 20 À 25CM E ALTURA DE 50 À 60CM, COR E TONALIDADE A DEFINIR CFE AMBIENTE	VIVENCE	18,90	1.890,00
31	30,00	PCT	ESPAÇADOR PLÁSTICO P/ PISO CERÂMICO 1 À 5MM. PACOTE COM 10 PEÇAS.	NIVELA PISO	4,97	149,10
32	200,00	M2	FORRO PVC, FRISADO, BRANCO, RÉGUA 10CM, E=8 À 10MM	VERSATI	14,83	2.966,00
33	300,00	M	RODAFORRO RÍGIDO PVC, BRANCO	PLASBIL	4,98	1.494,00
34	200,00	FO	TELHA ONDULADA FIBROCIMENTO 6MM - 1,10X1,53M	BRASILIT	34,00	6.800,00
35	200,00	FO	TELHA ONDULADA FIBROCIMENTO 6MM - 1,10X1,83M	BRASILIT	41,60	8.320,00
36	200,00	FO	TELHA ONDULADA FIBROCIMENTO 6MM - 1,10X2,13M	BRASILIT	4,60	920,00

37	200,00	FO	TELHA ONDULADA FIBROCIMENTO 6MM - 1,10X2,44M	BRASILIT	48,30	9.660,00
38	1.500,00	UN	PARAFUSO P/ TELHA 6MM, 5/16"X110MM, INCLUI ARRUELAS METÁLICA E PLÁSTICA, ACABAMENTO ZINCADO	BRASILIT	1,00	1.500,00
39	250,00	UN	CUMEEIRA FIBROCIMENTO ONDULADA, LARGURA 1,10M, 6MM	BRASILIT	37,00	9.250,00
43	10,00	UN	JANELA BASCULANTE DE FERRO, SEM VIDRO, DE 40X60CM	METAL NORTE	49,65	496,50
44	15,00	UN	PORTA DE FERRO, VENEZIANA, DE ABRIR, 1 FOLHA, COM KIT, MAÇANETA, DE 80X210CM	METAL NORTE	327,36	4.910,40
45	20,00	UN	FECHADURA PADRÃO SIMPLES, DE CILINDRO, COM CHAVE, MAÇANETA DE ALAVANCA, C/ ACABAMENTO INOX, PARA PORTA DE MADEIRA	SOPRANO	49,65	993,00
46	100,00	PCT	ABRAÇADEIRA FLEXÍVEL EM NYLON, NA COR BRANCA OU PRETA, 2,5X100MM. PACOTE COM 100 UNIDADES.	G-20	9,50	950,00
47	100,00	PCT	ABRAÇADEIRA FLEXÍVEL EM NYLON, NA COR BRANCA OU PRETA, 3,6X150MM. PACOTE COM 100 UNIDADES.	G-20	15,00	1.500,00
48	100,00	PCT	ABRAÇADEIRA FLEXÍVEL EM NYLON, NA COR BRANCA OU PRETA, 3,5X200MM. PACOTE COM 100 UNIDADES.	G-20	16,90	1.690,00
49	100,00	PCT	ABRAÇADEIRA FLEXÍVEL EM NYLON, NA COR BRANCA OU PRETA, 4,8X283MM. PACOTE COM 100 UNIDADES.	G-20	35,00	3.500,00
50	20,00	RL	FITA ZEBRADA PARA DEMARCAÇÃO, FITA PLÁSTICA COLORIDA EM POLIETILENO COM LISTRAS AMARELAS E PRETAS INTERCALADAS, NÃO ADESIVA, ESPESSURA DE 70MM. ROLO COM 200 METROS.	UNIFORTE	15,90	318,00
51	100,00	M	MANGUEIRA DE NÍVEL CRISTAL, TRANSPARENTE, EM PVC, FLEXÍVEL, SIMPLES, DIÂMETRO DE 5/16", ESPESURA PAREDE MÍNIMA DE 0,8MM	UNIFORTE	1,50	150,00
52	50,00	UN	LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA DE LED, LUZ BRANCA, 30 LEDS, POTÊNCIA MÍNIMA DE 2W, BATERIA CARREGÁVEL.	ELGIN	25,81	1.290,50
53	15,00	UN	LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA, TIPO BLOCO AUTÔNOMO RECARREGÁVEL, COM AUTONOMIA MÍNIMA DE 2 HORAS, COMPÕE 2 PROJETORES, COM 2 LÂMPADAS HALÓGENAS DE 55W CADA, TIPO FAROLETE	ELGIN	318,85	4.782,75
54	50,00	UN	LUMINÁRIA DE SINALIZAÇÃO TIPO PLACA DE SAÍDA EMERGÊNCIA, EM ACRÍLICO, LED, AUTONOMIA MÍNIMA DE 2 HORAS, COM ACESSÓRIOS DE FIXAÇÃO	SEGURIMAX	99,54	4.977,00
55	30,00	M	TUBO COBRE 3/8" PARA GLP	ROCO	29,90	897,00
56	20,00	UN	FLANGE DE COBRE PARA GÁS 5/8" UNF X TC 3/8"	ROCO	15,00	300,00
57	20,00	UN	TERMINAL DE COBRE PARA GÁS, 5/8" UNF (E) - TC 3/8" X TM 3/8"	ROCO	10,00	200,00
58	20,00	UN	TÊ DE COBRE PARA ADAPTAR EM MANGUEIRA DE GÁS GLP	ROCO	27,00	540,00
59	20,00	UN	REGISTRO DE CORTE/BLOQUEIO COM ALAVANCA, PARA GÁS, UNF 5/8" X TM 3/8" - COBRE	ROCO	51,90	1.038,00
60	20,00	UN	REGULADOR DE SAÍDA DE GÁS EM BOTTÕES DE ATÉ 13 kg, SEM MANÔMETRO, DE USO DOMÉSTICO	ROCO	40,90	818,00
61	20,00	UN	REGISTRO DE CORTE PVC, P/ ACOPLAR EM MANGUEIRA GLP	ROCO	30,00	600,00
62	20,00	UN	MANGUEIRA PARA GLP (GÁS), USO DOMÉSTICO, C/ REGULADOR, ALTA PRESSÃO, DE BORRACHA NITRILICA, MALHA DE NYLON 49", PRESSÃO DE OPERAÇÃO DE 2,80 LBS/2", DIÂMETRO INTERNO, --3/8", ATENDE A NBR 8613, POSSUI SELO DE SEGURANÇA, INMETRO, INCLUI 2 ABRAÇADEIRAS, COMP. APROX. 1,25M	ROCO	32,90	658,00
63	50,00	UN	GRADE DE VENTILAÇÃO REDONDA, DE PLÁSTICO, COM ENCAIXE PARA DUTO DE --200MM	DRISTRIOESTE	26,00	1.300,00
64	20,00	UN	ABRAÇADEIRA C/ BORBOLETA 9MM (ESPESSURA CINTA) 12-16MM	INCA	3,25	65,00
65	20,00	UN	ABRAÇADEIRA TIPO "U" DE 1/2", INCLUI BUCHA E PARAFUSO FIX.	INCA	2,99	59,80

75	100,00	BR	TRELIÇA DE FERRO, EM AÇO NERVURADO, CA-60, TR 8644, ALTURA DE 8CM, BANZO SUPERIOR DE 6,0MM, DIAGONAL 4,2MM E BANZO INFERIOR DE 4,2MM (6,0X4,2X4,2) PESO LINEAR DE 0,735KG/M, COMPRIMENTO DA TRELIÇA DE 12,00M.	GERDAU	65,76	6.576,00
76	100,00	BR	TRELIÇA DE FERRO, EM AÇO NERVURADO, CA-60, TR12645, ALTURA DE 12CM, BANZO SUPERIOR DE 6,0MM, DIAGONAL 4,2MM E BANZO INFERIOR DE 5,0MM (6,0X4,2X5,0) PESO LINEAR DE 0,866KG/M, COMPRIMENTO DA TRELIÇA DE 12,00M.	GERDAU	82,69	8.269,00
77	50,00	PCT	PREGO 17x27, COM CABEÇA DUPLA. PACOTE DE 1 KG.	GERDAU	14,95	747,50
78	50,00	PCT	PREGO 18x27, COM CABEÇA DUPLA. PACOTE DE 1 KG.	GERDAU	14,95	747,50
81	50,00	RL	ARAME 18 RECOZIDO LISO ROLO DE 1KG.	GERDAU	14,94	747,00
TO-TAL						122.695,05

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 031/2020 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica designado o fiscal desta Ata de Registro de Preços o servidor Eugênio Frana.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 07 de agosto de 2020.

MUNICÍPIO DE XAVANTIVA
ENOIR FAZOLO – Prefeito

EMPRESA DETENTORA DA ATA
GROSELLI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
ADEMIR ANTÔNIO GROSELLI - Representante

EUGÊNIO FRANA
Fiscal da Ata

ATA 058/2020 ELISAN REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA

Publicação Nº 2596578

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 058/2020 PMXV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/2020 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 031/2020 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ENOIR FAZOLO e a empresa ELISAN REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ nº 81.291.163/0001-72, nesta Ata representada pelo seu Procurador, Sr. ELISEU MARCELO NADALETI, portador do CPF nº 058.367.289-25, nos termos das Leis nº 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de

Preços nº 031/2020 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A Ata tem por objeto o registro de preço para a possível aquisição de materiais de construção e correlatos, para atender as necessidades do Município de Xavantina-SC, incluindo Fundo Municipal de Saúde de Xavantina-SC, conforme especificações abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
40	50,00	M	MANTA ASFÁLTICA AUTOADESIVA, ALUMINIZADA, PARA VEDAÇÃO DE TELHADOS DE FIBROCIMENTO, LARGURA DE 10CM	multilit	5,00	250,00
41	50,00	M	MANTA ASFÁLTICA AUTOADESIVA, ALUMINIZADA, PARA VEDAÇÃO DE TELHADOS DE FIBROCIMENTO, LARGURA DE 20CM	multilit	8,00	400,00
42	50,00	M	MANTA ASFÁLTICA AUTOADESIVA, ALUMINIZADA, PARA VEDAÇÃO DE TELHADOS DE FIBROCIMENTO, LARGURA DE 50CM	multilit	14,00	700,00
66	800,00	M2	PAVER NA COR CINZA, E=6CM. BLOCO/PISO INTERTRAVADO DE CONCRETO, COR NATURAL, FORMATO RETANGULAR, COM DIMENSÕES DE 10X20CM (LARGURA X COMPRIMENTO), ESPESSURA DE 6CM, RESISTÊNCIA DE 35 MPA (NBR 9781).	mm	61,06	48.848,00
67	400,00	M2	PAVER NA COR CINZA, E=8CM. BLOCO/PISO INTERTRAVADO DE CONCRETO, COR NATURAL, FORMATO RETANGULAR, COM DIMENSÕES DE 10X20CM (LARGURA X COMPRIMENTO), ESPESSURA DE 8CM, RESISTÊNCIA DE 35 MPA (NBR 9781).	mm	49,43	19.772,00
68	150,00	M2	PAVER NA COR CINZA, E=10CM. BLOCO/PISO INTERTRAVADO DE CONCRETO, COR NATURAL, FORMATO RETANGULAR, COM DIMENSÕES DE 10X20CM (LARGURA X COMPRIMENTO), ESPESSURA DE 10CM, RESISTÊNCIA DE 35 MPA (NBR 9781).	mm	58,15	8.722,50
69	100,00	M2	PAVER TÁTIL DIRECIONAL, NA COR VERMELHA, E=6CM. BLOCO/PISO INTERTRAVADO DE CONCRETO, COR NATURAL, FORMATO RETANGULAR, DO TIPO TÁTIL DIRECIONAL, COM DIMENSÕES DE 10X20CM (LARGURA X COMPRIMENTO), ESPESSURA DE 6CM, RESISTÊNCIA DE 35 MPA (NBR 9781).	mm	53,31	5.331,00
70	75,00	M2	PAVER TÁTIL DIRECIONAL, NA COR VERMELHA, E=8CM. BLOCO/PISO INTERTRAVADO DE CONCRETO, COR NATURAL, FORMATO RETANGULAR, DO TIPO TÁTIL DIRECIONAL, COM DIMENSÕES DE 10X20CM (LARGURA X COMPRIMENTO), ESPESSURA DE 8CM, RESISTÊNCIA DE 35 MPA (NBR 9781).	mm	63,00	4.725,00
71	50,00	M2	PAVER TÁTIL DIRECIONAL, NA COR VERMELHA, E=10CM. BLOCO/PISO INTERTRAVADO DE CONCRETO, COR NATURAL, FORMATO RETANGULAR, DO TIPO TÁTIL DIRECIONAL, COM DIMENSÕES DE 10X20CM (LARGURA X COMPRIMENTO), ESPESSURA DE 10CM, RESISTÊNCIA DE 35 MPA (NBR 9781).	mm	72,69	3.634,50
72	100,00	M2	PAVER TÁTIL ALERTA, NA COR VERMELHA, E=6CM. BLOCO/PISO INTERTRAVADO DE CONCRETO, COR NATURAL, FORMATO RETANGULAR, DO TIPO TÁTIL ALERTA, COM DIMENSÕES DE 10X20CM (LARGURA X COMPRIMENTO), ESPESSURA DE 6CM, RESISTÊNCIA DE 35 MPA (NBR 9781).	mm	53,31	5.331,00
73	75,00	M2	PAVER TÁTIL ALERTA, NA COR VERMELHA, E=8CM. BLOCO/PISO INTERTRAVADO DE CONCRETO, COR NATURAL, FORMATO RETANGULAR, DO TIPO TÁTIL ALERTA, COM DIMENSÕES DE 10X20CM (LARGURA X COMPRIMENTO), ESPESSURA DE 8CM, RESISTÊNCIA DE 35 MPA (NBR 9781).	mm	62,03	4.652,25

74	50,00	M2	PAVER TÁTIL ALERTA, NA COR VERMELHA, E=10CM. BLOCO/PISO INTERTRAVADO DE CONCRETO, COR NATURAL, FORMATO RETANGULAR, DO TIPO TÁTIL ALERTA, COM DIMENSÕES DE 10X20CM (LARGURA X COMPRIMENTO), ESPESSURA DE 10CM, RESISTÊNCIA DE 35 MPA (NBR 9781).	mm	71,72	3.586,00
TOTAL						105.952,25

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 031/2020 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica designado o fiscal desta Ata de Registro de Preços o servidor Eugênio Frana.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 07 de agosto de 2020.

MUNICÍPIO DE XAVANTIVA
ENOIR FAZOLO – Prefeito

EMPRESA DETENTORA DA ATA
ELISAN REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA
ELISEU MARCELO NADALETI - Representante

EUGÊNIO FRANA
Fiscal da Ata

ATA 059/2020 FERNANDO CLEBER LUSSE

Publicação Nº 2596579

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 059/2020 PMXV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/2020 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 031/2020 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ENOIR FAZOLO e a empresa FERNANDO CLEBER LUSSE, inscrita no CNPJ nº 26.729.435/0001-65, nesta Ata representada pelo seu Proprietário, Sr. FERNANDO CLEBER LUSSE, portador do CPF nº 032.565.489-11, nos termos das Leis nº 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 031/2020 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A Ata tem por objeto o registro de preço para a possível aquisição de materiais de construção e correlatos, para atender as necessidades do Município de Xavantina-SC, incluindo Fundo Municipal de Saúde de Xavantina-SC, conforme especificações abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	400,00	SC	CIMENTO CP II. SACO DE 50 KG	CAUE	27,75	11.100,00
2	150,00	M3	AREIA MÉDIA.	GR	148,85	22.327,50
3	150,00	M3	AREIA FINA	GR	149,82	22.473,00
22	5.000,00	UN	TIJOLO CERÂMICO 6 FUIROS - 9X14X24CM	KITIJOLO	0,43	2.150,00
23	1.800,00	UN	TIJOLO CERÂMICO 9 FUIROS - 14X19X29CM	KITIJOLO	0,92	1.656,00
79	1.000,00	UN	TIJOLO REFRAATÁRIO MACIÇO DE 5X10X20CM (DIMENSÕES MÍNIMAS).	KITIJOLO	5,50	5.500,00
80	1.000,00	UN	TIJOLO REFRAATÁRIO FURADO (MÍNIMO DE 15 FUIROS) DE 5X10X20CM (DIMENSÕES MÍNIMAS).	KITIJOLO	3,39	3.390,00
TOTAL						68.596,50

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 031/2020 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica designado o fiscal desta Ata de Registro de Preços o servidor Eugênio Frana.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 07 de agosto de 2020.

MUNICÍPIO DE XAVANTINA
ENOIR FAZOLO – Prefeito

EMPRESA DETENTORA DA ATA
FERNANDO CLEBER LUSSI
FERNANDO CLEBER LUSSI - Representante

EUGÊNIO FRANA
Fiscal da Ata

ATA 060/2020 CAMPESTRE VET COMÉRCIO DE PRODUTOS VETERINÁRIOS LTDA

Publicação Nº 2596580

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 060/2020 PMXV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/2020 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 027/2020 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ENOIR FAZOLO e a empresa CAMPESTRE VET COMÉRCIO DE PRODUTOS VETERINÁRIOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 11.231.365/0001-20, nesta Ata representada pelo seu Sócio, Sr. JEAN RODRIGO FURLAN, portador do CPF nº 015.045.209-80, nos termos das Leis nº 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 027/2020 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A Ata tem por objeto o registro de preços para possível aquisição de materiais genéticos e de uso veterinário para inseminação artificial em bovinos, conforme especificações abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
8	500,00	UN	SÊMEN DE TOURO DA RAÇA RED ANGUS PROVADO PELOS SUMARIO AMERICAN ANGUS ASSOCIATION NÃO INFERIOR 2020, QUE CONTENHA AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: PESO A DESMAMA DEP (P 205D) > OU = A 60LBS, PESO AO ANO DEP (P365D) > OU = A 90 LBS ; PESO NASCER (PN) DEP < OU = A -3,00; HABILIDADE MATERNA DEP (HM) > OU = A 15.	Genex-marksman	15,90	7.950,00
10	500,00	UN	SÊMEN DE TOURO DA RAÇA SIMENTAL PROVADO EM SEU PAIS ORIGEM, NÃO INFERIOR A JUNHO 2019, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: PESO A DESMAMA (DEPP205D)> OU = 60 LBS; PESO AO NASCER (DEPPN) < OU = 3.00; PESO AO ANO (DEP365D) > OU = 90 LBS; HABILIDADE MATERNA(HM) > OU = A 30,0.	genex-Elevate	14,40	7.200,00
TOTAL						15.150,00

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 027/2020 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica designado o fiscal desta Ata de Registro de Preços o servidor Jaime Masiero.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 07 de agosto de 2020.

MUNICÍPIO DE XAVANTINA
ENOIR FAZOLO – Prefeito

EMPRESA DETENTORA DA ATA
CAMPESTRE VET COMÉRCIO DE PRODUTOS VETERINÁRIOS LTDA
JEAN RODRIGO FURLAN - Representante

JAIME MASIERO - Fiscal da Ata

ATA 061/2020 ELISAN REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA

Publicação Nº 2596581

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 061/2020 PMXV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/2020 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 027/2020 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ENOIR FAZOLO e a empresa ELISAN REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ nº 28.595.398/0001-75, nesta Ata representada pelo seu Sócio, Sr. MAURICIO ANDOLFATTO, portador do CPF nº 069.780.499-21, nos termos das Leis nº 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 027/2020 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A Ata tem por objeto o registro de preços para possível aquisição de materiais genéticos e de uso veterinário para inseminação artificial em bovinos, conforme especificações abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
3	500,00	UN	SÊMEN DE TOURO DA RAÇA HOLANDESA, COM PROVAS AMERICANA (CDCB) OU CONVERTIDAS PELO DAIRY BULLS PARA O SISTEMA AMERICANO NA BASE, NÃO INFERIOR A ABRIL 2020, COM CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS; TPI MAIOR OU IGUAL A 2300; COMPOSTO DE ÚBERE MAIOR OU IGUAL A 1; TIPO MAIOR OU IGUAL A 1; COMPOSTO DE PERNAS E PÉS MAIOR OU IGUAL A 0.50; FACILIDADE DE PARTO MENOR OU IGUAL A 7; SCORE DE CÉLULAS SOMÁTICAS MENOR OU IGUAL A 2.80; VIDA PRODUTIVA MAIOR OU IGUAL A 2.5; CONFIABILIDADE PARA PRODUÇÃO MAIOR OU IGUAL A 85%.	INGOLD	24,00	12.000,00
7	500,00	UN	DOSES DE SÊMEN DE UM TOURO DA RAÇA ABERDEN ANGUS, COM PROVA DE ORIGEM COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS; PESO VIVO MAIOR OU IGUAL 850 KG; FRAME MAIOR OU IGUAL 6; CE MAIOR OU IGUAL 40; PN MAIOR OU IGUAL 1.5; PD MAIOR OU IGUAL 50; PS MAIOR OU IGUAL 70; AOL MAIOR OU IGUAL 0; TEMP MAIOR OU IGUAL 1; MARM MAIOR OU IGUAL 0.	DANCE	14,00	7.000,00
16	150,00	CX	LUVA DE LATEX PARA PROCEDIMENTO TAMANHOS M E G. CAIXA COM 100 UNIDADES.	VOLK	38,00	5.700,00
17	150,00	CX	LUVA PLÁSTICA DESCARTÁVEL, COM 5 DEDOS, PARA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL. CAIXAS COM 100 UNIDADES.	WALMUR	30,00	4.500,00
TOTAL						29.200,00

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 027/2020 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica designado o fiscal desta Ata de Registro de Preços o servidor Jaime Masiero.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 07 de agosto de 2020.

MUNICÍPIO DE XAVANTIVA
ENOIR FAZOLO – Prefeito

EMPRESA DETENTORA DA ATA
ELISAN REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA
MAURICIO ANDOLFATTO - Representante

JAIME MASIERO - Fiscal da Ata

ATA 062/2020 LETICIA MARIA PALHARIM AGROPECUÁRIA

Publicação Nº 2596582

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 062/2020 PMXV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/2020 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 027/2020 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ENOIR FAZOLO e a empresa LETÍCIA MARIA PALHARIM AGROPECUÁRIA, inscrita no CNPJ nº 31.047.654/0001-02, nesta Ata representada pelo seu Procurador, Sr. ANTÔNIO MAGRI, portador do CPF nº 024.299.179-39, nos termos das Leis nº 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 027/2020 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A Ata tem por objeto o registro de preços para possível aquisição de materiais genéticos e de uso veterinário para inseminação artificial em bovinos, conforme especificações abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	500,00	UN	SÊMEN DE TOURO DA RAÇA HOLANDESA, COM PROVAS AMERICANA OFICIAL (CDCB) OU CONVERTIDAS PELO DAIRY BULLS (INTERBULL) PARA O SISTEMA AMERICANO NA BASE, NÃO INFERIOR A ABRIL 2020; COM CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: REPETIBILIDADE PARA LEITE MAIOR OU IGUAL A 80%; PTA LEITE MAIOR OU IGUAL A 1800LBS; CELULAS SOMATICAS (CCS) MENOR OU IGUAL A 3.00; TPI MAIOR OU IGUAL A 2500; ALTURA E LARGURA DE UBERE POSTERIOR MAIOR OU IGUAL A 1,00; PTA PROTEÍNA E GORDURA MAIOR OU IGUAL A 40LBS; LIGAMENTO MEDIO DE UBERE MAIOR OU IGUAL A 0,50; VIDA PRODUTIVA (PL) MAIOR OU IGUAL A 3,0; INSERCAO UBERE ANTERIOR MAIOR OU IGUAL A 0,50; FACILIDADE DE PARTO MENOR OU IGUAL A 8,0.	KADERO	30,00	15.000,00

2	500,00	UN	SÊMEN DE TOURO DA RAÇA HOLANDESA, COM PROVAS AMERICANA OFICIAL OU CONVERTIDAS PELO DAIRY BULLS (INTERBULL) PARA O SISTEMA AMERICANO NA BASE, NÃO INFERIOR A ABRIL 2020; COM CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: REPETIBILIDADE PARA LEITE MAIOR OU IGUAL A 80%; PTA LEITE MAIOR OU IGUAL A 900LBS; CELULAS SOMATICAS (CCS) MENOR OU IGUAL A 3.00; TPI MAIOR OU IGUAL A 2600; ALTURA E LARGURA DE UBERE POSTERIOR MAIOR OU IGUAL A 1,50; PTA PROTEÍNA MAIOR OU IGUAL A30 LBS; PTA GORDURA MAIOR OU IGUAL A 60LBS; PTA DESVIO (%) DE GORDURA E PROTEÍNA MAIOR OU IGUAL A 0,01%; VIDA PRODUTIVA(PL) MAIOR OU IGUAL A 3,0; FACILIDADE DE PARTO MENOR OU IGUAL A 6,0.	DOSSIER	18,50	9.250,00
4	500,00	UN	SÊMEN DE TOURO DA RAÇA JERSEY COM PROVAS AMERICANA OFICIAL (CDCB) OU CONVERTIDAS PELO DAIRY BULLS (INTERBULL) PARA O SISTEMA AMERICANO NA BASE, NÃO INFERIOR A ABRIL 2020, COM CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: REPETIBILIDADE PARA LEITE MAIOR OU IGUAL A 70%; PTA LEITE MAIOR OU IGUAL A 500LBS; JPI MAIOR OU IGUAL A 60; PTA GORDURA MAIOR OU IGUAL A 0,0 LBS; PTA PROTEÍNA MAIOR OU IGUAL A 0,0 LBS; TAXA PRENHEZ DAS FILHAS (DPR) MAIOR OU IGUAL A 1,50; JUI (ÍNDICE UBERE JERSEY) MAIOR OU IGUAL A 3,00; VIDA PRODUTIVA (PL) MAIOR OU IGUAL A 3,0; ÍNDICE DE CELULAS SOMATICAS (CCS) MENOR OU IGUAL A 3,00.	LEMOR	25,00	12.500,00
5	500,00	UN	SÊMEN DE TOURO DA RAÇA JERSEY, COM PROVA OFICIAL AMERICANA (CDCB) OU DAIRY BULLS (INTERBULL) NÃO INFERIOR A ABRIL 2020, COM CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: GJPI IGUAL OU MAIOR A 40; PTA LEITE IGUAL OU MAIOR A 1000 LBS; PTA GORDURA IGUAL OU MAIOR A 30 LBS; PTA PROTEÍNA IGUAL OU MAIOR QUE 30LBS; CONTAGEM DE CÉLULAS SOMÁTICAS MENOS A 3.0; JUI (ÍNDICE UBERE JERSEY) IGUAL OU MAIOR A 5.0; ESTATURA MAIOR OU IGUAL A 2,00; REPETIBILIDADE DE PRODUÇÃO MAIOR IGUAL A 75%.	WISHBONE	31,00	15.500,00

6	500,00	UN	SÊMEN DE TOURO DA RAÇA JERSEY COM PROVAS AMERICANA OFICIAL (CDCB) OU CONVERTIDAS PELO DAIRY BULLS (INTERBULL) PARA O SISTEMA AMERICANO NA BASE, NÃO INFERIOR A ABRIL 2020, COM CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: REPETIBILIDADE PARA LEITE MAIOR OU IGUAL A 75%; PTA LEITE MAIOR OU IGUAL A 900LBS; JPI MAIOR OU IGUAL A 90; PTA GORDURA MAIOR OU IGUAL A 40 LBS; PTA PROTEÍNA MAIOR OU IGUAL A 40 LBS; LARGURA DE UBERE POSTERIOR MAIOR OU IGUAL A 1,0; ALTURA DE UBERE POSTERIOR MAIOR OU IGUAL A 1,0; INSERÇÃO UBERE ANTERIOR MAIOR OU IGUAL A 0,5, VIDA PRODUTIVA(PL) MAIOR OU IGUAL A 1,0.	SMART	26,00	13.000,00
9	500,00	UN	SÊMEN DE TOURO DA RAÇA HEREFORD PROVADO PELOS SUMÁRIOS AMERICANO OU CANADENSE NÃO INFERIOR A DEZEMBRO 2019, QUE CONTENHA AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: PESO A DESMAMA DEP (PD205) > OU = A 70 LBS, PESO AO NASCER (PN) DEP < OU = A 1,0, PESO AO ANO (DEPP365) > OU = A 100LBS, FACILIDADE DE PARTO DIRETA (DEP FDP) > OU = A 10.	NEW YORK	25,00	12.500,00
11	200,00	UN	SÊMEN DE TOURO DA RAÇA JERSEY SEXADO DE FEMEA COM PROVAS AMERICANA OFICIAL (CDCB) OU CONVERTIDAS PELO DAIRY BULLS (INTERBULL) PARA O SISTEMA AMERICANO NA BASE NÃO INFERIOR A ABRIL 2020, COM CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: REPETIBILIDADE PARA LEITE MAIOR OU IGUAL A 75%; PTA LEITE MAIOR OU IGUAL A 750LBS; JPI MAIOR OU IGUAL A 90; PTA GORDURA MAIOR OU IGUAL A 30 LBS; PTA PROTEÍNA MAIOR OU IGUAL A 30 LBS; 0,5,VIDA PRODUTIVA(PL) MAIOR OU IGUAL A 1,5.	ALTA 511	97,00	19.400,00
12	200,00	UN	SÊMEN DE TOURO DA RAÇA HOLANDESA PRETO SEXADO DE FEMEA, COM PROVAS AMERICANA (CDCB) OU CONVERTIDAS PELO DAIRY BULLS PARA O SISTEMA AMERICANO NA BASE, NÃO INFERIOR A ABRIL 2020, COM CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: REPETIBILIDADE PARA LEITE > OU = A 75%; PTA LEITE > OU = A 1500LBS; CELULAS SOMATICAS (CCS) < OU = A 3,10 TPI > OU = A 2300; PTA PROTEÍNA E GORDURA > OU = A 30LBS; FACILIDADE DE PARTO < OU = A 8,5; ALTURA DE UBERE POSTERIOR > OU = 2,50; LARGURA DE UBERE > OU = A 2,50;	ALTA 511	94,00	18.800,00
13	500,00	UN	SÊMEN BOVINO DA RACA GIR LEITEIRO SEJAM PROVADOS PELO ÚLTIMO SUMÁRIO BRASILEIRO DE TOUROS (ABCZ/PMGZ) COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: PTA LEITE IGUAL OU SUPERIOR A 650KG; MAE COM LACTAÇÃO ACIMA DE 9.000KG DE LEITE; AVÓ PATERNA COM LACTAÇÃO ACIMA DE 10.000 KG.	Hábil FIV F. Mutum	21,00	10.500,00

14	500,00	UN	SÊMEN BOVINO DA RAÇA NELORE PADRAO PROVADO, COM AVALIAÇÃO NOS SUMARIOS DA, ANCP OU GENEPLUS EMBRAPA, PMGZ/ABCZ NÃO INFERIOR A 2019, INDICES DEP (PN) < OU = A 1,0 COM ACURACIA (AC) >OU = 75; DEP STAY (STAYABILITY) > OU = 85, DEP3P (PROBABILIDADE PARTO PRECOCE) > OU = DE 75. DEP (IPP IDADE PRIMEIRO PARTO) < OU = A 0,0.	Verso da Agua Boa	12,50	6.250,00
15	150,00	CX	LUVAS PLASTICAS SUPER ESPECIAL COM PROTECAO DE OMBRO PARA PROCEDIMENTOS VETERINARIOS, CANO LONGO MINIMO 90 CM DE COMPRIMENTO 5 DEDOS CAIXAS COM 50 UNIDADES.	GUANTI FARM	50,00	7.500,00
18	150,00	PCT	BAINHA, TIPO FRANCESA, DESCARTÁVEL PARA USO EM INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL. PACOTES COM 50 UNIDADES.	BOVIGAINÉ	11,90	1.785,00
TOTAL						141.985,00

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 027/2020 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica designado o fiscal desta Ata de Registro de Preços o servidor Jaime Masiero.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 07 de agosto de 2020.

MUNICÍPIO DE XAVANTINA
ENOIR FAZOLO – Prefeito

EMPRESA DETENTORA DA ATA
LETÍCIA MARIA PALHARIM AGROPECUÁRIA
ANTÔNIO MAGRI - Representante

JAIME MASIERO - Fiscal da Ata

ATA 063/2020 BATERIAS CHAPECO LTDA

Publicação Nº 2596585

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 063/2020 PMXV
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2020 PMXV
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 025/2020 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ENOIR FAZOLO e a empresa BATERIAS CHAPECO LTDA, inscrita no CNPJ nº 19.038.316/0001-09, nesta Ata representada pelo seu Sócio

Administrador, Sr. KLEITON SILVANI, portador do CPF nº 007.770.189-50, nos termos das Leis nº 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 025/2020 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A Ata tem por objeto o registro de preços para possível aquisição de Baterias, para uso em máquinas e veículos do Município de Xavantina, incluindo o Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	10,00	UN	BATERIA DE 45 AMPERES.	PREMIUM	165,00	1.650,00
3	6,00	UN	BATERIA DE 95 AMPERES, DIMENSÕES MAX: COMP X LARG X ALT / 360 X 177 X 190MM. POLO POSITIVO A DIREITA.	PREMIUM	355,00	2.130,00
4	40,00	UN	BATERIA DE 100 AMPERES	PREMIUM	350,00	14.000,00
6	4,00	UN	BATERIA DE 180 AMPERES.	PREMIUM	590,00	2.360,00
TOTAL						20.140,00

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 025/2020 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica designado o fiscal desta Ata de Registro de Preços o servidor Eugênio Frana.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 07 de agosto de 2020.

MUNICÍPIO DE XAVANTINA
ENOIR FAZOLO – Prefeito

EMPRESA DETENTORA DA ATA
BATERIAS CHAPECÓ LTDA
KLEITON SILVANI - Representante

EUGÊNIO FRANA - Fiscal da Ata

ATA 064/2020 COMÉRCIO DE BATERIAS ATÔMICA EIRELI

Publicação Nº 2596586

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 064/2020 PMXV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2020 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 025/2020 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ENOIR FAZOLO e a empresa COMÉRCIO DE BATERIAS ATÔMICA EIRELI, inscrita no CNPJ nº 34.338.282/0001-53, nesta Ata

representada pela sua Proprietária, Srª. CLAUDETE TEREZINHA PEROSSO, portador do CPF nº 642.660.529-87, nos termos das Leis nº 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 025/2020 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A Ata tem por objeto o registro de preços para possível aquisição de Baterias, para uso em máquinas e veículos do Município de Xavantina, incluindo o Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
2	30,00	UN	BATERIA DE 60 AMPERES.	PROTONS	170,00	5.100,00
5	20,00	UN	BATERIA DE 150 AMPERES.	PROTONS	465,00	9.300,00
TOTAL						14.400,00

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 025/2020 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica designado o fiscal desta Ata de Registro de Preços o servidor Eugênio Frana.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 07 de agosto de 2020.

MUNICÍPIO DE XAVANTINA
ENOIR FAZOLO – Prefeito

EMPRESA DETENTORA DA ATA
COMÉRCIO DE BATERIAS ATÔMICA EIRELI
CLAUDETE TEREZINHA PEROSSO - Representante

EUGÊNIO FRANA - Fiscal da Ata

ATA 065/2020 BAKRO - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA

Publicação Nº 2596587

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 065/2020 PMXV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/2020 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 030/2020 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ENOIR FAZOLO e a empresa BAKRO – SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ nº 01.835.483/0001-07, nesta Ata representada pelo seu Sócio Administrador, Sr. ANTONIO LUIZ BARIONOEVO, portador do CPF nº 580.525.009-82, nos termos das Leis nº 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro

de Preços nº 030/2020 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A Ata tem por objeto o registro de preços para possível prestação de serviço de torno em geral, conforme especificações abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total	
1	1.000,00	HRS	SERVIÇO DE TORNO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA A REALIZAÇÃO DO SERVIÇO. A EMPRESA SERÁ RESPONSÁVEL PELO SERVIÇO DE MONTAGEM E DESMONTAGEM DAS PEÇAS QUE NECESSITAREM DE REPARO.	BAKRO	85,00	85.000,00	
Total						85.000,00	

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 030/2020 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica designado o fiscal desta Ata de Registro de Preços o servidor Eugênio Frana.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 07 de agosto de 2020.

MUNICÍPIO DE XAVANTINA
ENOIR FAZOLO – Prefeito

EMPRESA DETENTORA DA ATA
BAKRO – SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
ANTONIO LUIZ BARIONOEVO - Representante

EUGÊNIO FRANA
Fiscal da Ata

ATA PL 035/2020 PMXV

Publicação Nº 2594736

ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA COMERCIAL REFERENTE À LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2020 PMXV.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto contratação de empresa do ramo de engenharia/arquitetura e/ou construção civil para a execução de obra em regime de empreitada global para pavimentação asfáltica na estrada principal da linha Pinhal Preto, interior do Município de Xavantina/SC, conforme Projeto Básico constante no Anexo "E" deste edital.

Aos sete dias do mês de agosto de dois mil e vinte, às oito horas e quarenta e cinco minutos, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Xavantina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações, instituída pelo Decreto nº 460/2020, sob a presidência do Senhor Cleidir

Eleandro Kemmrich, tendo como membros as Senhoras Clancelise Buratti Dal Bello, Taciane Caon e suplente a Senhora Cátia Mara Cosmann Boff, com a finalidade de efetuar o recebimento e abertura dos envelopes de documentação e proposta comercial, referentes à Licitação em epígrafe. Apresentaram-se para participar do certame a seguinte empresa:

EMPRESA	CNPJ	NOME DO REPRESENTANTE
TERRAMAX CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA	04.406.660/0001-28	THIAGO A. A. ROSSETTO

Aberta a sessão pública pelo Presidente da Comissão, foram rubricados pelos seus membros e representante presente, o Envelopes 01 – Documentação e o Envelope 02 – Propostas Comercial, verificando-se que os mesmos foram protocolizados dentro do prazo fixado nos subitens 1.2 e 1.3 do Edital. Após isso, procedeu-se à abertura do Envelope 01 – Documentação, sendo que os documentos nele contidos foram conferidos e rubricados pelos membros da Comissão e representante presente. A empresa TERRAMAX CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA atendeu adequadamente aos requisitos de habilitação, exigidos no item nº 5 (e respectivos subitens) do ato convocatório e, por conseguinte, foi julgada habilitada. A empresa TERRAMAX CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA, representado pelo seu Procurador declara verbalmente a renúncia da fase de habilitação. Em ato contínuo, a Comissão procedeu então à abertura do Envelope 02 – Proposta Comercial da licitante habilitada, os quais foram conferidos com os requisitos constantes do ato convocatório e rubricados pelos membros da Comissão, constando-se que a licitante atendeu às exigências formais relativas à proposta, constantes no item nº 6 (e respectivos subitens) do instrumento convocatório. A proposta comercial foi a seguinte:

EMPRESA	CNPJ	Valor R\$	Situação
TERRAMAX CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA	04.406.660/0001-28	423.849,62	1º

Quanto ao preço cotado pela licitante vencedora, verificou-se que os valores ficaram abaixo dos valores máximos unitários estipulados no subitem 9.1 do Edital. A empresa TERRAMAX CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA representado pelo seu Procurador declara verbalmente a renúncia da fase de Proposta de Preço. O Presidente deu por encerrada a sessão, e, deixada à palavra livre, ninguém fez uso da mesma. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelos membros da Comissão de Licitações e representante presente, oficializando que o extrato do julgamento ora proferido será devidamente veiculado no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Santa Catarina.

CLEIDIR ELEANDRO KEMMRICH Presidente da CPL	CLANCELISE BURATTI DAL BELLO Membro CPL
CÁTIA MARA COSMANN BOFF Suplente CPL	TACIANE CAON Membro CPL
TERRAMAX – CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA THIAGO A. A. ROSETTO	

ATA PL 036/2020 PMXV

Publicação Nº 2595370

ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA COMERCIAL REFERENTE À LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2020 PMXV.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto contratação de empresa do ramo de engenharia/arquitetura e/ou construção civil para a execução de obra em regime de empreitada global para pavimentação asfáltica na estrada principal da linha Rio Claro, interior do Município de Xavantina/SC, conforme Projeto Básico constante no Anexo "E" deste edital. Recursos oriundo de emenda parlamentar através de transferência especial.

Aos sete dias do mês de agosto de dois mil e vinte, às treze horas e quarenta e cinco minutos, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Xavantina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações, instituída pelo Decreto nº 460/2020, sob a presidência do Senhor Cleidir Eleandro Kemmrich, tendo como membros as Senhoras Clancelise Buratti Dal Bello, Taciane Caon e suplente a Senhora Cátia Mara Cosmann Boff, com a finalidade de efetuar o recebimento e abertura dos envelopes de documentação e proposta comercial, referentes à Licitação em epígrafe. Apresentaram-se para participar do certame a seguinte empresa:

EMPRESA	CNPJ	NOME DO REPRESENTANTE
TERRAMAX CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA	04.406.660/0001-28	THIAGO A. A. ROSSETTO

Aberta a sessão pública pelo Presidente da Comissão, foram rubricados pelos seus membros e representante presente, o Envelopes 01 – Documentação e o Envelope 02 – Propostas Comercial, verificando-se que os mesmos foram protocolizados dentro do prazo fixado nos subitens 1.2 e 1.3 do Edital. Após isso, procedeu-se à abertura do Envelope 01 – Documentação, sendo que os documentos nele contidos foram conferidos e rubricados pelos membros da Comissão e representante presente. A empresa TERRAMAX CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA atendeu adequadamente aos requisitos de habilitação, exigidos no item nº 5 (e respectivos subitens) do ato convocatório e, por conseguinte, foi julgada habilitada. A empresa TERRAMAX CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA, representado pelo seu Procurador declara verbalmente a renúncia da fase de habilitação. Em ato contínuo, a Comissão procedeu então à abertura do Envelope 02 – Proposta Comercial da licitante habilitada, os quais foram conferidos com os requisitos constantes do ato convocatório e rubricados pelos membros da Comissão, constando-se que a licitante atendeu às exigências formais relativas à proposta, constantes no item nº 6 (e respectivos subitens) do instrumento convocatório. A proposta comercial foi a seguinte:

EMPRESA	CNPJ	Valor R\$	Situação
TERRAMAX CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA	04.406.660/0001-28	193.858,91	1º

Quanto ao preço cotado pela licitante vencedora, verificou-se que os valores ficaram abaixo dos valores máximos unitários estipulados no subitem 9.1 do Edital. A empresa TERRAMAX CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA representado pelo seu Procurador declara verbalmente a renúncia da fase de Proposta de Preço. O Presidente deu por encerrada a sessão, e, deixada à palavra livre, ninguém fez uso da mesma. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelos membros da Comissão de Licitações e representante presente, oficializando que o extrato do julgamento ora proferido será devidamente veiculado no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Santa Catarina.

CLEIDIR ELEANDRO KEMMRICH Presidente da CPL	CLANCELISE BURATTI DAL BELLO Membro CPL
CÁTIA MARA COSMANN BOFF Suplente CPL	TACIANE CAON Membro CPL
TERRAMAX – CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA THIAGO A. A. ROSETTO	

DECRETO N. 486/2020

Publicação Nº 2596567

DECRETO N. 486, DE 10 DE AGOSTO DE 2020.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, conforme permissivo contido no art. 5º, "a", §1º, I, da Lei Municipal n. 1.715, de 14 de novembro de 2019, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 19.866,00 (dezenove mil oitocentos e sessenta e seis reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 10.01 – Departamento de Saúde
Projeto/Atividade: 2.021 – Manter a Atenção Básica
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0309 – (CR 69) R\$ 19.866,00

Art. 2º Para atender a suplementação de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da subtração do provável excesso de arrecadação na fonte de recursos 01.0309 – Outras Transferências SUS União (Portaria 1.587, de 19 de junho de 2020).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina/SC, em 10 de agosto de 2020.

CLAUDI BABINSKI
Prefeito Municipal (em exercício)

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).
MATHEUS ALVES VIDAL
Auditor de Controle Interno

EXTRATO CONTRATUAL CT 22 E 23/2020

Publicação Nº 2596355

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT 022/2020
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA
Contratada...: TERRAMAX - CONSTRUÇOES E OBRAS LTDA
Valor : 423.849,62 (quatrocentos e vinte e três mil oitocentos e quarenta e nove reais e sessenta e dois centavos)
Vigência : Início: 07/08/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 5/2020
Recursos : Dotação: 1.011.4.4.90.00.00.00.00.00 (100), 1.011.4.4.90.00.00.00.00.00 (123)
Objeto : A presente licitação tem por objeto contratação de empresa do ramo de engenharia/arquitetura e/ou construção civil para a execução de obra em regime de empreitada global para pavimentação asfáltica na estrada principal da linha Pinhal Preto, interior do Município de Xavantina/SC, conforme Projeto Básico constante no Anexo "E" deste edital.

Xavantina, 7 de Agosto de 2020

Contrato Nº.: CT 023/2020
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA
Contratada...: TERRAMAX - CONSTRUÇOES E OBRAS LTDA
Valor : 193.858,91 (cento e noventa e três mil oitocentos e cinquenta e oito reais e noventa e um centavos)
Vigência : Início: 07/08/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 4/2020
Recursos : Dotação: 1.011.4.4.90.00.00.00.00.00 (100), 1.011.4.4.90.00.00.00.00.00 (123), 1.011.4.4.90.00.00.00.00.00 (139)
Objeto : A presente licitação tem por objeto contratação de empresa do ramo de engenharia/arquitetura e/ou construção civil para a execução de obra em regime de empreitada global para pavimentação asfáltica na estrada principal da linha Rio Claro, interior do Município de Xavantina/SC, conforme Projeto Básico constante no Anexo "E" deste edital. Recursos oriundo de emenda parlamentar através de transferência especial.

Xavantina, 7 de Agosto de 2020

ORDEN DE SERVIÇO 004/2020 PMXV

Publicação Nº 2594795

ORDEN DE SERVIÇO 004/2020

Autorizo por meio desta a empresa TERRAMAX - CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA, a iniciar a prestação de serviço referente a execução de obra em regime de empreitada global para pavimentação asfáltica na estrada principal da linha Pinhal Preto, interior do Município de Xavantina/SC, de acordo com as especificações pertinentes no Processo Licitatório nº 035/2020 PMXV, Modalidade – Tomada de Preços nº 003/2020 PMXV e formalizada pelo Contrato nº 022/2020 PMXV, de 07 de agosto de 2020.

O valor total dos serviços contratados é de R\$ 423.849,62 (Quatrocentos e vinte e três mil, oitocentos e quarenta e nove reais e sessenta e dois centavos). A empresa deverá iniciar a prestação de serviços no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos a contar do recebimento desta, tendo prazo de 3 (três) meses consecutivos para a finalização da obra.

Xavantina (SC), 07 de agosto de 2020.

ENOIR FAZOLO
Prefeito Municipal
Contratante

Recebi, em de de 2020.

TERRAMAX - CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA
Contratada

ORDEN DE SERVIÇO 005/2020 PMXV

Publicação Nº 2596026

ORDEN DE SERVIÇO 005/2020

Autorizo por meio desta a empresa TERRAMAX - CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA, a iniciar a prestação de serviço referente a execução de obra em regime de empreitada global para pavimentação asfáltica na estrada principal da linha Rio Claro, interior do Município de Xavantina/SC. Recurso oriundo de emenda parlamentar através de transferência especial. Conforme Projeto Básico constante no Anexo "E" do Processo Licitatório nº 036/2020 PMXV, Tomada de Preços nº 004/2020 PMXV e formalizada pelo Contrato nº 023/2020 PMXV, de 07 de agosto de 2020.

O valor total dos serviços contratados é de R\$ 193.858,91 (Cento e noventa e três mil oitocentos e cinquenta e oito reais e noventa e um centavos). A empresa deverá iniciar a prestação de serviços no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos a contar do recebimento desta, tendo prazo de 2 (dois) meses consecutivos para a finalização da obra.

Xavantina (SC), 07 de agosto de 2020.

ENOIR FAZOLO
Prefeito Municipal
Contratante

Recebi, em de de 2020.

TERRAMAX - CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA
Contratada

Zortéa

PREFEITURA

DECRETO Nº 0100/2020 DE 03 DE AGOSTO DE 2020 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO EM DOTAÇÃO QUE ESPECIFICA

Publicação Nº 2594904

DECRETO Nº 0100/2020 DE 03 DE AGOSTO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO EM DOTAÇÃO QUE ESPECIFICA."

ALCIDES MANTOVANI, Prefeito Municipal de Zortéa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Artigo 6º da Lei nº 0627/2019 de 11 de dezembro de 2019:

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 7.920,00 (sete mil e novecentos e vinte reais) por conta do excesso de arrecadação nas seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Zortéa:

05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

05.01 – DIRETORIA MEIO AMBIENTE, AGUA E ESGOTO

17.512.0021.2.033 – Manutenção da Diretoria de Meio Ambiente Agua e Esgoto

3.3.90.00.00.00.00 - 00.01.1053.000000 (197) – Aplicações Diretas R\$ 4.320,00

Recursos Transferidos da União – Sem Destinação Específica - 00.01.1053.000000 – R\$ 4.320,00

05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

05.04 – DIRETORIA DE OBRAS PÚBLICAS

26.782.0018.1.007 – Pavimentação e Recuperação de Vias Públicas e Passeios

4.4.90.00.00.00.00 - 00.01.1053.000000 (198) – Aplicações Diretas R\$ 3.600,00

Recursos Transferidos da União – Sem Destinação Específica - 00.01.1053.000000 – R\$ 3.600,00

TOTAL SUPLEMENTADO: R\$ 7.920,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação na(s) seguinte(s) Fontes de Recursos:

Recursos Transferidos da União – Sem Destinação Específica - 00.01.1053.000000 – R\$ 7.920,00

TOTAL SUPLEMENTADO: R\$ 7.920,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Zortéa – SC, 03 de agosto de 2020.

ALCIDES MANTOVANI ANDRÉIA ANTUNES COSTA SARTORI

PREFEITO MUNICIPAL SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS em Exercício

Registrado e publicado o presente Decreto em 03 de agosto de 2020.

Consórcios

CIS/AMVI

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 002-2019 - WILTON

Publicação N° 2597045

EDITAL DE CONVOCAÇÃO E DE POSSE

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 002/2019 - CISAMVI

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, por meio do seu Presidente, no uso das atribuições legais que lhe confere o Contrato do Consórcio e considerando a homologação final do resultado do Processo Seletivo Simplificado n° 002/2019 para provimento no cargo temporário de auxiliar administrativo, CONVOCA WILTON FERNANDES DE BRITO, portador do RG n° 4.459.750-9, inscrito no CPF n° 044.540.769-79, residente na rua Antônio Fernandes Medeiros, 30, bairro Vorstadt, Blumenau – SC, 89015-259, com vistas à nomeação e posse do respectivo cargo temporário, nos termos do EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 002/2019.

Blumenau - SC, 07 de agosto de 2020.

ERCIO KRIEK
Presidente do CISAMVI